



Universidade de Aveiro Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

Ano 2014

**Paulo Jorge Brás
Lopes Dias**

**A Agenda 21 Local e o desenvolvimento sustentável
em Portugal: Que perspectivas?**



**Paulo Jorge Brás
Lopes Dias**

**A Agenda 21 Local e o desenvolvimento sustentável
em Portugal: Que perspetivas?**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, realizada sob a orientação científica da Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

o júri

Presidente

Prof. Doutor António Carlos Mendes de Sousa
professor catedrático do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Isabel Maria Gomes Rodrigo
professora associada com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Prof. Doutor João António Muralha Ribeiro Farinha
professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Prof. Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo
professora auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

Prof. Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Aida Maria Valadas de Lima Pinto Guizo
professora auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

agradecimentos

Após o termo do Mestrado Luso-Brasileiro em Gestão e Políticas Ambientais, ficou em mim um sentimento de satisfação pela investigação desenvolvida, o que me incutiu, novamente, a vontade de elaborar um novo trabalho, desta vez inserido na área ambiental. O projeto avançou, sob a orientação da Professora Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo, docente a quem agradeço pelos seus ensinamentos, disponibilidade e compreensão demonstrados e ainda pelo incentivo que me foi incutindo, principalmente, nos momentos difíceis.

No decorrer dos trabalhos, muitos foram os contactos efetuados no sentido de recolher informação, sendo necessário contactar organismos públicos e privados. Desses contactos, uns foram mais profícuos do que outros, no entanto, cabe-me agora retribuir a todas essas entidades a gentileza e o tempo que disponibilizaram, possibilitando a obtenção dos elementos essenciais para o trabalho. Neste contexto, começo por agradecer, de uma forma geral, devido ao número elevado de atores que deram o seu contributo para a investigação, a todos os presidentes dos municípios portugueses e de juntas de freguesia que tiveram a amabilidade e disponibilidade de, através das suas respostas aos inquéritos enviados, colaborarem na investigação.

Agradeço, igualmente, ao pessoal que me auxiliou na procura de dados, incidindo o meu grande apreço ao Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao Instituto Nacional de Estatística, à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, à Universidade de Aveiro e aos funcionários das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia que me receberam.

Quero testemunhar de uma forma particular, a minha gratidão e estima ao Sr. António Manuel Torres da Ponte, Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo e ao Sr. Pedro Macedo, ex-presidente da Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente, pela forma empenhada e generosa como contribuíram para a elaboração desta dissertação.

Agradeço ao professor Doutor Fernando Manuel Raposo Morgado, meu orientador de Mestrado, e professor Doutor Rui Jorge Gama Fernandes, a extrema amizade e apoio que me foram dando ao longo desta “travessia”.

Agradeço, igualmente, à Dr.^a Marta Pinto, do Grupo de Estudos Ambientais da ESBUCP, o tempo dispensado e pelos dados facultados.

Não posso, ainda, deixar de mencionar o meu apreço pelos meus amigos Dr. Pedro Rui de Jesus e Doutor Nuno Quental que foram, para mim, uma referência, sempre entusiástica, na motivação que me foram dando ao longo da investigação.

Por fim, e os últimos, para mim, são sempre os primeiros, agradeço às pessoas mais próximas, principalmente a todos os amigos que colaboraram na recolha de informação “in loco” e aos meus Pais, pelo estímulo e ânimo que me foram dando, pois sem eles nada teria sido possível.

palavras-chave

Desenvolvimento Sustentável; Mudança de paradigmas; Sustentabilidade; Participação Pública; Inclusão social; Agenda 21 Local; Princípio da Subsidiariedade; Políticas públicas.

resumo

Assumindo a sociedade atual o paradigma do desenvolvimento sustentável como modelo capaz de garantir uma gestão equilibrada dos recursos atuais que não comprometa o futuro das futuras gerações, é fundamental compreender o instrumento da Agenda 21 Local (A21L), ferramenta saída da Conferência do Rio, em 1992, que se apresenta como uma resposta internacional aos objetivos da sustentabilidade. Ao constituir-se como país signatário da Declaração do Rio, Portugal assumiu o compromisso de cooperar internacionalmente para a aplicação deste instrumento, no esforço comum de unir a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e social. Verifica-se que a resposta de Portugal, em matéria de A21L, foi pouco conseguida, marcada por um arranque ténue, desconcertado e disperso a que acresce o carácter dúbio que caracterizou a natureza dos primeiros processos e que, no quadro internacional, atira Portugal para o grupo de países europeus que mais tardiamente conseguiram responder ao apelo da comunidade internacional no que se refere à implementação de A21L. Neste âmbito, esta dissertação visa aprofundar o conhecimento científico sobre este instrumento no quadro das experiências de Agenda 21 Local implementadas no território português. O trabalho procurou examinar os objetivos, características e resultados dos processos de Agenda, dando atenção aos elementos individuais que marcaram cada um e, igualmente, avaliando as repercussões que estes tiveram no todo nacional.

O estudo incidiu na dinâmica espaciotemporal das Agendas 21L, no território nacional, e na análise integrativa de indicadores físicos, sociais e económicos que permitiram compreender as especificidades e os contrastes verificados nos processos implementados e desenvolvidos. Na investigação não foram, igualmente, negligenciadas questões históricas, políticas e culturais, sabendo-se da importância que estes vários domínios configuram no caso português. O trabalho contou com uma investigação assente na seguinte metodologia: i) Revisão da literatura e recolha de dados bibliográficos sobre a temática da Agenda 21 Local; ii) Levantamento de informação, através de um inquérito por questionário, dirigido a todas as localidades do País, onde decorrem Agendas 21 Local, a fim de complementar informação já processada; iii) Pesquisa direta de dados no terreno que envolveu a utilização de procedimentos de teor quantitativo (inquérito por questionário) e de teor qualitativo (entrevistas), relativamente ao caso de estudo (*Agenda 21 Local de Mindelo*); iv) Tratamento e análise dos resultados obtidos através da confrontação da perspetiva teórica com a prática com a conseqüente elaboração de conclusões fundamentadas pela confrontação dos dados com as hipóteses.

Para além de se tratar do caso pioneiro de A21L com início no poder mais próximo do cidadão (respeitando um dos princípios inerentes a este instrumento – o princípio da subsidiariedade), afirmou-se, igualmente, como um caso de referência em matéria de coesão e mobilização dos cidadãos locais para os problemas locais existentes.

Os resultados empíricos da investigação identificam uma série de dificuldades que condicionaram o arranque e progresso das A21L. Desde logo, a inabilidade dos poderes políticos locais em trabalharem com um modelo que rompe com as típicas e tradicionais formas pré-concebidas de fazer política, isto é, com as práticas instituídas dos políticos fazerem “política” para os cidadãos e não “com” os cidadãos. O próprio desconhecimento do poder político local quanto à natureza de um processo de A21L que evidenciou inaptidão, impreparação e até embaraço para lidar com este instrumento, resultando na necessidade, na grande maioria dos processos desenvolvidos, de serem acompanhados por entidades externas que cooperaram na sua dinamização. Acresce que a nova dinâmica, subjacente à A21L, que desafia os governos locais a mobilizar a participação generalizada dos cidadãos e apela à participação de novos atores (associações, grupos de interesse, ONG e atores sociais, em geral) para a definição de estratégias de desenvolvimento local, não é totalmente aceite pelos vários poderes locais que, não raras vezes, menosprezam a importância dos cidadãos nos momentos de tomada de decisão. A falta de empenho do governo central, em matéria de sustentabilidade, que negligenciou, numa primeira etapa, a figura do poder central na assessoria às entidades locais cerceou o país da existência de uma campanha nacional para a afirmação deste instrumento. A falta/insuficiência de recursos financeiros como resultante da ausência de apoios estatais e a dificuldade na obtenção de fundos da União Europeia configurou-se como um entrave à promoção dos processos ficando as entidades locais e regionais incapazes de ultrapassar a falta de meios imprescindíveis para o desenvolvimento da A21L. O próprio desconhecimento generalizado dos cidadãos sobre a A21L afigura-se como um estigma ao sucesso de qualquer processo com as características de um instrumento A21L visto que a participação dos cidadãos é condição *sine qua non* para a sua operacionalização. Neste quadro, e olhando o futuro, urge a necessidade das autoridades locais criarem modelos de autofinanciamento capazes de garantir a criação, funcionamento e manutenção de infraestruturas económicas e sociais subjacentes aos programas de A21L, assim como o dever do poder político em reforçar a importância da função da informação e da mobilização dos cidadãos em prole do desenvolvimento sustentável, ações indispensáveis para a execução das políticas inerentes à A21L.

Keywords

Sustainable Development; Paradigm shift; Sustainability; Public Participation; Social inclusion; Local Agenda 21; Principle of subsidiarity; Public policies.

abstract

Since current society has engaged in the paradigm of sustainable development as the model capable of guaranteeing the balanced management of actual resources in such a way that will not compromise the future of future generations, the Agenda 21 Local (A21L), the tool which resulted from the 1992 Rio Conference, must be understood as an international response to the sustainability goals. As a signatory of the Rio Declaration, Portugal undertook to cooperate internationally for the implementation of this tool, in a joint effort to combine environmental protection and economic and social development. Portugal's response regarding the A21L was manifestly unsuccessful; it got off to a slow, disconcerted and disperse start, besides the dubious nature of the early procedures, which in the international framework threw Portugal into the group of European countries that responded late to the appeal of the international community. Consequently, the present dissertation aims at enhancing the scientific knowledge about this tool in the framework of the Agenda 21 Local experiments conducted on the Portuguese territory. This project sought to test the objectives, features and outcomes of the Agenda's procedures, while focusing on the individual components of each of these and assessing their impact across the country.

The study focuses on the space-time dynamics of the Agendas21L on the national territory, and the broad analysis of the physical, social and economic indicators which enabled us to understand the specificities and contrasts highlighted in the procedures implemented and developed. Furthermore, the research also took into account historical, political and cultural issues, considering their relevant role in the Portuguese case. The project adopted the following research methodology: i) literature review and collecting of bibliographical data on the theme Agenda 21 Local; ii) collecting information through a questionnaire-based survey, conducted in all parts of the country where the Agendas 21 Local were implemented, in view of complementing processed information; iii) direct data researching on the ground, which involved quantitative (survey questionnaire) and qualitative (interviews) procedures, for the case-study (*Agenda 21 Local in Mindelo*); iv) processing and analysing the findings, comparing the theoretical outlook to practice, and consequently drawing evidence-based conclusions by comparing data and hypotheses.

Besides having played a pioneering role in A21L, beginning with the power closest to the citizen (with respect to one of the principles underlying this tool – the principle of subsidiarity), Mindelo also became a national reference in cohesion and raising the awareness of the local citizens to existing local matters.

The empirical findings of the research outlined a series of constraints, which hindered the implementation and progress of the A21L. First, the local politicians' inability to work with a model that breaks with the typical and traditional preconceived ways of conducting politics, i.e. politicians' standing practices of doing "politics" for the people and not "with" the people. The local politicians' unfamiliarity with the nature of the A21L revealed lack of skills and preparation and even some discomfort in using this tool. Consequently, in most of the processes, external entities took part in the implementation thereof. The new dynamics underpinning the A21L, which challenges local governments to mobilise the involvement of citizens and appeals to the participation of new players (associations, interest groups, NGOs and social actors, in general) for adopting local development strategies, is not broadly accepted by the local powers which, quite often, disregard the citizens at the time of making decisions. The central government's lack of commitment to sustainability, which initially ignored its part in supporting the local entities, deprived the country of a national campaign aiming at the widespread implementation of this tool. The lack of/insufficient funding as a result of missing State support, and the difficulties in obtaining European Union funds were an obstacle to the promotion of procedures, being local and regional entities on their own unable to overcome the lack of essential means for implementing A21L. The overall lack of knowledge among the public about A21L is a stigma undermining the success of any process with the characteristics of an A21L tool, since citizens' participation was a mandatory requirement for making it fully operational. In this context, and looking at the future, the local authorities must create self-financing means for ensuring that the economic and social infrastructures are designed, functioning and maintained for supporting the A21L programmes, and that they are equally liable for enhancing the function of informing and mobilizing citizens for sustainable development, all of which are indispensable for implementing policies inherent in A21L.

	ÍNDICE
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 Argumento	2
1.2 Enquadramento	6
1.3 Objetivos e Metodologia de Investigação	19
1.4 Estrutura do trabalho	21
CAPÍTULO 2 - CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE	23
2.1 Introdução	23
2.2 O Meio Ambiente e a Sociedade: relação do Homem com a Natureza numa perspetiva sociológica	25
2.3 O desenvolvimento sustentável como paradigma atual do desenvolvimento humano	39
2.3.1 <i>Antes de Bruntland</i>	39
2.3.2 <i>O Desenvolvimento Sustentável</i>	46
2.3.2.1 <i>As várias perspetivas de sustentabilidade</i>	57
2.3.3 <i>Da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1992) até à atualidade: o emergir da Agenda 21 Local</i>	71
2.3.3.1 <i>Participação Pública</i>	85
2.4 A Natureza da Agenda 21 Local	92
2.4.1 <i>Objetivos gerais da A21L</i>	92
2.4.2 <i>A essência de uma Agenda 21 Local</i>	95
2.4.3 <i>Ferramentas para a execução da A21L</i>	100
2.4.4 <i>Metodologia da A21Local</i>	106
2.5 <i>Agenda 21 Escolar</i>	110
CAPÍTULO 3 - AGENDA 21 LOCAL COMO INSTRUMENTO PROMOTOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	119
3.1 Introdução	119
3.2 Origem e percurso no Mundo	120
3.2.1 Processos de A21 Local a decorrer a nível mundial / regional	128
a) <i>Europa</i>	128
b) <i>Ásia e Pacífico</i>	129
c) <i>África</i>	131
d) <i>América Latina</i>	133
e) <i>América do Norte</i>	135
f) <i>Médio Oriente</i>	137

3.3 A experiência europeia e os fatores condicionantes da Agenda 21 local	139
3.3.1 Políticas e práticas decorrentes da evolução dos processos de A21L na Europa	139
3.3.2 Análise, por grupos de países, de acordo com o grau de resposta às iniciativas das Agendas 21Locais	147
i) Suécia; Reino Unido e Holanda	147
ii) Dinamarca, Noruega e Finlândia	150
iii) Alemanha e Áustria	153
iv) Itália, França, Espanha, Portugal e Irlanda	156
3.4 O caso português. Enquadramento histórico-social de Portugal em matéria de sustentabilidade.	169
3.4.1 Antes de 1974	169
3.4.2 De 1974-1980	171
3.4.3 Década de 80	175
3.4.3.1 De 1980 a 1986	175
3.4.3.2 De 1986 a 1990	177
3.4.4 Década de 90	180
3.4.5 Do ano 2000 até à atualidade.	186
3.5 Representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente	201
3.5.1 Conhecimentos, preocupações e sensibilidade dos portugueses face às questões ambientais – sua evolução.	201
CAPÍTULO 4 - PROBLEMÁTICA, HIPÓTESES DE TRABALHO, METODOLOGIA E CASO DE ESTUDO	209
4.1 Introdução	209
4.2 Problemática	210
4.3 Hipóteses de Trabalho	211
4.4 Metodologia	212
4.4.1 Instrumentos de recolha de informação	213
4.4.2 Definição da área de inquirição e da população – alvo e construção da amostra para o caso de Mindelo	216
4.4.2.1 Área de inquirição	216
4.4.2.2 População Alvo	217
4.4.2.3 Atividades preparatórias à aplicação do inquérito	219
4.5 Caso de estudo de Mindelo	221
4.5.1 Enquadramento geográfico	221
4.5.2 Aspetos físicos	223
4.5.2.1 A Reserva Ornitológica de Mindelo (ROM)	225

4.5.3 <i>Caraterização socioeconómica</i>	229
4.5.3.1 <i>Setores de atividade</i>	233
4.5.3.1.1 <i>Setor Primário</i>	234
4.5.3.1.2 <i>Setor Secundário</i>	241
4.5.3.1.3 <i>Setor Terciário</i>	243
a) <i>movimentos pendulares</i>	245
b) <i>modos de transporte</i>	246
c) <i>alojamentos e edifícios</i>	248
4.5.4 <i>Aspetos ambientais</i>	249
4.5.4.1 <i>Água</i>	249
4.5.4.2 <i>Solo</i>	257
4.5.4.3 <i>Biodiversidade</i>	260
4.5.4.4 <i>Ar</i>	261
4.6 <i>Agenda 21 Local de Mindelo</i>	263
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE AOS PROCESSOS DE AGENDA 21 LOCAL DE ÂMBITO NACIONAL	265
5.1 <i>Introdução</i>	265
5.2 <i>Análise global aos processos de Agendas 21 Local a nível nacional</i>	266
5.3 <i>Resultados da Aplicação do Inquérito por Questionário aos promotores das A21L em Portugal</i>	279
5.4 <i>Sistematização</i>	312
5.5 <i>Resultados da Aplicação do Inquérito por Questionário à População de Mindelo</i>	315
5.5.1 <i>Comunidade local e participação pública</i>	315
5.5.2 <i>Comunidade local e conhecimento da natureza da Agenda 21Local</i>	344
5.5.3 <i>Relação da comunidade local com a Agenda 21Local de Mindelo</i>	350
5.6 <i>Sistematização</i>	363
5.7 <i>Discussão dos Resultados</i>	366
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES	385
6.1 <i>Limitações e sugestões para investigações futuras</i>	397
BIBLIOGRAFIA	398

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1.1	Metodologia aplicada na dissertação.....	20
Fig.2.1	Conjunto básico de indicadores de desenvolvimento sustentável segundo a OECD.....	69
Fig.2.2	Objetivos Gerais da A21L.....	92
Fig.2.3	Esquema das quatro fases do processo de planeamento da A21L	107
Fig.2.4	Participação dos atores sociais num processo de Agenda 21 Escolar.....	115
Fig.2.5	Fases da Agenda 21 Escolar.....	115
Fig.3.1	Processos de Agendas 21 Local em curso, a nível internacional (1997/2001)....	121
Fig.3.2	Número de países com A21L, no Mundo (1997/2001).....	121
Fig.3.3	Setores representados nos processos de Agenda 21 Local, a nível mundial..	124
Fig.3.4	Principais parceiros nos processos de Agenda 21 Local, a nível mundial.....	124
Fig.3.5	Setores de intervenção prioritários nos processos globais de Agenda 21 Local..	125
Fig.3.6	Integração da A21L ou do processo de Desenvolvimento Sustentável nas políticas locais.....	126
Fig.3.7	Número de processos de A21L no Mundo.....	127
Fig.3.8	Principais áreas de intervenção das A21L na Europa.....	129
Fig.3.9	Principais áreas de intervenção das A21L na região da Ásia e Pacífico.....	130
Fig.3.10	Principais áreas de intervenção das A21L em África.....	132
Fig.3.11	Principais áreas de intervenção das A21L na América Latina.....	134
Fig.3.12	Principais áreas de intervenção das A21L na América do Norte.....	136
Fig.3.13	Países da região do Médio Oriente com A21L em curso.....	137
Fig.4.1	Percentagem de inquiridos por sexo.....	218
Fig.4.2	Percentagem de inquiridos por faixa etária.....	218
Fig.4.3	Percentagem de inquiridos por níveis de escolaridade.....	219
Fig.4.4	Localização do concelho de Vila do Conde em Portugal.....	221
Fig.4.5	Localização da freguesia de Mindelo no concelho de Vila do Conde.....	221
Fig.4.6	Limites geográficos da freguesia de Mindelo.....	222
Fig.4.7	Freguesias do concelho de Vila do Conde.....	222
Fig.4.8	Rede Rodoviária (Grande Porto).....	224
Fig.4.9	Planta da Reserva Ornitológica do Mindelo (de 1957).....	225
Fig.4.10	Evolução do uso do solo na Reserva Ornitológica do Mindelo, entre 1958 e 2000.....	226

Fig.4.11	Evolução da população residente na freguesia de Mindelo (1991 a 2001).....	230
Fig.4.12	Evolução da população residente no concelho de Vila do Conde (1991 a 2001).	230
Fig.4.13	Evolução da população residente na Região do Grande Porto (1991 a 2001)....	230
Fig.4.14	Densidade populacional no concelho de Vila do Conde e em Mindelo (2001)....	230
Fig.4.15	Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Vila do Conde e em Mindelo, no período entre 1991 a 2001.....	231
Fig.4.16	População inativa no concelho de Vila do Conde e em Mindelo, em 2001.....	233
Fig.4.17	Distribuição da população ativa no concelho de Vila do Conde e em Mindelo, em 2001.....	233
Fig.4.18	Evolução da população ativa por setores de atividade em Mindelo (1991 a 2001)	234
Fig.4.19	Aptidão da terra para usos agrícolas, 2002.....	236
Fig.4.20	Tipo de ocupação do solo agrícola e florestal na primavera/verão, em Mindelo..	237
Fig.4.21	Tipo de ocupação do solo agrícola e florestal no outono/ inverno, em Mindelo...	237
Fig.4.22	Número de explorações e número do efetivo animal em Mindelo, no ano de 1999.....	238
Fig.4.23	Localização das vacarias em Mindelo.....	238
Fig.4.24	Frequência de explorações com quota leiteira por classe de quantidade de chorume aplicado por área de SAU (2005).....	239
Fig.4.25	Percentagem de estabelecimentos do setor terciário, por ramo de atividade, na freguesia de Mindelo, no ano de 1998.....	244
Fig.4.26	Destinos da população residente em Mindelo.....	245
Fig.4.27	Principais motivos das deslocações pendulares da população residente em Mindelo.....	245
Fig.4.28	Modos de transporte utilizados pelos residentes da freguesia de Mindelo, em 1991 e 2001.....	246
Fig.4.29	População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo em Mindelo, em 1991 e 2001.....	247
Fig.4.30	População residente de Mindelo empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo, entre 1991 e 2001.....	247
Fig.4.31	Áreas de expansão urbana na freguesia de Mindelo.....	248
Fig.4.32	Poluição das vacarias.....	249
Fig.4.33	Pessoas residentes, segundo instalações de água canalizada, em Mindelo.....	251
Fig.4.34	Distância de aplicação dos chorumes a habitações/captações ou linhas de água.....	251
Fig.4.35	Localização das vacarias e das linhas de água na freguesia de Mindelo.....	251
Fig.4.36	Quantidade de água distribuída e de efluentes produzidos em Mindelo, por setor, por mês (2004).....	253
Fig.4.37	Quantidade de efluentes produzidos <i>per capita</i> no setor industrial em Mindelo e no Concelho de Vila do Conde (2004).....	253

Fig.4.38	Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo instalações sanitárias existentes nos alojamentos, em Mindelo e no concelho de Vila do Conde.....	254
Fig.4.39	Localização das zonas balneares.....	256
Fig.4.40	Edifícios segundo a existência de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Vila do Conde e em Mindelo (2001).....	258
Fig.4.41	Quantidade e tipologia de equipamentos de recolha em Mindelo.....	259
Fig.5.1	Total de Municípios com A21L em Portugal (2006).....	266
Fig.5.2	A21L em Portugal (set.2009).....	267
Fig.5.3	A21L integrados em processos regionais.....	267
Fig.5.4	Evolução do número de A21L em Portugal (2006 / set.2009).....	268
Fig.5.5	Carater das A21L a decorrer nos municípios portugueses (set.2009).....	268
Fig.5.6	Caracterização das fases em que se encontram as A21Locais em curso em Portugal	270
Fig.5.7	Principais parceiros na implementação de A21Locais em curso, em Portugal (2006)	271
Fig.5.8	Fases de desenvolvimento dos processos em curso (set.2009).....	272
Fig.5.9	Signatários de Aalborg e efetivação dos princípios da sustentabilidade, através de iniciativas de A21L em Portugal	272
Fig.5.10	Processos de A21L com financiamentos de proveniência externa, em Portugal (2006).....	273
Fig.5.11	Fontes de apoio financeiro aos processos de A21L, em Portugal (2006).....	274
Fig.5.12	Percentagem de respostas aos inquéritos.....	279
Fig.5.13	Relação do número de inquéritos recebidos por localidade geográfica (distritos)	279
Fig.5.14	Inquiridos por grupos etários.....	280
Fig.5.15	Inquiridos por grau de formação académica.....	281
Fig.5.16	Inquiridos com formação na área ambiental.....	281
Fig.5.17	Número de anos de serviço desempenhado na função de Autarca / Presidente de Junta.....	281
Fig.5.18	Ano de início da implementação das A21L.....	282
Fig.5.19	Entidades promotoras que integram uma rede ou organização de DS.....	283
Fig.5.20	Entidades responsáveis pela implementação das A21L, em Portugal	284
Fig.5.21	Resposta dada quando se perguntou se a metodologia aplicada aos processos se identificava com as fases constantes na pergunta anterior	286
Fig.5.22	Resposta sobre a constituição de fórum, comissão ou grupo de trabalho	287
Fig.5.23	Processos de A21L alvo de interrupções (%).....	289
Fig.5.24	Resposta dos inquiridos sobre se o processo tinha recorrido apenas a financiamento local (%)	290
Fig.5.25	Fontes de financiamento externo dos processos de A21L (%)	291
Fig.5.26	Papel reservado à população nos processos de tomada de decisão (%)	294

Fig.5.27	Resposta dos inquiridos quando questionados sobre se a comunidade local tinha acesso aos resultados da A21L (%).....	299
Fig.5.28	Avaliação, pelo poder local, da participação da população na vida política (%) ..	300
Fig.5.29	Avaliação do poder político local sobre a facilidade de implementação de A21L, no terreno (%).....	303
Fig.5.30	Principais dificuldades, segundo os inquiridos, à implementação das A21L (%)	303
Fig.5.31	Vertentes que mais beneficiaram com a implementação das A21L, no terreno (%)	306
Fig.5.32	Resposta dos inquiridos, quando questionados sobre o contributo da A21L para a criação ou consolidação de novas organizações e/ou movimento sociais / ambientais (%).....	308
Fig.5.33	Respostas dos inquiridos, quando se perguntou se foram elaboradas A21escolar no decorrer dos processos de A21L (%).....	309
Fig.5.34	Resposta dos inquiridos, quando lhes foi perguntado sobre a existência de apoio governamental aos processos locais (%).....	310
Fig.5.35	Resposta dos inquiridos à questão sobre qual a importância dada ao papel do Estado para a implementação das A21L (%).....	310
Fig.5.36	Perspetiva dos inquiridos, sobre a participação dos cidadãos nos processos da A21L (%).....	311
Fig.5.37	Nível de participação, da comunidade local, na vida pública.....	316
Fig.5.38	Nível de participação dos inquiridos, por grupos etários, na comunidade local (%).....	316
Fig.5.39	Caixa de bigodes para as variáveis idade / grupo de participação dos inquiridos	316
Fig.5.40	Fatores responsáveis pela não participação, da comunidade local, na vida pública (%).....	319
Fig.5.41	Formas de participação cívica da comunidade local (%)	320
Fig.5.42	Número de indivíduos, em percentagem, que pretende participar ativamente, no futuro, na vida pública da freguesia.....	321
Fig.5.43	Número de inquiridos, por grupo etário, que respondeu quer participar ativamente, no futuro, na vida pública da freguesia (%).....	321
Fig.5.44	Caixa de bigodes para as variáveis idade / nível de participação.....	322
Fig.5.45	Fatores que explicam a falta de empenho dos mindelenses em não querer participar na vida pública da freguesia (%)	324
Fig.5.46	Áreas temáticas de maior interesse segundo os inquiridos (%).....	325
Fig.5.47	Áreas temáticas de maior interesse, por grupos etários(%).....	325
Fig.5.48	Associações de defesa do ambiente que os inquiridos conhecem (%)	326
Fig.5.49	Fatores apontados pelos inquiridos para a falta de associativismo às associações de cariz ambiental (%).....	327
Fig.5.50	Apreciação dos inquiridos à qualidade do ambiente em Mindelo (%).....	327
Fig.5.51	Apreciação da qualidade do ambiente em Mindelo, por grupos etários (%)	328
Fig.5.52	Caixa de bigodes para as variáveis idade / avaliação do ambiente local.....	329
Fig.5.53	Grau de preocupação dos inquiridos, relativamente aos problemas ambientais (%).....	329
Fig.5.54	Grau de preocupação dos inquiridos, relativamente aos problemas ambientais, por grupos etários.....	330
Fig.5.55	Postura dos inquiridos, quando questionados se estariam dispostos a pagar mais por bens e serviços devido à aplicação de taxas ambientais (%)	332

Fig.5.56	Razões que levam os inquiridos a recusar pagar mais pelos bens e serviços(%)	333
Fig.5.57	Principais problemas ambientais, em Mindelo, segundo os inquiridos (%)	334
Fig.5.58	Principais meios utilizados, pelos inquiridos, para ter acesso a informação (%) .	335
Fig.5.59	Razões que levam os inquiridos a não procurarem informação relativa a assuntos de ordem social e ambiental (%)	339
Fig.5.60	Apreciação dos inquiridos quanto ao modo como os meios de comunicação divulgam informação relativa a problemas de cariz social e ambiental (%)	340
Fig.5.61	Número de inquiridos que participaram em ações de protesto em prole do ambiente (%)	341
Fig.5.62	Nível de participação em ações de protesto em prole do ambiente, por grupo etário (%).....	342
Fig.5.63	Caixa de bigodes para as variáveis idade / nível de participação para ações ambientais.....	342
Fig.5.64	Razões que levam os inquiridos a não participarem em ações de protesto (%) .	343
Fig.5.65	Resposta dos inquiridos sobre quais os aspetos que um processo de A21L aborda (%)	344
Fig.5.66	Resposta dos inquiridos sobre quais os aspetos que um processo de A21L aborda, por grupos etários (%).....	345
Fig.5.67	Caixa de bigodes para as variáveis idade / grau de conhecimento sobre a natureza de um processo de A21L.....	345
Fig.5.68	Resposta dos inquiridos sobre o número de A21L a decorrer no País, atualmente (%).....	348
Fig.5.69	Resposta dos inquiridos sobre quais os principais promotores dos processos de A21L (%).....	348
Fig.5.70	Resposta dos inquiridos sobre o conhecimento de algum processo de A21L em Mindelo (%).....	350
Fig.5.71	Resposta dos inquiridos, por grupos etários, sobre o conhecimento de algum processo de A21L em Mindelo (%).....	351
Fig.5.72	Caixa de bigodes para as variáveis idade / grau de conhecimento da A21L de Mindelo.....	351
Fig.5.73	Principais meios consultados pelos inquiridos para saber da existência da A21L de Mindelo (%).....	353
Fig.5.74	Principais meios consultados, por grupo etário, para saber da existência da A21L de Mindelo (%).....	353
Fig.5.75	Caixa de bigodes para as variáveis idade / meios consultados para ter conhecimento da A21L de Mindelo.....	354
Fig.5.76	Resposta dos inquiridos quando questionados sobre a fase em que se encontra o processo de A21L de Mindelo (%)	355
Fig.5.77	Principais resultados decorrentes da implementação da A21L em Mindelo (%) .	356
Fig.5.78	Principais razões, segundo os inquiridos, para o seu não envolvimento nos trabalhos da A21L de Mindelo (%)	357
Fig.5.79	Principais razões, por grupo etário, para a falta de envolvimento dos inquiridos nos trabalhos da A21L de Mindelo (%)	358
Fig.5.80	Caixa de bigodes para as variáveis idade / razões da falta de envolvimento dos inquiridos nos trabalhos da A21L de Mindelo.....	359
Fig.5.81	Questões mais problemáticas, segundo os inquiridos, que afetam a freguesia de Mindelo (%)	360
Fig.5.82	Resposta dos inquiridos, quando confrontados sobre as áreas onde poderiam contribuir para resolver os problemas que afetam a localidade (%)	361

ÍNDICE DE QUADROS

Q.2.1	Objetivos do Milénio.....	81
Q.2.2	Tipo de envolvimento na participação pública.....	90
Q.2.3	A Agenda21 Local e seus objetivos.....	93
Q.2.4	A escada da participação das crianças nos processos de DS.....	113
Q.2.5	Principais diferenças entre uma A21Local e A21Escolar.....	114
Q.3.1	Países europeus agrupados de acordo com a cronologia de arranque às iniciativas das A21L.....	146
Q.3.2	A Constituição da República Portuguesa, a instituição de um estado democrático e as autarquias locais.....	172
Q.3.3	Mudanças na política de desenvolvimento regional e local.....	174
Q.4.1	Universo da população alvo de Mindelo, por grupos etários, sexo e nível de instrução	217
Q.4.2	Amostra da população de Mindelo (10%), por grupos etários, sexo e nível de instrução.....	217
Q.4.3	<i>População residente em Mindelo e no concelho de Vila do Conde, por faixa etária (2001)</i>	230
Q.4.4	Nível de escolaridade no concelho de Vila do Conde e em Mindelo, 2001.....	231
Q.4.5	População economicamente ativa, empregada e desempregada, segundo a condição de procura de emprego e taxas de atividade e de desemprego (1991 a 2001).....	232
Q.4.6	SAU e número de explorações em Mindelo (1999).....	235
Q.4.7	Variação do número de explorações e SAU, no período entre 1989 a 1999, em Mindelo.....	235
Q.4.8	Número de empresas, por ramo de atividade com sede no concelho de Vila do Conde e na freguesia de Mindelo, referente ao ano de 1997.....	242
Q.4.9	Número de estabelecimentos do setor terciário, por ramo de atividade, no concelho de Vila do Conde e na freguesia de Mindelo, no ano de 1998.....	244
Q.4.10	Alojamentos e edifícios em Mindelo e no concelho de Vila Nova, em 2001.....	248
Q.5.1	Casos Intermunicipais de A21L.....	268
Q.5.2	Casos Municipais de A21L.....	269
Q.5.3	Casos em Freguesias.....	269
Q.5.4	Cooperação técnica externa, por fases, nos processos de A21L.....	285
Q.5.5	Entidades responsáveis pela organização do fórum(s) nos processos de A21L.....	288
Q.5.6	Periodicidade das reuniões dos fóruns.....	288
Q.5.7	Modo de funcionamento de um Fórum da Agenda 21L.....	289
Q.5.8	Etapas percorridas no desenvolvimento dos processos de A21L (%)	290
Q.5.9	Fontes de financiamento dos processos de A21L (%).....	291

Q.5.10	Principais meios utilizados para informar a população local sobre os trabalhos da A21L (%).....	293
Q.5.11	Fases em que a população local participou nos processos de A21L (%).....	298
Q.5.12	Nível de participação dos inquiridos, por habilitações literárias, na comunidade local (%)	317
Q.5.13	Número de inquiridos, por habilitações académicas, que respondeu quer participar ativamente, no futuro, na vida pública da freguesia (%).....	322
Q.5.14	Grau de preocupação dos inquiridos relativamente aos problemas ambientais, por habilitações literárias (%)	330
Q.5.15	Principais meios utilizados, pelos inquiridos, para ter acesso a informação, por habilitações literárias (%)	336
Q.5.16	Resposta dos inquiridos sobre quais os aspetos que um processo de A21L aborda, por habilitações literárias (%).....	346
Q.5.17	Resposta dos inquiridos, por habilitações académicas, sobre o conhecimento da A21L em Mindelo (%)	352

ÍNDICE DE TABELAS

Tab.3.1	Síntese dos Países com processos de A21L com Campanhas Nacionais.....	122
Tab.3.2	Papel desempenhado pelos <i>Stakeholders</i> e Autoridades Locais no processo de Agenda 21L, a nível mundial.....	123
Tab.3.3	A21Locais nos países europeus.....	128
Tab.3.4	A21L nos países da região Ásia/Pacífico.....	130
Tab.3.5	A21Locais nos países africanos.....	131
Tab.3.6	A21Locais nos países da América Latina.....	133
Tab.3.7	A21Locais nos países da América do Norte.....	135
Tab.3.8	A21Locais nos países do Médio Oriente.....	137
Tab.3.9	Impulso outorgado à A21L na Europa.....	161
Tab.3.10	Estratégia e financiamento da A21L.....	162
Tab.4.1	Parâmetros de qualidade da água na Ribeira de Silvares.....	255
Tab.4.2	Qualidade da água nas zonas balneares de Árvore, Mindelo, Vila Chã e Labruge para os anos de 1994 a 2004 e em maio de 2005.....	257
Tab.4.3	Área de RAN e REN na freguesia de Mindelo.....	258
Tab.4.4	Níveis máximos de ozono (O ₃) registados na estação fixa de qualidade do ar de Vila do Conde e comparação com a legislação nacional em vigor.....	261
Tab.4.5	Níveis máximos de partículas em suspensão (PM ₁₀) registados na estação fixa de qualidade do ar de Vila do Conde e comparação com a legislação nacional em vigor.....	262

LISTA DE ACRÓNIMOS

AEA - *Agência Europeia do Ambiente*

APA - *Agência Portuguesa do Ambiente*

A21 - *Agenda 21*

A21L - *Agenda 21 Local*

A21E - *Agenda 21 Escolar*

APD - *Ajuda Pública ao Desenvolvimento*

AID - *Associação Internacional de Desenvolvimento*

CFCs - *Clorofluorcarbonos*

CCE - *Comissão das Comunidades Europeias*

CEE - *Comunidade Económica Europeia*

CECVS - *Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis*

CNUMAD - *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*

CNUMAH - *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*

CMDS - *Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*

CMMAD - *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*

CQNUAC - *Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas*

CNADS - *Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*

CQMC - *Convenção Quadro sobre Mudança Climática*

DPCSD - *Department of Policy Co-ordination and Sustainable Development of the United Nations*

DR - *Declaração do Rio*

DWW - *Dominant Western Worldview*

EDEC - *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário*

ENDS - *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*

ERSAR - *Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos*

GEE - Gases de efeito estufa

GEF - Global Environment Facility

HEP - Human Exemptionalism Paradigm

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

IUCN - International Union for Conservation of Nature

MAOTDR - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

NEP - New Ecological Paradigm

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development

ONU - Organização das Nações Unidas

OMM - Organização Meteorológica Mundial

PIENDS - Plano de Implementação Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PNUA - Programa das Nações Unidas para o Ambiente

RTP - Rádio Televisão Portuguesa

UE - União Europeia

UNCHS - United Nations Centre for Human Settlements

UNCED - United Nations Conference on Environment and Development

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

UNDP - United Nations Development Programme

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNEP - United Nations Environment Programme

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

*“Por mais longa que seja a caminhada,
o mais importante é dar o primeiro passo”*

Vinícius de Moraes.

1.1 ARGUMENTO

Toda e qualquer política pública, em Portugal, deve ser elaborada na perspetiva do *desenvolvimento sustentável*, conceito sistémico, saído do Relatório de Brundtland, em 1987, que se baseia num modelo de desenvolvimento global que assenta na procura de um ponto de equilíbrio entre crescimento económico, equidade social e preservação ambiental. A nossa situação, como país membro da União Europeia desde 1986, data a partir da qual a legislação nacional passou igualmente a ser regulada pela legislação europeia, aliada ao facto de estarmos vinculados a acordos internacionais, obriga Portugal ao respeito dos mesmos, relevando-se, em matéria ambiental, os compromissos que assumimos a nível internacional como país signatário, como são exemplos a CNUMAH, em Estocolmo (1972), a CNUMAD, no Rio de Janeiro (1992), e a CMDS, em Joanesburgo (2002).

Saído da CNUMAD ficou o compromisso assumido, desde 1992, de Portugal adotar e implementar processos de A21L. Neste âmbito, o tema da tese incide sobre as Agendas Locais e sua implementação no território português, assumindo especial destaque, decorrente da abordagem aos processos nacionais de *Agenda*, a análise de uma característica que tipifica o caso português e que retrata o desfasamento temporal entre a disponibilidade de se utilizar esta ferramenta (desde a conferência do Rio, 1992) e as primeiras A21L que decorreram no nosso país. Acresce a tal situação o carácter dúbio dos primeiros processos que, apesar de designados de A21L, não se identificavam como genuínos processos de sustentabilidade (mas mais como instrumentos de planeamento ambiental) e que elevam o número de anos de atraso em que efetivamente podemos contabilizar A21L em curso no país. A análise ao conjunto de circunstâncias responsáveis pelo constante adiar do compromisso internacional assumido por Portugal, no que concerne à implementação destes processos, faz parte do escopo deste trabalho. A procura de respostas que se constituam como fundamentos-chave para explicar a nossa realidade pressupõe uma reflexão que releva para aspetos geográficos e histórico-políticos, passando pelas vertentes sociais e económicas que individualizam o caso português. Partindo destes considerandos, julga-se pertinente, desde já, salientar algumas especificidades que são determinantes para a compreensão da análise que decorre nos capítulos seguintes.

Neste âmbito, e apesar de Portugal ser um país com uma população total com pouco mais de 10 milhões, a implementação deste instrumento, desde logo, não se prevê simples, devido à complexidade territorial que nele encontramos. Numa breve análise à cartografia económica e social de Portugal, verifica-se uma diversidade territorial bem demarcada que evidencia a influência de todo um conjunto de fatores de ordem geoeconómica, sociocultural e geopolítica. Como refere Dias (2005: 19), em *“Portugal é manifesta a existência de significativos contrastes na estrutura territorial do País, evidenciados, desde logo, por diferenças de comportamento demográfico, económico e social que se registam, na maioria dos casos, entre as áreas do litoral e interior nacionais. (...) A perda de importantes efetivos demográficos conduziu muitas áreas do*

interior do país para um défice de acessibilidade aos serviços, aos empregos e, conseqüentemente, levou à desestruturação e desterritorialização das sociabilidades destas comunidades (...) confrontando-se (estes espaços) no seu quotidiano com um estado de marginalização. O Litoral, pelo contrário, apresenta em geral espaços densamente povoados, com manifestações de uma densificação espacial geradora de uma desordem urbanística e de um processo de urbanização onde são notórios os défices de infraestruturas e equipamentos. Acompanhando estes contrastes evidentes entre litoral e interior do nosso país, verifica-se que, nas escalas de maior pormenor, quer a nível concelhio quer a nível sub-regional, estas mesmas clivagens (...) apresentam-se ainda mais complexas, constatando-se maiores desigualdades socioeconómicas provocadas por um conjunto mais complexo de situações". Com um mosaico geográfico tão distinto, torna-se complexa uma resposta conjunta e uniformizada dos poderes locais no âmbito das A21L, o que pode ajudar a explicar, em certa medida, a forma desligada e desconexa com que estes processos foram conduzidos no País. Deste modo, as assimetrias socioeconómicas vigentes, geograficamente, repercutem-se nas desigualdades dos recursos humanos e financeiros disponíveis para o desenvolvimento destes processos com a necessidade dos atores locais terem de adotar e adaptar os processos à realidade local.

Acresce outro aspeto, de inegável sensibilidade social, mas que se instituiu como relevante para se compreender o desfasamento temporal sentido e vivido na execução destes processos e que traduz uma certa especificidade quando se retrata Portugal em matéria de A21L. No caso português, não se pode ignorar a história, relativamente recente, de um país que viveu décadas dominado por um regime ditatorial, em que a política se baseava num monólogo entre governo e sociedade. Como refere Estanque (2006: 8), a sociedade caracterizava-se por uma *"burguesia agrária e alguns setores protegidos pelo Estado Novo (como o clero, as altas patentes militares, os dirigentes políticos e da administração pública, etc.) (...) que monopolizavam todo o prestígio, poder e riqueza"*, "asfixiando" (o Estado) iniciativas de participação cívica de qualquer outra proveniência e limitando ao cidadão comum o poder de intervir civicamente. Só a partir de abril de 1974, com a mudança de regime, e mais tarde com a entrada de Portugal na CEE (1986), é que a inclusão de conceitos como *diálogo, diálogo público, participação pública, participação cívica*, que segundo Fiorino (1990) são os alicerces para processos de participação pública, foram sendo incorporados nas tomadas de decisão do poder político. Neste âmbito, um povo subjugado por um regime ditatorial, que vigorou décadas em Portugal e que negava o direito à liberdade de expressão, parece ter instituído o hábito, ao cidadão comum, de ser pouco ativo e presente em matéria de participação pública, o que, por sua vez, se apresenta como mais um obstáculo à *"institucionalização"* do instrumento da A21L no País.

Outros obstáculos que este instrumento (A21L) enfrenta prendem-se com a sensibilização (ou falta dela) para os problemas ambientais no seio da nossa sociedade, o que frequentemente resulta numa passividade dos cidadãos perante os mesmos. A população portuguesa parece não encarar os graves problemas ambientais com a seriedade devida, evidenciando uma inação própria de

quem tem o hábito de delegar responsabilidades ao poder político. Neste âmbito, não se pode excluir o papel da comunicação social, relevando em especial o papel da televisão (não fosse esta um dos principais meios de divulgação e transmissão de informação). Neste caso, e segundo Schmidt (2003: 423-425), foi notória a “demissão” do canal público, RTP1, “*com vinte anos de ausência do discurso ambiental na televisão portuguesa*”. Desta forma, a posição que a televisão tomou, no passado, também contribuiu para a alienação das questões ambientais por parte dos portugueses. Acrescenta a mesma autora que só se pode falar da entrada significativa do tema “*ambiente*” nos noticiários da RTP1 quando passaram a ter a concorrência de canais privados, a partir de 1992-1993: “*Serão as novas televisões privadas (...) que vêm dar grande projeção mediática a todo este conjunto e sobretudo alterar a forma de abordagem dos problemas ambientais, catapultando-os para o palco das preocupações políticas e públicas*” (Schmidt, 2003: 412-413). Com as suas intervenções, a televisão trouxe consigo uma nova “*visão*” e consequentemente ajudou a promover uma mudança na forma como os portugueses encaram as questões do desenvolvimento. Como refere Vasconcelos (2001b: 1), é com otimismo que se registam, na sociedade portuguesa, “*maiores níveis de educação [ambiental] e acesso à informação. Simultaneamente revelam preocupações e consciencialização crescentes face ao ambiente, exigindo a definição de políticas de sustentabilidade. Numa sociedade em rápida mudança em que a democracia representativa tem vindo a evoluir para níveis de participação cada vez maiores, a nova tendência é rumo à democracia deliberativa*”.

Porém, e como refere Kass (2000), a conceção do processo de participação resume-se a dois elementos fundamentais que devem suportar um genuíno processo de debate, a que o autor designou de *deliberação e inclusão*. Assim sendo, é essencial que, no âmbito do desenvolvimento sustentável promovido pelo instrumento em estudo (a A21L) se assista [também em Portugal] a uma interação social, marcada pela discussão e debate de opiniões que só valorizam as posições iniciais pensadas e melhoram os resultados finais obtidos – *deliberação* - e compreenda um envolvimento, expressivo, de indivíduos e de grupos que se traduza numa elevada representatividade dos interesses dos seus cidadãos - *inclusão*. Neste contexto, a sociedade portuguesa parece ainda não ter atingido a maturidade suficiente para reconhecer a relevância da sua participação e, por sua vez, percebe-se que ainda subsiste algum tipo de resistência e/ou “*pouca convivência*”, no poder político, que coloca em causa a cumplicidade necessária entre governantes e comunidades na tomada comum de decisões. Será também, neste ponto, que reside a explicação para o ténue e moroso processo que configura o caso das A21L portuguesas. Neste âmbito, vários são os autores que defendem a teoria da continuidade, isto é, de continuarem a persistir fortes sinais de adequação do regime salazarista que se verifica na sociedade portuguesa, tanto ao nível de desenvolvimento socioeconómico como na cultura política (Wiarda, 1977; Robinson, 1979; Schmitter, 1999). Acresce Cabral (2006: 21), que nem mesmo a “*liberalização do sistema político-partidário, nem a massificação do ensino, nem tão pouco o*

crescimento económico e a mobilidade social (...) conseguiu erradicar das representações e práticas da população portuguesa um sentimento generalizado de distância ao poder”.

Um dos requisitos que influi no sucesso das A21L resulta do financiamento das campanhas de implementação/desenvolvimento destes instrumentos. O caso português é marcado pela ausência do Estado, tanto em matéria de logística, quanto de financiamento, o que ajuda a explicar o quadro histórico das A21L em Portugal. Averiguar, a nível político, da (*in*) disponibilidade destes recursos e sua implicação para o desenvolvimento das A21L, a nível local, ajuda a compreender o percurso deste instrumento no território português.

Importa, igualmente, incidir no problema das desigualdades sociais como fator, extremamente relevante, para o sucesso do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, Siegle (2007) dá um exemplo prático, retirado da observação de casos no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, mas que pode ser perfeitamente inserido nas assimetrias que caracterizam o espaço português. A mesma autora incide a observação no facto de existir uma maior procura, por parte dos consumidores, para bens alimentares biológicos, referindo que os *“consumidores seduzidos pelos produtos éticos, (...) rotulados como produtos ecológicos de luxo, (...) contribuem para que haja uma procura, fazendo disparar automaticamente os preços a que (estes) são vendidos”* (Siegle, 2007: 46). Assim, a autora refere que *“mesmo que tenham a preocupação de comprar produtos biológicos, as famílias com rendimentos baixos não tem dinheiro que chegue”* (idem, *ibidem*), não sendo possível à maioria dos cidadãos pobres adquirirem-nos. Acresce, esta autora, que os alimentos de melhor qualidade, produzidos pela agricultura biológica, estão a atingir um preço tal que só tem acesso a esse *mercado “verde”* pessoas ricas. Neste âmbito, releva-se a importância da condição económica e social dos indivíduos que influi no grau de participação e de interesse dos cidadãos em temáticas tão abrangentes como as de natureza sustentável.

Resumindo, num País marcado por um Estado ausente das suas obrigações perante o compromisso externo assumido de adotar A21L; com a geração atual de políticos ainda a evidenciar resquícios da história recente de um país, com a prática do exercício do poder local, não raras vezes, a ser centralizado através de tomada de decisões unilaterais face ao cidadão; com uma sociedade cívica pouco ativa e interventiva e “divorciada” do poder político, a par das dificuldades de autofinanciamento dos processos, a nível local, pergunta-se se o resultado poderia ser diferente daquele que ficou traçado na história do País, em matéria de Agendas 21 locais. É com base nestes pressupostos que se vai procurar esgrimir os argumentos que explicam o atraso de Portugal em matéria de Agenda 21 Local, sabendo-se da importância do estudo sobre a natureza de um instrumento que, com base no postulado de *“agir localmente e pensar globalmente”*, se institui como essencial na prossecução de valores de sustentabilidade.

1.2 ENQUADRAMENTO

Como referem os autores Mela, Belloni e Davico (2001: 109), “*o ambiente natural sempre foi a fonte de sustento humano, permitindo à espécie humana retirar dela o seu próprio sustento. Esta função, que se inscreve na luta, entre espécies, pela sobrevivência de cada uma, fez com que a história da humanidade passasse por várias fases, calculáveis em milénios, distinguidas entre si pelos sistemas de aprisionamento alimentar gradualmente conhecidos: desde a caça à pastorícia, e da criação de gado à agricultura. Em termos de balanço ecológico, a passagem para formas evoluídas comportou cargas cada vez maiores sobre o ambiente e determinou o início das modificações da paisagem original*”. Enquanto as sucessivas civilizações humanas se foram caracterizando por sociedades rudimentares, pouco evoluídas tecnologicamente, com um crescimento da população mundial ténue verificou-se um equilíbrio entre o Homem e o Meio Natural. Como destaca Pinheiro (1997: 2), em “*99,9% da história da humanidade fomos menos de 10 milhões de pessoas a habitar o planeta*”. Neste contexto, com uma população mundial reduzida (face aos números atuais), persistindo em agrossistemas tradicionais, não se evidenciava a existência de atividades de transformação, realizada pela espécie humana, capazes de provocar impactes que o ecossistema não fosse capaz de autorregenerar.

Porém, no dealbar do século XVIII, assistiu-se a uma forte aceleração de transformações das sociedades com acontecimentos que marcaram a história da humanidade, com destaque para a denominada Revolução Demográfica e Industrial, que marcam o princípio da designada, atualmente, “*crise ambiental*” e que, como se compreende hoje, é indissociável da crise social e económica que, presentemente, vivemos. Alguns países, a maioria designada, atualmente, como países desenvolvidos, viveram um conjunto de revoluções que se traduziram em desenvolvimento económico e crescimento populacional. Ora, o ritmo acelerado do crescimento da população (que atingiu o 1º de mil milhões de indivíduos no início do séc. XVIII), associado a um processo galopante da expansão do sistema industrial, iria refletir-se, como referem Mela *et al.* (2001: 114), numa “*carga excessiva de indivíduos e de atividades que sobrecarregam uma unidade de superfície de modo tal que o ecossistema já não consegue garantir a sua reprodução*”. A sociedade da época, centrada apenas nas vantagens do crescimento económico, contribuiu para o impulsionar do capitalismo, não encarando, com seriedade, as formas de deterioração ambiental que se tornavam muitas vezes dificilmente remediáveis e que eram resultado do impacto do funcionamento deste sistema socioeconómico, ao qual a sociedade parecia totalmente rendida. O Homem viveu, durante décadas, a ignorar as questões ambientais e a sua relação direta com a qualidade de vida das pessoas. Era inegável que um sistema industrial que se alimentava de recursos não renováveis, com o carvão e o petróleo a servirem como principais fontes de alimentação, a desmesurada exploração dos recursos energéticos do planeta e das matérias-primas, aliada ao aumento da produção industrial e à ampliação da difusão dos meios de transporte, não só se encaminhava para a extinção de vários recursos naturais como, indubitavelmente, se contribuiu para o contínuo agravamento da poluição terrestre. Tal realidade

perdurou e explica-se, em grande parte, pelo pensamento que vigorou até meados do século XX. A filosofia de vida das pessoas confinava-se ao que ficou conhecido por “Dominant Western WordView”, que se resumia a uma doutrina ecológica, por assim dizer, em que se acreditava na “confiança na linearidade do progresso humano, baseada na ciência e nas suas aplicações tecnológicas e, sobretudo, a convicção de que tal progresso seria capaz de pôr a natureza ao serviço do Homem, fornecendo-lhe indefinidamente recursos necessários aos seus objetivos” (Mela et al, 2001: 29). A visão da sociedade sobre o meio ambiente era que o mundo era vasto e dava oportunidades ilimitadas aos seres humanos, havendo para cada problema uma solução que nunca abrandaria ou impediria o progresso. Neste paradigma, o Homem era também a criatura terrestre que dominava e controlava todas as outras, sendo encarado como um ser superior (Figueiredo, 2003b).

Contudo, a crença do Homem de que o meio ambiente era capaz de suportar toda e qualquer agressão deixou de ter validade a 16 de julho de 1945. Neste dia, a utilização da bomba atómica, no termo da Segunda Grande Guerra, fez estremecer o Mundo, demonstrando que, afinal, o Homem tinha não só uma extrema capacidade de alterar o meio ambiente, como até o poder de destruir a sua própria espécie. A par das visíveis consequências deste tipo de ações, o ser humano reconhecia, igualmente, as insuficiências do tradicional paradigma de desenvolvimento e que eram perceptíveis, diariamente, com o agravar da crise ambiental que as ações e atividades quotidianas, relacionadas com o normal funcionamento do sistema económico-social, acarretavam.

A partir, sensivelmente, da década de 60 do século passado, as várias convulsões ideológicas que marcavam a história social, à época, resultavam na perceção que as questões ambientais são na verdade questões *humano-ambientais*, refletindo não uma *crise ambiental*, mas uma crise das *pessoas nos ambientes* (ver Corraliza, 1997; Pol, 1993). Acresce que a civilização, finalmente, compreendia que “as relações entre Homem e Natureza (...) tinham evoluído de tal forma que de repente a humanidade era capaz de afetar todo o ambiente global, e não apenas uma área em particular” (Al Gore, 1992: 29-30). A falência de um modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, que sobrevalorizava a economia em detrimento da proteção ambiental, pressupunha um repensar de uma nova doutrina ideológica em que desenvolvimento e proteção ambiental, em vez de significar uma *opção* se traduzisse em “*integração*, em que “*desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como duas realidades antagónicas, e passaram a ser complementares*” (Layrargues, 1997: 1).

Em 1987, a CMMAD desenvolveu um documento designado por *Our Common Future* (igualmente conhecido por *Relatório Brundtland*) que, segundo Layrargues, (1997: 8) teve como objetivo “*propor estratégias ambientais de longo prazo para se obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante*”. Neste âmbito, dava-se início a uma nova era civilizacional com

a introdução de um novo conceito de desenvolvimento, conhecido por *desenvolvimento sustentável*. Neste relatório, o “*desenvolvimento sustentável*” é descrito como “*aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades*” (UN, 1987: 18) sendo a definição mais difundida internacionalmente.

É sobre o atual paradigma, que orienta o presente e pensa o futuro, que incido a minha reflexão, em particular, no papel da A21L como um poderoso instrumento, ao serviço da sustentabilidade, que exige uma reconversão da sociedade industrial e uma reinterpretação do conceito de progresso. Este importante instrumento, saído da CNUMAD, em 1992, exige, igualmente, que cada país se comprometa a refletir, global e localmente, como forma de contribuir com soluções capazes de resolver os problemas sócio-ambientais. É com este desígnio que procuro, com a dissertação, compreender como Portugal, país signatário, desenvolveu a sua Agenda 21, analisando as características intrínsecas de um país que se comprometeu a contribuir para o esforço conjunto de um progresso mais harmonioso e holístico que está subjacente a este novo modelo de desenvolvimento.

Quase um quarto de século depois do Relatório Bruntland, verifica-se que grande parte dos problemas que afetavam as sociedades anteriores persistem e, em alguns casos, tendem mesmo a agravar-se. Neste contexto, para contrariar os problemas que parecem colocar em causa o atual modelo de desenvolvimento, a comunidade internacional foi desenvolvendo ações, medidas, instrumentos e ferramentas que procuram reverter o estado de insustentabilidade das sociedades atuais, sendo um desses instrumentos o objeto de estudo desta investigação – a Agenda 21 Local. Apesar da abordagem a esta temática ser desenvolvida nos capítulos seguintes, vai-se partir, no imediato, para uma análise a fenómenos que, pela sua evidência, merecem desde já ser alvo de referência e que permitem, conseqüentemente, compreender as circunstâncias que estão subjacentes à origem/natureza da A21L, como instrumento de e para a sustentabilidade.

Como já referi, o “*explosivo*” crescimento da população é uma realidade. De acordo com o relatório “Sobre a situação da População Mundial - 2010”, (ver ONU, 2010), a população mundial, em 2010, já ultrapassou a fasquia dos 6,9 mil milhões de indivíduos. De acordo com outro relatório, intitulado “*População, Ambiente e Desenvolvimento*” (2001), da mesma entidade, só no século passado, o crescimento da população mundial passou de 1,6 mil milhões, em 1900, para 6,1 mil milhões, em 2001, sendo que 80 por cento desse aumento tem vindo a ocorrer desde 1950. Acresce, no mesmo relatório, que levou apenas 12 anos (1987-1999) para que o Mundo adicionasse mais mil milhões de novas pessoas, no mais breve período na história da humanidade com um registo sem precedentes no que respeita ao crescimento da população mundial. As regiões menos desenvolvidas são responsáveis por 80 por cento dos habitantes do Mundo (ONU, 2001).

Torna-se ainda mais preocupante quando se conhece a projeção para 2050 que aponta para o número impressionante “de 9,1 mil milhões de habitantes” (ONU, 2005: 5). Convém salientar que este fenómeno não se verifica na maior parte do Mundo, registando-se, mesmo, um decréscimo global da taxa de crescimento da população desde 1965-1970 (altura em que atingiu o pico de 2%) e que, atualmente, se fixou na média de 1,2 por cento ao ano. Contudo, se nas regiões “*mais desenvolvidas a taxa média de crescimento da população é de 0,2% (negativa, portanto) é nos países mais pobres, que se encontram ainda numa fase inicial da transição demográfica, que se regista uma taxa estimada em 2,5 por cento de crescimento da população ao ano*” (ONU, 2005: 5).

Os países menos desenvolvidos são os que mais contribuem para estes números, registando-se, igualmente, um outro fenómeno para o qual o relatório “*Envelhecimento da população mundial*”, da responsabilidade da ONU, nos alerta. Segundo as Nações Unidas, verifica-se um contínuo envelhecimento populacional. “*Desde 1950, a proporção de idosos tem vindo a aumentar, passando de 8 por cento em 1950 para 11 por cento em 2009, e espera-se que venha a alcançar 22 por cento em 2050. Enquanto a mortalidade dos idosos continua em queda e continua a ser baixa a fertilidade, a proporção de pessoas idosas continuará a aumentar*” (ONU, 2009: 25). Tal fenómeno verifica-se, sobretudo, nos países ditos desenvolvidos em que o indicador da esperança média de vida de cada indivíduo é bastante superior ao registado nos países subdesenvolvidos. Não pretendo escarpelizar os fatores que justificam tais fenómenos, pois estaria a fugir ao escopo deste trabalho, mas, no entanto, compreender que a sua relação explica, em grande parte, as características e o comportamento demográfico mundial em que nos inserimos, com um planeta que dá sinais de não conseguir sustentar-se.

A este quadro social junta-se um outro fenómeno, a urbanização. O Mundo está a tornar-se cada vez mais urbanizado. Praticamente todo o futuro crescimento da população está agora concentrado em áreas urbanas. O crescimento da população urbana para o período 2000 - 2005 foi estimado em 2,0 por cento ao ano. A proporção de população urbana aumentou de 30 por cento da população total em 1950 para 47 por cento em 2000. Atualmente, a população urbana iguala, praticamente, a população rural. O processo de urbanização é muito mais elevado em regiões desenvolvidas, onde 76 por cento da população vive em áreas urbanas. Embora o nível de urbanização seja, consideravelmente, menor em regiões menos desenvolvidas, 40 por cento, as áreas urbanas nestas regiões estão, igualmente, a crescer muito mais rapidamente (2,7 por cento ao ano) do que nas regiões mais desenvolvidas (0,5 por cento ao ano) (ONU, 2001), levando à equiparação dos números. Este fenómeno contribui para a desorganização dos espaços, dos territórios, refletindo os desequilíbrios de ocupação dos solos com consequentes mudanças mais profundas, nos espaços urbanos que contribuem para o aumentar da “*crise ambiental*”.

No quadro económico, referir as assimetrias a nível planetário com a alusão ao uso, vulgar, de uma terminologia que patenteia as diferentes realidades que podemos encontrar. A “*bipolaridade entre os termos Norte e Sul, Primeiro e Terceiro Mundo, países desenvolvidos e*

subdesenvolvidos, ricos e pobres, centro e periferia” (Layrargues, 1997: 1) são um bom exemplo das disparidades que é preciso atender de forma a evitar que estes ritmos diferentes de crescimento sejam inconciliáveis com as mudanças culturais e sociais que as estratégias de desenvolvimento sustentável procuram implementar. À luz do paradigma atual que enfatiza a estratégia global de desenvolvimento sustentável, estes contrastes regionais têm de ser supridos para que, em pleno século XXI, não se assista a uma miséria humana em que “cerca de 10,7 milhões de crianças por ano não vivem para ver seu quinto aniversário, e mais de 1 bilhão de pessoas sobrevivem em pobreza extrema com menos de 1 dólar por dia” (UNDP, 2006: 17); em que doenças, como HIV / SIDA, só em 2003, fosse responsável pelo considerado “maior retrocesso no desenvolvimento humano (...) ceifando 3 milhões de vidas e deixando outros 5 milhões de pessoas infetadas (Idem, *ibidem*) e, no que respeita a água, os bens essenciais e os principais direitos humanos considerados como básicos e garantidos, sejam, afinal, o “cerne de uma crise enfrentada diariamente pelos incontáveis milhões de pessoas mais vulneráveis do mundo - uma crise que ameaça a vida e destrói a capacidade de sobrevivência a uma escala avassaladora” (Idem, 9).

No que respeita ao ambiente, a história mais recente da Humanidade revela a atenção que esta vertente tem merecido e as mudanças de *paradigmas de desenvolvimento humano* que se operaram são disso prova. A civilização atual consciencializa-se que no caminho rumo à sustentabilidade as atividades humanas não podem ser desprovidas de sensibilidade ambiental, senão resultariam em contínuas formas de destruir o mundo vivo, podendo levar a um ponto tal em que este será incapaz de sustentar a vida na forma como a conhecemos. Os graves problemas ambientais que o planeta enfrenta, atualmente, têm vindo a ser alvo de constantes e acesos debates, na esfera internacional, o que tem levado a maioria dos estudiosos, como Jones, Parker, S. Martin, Rigor (1999) e Cristy e Spencer (2004) a defender a tese que estamos na presença de um fenómeno de aquecimento global e cada vez mais parece haver um consenso que tal situação se deve ao aumento do efeito de estufa, a nível planetário, cujo principal responsável é o ser humano. Apesar de persistir um certo ceticismo de alguns autores em aceitar tal teoria, como é exemplo Molion (1994) que, baseando o seu estudo na análise de erupções vulcânicas, defende que estamos a assistir a um arrefecimento e não aquecimento do planeta, o facto é o reconhecimento por parte da pluralidade dos estudos, relativos à evolução da temperatura da atmosfera terrestre, que afirmam não existirem dúvidas que se verifica “um aumento global da temperatura do planeta” (Mendonça, 2003: 4). Neste campo, mais de 97% dos especialistas em questões climáticas estão convencidos de que os seres humanos são responsáveis pela alteração global da temperatura terrestre (Doran and Zimmerman, 2009; Anderegg, Prall, Harold and Schneider, 2010)¹.

¹ Tal é confirmado, pela literatura científica, conquanto se verifica que, dos 928 estudos publicados sobre o tema “mudanças climáticas globais”, no período compreendido entre 1993 e 2003, descobriu-se não existir um sequer que rejeite o consenso de que as atividades humanas são as responsáveis pelo aquecimento global (Oreskes, 2004).

Analisando um documento da União de Cientistas, intitulado “Human Fingerprints” (ver UCS, 2006), este resume as principais alterações climáticas provocadas pelo Homem. Segundo o referido estudo, verifica-se que as várias camadas das águas oceânicas, desde águas superficiais até águas a profundidades de 1500 pés, têm sofrido um aumento médio da temperatura muito fora dos limites da variação natural do clima. As ações antropogénicas têm contribuído para que os oceanos absorvam cerca de 20 vezes mais calor da atmosfera só no último meio século. Neste contexto, e a título de exemplo, referir que o aumento do “*nível médio das águas do mar irá aumentar entre 18 a 59 cm*” neste século (AEA, 2007: 9).

Ainda no que concerne ao aquecimento global, referir que, de acordo com pesquisas recentes, as camadas da atmosfera evidenciam que as atividades humanas subiram o limite da baixa atmosfera da Terra - troposfera. Esta camada é separada pela camada superior, a estratosfera, por uma camada designada por tropopausa, camada esta que, de acordo com a União de Cientistas (2003), subiu mais de 900 pés, devido às alterações, introduzidas pelo Homem, que alteraram a forma da Terra reter o calor. Assim sendo, os cientistas alertam para o *stress térmico* da troposfera que foi responsável, em apenas 20 anos (1979-1999) por 80% do total da subida da tropopausa (Union of Concerned Scientists, 2006). Neste contexto, a terceira “*impressão digital humana*” é o fenómeno da subida da temperatura média global. De acordo com o relatório “Climate change: the cost of inaction and the cost of adaptation”, da AEA, de 2007, as previsões estimam que até, ao ano de 2100, a temperatura aumente 4° C em relação aos níveis de 1990. O relatório “*Fourth Assessment Report Climate Change 2007: Synthesis Report Summary for Policymakers*”, (ver IPCC, 2007), alerta para um cenário mais dramático, referindo que o aumento médio global das temperaturas pode atingir os 6,4°C, se a população e a economia continuarem a crescer rapidamente e se forem mantidos os elevados níveis de consumo dos combustíveis fósseis. Em Portugal, segundo um estudo efetuado pela CQNUAC, (2007: 1), “*a temperatura média subiu em todas as regiões (...) desde a década de 1970, a uma taxa de cerca de 0,45 ° C / década*” sendo a região Mediterrânica, no futuro, uma das zonas de maior instabilidade devido às alterações climáticas que causarão nos próximos 50 anos, “*um crescente stress hídrico, ondas de calor e incêndios florestais em que Espanha, Portugal e Itália são suscetíveis de serem os mais afetados*” (Stern, 2006: 7).

Feito este breve enquadramento (social, económico e ambiental) à conjuntura mundial, reconhece-se a necessidade de não se continuar a insistir em padrões de vida e de consumo que não se compatibilizam com o paradigma atual. Como refere Al Gore (2006: 286-287), um dos grandes protagonistas da política mundial nas últimas décadas e reconhecido ativista ecológico², a verdade sobre a crise “*é inconveniente porque significa que vamos ter de mudar a maneira como vivemos (...). Perdemos muito do tempo que podia ter sido investido na resolução da crise, porque os que*

² Al Gore recebeu o Nobel da Paz, em 2007, junto com o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas da ONU, “*pelos seus esforços na construção e disseminação de maior conhecimento sobre as alterações climáticas induzidas pelo homem e por lançar as bases necessárias para inverter tais alterações*”
[http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/)

se opõem à ação conseguiram até agora politizar a questão, com êxito (...). Não podemos, por mais tempo, dar-nos ao luxo da inação e, francamente, não há desculpa para ela (...). Não se trata de um debate ideológico com dois lados, os prós e os contra. Só há uma Terra e todos nós, que vivemos nela, partilhamos um futuro comum”.

Ora, se retrocedermos no tempo, poderíamos, facilmente, inserir as palavras recentes do autor e contextualizá-las no início da década de 60 e, em particular, na década de 70, em que a identificação e crescente compreensão deste tipo de ameaças pela sociedade mundial tiveram o seu apogeu. Poderá julgar-se, meio século depois e face ao quadro socioeconómico e ambiental que vivemos, que os estudos, debates e eventos que marcaram a história contemporânea foram relativizados pelas sociedades que os atravessaram face à situação presente de reconhecida insustentabilidade. Contudo, e como tal não é mensurável, compete mencionar, de seguida, as principais iniciativas que evidenciam a crescente atenção e preocupação que estes assuntos foram ganhando, no seio da comunidade internacional, à medida que os problemas entre Homem / Natureza se foram agudizando.

A década de 70 ficou marcada pela primeira grande discussão internacional sobre ambiente humano, na célebre Conferência de Estocolmo, em 1972, pela publicação, no mesmo ano, da obra *“Limites do crescimento”* (*“Limits to Growth”*, em inglês), realizado por um grupo de investigadores do Clube de Roma, e pelo surgir dos primeiros, significativos, movimentos cívicos de defesa do meio ambiente. Neste contexto, relevo a importância da equipa interdisciplinar do Instituto de Tecnologia de Massachusetts que foi responsável por dois estudos que se constituíram como importantes representações do estado de crise ecológica e ambiental, a nível planetário, projetados para o futuro. Neste âmbito, destaco *The Limits to Growth: a Report for the Club of Rome’s project on the predicament of Making* (1972) e *Beyond The Limits: Confronting Global Collapse, Envisioning a Sustainable Future* (1992).

Como refere Almeida (2006: 20), estes dois estudos tiveram uma grande preponderância, à época, devido à peculiaridade de serem baseados na *“aplicação de um modelo computadorizado que permite projetar no futuro as consequências dos ritmos atuais do crescimento, encarado este na perspetiva da evolução de cinco variáveis básicas: (...) a população, a produção industrial per capita, a produção alimentar per capita, os recursos naturais e a poluição”*.

As conclusões do primeiro estudo de Meadows (1972), foram interpretadas de diferentes formas, para uns consideradas previsões catastróficas, para outros um simples aviso à sociedade e, ainda, para outros como uma mensagem de forte otimismo e de esperança para fazer face à crise ambiental. Acontece que as 3 grandes mensagens contidas neste estudo continuam a não divergir muito do pensamento atual, o que traduz, em parte, a permanência dos problemas (Meadows, 1972: 20):

I. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados, algum dia, dentro dos próximos cem anos (2070). O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população, quanto da capacidade industrial.

II. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e económica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planeado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

III. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão as suas probabilidades de êxito.

Como refere Sachs (1976: 320-321), a década de 70 trouxe uma *“recém adquirida consciência ambiental que leva a uma ênfase na necessidade de conceber os processos de desenvolvimento sobre uma base sustentável.”* Sempre que possível, *“os fluxos de recursos renováveis devem ser utilizados, ao invés de (...) contribuir para a depleção de stocks de recursos não renováveis. Isto apela a uma gestão ecológica prudente dos recursos cuja renovação é limitada, e depende das políticas: uma floresta cortada que não é replantada não se torna numa mina de madeira”* (idem, *ibidem*). Já nesta década, o citado autor utiliza o termo *“sustentável”* para definir a base do desenvolvimento humano, onze anos antes do Relatório de Brundtland. Era introduzida uma nova conceção de desenvolvimento – o designado *ecodesenvolvimento* – conceito usado pela primeira vez pelo canadiano Strong, em 1973. No entanto, foi Sachs, segundo Cavalcanti (1994: 15), que formulou os princípios básicos desta nova visão do desenvolvimento. Nesta foram integrados seis aspetos básicos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: *“a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação”*.

A visão de ecodesenvolvimento, assente num paradigma que emergia da necessidade de preservar o meio ambiente, fez-se acompanhar de uma enorme controvérsia. Para muitos, principalmente a ala mais conservadora da sociedade, postulava-se a ideia incontornável de cumprir com a teoria *“do crescimento zero”* e assim assumir uma postura de *“manter as mãos fora da natureza”* (Sachs, 1976: 321). No entanto, a humanidade compreendia que esta também não poderia ser a solução, pois, segundo Naess (2003: 265), *“o slogan não-interferência”* não implica que os humanos não possam modificar determinados ecossistemas como fazem as outras espécies. *“Os seres humanos modificaram a Terra durante toda a sua história e vão*

provavelmente continuar a fazê-lo, no entanto, deve sim continuar-se a lutar pela preservação das grandes áreas naturais” (idem, *ibidem*). Tornava-se, então, urgente criar uma nova simbiose entre a natureza e a humanidade que não causasse *stress*, nem a nível ambiental e social, nem a nível económico, suportado por um novo paradigma.

O Relatório Brundtland assume a sua relevância numa sociedade onde imperam divergentes interpretações sobre o *ecodesenvolvimento*. Subjacente à finalidade do relatório, mencionado já anteriormente (ver Layrargues, 1997), acresce-se a particularidade de, por um lado, este reafirmar uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, realçando a incompatibilidade dos padrões de produção e consumo vigentes com a preservação do meio ambiente e, por outro, de introduzir conceções que são a essência do pensamento ideológico atual salientando o reforço da intervenção local para a resolução de problemas, pois, como refere Barbosa, (2008: 2), existe a *“necessidade do poder político favorecer a intervenção à escala local”*.

Cinco anos após o Relatório de Brundtland, no ano de 1992, surgiu o segundo estudo, elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, intitulado *“Beyond The Limits: Confronting Global Collapse, Envisioning a Sustainable Future*, vinte anos após o primeiro estudo, *“The Limits to Growth”*. Neste, a mesma equipa de investigadores, constituída por Donella Meadows, Dennis Meadows e Jorgen Randers (ver Meadows *et al.*, 1992) sintetizava a crise ambiental e social como uma situação tão ou ainda mais preocupante da narrada em 1972: *“O mundo humano ultrapassou os seus limites. A forma como estamos a proceder é insustentável. O futuro, para ser minimamente viável, terá de se basear em esforços de abrandamento, de suavização, de cura”* (Almeida, 2006: 21). Acrescenta, Soromenho-Marques, (1998: 24), que se está na iminência de se *“cometer a maior das injustiças, isto é, existe o perigo de para mantermos o presente estilo de existência comunitária se elimine a teia frágil dos ecossistemas, do tecido biofísico de que depende a vida da nossa e de muitas outras espécies. A maior das injustiças, essa que seria a eliminação das possibilidades das gerações futuras no altar sacrificial de um presente insustentável e suicidário”*.

É neste enquadramento, que se releva para a CNUMAD, que teve lugar no Rio de Janeiro – Brasil, em 1992, e sua importância para a afirmação do atual paradigma. A supracitada conferência integrou e formalizou os novos princípios, herdados do Relatório de Brundtland, que rompiam com o antigo modelo de desenvolvimento. Dos princípios proclamados e defendidos para a prossecução do desenvolvimento sustentável, salientam-se os seguintes: *Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável* (Princípio 1); *O direito ao desenvolvimento deve ser exercido, de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de gerações presentes e futuras* (Princípio 3); *Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste* (Princípio 4); *Para atingir o desenvolvimento sustentável e mais alta qualidade de vida para todos, os Estados devem reduzir*

e eliminar padrões insustentáveis de produção e promover políticas demográficas adequadas (Princípio 8); A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, ao nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. A nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre matérias e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a consciencialização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos (Princípio 10) (UNEP, 1992).

Inspirados nestes princípios, foram elaborados vários documentos oficiais como produto desta conferência, como a Carta da Terra, três convenções abordando diferentes temáticas (Biodiversidade; Desertificação; Mudanças climáticas) e duas declarações (declaração de princípios sobre as florestas e a declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento) e a A21, objeto de estudo desta investigação.

A própria etimologia do termo A21 evidencia, não só o desejo de mudanças no modelo de civilização vigente, procurando fomentar um desenvolvimento em que predomine o equilíbrio entre o ambiente, o social e o económico, como introduz a ideia de continuidade, de compromisso, ao longo do tempo, para que se concretize esta vontade.

Como referem as Nações Unidas, no documento da Agenda 21, capítulo 8, em muitos países *“ainda prevalece, no sistema de tomada de decisões, a tendência de separar fatores económicos, sociais e ambientais da prática política, no planeamento e na gestão local. Isto influencia as ações de todos os grupos da sociedade, inclusive Governos, indústria e cidadãos, e tem implicações importantes para a eficiência e sustentabilidade do desenvolvimento. É necessário que o ambiente e desenvolvimento sejam colocados no centro das políticas económicas e nas tomadas de decisão e para tal, urge ajustar ou mesmo reformular o modelo de decisão integrando todos os fatores de forma equitativa”* (UNCED, 1992b: cap.28).

É neste contexto, em que se forma a ideia precisa que o desenvolvimento e meio ambiente constituem um binómio central e indissolúvel que a Agenda 21 (A21) ocupa o seu espaço e se afirma. A A21 impõe-se como um dos principais instrumentos, de e para a sustentabilidade, tornando possível congregar o direito ao desenvolvimento com o direito à vida ambientalmente saudável, para as gerações presente e futuras. Neste âmbito, a A21 identifica-se como *“uma estratégia de ação com 40 capítulos que define o que é aconselhável fazer para assegurar um desenvolvimento racional dos recursos a nível mundial”* (Hochstrasser e Vieira, 2003: 3). É no capítulo 28, do referido documento, que reside o objeto de análise da investigação. Nesse capítulo, é consagrada a importância da implementação de uma A21 a nível local (**Agenda 21 Local**) referindo a relevância do poder local para o sucesso deste Plano de Ação: *“ Como muitos dos problemas e soluções referidas na Agenda 21 têm origem em problemas locais, a participação*

e a cooperação das autoridades locais, constitui um fator determinante no cumprimento desses mesmos objetivos. São as autoridades locais que constroem, operam e mantêm em funcionamento as infraestruturas económicas, sociais e ambientais; são também elas que supervisionam os processos de planeamento, estabelecem os regulamentos locais e implementam as políticas ambientais nacionais e subnacionais, sendo as autoridades locais o nível de governo mais próximo das populações, desempenhando um papel vital na educação, mobilização e interlocução com o público, com vista ao desenvolvimento sustentável” (idem, ibidem).

Concretizando, e segundo o ICLEI, “*nascia*” a figura da Agenda 21 Local, entendida como um “*processo participativo, multisectorial, que visa atingir os objetivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Ação estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável*”. O objetivo da Agenda 21 local é, então, o de implementar ações locais para atingir os objetivos da mesma, visto que “*cerca de dois terços das 2509 ações identificadas na Agenda 21 requerem o envolvimento ativo do Governo Local*” (SMEC, 2002: 4)

Desta forma, os programas de desenvolvimento sustentável devem ter em conta os objetivos da A21 e resultarem de processos com elevada participação cívica, visto que o Mundo incita que, como se refere na carta de Aalborg (1994: 6), “*todos os cidadãos e grupos de interesse (...) tenham a oportunidade de participarem nos processos de decisão local*”. É neste âmbito que transparece a importância deste instrumento para a concretização de políticas públicas sustentáveis. Deste modo, reconhece-se que a A21L expressa a visão da sociedade contemporânea que quer enfrentar os desafios do futuro sem pôr de parte a sua responsabilidade como cidadãos e como atores políticos. A A21L repercute, assim, uma forma inovadora da sociedade encarar os problemas baseada no mote de *pensar globalmente, agir localmente*. Foi a tomada de consciência que, à partida, é agindo localmente que se resolvem os problemas locais e, conseqüentemente, os problemas e tendências globais, que fez com que o conceito da A21L surgisse. Tornava-se evidente que, saído dos 10 princípios da Declaração do Rio, e segundo Schmidt, Nave e Guerra (2006b: 182), a “*participação social seja condição primária para o desenvolvimento sustentável*” e, igualmente, condição indispensável para a implementação / desenvolvimento de uma Agenda 21L. A Agenda 21 Local (A21L) traduz, assim, uma nova forma de fazer política, “*realçando a importância da uma vasta participação pública como sendo essencial nos processos de mudança para a sustentabilidade*” (Jörby, 2001: 5).

Neste âmbito, a A21L institui-se como instrumento que realça o interesse capital da participação cívica num sistema democrático, verificando-se o contributo deste instrumento para o emergir de uma nova postura baseada na tendência para políticas “top-down”, em que o cidadão comum deve ter um papel cada vez mais interventivo, mais ativo e de maior corresponsabilização com as medidas que pautam o futuro da humanidade.

Assim sendo, e como refere Marina (2003) (cit in Batista, 2003) a *Agenda* só “*é um poderoso instrumento*” no caminho da sustentabilidade “*desde que estejamos dispostos a usá-lo em toda a sua riqueza conceptual, metodológica e operacional*” (Silva, 2003: 7). Infere-se que o seu sucesso está, totalmente, subordinado à vontade dos cidadãos do Mundo em colocar em curso o novo paradigma de desenvolvimento. Desta forma, não há dúvidas que a implementação e disseminação de processos de *Agendas* esteja concomitantemente dependente dos governos “*que têm a prerrogativa e a responsabilidade de contribuir e facilitar processos de implementação da Agenda 21, em todas as escalas, mas também em todos os segmentos da sociedade*” (Batista; 2003: 16). Sublinhe-se que este instrumento não é, obviamente, um plano de um qualquer governo, mas uma proposta de estratégia global que, ao visar a sustentabilidade, conta com a via política e com uma democracia participativa como fatores imprescindíveis para o seu sucesso.

Atualmente, e segundo dados oficiais do ICLEI, a Agenda 21L tornou-se num mecanismo de promoção de desenvolvimento sustentável bem incorporado a nível local. Estudos quantitativos indicam uma impressionante taxa de implementação e aceitação deste processo pelo Mundo. A comunidade internacional aguarda com expectativa, mas também com algum receio, 2015, ano que traduz o prazo limite que a comunidade internacional impôs para atingir as metas traçadas na Conferência do Rio (1992) e, mais recentemente, na Declaração do Milénio, adotada em 2000. Tal receio não é infundado, visto que, em 2002, na CMDS (também conhecida como Conferência Rio Mais Dez), que se realizou em Joanesburgo, foram avaliados os primeiros 10 anos de desenvolvimento sustentável (após a cimeira do Rio), tendo-se “*admitido que ainda estamos longe de atingir o que acordamos alcançar*” (UN, 2002[a]: 164). A comunidade internacional assumia que, para além dos objetivos estabelecidos no Rio-92 ainda estarem longe ser alcançados e de se registar uma escassez de resultados positivos, se verificava, ainda, em alguns casos, “*o contrário, isto é, a situação ainda piorou. O número de pessoas vivendo em pobreza extrema aumentou na última década (...)* e “*a degradação ambiental continua a colocar graves e alarmantes ameaças à segurança do nosso planeta*” (idem, *ibidem*). Acresce, de acordo com o mesmo relatório, a existência de um processo de “*de-desenvolvimento*” em que se verifica uma reversão do processo de desenvolvimento. Neste âmbito, mais do que tentar identificar quais as causas de “*de-desenvolvimento*”, deve-se “*cooperar mais estreitamente, a nível mundial, para as travar*”, desempenhando a A21L, como instrumento global, um papel decisivo nesta matéria.

Neste enquadramento, há uma mensagem forte que saiu da Conferência de Joanesburgo, é que só “*aceitando a Agenda 21, que (como instrumento) concorda em integrar o desenvolvimento económico e social com a proteção ambiental, é que se pode garantir a sustentabilidade do nosso planeta e a prosperidade de toda a humanidade*” (idem, 156), sendo que, para “*reforçar a integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável, que se refletem na Agenda 21, é também necessário reforçar a implementação da Agenda 21*” (idem, 71).

É nesta conjuntura mundial que importa enquadrar o caso português em matéria de A21L, procedendo-se a uma análise à implementação deste instrumento no território nacional. Neste enquadramento, Portugal, apesar de ser um país tão pequeno, é dos que *“mais urgentemente precisa de acudir à sua situação ambiental e de consagrar na prática governativa as regras mais do que óbvias do desenvolvimento sustentável”* (Schmidt, 2007: 100). Neste propósito, o País tem uma soberana ocasião de o fazer, através da implementação de um dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento sustentável, criados a nível internacional, e através do qual a sociedade civil é mobilizada a intervir: a A21L.

A vontade de Portugal concretizar essas mesmas políticas de desenvolvimento sustentável tem o seu maior relevo na figura da ENDS e no PIENDS que se afigura com a convicção de se colocar em prática *“uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável e a sua implementação (...) e de garantir “os mecanismos que assegurem a sua profunda integração nas políticas de governo, a articulação com a estratégia de desenvolvimento sustentável a nível comunitário e garantam a coerência entre as diversas políticas públicas tendo em conta o seu carácter transversal* (ENDS, 2006: 1).

Desta forma, ficou determinado na ENDS que, no período compreendido entre 2005 e 2015, se deve desenvolver *“um conjunto ordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam, num horizonte de 10 anos, assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente (...) para “fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social”* (Resolução do Conselho de Ministros nº 180/2004, 2004). É neste contexto que Portugal reconhece que só existirá, efetivamente, crescimento e convergência com o quadro europeu, se Portugal adotar uma estratégia global de desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, mais do que um documento orientado para o desenvolvimento sustentável, configura-se como um processo de planeamento estratégico participativo, isto é, apela nas suas diferentes fases de elaboração e de implementação ao contributo e empenho de todos os cidadãos, procurando não excluir ninguém nas tomadas de decisão. De que forma foi implementada a A21L no território português, qual o grau de sucesso da sua inclusão, quais os obstáculos que surgiram na integração de políticas de sustentabilidade são as questões às quais se procuram respostas nesta dissertação, sabendo-se, todavia, que a história recente de Portugal parece ter criado certos *“maus hábitos”*, tanto na primazia do poder político na tomada de decisões, como na sociedade portuguesa civicamente pouca ativa, que surgem como entraves às iniciativas de desenvolvimento destes processos.

1.3 Objetivos e Metodologia de investigação

Objetivo Geral

A dissertação tem como objetivo geral a análise à A21L, incidindo sobre a forma como no nosso país esta foi sendo adotada. O objetivo central pressupõe o estudo da dinâmica espaciotemporal das A21L, no território nacional, e a análise integrativa de indicadores físicos, sociais e económicos que permitam compreender as especificidades, os contrastes e as dificuldades verificadas nos processos implementados e desenvolvidos em Portugal. Acresce, igualmente, averiguar as questões históricas, políticas, económicas e culturais que configuram o caso português e perceber quais as influências que estes vários domínios tiveram no quadro da aplicação deste instrumento no espaço português.

Objetivos Específicos

Neste âmbito, os objetivos específicos são:

- Demonstrar em que medida a sociedade portuguesa se encontra receptiva à A21L.
- Destacar transformações que induzem a uma nova conceção de pensar e fazer política e que se demarcam de um tipo de governação mais tradicional, tipicamente centrada no poder político local. A Agenda 21L, ao apelar a uma democracia participativa e descentralizada, cria novos espaços de intervenção cívica e reestrutura a organização dos municípios no campo da legislação, evidenciando-se marcas inovadoras na conceção das políticas.
- Contextualizar o comportamento dos vários atores sociais quando confrontados com a implementação deste processo de desenvolvimento sustentável. Neste campo, é fundamental analisar o procedimento dos cidadãos, de entidades e poderes locais quando confrontados com um processo que apela ao contributo de todos, na tomada de decisões. O nível de participação dos vários atores sociais evidencia a abertura da sociedade para esta nova forma de fazer política.
- Compreender o grau de influência que a falta de condições económicas e sociais, necessárias para o incremento das Agendas, pode acarretar no desenvolvimento dos processos.
- De acordo com o número de A21L em curso, determinar de que forma as diferenças de participação dos cidadãos interfere no sucesso da execução de uma A21L.
- Verificar os resultados concretos da operacionalização da A21L.
- Aferir as vantagens/constrangimentos da aplicabilidade, na prática, deste instrumento a nível local.

Hipóteses de Trabalho

Na abordagem aos processos nacionais de A21L, constata-se uma característica comum que retrata a realidade portuguesa. Tal situação prende-se com o desfasamento temporal entre a disponibilidade de se utilizar esta ferramenta (desde a conferência do Rio, 1992) e as primeiras Agendas 21 Locais que se implementaram no nosso país, com início no ano de 1996. Esta situação decorre da omissão do poder central em matéria de apoio logístico e financeiro às A21L; da existência de um poder local desconhecedor da natureza da A21L e de forma de a operacionalizar; de uma sociedade pouco sensibilizada para cooperar em processos que exigem elevada participação cívica para serem desenvolvidos; de falta de verbas para suportar os custos das mesmas no terreno.

Metodologia

No âmbito deste estudo, a estrutura da investigação teve subjacente a conjugação de metodologias diversas que se traduziram nas seguintes abordagens:

- i) Revisão da literatura e recolha de dados bibliográficos sobre a temática da A21L.
- ii) Levantamento de informação, através de um inquérito por questionário formulado, dirigido a todos os municípios do País onde decorrem A21L, a fim de complementar informação já processada.
- iii) Pesquisa direta de dados no terreno que envolveu a utilização de procedimentos de teor quantitativo (inquéritos por questionário), relativa ao caso de estudo (*Agenda 21 Local de Mindelo*) e aplicação de inquéritos por entrevista aos responsáveis pela A21L nesta localidade.
- iv) Tratamento e análise dos resultados obtidos da confrontação da perspetiva teórica com a prática. Elaboração de conclusões com considerações que remetem para recomendações futuras.



Figura 1.1 – Metodologia aplicada na dissertação

1.4 Estrutura do trabalho

O documento encontra-se estruturado em sete capítulos que se dividem em três partes distintas: i) os primeiros três capítulos inscrevem-se no enquadramento teórico da investigação (Estado da Arte), ii) os dois capítulos seguintes correspondem à área de estudo e ao trabalho prático desenvolvido, iii) os últimos dois capítulos inserem-se na discussão dos resultados e conclusões finais.

No **Capítulo I** apresenta-se uma breve referência à temática subjacente ao desenvolvimento deste trabalho, seguido dos objetivos e da metodologia da investigação e terminando com esta secção onde se apresenta a estrutura do próprio documento.

O **Capítulo II**, intitulado “*Caminhos para a sustentabilidade*”, encontra-se dividido em três subcapítulos: No primeiro, é feita uma abordagem à história ambiental centrada na indissociabilidade da sociologia, como ciência, e sua relação intrínseca com as várias perspetivas ideológicas que foram marcando a evolução das relações do Homem com a Natureza. No segundo, incide-se sobre o paradigma atual de desenvolvimento. Neste âmbito, foi feita, primeiramente, uma caracterização/discussão do paradigma do “desenvolvimento sustentável”, face aos paradigmas “tradicionais”. De seguida, pretendeu-se evidenciar o enquadramento histórico-social que marcou a institucionalização deste paradigma. Por último, evidenciar as várias etapas que marcaram a operacionalização deste paradigma, na história da civilização humana. O terceiro introduz a análise da A21L, como instrumento essencial para a prossecução dos valores do paradigma vigente. Neste âmbito, é realizada uma abordagem a vários e importantes aspetos: a) Caracterizar a sua natureza como instrumento de e para a sustentabilidade; b) Evidenciar o conjunto de condições indispensáveis para a sua operacionalidade; c) Identificar os objetivos gerais que norteiam os processos de *Agendas*; d) Ilustrar a metodologia que, reconhecidamente, é a mais utilizada como modelo de execução, no terreno, das A21L; e) Reportar a A21E, ou também designada “Agendinha 21”, relevando análise para a importância de se tornar cada vez mais precoce o contacto dos indivíduos com as questões de sustentabilidade, a fim de formar “melhores” cidadãos, cada vez mais responsáveis e cientes das consequências de más práticas de cidadania e mais sensíveis às questões de carácter ambiental.

O **Capítulo III**, “*Agenda 21 Local como instrumento promotor do desenvolvimento sustentável*”, é composto por três subcapítulos que consubstanciam a investigação à A21L, suprimindo, porventura, todo o carácter circunscrito, isolado, descontextualizado e limitativo que um estudo centrado num único espaço geográfico abarcaria. Sendo a A21L um instrumento de âmbito global, fruto de um consenso internacional, e Portugal um país aberto ao exterior e pertencente a um planeta que é cada vez mais uma “aldeia global”, é imprescindível investigar o caminho percorrido pela A21L, no seio da comunidade internacional, de forma a proporcionar toda a plenitude de entendimento da A21L como instrumento adotado pelo Mundo e perfilhado por Portugal. Neste âmbito, o primeiro

subcapítulo ilustra o estado das A21L no Mundo e na Europa. No caso particular de Portugal (segundo subcapítulo), e antes de se partir propriamente para análise da A21L, depreendeu-se a necessidade de contextualizar a conjuntura socioeconómica e ambiental portuguesa para melhor se compreender o comportamento da A21L no território português. Para tal, o presente subcapítulo vai ao encontro destes objetivos, tendo-se realizado uma breve análise à evolução dos acontecimentos restritos às questões ambientais. Decorrente da mesma, verificou-se a existência de conjunturas distintas que caracterizam diferentes fases de consciência social face aos problemas ambientais. Desta forma, a análise às políticas de ambiente em Portugal foram abordadas por intervalos de tempo. Por último, e integrado no subcapítulo seguinte, refletem-se essas transformações (retratadas no subcapítulo anterior), mas à dimensão do cidadão comum. Assim, as diferentes formas de relacionamento entre Homem e a Natureza, em Portugal, são objeto de análise, interessando avaliar o contributo da sociedade portuguesa no contexto dessas mesmas alterações. Para tal, este subcapítulo encerra em si uma investigação no âmbito das representações e práticas ambientais dos portugueses, onde se averigua a evolução da mentalidade e o nível de consciencialização dos mesmos para as questões ambientais.

O **Capítulo IV** incide sobre a estrutura do projeto científico baseado no argumento, objetivos, hipóteses e metodologia aplicada à investigação. Desta forma, explicita-se a condução dos trabalhos, a população-alvo do estudo e a análise empírica desenvolvida. Acresce a apresentação dos critérios e dos instrumentos de recolha de informação inerentes ao trabalho empírico desenvolvido. Neste capítulo, integra-se a análise ao caso específico da A21L de Mindelo, face à peculiaridade de um processo identificado como pioneiro, no que concerne à iniciativa do poder sublocal. Assim, foi elaborado um breve retrato dos aspetos físicos, sociais e ambientais que caracterizam o mesmo.

O **Capítulo V** inicia-se com a análise aos casos das A21L em curso em Portugal. De seguida, apresenta os resultados recolhidos, analisados e tratados, provenientes da aplicação dos vários instrumentos de recolha empírica desenvolvido. Posteriormente, foram confrontadas a primeira e segunda parte do trabalho de investigação, apresentando-se os resultados inerentes à discussão da parte teórica com os resultados da análise empírica.

O **Capítulo VI** encerra a investigação com a apresentação da síntese dos resultados apurados e com recomendações que procuram contribuir para o aperfeiçoamento do processo de implementação de A21L em Portugal. São, ainda, apresentadas as limitações do estudo e sugestões.

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

2.1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea orienta, teoricamente, o seu desenvolvimento com base nos pressupostos do *desenvolvimento sustentável*, sendo que, na prática, a sua operacionalização revela-se muito menos simples, como se analisará mais à frente neste capítulo. Decorrente da evolução civilizacional, o ser humano foi compreendendo que um padrão de vida, que resultava numa elevada transformação e destruição do meio natural, é incompatível com a capacidade de vida na Terra. Porém, o atual paradigma adotado não emergiu de um entendimento célere e linear das relações intrínsecas entre Homem/Natureza, pelo contrário, verificou-se uma sucessão de doutrinas ideológicas que marcaram a história da humanidade e que evidenciam todo um conjunto de controvérsias e críticas, avanços e recuos, apoiantes e opositores que marcaram vários períodos da história do Homem e que contribuíram, com a sua reflexão, para a atual *era ideológica* em que a inclusão das questões ambientais na estrutura do modelo de desenvolvimento socioeconómico deixou de ser motivo de discordância para passar a ser amplamente aceite pelas sociedades atuais.

O início deste capítulo incide, precisamente, sobre a evolução da perspetiva humana em encarar as inter-relações entre sociedade e ambiente. Abordam-se conceitos como determinismo geográfico, determinismo biológico e várias outras doutrinas ideológicas, como DWW, HEP e NEP, que evidenciam diferentes conceções da Humanidade em compreender a relação entre questões naturais e sociais. Face à dicotomia entre cultura humana e questões ambientais, releva-se o contributo da sociologia, particularmente, através do emergir da sociologia ambiental que, com os seus impulsionadores e defensores, ajudou à reflexão sobre a indissociabilidade entre factos ambientais e sociais. Ainda neste capítulo, destacam-se os principais momentos que marcaram a operacionalização do desenvolvimento sustentável. Neste âmbito, a reflexão sobre esta temática foi estruturada em partes distintas: a primeira, que decorre até o emergir do Relatório de Brundtland (1987) e com este a formalização do conceito que define o atual paradigma de desenvolvimento. A segunda, que se institui como um momento preparatório para a realização da CNUMAD (1992), considerada um dos marcos mais importantes na história da humanidade em matéria de sustentabilidade e o terceiro momento, com o surgir da A21L. Neste ponto, serão abordados conceitos como o de sustentabilidade forte, sustentabilidade fraca, participação pública, governança, operacionalização (de acordo com várias perspetivas ideológicas) e formulação / sistematização de indicadores de sustentabilidade.

O capítulo termina com a desconstrução da A21L, como instrumento de sustentabilidade, analisando-se a sua natureza, objetivos, metodologia e forma de a operacionalizar no terreno. Os conceitos mais abordados apontam para os princípios inerentes à sua natureza (com realce para o princípio da subsidiariedade), para a importância das parcerias / parceiros para a sua execução e

para o contributo das Agendas 21 Escolar como processos concebidos para preparar as gerações mais novas para o desafio da sustentabilidade.

2.2 O Meio Ambiente e a Sociedade: relação do Homem com a Natureza numa perspetiva sociológica

Como já foi anteriormente referido, o atual paradigma adotado não emergiu de um entendimento célere e linear das relações intrínsecas entre Homem/Natureza, verificando-se todo um conjunto de várias doutrinas ideológicas que marcaram a história da humanidade e que contribuíram para o emergir desta *nova era ideológica*, em que a inclusão das questões ambientais na estrutura do modelo de desenvolvimento socioeconómico, já não é mais motivo de discordância, mas de ampla aceitação por parte da Humanidade.

Assim sendo, verifica-se que foi só a partir do século XVIII que as questões relacionadas com o Homem na sociedade começaram a merecer a atenção dos estudiosos e a revestir-se de um carácter científico. Aliás, neste campo, a história do relacionamento entre as chamadas “*ciências da cultura*”, “*humanidades*” ou “*ciências sociais*”, por um lado, e as “*ciências da natureza*”, por outro, é reveladora da dificuldade da Humanidade em abandonar o pensamento dominante centrado na dicotomia natureza e sociedade. Como refere Schwartzman (2008: 4), a “*tentativa de trazer o método científico para as humanidades não é aceite de forma automática, gerando uma grande pluralidade de escolas e linhas de trabalho, e uma discussão aparentemente interminável sobre métodos, com os quais as ciências naturais normalmente não se preocupam*”. É nesta “*pluralidade de escolas e linhas de pensamento*” que “*irrompiam*” as modernas *ciências sociais*, em meados do século XIX, que ajudaram a impulsionar o debate e a discussão pública, ao colocar os assuntos humanos como *objeto de ciência*. Neste âmbito, surgia a maior parte das disciplinas no domínio das Ciências Sociais, como é o caso da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política e com estas um enriquecimento na análise às várias linhas de pensamento, à época. É, portanto, com o contributo das Ciências Sociais e, em particular, da Sociologia que se procura compreender a evolução do pensamento ideológico que marcou o desenvolvimento da Humanidade e que contribui para decifrar o paradigma atual. Todavia, a análise a estas questões ficaria comprometida se não refletisse sobre a sociologia ambiental, ramo da sociologia. Como refere Drummond (ver Drummond, 1991), mesmo as modernas *ciências sociais*, nas quais se insere a sociologia, ficaram presas ao que este autor designou de “*status quo cronológico*”, isto é, estas *ciências* continuavam a distinguir o “*tempo geológico ou natural*” do “*tempo das culturas humanas*” (Drummond, 1991: 179). Para o autor, os cientistas sociais olhavam para os factos sociais medindo-os a partir do tempo socialmente consagrado (o do Velho Testamento) que remonta a Humanidade há pelo menos seis milénios (de acordo com o calendário gregoriano). Contudo, os cientistas naturais que estudam o tempo geológico situam a Idade da Terra, à volta de 4,5 mil milhões de anos. Segundo o autor, esta discrepância temporal de analisar a realidade fez com que, não só os cientistas sociais considerassem os poucos milénios de história humana, registados em documentos, serem suficientes para interpretar todo o processo histórico, como induzia os mesmos cientistas à prática de uma cultura tradicional de fazer ciência que os fez

subtrair, “às vezes explicitamente, o ser humano do tempo geológico e dos processos naturais a ele associados” (Drummond, 1991: 179). Acresce o mesmo autor que tal facto explica a “rejeição às implicações colonialistas e ou belicistas do “darwinismo social” de Helbert Spencer e aos determinismos geográficos e raciais do século XIX”. É já em pleno século XX, com um amplo desenvolvimento das Ciências Sociais que surgem novas vertentes do pensamento com o aparecimento de novas disciplinas que rompem, definitivamente, com paradigmas passados, destacando-se a sociologia ambiental que, pelo seu contributo, se instituiu com linhas de pensamento que “combateram esses reducionismos e determinismos geográficos, que souberam rejeitar as explicações da cultura através da biologia ou qualquer ciência natural e que resistiram aos conceitos e modelos da “história natural” e das suas herdeiras, inclusive a ciência da ecologia” (idem, *ibidem*).

É neste entendimento, e tendo presente que as questões ambientais não podem ser dissociadas das questões sociais, que reside a relevância da análise da relação das ciências sociais com o estudo do meio ambiente. Neste âmbito, apercebemo-nos, de imediato, do grau de complexidade que encontramos quando necessariamente se tem de integrar a análise das questões ambientais na esfera social. Como referem Axtell e Epstein (1996: 1), “...os processos sociais são complexos pois estes não podem ser literalmente decompostos em processos separados - económicos, demográficos, culturais, espaciais (...) ambientais - cujas análises individuais podem ser agregadas de forma a conferir uma análise adequada dos processos sociais como um todo”. Contudo, e como acrescentam os mesmos autores, “é exatamente como a ciência social é organizada, dentro de departamentos mais ou menos insulares e jornais de economia, demografia, ciência política, e muito outros. Obviamente, muitos cientistas sociais, prontamente, concordariam que tais divisões são artificiais (...) mas, iriam também concordar que não existe uma metodologia natural para estudar esses processos em conjunto, da forma como estes estão intricados uns nos outros” (idem, *ibidem*). Concebendo que, análise à temática ambiental não pode ser tratada, de forma isolada, estanque e unidirecional, separando-a de toda uma multiplicidade de inter-relações de variáveis, vai-se proceder a uma breve abordagem histórica sobre a relação do Homem com o Meio Ambiente, incidindo, em particular, na sociologia como ciência e na sociologia ambiental como disciplina, devido ao elevado contributo que deram para a nova perceção das relações Homem/Ambiente. Através da análise à sociologia e aos fatores que estiveram na génese da sociologia ambiental se compreenderá melhor a estreita relação da componente ambiental com a componente social.

Como refere Haining (1990: 22), a estrutura espacial de cada época é “uma consequência dos instintos sociais dos indivíduos (...) e dos seus comportamentos” contextualizados num ambiente económico, social e cultural que determinam esses mesmos comportamentos, verificando-se que o comportamento da humanidade, que mais se perpetuou no tempo, insere-se num modelo que se refugiava na perceção que o ser humano era incapaz de infligir quaisquer tipos de danos ao planeta, pois este detinha a capacidade de tudo regenerar, compensando eventuais desequilíbrios

e mantendo inalterável o equilíbrio saudável entre o Homem e a Natureza. Neste contexto, a crença do Homem sobre a inesgotabilidade dos recursos e na ausência de qualquer tipo de impactos decorrentes da atividade humana no ambiente, foram correntes predominantes de pensamento que marcaram épocas. Como referem Berkes, Folke e Colding (1998: 1), este entendimento atribuía-se “à falta de visão humana e ganância do Homem que assim acreditava que os recursos poderiam ser geridos de forma sustentável”. O sistema de suporte de vida humana acometia a natureza a uma simples fonte fornecedora de mercadorias em que o mundo científico orientava a utilização desses mesmos recursos como se fossem ilimitados, cegamente vinculado à mentalidade reinante das sociedades.

Neste contexto, a história do século XVIII e, mais ainda, no século XIX, remete-nos para uma doutrina ideológica, que ficou conhecida como *determinismo*. Este conceito afirma que “*existe uma relação causal entre a estrutura do ambiente e as formas de organização da sociedade, os tipos de povoamento, os regimes políticos, as características físicas, morais e de personalidade dos habitantes, para além dos seus costumes e as suas práticas habituais*” (Mela et al, 2001: 56). Neste campo, destacaram-se o determinismo geográfico e o determinismo biológico que encetavam duas teorias sobre o desenvolvimento social. A primeira foi acerrimamente defendida por Henry Thomas Buckle, historiador britânico que afirmava nas suas obras, uma das mais conhecidas “*History of Civilization in England*”, que a sociedade humana “*é produto das forças naturais e é, portanto, susceptível de uma explicação natural*” (Bierstedt, 1981: 2). Segundo o autor, o aspeto visual da natureza tinha uma enorme influência sobre o Homem, sendo capaz de moldar o seu comportamento. De acordo com a sua interpretação sociológica, o Homem reflete o meio onde vive, isto é, no ambiente natural, bonito ou no seu oposto, bastante degradado, a sua imaginação desenvolve-se de uma forma excessiva, ao contrário, se o ambiente for menos ameaçador, menos hostil, tal situação desenvolveria a inteligência mais racional do Homem. Por exemplo, o caso da Inglaterra que, ao caracterizar-se por relevos agradáveis, relevos pouco acentuados, com suaves colinas representava, segundo o autor, um exemplo de paisagem que promovia a inteligência racional.

Entretanto, surgia uma outra doutrina que assenta no discurso sociológico do *darwinismo* e a sua posição evolucionista. Charles Darwin, naturalista britânico, numa das suas obras, “*A Origem das Espécies*”, formula a teoria da evolução dos seres vivos mediante uma seleção natural que proporciona aos indivíduos variações úteis na luta pela existência; estas variações transmitem-se, reforçadas, aos descendentes. Em virtude da seleção natural, sobrevivem os indivíduos e as espécies melhor adaptadas. Estas ideias revolucionam as conceções biológicas da época. Esta doutrina foi seguida por muitos sociólogos, um dos quais Herbert Spencer, que adaptou o princípio da seleção natural ao domínio humano. William Graham Sumner, um dos discípulos de Herbert Spencer, acrescentou a esta teoria o seu próprio conceito – o “*conceito de competição da vida*” – que referia, inclusivamente, que a luta do ser humano não era só travada com as outras espécies, mas também com a sua própria espécie. Este pensamento vigorou até início do século XX,

acabando, no entanto, por fracassar o darwinismo social e o determinismo geográfico com o surgir da oposição às correntes biológicas, fortemente suportada por pensamentos que se opunham a argumentos de carácter biológico e ambiental, como forma de justificar o processo de evolução humana.

Foi nesta encruzilhada de pensamentos e da necessidade de novas orientações sociológicas que, nos anos vinte do século passado, emergiu na *Escola de Chicago*, as raízes da Sociologia, a Sociologia Urbana. A Escola de Chicago fica como um marco na história da sociologia, pois, sem dúvida, esta contribuiu com as suas bases para o nascimento da Sociologia do Ambiente, ao apresentar uma nova conceção ideológica que acentuava a aproximação entre ambiente e sociedade na análise das questões ambientais. Apesar deste contributo, é de referir que os sociólogos, até à década de setenta, “*deparam-se com a circunstância de não terem nenhum corpo teórico ou investigação para os guiar no sentido de uma interpretação particularizada da relação entre a sociedade e o meio ambiente*” (Hanningan, 1995: 15).

A sociologia da época continuava arreigada a uma mentalidade e a uma visão antropocêntrica predominante, influenciada pela *visão ocidental dominante (Dominant Western Worldview - DWW)*. Como nos refere Figueiredo (2003b), “*A negligência do ambiente pela sociologia deve-se também à influência do Dominant Western Worldview ou o Dominant Social Paradigm nesta ciência social, paradigma cujas características se podem sintetizar na crença social no progresso ilimitado, no avanço da tecnologia, no progresso da ciência e na abundância e carácter inesgotável dos recursos naturais*”. Como reforça Dunlap (2002b: 331), a “*sociologia tem estado profundamente influenciada pelas tradições culturais de desenvolvimento Western (DWW), uma cultura fortemente antropocêntrica na forma como separa os aspetos humanos do resto da natureza*”. De acordo com este modelo, o ser humano era entendido como uma espécie superior e totalmente separada das restantes. O Homem era considerado como possuidor de características excepcionais capazes de subjugar a natureza à sua vontade. A crença num desenvolvimento económico e tecnológico ilimitado e na existência de uma solução capaz de resolver todos os problemas caracterizavam a ideologia desse período.

Esta perspetiva resultava, em parte, de se estar a viver uma situação de enorme prosperidade económica e social, fazendo com que as sociedades se orientassem apenas para as questões de cariz socioeconómico, desprezando a vertente ambiental. Com a revolução industrial no seu arranque inicial e com a “*abundância de recursos naturais, as sociedades encontravam-se bastante otimistas em relação ao progresso da economia e acreditavam no modelo de desenvolvimento*” vigente (Dunlap, 2002b: 332).

As ideologias que marcaram essa época foram seguidas por três dos principais pensadores clássicos da Sociologia, entre o século XIX e início do século XX, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. O sociólogo Émile Durkheim defende que os factos sociais têm de ser “*tratados como*

coisas”, compreendendo que um facto social só pode ser explicado pelo social, como refere na sua obra *As Regras do Método Sociológico* (1895). Enquanto para Durkheim, os factos sociais deviam ser entendidos no campo apenas social e nunca envolvendo o ambiente biofísico, para Max Weber, a rutura entre o biofísico e o social só existiria se os atores envolvidos assim o considerassem. No entanto, também este autor sublinha que se devia evitar juízos de valor que ameaçassem a qualquer momento interromper a sua análise. Max Weber preconizava a *neutralidade axiológica*, isto é, a separação nítida entre os juízos morais próprios do investigador e a sua análise científica (ver Weber, 1974). Já Karl Marx particularizou o seu interesse para o problema da luta de classes dentro do sistema capitalista, incidindo sobre a relação Homem/Trabalho. Das três interpretações sociológicas, a de Karl Marx é a mais próxima da conceção atual da relação Homem / Natureza, visto que para este autor a natureza não pode ser concebida como algo exterior à sociedade, pois esta é encarada como um produto histórico. Segundo o autor, existia uma mediatização da sociedade com a natureza, sendo o processo de trabalho a força responsável por essa interação, pois, segundo o mesmo, tanto o Sujeito (trabalhador) como o Objeto (matéria-prima transformada) são fornecidos pela natureza do trabalho. A tal relação, Marx empregou o conceito de metabolismo ou interação metabólica para descrever a complexa interação entre natureza / sociedade em que, segundo o mesmo, as leis da natureza não podiam ser formuladas sem a ajuda de categorias sociais. A natureza é dialética, e esta dialética dá-se em função da interação do homem com a natureza: *“A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos”* (Schmidt, apud Smidt, op. cit: 52).

Como refere Hannigan (2006: 1), os trabalhos destes autores *“nunca foram realçados, em larga medida porque os seus tradutores e intérpretes americanos favoreceram as explicações da estrutura social em detrimento da física ou ambiental”*. Assim sendo, o pensamento paradigmático dominante (HEP) parecia *“abafar”* qualquer outra ideologia que pudesse colocar em perigo o pensamento vigente. No entanto, e como sublinham Mela *et al* (2001: 56), Émile Durkheim, no campo sociológico, fazia *“a primeira definição sistemática da relação sociedade/natureza, que procura definir a relação existente entre o mundo da natureza e os factos sociais”* levantando, assim, um pouco o *“véu”* sobre as hipotéticas relações entre factos sociais e ambientais. Aliás, o contributo deste autor era reconhecido por Cuvillier (1953: 179), que refere que Émile Durkheim, ao defender que *“não existe [nenhum] fenómeno que não se desenvolva na sociedade, desde os factos físico-químicos até aos factos verdadeiramente sociais”* estava já a dar início ao

pressuposto de que os factos ambientais também têm de ser encarados como um fenómeno social, pois inserem-se no próprio meio.

Porém, sob a influência do HEP, os sociólogos continuaram a ignorar que a sociedade humana dependesse do ecossistema envolvente. Como refere Dunlap (2002b: 334), como *“resultado do contexto histórico, cultural e social em que esta se desenvolveu e nas tradições singulares que envolveram a sua busca pela autonomia disciplinar, a própria sociologia desenvolveu, largamente, um conjunto implícito de pressupostos sobre a presumível irrelevância do mundo físico para a sociedade industrial moderna. Apesar de raramente ser expresso, tais pressupostos influenciaram os sociólogos na forma como abordam o assunto [de carácter ambiental] e a forma como orientaram os seus estudos”*. Como tal, os sociólogos e a sociologia contribuíram para a aceitação deste modelo de desenvolvimento, baseado na teoria otimista sobre os recursos naturais e sua existência ilimitada (HEP), reforçando, perante a opinião pública, a ideologia de que a Humanidade estaria sempre a salvo de quaisquer constrangimentos naturais.

Assim sendo, o agravar dos impactes ambientais, causados pela ação humana, iria constituir-se como um dos maiores contributos para a legitimação daqueles que não se reviam no paradigma ideológico predominante, como são os casos de W. Catton e R. Dunlap que marcaram, inevitavelmente, o olhar científico do Homem sobre as questões de ordem ecológica. Estes dois sociólogos norte-americanos indagavam o motivo das ciências sociais ainda *não* terem integrado a vanguarda do “despertar ecológico” mundial, concluindo que, desde a sua origem, elas adotaram um “paradigma da excecionalidade humana” (*Human Excepcionalism Paradigm*) aos fatores da natureza. Como reconhecem Dunlap e Catton (1979: 251), com o prevalecer deste modelo de desenvolvimento *“os sociólogos da Ecologia Humana”* continuavam a carecer *“das bases para se interessarem pelos problemas ambientais contemporâneos”* sendo que *“(...) explicar fenómenos sociais só em termos de outros factos sociais, além de uma aversão aos anteriores excessos do determinismo biológico e geográfico, ...[levam] os sociólogos a ignorar o mundo físico em que o homem vive”* (Dunlap, 2000: 21). Neste contexto, os referidos autores (Catton e Dunlap) introduzem uma nova visão ecológica do Mundo, tentando ultrapassar o reducionismo ecológico dos clássicos proveniente essencialmente do axioma Durkheimiano e da noção de isentabilidade humana. Este conceito de *“isentabilidade”*, trazido por Catton e Dunlap, alterava o *E* de *Excepcionalism* (no HEP) para *Human Exemptionalism Paradigm*. Segundo os autores, esta substituição não foi para *“negarmos que o Homo sapiens é uma espécie excecional mas antes que as nossas especiais características não nos isentam dos princípios e constrangimentos ecológicos. Por esta razão, nós subsequentemente renomeamos o HEP”* (Dunlap, 2002b: 334). Segundo os mesmos autores, este paradigma procurava ultrapassar a visão antropocêntrica do Mundo e clarificar a teia das interações entre fatores biofísicos, sociais e culturais. Como corroboram Redclift e Woodgate (1997), [citado in Dunlap (1997: 1)], era necessário acabar com *“a insistência dos sociólogos sobre o carácter distinto do Homem... [que] tende a colocar à distância*

os recursos naturais ou aspetos físicos do ambiente que tanto influenciam e são influenciados pelo comportamento humano” e que resulta da inabilidade da sociologia em tratar o ambiente fruto da herança do “empirismo simples, por um lado”, e no aceitar a teoria da evolução baseado “nos modelos biologicamente deterministas de mudança social.

Este prenúncio de uma nova forma de conceber a articulação das ciências sociais com as naturais ia, gradualmente, sendo aceite pela própria sociedade mundial, perante as evidências que a ação humana estava efetivamente a alterar o equilíbrio entre crescimento económico e o ambiente. Dava-se início a um conjunto de estudos, realçando-se o contributo das Ciências Sociais e de prestigiados cientistas que, com as suas obras, contribuíram para o objetivo de analisar as relações entre sociedades industriais e o meio ambiente, recaindo as investigações sobre as causas prováveis da degradação ambiental, dos impactes sociais da poluição e da escassez dos recursos. Os estudos convergiam para a ideia generalizada que, como referem Shmit e Hoffman (1999: 2), *“a introdução de fatores sociais como causa tornaram claro que os desastres se desenvolviam com diacronicidade, isto é, aconteciam de forma sequencial após o Homem ter provocado a sua causa. Calamidades resultantes de processos que se desenvolveram durante longos períodos de tempo ou crises repentinas, acabavam por, mais cedo ou mais tarde, se manifestarem mesmo debaixo dos seus narizes”.*

Um desses estudos, intitulado *“The Tragedy of the Commons”* (ver Hardin, 1968), alertava no final da década de 60 para o problema dos bens comuns, visto que, segundo a sua teoria, todos os bens não privados estavam sujeitos a uma significativa pressão humana, não existindo o cuidado em proteger esses recursos públicos, por parte da sociedade da época. Esta preocupação é perceptível quando o autor refere que *“A tragédia dos bens comuns como fonte de alimentos pode ser evitada pela propriedade privada, ou algo que se assemelhe formalmente a isso. Mas o ar e as águas à nossa volta não podem ser cercados de forma fácil, e assim, a tragédia do uso de bens comuns como fossa sanitária deve ser evitada por outros meios, por leis coercivas ou impostos que façam com que seja menos dispendioso para o poluidor tratar dos seus agentes poluentes do que despejá-los sem tratamento no meio ambiente”* (Hardin, 1968: 3).

Nesta mesma época, outro estudo marcou a história do movimento ambientalista. Rachel Carson, em 1962, publicou um livro com o título *“The Silent Spring”* que alertava a sociedade para as implicações do uso dos pesticidas sobre o ambiente e sobre a saúde das pessoas. Vivia-se uma época de prosperidade industrial, com novos bens e equipamentos a serem produzidos e aplicados em vários domínios, como no caso da agricultura. A sociedade rendia-se ao progresso, confiando cegamente no desenvolvimento da ciência moderna e não olhando para as consequências que poderiam advir da destruição da natureza e do Homem. Esta cientista e ecologista norte-americana, no seu livro *“Primavera Silenciosa”*, alertava para a destruição indiscriminada e não localizada das espécies a combater e para a perigosidade dos inseticidas

(realçando o uso do DDT) devido à sua capacidade de penetrar na cadeia alimentar e acumular-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive do Homem. A juntar a estes factos, a comunidade mundial assistia a mais uma catástrofe ambiental, com o desastre de 119 000 toneladas de petróleo derramadas pelo navio Torrey Canyon, ao longo da costa norte da França e sua consequência sobre a flora e a fauna marinhas.

Neste contexto, o Homem era, diariamente, confrontado com uma realidade que tentava omitir e que se resume ao reconhecimento *“que as modificações do sistema terrestre são, em larga escala, de origem antropológica”* (Veyret and Pech, 1993: 31). Apesar do despertar lento para as questões ambientais, pode afirmar-se que estas questões eram uma preocupação quase exclusiva do mundo ocidental. Nos países em vias de desenvolvimento, a emergência da questão ambiental era vista como um luxo do Ocidente e nos países comunistas a força destruidora da industrialização impunha-se a qualquer forma de sensibilização e consciencialização para com os danos gerados pela indústria, na natureza.

Os alicerces do ambientalismo moderno são lançados no início da década de 70. Como explica Hannigan (2006: 1), a designação *“Dia da Terra 70”*, tantas vezes mencionada, ficou consagrada nos anais da história como representando a *“estreia do movimento do ambiente moderno. O que torna mais distinto e simbólica a designação do “Dia da Terra” é, no entanto, a sua pretensão de querer ser o 1.º dia do novo ambientalismo, uma interpretação que foi amplamente adotada pelos média americanos, proporcionando, assim, um reconhecimento instantâneo e generalizado da questão ambiental”*.

Foi, pois, na década de 70 que a era ecológica começou e com esta o despertar da Humanidade para os graves problemas do ambiente. Segundo Jacobi (2000: 4) a sociedade despertou, mais propriamente, para a sua *“crise” [ecológica], convertendo-se num processo social na medida em que os impactos de agressões ao meio ambiente repercutem de forma interdependente à escala planetária. A consciência ambiental aumenta e com isto cresce a percepção da noção de risco e o entendimento de que as transformações em curso se convertem em ameaças cada vez mais preocupantes*. Nesse sentido, *“a crise do modelo de desenvolvimento”* (...) constitui-se como *“uma força motriz, na medida em que se desenvolve na opinião pública a tomada de consciência da devastação ambiental”* (idem, 9).

No entanto, era uma época mergulhada numa certa turbulência social, com uma diversidade de acontecimentos que tornavam desfavorável qualquer tipo de iniciativa de carácter ambiental. As sequelas da Guerra Fria, conflito político-ideológico entre os Estados Unidos da América (EUA), defensores do capitalismo, e a União Soviética (URSS), defensora do socialismo, fazia com que o mundo temesse um novo conflito mundial, por se tratar de duas potências com grande arsenal de armas nucleares. Aliado a este facto, a sociedade confronta-se com o problema da colonização,

processo que ainda não tinha chegado ao fim. Na África do Sul, o *apartheid* ainda vigorava e o Muro de Berlim continuava a ser um ponto sensível de desunião social e política.

Neste contexto histórico, e apesar de tanta controvérsia, o mundo científico não parava e, patrocinado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Cambridge, era publicado o livro *"Man's Impact on the Global Environment"* que mencionava, pela primeira vez, o aquecimento global (ver SCEP, 1970). Esta investigação atribuía a responsabilidade pela ameaça à camada de ozono, e conseqüente problema do *"buraco do ozono"*, a uma vasta frota de aviões supersónicos que vulgarmente passavam pela baixa estratosfera. No entanto, esta teoria nunca se confirmou na prática.

Em 1972, a comunidade internacional, confrontada com um crescente agudizar dos impactos ambientais e com o *"agitar"* social, viria a promover um encontro para discutir os problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado. Estas preocupações foram abordadas na CNUMAH, vulgarmente designada Conferência de Estocolmo, que teve lugar entre 5 a 16 de junho desse mesmo ano. Este evento constitui-se como um importante marco ambiental, não só pelo facto da elevada representatividade (estiveram presentes delegações de 113 países), mas, igualmente, por ter contribuído para o conciliar de diferentes pontos de vista, extremamente divergentes, entre os países ricos e países pobres em várias matérias, uma das quais de carácter ambiental. Todavia, o sucesso desta conferência não foi partilhado por muitos. Segundo Long (2000: 11), a Declaração de Estocolmo teve a *"particularidade de criar - os princípios - que no seu conjunto formaram leis internacionais mas apenas intencionais, sem aplicação prática"*, isto é, elaborou-se apenas um conjunto de orientações para questões ambientais internacionais que, supostamente, poderiam não ser aplicadas. Desta Conferência, realça-se, ainda, a criação de um organismo internacional, a UNEP, com o objetivo de *"fornecer liderança e incentivar a parceria com a preocupação do ambiente através de aconselhamento, informando, e permitindo as nações e povos melhorar a sua qualidade de vida sem comprometer com isso as gerações futuras"* (UNEP, s.d.)

É neste enquadramento espaço-temporal que reside a importância de se abordar a sociologia face ao seu contributo entre as ciências sociais, remetendo, mais concretamente, para a institucionalização da sociologia ambiental. É claro que o processo de institucionalização da sociologia ambiental, no âmbito da sociologia, não foi homogéneo. Ele é resultado de vários fatores que se conjugaram, por um lado os acontecimentos políticos e culturais, da época, e por outro o fervilhar do próprio desenvolvimento intelectual em que se distinguiram "escolas" ou dinâmicos centros de ensino, constituídos por alguns professores ou, ocasionalmente, por apenas um sociólogo, que lidaram com a questão ambiental e que se dedicaram ao debate e pesquisa, centrando os seus interesses no estudo das relações sociais/ambientais. Neste âmbito, verificou-se uma mudança drástica no clima cultural e universitário em várias partes do Mundo, incluindo os

Estados Unidos da América. É precisamente neste país que, em resposta à apreensão social e ao agravamento dos problemas ambientais vivenciados naquela sociedade, se regista o caso pioneiro da institucionalização da *sociologia ambiental*, enquanto disciplina, em 1972.

A sociologia ambiental iria “nascer” num período histórico-social conturbado, marcado por convulsões ideológicas que colocavam em causa toda a linha de pensamento dominante e que exigiam a “reforma” de um paradigma já esgotado, incapaz de dar resposta aos problemas com que a sociedade se confrontava. Como testemunham Redclift e Benton (1994:3), *“Este modelo de determinismo cultural [paradigma dominante], (...) desenvolveu-se em grande parte como uma resposta a uma moral inaceitável e às implicações políticas do determinismo biológico”*. Acresce, Hannigan (1995: 2), que os *“problemas ambientais não são muito diferentes de outros problemas sociais como o abuso de crianças, os sem abrigo...ou a Sida”*. A par da nova perceção que emergia sobre as relações Homem / Natureza, a sociedade virava-se para a sociologia, criticando-a pela pouca audácia em analisar “cientificamente” os factos ambientais, à luz deste novo entendimento.

Assim sendo, faltava introduzir uma nova dinâmica de pensamento à clássica sociologia de forma que, também esta, partilhasse as preocupações que emergiam no seio do pensamento social, como referem Redclift e Woodgate (1997), [cit in Dunlap, (1997: 2)], *“ A sociologia (...) precisava ser equilibrada por uma forte dose de realismo, que aceite os seres humanos como apenas uma entre muitas espécies e cujas ações podem ou não ter repercussões sobre toda a natureza, e onde a natureza é caracterizada como impondo limites aos finitos recursos biofísicos do crescimento económico”*. Decorrente desta perceção, Buttel (1987: 466), remete para a importância dos *“sociólogos ambientais (que) procuraram, nada mais nada menos, que a reorientação da sociologia na direção de uma perspetiva mais holística que conceptualizasse os processos sociais no contexto da biosfera”*. Como reconhece Dunlap (2002a: 10), *“(...) não foi possível resistir à tentação de consagrar um paradigma alternativo, destinado a destacar que, de facto, mesmo as modernas sociedades industriais dependem de seus ambientes biofísicos e que os problemas ambientais, só por isso, justificam uma atenção sociológica”*.

Deste modo, e de acordo com Buttel (1987: 446), Catton e Dunlap tiveram um papel crucial para a mudança ideológica, pois *“levaram a cabo uma cruzada para converter os sociólogos ao seu novo paradigma ecológico que tinha por objetivo eliminar de uma forma definitiva as divisões no âmbito da teoria sociológica. Este novo paradigma constitui uma analogia académica do pensamento dos “verdes” em geral, defendendo uma abordagem que fosse menos “antropocêntrica” (...) e mais “ecocêntrica”*. Surge, então, *“a proposição do novo paradigma ecológico (‘new ecological paradigm’ – NEP)”* por Dunlap *“em colaboração com Catton. Jr que foi fundamental para o reconhecimento da necessidade do contributo das ciências sociais para a análise das questões relativas à natureza e ao ambiente e para o posterior desenvolvimento da sociologia ambiental.*

Segundo Dunlap e Catton Jr (...), o NEP vem substituir aquilo que os mesmos autores designam como o paradigma da excecionalidade humana ('human exemptionalism paradigm'– HEP)" (Figueiredo, 2003a: 38).

Com este novo paradigma, a Humanidade reconhece que o Homem é apenas mais uma das espécies entre outras, considerando-se que o meio biofísico coloca constrangimentos importantes a este. Como refere Dunlap (2000: 34) "o que se espera com o NEP não é substituir o Marxismo, Weberiano ou outras expectativas mas estimular o desenvolvimento com mais sensibilidade ecológica". Desta forma, esta nova perspetiva assumia definitivamente a existência de relações mútuas entre o ambiente e sociedade, em que o homem gera impacte sobre o meio ambiente e este retribui, por feedback, o impacte que sofreu. Segundo Catton e Dunlap só "Assim, a natureza simultaneamente complexa e mista – natural e social - dos problemas ambientais fica claramente assumida, integrando na mesma fórmula de causalidade, e de modo interdependente, fatores biofísicos e sociais (Schmidt, 1999b: 182) ". À luz deste paradigma, o Homem deverá ser capaz de "dar esclarecimentos para os problemas globais do ambiente, dos quais se podem obter orientações políticas e programas de análise empírica dos efeitos ambientais. Os defensores desta teoria, sugerem que os que têm uma visão pessimista do futuro estão mal informados e que o problema da degradação ambiental tem a sua solução dentro da complexa relação entre o social e o industrial, desde que se utilizem as atuais instituições económicas e sociais" (Mulberg, 2003: 131).

Apesar da sua importância, nem mesmo este novo paradigma ficou isento de fortes críticas, como são as proferidas por Buttel que "defende que as teorias sociológicas clássicas têm importantes contributos a dar à sociologia do ambiente e contesta duramente a substituição destas teorias por um novo paradigma" (Cunha, 2004: 10). Por sua vez, Buttel "sugeria que a teoria sociológica do ambiente deveria ser caracterizada por uma dupla determinação: basear-se em teorias sociológicas por um lado e em observações empíricas das interações entre sociedade e ambiente, por outro. Portanto, também ele reconhece que a especificidade da sociologia do ambiente se prende, sobretudo, com a importância da dependência e interação entre a sociedade e o ambiente natural. Mas ao contrário de Catton e Dunlap, considera que a tradição sociológica clássica é de extrema importância para as teorias da sociologia do ambiente e mostra-se bastante indignado por estes considerarem que os clássicos (na sua ânsia de legitimação e autonomização do campo) tenham afastado da análise sociológica toda e qualquer explicação através de fatores naturais" (idem, 10).

Segundo esta nova doutrina, surgia, então, uma nova disciplina na área da sociologia. "Eu e Catton definimos a Sociologia Ambiental como "o estudo da interação entre o ambiente e a sociedade" (Catton e Dunlap, 1978: 44). De acordo com Buttel (1987: 468), "(...) a identidade da subdisciplina [sociologia ambiental] foi criada através de significativa pesquisa empírica e de uma

contribuição teórica baseada numa "moda autoconsciente" que se estabeleceu "como uma crítica às conceções gerais da sociologia" tradicional. Redclift e Woodgate (1997: 2) reforçam a importância desta subdisciplina, reconhecendo que "os primeiros paradigmas da sociologia ambiental" (...) identificaram "perentoriamente que, ao distanciar-se do meio ambiente e das influências do comportamento humano sobre o mesmo, a sociologia [tradicional], necessariamente limita o seu poder explicativo" e o seu campo de ação".

Os próprios fundadores da sociologia ambiental reconheciam as diferenças bem demarcadas entre a "velha" sociologia e a revitalizada sociologia marcada pela abertura à recente percepção do Homem em encarar os problemas ecológicos. Como referem, com o novo paradigma baseado no "estudo da interação entre o ambiente e a sociedade... nós (Dunlap e Catton) também temos que nos basear na análise [dessa interação] e depreender que foi necessário superar a sociologia tradicional como forma de compreender as sociedades contemporâneas" (Dunlap, 2002a: 21). Neste sentido, nós "argumentamos que o estudo das relações entre classe social e degradação ambiental ou o impacto da escassez energética na sociedade eram qualitativamente diferentes" (pois, no entendimento destes autores, os fenómenos ambientais devem ser tratados como variáveis) "do que nos estudos de opinião pública ou de ativistas ambientais, sobre questões ambientais, que formavam (...) apenas uma sociologia de questões ambientais em vez de uma verdadeira sociologia ambiental" (idem, 12). Acrescentam os mesmos autores que "felizmente, o forte fluxo de trabalho empírico tomou uma abordagem pragmática e ilustrado que, todavia, apesar das dificuldades, é possível incorporar as variáveis ambientais nas análises sociológicas" (idem, 14).

Como refere, ainda, Dunlap (2002b: 330), "este paradigma [novo paradigma ecológico (NEP)] que estamos propondo" surge "como uma alternativa às disciplinas implícitas no paradigma da excecionalidade (HEP)" (...) que virá "substituir as existentes perspetivas teóricas". A sociologia ambiental põe fim à "ausência de qualquer preocupação com as pré-condições ecológicas da sociedade nos estudos sociológicos" (Lenzi, 2007: 2).

Decorrente desta análise, constata-se que a importância da sociologia pode ser sintetizada num conjunto de fatores, de vária ordem, que se depreendem das palavras dos autores supracitados:

- a. A sociologia ambiental, radicada no novo paradigma ecológico (NEP), acabou por romper com as ideologias da sociologia tradicional, constituindo-se, não só como uma forte opositora à corrente determinista dominante, mas também como uma alternativa à mesma. A institucionalização desta subdisciplina da sociologia contribuiu para romper definitivamente com o antigo paradigma (HEP) que descurava o facto de existirem relações entre factos sociais e factos ambientais e colocava o Homem como ser superior em relação às restantes espécies, no ecossistema.

- b. Como refere Catton e Dunlap (1978), a sociologia ambiental especializou-se no estudo das interações entre o meio natural e os comportamentos sociais. Ao adotar esta nova abordagem sistémica, decorrente do novo paradigma, esta disciplina, através dos seus trabalhos científicos, evidenciou as vantagens de se compreender o desenvolvimento à luz de relações recíprocas entre variáveis sociais e ambientais.
- c. A sociologia ambiental constitui-se como uma disciplina aglutinadora de cientistas, intelectuais e de todos aqueles que se reviam no NEP. Assim, esta *disciplina* teve a virtude de “*atrair as atenções e seguidores*” (Redclift e Woodgate, 1997: 3) que foram intensificando a convicção, do domínio público, na nova visão paradigmática.

Ainda neste campo de análise, conclui-se que a *Sociologia Ambiental* de Dunlap e Catton foi preponderante, não só pelas razões já evocadas, mas, segundo Buttel (1997: 44-45), por abarcar 7 noções principais:

- i. A inabilidade da sociologia convencional em dar resposta aos problemas, resultado da partilha de paradigmas que falhavam ao não reconhecer (...) que as estruturas sociais (...) não estão “isentas” das leis da natureza;
- ii. O erro de, socialmente, se acreditar num crescimento, expansão e progresso civilizacional baseado na confiança da existência de recursos naturais ilimitados, de acordo com o paradigma da “*visão ocidental dominante*” (DWW);
- iii. A insustentabilidade das sociedades modernas, porquanto persistiram na depleção de recursos a um ritmo em que os ecossistemas não os conseguem regenerar;
- iv. O maior ou menor grau de desafio das sociedades perante a perspetiva da vulnerabilidade ecológica, alertando para um “crash” ecossistémico, na eventualidade de um agravamento global dos problemas ambientais;
- v. A importância da moderna ciência ambiental ficar amplamente documentada sobre a gravidade das consequências ambientais, o que vem evidenciar a necessidade de se introduzir ajustes e adaptações para evitar a crise ambiental;
- vi. O reconhecimento da real dimensão da crise que ameaça o ambiente e que contribui para a mudança de paradigma para a sociedade, em geral, e para a sociologia, em particular.
- vii. A noção de que a melhoria ambiental será gerada através da difusão do novo paradigma ecológico no seio da sociedade e, para tal, a importância dos cientistas sociais para a operacionalização destas mudanças.

Neste contexto, a nível científico surgia, oficialmente, em 1976, a sociologia do ambiente. Reconhecida pela *Associação Americana de Sociologia* e posteriormente denominada *Sociedade, Ambiente, Tecnologia*, esta pretendeu “*acentuar o papel fundador da proposta de um novo*

paradigma sociológico ambientalista, formulado por Catton e Dunlap” (Mela et al, 2001: 27). Inserida nesta nova visão, a ciência despertava para a nova compreensão em que os problemas ambientais e sociais são “*uno*”, como refere Yearley (1992: 3) “*o aumento da consciencialização em torno dos problemas do ambiente é claramente um fenómeno social de grandes proporções*”. Iniciava-se um novo ciclo que marca a atualidade, em que a ciência recusa a ideologia sociológica tradicional de “*explicar o social pelo social*” e, simultaneamente, não aceita que o progresso da humanidade, enraizado nos princípios do modelo de desenvolvimento vigente, não seja responsável pelos constrangimentos naturais.

2.3 O desenvolvimento sustentável como paradigma atual do desenvolvimento humano.

2.3.1. - Antes de Brundtland

Pode-se afirmar que esta “*nova era ecológica*”, como foi designada (ver subcapítulo 2.2.), teve o seu início na década de 70, traduzindo, na prática, toda a controvérsia da deterioração ambiental e sua relação com o estilo de crescimento económico, objeto de estudo e preocupação internacional desde os anos 60. Nesta década, assistiu-se à particularidade de se distinguir, desde logo, o conceito de desenvolvimento/crescimento, habitualmente considerado um só e, vulgarmente, definido apenas em termos de crescimento económico. A partir deste momento, desenvolvimento humano e crescimento económico são teoricamente, ou do ponto de vista dos discursos, considerados processos diferentes.

Desta forma, os primeiros anos da década de 70 foram assinalados com eventos que marcaram um ponto de viragem na perceção e conceção do modelo de desenvolvimento a seguir. Destaca-se o ano de 1972, assinalado pela realização da CNUMAH, em Estocolmo. Como refere Soromenho-Marques (1994: 81), esta cimeira internacional “*de tão elevado nível até então, realizada sobre o problema da degradação do ambiente, ganha contornos de verdadeiro marco de referência na organização das tendências de fundo da história contemporânea*” o que contribuiu para que, segundo Weizsäcker (1990), a “*conferência de Estocolmo (...) integrasse definitivamente o ambiente na agenda política internacional*” (citado em Soromenho-Marques, 1994: 82). No contexto global, esta conferência “*foi a primeira maior conferência internacional a debater questões ambientais e levou ao estabelecimento da UNEP, um organismo de desenvolvimento incontornável na atual arquitetura internacional no domínio ambiental*” (UNDP, s.d: 9). Como se pode perceber pelo preâmbulo da própria declaração da CNUMAH, a civilização humana finalmente considerava a premência de se criar uma “*visão e princípios comuns para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e melhoria do ambiente humano*” (UNEP, 1972: 1).

Neste âmbito, outras ações foram promovidas, com especial destaque para a realização de várias *Convenções Internacionais* que, mais uma vez, ilustram o crescente centrar do desenvolvimento humano em torno das questões ambientais, como são exemplo a *Convenção sobre Zonas Húmidas de importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas – [RAMSAR, em 1971]]*; a *Convenção sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural (em 1972)* e a *Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção [CITIES, em 1973]]*.

Contudo, a Conferência de Estocolmo por ter traduzido a urgência de dar resposta ao problema da degradação ambiental (ver Galizzi, 2005: 952-953), acabou por ser geradora de conflitos de

interesse. Por um lado, os países defensores do “*crescimento zero*” (*designação herdada do Relatório “Os Limites ao Crescimento”*), basicamente representantes dos países industrializados, e por outro, os defensores do “*crescimento a qualquer custo*”, representantes dos países não industrializados (ver Berry, 1972; 17; Oliveira, 2012: 9; Cetem, s.d.).

Neste contexto, a Conferência de Estocolmo realizou-se num ambiente envolto em alguma polémica com constantes trocas de argumentos, entre as partes, o que fez sobressair as dificuldades da comunidade internacional em delinear um modelo estratégico de desenvolvimento, coerente e aceite por todos. É até, de alguma maneira, compreensível que os participantes na Conferência de Estocolmo, alertados por este estudo [Relatório “Os Limites ao Crescimento”], viessem a defender o “*crescimento zero*”, pondo em causa o desenvolvimento económico para salvar a qualidade de vida dos cidadãos e evitar as catástrofes naturais que se iam somando. Sendo uma posição bastante radical, esta não deixa de ser uma resposta às preocupações de um relatório que referia que, insistindo-se num sistema económico tão agressivo para o ambiente, o “*resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial*” (Meadows *et al.*, 1972: 40-41). Nesta linha de pensamento, o relatório alertava, ainda, “*para a preocupação com as principais tendências do ecossistema mundial, extraídas de um modelo global articulado em cinco parâmetros: industrialização acelerada, forte crescimento populacional, insuficiência crescente da produção de alimentos, esgotamento dos recursos naturais não renováveis e degradação irreversível do meio ambiente*” (Nova, 2002: 3). Como refere Eggert (1992: 57), não é que “*muitos defensores do ambiente não percebiam os benefícios da tecnologia, do progresso e do crescimento económico mas as suas atenções estão direccionadas para diferentes preocupações*” que não passam, no momento, pela “*erradicação da pobreza ou pelo benefício pelas viagens áreas a alta velocidade*” (...) mas sim na “*grandeza da floresta e no seu valor de suporte como geradora de oxigénio, como reguladora climática e como habitat para plantas e vida selvagem*” (*idem*, 58), razões que explicam a defesa intransigente da preservação da natureza. Se existe forma de exprimir esta postura, tal pode ser resumido no comentário de White, (1977: 36): “*Eu me sentiria mais otimista sobre um futuro brilhante para o homem, se este passasse menos tempo provando que pode enganar a natureza e mais tempo saboreando sua doçura e respeitando a sua antiguidade*”.

No entanto, os países mais pobres, com necessidade de se desenvolverem economicamente, não aceitavam esta “*teoria*”, pondo em causa os respetivos estudos e obsessivamente e apelando à continuidade de um sistema económico que se caracterizava pelo seu carácter demolidor, tanto a nível social como ambiental. Este sistema económico, designado capitalismo, associado ao fenómeno crescente da globalização, contribuía para alargar a economia de mercado para uma fase cada vez mais gravosa em relação ao equilíbrio da biosfera. Como refere Rodrigues (2006: 19), “*O valor de uso dos produtos tornou-se presa de interesses financeiros dominantes. O oligopolismo, ou seja, o capital financeiro sobrepôs-se à lógica de investimentos produtivos. A*

geopolítica do capital transnacionalizado impôs modelos sociais/militares e tecnológicos mundializados. E a generalização da tecnologia produziu um antagonismo crescente em relação à biosfera. Esse antagonismo crescente revela-se essencialmente pelo facto de que este modelo tecnológico funciona como uma predação exterminadora dos bens planetários criando simultaneamente resíduos superiores à reciclagem de que dispõe a biosfera". Assiste-se, no decorrer da década de 70, a uma tentativa de parar este modelo económico vigente, sendo que o seu avanço agravava outros antagonismos e recolocava o Homem na senda da "não consciencialização" para os problemas ambientais. Tal facto é relatado por Rodrigues (2006: 20-21), que revela que, neste período, "crescia o fosso entre grupos cada vez mais reduzidos, detentor dos meios de dominação, produção e alienação e o resto da sociedade que por sua vez, se decompõe em grupos sociais, uns integrados e outros excluídos (...) Por outro lado, ocorrem antagonismos também entre os próprios detentores do capital porque a concentração e a concorrência inerentes ao modelo acentua as rivalidades em torno da conquista do poder dominante. A concentração faz-se através do aniquilamento dos mais fracos que têm de se sujeitar a essa geo-estratégia de concentração e de darwinismo social. O processo colonial e neo-colonial instaurou-se pelo sistema tecnológico e pelos novos dispositivos territoriais, elementos fortes que facilitaram a "pilhagem" e produziram a catástrofe das populações nativas". Talvez, assim, se compreenda o porquê de tão abrupto fosso económico e social entre o Norte e o Sul, com os países localizados geograficamente a sul do equador a apresentarem, em geral, níveis de desenvolvimento muito inferiores aos dos países do Norte. Os defensores do crescimento económico questionavam-se porque é que os "ambientalistas e outros defensores do anti-crescimento não percebem que a tecnologia e o crescimento económico estão conquistar a natureza para benefício da humanidade" (Eggert, 1992: 57). Para o referido autor, os defensores do crescimento, a qualquer custo, acreditam na surpreendente capacidade de adaptação dos seres humanos e de outras espécies que provaram, ao fim de milhares de anos, serem capazes de garantir adaptações para a sua sobrevivência. Aliás, o mesmo acrescenta que, neste sentido, os defensores do pró-crescimento acreditam que, se os recursos naturais se esgotarem, o Homem tem a capacidade de os substituir ou de criar sistemas de alta tecnologia capazes de os conseguir reproduzir. Neste contexto, Eggert, 1992, designa esta crença de "otimismo tecnológico". Esta visão é partilhada por Ellis, (1974: 11), naturalista com um extrema sensibilidade para as questões económicas e ambientais, que escreveu num artigo intitulado "A mãe natureza nem sempre tem razão" que considerava que, se o "homem quase literalmente fez a vaca, (...), o peru gordo e a bela rosa (...) e se ele errou nesse entusiasmo e poluiu as suas matérias-primas e os seus recursos, ele ainda fez o mundo extraordinariamente melhor".

Neste enquadramento histórico, a década de 70 ficou conhecida como um marco na história da humanidade, não só pelo despertar social para os graves desequilíbrios da natureza, mas também pelo reconhecimento dos elevados custos sociais e ambientais provocados pela demora da humanidade em aceitar a sua origem.

Apesar da aparente dificuldade em traçar as linhas orientadoras de um novo modelo de desenvolvimento, devido à luta de fações ideológicas que marcaram este período da história (já referida neste capítulo), é visível o emergir do novo paradigma na década de 70, consubstanciado na década seguinte. No final dos anos 70, os alicerces eram lançados, a partir da Conferência de Tbilisi, Geórgia. *“Os princípios da Educação Ambiental (EA) declarados na Conferência de Tbilisi (UNESCO & UNEP, 1978) já incluíam os elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável (DS): a necessidade de considerar os aspetos sociais do ambiente e as suas relações entre a economia, o ambiente e o desenvolvimento; a adoção das perspetivas locais e globais;* (Sauvé, 1997: 1). Outro contributo relevante, datado do início da década de 80, foi a criação da CMMAD, em 1983, que representou um abrir de *“portas”* para um conhecimento científico mais amplo da complexidade das relações causa-efeito, que a vertente social e económica sujeita à dimensão ambiental e apostada no investimento em soluções técnicas que, a serem aplicadas, representassem uma forma de *“corrigir”* e *“minimizar”* as consequências desastrosas do comportamento humano no meio natural.

Enquanto se desenvolviam esforços para se reformular os padrões de desenvolvimento, assistia-se, igualmente, a um processo de transformações do planeta que impulsionava a comunidade internacional a agir rapidamente e que, segundo refere Novo (1999: 19), se fica a dever ao *“excesso de população”* que aparece então como uma única face, talvez a mais visível, mas não a mais importante do poliedro que representa os grandes problemas ambientais”. A década de 80 institui-se como uma continuidade dos problemas identificados, na década anterior, com a particularidade de se vislumbrar as consequências da inoperância da sociedade em encarar os mesmos. Agudizavam-se os problemas da pobreza mundial, aumentava o fosso entre países ricos e pobres e, neste contexto, a disparidade de recursos entre o hemisfério Norte e o hemisfério Sul e, de igual forma, assistia-se ao avolumar dos problemas ambientais. Como refere Figueiredo, (2001: 8), *“a natureza, como era de se esperar, não está a suportar a massiva retirada de seus recursos”, já com sensível exaustão de matérias-primas, tal como se verifica com a água potável. Os resíduos produzidos e acumulados pelo planeta destroem paisagens e alteram ciclos, vitais para o equilíbrio dinâmico que caracteriza o planeta Terra, desde os seus primórdios, há 4, 5 biliões de anos. Os recursos naturais foram mais utilizados pelos países que mais se desenvolveram, ou seja, os países do hemisfério norte (...) ocorrendo um distanciamento ainda maior entre os dois blocos”*.

O aumento da pobreza mundial marca o período dos anos 80 que, de acordo com a UNCHS, o designou por *“período das crises urbanas”* que se refletiu a nível mundial e, em particular, no continente africano (UNCHS, 1996: 89). Segundo o relatório *“An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements”* (1996), da UNCHS, o continente africano viveu uma das piores crises *“existenciais”* de sempre. Esta crise refletiu-se de duas maneiras, pela deterioração dos serviços e infraestruturas urbanas e pelas profundas mudanças operadas na senda do mercado de trabalho. Com o elevado crescimento da população urbana, verifica-se, igualmente, um aumento da

pobreza focalizado nas áreas urbanas, instalando-se a anarquia para conseguir trabalho. Assim, mais e mais residentes urbanos têm de arranjar trabalho, provocando uma *“escalada na procura, sem qualquer contrato, a curto-prazo, num setor sem regulamentação onde se desenvolveu uma diversidade confusa de atividades para responder às necessidades financeiras dos pobres”* (UNCHS, 1996: 86). Face a esta situação e às graves crises económicas que também atingiram vários países da América Latina, ao aumento descontrolado do número de refugiados, ao contínuo aumento populacional nos países em desenvolvimento acompanhado por uma progressiva concentração de população nos centros urbanos, esta década ficou apelidada de *“Década Perdida”* e, como acrescenta Maurice Williams, presidente da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional, à época, uma *“década perdida para a maioria do mundo desenvolvido”* (Meadows, 1991: 77).

Outra realidade que contribuiu para considerar esta década como *“perdida”*, prende-se com o agravar da crise do modelo económico do pós-guerra com os países da América Latina e países da Ásia Subsariana a serem o expoente máximo da crise financeira que assolou este período. Como referem as Nações Unidas (2010: 4), a década de 80 teve de lidar com os graves problemas de *deficits* e de dívidas herdadas das décadas anteriores, o que obrigou à necessidade de muitos países *“pedirem assistência económica ao FMI e ao Banco Mundial. Este apoio, trouxe consigo a submissão a rigorosas medidas de contenção financeira derivada do processo de estabilização orçamental e do ajuste estrutural que pressupunham como objetivos a redução da elevada inflação, a correção das disparidades na balança orçamental externa e nacional dos países e na necessidade de se restaurar o seu crescimento económico”*. Assim sendo, no final da década de 70 / início da década 80, juntava-se, pela primeira vez, à longa e profunda recessão mundial, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, tendo-se criado as *“condições ideais”* para o ressurgir do modelo neoliberal (até então meio esquecido) que teve a sua génese, na década de 1940, a partir das formulações de Friedrich Hayek. Na sua obra *“O Caminho da Servidão”* (ver Hayek, 1990), o autor defendia o argumento que o *“novo igualitarismo (...) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos”* (Anderson, 1995: 1). Segundo o mesmo autor, o papel do Estado intervencionista no modelo de Bem-estar social era de total incapacidade para promover o desenvolvimento das sociedades, pois estabelecia barreiras ao verdadeiro responsável pelo progresso humano, o mercado, considerado, por este, o grande potencializador da capacidade dos Homens. Persistindo nas suas ideias, o problema da crise capitalista residia no *“poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”* (idem, *ibidem*).

O modelo neoliberal defendido por Hayek passava pela existência de um Estado forte, somente em matéria de controlo do dinheiro e do poder dos sindicatos, e *“parco em todos os gastos sociais”*

e nas *intervenções económicas*” (idem, *ibidem*). A ideia de que só existia esta saída para enfrentar os problemas com que o Mundo se deparava levou a que este modelo, baseado numa disciplina orçamental austera, na maximização da contenção de gastos sociais e na manutenção da taxa natural de desemprego se disseminasse como uma praga daninha no Mundo. Na sua base estava a adoção de medidas que incluíam a elevação das taxas de juros, redução de impostos sobre os altos rendimentos, abolição de controlo sobre fluxos financeiros, desemprego em massa e restrição dos movimentos sindicais e grevistas. A hegemonia do neoliberalismo, tanto na Europa, com exceção para a Áustria e Suécia que lhe resistiram, como fora dela, com destaque para a não adesão do Japão, trouxe alguns resultados práticos positivos, como é reconhecido por vários autores, como, por exemplo, Anderson, 1995, que podem ser analisados em quatro pontos fundamentais. Primeiro, propunha a redução da taxa de inflação, resultado alcançado. Basta comparar as taxas da Europa nos anos 70 com as dos anos 80. Segundo, procurava recuperar as taxas de lucro das empresas, objetivo atingido. Inclusive, verificou-se uma reversão de tendência de queda, passando as taxas a crescer a cada ano. Terceiro, pretendia um aumento das taxas de desemprego, novo sucesso. Observa-se que estas praticamente duplicaram na Europa. O quarto e último ponto era o aumento esperado da desigualdade económica, o que também foi conseguido. Este resultado é confirmado a partir da análise dos dados referentes à redução da tributação dos altos rendimentos e do incremento substancial dos ganhos em bolsas. Porém, e como refere Anderson (1995: 3), se todos estes itens, *“deflação, lucros, empregos e salários, (...) obtiveram sucesso, não podemos esquecer, no final das contas, que todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70”*. Ora, como o próprio autor admite, o resultado foi dececionante e, entre os anos 70 e 80, *“não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante”* (Anderson, 1995: 4). Neste contexto, à década de 80 acresce o fracasso das políticas neoliberais, no plano económico, a crise social resultante do atingir de muitos dos seus objetivos sociais.

Concomitantemente, a CMMAD apresentava os primeiros resultados que retratavam os problemas ambientais emergentes, acrescentando a estas crises o agudizar da crise ambiental. O diagnóstico apontava para a depleção da camada de ozono e para o fenómeno do aquecimento global. Era detetada uma rarefação da camada de ozono na zona do Antártico que só vinha confirmar os efeitos das emissões antropogénicas de compostos halogenados, tais como os CFCs e os halons, sobre o ambiente. Em 1985, e como resposta às preocupações da comunidade internacional às questões ambientais, realizou-se a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozono e, dois anos mais tarde, em 1987, o *Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozono* implementava a referida Convenção (no entanto este protocolo só entraria, em vigor, em 1989). No que concerne ao aquecimento global, e reconhecendo os riscos associados

às alterações do clima e como forma de combater as causas antropogénicas, era criado, pela WMO e pelo Programa do Ambiente da UNEP, em 1989, o IPCC.

No entanto, um dos principais trabalhos, desenvolvidos pela comunidade internacional, remete-nos para o *Relatório Brundtland*, no qual surge o conceito do desenvolvimento sustentável e um novo paradigma de desenvolvimento que procura contrariar a conjuntura mundial que marcou a década de 80.

2.3.2 O Desenvolvimento Sustentável

“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”

CMMAD, 1988: 46

O atual modelo de desenvolvimento procura basear-se no paradigma de desenvolvimento sustentável cuja definição genérica (supracitada) se tornou referência para inúmeros trabalhos e foi reconhecido pelo Mundo, no final da década de 80, como o mais próximo dos objetivos almejados para o desenvolvimento. Porém, se a introdução deste conceito teve a virtude de fazer com que defensores do desenvolvimento sustentável concordassem que a sociedade precisava de mudar, abrindo a esta o debate quanto à natureza do desenvolvimento sustentável, às alterações, meios e agentes necessários para operar essas mudanças, tal não significa que o modelo de desenvolvimento atual esteja próximo do preconizado no momento da sua institucionalização. Tal explica-se, como referem Hopwood, Mellor e O'Brien (2005: 38), pelo facto de não existir uma filosofia uniformizada de desenvolvimento sustentável, pois não só *“na maioria dos casos as pessoas trazem para os debates sobre o desenvolvimento sustentável perspectivas políticas e filosóficas já existentes”* como o próprio conceito de desenvolvimento sustentável traduz uma *“grande divergência de opiniões sobre os objetivos, os caminhos e métodos para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável”* (idem, *ibidem*) (esta matéria será objeto de análise em capítulos seguintes).

No que concerne ao conceito de *“desenvolvimento sustentável”*, este foi *“apenas”* consolidado neste relatório, visto que o termo *“foi pela primeira vez mencionado no World Conservation Strategy (IUCN), em 1980, tendo sido “amplamente disseminado” pelo Relatório Brundtland (Russell, 1995: 6). Também para Pearce, Markandya, Barbier (1989: 12), o IUCN já “tinha avançado com a ideia de desenvolvimento sustentável e reconhecido o desafio de integrar o desenvolvimento com o ambiente”*. De facto, se seguirmos a declaração da *World Conservation Strategy (IUCN / WWF / UNEP, 1980)* surge, efetivamente, o que parece ser a primeira tentativa para definir desenvolvimento sustentável, *“Para que o desenvolvimento deva ser sustentável, ele deve ter em conta fatores sociais e ecológicos, bem como os económicos, e os recursos vivos e não vivos; e, a longo prazo, bem como a curto prazo, as vantagens e desvantagens das ações alternativas”* (IUCN, 1980: 1).

Acresce, ainda, que para Redcliff (1987), o termo propriamente dito já tinha sido mencionado algum tempo antes, mais precisamente no início dos anos 70, na Declaração Cocoyoc sobre ambiente e desenvolvimento (1974), organizada pelo PNUMA e pela UNCTAD. Sem dúvida que, da análise à referida declaração, despontava uma nova preocupação que, mais tarde, ficaria conhecida como *“desenvolvimento sustentável”*: *“Revelou-se impossível cumprir o “limite interior” de satisfazer as necessidades humanas fundamentais. Pelo contrário, existem mais pessoas que passam fome, enfermos, analfabetos (...) hoje do que quando a (instituição) das Nações Unidas*

foi, inicialmente, criada. Ao mesmo tempo, novas e imprevistas preocupações começaram a turvar as perspetivas internacionais. A degradação do meio ambiente e as crescentes pressões sobre os recursos levam a questionar sobre os "limites extremos" da capacidade de carga da Terra (UNEP, 1974: 1).

De acordo com Leff (1994: 319), este documento já interiorizava a *"relação harmoniosa entre a sociedade e seu meio ambiente natural conectado à autodependência local"*, valores que o conceito de desenvolvimento sustentável defende.

De qualquer forma, importa sublinhar uma vez mais a importância do Relatório Brundtland que, segundo Bortoli (2007: 7), está *"no reconhecimento do caráter planetário da apreensão sobre a decadência ambiental"*. A decadência ambiental e a necessidade urgente de intervir são comprovadas pelos 4 grandes objetivos que nortearam a elaboração do respetivo documento (ver UN, 1987: 11): Primeiro, a definição de estratégias ambientais a longo prazo, de forma a orientar a civilização rumo ao desenvolvimento sustentável. Segundo, o seu contributo para que as preocupações com as questões ambientais passem a ser encaradas numa perspetiva global, promovendo uma maior cooperação pelos/entre países com níveis diferentes de desenvolvimento económico e social. Terceiro, orientar a comunidade internacional para a adoção de formas e meios com os quais esta possa lidar, mais efetivamente, com as preocupações ambientais e, por último, definir uma perceção compartilhada sobre questões ambientais a longo prazo e desenvolver esforços para alcançar o sucesso na proteção do ambiente, através de uma agenda de ação, calendarizada para as próximas décadas, que concretize os objetivos delineados pela comunidade internacional.

Segundo Barbosa (2008: 2), o relatório de Brundtland não só se reportou à avaliação da *"capacidade da biosfera de absorver os efeitos causados pela atividade Humana"* como considerou que *"a pobreza generalizada não é mais inevitável e que o desenvolvimento de uma cidade deve privilegiar o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades de melhorar a qualidade de vida para a população"*. De acordo com a mesma autora, o referido relatório realçou, ainda, *"em relação às questões urbanas, a necessidade de descentralização das aplicações de recursos financeiros e humanos, e a necessidade do poder político favorecer as cidades em sua escala local"* (idem, *ibidem*).

Já para Jacobi (1999: 177), o relatório *"parte de uma abordagem em torno da complexidade das causas que originam os problemas socioeconómicos e ecológicos da sociedade global. Não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos. O Relatório Brundtland apresenta*

uma lista de ações a serem tomadas pelos Estados e também define metas a serem realizadas a nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições multilaterais”.

Concluindo, a relevância deste relatório fundamenta-se, segundo Rodrigues (2006: 27), numa *“nova maneira de pensar em que a complexidade ecossistémica impõe uma relação circular entre sociedade e território e uma organização dum desenvolvimento integrado e autorregenerativo ultrapassando a rigidez mecânica dum lógica de causalismo linear. Isto implica relações antrópicas conscientes do meio, em que o homem e a natureza são a mesma realidade essencial. Assim, dadas as suas relações simbióticas, qualquer ecocídio é também suicídio”.* Neste contexto, o relatório fez uma chamada de atenção ao Mundo sobre a necessidade de se encontrarem novas formas de desenvolvimento económico que não impliquem a redução dos recursos naturais nem causem danos ao meio, baseado nos três princípios básicos que o mesmo introduziu e que devem ser cumpridos: *desenvolvimento económico, proteção ambiental e equidade social.*

Apesar da sua importância, o Relatório não foi poupado a um conjunto de apreciações menos favoráveis. Desde logo, o conceito “desenvolvimento sustentável” neste integrado revelou ser demasiado ambicioso ou, pelo menos, algo vanguardista para a época. Tal situação é manifesta, no imediato, na dificuldade de definir o próprio conceito em si, o que elevou este paradigma, perante a sociedade, à condição de instrumento complexo e de difícil adoção face às múltiplas compreensões e interpretações que dele fizeram, como são exemplos Redclift, Allen, Tietenberg, entre outros, autores que serão referenciados de seguida. A falta de objetividade, que acometeu o entendimento social sobre o referido paradigma, deu azo a atrasos na compreensão da sua mensagem, da sua importância e da sua implementação. Há outros autores, cujas críticas ao Relatório passam pela existência de uma *“negligência as necessidades específicas dos países mais pobres (ou seja, centra sua análise sobre às necessidades dos países ricos). Outros criticaram a comparação que foi feita entre as necessidades desta geração e das gerações futuras (não se considerou a liberdade dos humanos de salvaguardarem aquilo que valorizam e a que atribuem importância). Outra crítica que foi feita foi em relação ao senso de responsabilidade quanto ao futuro das espécies, pois se a espécie humana é a mais poderosa deve ter responsabilidade para com as outras, o que não teria sido devidamente considerado”* (Bortoli, 2007: 7). Seguidamente, será efetuada uma análise mais detalhada às sucessivas críticas ao Relatório, integrando-as em três itens: a) *Inadequada compreensão do conceito “desenvolvimento sustentável”;* b) *Democracia e Participação;* c) *As múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável: Como medir a sustentabilidade?*

a) Inadequada compreensão do conceito “desenvolvimento sustentável”

Um dos críticos, da época, ao conceito de desenvolvimento sustentável foi Redclift (1991: 36), que afirmava que este conceito *“significava coisas diferentes para pessoas diferentes”.* Segundo Lélé (1991: 614), nem era tanto a vasta imprecisão desta expressão mas *“o perigo real do*

desenvolvimento sustentável se tornar como um cliché com tecnologia apropriada, uma frase da moda, ou a mais recente ordem de desenvolvimento". Já o autor Veiga (2005: 13), tem uma visão mais extremada, considerando o desenvolvimento sustentável como *"um enigma à espera do seu Édipo"*, isto é, que pode ser dissecado, mas ainda não resolvido. Este mesmo autor acrescenta, ainda, que o desenvolvimento sustentável é uma *"utopia para o século XXI, no melhor sentido da palavra visto que (...) [este conceito] compõe-se como uma visão de futuro sobre a qual a civilização contemporânea necessita de alicerçar as suas esperanças"* (idem, 14).

Segundo Allen, (1980), o conceito de desenvolvimento sustentável significava simplesmente (...) *que devemos utilizar espécies e ecossistemas, a níveis e formas que lhes permitem continuar a renovar-se a eles mesmos indefinidamente*" (Allen, 1980: 18). De acordo com a interpretação de Tietenberg (1984: 33), *"O critério sustentabilidade sugere que, no mínimo, não devem ser deixadas às gerações futuras piores condições do que as existentes nas gerações atuais"*. Estes autores representam a visão simplista de conceber o referido conceito, encarando este paradigma de forma muito restrita. A tal facto não será alheio o contexto temporal em que estes teóricos se inserem. No início da década de 80, existia o conceito, mas a amplitude do seu significado ainda estava longe de ser, verdadeiramente, compreendido. No caso particular de Allen (1980), a sua definição foi das primeiras (senão a primeira) de *sustentabilidade*, pois derivou do documento produzido pelo *World Conservation Strategy (IUCN)*, em 1980, em que pela primeira vez esta expressão foi utilizada.

De forma menos simplificada e mais integradora, surge a noção de Repetto (1986: 16-17) sobre o referido conceito, *"A ideia central de sustentabilidade, então, é o conceito de que as decisões atuais não devem prejudicar as perspetivas de manutenção ou melhoria das condições de vida futuras (...). Isto implica que os nossos sistemas económicos devem ser geridos de modo (...) a que se retire o máximo de dividendos dos nossos recursos (mas) mantendo e melhorando a base patrimonial. Este princípio também tem muito em comum com o conceito ideal de renda, na contabilidade, que procura determinar: a maior quantia que pode ser consumida durante o período corrente, sem reduzir as perspetivas de consumo no futuro"*. Outros autores orientaram o conceito, dirigindo-o a casos particulares, como é o caso de Barbier (1987: 103), *"O conceito de desenvolvimento sustentável tal como é aplicado ao Terceiro Mundo... está, portanto, diretamente ligado ao aumento do nível de vida dos pobres substanciado nos bens materiais, a nível local, que podem ser medidos quantitativamente em termos de aumento de alimentação, da renda real, dos serviços de educação, da saúde, do saneamento, do abastecimento de água, de stocks de alimentos e dinheiro etc (...). Em termos gerais, o objetivo principal é reduzir a pobreza absoluta dos pobres do mundo (...) e garantir uma subsistência segura que minimize a depleção dos recursos, a degradação ambiental, a perturbação cultural e instabilidade social"*. Autores, como Brown, pretenderam dar uma definição mais rigorosa e precisa ao conceito, considerando que *"Em sentido estrito, sustentabilidade global significa a sobrevivência indefinida da espécie humana em todas as regiões do mundo. Num sentido mais amplo do significado, especifica que praticamente*

todos os seres humanos, uma vez nascidos, vivem uma vida adulta, vida (...) com qualidade além da mera sobrevivência biológica. Por último, o mais amplo sentido da sustentabilidade global inclui a preservação de todos os componentes da biosfera, mesmo aqueles que parecem não ter qualquer benefício para a humanidade” (Brown et al., 1987: 717).

Neste contexto, tanto Repetto como Barbier, traduzem uma visão mais economicista do conceito em si e, por sua vez, Brown *et al.* uma ideologia mais ecologista de o pensar. Neste âmbito, é indiscutível que a interpretação dada ao conceito de desenvolvimento sustentável variava muito de pessoa para pessoa, como referia Redclift (1991).

Já para Herculano (1992: 30), o conceito de desenvolvimento sustentável interioriza dois significados “ (...) *é uma expressão que vem sendo usada como epígrafe da boa sociedade, senha e resumo da boa sociedade humana. Neste sentido, a expressão ganha foros de um substituto pragmático, seja da utopia socialista tornada ausente, seja da proposta de introdução de valores éticos na racionalidade capitalista meramente instrumental. (...) Na sua segunda aceção, desenvolvimento sustentável é (...) um conjunto de mecanismos de ajustamento que resgata a funcionalidade da sociedade capitalista (...). Neste segundo sentido, é (...) um desenvolvimento suportável, medianamente bom, medianamente ruim, que dá para levar, que não resgata o ser humano da sua alienação diante de um sistema de produção formidável*”. Para a referida autora, o conceito encerrava em si uma enorme complexidade e subjetividade, não se podendo limitar a uma única interpretação. Esta autora representa a antítese de pensamento face a autores já citados, como Allen (1980) e Tietenberg (1984).

Para os autores Ribeiro, Alexander, Clayton, Márcio e Nogueira (1996: 99), era necessário distinguir “o conceito de Desenvolvimento Sustentável de sua função alienante e justificadora de desigualdades de outra que se ampara em premissas para a reprodução da vida bastante distintas. Desenvolvimento Sustentável poderia ser, então, o resultado de uma mudança no modo da espécie humana se relacionar com o ambiente, no qual a ética não seria apenas entendida numa lógica instrumental, como desponha no pensamento ecocapitalista, mas sim, embaçada em preceitos que ponderassem as temporalidades inerentes à própria espécie humana, e, porque não, também as internas à nossa própria espécie”. Estes mesmos autores abordaram a definição do conceito, dando mais ênfase às divergências de perceção deste novo paradigma, face ao anterior, não se preocupando em atribuir uma definição concreta, salientando, apenas, que este paradigma veio romper com a relação de descomprometimento e de desresponsabilização do Homem face à Natureza.

Contudo, Gonçalves (1996) tem uma visão contrária à citada por Wagner Ribeiro *et al.* (1996), pois acredita que este paradigma não passava de um passo na continuidade, sem se registarem verdadeiras alterações ideológicas de vincada descontinuidade, como se afere das suas palavras “(o paradigma) *tenta recuperar o Desenvolvimento como categoria capaz de integrar os desiguais*

(e os diferentes?) em torno de um futuro comum. Isto demonstra que pode haver mais continuidade do que rutura de paradigmas no processo em curso” (Gonçalves, 1996: 43).

Todavia, temos de reconhecer que a multiplicidade e diversidade das definições de conceito de “desenvolvimento sustentável” tiveram a sua utilidade, pois predispõem uma convergência de pontos-chave que emergem e que contribuíram para a consolidação do próprio conceito (ver Pezzey, 1992). Segundo Pezzey (1992: xi), destacam-se 5 pontos-chave resultantes das inúmeras tentativas em objetivar o respetivo conceito: “a) O contexto geográfico e temporal para o conceito de sustentabilidade deve ser sempre claro; b) O “Crescimento” geralmente ignora o efeito direto que o ambiente possa ter sobre o bem-estar social, enquanto o “desenvolvimento” considera-o; c) Apesar de subjetiva, a definição mais comum de “sustentabilidade” releva que o bem-estar das gerações futuras não deve ser inferior ao bem-estar da geração atual, ou seja, não deve existir uma regressão; d) A utilização sustentável dos recursos centra-se na manutenção de um stock de recursos renováveis. Examinando objetivamente a fonte de recursos, pode ser mais relevante do que as noções de bem-estar intergeracional, no momento de estudar as economias pobres dos países em vias de desenvolvimento; e) Muitas definições de “desenvolvimento sustentável” exigem, explicitamente, a atenção para as necessidades dos pobres atuais assim como para as necessidades do futuro”.

Segundo Fergus e Rowney (2005: 1), a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável só por si “trouxe o potencial de estimular o compromisso de discutir o futuro do desenvolvimento social inserido num quadro ético baseado em valores de inclusividade, diversidade e integração”. Os mesmos autores chamam a atenção para a importância do contexto filosófico que envolveu o debate sobre a definição e interpretação do termo e o seu contributo para a linguagem científico-económica do paradigma atual.

Concluindo a análise ao conceito, e segundo palavras de Vickers e Boyle (2008: 2), a inclusão do “desenvolvimento”, em “desenvolvimento sustentável” pode ser considerada como uma tentativa da WCED's (World Commission on Environment and Development) em colocar o princípio da equidade entre as pessoas de hoje (equidade intrageracional) juntamente com o princípio da equidade entre as pessoas presentes e futuras (equidade intergeracional), o que está implícito por “sustentável”. Para Redclift (1987: 32-33), este conceito, para além de ter tido a particularidade de sugerir “que lições de ecologia podem, e devem, ser aplicadas ao processo económico”, teve, também, a virtude de funcionar como catalisador para o despertar da opinião pública para o desenvolvimento ecológico, motivando a sociedade para a controvérsia das relações entre economia e recursos naturais.

No entanto, prevalece o claro receio no que respeita ao conceito e que se traduzia na incerteza sobre se a adoção do mesmo se revelaria suficiente para incutir, no imediato, transformações

concretas na política mundial: “se por um lado parece ter trazido [o conceito de desenvolvimento sustentável] uma nova esperança no tratamento das questões ambientais, gerando algum consenso quanto à interdependência entre desenvolvimento económico e qualidade de vida, por outro pode reduzir a clara expressão dos conflitos que persistem entre os atuais objetivos e modelos de desenvolvimento e a premência da proteção do ambiente, adiando a necessária reestruturação de políticas e estratégias atuais” (Fidélis, 2001b: 26). Ora, acrescenta-se que, ainda hoje, persistem divergências na forma de encarar a definição do paradigma, tão difundido pelo Relatório de Brundtland. Verifica-se o uso de terminologias alternativas que, apesar de expressarem idênticas preocupações entre questões sociais e ambientais, são ainda hoje utilizadas. Assim, as organizações governamentais e do setor privado acham conveniente adotar o termo “desenvolvimento sustentável”, enquanto fontes académicas e ONGs usam o termo “sustentabilidade” em contextos similares. Esta distinção no uso da terminologia deve-se à preocupação, por parte das ONGs ambientalistas e académicas, que o desenvolvimento é visto como “sinónimo de crescimento e, portanto, que o desenvolvimento sustentável significa amenizar, mas não é bastante desafiador levando a um crescimento económico continuado. Nesta perspetiva, “sustentabilidade” o termo preferido centra a atenção onde ela deve ser colocada, sobre a capacidade dos seres humanos para continuar a viver dentro de restrições ambientais” (Robison, 2004: 370). Neste contexto, os autores Hopwood, Mellor e O’Brien (2005) acrescentam o conceito de “solução moralmente falida” para abordar esta dualidade terminológica. Segundo os autores, a “ambiguidade de Brundtland permite ao mercado de negócios e aos governos ser a favor do termo sustentabilidade pois, tal, permite, não alterar o principal curso [ideológico], usando-se Brundtland para promover o rápido crescimento que justifique o crescimento económico” (...) Desta forma, o capitalismo avança para “satisfazer o crescimento económico beneficiando, eventualmente, toda a sociedade” (Hopwood, 2005: 3) e, supostamente, dando cumprimento à sua visão de “sustentabilidade”.

Já para Robison (2004), a sustentabilidade “não deve ser concebida como um conceito único, ou mesmo como um conjunto consistente de conceitos. Pelo contrário, é mais útil pensa-lo como abordagem ou processo baseado no pensamento da comunidade e que indica que precisamos integrar as questões ambientais, sociais e económicas a longo prazo” (Robison, 2004: 381).

Concluindo, o conceito de desenvolvimento sustentável, saído do pós-Brundtland, deu origem a um sentimento de descontentamento social causado pelo pluralismo com que a conceptualização do conceito era interpretada, sendo considerado como um “conceito normativo inerente sujeito a contestação, confusão e incerteza” (Sneddon *et al.*, 2006: 260). Como reconhecem Sneddon, Howarth e Norgaard (2006: 259), o período que procedeu o advento do referido documento, foi marcado “por um ritmo acelerado da aplicação do conceito principal de DS que, decorrente do abuso e banalização do mesmo, promoveu o risco de fazer diluir outras prescrições mais radicais que reforçam a sustentabilidade”. Contudo, e como acrescentam os mesmos autores, apesar da pluralidade de interpretações, o poder do conceito “reside na sua propensão para fornecer uma

base comum para discussão entre uma vasta gama de atores para o desenvolvimento e ambientalistas que estão frequentemente em desacordo” (idem, *ibidem*). De acordo com Robinson (2004), muitas das divisões que caracterizaram os debates pós-Brundtland sobre desenvolvimento sustentável são rastreáveis ao próprio relatório em si, o qual, ao nível das políticas ambientais e do desenvolvimento e sua persecução, contém reformas que tanta ênfase deram ao reforço dos mecanismos de desenvolvimento humano como, de forma mais radical, contém explicitamente uma vinculação aos aspetos da pobreza e da sustentabilidade ecológica (ver Robinson, 2004). Segundo Escobar (1996: 53-54), o Relatório Brundtland e muito do discurso sobre desenvolvimento sustentável “*não é mais do que um conto que um mundo (moderno) desencantado diz a respeito de sua triste condição*”. Afere-se das suas palavras que eram necessárias mudanças radicais nas ideias e nas instituições que lidam com o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, manter em aberto a possibilidade de que uma verdadeira reforma das instituições era possível, a fim de se efetivarem as mudanças desejadas. A vontade de efetuar essas mudanças, baseado no paradigma do desenvolvimento sustentável, deu origem a diferentes perspetivas de operacionalizar o próprio conceito em resultado da pluralidade de ideologias e epistemologias que o concebiam (esta matéria será posteriormente abordada).

Atualmente, e como refere Sneddon *et al.* (2006: 253), o DS continua a orientar-se por três grandes objetivos, emanados de “*O Nosso Futuro Comum*” e que preconizam “*a melhoria do bem-estar humano, na distribuição mais equitativa e vantajosa do uso de recursos através e dentro das sociedades e de um desenvolvimento que garante a integridade ecológica a uma escala intergeracional*”. O mais recente debate em matéria de desenvolvimento sustentável associa o mencionado conceito ao de governança. Como refere Schmidt e Guerra (2010: 106-107), “*governança e desenvolvimento sustentável são, muito frequentemente, vistos como filhos da mesma família e parte da mesma história (...) com características comuns e potenciais conexos e interdependentes*”. Desta forma, o conceito de DS encontra-se indissociavelmente ligado ao de governança até porque, como referem alguns autores, como, por exemplo Zeijl-rozema *et al.* (2007), é impossível que o desenvolvimento sustentável se “*venha a impor sem a prévia implementação de processos de governança participativa*” (idem, 108).

b) Democracia e Participação

Tanto o termo “*desenvolvimento sustentável*” como o termo “*gestão ambiental*”, segundo Redclift, (1995: 23), “*transformaram-se em “buzz-word”³ nos círculos de decisão política, mas a discussão em torno desses termos (também) dá pouca atenção à forma como as pessoas (...) participam na gestão dos seus recursos e, através da sua participação, como ajudam a transformar as práticas de gestão ambiental*”. Da interpretação das palavras do autor, subentende-se que, após a

³ Termo que se refere à situação de um conjunto de expressões que, ao serem interminavelmente repetidas acabam por ser consideradas disparatadas ou absurdas e gerar alguma confusão.

“globalização” do princípio de sustentabilidade, existia um défice de participação cívica em resultado, nomeadamente, da abstração dos governantes face à importância dos cidadãos nestes processos. Neste sentido, a utilização massiva da expressão “desenvolvimento sustentável”, pelos governantes, indiciava o seu embaraço em operacionalizar o *princípio* num “qualquer” modelo conceptual capaz de materializar as metas da sustentabilidade.

É neste clima de indefinição que Mathews (1996: 3), coloca um conjunto de interrogações pertinentes que iam ao encontro das dificuldades que se verificavam no campo da sustentabilidade: Uma primeira questão releva a capacidade (ou não) do sistema democrático conseguir dar uma resposta adequada à crise, quando esta não é diretamente visível, isto é, quando, à exceção de especialistas e indivíduos especialmente bem informados, a crise não é identificável pelo cidadão comum. Segunda, sabendo-se que os sistemas democráticos são baseados em valores morais e/ou movidos por autointeresse, se, em última instância, estes se basearem apenas no autointeresse, será que eles podem garantir a proteção adequada do mundo natural? A última questão levantada pelo referido autor, incide sobre qual o melhor cenário subjacente à reforma da política ambiental: “*Tal reforma seria melhor se fosse facilitada pela desconcentração do poder do Estado para as comunidades locais ou através da centralização do poder em agências federais e internacionais?*” (idem, *ibidem*).

O autor Dryzek (1996) partilhava as dúvidas colocadas por Mathews, acrescentando que o que estava realmente em causa era a forma tradicional de se fazer política. A democracia tinha de evoluir e tinha de assimilar uma nova ética – a *ética ambiental*. Não querendo utilizar o chavão de neo-democracia, o facto é que este mesmo autor refere que a democracia devia ser diferente, mais representativa, mais atenta à opinião dos cidadãos e aos problemas ecológicos e, passando a citar as palavras Dryzek (1996: 13), “*a democracia é uma questão de comunicação eficaz, não apenas uma agregação de preferência. Normalmente, é apenas comunicação entre seres humanos sobre interesses humanos que estão em causa. Mas a democracia também pode existir ou ser negada ao ser humano nas suas relações com o mundo natural. Neste âmbito (...) a democratização ecológica é, portanto, uma questão de melhorar a integração da política ecológica e comunicação. Princípios de uma ecologia democrática podem ser tão usados para criticar os acordos institucionais existentes, como para inspirar a procura de instituições alternativas que integrariam melhor a política e a ecologia*”.

É neste contexto que se começa a assistir a importantes mudanças no quadro mundial. Como refere Queirós (2003: 341), “*confrontados com os problemas ambientais, os Estados industrializados democráticos encetaram uma transformação no funcionamento das suas instituições administrativas, na adaptação de procedimentos, na integração e coordenação de políticas e no modo como a sociedade intervém nas decisões ambientais, dando origem a formas interativas de governação*”. Estas *formas interativas de governação* foram o primeiro passo para o

que no futuro se iria confirmar – o efetivo reconhecimento do papel do poder político local e dos cidadãos no processo de desenvolvimento sustentável.

Esta nova forma de pensar e fazer política já tinha sido abordada, em parte, pela ciência política, através de Benjamin Barber, com a sua obra intitulada *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*, editada em 1984. Nesta obra, o autor designava por “*democracia forte*” a democracia que deve ser construída para e pelos cidadãos, devendo todos nela participar e sentirem-se integrados. No entanto, o autor alertava para a situação em que a democracia poderia vir a constituir-se como um elemento pernicioso para a sustentabilidade. Segundo o mesmo, uma democracia excessivamente liberal minava as instituições democráticas e levava a um conjunto de crises do sistema como o cinismo do voto, alienação, privatização e a crescente paralisia das instituições públicas, isto é, o autor considerava que os direitos individuais dos cidadãos só empobreciam a democracia e reduziam o seu papel na governação. A sua perspetiva é que os cidadãos devem trabalhar em conjunto e fazer parte de comunidades e não agirem isoladamente, criando o culto do individualismo que, segundo Benjamin Barber, só levava à destruição do cidadão como ator preponderante numa democracia. A mais-valia dos cidadãos advém do esforço e das vantagens que se reconhecem num trabalho conjunto e não de pensamentos individuais e pontuais, desprovidos de análise, debate, discussão e consensos das questões.

Resumindo, na sua perspetiva, o novo paradigma de sustentabilidade tinha de estar alicerçado em pilares fortes de democracia (*Strong Democracy*) e passava pela pluralidade de opiniões e não pela singularidade de pensamentos. Passados vinte anos, Barber (2004: xii), volta a sublinhar a importância do seu conceito, referindo que a “*democracia forte, uma vez estabelecida firmemente na esfera política e cívica da democracia, pode assegurar suficiente igualdade e justiça para coexistir com uma variedade de sistemas económicos, mesmo quando o mercado o permita ou mesmo quando este fomente a desigualdade*”.

Outros autores, à época, reconheceram a importância desta nova visão de política, trazida por Benjamin Barber, baseada numa conceção de “*autogovernação*”. Entre eles, destacam-se Prugh, Costanza e Daly (2000: 10) que apontam, imediatamente, várias vantagens do conceito de “*Democracia Forte*” num sistema democrático: “*a) Tornaria as comunidades mais fortes e aumentava a reflexão dos moradores em relação aos seus modos de vida. A “Democracia Forte” constrói a comunidade através do exercício de debate dos problemas comuns, entre os moradores. Fortalece o “nós” sem sacrificar o “eu”; b) Forte democracia dissemina poder, redistribuindo-o para níveis inferiores a fim de que a governação seja menos suscetível de se deixar dominar por especiais interesses; c) A “Democracia Forte” funciona como um teste à realidade, trazendo aos cidadãos um contacto mais direto com os problemas de governação*”.

A teoria de “*Democracia forte*” teve o grande mérito, para além de outros já reconhecidos, de ter trazido ao debate público o papel dos poderes locais e dos cidadãos e de ter contribuído para o

“acelerar” da nova visão de desenvolvimento em que a *cidadania ativa* se impõe como pedra basilar para a sustentabilidade.

Segundo Parker e Selman (1999: 20) a *“história da cidadania tem tido uma adesão cada vez mais inclusiva. Mais recentemente, tem-se assistido a uma inclusão de responsabilidades para com a terra e a natureza como um componente da boa (em contraste com desviante) cidadania. De facto, muitos comentadores concordam que as questões ambientais tenham, recentemente, dado ao fraco tema da cidadania um novo fôlego”*. Sachs (1993: 8) refere-se a este conceito, atribuindo-lhe a designação de *Sustentabilidade política* e definindo-o como um *“processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento”*.

Face ao exposto, e compreendendo que, atualmente, o desenvolvimento sustentável se revê à luz da *democracia forte*, compete abordar (de seguida) o processo evolutivo do DS, nas suas diferentes dimensões, sustentado pela dicotomia da *Fraca/Forte Democracia*. A temática sobre participação pública será desenvolvida posteriormente, no subcapítulo 2.3.3.1.

2.3.2.1 As várias perspetivas de sustentabilidade

“No início, a ideia de sustentabilidade referia-se, apenas, à ecologia” (Klekotko, 2007: 2). Não é então surpreendente que a *“primeira orientação* (ideológica) expressasse *“que os recursos naturais são a prioridade do desenvolvimento sustentável. Esta tradição concentra a sua abordagem no problema de degradação dos recursos e na procura de estabilidade ecológica, criticando o paradigma económico convencional”* (Queirós, 2003: 4). Redclift (1996: 3) reforça esta mesma ideia, referindo que *“Dado o limite absoluto sobre os nossos recursos naturais, bem como o facto de o nosso desenvolvimento estar a colocar mais pressão (...) nas nossas florestas e campos naturais é evidente que estamos a aumentar a vulnerabilidade dos sistemas de recursos naturais”*. No entanto, apesar de reconhecer a gravidade da situação provocada pela sobre-exploração dos recursos naturais, este e outros autores, como Barbier e Markandya (1993), continuam a dar mais ênfase aos aspetos económicos e sociais em detrimento dos naturais, considerando que na agenda do desenvolvimento não é possível fazer convergir metas económicas e sociais sem aumentar o consumo, o volume e os tipos de bens que se produz (ver Barbier e Markandya, 1993). Esta orientação acaba por ser bastante comprometedor sob o ponto de vista da sustentabilidade por duas razões óbvias, por um lado, não considera num mesmo patamar as dimensões sociais, económicas e ambientais e, por outro, identifica os problemas do capital natural, mas é incapaz de aceitar a necessidade de restringir o crescimento económico. Como referem Barros e Mendonça (1997: 1), *“as reduções no grau de pobreza de uma sociedade requerem o crescimento económico”*, no entanto, nunca à custa de um crescimento económico que subjugue a dimensão ambiental e social.

Neste sentido, surge com outro autor, Pepper (1996), uma nova orientação ideológica em que o crescimento económico e desenvolvimento sustentável podem perfeitamente coexistir nas sociedades. Tal visão é manifesta nas seguintes palavras *“Se quisermos viver em harmonia com a natureza, então, o comportamento social e a moral das pessoas devem obedecer às leis ecológicas. Na verdade, a forma como o resto da natureza está organizada deverá ser um modelo de organização social humana. Para reclamar recursos do planeta temos de rejeitar o materialismo e o consumismo e aceitar o controlo populacional e o baixo impacto da tecnologia baseada em fontes de energia renováveis. A economia deve, por conseguinte, fazer um esforço para incorporar critérios ambientais mensurados em valores, eficiência, custos e benefícios de desenvolvimento. E desta forma todo o desenvolvimento deve ser sustentável (...)”* (Pepper, 1996: 16).

De acordo com Romeiro (2003: 1), esta nova orientação ideológica identifica-se com uma nova corrente – *Economia Ecológica* – *“que encara (...)o sistema económico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão. Capital e recursos naturais são essencialmente complementares. O progresso científico e tecnológico é visto como fundamental para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais em geral (renováveis e*

não renováveis) e, nesse aspeto, esta corrente (...) é convicta que é possível instituir uma estrutura reguladora baseada em incentivos económicos capaz de aumentar muito esta eficiência. A longo prazo, portanto, a sustentabilidade do sistema económico não é possível sem estabilização dos níveis de consumo per capita de acordo com a capacidade de carga do planeta”.

Observa-se, então, que das primeiras orientações ideológicas, centradas puramente na ecologia, se transita para uma visão mais alargada do conceito, como se verifica em Pepper (1996). Segundo Klekotko (2007: 2), a *“ideia que a sustentabilidade se refere apenas à ecologia (...) foi ampliada com o tempo para o campo da economia e da sociedade, tornando-se conhecida como os 3 Es (economia, ecologia, equidade). No paradigma do desenvolvimento sustentável, as ambições são temperadas com respeito pela equidade social e integridade ambiental, com a economia a ser forçada a tomar o seu lugar como apenas um dos três elementos sobre o cálculo de desenvolvimento sustentável”.* Neste contexto, entrava-se na nova perspetiva de desenvolvimento sustentável, alicerçada nos pressupostos da *Economia Ecológica* que já considerava todas as dimensões no desenvolvimento (económica, social e ambiental) e encarava, definitivamente, o facto dos recursos naturais serem limitados em oposição ao esquema analítico neoclássico (baseada na sua principal corrente - *Economia Ambiental*) que, por definição, desconsiderava a existência desses mesmos limites, acreditando nos *“recursos naturais como fonte de insumos e como capacidade de assimilação de impactos dos ecossistemas não representando, a longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia”* (Romeiro, 2003: 1).

No entanto, verificava-se a dificuldade em reconhecer e aceitar os recursos naturais como elementos integrantes na economia, visto que continuava a predominar o espírito neoclássico de não encarar os recursos naturais, na função de produção, coexistindo apenas a dimensão do capital e do trabalho. Assim, com o passar do tempo, os recursos naturais foram sendo paulatinamente incluídos na função de produção, mas, como refere Ribeiro (2003: 1), *“mantendo a sua forma multiplicativa, o que significa a sua substituibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais. Por outras palavras, o sistema económico é visto como suficientemente grande para que a disponibilidade de recursos naturais (RN) se torne uma restrição à sua expansão, mas uma restrição apenas relativa, superável indefinidamente pelo progresso científico e tecnológico. Tudo se passa como se o sistema económico fosse capaz de se mover suavemente de uma base de recursos para outra à medida que cada uma é esgotada, sendo o progresso científico e tecnológico a variável chave para garantir que esse processo de substituição não limite o crescimento económico a longo prazo”.* Como referem Sneddon, Howarth e Norgaard (2006: 261), a introdução do termo *substituibilidade* consiste numa abordagem metodológica que a economia ecológica *“introduziu como forma de interpretar e avaliar a sustentabilidade”.* Com esta nova conceção ideológica procurou-se *“introduzir cálculos na equidade intergeracional (baseado na diferenciação entre forte e fraca sustentabilidade)”.* Este conceito leva-nos a encarar a existência de 3 categorias de recursos (*stocks de capitais*) inserida numa lógica de mercado. Neste âmbito, o

Capital Natural (Kn) que se reporta às reservas naturais (petróleo, carvão, biodiversidade, entre outros); o *Capital Material* (Km) que considera os recursos materiais de origem humana (tecnologias, equipamentos, infraestruturas) e o *Capital Humano* (Kh) que remete para o conhecimento (Know-How) e capacidades individuais. Autores como Prough, Costanza e Daly (2000) descrevem a questão da *substituabilidade* do seguinte modo: os recursos fluem do ecossistema para a economia e são transformados através do trabalho e do capital e, após saírem do circuito económico, retornam ao ecossistema, todavia, já sob a forma de resíduos. Até um certo limite crítico, Km e Kn são substituíveis, mas existe um momento a partir do qual substituir uma forma de capital por outra reduz o *output* (...). Desta forma, a produção económica é retratada apenas como “*um processo de rearranjo da matéria e energia*” (Queirós, 2003: 335) em que se opera uma transformação de capital natural em capital transformado.

Estas hipóteses neoclássicas de fácil substituição do capital natural por capital humano começaram a deixar de ser defendidas por muitos autores que entendem que o capital humano e capital natural são complementos e não comutáveis, como, aliás, a economia ecológica sustenta. Um desses autores, Daily (1997: 84), refere que, desta forma, o capital humano iria expandir-se para além da capacidade remanescente do capital natural para completá-lo, o que se traduziria no *output* final. Este autor utiliza um exemplo que sintetiza a incoerência deste modelo: “*A captura do pescado (capital natural) é limitada pelo número de barcos (capital humano) mas agora é limitado pela reduzida população de peixe (capital natural) existente no mar. Para que serve ter mais barcos de pesca se a população de peixes se transformou num fator limitante?*”. Desta controvérsia sobre a conceção e perceção de sustentabilidade iriam emergir interpretações distintas.

- a) A primeira, relacionada com esta visão de *substituabilidade*, em que se defende a ideia que a manutenção de capital natural não seria afinal essencial para uma economia sustentável e que, deste modo, o que interessa, na conceção de sustentabilidade, é deixar uma reserva, às gerações futuras, de *capital total* não inferior ao presente. Esta regra de *capital constante* é conhecida como “*sustentabilidade fraca na literatura do desenvolvimento sustentável*” (Pearce, 1993: 15). Na sustentabilidade fraca a “*degradação ambiental pode ser permitida, desde que a sua destruição se reconverta por inteiro numa das outras parcelas da adição*” (Queirós, 2003: 336). Esta visão é reforçada por Pearce (1993: 16), que afirma que “*Na interpretação de sustentabilidade fraca, do desenvolvimento sustentável, não existe nenhum lugar especial para o ambiente, O ambiente é simplesmente outra forma de capital*”.
- b) A segunda, designada por *sustentabilidade forte*, é mais integradora, levando em conta a manutenção do capital total e do capital natural. Nesta perspetiva, é reconhecido que a sustentabilidade fraca não protege devidamente a biodiversidade, pondo em causa o equilíbrio dos sistemas naturais e da própria funcionalidade das economias. O *stock* de

capital, por outro lado, pode levar à irreversibilidade de alguns recursos, como são os recursos não renováveis (capital natural) para além de permitir que os impactes ambientais ponham em causa as gerações futuras. Neste sentido, as regras da sustentabilidade forte implicam que *“se olhe para todo o stock de capital e se tenha especial atenção para o ambiente”* (...). Nesta perspetiva *“mais globalizada, não deve ser permitido o declínio de todo o stock de capital natural* (Pearce, 1993: 17).

- c) Acresce uma outra perspetiva que advém da noção de que o debate entre sustentabilidade forte e fraca desvirtua o próprio conceito, visto que, segundo Hopwood *et al.* (2005: 40), esta discussão faz-se *“em torno de questões ambientais em vez de levar em conta as consequências socioeconómicas”*. Nesta perspetiva, existem dois grupos distintos que marcam diferentes correntes de pensamento baseado nas consequências desses impactos na sociedade e na economia. Os reformistas, grupo que abrange um conjunto de pessoas, alguns no governo e órgãos públicos, mas amplamente dominado por académicos que acreditam *“na necessidade de se introduzirem reformas, criticando as políticas atuais da maioria das empresas e governos e as tendências da própria sociedade, mas não admitem o colapso nos sistemas ecológicos ou sociais (...) não identificando a raiz do problema na natureza da sociedade atual (...) mas sim “no desequilíbrio e falta de conhecimento e informação, permanecendo confiantes de que as coisas (...) em algum momento, “podem e vão mudar para enfrentar esses desafios”* (idem, 43). Os vanguardistas argumentam que uma transformação da sociedade e / ou relações humanas com o meio ambiente é necessária para evitar uma crise e acreditam no colapso do sistema. Segundo este grupo, *“a reforma não é suficiente já que muitos dos problemas são encarados como estando localizados no interior das estruturas económicas e no seio da sociedade, sendo que (...) [o grupo dos reformistas] parece não estar preocupado com a sustentabilidade do bem-estar humano ou ambiental”* (idem, 45).

Por sua vez, esta discussão entre reformistas e vanguardistas encaminha-nos para a expressão de *governança* e, segundo Santos (1997: 340-341), *“para a ideia que governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento económico equidade social e também direitos humanos”*. Neste propósito, releva-se a importância desta visão de modelo de governação que deve procurar não se restringir apenas à dimensão estatal do exercício do poder (governabilidade), mas ter um carácter mais amplo do que as dimensões presentes na governabilidade, integrando *“padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema económico”* (...), incluindo-se neste campo, *“não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos”* (Santos, 1997: 342). Deste modo, a governança apela à *“construção de consensos que tornem possível formular políticas que permitam responder*

equilibradamente ao que a sociedade espera do governo (Tomassini, 2001: 45), sendo este conceito mais um contributo para a sustentabilidade, visto que promove o modelo baseado na reciprocidade conjunta entre Estado e sociedade civil que configura o ato de governar com a exigência da inclusão dos cidadãos no mesmo (participação pública). Porém, como refere Finkelstein (1991: 369), a governança global deve-se centrar nas *“ações práticas e não nos acordos tácitos”* que a procura desses consensos exige.

Todavia, como reconhecem Denardin e Sulzbach (2002), a sustentabilidade fraca e a sustentabilidade forte são dois marcos importantes na história da humanidade. A sustentabilidade fraca, como escola de pensamento ligada à Economia Tradicional, e a sustentabilidade forte, identificada com a escola da Economia Ecológica, foram escolas de pensamento que preconizaram a tentativa da *“economia ecológica refinar e implementar a ampla visão do SD avançada por Brundtland (...) através da criação de uma ponte entre economia e ecologia”* (Sneddon et al., 2006: 261). Acresce Sneddon et al. (idem, *ibidem*), que defende que o próprio termo de *substituabilidade*, apesar de estar envolto em controvérsia, revelou a sua utilidade por ter acrescentado novas formas de interpretar a sustentabilidade, *“atribuindo uma valoração aos serviços dos ecossistemas, alargando a nossa interpretação dos valores ambientais e por ter contribuído para o incremento de trabalho que teve em vista o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade”*. Contudo, como alertam os autores supracitados, o papel do poder, da escala local para a global, necessitava de ser consistentemente incorporado na economia ecológica, isto é, a *“política ecológica teria de ter como ponto central as relações de poder entre o discurso político e as práticas de múltiplos atores (famílias, ONGs, movimentos cívicos, empresas capitalistas, agências do estado e redes institucionais)”* (idem, *ibidem*).

Concluindo, a operacionalização do conceito DE DS nunca reuniu consenso entre os diversos autores, pois reflete a forma diferente como estes encaram a operacionalização do mesmo. A pluralidade de leituras que oscilam na definição do conceito veiculada pelo relatório de Brundtland (matéria analisada no capítulo anterior), deu azo a interpretações que, ora se orientaram mais no sentido avançado de desenvolvimento, ora perspetivam um reforço da variável ecológica. Desta forma, o exercício prático de passar o discurso da sustentabilidade para o terreno, apesar de ter *“um substrato comum identificado com a ideia de um futuro viável para as relações entre a sociedade e a natureza”* (Lima, 2003: 107), resultou nestas diferentes interpretações que analisámos. Neste âmbito, como refere Fidélis (2001a: 31), pode-se agrupar todas as atuais correntes científicas sobre desenvolvimento sustentável sob duas grandes perspetivas, as quais a autora designou de *perspetiva substantiva e perspetiva ética*. A perspetiva substantiva *“questiona os atuais modelos de crescimento económico e desenvolvimento”* e a perspetiva ética *“centra-se na interpretação do Homem perante o ecossistema Terra”*.

No que respeita à perspetiva substantiva identificam-se três grandes correntes - *conservadora*, *intermédia* e *radical*.

i) A *corrente conservadora* constitui-se como a versão de sustentabilidade menos restrita à dinâmica económica, visto que, como referem Barbier, Markandya e Pearce (1990), defensores desta corrente, a operacionalização do desenvolvimento sustentável não implica uma rutura com o modelo de crescimento económico patenteado nos modelos neoclássicos. Esta corrente, que remete para o conceito de substituibilidade e para a perspetiva da fraca sustentabilidade (já analisada neste capítulo), não introduz grandes alterações aos atuais instrumentos e políticas associadas aos modelos neoclássicos. Todavia, observa-se um aperfeiçoamento dos objetivos e dos instrumentos de auxílio às tomadas de decisão, como são exemplo a análise de custo benefício e criação de sistemas de compensação para prejuízos ambientais. Compete relembrar que esta corrente deriva da conformidade com a tradição iniciada por Hotelling (1931), em que a natureza passou a ser considerada como forma particular de capital. Esta conceção contribui para que, segundo Rostow (1978: 116), “*o ambiente nunca mais pudesse ser utilizado como um bem livre (...) passando a ser considerado como formas de capital*”. É precisamente a consideração deste último componente (como *Capital natural*), mais claramente definido a partir do final dos anos 1990, que veio permitir a operacionalização do conceito “*definindo-se parâmetros [da sustentabilidade] que podem ser medidos e que de outra maneira não o seriam*” (Bell e Morse, 2008:xvii). Com a corrente conservadora existe uma evidente aproximação à vertente económica, onde prevalece a ideia de maximização dos fluxos de rendimento, ao mesmo tempo que se mantém o stock de ativos que suportam estes benefícios (ver Solow, 1992). Os maiores problemas com esta interpretação estão na identificação dos tipos de capital, a sua substituibilidade e a sua avaliação. Porém, como defende Feitelson (1992), apesar de complexidade em operacionalizar o desenvolvimento sustentável, os atuais instrumentos económicos implementados têm colaborado significativamente para o controlo do sistema de mercado no que às questões ambientais diz respeito e têm, igualmente, contribuído para o financiamento de programas de desenvolvimento sustentável que requerem apoios financeiros a longo prazo.

ii) A *corrente intermédia* apresenta a perspetiva de desenvolvimento sustentável mais próxima da visão defendida pelo relatório de Bruntland, associada a uma sustentabilidade dos sistemas culturais e sociais. Nesta, assume-se a inevitabilidade de existir, de alguma forma, crescimento económico, centrando-se esta abordagem na equidade intergeracional, na eliminação da pobreza, na preservação da diversidade cultural e práticas de sustentabilidade nas culturas dominantes. Os maiores contributos dados para a articulação da economia com a ecologia são, como sublinha Fidélis (2001[a]), Noorgard (1992), Bergh e Nijkamp (1991), com o primeiro a sustentar que as abordagens económicas utilizadas no planeamento ambiental devem ser melhoradas através da integração de fatores ambientais e intergeracionais e os segundos autores a proporem um “*modelo macroeconómico para articular economia e ecologia formulado para lidar*

com objetivos, processos e condicionantes de sistemas económicos e ecológicos associados a políticas ou cenários específicos” (Fidélis, 2001a: 32).

iii) A corrente radical faz uma abordagem ao desenvolvimento sustentável, centrando-se na conservação dos sistemas físicos e biológicos. Nesta, a manutenção dos subsistemas é condição essencial para se atingir a sustentabilidade de todo o ecossistema. A ênfase desta corrente está na preservação da resiliência (Holling, 1973), sendo esta defendida por ecologistas, como Naess (1989) e Goldsmith (1992). Esta corrente faz uma aproximação à visão ecocêntrica de pensar as políticas públicas que defende a rutura total com o normal funcionamento das sociedades ocidentais, recusando qualquer tipo de crescimento económico. Decorrente desta visão, a operacionalização do desenvolvimento sustentável não pode ser feita recorrendo apenas a *termos quantitativos* a partir do momento que a humanidade compreendeu que vive num planeta com limites ecológicos (Baker, Kousis, Richardson e Toung 1997). Nesta linha teórica, observa-se o contributo desta corrente na discussão de novos indicadores de sustentabilidade, visto que é necessário ter-se uma visão não humanista (*teoria do non-human life*), passando-os a encarar não só como um valor por direito próprio, mas também como um valor intrínseco, independentemente da sua utilidade para os seres humanos (ver Baker *et al.*, 1997).

Na perspetiva ética, as crenças ideológicas acerca do mundo natural podem ser divididas em *antropogénica e natural*:

i) De acordo com a revisão da literatura, a perspetiva natural é baseada numa visão sobre a natureza em que esta “é usada como metáfora para a unidade, interdependência e para uma nova ordem moral” (O’Riordan, 1985: 54), como defendem O’Riordan (1985); Eckersley (1992) e Pepperman (1996). A visão destes e de outros autores que se reveem nesta perspetiva identifica as causas dos problemas ambientais no domínio do antropocentrismo. Desta forma, a operacionalização do desenvolvimento sustentável requer a construção de uma nova visão moral e ética da natureza que tenha em atenção os interesses e valores de todas as coisas vivas (ver Pepperman, 1996). Nesta perspetiva, os ecocêntricos encaram o desenvolvimento sustentável como um *caminho da natureza*, um caminho que auxilia a sociedade, permitindo a esta definir os parâmetros do comportamento económico. Esta interpretação “da natureza serve para colocar a humanidade na ordem cósmica” (O’Riordan, 1985: 54), situado na natureza e não acima desta e decorrente desta análise a natureza deve ser encarada como uma condicionante económico-social. Esta perspetiva orienta o conceito de desenvolvimento sustentável na base da reciprocidade entre os seres humanos e a natureza.

ii) Por sua vez, a visão antropocêntrica é baseada numa intervenção próxima da natureza, em que a *saúde* desta é apenas avaliada tendo em conta a sua capacidade de fornecer serviços à humanidade (O’ Riordan, 1981). Esta perspetiva teve o seu auge na revolução industrial dos séculos XVIII e XIX e no desenvolvimento de uma aproximação tecnocêntrica para com a

natureza. Esta visão procurava a *“otimização da superioridade humana sobre a natureza não através do uso da força bruta mas como um esforço criativo na exploração e uso da mesma. Nesta perspetiva, o desenvolvimento sustentável é visto como uma noção inner-directed”* (Baker *et al.*, 1997: 10), isto é, guiada por um pensamento e comportamento que se rege por um conjunto próprio de valores, descurando as regras e normas da sociedade. Esta perspetiva desempenhou um papel importante na discussão da operacionalização do conceito, visto que a aproximação desta corrente, de uma maneira extrema, ao comportamento económico (em termos de força bruta de industrialização económica e desenvolvimento tecnológico) permitiu compreender que o otimismo do Homem em compreender e controlar processos físicos, biológicos e sociais no presente e no futuro das gerações constitui-se como uma utopia.

c) As múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável: Como medir a sustentabilidade?

A definição de indicadores para medir a sustentabilidade resulta da dificuldade de se tentar operacionalizar o conceito normativo de desenvolvimento sustentável. A título de exemplo, remete-se para a complexidade de se desenvolver uma estratégia política de desenvolvimento baseada na análise custo-benefício. Neste âmbito, remeto para o pensamento de Robinson (2004: 370) que evidencia essas dificuldades. O autor alerta para a contradição que muitos autores encontram de conjugar *“imperativos opostos de crescimento e desenvolvimento, por um lado, e ecológicos (e, talvez, sociais e económicos) de sustentabilidade, por outro”*. O referido autor faz mesmo uma pequena analogia, onde realça que, para os críticos ao conceito, *“tentar obter valores de desenvolvimento sustentável é a mesma coisa que tentar alcançar a quadratura do círculo, no sentido de tentar alcançar o impossível”* (idem, *ibidem*). No cerne do problema da quadratura do círculo reside a tentativa de conciliar duas áreas *“consideradas incomensuráveis, que não podem ser expressas em termos de si, usando o equivalente algébrico de uma régua e compasso”* (idem, *ibidem*). Porém, e apesar da complexidade encontrada, o ser humano *“intuitivamente usa indicadores para monitorar sistemas complexos que procura cuidar ou de que precisa controlar”* (Meadows, 1998: 1). Na perspetiva deste autor, o Homem vulgarmente utiliza palavras que, só por si, já servem como indicadores, como sinal, sintoma, presságio, dados, ponteiro, mostrador, luz de aviso, instrumento, entre outras. Os indicadores constituem-se, desta forma, como condição necessária ao fluxo de informações que usamos para compreender o Mundo, tomar decisões e planejar as nossas ações. Mas para o fazer é fundamental, como referem Spangenberg e Bonniot (1998: 4), dotar todos os atores com dois novos tipos de ferramentas que ajudem a humanidade a tomar decisões. Por um lado, uma visão de uma sociedade sustentável guiada como uma bússola, *“não como um mapa ou rota (ou, pior ainda, um plano)”* e, por outro, a elaboração de indicadores que permitam *“medir a o progresso, a distância para o objetivo e as falhas de planos ou as suas implementações”* (idem, *ibidem*). De acordo com este último pressuposto, Bossel (1999) coloca duas questões: *“Como reconhecer o desenvolvimento sustentável?”*; *“Quais os indicadores?”*.

Para dar resposta a estas perguntas, Niu, Lu e Abdullah (1993: 185) consideram ser necessário estabelecer, desde logo, um modelo teórico-conceptual aceitável que forneça *“sistematicamente, alguns valores analíticos ou modelos matemáticos para fundamentar ou enriquecer a teoria do desenvolvimento sustentável”*. Por outras palavras, é necessário *“estabelecer uma sustentabilidade global relacionada com um sistema de informação e de análise para aferir, comparar, monitorar e prever o estado do desenvolvimento sustentável”* (idem, *ibidem*). Ainda por outras palavras, era imprescindível *operacionalizar* o modelo de desenvolvimento sustentável baseado em indicadores padronizados e legitimados pela credibilidade e rigor e que fomentassem o exercício do diagnóstico da sustentabilidade, a nível global.

Com a formulação desses indicadores para *“medir”* o desenvolvimento sustentável, surgiu o despertar para uma nova situação: Qual o melhor indicador para quantificar, de forma credível, o desenvolvimento sustentável? Segundo Pearce, Markandadya e Barbier (1989: 22), *“o que temos vindo a reivindicar como “crescimento económico”, no passado, tem sido medido por indicadores muito enganadores”*, como é o caso do mais grosseiro e familiar indicador de desenvolvimento utilizado, o PNB. Este conceito de desenvolvimento/crescimento era definido, usualmente, apenas em termos de crescimento económico, isto é, *desenvolvimento era igual a crescimento económico*.

De acordo com as palavras de Redclift (1997: 15), as limitações deste *“instrumento de medida”* de desenvolvimento são facilmente identificadas. *“Primeiro, o PNB mede a atividade produtiva de forma muito restrita, excluindo por exemplo, as atividades domésticas produtivas devido ao facto destas serem basicamente realizadas por mulheres e crianças. O “setor informal”, nos quais mercados existem mas não são plenamente historiados estatisticamente, e nos quais as pessoas que produzem para o seu próprio consumo, não são referidas na “figura” do PNB. Estas atividades informais são particularmente importantes quando se considera o ambiente no Sul: recolha de lenha, cozinhar alimentos, alimentação, vestuário e atividades domésticas. Nenhuma destas atividades é adequadamente representada nas estatísticas do PNB”*. Acrescenta, este autor, que o PNB também se revela um *“indicador inadequado quando mede a forma como atividade produtiva é implantada. Ao considerar todas as atividades produtivas iguais não distingue, por exemplo, entre as atividades canalizadas para despesa com armamento ou para um sistema de saúde primário para as populações”* (idem, *ibidem*). Assim, países com aplicação de políticas nacionais divergentes podiam ser encarados de igual forma, de acordo com a análise do PNB, pois a avaliação estatística dos números não é reveladora do real desenvolvimento de uma nação. Por último, mais uma vez se *“verifica a fragilidade deste indicador quando através dos mapas estatísticos do PNB sobre a utilização produtiva dos recursos, não se consegue distinguir se os recursos utilizados são ou não renováveis”*, mais ainda, *“se a produção da atividade produtiva está associada a custos no crescimento económico, através de atividades poluidoras, por exemplo”* (idem, *ibidem*).

De acordo com Pearce, *et al.* (1989: 23), o PNB era construído de uma forma que tendia a divorciar-se de uma das suas subjacentes finalidades: indicar, grosso modo, o nível de vida da população. Este autor dá um exemplo que intui a fragilidade e falta de rigor deste instrumento: “*Se a poluição causa danos à saúde pública, aumentam as despesas dos cidadãos com os cuidados de saúde, o que leva ao aumento do PNB, o que supostamente eleva a qualidade de vida da população e não a sua diminuição*”. Bossel (1999: 25) faz uma leitura análoga deste indicador. Considerava bizarra a forma como este tinha transitado para a economia e para o desenvolvimento nacional de cada país, centrando-se na forma como os economistas o encaravam. Segundo este autor, “*a atenção destes [economistas] não se centrava na riqueza do capital (de ativos financeiros, terra ou recursos) mas, para além de vigiarem a inflação e taxas de desemprego, dedicavam-se, sobretudo, a analisar este indicador que, no essencial, media a velocidade com a qual a riqueza dos recursos naturais estava a ser devastada*”. O mesmo autor conclui que “*difícilmente este indicador pode ser entendido como um indicador da riqueza nacional e de bem-estar!*” (*idem, ibidem*). Assim sendo, e segundo Pearce *et al.* (1989: 21), o paradigma de desenvolvimento sustentável teve a capacidade de fazer “*deslocar o foco do crescimento económico no formato como era tradicionalmente entendido em matéria de política económica*”. Atualmente, “*fala-se em desenvolvimento em vez de crescimento, da qualidade de vida em vez de, apenas, rendimentos reais (...)*” (*idem, ibidem*). Com esta mudança de “visão” sobre desenvolvimento, era evidente que a mudança de *indicadores para a sustentabilidade* impunha, igualmente, uma mudança de atitudes da sociedade perante questões que, até então, eram negligenciadas até porque estavam a ser dados os primeiros passos para “*medir*” e “*integrar*” os custos ambientais como parcela na equação do DS e, conseqüentemente, para o adotar de um novo indicador de desenvolvimento.

Atualmente, os indicadores constituem-se como um dos mais eficazes instrumentos usados para o desenvolvimento sustentável, sendo que a sua “*presença ou ausência, precisão ou imprecisão, uso ou não uso, pode alterar o comportamento de um sistema, para melhor ou para pior*” (Meadows, 1998: 5). Como sublinha Meadows (*idem, ibidem*), a alteração de indicadores pode “*ser um das formas mais poderosas e, ao mesmo tempo, uma das maneiras mais fáceis de fazer alterações no sistema - que não exige a demissão de pessoas, rompe com as estruturas físicas inventando novas tecnologias ou aplicando novos regulamentos - (...) sendo que apenas é necessário fornecer novas informações para novos lugares*”.

Na base da discussão da formulação dos indicadores está a prossecução de três objetivos principais (Spangenberg e Bonniot, 1998: 5):

“*i) Todos os indicadores devem ser baseados em metodologias reconhecidas e validadas à data. O número de indicadores usualmente costuma ser elevado como forma de cobrir todos os aspetos, considerados relevantes, com suficiente detalhe. Um exemplo bem conhecido de desenvolvimento é o projeto do Índice de Pressão Ambiental do Eurostat.*”

ii) *Em relação à orientação política, os indicadores devem integrar ligações com os atores, causas e instrumentos. É necessário um número limitado a fim de estabelecer uma ligação adequada para as decisões políticas.*

iii) *Relativamente à comunicação, os indicadores deve ser dinâmicos, de fácil leitura e interpretação e em número reduzido. Se possível, apenas um que sirva como ferramenta central de comunicação. Na economia, o PIB serve esse propósito”.*

De seguida, será feita uma breve análise aos sistemas de indicadores criados, para o nível macro, que tiveram como finalidade, não só concretizar os supracitados objetivos, mas também tentar centrar e harmonizar as políticas internacionais no campo da sustentabilidade.

a) **Indicadores Ambientais** - Baseado no modelo conceptual de *Pressão-Estado-Resposta* (PSR, do inglês *Press-State-Response*), a abordagem proposta pela OCDE (Environmental Indicators, *A Preliminary Set*, 1991) e seguida por outras agências internacionais (como é exemplo a Eurostat) desenvolve os seus indicadores suportada pelo conceito de causalidade, em que se observa que (Spangenberg e Bonniot, 2008: 5): *“as atividades humanas exercem pressões sobre o ambiente; estas pressões alteram a qualidade do ambiente e a qualidade dos recursos naturais (o “estado” do ambiente); a sociedade responde a essas mudanças ambientais, através de políticas económicas gerais e sectoriais”* (a “resposta” da sociedade). Assim, as respostas sociais formam um ciclo de *feedback* às pressões por meio de atividades humanas. Decorrente desta análise, os indicadores podem ser desenvolvidos para cada fase do modelo. Como reconhecem Spangenberg, Malley e Schmidt-Beek (1995: 6), este modelo apresenta graves lacunas, visto que se centra principalmente *“em pré-determinados stresses ambientais que num determinado momento parecem ser motivo de preocupação política. Por conseguinte, os temas escolhidos são principalmente as questões do estado do ambiente como o declínio das florestas, biodiversidade, mudanças climáticas. (...) descartando ou minimizando interesse para os “inputs que advêm do domínio da tecnosfera e antroposfera”*. Acresce, segundo os mesmos autores, que o modelo ao funcionar como *“um conjunto de respostas aos sintomas e eventos episódicos de stress ambiental”* (idem, *ibidem*), as suas políticas resultam em curativos rápidos que desvirtuam o desenvolvimento de abordagens a longo prazo (a que os autores designam de 'end-of-the-pipe-thinking') e, portanto, é um modelo que acaba por não cumprir, plenamente, com os requisitos de políticas ativas ambientais.

b) **Do Ambiente para a Sustentabilidade** – Da análise ao documento “A Report on Work in Progress” (1995), da responsabilidade do Banco Mundial verifica-se o esforço para aplicar o conjunto de indicadores ambientais no desenvolvimento de políticas. Porém, e apesar de continuar a existir uma aproximação ao sistema anterior, os indicadores fornecem informações adicionais e são mais abrangentes em relação ao conjunto inicial da OCDE. Uma das melhorias mais significativas associadas ao DSR relaciona-se com a evolução do conceito de *“riqueza das nações”* que deixa de ser avaliado de forma restrita, conotado apenas com questões económicas,

ganhando uma perspetiva mais abrangente. O aperfeiçoamento do sistema, como referem Spangenberg, Malley e Schmidt-Beek (1995: 6), traduziu-se na tentativa de “*ultrapassar esta fraqueza (...) introduzindo dimensões não ambientais em relação ao PSR*”, resultando este novo modelo no designado DSR (Driving force – State – Response). Desta forma, evita-se, como designam os autores, o “*prefixo ambiente*” ou a “*armadilha da causalidade*”. Porém, a tentativa de fugir à armadilha da causalidade deu origem à perda total da relação causal e, desta forma, surge a lacuna que advém do sistema “*ficar sem aviso, o que não permite respostas efetivas para a redução da pressão ou para o reorientar das driving forces*” (idem, 7).

c) **A dimensão socioeconómica.** Os indicadores desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que integram a dimensão social e económica, não são baseados no sistema PSR, demitindo-se da dimensão ambiental de sustentabilidade. Ao invés, centram-se no largo espectro dos indicadores sociais, como a educação (*nível de escolaridade*) e saúde (*esperança média de vida*) relacionando-os com indicadores económicos (*PIB per capita*), dando origem ao designado IDH. Esta avaliação internacional permite uma comparação do progresso entre países e rankings de desenvolvimento, separando os países desenvolvidos (elevado desenvolvimento humano), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). Este índice veio substituir a utilização isolada do PNB, instrumento de avaliação de desenvolvimento dos países que subsistiu até 1990. Segundo Ranis e Stewart (2000:1), existem aspetos que derivaram da própria evolução do conceito de Desenvolvimento Humano, que foram integrados neste índice como os *relacionados com o bem-estar físico das pessoas, tais como saúde, nutrição e educação*. O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, elaborado em 1990 (ver PNUD, 1990), reitera esta ideia, referindo que a avaliação do HD “*é mais do que crescimento do PIB, mais do que rendimento e riqueza e mais do que produção de mercadorias e acumulação de capital*” (PNUD, 1990: 1). Estes relatórios servem, atualmente, de base para análises temporais e espaciais dos indicadores de sustentabilidade. Acresce, ainda, que mesmo os dois primeiros relatórios foram alvo de aperfeiçoamento, com a particular importância de introduzir “*questões globais complementando a análise, (...) que se encontrava circunscrita, “às questões de política interna nos dois primeiros relatórios”*” (PNUD, 1992: 1). Todavia, também este índice é alvo de críticas, realçando-se o facto de este não incluir quaisquer considerações de ordem ecológica, em detrimento de uma avaliação centrada, exclusivamente, no desempenho nacional. Sagara e Najam (1998) consideram mesmo que os relatórios anuais de desenvolvimento humano não fazem uma avaliação correta e fiel da realidade, porque perderam a visão integral do mundo que pretendem retratar.

d) **Sistema de indicadores de sustentabilidade.** Como refere Meadows (1998: 12), a urgência e a escala para os indivíduos atingirem uma boa qualidade de vida em harmonia com a natureza “*desafiou os modelos antigos e visões do mundo. Daí a procura de novas formas de pensar e a necessidade de novos indicadores*” (figura 2.1).

Tema	Indicadores <i>Procura de indicadores: Estamos nós a manter uma base de ativos?</i>
<p>Ativos ambientais - Qualidade do ar -</p> <p>Recursos de água Recursos de energia Biodiversidade</p>	<p>Índice de emissão de gases de efeito de estufa e emissões de CO₂ Emissão de NO_x Intensidade do uso da água Abstrações /recursos renováveis Consumo dos recursos energéticos Dimensão das áreas protegidas como partilha da era total</p>
<p>Ativos económicos</p> <p>Ativos produzidos Ativos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico Ativos financeiros</p>	<p>Volume do stock de capital disponível Fatores de crescimento da taxa de produtividade Ativos externos líquidos e saldo em conta corrente</p>
<p>Capital Humano</p> <p>Stock de capital humano Investimento em capital humano Depreciação do capital humano</p>	<p>Proporção da população com qualificações superiores ao secundário Despesa com a educação Taxa e nível de desemprego</p>

Figura 2.1 - Conjunto básico de indicadores de desenvolvimento sustentável segundo a OECD
Fonte: OECD, (2001b)

Os indicadores de sustentabilidade têm de ser mais do que simples indicadores ambientais, sendo que um indicador ambiental passa a *indicador de sustentabilidade quando incorpora tempo, limites e objetivos*” (idem, *ibidem*) e mesmo quando não expressem unidades de tempo devem *“incorporar indicadores de capacidade de carga, princípios do perigo ou objetivos”* (idem, *ibidem*) Também não devem ser apenas indicadores de crescimento, pois crescimento não significa *“necessariamente melhor mas simplesmente maior”* (idem, 14). Decorrente desta noção, a DPCSD desenvolveu os seus próprios indicadores de sustentabilidade baseado no sistema DSR (*Driving force – State – Response*) que tenta refletir a equidade na relação das dimensões sociais, económicas e ambientais integradas nos indicadores de sustentabilidade. Atualmente, a seleção de indicadores para a monitorização do desenvolvimento tende a variar de país para país, de acordo com os *“recursos naturais, a estrutura industrial e variáveis políticas e sociais”* (Stevens, 2005: 4). Na prática, é difícil que as nações de todo o mundo adotem indicadores comuns de desenvolvimento sustentável. Uma das abordagens é o de *“desenvolver diferentes conjuntos de indicadores para grupos de países com base em variáveis selecionadas (por exemplo, nível de desenvolvimento, natural base de recursos)* (idem, *ibidem*). Acresce que alguns países usam a sua própria estratégia nacional de desenvolvimento como estrutura organizacional dos seus indicadores. De acordo com Spangenberg e Bonniot (1998), os indicadores de sustentabilidade apresentam falhas, acrescentando às críticas avançadas ao sistema DSR um ponto fraco que, ao ser considerado pelos autores como impossível de superar, releva para a necessidade de aperfeiçoamento dos indicadores. Neste contexto, os autores supracitados referem a ausência de

uma política pró-ativa que seja mais preventiva, flexível e de resposta rápida em matéria de sustentabilidade.

2.3.3 Da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento até à atualidade: o emergir da Agenda 21 Local

De seguida, será feita uma reflexão às principais iniciativas desenvolvidas em matéria de sustentabilidade, desde 1992 (com destaque para Agenda 21) até atualidade, analisando os contributos dessas ações para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em 1992, a comunidade internacional convergia no sentido de reforçar parcerias, de fomentar mais encontros de índole internacional, de promover mais medidas para, num esforço conjunto, inverter o enorme impacto da ação humana sobre a natureza. Verificava-se, igualmente, uma tendência por parte do setor industrial para introduzir técnicas e equipamentos mais evoluídos tecnologicamente que contribuíssem para a diminuição das emissões de poluentes no planeta. “As relações entre os objetivos de proteção e as prioridades da política económica tornam-se cruciais e complexas. As despesas com a luta contra a poluição, agindo essencialmente no limitar dos custos de exploração dos recursos e nas despesas de intervenção do Estado e do setor das empresas de produção (...) resultaram, na maioria dos países da OCDE, no aumento de custos, não se sabendo se a nível económico estes países progrediram proporcionalmente ao PIB” (Chesnais, 1992: 224). Neste contexto, e face ao caráter excessivamente poluidor das indústrias, entrava em vigor a Convenção de Basileia, em 5 de maio de 1992. A referida Convenção centrou-se, sobretudo, nas implicações ambientais que o envio de resíduos perigosos de países industrializados para regiões menos desenvolvidas (como por exemplo o continente africano) acarretava.

Porém, como foi referido no ponto anterior por Sneddon *et al.* (2006), a sociedade aguardava que os discursos políticos se tornassem consistentes e concordantes com as ações no terreno. Paraphrasing Melnick (2005: 2), era tempo da “(...) *prossecação do desenvolvimento sustentável com (...) a integração dos princípios e práticas de desenvolvimento sustentável nas políticas dos países e na planificação de programas (...) [sendo encarada por este autor] como a chave para o sucesso das estratégias*”. O mesmo autor acrescenta que se vive um momento em que “a *responsabilidade pela gestão dos recursos naturais, gestão dos resíduos e proteção da biodiversidade tem que ser partilhada por todas as nações. Cada país tem de trabalhar rumo ao desenvolvimento sustentável definindo e quantificando objetivos e implementado processos que visam promover acordos multilaterais e regionais de ambiente*” (idem, *ibidem*).

Em matéria de sustentabilidade, este período pode ser entendido como uma etapa preparatória orientada para a consecução de dois grandes objetivos: primeiro, a operacionalidade da sustentabilidade através da introdução de ferramentas ágeis e capazes de habilitar o paradigma para a execução, no terreno, do plano teórico traçado; segundo, o responsabilizar e envolver o maior número de nações num esforço conjunto para a implementação e sucesso desse mesmo paradigma. Neste ponto, como refere Elisabete Figueiredo (2003a: 62), chegara o momento dos

“problemas ambientais deixaram de ser apreendidos apenas no contexto local, com consequências negativas para um reduzido número de indivíduos, para passarem a ser entendidos como globais”. Ou seja, “a preocupação central tornou-se a sobrevivência humana num planeta que, é hoje reconhecido, não pode continuar indefinidamente a cooperar com um consumo de recursos não renováveis ou com a absorção de resíduos industriais em níveis como os presentes”. A concretização desses objetivos viria a ser alcançada, em 1992, aquando da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), um dos mais importantes marcos no que à política do ambiente diz respeito, tendo “uma cobertura mediática sem precedentes, em termos das suas conclusões e resultados. Na sequência deste acontecimento muitas outras cimeiras e reuniões e debates internacionais se têm realizado para tentar medir (e em muitos casos ainda implementar) algumas das propostas então colocadas e/ou postas em prática pelos diversos países envolvidos (Figueiredo, 2003a: 32). A conferência, também designada por ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra contribuiu para lançar as bases dos princípios que norteiam a sustentabilidade, estabelecendo uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável. Desta conferência acabariam por sair os “princípios fundamentais em que cada Estado deve basear as suas decisões e políticas futuras, considerando as implicações ambientais no desenvolvimento socioeconómico” (Keating,1993: vi).

Os princípios constantes na DR definem a estratégia internacional para o alcançar dos objetivos da sustentabilidade no Mundo. Destes princípios, pela sua importância, relevo os seguintes: O primeiro começa por *“colocar os seres humanos no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável, atribuindo-lhes o direito a uma vida saudável e produtiva (princípio 1)”* (Lima, 2004: 27). No terceiro princípio, destaca-se o cuidado em assegurar *“equitativamente o desenvolvimento e o ambiente às gerações presentes e futuras” (DR)*. A questão do combate à pobreza como condição indispensável ao desenvolvimento sustentável é explicitada no quinto capítulo *“Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades, nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo (DR) ”*. Destaca-se, ainda, o décimo princípio, pela importância dada à participação social *“A nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que dispõem autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a consciencialização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos” (DR)*.

Numa análise mais exaustiva aos princípios introduzidos, verifica-se que estes funcionam, ainda hoje, como ideais fundamentais para o sucesso de políticas de desenvolvimento sustentável. De acordo com Keating (1993: 1), eles revelam-nos algumas dessas importantes ideias que ficaram consagradas na Declaração do Rio, cujo teor se coaduna com a perspetiva do autor: Um desses princípios que surge consagrado na referida Declaração, em 1992, refere que *“Os povos só são*

*considerados como tendo uma vida saudável e produtiva quando estão em harmonia com a natureza”, afirmação que, atualmente, parece desprovida de interesse, dada a naturalidade com que encaramos tal facto, se bem que, à época, se institui de enorme relevância face às réplicas ideológicas contrárias à sustentabilidade humana. Um outro princípio, “O desenvolvimento, hoje em dia, não pode ignorar o desenvolvimento e as necessidades ambientais do presente e das futuras gerações”, consagra a vontade de alcançar a equidade intra e intergeracional, razão pela qual, de acordo com o atual paradigma, o desenvolvimento deve atender não só às necessidades humanas de hoje, mas também tende a assegurar as necessidades das gerações futuras. Para Glotzbach e Baumgärtner (2009: 2), trata-se de uma questão de “justiça global entre diferentes indivíduos da presente geração (justiça intrageracional) e a justiça de indivíduos entre gerações futuras (justiça intergeracional)”. A questão da sustentabilidade, ainda de acordo com a visão dos mesmos autores (idem, *ibidem*), reside precisamente em saber como se pode pôr em prática justiça e equidade social para que “as pessoas que vivem hoje e as pessoas que irão viver no futuro tenham direitos iguais para usar os ecossistemas e seus serviços”.*

Para tal, segundo Glotzbach e Baumgärtner (idem, 3), a resposta reside na relação possível entre os objetivos da justiça ecológica do intra e intergeracional que se baseia em 3 hipóteses lógicas: 1ª – “Alcançar um objetivo não pode ter qualquer efeito sobre as possibilidades de, igualmente, atingir o outro (independência). 2ª - Atingir um objetivo pode, igualmente, tornar mais fácil alcançar o outro (facilitação). 3ª - Conseguir um objetivo pode, também, tornar ainda mais difícil alcançar o outro (rivalidade)”. Será de acordo com a capacidade com que o Homem conseguir gerir estas premissas, tendo em atenção a análise custo-benefício, que dependerá o sucesso das políticas de sustentabilidade. É, igualmente, de referir três outros princípios que contrapõem o carácter amplo e globalizante dos problemas ambientais que os mesmos integram e que evidenciam o esforço conjunto da comunidade internacional para os enfrentar: “As nações têm o direito de explorar os seus próprios recursos desde que não causem problemas ambientais, para além fronteiras; “As nações devem desenvolver leis internacionais para compensar atividades que sob o seu controlo causem danos além fronteiras; “As nações devem cooperar para conservar, proteger e recuperar a saúde e integridade do ecossistema terrestre (...) e reconhecer a responsabilidade internacional que têm em perseguir o desenvolvimento sustentável na perspetiva que a pressão das suas sociedades, com as suas tecnologias e recursos financeiros, exercem sobre o ambiente global”.

Os princípios, mencionados de seguida, revelam a natureza do desafio que se colocava, e que se coloca ainda hoje, à sociedade mundial. O primeiro refere o grave problema social relacionado com os níveis de pobreza extrema que, aliado à desigualdade da distribuição de riqueza, se constitui como um dos principais entraves ao desenvolvimento. O segundo, prende-se com a crise ambiental que “obrigava” a uma tomada de posição firme e decidida, dos responsáveis políticos, para travar as ações antropogénicas responsáveis pelos elevados custos ambientais e sociais que se iam verificando: “Erradicar a pobreza e reduzir as disparidades nos modos de vida nas diferentes partes do mundo é essencial para atingir o desenvolvimento sustentável e conhecer as

principais necessidades da maioria das pessoas; as nações devem legislar e desenvolver leis nacionais para resguardar as vítimas de poluição e outros danos ambientais. As nações devem avaliar as atividades propostas de acordo com os seus prováveis impactos adversos sobre o meio ambiente”.

Neste sentido, não posso deixar de referenciar outro princípio que, de forma redundante, identificava as pretensões almejadas pela comunidade internacional. “*Os países devem reduzir e eliminar os processos não sustentáveis de produção e consumo e promover apropriadas políticas demográficas*” (princípio 8).

Por último, mas não menos relevante, destaco o princípio da precaução e o princípio do poluidor-pagador pela sua riqueza funcional. Ambos, apesar de atuarem em momentos distintos (um a montante e outro a jusante dos problemas de cariz ambiental, respetivamente) revelam ser de uma extrema utilidade para a defesa e preservação dos ecossistemas: “*As nações devem usar o princípio da precaução para proteger o ambiente. Onde existam sérias ameaças ou danos ambientais irreversíveis, a incerteza científica não deve ser usada para adiar medidas que previnam a degradação ambiental* (princípio 15). *O poluidor deve, em princípio, ser responsabilizado pelo custo da poluição provocada* (princípio 16).

Neste enquadramento, a *Declaração* constituiu-se como um pacto global sobre o ambiente e assume-se, por isso, como um documento fundamental para a concretização dos objetivos de manutenção do equilíbrio ecológico do planeta e de desenvolvimento sustentável à escala global.

Desta Cimeira, iria sair um dos mais relevantes instrumentos de desenvolvimento sustentável, com base nestes princípios, a A21. Este instrumento impõe-se como um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana interfira com o meio ambiente. Constituiu-se na mais abrangente tentativa de orientação para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e económica, perpassando em todas as suas ações propostas. Desta forma, a A21 configura-se como um processo de planeamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região e setor, tendo em vista o futuro de forma sustentável. Deve envolver toda a sociedade na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazo. A análise do cenário atual e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser realizadas dentro de uma abordagem integrada e sistémica das dimensões económica, social, ambiental e político-institucional da localidade.

O próprio termo “Agenda” foi concebido no sentido de intenção, desígnio, desejo de mudança, para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre

as nações. Dos 40 capítulos que compõem o documento da A21, destaca-se o capítulo 28 que introduz a Agenda 21Local como instrumento de sustentabilidade a nível local. *“Cada poder local deve entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e adotar uma “Agenda 21 Local” (A21, Capítulo 28, 1992). Como refere o ICLEI, “A Agenda 21 Local é um processo participativo, multissetorial, que visa atingir os objetivos da A21 ao nível local através da preparação e implementação de um Plano de Ação estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável” (ICLEI, 2002c: 3). Com a A21L é atestado, oficialmente, o papel das autoridades locais na iniciação dos processos necessários para obter o desenvolvimento sustentável visto que, como é reconhecido, “muitos dos problemas e soluções referidos na A21 têm origem em problemas locais, [pelo que] a participação e a cooperação das autoridades locais constitui um fator determinante no cumprimento desses objetivos. São as autoridades locais que constroem, operam e mantêm em funcionamento as infraestruturas económicas, sociais e ambientais; são também elas que supervisionam os processos de planeamento, estabelecem os regulamentos ambientais locais e implementam as políticas ambientais nacionais e subnacionais. Sendo as autoridades locais o nível de governo mais próximo das populações, desempenham um papel vital na educação, mobilização e interlocução com o público, com vista ao desenvolvimento sustentável” (UNCED, 1992b: Cap. 28). Como acrescenta Schmidt et al. (2006: 123), a Agenda 21 Local tornava-se num importante “programa de ação elaborado de uma forma participativa que visa um maior envolvimento entre poder local e agentes locais nas dinâmicas de desenvolvimento económico, social e ambiental de escala autárquica (infra ou supra municipal). Implica, por isso, além da administração autárquica, a participação ativa de movimentos cívicos, de grupos de interesse, de empresas, de organizações não governamentais (ONGs), ou seja, dos múltiplos setores que constituem a sociedade civil (mais ou menos organizados)”.*

Concluindo, a A21 e a sua “expressão” a nível local (A21L) traduzem, na prática, a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável. Estava “encontrado” o instrumento que, supostamente, torna exequível a passagem, da sua teoria à prática, do paradigma de sustentabilidade. Como referem Silva Filho, Nascimento e Daroit (2000: 2), a Agenda 21Local constitui-se como um *“plano geral que integra todas as ações a serem tomadas pela comunidade internacional, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável ao longo do século XXI”.*

A par desta iniciativa, outros documentos importantes foram redigidos com o objetivo primordial de promover a sustentabilidade no Mundo: a) “A Carta da Terra” e firmados quatro importantes acordos: Declaração do Rio (já referida); b) a Convenção Quadro sobre a Diversidade Biológica; c) Convenção Quadro sobre Mudança Climática; d) a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas:

- a) A “Carta da Terra” constituiu-se como uma declaração de princípios e valores fundamentais e contou com uma elevada participação de organizações não-governamentais e representantes da sociedade civil que legitimou a sua elaboração. Este documento teve como objetivo orientar os indivíduos e os Estados na promoção do desenvolvimento sustentável, como se pode constatar no seu preâmbulo, *“À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos (...). Para seguir adiante, (...) devemos somar forças para gerar uma sociedade global sustentável baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que (...) declaremos a nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações”* (ONU, 2002, Preâmbulo). Apesar da importância do documento, comparável com a Declaração Universal dos Direitos Humanos no que se refere à sustentabilidade, a equidade e a justiça social e ambiental, para alguns autores, como Soromenho-Marques (1994: 89), a “Carta da Terra” nunca conseguiu *“tornar-se num Documento do Direito Internacional com a dignidade da Carta das Nações Unidas”*, devido ao facto, como sublinha o referido autor, da Eco92 limitar-se *“a aprovar uma simples Declaração de 27 princípios, alguns dos quais revelam, na sua fragilidade e débil formulação, as batalhas negociais geradoras de precários consensos”* (idem, *ibidem*).
- b) A *Convenção sobre a Diversidade Biológica* (Biodiversidade) refere, no seu artigo 1.º, quais os objetivos que procura proteger, dos quais se destacam: *“a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos, inclusivamente através do acesso adequado a esses recursos e da transferência apropriada das tecnologias relevantes, tendo em conta todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, bem como através de um financiamento adequado”*. No entanto, a própria relevância da Convenção é relativizada, pois esta encontra-se *“extraordinariamente enfraquecida pela automarginalização norte-americana e pela impossibilidade material de atingir os seus objetivos essenciais sem a garantia prévia da preservação das florestas* (Soromenho-Marques, 1994: 89).
- c) A CQMC, aberta à assinatura durante a ECO-92, só entraria, no entanto, em vigor no dia 21 de março de 1994. O objetivo primordial desta Convenção identifica-se no seu artigo 2º, em que se procura a *“estabilização das concentrações de GEE na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento económico prosseguir de maneira*

sustentável” (CQMC, 1992, artigo 2º). O objetivo traçado vai ao encontro da necessidade de contrariar o aumento substancial, na atmosfera, *“das concentrações de gases com efeito de estufa* provocado pelas ações antrópicas e que (...) *resultam num aquecimento médio adicional da superfície da Terra e da atmosfera, (...) que poderá vir a afetar adversamente os ecossistemas naturais e a humanidade*” (CQMC, 1992, Preâmbulo). Também esta iniciativa não está isenta de críticas, visto que este acordo *“se transformou num instrumento inócuo, por omitir objetivos, datas e métodos de orientação estratégica obrigatória capazes de conduzir a comunidade dos Estados (...) a uma redução efetiva nas emissões de gases causadores do efeito de estufa, em particular do dióxido de carbono* (Soromenho-Marques, 1994: 89).

- d) A *Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas* estabeleceu princípios, sem vínculo legal obrigatório, relativos à exploração florestal, pois, como refere Soromenho-Marques, (1994: 84) a *“anunciada Convenção sobre as florestas, que deveria fazer face à atual e criminosa vertigem da desflorestação, foi inviabilizada nas reuniões preparatórias da conferência, não chegando sequer ao Rio”*.

Concluindo, com a formulação conjunta destes instrumentos, supunha-se que a sociedade mundial ficava com os meios e recursos suficientes para abordar os desafios que se lhe colocavam. No entanto, e como se verificou, os seus *“principais objetivos conheceram alterações e mutilações profundas”* (Soromenho-Marques, 1994: 89) que fragilizaram a sua ação futura e o seu protagonismo. O próprio e ambicioso programa de transição para um modelo de desenvolvimento sustentável, preconizado pela A21L, foi *“inviabilizado devido ao seu desarmamento financeiro, isto é, a recusa por parte dos países industrializados em mobilizar anualmente, entre 1993 e o ano 2000, os 125 milhões de dólares considerados, pelos especialistas das Nações Unidas, como o montante mínimo para o processo de concretização das metas contidas nos quarenta capítulos e quatro secções dessa Agenda”* (idem, *ibidem*).

Apesar das críticas, a Eco 92 teve o mérito de consagrar o conceito de desenvolvimento sustentável e de o introduzir como um modelo de crescimento económico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico, tendo sido *“assumido [neste evento] que, para se atingir um verdadeiro desenvolvimento, o crescimento económico tem de ser acompanhado de efetivo bem-estar humano, e tem de acautelar os recursos naturais e a qualidade do ambiente”* (Schmidt, 2006a: 124). Neste contexto, tornou-se possível o diálogo multilateral com a forte representação de vários países, sendo os interesses globais a sua principal preocupação. No entanto, persistiram vozes críticas que não compartilham a ideia de sucesso, como são *“o caso da maioria das organizações e indivíduos mais diretamente ligados às lutas pela salvaguarda do equilíbrio ambiental, (...) que consideram “uma exiguidade os compromissos políticos concretos da Eco-92 (...)”* e, portanto, para estes, o evento *“revelou-se uma decepção”* (Soromenho-Marques, 1994: 89).

As repercussões da Eco 92 também se fizeram sentir, a nível europeu, mais concretamente ao nível da União Europeia (UE). Assim, no ano de 1992, com o Tratado da União Europeia, também conhecido como Tratado de Maastricht, os países membros da UE reveem o próprio conceito de sustentabilidade, introduzindo alterações ao Tratado que institui a CEE, alterando o seu artigo n.º 2, em que é reforçado o elevar da exigência em termos de desenvolvimento sustentável pela União Europeia: *“promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de proteção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-membros”* (Tratado da União Europeia, 1992: artigo 2º). Em 1997, com o Tratado de Amesterdão, este artigo seria reformulado com a introdução de novos elementos na sua definição de desenvolvimento sustentável, com a seguinte menção *“um elevado nível de proteção e de melhoria da qualidade do ambiente”* (Tratado de Amesterdão, 1997, artigo 2º).

Saindo do contexto europeu, e do *“balanço inconclusivo”* da Eco 92, como definiu Soromenho-Marques (1994), surgiu no *“desafio da sustentabilidade ao nível local, uma nova dimensão depois da Cimeira do Rio (...) com a primeira fase do Projeto de Cidades Sustentáveis (1993-96) lançado pela, presentemente intitulada, Comunidade Europeia - Direção Geral do Ambiente”* (Vasconcelos, 2001b: 1). Deste modo, e apesar dos críticos e críticas à CNUMAD, surge uma nova dimensão de encarar os desafios da sustentabilidade que não se pode escamotear e que remete para a escala local, isto é, existe o reconhecimento internacional que os problemas de sustentabilidade devem ser avaliados e combatidos a partir da sua fonte, o que se traduz numa maior exigência e responsabilidade de cada país, na abordagem às questões ambientais, sem porém colocar em causa as responsabilidades comuns que integram a verdadeira cooperação internacional. Acresce, neste novo discurso de sustentabilidade, a inevitabilidade de se abordar o meio ambiente urbano, visto que, atualmente, as cidades são espaços que se constituem como os maiores desafios à vontade humana de aliar o desenvolvimento social e económico à preservação do meio ambiente. No que se refere ao meio urbano, como refere Moreno (2009: 11), *“chegámos à Era Urbana” (...)* em que a população urbana do mundo superou o número de habitantes das zonas rurais” e segundo os cálculos do programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos [UN-Habitat], no ano de 2030 as cidades irão abrigar cerca de 60% da população mundial. As cidades instituem-se, desta forma, como *“uma matriz complexa de atividades e efeitos que nos permitem ter uma (...) compreensão das relações e impactes (Homem/Natureza) ao nível local e global. Desta forma têm um papel importante na concretização de objetivos de várias estratégias e na solução para a sustentabilidade global”* (Gomes, 2009, prefácio). Assim sendo, o projeto das cidades sustentáveis reveste-se na forma sustentável de pensar a cidade, isto é, segundo Gomes e Gomes (2004: 3), *“pensar no seu planeamento e ordenamento, (...) numa perspetiva de desenvolvimento sustentável (...) que a torne economicamente viável, socialmente aceitável e ambientalmente*

respeitável". Neste contexto, realça-se, de seguida, a importância das Reuniões Europeias sobre Cidades Sustentáveis, dando-se maior ênfase à de "Aalborg (1994), donde saiu a carta de Aalborg assinada por 650 entidades de 32 países europeus comprometendo-se a implementar a Agenda 21 ao nível local; a de Lisboa (1996) que produziu o Plano de Ação identificando os objetivos operacionais a serem implementados e (...) a de Hannover onde foi divulgada uma Declaração (2000) que avaliava o progresso das cidades Europeias rumo à sustentabilidade" (Vasconcelos, 2001b: 1-2).

A Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis (CECS, 1994), realizada em Aalborg, em 1994, resultou no acompanhamento ao capítulo 28 da Agenda 21, saído da ECO 92. A Internacional Council on Local Environmental Initiatives (ICLEI), trabalhando em estreita colaboração com organizações como United Nations Environment Programme (UNEP), a União Internacional de Autoridades Locais (IULA) e a Comissão Europeia (CE) teve uma clara e decisiva liderança, desde a Cimeira da Terra, no patrocínio e promoção das atividades da Agenda 21 Local. Duas das suas iniciativas tiveram um impacto decisivo para a compreensão daquilo que se designou como A21Local. A primeira resultou (como já foi mencionado anteriormente) na CECVS e a segunda, que se inscreve na realização de um inquérito que iria fornecer os dados que serviram de base ao trabalho desenvolvido na Cimeira da Terra +5, que se realizou em 1997.

No âmbito da primeira iniciativa, o resultado da Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis (também chamado de Carta de Aalborg) caracteriza-se, segundo Lafferty (2001a: 3), por um "documento tripartido descrevendo os valores fundamentais e opções estratégicas para o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas europeias (...) e que lança uma ampla campanha de sustentabilidade para as cidades na Europa". Neste documento, é feito um compromisso específico para o acompanhamento do capítulo 28 da Agenda 21 (Parte III).

Em matéria de sustentabilidade, a Carta de Aalborg procura cumprir o mandato estabelecido, a nível local, para o capítulo 28 do documento da Agenda 21, centrando a sustentabilidade local para as cidades como principais espaços geográficos a intervir. Tal facto decorre do reconhecimento de que os maiores problemas ambientais e de insustentabilidade advêm desta forma de organização em que se concentra, na sua larga maioria, a espécie humana "Compreendemos que o atual modo de vida urbano, particularmente as nossas estruturas - repartição do trabalho e funções, ocupação dos solos, transportes, produção industrial, agricultura, consumo e atividades recreativas - nos responsabiliza maioritariamente pelos numerosos problemas ambientais com os quais a humanidade se confronta. Este facto é extremamente relevante, pois 80% da população europeia vive nas zonas urbanas" (Carta de Aalborg, 1994: Parte I).

Outro grande objetivo é o de contribuir e acompanhar a implementação das A21L, de forma a garantir e fomentar a sua operacionalidade no terreno, "[devendo-se desenvolver] todos os esforços para atingir um consenso nas comunidades locais, relativamente aos Planos de Ação

Local para a Sustentabilidade da Agenda 21” (Carta de Aalborg, Parte III). Desta forma, a Carta de Aalborg configura-se como uma declaração de compromisso das autoridades locais para o desenvolvimento de ações concretas que vão ao encontro da sustentabilidade urbana. Neste âmbito, realizaram-se Conferências sobre as Cidades Sustentáveis, tendo decorrido a segunda, em Lisboa, onde foi aprovada a Carta de Lisboa que confirma os princípios da Carta de Aalborg (ver CECVS, 1996). Em 2000, em Hanôver, decorreu a Terceira Conferência sobre as Cidades Sustentáveis, aprovando a Carta de Hanôver que fazia o balanço sobre a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis nos últimos anos, tendo por base “os progressos realizados no percurso das (...) cidades rumo à sustentabilidade” (Declaração de Hanôver, 2000: introdução). Posteriormente a estas Conferências Europeias de Cidades e Vilas Sustentáveis, realizaram-se mais duas, Aalborg (2004), conhecida como Aalborg + 10, e Sevilha (2007), que vieram reiterar a mais-valia da elaboração de Planos de Ação Local para a Sustentabilidade.

No âmbito da segunda iniciativa da responsabilidade do ICLEI, realizou-se, em 1997, a Cimeira da Terra Rio + 5. Esta conferência serviu para avaliar os resultados da Eco'92, cinco anos após a sua realização e analisar os progressos da implementação da Agenda 21. Segundo Sequinel (2002: 12), os resultados foram desanimadores, registando-se “Uma série de lacunas (...), particularmente no que se refere às dificuldades para se alcançar a equidade social e reduzir os níveis de pobreza. Tratava-se de uma situação comum a muitos países em desenvolvimento, provocada pelo aumento da pobreza, pela redução dos níveis de ajuda financeira internacional, pelo crescimento das dívidas externas e pelo fracasso no aperfeiçoamento de medidas como transferência de tecnologia, coordenação institucional e redução dos excessivos níveis de produção e consumo”. Face aos resultados, foram reafirmadas, nesta Cimeira, as prioridades fundamentais de atuação. A erradicação da pobreza afirmou-se “como uma das principais metas a atingir pela comunidade internacional e por todos os sistemas das Nações Unidas (...) e, de novo, estipula-se a necessidade urgente de uma implementação total e atempada de todos os compromissos relevantes, acordos e metas já acordados pela comunidade internacional a partir da Conferência do Rio” (Lima, 2004: 29).

Nesse mesmo ano, foi firmado o *Protocolo de Quioto*. A existência deste protocolo, por si só, dá razão aos críticos da ECO 92, como Soromenho-Marques (1994), que apontaram para fragilidades dos acordos firmados. Neste caso, salienta-se a falta de obrigatoriedade no cumprimento das metas, estipuladas na CQMC, como uma fraqueza dessa Convenção. Como refere Biato (2004: 10), durante a década de 90 é que a ONU se apercebeu “que os compromissos voluntários firmados na Convenção não seriam suficientes para enfrentar adequadamente o problema, nem estavam a ser cumpridos adequadamente. (...) Como resultado de longas negociações, foi aprovado, em dezembro de 1997, na cidade de Quioto, o Protocolo que, entre tantas outras coisas, transformava as reduções voluntárias em obrigatórias e ainda introduzia “mecanismos” inovadores destinados a reduzir o custo desses cortes nas emissões”. O Protocolo de Quioto é um

compromisso dos países industrializados que estipula a redução das “emissões combinadas de gases de efeito de estufa em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 a 2012.” (Protocolo de Quioto, 1997: 2). Em 2001, aquando da sua aprovação, em Haia, este Protocolo contava com 84 parceiros que o haviam assinado e 46 que o ratificaram ou aderiram ao mesmo. Surpreendentemente, ou não, um dos países mais poluidores e responsáveis pela emissão de gases de efeito de estufa, os Estados Unidos da América, não ratificou, até à data, o respetivo documento. Sabendo que a entrada em vigor do referido tratado necessita de 55 % dos países que juntos produzem 55 % das emissões, levou a que só em 16 de fevereiro de 2005 este entrasse em vigor, após a ratificação da Rússia, em novembro de 2004. Com a entrada em vigor deste instrumento, “inaugurou-se formalmente uma nova era - a da Economia do Carbono. Nesta economia os custos ambientais e sociais do Aquecimento Global são introduzidos na economia, a tonelada de carbono tem uma cotação no mercado e as emissões de dióxido de carbono representam um custo a repercutir nos preços de todos os produtos e atividades” (MAOTDR, 2007: 1). Outro importante passo em matéria de sustentabilidade foi dado em setembro de 2000, aquando da realização da Cimeira do Milénio, em Nova Iorque. No final, era adotada a designada Declaração do Milénio, onde foram estabelecidos 8 objetivos [designados *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* (MDGs)], com metas individuais traçadas que permitem avaliar o cumprimento desses mesmos compromissos a alcançar até 2015 (ver quadro 2.1).

Objetivo 1	Erradicar a pobreza extrema e a fome
Objetivo 2	Alcançar a educação primária universal
Objetivo 3	Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres
Objetivo 4	Reduzir a mortalidade infantil
Objetivo 5	Melhorar a saúde materna
Objetivo 6	Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
Objetivo 7	Assegurar a sustentabilidade ambiental
Objetivo 8	Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

Quadro 2.1 - Objetivos do Milénio

Fonte: IPAD, (s.d.)

O início do século XXI foi marcado com a realização da CMDS (também conhecida como Rio+10), em Joanesburgo, na África do Sul. A cimeira, que teve lugar entre 26 de agosto a 4 setembro de 2002, visou, não só promover a implementação das propostas da Agenda 21, isto é, “o seu principal objetivo era procurar meios e formas pragmáticas para a aplicação da Agenda 21, decorrente da negociação e do acordado no Rio, há dez anos, mas de uma forma mais eficaz do que ocorreu até agora (...)” (Hens e Nath, 2003: 38), mas também chegar a propostas mais concretas e rígidas, com prazos e meios fixados, que imprimissem um andamento mais vivo ao processo de desenvolvimento sustentável sem, no entanto, o comprometerem. As preocupações com um Protocolo [Quioto] inoperante e com objetivos (ambiciosos) traçados na Cimeira do

Milénio elevaram as expectativas sobre esta cimeira, como refere Kofi Annan (antigo Secretário-Geral da ONU), *“Foram cometidos muitos erros, nos últimos duzentos anos, decorrentes dos avanços na ciência e na tecnologia e na convicção de que limites naturais, para o bem-estar humano, estavam conquistados. Hoje sabemos mais e começámos a transformar as nossas sociedades, embora de forma hesitante. Com algumas honrosas exceções, os nossos esforços para mudar de rumo têm sido muito insuficientes. A questão agora é saber se estes [esforços] não serão já demasiado tardios. Em Joanesburgo, temos uma hipótese de recuperar o tempo perdido”* (Kofi Annan, Discurso inaugural da CMDS). Todavia, a cimeira foi considerada, a vários títulos, um fracasso, principalmente, quando se analisaram os resultados práticos da mesma que traduziram o comprometimento das negociações face aos entraves que muitos países criaram no processo de negociação: *“Blocos de países defenderam de forma intransigente seus interesses, como o Juscanz (Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), que sob a liderança dos norte-americanos e com o apoio incondicional dos países árabes, grandes produtores de petróleo boicotou, entre outras, as propostas do Brasil e da União Europeia sobre energia. Na batalha pelas energias renováveis, nem mesmo a aproximação com a União Europeia conseguiu viabilizar a audaciosa e bem recebida proposta brasileira de substituição das matrizes energéticas poluidoras por fontes renováveis de energia em 10% até 2010”* (...) Os resultados da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável deixaram em todos aqueles que se preocupam com a sobrevivência da civilização humana e do planeta um grande sentimento de frustração, em relação às expectativas iniciais geradas de se definir um plano de ação concreto para a resolução dos principais problemas diagnosticados dez anos antes, no Rio-92” (Sequinel, 2002: 13-14). De acordo com Hens e Nath (2003: 38), a própria discussão ao redor da A21, um dos principais objetivos da cimeira, traduziu-se *“numa falta de rigor intelectual e originalidade”* que resultou numa ausência de valores a adicionar ao processo. (...). Da cimeira resultaram dois documentos principais: o *Plano de Implementação de Joanesburgo* (PIJ), não vinculativo, sem qualquer monitorização ou sanção e a Declaração Política aprovada às *“pressas”*, sem o peso e a legitimidade da Declaração do Rio. Iniciativas, de última hora, que não apagaram o seu relativo fracasso.

Há que reconhecer algum mérito relativo à Cimeira supramencionada, porque, apesar do *Plano de Implementação de Joanesburgo* se ter revelado pouco ambicioso face à não vinculação dos objetivos de sustentabilidade do *Plano*, não se pode omitir que este definiu estratégias razoáveis para realizar os objetivos da Agenda 21 e para fazer cumprir os objetivos proclamados na Declaração do Milénio (2000). Como se constata, *“O presente “plano (...) [baseado] nos resultados alcançados desta Conferência (...) propõe-se agilizar a realização dos (...) objetivos. Para este fim, comprometemo-nos [Nações Unidas] a atuar e a adotar medidas concretas em todos os níveis, bem como a ampliar a cooperação internacional, levando em consideração os princípios da Conferência do Rio (...)”* (ONU, 2002: 1).

Estes são os novos desafios? Ou os velhos desafios que apenas se foram agravando, com o passar do tempo? O certo é que o presente se depara com um quadro de *(in)sustentabilidade* que promete continuar no futuro. Recorrendo a alguns indicadores, saídos desta última grande cimeira sobre desenvolvimento sustentável, compreendem-se os enormes desafios que reclamam por soluções, senão vejamos: *“O profundo desnivelamento que separa a sociedade entre ricos e os pobres e o fosso cada vez maior entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento representam uma grave ameaça para a prosperidade global, a segurança e a estabilidade”* (UN, 2002a: 2); aumento da pobreza no mundo que se traduz em *“Mais de 1,2 mil milhões de pessoas (uma em cada cinco na Terra) (...) [que] vivem com menos de um dólar por dia (...) Excluindo a China, o número de pessoas extremamente pobres aumentou, na realidade, 28 milhões. A falta de um crescimento sustentado redutor da pobreza tem sido um grande obstáculo para a diminuição da pobreza”* (PNUD, 2003: 5). A nível ambiental, assiste-se à *“contínua perda de biodiversidade, com uma contínua depleção do stock de peixe, a desertificação reclama mais e mais terras férteis, os efeitos adversos das alterações climáticas já são evidentes, as catástrofes naturais são mais frequentes e mais devastadoras, e os países em desenvolvimento continuam a ser os mais vulneráveis, e a poluição do ar, da água e marinha continuam a roubar a milhões [de indivíduos] qualidade de vida”* (UN, 2002a: 3).

Neste enquadramento, não parece lícito responsabilizar os países pobres pelos impactes ambientais globais face às próprias circunstâncias económicas e sociais que os caracterizam, como reconhecem as Nações Unidas *“Há uma geografia desigual do consumo, dos danos ambientais e do impacte humano. Os países ricos geram a maioria da poluição ambiental do mundo e esgotam muitos dos seus recursos naturais. Entre os exemplos fundamentais contam-se o esgotamento das pescas mundiais e as emissões de gases de estufa, que causam alterações climáticas, ambos ligados a padrões insustentáveis de consumo das pessoas e países ricos.”* (PNUD, 2003: 10).

Para preparar o futuro, a CMDS deixou uma mensagem ao Mundo, alertando para o problema da *(in)sustentabilidade*. Este aviso, designado de *“fim da linha”* para a sustentabilidade, é o reconhecimento que *“se não se agir de maneira a alterar substancialmente as suas vidas, os pobres do mundo podem perder a confiança nos seus representantes e nos sistemas democráticos em que confiam”* (UN, 2002a: 3), o que traria repercussões desastrosas, não só para os países pobres (em que se assistiria à desordem e desobediência pública e ao agravamento de fenómenos de violência) como se assistiria a migrações, em massa, de refugiados para países vizinhos ou para os países mais ricos, com manifestas alterações de pressão humana que destabilizariam as intrincadas relações de forças que garantem o delicado equilíbrio da vivência/convivência do Homem na Terra.

Por último, devem ser ainda referenciados os mais recentes acontecimentos que marcaram a agenda internacional, neste caso no contexto europeu. Após uma sequência de acordos

estabelecidos com o Programa de Ação de Lille (2000), o Urban Acquis de Roterdão (2004) e o Acordo de Bristol (2005), os Ministros responsáveis pelo ordenamento do território e desenvolvimento urbano da União Europeia adotaram a *Agenda Territorial e a Carta de Leipzig*, em maio de 2007. A Agenda Territorial baseia-se nos três objetivos fundamentais do EEDC que ainda se encontram em vigor: “*Desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado e policêntrico e de uma nova relação entre espaço rural e urbano; garantia da igualdade de acesso a infraestruturas e conhecimentos e Desenvolvimento sustentável, gestão prudente e proteção da natureza e do património cultural*” (CDR, 2007: 2). A adoção da Agenda Territorial constitui-se, desta forma, como um instrumento que pretende reforçar a dimensão territorial e enquadrar-se nos esforços tendentes a definir e organizar melhor o esquema de coesão territorial. Por sua vez, a “*Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis*” tem como objetivo “*estabelecer nas áreas urbanas e metropolitanas uma parceria equitativa entre zonas urbanas e rurais e entre cidades pequenas, médias e grandes. As (...) cidades deverão ser os pilares do desenvolvimento das áreas metropolitanas, cabendo-lhes também responsabilidades em matéria de coesão territorial. Será útil, pois, que a cooperação em rede entre elas seja intensificada à escala europeia*” (UE, 2007: 3).

Concluindo, desde 1992, momento marcado pela institucionalização da A21, observou-se uma agenda preenchida de eventos que evidencia o esforço da comunidade internacional para operacionalizar o modelo teórico de sustentabilidade, saído da década anterior. Vários foram os encontros institucionais que tentaram pôr em prática o paradigma de sustentabilidade discutindo-se estratégias e políticas. Da revisão da literatura, são evidentes os recuos e avanços que refletem hesitações e dificuldades da comunidade internacional em avançar em matéria de sustentabilidade. Muitas foram as críticas relativas aos confrontos das diferentes perspetivas quanto à eficácia dos documentos elaborados e também à retificação e adiamento da retificação de documentos estruturantes que evidenciam a fragilidade das políticas sustentáveis e as dificuldades na operacionalização do modelo de desenvolvimento sustentável. Todavia, todas as etapas percorridas, e aqui analisadas, constituem-se como partes integrantes de um todo, sendo que mesmo as “falhas” ou objetivos menos conseguidos que encontramos neste processo contribuíram, de algum modo, para o aperfeiçoamento do seu todo, isto é, para se tentar atingir o desígnio da sustentabilidade a nível mundial. Para se atingir este desígnio, os processos de natureza sustentável têm de ser suportados por elevados níveis de participação pública, condição intrínseca à natureza dos mesmos. Assim, o sucesso dos processos de A21L depende do nível de participação cívica. Nesse sentido, foram implementadas as ações que refletem o esforço internacional para impulsionar este projeto que será responsável, ou não, pelo sucesso de instrumentos de sustentabilidade. De seguida, e de acordo com a relevância do tema, será apresentada uma breve análise ao mesmo.

2.3.3.1 Participação Pública

A importância da participação pública nas decisões ambientais é bem expressa no décimo princípio da Declaração do Rio (UN, 1992: 1), que proclama que “a melhor forma de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados ao nível conveniente” e conclui que “ao nível nacional, cada pessoa terá acesso adequado às informações relativas ao ambiente, detidas pelas autoridades, incluindo informações sobre produtos e atividades perigosas nas suas comunidades, e a oportunidade de participar em processos de tomada de decisão”. Este princípio procura, desde logo, redefinir prioridades para alterar decisões ambientais e colocar a participação pública na agenda dos decisores políticos. Para tal, deverão ser encontradas formas de melhorar o sistema de participação pública, sensibilizar os cidadãos de oportunidades para obter informações e participar nas decisões, planear e realizar atividades para estimular a participação das populações. Compete a cada país garantir os meios para um verdadeiro exercício de cidadania, assegurando que os cidadãos têm direitos de acesso à informação, à justiça e à participação em instâncias de decisão relacionadas com o meio ambiente. Neste sentido, no campo da política internacional têm sido desenvolvidos esforços que vão ao encontro da exequibilidade do proclamado princípio.

Em 1998, na *Convenção das Nações Unidas sobre o Acesso à Informação, Participação Pública no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente* (Convenção Aarhus) é reconhecido no seu preâmbulo que, “em matéria de ambiente, a melhoria do acesso à informação e à participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão aumenta a qualidade e a implementação das decisões, contribui para o conhecimento do público sobre as questões ambientais, dá oportunidade aos cidadãos de expressar as suas preocupações e permite às autoridades públicas considerar tais preocupações”. É, igualmente, considerado (no respetivo preâmbulo) que, para defender o “direito a viver num ambiente adequado à sua saúde e bem-estar”, e cumprir o “dever de proteger e melhorar o ambiente (...), os cidadãos devem ter acesso à informação, ter direito a participar no processo de tomada de decisão e ter acesso à justiça em matéria de ambiente, reconhecendo que a este respeito os cidadãos possam necessitar de ajuda a fim de poder exercer os seus direitos”.

Em novembro de 2000, após um encontro mundial de representantes da sociedade civil e organizações internacionais, governos e académicos foi lançada a *Iniciativa de Acesso*⁴ (ver Petkova *et al.*, 2003a). Esta iniciativa promove a articulação global de grupos de sociedade civil⁵ que, igualmente, procuram contribuir, a nível nacional, para a implementação dos compromissos

⁴ Consultar The Access Initiative em <http://www.accessinitiative.org/>

⁵ Atualmente são parceiros do TAI os seguintes grupos nacionais: Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA); Instituto Marquês Valle Flor (IMVF); Intercooperação e Desenvolvimento (INDE); Luso-American Foundation (FLAD); Liga para a Proteção da Natureza (LPN) OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento; Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

de acesso à informação, participação e justiça consagradas no 10º princípio e nas disposições da participação pública da Agenda 21.

Dez anos após a CNUMAD, na Cimeira de Joanesburgo, em 2002, foi reforçada a importância da participação pública com o lançamento das parcerias “Tipo 2” que reforçam a importância das colaborações entre organizações não-governamentais (ONGs), governos e organizações internacionais. A Iniciativa de Acesso (TAI, em inglês) lançou um desses acordos “Tipo 2”, a designada Parceria para o Princípio 10 (PP10)⁶ que apoia e promove o parágrafo 119 do Plano de Implementação da Cimeira de Joanesburgo e o décimo Princípio da Declaração do Rio de 1992.

Em 2003, novos acordos internacionais para a Europa e Eurásia introduziram diferenças significativas para o ambiente e para a democracia, face ao reconhecimento de que a participação pública *“muitas vezes chega tarde demais ou simplesmente não chega”* (Kravchenko, 2003: 6) nos processos de tomada de decisão. O Protocolo relativo à Avaliação Ambiental Estratégica (“SEA protocol”, em inglês), assinado em maio de 2003, na Ucrânia, *“procurou reforçar a necessidade de considerar os aspetos ambientais nas decisões políticas (...) e de integrar as boas práticas de participação pública nas decisões mais importantes tomadas por governos e autoridades públicas”*. A *“Avaliação Ambiental Estratégica”* constitui-se *“como um processo de avaliação dos efeitos ambientais (incluindo a saúde) durante a elaboração de políticas, planos, programas e legislação (incluindo regulamentos de execução)”* pelo que esta deve ser *“precoce, ao mais alto nível, abrangente e participativa”* (idem, ibidem). O objetivo da Avaliação Ambiental Estratégica é a de *“considerar os fatores ambientais e de saúde ao lado de questões sociais, económicas, entre outras, nas decisões estratégicas”* (idem, 9). Neste âmbito, a assinatura deste instrumento legal, por parte dos países, potencia a participação pública nas tomadas de decisão, pois reforça a conceção de que as decisões políticas afetam o cidadão comum e, como tal, este não pode ser alheado ou negligenciado, em nenhum momento, em algo que lhe diz diretamente respeito.

À escala comunitária, e no mesmo sentido, o preâmbulo da Diretiva 2003/4/CE, de 28 de janeiro, relativa ao acesso à informação sobre ambiente, reconhece que *“Um maior acesso do público às informações sobre ambiente e a sua divulgação contribuem para uma maior sensibilização dos cidadãos em matéria de ambiente, para uma livre troca de opiniões e para uma participação mais efetiva do público no processo de decisão em matéria de ambiente (...)”*.

Atualmente, o envolvimento da comunidade é considerado como parte integrante de boas práticas em círculos políticos. Todavia, e como refere Marinetto (2003: 2) *“a ideia de consultar e de envolver ativamente os cidadãos não foi, até recentemente, uma prática comum em maduras democracias industrializadas”* pelo que se observa um *“esforço de políticos e formuladores de políticas para exaltar as virtudes do envolvimento da comunidade”*. Acrescem Holmes e Scoones (2000: 7) que mesmo essa participação se *“restringia às elites sociais, sendo que existe a*

⁶ Consultar PP10 em <http://www.pp10.org/>

perceção que os cidadãos comuns, particularmente aqueles que fazem parte de grupos marginalizados, são raramente proeminentes nos processos de decisão de políticas ambientais". Todavia, como reconhecem os mesmos autores, se as políticas ambientais são, em larga medida, dominadas por decisores pertencentes a grupos de elite, também se confirma que existe um crescente reconhecimento, tanto nos países industrializados do "norte" como nos países em desenvolvimento do "sul" e que as "não elites podem e devem ter um importante papel interventivo na forma de promover políticas ambientais" (idem, *ibidem*), até porque os cidadãos comuns podem condicionar as políticas ambientais, nomeadamente, através de 4 maneiras distintas. Uma, através de formas dissimuladas e subtis de resistência, onde manifestam a "voz" de revolta do seu descontentamento, através de boatos, contos e anedotas (ver Scott, 1990). Uma segunda via é através de ações de grupo baseadas em sindicatos, organizações não-governamentais ou movimentos sociais. Estes grupos e organizações podem influenciar políticas ambientais através de ações diretas, como protestos e batalhas jurídicas travadas nos tribunais. Uma terceira alternativa é pelos meios políticos, através de formas representativas e eleições ou através de ações revolucionárias e de confronto (ver Moore & Putzel, 1999; Rippe & Schaber, 1999). Uma das formas mais recentes dos cidadãos comuns influenciarem as políticas ambientais decorre do papel das instituições políticas locais. Neste âmbito, a participação pública ganha uma nova dinâmica com a prática do poder local em incluir, nos processos de decisão, a participação dos cidadãos e, neste contexto, a A21L configura-se como um instrumento imprescindível para fomentar esses mesmos níveis. No entanto, não se julgue que mesmo o trabalho do poder local em fomentar a participação dos cidadãos em processos de desenvolvimento local não sofre influências do próprio poder estatal. Como sublinha Marinetto (2003: 117-118), "a história recente da cidadania ativa mostra que o governo central não é uma força impotente em questões sociais de maior importância". Na verdade, o governo tem desempenhado um papel essencial na intervenção política crescente de cidadania ativa, fazendo com que a capacidade local dependa amplamente do apoio do governo. Desta forma, nota-se que "o ônus colocado sobre a cidadania ativa não foi necessariamente acompanhada de uma transferência substancial do poder executivo do centro para a localidade (...)" pelo que, para os governos, a ideia de uma cidadania ativa é essencialmente importante devido ao papel que desempenha na retórica política e em cálculos estratégicos" (...), concluindo-se que o surgimento de um verdadeiro governo centrado no cidadão, um tipo moderno de *Ekklesia*, ainda está longe de ser concretizada" (idem, *ibidem*).

Neste quadro, importa criar condições para que o cidadão se sinta apto a intervir. Neste âmbito, e decorrente de estudos elaborados⁷, foram retidos elementos-chave de cada um dos três princípios (acesso à informação, participação na tomada de decisões e acesso à justiça ambiental), que

⁷ Metodologia aplicada pela TAI em projetos-piloto que avaliam a evolução da implementação do 10º princípio, consagrado na Declaração do Rio, em nove países: Chile, Hungria, Índia, Indonésia, México, África do Sul, Tailândia, Uganda e Estados Unidos.

devem ser proporcionados para a efetiva sistematização do processo de participação pública (Petkova, 2003b: 4).

No que concerne ao acesso à Informação Ambiental, devem ser requeridas garantias constitucionais, leis e disposições especiais para a liberdade de informação e acesso à informação ambiental; as disposições devem definir a informação ambiental no domínio público e mecanismos de divulgação; a informação no domínio público deverá incluir informações sobre a qualidade ambiental e impactos sobre a saúde e fatores que a influenciam, informações sobre legislação e política e conselhos sobre como obter a informação; devem, igualmente, existir requisitos para a comunicação e divulgação pública de desempenho ambiental;

No que respeita à participação na tomada de decisão ambiental, devem ser requeridos mecanismos para a participação pública nas políticas, estratégias e planos nacionais, tanto no plano regional como local.

Relativamente ao Acesso à Justiça, o sistema nacional deve ser abrangente e requerer garantias constitucionais sobre este mesmo acesso; deve existir uma administração e poder judicial imparcial e alternativas locais para a mediação de conflitos; existência de serviços jurídicos acessíveis e céleres na sua atuação; deve-se promover uma educação ativa por parte do governo sobre a participação e direitos ambientais dos cidadãos e como estes podem usar o sistema legal para proteger esses mesmos direitos.

Criadas as condições para a participação dos cidadãos, coexistem, habitualmente, 3 questões que merecem atenção. Primeira, porquê é que se precisa da participação pública na tomada de decisão ambiental quando se sabe que alguns governos e governantes acreditam que a participação pública implica maior perda de tempo e encargos adicionais? Não seria melhor deixar estas questões para especialistas? O tratamento desta resposta remete para a questão de legitimidade democrática que as decisões devem totalizar. Em democracia, a *“participação torna o processo de tomada de decisão transparente e as autoridades públicas responsáveis”* sendo que *“uma decisão tomada com a participação do público tem maior probabilidade de receber apoio na sua implementação”* (Kravchenko, 2003: 7). Acresce que a participação do público também contribui para melhorar as próprias decisões para o *“ambiente através da experiência e do conhecimento que trazem para o processo”* (idem, *ibidem*). Assim sendo, o envolvimento dos cidadãos nos desenvolvimentos comunitários, cívicos ou políticos, procurando assegurar uma influência ativa nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito, permite não só *“integrar a diversidade de pontos de vista entre grupos de interesse e populações em geral”* como, igualmente, *“compromete-os nos percursos e nas opções de evolução das comunidades de que fazem parte”* e, conseqüentemente, *“do ponto de vista do poder político e do Estado, garante uma legitimidade acrescida nas ações desenvolvidas pelas autoridades, reforçando os resultados das intervenções e das políticas públicas, numa dinâmica que se configura numa nova ética de*

solidariedade alargada, com base no cuidado de cada um em relação a si próprio, aos outros, ao futuro e ao planeta” (CNADS, 2003: 16).

Compreendendo-se a importância da participação pública, surge uma segunda pergunta: em que momentos os cidadãos devem ser integrados na tomada de decisão, isto é, qual o nível da tomada de decisão em que estes devem ser envolvidos? Como se analisou anteriormente, os mais recentes acordos internacionais em matéria de participação pública são claros e afirmam que os cidadãos devem participar logo nos primeiros estágios da “*planificação, de desenvolvimento de programas, formulação de políticas e nas propostas de regulamentação*” (idem, *ibidem*). Os países que ratificaram a Convenção Aarhus, como Portugal, assumiram o dever de cumprir com o artigo 6 dessa convenção que exige que os governos informem o público, numa fase inicial de tomada de decisão ambiental, acerca da proposta de uma atividade e da natureza da proposta de decisão ou projeto de decisão dessa mesma atividade, requerendo que exista a oportunidade para o público nela poder participar (ver UNECE, 1998). No caso português, a participação pública também é fomentada pela legislação nacional no que respeita à tomada de decisões em projetos concretos, através, por exemplo, de estudos de impacto ambiental (EIA) que promovem, nas suas fases, estágios de promoção da participação pública. Esses mesmos acordos exigem que não seja apenas ao nível de projetos que se ausculte a população, mas que a sua participação se expresse a todos os níveis de tomada de decisão, em planos, programas, políticas e regulamentos de cariz nacional.

A última questão é: como participar? Uma comunidade é constituída por um conjunto de pessoas que zelam pelos mesmos interesses, qualidade de vida, sustentabilidade, inclusão social, desenvolvimento da comunidade, crescimento económico, questões que afetam a todos. Neste âmbito, todos estes projetos têm algo em comum: “*a população local deve decidir em conjunto o que é importante para eles acordando a melhor forma de medir se as coisas estão a evoluir para melhor ou pior*” (MacGillivray *et al.*, 1998: 8). Como reconhecem MacGillivray, Weston e Unsworth (1998), as comunidades abrangem todo um espectro de perspetivas. Todos os que vivem numa comunidade podem oferecer algo de valor em benefício da mesma, pelo que a comunidade deve promover o princípio da igualdade e de oportunidade a todos os cidadãos que nela procurem participar, até porque, se tal não se verificar, “*as comunidades simplesmente não funcionam bem, não são tão saudáveis quanto poderiam ser, a menos que tantas pessoas quanto possível estejam envolvidas em melhorá-la, tomar decisões sobre as coisas que lhes dizem respeito, e sentir que eles são 'donos', com a participação na comunidade*” (MacGillivray *et al.*, 1998: 17). Neste âmbito, indivíduos em diferentes faixas etárias, de raças e etnias diversas, com distintas profissões, de estatutos socioeconómicos diferenciados, com habilitações académicas díspares acabam por congregam diferentes saberes e experiências que, não só enriquecem a natureza da participação mas também tornam a amostra mais plural e representativa face ao universo da população local.

A forma de envolver os cidadãos e levá-los a participar não é tarefa fácil. A forma como as organizações locais podem envolver e aproximar os cidadãos aos projetos é feita de diferentes maneiras, existindo quatro diferentes aproximações que, independentemente do grau de sucesso que possam atingir, são técnicas utilizadas para fomentar a participação pública (quadro 2.2). Torna-se claro que o tipo de envolvimento referente à veiculação da informação pode ser menos abrangente do que outras formas, contudo, cada uma delas pode obter melhores resultados de acordo com os objetivos que lhe estão subjacentes. Acresce que todos os quatro tipos de envolvimento podem coexistir num mesmo projeto, podendo ser usados como complementos em diferentes fases do mesmo. O importante é assegurar a participação efetiva na tomada de decisão local, sabendo, contudo, que a *“participação pública é uma arte e não uma ciência e como arte é uma das mais difíceis de executar”* (MacGillivray et al., 1998: 19).

Tipo de envolvimento	O que acontece (ou não)	Técnicas favoritas
Informando	As pessoas recebem as boas notícias sobre o que já foi planeado ou decidido de acordo com os seus melhores interesses.	Folhetos, imprensa, rádio, televisão, exposições, de boca em boca, boatos.
Questionando	Informações sobre o que as pessoas querem e pensam sobre vários planos ou opções são extraídas a partir deles; Tende a ser um processo unidirecional com pouco retorno.	Entrevistas, sondagens de opinião, inquéritos, reuniões públicas (geralmente com agendas fixas), grupos de discussão, júris de cidadãos.
Trabalhando em conjunto	Ajudar as pessoas a trabalhar por meio de ideias e opções, incentivando consensos e visões compartilhadas sobre a melhor maneira de avançar.	Oficinas, processos de antevisão, teatro comunitário, fóruns consultivos - e muito mais.
Apoio	Identificação de iniciativas comunitárias interessantes; em seguida, dar o apoio adequado.	Conselho, acesso à informações e conhecimento, apoio técnico, acesso às redes de trabalho e financiamento.

Quadro 2.2 – Tipo de envolvimento da participação pública

Fonte: MacGillivray et al., (1998)

Ploštajner e Mendeš (2005: 97), confrontados com um conjunto completo de novos desafios colocados pelo mundo globalizado, defendem que *“os governos, em todos os níveis, cada vez mais se apercebem que não serão capazes de conduzir e implementar efetivamente políticas (tão bem quanto elas podem ser aplicadas) se os seus cidadãos não as entenderem e não as*

apoiarem”. Por tal, a participação pública modela novas aproximações ao conceito de governar, procurando-se novos modelos que melhorem a capacidade de informar e de envolver os cidadãos no processo de decisão política. Como referem os mesmos autores, com a prática da *governança* cada cidadão na comunidade local deve ter a “*oportunidade de praticar a cidadania ativa e ganhar a experiência necessária para a participação em níveis superiores desenvolvendo, assim, uma cultura política democrática*” (idem, *ibidem*).

Atualmente, e como já foi anteriormente referido, governança e o atual paradigma de sustentabilidade estão assim indissociavelmente ligados (ver Schmidt e Guerra, 2010), assistindo-se a uma corrente de diretrizes e ferramentas que têm sido desenvolvidas pelas autoridades locais, suas associações nacionais, organizações internacionais e outras instituições de apoio externo, como é o caso do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat) que, a par de outras organizações internacionais, também faz a sua contribuição a este respeito, principalmente através das suas atividades globais e inter-regionais de apoio, sustentadas em programas como: Melhores Práticas e Liderança Local; Aliança das Cidades; Observatório Urbano Global; Rede Global de Ferramentas do Solo; Cidades Mais Seguras; Iniciativas em Cidades e Câmbio Climático; Água e Saneamento para as Cidades; Melhoramento de Assentamentos Precário (ver ONU-HABIT, s.d.). Com a execução destes programas, a ONU-Habitat procura contribuir para a radicação do modelo de sustentabilidade alicerçado na participação pública. Neste âmbito, conta, no terreno, com aproximadamente 154 programas-técnicos e projetos em 61 países do Mundo, a maioria deles em países em vias de desenvolvimento, através dos quais desenvolve ações de informação e conscientização da população mundial sobre a necessidade de ter cidades sustentáveis, com pouca desigualdade e com serviços básicos de qualidade. De igual modo, contribui, localmente, para a implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento, ajudando em ações de planeamento e gestão urbana sustentável através, por exemplo, da assessoria técnica aos dirigentes locais, encetando projetos de melhoramento de moradias precárias e executando trabalhos de pesquisa / monitoramento de indicadores locais, como o de desenvolvimento económico urbano, o emprego, a redução da pobreza, entre outros (ver ONU-HABIT, s.d.). Segundo a supramencionada instituição, se nada for feito para melhorar a situação, os atuais cem milhões de habitantes que representam 10% da atual população em assentamentos precários podem vir a triplicar em 2050.

2.4 A Natureza da Agenda 21 Local

2.4.1 Objetivos gerais da A21L

De uma forma muito ampla, podemos conceber os objetivos gerais da A21L, segundo refere Farinha (2007: 5), como “a direção para onde se vai” e “onde se pretende chegar”. Relativamente à primeira pergunta, o objetivo fundamental da A21L é “o de aumentar a qualidade de vida da população de hoje, mas sem hipotecar a qualidade de vida das gerações futuras”, isto é, colocar a Agenda ao serviço do paradigma atual de desenvolvimento. A resposta à questão seguinte remete para a segunda grande finalidade que é “o de conseguir comunidades locais sustentáveis e isto significa a necessidade da correta integração dos aspetos económicos, sociais, ambientais e boa governação” (idem, *ibidem*) (Figura 2.2). Neste ponto, trata-se de pôr em prática o próprio “desenvolvimento sustentável”.

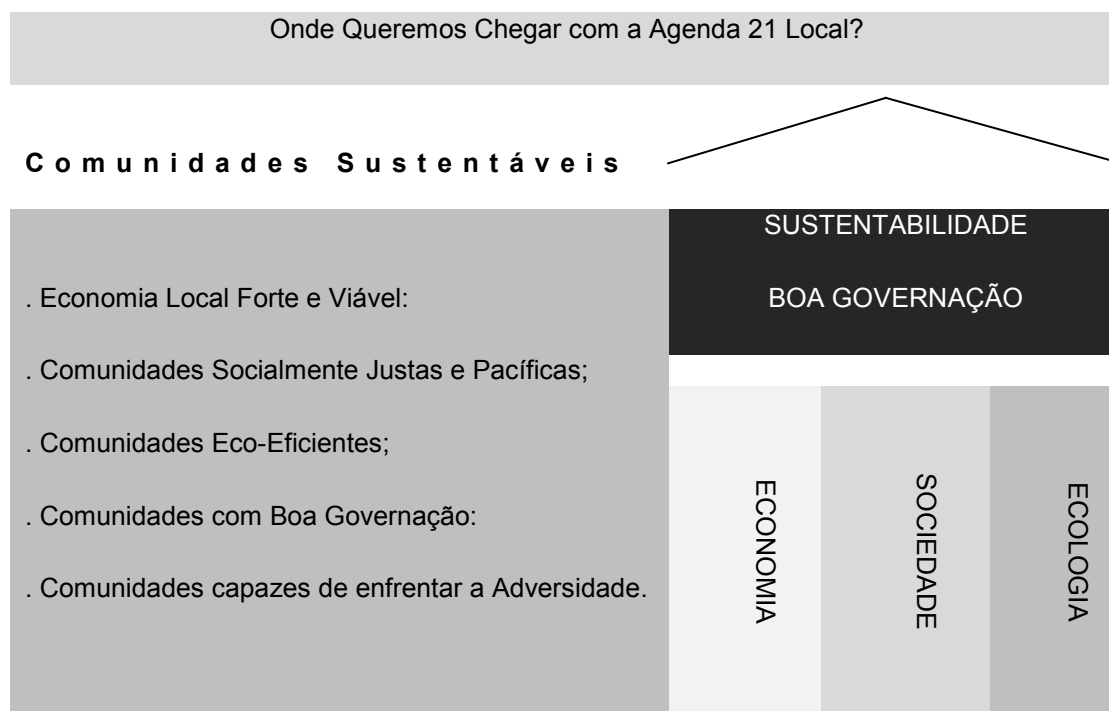


Figura 2.2 – Objetivos Gerais da A21L

Fonte: Adaptado de Farinha, (2007:5)

Para se atingir o desenvolvimento sustentável foram estipulados, no capítulo 28 da Agenda 21, item 28.2, 4 grandes objetivos para as Agendas 21 Locais. Três desses objetivos com prazos bem definidos: "(1) Em 1993, a comunidade internacional deverá ter iniciado um processo de consulta, destinado a aumentar a cooperação entre as autoridades locais; (2) Em 1994, representantes de associações de municípios e outras autoridades locais deverão ter aumentado os níveis de cooperação e coordenação com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e informações entre as autoridades locais; (3) Até 1996, a maioria das autoridades locais em cada país deverá ter empreendido um processo de consulta, com suas populações e conseguido um

consenso sobre uma "Agenda 21 local" para a comunidade; (4) Todas as autoridades locais em cada país devem ser incentivadas a implementar e monitorar programas que visem garantir que as mulheres e os jovens estão representados na tomada de decisões, planeamento e implementação de processos".

De acordo com Lafferty (2001a: 2), o que se pode aprender com estes objetivos é que o esforço de participação no desenvolvimento das A21 deve ser "cooperativo e coordenado ultrapassando os limites das fronteiras nacionais, com ajuda específica da comunidade internacional e de ONG's transnacionais".

Os objetivos gerais devem ser encarados, grosso modo e de acordo com o mesmo autor, como "sinais orientadores que devem servir (...)", sobretudo, "para expandir um número específico de ideias e identificar organizações internacionais e corpos transnacionais que se podem vir a integrar na coordenação de atividades" de A21L (Lafferty, 2001a: 2). A estes objetivos gerais, seguem-se outros que, segundo o ICLEI, (ver Guerra *et al.*, 2004b: 12), orientam as A21L, no contexto atual. (Quadro 2.3).

1	Estabelecimento de grupos multisectoriais que possam acompanhar os processos de Agenda 21 Local e em que estejam representados todos os setores da comunidade que, por seu lado, devem ser formalmente envolvidos no desenvolvimento e implementação das ações em curso.
2	Com a participação ativa dos grupos de interesse presentes, fazer um diagnóstico ("sustainability audit") da situação presente que considere de forma integrada, as condições sociais e ambientais e as tendências de evolução que se desenham na comunidade.
3	Consumar uma visão sustentável do futuro da comunidade com base no diagnóstico levado a efeito e na avaliação de prioridades.
4	Implementar um Plano de Ação, identificando prioridades, objetivos claros e mensuráveis, papéis e responsabilidades, recursos e fontes de financiamento e atividades.
5	Usando indicadores apropriados (adaptados às condicionantes locais) estabelecer formas de monitorização de base comunitária, planos de avaliação anuais e relatórios de progresso do plano de ação em curso.

Quadro 2.3 – A Agenda21 Local e seus objetivos

Fonte: Adaptado de Guerra, (2004b)

Para atingir os objetivos, e segundo Schmidt *et al.* (2006a: 16), qualquer A21L deve caracterizar-se por ser "flexível, cooperante, participativa, pedagógica e dinâmica". *Flexível*, porque cada uma deve ser singular, elaborada de acordo com as realidades e contextos em que se insere, operacionalizando prioridades de intervenção de acordo com as necessidades da comunidade alvo; *Cooperante*, no sentido de incentivar os mais diversos atores socioeconómicos, sociedade civil e poder político, em intervir e investir em prole do desenvolvimento dos lugares; *Participativa*, pois a Agenda 21 Local procura envolver toda a comunidade local de forma a incentivar a

participação de todos os agentes da esfera social, desde o comum cidadão ao poder político; *Pedagógica*, porque ao envolver os cidadãos, em geral, constitui-se como um instrumento de divulgação de uma cultura de sustentabilidade e *Dinâmica*, pois deve ter a capacidade de ajustar a sua metodologia, objetivos e prioridades de intervenção, respeitando as próprias transformações resultantes do processo temporal.

2.4.2 A essência da Agenda 21 Local

Inicia-se a abordagem a este tema, remetendo para o capítulo 28 do documento da Agenda 21 que consagra a sua origem e essência como instrumento de sustentabilidade, pois, *“Como muitos dos problemas e soluções referidos na Agenda 21 têm origem em problemas locais, a participação e a cooperação das autoridades locais constitui um fator determinante no cumprimento desses objetivos. São as autoridades locais que constroem, operam e mantêm em funcionamento as infraestruturas económicas, sociais e ambientais; são também elas que supervisionam os processos de planeamento, estabelecem os regulamentos ambientais locais e implementam as políticas ambientais nacionais e subnacionais. Sendo os poderes locais, as autoridades ao nível de governo mais próximas das populações, desempenham um papel vital na educação, mobilização e interlocução com o público, com vista ao desenvolvimento sustentável”* (UNCED, 1992b: cap.28: 285). Como refere Ramos (s.d.): 2), a natureza da A21Local advém da perceção que *“embora se considere que é ao nível global que os impactes ambientais negativos obtêm maior expressão no seu todo e, como tal, é a esse nível que devem ser definidas prioridades de ação e monitorização”* é essencial compreender que são as *“ações a nível local que, em conjunto, determinarão efeitos positivos a nível global”*. Essa mesma perceção é corroborada por Onez, (2006: 12), quando menciona que as *“Nações Unidas antes da Cimeira da Terra (1992), encaravam as administrações centrais como a única solução para os problemas globais mas após a realização da Cimeira as Nações Unidas compreenderam (...) que só através das administrações locais (...) em parceria com a sociedade civil (...) é que efetivamente permitira alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável “.*

Decorrente deste entendimento, observa-se que este instrumento pretende *“desafiar as autoridades locais a adotar objetivos políticos que englobem não só o desenvolvimento sustentável, mas também que incorporem processos de colaboração e participação que envolvam as comunidades locais”* (Jackson e Morpeth, 2003: 119). Assim sendo, as Agendas 21L são encaradas como *“processos participativos de construção de um programa estratégico para o desenvolvimento local sustentável, integrando as dimensões socioeconómica, político-institucional, cultural e ambiental. Pretende-se, através desses processos, aglutinar a diversidade dos atores e grupos sociais presentes em cada município, inclusivé os que não têm tradicionalmente voz”* (Silveira, 2001: 4).

Como refere Acselrad, (2006: 22), a natureza deste novo instrumento (Agenda 21 Local) remete para a diferença trazida pelo atual paradigma relativamente a outras doutrinas ideológicas que vigoraram anteriormente. Antes, e como refere o autor, *“os cidadãos participavam no controlo das elites políticas, (...) temas privados, morais ou económicos eram politizados, (...) instituições não-políticas da sociedade civil seriam politizadas (...) e a sociedade civil questionaria os valores e modelos culturais no interior dos quais se definiam tradicionalmente os interesses divergentes. A natureza, o perfil e a orientação do controlo da regulação política constituiriam os próprios objetos*

de luta política". Agora, a *"desqualificação da política justifica a ampliação da esfera não-política. Temas antes políticos se despolitizam e passam para a esfera privada. Práticas governativas são transferidas para atores não-estatais através de novos canais"*. Os canais a que o autor se refere são os fóruns, conselhos e Agendas 21 Locais que se *"pretendem, via de regra, alheios aos males da política, vista como esfera a ser deixada doravante ao arbítrio das elites por sua pouca relevância e eficácia"* (idem, *ibidem*).

A natureza da A21L, contudo, tem trazido problemas aos poderes locais, visto que qualquer autoridade, para avançar com uma A21L, tem de integrar, igualmente, os princípios que são a base da sustentabilidade deste instrumento. Neste âmbito, explicita-se, de acordo com Cotter e Hannan (1999: 12-13), os princípios base que tem de ser considerados:

a) Princípio da Integração - *a efetiva integração dos aspetos ambientais, sociais e económicos considerados na tomada de decisão.*

b) Princípio da participação pública - *o reconhecimento de que a sustentabilidade não pode ser alcançada, nem existem progressos significativos em direção a esta, sem o apoio e envolvimento de toda a comunidade.*

c) Princípio da Precaução - *onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis danos ambientais, a falta de uma certeza científica plena não deve ser utilizada como razão para adiar as medidas que evitem a degradação ambiental.*

d) Princípio da Equidade dentro e entre gerações - *equidade e igualdade de acesso às oportunidades, tanto nas nossas vidas, assim como para as gerações futuras.*

e) Princípio da Prevenção - *a situação de declínio ambiental significa que há um imperativo para que se tomem medidas imediatas rumo à sustentabilidade e à melhoria contínua do ambiente.*

f) Princípio da Integridade Ecológica - *para proteger a diversidade biológica e manter os processos ecológicos essenciais e sistemas de suporte de vida.*

Contudo, se houvesse a necessidade de selecionar um princípio que melhor identificasse o caráter de uma A21L, o *Princípio da Subsidiariedade* seria o escolhido. Este tem por objetivo assegurar que as decisões sejam tomadas ao nível mais próximo do cidadão, implicando uma distribuição de atribuições e competências que confie as decisões e as ações ao nível da administração mais próxima das populações, materializando-se, assim, nos princípios da descentralização do poder. É o reconhecimento de que os problemas locais devem ser preferencialmente resolvidos com ações locais. Este princípio traduz o espírito da Agenda 21 L, em que a transferência do poder de decisão para o domínio local ou sublocal da democracia reduz a burocracia e as falhas de um poder central distante e, por vezes, alheio às realidades vividas a uma escala menor. Neste

sentido, Hayek (1990: 20) remete para os problemas de uma democracia centralista, referindo que *“(...) o Estado (...) cobre o corpo social com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, rede que as mentes mais originais e os caracteres mais fortes não conseguem penetrar para elevar-se acima da multidão. A vontade do homem não é destruída, mas amolecida, dobrada e guiada; ele raramente é obrigado a agir, mas é com frequência proibido de agir. Tal poder não destrói a existência, mas a torna-a impossível; não tiraniza, mas comprime, enerva, sufoca e entorpece um povo, até que cada nação seja reduzida a nada mais que um rebanho de tímidos animais industriais, cujo pastor é o governo”*.

lorio (2006: 1) refere que esta velha tentação do poder político central em desempenhar o papel de única entidade capaz de resolver os desafios constitui-se como uma utopia que tem de ser, inquestionavelmente, alterada. Segundo se infere das palavras do autor, como *“o conhecimento na sociedade é incompleto e apresenta-se sempre espalhado desigualmente, a negação do princípio da subsidiariedade, que ocorre quando as soluções dos problemas são passadas para o Estado ou para organizações hierarquicamente superiores, na prática, acarreta uma ilusão de ótica, uma crença em um “olho central” que pode enxergar todas as coisas, conhecer todas as necessidades e necessidades individuais, regular os setores envolvidos a contento e solucioná-las da forma socialmente correta. Ora, o planeamento central sempre fracassou e haverá de fracassar exatamente porque esse “olho” não apenas não existe, mas principalmente porque jamais poderá existir”*. Este princípio consagra a antítese desta visão e, como refere Reich (2009: 7), a *“ideia que a autoridade central deveria ter uma função subsidiária, atuando apenas quando efetivamente as respostas não podem ser dadas ao nível local”*.

Outro desafio que advém da natureza deste instrumento particulariza-se no facto da A21L *“necessitar, sem qualquer dúvida, de todos os setores da sociedade. As parcerias podem liderar melhor a coordenação e podem assegurar que as organizações trabalhem em harmonia”* (Roberts, 2011: 3-4). Contudo, o autor alerta para a situação oposta, isto é, para a *“existência de limitações sobre os resultados que as parcerias podem alcançar, se forem mal conduzidas, com o surgir de conflitos, frustração e perda de tempo”* (idem, *ibidem*) e conseqüente comprometimento no desfecho dos processos. O autor Acselrad (2006: 23) eleva o problema das parcerias a outra dimensão. De acordo com o referido autor, a A21L tem a particularidade de *“homogeneizar” todos “os parceiros, diluindo com alguma frequência a diferença de papéis sociais, de responsabilidade ou do poder entre os agentes”*. Segundo o autor, tal traduz-se em atropelos à realidade, o que não deixa de ser encarado com alguma perplexidade pelo mesmo. Neste âmbito, vejamos a situação de uma A21L que procura superar problemas de poluição e que tem, como parceiros de trabalho, os próprios responsáveis pela situação. Segundo o mesmo autor, os *“poluidores não expõem as suas informações sobre o risco que produzem nem muito menos autorizam o controlo social destes riscos”* (idem, *ibidem*). Entrámos, segundo Hordijk (2006: 3), *“no domínio dos “conflitos de interesses” entre os líderes eleitos e secções particulares da população que, comumente, se evidencia entre pobres e menos pobres, entre homens e mulheres e entre idosos e população*

jovem”. Decorrente deste exemplo prático estaria em causa um dos princípios que norteia a natureza da A21L (princípio do *Poluidor-Pagador*) que, de acordo com Milaré (1998: 2-3), “*imputa ao poluidor o custo social da poluição por ele gerada, engendrando um mecanismo de responsabilidade por dano ecológico abrangente dos efeitos da poluição não somente sobre bens e pessoas, mas sobre toda a natureza*”.

Assim sendo, à luz da natureza da A21L, a implementação de políticas de sustentabilidade implica, como refere Acselrad (2006), a emergência de uma “*nova política*”, com a rearticulação das esferas política e não-política e com o aumento da responsabilização dos poderes locais na condução dos trabalhos (*Princípio da Responsabilização*). Como sublinha Hewitt (2000: 54), a nível do poder político, é habitual que um “*Município tenha uma sub-estrutura de comissões à qual foram atribuídas funções específicas e delegados certos poderes*” que possibilitam o desenvolvimento de trabalhos no âmbito de processos de A21L. A prossecução dos trabalhos exige, por sua vez, um poder político local dinâmico, interventivo, cooperante, conjugado com uma comunidade local, com uma atitude ativa, interessada e colaborante que, somando as partes, resulte no sucesso das iniciativas de sustentabilidade. É na avaliação às condições intrínsecas a um processo de Agenda 21 Local que nos apercebemos da complexidade da natureza deste instrumento. Desde já, e segundo Agyeman, Morris e Bishop (1996: 181), surgem dificuldades acrescidas às autoridades locais que, para avançar rumo à sustentabilidade, através da *Agenda*, tem de reunir, junto da comunidade local, condições de “*educação, informação e sensibilização*”, partes integrantes para o cumprimento dos princípios inerentes a esta ferramenta. Uma população desinformada dos problemas que afetam a sua comunidade e desconhecadora da essência e funcionamento de uma A21L não conseguirá acompanhar a aplicação de políticas de sustentabilidade, nomeadamente, para o sucesso de processos de A21L. Acontece, face ao exposto, que uma Agenda 21 Local pode ser facilmente confundida como uma *Agenda Ambiental*. *O que não está correto. A A21L “deve combinar objetivos sociais, económicos e ambientais”* (Hordijk, 1999: 12). Outra questão levantada por Agyeman *et al.* (1996: 182) é que, em alguns países, persiste a “*tradição voluntarista em matéria de regulação ambiental o que se traduz numa atitude de “laissez-faire” no que à produção de medidas de proteção ambiental diz respeito*”. Refere o mesmo autor que o “*comprometimento ideológico de não intervenção, privatização e desregulação*” tornam vulnerável a coesão da sociedade em torno da sustentabilidade.

Concluindo, a A21L constitui-se como um instrumento de sustentabilidade local participada que se inscreve numa dinâmica territorial que procura ser “*cooperante e envolvente, participativa e integrativa, aberta e transparente*” (Schmidt e Guerra, 2009: 4), atributos que se identificam na própria natureza deste instrumento. Cooperante e envolvente por se tratar de um processo partilhado entre os vários setores da sociedade e que diz respeito a todos; participativa e integrativa, porque apela às forças sociais políticas, independentemente dos diferentes pontos de vista e diferentes cores partidárias; aberta e transparente, face à permanente difusão de uma

cultura de sustentabilidade e a disponibilidade de existirem constantes ajustamentos de objetivos, metas e indicadores de acordo com a evolução da realidade local.

2.4.3 Ferramentas para a execução da A21L

De acordo com Guerra, Nave e Schmidt (2004a: 51), *“os protagonistas convocados para esta tarefa (execução da A21L) são inúmeros: governos centrais, administrações locais, associações, grupos de interesse, ONG e todos os atores sociais que, de alguma forma, partilhem interesse e preocupação crescente sobre a integração do ambiente e do desenvolvimento [que] conduzirá ao preenchimento de necessidades básicas, a melhores níveis de vida para todos, a ecossistemas mais bem protegidos e geridos e a um futuro mais seguro e próspero”*.

Nos processos de A21L, de uma forma geral, identificam-se vários parceiros sociais e um conjunto de condições e serviços subjacentes considerados indispensáveis para operacionalização deste instrumento ambiental. Schmidt (2006: 130-132) enumera-os da seguinte forma: *“Os grupos sociais; a administração local (...), por um lado, e os mecanismos de participação pública; o acesso à informação; a integração das várias vertentes da vida comunitária local e a difusão de práticas e consumos sustentáveis”*, por outro. De seguida, será realizada uma abordagem à importância de cada um:

- **Os grupos sociais**, provenientes da comunidade local, desempenham um papel crucial no processo da Agenda 21 Local, pois dependem da capacidade de mobilização dos atores públicos para garantir o seu sucesso. Farinha (2007: 10) alerta para a desmotivação dos atores e para o alheamento da sociedade civil como um problema que se pode colocar, aos processos de A21L, com o passar do tempo. Neste sentido, o referido autor insiste que devem existir *“ações mobilizadoras com resultados práticos e concretos (...) que evitem que o plano em elaboração se torne num assunto quase só de cariz técnico e quase só dependente da vontade e da capacidade da autarquia, ou de organismos desconcentrados do Estado....o que não é (...) certamente os resultados que se pretendem com a A21L”*.

- **A administração local** é indispensável para o desenvolvimento da implementação das Agendas, pois o simples envolvimento da sociedade civil não é suficiente para a consolidação de práticas ou ações públicas. Somente as autarquias, como poder local, podem implementar políticas, regulamentos locais e obrigações que implicam o cumprimento por parte dos seus cidadãos. Para além disso, os municípios congregam muita da informação, do conhecimento e competência técnica implicada numa política local de desenvolvimento sustentável. Contudo, se é a autarquia local que tem um papel fundamental, a A21L confere, igualmente, *“muita importância ao envolvimento e ao trabalho de cooperação abrangendo muitos outros atores locais, tais como empresários e representantes do tecido administrativo, técnicos especialistas nos vários setores de conhecimento, outros setores da administração pública, associações sócio-culturais e ambientais, escolas, universidades, cidadãos líderes de opinião, cidadãos comuns”*

(Farinha, 2007: 5). Para além dos parceiros referidos, existem condições que devem ser subjacentes ao processo da A21L e que de seguida se enumeram:

- **Os mecanismos de participação pública** devem ser eficazes, de forma a potencializar todo um conjunto de iniciativas promovidas pela comunidade local que passam por reuniões, fóruns e debates das mais diversas temáticas a fim de garantir uma participação pública ativa e proveitosa. Como refere Queiroz (2007: 73), a A21L implica um processo *“de planeamento participativo já que se atribui ao poder local a responsabilidade de desenvolver o diálogo e o consenso para promover uma estratégia participada de sustentabilidade*. Desta forma, *“cada poder local deve entrar em diálogo com os seus cidadãos (...) o que implica “a abertura da ação técnica e política ao envolvimento popular e ao reforço de redes de cooperação, procurando a construção partilhada de uma visão para o desenvolvimento” (idem, ibidem) que só pode ser concretizada com mecanismos integradores da participação pública.*

- **O acesso à informação** entre os cidadãos e os seus representantes deve ser sempre permanente, de maneira a possibilitar o acompanhamento do processo da Agenda pelo cidadão. A informação deve ser concisa e transparente, de molde a que toda a população a possa aceder e compreender. Neste ponto, proponho uma comparação entre os sistemas de organização social, onde ocorre a implementação de um processo de A21L, com os sistemas de colónias de formigas, onde, igualmente, *“não existem verdadeiras lideranças e cuja ideia do comando do formigueiro ser emanado pela formiga-rainha é profundamente enganadora” (Queiroz, 2007: 68)*. Neste âmbito, como refere Queiroz (2007), a organização social descentralizada em que deve ocorrer uma A21L, respeitando a natureza processual deste instrumento, remete-nos para a *inteligência coletiva* e descentralizada das formigas, conhecida pelo conceito de *swarm intelligence*⁸. Este conceito aponta para o funcionamento de certos sistemas coletivos, no mais baixo nível de complexidade, onde as trocas básicas de informação e a dinâmica local das partes formam um todo. É precisamente nessas trocas de informação, na base do sistema (cidadão comum) que residem os ganhos / perdas na capacidade dos territórios resolverem os problemas de sustentabilidade. Nesta ótica, e de acordo com o conceito conhecido por *stigmergias*⁹, um *“indivíduo desencadeia um estímulo em outros que, por sua vez, geram novos estímulos, e assim sucessivamente, originando mapas coletivos” (idem, ibidem) responsáveis por comportamentos globais que emergem dos territórios. É neste propósito que reside a importância não só do acesso à informação como na própria*

⁸ Em português é designado por “inteligência de enxames”. Este conceito é definido como “a propriedade de um sistema de acordo com a qual comportamentos coletivos simples de agentes interagindo localmente com o seu ambiente causam a emergência de padrões funcionais globais, promovendo a base que torna possível explorar a resolução de problemas coletivos, na ausência de um controlo centralizado ou de um modelo global” (Queiroz, 2007: 69).

⁹ Conceito de origem grega, *stigma* (marca) e *ergon* (trabalho).

forma de a usar. Cidadãos mal informados irão dar *outputs* errados que, por sua vez, incorrerão em comportamentos desviantes de sustentabilidade, enquanto cidadãos bem informados sobre questões de sustentabilidade irão conduzir à prática de medidas convergentes com os valores do paradigma atual.

- **A integração das várias vertentes da vida comunitária local**, garantindo que a Agenda 21 Local em curso se oriente no sentido do desenvolvimento sustentável, dando ênfase às vertentes económicas, ambientais, sociais e culturais, não discriminando nenhuma em desfavor da outra, promovendo assim inter-relações e interdependência entre todos os setores da vida comunitária.

- **Difusão de práticas e consumos sustentáveis** é um ótimo exemplo de que o Homem consegue viver em harmonia com a natureza, através de práticas de redução de desperdícios e de racionalização de consumos que promovem o desenvolvimento sustentável.

Se é verdade que as ferramentas para a execução das A21L passam pelos agentes e condições, já descritos, não podem ser, igualmente, negligenciados os *Recursos Financeiros* que são determinantes para suportar as despesas inerentes aos processos em curso. Assim sendo, e da análise ao documento da A21, secção IV, capítulo 33, item 33.13 a 33.14, verifica-se que, de uma forma geral, o financiamento para a implementação da Agenda 21 será proveniente de setores públicos e privados do próprio país. Para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é uma das principais fontes de financiamento externo.

Neste contexto, os países desenvolvidos reafirmam o seu compromisso de atingir a meta das Nações Unidas e aceitaram que 0,7 por cento do seu PNB se destine ao APD. No caso dos países desenvolvidos que não tenham atingido esta meta, fica o compromisso (com as Nações Unidas) de aumentar os seus programas de ajuda, a fim de atingir esse objetivo o mais rapidamente possível e, desta forma, assegurar a pronta e eficaz aplicação da A21.

No entanto, as Nações Unidas avançam com outras fontes e mecanismos de financiamento que irão contribuir economicamente para o desenvolvimento da sustentabilidade, a nível mundial.

Destas, destacam-se:

- a) A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). Entre as várias questões e opções que os deputados da AID irão analisar, a declaração feita pelo presidente do Banco Mundial na CNUMAD será tida em conta, dada a preocupação evidenciada por esta entidade em ajudar os países mais pobres a cumprirem os seus objetivos de desenvolvimento sustentável como as que se inserem no programa da Agenda 21;

- b) Desenvolvimento regional e bancos locais. O desenvolvimento regional, bancos locais e fundos devem desempenhar um papel maior e mais eficaz no fornecimento de recursos concessionados ou de outras condições favoráveis necessárias para a implementação da Agenda 21;
- c) O Global Environment Facility (GEF), gerido conjuntamente pelo Banco Mundial, PNUD e PNUA, cuja bolsa adicional e financiamentos concessionados deverão cobrir os custos acordados de atividades relevantes no âmbito da Agenda 21, nomeadamente para o desenvolvimento dos países.

Neste âmbito, o secretariado da Conferência do Rio, também, estimou que “o custo médio anual, entre 1993 a 2000, para o reforço dos serviços internacionais para a execução das atividades ligadas, particularmente à A21L, fosse de cerca de 1 milhão de dólares em termos concessionais ou de concessão” (UNCDE, 1992a, capítulo 28, secção III, item 28.6 [Financing and cost evaluation]).

No panorama sobre as A21Ls na UE, como refere Farinha (2007:13), os recursos humanos e financeiros disponibilizados pelas administrações centrais, dos vários países da UE, para a A21L são “difíceis de identificar com exatidão assim como o seu âmbito de aplicação”. No entanto, o que se verifica é que os recursos financeiros disponibilizados pelas administrações centrais “são bastante díspares entre os vários países e variam ao longo do tempo” (idem, *ibidem*). Acresce, contudo, que a UE atribui fundos de financiamento para a A21L “através de vários programas relacionados com a política regional (FEDER, por exemplo Interreg) ou com políticas sectoriais (Programa LIFE, URNAN LEADER, etc) (idem, 11).

Outra ferramenta essencial para a execução da A21L resulta na aposta nas designadas tecnologias limpas que, como se reconhece no capítulo 34 do documento da A21, “são menos poluentes, usam os recursos de forma mais sustentável, reciclam melhor (...) e tratam os resíduos numa maneira mais aceitável do que as tecnologias que vieram substituir” (p.305). Neste âmbito, interessa investir na *Transferência de tecnologias ambientais* mais limpas e na *Cooperação Tecnológica*. Relativamente ao primeiro ponto, remete-se novamente para o mesmo capítulo, do documento da A21, que refere a importância da disponibilidade de informação científica e tecnológica e no acesso e transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis como sendo requisitos básicos para o desenvolvimento sustentável e, como tal, para a A21L. No imediato, constitui-se como ferramenta essencial a criação de uma rede internacional de partilha de dados que veicule (ao nível nacional, regional e sub-regional) informações sobre as tecnologias existentes (as suas fontes, os riscos ambientais da sua utilização e a forma de as obter), de maneira a esclarecer cada agente económico (ligados aos vários setores económicos: agricultura, indústria, energia, por exemplo) sobre a tecnologia ambientalmente mais “saudável” a usar. Através de *sites* especializados e centros de recursos tecnológicos (“clearing-house”),

disseminados pelo Mundo, alargava-se o conhecimento sobre os impactes das tecnologias, com repercussões positivas para a convergência, entre países, no uso das mesmas. Outra ferramenta passa por formular políticas e programas para a transferência eficaz de tecnologias ambientalmente saudáveis, criando-se inclusive subsídios, políticas fiscais e regulamentações que funcionem como estímulo ou restrição ao uso de determinadas tecnologias. Ainda no domínio das tecnologias, referir a necessidade de incrementar parcerias entre empresas dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, em que as empresas multinacionais (fiéis depositárias de conhecimentos técnicos usados na defesa e proteção ambiental) desempenham um papel de destaque, servindo de canal de informação e divulgação tecnológica junto das outras. Para tal, uma ferramenta essencial, conduzida pelas Nações Unidas, passa pela construção de importantes acordos internacionais, a longo prazo, para a promoção de programas de cooperação e assistência nas áreas de investigação e desenvolvimento. A estimativa calculada para implementar estas ferramentas aponta para gastos médios anuais entre “450 e 600 milhões de dólares” (1993/2000) (UNCDE, 1992a, capítulo 28, secção IV, capítulo 34.29 [Financing and cost evaluation]).

No capítulo 35 do documento da A21, as Nações Unidas reforçam o papel central do domínio científico em matéria de desenvolvimento sustentável. Neste ponto, reitera-se a forte convicção da necessidade de se criar mecanismos de apoio à investigação científica, pois, como é referido, a avaliação/reavaliação das políticas de sustentabilidade resultam da investigação científica e do correto conhecimento sobre a capacidade de carga da Terra (*carrying capacity*) (Nações Unidas; 1992). Desde modo, é proposto o desenvolvimento de uma ampla base científica que coopere na formulação de políticas ambientais e de desenvolvimento suportada por uma crescente participação do público. Decorre, nesta perspetiva, criar ferramentas que permitam estabelecer metas de sustentabilidade, a longo prazo, sendo prioritário desenvolver, aplicar e instituir indicadores de qualidade de vida em diferentes áreas, como, por exemplo, saúde, educação, diagnóstico ambiental, e formular, a longo prazo, políticas de ambiente que abordem a gestão de riscos e que tenham em linha de conta a criação de instrumentos de avaliação/medição das tecnologias, a fim de estas cumprirem com os requisitos da proteção ambiental.

Outro importante aspeto para a promoção das políticas de sustentabilidade e para a A21, em particular, prende-se com a aposta na educação. Neste contexto, as Nações Unidas (1992) são perentórias, ao afirmar que serão os próprios países, regiões ou lugares que devem estipular as suas próprias prioridades e prazos, de acordo com suas necessidades, políticas e programas de educação. As Nações Unidas destacam a educação e o aumento da consciencialização cívica para os problemas da sustentabilidade como sendo de prioridade máxima, considerando ainda mais relevante do que os requisitos de capacidade de carga, de transferência de tecnologias limpas, de cooperação tecnológica, da importância da ciência, entre outras. Tal perceção reside no fundamento essencial para o sucesso de qualquer A21L que se resume na necessidade de envolver o máximo de atores sociais e elevar os níveis de participação cívica para a legitimação

das medidas e políticas a adotar. Para a prossecução destas intenções, as principais ferramentas a utilizar prendem-se com o aumento de atribuições orçamentais na educação, centrado na temática da sustentabilidade, para os níveis inferiores do ensino (neste campo realça-se a importância da A21Escolar, assunto que será mais à frente discutido neste trabalho); a obtenção de fundos adicionais, através de entidades particulares, deve ser, particularmente, dirigida aos países mais pobres com taxas de alfabetização inferiores a 40 por cento; incentivar a construção de universidades é mais uma forma de formar pessoas com mais sensibilidade e melhor preparadas para enfrentar os desafios.

Em termos de conclusão, fica a percepção que as ferramentas da A21 se confundem com os meios com que a comunidade internacional pretende promover a sustentabilidade global no planeta. Tal semelhança não é apenas pura coincidência, pois reflete a natureza de um instrumento que se institui como parte de um vasto programa que busca as melhores respostas para o desenvolvimento sustentável. Compete à Agenda 21 Local utilizar e/ou compartilhar essas mesmas ferramentas de forma a contribuir para o alcançar dos objetivos propostos pela Nações Unidas em matéria de sustentabilidade.

2.4.4 Metodologia da A21Local

A implementação da A21L implica a realização de uma série de atividades, fases ou etapas para cada município, com base na metodologia de análise adotada pelo ICLEI e que podem ser descritas da seguinte forma:

- Diagnóstico Ambiental. Processo através do qual se procede a uma análise dos pontos fortes/fracos e oportunidades/ameaças (análise SWOT – **S**trengths, **W**eaknesses, **O**pportunities, **T**hreats) à entidade territorial onde se destina a A21L.

- Plano de Ação Ambiental. É elaborado um conjunto coerente de estratégias e atividades orientadas para resolver problemas ambientais de um município ou outras formas de insustentabilidade que se registem.

- Plano de Controlo / Monitorização. Consiste num conjunto de diferentes técnicas orientadas para determinar se a execução das ações empreendidas estão a alcançar as metas ambicionadas.

- Plano de Participação Social. A organização social do processo compreende a criação e utilização de amplas redes de participação pelos diferentes atores, com interesses diversos, que visam desenvolver e implementar uma visão comum de futuro da área municipal. Essa organização social está, geralmente, associada a instrumentos de participação pública e a planos de comunicação social.

Existe um conjunto de entidades e instituições públicas e estudiosos que desenvolvem esforços para analisar o grau de implementação da A21Local. Os estudos de casos de A21L revelam, geralmente, a utilização diversificada e diferenciada de metodologias aplicadas. Na prática, a aplicação de uma A21L segue as várias etapas supracitadas ainda que não exista um modelo único estereotipado, devido à própria natureza flexível deste instrumento. Assim, cada processo de implementação acaba por ser ajustado à realidade local. Como confirmam Lorenzo e Sánchez (2007), autores que realizaram um estudo às A21L implementadas na União Europeia, cerca de 39,2% dos casos de estudo de A21L foram identificados como tendo aplicado uma metodologia própria, tendo-se, igualmente, verificado que apenas 15,5% dos casos optou por empregar a metodologia usada pelo ICLEI.

Farinha (2007: 7-8) assemelha a metodologia de uma A21L à imagem de um bolo com 4 grandes fatias (ver figura 2.3), sendo que, cada fatia, se pode dividir em pequenas outras que a complementam, no seu todo¹⁰. Segundo o referido autor, tal comparação permite compreender melhor a flexibilização do processo metodológico, senão vejamos *“a imagem a reter é de um “bolo” com muitas fatias pequenas ao qual se vão retirando fatias de acordo com a metodologia*

¹⁰ De acordo com o autor, o ciclo de Planeamento da A21L é constituído por 4 fases principais: Elaboração (i); Implementação (ii); Avaliação (iii) e Aprendizagem (iv). Cada fatia representa uma fase do “bolo”.

específica que se adotar.” Neste contexto, “não é necessário que se complete a fase 1 e só depois passar a elaboração da fase 2 e assim sucessivamente, nem que as dimensões das fases ou subfases de trabalho (duração temporal, recursos envolvidos, etc.) sejam iguais em todas elas. O gestor do processo de planeamento pode decidir, em face de cada caso concreto e da abordagem escolhida, qual a dimensão (o tamanho) a dar a cada fatia e a cada sub-fatia e a ocasião em que ela é realizada”.

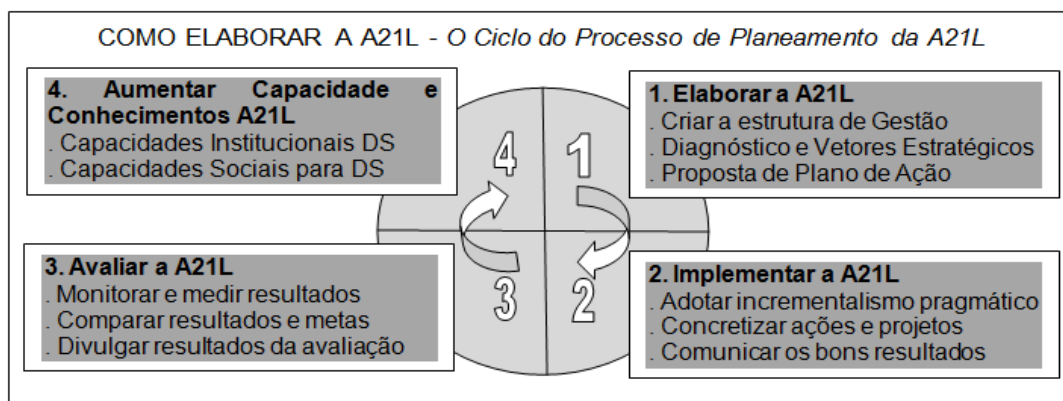


Figura 2.3 – Esquema das quatro fases do processo de planeamento da A21L

Fonte: Adaptado de Farinha, (2007)

Neste âmbito, releva-se para a perspetiva segundo a qual se desenvolve a mesma metodologia. Neste sentido, verificam-se duas grandes abordagens de conceber um plano metodológico. Uma, mais “racionalista”, “sistemática”, “global” e “abrangente”, em que existe uma maior preocupação com a fase da elaboração (fase 1) e, portanto, sendo esta alvo de um detalhe mais minucioso e dispensa de tempo, como são “os casos das metodologias aplicadas às experiências de A21L em Portugal e Espanha” (Farinha, 2007: 9). Outra, em que se “adota uma abordagem mais incrementalista e virada para ação, podendo coexistir a concretização de pequenas fatias da fase 2 (Implementação) mesmo antes de terminar as fatias da fase 1 que tenderão a ser mais delgadas” (idem, ibidem). Esta perspetiva metodológica é característica das A21L do Norte da Europa, em que se verificam pequenas ações ou projetos mobilizadores, da sociedade civil, que decorrem muito próximas do início dos processos.

No entanto e tendo em conta que já alguns modelos foram testados com sucesso, concebe-se que, de um modo geral, a metodologia da A21L deve incorporar as seguintes etapas:

Preparação do terreno – nesta etapa, apela-se a uma democracia participativa com o objetivo de envolver o maior número de cidadãos que se interessem pela vida pública e pelo desenvolvimento sustentável. É necessária a participação de um primeiro grupo que funcione como rampa de lançamento para as futuras iniciativas que serão encetadas. Esse grupo, que pode ser uma autarquia, freguesia, universidade, ONG, grupos de cidadãos, deve promover todo um conjunto de esforços para sensibilizar e consciencializar os mais diversos setores sociais para a

sua importância neste processo. Neste sentido, as iniciativas que incluam debates, notícias em jornais, promoção de atividades de educação, visitas guiadas, entre outras, são cruciais para a institucionalização do processo da Agenda 21 Local.

Criação de Parcerias – Com diversas instituições é um dos momentos mais sensíveis e decisivos de todos estes processos. Nesta fase, procura-se desenvolver o máximo de parcerias com os diversos atores locais, desde associações sem fins lucrativos até entidades governamentais. A participação de associações (ambientais, culturais, de moradores) e instituições ligadas às mais diversas áreas são os alicerces para o êxito de qualquer Agenda. A cada entidade será atribuída uma determinada função, de acordo com a sua área de competência, sendo a participação de cada entidade uma mais-valia no decorrer de um processo de A21L.

O 3º parágrafo, do capítulo 28 do documento da A21, evidencia essa proposta de atuação, em que a construção de parcerias entre as autoridades e os demais setores da sociedade é de extrema vitalidade no funcionamento de uma Agenda 21L: *“Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com os seus cidadãos, organizações e empresas privadas e aprovar uma Agenda 21 Local. Por meio de consultas e da promoção de consensos, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais obtendo, assim, as informações necessárias para formular as melhores estratégias. O processo de consultas aumentará a consciência das famílias em relação às questões do desenvolvimento sustentável”* (UNCED, 1992b, Parágrafo 3).

Visão de futuro – passa pela construção de uma “visão” que objetiva um sentimento de futuro, com metas que a comunidade anseia alcançar. Esta visão que culmina no delinear de objetivos nas mais variadas esferas da vida comunitária, como no plano da economia, emprego, ambiente, qualidade de vida, cultura, desporto, entre outras, requer à priori um amplo debate e discussão com todos os atores sociais, de forma a enriquecer e garantir que as prioridades, metas e objetivos que surgem sejam os mais próximos das necessidades reais da população.

Essa “visão” precisa incorporar as aspirações da comunidade para o futuro, no tocante à saúde, à qualidade de vida, ao meio ambiente, ao rumo do desenvolvimento económico, entre outras. O objetivo dessas escolhas é o de propiciar que tal visão de futuro passe a guiar a comunidade, no sentido de que o seu trabalho atinja os alvos delineados. As ações e projetos específicos poderão ser definidos numa etapa posterior (MMA, 2003: 47).

Análise das questões-chave – Após conhecer os problemas, onde ocorrem, porque ocorrem e a quem é que afetam, é imprescindível conciliar o máximo dos saberes para intervir localmente em cada uma dessas áreas. Nesta etapa, o empenho de todos é indispensável como garantia de conhecimentos e formação específica capaz de fazer face às dificuldades com que a população se depara. Só assim se podem formar equipas locais de intervenção que, com os seus saberes, operem eficazmente em torno das questões ou áreas prioritárias a tratar. Não são raras

as vezes que peritos externos são consultados, pela comunidade local, para colaborar na resolução de problemas de mais difícil resolução.

Plano de Ação – Este Plano é o resultado de todo o trabalho anteriormente desenvolvido, ficando a sua elaboração a cargo da Câmara Municipal, do Fórum e de parceiros a definir. O Plano não é mais do que o *produto* da Agenda 21 Local, sintetizando todos os objetivos delineados, metas a atingir, metodologia a empregar, ações a desenvolver, meios disponíveis e entidades responsáveis. Na prática é o transcrever para um documento (designado Plano de Ação) todo um trabalho que, de forma consensual, foi decidido fazer pela comunidade local.

Implementação – O Plano de Ação é crucial para o sucesso do mesmo. A sua não implementação resultaria numa frustração que simbolizava o fracasso de todo o esforço desenvolvido pela comunidade e objetivamente significaria que a execução da Agenda 21 Local era abortada, sem que algo tivesse sido feito na prática. Acresce que a implementação de uma A21L não se circunscreve a um único acontecimento, documento ou atividade, mas trata-se de um processo contínuo, onde a *“comunidade aprende sobre suas deficiências e identifica suas potencialidades e recursos; dessa forma estará apta a fazer as escolhas que vão torná-la uma comunidade sustentável”* (MMA, 2003: 32).

Monitorização – funciona como um instrumento que recai sobre a análise a indicadores de progresso. Os indicadores de progresso devem ser previamente definidos, consensualmente aceites e estatisticamente mensuráveis. Só assim é possível controlar o processo de execução e compreender se as metas e objetivos definidos no Plano de Ação estão a desenvolver-se de acordo com o programado. Para tal, estes indicadores do progresso são uma ferramenta valiosa para os especialistas, população e parceiros do projeto averiguarem se existem falhas ou desvios na execução dos trabalhos e assim poderem, caso necessário, corrigir os eventuais desvios ou mesmo alterar e definir novas decisões.

Avaliação - a avaliação de uma Agenda 21 Local ultrapassa a mera avaliação física e mensurável dos objetivos e metas alcançados. O sucesso da A21L revê-se, e muito, no espírito deste instrumento em permanecer no seio da comunidade local. O identificar dos problemas pela população, a sensibilização e a consciencialização públicas para os mesmos, o empenhamento dos cidadãos para a sua resolução, a participação ativa de todos no caminho para o desenvolvimento sustentável é a chave para o sucesso de qualquer Agenda 21 Local.

As fases deste modelo de implementação são, grosso modo, as identificadas por Farinha (2007) e por Guerra *et al.*, (2004b), como sendo as linhas mestras subjacentes à metodologia adotada no desenvolvimento de processos de A21L.

2.5 Agenda 21 Escolar

Quando se estuda a génese da A21 Local como processo é inevitável abordar-se a Agenda 21 Escolar (A21E)¹¹, não só por esta se constituir como uma adaptação dos princípios e objetivos da própria A21L, como, sendo esta virada para a comunidade jovem e sabendo-se do importante papel das novas gerações para o sucesso das políticas de sustentabilidade, se revestir como um inegável contributo para a consciencialização e preparação dos jovens para os desafios futuros da sustentabilidade.

O capítulo 36 do documento da A21 reconhece a educação como valor fundamental no processo de sustentabilidade: *“Educação, incluindo educação formal, a sensibilização e formação deve ser reconhecida como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem alcançar o seu pleno potencial (...) Tanto a educação formal como a não formal são indispensáveis para mudar as atitudes das pessoas para que elas tenham a capacidade de avaliar e analisar as suas preocupações de desenvolvimento sustentável. Também é indispensável para alcançar a sensibilização ambiental e ética, valores e atitudes, competências e comportamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável e com uma efetiva participação pública na tomada de decisão”* (Agenda 21 - Cap.36, alínea 36.3 Nações Unidas, 1992).

Aliás, já em 1977, os princípios de educação ambiental (EE), conforme estipulado na Declaração de Tbilisi, incluíam os elementos fundamentais do desenvolvimento sustentável. A importância da educação ambiental é evidenciada, na página 24 dessa Declaração, quando é referida *“como uma educação abrangente, sensível às alterações num mundo em rápida mutação. Deve preparar o indivíduo para a vida através de uma compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, e da prestação de habilidades e atributos necessários para desempenhar um papel produtivo no sentido da melhoria de vida e protegendo o meio ambiente com a devida atenção dada aos valores éticos”* (UNESCO/UNEP, 1977: 24).

Como referem Jacobi, Granja, e Franco (2006: 2), *“atualmente, o avanço rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso”*. Neste âmbito, é urgente que haja um compromisso com o futuro, sendo prioritário investir na educação e formação dos cidadãos que passa, indubitavelmente, pela premência de elevar os níveis de sensibilização e consciencialização, das gerações mais novas, para os perigos de se negligenciarem as questões ambientais. Não se pode descurar o facto que, como refere o próprio documento da A21 no seu artigo 25.º, a *“população mundial é constituída por quase 30 por cento de população jovem”*. Assim sendo, *“o envolvimento da juventude de hoje no ambiente e no desenvolvimento de tomadas de decisão e na implementação de programas é essencial para o sucesso a longo prazo da Agenda 21”* (UNCDE, 1992a: artigo 25º).

¹¹ Este instrumento não é, no entanto, o objeto da tese.

Só com um claro apelo aos jovens, à sua mobilização, criatividade, coragem e ideais de juventude, a nível mundial, se pode organizar uma parceria global com a finalidade de garantir um futuro melhor para todos, até porque *“a sustentabilidade, como novo critério básico e integrador, coloca em pauta permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspetos extraeconómicos serve para reconsiderar os aspetos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos”* (Jacobi et al., 2006: 2).

A importância do papel das crianças neste processo e a necessidade da sua participação ativa, segundo Buckingham-Hatfield e Percy (1999: 69-70), advém do reconhecimento das *“implicações da não compreensão do papel das crianças e das suas perspetivas [visto que] a sua própria qualidade de vida pode não melhorar no futuro e o seu desenvolvimento pode ser mais comprometido do que ajudado. Elas são, afinal, futuras mães, pais e decisores”*. Acresce Gadotti (2000: 77) que a *“sensação de se pertencer ao universo não se inicia na idade adulta nem por um ato de razão. Desde a infância, sentimo-nos ligados com algo que é muito maior do que nós. Desde criança nos sentimos profundamente ligados ao universo e nos colocamos diante dele num misto de espanto e respeito. E, durante toda a vida, buscamos respostas ao que somos, de onde viemos, para onde vamos, enfim, qual o sentido da nossa existência”*.

A educação para a sustentabilidade tem de estar no centro e deve ser parte integrante de todos os programas escolares cuja responsabilidade de fomentar a consciencialização, valores, habilidades e conhecimentos necessários no futuro compete aos professores, devendo estes desenvolver um *“importante trabalho através da sua quotidiana interação com os estudantes”* (Hucke and Sterling, 1996:xvi). O processo de uma A21Escolar não é mais que o reconhecimento do papel relevante das gerações mais novas na condução do legado “sustentabilidade”, que as anteriores e presentes gerações pretendem deixar. Neste contexto, já em 1989 a Convenção sobre os Direitos da Criança, no seu artigo 12º, proclamava que os *“Estados...devem assegurar às crianças que são capazes de formar a sua própria opinião o direito de as expressar livremente em todos os assuntos que as afetam e os seus pontos de vista devem ser considerados de acordo com a sua idade e maturidade”* (UNICEF, 1989: artigo 12º). Segundo Malone (2001: 3), *“a própria Convenção dos Direitos das Crianças, revela que o bem-estar de uma criança e a sua qualidade de vida são os derradeiros indicadores da existência de um ambiente saudável, de uma boa governação e desenvolvimento sustentável. Se as metas de sustentabilidade não são atingidas, conseqüentemente, as crianças serão as mais, profundamente, afetadas do que outros membros da comunidade global. Existe uma clara convergência e em muitos aspetos uma relação simbiótica entre os princípios do desenvolvimento sustentável e os direitos da criança”*. Após a adoção do paradigma de desenvolvimento sustentável era, formalmente, assumida a importância das crianças como indivíduos preponderantes para o desenvolvimento sustentável. Aliás, esse reconhecimento viria a ser reforçado, quatro anos depois, em 1996, (na segunda United Nations Conference on Human Settlements) com a apresentação do relatório *“Children’s Rights and Habitat: working towards child-friendly cities”*, pela UNICEF *“As crianças têm um interesse especial*

na criação de um padrão de crescimento humano que irá suportar a sua própria vida e das gerações futuras. Eles exigem oportunidades para participar e contribuir para um futuro urbano sustentável” (UNICEF, 1997: 28). Competia saber qual o seu grau de participação e poder de influência na tomada de decisões, a nível local. Neste sentido, Hart (1992) elaborou um estudo, para a UNICEF, abordando o papel das crianças na democracia e qual o nível de participação destas nos seus países, reafirmando-se, mais uma vez, não só que a participação dos cidadãos se vai adquirindo com a prática, sendo que, desde cedo, os indivíduos devem ser parte integrante nas tomadas de decisão como conferindo um crescente reconhecimento dos direitos das crianças a serem ouvidas. Neste estudo, identifica-se um número de níveis de participação das crianças através de uma escada, sendo que cada degrau dessa mesma escada representa um nível diferente de participação (Quadro 2.4).

Segundo Hatfield e Percy (1999: 72), para que exista uma significativa participação das crianças, os degraus superiores da escada devem ser ocupados e não “os dos níveis inferiores ao *tokenistic*¹²”. Neste enquadramento, as crianças têm a oportunidade de fazer uma grande diferença no Mundo. No entanto, é necessário ensiná-las para que os seus comportamentos futuros de sustentabilidade passem a ser uma norma. Mudar é difícil para a maioria dos adultos, mas, se as crianças aprenderem, podem ajudar a criar um ambiente sustentável, agindo de forma mais natural e mais madura.

As escolas, ao implementarem uma A21E, estão a contribuir para a integração do paradigma de sustentabilidade na sociedade, iniciando-se os primeiros esforços no campo escolar. Como refere Pinto (2004b: 57), as escolas viraram “*espaços onde educadores e educandos (tendo como parceiros imprescindíveis os restantes membros da comunidade educativa: auxiliares da ação educativa e pessoal administrativo, pais, representantes do poder local, representantes da sociedade civil nomeadamente associações locais e setor económico) devem assumir uma postura crítica, criativa e interventiva, traduzida na definição e implementação de atividades que lhes interessem e sejam localmente significativas. Estamos a reportar-nos a um modelo pedagógico que reconhece que o aluno é coconstrutor do seu processo de aprendizagem, a uma conceção do professor que, como profissional, assume-se como agente de inovação e mudança, e as escolas entendidas como unidades organizacionais de decisão*”. Acresce que a implementação da Agenda 21 na Escola pode tornar-se determinante para a sustentabilidade local, visto que as próprias crianças e jovens envolvidos num projeto desta natureza “*transportarão para junto das suas famílias o à vontade com processos participativos o que, pelo menos em parte, servirá para levar os pais a contribuir de igual modo para a construção de uma comunidade com mais qualidade de vida ao nível local*” (GEA, 2004: 10).

¹² Tokenistic – É um termo usado para descrever aquelas situações em que aparentemente as opiniões das crianças são auscultadas mas, na realidade, estas têm pouco ou nenhum relevo na proposta de temas a discutir, no debate de ideias ou na oportunidade de formular as suas próprias opiniões (Hart, 1992:9).

Degraus da escada	Ação	Grau de participação
1. Manipulação	As crianças fazem ou dizem o que os adultos sugerem, não possuindo qualquer entendimento sobre as questões. As opiniões das crianças são auscultadas, mas estas não sabem qual a sua influência nas decisões posteriormente tomadas.	Sem qualquer tipo de participação
2. Decoração	As crianças fazem parte do processo através de várias atividades que desenvolvem, mas continuam sem perceber as questões de sustentabilidade.	
3. Tokenism	As crianças são feitas perguntas sobre várias questões, mas estas têm reduzidas hipóteses de as suas ideias serem devidamente potencializadas e aproveitadas para decisões futuras.	
4. Voluntários mas informados	Os adultos decidem sobre os projetos e as crianças, voluntariamente, ajudam. Neste caso, as crianças compreendem o projeto, sabem quem decide e o porquê do seu envolvimento. Os adultos respeitam os seus pontos de vista, mas impõem as suas decisões.	Degraus de Participação
5. Auscultados e informados	Os projetos são criados e desenvolvidos pelos adultos, mas as crianças são consultadas. Estas têm o conhecimento total do processo e as suas opiniões são seriamente tidas em linha de conta.	
6. Iniciativa adulta com partilha de decisões com as crianças	Os adultos têm as ideias iniciais, mas as crianças estão envolvidas em cada passo de desenvolvimento e implementação do processo. Não só são auscultadas as suas opiniões como entram nas tomadas de decisão.	
7. Iniciativa das crianças e projeto dirigido por estas.	As crianças têm a ideia inicial e decidem como o projeto se irá desenvolver. Os adultos estão disponíveis, mas não tomam parte.	
8. Iniciativa das crianças com partilha de decisões com os adultos	As crianças têm as ideias, elaboram o projeto e dirigem-se aos adultos para receber sugestões e debater ideias. Os adultos não interferem diretamente, mas facultam o seu conhecimento como auxílio aos projetos.	

Quadro 2.4 – A escada da participação das crianças nos processos de DS.
 Fonte: Adaptado de Hatfield e Percy, (1999)

Deste modo, se bem que em diferentes escalas, a escola pode realizar um processo comparável e relevante face ao que decorre no concelho ou região onde esta se encontra e que se traduz no assumir da “sua responsabilidade nas questões sócio-ambientais escolares (...) integrando-as na gestão da escola, analisando o seu estado e assumindo compromissos com ações concretas visando a sua melhoria” (idem, *ibidem*) para, desta forma, contribuir para a concretização de

objetivos subjacentes à própria A21L. A Agenda 21 escolar configura-se, então, como uma “*adaptação dos princípios, definição e objetivos da Agenda 21 Local [com as suas devidas diferenças, como se pode observar no quadro 2.5], sendo que neste caso a comunidade alvo é a escola*” (idem, 11).

A adaptação para a realidade escolar dos princípios e métodos da Agenda 21 Local não é tarefa fácil, pelo que todo o conjunto de iniciativas, atividades e programas de ação, tendo em vista a concretização, na prática, de valores de sustentabilidade são desenvolvidos sob a forma de projetos. Esses *projetos “poderão ser ao nível da intervenção de toda a escola – projeto educativo de escola – ou de âmbito sectorial ou temático – projeto pedagógico – e que, por sua vez, podem ser da turma ou da disciplina, podem ter uma abrangência interdisciplinar ou transversal cruzando diversas valências e intervenientes das escolas, podendo situar-se entre os projetos de diferenciação pedagógica ou de currículos alternativos, até projetos de intervenção comunitária, onde, em muitos casos, surgem os projetos de educação ambiental ”* (Pinto, 2004b: 57).

	Agenda 21 local (A.21.L)	Agenda 21 Escolar (A.21.E)
O QUÊ?	É um processo no qual as autoridades locais trabalham em conjunto com todos os sectores da comunidade para preparar um plano de ação que implementa a sustentabilidade a uma escala local.	É um processo em que a comunidade escolar, ou parte dela, procura o consenso na preparação de um plano de ação para procurar a sustentabilidade à escala da escola (e do meio envolvente).
QUEM?	A autarquia tem um papel fundamental na promoção deste processo participativo. Todos os cidadãos e entidades representativas dos mais variados sectores, além dos municípios, têm a responsabilidade de contribuir com as suas experiências, conhecimentos e sugestões.	Um grupo específico (Grupo Coordenador da Agenda 21 Escolar) assume a responsabilidade de impulsionar o projeto junto dos membros da sua escola, esperando-se a participação de todos.
ONDE?	Município	Escola e meio envolvente mais próximo

Quadro 2.5 – Principais diferenças entre uma A21Local e A21Escolar

Fonte: Adaptado de Weissmann e Llabrés (2001); GEA (2004)

Como foi supracitado, os projetos educativos devem ser abordados num contexto de interdisciplinaridade, isto é, não devem “*atuar somente no campo biológico, mas também, no campo ético, político, económico e social. Com esse propósito, é necessário que haja uma prática pedagógica, onde se possa discutir, analisar e avaliar as relações entre o homem e a natureza, em busca de melhorias para a qualidade de vida do planeta, entretanto, partindo da realidade do aluno. Isso facilitaria a assimilação dos conteúdos, uma vez que está relacionada com o contexto social*” (Alves, 2007: 5). Assim sendo, urge ultrapassar o “velho” conceito de escola, a escola tradicional virada para dentro, isolada da comunidade local, do exterior, vivida entre os quatro cantos da sala de aula sem existir um verdadeiro *feedback* com o mundo exterior. Uma escola em

que os alunos têm uma função mais passiva, menos interventiva, em que o ensino é centrado no professor. Segundo Gadotti (2000: 86), não se aprende “a amar a terra lendo livros sobre isso [...] A experiência própria é o que conta. Plantar e seguir o crescimento de uma árvore ou de uma plantinha, caminhando pelas ruas da cidade ou aventurando-se numa floresta, sentindo o cantar dos pássaros (...)”. Neste sentido, o espírito da A21Escolar veio romper com a escola mais tradicional, introduzindo novas abordagens pedagógicas, criando uma nova escola do saber, uma escola que parta da realidade do aluno, que o ensine a construir o seu próprio saber, que o ajude a fortalecer a sua capacidade crítica, interventiva, voltada para a conceção humanitária e planetária atual.

A Agenda 21 Escolar procura assim envolver toda a comunidade educativa para o desenvolvimento sustentável e para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável (Figura 2.4).



Figura 2.4 – Participação dos atores sociais num processo de Agenda 21 Escolar

Fonte: Adaptado de Weissmann e Liabrés, (2001)

Existe um longo caminho para que a A21Escolar consiga implementar a sustentabilidade num centro escolar. Esse caminho dá-se com passos certos e decididos, obedecendo a um conjunto de fases que definem a sua metodologia (Figura 2.5).

Fase de motivação	Suscitar o compromisso e a participação da comunidade educativa
Fase de reflexão	Repensar a filosofia ambiental da escola
Fase de diagnóstico	Identificar os problemas e realizar um diagnóstico ambiental
Fase de ação	Elaborar e desenvolver um plano de ação
Fase de avaliação	Seguimento e avaliação dos resultados

Figura 2.5 – Fases da Agenda 21 Escolar

Fonte: Adaptado de Weissmann e Liabrés, (2001)

Segundo Weissmann e Liabrés (2001: 18), cada fase compreende um conjunto de ações cuja sequência e aplicação prática operacionaliza o modelo da A21 Escolar. Desta forma, a primeira

fase deve “procurar sensibilizar a comunidade educativa para participar no processo de elaboração da Agenda 21 Escolar”; A segunda fase marca um momento de reflexão sobre a filosofia ambiental, seguida pela escola, e o grau de coerência da ação individual e coletiva dos seus membros” (idem, *ibidem*); A terceira fase deve consistir “no diagnóstico dos problemas ambientais que afetam a escola” (idem, *ibidem*); Nesta, deve-se localizar os problemas ambientais e definir as causas. Na fase seguinte, compete “ordenar os problemas mais urgentes e/ou de mais rápida intervenção” (idem, *ibidem*); Neste âmbito, estabelecem-se “objetivos, pondera-se alternativas de atuação e formaliza-se um plano de ação” (idem, *ibidem*), fruto da discussão e do consenso entre os diferentes elementos constituintes da comunidade escolar. Por último, quinta fase, deve-se estabelecer instrumentos para dar seguimento e avaliação das ações propostas, ajustando-as aos objetivos definidos.

Em Portugal, existem 464 escolas que aderiram a projetos de A21E / Eco-Escolas, tendo 318 estabelecimentos de ensino a Bandeira verde (ver Bastida, Iza, Abaitua, 2007). Estes números, embora não sendo dececionantes, revelam, no entanto, uma certa frustração em relação às expectativas geradas, como reconhece Pinto (s.d:7). Segundo o autor, apesar de “todo o empenho e compromisso das organizações não-governamentais e algumas autarquias, não se tem verificado, por parte dos governos sucessivos, em Portugal, e do Ministério da Educação, em particular, um empenho efetivo e um compromisso para a criação de condições que favoreçam a implementação da Agenda21 Escolar, quer seja através da política educativa ou de programas de apoio financeiro a projetos de Educação Ambiental”. Realça o mesmo autor que há necessidade de repensar a filosofia ambiental da escola, assumindo-se compromissos que agilizem a execução “das melhores soluções sócio sócio-ambientais no contexto escolar e meio envolvente” (idem, *ibidem*). De seguida são apontadas as principais dificuldades sentidas por escolas portuguesas para o desenvolvimento de projetos de EA/EDS (GEA, 2006: 126-127):

- Se é relativamente fácil trabalhar, com os alunos, temas como a educação ambiental, torna-se difícil manter a corrente do entusiasmo dos mesmos, quando estes se confrontam com a comunidade de adultos (extraescola / família) que é indiferente às atividades que estes desenvolvem no meio escolar.
- Os projetos a longo prazo são difíceis de promover, visto que é necessário manter níveis de motivação e dedicação dos alunos que, por vezes, se vão perdendo com o passar do tempo.
- A oferta exagerada de projetos que, não raramente, constituem uma sobrecarga difícil de coordenar, desenvolver e orientar pelos docentes.
- Dificuldade de conciliar projetos com os programas escolares, visto que muitos desses projetos exigem um enorme esforço e tempo adicional para estarem no ativo, como, por exemplo, a necessidade dos professores terem de formalizar por escrito todos os momentos de execução dos mesmos.

- A existência de uma certa inflexibilidade induzida pela tutela (Ministério da Educação, DREN, Gabinetes de Avaliação, etc.) que só pode ser combatida, por exemplo, com a criação dos designados Clubes de Ambiente que permitem tempos disponíveis no horário escolar dos alunos e dos professores.
- A própria pressão para o cumprimento do programa curricular que faz com que os docentes não tenham a possibilidade de dedicar o seu tempo em prole de iniciativas que visam a promoção de novos projetos.
- A inflexibilidade do currículo que torna pouco elástica a sua adaptação às realidades do meio.
- A falta de ajuda externa, como, por exemplo, técnicos especializados, que auxiliem os professores na condução dos trabalhos.

Assim sendo, e indo ao encontro do que defende Pinto (s.d.), é necessário estimular as escolas para as iniciativas da EA/EDS, como são exemplo a A21E e Eco-Escolas. Neste sentido, são propostas alterações no sistema de ensino português que vão ao encontro deste objetivo (GEA, 2006: 140) e que passam por *“incluir nos currículos a temática Ambiente; Criar legislação que disponibilize recursos humanos para criação de áreas curriculares diferentes; Promover o trabalho multidisciplinar e transversal; Criar conteúdos curriculares dirigidos de modo a que as questões ambientais possam ser abordadas a todos os níveis; Em termos curriculares as questões de ambiente devem estar mais presentes e fazer parte de todos os projetos da escola e adaptar os currículos à educação ambiental e seus conteúdos”*.

A nível internacional, o modelo de gestão ambiental mais difundido é o das Eco-Escolas cujo programa conta, desde 1994, momento em que foi posto em marcha, com a participação de mais de 15.000 escolas, 4. 500.000 alunos e 233.000 professores (Bastida, Iza, Abaitua, 2007). Já a Agenda 21 Escolar, como refere Bastida, Iza, Abaitua (2007: 110), *“é um programa recente no mundo mas que porém está a progredir e a projetar-se a um ritmo elevado”*.

Concluindo, verifica-se que a Agenda 21 Escolar é um processo relativamente recente, tanto em Portugal como no Mundo. Porém, no caso português, as A21E têm tido pouca expressividade, sendo de realçar a A21E de Aveiro pelas razões já evocadas. Na Europa e no resto do Mundo, verifica-se, pelo contrário, uma significativa afirmação de projetos, programas ou iniciativas que tendem a promover a educação ambiental nas escolas. Neste âmbito, várias são as designações que estes projetos tomam, sendo que, tanto no caso português como à escala internacional, os programas Eco-Escolas e Agenda 21 Escolar acabam por se unir ao programa da A21L e às iniciativas locais comprometidas com o meio ambiente e o município local. No caso português, estas iniciativas têm esbarrado num conjunto de obstáculos (aqui analisados) que comprometem os números de projetos em curso no território nacional, não se demarcando a A21E do quadro que caracterizou, igualmente, a A21L em Portugal nos seus primeiros anos. É ponto assente que urge promover determinadas reformas no sistema educativo, corrigindo debilidades que comprometem

a integração e desenvolvimento de projetos de educação ambiental / educação sustentável na escola portuguesa para que, no futuro, a A21E contribua para uma maior afirmação da própria A21L.

CAPÍTULO 3 - AGENDA 21 LOCAL COMO INSTRUMENTO PROMOTOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 Introdução

Aderindo ao apelo do capítulo 28 da Agenda 21, os governos locais de uma boa parte dos países do Mundo vão construindo as suas práticas de sustentabilidade, suportadas por processos de A21L. Esta ousada e abrangente tentativa de promover um padrão de desenvolvimento assente neste instrumento apresenta-se como um dos maiores desafios à escala planetária. A resposta dos governos locais à Agenda 21 oferece informações regionais que permitem analisar o avanço do desenvolvimento sustentável em todo o planeta, medido através do número de A21L implementadas.

Neste capítulo, é feito um levantamento, em diferentes escalas de análise (mundial, europeia, portuguesa), dos casos de Agendas 21 Local com o objetivo de compreender as dinâmicas associadas a este instrumento e entender as prioridades que estiveram na base da implementação destes processos. Neste âmbito, chama-se a atenção para a importância da transversalidade do estudo das A21L, como forma de enquadrar a situação portuguesa no âmbito internacional das *Agendas*.

No mesmo capítulo, é elaborada uma breve pesquisa histórica de Portugal em torno de questões socioculturais com o objetivo de enquadrar as A21L na realidade portuguesa e, desta forma, compreender a receptividade e o tipo de respostas dadas pelos governos locais. Neste âmbito, releva-se para a análise dos níveis de consciencialização dos portugueses para com as questões ambientais, sabendo-se do papel insubstituível da sociedade no âmbito da sustentabilidade, em geral, e na promoção das A21L, em particular. Neste âmbito, e relativamente às questões ambientais, elaborou-se um breve retrato ambiental de Portugal, no qual se averigua a Política Pública de Ambiente e os problemas que, atualmente, mais afetam a sustentabilidade no nosso país.

3.2. Origem e percurso da A21L no Mundo

Em 1997, o International Council for Local Environment Initiatives (ICLEI) e o Departamento das Nações Unidas para a Coordenação de Políticas e Desenvolvimento Sustentável procederam a um levantamento internacional às autoridades locais, com o objetivo de avaliar o número de A21Locais implementadas internacionalmente. De acordo com o documento “*Local Agenda 21 Survey: A Study of Responses by Local Authorities and their National and International Associations to Agenda 21*” (ver ICLEI, 1997), era referenciada a existência de 1812 processos locais em andamento em 64 países. Da leitura destes números, pode-se afirmar que, cinco anos após a Cimeira da Terra, o mundo correspondeu de forma positiva a esta iniciativa.

De novembro de 2000 a dezembro de 2001 foi efetuado um segundo estudo, mais detalhado, que visou “*identificar o nível de atividades das Agendas 21 Locais em todo o mundo, as áreas de prioridade para as comunidades locais, as questões que estavam sendo tratadas com sucesso ao longo do processo, os obstáculos à sua implementação, e as oportunidades de melhoria e expansão de realizações locais*” (ICLEI, 2002a: 3).

O levantamento destes dados revestiu-se de grande importância para o conhecimento do estado das Agendas 21 Locais no Mundo, servindo, este documento, de base de trabalho na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, cujos objetivos passaram, igualmente, por avaliar o progresso global sobre a Agenda 21Local e de incentivar novos compromissos e ações específicas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

É de acordo com este relatório, da responsabilidade do ICLEI e da Secretaria da Cimeira Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que serão, seguidamente, analisados dados que irão facultar o conhecimento mais aprofundado da situação das Agendas 21 Locais, no Mundo.

No final de 2001, 6.416 autoridades locais em 113 países tinham assumido o compromisso formal com a A21L ou estavam ativamente integrados no processo. Os números revelam uma clara aceitação dos processos em todo o Mundo. Há, de facto, uma significativa proliferação deste instrumento como processo de planeamento sustentável. No entanto, apesar desta difusão, refira-se que é no continente europeu que se regista o maior número de implementações, correspondendo a 80% dos resultados, cerca de 5.292 municípios com *Agendas21* em curso. Tal situação advém de um conjunto de fatores que ajudam a compreender a supremacia do continente europeu em matéria de A21L. Primeiro, pela existência de um claro compromisso da UE com o princípio da subsidiariedade, na tentativa de revestir a democracia europeia com um conjunto de novas oportunidades capazes de mudar o estilo de vida dos europeus. Segundo, a Europa, por ser um continente densamente urbanizado, enfrenta enormes desafios de insustentabilidade no que respeita ao ordenamento do território e ao congestionamento de tráfego, situação que pode começar a ser resolvida ao nível local. Em terceiro, a União Europeia executa frequentes

avaliações e auditorias ao ambiente (retratadas, por exemplo, na Avaliação de Dobris), pressionando todos os governos dos países pertencentes a esta organização a apresentarem resultados positivos no âmbito do controlo da poluição. Por último, a Europa lida com os problemas da excessiva produção e consumo que, na maioria das vezes, podem ser geridos de forma mais eficaz a nível municipal (ver Selman, s.d). Como reconhece o próprio ICLEI (2002a), a institucionalização das A21L e das suas atividades no Mundo, apesar da diversidade das diferentes regiões e dos discrepantes níveis económicos dos municípios locais (de acordo com o seu PIB), depende sobretudo das políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento sustentável local que lhe devem estar associadas. Ora, como se verá a seguir, dos 41,1% do total dos processos mundiais de A21L (2640 A21L), que foram acompanhadas com campanhas de divulgação nacional, mais de 2/3 (2011 processos de A21L) decorreram em países europeus. O maior apoio à divulgação deste instrumento, com campanhas nacionais mais ativas e comuns, ter-se-á constituído como uma importante componente para a sua maior afirmação neste continente face ao todo mundial. Os dados globais revelam, ainda, que de 1997 a 2001, o número de A21L mais do que triplicou e o número de países com A21L quase duplicou (Figuras 3.1 e 3.2).

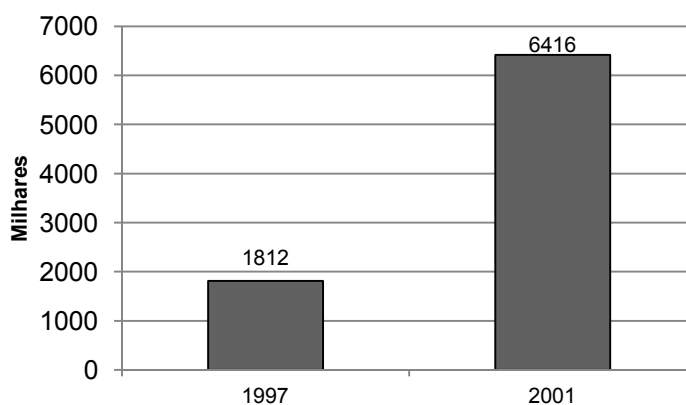


Figura 3.1 – Processos de Agendas 21 Local em curso, a nível internacional (1997/2001)

Fonte: Adaptado de ICLEI (1997); ICLEI (2002a)

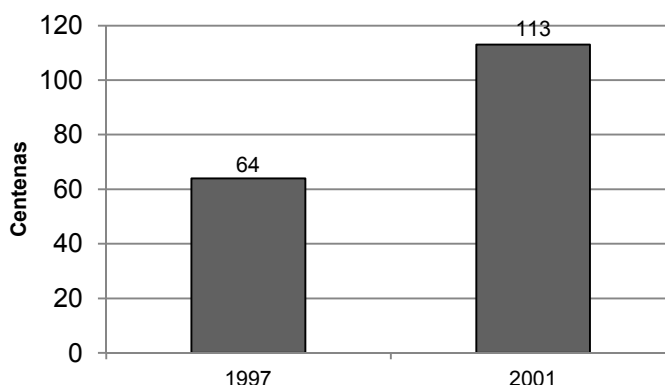


Figura 3.2 - Número de países com A21L, no Mundo

Fonte: idem, *ibidem*

Estes números traduzem o esforço de “milhares de metrópoles, cidades, vilas e países que têm vindo a trabalhar para gerar planos de ação, implementando atividades de desenvolvimento sustentável e monitorizando o seu progresso na abordagem às necessidades ambientais, sociais e económicas das suas comunidades” (ICLEI, 2002a: 4). Apesar dos dados parecerem animadores, convém lembrar (assunto anteriormente referido neste trabalho) que, no final de 2002, a comunidade internacional avaliava como fraco os progressos da implementação deste instrumento, na última década, situando-se os “resultados obtidos longe dos satisfatórios” (UN, 2002b). Porém, as A21L foram sendo implementadas, um pouco por todo o Mundo, sendo que as prioridades na sua adoção variam muito de região para região (como se verá posteriormente).

Decorrem, em 18 países, 2.640 processos de A21L que são acompanhados com campanhas de divulgação nacional. Como já foi referido anteriormente, as campanhas nacionais representam uma mais-valia para o sucesso do desenvolvimento destes processos, fornecendo um apoio importante para a sua divulgação no seio das comunidades locais. Neste âmbito, estabelecem-se campanhas nacionais a longo prazo “como forma de iniciar e promover processos de participação cívica local” (ICLEI, 2002b: 4). É, sobretudo, na Europa e na região da Ásia e do Pacífico que estas campanhas mais proliferam, contando-se que, do total das A21L com campanhas nacionais, cerca de 96,2% ocorrem nestes dois continentes (Tabela 3.1).

	Europa	Ásia / Pacífico	Médio Oriente	América Latina	África	América do Norte	Total
Número de Países com Campanhas Nacionais	8	6	1	2	1	0	18
Número de processos de Agenda 21 Local	2.011	529	50	30	20	0	2.640

Tabela 3.1 – Síntese dos Países com processos de A21L com Campanhas Nacionais

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002a: 12)

O conceito de “campanha nacional da A21Local” só é considerado se satisfazer três critérios essenciais (ICLEI 2002a: 11):

“i) Se for executada tanto pelo governo ou por qualquer outra entidade, mas deve ser de âmbito nacional, chegando a todos os governos locais;

ii) Deve fornecer apoio, consistindo esses apoios em ajuda financeira direta ou sob a forma de recursos, como por exemplo publicações, oficinas, partilha de informação;

iii) Deve ser fortemente ligada à definição da Agenda 21 Local, incluindo a necessidade de participação do público, à criação de grupos de trabalho com uma visão plurilateral e à consideração de que as questões sociais, ambientais e económicas devem ser encaradas como uma só”.

É de salientar o papel fundamental que muitas associações governamentais locais têm relacionado com o apoio dado a estas iniciativas, através de informações, da condução de *workshops* / seminários e de acompanhamento de *networking* entre municípios. Por exemplo, na Alemanha não existe uma campanha oficial nacional, sendo as atividades da A21L conduzidas pelas associações locais.

As partes interessadas participam em 73% dos processos de Agenda 21 Local. A presença e a força das partes interessadas (*stakeholders*) no âmbito do processo da A21L é expressiva, com 73% dos municípios, a nível mundial, a comunicarem a existência destes grupos nos trabalhos, enquanto apenas 27% dos municípios não contam com qualquer grupo de *stakeholders*. Destes 73%, os números documentam que é nos países em vias de desenvolvimento que se verifica, na realidade dos municípios, uma maior participação de grupos de cidadãos nos processos. O envolvimento das partes interessadas nos países em vias de desenvolvimento aponta para 86%, enquanto nos países desenvolvidos os números se situam nos 72%, assistindo-se, desta forma, a um maior envolvimento dos cidadãos locais, dos países em vias de desenvolvimento, nos processos associados às Agendas 21 L. Compete, e geralmente assim é adotado, às autoridades locais controlar o processo e orçamento a este associado (Tabela 3.2).

Papel dos Grupos Interessados		Papel das Autoridades Locais	
Inexistência de <i>stakeholders</i> no momento.	27%	A autarquia local não está envolvida.	1%
Contributo do grupo de <i>stakeholders</i> no processo.	33%	A autarquia local contribui.	9%
Envolvimento do grupo <i>stakeholders</i> na tomada de decisão.	21%	A autarquia local está envolvida no processo de decisão.	19%
O grupo <i>stakeholders</i> é responsável pelo processo mas não gere o seu orçamento.	10%	A autarquia local é responsável pelo processo mas não gere o seu orçamento.	11%
O grupo de <i>stakeholders</i> é responsável pelo processo e gere o seu orçamento.	9%	A autarquia local é responsável pelo processo e gere o seu orçamento.	60%

Tabela 3.2 – Papel desempenhado pelos *Stakeholders* e Autoridades Locais no processo de Agenda 21L, a nível mundial.

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002a: 14)

No entanto, “enquanto 73% das autoridades locais nos países desenvolvidos controlam o processo Agenda 21 Local e seu orçamento, apenas 37% das autoridades locais nos países em vias de desenvolvimento o fazem” (ICLEI, 2002a: 14). Destes números, também se extrai que, apesar de serem os governos locais a liderarem estes processos (Figura 3.3), são “os indivíduos, grupos comunitários, ONGs, empresas e o setor privado os mais prováveis parceiros formais nos processos” (idem, *ibidem*) (Figura 3.4).

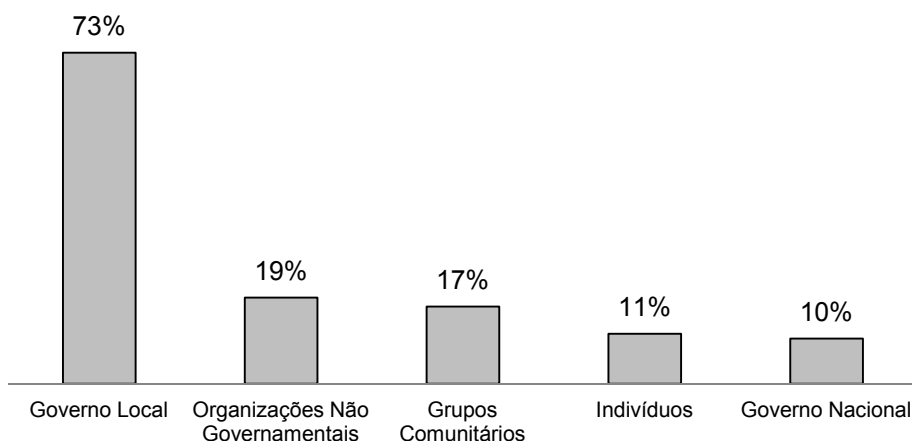


Figura 3.3 – Setores representados nos processos de Agenda 21 Local, a nível mundial¹³

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002a: 15)

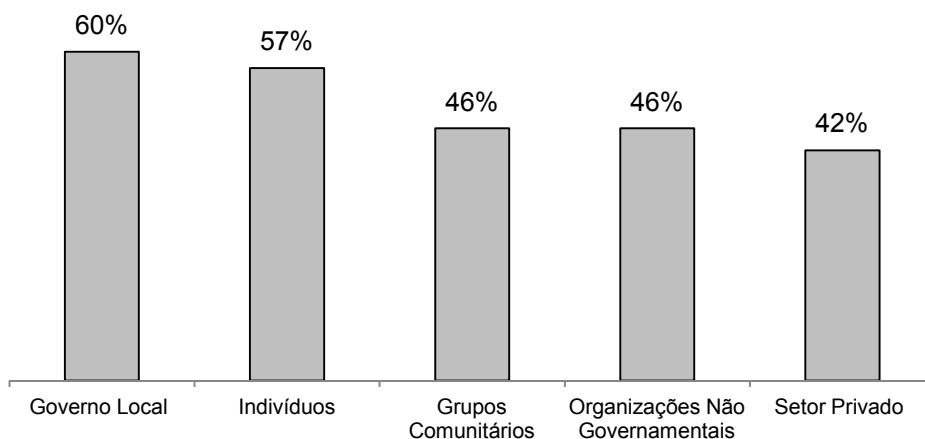


Figura 3.4 – Principais parceiros nos processos de Agenda 21 Local, a nível mundial¹⁴

Fonte: idem, *ibidem*

Apesar da existência de um conjunto diverso de parcerias são, claramente, os governos locais os principais fomentadores na condução de A21L, contribuindo decisivamente com recursos humanos e financeiros essenciais para a implementação dos processos. Sem dúvida que o “desenvolvimento sustentável não se pode fazer sem municípios. Os governos locais estão mais perto de onde se produzem os problemas e dos cidadãos e têm a responsabilidade, conjuntamente com os outros níveis de governação, de zelar pelo bem-estar da humanidade e da conservação da natureza” (Hewitt, 1995: 9).

¹³ No questionário era permitido seleccionar mais do que uma opção.

¹⁴ No questionário era permitido seleccionar mais do que uma opção.

Do total dos municípios com Agendas 21 Locais, 61% desenvolveram Planos Locais de Ação. Este número evidencia que a maioria dos poderes locais traça planos de ação da Agenda 21 Local. Esses Planos contemplam objetivos, metas, estratégias de ação e compromissos específicos. Segundo os resultados do estudo, 46% dos municípios assumiram no seu plano uma ação mais no campo ambiental, enquanto 36% revelam uma abordagem mais vasta, uma abordagem sustentável, integrando as questões ambientais, sociais e económicas nos processos de *Agenda* (figura 3.5). Numa análise mais aprofundada, verifica-se que grande parte do interesse na defesa do ambiente está centrada nos países desenvolvidos, onde 51% dos municípios identificaram como sendo a sua prioridade. No entanto, apenas 17% dos municípios dos países em desenvolvimento estão focalizados sobre necessidades ambientais. Em vez disso, 34% dos governos locais nos países em desenvolvimento afirmaram que o desenvolvimento económico é a principal prioridade no processo de planeamento da sua Agenda 21 Local, enquanto esse número desce para 10% no caso dos países desenvolvidos.

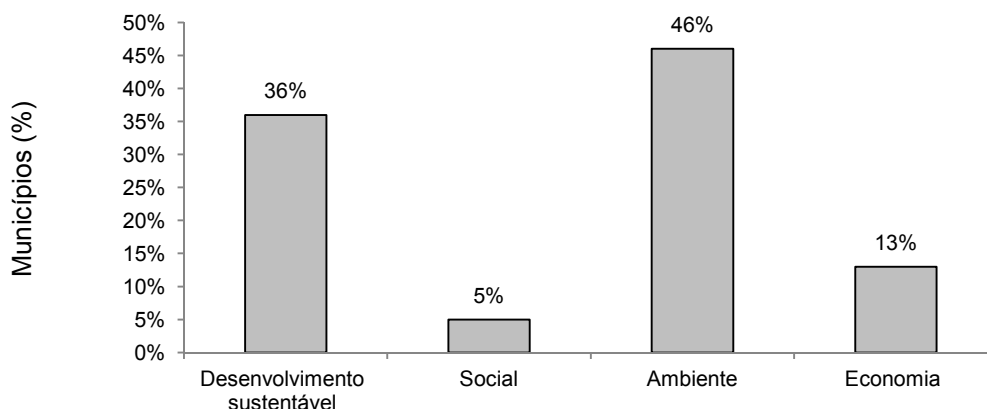


Figura 3.5 – Setores de intervenção prioritários nos processos globais de Agenda 21 Local.

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002a: 16)

Identificaram-se, ainda, cinco questões prioritárias no domínio ambiental que a maioria das Agendas em curso evidenciava como sendo as mais preocupantes para os municípios: “*Gestão dos recursos naturais, qualidade do ar, gestão dos recursos hídricos, gestão da energia e transportes*” (ICLEI 2002a: 17).

A gestão dos recursos hídricos é considerada a questão prioritária comum em todos os municípios e regiões do Mundo, independentemente da situação económica. Ao avaliar a diversidade de Agenda 21 Local, poder-se-ia considerar, numa análise inicial, que não seria fácil identificar uma prioridade comum, devido às diferentes realidades e contextos socioeconómicos em que estes processos se inserem. No entanto, a gestão dos recursos hídricos é o único aspeto que, independentemente das regiões e realidades socioeconómicas, se apresenta como prioridade comum. Esta é a única questão que gera consenso, ultrapassando os 50% dos municípios, em cada grupo económico, que consideram a gestão dos recursos hídricos uma preocupação

fundamental. Problemas da atualidade como a conservação da água, sua disponibilidade e qualidade são preocupações evidenciadas por todos os municípios, no Mundo. Como alerta a UNESCO (2002: 2), os sinais de uma *“iminente crise da água são evidentes com a população mundial a triplicar e a procura por água a aumentar sete vezes”* nestes últimos 100 anos. A água é, mais do que nunca, essencial para cada aspeto da vida, afetando tudo, desde a *“saúde aos direitos humanos, do ambiente à economia até à política”* (idem, *ibidem*). Assim como a água desafia as fronteiras políticas, a crise também está para além do escopo de qualquer país ou setor e não pode ser tratada de forma isolada, sendo prioritário dar resposta aos desafios imediatos que decorrem dos problemas inerentes à sua sobre-exploração e conservação.

Cerca de 59% dos governos locais integraram os processos de Agendas 21 Locais na gestão política local. A maioria das autoridades locais deu a conhecer que está a tomar medidas para promover a integração dos processos de desenvolvimento sustentável na estrutura de governo do seu município.

Ao adotar os processos de A21L, os poderes locais assimilam todo um conjunto de métodos de trabalho, próprios da natureza da *Agenda*, que poderão ser integrados totalmente ou parcialmente na própria política municipal (figura 3.6).

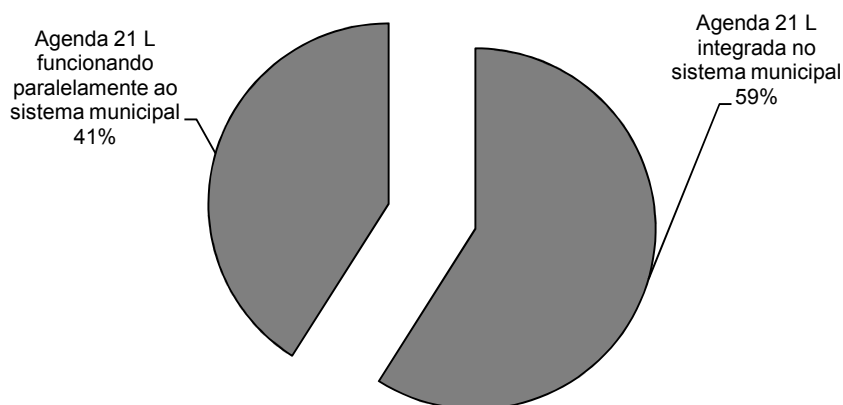


Figura 3.6 – Integração da A21L ou do processo de Desenvolvimento Sustentável nas políticas locais.

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002a: 18)

Desta forma, melhorias substanciais foram identificadas, realçando-se o *“nível de cooperação interdepartamental, elaboração/implantação de planos oficiais e processos de participação pública”* (ICLEI, 2002a: 19). A integração destes processos a nível local, só por si, deve ser considerada um resultado de sucesso para a A21L. No entanto, segundo o ICLEI, e apesar de *“reconhecerem a importância da integração dos processos de Agenda 21 Local na sua estrutura governativa, a mudança real ainda não ocorreu ao longo de todo o sistema municipal”* (ICLEI, 2002a: 18).

Conhecendo-se o número de processos ligados à Agenda 21 Local, no Mundo, os principais responsáveis pelo seu desenvolvimento, os parceiros mais importantes na sua condução, as áreas prioritárias de intervenção e as características gerais dos processos e sua influência no meio local, particularmente, sob a forma do governo local, compete identificar a sua distribuição à escala internacional.

Deste modo, destaca-se a Europa com cerca de 82,5% dos processos a nível mundial a decorrerem neste continente. A região da Ásia e do Pacífico é responsável por 10,5% destes processos em curso, enquanto o continente Africano fica-se por 2,3% e a América Latina por 1,9%. É na América do Norte e na região do Médio Oriente que se registam os números mais baixos de implementação das Agendas, existindo uma fraca expressividade, com apenas 1,6% e 1,2%, respetivamente (figura 3.7).

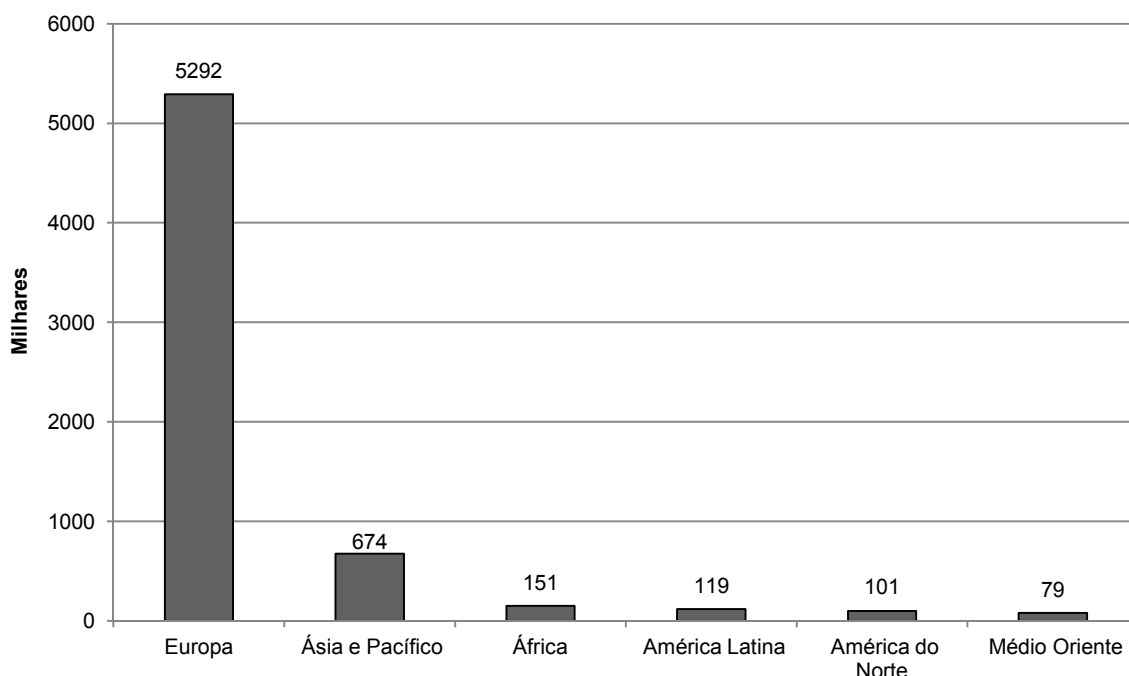


Figura 3.7 – Número de processos de A21L no Mundo

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 6-7)

3.2.1 Processos de A21L a decorrer a nível mundial / regional

a) EUROPA

As Agendas 21 Locais na Europa representam, como já foi referido, a maioria dos processos em todo o Mundo pelas razões já evocadas neste capítulo. Acresce, ainda, referir o número sem paralelo de campanhas nacionais e associações regionais que em muito contribuíram para este registo. Convém não esquecer a importância da “Campanha pelas Cidades Sustentáveis” que motivou “1400 municípios a aderirem ao desenvolvimento sustentável, assinando a Carta de Aalborg” (ICLEI, 2002c: 12). No caso da Suécia, atingiu-se o pleno, com todos os municípios do país a adotarem A21L.

De acordo com os dados mais recentes, que datam do ano 2002, os 5292 processos de A21 Locais eram repartidos por 36 países (Tabela 3.3) e revelam, na sua larga maioria, uma forte preocupação ambiental (Figura 3.8). No entanto, é a abordagem às vertentes sociais, económicas e ambientais como um todo que mais se identifica nos processos em curso.

Albânia	7	Letónia	5
Áustria	64	Lituânia	14
Bélgica	106	Luxemburgo	69
Bósnia Herzegovina	1	Montenegro	2
Bulgária	22	Países Baixos	100
Croácia	20	Noruega	283
Chipre	1	Polónia	70
República Checa	42	<u>Portugal</u>	27
Dinamarca	216	Roménia	12
Estónia	29	Rússia	29
Finlândia	303	Eslováquia	30
França	69	Eslovénia	3
Alemanha	2.042	Espanha	359
Grécia	39	Suécia	289
Hungria	9	Suíça	83
Islândia	37	Ucrânia	9
Irlanda	29	Reino Unido	425
Itália	429	Jugoslávia	18

Tabela 3.3 – A21Locais nos países europeus

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 7)

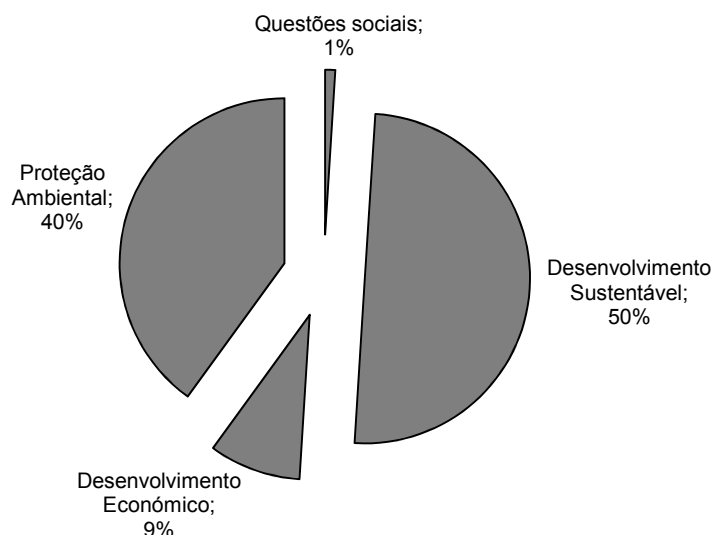


Figura 3.8 – Principais áreas de intervenção das Agendas 21 Locais na Europa

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 12)

Dos países europeus com mais A21L em curso, contam-se a Alemanha, Itália, Reino Unido, Espanha e Finlândia, situando-se Portugal num modesto 25º lugar com apenas 27 Agendas 21Local registadas à data.

Neste vasto “*crescimento continuado em Agendas 21 Locais*” (ICLEI, 2002c: 13), a Europa vive uma fase de significativa participação dos cidadãos em prole do desenvolvimento sustentável, apesar de se identificarem grupos mais excluídos neste processo, como minorias étnicas, sindicatos e grupos de mulheres. Mais de 80% dos parceiros formais envolvidos nos processos europeus são indivíduos, seguidos de perto pela colaboração de ONGs (78%). Com menor representatividade, surge o setor educacional e o setor privado/empresarial com uma participação média ligeiramente superior aos 60%. A implementação destes inúmeros processos revelou melhorias substanciais na área de consciencialização do público, na redução de resíduos, na preservação da biodiversidade, no aumento do nível da cooperação interdepartamental e nos processos de consulta. No entanto, os municípios reclamam por mais apoio financeiro e por um sistema fiscal que favoreça e apoie mais efetivamente as práticas sustentáveis. Aliás, a falta de recursos financeiros surge como principal fator limitador das Agendas 21 Locais, assim como a necessidade de motivar mais o envolvimento das comunidades locais nos referidos processos.

b) ÁSIA E PACÍFICO

De acordo com o mesmo estudo, o ICLEI avança que nesta região se contabilizaram 674 processos de A21L a decorrer em 17 países (Tabela 3.4). No contexto mundial, esta região foi a segunda que evidenciou um maior número de *Agendas*, devido, sobretudo, à presença de campanhas nacionais que em muito contribuíram para o encorajar da adoção destes processos, com destaque para as campanhas na Austrália, Japão e Coreia do Sul (ver ICLEI, 2002c).

Austrália	176	Nepal	4
Bangladesh	2	Nova Zelândia	37
R.P. China	25	Paquistão	1
Índia	14	Filipinas	28
Indonésia	8	Singapura	1
Japão	110	Sri Lanka	24
R. Coreia	172	Tailândia	21
Malásia	9	Vietname	20
Mongólia	22		

Tabela 3.4 - A21L nos países da região Ásia/Pacífico

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 6)

Aliás, países como a Austrália, República da Coreia e Japão são os grandes impulsionadores destes processos nesta região (somando 68% do total das Agendas), denotando-se que as campanhas nacionais desempenharam, sem dúvida, um papel importante para o incremento deste instrumento. Nesta região do globo, as Agendas 21 Locais diferenciam-se das restantes que decorrem noutras partes do Mundo, devido à forte preocupação ambiental (55%) para que estes processos são vocacionados, como testemunham os números da figura 3.9.

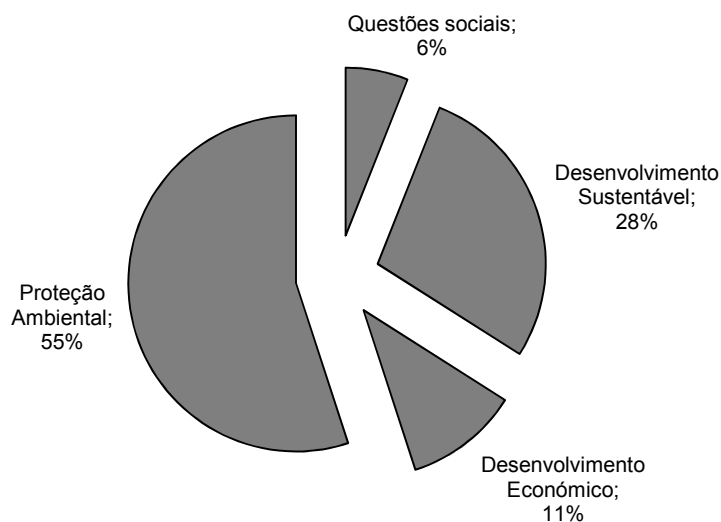


Figura 3.9 – Principais áreas de intervenção das Agendas 21 Locais na região da Ásia e Pacífico

Fonte: idem, 10.

Esta realidade é corroborada pelos poderes locais da região que indicam que as suas prioridades, com a A21L, se inserem na gestão de recursos naturais, qualidade do ar, gestão dos recursos hídricos e gestão da energia. Nesta região do Mundo, os processos contaram, principalmente, com o contributo de indivíduos (acima dos 40%), seguido dos grupos comunitários, ONGs e, por

último, o setor privado/empresarial. Mais uma vez se verifica que as minorias étnicas e sindicatos continuam, tendencialmente, a ser marginalizados nestes processos. A implementação destes processos “*provocaram uma maior elaboração e implementação de planos oficiais, assim como maior cooperação interdepartamental. Além disto, foram relatadas melhorias nas áreas de redução de resíduos, embelezamento das cidades, consciencialização do público e qualidade da água*” (ICLEI, 2002c: 11). Mais uma vez o apoio financeiro, ou melhor, a falta dele resulta num importante obstáculo à concretização das Agendas. Neste âmbito, os municípios apontam a necessidade destes tipos de apoio existirem como forma de acrescentar potencial à edificação das *Agendas*, a nível local. Apesar das dificuldades sentidas, essencialmente ao nível da componente financeira, convém salientar a importância, não só da campanha nacional de divulgação deste instrumento, como foi anteriormente referido, mas também a preponderância do apoio internacional, através do “*Local Agenda 21 Distance Training Program*”, programa da iniciativa do ICLEI que teve como objetivo “*ensinar os decisores políticos das respetivas cidades a preparar planos de desenvolvimento local com base na introdução de grupos de trabalhos e da participação dos cidadãos locais*” (ICLEI, s.d.[d]) que colaborou para que os mentores políticos locais, na região da Ásia Oriental, enfrentassem os desafios da sustentabilidade com a confiança de quem domina a natureza destes processos.

c) ÁFRICA

Desenvolvem-se neste continente, cerca de 151 processos de A21L empreendidos por 28 países (Tabela 3.5).

Argélia	3	Marrocos	5
Benim	1	Moçambique	2
Burundi	2	Namíbia	5
Camarões	1	Nigéria	5
R. D. Congo	2	Ruanda	1
Egito	7	Senegal	3
Gabão	1	África do Sul	20
Gana	3	Sudão	1
Quénia	11	Tanzânia	13
Líbia	2	Togo	2
Madagáscar	5	Tunísia	1
Mali	2	Uganda	5
Maláui	4	Zâmbia	4
Mauritânia	1	Zimbabué	39

Tabela 3.5 – A21Locais nos países africanos

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 6)

Este número algo incipiente justifica-se em grande parte, de acordo com o ICLEI (2002c), pela ausência de campanhas nacionais de apoio aos governos locais (existindo, como única exceção, o caso de África do Sul), associado a elevadas dificuldades financeiras locais. Os países que mais contribuem para o desenvolvimento de A21L são o Zimbabué, África de Sul e Tanzânia, encontrando-se na origem destes processos uma preocupação comum, o desenvolvimento económico. As Agendas 21 Locais, em África, têm como objetivos fundamentais a mitigação da pobreza, o desenvolvimento económico, a melhoria das infraestruturas e condições de saúde, o desenvolvimento comunitário e a gestão dos recursos hídricos.

Não é de admirar que, para fazer face a estes problemas, os municípios tenham apontado o desenvolvimento económico como uma importante preocupação dos africanos. Apesar de o desenvolvimento sustentável ter sido referido por 45% dos municípios com A21L como objetivo central, a relevância do desenvolvimento económico, com 26%, face à proteção ambiental (16%), não disfarça a preponderância da economia em relação às restantes questões (figura 3.10). Aliás, a mitigação da pobreza foi indicada por 90% dos municípios como sendo a prioridade das comunidades locais assim como o desenvolvimento económico, com 80% de referências.

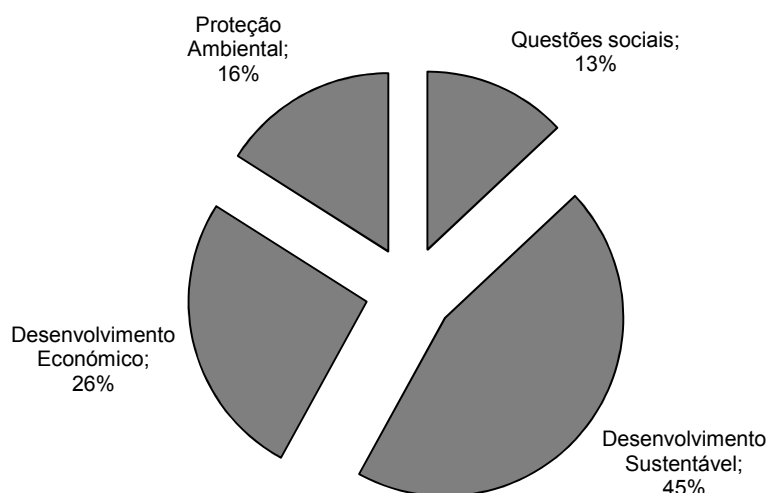


Figura 3.10 - Principais áreas de intervenção das Agendas 21 Locais em África

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 8)

Em relação às parcerias, verifica-se que o setor privado/empresarial tem pouca ou nenhuma expressividade como parceiro formal na Agenda 21 Local, contando a maioria dos poderes locais com os indivíduos e grupos comunitários como principais participantes nestes processos. No entanto, estes processos não são exceção e confundem-se com os restantes a nível mundial, relativamente à participação reduzida das minorias étnicas, na ordem de apenas 3%. Já o grupo dos jovens e das mulheres intervieram em menos de metade dos processos, segundo informações dos municípios.

Os governos locais realçam a importância destes processos, fundamentalmente pelas melhorias sentidas nas áreas de abastecimento de água e sua qualidade. As Agendas 21 Locais, em África, resistem às inúmeras dificuldades de afirmar um processo desta natureza. De acordo com dados do ICLEI, para além da falta de apoio dos governos nacionais a nível de programas e políticas de apoio, estas ainda se debatem com a falta de “*ligações suficientes com organizações e processos internacionais*” (ICLEI, 2002c: 9). Neste âmbito, releva-se a importância de dois projetos de sustentabilidade ligados à A21L que contribuíram para o atenuar das dificuldades na implementação deste tipo de instrumento no continente africano. Com a ajuda do ICLEI e inserido no projeto “*Local Agenda 21 – Model Communities Programme (LA 21 MCP)*”, cidades como a cidade do Cabo, Joanesburgo e Durban na África do Sul, o distrito de Jinja no Uganda, a província de Manaus na Papua-Nova Guiné e a cidade de Mwanza na Tanzânia, na África Oriental contaram com apoio logístico na implementação dos seus processos. O “*African Sustainable Cities Network (ASCN)*” constitui-se, igualmente, como um importante projeto, através da “*prestação de formação e assistência técnica direta*” (...) *capacitando os governos locais para instituir um planeamento ambiental* “ (ICLEI, s.d.[c]). A cooperação internacional no apoio aos processos de A21L revela-se de extrema importância face a um retrato de um poder local que vive com sérias dificuldades na promoção das suas A21L, face à ausência de recursos, de várias ordens, que comprometem a sua exequibilidade.

d) AMÉRICA LATINA

Na região da América Latina, foram implementadas Agendas 21 Local em 17 países, tantas como na região da Ásia e Pacífico, mas, comparativamente, o número de processos foi significativamente menor, com cerca de 119 processos (Tabela 3.6).

Argentina	1	Guiana	1
Bolívia	1	Honduras	6
Brasil	36	Jamaica	5
Chile	15	México	2
Colômbia	6	Nicarágua	5
Costa Rica	4	Peru	17
Cuba	2	Trinidad e Tobago	1
Rep. Dominicana	1	Venezuela	3
Equador	13		

Tabela 3.6 – A21Locais nos países da América Latina

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 7)

As razões apontadas para estes números refletem uma certa semelhança com a realidade das *Agendas* em África. Neste particular, também grande parte da atividade relacionada com os processos ocorreu independente do estabelecimento de uma campanha nacional nos vários países pertencentes a esta região. Apenas o Equador e o Peru contaram com este tipo de apoio. Dos países com mais *Agendas* em curso destacam-se o Brasil, o Peru, o Chile e o Equador.

Refira-se alguma estranheza pelo número reduzido de A21L no Brasil, quando foi este país que serviu de “berço” ao nascimento deste importante instrumento de desenvolvimento sustentável. Nesta região do Mundo, verifica-se uma menor convergência sobre o foco da abordagem das A21L sendo certo, no entanto, que o desenvolvimento sustentável prevalece como principal vertente orientadora dos objetivos das A21L, no global. Contudo, o desenvolvimento económico e a proteção ambiental afiguram-se como forte preocupação para muitos dos processos locais (figura 3.11).

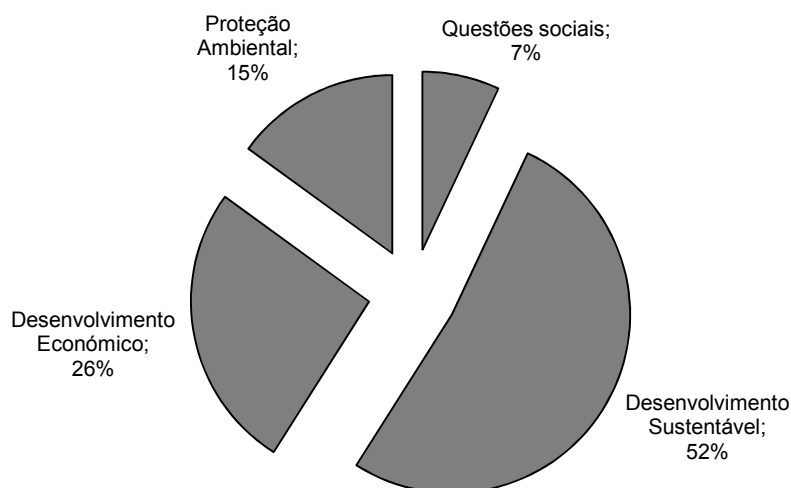


Figura 3.11 - Principais áreas de intervenção das Agendas 21 Locais na América Latina

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 14)

Na América Latina, os poderes locais abrangidos pelos processos de A21L indicaram como prioridade máxima, cerca de 85%, o desenvolvimento comunitário, seguido do turismo, desenvolvimento económico, mitigação da pobreza e gestão dos recursos hídricos. Destas prioridades referidas destaca-se a preocupação com o desenvolvimento do turismo e suas potencialidades, situação que não deixa de ser algo peculiar, visto ser uma prioridade das A21L apenas registada, globalmente, nesta região. Na análise aos processos desenvolvidos nesta parte do Mundo, observa-se um dos maiores índices de participação das partes interessadas, com mais de 80% dos municípios a indicarem o forte envolvimento dos cidadãos, de ONGs, de grupos comunitários e do setor privado/empresarial.

Os resultados de maior sucesso são consequência da aplicação das Agendas 21L, evidenciando-se nas “áreas de abastecimento e qualidade da água, consciencialização pública, preservação da

cultura e do património” (ICLEI, 2002c: 15). No entanto, existem certos pontos comuns que unem estas *Agendas* às implementadas noutras regiões do planeta e que diretamente dizem respeito aos obstáculos encontrados, tendo sido apresentadas dificuldades, indicadas pelos municípios, que vão desde o apoio financeiro insuficiente, passando pela falta de programas ao nível nacional e de campanhas de informação consideradas insuficientes e culminando nos fracos vínculos com instituições internacionais. É de referir que o caso da região da América Latina apresenta semelhanças com o que se verifica no continente africano com a falta de apoio logístico a ser, igualmente, um entrave às *Agendas*. Também, neste ponto, e apesar dos fracos vínculos a instituições internacionais, como já foi referido, existem iniciativas que tentam debelar as dificuldades encontradas, com a presença do ICEI através da iniciativa “*REDAL21*” a constituir-se como um dos projetos de maior interesse na ajuda institucional à A21L na região da América Latina e Caribe, com o apoio direto da cooperação técnica alemã na desenvoltura dos processos (ver ICLEI, s.d.[e]).

e) AMÉRICA DO NORTE

Os Estados Unidos da América e o Canadá são os responsáveis pelo desenvolvimento de 101 processos de A21L, na América do Norte (Tabela 3.7).

Canadá	14	EUA	87
--------	----	-----	----

Tabela 3.7- A21Locais nos países da América do Norte

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 6)

Esta região apresenta duas características intrínsecas que individualizam os processos de A21L. A primeira, e curiosamente, é de não serem designados por processos de “Agenda 21 Local”, mas por “Planeamento Comunitário Sustentável ou Tolerável”. A segunda prende-se com a elevada autonomia dos poderes locais na implementação destes processos, independentemente da existência de programas regionais ou nacionais de maior escala. Se se acrescentar a falta de apoio financeiro e de uma estratégia nacional de apoio aos poderes locais às razões anteriormente evocadas, compreende-se o ténue número de A21L nesta região do Mundo.

Neste âmbito, destaca-se a importância de muitas organizações regionais que ajudam no desenvolvimento dos trabalhos. Relativamente ao tipo de abordagem que deve estar na base dos processos das A21L, verifica-se que o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental são as grandes prioridades. Transparece que para os municípios norte americanos promoverem o desenvolvimento sustentável é necessário, acima de tudo, uma maior aposta na defesa do ambiente de forma mais intransigente do que a verificada na prática. Neste sentido, se conjuga a estreita proximidade da proteção do ambiente (37%) com o desenvolvimento sustentável (39%) (figura 3.12). Com 24% de respostas dadas pelos municípios surge o desenvolvimento económico

e relativamente às questões sociais não se regista qualquer referência, parecendo esquecidas pelos governos locais.

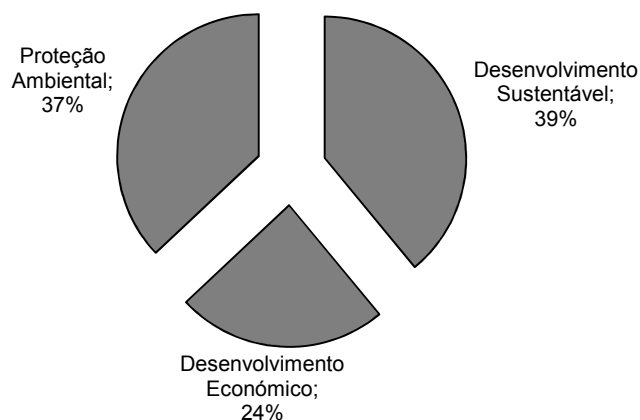


Figura 3.12 – Principais áreas de intervenção das Agendas 21 Locais na América do Norte

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c:16)

Identificados os vetores da atuação das *Agendas*, destacam-se como preocupações mais proeminentes, para os poderes locais, o uso da terra e dos transportes “*As questões relativas ao crescimento constituem as maiores prioridades, com o uso da terra como principal prioridade para mais de 90% e transportes para mais de 80%*” (ICLEI, 2002c:16).

No que concerne aos parceiros envolvidos nos processos, mais uma vez se verifica a especificidade nesta região do desenvolvimento das *Agendas*. Ao contrário do que se verifica na globalidade, são os grupos comunitários e o próprio setor privado/empresarial que prevalece sobre os indivíduos e as ONGs. Neste contexto, destaca-se que a presença e envolvimento de forças de caráter privado é muito mais notória nesta região do que através da participação pública dos cidadãos e de organizações. Tal facto, tem também como causa mais provável o maior contributo do setor privado no extrapolar destes processos, visto não existir qualquer apoio dos governos centrais.

Na globalidade, estes processos estão a conseguir bons resultados, principalmente, no domínio da diminuição de resíduos, qualidade do ar, consciencialização do público para as questões de sustentabilidade. As dificuldades encontradas já foram mencionadas anteriormente, sendo que as autarquias apelam aos governos nacionais que contribuam com recursos financeiros para a sustentabilidade local como, também, “*revejam suas estruturas fiscais e eliminem subsídios concedidos a produtos e políticas de insustentabilidade*” (ICLEI,2002c: 17). Todavia, nos Estados Unidos da América, “*após a eleição da administração de George W. Bush, o desenvolvimento sustentável tem diminuído de importância, não existindo um trabalho significativo em uniformizar os vários estados com avanços em políticas de sustentabilidade*” (Martinuzzi, 2004: 427).

f) MÉDIO ORIENTE

De acordo com o último estudo empreendido pelo ICLEI, existem poucos dados sobre os processos de A21L, devido à falta ou reduzida informação fornecida, quer pelos governos locais, quer pelas organizações intervenientes nesses processos. Convém referir que muitas comunidades locais se deparam com problemas de instabilidade social e política que dificultam a implementação de Agendas e o desenvolvimento dos trabalhos que esta implica. Todavia, calcula-se que decorram 79 processos em 13 países, sendo que estes números parecem não revelar a plenitude dos processos em andamento (Tabela 3.8). Neste contexto, verifica-se que cerca de 63% dos processos se desenvolvem na Turquia (figura 3.13), onde a “campanha nacional, apoiada pela Capacity 21 (parte do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas) obteve enorme êxito” (ICLEI, 2002c: 17). Todavia, existem muitas organizações locais, regionais e internacionais que procuram ajudar esta região para que, a curto prazo, se desenvolvam mais processos de A21L rumo a uma governação mais sustentável. No entanto, não se pode deixar de destacar que as Agendas 21Locais que decorrem no Médio Oriente são, na sua grande maioria, desenvolvidas num só país, a Turquia.

Tabela 3.8 – A21Locais nos países do Médio Oriente

Bahrein	1	Qatar	1
Irão	2	Arábia Saudita	4
Israel	3	Síria	2
Jordânia	4	Turquia	50
Kuwait	1	Emirados Árabes Unidos	2
Líbano	5	Iémen	2
Omã	1		

Tabela 3.8 – A21Locais nos países do Médio Oriente

Fonte: Adaptado de ICLEI (2002c: 7)

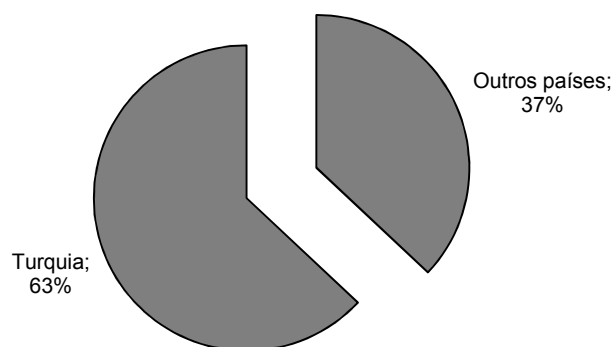


Figura 3.13 – Países da região do Médio Oriente com A21L em curso

Fonte: idem, 18.

Concluindo, o continente europeu lidera o número de processos de A21L com mais de 2/3 de processos de A21L a decorrer na Europa. Verifica-se, também, que as Agendas que se desenvolvem nesta região juntamente com a região da América Latina são caracterizadas por um forte envolvimento dos cidadãos face às restantes regiões. Já no caso da região da América do Norte, a maioria dos processos são liderados por grandes grupos do setor privado com a presença (e influência) do poder empresarial sobre os destinos dos processos. Tal situação advém da particularidade de se verificar, nesta região, uma maior autonomia dos municípios face ao poder central. No que concerne às orientações dos processos e sabendo-se que todos apelam ao desenvolvimento sustentável, verifica-se, contudo, claras tendências que recaem sobre determinado vetor de desenvolvimento, dependendo da região. Neste contexto, verifica-se que no continente africano existe a preocupação de carácter mais social, sendo a mitigação da pobreza o problema prioritário que conduz às A21L, associado a problemas de falta de rede de saneamento básico e de infraestruturas de água canalizada. Situação algo semelhante acontece na América Latina com os processos a incidirem sobretudo sobre o desenvolvimento do turismo como forma de colmatar os problemas mais primários da população. Estas duas regiões, América Latina e o continente Africano, apresentam características algo semelhantes, com destaque para a falta de *Know-How* para lidar com este tipo de processos, razão pela qual se verifica a presença de importantes programas / projetos internacionais de cooperação com os poderes locais. No continente asiático, verifica-se um maior enfoque nos problemas ambientais, sendo prioritária a gestão dos recursos naturais e a qualidade do ar que prevalecem como principais problemas que as A21L devem diligenciar. Neste enquadramento, e a par das peculiaridades encontradas nos processos a nível mundial, observa-se um conjunto de dificuldades comuns à implementação destes instrumentos, com principal destaque para a falta de recursos financeiros e, de forma geral, a falta ou reduzido apoio governamental aos processos de natureza local.

3.3. A experiência europeia e os fatores condicionantes da Agenda 21local

3.3.1 Políticas e práticas decorrentes da evolução dos processos de A21L na Europa.

Da análise elaborada no ponto anterior, releva-se a importância de particularizar o estudo das *Agendas* ao nível do continente europeu, por razões de vária ordem. Primeiro, pela relevância de um espaço que se demarcou pelo número de A21L implementadas, ao nível mundial. Segundo, pelo facto de, ao analisarmos o espaço europeu, começarmos a enquadrar e a compreender o caso português no contexto internacional.

Neste sentido, será analisada neste capítulo a evolução e os comportamentos que os mais variados países europeus demonstraram em matéria de processos de *“Agenda”*. Importa analisar diferenças e semelhanças que ocorreram no tratamento destes processos de sustentabilidade, em cada país, e a partir deste identificar e agrupar esses mesmos países de acordo com as similitudes que apresentam, face aos procedimentos sociais, políticos e ambientais que decorreram como resposta à implementação destes processos. É certo que existiram várias realidades face à forma como a Agenda 21 Local foi encarada e recebida por cada país. Neste âmbito, é possível integrar o caso português numa dessas realidades e, comparando-o com outros casos, avaliarmos se a abordagem dada foi a mais ajustada e positiva ou, pelo contrário, se procedemos de forma incongruente face à situação verificada na maioria dos países europeus.

A adoção da A21L no continente europeu induziu a novas matrizes de carácter sustentável. Como referem Fidélis e Pires (2009: 497), o velho conceito de governar estava *“gasto”*, sendo necessário a *“reemergência do conceito” de desenvolvimento sustentável (...)* e conseqüente desabrochar para um *“modelo bem mais amplo de governação”* Essa *“alteração linguística”*, como designam as autoras, *“era necessária para responder às mudanças nas práticas políticas, juntamente com a vivência de um mundo em mudança, com a crescente globalização, com o estreitar da cooperação entre Estado e a sociedade civil”*.

Neste âmbito, os *“ventos de mudança”* que se operaram, desde 1992, tiveram um terreno fértil na Europa com o crescente número de processos de A21L. Na abordagem à temática, foram publicados estudos e relatórios que incidiram, maioritariamente, numa investigação mais de carácter nacional e/ou regional, não se aferindo, na literatura, tratamentos mais abrangentes (com algumas exceções, obviamente) que englobem reflexões comparativas ao nível do continente. Como subscreve Evans e Theobald (2003: 784), *“o foco na literatura política tem sido amplamente sobre a forma de “fazer” a Agenda 21 existindo relativamente pouco tempo consagrado à reflexão sobre os processos de Agenda 21 na Europa, (...) que são realizados “a uma escala de nível nacional, regional”*. Neste contexto, vai incidir-se, seguidamente, sobre os principais projetos que se centraram nos processos das *Agendas* no espaço europeu.

- O projeto LASALA (Local Authorities' Self Assessment of Local Agenda) é extremamente relevante, pois configura-se como um dos projetos que melhor retrata as Agendas 21 Local, permitindo complementar e colmatar dificuldades de obtenção de informação sobre processos de A21L na Europa. Como refere Evans e Theobald (2003: 784), a par do “*ICLEI que realizou uma pesquisa mundial sobre as iniciativas de A21L (1998, 2002)*” (...) (resultados estes que alimentaram a Cimeira de Joanesburgo), a Europa apenas contou “*com mais um estudo alargado realizado pelo Comité do Meio Ambiente - Eurocities (ver Vallittu e Lehtimäki, 2001), que foi baseado num questionário enviado, por e-mail, para 60 cidades*” europeias. O projeto de pesquisa LASALA avaliou a experiência europeia com a A21L, examinando os progressos realizados no processo de formulação e execução de políticas. O objetivo principal do projeto era encontrar casos de boas práticas de A21L disseminadas pela Europa.

- O projeto SUFA (Success Factors) *for Local Agenda 21 in the Baltic Sea Region* constituiu-se como um projeto comum, desenvolvido pelo UCB (Union of the Baltic Cities), o ICLEI e pela Academia Universitária Åbo. A publicação desta obra definiu-se como muito importante, devido, segundo Grönholm, Joas and Nordström (2001: 17), à possibilidade de “*usar o modelo (...) que foi originalmente construído e utilizado pela LASALA, e introduzir-lhe alterações de forma a ajustar e melhorar*” a eficácia de recolha de dados sobre as A21L. Ao contrário do projeto LASALA, de análise global, este particularizou a sua análise ao estudo a 6 casos nórdicos de A21L e a 18 processos de A21L na região do Báltico. Os casos selecionados foram a base de trabalho do grupo de pesquisa que analisou os fatores de sucesso das A21L. Ao fazerem este tipo de análise, centraram-se nas atividades que revitalizaram e estiveram na origem do sucesso das *Agendas*.

- Um dos projetos pan-europeus que mais se notabilizou no estudo das atividades e progressos das A21L foi coordenado pela Universidade de Oslo e pela Universidade de Umea, na Suécia. Este trabalho reuniu investigações individuais a oito países europeus e forneceu relevantes conclusões sobre as experiências das A21L na Europa (Lafferty e Eckerberg, 1998). Pela sua importância, este estudo viria a ser alargado a 12 países no âmbito das Comunidades Sustentáveis na Europa [Sustainable Communities in Europe (SUSCOM)], projeto financiado pela Comissão Europeia (Lafferty, 2001a). Como refere Lafferty (2001a: 13) “*o projeto SUSCOM não foi designado (criado) para conduzir, de início, pesquisas empíricas através da participação dos 12 países participantes mas o facto de surgirem tanto factos novos e relevantes provenientes deste projeto foi o testemunho da importância desta investigação bem como da ação concertada do respetivo modelo de financiamento*”.

A divulgação destes resultados por Lafferty (2001a), na obra intitulada *Sustainable Communities in Europe*, foi considerada, de acordo com Margot Wallstrom¹⁵, “*como um complemento bem-vindo sobre as ações europeias assim como pelos muitos contributos dados, a nível nacional,*” (...) de

¹⁵ Diretora Geral da Comissão Europeia do Ambiente, entre 1999-2004.

informações preciosas a “serem utilizadas no *World Summit on Sustainable Development in Johannesburg, em 2002*” (Lafferty e Eckerberg, 1998: prefácio X).

A par destes estudos regionais, surge uma diversidade de outras obras que incidem sobre estudos específicos de A21L por país. São exemplos, os estudos regulares no Reino Unido que se debruçam sobre os progressos das A21L (LGMB, 1995, 1996, 1997); outros estendem a sua análise central às experiências que envolvem um ou mais municípios a nível nacional. Alguns exemplos são os trabalhos concluídos na Áustria (Astleithner e Hamedinger, 2003), Escócia (Jackson e Roberts, 1997), Reino Unido (Ward, 1996 e Sharp, 2002), Irlanda (Kelly e Moles, 2000), Polónia (Grochowalska, 1998), Suécia (Adolfsson, 2000, 2002; ARE, 2005), Suíça (Corbière-Nicollier *et al.*, 2003), Roménia (Sofroniciu, 2005), Itália (Sancassiani, 2002, 2004), França, (Larrue *et al.*, 2001), Espanha (Etxebarria *et al.*, 2004; Coenen, 2001b), entre outros. De entre estes estudos, realçam-se os últimos dois que incidem a sua análise em países que, assim como Portugal, pertencem ao grupo dos que mais tardiamente iniciaram processos de A21L. No caso italiano, e segundo Sancassiani (2002), o principal obstáculo à promoção da A21L é o insuficiente financiamento seguido da inadaptação e falta de competências dos responsáveis locais para lidar com este instrumento, a reduzida motivação e colaboração entre os responsáveis locais, a dificuldade em envolver a comunidade local nos trabalhos, a fraca divulgação das ações (tanto dentro como fora dos municípios) e o insuficiente apoio político do poder central. No caso espanhol, para Etxebarria *et al.* (2004), um dos principais fatores impeditivos à implementação das A21L foi, sem dúvida, a falta de cooperação entre as diferentes regiões, estando este problema relacionado com a falta de liderança de governo central do país, que contribuiu para que não existisse um coordenador de políticas ambientais de carácter regional. Tal facto levou praticamente à inexistência de programas comuns, tanto ao nível local, como municipal, intermunicipal e supramunicipal, verificando-se a incapacidade de muitas regiões não terem conseguido criar uma rede de cidades sustentáveis capazes de promover a partilha de informação e de recursos. A par destas dificuldades, acrescentam-se ainda razões económicas face a orçamentos alocados, a diferentes níveis (governos autónomos, governos de província e governos municipais) que, ao serem bastante modestos, condicionaram o desenvolvimento dos processos. Apesar de, posteriormente, se proceder a uma análise, por grupo de países, aos processos de A21 europeus o que se retém, desde já, é a grande similitude destes dois exemplos com o caso português, observando-se óbvias analogias que marcaram a implementação de A21L nestas diferentes áreas geográficas.

O passo seguinte, retratar o desenvolvimento dos processos de Agendas em países europeus é precedido, no imediato, pela perceção que, decorrente da análise ao conjunto de estudos, cada caso se reveste de um carácter singular. Para tal peculiaridade, muito contribuem diversos fatores como a diversidade de lugares e populações, visto que nunca existem duas comunidades iguais. Estas variam no seu tamanho, forma, topografia, dados demográficos e nos requisitos que caracterizam cada comunidade a nível social, económico, ambiental, político e cultural. Assim

sendo, as próprias A21L foram ajustadas e adaptadas a cada situação, resultando numa heterogeneidade encontrada nos casos analisados.

No entanto, será feito um esforço inicial para se obter o que de comum marca estes processos apontando-se as similitudes que os processos demonstram na sua essência e que corroboram para uma melhor percepção para o modo como estes “fluíram” neste continente.

As informações seguintes tiveram como base de análise o projeto LASALA que utilizou no seu modelo de estudo as características emanadas do ICLEI e os compromissos de Carta de Aalborg, visto que os consideram, não só complementares, mas também as que melhor caracterizam o entendimento comum sobre o processo de uma A21L. Os resultados apurados (agrupados por itens) foram os seguintes:

a) “Integração do conceito de sustentabilidade”

Verificou-se no terreno que, em geral, os cidadãos europeus percebem a natureza da sustentabilidade, existindo uma clara compreensão, ao nível conceitual, da relação entre os três componentes da sustentabilidade, aliada a uma consciência *aguda* dos problemas e conflitos que a persecução prática, deste modelo, encerra em si mesmo. No que diz respeito às autoridades locais, estas procuraram entender a importância da integração das questões sociais, económicas e ambientais no processo de desenvolvimento sustentável. Esta compreensão e consciência não se limitam aos países que tiveram um maior envolvimento com Agendas 21 Locais, mas igualmente, a todos os entrevistados que fazem parte da União Europeia.

b) “Integração das componentes sociais, económica e ambiental nas questões de sustentabilidade

No entanto, e de acordo com o supramencionado, se é verdade que a maioria dos cidadãos europeus reconhece a existência de uma tensão inevitável entre os três grandes vetores de desenvolvimento, não é menos verdade que estes encaram com preocupação as pressões económicas que, segundo os mesmos, são suscetíveis de se intrometer e comprometer os objetivos ambientais. Acresce que, apesar de os europeus defenderem a equidade entre os vários vetores de desenvolvimento, quando confrontados com a aplicação prática dos mesmos tal realidade já não surge tão definida. Dando um exemplo referente à equidade social, os europeus, quando confrontados com a dimensão social do desenvolvimento sustentável, interpretam-na à luz do bem-estar social tradicional, ignorando as noções de justiça ambiental. Outra situação que se apurou reflete a desconfiança dos cidadãos face ao poder político local. Existe uma percepção generalizada de que, em muitas localidades, o governo local é um obstáculo à participação cívica, pois estes simplesmente limitam a influência ou o poder dos cidadãos na tomada de decisões.

c) “A incorporação, na prática, dos princípios do desenvolvimento sustentável”

Na prática, o receio de emergirem potenciais conflitos aquando da aplicação das medidas de sustentabilidade contribuiu para que, na maioria dos casos, continuasse a prevalecer o fator económico como fator de “desempate” na tomada de decisões.

Fazendo uma primeira leitura à sustentabilidade na Europa, verifica-se uma situação de estágio inicial, isto é, um nível baixo de integração dos princípios de sustentabilidade na formulação e implementação das políticas. É certo que existiram muitas iniciativas, mas muitas destas foram classificadas exclusivamente como “ambientais”, como as verificadas no combate às diversas fontes de poluição. Contudo, já no que respeita à incorporação dos princípios de sustentabilidade nos planos legais relativos ao uso da terra e planeamento urbano, as dificuldades foram maiores. Regista-se que 55% dos municípios europeus têm *Plano de Ação Ambiental*, onde se apoiam para trabalhar a aplicação do programa da Agenda 21 Local, sendo o período médio de aplicação do mesmo igual ou inferior a oito anos. Convém referir que a duração de um processo de A21L não fica condicionada a fatores de ordem financeira, sendo um fator que foi tendenciosamente desvalorizado pelo poder político local que raramente refere os aspetos económicos como limitadores para a execução deste instrumento.

d) “Integração dos interesses”

Constata-se que os vários poderes locais reconhecem a importância da participação dos cidadãos, afirmando que mais do que desejável esta é vital. Como tal, existe um esforço claro para assegurar um elevado nível de representatividade popular como forma de elevar a democratização dos processos. Neste campo, o diálogo e a participação dos cidadãos remete-nos para as várias formas de organização cívica, desde simples consultas e participação individuais até à formação de grupos e organizações (*stakeholders*). Neste contexto, emergiram agentes ativos que se combinaram e formaram grupos distintos de participação e que se podem agrupar da seguinte maneira: os que participam como cidadãos a nível individual; os “*grupos de pressão*” ou representantes de empresas e as organizações locais. É neste enquadramento, com a interação dos vários grupos de intervenção, que ressaltam alguns resultados preocupantes para a *saúde das Agendas* na Europa, salientando-se os seguintes:

- Os processos de participação podem servir como forma de se adiarem tomadas de decisões, sobretudo em assuntos de maior sensibilidade social e de caráter mais controverso.
- Regista-se, de forma inquietante, que a larga maioria dos cidadãos não se envolve ativamente nos processos de decisão das A21L. Tal situação abre portas para que os poderes instituídos a nível local saiam beneficiados, pois todas as partes interessadas querem desenvolver as suas próprias *Agendas* de acordo com as suas

prioridades, e estas não são exceção. É óbvio que a fraca problematização dos assuntos, na sequência da ausência ou menor participação do cidadão, favorece o “modus operandi” dos grandes grupos, no que concerne ao desenvolvimento sustentável. No que respeita aos interesses organizados, verificou-se um expressivo envolvimento, apreciado da seguinte forma: No caso de, a nível local, existir uma grande empresa ou empregador (na maioria das vezes principal motor da economia local), o seu peso na tomada de decisões refletia o seu poder, sendo a sua participação sobrevalorizada. Contudo, também aqui, se registou uma participação muito limitada na tomada de decisão, visto que, no sentido lato, a maioria das empresas locais se caracterizou pela sua fraca envolvimento.

- No que concerne às autoridades locais, verificou-se um fenómeno traduzido por *asfixia participativa*. Numa avaliação ao comportamento destas entidades, no continente europeu, constatou-se que as autoridades locais marcaram mais presença do que qualquer outro grupo de interesse, monopolizando os processos e consequentemente desempenhando um papel central e dominante nas tomadas de decisão. Tal significa que o contexto europeu das Agendas foi dominado pelo fraco nível de “*integração de interesses*”. No entanto, é de salientar a afirmação de certos grupos no processo de diálogo, principalmente, as organizações de carácter ambiental, o que evidencia a abertura, se bem que muito paulatinamente, do poder político a agentes externos.

e) “Aspetos inerentes à evolução das A21L”

Com o decorrer do tempo, as realidades que marcaram os primeiros momentos da integração das A21L no espaço europeu foram-se modificando, alterando o panorama inicial. Segundo Garcia-Sanchez e Prado-Lorenzo (2007), um dos primeiros aspetos em que se verificou mudança residiu na questão financeira. Se, num primeiro momento, os recursos financeiros não eram objeto de preocupação, com a necessidade de fasear o desenvolvimento dos processos esta questão começou a ser um obstáculo aos mesmos, como referem os autores supracitados, “*A fim de realizar as diferentes fases da Agenda 21 Local, (...) os departamentos municipais têm um orçamento médio anual de 5,4 milhões de euros (...) ou 1,44 % da média orçamental municipal. Os municípios acreditam que esses recursos são muito limitados*” (Garcia-Sanchez e Prado-Lorenzo (2007: 27). Deste modo, a circunstância de ter que suportar financeiramente processos que se prolongam no tempo esbarra, de uma forma geral, com uma perda de investimento municipal, quer por razões de falta de verba orçamental, quer por uma menor aposta das autoridades locais nos processos como forma de diminuir as despesas inerentes aos mesmos.

No que respeita à evolução do nível de participação, verifica-se que se mantém praticamente inalterável o facto de “*no processo de desenvolvimento e implementação da Agenda 21 local (...) a figura assumida do município*” continuar a ser o responsável pela liderança dos processos (idem, *ibidem*). No entanto, registam-se mudanças no que respeita à participação de outras entidades

nestes processos, como organizações e empresas locais que se envolvem mais ativamente, sendo o mais *“notável desta participação as contribuições feitas pelas administrações mais próximas do município, com a cooperação em 42,30% dos casos, através do apoio económico e técnico”* (idem, *ibidem*). O que, realmente, parece não melhorar com o passar do tempo é o registo da participação dos cidadãos, a nível individual, rondando esses valores uma participação média de *“39,20%, nos casos analisados”* (idem, *ibidem*). Neste campo, verifica-se que os poderes locais continuam a privilegiar as reuniões, audições e debates públicos como os meios adotados para integrar a participação dos cidadãos e, da mesma forma, *“a preferir os sites (60,8%), publicações científicas (51,5%), revistas (33,0%) e livros (10,3%) como instrumentos de informação”* (idem, *ibidem*).

Face ao exposto, convém introduzir duas notas. Primeiro, os dados analisados resultam de estudos comparativos às múltiplas iniciativas de desenvolvimento sustentável que evoluíram, no contexto internacional, mas são extraídos de *informações nacionais* que foram realizadas, na sua maioria, como objeto de informação para os trabalhos a desenvolver nas Cimeiras sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Ora, como refere Moralejo, Echebarria Miguel e Legaterra (2007: 108), *“depreende-se que muitos governos identificaram todas as ações que melhoraram a qualidade ambiental o que implica a consecução de desenvolvimento sustentável com a A21L”*. Torna-se óbvio que muitos desses documentos, nos quais se destacam as referências europeias, incidem, sobretudo, nos resultados positivos da implementação das A21L, não refletindo por completo todos os aspetos que marcaram a implementação destes instrumentos e, como já referia, em 1998, Lafferty e Eckerberg, razão que pode motivar análises turvadas sobre a realidade destes processos. Uma segunda questão que se coloca incide sobre o desfazamento temporal que, segundo Moralejo *et al.* (2007), não foi devidamente incorporado como fator diferenciador no estudo dos processos de A21L europeu. De acordo com a sua visão, corroborada por Lafferty (2001a), a resposta às iniciativas internacionais rumo ao desenvolvimento sustentável, mais concretamente ao instrumento da A21L, não obtiveram a mesma recetividade nos países europeus, isto é, observam-se países que responderam prontamente à iniciativa e outros que se atrasaram significativamente. O autor, apesar da sua postura mais de alerta do que crítica, impele-nos para uma certa falta de objetividade e congruência de estudos que, ao apreciarem globalmente estes processos, não levaram em consideração o desvio temporal associado ao arranque fragmentado das A21L no contexto europeu. Neste contexto, distinguem-se *“três grupos de países na Europa”*, de acordo com o período de resposta a A21L (Moralejo *et al.*, 2007: 111) (Quadro 3.1).

1º Grupo	Suécia, Reino Unido e Holanda
2º Grupo	Dinamarca, Noruega e Finlândia
3º Grupo	Alemanha e Áustria

Quadro 3.1 - Países europeus agrupados de acordo com a cronologia de arranque às iniciativas das A21L

Fonte: Adaptado de Moralejo (2007)

Países como a Suécia, o Reino Unido e a Holanda demarcaram-se do resto do continente europeu por terem sido os que responderam de forma mais imediata à chamada da Cimeira do Rio, 1992, implementando programas de Agenda 21L. Com uma resposta mais tardia, mas com um elevado compromisso por parte das suas autoridades locais, seguiram-se a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia aos quais se viria a juntar a Alemanha e a Áustria, países da Europa Central a cuja resposta mais tardia acresce o maior desinteresse da maioria das autoridades locais em seguir processos de A21L (como se irá ver de seguida). Em último lugar, situam-se os países mediterrânicos, como a Itália, a França, a Espanha e Portugal que, juntamente com a Irlanda, registam um atraso considerável relativamente ao “*pelotão da frente*”, tendo dado os primeiros passos no final da década de 90.

3.3.2 Análise, por grupos de países, de acordo com o seu grau de resposta às iniciativas das Agendas 21 Locais

i) Suécia, Reino Unido e Holanda.

Ao iniciar-se esta análise conjunta, focaremos o caso particular da Suécia, “talvez, considerado o país da Europa que liderou a implementação de A21L (...) Demonstrou ter sido o que iniciou mais cedo (os processos de Agenda) de todos os países (...) e com a maior proporção de governos locais com atividades ligadas a A21L” (Eckerberg, 2001: 15). Como reforça Grönholm, Joas e Nordström (2001: 10), neste país pioneiro, “em 1997, todos os seus 288 governos locais tinham iniciado processos de A21L e, (...) um anos depois, “já cerca de 56% destes tinham politicamente aceite os Planos de Ação da Agenda”. Dos vários fatores que contribuíram para esta notoriedade, demarcam-se a relevância de um Governo Central muito ativo e empreendedor que desempenhou um papel decisivo para o célere arranque da A21L, como sublinham Moralejo, Miguel e Legaterra, (2007: 112), “o Governo Central jogou um papel primordial, muito especialmente, através da divulgação de informação aos municípios”. A autora Eckerberg (2001: 15) reforça esta mesma teoria afirmando que “os principais fatores para este sucesso explicam-se (...) pelo elevado suporte dado ao nível nacional sob a forma de campanhas, financiamento e coordenação”. Outro fator relevante reside na elevada autonomia das autoridades locais e no contributo dado pelas ONG para o sucesso local das Agendas. Neste âmbito, na maioria dos casos, são os próprios municípios que são encarregues de implementar as políticas instauradas pelo Governo Central, relacionadas com a proteção do meio ambiente, tendo sido, igualmente, preponderante o papel ativo desempenhado pelas ONGs em relação à difusão das A21 (ver Adolffsson, 2002). Porém, e apesar de tudo se parecer conjugar para a proliferação de Agendas, verifica-se, atualmente, o contrário, com o retrocesso do poder político e dos cidadãos nas campanhas de A21L. Como refere Fidélis e Pires (2009: 502), a “institucionalização da A21L requer muito mais do que simplesmente produzir um plano de A21L ou desenvolve-lo como um projeto a curto prazo” razões pelas quais se verifica um declínio destes processos na Suécia. Tal situação advém da “falta de recursos (...) porque, mesmo depois de uma forte ajuda financeira, verificou-se uma interrupção do apoio do governo central devido ao caráter dos projetos de A21L se basearem em projetos de curto prazo”. Encarar os programas das A21L como projetos de curta duração revelou-se um erro, pois o fim dos programas mostra o culminar do compromisso por partes dos políticos e dos cidadãos com as Agendas.

O Reino Unido juntou-se à Suécia, evidenciando uma dinâmica que para muitos foi surpresa mas para outros nem tanto. Para Church and Young (2001: 108), “Tal não foi surpreendente, (...) pois a A21L surgiu no momento ideal em que muitos concelhos começavam a “preocupar-se com as suas responsabilidades face ao meio ambiente. Tal foi encarado como uma resposta direta às suas necessidades e ao desenvolvimento dos seus trabalhos”. No entanto, como referem os autores, as Agendas foram, de forma geral, enquadradas mais no contexto ambiental, isto é, como

forma para resolver maioritariamente questões de índole ambiental, negligenciando as restantes questões e desvirtuando o processo de sustentabilidade. Apesar de se verificar um início algo conturbado das *Agendas*, acreditou-se no desenvolvimento dos processos de forma mais promissora e rigorosa. Com este propósito “o (então) *Primeiro-ministro Tony Blair, alcançava em 1998 um Acordo com os governos locais para ajudar a desenvolver as suas estratégias de A21L (...) sendo que “Em contrapartida, as autoridades locais comprometiam-se a desenvolver a sua própria A21L para o ano de 2001, destinando o tempo para alcançar os recursos humanos e financeiros para este fim”* (Moralejo *et al.* 2007: 113). De acordo com o que se seguiu, verifica-se que as perspetivas saíam frustradas, devido, não só à falta de articulação financeira entre Governo Central e Local, mas também pelo “*pecado original*” de não existir legislação que obrigasse à implementação da A21L pelos poderes locais. Todavia, regista-se que a maioria dos governos locais desenvolviam A21L, mas, como acrescenta Jonas, While e Gibbs (2004), esses processos não se destacavam pela qualidade das suas estratégias (ver Jonas *et al.* 2004). Pode-se então “*afirmar que o Reino Unido, foi igual a maioria dos governos europeus, demonstrando um notável compromisso nominal em relação à 21L que nem sempre se transformou num compromisso prático*” (Moralejo *et al.*, 2007: 114). Presentemente, a A21L parece estar a ser afastada do plano político por numerosas autoridades locais, motivado, em parte, pela adoção de programas substitutos e pela ausência de uma legislação consistente para o cumprimento das A21L (ver Jonas *et al.* 2004).

Neste contexto, centramo-nos no caso da Holanda, país que reconhecidamente tem uma grande tradição na elaboração de Políticas Ambientais e da consciencialização em torno do Desenvolvimento Sustentável, não sendo negligenciável o facto de este ter sido o “*primeiro país do mundo a introduzir o conceito de Desenvolvimento Sustentável com o objetivo específico de o introduzir no seu Plano Nacional de Ambiente, de 1988*” (Moralejo *et al.*, 2007: 114).

Pode afirmar-se que, relativamente aos processos de A21L, este país se caracterizou por sucessivos arranques e recuos no ritmo da adoção das A21L. Num primeiro momento, viveu-se uma forte aceitação face “*à forma como os municípios holandeses encaram a A21L, como uma questão importante por ser um instrumento inovador, por servir para vários propósitos e encorajar a um maior envolvimento em matéria de políticas ambientais*” (Andringa, 1998: 109). Acrescenta, Coenen (2001a: 153), que “*o terreno fértil da implementação da A21L deveu-se, igualmente, às condições primárias que eram muito promissoras. Os municípios Holandeses encontravam-se na vanguarda das políticas ambientais; o desenvolvimento sustentável tornou-se uma questão essencial; as experiências com a participação em políticas de ambiente tinham já sido ganhas, em tempos anteriores (...) Por exemplo, municípios holandeses já estiveram a trabalhar em mais políticas para a consecução de integração intrasectorial e em esforços para aumentar o nível de envolvimento das comunidades*”. Contudo, o ritmo da implementação das A21L foi marcado, até 1994, por uma certa lentidão e inconstância dos processos “*não evoluindo de acordo com o planificado*” (Moralejo *et al.*, 2007: 114). Contudo, a partir “*do momento em que criou a Comissão*

Nacional da A21L e se estabeleceu um apoio financeiro para que os municípios instaurassem a A21L”, os processos correram de forma mais fluida para, quatro anos volvidos, em 1998, e com a entrada do terceiro *Plano Nacional de Política Ambiental*, se verificar uma inflexão na implementação das A21L, na Holanda, como resultado da redução do financiamento aos municípios.

Deixando de parte este zigzaguear das A21L, reconhece-se que as A21L se constituíram como processos que marcaram a agenda das atividades municipais, tendo o mérito de “*aprofundar a cultura do diálogo e do consenso*” na tomada de decisões políticas (Moralejo *et al.*, 2007: 115). Aliás, o que se destaca desde logo na análise à participação do público neste grupo de países é, regra geral, os elevados números de participação pública. Tomando o caso Inglês, como exemplo, e de acordo com um relatório das autoridades locais sobre a participação pública, verificou-se, na consulta de 2001, que estiveram envolvidos com os governos locais cerca de “*14 milhões de pessoas através de iniciativas de participação e consulta*” (ODPM, 2002: 47). No entanto, tal não significa que os cidadãos sejam plenamente envolvidos nos processos políticos. Aliás, existe uma cultura interiorizada em que se acredita que as “*questões são demasiado complexas para serem comentadas por não-especialistas, (...) tornando-se, até os processos demasiado dispendiosos e demorados (...) não se entendendo efetivamente os benefícios da participação pública*” (EIPP, 2009: 11). Para chegar aos cidadãos são, sobretudo, promovidas pelas autoridades locais estratégias corporativas e projetos departamentais, surgindo, em terceiro lugar, a importância das iniciativas do próprio poder central que funciona como um importante motor de promoção da participação cívica (ver ODPM, 2002). Acresce o reconhecimento que os tradicionais métodos de consulta e participação pública começam a dar sinais de terem atingido o seu “pico” e a “*forma de consulta de documentos, de reuniões públicas e esquemas de reclamação e sugestão estão em declínio sendo necessário incrementar novas formas de aproximação baseado, por exemplo, na interatividade de websites, painéis de cidadãos e grupos específicos de trabalho*” (ODPM, 2002: 47), métodos já implementados no caso deste país e que justificam, em parte, os níveis de participação registados. Contudo, esta situação revela uma outra que tende a ser esquecida e que resulta na pouca confiança e fadiga dos cidadãos nos políticos face “*à falta de coerência entre o que governo diz e que ele faz*” (EIPP, 2009: 11). Neste campo, releva-se para o exemplo da Suécia, onde prevalece um certo grau de confiança entre cidadão comum e poder político que resulta, em grande parte, da postura e da atitude dos políticos perante os seus eleitores. Assim, verifica-se que o papel dos partidos políticos da Suécia passa por receber ideias de cariz popular e formular programas para as promover, dando “*voz*” à população; Recrutar cidadãos comuns e integrá-los em atividades políticas; nomear candidatos para as eleições que, não raras vezes, não tem qualquer tipo de ligação à política e por último, mas não menos importante, a preocupação em realizar e cumprir ideias, programas e promessas eleitorais (ver Synnerholm, 2009), medidas que convergem para o alicerçar os laços que unem cidadão e poder político e que reflete a vontade do cidadão em interagir e envolver-se nos destinos da sua comunidade.

ii) Dinamarca, Noruega e Finlândia

Países nórdicos como a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia tiveram *“um nível de atividade claramente mais reduzido do que a Suécia (...), associado ao “atraso no arranque das A21L, quando comparado com a Suécia”, o que explica a não integração destes países no pelotão da frente (Grönholm et al., 2001: 10-11). No caso da Dinamarca, este país “arrancou com 2 anos de atraso relativamente à Suécia” (Moralejo et al., 2007: 118).*

Acrescentam os mesmos autores, particularmente em relação à Dinamarca, que a sua atividade *“foi também menor, face à Suécia, durante a década de 90 devido, em parte, às tomadas de decisões (apesar de serem descentralizadas) se manterem a um nível regional” (idem, 12). Apesar do arranque mais tardio dos processos, verificou-se, na Dinamarca, uma rápida difusão dos mesmos, com um governo central muito ativo e uma elevada dinâmica dos municípios locais. Neste contexto, o sucesso da implementação das Agendas “contou com ¾ dos 275 municípios e 14 condados com Planos de Ação Local, atividades e projetos ligados a Agenda 21 Local” (Holm e Kamara, 2001: 58). Como afirmam estes autores, a “A21L ficou muito ligada ao reforço do ativismo verde e à criação de redes locais, através do incremento da sensibilização do público para os problemas ambientais locais (...) e na procura de respostas adequadas” (idem, *ibidem*) aos problemas.*

Neste país, a maioria dos processos de A21L, caracterizados por uma metodologia de implementação tipo “top-down”, desenvolveram-se de acordo com o designado *“exterior add-on activities”* que resultaram em muitas *atividades que “auxiliaram o meio local em questões de caráter ambiental, social e económico” (...), mas que teve o “handicap”, segundo Moralejo et al., 2007: 118) de resultar “de ações fora do domínio local” o que desvirtua o princípio de subsidiariedade. Contudo, se tal pode ser considerada uma crítica algo velada às iniciativas de A21L dinamarquesas, Holm e Kamara (2001), já não são tão brandos em relação a outros aspetos associados ao desenvolvimento dos processos. Segundo estes autores, “os programas e atividades, em geral, só apelavam aos cidadãos, ONGs e a instituições públicas para voluntariamente participaram em debates e nas políticas associadas às A21L o que raramente incluía outros membros participativos, como organizações empresariais, sindicatos e empresas privadas, por exemplo” (Holm e Kamara, 2001: 58). Desta forma os autores afirmam de forma contundente que “assumimos as críticas às estratégias das A21L dinamarquesas por limitarem as suas abordagens e restringirem as suas consultas (...) e serem um alvo fácil de orientar, carente de políticas inovadoras de produção sustentável” (idem, *ibidem*). Neste contexto, não é de estranhar que muitos autores, como Moralejo, Miguel e Legaterra (2007: 118), considerem que “o sucesso das A21L (...) não seja mais do que “uma etiqueta que se coloca às ações que já se vinham a realizar na gestão local”, evidenciando a falta de inovação referida pelos autores Holm e Kamara (2001).*

O caso norueguês é um caso considerado *“sui generis”* pela sua controvérsia. Apesar de alguns autores, como Lafferty and Eckerberg (1998) defenderem que este país seguiu o bom exemplo da Suécia, no que se refere ao extensivo apoio dado aos processos de A21 (ver Lafferty and Eckerberg, 1998) e de outros autores, ainda, realçarem o sucesso da implementação das suas A21L, *“durante o ano de 2000, perto de 300 municípios noruegueses divulgaram estarem envolvidos em atividade de A21L: tal representa cerca de 69% de todos os municípios”* (Grönholm *et al.*, 2001: 11), a verdade é que a análise à evolução deste instrumento de sustentabilidade, neste país, revela que o caso da Noruega está longe de se aproximar de outros (como o da Suécia) e, portanto, explica-se a peculiaridade encontrada. Senão vejamos, os números de 2000 revelam 300 municípios com A21L, mas, contudo, de acordo com Aall (2001: 84), no final do ano de 1996 *“apenas um município norueguês (Sogndal) tinha submetido um documento que talvez se qualificasse como um Plano de A21L”*. Torna-se evidente que, após 4 anos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), 1992, o facto de apenas existir um “suposto” município com A21L desacredita aqueles que defendem a proximidade deste país ao grupo de países que fazem parte do *“pelotão da frente”* (em matéria de A21L), face a realidades tão distintas que caracterizam os múltiplos casos. No caso norueguês, existiram dois períodos distintos em termos de aceitação das *Agendas 21 Locais*, o antes e depois de 1997. Como refere Aall (2001: 85), *“várias foram as razões para que o governo norueguês continuasse extremamente passivo para implementar o capítulo 28 após a Cimeira da Terra. O que explica este desinteresse inicial pelas Agendas é resultado da conjugação de várias situações, primeiro por não reconhecerem, de imediato, o valor que o desafio da A21L vinha acrescentar em matéria de sustentabilidade; segundo, o “timing” considerado desajustado em que surgiu a A21L, momento em que a Noruega se encontrava a meio de uma importante reforma nacional intitulada “Environmental Policy in the Municipality (EIM) que se constitui como uma barreira à entrada de qualquer iniciativa do foro internacional, como a da A21L, por exemplo.*

Apesar da Reforma Ambiental (EIM), que decorreu entre 1991 a 1997, se ter adaptado e permitido a introdução e desenvolvimento de A21L, foi o seu termo que marcou a viragem para a A21L, momento *“que pareceu ser a transição entre o período de reforma da EIM para o período da A21Local no que concerne às políticas municipais do ambiente na Noruega”* (Aall, 2001: 88). Tal evidência confirma-se no designado White Paper n.º 58, referente à política ambiental para o desenvolvimento sustentável (ver MoE, 1997) que estabelece como meta principal a implementação da A21L. Face a esta nova conjuntura, verificou-se que *“A partir de 1997, foi avaliado que havia aproximadamente 60 a 70 processos (...) mas esta percentagem, desde então, tem vindo a aumentar”* significativamente (Grönholm *et al.*, 2001: 11). Acresce a disponibilização de fundos públicos, atribuídos pelo Governo Central, que ajudou a ultrapassar a fase estacionária das *Agendas*, como refere Moralejo *et al.*, (2007: 115), *“esses fundos permitiram aos municípios (...) por um lado incrementar a capacidade técnica, em questões ambientais, do pessoal dos municípios e por outro de tentar conseguir a integração da componente ambiental no resto das*

políticas municipais (...) o que, num primeiro momento, relançou a implementação da A21L, visto que os esforços eram dirigidos à renovação institucional mas serviu para que se consolidassem as bases necessárias sobre as quais posteriormente se iriam erigir as A21L”.

O caso das A21L na Noruega reflete um registo a duas velocidades no que respeita à implementação da A21L, o que acentua as diferenças face a outras congéneres.

O caso finlandês podia ser rapidamente definido com o uso de duas palavras, *atraso* e *lentidão*. Atraso, porque, dos países nórdicos, foi o que mais se atrasou no arranque destes instrumentos e lentidão, porque os processos, em geral, foram surgindo muito paulatinamente, inclusivamente com interrupções que promoveram descontinuidades temporais e que comprometeram o avanço das *Agendas*.

Contudo, é de reconhecer uma faceta bem diferente da sua congénere norueguesa, devido à resposta pronta ao apelo saído da Cimeira da Terra. Como referem os autores Grönholm, Marko e Nordström (2001: 11), a prontidão da Finlândia em matéria de sustentabilidade não é surpresa, visto que já no ano de 1987, tinham criado “a *Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável que coordenava, igualmente, atividades ao nível local em colaboração com a Associação Finlandesa de Autoridades Locais e Regionais (AFLRA, sigla em inglês)*. Existindo, então, os “*pré-requisitos*” da sustentabilidade, julgou-se que não seria muito difícil introduzir a A21L como instrumento. Contudo, as iniciativas governamentais revelaram-se insuficientes em matéria de apoio técnico (contou com o Programa de Ação Nacional denominado *Ação Finlandesa para o Desenvolvimento Sustentável*, em 1995, e em 1998, através da constituição da *Comissão da Agenda 21*) e praticamente inexistentes em matéria de apoio financeiro, do poder local. Face a esta frágil e ténue atuação governamental, assistiu-se a iniciativas individuais, isoladas e desorganizadas dos municípios, locais ao pretenderem iniciar os processos. Como consequência, e acrescenta Niemi-Lilahti (2001: 41), o “*timing, as atividades, os dirigentes, os atores principais e os modelos de implementação variaram entre os municípios*”. Nesta lógica, a Finlândia chega ao ano de 1998 com escassos e difusos processos face à deriva dos municípios em matéria de A21L. Acresce que, após o ano 1998, o panorama não se alterou de forma significativa, até porque os principais obstáculos persistiam com “*a grande centralização existente na Finlândia, em relação aos restantes países nórdicos e que determinava que as autoridades locais dispusessem cada vez de menos recursos para impulsionar a A21L* e o “*contínuo desconhecimento que os municípios têm em relação a A21L na Finlândia e que, frequentemente, é identificado como algo abstrato não implicando uma cooperação intersectorial na gestão local nem precisando de uma planificação participada*” (Moralejo et al., 2007: 118). Além do mais, situações existiram que até se conjugaram negativamente nos processos, quer de forma direta, quer indireta, como se destaca “*a crise económica do princípio dos anos noventa*” que problematizou (ainda mais) a questão da escassez de recursos (idem, 118-119). Todavia, e apesar das dificuldades, a Finlândia acabaria por registar um elevado número de *Agendas*, devido ao elevado espírito persistente e prático dos seus

autarcas que introduziram novas formas de cooperação entre setores administrativos, as autoridades locais, as organizações e os cidadãos.

Por último, e que no diz respeito à participação pública, os países escandinavos são reconhecidos mundialmente por possuírem uma elevada consciência ecológica e por terem uma população civil bem instruída e bastante ativa. A proximidade entre o cidadão e o poder político, a facilidade de consulta de informação e de participação são elementos-chave que cooperam para o registo de elevados níveis de participação que se assiste nestes países. Tomando o exemplo da Dinamarca, verifica-se que esta dinâmica advém de um processo de descentralização pública que reposiciona a responsabilidade das tomadas de decisões, *“facilitando a participação democrática, a capacidade de resposta aos desejos dos cidadãos e o reforço da ligação entre estes nos níveis de gestão e tomada de decisão”* (OECD, 2001a: 109). Ao experimentar uma reforma que promove a autonomia do poder local, o cidadão sente um maior apelo a participar na sua comunidade. Acresce, neste conjunto de países, a clara aposta na designada integração de “Tecnologias de Informação e Comunicação” (TIC) com os governos a apostar nos recursos digitais para resolver o “fosso digital”, condição considerada essencial para fomentar o serviço de participação pública. Com a introdução da TIC na administração pública e a disponibilização na sua utilização na sociedade em geral procura-se potencializar *“melhores serviços públicos a baixo custo, aumentar a transparência e responsabilização do governo e promover uma maior participação dos cidadãos nos processos democráticos”* (idem, 50). Neste contexto, a promoção de *websites* dos próprios governos, com o intuito de veicular informação institucional junto do cidadão; a construção de “life events”, (informação online que assegura que cada cidadão possa ter acesso a informação relevante sem precisar de perceber a estrutura da administração pública; a publicação da legislação e regulamentos online (*draft legislation*); a promoção de “chats on-line events”, com a abertura ao debate e confronto de ideias entre os dirigentes políticos e os cidadãos demonstram a vanguarda destes países em matéria de metodologia de apoio ao cidadão comum, suportada por ferramentas que permitem uma interação e celeridade de acesso à participação e consulta pública.

iii) Alemanha e Áustria

A Alemanha e a Áustria pertencem ao grupo de países que se encontram nos “níveis mais baixos de implementação de A21L e ambos se identificam com um início tardio se bem que existem claros sinais do aumento de interesse e das atividades nesta matéria (...) particularmente para a Áustria visto que a Alemanha só iniciou os seus processos no ano de 1998 ” (Lafferty e Coenen, 2001b: 271). Tal não significa que, desde a Cimeira da Terra, 1992, nada tivesse sido feito. Alguns meses depois da Cimeira era constituído, pelo Governo Alemão, o *Conselho Científico do Governo Federal sobre Alterações Globais do Meio Ambiente, encarregado de propor recomendações para que as políticas integrassem o objetivo do desenvolvimento sustentável* (Moralejo et al., 2007: 119). No entanto, existiu um vazio que só seria interrompido 4 anos depois, em 1996, para se

assistir a uma iniciativa denominada *“Passos rumo ao Desenvolvimento Sustentável”*. Foram as conclusões extraídas desta iniciativa que conduziram ao designado documento *“Rascunho para um programa de Política Ambiental”* que estaria na base da criação da *Agência Federal do Meio Ambiente*, responsável pela elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável que, apenas em abril de 2002, viria a ser aprovada (ver *Moralejo et al.*, 2007).

Porém, e como foi anteriormente referido, só se pode falar em processos de A21L na Alemanha, a partir de 1998. Tal situação é documentada e fundamentada, tendo em conta as circunstâncias específicas do próprio país e pela atitude assumida pelo Governo Central.

Indo por partes, e relativamente à especificidade do país, convém lembrar que, na Alemanha, a estrutura federal divide o poder em pelo menos 3 níveis de governação. De acordo com os autores Lafferty e Coenen (2001b: 273), *“as autoridades locais são as mais pequenas e o seu tamanho e autoridade variam consoante a federação em que estão integradas. Significa que o poder local, apesar de historicamente e tradicionalmente gozar de uma enorme autonomia local permanece intimamente ligado aos poderes cedidos pela sua federação”*. Desta forma, as autoridades locais precisam sempre da colaboração e anuência para desenvolver as suas A21L. Não é então de estranhar que entre o Norte e o Sul do país se registasse um tal grau de heterogeneidade na implementação das A21L, resultado das claras diferenças regionais.

Por outro lado, o enorme atraso no início das *Agendas* é referenciado por outros autores como sendo da responsabilidade do Governo Federal que *“confiou no princípio da autonomia local como característica base para o desenvolvimento dos programas da A21L, não dando início (o governo federal) a iniciativas até ao ano de 1998”* (*Moralejo et al.*, 2007: 119). Todavia, a inércia das *Agendas* levou o estado a refletir e a decidir por ações mais ativas nos processos, contribuindo para melhorar o trabalho desenvolvido entre este e as federações. A partir de então, ao longo dos anos, a Alemanha tem registado alterações significativas no número de *Agendas* em curso. Como mencionam os autores Grönholm *et al.* (2001: 12), *“desde 1997 a 1998 verificou-se um triplicar de A21L nos municípios e nas autoridades regionais”* (...), no entanto, os números revelam uma *“percentagem muito pequena quando se compara 350 municípios locais com A21L, em 2001, para cerca de 18.000 governos locais e regionais”* que constituem o total do território alemão.

A Áustria evidencia-se como um caso singular e, até, paradigmático. Como referem Michael Narodoslawsky e Andrea Grabher (2001), o caso austríaco *“é um caso raro de um país em que muitos fatores, considerados, verdadeiramente importantes para o sucesso, imediato, dos processos de A21L existiam mas onde este país acabou por ser definido como um dos retardatários”* (Narodoslawsky e Grabher, 2001: 206). Acrescentam os mesmos autores que, como *“moral”* da história das A21Locais na Áustria *“não basta a Agenda 21Local cair em terreno fértil mas para a sua implementação (...) necessita, igualmente, de uma estratégia coerente para atingir*

o sucesso” (idem, *ibidem*). O mais surpreendente é que a Áustria, quer internamente, quer externamente, é encarada como um país de referência no que à matéria de desenvolvimento sustentável diz respeito. Portanto, não é de estranhar que este país tenha tido um papel crucial na fase principal de preparação da Cimeira da Terra e que tenha, de igual forma, contribuído ativamente para a integração de aspetos regionais e locais no próprio documento da A21L.

De acordo com Narodslawsky (2001), o facto de a Áustria surgir como um país que se posicionou na “*linha da frente*”, antes da Cimeira da Terra, e tenha terminado no grupo dos países mais retardatários em termos de políticas de A21L prende-se, sobretudo, com o conceito político designado por “*Okosoziale Marktwirtschaft*”, termo que significa “mercado económico ecossocial” (ver Narodslawsky, 2001). O mencionado conceito, que vigorava, na prática, na política austríaca, integrava já os aspetos ecológicos que se procuravam no moderno sistema social e económico de desenvolvimento. Todavia, no início, julgou-se ser um enorme trunfo, devido à retrospectiva, deste país, em conviver com este modelo de desenvolvimento há já alguns anos, mas tal constituir-se-ia no futuro como o seu maior contratempo. Tal, facilmente se percebe, quando o conceito de desenvolvimento sustentável no discurso político austríaco era entendido como sinónimo de mercado ecossocial, conceito que emergiu em meados dos anos 80, do século passado, derivado do debate sobre o papel da agricultura na questão da estabilidade ambiental que se realizou na Áustria. Como refere e reforça Moralejo *et al.* (2007: 119-120), a Áustria “*deu prioridade ao conceito de economia de mercado ecossocial em detrimento dos conteúdos de desenvolvimento sustentável*”. Ora, viria a ser bem claro que o conceito de desenvolvimento sustentável não se restringe a um mero regulamento das atividades agrícolas. Como acrescenta o mesmo autor, “*apesar de muitas comunidades austríacas se envolverem em ambiciosos programas baseados nos princípios de Desenvolvimento Sustentável, e que foram apresentados como A21L, nem sempre estas tiveram uma ligação clara com ela*” (idem, *ibidem*).

Tardiamente, o Governo Austríaco percebeu as falhas que afastavam os processos de A21L da sua real natureza e, como forma de compensar o atraso verificado, constituiu, em 2000, um Comité formado pelos nove *Länders* (estados que compõem a república federal da Áustria) coordenados por um organismo federal que se encarregava de fazer evoluir as estratégias de Desenvolvimento Sustentável nos diferentes *Länders*. Dois anos mais tarde, em abril de 2002, desenvolveu a “*Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável coordenada por um Comité para uma Áustria Sustentável (CSA, sigla em Inglês) e um painel de consultadoria, formada por peritos (através do Fórum para a Sustentabilidade Austríaca (FSA, sigla em inglês) sendo, em 2003, aprovado um Programa de Ação Nacional em matéria de A21L*” (Moralejo *et al.* (2007: 120). Se, numa primeira fase, as A21L evoluíram muito lentamente, após desfeito o erro os processos evoluíram em larga escala.

Pode-se dizer que a Áustria não soube aproveitar o seu “Know-How”, principalmente, devido à interpretação desacertada entre conceitos que parecendo tão iguais eram, na verdade, bem distintos e a um Governo Central que demorou a perceber a origem do problema.

Quando analisado este grupo de países (Alemanha e Áustria), ao nível da participação pública, verificam-se vários problemas que condicionam a mesma nestes territórios e que influenciam os níveis de participação dos cidadãos. Tomando o caso da Alemanha, observa-se que os funcionários públicos *“têm pouca experiência com participação do público. Estes não conhecem (...) a sua potencialidade e utilidade”* (EIPP, 2009: 21). Constatam-se que a participação pública depende muito do apelo do poder político ou de entidades que façam esse chamamento, não estando interiorizada na cultura germânica uma dinâmica de participação resultante de iniciativas individuais. Acresce a falta de uma abordagem coordenada pelo governo porque *“cada nível de governo, cada ministério decide de forma independente quando e como implementar processos de participação”* (...), sendo que, neste domínio, o governo parece não ter *“uma estratégia central sobre como melhorar a política participação dos cidadãos”* (...) *nem este aspeto do envolvimento do cidadão parece estar no topo da agenda”* (idem, *ibidem*). Neste quadro, ainda sobrevém, a falta de confiança dos cidadãos nas instituições públicas, não as levando a sério, pois sentem que estas não tratam das suas preocupações nem resolvem os seus problemas. Neste contexto, observa-se uma preocupante *“falta de conectividade dos atores da sociedade civil não se encontrando (estes) suficientemente interligados”* (idem, *ibidem*).

iv) Itália, França, Espanha, Portugal e Irlanda

Os países da Europa Mediterrânica foram os que mais tardiamente despertaram para os processos de A21L. O caso Italiano não foi exceção, mas tal não significa que a Itália não tenha compensado esse atraso, contrabalançando-o com uma rápida difusão do conceito de A21L e sua prática no terreno, nos últimos anos. No caso da implementação das A21L na Itália, o que sobressai mais, pela diferença que distingue este país em relação a outros países europeus, é a forma desligada e desconexa com que estes processos foram dirigidos pelo governo central e pelo poder regional e local. Na análise histórica à A21L, destaca-se mesmo como um dos principais fatores, a falta de diálogo e de convergência de estratégias sobre A21L que contribuíram para a noção da existência de dois processos separados e totalmente distintos, como referem Ramieri, Wallace-Jones e Lewanski (2001: 225), *“talvez o que mais notabilizou o caso Italiano é o facto que a implementação dos processos das A21L podem ser encarados como tendo seguido dois caminhos paralelos: por um lado, ao nível do governo central, e por outro, ao nível regional e local. Estes dois processos separados começaram a convergir mais recentemente através da procura de oportunidades de cooperação”*. Acrescenta Moralejo *et al.* (2007: 121), que foi *“a nível local que a resposta foi mais tardia (...) e explica afirmando “que provavelmente se ficou a dever ao grande número de municípios pequenos em que se divide a Itália”*. Independentemente das causas, o certo é que o poder local italiano percorreu um caminho isolado e distinto tentando dar

“cumprimento à emergência do compromisso de implementar as A21L”, enquanto o “governo central envolvia-se na planificação e materialização de projetos e instrumentos com o objetivo de promover e apoiar as A21L” (Ramieri *et al.*, 2001: 225). As atividades desenvolvidas pelos vários níveis de poder são claramente reveladoras de um desfasamento temporal que marcou as A21L, em Itália, por um lado um poder local ávido de pôr em *prática* as A21L e, por outro, o poder central, a braços com a realização de uma rede *teórica* de apoio às *Agendas*.

No entanto, e apesar do mau arranque (quer em termos de tempo, quer de coordenação política), não se pode negar o forte envolvimento do poder político no que concerne ao apoio às A21L que, apenas em 10 anos, passaram de 50 cidades, em 1999, para umas surpreendentes 850 cidades que, em 2003, tinham aderido à Carta de Aalborg. No entanto, este rápido crescimento não deixa de ser demasiado surpreendente, levando autores a desconfiar do mesmo, como referem Garcia-Sanchez e Prado-Lorenzo (2007: 31), “*após onze anos da Carta de Aalborg (em 2005), o número de municípios que a assinaram foi um pouco reduzido em certos países e talvez demasiado elevado para ser assumido realisticamente em outros países como a Espanha e a Itália*”.

Neste grupo, surge a França que, a par da maioria dos países europeus, não foi precursor no que respeita à implementação da A21L. Aliás, como acrescentam os autores Larrue, Emelianoff, Di Pietro e Héland (2001: 180), a França também “*não parece ser pioneira na implementação de políticas de sustentabilidade ao nível local*”. Contudo, “*as experiências locais francesas de desenvolvimento sustentável assumem-se como relativamente ricas e complexas*”, não podendo ser menosprezadas (*idem, ibidem*). O quadro histórico-político da França não favorece práticas de sustentabilidade, pois coloca em causa, muitas das vezes, o princípio de subsidiariedade que tanto se almeja nestes processos. Por um lado, até um passado relativamente recente, as medidas tomadas a nível local eram fortemente condicionadas pelo poder central. Infere-se que a sustentabilidade nunca foi uma realidade, visto que, se por um lado, as muitas políticas designadas de sustentáveis eram apenas da responsabilidade do governo central e aplicadas de forma global, sem ouvir as partes interessadas e sem ter em consideração as discrepâncias nacionais existentes, por outro, e mesmo após 1982, momento marcado pela transferência de alguns poderes do governo central para as autoridades locais (descentralização do poder), os défices de iniciativas dos governos locais, em matéria de sustentabilidade, viriam a comprometer o todo nacional em matéria de “*Agendas*”, como reconhece Larrue *et al.* (2001: 180), “*o conceito de A21L só emergiu recentemente na França (...) tendo “continuado a implementação da A21L limitada tanto a nível local como nacional”. A A21L parece ser uma iniciativa tipo “top-down” para responder aos requisitos internacionais*”. Face a estas circunstâncias, acredita-se que no futuro “*graças à recente incorporação da A21L na Política Nacional sobre Planificação Espacial, se produza um incremento no número de iniciativas por parte das autoridades locais*” (Moralejo *et al.*, 2007: 121).

Fazendo parte da península ibérica e sendo o país vizinho de Portugal, o processo de implementação das A21L espanhola é o que apresenta, igualmente, características mais similares ao nosso, como refere Fidélis e Pires (2009: 503), “(...) é no caso de outros países da Europa meridional, como a Espanha, que mais características similares às do contexto das A21L portuguesas” se identificam.

Apesar dos numerosos processos de A21L, o “fenómeno (das A21L na Espanha) destaca-se por que partiu, na maioria das vezes, de uma total ausência de políticas de sustentabilidade a nível municipal (Moralejo et al., 2007: 123). Se a tal situação, se acrescentar que, também “o governo central espanhol não tem desempenhado um papel central, deixando estas iniciativas nas mãos das autoridades locais e regionais” (Fidélis e Pires, 2009: 503), verifica-se que a A21L tem sido deixada ao acaso. No entanto, apesar desta situação, não se julgue que não existiram avanços das A21L. De acordo com Moralejo et al. (2007: 123), “os avanços produzidos em Espanha em relação à implementação das A21L são significativos mesmo quando não existia uma cultura e uma tradição ambiental prévia”.

Assim sendo, existem claras evidências dos obstáculos que condicionaram e comprometeram, desde o início, os processos das Agendas na Espanha. Como referem Font, Gomila e Subirats (2001: 245), “da conversa retórica de sustentabilidade até à substancial praxis foram encontradas um número de dificuldades: desde a existência de fracas tradições de participação e consulta públicas entre as comunidades locais e os grupos de interesse; uma limitada capacidade de lidar com as A21L para as autoridades locais; a proteção ambiental não ser uma preocupação elevada na agenda política e por tal a existência de (...) obstáculos para penetrarem em outras áreas políticas (e desta forma para a própria A21L); a maioria das iniciativas serem do tipo “top-down” o que significa que são orientadas pelo governo central destinando um espaço muito restrito para iniciativas oriundas das comunidades (...) e igualmente, a forte dependência das autoridades locais “dos recursos provenientes da administração regional e nacional. Esses fatores criaram um número de dificuldades, no terreno, na forma de adotar estratégias de sustentabilidade ao nível local de governação”. Acrescenta Fidélis e Pires (2009: 503), outro obstáculo que resulta do “governo central direccionar e transferir, através do Ministério do Ambiente, políticas fundamentais de A21L para as províncias (...) administrativas para que se desenvolvam, a nível local, processos de Agendas”. Quando se verifica que no domínio dessas províncias, o nível de influência não existe, as experiências têm sido desiguais e desarticuladas (...) sendo a natureza da A21L fragmentada (...) continuando “as instituições administrativas locais, em Espanha, a representar um grande obstáculo para a implementação da A21L”.

A inércia do Governo Central é bem exemplificada, quando, em 2002, lança a Estratégia Espanhola de Desenvolvimento Sustentável que viria a ser prontamente abandonada para só dois anos mais tarde ser “recuperada”.

Todavia, como menciona Moralejo *et al.* (2007: 123), “*é neste contexto, nos últimos anos, que se está a verificar uma significativa alteração*” no panorama nacional espanhol. Desta forma, os governos autónomos começaram a desempenhar um papel primordial na hora de promover a sua implantação de *Agendas*. Para tal, a maioria das comunidades tem realizado um Diagnóstico Ambiental e disponibilizado linhas de financiamento para as autarquias que procuram iniciar os seus processos de Agenda 21L. Há casos de outras regiões que “*foram mais além e elaboraram as suas próprias Estratégias de Sustentabilidade, como Navarra, região Basca e Catalunha que se encontram a trabalhar em grupos de municípios assessorados e dotados de diversos instrumentos como formação de pessoal, a publicação de guias metodológicos e a definição de indicadores, entre outros*” (idem, *ibidem*). O caso da implementação da A21L, em Espanha, equipara-se a casos, anteriormente analisados, de ter que “*correr atrás do tempo perdido*”.

Ao estudar-se o processo de participação pública em Espanha e “olhando” para o caso português, através do exemplo de um caso de estudo que analisou, a cidade do Porto, em Portugal, e de Vigo, em Espanha, encontram-se, igualmente, bastantes similitudes nos dois processos de planeamento urbano, em ambos os países. Verifica-se que as equipas técnicas que elaboram os planos de ordenamento do território (apesar de serem equipas diferentes - uma firma independente em Vigo e uma equipa mista de professores e staff municipal do Porto) são fortemente condicionadas pelas elites políticas que, por sua vez, são fortemente influenciadas pelas elites urbanas. No caso de Vigo, existem evidências que mostram que as “*reuniões com organizações empresariais, as conferências organizadas por estas organizações, a sua presença mediática nos media e as suas próprias publicações geram mais poder de influência nos planeadores e nos partidos políticos do que quaisquer outras organizações profissionais, associações de moradores e coletividades que se oponham ao plano. No Porto, verificam-se várias negociações e acordos entre os planeadores, autoridades e organizações empresariais que de uma forma geral não são visíveis aos olhos do cidadão*” (Martínez, 2011: 18). Tais procedimentos conferem que os maiores obstáculos à participação dos cidadãos são as alianças entre as elites urbanas e o poder político que desvirtuam os resultados da participação e do interesse público. Acresce, como relevante, “*os obstáculos burocráticos que bloqueiam e atrasam a elaboração e aprovação de processos*” (idem, *ibidem*). Em Vigo, por exemplo, critérios diferentes entre o governo municipal e os supervisores do governo autónomo-regional (a nível supralocal) causaram sérios atrasos no processo. As próprias “*disputas entre os partidos políticos adicionam impedimentos que influem nos procedimentos burocráticos*” (idem, *ibidem*), situação que se verificou nas duas cidades, embora no caso de Vigo existissem, igualmente, certas dificuldades de gestão causados pelo número muito elevado de indivíduos e de sugestões coletivas e emendas apresentadas contra o plano aprovado. Pode-se, portanto, concluir que a dinâmica de participação dos cidadãos nestes países tem necessariamente de lidar com uma série de disputas no âmbito das autoridades administrativas envolvidas na aprovação do planeamento e com as próprias relações conflituosas entre os grupos urbanos de elites. Os planos gerais em ambas as cidades

mostram que a participação dos cidadãos é, em primeiro lugar, um desafio para a governabilidade das cidades, isto é, para o desempenho das capacidades para governar no contexto de diferentes interações sociais. A governabilidade depende fortemente das alianças e conflitos entre elites locais e que, por vezes, incluem também gestores e técnicos das associações cívicas. Neste contexto, e como refere Martinez (2011: 18), é *“difícil conceber a participação pública num conjunto de regras de governança neutras e profundamente democráticas com os princípios que se podem sobrepor à rede de relações sociais, em qualquer contexto urbano, (...) com destaque para os “conflitos ocultos do poder local que influenciam fortemente qualquer projeto participativo”.*

No que concerne à Agenda 21 Local irlandesa, no contexto global das experiências das A21L na Europa é, como se reconhece, um dos casos de início mais recente e com menor repercussão, ao nível das autoridades locais, como refere Mullally (2001: 130), *“A A21L na Irlanda (...) teve um, relativo, início tardio provocado pela resposta limitada das autoridades locais”.* Acrescenta o mesmo autor que *“as marcas mais visíveis da A21L, como a produção de um plano para a A21L ou, por exemplo, as reformas democráticas praticadas, são de reduzida evidência estando, contudo, a verificar-se nas cidades um aumento significativo de planos de desenvolvimento que apelam ao crescimento sustentável e especificam, nos seus textos, a identidade de uma A21L. Iguamente, exercícios de consulta e de construção de consensos sobre o ambiente e desenvolvimento continuam muito limitados e tendem a relacionar-se mais com a existência de modelos de política ambiental do que mais, propriamente, de uma A21L”* (idem, *ibidem*). Assim sendo, um dos principais desafios é descrever a atual situação da implementação da A21L na Irlanda.

Outro exemplo das dificuldades encontradas verifica-se quando, em 1995, e percebendo a importância do capítulo 28, o governo central irlandês publicou um guia intitulado *“As autoridades locais e o Desenvolvimento Sustentável: Orientações para uma Agenda 21 Local”.* Mais uma vez se realça a falta de empenho das autoridades locais. No que à implementação da A21L diz respeito, *“Não existem evidências do que as autoridades locais irlandesas, quer individualmente quer coletivamente, tenham tido qualquer papel relevante na génese da A21L ou interesses ativos no período imediatamente a seguir à Cimeira da Terra”* (idem, 132). No entanto, não se isole e estigmatize a relativa inércia das autoridades locais. O próprio Governo Central, apesar de, já em 1994, ter começado a incluir nas suas políticas os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com o designado *Plano de Desenvolvimento Nacional*, seria apenas em 1997 e mediante a elaboração de um documento intitulado *Desenvolvimento Sustentável: A Estratégia para a Irlanda*, que ficaria aprovada uma verdadeira estratégia orientada para atingir os fins da sustentabilidade. Nesse mesmo ano, e com o fundamento da Conferência do Rio+5, o governo solicitou a todas as autoridades locais que completassem os seus processos de A21L, mencionando a importância destas nomearem técnicos para apoiarem o desenvolvimento das suas *Agendas*. Desta forma, e recorrendo a técnicos de A21L, o governo aspirava a um maior incremento e sucesso de processos de A21 no seu país. No entanto, apesar de *“ cada autoridade local, na Irlanda, ter*

designado um Técnico da A21L (...) estas nomeações não deram, todavia, frutos visto que os avanços conseguidos se limitaram, por agora, à introdução de uma variável ambiental no conjunto das atividades que são realizadas pelas instituições” (Moralejo et al., 2007: 126).

O caso da Irlanda surge como um exemplo de “vazio” no que se refere ao desenvolvimento de A21L, esperando-se que, num futuro próximo, este país progrida em matéria de sustentabilidade.

Concluindo, do estudo aos vários casos europeus, deduzem-se distintas experiências que identificam uma multiplicidade de fatores responsáveis pela divergência da evolução da implementação dos processos de A21L, no continente europeu. Tais fatores, de ordem financeira, social, política, entre outros, quer *per si*, quer em conjunto, marcaram desigualdades que, claramente, influenciaram o arranque das *Agendas Europeias*. Desta forma, temos uma Europa a 3 velocidades no que concerne ao tempo condescendido à Agenda 21 Local na Europa, como exemplifica a tabela seguinte.

	Resposta Cedo (antes do ano 1994)	Resposta Média (1994-1998)	Resposta Tardia (depois do ano de 1998)
Impulso Alto	Suécia ↑ Holanda ↗	Noruega ↗ Dinamarca ↑	Irlanda ↗
Impulso Médio	Reino Unido ↘	Finlândia →	Espanha ↑ Itália ↑ França ↑
Impulso Baixo		Áustria → Alemanha →	Portugal →
▲ Trajetória muito positiva ↗ Trajetória positiva → Sem avanços significativos ↘ Trajetória negativa			

Tabela 3.9 – Impulso outorgado a A21L na Europa

Fonte: Moralejo et al. (2007: 128)

É de salientar que fatores de ordem política e financeira são dois dos principais no que confere ao sucesso das A21L. Se não existir uma vontade dos diversos níveis de poder (nacional e local) e disponibilidade de recursos financeiros que traduzam a passagem da retórica à prática, a implementação dos processos de A21L morrem logo à nascença. Assim, pode-se comparar, na tabela 3.10, a forma como estes dois fatores evoluíram nos diferentes casos de estudo analisados e conseqüentemente compreender os resultados, anteriormente analisados, que advém destas diferentes opções.

Outra conclusão que, desde logo, prevalece nesta análise, indica-nos que os países que iniciaram mais cedo os seus processos (integrados no 1º grupo) apresentam comportamentos desiguais relativamente aos restantes, denotando-se uma clara divisão entre o Norte e o Sul da Europa. Neste ponto, verifica-se que, nos países do Norte da Europa (os primeiros a iniciarem os processos), apesar de existir uma perda de pujança das Agendas, julga-se ponto assente que estes instrumentos parecem começar a revestir-se de carácter obrigatório, o que lhes confere uma maior integração na administração local (por ex: Community Strategy, UK). No contexto das A21L do Sul da Europa (as iniciadas mais tardiamente), verifica-se um grande vigor, parecendo, as A21L, evoluir de A21L para Ação 21 Local, através de ações mais pequenas, fáceis de implementar e mais próximas do cidadão.

Estratégias de desenvolvimento sustentável		Financiamento
Suécia	<i>Estratégia de desenvolvimento sustentável (1995)</i>	<i>Programa de investimento local (desde 1998)</i>
Noruega	<i>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2002)</i>	<i>s.d.</i>
Dinamarca	<i>Partilhar um desenvolvimento futuro equilibrado (2002)</i>	<i>Fundos Verdes e financiamento para o desenvolvimento urbano</i>
Finlândia	<i>Elaboração das opções do futuro da Finlândia: a implementação da A21 na Finlândia</i>	<i>s.d</i>
Reino Unido	<i>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (1993). Segunda Estratégia Nacional: Uma melhora qualidade de vida (1999).</i>	<i>s.d</i>
Irlanda	<i>Desenvolvimento Sustentável: Uma Estratégia para a Irlanda (1997).</i>	<i>Financiamento para a adoção de sistemas de gestão ambiental e estabelecimento de linhas de ação ambiental dentro das A21L (desde 1997)</i>
Áustria	<i>Um Futuro Sustentável para a Áustria: a Estratégia da Áustria para o Desenvolvimento Sustentável (2002).</i>	<i>s.d</i>
Alemanha	<i>Estratégia Nacional: Perspetivas para a Alemanha (2002)</i>	<i>s.d</i>
Holanda	<i>Sustentabilidade Duradoura (2003)</i>	<i>Programa para o Financiamento da Política Ambiental Municipal. Programa para a política Ambiental Nacional</i>
França	<i>Estratégia Francesa para o Desenvolvimento Sustentável (1997).</i>	<i>Ferramentas que conduzam a medidas de realização de Agendas 21 Locais (Financiamento do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).</i>
Itália	<i>Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para a Execução da A21 (1993)</i>	<i>Financiamento do Ministério do Meio Ambiente e Prémio às cidades sustentáveis italianas</i>
Portugal	<i>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2002)</i>	<i>Não</i>
Espanha	<i>Esboço da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2002)</i>	<i>Não</i>

Tabela 3.10 – Estratégia e financiamento da A21L
 Fonte: Moralejo et al. (2007:122)

Decorrente da análise aos processos de A21L desenvolvidos na Europa, verifica-se que Portugal se enquadra no grupo dos “últimos”, isto é, no conjunto de países que mais tardiamente responderam ao apelo mundial para a implementação destes processos de sustentabilidade. Desta reflexão, inferem-se fatores de várias ordens que fundamentam as divergências encontradas no caso português, face aos casos de maior sucesso. Assim sendo, destacam-se 7 fatores principais:

1. A falta de um governo central ativo e empenhado em promover a A21L no país, distinguindo o caso português do caso exemplar da Suécia. Em Portugal, esta situação de quase “alienação” com os compromissos assumidos, em 1992, reflete-se quando se verifica que um dos principais instrumentos orientadores no âmbito do desenvolvimento sustentável – a *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável* (ENDS) – só foi criada no ano de 2002, o que traduz seis anos de (quase) total inoperância do Estado relativamente a esta matéria (ver Henriques, 2007). Acresce, e como é reconhecido por Fidélis *et al.* (2009), que as A21L tiveram que, impreterivelmente, partir de iniciativas locais voluntárias de municípios face à passividade do governo central nesta matéria, verificando-se um esforço do poder político local na promoção deste instrumento (ver Vasconcelos *et al.*, 2002).
2. A desconfiança com que os governos locais encaram a A21L, não reconhecendo, devidamente, a importância e o papel que este instrumento deve desempenhar na vida ativa das populações. Como refere Loureiro, 2008, só paulatinamente os governos locais foram perdendo a desconfiança inicial que recaía sobre este instrumento e concebendo a importância da A21L como “maximizadora da democracia” com o reconhecimento do papel do cidadão nas tomadas de decisão (ver Pinto, 2004b). Neste ponto, o caso do Reino Unido representa a antítese da realidade portuguesa em que os governos locais encararam a A21L como “*instrumentos promissores*” a implementar de forma célere a nível local e nos quais o governo central se comprometeu a colaborar na definição de indicadores de sustentabilidade, como forma de tornar estes processos mais simples e fáceis de “*manusear*” localmente.
3. A inércia com que os governos locais trataram os processos de A21L, em Portugal, assemelha-se, neste aspeto, ao caso alemão. Em Portugal, como refere Silva *et al.*, 1999, o processo de implementação da Agenda Local 21 estava muito atrasado, razão pela qual Pinto, 2006, afirmava, em meados da primeira década do séc. XXI, que Portugal era considerado o país da Europa que apresentava menos Agendas 21 Locais implementadas. O fraco impulso dado a estes processos pelos governos locais e central, na Alemanha, só não se identifica totalmente ao caso português, devido, fundamentalmente, ao despertar mais precoce do governo germânico para o problema da passividade vivida pela sociedade e políticos, a nível nacional. Neste âmbito, pode-se afirmar que a dinâmica em matéria de A21L vivida após o ano de 1998, na Alemanha,

justifica a discrepância com Portugal, país que permaneceu num estado letárgico neste domínio.

4. A falta de informação sobre a natureza das A21L e implicações subjacentes na sua aplicação prática. Este ponto justifica, em grande parte, a apatia verificada na ação (ou falta dela) do poder político local e que é descrita no ponto supracitado. Aliás, a fraca difusão destes instrumentos no panorama nacional é retratado por vários autores, como Farinha *et al.*, 1998; Fidélis, 2001a; Vasconcelos, 2001a; Guerra, 2004a; Schmidt, 2006a; Pinto, 2006) que reconhecem a falta de informação como um dos obstáculos mais relevantes para o atraso verificado no arranque deste instrumento. Neste âmbito, Portugal identifica-se, em parte, com o caso Norueguês. Em Portugal, as primeiras tentativas de implementar processos de Agendas, no ano de 1996, resultaram em fracasso. Tal situação também se identifica no caso da Noruega (ver caso norueguês) em que poucos processos de A21L se podiam qualificar como verdadeiros planos de sustentabilidade. Neste contexto, os escassos processos iniciais de A21L, em Portugal, tiveram o mesmo problema, verificando-se, mais tarde, que não retratavam casos de A21L, mas sim puros casos de Planos de Ambiente, com pouca ou nenhuma sustentabilidade integrada. Assim sendo, semelhanças entre estes dois países, no tratamento das Agendas, restringem-se a este ponto, visto que a forma e o tempo como os países viriam a lidar com a situação evidenciaria comportamentos opostos.
5. A articulação de financiamento por parte dos governos nacionais é, igualmente, um dos fatores que condiciona a difusão das A21L. Na verdade, se observarmos os países que não tiveram financiamento do Estado, quer diretamente, quer sob a forma de programas, verifica-se que, à exceção do Reino Unido, todos os outros se encontram no grupo que apresentou mais atrasos e dificuldades para a execução das A21L, como são exemplo Portugal e Espanha (ver Moralejo *et al.*, 2007). Nestes países, onde é mais notória a falta de apoio do governo, em matéria de financiamento, verifica-se um menor vigor e afirmação das A21L. No entanto, o caso do Reino Unido, apesar de se mostrar diferente, revela, igualmente, esses mesmos problemas. Se nos lembrarmos, neste país (e como já foi referido), a falta de articulação financeira constituiu-se como um dos principais entraves no arranque das A21L. Já as *Agendas* de França e da Itália tiveram financiamento dos governos nacionais, embora se reconheça que estas ajudas foram insuficientes, mas, contudo, tiveram a virtude de servir como estímulo ao poder local.
6. A lentidão com que foram sendo implementadas as A21L. Neste aspeto, as estatísticas portuguesas aproximam-se das finlandesas, país em que se aponta, igualmente, o atraso e a morosidade da difusão destes processos com, inclusive, interrupções que promoveram descontinuidades temporais e que comprometeram o avanço das suas *Agendas*. O retrato da evolução destes processos na Finlândia confunde-se, então, com as tentativas individuais, isoladas e desorganizadas dos municípios locais portugueses, ao pretenderem dar início a estes “*instrumentos*”. Todavia, a Finlândia demarcar-se-ia desta realidade face

ao um poder local mais persistente e audacioso por inovar nas formas de fazer política, enquanto, em Portugal, não se iria registar significativas alterações.

7. A ausência de uma cultura cívica e pró-ambiental da sociedade portuguesa. Verifica-se um défice de participação dos portugueses no que à vida política diz respeito, não sendo exceção a intervenção (ou falta dela) em políticas de índole ambiental. Tal situação é documentada por Benavente, Mendes e Schmidt (1997) que referem existir uma espécie de *divórcio* entre o quotidiano dos cidadãos, os partidos e os políticos, que resulta, aos olhos do cidadão comum, num sentimento de incompreensão perante o *'mundo da política'*, em que o constante conluio com interesses menos públicos que privados e as situações pouco transparentes, que parece estar mergulhado o poder político promovem o distanciamento dos cidadãos face ao poder político (ver Almeida, 2004; CNADS, 2003; Schmidt (2007). Neste caso, a Holanda prefigura-se como um país com uma cultura vincadamente diferente da nossa. Este país revelou o quão importante é ter uma longa tradição na elaboração de políticas ambientais e o contributo desta dinâmica na espontaneidade na execução das A21L. Como prova disto é o que se verifica na maioria dos seus municípios, ao identificarem-se como estando na vanguarda das iniciativas de cariz ambiental, a nível europeu. Este fator é um dos entraves ao desenvolvimento da A21L em Portugal, se não mesmo o principal, sendo a sua relevância motivo da análise que se seguirá, com o intuito de compreendermos melhor o que tem sido feito nesta matéria e como se caracteriza o comportamento atual dos cidadãos no nosso país.

Ao nível da participação pública em Portugal, a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em matéria de Ambiente, assinada em Aarhus, em 25 de junho de 1998, veio trazer novas responsabilidades a Portugal que se repercutem na efetivação de medidas de vária ordem.

No que respeita a medidas tomadas para assegurar que os funcionários e as autoridades apoiem e orientem o público, os organismos do MAMAOT criaram Centros de Informação e Documentação que auxiliam e orientam os cidadãos na procura de informação. De igual modo, as autarquias, instituições de ensino superior e outras entidades dispõem de Centros de Documentação ou Bibliotecas orientadas para o público em geral ou para interesses específicos. Os organismos do MAMAOT aderiram às novas tecnologias, possibilitando consultas através de *websites*, a partir dos quais é disponibilizada informação ao cidadão, e de correio eletrónico que permite esclarecimentos e respostas a solicitações via Internet. O próprio MAMAOT tem apoiado ações desenvolvidas pela sociedade civil, concretamente ONGs, que promovem a capacitação dos cidadãos para matérias no âmbito da Convenção Aarhus. Para zelar pelo cumprimento da lei do acesso aos documentos administrativos, foi criada a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), entidade pública independente a quem compete *"apreciar as reclamações que lhe sejam apresentadas pelos interessados; dar parecer sobre o acesso aos documentos*

nominativos; pronunciar-se sobre a classificação de documentos e sobre a aplicação em geral da lei do acesso à informação¹⁶ (IA, 2005: 8). A linha telefónica “SOS Ambiente 24”, criada em 2002, da responsabilidade da Inspeção Geral do Ambiente e do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana, constitui-se como mais uma ferramenta que promove a participação dos cidadãos.

No que concerne a medidas tomadas para promover a educação e a sensibilização do público em matéria de ambiente, tem vindo a ser integrados, desde os finais dos anos 70 do século passado, programas escolares orientados para conteúdos e temáticas ambientais. Já nos anos 80, e no contexto da educação formal, estabelece-se a possibilidade das escolas desenvolverem projetos inseridos na temática ambiental que fomentam não só a perspetiva de estudo como desenvolvem o espírito de intervenção ao nível local. Neste domínio, assiste-se à edição de materiais pedagógicos, tanto de apoio a alunos como professores, produzidos por entidades governamentais e por ONGs que aumenta o nível de informação ambiental ao público escolar. A divulgação de informação ambiental, através de edições e publicações dirigidas a alvos específicos da população, tem-se constituído como um recurso informativo e educativo importante promovido pelos organismos do MAMAOT. Em 1996, salienta-se uma importante iniciativa para o reforço da cidadania ambiental, celebrada através do protocolo assinado entre os Ministérios com as tutelas da Educação e do Ambiente e que veio fomentar o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, sob a coordenação de professores a tempo inteiro, substanciados em parcerias que envolvem o poder local, ONGs e outras instituições de âmbito local e regional. A importância desta iniciativa releva, ainda, a implementação de outros tipos de projetos (como concursos, campanhas e outras iniciativas) que concorreram para a sensibilização ambiental dos jovens. A partir de 1997, e por iniciativa de entidades da administração central, regional ou local, e/ou de ONGs, foram criadas várias infraestruturas com o objetivo de promover a informação, a sensibilização e a educação ambiental junto dos cidadãos e particularmente para apoiar os estabelecimentos de ensino. Neste âmbito, estes equipamentos, ao disponibilizarem programas de atividades sobre temáticas ambientais diversificadas, em articulação com outras entidades locais, contribuem para a descentralização dos pontos de acesso à informação.

No que se refere às ONGs, foram tomadas medidas para proporcionar o reconhecimento apropriado e o apoio às associações, organizações ou grupos que promovam a proteção do ambiente. Foram listadas o conjunto de ONGs que obtiveram o estatuto de utilidade pública ou o reconhecimento do interesse ambiental dos projetos que pretendam desenvolver. Neste contexto, o MAMAOT, através do Programa de Apoio a Ações na área do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e do Programa de Apoio Financeiro às Organizações Não Governamentais de

¹⁶ **Lei de Acesso aos Documentos Administrativos** (LADA). Lei n.º65/93, de 26 de agosto, alterada pela Lei n.º8/95, de 29 de março, e pela Lei n.º94/99, de 16 de julho.

Ambiente, presta apoio a estas entidades, reforçando a sua capacidade de intervenção e de desenvolvimento de projetos.

Como é reconhecido no documento Reflexão sobre o Acesso à informação, a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão e o Acesso à Justiça (2003: 8), da autoria do CNADS, devido à necessidade de *“corresponder a novas práticas e novos comportamentos, assim como novas exigências de cidadania ativa e de governação responsável que se fazem cada vez mais sentir na sociedade portuguesa”*, foi criado um Grupo de Trabalho sobre a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão (GTPP) que avaliou o *“estado da arte”* em Portugal nesta área. Contando com especialistas nestas matérias¹⁷ e com o contributo de importantes ONGs¹⁸, e não obstante a intensificação e facilitação dos mecanismos de consulta e a institucionalização do acesso à informação e participação (de acordo com as principais iniciativas anteriormente analisadas), a comissão de análise do GTPP veio reforçar a subsistência de um claro *“distanciamento generalizado (por parte do cidadão comum) em relação às políticas e aos instrumentos das políticas públicas”* que resulta *“desta relação difícil que permanece entre Administração e administrados”* e que, de uma forma geral, retrata um país, em matéria de participação pública, que se caracteriza por *uma notória falta de transparência expressa nos obstáculos que persistem no acesso à informação e no relacionamento com os cidadãos (i.e., informação de má qualidade ou desviante, ausência ou insuficiência de informação, fechamento, ou resistência dos serviços na disponibilização de informação); uma disseminada inaptidão, um desconhecimento da lei, uma resistência à mudança por parte dos agentes e funcionários públicos que deveriam facilitar e fomentar a sua aplicação; uma ignorância e um alheamento que grassam ainda numa sociedade civil tradicionalmente pouco interventiva; incapacidade generalizada dos cidadãos para intervir e fazer valer os seus direitos junto da administração; uma morosidade e complexidade geral do sistema judicial, cuja orgânica instalada joga a favor do não cumprimento da lei”* (CNADS, 2003: 22).

Oliveira¹⁹ (2005: 2) sublinha esta ideia, afirmando que a sociedade civil, em Portugal, é *“pouco dinâmica (...) e a democracia ainda não conseguiu fazer com que o cidadão português ligue o binário direitos e deveres. Mais facilmente percebeu que tinha direitos”*. De igual modo, considera que o próprio *“poder instituído dá pouca informação e, quando dá, fá-lo em momentos em que os cidadãos têm grandes dificuldades em arranjar-la”* (idem, *ibidem*). No seu entender, o poder político, em regra, também ainda está *“pouco recetivo à opinião da sociedade civil”* (idem, *ibidem*). Schmidt, Nave e Guerra (2006a: 29) reforçam essa mesma opinião, referindo que tanto o défice de participação cívica como da democracia participativa se fica a dever, em parte, à existência de um *“alheamento e desconforto ou inabilidade para lidar com - e incluir na governança local – o*

¹⁷ O GTPP contou com os seguintes conselheiros: Viriato Soromenho-Marques; José Carlos Morais; Victor Santos e Luísa Schmidt.

¹⁸ OBSERVA – Observatório do Ambiente, Sociedade e Opinião Pública; Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza; LPN – Liga para a Proteção da Natureza; CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; entre outras.

¹⁹ Ex-presidente e fundador da Associação Política Regional e de Intervenção Local (APRIL).

confronto alargado de ideias e posições que a participação pública implica". Estas dificuldades são tão ou mais evidentes quando se verifica "um crescente recurso entre nós ao Tribunal Europeu por parte de simples cidadãos ou organizações cívicas" (idem, 30), assim como quando se observa um aumento médio anual de 26%²⁰ (entre 1995/2003) de queixas à (CADA), o que reforça a ideia de que existe uma vontade crescente dos cidadãos em participar na vida coletiva e nas administrações públicas, mas que esbarra nestes obstáculos.

Ainda neste contexto, Schmidt (2007: 231) acrescenta que um dos grandes riscos que influi na participação pública prende-se com a necessidade de "erradicar do obscurantismo suspeitos que contaminam a confiança entre governantes e governados" e que se identificam pela falta de transparência administrativa que, muitas vezes, encobrem "as manhas do funcionalismo corrupto" que afastam os cidadãos dos locais de decisão.

²⁰ Dados fornecidos do CADA, em www.cada.pt

3.4. O caso português. Enquadramento histórico-social de Portugal em matéria de sustentabilidade.

Para melhor se compreender o processo de implementação da A21L em Portugal, importa conhecer a natureza da sociedade que a recebe, isto é, fazer um enquadramento histórico-social que antecedeu a chegada deste instrumento. Esta retrospectiva é importante, visto que permite analisar o porquê de Portugal se ter constituído, em termos ambientais, como “*um caso à parte no contexto dos países ocidentais, com os seus ritmos muito próprios e, em geral, descompassados das questões internacionais*” (Schmidt, 2008: 3). Será então, neste ponto, abordada a dimensão política e cívica que pautou a realidade portuguesa, nos últimos anos, para compreendermos melhor as circunstâncias que marcaram a adoção da A21L no contexto nacional.

Ao estudar-se as questões ambientais, constata-se que o nosso País não acompanhou desde logo a “*preocupação ambiental*” de forma tão célere como aconteceu em muitas outras nações. Ora, se as questões ambientais, enquanto “*preocupação generalizada surgiram no século XX entre finais dos anos 60 e início de 70*” (Schmidt, 2008:3), verifica-se, em Portugal, um desfazamento temporal assinalável. Em termos de legislação fundamental sobre o ambiente (Lei de Bases do Ambiente) é publicada, somente em 1987, em conjunto com a Lei das Associações de Defesa do Ambiente. Neste quadro e, apesar de a Constituição da República Portuguesa de 1976 ter consagrado, no seu artigo 66º, o “*direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado*” (CNADS, 2003: 7) é só no final da década de 80, com a promulgação deste diploma, que se pode começar a falar, verdadeiramente, de políticas públicas de ambiente. Tal significa que, de acordo com os pressupostos apresentados por Soromenho-Marques (1998), a preocupação ambiental sustentada numa política pública de ambiente, em Portugal, data do final da década de 80.

Para se compreender a resposta tardia de Portugal a questões tão importantes como as ambientais é necessário perceber a conjuntura em que o País esteve mergulhado, relevando para o *antes e depois* de uma data que se constitui como um marco histórico na vida do país, o 25 de Abril de 1974. Desta forma, o contexto ambiental não pode ser nunca dissociado do contexto social, económico e político. Neste sentido, vejamos os principais acontecimentos que marcaram a política de ambiente, em Portugal.

3.4.1 Antes de 1974

As questões de defesa do ambiente no país foram determinadas, até 1974, por uma quase ausência de ações relevantes, realçando-se apenas, desta inoperância, a criação da Liga para a Proteção do Ambiente, Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), fundada em 1948. Convém, no entanto, referir que a relevância da sua existência esmorece, quando se verifica o silêncio a que foi remetida, sendo a sua projeção pública quase nula e a sua atividade confinada a questões unicamente de caráter académico e científico.

O facto da quase inexistência de uma corrente social de ambiente explica-se pelo contexto político que Portugal viveu até 25 de Abril de 1974. Como refere Melo e Pimenta, (1993: 147), o regime ditatorial e autoritário, até então vigente, impedia de forma severa qualquer *“forma de associativismo abertamente independente ou contestatária”*. Segundo Rodrigues (1997: 198), referindo-se ao Estado Novo, afirma que *“Nessa altura, tudo o que significasse questionar o centralismo estatal em que o país vivia seria fragilizar o próprio regime, pois serviria à defesa da criação de contrapoderes, à diminuição das zonas de controlo e de influência (social) e à abertura de canais de participação (crítica) da sociedade civil e das comunidades locais organizadas”*. Assim, qualquer iniciativa individual ou coletiva que fosse de defesa da natureza ou de outra ordem era imediatamente desautorizada pelo Estado. Acresce que as próprias características do sistema ditatorial de governação, como o que vigorou em Portugal, contribuía para uma sociedade relativamente fechada, face à difícil circulação de informação imposta pela censura. Na mesma linha, *“os problemas ambientais de então eram relativamente reduzidos ou localizados, dada a fraca urbanização e industrialização do país”* (idem, *ibidem*). Tais factos, aliados a um baixo nível sociocultural de grande parte da população, resultavam numa fraca preocupação sobre o ambiente, em discordância com o que já se verificava a nível internacional, com *“a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo”* (...) a difundir-se *“a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, momento no qual a questão ambiental ganha visibilidade pública e se coloca a dimensão do meio ambiente na agenda internacional”* (Jacobi, 2005: 236).

Resumindo, e como referem Figueiredo e Fidélis (2003:158), *“até 1974, a ação de defesa do ambiente organizada era praticamente inexistente. Frequentemente, esta ausência é explicada pela existência, até aquela data, de um regime político autoritário em Portugal que eliminava efetivamente qualquer tentativa de organização pública e social, assim como se sustentava numa circulação limitada da informação e em múltiplos mecanismos de censura, para não mencionar também os baixos níveis de rendimento e de capital escolar da generalidade da população portuguesa. Por outro lado, (...) até 1974 os problemas ambientais nacionais tinham uma expressão limitada e encontravam-se muito localizados, devido essencialmente à industrialização e urbanização débeis do país”*. Acresce que, no campo científico, os trabalhos de investigação sobre ambiente, à época, continuavam a centrar-se nos *“aspetos físicos, biológicos e energéticos dele [ambiente] decorrentes, sem que as populações abrangidas tenham sido alvo de preocupação específica por parte de autores”* (Mansinho e Schmidt, 1994: 441). No caso português, e como referem Mansinho e Schmidt (1994: 442), o debate sobre *“o novo paradigma na sociologia (NEP), ou a crítica dos instrumentos tradicionais de apreciação do crescimento e do desenvolvimento económico, e a utilização de modelos de avaliação das externalidades associadas à evolução tecnológica, discutidas noutros países (...) não suscitaram [em Portugal] interesse assinalável ou discussão alargada, mesmo ao nível académico”*, não existindo nada de relevante a destacar no que à produção teórica em ciências sociais sobre ambiente diga respeito. Desta forma, o estudo do ambiente continuava, de uma forma geral, a ser cientificamente

analisado recorrendo-se à forma tradicional do trabalho científico, tanto em Portugal como no resto do Mundo, visto que mesmo em *“países onde, ao nível metodológico e epistemológico, a quebra das barreiras disciplinares convencionais tem sido equacionada”* (idem, 441), os avanços são poucos, não existindo a interdisciplinaridade que se exige no estudo da componente ambiental. Desta forma, verificou-se, neste período, o retardar do aparecimento dos temas ambientais nos estudos sociais.

Outro fator com que a sociedade portuguesa se confrontava, à época, era com a *“insuficiência dos fundos bibliográficos e recursos informativos, nomeadamente publicações periódicas e bases de dados, que caracteriza a generalidade das bibliotecas”* (Rodrigues, 2004: 33). Esta lacuna condicionava o acesso à literatura científica por parte dos cidadãos com repercussões graves, não só para o sistema científico, mas também para o próprio conhecimento em geral. Para agravar ainda mais esta realidade, importa reportar a Rodrigues (2004). Segundo este, verificou-se no universo científico uma tendência de comercialização do sistema de comunicação da ciência que se foi agravando ao longo das últimas décadas do século XX. Tal facto decorre de muitos investigadores terem de entregar os seus artigos e revistas a grupos editoriais de informação de ciência e tecnologia, porque, em muitos casos, as instituições onde trabalham não tinham capacidade financeira para as assinar. O resultado foi um aumento considerável dos preços das revistas científicas que alimentavam as elevadas taxas de lucro obtidas por estas editoras. Esta gestão que visava apenas o lucro traduziu-se *“numa diminuição do número de revistas assinadas pelas bibliotecas das universidades e outras instituições científicas”* (idem, 27), repercutindo-se no alargar das restrições ao público da literatura de carácter académico ou científico. Se atualmente, e como reconhece o mesmo autor, a *“generalização da utilização da Internet e da Web foi acompanhada por uma maior compreensão das suas potencialidades e aplicações na publicação científica”* (idem, *ibidem*) fomentando, desta forma, o livre acesso à informação, no passado (e sem acesso a estas novas tecnologias) o maior condicionalismo no acesso à informação a acrescer ao conjunto de outros fatores já aqui analisados reforça a ideia de que, antes de 1974, a sociedade portuguesa não se encontrava apta a gizar sobre aspetos de carácter ambiental, o que reflete, em parte, a passividade dos portugueses em matéria de ambiente.

3.4.2 De 1974 a 1980

Após a designada Revolução dos Cravos, *“a abertura do novo regime e as dinâmicas internacionais criaram as condições para uma participação cívica com alguma expressão na atualidade”* (Alho, 2006:153), conferindo ao povo a oportunidade de se manifestar e exprimir as suas opiniões de forma livre e desinibida. Também com a instauração da democracia inicia-se uma época de descentralização do poder, como uma das formas de eliminar qualquer *herança residual* do “estado novo” e de restituir a palavra ao povo, como reconhece Fernandes (1992: 30), *“vive-se o tempo de uma relativa mobilização das populações e do seu despertar para a participação política”*. Neste período, o Municipalismo Português viu os seus poderes reforçados,

“o poder local viveu uma fase intervencionista, em que se manifestou uma vontade clara de liderança ou de protagonismo na definição dos campos de desenvolvimento” (Rodrigues, 1997:199). A autonomia do poder local e a existência das autarquias locais como componentes democráticas da organização do Estado iria ter o seu reconhecimento aquando da primeira Constituição da República Portuguesa (CRP), em 1976 (Quadro 3.2).

- **Artigo 2º** Estado de direito democrático - A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.
- **Artigo 6º** Estado Unitário - n.º 1 O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autónomo insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.
- **Artigo 235º** Autarquias locais - 2- As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas
- **Artigo 237º** Descentralização administrativa - 1- As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa. 2- Compete à assembleia da autarquia local o exercício dos poderes atribuídos pela lei, incluindo aprovar as opções do plano e do orçamento
- **Artigo 238º** Património e finanças locais - 1- As autarquias têm património e finanças próprias. 2- O regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. 3- As receitas próprias das autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património e as cobradas pela utilização dos seus serviços. 4- As autarquias locais podem dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previstos na lei.

Quadro 3.2 - A Constituição da República Portuguesa, a instituição de um estado democrático e as autarquias locais

Fonte: Adaptado de Rosa, 2002 (Constituição da República Portuguesa, 4ª revisão, setembro de 1997)²¹

A nível ambiental, assiste-se à criação do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, logo após o 25 de Abril, que protagonizava o primeiro ministério focado nas questões ambientais. Mais tarde, em 1975, este passa “a contar com uma *Secretaria de Estado do Ambiente que tutela uma Comissão Nacional de Ambiente*” (Freitas, 2006: 134). O Decreto-Lei nº 550/75, de 30 de setembro, que organizou a Secretaria de Estado do Ambiente, “*criou também o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP), organismo dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira*” (Biodiversidade), presentemente designado por

²¹ “A 4ª revisão da Constituição da República Portuguesa” viria a integrar, “*neste mesmo artigo (art.º 66º) destinado ao «ambiente e qualidade de vida, a «educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente» como tarefa do estado com a participação dos cidadãos*” (Pinto, 2004:3).

Instituto de Conservação da Natureza (ICN). Contudo, e apesar de Teixeira (2003: 37) referir que *“a política pública de ambiente também se avalia pela existência, entre outros indicadores, de um ministério”*, o certo é que este período fica decididamente marcado pela incipiência do poder central, no que concerne a matérias ambientais.

A nível local, e com o processo de descentralização em curso, o poder local capitalizava a sua autonomia (política e económica) para resolver questões *“maioritariamente infraestruturais, respondendo às necessidades básicas e mais prementes das populações. O Presidente da Câmara Municipal, (...) assume-se fundamentalmente como um agente local com capacidade técnica e gestonária, respondendo, por um lado, às necessidades básicas e infraestruturais da sua população e, por outro, às solicitações imediatas que lhe vão chegando (de forma mais ou menos direta e pessoalizada) ao conhecimento”* (Rodrigues, 1997: 199).

O fenómeno de descentralização veio pôr a *“nu”* um poder local autárquico que se caracterizava por *“uma forte componente de heterogeneidade periférica administrativa, traduzida em autonomia, segmentação, personalização e racionalidade limitada”* (Ruivo, 1993: 42) fruto da herança pesada do Estado Novo. Também da herança do Estado Novo, segundo Mozzicafreddo (1988: 85), as autarquias locais *“encontram a sociedade local com um baixo nível de desenvolvimento económico, fortes assimetrias regionais (...) com graves carências em infraestruturas urbanas”*.

Neste quadro geral, o poder local centra-se na necessidade de responder a reivindicações imediatas das populações locais que, numa primeira fase, passa pela satisfação de necessidades básicas. Neste período, a ação dos municípios é de extremo intervencionismo direcionado para a criação de infraestruturas físicas e equipamentos sociais, relegando as questões de carácter ambiental.

Surge, desta forma, um novo modelo de pensar o desenvolvimento que contrapunha o modelo centralista e dominador que vigorou até a década de 70, em Portugal. As transformações ao modelo económico e social que Portugal experimentava eram também, em parte, consequência da influência do que se passava noutros países. Como refere Cabugueira (2000: 116), o modelo tradicional, de visão centralizadora, chegava ao fim aquando da crise do modelo fordista, sendo substituído por um modelo de desenvolvimento local e endógeno. Assistir-se-ia a um conjunto de mudanças em que *“a problemática territorial muda substancialmente, traduzindo-se por um processo contínuo de adaptação das economias locais, regionais e nacionais às mudanças tecnológicas e às condições dos mercados internacionais. Quer isto dizer que as novas condições de funcionamento da economia tornam ineficazes os velhos esquemas de intervenção no território, já que a aplicação dos instrumentos tradicionais de política regional não produzem os efeitos esperados”*. Acresce Cabugueira (2000: 116) que ficava para *“trás a época em que a economia era uma questão que só afetava as decisões da administração central do Estado e das grandes empresas e em que os administradores locais só se preocupavam em gerir os serviços públicos e*

corrigir os impactos espaciais e urbanísticos das atuações económicas”. As principais diferenças entre os dois modelos, no que confere às políticas de desenvolvimento regional e local, ficam expressas no quadro 3.3.

	Política tradicional	Políticas novas
<i>Estratégia dominante</i>	Desenvolvimento polarizado Visão funcional	Desenvolvimento difuso Visão territorial
<i>Objetivos</i>	Crescimento quantitativo Grandes projetos	Inovação, qualidade, flexibilidade Espírito empreendedor Projetos numerosos
<i>Mecanismos</i>	Redistribuição Mobilidade de capital e do trabalho	Mobilização do potencial endógeno Utilização dos recursos locais e externos
<i>Organização</i>	Gestão centralizada Financiamento a empresas. Administração pública dos recursos.	Gestão local do desenvolvimento. Prestação de serviços. Organizações intermédias

Quadro 3.3 - Mudanças na política de desenvolvimento regional e local

Fonte: Adaptado de Barquero (1993).

Inserida no modelo de desenvolvimento local, a sociedade portuguesa torna-se mais interventiva, aumentando o seu interesse pelo movimento associativo e por outras formas de intervenção e participação na vida coletiva que resultaram na criação de associações, sindicatos, comissões, entre outras. Um elevado número de associações ambientais despontaram, impulsionadas não só pelo conhecimento de movimentos ecologistas em franca expansão na Europa e nos EUA, mas, também, como uma necessidade de acabar com a passividade social herdada do antigo regime, como referem Figueiredo e Fidélis (2003: 158), “após 1974, e até meados da década de oitenta, o número das organizações formais de defesa do ambiente (em Portugal) conheceu um aumento importante, sendo que a sua ação extravasava as causas ambientais, focando aspetos políticos e sociais”.

A título de exemplo, destaca-se, nesta época, um importante movimento ecologista contra a intenção do Governo em instalar, em Ferrel, uma central nuclear. Esta campanha, desenvolvida em janeiro de 1978, viria a transformar-se no primeiro movimento pró-ambiental que alcançou visibilidade pública e que culminou com o recuo do governo sobre esta matéria. Este episódio viria a constituir-se um importante marco no que confere a atividades de caráter ecológico.

Contudo, e apesar da espontaneidade com que despontaram estes grupos, muitas foram as condicionantes que levaram ao desaparecimento rápido, quase na sua totalidade, dos grupos ecologistas. Como refere Melo e Pimenta (1993: 148), existiu um conjunto de fatores que fundamentam esta situação, da qual referem “a ausência de estruturas (institucionais e materiais), as questiúnculas internas, a falta de pragmatismo, a postura antissistema e a reduzida implantação social”. De acordo com Barreto (2002: 58), muitas associações, principalmente as mais antigas, viriam também a desaparecer ou a reduzir substancialmente os níveis de

participação e as suas áreas de influência devido *“por um lado, diversificaram-se as formas de exercício de influência e de pressão sobre os representantes e as decisões e a cultura do debate público e da consulta tem conhecido progressos. Por outro, o tecido institucional e associativo mais antigo não resistiu às novas tendências de evolução da sociedade”*.

Concluindo, a década de 70 assinala as primeiras políticas orientadas pelo poder local, resultado da descentralização do poder central. Contudo, essas políticas são orientadas para a construção de infraestruturas que funcionam como resposta às necessidades básicas das comunidades locais. Assiste-se, igualmente, à constituição dos primeiros movimentos associativistas que demonstram o começo da sensibilização da sociedade portuguesa para as questões ambientais. Contudo, na prática, as questões ambientais foram sendo relegadas para segundo plano, visto que, neste período da história portuguesa, as principais preocupações dos portugueses centraram-se nas questões de ordem social e económica e na debilidade de uma democracia “embrionária” que corria o risco de desaparecer face à agitação política e social que marcaram os primeiros momentos pós 25 de Abril. Sublinha-se que o início do processo de descentralização do poder acabou por dominar a agenda política, à época, secundarizando a temática ambiental e, conseqüentemente, a feitura de legislação específica nesta área. Desta forma, teria que se esperar pelos *“anos 80, pela perspetiva de adesão ao espaço comunitário, (...) para se definir e afirmar “linhas programáticas de atuação ambiental nacional, consolidadas (posteriormente) ao longo da década de 90”* (Queirós, 2002: 33).

3.4.3 Década de 80

3.4.3.1 De 1980 A 1986

A década de 80 ficou nitidamente marcada por duas velocidades no que respeita às questões ambientais. O período que antecedeu 1986 e o que o procedeu, isto é, o tempo que mediou a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (agora designada União Europeia) e o tempo após a entrada de Portugal nesse Organismo. Numa análise à situação socioeconómica do País, verifica-se que Portugal até, sensivelmente, 1985 se encontrou mergulhado num conjunto de problemas de natureza diversa herdada do período pós-revolução de 1974. Desses problemas identificados, destacam-se *“os atrasos significativos nas áreas da educação, saúde, segurança social, investigação e desenvolvimento; os efeitos do designado primeiro choque petrolífero (73/74) a que sobreveio o choque de 79; a deterioração do ritmo de crescimento económico; os efeitos do processo de descolonização e o conseqüente retorno de nacionais; a vivência em ambiente económico inflacionista; os movimentos de reequilíbrio da distribuição dos rendimentos pelos fatores de produção, entre outros de menor impacte global, condicionaram sobremaneira o desenvolvimento económico e social do país. A tudo isto acresceu ainda o impacte da nacionalização de uma parte substancial do aparelho produtivo com um conjunto de implicações a diferentes níveis, bem como uma situação económica caracterizada por grandes desequilíbrios no*

plano macro-económico que conduziram a que, no período referido, fossem realizados dois acordos (1978 e 1983) de estabilização económica com o Fundo Monetário Internacional (Gonçalves et al., 2000: 8).

A par desta conjuntura desfavorável, as esperanças no modelo de descentralização do poder, vivida na década anterior, desvaneciam-se. Este facto justificava-se, segundo Pereira (2000: 91), pela existência de uma legislação que é *“praticamente igual e única”* em todos os municípios, independentemente da heterogeneidade da rede municipal nacional. Este défice de ação política das autarquias e sua contínua dependência do poder central advém, segundo a leitura de Rodrigues (1997: 214), da incompleta *“transferência (do estado) de competências e de formas próprias e autónomas de angariação de receitas”*. Acrescenta o mesmo autor que o governo central preocupou-se mais propriamente com o reforço de verbas para as regiões e autarquias do que em garantir, efetivamente, os meios essenciais para a autonomia destas entidades. Desta forma, a asfixia financeira que as autarquias vivem, devido à incapacidade de se autofinanciarem, leva à necessidade de recorrer, com frequência, a verbas financiadas pelo Estado para a concretização de ações a nível local. Rocha (1998: 7) corrobora com esta visão da governação local, afirmando que *“apesar da burocratização do sistema político e da autonomia dos governos locais, estes continuam amarrados à tutela administrativa e completamente dependentes sob o ponto de vista financeiro; daí que o processo de decisão seja predominantemente administrativo”*.

Esta situação debilita a atuação das autarquias, fazendo do poder autárquico *“uma estrutura secundária na atual máquina democrática”* (Mozzicafreddo et al., 1988: 103). O poder local vivia uma situação de *“autonomia dependente”* do poder central o que limitava o seu poder de atuação e descaracterizava o papel político do poder local.

No que respeita às questões ambientais, este período fica marcado por uma certa retração social face ao verificado nos últimos anos da década anterior. A nível do Estado, e apesar do significado da criação do Ministério da Qualidade de Vida (MQV), em 1980 (passando este a tutelar, entre outros, a qualidade do ambiente), a primeira metade dos anos 1980 foi orientada para o *“restabelecimento das contas externas (...) sendo o orçamento atribuído para o desenvolvimento da política de ambiente (...) considerado modesto”* Queirós, 2002: 41). Vivia-se um tempo de austeridade económica, sendo um período marcadamente *“difícil para as atividades económicas”* (idem, *ibidem*), o que condicionava a promoção de iniciativas, incluindo as de índole ambiental. Porém, e apesar da contenção orçamental, salientam-se algumas ações difusas, com particular destaque para o alargamento do controlo da poluição hídrica da responsabilidade do Ministério dos Assuntos Sociais (através da aquisição de equipamento laboratorial) e do contributo dado pelo Ministério da Finanças e do Plano no apoio a grandes projetos, como o do Alqueva. Ao nível da sociedade, denotam-se a espontaneidade de movimentos cívicos que contribuíram para o aparecimento de novas organizações ambientais, como a *“Associação Portuguesa de Ecologistas/Amigos da Terra”* e, no ano de 1985, a *Associação Nacional de Conservação da*

Natureza (Quercus). Neste intervalo de tempo, tinha sido criado o partido “Os Verdes” (setembro de 1982) que vinha alterar “*levemente o panorama partidário*” (Rodrigues, 1995: 13).

Outros acontecimentos merecem ainda ser referenciados, pois revelam iniciativas, de caráter ambiental, que marcaram a atualidade, à época. Estas ações, de caráter popular, surgiram no âmbito do debate do nuclear em Portugal. No IX Governo Constitucional discutia-se a *agenda nuclear* e a escolha dos sítios para a implementação de centrais nucleares, por decisão da EDP, pressionada pelo, então, Gabinete de Proteção e Segurança Nuclear (GPSN) (ver Simão, 2005). Por sua vez, a opinião pública opunha-se à opção do Governo em querer instalar uma central/lixeria nuclear em território nacional, resultando, deste confronto de perspetivas, inúmeras iniciativas que foram marcando a agenda neste período. Este “*combate*”, iniciado já nos finais de 70, continuava a dominar as atenções, devido à insistência do poder político em querer alojar este tipo de material perigoso em solo português. Um dos “palcos” desta luta foi Ferrel, local escolhido para a instalação da primeira central nuclear portuguesa.

Foi num clima marcado pela agitação social que, através do ministro da Qualidade de Vida, Ribeiro Telles, surgiam dois novos conceitos: RAN (Reserva Agrícola Nacional), em 1982, e a REN (Reserva Ecológica Nacional), 1983, com o objetivo primordial de proteger da urbanização os terrenos de maior valor agrícola e ecológico, bem como aqueles onde seria perigoso construir. Sem antes terminar o ano de 1985, era extinto o MQV, dando origem ao recém-criado Ministério do Plano e Administração do Território (MPAT) que passou a integrar a Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (SEARN). Para Queirós (2002: 43), esta integração e reestruturação dos serviços no MPTA introduzia “*alterações significativas no percurso da política de ambiente desenvolvido pelo extinto MQV (...) o que parece representar não só, um salto qualitativo na política do ambiente como (...) talvez um sinal de preparação para as exigências da adesão à Comunidade Europeia que se avizinhavam*”.

Concluindo, este período caracterizou-se pela continuação da inércia vivida, na década anterior, em termos de tratamento de questões ambientais, ao nível dos vários poderes. Apesar das diferenças existentes, no quadro político português, onde se evidencia avanços na autonomia financeira das autarquias (face às verbas distribuídas pelo estado e contempladas no orçamento), este fator não teve o impacto esperado, devido, em grande parte, a um estado que evidenciava os mesmos vícios do passado, exercendo uma forte presença em matéria de política nacional, através, sobretudo, do “*garrote*” financeiro a que continuava a sujeitar o poder local. A escassez de verbas aliada a alguma inabilidade do poder local em tomar as suas próprias iniciativas resultava numa obstrução a políticas de caráter local.

3.4.3.2 De 1986 a 1990

O período de 1986 a 1988 “*marca o grande ponto de viragem do movimento de defesa do ambiente em Portugal*” (Melo e Pimenta, 1993: 150). Como referem Figueiredo e Fidélis (2000: 1)

“a integração de Portugal na União Europeia em 1986 foi de certa forma o Estado central a acelerar o processo de produção de legislação no domínio do ambiente, no sentido de fazer face aos novos requisitos ambientais e padrões de qualidade. O crescimento dos problemas ambientais em conjunto com a maior disponibilidade e acesso à informação e com a pressão social sobre o desempenho governamental, parecem igualmente ser fatores importantes do crescimento da ação ambientalista formal e informal a partir dos finais da década de 80”.

Desta forma se explica que, por força da transposição de legislação europeia para o ordenamento jurídico português se tenha assistido, nos finais da década de 80, a um *“fervilhar”* de novos diplomas no domínio da legislação ambiental. É neste contexto, e como refere Figueiredo (2003a: 126), que considera que a entrada das questões ambientais, na agenda social e política, em Portugal, não só foi *“mais tardia que nos outros países ocidentais (...) como só a partir de meados da década de oitenta [é que se pode] falar em preocupação política com estas questões”*.

Neste período, para além da forte campanha de sensibilização pública sobre esta temática, assiste-se a *“uma aceleração dos mecanismos tendentes a permitir uma mais ágil política de ambiente”* (Soromenho-Marques, 1998: 86), combinando-se mecanismos e instrumentos político-jurídicos com linhas de financiamento comunitário que contribuíram para a publicação, em Portugal, de dois importantes diplomas legais, a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de abril) e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei nº10/87 de 4 de abril). Convém referir que boa parte destas linhas de financiamento derivam da integração do ambiente no *Acto Único Europeu* (1987).

Saído do quadro da Lei de Bases do Ambiente, foi criado o Instituto Nacional do Ambiente (INAmb), em 1987, que teve como linha orientadora promover a educação ambiental, por meio da formação e informação dos cidadãos sobre a temática, através *“do apoio e promoção de projetos de educação ambiental e de projetos ligados à defesa do património natural (...) para além do apoio às associações de defesa do ambiente, que passam a desenvolver ações de sensibilização e formação com as escolas”* (Pinto, 2004a: 4).

Neste contexto, e apesar da integração de Portugal na U.E ter conduzido, segundo Ruivo (2004b: 1), a *“alguma perda prática de soberania nacional (...) conduziu igualmente, deste modo e necessariamente, ao aprofundamento de outras escalas territoriais, como as dos sistemas políticos locais e dos poderes regionais”*. Neste âmbito, a entrada de Portugal na União Europeia foi um marco decisivo para o reforço do fenómeno da reterritorialização que se contrapõe ao da desterritorialização, isto é, *“que as subjetividades e afetividades, incluindo as políticas, se constroem a nível local. Que a produção do sentido parte de uma base territorial. E que os territórios, portanto, são fundamentais para os exercícios da política local, reafirmando-se assim a descentralização”* (Ruivo, 2004a: 5). Neste período, o poder local sairia reforçado, não só pelo novo paradigma político, mas também pela relevância dos *“fundos estruturais europeus que*

reforçaram a capacidade de investimento das autarquias” (Rodrigues, 1997: 215). Como recorda Rodrigues, (1997: 215), “os programas de apoio comunitário preveem sempre uma participação financeira do município”, o que constitui uma vantagem adicional para a implementação de políticas a nível local.

Como refere Ruivo (2004a: 6-7), tinha chegado o momento ideal para os governos locais serem “exortados a incluir nos seus programas e práticas determinados mecanismos de mobilização para a participação, cujo respeito possa ser devidamente fiscalizado pela cidadania local. Por esta forma se melhoraria a ligação entre os cidadãos e o seu Poder Local, elaborando-se uma plataforma para aqueles exercerem influência sobre as próprias autoridades que elegeram”.

Todavia, esta foi uma oportunidade considerada perdida, ou mal aproveitada, devido à apatia vivenciada pela sociedade portuguesa, onde imperava o alheamento dos cidadãos face à vida política e um elevado grau de desconhecimento de assuntos de interesse público, realidade esta confirmada através da leitura do relatório do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), (2003: 24), “As debilidades da cultura cívico-política dos portugueses prender-se-ão, assim, com a persistência de uma sensação generalizada de ineficácia (na medida em que as pessoas sentem que a sua opinião pouco ou nada conta para alterar as decisões do poder), de um não menos generalizado sentimento de incompreensão perante o ‘mundo da política’ e da administração pública e de um disseminado sentimento de desconfiança face ao Estado, que vê o poder político em conluio ou condicionado por interesses menos públicos que privados”. O presidente da Associação Nacional para a Cidadania Ambiental (CIDAMB), José Sá Fernandes, corrobora esta opinião, acrescentando “que as causas primeiras para o défice de participação na sociedade portuguesa, a falta de tempo e de disponibilidade dos cidadãos, advinda das condições de vida atuais, mas enfatizou, sobretudo, a falta de informação em geral e a excessiva tecnicidade da informação disponibilizada, bem como a não publicitação atempada de soluções alternativas para os vários problemas colocados e a divulgação insuficiente de factos e de legislação que, em conjunto, dificultam o empenhamento do cidadão comum, determinando que, frequentemente, ele só se aperceba e atue perante factos consumados e sem uma noção clara das várias opções disponíveis” (idem, *ibidem*). Para Benavente, Mendes e Schmidt (1997: 74), o centro do problema identifica-se, efetivamente, com aquilo com que as autoras designam de *fraqueza dos mecanismos de participação na vida pública*, contudo, segundo as mesmas, o problema recai sobretudo “num certo divórcio entre o quotidiano dos cidadãos, os partidos e os políticos”. Para tal, as autoras caricaturam esta relação (*in*)existente entre o cidadão português e o Estado, remetendo para o jogo do *rato e do gato*. Neste, o Estado patrão, punitivo, que tudo quer, pode e manda, desempenha o papel de gato (animal predador) e no papel de rato (a presa) o cidadão a que tudo obedece, calado, mudo ou a ranger os dentes (ver Benavente *et al.*, 1997) que vai cultivando o desprezo, a desconfiança e a insatisfação face ao Estado, resultando num fosso entre políticos/ a política e o cidadão.

Concluindo, o final da década de 80 é marcado por um conjunto de circunstâncias políticas que evidenciaram o reforço da autonomia dos governos locais. Este período foi, sem dúvida, considerado um marco importante para Portugal pelo conjunto de situações favoráveis que se conjugaram à época. Assim, a par do novo paradigma de desenvolvimento humano que emergiu no contexto mundial (desenvolvimento sustentável), a nova situação política em que Portugal se inseria, sendo membro da União Europeia, contribuía para alterar o quadro de funcionamento do sistema político-administrativo português, face à disponibilidade de mais meios e recursos económicos, provenientes da Comunidade Europeia. Todavia, na prática, as leis ambientais viviam um estado de letargia sem aplicação efetiva, como se verifica da análise à Conta Geral do Estado de 1989 (com um total de 2.728,8 milhões de contos), sendo que ao MPTA competia 143,7 milhões de contos, dos quais apenas 11,7 milhões são atribuídos a gastos com rubricas ambientais (ver Queirós, 2002). A década de 90 seria decisiva para se proceder à aplicação de legislação ambiental, continuamente adiada nos períodos anteriores, e para se avaliar o avanço de Portugal em matéria de desenvolvimento sustentável.

3.4.4 Década de 90

Portugal entra na década de 90, com a economia portuguesa a registar uma *“fase decrescente do ciclo, a qual durou basicamente até 1995”* (Gonçalves, 2000: 9). A nível ambiental, era criado, no ano de 1990, o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, dirigido pelo ministro Fernando Real. Neste mesmo ano, surge a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA). Neste período, assiste-se à publicação de inúmeras *“leis do ambiente”*, elaboradas na segunda metade da década de 80 (a década considerada de ouro em matéria do ambiente, em Portugal). Como sublinha Schmidt (1993: 11), só agora é que as leis saíam, *“à última hora, quase sempre desfiguradas, cheias de atilhos, rodeadas de cláusulas excecionais e, acima de tudo, sem meios de aplicação e eficácia”*. Bastava *“consultar o programa de governo tanto de 85 como de 91 e confirmar que algumas promessas cruciais ficaram no papel: a lei de bases de ordenamento do território, a aplicação da taxa de poluidor-pagador, a lei da água, a redução da poluição atmosférica, os incentivos à reciclagem...”* (Schmidt, 1999a: 17).

Neste contexto, acontece em Portugal o que sucede na pluralidade dos Estados Membros da União Europeia e que, segundo Antunes (s.d.), se relaciona com o facto da maioria da legislação ambiental, ao nível de cada país, se instituir em resposta aos Regulamentos e Diretivas comunitárias. O caso português não é exceção, datando a principal legislação nacional sobre ambiente para o período pós 1986, momento em que Portugal se tornou membro da referida instituição. Porém, e como anteriormente foi referido, observa-se que a política governamental do ambiente, ao nível mais institucional, é mais consubstanciada a partir de 1990. Inclusive, o Decreto-Lei n.º 186/90 de 6 de junho, que introduz *“no direito interno as normas constantes da Diretiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho de 1985, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente (...)* e que orienta para a *concretização dos*

objetivos que presidem à Lei de Bases do Ambiente” (Decreto-Lei n.º 186/90 de 6 de junho, prefácio) remete para o ano de 1990.

A década de 90 viria a ser pautada por antagonismos, por um lado, um aumento considerável de legislação ambiental à qual se contrapunha a sua insuficiente abrangência, por outro, os progressos na legislação, em matéria ambiental, que eram contrariados com o agudizar dos problemas ambientais, como se pode identificar com o seguinte testemunho: *“A floresta ardeu ano após ano, cada vez mais, culminando no corrente ano eleitoral (1991) (com quase 160 000 ha de chacina); a zona costeira sofreu um embate de enormes pressões urbanísticas e de poluição marítima como nunca houvera (36 000 t de crude em 1990); as águas dos rios e águas subterrâneas continuaram a ser irreversivelmente degradadas; saneamento básico, tratamento de resíduos e lixos, estão hoje ainda mais aquém das necessidades; as áreas de paisagem protegida viveram ao longo destes anos um período de assédio urbanístico e empresarial face ao qual o Estado pouco mais conseguiu fazer do que disfarçar ou adiar. Finalmente, outro inquietante acidente foi o absoluto desgoverno da ocupação urbanística: não houve planos diretores municipais ou planos regionais de ordenamento do território que regrassem o estaleiro de obras em que o país se tornou”* (Schmidt, 1993: 12).

Como já foi referido, e apesar do esforço legislativo, continuavam a persistir importantes falhas de proteção a bens vitais à saúde e à qualidade de vida dos portugueses, tanto ao nível do ar, água, tratamento do lixo, ruído, áreas protegidas, entre outras. Não pretendendo ser exaustivo nesta matéria e recorrendo ao olhar de Luísa Schmidt sobre o estado do ambiente, passar-se-á em revista os principais diplomas que foram publicados pelo governo central para fazer face aos problemas que caracterizavam o País, no princípio da década de 90.

- Em relação à regulação da qualidade do ar, foi publicado o Decreto-Lei n.º 352/90 juntamente com a instalação de uma rede nacional de medição da qualidade do ar. No entanto, a não regulamentação desta lei resultou na sua falta de efeito prático, aliado ao facto de existirem reduzidas equipas de inspeção e fiscalização que pudessem garantir o cumprimento dos parâmetros de qualidade do ar, por parte das indústrias.

- Relativamente às normas de qualidade da água, foi publicado o Decreto-Lei n.º 74/90 em conjunto com o Decreto-Lei n.º 70/90 que incide sobre a gestão da água, que criou o INAG (Instituto Nacional da Água). Neste período, deu-se início à despoluição de alguns rios, como a Ria de Aveiro, Rio Águeda, Rio Tejo e Rio Trancão, assim como à construção de inúmeras ETARs (estações de tratamentos de águas residuais) e à melhoria do sistema nacional de abastecimento de água e saneamento básico. Neste capítulo, o principal problema reside na fiscalização, ou melhor, na falta dela. A fiscalização ficava a cargo de apenas seis inspetores que eram responsáveis pela vigilância das descargas clandestinas das fábricas. Desta maneira, não só era raro apanhar em flagrante delito os responsáveis pela contaminação das águas, como o de os

obrigar a pagar, visto que o princípio do poluidor-pagador ainda carecia de regulamentação.

Quanto ao lixo, o governo português publicou o Decreto-Lei n.º 121/90 que regulamenta a circulação transfronteiriça de resíduos, assim como a Portaria n.º 768/88 que obrigava as câmaras municipais a fornecerem informações sobre a quantidade, características e destino final dos respetivos resíduos urbanos. Verificou-se uma melhoria na recolha de lixos, a par da construção de alguns aterros sanitários para receberem os resíduos urbanos.

Neste encadeamento, verificava-se um aumento da recolha dos lixos com o incremento de contentores, mas tal não significava que este fosse alvo de qualquer tipo de tratamento *a posteriori*. Na maioria dos casos, eram unicamente transportados para os aterros sanitários que se constituíam apenas como “lixeiros”.

A poluição sonora viria a ser regulamentada, através do Decreto-Lei n.º 251/87. Nesta fase deu-se início à instalação da rede nacional de medida da poluição sonora. No entanto, da teoria à prática vai uma enorme distância e este caso não foi exceção. A rede nacional de medida não procedeu a qualquer levantamento ou classificação das zonas, de acordo com os níveis de ruído emitidos, não “ecoando” qualquer fiscalização digna desse nome.

As áreas protegidas foram alvo de atenção governativa. Foram criadas 4 novas áreas protegidas: do Sudoeste alentejano e Costa Vicentina e do litoral de Esposende; A Reserva Natural do Paul de Arzila e o Parque Natural da Serra de São Mamede. Algumas matas florestais nacionais não exploradas passaram para a dependência dos parques: Choupal, Mata de Vale de Canas, Matinha de Queluz, Trafaria, entre outras. Verificou-se um aumento do número de guardas da Natureza assim como o aumento do efeito dissuasor sobre a construção civil clandestina. Contudo, a criação das áreas protegidas não se traduziu numa resolução efetiva e eficaz dos problemas. Em alguns casos, trouxe consigo mais problemas, devido à falta de meios humanos e técnicos suficientes para a conservação, manutenção e vigilância dos mesmos.

Face ao exposto, não se pode negar que existiram avanços em matéria de legislação ambiental, em Portugal, contudo também é indesmentível que o aumento dessas publicações não alterou substancialmente o quadro ambiental agonizante que era conhecido no início dos anos 90.

Neste âmbito, a esperança residia no Poder Local e sua ligação aos cidadãos como forma de solucionar os problemas. Tendo existido progressos, no final da década de 80, com a suposta autonomia do poder local, os portugueses acreditavam na multiplicidade de formas e de mecanismos de atuação política local e sua eficácia em relação ao modelo tradicional de governação central.

No entanto, na prática (e como foi referido anteriormente), os municípios continuavam reféns do poder central face à forte dependência das suas finanças, como reforça Rodrigues (1997: 215-216), “*as finanças locais têm vindo, pois, a tornarem-se um claro objeto de dependência do poder*

local face ao Estado. Afigura-se-nos um dado irrefutável que não pode haver autonomia se não houver participação e se essa participação não se enquadrar em mecanismos de decisão financeiramente viáveis” e acrescenta que “parece-nos, assim, claro que os princípios da descentralização e da autonomia — para os quais contribuí decisivamente a existência de uma efetiva autonomia financeira — não têm sido claramente impulsionados pelos poderes decisórios”.

Desta forma, observa-se uma submissão do poder local ao Estado face a uma Lei das Finanças Locais, aprovada pouco tempo depois do 25 de Abril, que ao regulamentar as verbas a atribuir aos municípios estrangulava a sua efetiva autonomia, como reconhece Mourão (2005: 8), *“a divisão de responsabilidades que justifica um fluxo financeiro que parte de uma entidade central no sentido de unidades subsidiárias reconhece que a dotação descentralizada de recursos, destinados a suprir necessidades populacionais e de agentes locais, provoca vantagens diversas a uma apreciação concentrada nos órgãos máximos decisores”.* Desta forma, *“a dignidade constitucional do Poder Local tendeu normalmente a ser manipulada pela mentalidade centralista que continua a predominar entre nós. E a essa dignidade foi sempre difícil fazer corresponder os meios necessários, nomeadamente financeiros”* (Ruivo, 2004a: 4).

Torna-se evidente que, em plena década de 90, era preciso proceder a negociações individualizadas entre poder local e poder central para que os municípios conseguissem captar uma série de investimentos complementares que possibilitassem uma intervenção autárquica eficiente e reconhecida pela comunidade local. Para muitos autores, este exercício, para além de constrangedor, limitava o papel do poder local, como explica Ruivo (2004a: 4), *“este exercício, tão comum e frequente nas relações entre Poderes Local era (...) verdadeiramente chocante (...) visto que a negociação se transformou em negócio assumido pelas mais altas instâncias da governação, moedando interesses nacionais e locais”.*

Nesta conjugação de acontecimentos, o poder local dependia, para captar verbas para o orçamento local, da astúcia e do *“peso político”* do Presidente de Câmara, assistindo-se a uma configuração política, no mínimo, caricata. Por um lado, um poder local que *“vivia”* da *“figura do Presidente da Câmara (...) que ganhou um relevo e uma dimensão que, até 1989, não tivera”* (Oliveira, 1996: 384) e, por outro, a necessidade de ter de estar *“alinhado”* com as políticas do poder central como forma de obter verbas adicionais para a prossecução de intervenções de carácter local.

Ora, a oportunidade perdida (referida no início deste ponto) dos poderes locais se tornarem autónomos e se focarem nos problemas da sua comunidade esbarra com uma postura passiva e descrente dos cidadãos locais que se debatiam com a seguinte dicotomia: por um lado, verificam que o sistema político português continua a ter uma tradição altamente centralista e, por tal, menosprezam a sua força reivindicativa, pois acreditam que a sua influência seja insuficiente para ultrapassar a esfera política local, mas, por outro, querem exercer um papel mais ativo, a esse

nível, pois reconhecem a sua força como eleitores responsáveis pela escolha de políticas. Neste panorama político, realça-se o papel que o poder sublocal pode desempenhar como forma de contornar esta tendência “obstrutiva” à sustentabilidade. Neste âmbito, as Juntas de Freguesia, como órgãos de poder mais próximos dos cidadãos, poderiam e deviam ter um papel mais pró-ativo nos processos de sustentabilidade. Contudo, as expectativas são defraudadas quando se observa uma descentralização muito parcial da instauração da democracia, como expõe Rodrigues (1997: 199), “*as mudanças surgidas com a "Revolução dos Cravos" significaram necessariamente uma alteração do quadro jurídico-legal do poder autárquico, até por via da própria revisão constitucional que sucedeu ao movimento dos Capitães de Abril. No entanto, é importante sublinhar que tal alteração foi muito menos profunda do que seria de desejar e teve sobretudo algum impacto a um nível intermédio do poder local, ou seja, no que respeitou às competências e organização das Câmaras Municipais. As Juntas de Freguesia não foram devidamente consideradas nas disposições legais alteradas e têm hoje sensivelmente o mesmo estatuto que tinham há 23 anos. A exceção refere-se à recente promulgação da Lei 11/96, de 18 de abril, cujo teor permite o exercício do mandato dos Presidentes de Juntas de Freguesia (com mais de 10 000 eleitores recenseados) a tempo inteiro*”. O mesmo autor acrescenta “*que a nível local do poder político — as Juntas de Freguesia — não foram reorganizadas em função da pretensa descentralização estatal que então fazia parte dos discursos político-partidários*” (idem, 200). De acordo com Pauleta, (1997:3-4), todos os “*tipos de freguesia, se debatem com uma insuficiência de meios e de instrumentos de intervenção*” e termina referindo que os “*escassos meios financeiros, obrigam, este nível de administração a atuar em articulação com os municípios*”, o que as deixa muito vulneráveis, dependentes e limitadas na sua ação.

Neste quadro, as Juntas de Freguesia continuavam politicamente marginalizadas em relação ao processo de descentralização, não existindo uma emancipação face ao poder central e, assim sendo, subsistem como um poder “vazio” que nada acrescenta no domínio da subsidiariedade de poderes. É neste ambiente em que predomina a sensação de nova oportunidade falhada ou, pelo menos, não aproveitada em termos de ganhos de autonomia local que, ao nível global, tinha lugar a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Nesta conferência, e como “*resultado de um processo de negociações políticas e diplomáticas (...) foram elaborados (...) documentos que constituem, até hoje, uma referência imprescindível ao nível da definição de práticas e políticas ambientais, tanto no plano nacional como internacional*” (Serra, 2001: 3). Como já foi anteriormente referido, um desses documentos conduziu Portugal a transcrever “*os princípios de ação da Agenda 21, com elaboração de uma Agenda Temática e uma Agenda Programática, envolvendo todos os organismos da Administração e principais parceiros sociais*” (MAOTDR, 2001a: 64).

Estas iniciativas ambientais de carácter global levaram a novos compromissos nacionais, através de programas que foram sendo promovidos, com especial destaque para as mudanças operadas,

em 1993, na Lei Orgânica do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, dando-se a reestruturação do INAmb que é substituído pelo Instituto de Promoção Ambiental (IPAmb). Um ano depois, em 1994, com o designado *Caderno Verde – Comunicações SA* era revista a forma de informar e divulgar comunicação ambiental. Foram desenvolvidos “*alguns projetos em articulação com entidades públicas e privadas que passam por edição de revista e anuário Fórum Ambiente, campanhas de comunicação e educação ambiental, produção de materiais pedagógicos e formação, entre outros*” (Pinto, 2004a: 5). Em 1995, com a publicação do primeiro documento sobre *Plano Nacional de Política de Ambiente (PNPA)* procurou-se promover uma melhor articulação entre as políticas sectoriais de educação, ambiente e formação, numa perspetiva de finalidades comuns e responsabilidades partilhadas. Pretendeu-se, enfim, efetivar a Educação Ambiental em Portugal. No ano de 1996, ocorreu um evento que conjugou a iniciativa nacional com a internacional e que foi marcado pela realização da 2ª Conferência das Vilas e Cidades Europeias Sustentáveis, realizada na capital portuguesa, e que transmitiu a necessidade de pôr em prática os mecanismos necessários para atingir as intenções gerais apontadas na Carta de Alborg. Nesta conferência foi aprovado o documento “*Da Carta à Ação*”, “*baseado nas experiências, conforme relatado e debatido nos 26 workshops da Conferência, e toma em conta os princípios e as recomendações especificados na Carta de Aalborg*” (SCECVS, 1996: 2).

Porém, no rol destas iniciativas não se encontrava referenciado um único processo de A21L, decorridos que estavam alguns anos após a realização da Conferência do Rio. Foi preciso esperar pelo ano de 1996 para se vislumbrar os primeiros casos de *Agendas*, de âmbito nacional. Contudo, as primeiras iniciativas, deste âmbito, arrancaram com a designação de Planos Municipais de Ambiente e resultaram em “*pseudo*” *Agendas 21L*, isoladas no contexto nacional e desarticuladas com os princípios do desenvolvimento sustentável. Tal situação derivou de um enquadramento sociopolítico marcado pela ausência de colaboração Estatal que deixou ao *livre arbítrio* a implementação destes instrumentos. O que se observou foi a forma “atrapalhada” como se iniciaram estes processos em que, à luz da natureza de uma A21L, dificilmente poderiam ser identificados como tal aliado ao facto destas iniciativas decorrerem da total responsabilidade do poder local, designadamente das autarquias.

Não é de estranhar que para muitos autores só se considere que, efetivamente, as A21L tenham começado no início do século XXI. Segundo Pinto (2004b: 40), “*Portugal encontra-se, neste momento (2002), a dar os primeiros passos a nível dos compromissos assumidos, nomeadamente na implementação da Agenda21 a nível do Estado e a nível das autarquias locais, colocando em promessa de execução algumas das grandes linhas em planos de governo e das diversas instâncias legais que a elas se tinham obrigado pela assinatura dos acordos decorrentes da Cimeira do Rio ou da Carta de Aalborg*” (a abordagem a este assunto será desenvolvida mais à frente).

Concluindo, chegava-se ao final da década de 90 com Portugal a apresentar défice de implementação de políticas inseridas no modelo de desenvolvimento sustentável. Contudo, o país depara-se com sérios obstáculos. Soma-se a um Estado bastante alheado dos seus compromissos internacionais, um poder local que se debatia com dificuldades de intervenção local face a uma Nova Lei das Finanças Locais que, para muitos políticos e economistas, asfixia financeiramente as autarquias, comprometendo a logística das ações locais. Conjugava-se, ainda, a fraqueza de um poder sublocal, as Juntas de Freguesia, consideradas como poder vazio destituídas de meios e ferramentas para intervir que colocavam em causa o princípio da subsidiariedade, princípio consagrado na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, Capítulo I, artigo 1º, que estabelecia *“o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”*. Constata-se que a população, de uma forma geral, não compreendia verdadeiramente a natureza do *novo paradigma de desenvolvimento sustentável* e que por tal apresentava uma participação passiva, pouco interventiva, evidenciando falta de consciencialização ambiental. A tudo isto, acresce um Estado pouco zeloso que se omite no dever de informar a população em matérias de interesse nacional, como são as de carácter ambiental. Neste item, observa-se que o lançamento da “Rede Nacional de Ecotecas, em 1997”²², levado a cabo pelo IPAMB e o ICN (em colaboração com autarquias e outras entidades públicas e privadas) pretendeu colmatar o défice de informação e facilitar o acesso da população à informação ambiental. Reconhecendo-se falhas de comunicação entre o Estado e a população, dava-se início, em 1999, aos *“(…) trabalhos formais para a elaboração de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental”* [Universidade Católica Portuguesa, 2006: 33].

3.4.5 De 2000 até à atualidade

Decorrente da fraca adesão nacional ao instrumento da A21L, na década anterior, torna-se claro que o início do século XXI teria de ser pautado, a nível político, por uma maior eficiência na prossecução de objetivos de sustentabilidade. Neste contexto, verifica-se a formulação de novas estratégias nacionais para o cumprimento do paradigma atual que, contudo, datam apenas do ano 2002. Nesse ano, foi apresentada a primeira versão da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) que, finalmente, aludia de forma concreta ao papel da A21L. Contudo, nem mesmo com a entrada em vigor deste documento se observou uma clara envolvimento de uma qualquer instituição oficial na divulgação ou promoção da Agenda 21L, *“resumindo-se as poucas ações na promoção da sustentabilidade local provenientes de grupos de peritos como são os casos da associação CIVITAS, de ONGs, de escolas e centros de estudos universitários que, de forma mais ou menos ad hoc, vão implementando projetos locais de desenvolvimento”* (Schmidt, 2006a: 22).

²² Por Ecoteca, passou-se a designar um espaço didático e pedagógico, aberto a todos os cidadãos, onde é privilegiada a informação, a sensibilização e a formação sobre o ambiente.

A ENDS teve, contudo, a mais-valia de introduzir como grande desígnio nacional o de *“fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social”* (ENDS, 2006: 12), adotando-se uma estratégia global de desenvolvimento sustentável que passa, indubitavelmente, pelo sucesso da implementação de A21L. Para alcançar tais propósitos, a ENDS, (2006: 15) deverá *“constituir-se como referencial para a aplicação dos fundos comunitários no período 2007-2013, tendo-se garantido, para este efeito, uma total articulação com as orientações e princípios definidos no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)”* que se orientam para *“a elaboração dos programas operacionais temáticos e regionais para aquele período”* (MAMAOT, s.d.). Ficava assegurado o recurso a novas fontes financeiras e aberta a “porta” para um poder local que tinha evidenciado falência das suas políticas locais de sustentabilidade, devido, em grande parte, a escassez de recursos (como já foi referido anteriormente).

Para a persecução dos 7 grandes objetivos que orientam o desenvolvimento sustentável, em Portugal, foi criado o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS) que apresenta para cada objetivo estratégico, de acordo com as prioridades e vetores definidos, as principais medidas públicas a concretizar. Não querendo ser exaustivo, vou procurar salientar as principais áreas de intervenção incidindo sobre quatro dos seus objetivos.

O **primeiro objetivo** visa melhorar as qualificações dos portugueses e criar competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento, acelerando o conhecimento científico e tecnológico como base para a inovação. O combate ao insucesso escolar é prioridade no conjunto de reformas que se pretende implementar na educação, como forma de aumentar os níveis de sensibilização e de informação no seio de uma sociedade em que se deseja efetuar mudanças comportamentais, em particular no que diz respeito às questões ambientais. A prossecução deste objetivo da ENDS advém do reconhecimento, constante no próprio capítulo 36 do documento da A21L, que a *“educação é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a capacidade das pessoas interagirem com o ambiente e as questões do desenvolvimento”* (UNCED, Agenda 21, capítulo 36). Neste âmbito, remete-se para a importância da implementação de A21Escolar, em Portugal, sendo de sublinhar a X Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, apresentada pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) em janeiro de 2003, sobre o tema *“Agenda 21 Escolar, um rumo para a sustentabilidade”*.

Este evento anual, que decorreu no âmbito do ECONET21²³, teve a particularidade de ser, e como refere Pinto (s.d: 2), um *“acontecimento anual marcante, de âmbito nacional, para todos os que nela participaram e para as respetivas organizações que os participantes influenciam”*. A relevância deste evento prende-se, sobretudo, ao facto de se constituir como uma das mais visíveis tentativas de implementar no terreno uma A21E, em Portugal. Dos trabalhos

²³ Programa para a criação de um programa de formação de professores à distância e de materiais de apoio, na temática da Agenda 21 Escolar.

desenvolvidos, nas X Jornadas, destaca-se o *workshop* sob o tema “*Agenda21 Escolar, do compromisso municipal ao compromisso escolar*”, que contou com o contributo de Eduardo Santos, Úrsula Caser, do CIVITAS, Hilda Weissmann, do Ayuntamiento de Barcelona e Joaquim Ramos Pinto da ASPEA, que desenvolveram a base de um processo de implementação de A21E, neste caso, ligado à Agenda Escolar de Aveiro e que, atualmente, continua a ser referência nacional em matéria de A21E. Até à data da realização desse evento (2003), tinham sido incrementados outros programas de educação ambiental / educação para o desenvolvimento sustentável dirigidos à comunidade escolar, destacando-se o programa Prosepe, Eco-Escolas, Jovens Repórteres para o Ambiente e Olimpíadas do Ambiente. De forma muito sucinta, descreve-se a finalidade desses programas: O programa Prosepe institui-se, desde o ano escolar 1993/1994 como um projeto de educação florestal que abrange alunos desde o 1º ciclo de ensino até ao secundário, da responsabilidade do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF) e do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em parceria com a Direção Geral dos Recursos Florestais.

O programa visa sensibilizar a “*comunidade escolar para a importância da floresta e da sua preservação, centrando-se na problemática dos incêndios*” (GEA, 2006:95) O Programa Eco-Escolas, implementado em Portugal no ano letivo de 1996/1997, saído de uma iniciativa europeia da Associação Azul da Europa (ABAE) e da Fundação para a Educação Ambiental na Europa (FEE Portugal) cujo destino principal são as escolas do ensino básico. É um programa muito similar ao que deriva da implementação do capítulo 36 da A21 (Agenda 21 Escolar), pois tanto um como outro têm “*implicações diretas com o meio ambiente envolvente além do que ambos celebram o dia da A21E, associado a A21L*” (Bastida, Iza, Abaitua, 2007: 114). Acresce que este programa foi mais uma iniciativa, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, que agregou a A21L e A21E. O programa Eco-Escolas procura “*encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, incentivar a gestão dos espaços escolares e sensibilizar comunidades, bem como estimular a criação de parcerias locais entre a escola e autarquias, empresas, órgãos de comunicação social e outros agentes*” (idem, 93). Para ser atribuído o galardão das Eco-Escolas, cada estabelecimento de ensino terá de submeter um relatório síntese das atividades desenvolvidas e realizadas, no âmbito deste programa, à comissão nacional para posterior avaliação. Em caso de cumprimento dos requisitos exigidos, a escola pode vir a ser reconhecida com a Bandeira Verde. O programa Jovens Repórteres para o Ambiente é, igualmente, dinamizado pela ABAE e FEE Portugal e teve início no mesmo ano escolar (1996/1997), sendo, no entanto, de caráter internacional e dirigido aos alunos do 9º ao 12º ano de escolaridade. Com este programa procura-se preparar os jovens no “*exercício de uma cidadania ativa na defesa do ambiente, através da sua participação nos processos de decisão*” (idem, *ibidem*).

Já no que concerne às Olimpíadas do Ambiente, da iniciativa da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza e da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, promove-se um concurso, de âmbito nacional, aos alunos do 3º ciclo do ensino básico e secundário, como forma de promover “o conhecimento e interesse pela temática ambiental nas suas múltiplas vertentes” (idem, 94). Concluindo, esta diversidade de iniciativas visam aumentar os níveis de informação, sensibilização / consciencialização dos portugueses para às questões da sustentabilidade, desempenhando a educação um papel vital como processo de formação de indivíduos.

O **segundo objetivo** é orientado para o crescimento mais rápido da economia portuguesa, incentivando-se o aumento da produtividade, através de um forte investimento nos setores de bens e serviços transacionáveis. Neste âmbito, e sendo o crescimento económico um dos vértices do desenvolvimento sustentável, vai procurar-se criar um novo impulso à inovação empresarial e promover o empreendedorismo de forma a contrariar os números do desemprego atuais e de contribuir para o aumento do peso das exportações, na nossa balança comercial. Como refere Mota *et al.* (2005: 21), com o segundo objetivo da ENDS procura-se “dar maior ênfase às opções de política (em Portugal) que possam contribuir para obter um crescimento económico mais rápido e sustentado, por forma a que o País retome em menos tempo uma clara trajetória de convergência com a UE”. Aliás, como refere Aguiar-Conraria *et al.* (2010: 1), a “evolução da economia portuguesa nas últimas décadas não pode ser dissociada dos processos de integração na União Europeia (UE) e na União Económica e Monetária (UEM)” (...), visto que a “adesão de Portugal ao euro, em janeiro de 1999, correspondeu a uma mudança de regime económico e foi provavelmente o mais importante acontecimento na economia portuguesa das duas últimas décadas”. Segundo os mesmos autores, existe uma “coincidência temporal entre o período de participação na UEM e o fraco desempenho económico da economia (...), parecendo existir uma relação entre esses dois factos” (idem, 2), até porque a integração (de Portugal) na UEM “foi acompanhada de continuado afastamento do padrão de crescimento do produto na UE15” (idem, 5).

Apesar de poderem ser avançados vários fatores para justificar a atual crise económica em Portugal, como o “papel do aumento da concorrência internacional decorrente da integração dos países do Centro e Leste da Europa na União; a entrada da China na Organização Mundial de Comércio com o fim das quotas impostas pela UE à importação de alguns bens manufaturados daquele país (...) as fragilidades estruturais ao nível do capital humano e a rigidez nos mercados de trabalho e no mercado de bens e serviços, que terão dificultado a sua reconversão sectorial (...) e também à adoção de políticas económicas inadequadas ao novo regime da economia portuguesa” (idem, *ibidem*), o certo é que, independentemente da origem dos problemas económicos, o Portugal de hoje (con)vive com uma grave situação económica que exige mudanças rápidas de rumo sendo a ENDS mais uma ferramenta orientada para ultrapassar os desafios da sustentabilidade.

O **terceiro objetivo** incide no outro vértice do *triângulo* da sustentabilidade, o ambiente. No atual modelo de desenvolvimento, procura-se integrar, por um lado, a proteção do ambiente com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, de forma que o património natural seja evidenciado como fator de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos setores da sociedade, seja encarado como uma oportunidade para o garante da sustentabilidade. Com a consecução deste objetivo, inscrito na ENDS, procura-se *“assegurar o cumprimento das metas assumidas por Portugal de redução das emissões de gases com efeito de estufa e promover a transição para padrões de produção e de consumo sustentáveis”* (Mota *et al.*, 2005: 101). Tais metas são difíceis de atingir, quando se verifica que os portugueses não possuem uma cultura pró-ativa em matéria de defesa do ambiente. A sua passividade, permissividade e alienação aos problemas, associada a um poder político pouco hábil a lidar com assuntos de índole ambiental (exemplificado na inabilidade inicial demonstrada aquando do desenvolvimento de processos de A21L) conduziram o país a um estado de (in)sustentabilidade, como referem vários autores, com destaque para Schmidt (2007). É neste enquadramento político-social e económico (analisado anteriormente) que se construiu o Portugal de hoje, marcado pelo fraco desempenho ambiental que compromete, não só o futuro das nossas gerações, como a própria imagem do país que, estando cada vez mais integrado numa estrutura comunitária, sai claramente penalizada com o agravar da situação.

Neste âmbito, compete, igualmente, fazer uma breve análise ao panorama geral do ambiente, em Portugal, como forma de averiguar os principais problemas que afetam a realidade nacional e que estão na base da delimitação de objetivos e na importância que a adoção de medidas e instrumentos de sustentabilidade (onde se inclui a A21L) têm para a consecução dos princípios da sustentabilidade do nosso país e para a exequibilidade dos objetivos e metas delineados na ENDS, em particular. Para tal, é proposto um exercício de introspeção ao estado do ambiente mensurado num conjunto de parâmetros de carácter ambiental e na apreciação às medidas subjacentes tomadas para enfrentar os desafios da sustentabilidade. Para esse efeito, a análise terá como base documental os Relatórios Anuais do Estado do Ambiente, conjunto de documentos que decorre da Lei de Bases do Ambiente e que permitem fazer uma *“comparação com as metas estabelecidas para o ambiente e para a qualidade de vida dos portugueses, tanto a nível nacional como europeu ou internacional”* (APA, 2006: 5).

No que respeita à qualidade do ar, e no âmbito do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades da União Europeia, ultrapassamos *“aproximadamente 3% a meta estabelecida por Portugal para 2008-2012”* (APA, 2009: 32), sendo que, de acordo com o mais recente Relatório do Estado do Ambiente (REA) em Portugal, de 2009, as Emissões dos Gases de Efeito de Estufa (GEE) situaram-se acima dos 30% do valor de 1990 (face à Quantidade Atribuída). Olhando para o período recente de 2004/2005, não só se verificou um aumento de 1% dos GEE como os valores, em Portugal, eram 40,4% superiores em 2005 em relação ao ano de 1990 (ano base) (EEA, 2007a: 3). Os poluentes atmosféricos que mais contribuem para a deterioração da

qualidade do ar, em Portugal, são o “ozono troposférico e as partículas, sendo estes os poluentes mais preocupantes em termos de saúde pública” (APA, 2006: 5). Não é então de admirar que, só em 2009, se tenham observado “23 dias com excedências ao limiar de informação ao público” (média horária de concentração de ozono de 180 µg/m³) (APA, 2010: 6). No que ao setor dos transportes diz respeito, particularizando os transportes rodoviários, verifica-se, no quadro da União Europeia, que o parque automóvel, “em cada ano, aumenta em mais 3 milhões de unidades” (CE, 2001:índice]. Acrescenta o relatório “Transport and environment: facing a dilemma” (2006), que a “maioria dos países da UE mostra um acréscimo nas emissões de gases de efeito de estufa devido a um aumento na circulação de transportes sendo que Portugal, não é exceção, apresentando um aumento de 95%, entre 1990 a 2003” (EEA, 2006b: 17).

Concluindo, Portugal não cumpre com as metas definidas pelo Protocolo de Quioto ao nível da emissão de gases de efeito de estufa, verificando-se uma degradação contínua da qualidade do ar. No entanto, com o estabelecimento de medidas adicionais previstas no PNAC 2006²⁴ (que incluem, entre outros, os sumidouros, gestão agrícola e de pastagens, e gestão florestal) acredita-se na proximidade a essas metas. Não podemos esquecer que Portugal foi, em 2008, o 5º país da UE-27 com “maior quota de energia renovável no consumo final de energia (valor bruto), encontrando-se acima da média europeia (10,3%)” (APA, 2009: 40), salientando-se a maior aposta na energia eólica, energia renovável que apresenta a maior taxa de crescimento anual, no nosso país, em comparação com as outras fontes de energia renováveis. Para já, um indicador positivo refere a redução do valor do Potencial de Formação do Ozono Troposférico, em 2008, de cerca de 14%, face aos valores de 1990, devido à redução dos Compostos Orgânicos Voláteis Não Metálicos (COVNM) (-34% em relação aos níveis de 1990). Nesta matéria, Portugal parece encontrar-se relativamente próximo dos compromissos assumidos para 2010, uma vez que se situa, a respeito do Protocolo de Gotemburgo²⁵, “cerca de 3%, no que respeita ao óxido de azoto (NOx), e de 2%, no que respeita aos COVNM, abaixo dos valores que constam das metas” (APA, 2009: 49).

No que concerne às questões da Água, verifica-se uma crescente melhoria da qualidade da água consumida pelos portugueses. Nos últimos 16 anos, verifica-se que “em 1993 apenas 50% da água era controlada e tinha boa qualidade para em 2009, verificarmos que este indicador está muito próximo dos 98” (ERSAR, 2010: 1). Os progressos verificados na qualidade da água resultam do esforço de convergência de Portugal aos padrões de abastecimento de água e saneamento de águas residuais dos países mais avançados da União Europeia. Neste contexto, as principais linhas de ação para a prossecução destes objetivos de interesse nacional contaram com o impulso dado pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas

²⁴ Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006. Revisto a 3 de agosto de 2006.

²⁵ O Protocolo de Gotemburgo tem o objetivo de controlar e reduzir as emissões de alguns poluentes, para os quais estabeleceu tetos de emissão, para 2010: óxidos de azoto (NOx), amoníaco (NH₃), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) e dióxido de enxofre (SO₂), com vista a reduzir a acidificação, eutrofização e a concentração de ozono troposférico.

Residuais (PEAASAR) para o período de 2000-2006 e 2007/2013; pela implementação da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (vulgo Lei da Água), que transpõe para o direito nacional a Diretiva 60/2000/CE (também conhecida por Diretiva-Quadro da Água) que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água e, mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto que estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano. Todavia, a convergência de Portugal em matéria de gestão sustentável da água começou com um claro atraso na transposição de legislação comunitária para o direito Português em matéria de proteção de recursos hídricos (ver CCE, 2007). Este atraso era lesivo para o nosso país, visto que, nos primeiros anos do século XXI, este apresentava problemas de vária ordem para resolver. Um dos problemas residia na escassez de monitorização das suas águas e nos reduzidos parâmetros que eram analisados no que respeita à qualidade desta (ver Bernardino, Rodrigues, Rafael, Alves e Henriques, 2000; CCE, 2007).

Outra questão preocupante residia na qualidade das águas subterrâneas, como é mencionado por Ribeiro (2003: 3): *“O diagnóstico dos recursos hídricos subterrâneos de Portugal Continental (...) revelou casos de poluição quer tóxica como difusa (em muitos casos com carácter persistente) e situações de alto risco em muitos dos sistemas aquíferos. A gravidade das situações detetadas exige a implementação urgente de estratégias tendentes a mitigar e a prevenir a poluição no meio hídrico subterrâneo nacional”*. Neste capítulo, e segundo Leitão *et al.*, (2003: 2), a poluição de águas subterrâneas (e de igual modo dos solos) em Portugal é em tudo semelhante a de muitos outros países, resultando *“da poluição por nitratos (essencialmente causada por más práticas agrícolas, mas também oriunda de suiniculturas, aviários e lixeiras, entre outros), por metais pesados (resultante de diversas indústrias, como a química, a metalúrgica e a mineira, as zonas envolventes de estradas e as lixeiras), por hidrocarbonetos (resultante do armazenamento de combustível e de fugas de combustível em área de abastecimento) e por óleos e gorduras e matéria orgânica (resultante das indústrias de curtumes e do papel e lixeiras, por exemplo), entre outras”*. Atualmente, e olhando para trás, reconhece-se que existe uma clara melhoria da qualidade da água nas torneiras portuguesas. Por um lado, devido à implementação de legislação que veio regular este sector, por outro, pelo *“crescente rigor no acompanhamento dessa legislação pelos diferentes atores no processo (ERSAR, entidades gestoras, autoridades de saúde e laboratórios)”* (ERSAR, 2010: 1).

Como conclusão, apesar de se verificarem claros progressos no sector das águas, com destaque para o aumento da qualidade da água distribuída ao consumidor, sustentado por um sistema de monitorização mais rigoroso e de maior eficiência, com redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento de cerca de 10% (entre 2006 e 2008) (APA, 2009: 62), continua a evidenciar-se comprometimentos à sustentabilidade. Neste âmbito, destaca-se que, mesmo na Água para Consumo, continua a existir a necessidade de introduzir melhorias, devido ao *“não cumprimento da frequência de amostragem e das normas de qualidade relativas a alguns parâmetros que continuam a ser um problema essencialmente localizado nas zonas de abastecimento que servem*

menos de 5 000 habitantes, onde se verificam maiores carências de recursos humanos, técnicos e financeiros” (APA, 2007b: 6). Outro problema reside no facto do total da população do Continente, servida por sistemas públicos de Drenagem (2008), apenas 71% possuir sistemas de tratamento de águas residuais. Neste sentido, remete-se para a importância do PEAASAR II que procura que, no espaço de 6 anos (2007-2013), cerca de 90% da população do país fique servida com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas (APA, 2009: 71). Por último, referir que, segundo um relatório da Comissão das Comunidades Europeias, datado de 2009, a monitorização da maioria das bacias hidrográficas dos países europeus cobre todos os parâmetros definidos em termos de legislação comunitária, sendo que, no caso português, apenas é referenciada a monitorização aos nitratos, não existindo, sequer, a análise a poluentes específicos (CCE, 2009: 50)

Relativamente à questão dos solos, verifica-se alterações substanciais na sua ocupação, operadas nos últimos 20 anos (1986-2006). Neste intervalo de tempo, as áreas artificiais aumentaram 46% (98 032 ha) em contraciclo com as áreas naturais que decresceram cerca de 11% (107 235ha). Da variação percentual da área de cada classe de uso do solo (entre 1986/2006), verifica-se, então, um crescimento liderado pelas áreas artificiais (cerca de 46%), de 31% para as superfícies aquáticas que englobam linhas e planos de água, lagunas litorais e estuários e do próprio crescimento de área florestal (+4%). O crescimento das áreas associadas às superfícies aquáticas deve-se, sobretudo, à construção de barragens e conseqüente formação de albufeiras com destaque para a construção da barragem do Alqueva. Em oposição, as maiores perdas registam-se nas áreas naturais (cerca de -11%) e de áreas agrícolas agrupadas com áreas naturais com, aproximadamente, -5% (APA, 2009: 79). No que respeita às áreas dedicadas exclusivamente à agricultura, observou-se uma perda de 68 824 ha face ao ano de 1986. As áreas artificiais (crescimento das áreas urbanas e infraestruturas) apresentam-se como as “grandes consumidoras, em geral a expensas dos terrenos agrícolas” (idem, 78). Mesmo as paisagens rurais estão a ser vítimas de alterações quer porque se regista uma maior intensificação da agricultura ou, pelo contrário, pelo abandono de terras que, em alguns casos, se justifica face à expansão de atividades de exploração florestal (ver APA, 2009). Por sua vez, as zonas costeiras encontram-se sob forte pressão, fruto de uma atividade turística cada vez mais intensa e do número crescente de atividades de lazer.

Ainda no que respeita ao uso dos solos, interessa refletir sobre a produção de resíduos, visto que a sua não reciclagem resulta, na sua larga maioria, na deposição em aterro. Em 2009, Portugal produziu mais de 5, 185 milhões de toneladas de resíduos urbanos (RU). A produção deste tipo de resíduos foi superior em cerca de 140 toneladas à meta estabelecida no PERSU II para este ano (2009). Neste âmbito, e analisando as Diretivas Comunitárias sobre Aterros, identificam-se duas grandes estratégias, traçadas pela UE, para o combate a este problema, primeiro o de introduzir rigorosos requisitos técnicos para aterros e, segundo, o de desviar os resíduos urbanos municipais biodegradáveis (BMW, em inglês) de aterros, fixando metas para o aterro dos BMW para 2006,

2009 e 2016. Para estas datas, e de acordo com os objetivos traçados na Diretiva Comunitária sobre Aterros, deve existir uma redução de resíduos para que cada país da UE não ultrapasse a fasquia dos 80% dos seus resíduos com destino para aterros, em 2006, de 50% em 2009 e 38% em 2016. No entanto, tudo se conjugava para não exequibilidade das metas estabelecidas, porque a *“quantidade de resíduos sólidos urbanos projetada pela UE dos 25 é para crescer 25%, entre 2005 e 2020. Se a percentagem dos BMW permanecer constante, o montante da BMW também irá crescer até 25 por cento* (EEA, 2007b: 7). Em Portugal, tal fasquia não foi cumprida, sendo que, no ano de 2009, o total de resíduos urbanos biodegradáveis encaminhado para aterros foi de 66% (mais 16% do que estipulado pela UE), 20% para valorização energética, 9% valorizado organicamente e 5% (papel e cartão) reciclados (APA, 2009: 94).

Por sua vez, no que respeita aos RNU (Resíduos Não Urbanos) foram produzidos cerca de 23,6 milhões de toneladas dos quais 10% (2,4 milhões de toneladas) considerados perigosos. Se, por um lado, se destaca como positivo o facto de, nestes últimos dois anos, a produção global de RNU ter decrescido 25% (APA, 2009: 91), por outro, também se verifica, para igual período, uma ligeira diminuição da operação de incineração e valorização energética destes resíduos e, de forma inversa, um aumento da eliminação deste tipo de resíduos por deposição no solo de cerca de 7,7 para aproximadamente 10 milhões de toneladas. Neste contexto, as alternativas sustentáveis à deposição deste tipo de resíduos em aterros não tem sido de fácil aceitação, sobretudo no que diz respeito a RNU perigosos. O atraso nesta matéria pode ser explicado, em parte, pelas *“reações imediatas e enérgicas, em particular nos locais onde (...) recaiu a escolha de incineração (...). Este clima de contestação alarga-se a outros atores, desencadeando várias tomadas de posição por parte de movimentos, instituições, políticos e personalidades científicas nacionais num contexto marcado por uma crescente cobertura mediática que coloca esta questão no centro da agenda política”* mas que, igualmente, traduz a sensibilidade no tratamento destas questões. (Observa, 2003: 175). Todavia, a incineração, com ou sem recuperação de energia, assume hoje uma quota importante da gestão de resíduos domésticos a nível europeu, sendo que, no caso português, e segundo Formosinho *et al.*, (2000: 15-16), Portugal *“já dispõe de instalações de tecnologia de queima a funcionar (...) mas no entanto carece urgentemente de dispor deste meio de gestão para resíduos industriais perigosos, para vir a ser praticamente autossuficiente na gestão de resíduos”*.

Concluindo, Portugal revela um esforço para se aproximar das Diretivas Comunitárias que se inserem no combate aos resíduos, principalmente, aos resíduos sólidos urbanos biodegradáveis que se configuram como sendo os que apresentam maior potencial de crescimento. O tratamento a estes resíduos, em Portugal, tem sido realizado, fundamentalmente, pelo processo de compostagem. No entanto, os aterros sanitários continuam a ser o principal destino dado a este tipo de resíduos, o que resulta no seu não tratamento e no contínuo incumprimento dos compromissos assumidos, nesta matéria. A par desta realidade, acresce o problema do tratamento de outros tipos de resíduos, principalmente os identificados como “Resíduos Perigosos”. Neste âmbito, Portugal tem investido, sobretudo, no processo de incineração, mas

os problemas inerentes ao processo traduzem-se num incipiente ganho na resolução dos mesmos. Tal situação advém do facto destes, para além de se instituírem como um problema ambiental, derivado do seu não tratamento, também se constituírem como problema de índole social, o que justifica, em grande parte, o atraso e o afastamento às metas definidas. Porém, e com a entrada em funcionamento dos dois Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER), na segunda metade de 2008, julga-se estarem reunidas as *“condições para que Portugal seja praticamente autossuficiente em matéria de eliminação de resíduos perigosos”* (APA, 2009: 101).

No que se refere à Biodiversidade, e como reconhece a Convention on Biological Diversity (CBD), estamos, *“na verdade a enfrentar a maior onda de extinções desde o desaparecimento dos dinossauros. A cada hora, três espécies desaparecem”* (...) *“Todos os dias, cerca de 150 espécies são perdidas. Todos os anos, entre 18000 e 55000 espécies tornam-se extintas. A causa: atividades humanas”* (CBD, 2007: 4). Neste âmbito, *“talvez mais do que em qualquer outro continente, a diversidade de espécies da Europa é, em grande medida dependente de paisagens criadas pela atividade do Homem. A Europa é uma enorme e diversificada região e a importância relativa das diferentes ameaças varia amplamente em todas as bio-regiões geográficas e países”* (EEA, 2007c: 8). Neste contexto, Portugal encontra-se entre os países com *“maior biodiversidade do espaço europeu, mercê da sua situação biogeográfica e da história evolutiva desta região do mediterrâneo ocidental. Tal diversidade manifesta-se nos inúmeros habitats, paisagens e endemismos Portugueses e Ibéricos que de norte a sul do território nacional e com grande relevo nas ilhas atlânticas, nos oferecem esta grande riqueza natural e ao mesmo tempo nos responsabilizam pela sua preservação”* (Quercus, s.d.). Aproximadamente 75% do espaço geográfico português está incluído nos 1,4% do planeta necessários para conservar uma parte significativa da biodiversidade mundial. Neste enquadramento, sem pretender ser exaustivo na análise, serão, posteriormente, referidos alguns considerandos sobre a biodiversidade em Portugal.

No que respeita à *Conservação das Aves*, releva-se o primeiro *Censo de Aves Comuns* (CAC), elaborado pela SPEA²⁶, em que foram estudadas, entre 2004 e 2005, as espécies existentes no país (independentemente de estas se incluírem ou não nas espécies com hábitos migratórios). Segundo esses números, as espécies detetadas passaram de *“176, em 2004, para 163, em 2005”* (SPEA, 2006: 6), o que representa uma ligeira diminuição. Tal não significa que outras espécies de aves não tenham apresentado aumentos substanciais, no entanto, no global, regista-se uma ligeira diminuição da quantidade e diversidade de espécies de aves, em Portugal. Se esta quebra parece ser facilmente explicada pelo pico climático que se verificou no inverno 2004/05 com um clima bastante seco e frio e *“como seria de esperar, (...) diminuições significativas em algumas*

²⁶ A SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves é uma organização não governamental de ambiente que trabalha para a conservação das aves e dos seus habitats em Portugal.

espécies que se julga serem muito sensíveis ao frio” (SPEA, 2006: 12), parece mais preocupante as espécies que simplesmente desapareceram ou se encontram nesse limiar²⁷.

Ao nível da *Flora*, Portugal enfrenta a tendência global de perda de diversidade de espécies, situação idêntica a que se assiste no Planeta. Neste sentido, destaca-se o recente *Plano Nacional de Conservação da Flora em Perigo* que procura garantir a conservação de oito espécies de plantas portuguesas avaliadas em “*perigo crítico*” de extinção (ver ICN, 2007). No esforço para contrariar a regressão ou extinção de espécies, assistiu-se, em 2001, à criação de novas áreas protegidas no território continental (ver MAOTDR, 2001b). Assim, em 2001, o “*total do território nacional coberto por áreas protegidas ou classificadas*²⁸ *ascendia aos 21,7%*” (MAOTDR, 2001b: 9). Tendo como objetivo a maior proteção dos recursos naturais, a própria Rede Natura 2000 foi ampliada com a entrada de áreas ambientalmente frágeis. No presente, a *Rede Natura 2000* é formada por duas zonas de proteção, *Zonas de Proteção Especial*²⁹ (ZPE) e *Zonas Especiais de Conservação*³⁰ (ZEC). Acresce que, a par da *Rede Natura 2000*, fazem ainda parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), o Parque Nacional da Peneda-Gerês (único Parque Nacional que beneficia deste estatuto); Treze Parques Naturais³¹ e as Reservas Naturais³². Por último, não podemos esquecer as áreas classificadas como Paisagens Protegidas, como são exemplos as de Corno do Bico, da Serra de Montejunto, das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e da Albufeira do Azibo, todas com gestão municipal.

Concluindo, e decorrente da análise efetuada, é indesmentível que Portugal padece de graves lacunas no que se refere ao ambiente e que, apesar da implementação e desenvolvimento de legislação, de estudos, projetos, programas, ações e iniciativas implementadas, continua a verificar-se um fosso entre o plano teórico e o prático. É certo que Portugal tem investido, principalmente, na conservação da natureza como testemunha o aumento das áreas de proteção e da própria Rede Natura 2000 mas, no entanto, o número de espécies ameaçadas tende a aumentar, ano após ano. É também necessário, mais do que legislar “ambientalmente”, proceder à fiscalização das ações que ocorrem no terreno. A legislação, só por si, não funciona, atuando mais como meio dissuasor do que como um meio proibitivo. Neste sentido, é prioritário aumentar a

²⁷ Salientam-se a Águia-Real (*Aquila chrysaetos*); Águia-Pesqueira (*Pandion haliaetus*); Lobo-Ibérico (*Canis lupus signatus*); Lince-Ibérico (*Lynx pardinus*); Lontra (*Lutra lutra*); Foca-monge do Mediterrâneo (*Monachus monachus*). Neste contexto, e tendo como preocupação a conservação das espécies da fauna e a flora selvagens e respetivos habitats, foram elaborados os designados “*Livros Vermelhos*” que permitem fazer um estudo evolutivo das espécies que caracterizam a fauna portuguesa (ver ICNB, s.d. [a]).

²⁸ Para este total no território nacional contribuem as Regiões Autónomas, com as suas 37 áreas protegidas, 19 Zonas de proteção especial e 34 sítios.

²⁹ Zonas estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats.

³⁰ Zonas criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expresso de “contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia” (ICNB, s.d. [b]).

³¹ Parques Naturais de: Montesinho, Douro Internacional, Litoral Norte, Alvão, Serra da Estrela, Tejo Internacional, Serras d’Aire e Candeeiros, São Mamede, Sintra-Cascais, Arrábida, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Vale do Guadiana e Ria Formosa.

³² Reservas Naturais das Dunas de São Jacinto, da Serra da Malcata, do Paul de Arzila, das Berlengas, do Paul do Boquilobo, do Estuário do Tejo, do Estuário do Sado, das Lagoas da Sancha e de Santo André e o Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

constância da observação sobre as áreas protegidas que constituem o nosso património natural, Estas ações devem estender-se à defesa da floresta portuguesa contra as atividades de origem antropogénica que contribuem para o agravar dos registos dos indicadores ambientais e afastar Portugal dos compromissos estabelecidos com a comunidade internacional. Neste âmbito, observa-se a premência na aposta na Agenda 21 local num país que (con)vive com graves problemas ambientais que urge ultrapassar.

Um outro importante indicador de biodiversidade e sustentabilidade são os *Recursos Florestais*. Neste âmbito, o equilíbrio entre o seu crescimento e abate é um bom indicador para compreender tanto o potencial de produção e extração de madeira como para compreender as condições de biodiversidade, saúde, lazer e outras funções que as florestas podem dar. Da análise ao Inventário Florestal Nacional 2005/2006 (ver DGRF, 2006), verifica-se que a área florestal, nos últimos 10 anos, aumentou 63 mil hectares. Tal significa que, atualmente, a floresta ocupa uma área de 3,4 milhões de hectares da superfície de Portugal Continental o que representa, aproximadamente, 1/3 da superfície total de Portugal. A nossa floresta, onde predominam espécies como o Sobreiro, Pinheiro-Bravo, Eucalipto, Azinheira, Carvalhos, Pinheiro-manso e outras de menor expressão, tem sido alvo do flagelo do fogo, reconhecidamente a causa de tamanha devastação deste recurso. Portugal apresenta um clima caracterizado por verões quentes e secos, o que, conjugado com a existência de áreas de topografia acidentada cobertas por vegetação pirofítica, torna bastante suscetível a ocorrência de fogos florestais. De acordo com a Agência Europeia do Ambiente, em Portugal, só no ano de 2003 arderam “300.000 hectares de floresta (...) com a cortiça e as florestas de carvalho a serem particularmente afetadas. Como resultado, várias espécies de aves e habitats foram ameaçados” (EEA, s.d.). Ao contrário do que se poderia pensar, não é o corte de árvores o principal fator de destruição. No ano de 2005/2006, dos 41,1 mil hectares de área de floresta desaparecida, em consequência do abate de árvores, foram reflorestadas 21,2 mil hectares de áreas arborizadas, o que se traduz num saldo que, apesar de negativo, não é comparável às centenas de hectares de áreas ardidas. Já em 2009, contabilizaram-se em Portugal 26.136 ocorrências que corresponderam a 86.674 hectares de área perdida, cinco vezes mais a área ardida face a números de 2008 (APA, 2009: 105). Das 39% das 16 005 ocorrências investigadas, não foi possível identificar a causa de ignição e 22% teve origem em ações criminosas. Neste âmbito, as metas do Plano Nacional de Defesa das Florestas contra Incêndios passa por reduzir o risco que estes representam, encarando-se como metas prioritárias para 2012, “a redução da área ardida em menos de 100 mil hectares (...) e menos de 150 o número de incêndios ativos, por ano, com duração superior a 24 horas” (idem, 106).

No âmbito do *Ordenamento do Território*, evidenciam-se assimetrias regionais que advêm de regiões sobrepovoadas e alvo de fortes pressões antropogénicas em oposição a outras marginalizadas e despovoadas. As disparidades identificam-se nos fenómenos de litoralização, urbanização e bipolarização, como refere Valente (2004: 3-4), “A litoralização do país tornou-se

visível e consistente - apesar de o litoral³³ ocupar apenas 28% da superfície do continente, em 2001 tinha 65% da população – enquanto o interior se caracteriza por uma paisagem de desertificação humana. Por outro lado, foi-se desenrolando um processo de urbanização, verificando-se um aumento da importância da vivência e concentração nos espaços urbanos em detrimento das zonas rurais e dos lugares de reduzida dimensão populacional. Por fim, a bipolarização em torno das duas principais cidades do país – Lisboa e Porto - tem vindo a reforçar-se”. Este quadro territorial é corroborado com a informação do Recenseamento de 2001 que divulga que “a rede urbana de Portugal Continental é ainda em 2001 bastante desequilibrada, caracterizada por uma macrocefalia bicéfala (sustentada nas áreas Metropolitanas e centrada em Lisboa e Porto) e por uma proliferação de aglomerações na faixa atlântica que se estende da Península de Setúbal ao Minho-Lima, concentrando 85% da população e 76% dos lugares do continente (incluindo os principais vales sub-regionais)” (INE, 2001: XLVII). Só nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto regista-se uma população residente de, aproximadamente, 4 milhões de habitantes, o que representa quase 40% do total da população portuguesa. Outra situação que se observa, decorrente do deficiente ordenamento do território, resulta na pressão insustentável sobre as linhas de costa. Uma análise às linhas de costa na Europa revela que os “ecossistemas costeiros, onde se inclui zonas costeiras, áreas de passagem de águas e áreas perto de zonas marinhas, (...) são os sistemas mais altamente ameaçados do mundo” (EEA, 2006a: 11). Em Portugal, tal situação não é muito diferente. Observava-se mais construção no primeiro Km de costa do que em todos os 10 Km`s de largura que avançam para o interior. “Em 1990, Portugal tinha uma média de construção no 1º Km de, sensivelmente, 12% sendo que, já em 2000, essa média passava para os 14%” (idem, 12). Alguns casos considerados de extrema pressão sobre a linha de costa tornaram-se mediáticos, como o exemplo bem elucidativo do caso da Península de Troia³⁴ (ver Ferreira, 2003). Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira³⁵ (POOC) surgem “como um instrumento enquadrador que as pode conduzir a uma melhoria, valorização e gestão dos recursos presentes no litoral” (INAG, s.d.[a]).

Concluindo, em Portugal falar-se em Ordenamento do Território parece ser uma utopia. Tal apreciação, não menospreza ou diminui os esforços que têm sido feitos para preservar áreas geográficas das ações antropogénicas menos sensibilizadas para questões ambientais. Não se pode, contudo, negar, as assimetrias tão vincadas no nosso país que colocam o litoral sujeito a uma enorme pressão, quando o interior se caracteriza pelo abandono e despovoamento galopantes. São necessárias medidas que favoreçam mais o interior, em vez do litoral, permitindo

³³ Litoral corresponde às seguintes NUT III: Minho-Lima, Cávado, Grande Porto, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo Litoral e Algarve.

³⁴ A península de Troia é uma faixa de areia situada a sul da cidade de Setúbal, entre o Estuário do Sado e o Oceano Atlântico. Tem 17 quilómetros de comprimento e 1,5 quilómetros de largura. Nesta faixa situam-se as praias da Ponta do Adoxxe, Bico das Lulas e Atlântica.

³⁵ Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira abrangem uma faixa ao longo do litoral, a qual se designa por zona terrestre de proteção, cuja largura máxima é de 500m, contados a partir do limite da margem das águas do mar, ajustável sempre que se justifique, e uma faixa marítima de proteção que tem com limite inferior a batimétrica - 30.

às populações a possibilidade de se fixarem nestas zonas mais recônditas do país. É vital melhorar as acessibilidades ao interior, atrair investimentos nacionais ou estrangeiros nestas áreas, aproveitar os recursos endógenos e desenvolver políticas de apoio económico / social que estimulem a fixação das pessoas nestas áreas. Se o panorama atual continuar, nem as áreas do litoral vão conseguir resistir à sua sobreocupação e sobre-exploração nem as áreas desertas do interior vão contribuir, tanto socialmente como economicamente, para a sustentabilidade do território português.

O **quarto objetivo** da ENDS vai ao encontro do próprio conceito de desenvolvimento sustentável e reitera a importância de questões como a solidariedade intra/intergeracional, relevando a melhoria das condições de vida e da coesão social entre gerações. Neste caso, iniciativas a implementar, como a *de atribuição do subsídio de desemprego* para quem não tem mais nenhuma fonte de rendimentos; a *melhoria do acesso* da população a cuidados de saúde adequados, através da reorganização dos centros de saúde e constituição de Unidades de Saúde Familiar; o *Programa de Conforto Habitacional para as Pessoas Idosas*, entre outros, configuram-se como respostas às questões sociais, o outro vértice do triângulo do desenvolvimento. Como refere Mota *et al.* (2005: 21), com a elaboração da ENDS, procura-se “*dar maior ênfase à vertente social, e em especial à redução dos estrangulamentos a nível da qualificação dos recursos humanos; à definição do modo de resposta às transformações demográficas e ao que implicam na sustentabilidade dos sistemas de apoio e proteção social; e por último ao combate à exclusão social*”.

Para que tais objetivos sejam exequíveis, é necessário dotar o país com recursos e ferramentas que, ao nível local, possam ser utilizados. De acordo com o Relatório e Projeto de Resoluções referentes ao tema “Financiamento do Poder Local”, definido pelo Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), as “*receitas da Administração Local Portuguesa (só municípios) em 2001 atingiram os 5.644 milhões de euros, representando 4,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). As despesas totalizaram 6.221 milhões de euros, ou 5,1 por cento do PIB*” (ANMP, 2004: 2).

Os municípios portugueses, de uma forma geral, debatem-se com dificuldades orçamentais. Para ultrapassar a falta de recursos económicos, os municípios têm adotado várias formas de organização administrativas, como geminação, protocolos, acordos de cooperação e redes, para contrariar esta realidade. De acordo com Costa e Ferreira (2003: 2), “*a cooperação descentralizada feita pelos municípios sob a forma de geminações³⁶ ou de redes tem tido crescentemente um importante papel no desenvolvimento local (...) A geminação bilateral é o modo mais comum, podendo adotar, também, a figura multilateral, isto é, unindo vários parceiros e*

³⁶ Uma *geminação* “é o encontro de dois municípios que pretendem proclamar que se associam para agir numa perspetiva europeia, para confrontar os seus problemas e para desenvolver entre eles laços de amizade cada vez mais estreitos” (Costa e Ferreira, 2003: 3).

formando uma rede de municípios". Esta *Cooperação Intermunicipal (CIM)* pretende desempenhar um papel vital para o desenvolvimento local, configurando-se como um novo paradigma de desenvolvimento, num contexto de globalização. Será de esperar que, neste contexto, a adoção de A21L, em Portugal, possa vir a ocorrer através de parcerias locais, entre municípios ou mesmo supramunicipais, como forma de ultrapassar essas contrariedades sem, no entanto, esquecer "as novas dimensões territoriais do Desenvolvimento e a ideia de territórios diversificados (...) com a afirmação das diferenças e das identidades regionais e locais (...) correspondentes a bases organizativas, culturais, sociais e económicas" (Amaro, 1991: 169) distintas e *individualizadas* no espaço e no tempo. A vantagem de um processo de geminação já se faz sentir na implementação das A21L, observando-se processos em que se encontram vários municípios em parceria e, em certos casos, em parceria com municípios estrangeiros, como são exemplo o processo de A21L do Eixo Atlântico.

Atualmente, perspectiva-se que esta nova Lei³⁷ articulada com uma sociedade mais participativa no que confere a desígnios ambientais, uma sociedade que, nas palavras de Arnau (2000: 19), se associe a uma "cruzada ecológica", se traduza "na procura de um desenvolvimento benigno capaz de otimizar os ganhos económicos e impactes ambientais" (Adams, 1990: 143). A relevância do poder local para a implementação das A21L parece ter ganho um novo fôlego com o acesso a fundos comunitários através do programa QREN. Contudo, o princípio da subsidiariedade da A21L parece estar em causa, quando analisamos o caso do poder a nível sublocal. Apesar de serem consideradas órgãos autónomos, detentoras de um regime de autonomia financeira (traduzido no conteúdo da nova Lei de Finanças Locais³⁸, artigo 3º, ponto 1) observa-se um sinal de extrema dependência das juntas de freguesia face ao poder autárquico. A principal responsabilidade recai nas verbas insuficientes transferidas do poder central para as *juntas* que resulta numa falta de meios destas para satisfazer as necessidades das populações. Resultado, o já habitual cenário de, coreograficamente falando, se assistir à "mão estendida" das juntas de freguesia a solicitar apoio às câmaras municipais. É caso para se dizer que as juntas de freguesias, a nível político, são *filhas de um Deus menor*.

³⁷ Regime das Comunidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 11/2003, de 13 de maio.

³⁸ Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

3.5. Representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente

3.5.1. Conhecimento, preocupações e sensibilidade dos portugueses face às questões ambientais - sua evolução.

De acordo com o retratado, nos capítulos anteriores, só nos finais dos anos 80 é que se reconhece a existência de uma preocupação político-institucional na articulação sociedade e ambiente. Tal significa que passaram quase vinte anos após o Tratado de Roma e década e meia a seguir à Conferência de Estocolmo para que, efetivamente, se manifestasse uma preocupação social com as questões ambientais, em Portugal. Acresce que, mesmo este atraso que se viveu só não foi maior dada a integração de Portugal na União Europeia. Com a adesão de Portugal à UE, e conseqüente obrigatoriedade do Estado transpor para o direito português diretivas comunitárias ambientais, verificou-se um acréscimo gradual de produção de legislação ambiental (principalmente a partir da década de 90, como se aferiu) que objetivava a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, em função do cumprimento de compromissos ambientais. Importa, então, analisar se as alterações operadas no quadro político-ambiental do nosso país contribuíram para mudanças comportamentais nas práticas dos portugueses em matéria de ambiente.

Neste sentido, realça-se a importância de se auscultar a população portuguesa sobre a forma como encaram as questões ambientais. Assim, para se conhecer o estado da opinião pública portuguesa sobre o ambiente serão analisados dois documentos base, de especial importância, que foram coordenados por João Ferreira de Almeida e que, aliás, representam o “*eixo central do programa Observa*”³⁹ (Almeida, 1998: 2), os dois inquéritos nacionais que abordam, diretamente, as *representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. O primeiro inquérito editado em 2000 (ver Almeida, 2000) reporta-se ao levantamento de dados entre setembro e outubro de 1997, enquanto o segundo inquérito, editado em 2004 (ver Almeida, 2004), refere-se a dados entre maio e junho de 2000. Acresce, de igual modo, o último relatório do Eurobarómetro (Eurobarómetro 71), datado do ano de 2009, que prossegue a análise das atitudes da opinião pública portuguesa, no âmbito europeu, sobre diversos temas dos domínios económico, político e social.

Numa primeira leitura, e no que concerne ao envolvimento dos portugueses em matéria de questões ambientais, são por norma as classes etárias mais jovens que se encontram mais envolvidas nas mesmas. Contudo, no índice de atitudes ambientais, o potencial juvenil não se traduz proporcionalmente pelo facto de não se observar uma correspondência direta com as práticas (ver Almeida, 2004: 343). Assim, as classes etárias compreendidas entre os 15 e 29 anos apresentam uma atitude menos ativista relativamente aos indivíduos com idades entre os 30 e os

³⁹ O programa Observa é a designação genérica de um observatório permanente sobre Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, criado pelo ISCTE e pelo ICS – instituições universitárias com competências científicas na investigação da sociedade – tendo por base um protocolo de cooperação estabelecido pelo Programa Operacional do Ambiente (Almeida, 1998:2).

44 anos. Ao nível da relação entre atitudes ambientais e grau de escolaridade, verifica-se que a *“escolarização também introduz variações significativas e quase lineares no carácter mais ou menos favorável para o ambiente das atitudes dos inquiridos”* (idem, 345). Quanto mais elevado o grau de escolaridade, mais favorável a atitude ambiental. Todavia, quando se avaliam as *“práticas gerais de cidadania, na área do ambiente, verifica-se que os indivíduos do nível do ensino secundário sobressaem, ligeiramente, face aos do ensino superior”* (idem, 272).

Constata-se, igualmente, que os portugueses têm tendência para elevar os seus níveis de preocupação sobre a qualidade do ambiente, à medida que se afastam do seu local geográfico, isto é, à medida que o contexto geográfico se afasta da escala local, para uma escala mais geral, pior consideram o estado do ambiente. Assim, 46% dos portugueses avaliam como preocupante ou muito preocupante o estado do ambiente na região onde vivem, para passar essa preocupação para 81% a nível nacional e para 83% a nível mundial (Almeida, 2000: 37). Neste âmbito, prevalece a noção que os cidadãos locais não reconhecem e/ou não encaram os problemas ambientais mais próximos com a gravidade com que atribuem quando os mesmos ocorrem a uma escala mais distante. Porventura, tal percepção explica, em parte, o porquê da dificuldade da implementação da A21L, em Portugal, visto que, com níveis baixos de preocupação dos cidadãos, nesta matéria, tal parece não contribuir para elevar os níveis de participação cívica em iniciativas como as da natureza da A21L. Todavia, a maioria dos portugueses reconhece que o ambiente envolvente à sua área de residência é importante, condicionando mesmo o indicador de qualidade de vida. Neste contexto, os problemas que mais afetam os portugueses, no seu quotidiano, são os que se identificam com a poluição do ar e de maus cheiros (29,2%) e a poluição sonora/ ruído (17,6%) (ver Almeida, 2004: 92). Porém, 78% dos portugueses responderam estar satisfeitos com o enquadramento ambiental das suas casas, visto os inquiridos fazerem uma *“ligação direta do “mal-estar residencial” com a proximidade de estradas, barracas, lixeiras, entre outros”* (Almeida, 2000: 41). Pelo contrário, o *“bem-estar residencial” estará relacionado acima de tudo com a existência de bens cultivados, casas dispersas no campo, jardins privados/quintais, pinhais e cursos de água”* (idem, *ibidem*).

Confrontados, os portugueses, com a questão sobre quais os problemas que mais os preocupam, surge, no início desta década, o ambiente no 5º lugar (13,7%). Se nos primeiros lugares aparecem as questões económicas, de saúde e de segurança nacional que, a bem da verdade, eram previsíveis, o ambiente consolida-se face *“à emergência do tema, muitas das vezes não assim nomeado, mas de qualquer modo identificável sobretudo nas suas componentes de poluição e lixo, degradação geral do ambiente e desordenadamente do território”* (Almeida, 2000: 52). Torna-se óbvio que, para a maioria dos cidadãos portugueses, o ambiente começa a ser encarado como um *“problema básico e não como um “luxo verde”* (idem, 53). Contudo, a vertente ambiental não consegue *“destronar”* a preocupação com velhos problemas, como o flagelo da droga e suas consequências transversais, o aumento da criminalidade e da insegurança, o problema do desemprego e da exclusão social, normalmente associadas, que afetam não só a vertente

económica como a social e a da saúde.

O ambiente é, portanto, uma preocupação dos portugueses no presente. E quanto ao futuro? Como se antevê? Para se saber foi perguntado aos portugueses como imaginavam a evolução do ambiente, nos próximos 15 anos, no país e no Mundo. As respostas vieram confirmar o pessimismo, evidenciando que cerca de 45% da população portuguesa pensa que irá ficar pior contra 25% que julga que será melhor. Colocando a mesma questão, mas a nível mundial, o quadro pessimista agrava-se, revelando que 57%, portugueses acreditam que irá piorar, enquanto 17% pensa o contrário. Este pessimismo alarmante pode ter subjacente um défice de informação e de falta de civismo que os portugueses reconhecem como elementos fulcrais impeditivos para se fazer mais e melhor pelo ambiente. Segundo Schmidt (1993: 20-21), vivia-se uma época em que *“as informações sobre o ambiente deveriam chegar ao público, antes de mais, através do respetivo ministério, que deveria tornar público tudo o que investiga, estuda e descobre... Só que este tem mantido muitas vezes em sigilo grande parte desses dados. Ora, em Portugal, quando a informação só é arrancada a ferros, a formação tem forçosamente um nível deplorável – estamos no grau zero da “alfabetização ambiental”*. Neste âmbito, a leitura destes dados corrobora a noção de que associado aos baixos níveis de preocupação dos portugueses, em matéria de ambiente, reside o desconhecimento dos reais problemas que afetam o país, sendo a ignorância um outro fator que parece estar na base na inércia/passividade com que os portugueses encaram estas questões, com claro prejuízo para os níveis de participação cívica que se procuraram na realização de ações de sustentabilidade, como as que se preconiza a A21L.

Ora, a existência de uma *“política de desinformação”* não se institui como única explicação plausível, devendo-se, igualmente, atribuir culpas ao cidadão comum, devido à extrema passividade com que se habituou a encarar os problemas de vária ordem. Assim, os problemas de índole ambiental não foram exceção, verificando-se que, dos 62% da população que tinha conhecimento da existência de associações ambientalistas, apenas 5% se preocupa o suficiente para se tornar ativista. Acresce 58% dos que se dizem *simpatizantes* e que reconhecem a importância das associações ambientalistas, em nada contribuem para as ajudar no terreno. Verifica-se que passar da fase da sensibilização para a fase da consciencialização é um longo e tortuoso caminho que falta ainda construir. Este retrato da sociedade desencoraja a implementação de processos de A21L, visto que para cumprir com um dos seus princípios (princípio da participação) é necessário uma sociedade predisposta a envolver-se e a integrar-se nos trabalhos. Ora, de acordo com este tipo de comportamento, a sociedade apresenta-se amorfa e passiva, o que contraria o dinamismo próprio deste instrumento de sustentabilidade.

Outra situação presente no seio da sociedade portuguesa e que se constitui como causa e consequência da *“desinformação”* dos portugueses consiste na ausência de práticas autónomas de procura de informação sobre questões ambientais. A grande maioria dos portugueses obtém conhecimento de ordem ambiental através dos meios de comunicação social (57%),

principalmente a televisão que se constitui como principal fonte de informação (64%), sendo que qualquer tipo de consulta (através de departamentos da Câmara Municipal, em sites, associações ambientais e outras) é preterido pela maioria dos indivíduos. Aliás, de forma significativa, os portugueses reelegem a televisão, com quase 58% da população a referir que gostava de continuar a ter acesso à informação ambiental através deste meio de comunicação (ver Almeida, 2004: 132). A “*incultura*” reinante no seio da população portuguesa é, desta forma, agravada pela sua recusa em procurar obter informação, noutras fontes, que capacitem o cidadão a conhecer os atuais desafios com que Portugal se confronta. Um cidadão, para estar presente e ser interventivo, tem de estar, obviamente, informado e, no caso particular da operacionalização da A21L, este pressuposto não é diferente.

Da análise aos dados, verifica-se, ainda, que a maioria dos portugueses (48%) atribui responsabilidade ao Estado no que respeita à falta de proteção ambiental, referindo que este não se ocupa suficientemente dos mesmos. Apesar de apontarem o dedo ao Estado, a maioria dos portugueses também reconhece (63%) que deve participar nas decisões de carácter ambiental (mesmo que os problemas não os afetem diretamente) contra apenas 13% dos indivíduos que julga que estas questões devem ser deixadas sob alçada do Estado. A importância destes números reside na consciencialização dos portugueses que, ao invés de delegarem a responsabilidade nos “outros”, os próprios devem resolver problemas que também são seus. Neste contexto, uma sociedade que é solicitada a participar, através de vários instrumentos, como a A21L, não deve eximir-se das suas responsabilidades, pois está, diretamente, a contribuir para o falhanço das A21L, no terreno, e a colocar em causa o próprio modelo atual de desenvolvimento.

Apesar dos portugueses referirem o Estado como principal responsável pelos problemas ambientais e de considerarem que devem aumentar o seu papel ativo na defesa dos interesses ambientais, a opinião pública portuguesa julga que, comparativamente com outros países europeus, Portugal é um país menos poluído face aos nossos congéneres europeus (37%). Apenas 14% dos cidadãos portugueses considera o contrário. Porém, os portugueses sentem que, com o evoluir dos tempos, os problemas ambientais têm vindo a agravar-se, dando mais importância a cada problema consoante o grau de afetação. Relativamente ao grau de afetação dos problemas, julgo pertinente referir as autoras Delicado e Gonçalves (2007). De acordo com estas autoras, a nossa sociedade reagia aos acontecimentos em função da omnipresença do *risco*, isto é, só a presença do risco era capaz de despertar nos cidadãos a necessidade de agir, de fazer algo que permita diminuir ou extinguir essa sensação de mal-estar que afeta diretamente a sua qualidade de vida. Neste contexto, e segundo as autoras, a sociedade portuguesa evoluiu na forma de encarar os problemas. A noção de risco para os cidadãos apresenta-se, agora, de várias formas, nomeadamente em relação aos “*problemas sociais, como a toxicodependência e o desemprego, às aplicações financeiras, das catástrofes naturais aos acidentes rodoviários, dos impactos ambientais à insegurança dos sistemas informáticos*” (Delicado e Gonçalves, 2007: 687).

Neste âmbito, pode afirmar-se que a *noção de preocupação* contribuiu para alargar o domínio do *risco*, integrando novos problemas negligenciados, até à data, pela sociedade portuguesa, realçando-se, em particular, as questões de ordem ambiental.

No decurso da primeira década do séc. XXI, assistiu-se, em detrimento dos problemas ambientais, ao agravamento da situação económico-social. De acordo com o mais recente Eurobarómetro (2009), a economia portuguesa encontra-se em divergência com a economia europeia desde o ano de 2001, isto é, *“há oito anos consecutivos (...) verificando-se que no primeiro semestre de 2009, mantém-se a previsão de uma queda no PIB de 3,5 por cento (...) só comparada com a queda que ocorreu em 1975 (CE, 2009: 5). Assim sendo, a crise económica foi sendo refletida nas preocupações dos portugueses, com 89% a considerarem a situação económica nacional como má, sendo Portugal o quinto país mais pessimista (11 pontos percentuais acima da média europeia) (idem, 7). A perceção sobre a situação do emprego no País não é melhor, com 94% dos portugueses a considerarem-na muito má (o quarto país mais pessimista em matéria de situação de emprego com 9 pontos percentuais acima da média europeia) (idem, 8). Estes dois problemas configuram-se como transversais à sociedade portuguesa, existindo o consenso, entre os portugueses, que as questões mais importantes com que Portugal se depara neste momento são as económicas [desemprego (58%), situação económica (33%), inflação (31%)] (idem, 13). Se compararmos estes números com dados do ano anterior (ver CE, 2008), verifica-se uma subida de 9 pontos percentuais da preocupação dos portugueses, tanto no que concerne ao desemprego, quanto à situação económica do país. Por sua vez, o nível de preocupação com as questões relacionadas com a proteção do ambiente diminui, passando estas questões do antepenúltimo lugar para o penúltimo, continuando a manter uma baixa percentagem (de apenas 1% dos portugueses, 4 pontos percentuais abaixo da média europeia) que consideram esta questão como importante, na atualidade (CE, 2009: 13).*

No ponto supracitado, acresce ainda que, segundo os portugueses, as duas principais medidas que a UE deve tomar para combater a crise passam pelo apoio aos desempregados, aos pensionistas e aos mais pobres (86%), sendo a última opção, apenas 9%, a aposta no investimento em energia e no ambiente como medidas prioritárias a serem encetadas no âmbito europeu (idem, 44). Neste contexto, percebe-se que a preocupação dos portugueses com o ambiente está a desvanecer-se, à medida que os problemas económicos se vão agravando, como se constata nesta primeira década do século XXI. Todavia, e apesar das dificuldades financeiras, observa-se vontade dos portugueses em contribuir para ajudar o ambiente, verificando-se que 70% dos cidadãos estariam predispostos a pagar mais por produtos biológicos, revendo-se, desta forma, em práticas agrícolas mais amigas do ambiente (ver Almeida, 2004, 2006). Face ao exposto, verifica-se que os principais problemas com que os portugueses mais se preocupam, na atualidade, são os de natureza económica, sendo que este aspeto, embora plausível, determina o afastamento de outras questões, igualmente importantes, como as ambientais. Neste particular, o

menor interesse dos cidadãos portugueses com as questões ambientais pode colocar em causa a equidade com que o instrumento da A21L encara as três vertentes do desenvolvimento.

Concluindo, da análise aos estudos mencionados extrai-se um conjunto de resultados que caracterizam a sociedade portuguesa quanto à forma de encarar os problemas de cariz ambiental e que, de certa maneira, influi na forma como a A21L se contextualiza no âmbito nacional. Assim, verificam-se oscilações no nível de preocupação dos portugueses decorrentes da influência da conjuntura económico-social que se foi vivendo. Neste âmbito, o final da década de 90 e os primeiros anos do novo século (XXI) traduziram uma evolução positiva ao nível da *preocupação* dos portugueses face às questões ambientais, prevalecendo, contudo, como prioritário os “velhos” problemas sociais, como a questão da droga e do desemprego. Estes resultados indicam que os portugueses consideram ser, mais facilmente, afetados por problemas que tão bem conhecem do que por questões ambientais que, para muitos, ainda são questões desconhecidas ou não muito clarividentes.

Acresce ao supracitado que o problema do desemprego, traduzido em insegurança e instabilidade económica que os cidadãos sentem perante o futuro, revela poder ser um forte entrave para o aumento de sensibilidade ecológica da sociedade. No referido período (final da década de 90 e primeiros anos século XXI), apesar de se notar uma maior preocupação face ao ambiente e de se registar, igualmente, o mesmo comparativamente a muitos outros países, tal não traduz uma consciencialização ambiental amadurecida nem enuncia um elevado sentido de responsabilização. Verifica-se o contrário, o ambiente é visto, essencialmente, como um problema vindo de fora e com origem nos outros, confirmado pela perceção, algo distorcida, sobre os problemas locais (sendo desvalorizados e considerados pouco preocupantes) e os problemas globais (com um nível crescente de *preocupação*, à medida que estes se vão afastando geograficamente da área residencial dos cidadãos). Esta lógica é corroborada quando os portugueses encaram o ambiente, no futuro, mais como uma preocupação para os outros, visto que consideram que os problemas ambientais têm mais tendência para piorar a nível “global” do que a nível “nacional”. A tendência dos portugueses em *externalizar* os problemas ambientais e desvalorizar os mesmos em contexto local constituiu-se como um obstáculo à efetivação de instrumentos de sustentabilidade, como a A21L, visto que o não reconhecimento dos problemas “dentro de portas” pode levar à incorreta avaliação do risco que estes representam para a população local e, não raras vezes, induzir a um comportamento passivo em matéria de ambiente.

Constata-se, igualmente, uma clara divergência entre as “representações e as práticas ambientais”, isto é, entre a vertente sensibilização e consciencialização ambiental. Apesar de existir uma preocupação dos portugueses face aos problemas ambientais, como já foi referido, verifica-se uma quase inércia de participação cívica em questões relacionadas com o ambiente, como se referiu anteriormente. Os portugueses, regra geral, apoiam as políticas e intervenções em prol do ambiente e simpatizam com as instituições e organismos de defesa do ambiente todavia a

sua “militância” nestas instituições e/ou participação em ações de carácter ambiental, são raras, o que traduz a inércia da sociedade no que à defesa do ambiente diz respeito. A leitura dos dados remete, de igual modo, para o fenómeno que se prende com o facto de apenas em casos em que a vida dos cidadãos locais é afetada diretamente (remete para a noção de risco, anteriormente analisada) se registar alguma ação popular reivindicativa traduzida em ações de protesto, como é exemplo, o caso mediático da coincineração de resíduos industriais perigosos (RIP) na cimenteira de Souselas, no concelho de Coimbra e o caso concreto de Mindelo (caso de estudo da A21L), em que a possibilidade de extinção da ROM foi encarada como um ataque direto aos interesses da população local. Neste âmbito, só quando os problemas são identificados e encarados como ameaça ao bem-estar da população é que se verifica uma reação e revolta dos cidadãos ao oporem-se a projetos polémicos e/ou prejudiciais à qualidade de vida da comunidade local, dando-se ênfase à expressão inglesa *Not in My Back Yard* (“não no meu quintal”, em português).

Outra questão que influencia as práticas dos portugueses tem a ver com o desconhecimento que estes aparentam ter em matéria de problemas ambientais e para a falta de soluções que os cidadãos manifestam para ajudar a resolver os mesmos. Relativamente ao primeiro ponto, verifica-se que a fraca sensibilização dos portugueses para várias questões, nomeadamente as ambientais, tem igual paralelismo na forma como os *mass media* trataram esta temática. Sabendo-se que os meios de comunicação exercem uma grande influência, a vários níveis, na mentalidade da população, não é surpresa que a sensibilização das comunidades locais para os problemas ambientais seja, igualmente, condicionada pelo papel dos “*mass media*” neste processo. Como refere Schmidt, (2003: 423-425), durante as últimas décadas do século XX, existiu uma “*demissão ambientalista*” na RTP1, constituindo-se (o único canal de televisão a emitir em Portugal à época) como um “*caso tenaz de autobloqueio*” (...) com “*vinte anos de ausência do discurso ambiental na televisão portuguesa*” (...) observando-se, mesmo, que a entrada deste assunto deu-se unicamente “*por contaminação*” e “*não por cultura própria*”. Contudo, a autora reconhece que, apesar da “*televisão pública ser palco de demissões, por outro, (...) esta acabou por dar um contributo decisivo para a compreensão da opinião pública sobre o ambiente*” (idem, 20). Não é, então, de estranhar que, à imagem de uma comunicação social quase ausente na abordagem de matérias ambientais, aliada ao insistente desfasamento entre a realidade ambiental degradada e a imagem de um país limpo e lindo que, por vezes, faziam passar para a opinião pública, se deparasse com uma população portuguesa pouco informada e com postura passiva no que concerne às questões ambientais. Atualmente, a situação é diferente, devido à chegada de canais privados, que deram maior visibilidade aos temas ambientais, mas sobretudo face ao despertar, nesta primeira década do séc. XXI, para uma nova interação social, resultado da contínua evolução dos meios de comunicação. Hoje, verifica-se uma nova forma de fazer informação e de influenciar mentalidades conhecida por Blogosfera. A blogosfera veio permitir que se assista a “*um nível de discussão pouco visto nos meios de comunicação tradicionais. A variedade e qualidade da opinião disponível na blogosfera transformaram este espaço virtual num fórum de discussão*”

ímpar, com regras e características muito próprias, a mais importante das quais é a completa liberdade de acesso ao espaço blogosférico” (Canavilhas, 2004: 5). A utilização da Internet por parte dos cidadãos deixa de ser unicamente passiva, como mero meio de leitura da informação que nesta é veiculada, para se abrir como um espaço de forte intervenção cívica que vai ganhando cada vez mais preponderância, à medida que as novas redes sociais se vão afirmando.

Neste âmbito, seria de esperar que, como reflexo de uma sociedade mais sensibilizada para estes assuntos, existisse finalmente, no decorrer dos primeiros anos do século XXI, um elevar do nível de preocupação dos portugueses com as questões ambientais. Porém, não só tal não se verificou, como ainda se observa um relegar dos problemas ambientais para segundo plano. O agravamento da situação económica do país, bem evidenciada com o aumento da preocupação dos portugueses com o desemprego e com a inflação destituíram a temática do ambiente da posição relevante que lhe tinha sido conferida no fim dos anos 90/ princípio do século XXI. Ora, como referem Lima e Schmidt (1996: 227), o nível de sensibilização para as questões ambientais depende, incondicionalmente, das *“diferentes situações sociais dos portugueses, como idade, status social, instrução, região, (...) são “fatores que determinam diferentes atitudes de sensibilidades”*. Neste contexto, constata-se que as questões económicas estão a interferir na forma dos portugueses encararem os problemas ambientais, não sendo indiferente que as A21L que se desenvolveram e implementaram até à data sejam, na sua larga maioria, iniciativas do poder político local e não encetadas pelos próprios cidadãos, como se assistiu no caso da A21L de Mindelo.

CAPÍTULO 4 - PROBLEMÁTICA, HIPÓTESES DE TRABALHO, METODOLOGIA E CASO DE ESTUDO

4.1 Introdução

O atraso da implementação das Agendas 21 Local em Portugal evidencia um débil empenho do país em matéria de promoção de políticas de sustentabilidade com implicações graves para o meio ambiente e para o não cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente. O despertar lento para a sustentabilidade, denunciado pela demora na implementação de processos de Agendas 21, resulta na necessidade de se verem esclarecidas algumas questões que se encontram em aberto e que são motivo de interesse desta dissertação.

Neste capítulo, é desenvolvida uma abordagem sumária à problemática subjacente a esta investigação, bem como às hipóteses de trabalho decorrentes, em conformidade com os objetivos e a investigação teórica realizada. De seguida, são apresentados os instrumentos de recolha de informação elaborados (foram elaborados dois tipos de inquérito por questionário: um aplicado às Câmaras Municipais com processos de A21L e um outro aplicado aos habitantes de Mindelo), terminando com uma análise ao processo de definição da área de inquirição e da população-alvo e ao processo de seleção da amostra.

Por último, é analisado o caso de estudo de Mindelo que se apresentou como o caso pioneiro em Portugal em matéria de subsidiariedade, razão pela qual se realça o estudo do mesmo. A abordagem é caracterizada pela análise a aspetos físicos, sociais, económicos e ambientais da respetiva área de estudo.

4.2. PROBLEMÁTICA

A transposição do conceito de desenvolvimento sustentável para o ordenamento do território português deve compreender, desde logo, a definição de políticas de gestão sustentáveis dos recursos naturais. Os recursos naturais são bens suscetíveis de aproveitamento económico ou de utilização pela sociedade, sendo que estes, por princípio, não são produzíveis pela ação humana. A interdependência e funcionamento sistémico do Homem face aos mesmos, que não podem ser negligenciados no quadro da sua conservação e uso sustentável, não permitem a sua degradação ou eventual destruição, potencialmente causadora de situações de insustentabilidade. Em Portugal, face à dinâmica territorial, existe um conflito socioambiental que se expressa no retrato ambiental conhecido (ver subcapítulo 3.5.1.). O quadro de insustentabilidade parece ser confundido com o conceito de intencionalidade, visto que um assunto de extrema importância, como o desenvolvimento sustentável, parece esquecido quando se assiste a um comprometimento da implementação, no território nacional, de um dos seus mais importantes instrumentos de e para a sustentabilidade – a Agenda 21 local, refletido no atraso na sua adoção.

Fatores de vária ordem contribuíram para esse adiamento com perceptíveis consequências no agudizar da dicotomia entre sociedade e ambiente, com claros prejuízos para este último. A ausência de uma estratégia nacional orientadora dos princípios da sustentabilidade resultou numa falta de logística e de recursos financeiros para as entidades locais. Esta postura do poder central explica, em grande parte, a inércia com que os governos locais trataram os processos de A21L, face ao desconhecimento da natureza e existência deste instrumento, assim como a dificuldade de obtenção de financiamento para os desencadear.

A falta de apoio logístico do governo central é, também, causa da dificuldade dos poderes locais em lidar com as Agendas, visto que de forma declarada estes consideraram estes instrumentos complexos e de difícil execução, pelo que se justifica as *pseudo* Agendas que dominaram as primeiras iniciativas e o falhar de Portugal no arranque destes processos. Neste quadro, as tentativas individuais, isoladas e desorganizadas dos municípios locais portugueses, ao pretenderem arrancar com processos de A21L, são facilmente entendíveis.

Mesmo os processos que se iniciaram ficam marcados por alguma desconfiança dos governos locais em encararem a A21L, visto que estas rompem com o modo tradicional de fazer política. A participação ativa dos cidadãos e, sobretudo, a inclusão da população local nos destinos das suas comunidades não é um processo largamente aceite pelos poderes locais que sentem a sua autoridade ameaçada nos momentos de decisão, o que compromete a verdadeira essência destes instrumentos e coloca em causa a sustentabilidade local.

A ausência de uma cultura cívica e pró-ambiental da sociedade portuguesa (ver subcapítulo 3.5.1.) traduz um défice de participação pública dos portugueses no que à vida política diz respeito, não sendo exceção a intervenção (ou falta dela) em matéria de políticas de desenvolvimento sustentável.

A falta de informação e de consciencialização da população e, inclusivamente, dos próprios decisores políticos locais para as questões de sustentabilidade resultou no fraco registo de A21L no âmbito nacional.

O baixo empenho na divulgação de informações inerentes aos processos de A21, a reduzida participação pública nas sessões de trabalho, a falta de vontade que vai tomando conta dos cidadãos à medida que os processos decorrem resultam no aumento da dificuldade de afirmação destes processos e projetam para as equipas técnicas e para o poder político local a responsabilidade pela tomada de decisões unilaterais que, desta forma, saem menos legitimadas na sua ação.

4.3. HIPÓTESES DE TRABALHO

Face à problemática, e de acordo com os objetivos desta investigação, foram construídas cinco hipóteses de trabalho que se pretende validar, no capítulo seguinte, momento da apresentação e discussão dos resultados da pesquisa empírica, realizada no âmbito dos casos de estudo e que se apresentam no ponto seguinte:

- Existe um elevado grau de desconhecimento dos princípios e objetivos da A21L pelo cidadão e pelo próprio poder local, o que dificulta a sua implementação;
- A operacionalização dos processos requer a utilização de recursos logísticos e financeiros que, a nível do governo local, não existem ou são demasiado escassos, contrariedade a que o governo central não é alheio, face à falta / débil estratégia de convergência nacional de apoio à implementação destes instrumentos;
- Verifica-se um acentuado défice de participação pública, o que evidencia o papel pouco ativo das populações locais em processos de A21L, face a um défice de consciencialização pública para os problemas de ordem ambiental;
- Subsiste uma certa resistência do próprio poder local em lidar com processos que apelam a um elevado envolvimento dos cidadãos na promoção das políticas locais, com o desenvolvimento de conflitos que resultam na ausência dos cidadãos em todas as fases dos processos de A21L;

- A existência de conflitos e tensões sociais, derivados de interesses individuais que se sobrepõem ao interesse coletivo e que se constituem como barreiras à sustentabilidade local e, conseqüentemente, à menor eficiência dos processos de A21L.

As hipóteses de trabalho formuladas, refletidas na relação do poder político com os processos de A21L, na falta de conhecimento do cidadão comum, e do próprio poder político local, sobre a existência e natureza destes processos, na problemática de uma participação pública pouco ativa, na falta de consciencialização dos cidadãos para as questões ambientais, a par de uma cultura do poder político local algo reticente em aceitar a participação dos cidadãos nos momentos de decisão serão posteriormente testados, através da confrontação com os resultados provenientes da investigação empírica.

4.4. METODOLOGIA

Após contextualizar o caso português na temática investigada, foi elaborado um inquérito por questionário, dirigido às entidades promotoras de A21L no âmbito nacional, para recolha de informação empírica. O inquérito por questionário foi dirigido a todas as entidades locais⁴⁰ com processos de *Agenda* em curso, tendo este instrumento sido lançado em duas etapas: uma primeira fase até 2006 e uma segunda, em 2009, com o intuito de tratar as Agendas, entretanto iniciadas (ver anexo II e III). Através do conjunto de respostas enviadas pelas entidades⁴¹, foram tratados e analisados os dados que permitiram conceber um retrato atual de Portugal, em matéria de A21L, sendo confrontados aspetos comuns que marcam os casos em curso e as próprias

⁴⁰ Na primeira fase foram lançados inquéritos às seguintes entidades: Alenquer; Alfândega da Fé; Almeirim; Alpiarça; Alter do chão; Arraiolos; Arronches; Avis; Azambuja; Batalha; Barrancos; Benavente; Borba; Braga; Bragança; Caminha; Campo Maior; Carrazeda de Ansiães; Cartaxo; Cascais; Castelo de Vide; Castelo Branco; Chamusca; Chaves; Coruche; Crato; Elvas; Esposende; Évora; Faro; Fornos de Algodres; Gavião; Golegã; Guarda; Guimarães; Idanha-a-Nova; Leiria; Loulé; Macedo de Cavaleiros; Maia; Manteigas; Marvão; Melgaço; Mértola; Mindelo; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Monção; Monforte; Moura; Nazaré; Nisa; Odivelas; Oeiras; Oleiros; Oliveira do Bairro; Paredes de Coura; Penamacor; Peso da Régua; Pinhel; Portalegre; Porto; Redondo; Rio Maior; Santarém; Salvaterra de Magos; Santo Tirso; S. João da Madeira; Serpa; Setúbal; Sever do Vouga; Silves; Sousel; Valença; Viana do Castelo; Vila Flor; Vila Franca de Xira; Vila Nova de Cerveira; Vila Nova de Gaia; Vila Nova de Paiva; Vila Real; e Vimioso.

Na segunda etapa foram questionados os seguintes promotores: Abrantes, Água Longa, Águeda, Alcanena, Alcobaça, Alfena, Almada, Almodôvar, Alvaiázere, Amadora, Ansião, Armamar, Árvore, Baguim do Monte, Castanheira de Pera, Condeixa-a-Nova, Ermesinde, Espinho, Ferreira do Alentejo, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Fridão, Fundão, Guifões, Junqueira, Laundos, Lordelo do Ouro, Lourinhã, Lousã, Maia, Meda, Miranda do Corvo, Moreira da Maia, Odemira, Olhão, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Paramos, Pedrógão Grande, Penela, Pombal, Póvoa de Varzim, Mora, Marinha Grande, Ponta Delgada, Portimão, Póvoa de Lanhoso, Ramalde, Santa Comba Dão, Santa Cruz do Bispo, São Cosme, São Pedro de Rates, Sertã, Tavira, Torres Vedras, Vila Chã, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Poiares e Vila Velha de Ródão.

⁴¹ Entidades que responderam aos inquéritos por questionários: Abrantes, Águeda, Alcanena, Alenquer, Alfândega da Fé, Alpiarça, Alter do Chão, Amadora, Arraiolos, Avis, Batalha, Beja, Bragança, Caminha, Cascais, Castelo Branco, Chamusca, Chaves, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CULT), Coruche, Crato, Esposende, Évora, Faro, Ferreira do Alentejo, Ferreira do Zêzere, Fridão, Fundão, Guimarães, Loulé, Macedo de Cavaleiros, Maia, Mértola, Monção, Odivelas, Oeiras, Olhão, São João da Madeira, Santa Comba Dão, Santarém, Serpa, Tavira, Torres Vedras, Valença, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Real, Serviço Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Grande Porto (LIPOR).

especificidades que os distinguem. Do total de 139 inquéritos lançados, obtiveram-se 49 respostas (35%), apesar das inúmeras tentativas de contacto que se traduziram na insistência, quer por escrito, quer por telefone, com que se tentou obter a informação. É de salientar que estes valores não correspondem aos valores absolutos, uma vez que um significativo número de câmaras não se pronunciou individualmente, remetendo para organismos, entretanto criados, para dar cumprimento à implementação das A21L, as respostas solicitadas pelos inquéritos. Neste âmbito, destaco a associação das Lezírias do Tejo que engloba 11 municípios e a LIPOR, empresa responsável pela implementação da A21L em 18 freguesias.

Posteriormente, para a análise mais detalhada – caso do Mindelo – foi definida a área de inquirição e da população-alvo, a seleção da técnica de amostragem e da amostra e a elaboração de mais dois instrumentos de recolha de informação, inquérito por questionário dirigido à população residente no caso de estudo de Mindelo que foi, posteriormente, complementado por um terceiro instrumento de recolha de informação referente a um inquérito por entrevista aos responsáveis locais pelo referido processo. A confrontação dos dados obtidos permitiu integrar diferentes contextos, possibilitando a comparação, por um lado, da perceção dos mentores das A21, normalmente decisores políticos locais, com a perceção social, cidadãos comuns que são convidados a participar nos mesmos.

Os dados obtidos pela aplicação destes instrumentos de recolha de informação foram analisados e tratados estatisticamente. No caso do inquérito aplicado à população de Mindelo, e face ao elevado universo de inquiridos, utilizou-se a técnica de amostragem não aleatória por quotas, suportada numa análise estatística multivariada (sexo, idade e grau de instrução). Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente com recurso ao programa informático SPSS [Statistical Package for the Social Sciences (versão 19)], instrumento vulgarmente utilizado no apoio às tomadas de decisão em ciências sociais.

4.4.1 Instrumentos de recolha de informação

Os inquéritos por questionário aplicados foram elaborados com base na operacionalização das hipóteses de trabalho (ver anexo V), procurando responder aos objetivos específicos delineados e previamente apresentados.

Foi elaborado um inquérito por questionário dirigido às entidades promotoras de Agendas 21 local, no território nacional (ver anexo VI), como forma de compreender a dinâmica dos processos de *Agenda*, em Portugal, e de se proceder ao levantamento dos resultados alcançados com a sua implementação.

O inquérito por questionário foi estruturado em quatro grupos distintos, com a preponderância de questões fechadas e semifechadas em relação às abertas, com o objetivo claro de não promover respostas ambíguas que dificultassem a sua posterior análise e tratamento.

No primeiro grupo, designado de “*Identificação do processo*”, pretendeu-se conhecer a entidade promotora da Agenda 21 e os seus mais diretos colaboradores. Foram, igualmente, elaboradas questões que procuram aferir elementos identificativos do dirigente máximo responsável pela iniciativa, apurando-se elementos como a sua idade, habilitações académicas, formação na área de ambiente / desenvolvimento sustentável e tempo de exercício no desempenho de funções.

No grupo seguinte, intitulado “*Desenvolvimento do processo de A21L*”, foram elaboradas questões que incidiram sobretudo sobre o tipo de apoio logístico fornecido ao processo e sobre o modelo metodológico aplicado ao mesmo. Neste âmbito, foi de interesse conhecer que tipo de recursos foram utilizados e suas fontes de proveniência. Ainda neste grupo, procurou-se fazer uma apreciação à participação dos cidadãos locais neste processo, solicitando uma avaliação, por parte da entidade responsável, sobre os aspetos mais e menos positivos que decorreram do envolvimento da população local.

No terceiro grupo, foram abordados a “*implementação de ações da Agenda 21 Local e seus resultados*”. Neste sentido, as questões foram dirigidas especificamente para a identificação das principais dificuldades encontradas e para a avaliação dos resultados alcançados com a instituição da *agenda* no meio local.

O conjunto de questões elaboradas no grupo IV foi preparado como forma de promover uma reflexão crítica quanto ao futuro das A21L em Portugal. Neste grupo, e para que fossem expressas livremente as opiniões dos promotores, foram apresentadas, na sua larga maioria, questões abertas.

Outro instrumento criado para o levantamento de informação consistiu na elaboração de um inquérito por questionário dirigido à população de Mindelo) (ver anexo VII).

Este inquérito é constituído maioritariamente por questões fechadas e semifechadas que se orientaram para a obtenção de informação de natureza essencialmente factual. Por sua vez, as questões abertas foram orientadas para auscultar a opinião dos inquiridos, suavizando o constrangimento formal que, por vezes, os inquiridos experimentam quando são respostas suportadas em formato de guião, isto é, quando as respostas dos inquiridos são orientadas por opções previamente estabelecidas e constantes no inquérito. Este inquérito por questionário encontra-se dividido em três grupos.

No primeiro grupo, procedeu-se à caracterização do inquirido e do seu agregado familiar. Foram elaboradas questões factuais, procurando obter informação sobre a sua idade, sexo, estado civil, nível de escolaridade, condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão e rendimento mensal do agregado familiar.

O objetivo do segundo grupo de questões foi de aferir o nível de participação cívica do inquirido nos destinos da comunidade local, incidindo as questões formuladas sobre o seu grau de

perceção para os assuntos que afetam a comunidade local e para o nível de sensibilização e consciencialização do inquirido face aos mesmos. Neste âmbito, as questões foram orientadas para traçar um conhecimento sobre os comportamentos, interesses e posição dos inquiridos face aos desafios de sustentabilidade local. De igual modo, procurou-se conhecer as razões apontadas pelo entrevistado para fundamentar o seu modo de estar e de agir enquanto indivíduo pertencente à população-alvo em estudo.

O terceiro e último grupo constitui-se como um prolongamento do grupo anterior, incidindo, o conjunto de perguntas, na análise particular à A21L. Com este propósito, as questões convergiram para indagar o grau de conhecimento do inquirido sobre a Agenda 21 Local na conjuntura nacional, numa primeira fase e, sequentemente, no caso específico da A21L de Mindelo. As perguntas apresentadas testaram o conhecimento do entrevistado, nomeadamente sobre a existência e natureza deste instrumento, e também procuraram averiguar o nível de participação do inquirido nos trabalhos que decorrem para a execução do processo da *Agenda* de Mindelo. Foi, igualmente, questionado quais as dificuldades que se apresentaram à participação do cidadão, na ótica do inquirido, e quais as vantagens que decorreram na implementação do mesmo. Por último, e como resposta aberta, tentou-se apurar quais os problemas locais cuja resolução, no entender do inquirido, seria prioritária e em quais este se sentiria mais apto a colaborar.

A par deste inquérito por questionário, foi desenvolvido um inquérito por entrevista, destinado aos dirigentes das entidades responsáveis pelo processo da A21L de Mindelo, presidente da Junta de Freguesia de Mindelo (ver anexo VIII) e presidente da Associação Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA) (ver anexo IX). O conhecimento mais profundo, deste caso de estudo, por estes responsáveis constitui-se como uma fonte complementar de informação aos instrumentos já aplicados no terreno. Não se procurou fazer uma abordagem exaustiva aos resultados, tendo-se incidido apenas nos elementos informativos complementares à investigação do caso de estudo. Apesar destes inquéritos se particularizarem face à natureza distinta das entidades envolvidas e dos dirigentes entrevistados, ambos apresentam uma estrutura comum que concorrem para uma maior clarificação deste caso de estudo. Neste sentido, o inquérito por entrevista foi estruturado em 4 grupos. O primeiro para a obtenção de dados pessoais do entrevistado; o segundo grupo orientado para a recolha de informação que respondesse a duas questões principais, o porquê do envolvimento das entidades no processo e a forma como o fizeram; o terceiro grupo dirigido para o apuramento dos resultados alcançados pela implementação da A21 e o último grupo com o objetivo centrado no futuro da A21L de Mindelo, com perguntas que procuraram perspetivar, segundo os entrevistados, o destino das mesmas.

4.4.2 Definição da área de inquirição e da população – alvo e construção da amostra para o caso de estudo de Mindelo

Foram discutidas várias possibilidades para a definição da área de inquirição, inserida nos casos de estudo, como forma de obter respostas aos cinco objetivos delineados:

- perceção do grau de conhecimento da população sobre a natureza do instrumento da Agenda 21 Local;
- relação da população com o processo da Agenda 21 Local;
- perceção da resposta social às iniciativas da Agenda 21 local de acordo com elementos comuns que identificam os cidadãos;
- perceção das alterações introduzidas no campo político decorrente da implementação de processo com a natureza da A21Local;
- conflitos decorrentes da defesa de interesses individuais face aos interesses coletivos no que à estratégia de sustentabilidade local diz respeito.

4.4.2.1 Área de inquirição

Decorrente da análise a possíveis áreas de inquirição e após confrontação com diferentes realidades, a escolha recaiu sobre Mindelo. A seleção desta área baseou-se num conjunto de condições intrínsecas do local que mereceram ser alvo de maior atenção. Uma das principais razões desta escolha reside no facto de Mindelo ter desenvolvido uma Agenda 21 que se configura como mais próximo à natureza deste tipo de processo. Existe um claro predomínio da essência do princípio de subsidiariedade com os problemas locais a serem tratados ao nível mais próximo do cidadão e do poder político (junta de freguesia). Acresce, no âmbito da subsidiariedade, que a Agenda 21 local de Mindelo constitui-se como uma referência nacional, nesta matéria, visto tratar-se de um caso pioneiro, em Portugal, desenvolvido ao nível sublocal.

Outra razão fundamental desta escolha reside na especificidade de Mindelo, de acordo com o enquadramento físico, económico e social que encontramos. Sendo uma área não totalmente rural nem urbana, verifica-se a coexistência de atividades diversas que se integram desde o setor primário ao terciário e que acrescentam novos desafios à sustentabilidade, como problemas resultantes da atividade agropecuária e da maior pressão demográfica decorrente da época balnear. Se adicionarmos a esta realidade, a particularidade de Mindelo ser, também, uma área de veraneio, com conseqüente aumento de pressão demográfica sazonal sobre o território, julgamos estarem reunidas condições que otimizam a sua escolha como caso de estudo desta dissertação.

4.4.2.2 População-alvo

Tendo sido definida a área de inquirição, incidiu-se sobre a identificação da população-alvo (total de 3402 habitantes) e construção da amostra que incidiu sobre 284 indivíduos. Este número obedece a uma amostragem estratificada de 10% do universo da população (2841 habitantes, com exclusão dos indivíduos com faixas etárias inferiores a 15 anos – ver quadro 4.1 e 4.2). Neste caso, e apesar de se considerarem interessantes as diferentes opiniões dos vários indivíduos, optou-se por não incluir os indivíduos com idades inferiores a 15 anos, pois considerou-se que não existia maturidade suficiente para responder adequadamente a determinadas questões que lhes fossem colocadas. O tipo de amostragem mais adequado aos objetivos dos inquéritos incidiu na escolha da amostragem não aleatória por quotas, dividindo a população em subpopulações (estratos) proporcionalmente representativos da população [ver quadros (anexo IV)]. Os itens da amostra retirados de cada estrato apontam para variáveis (como faixa etária, sexo e formação académica) que merecem maior atenção na análise às respostas.

Grupos etários	Sexo		Nível de instrução							
			Sem nível de instrução		Ensino Básico		Ensino secundário + Ensino médio		Ensino Superior	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
15-19	96	98	n	n	38	24	56	58	2	16
20-24	135	113	n	n	40	29	45	30	50	54
25-29	137	150	n	1	60	55	42	42	35	52
30-34	137	149	1	n	59	66	41	49	36	34
35-39	142	154	1	2	71	81	45	30	25	41
40-44	122	124	2	n	67	76	31	33	22	15
45-49	109	124	1	3	79	85	12	17	17	19
50-54	117	114	2	2	82	94	18	11	15	7
55-59	101	98	1	6	74	76	16	8	10	8
60-64	92	95	6	13	71	70	11	8	4	4
65-69	68	87	6	15	57	68	3	3	2	1
70-74	49	55	2	12	43	40	3	3	1	n
mais de 75	83	92	12	30	61	56	8	5	2	1
Total	1388	1453								
	2841		118		1622		628		473	

Quadro 4.1 – Universo da população-alvo de Mindelo, por grupos etários, sexo e nível de instrução.

Grupos etários	Sexo		Nível de instrução							
			Sem nível de instrução		Ensino Básico		Ensino secundário + Ensino médio		Ensino Superior	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
15-19	10	10	n	n	4	2	6	6	0	2
20-24	13	11	n	n	4	3	4	3	5	5
25-29	14	15	n	n	6	6	4	4	4	5
30-34	14	15	n	n	6	7	4	5	4	3
35-39	14	15	n	n	7	8	4	3	3	4
40-44	12	12	n	n	7	8	3	3	2	1
45-49	11	12	n	n	8	8	1	2	2	2
50-54	12	11	n	n	8	9	2	1	2	1
55-59	10	10	n	1	7	7	2	1	1	1
60-64	9	10	1	2	7	7	1	1	n	n
65-69	7	9	1	2	6	7	n	n	n	n
70-74	5	6	n	1	5	4	n	1	n	n
mais de 75	8	9	1	3	6	5	1	1	n	n
Total	139	145	3	9	81	81	32	31	23	24

Quadro 4.2 – Amostra da população de Mindelo (10%), por grupos etários, sexo e nível de instrução.

A estratégia adotada passou pela visita porta-a-porta em todas as habitações da área de inquirição, durante os meses de julho e agosto de 2009. Neste âmbito, e como foi já anteriormente referido, verificou-se uma certa dificuldade na aplicação dos inquéritos, com tentativas falhadas face ao conjunto de moradores temporários (residências secundárias e/ou alugadas) que, encontrando-se apenas a usufruir de atividades de lazer de férias, não perfaziam os critérios subjacentes à amostra. Da perceção desta situação, e como forma de aumentar os níveis de probabilidade de indivíduos que satisfizessem as exigências da amostra, entendeu-se estender o campo de inquirição saindo da área estritamente residencial e procurando as áreas de prestação de serviços e comercial.

Assim sendo, foram inquiridos um total de 139 indivíduos do sexo masculino e 145 do sexo feminino (figura 4.1)

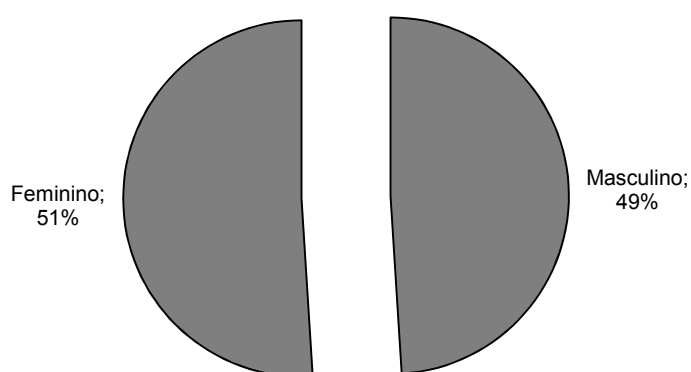


Figura 4.1 – Percentagem de inquiridos por sexo

Relativamente à caracterização dos indivíduos por faixa etária, os mais inquiridos foram aqueles cujas idades estavam compreendidas entre os 25 e os 39 anos, com maior representatividade por faixa etária (10,2%) (figura 4.2).

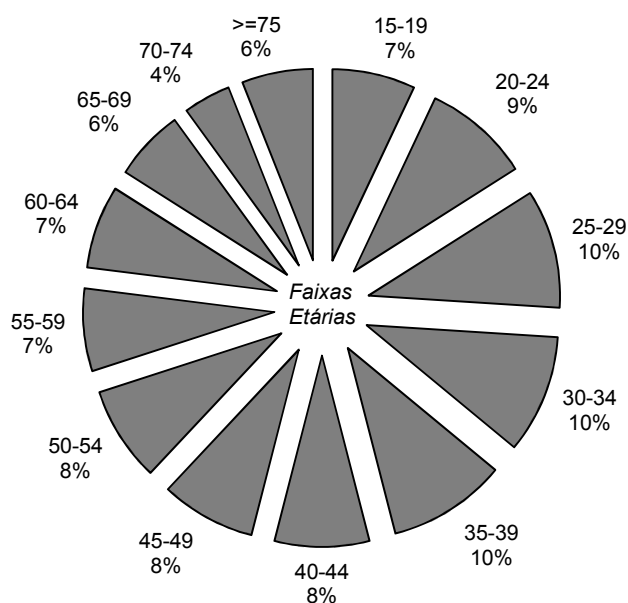


Figura 4.2 – Percentagem de inquiridos por faixa etária.

No que respeita ao nível de escolaridade, destaca-se o ensino básico (57%) como sendo a principal habilitação académica dos inquiridos. Com o ensino secundário e médio foram entrevistados 22%, ficando, em minoria, os indivíduos com ensino superior (17%) e sem nível de instrução inquiriram-se apenas 4%⁴² (figura 4.3).

No que concerne à condição dos inquiridos perante o trabalho, verificou-se que 47% exercem uma atividade económica, 31% são aposentados, 14% são estudantes, 5% encontram-se desempregados e 3% são domésticas.

Níveis de escolaridade	Número de inquiridos	Percentagem dos inquiridos (%)
Sem nível de instrução	12	4
Ensino Básico	162	57
Ensino Secundário e Médio	63	22
Ensino Superior	47	17

Figura 4.3 – Percentagem de inquiridos por níveis de escolaridade

Quanto à profissão principal que os inquiridos exercem, destaca-se 19,5% da população ligada à agropecuária, 16,5% de operários qualificados e semiqualificados com destaque para os empregados nas indústrias de laticínios, madeira, cortiça e têxtil, cerca de 18,5% de trabalhadores por conta própria da construção civil, indústria, comércio, serviços e transportes. Quanto às profissões liberais e similares, registaram-se 17% de inquiridos. Por fim, e ligado ao comércio, serviços e administração pública contabilizaram-se 28,5% de trabalhadores.

A unidade de amostragem foi direcionada ao “indivíduo” residente nesta área, verificando-se, neste propósito, a preocupação de se identificar a população presente e residente, visto que, tendo coincidido o levantamento de dados com o período estival, proporcionaram-se casos de população residente, mas apenas de carácter temporário.

4.4.2.3 Atividades preparatórias à aplicação do inquérito

Foi elaborada uma análise prévia da planta da área geográfica de estudo, permitindo localizar as funções urbanas, com especial interesse para a área residencial, como forma de otimizar a aplicação dos inquéritos.

⁴² Não se conseguiu obter dados no respeito ao rendimento líquido mensal médio do agregado familiar dos inquiridos, devido ao facto destes não quererem simplesmente abordar esta questão.

Procedeu-se, igualmente, à readaptação de questões no inquérito de acordo com o resultado da fase de pré-teste que foi importante para diagnosticar algumas dificuldades dos inquiridos a questões que continham termos mais técnicos. Acresce a redução do número de questões abertas, dando lugar a questões semifechadas e/ou fechadas como forma de diminuir o tempo de inquirição, dado que alegadamente se transformava num processo algo fastidioso e cansativo para os inquiridos.

4.5 Caso de estudo de Mindelo

4.5.1 Enquadramento geográfico

Mindelo é uma freguesia do Concelho de Vila do Conde (Figuras 4.4 e 4.5), inserida na Área Metropolitana do Porto, na zona costeira Noroeste de Portugal. Localiza-se a pouco mais de 20 km da Cidade do Porto e a cerca de 5 km da cidade de Vila do Conde.

A freguesia de Mindelo foi delimitada em 1611, pertencendo então ao concelho da Maia e posteriormente, em 1836, integrada no município de Vila do Conde (figura 4.6). Mindelo é uma das 30 freguesias do concelho de Vila do Conde (figura 4.7), com uma área de 5,74 Km² face aos 149 Km² que constituem a dimensão física do concelho onde se integra. Tem como freguesias confrontantes, Árvore a norte, Fajozes e Gião a nascente, Vila Chã pelo sul e o Oceano Atlântico a poente

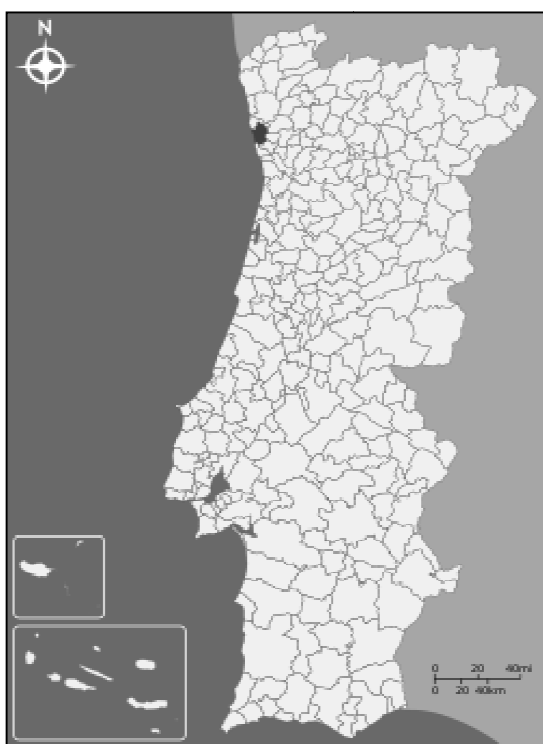


Figura 4.4 - Localização do concelho de Vila do Conde em Portugal

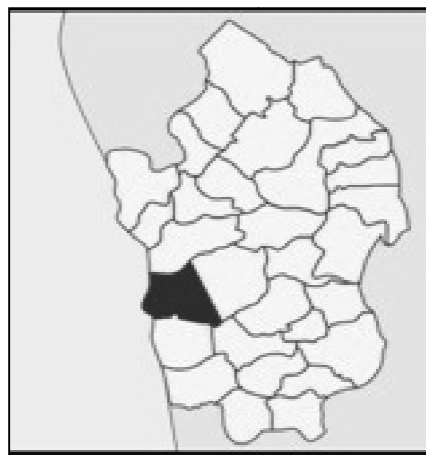


Figura 4.5. – Localização da freguesia de Mindelo no concelho de Vila do Conde

Fonte: IDAD (2004)

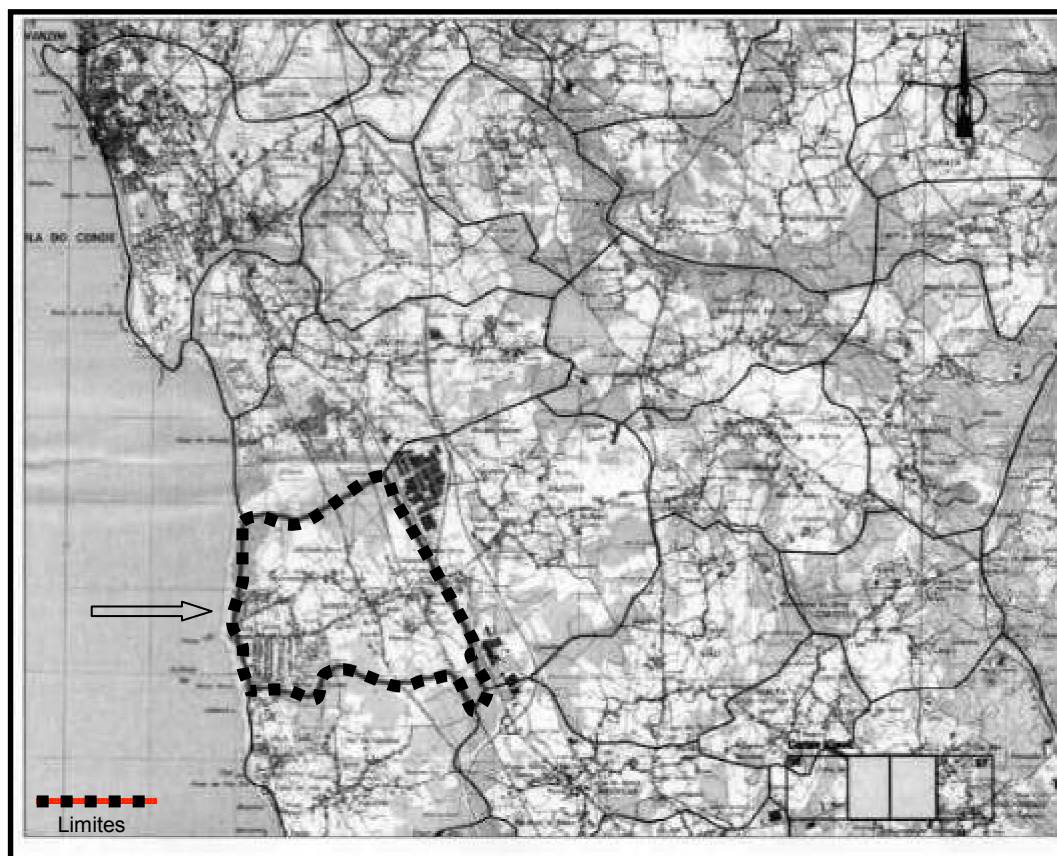


Figura 4.6 - Limites geográficos da freguesia de Mindelo

Fonte: IDAD (2004)

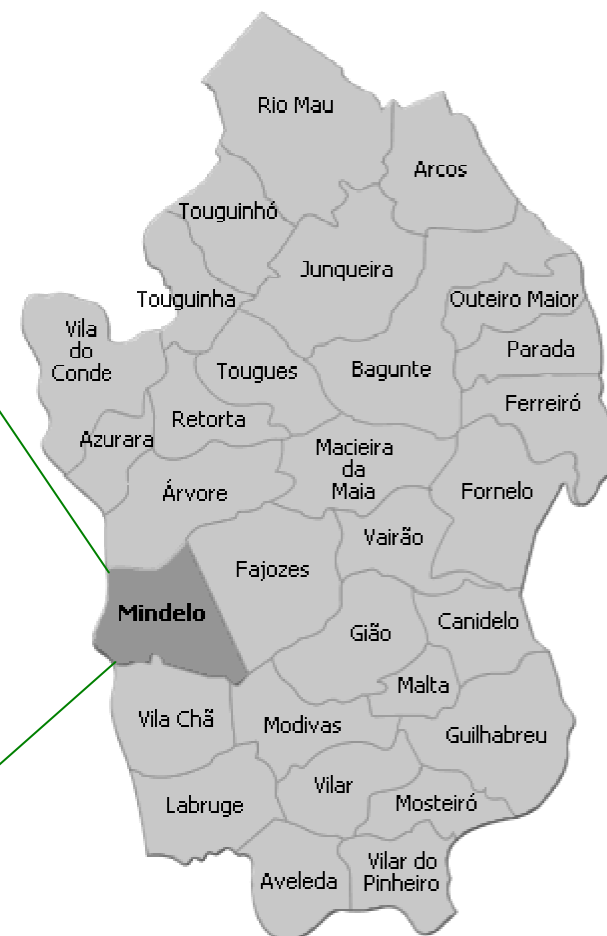


Figura 4.7 – Freguesias do concelho de Vila do Conde

4.5.2 Aspetos físicos

Mindelo, relativamente às restantes freguesias que constituem o município de Vila do Conde, apresenta valores que a identificam como de dimensão média face ao total das freguesias. Verifica-se que a freguesia de Mindelo, em termos de dimensão territorial, não é uma das mais pequenas quando comparada com freguesias como a de Malta (1,85Km²) e de Azurara (2,11Km²), mas também não tem dimensões que a coloquem como uma das maiores, como são exemplos as freguesias de Rio Mau (10,42 Km²) e Bagunte (9,89km²). Conclui-se que, de maneira geral e salvo discrepâncias pontuais, a dimensão das freguesias aponta para uma certa homogeneidade das dimensões físicas do espaço. No entanto, é na comparação da extensão territorial de Mindelo com a do respetivo concelho que se realça a configuração reduzida desta freguesia, ocupando apenas 3,6% do território concelhio. Seguidamente, vai-se analisar o espaço físico do local de estudo.

A freguesia de Mindelo, e de acordo com a sua localização absoluta (41° 18' 49" N e 8° 42' 56" W) e espaço geográfico onde se insere, apresenta um clima temperado marítimo de forte influência atlântica, caracterizado por um verão moderadamente quente e o resto do ano temperado húmido, com valores de precipitação média anual superiores a 1000mm.

Caracteriza-se, em termos fisiográficos, como uma zona de relevos fracos, identificando-se o predomínio de planícies e colinas baixas. Observa-se, associado a estes relevos, a existência de formações localmente designadas por “fieiros” que se caracterizam por cordões dunares interiores, com vários metros de altura e, em alguns casos, localizados a mais de 1000 metros do mar. Com o passar do tempo, estas formações de areia têm desaparecido, restando, atualmente, apenas alguns exemplares que se encontram arborizados e alinhados paralelamente à costa.

Em relação à praia de Mindelo, esta tem uma forte procura, especialmente na época balnear, devido não só à sua localização mas também ao excelente nível paisagístico que apresenta. A praia oferece uma extensão de, aproximadamente, 3 Km de areias graníticas, de granulagem fina a médias dimensões, coexistindo com um cordão dunar capaz de atingir, por vezes, cotas de 3 a 4 metros, sendo, contudo, de salientar o recuo célere a que está a ser sujeita esta forma do litoral.

Em termos hídricos, a região é dominada pelo rio Ave e uma complexa rede de ribeiros e pequenas linhas de água a desaguar diretamente no mar, sendo de destacar a Ribeira de Silvares que atravessa toda a freguesia. Este curso de água revela-se preponderante para a fauna e a flora locais que, conjuntamente, com a existência de lagoas e charcos temporários nos pinhais e áreas dunares dão vida a um habitat natural que alberga mais de 13 espécies de anfíbios e outras tantas espécies de aves migratórias que justificaram a criação da Reserva Ornitológica de Mindelo, no ano de 1957.

Geologicamente, a maioria dos solos é de natureza areno-argilosa, facto bem exemplificado no tipo de materiais sedimentares, como lodos, argilas e areias que se foram acumulando ao longo

da ribeira de Silvaes. A formação geológica dos solos constitui uma mais-valia para a prática agrícola, graças à elevada ou mediana aptidão que evidencia, principalmente, na área Nascente de Mindelo. Relativamente às manchas florestais, sobressaem o pinheiro-bravo, o eucalipto, o carvalho-roble, o sobreiro, o castanheiro e, de forma mais dispersa, encontram-se loureiros, choupos e salgueiros. Destaca-se, ainda, a presença das matas ribeirinhas, das sebes dos campos agrícolas e da vegetação dunar que tipifica a flora de Mindelo. Resumindo, a área de 574 hectares da freguesia de Mindelo é maioritariamente utilizada para fins agrícolas (42%), em especial a Nascente. As áreas florestais ocupam 24% do território e as praias e dunas 11%. Os aglomerados urbanos ocupam 19% da área total, destacando-se a mancha urbana na parte Poente da Freguesia (que representa 70% da área urbana). As áreas industriais ocupam 4% dos solos.

A nível de acessibilidades rodoviárias, a freguesia é servida por excelentes vias de comunicação, salientando-se, no sentido Norte/Sul, o IC1 (Valença-Guia), atual A28, que permite uma ligação rápida a Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Matosinhos e Porto. Como ligações transversais, de referir a Norte o IC5 (Póvoa do Varzim-Miranda do Douro) e a Sul o IC24 (Circular Regional Exterior do Porto (CREP)) (figura 4.8).



Figura 4.8 – Rede Rodoviária (Grande Porto)

Fonte: Google Maps

Em relação à circulação interna na freguesia de Mindelo, destaca-se a rede de transportes coletivos de passageiros que assegura a cobertura da freguesia. A complementar o serviço de transportes, Mindelo conta com um serviço de aluguer de Táxis e uma paragem (provisória), na EN13, que confirma o serviço do comboio por parte da empresa do Metro do Porto. A designada “Linha-férrea do Metro do Porto” serve, para além da freguesia de Mindelo, a freguesia de Vila do Conde, os concelhos da Maia, Matosinhos e Póvoa do Varzim. A completar a cobertura total do

concelho, assinala-se uma rede de transportes escolares, servidos pela Câmara e empresas de serviço público.

4.5.2.1 A Reserva Ornitológica de Mindelo (ROM)

A ROM, pelo carácter decisivo que teve no processo da A21L de Mindelo, não poderia deixar de ser alvo de uma análise mais cuidada, visto que a criação da própria AAMDA, organização vital para o arranque deste processo, foi uma resposta a medidas consideradas insustentáveis, com claro destaque para a proteção desta Reserva (tendo fundado inclusivamente o Movimento PROMindelo – Pela Reserva Ornitológica do Mindelo), como é salientado pelo antigo presidente desta instituição, engenheiro Pedro Macedo.

A Reserva Ornitológica de Mindelo (ROM), situada entre Mindelo e o Rio Ave, foi a primeira área protegida instituída em Portugal, em 1957, com fins científicos, e a primeira reserva ornitológica da Europa, apresentando assim um elevado valor histórico e simbólico. Numa perspetiva histórica, a Reserva Ornitológica de Mindelo teve a sua “*génese na visita que o Prof. Santos Júnior fez a Mindelo, em agosto de 1953, (...) para propor a alguns antigos "roleiros" que o auxiliassem a capturar Rolas-bravas (Streptopelia turtur) a troco da emissão limitada de licenças de captura, que estavam suspensas havia uns anos. Na sequência das primeiras campanhas de anilhagem de rolas, o Prof. Santos Júnior foi-se dando conta da enorme importância da área para as migrações de muitas espécies, nomeadamente de passeriformes, acabando por propor à Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (DGSFA) a criação de uma Reserva Ornitológica para a zona, que ficaria adstrita ao Instituto de Zoologia "Dr. Augusto Nobre" da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, do qual era então diretor*” (CIBIO, 2007a: 2). A seu pedido, foi então fundada a Reserva, ao abrigo do regime florestal (figura 4.9).



Figura 4.9 - Planta da Reserva Ornitológica do Mindelo (1957)

Fonte: CIBIO (2007a: 3)

A reserva, com uma área inicial de 411 ha, foi-se estendendo e, atualmente, conta com 594 ha integrados nas freguesias de Mindelo, Árvore e Azurara. Cerca de 44% da área da ROM pertence à freguesia de Mindelo e ocupa cerca de 48% da área total da freguesia. Esta é caracterizada por um mosaico valioso, constituído por dunas, zonas húmidas, extensa mata e campos agrícolas. Esta diversidade de *habitats* permite albergar um elevado número de espécies animais e vegetais, constituindo um refúgio essencial para aves migratórias. Na ROM podem ser igualmente "encontradas diferentes espécies de mamíferos, entre os quais esquilos, coelhos, raposas, ouriços-cacheiros, vários roedores e morcegos e ainda répteis, como o lagarto de água" (IDAD, 2004:92).

Segundo Júnior e Isidoro, a "importância da ROM, com o passar do tempo, foi aumentando servindo esta de base para numerosos estudos científicos, tanto no âmbito nacional como internacional, destacando-se a Reserva como local preferencial, durante muitos anos, para "aulas práticas do curso de Biologia da Universidade do Porto, e por vezes como local de trabalho temporário, ou visita, de investigadores estrangeiros" (CIBIO, 2007a: 10). Se até à década de 70, do século passado, a Reserva, ao estar abrangida pelo sistema de proteção florestal, tinha conseguido acautelar os seus interesses, a partir desta data esta começou a sofrer uma acentuada pressão turística, imobiliária e industrial que se traduziu em novas urbanizações, acessos rodoviários e infraestruturas portuárias. O regime florestal, ao não condicionar a ocupação do solo, começou a evidenciar a sua ineficácia para contrariar esta tendência (figura 4.10), fazendo com que a própria população local se alienasse da defesa deste espaço.

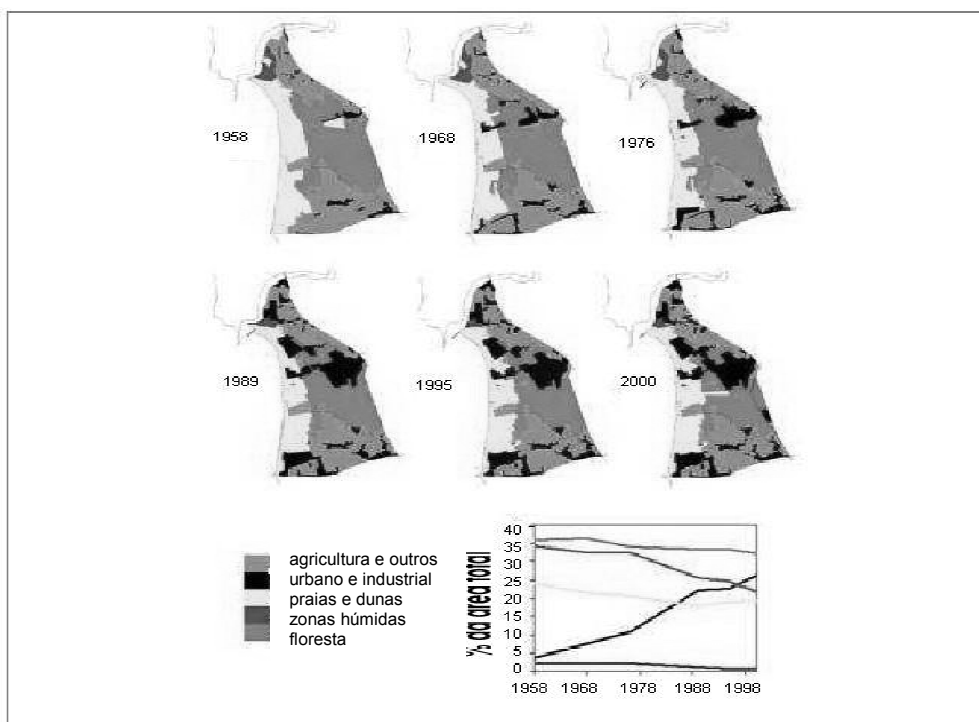


Figura 4.10 – Evolução do uso do solo na Reserva Ornitológica do Mindelo, entre 1958 e 2000

Fonte: CIBIO (2007a: 13)

De acordo com Macedo (ver Macedo, 2002), autor ligado à Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente, este refere que, desde 1958 a 2000, os terrenos urbanos e industriais cresceram 600%, passando dos 4% para 26% da área total da ROM, o que traduz um crescimento médio na ordem dos 89 m² por dia. Anteriormente, estes terrenos tinham maioritariamente ocupação florestal. Acresce que as *“areias das principais dunas foram extraídas e depositaram-se lixos. As linhas de água foram poluídas pelos novos estabelecimentos industriais e as recentes construções. Proliferou a captura ilegal de aves. A Universidade do Porto e os serviços florestais acabaram por deixar de cumprir a sua função. Neste contexto, parte dos proprietários dos terrenos inseridos na ROM, pretenderam ver esses terrenos valorizados economicamente, solicitando a sua desanexação e, conseqüentemente, autorização para urbanizar e construir. A grande maioria dos terrenos é privada”* (Silva e Macedo, 2006: 98).

Como foi igualmente reconhecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99, aquando da aprovação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Caminha-Espinho (onde se insere a ROM), o *“troço da costa compreendido entre Caminha e Espinho apresenta um conjunto diversificado de situações, alternando espaços de grande diversidade biológica e paisagística com outros caracterizados por uma ocupação urbana intensa e, em certos casos, desregrada, incompatível com a capacidade de suporte dos sistemas naturais e com a valorização da qualidade de vida das populações”*⁴³. Os problemas com que se depara a ROM derivam de fatores de vária ordem, no entanto, o principal decorre do próprio vazio legal com que esta se debatia relativamente à indefinição do estatuto legal de proteção que conduzia à progressiva degradação das condições naturais da área. Apesar de, atualmente, ser classificada como *“Biótopo Corine (n.º C11400138) (...) saliente-se que tecnicamente (ou, melhor dizendo, legalmente) a área da ROM ainda se encontra submetida ao regime florestal, pois não houve qualquer decreto que a excluísse desse regime, embora na prática este já não seja cumprido. Constitui ainda, em parte, uma reserva integral de caça (reserva de caça VLC 1, com 411 ha), instituída pela Portaria n.º 725-E/93, de 10 de agosto de 1993, nos termos da “antiga” Lei da Caça”* (IDAD, 2004: 90). O futuro da ROM começou a ser alvo de discussão pública face ao cada vez maior grau de degradação da Reserva que despoletou junto de várias associações de conservação da natureza (Amigos do Mindelo, FAPAS, Quercus, LPN, entre outras) a necessidade de resolver o impasse legal da Reserva, devolvendo-a ao usufruto público.

Concluindo, a importância da análise à ROM decorre do facto desta se ter constituído como uma das principais razões (senão mesmo a principal) que motivou a congregação de vontades e de esforços da sociedade local para a sua defesa, com o desenrolar de ações e movimentos cívicos que estiveram na base do surgir da própria A21 a nível local, como reconhece Torres, (2005a: 1-2), o *“choque entre o urbano e o rural, com atividades incompatíveis lado a lado (...) começou a*

⁴³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99 Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ser notado antes de ser iniciado o processo de Agenda 21 e o olhar global para todas estas condicionantes por parte da própria sociedade civil foi preponderante para o início da Agenda 21 em Mindelo. (...) A própria existência de consensos quanto à necessidade de definir um rumo sustentável, rumo esse que deveria ser estudado em conjunto de modo a envolver toda a população e responsabilizá-la pelo seu próprio futuro originou o projeto da A21 de Mindelo (...) com duas inovações diferenciadoras no panorama nacional das Agendas: A sua origem na sociedade civil e a sua dimensão, ao nível da freguesia”.

4.5.3 Caracterização socioeconómica

- População residente

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a freguesia de Mindelo registou um acréscimo de população residente, na ordem de 19%, no período compreendido entre 1991 e 2001⁴⁴ (figura 4.11). Este valor demonstra a elevada pressão demográfica de que está a ser alvo esta freguesia. Quando comparados os números, em igual período de tempo, com o crescimento demográfico ao nível do concelho de Vila do Conde, com cerca de 14,7%, e na Área do Grande Porto, de 8% (figuras 4.12 e 4.13), verifica-se, tendo em conta as devidas proporções, que Mindelo registou um maior aumento, debatendo-se com problemas similares aos das grandes cidades em consequência da sobrepopulação, particularmente, na época de verão, quando “essa população triplica” (IDAD, 2004: 96). Senão vejamos, em 1991, a densidade populacional da freguesia era de 498 hab/km², passando, em 2001, para 593 hab/km². Estes números são ainda mais preocupantes quando, no ano de 2001 e comparando-os com os da densidade populacional no concelho de Vila do Conde, se regista que o concelho tem uma densidade populacional inferior, com cerca de 499 hab/km², aos registados na própria freguesia (figura 4.14).

Numa análise mais detalhada, por freguesia, verifica-se que, no mesmo intervalo de tempo (1991 a 2001), são as freguesias junto à costa do litoral, como Vila do Conde (28,7%), Árvore (25,1%), Mindelo (19%) e Azurara (17,2%) que registaram um maior acréscimo populacional. Contudo, as freguesias de Touguinha (25,5%), Touguinhó (19%) e Junqueira (15,8%), por estarem mais próximas da sede do concelho (Vila do Conde), à exceção da freguesia de Guilhabreu (26,6%), também revelaram um significativo crescimento populacional.

Relativamente à população residente por faixas etárias, em 2001, verifica-se que não existem grandes diferenças entre a freguesia de Mindelo e o Concelho. Em ambos, a faixa etária predominante é a dos 25 aos 64 anos, com 57,8% e 55,2%, respetivamente. Em relação às restantes, verifica-se que, a nível percentual, a estrutura etária da população traduz, igualmente, as semelhanças encontradas na respetiva freguesia e concelho (quadro 4.3).

⁴⁴ Apesar de existirem dados mais recentes do Recenseamento Geral da População (RCP) de 2011 serão utilizados dados do RCP de 2001 de maneira a ficarem enquadrados com o mesmo período de investigação definido para o objeto de estudo desta dissertação.

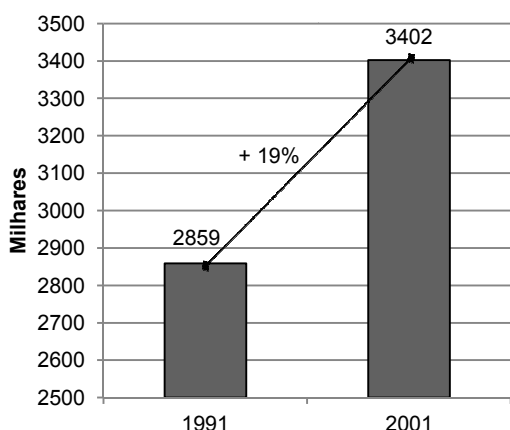


Figura 4.11 - Evolução da população residente na freguesia de Mindelo (1991 a 2001)

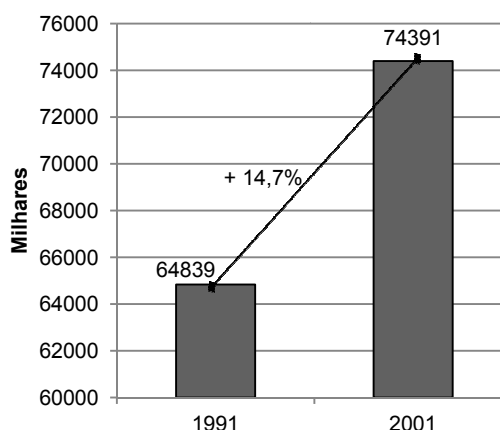


Figura 4.12 - Evolução da população residente no concelho de Vila do Conde (1991 a 2001)

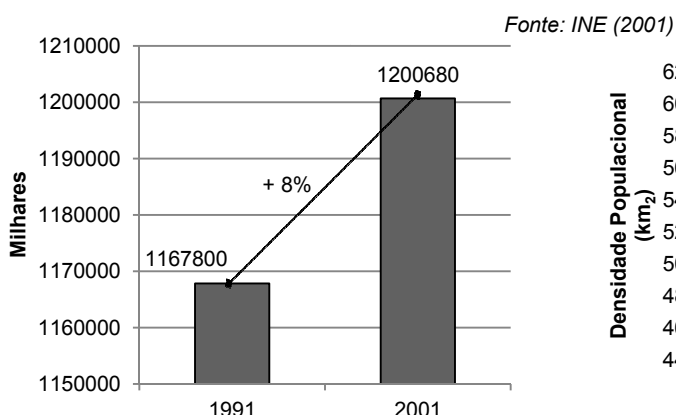


Figura 4.13- Evolução da população residente na Região do Grande Porto (1991 a 2001)

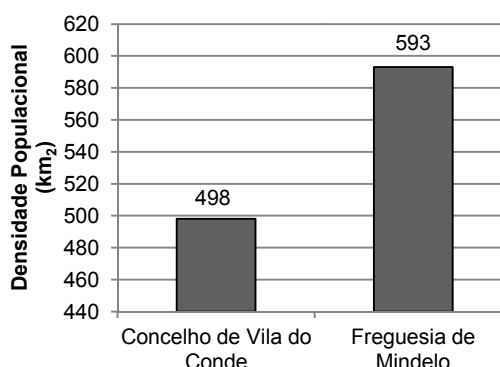


Figura 4.14- Densidade populacional no concelho de Vila do Conde e em Mindelo (2001)

Fonte: INE (2001)

Faixas Etárias	Concelho de Vila do Conde	(%)	Freguesia de Mindelo	(%)
0-14	13369	18	561	16,5
15 - 24	11276	15,2	442	13
25 - 64	41066	55,2	1965	57,8
65 ou mais	8680	11,7	434	12,8

Quadro 4.3 – População residente em Mindelo e no concelho de Vila do Conde, por faixa etária (2001)

Fonte: INE (2001)

- Nível de escolaridade

Os valores da taxa de analfabetismo indicam-nos que Mindelo, em 2001, apresenta uma taxa inferior (4,3%) aos registados no concelho de Vila do Conde (6,2%) (figura 4.15).

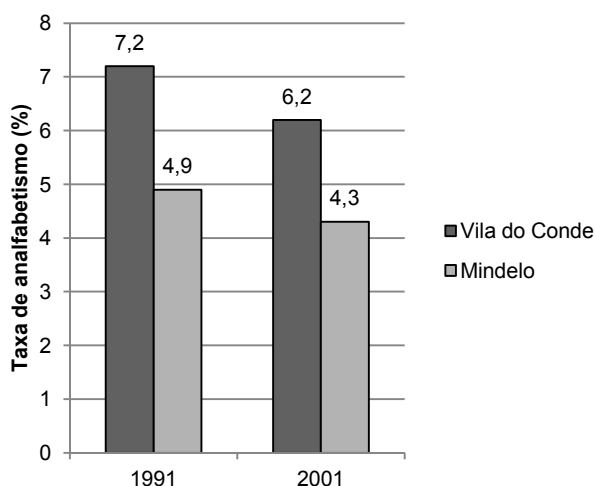


Figura 4.15 - Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Vila do Conde e em Mindelo no período entre 1991 a 2001

Fonte: INE (2001)

Apesar de se ter registado, no período entre 1991 a 2001, um maior decréscimo deste indicador no concelho (1%) face à freguesia (0,6%), Mindelo continua a apresentar uma população com maior formação académica. Tal facto é corroborado com outro indicador, o nível de escolaridade (quadro 4.4). Decorrente da sua análise, sobressai que a população do concelho de Vila do Conde apresenta ao nível do ensino básico cerca de 67,3% da sua população e a um nível mais avançado dos estudos (ensino secundário, médio e superior) regista 20,4%. Para os mesmos níveis, em Mindelo registam-se valores na ordem dos 56,5% e 32,4%, respetivamente. Concluindo, a população de Mindelo apresenta uma taxa de analfabetismo inferior ao registado no Concelho e valores, referentes ao nível de escolaridade, que refletem uma freguesia com uma população com mais estudos como se pode confirmar nos números de escolaridade média e superior.

Níveis de escolaridade		Concelho de Vila do Conde	%	Mindelo	%
	Nenhum	9171	12,3	376	11,1
Básico	1º ciclo	28983	39	1103	32,4
	2º ciclo	12827	17,2	428	12,6
	3º ciclo	8265	11,1	392	11,5
Secundário	Secundário	9099	12,2	603	17,7
	Médio	349	0,5	27	0,8
	Superior	5697	7,7	473	13,9

Quadro 4.4 – Nível de escolaridade no concelho de Vila do Conde e em Mindelo, em 2001

Fonte: INE (2001)

- Emprego

Ao analisarmos a população ativa, empregada e desempregada, verifica-se que os dois indicadores sofrem evoluções ligeiras mas negativas no caso da freguesia. A taxa de atividade, entre 1991 a 2001, regista um decréscimo na ordem dos 0,6%, enquanto no concelho se verifica a mesma variação mas de forma positiva. No entanto, a taxa de desemprego, para o mesmo período, teve uma evolução negativa em ambos os casos, sendo, contudo, menos preocupante em Mindelo, em que se registou um menor aumento, cerca de 1,1%, enquanto no Concelho foi de 2% (quadro 4.5).

Relativamente à população inativa, dos 1700 indivíduos em Mindelo, a maioria pertence à classe com menos de 15 anos, com 561 indivíduos (33%), seguida da classe dos aposentados, com números muito próximos (525 indivíduos referente a 30,9%). A classe dos estudantes, com 237 indivíduos (13,9%), surge como o terceiro grupo mais expressivo em termos de população inativa. Os restantes referem-se ao grupo da população que se dedica a serviços domésticos, com 186 indivíduos (10,9%), ao grupo dos incapacitados para trabalhar, cerca de 52 indivíduos (3,1%) e o último grupo reporta a outros casos, com 139 representados (8,2%) (figura 4.16).

		Concelho de Vila do Conde	Freguesia de Mindelo
Pensionistas		11176	576
População ativa – Total		38326	1702
População ativa – Empregada		35981	1609
Taxa de atividade (%)	Ano de 1991	49,9	50,6
	Ano de 2001	51,5	50,0
População desempregada - Total		2345	93
	Procura 1º emprego	400	14
	Procura novo emprego	1945	79
Taxa de desemprego (%) - Total	Ano de 1991	4,1	4,4
	Ano de 2001	6,1	5,5

Quadro 4.5 - População economicamente ativa, empregada e desempregada, segundo a condição de procura de emprego e taxas de atividade e de desemprego (1991 a 2001)

Fonte: INE (2001)

Comparando os números da população inativa de Mindelo com os do concelho de Vila do Conde, verifica-se que a categoria dos menos 15 anos e da população aposentada são, em ambos os casos, os que mais contribuem para o engrossar da população inativa total.

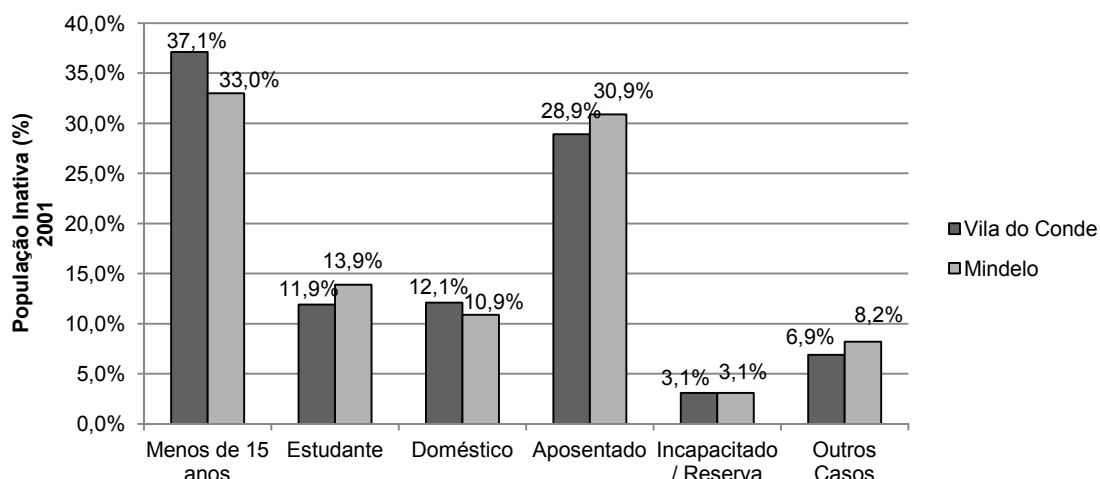


Figura 4.16 - População inativa no concelho de Vila do Conde e em Mindelo, em 2001

Fonte: INE (2001)

4.5.3.1 Setores de atividade

A população ativa empregada de Mindelo, na sua maioria, trabalha nos setores terciário (49%) e secundário (46%), registando-se um número reduzido de indivíduos que se dedicam a atividades ligadas ao setor primário (5%). Comparando os números com os do Concelho, a situação é algo semelhante, salientando-se, contudo, que a nível concelhio o setor predominante é o setor secundário (49%), ao contrário do registado na freguesia, e a percentagem da população empregada no setor primário é maior (9%) face à população de Mindelo (figura 4.17).

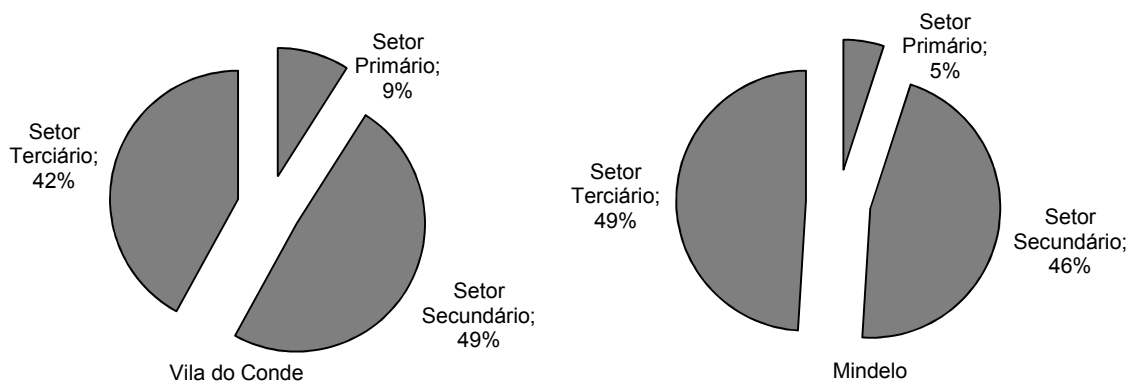


Figura 4.17 – Distribuição da população ativa no concelho de Vila do Conde e em Mindelo, em 2001

Fonte: INE (2001)

A análise aos dados da figura 4.18 revela que, no período compreendido entre 1991 e 2001, tem existido uma significativa transferência de população empregada ativa de Mindelo do setor secundário para o terciário (30% para 49%), enquanto numa relação direta o setor secundário tem perdido a sua força de empregabilidade (64% para 46%).

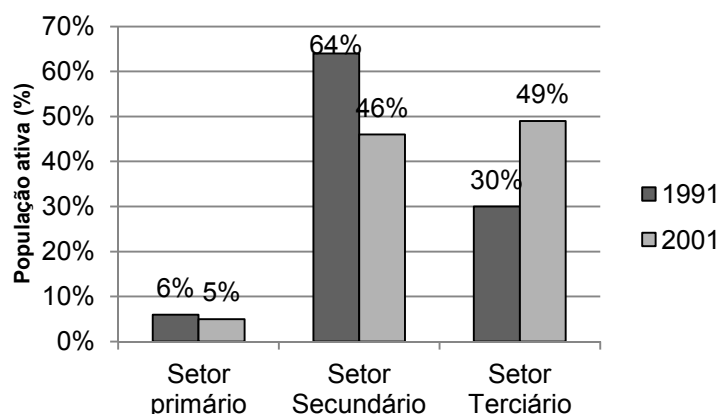


Figura 4.18 – Evolução da população ativa por setores de atividade em Mindelo (1991 a 2001)

Fonte: INE (2001)

O setor primário, apesar da sua já reduzida expressão (em 1991), perde 1% da sua população, demonstrando um certo declínio deste setor. Concluindo, contabilizava-se, em 2001, uma população ativa de 788 indivíduos empregada no setor terciário (serviços e comércio), de 739 indivíduos no setor secundário (indústrias transformadoras) e de 82 indivíduos no setor primário (principalmente ligados à atividade pecuária e agricultura).

4.5.3.1.1 Setor Primário

Na análise à freguesia de Mindelo, mais particularmente ao seu setor primário, recorreu-se aos dados do INE complementados com dados da Cooperativa Agrícola de Vila do Conde e da Agros - União das Cooperativas de Produtores de leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes (U.C.R.L.). A utilização dos registos, veiculada particularmente por estas duas últimas fontes, evidencia que o caso de estudo (a freguesia de Mindelo) revela um setor primário, onde as atividades agropecuárias estão profundamente ligadas, destacando-se, desde logo, o predomínio da criação de gado bovino leiteiro e a importância económica que a produção de leite assume neste setor. O concelho de Vila do Conde surge, juntamente com os de “Oliveira de Azeméis, Estarreja, Ovar, Murtosa, São João da Madeira, Vagos, Barcelos, Vieira do Minho, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, como os concelhos que apresentam maiores densidades de animais por hectare de superfície agrícola utilizada (superior a 2,5 animal/ha de SAU)” (IDAD, 2004: 44).

A Superfície Agrícola Utilizada em Mindelo, em 1999, era de 266ha, distribuídos por 46 explorações, o que perfaz uma média de 5,8 ha/por exploração. Comparando os respetivos números com os do total da SAU do Concelho, verifica-se que a sua dimensão é de apenas 4,4% e de 5,3% em relação ao número total de explorações existentes em Vila do Conde. Outra evidência aponta para uma média da dimensão das explorações inferior em Mindelo (5,8 ha/exp) relativamente ao concelho (6,9 ha/exp) (quadro 4.6).

	SAU por exploração (ha)	SAU (ha)	Explorações (n.º)
Concelho de Vila do Conde	6,9	6039	876
Mindelo	5,8	266	46

Quadro 4.6 – SAU e número de explorações em Mindelo (1999)

Fonte: INE (1999)

Na freguesia de Mindelo, entre 1989 a 1999, verificou-se uma diminuição significativa do número de explorações (-30%) acompanhada de uma redução da SAU na ordem dos 7% (quadro 4.7). Em contrapartida, a dimensão média das explorações subiu cerca de 34%, pelo que se conclui que, apesar da perda de explorações e de área relativa à Superfície Agrícola Utilizada, as explorações que permanecem *“aumentaram a sua dimensão (...) com a aquisição de blocos dispersos e, não no sentido de proceder à agregação das áreas contíguas”* (CIBIO, 2007c: 2).

Mindelo	Explorações	SAU	SAU/explorações
	%	%	%
	-30	-7	34

Quadro 4.7 – Variação do número de explorações e SAU, no período entre 1989 a 1999, em Mindelo

Fonte: INE (2001)

A aptidão dos solos para fins agrícolas depende significativamente das disponibilidades hidrológicas favoráveis. Deste modo, evidenciam características particulares na SAU de Mindelo, com solos com maior capacidade para fins agrícolas e outros com maior aptidão para utilização florestal ou silvopastoril, como se pode verificar na figura 4.19.

A estrutura fundiária de Mindelo é caracterizada pelo minifúndio e as manchas florestais estão pulverizadas em pequenas “bouças”, onde o produtor florestal é normalmente absentista e não depende economicamente dessas explorações. Aliás, *“o uso florestal, entrecortado por campos agrícolas, contribui para a proteção contra o vento, assim como para a preservação e criação de diversos habitats. A exploração florestal não reflete a aptidão dos solos, mas antes a gestão dos ciclos agroflorestais feitos pelo homem”* (CIBIO, 2007c: 2). Apesar desta coabitação entre agricultura e a floresta parecer pacífica, denota-se que a floresta é sempre parte lesada quando se trata de expandir os terrenos agrícolas. Alguns solos considerados com elevada aptidão agrícola foram, em tempos, terrenos de pinhais localizados em areais. No entanto, com o decorrer do tempo, assistiu-se à desflorestação dessas áreas que evoluíram para novos campos agrícolas.

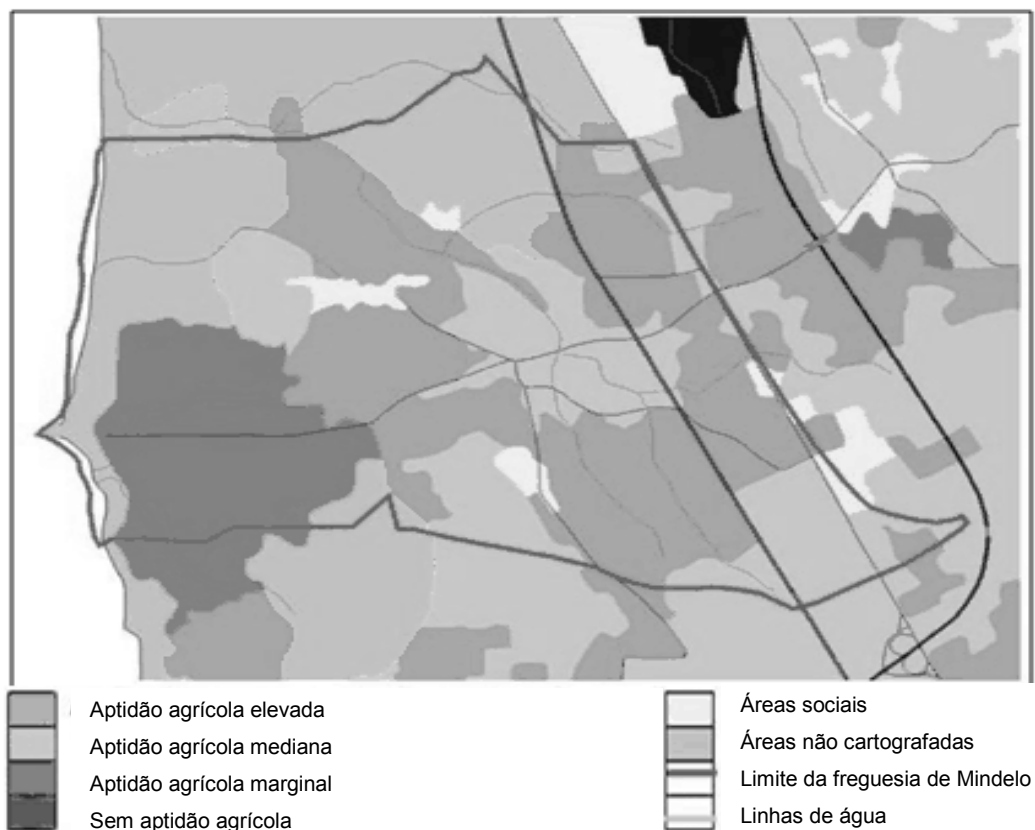


Figura 4.19 – Aptidão da terra para usos agrícolas (2002)

Fonte: Adaptado de IDAD (2004)

Outros elementos que se extraem dos números permitem identificar e caracterizar três sistemas de agricultura vigente, na referida freguesia: A) *Agropecuária bovina leiteira associada às culturas forrageiras*; B) *Horticultura tradicional*; C) *Sistemas tradicionais agromarítimos*.

A) Sistema agropecuário bovino leiteiro associado às culturas forrageiras

O sistema agropecuário bovino leiteiro associado às culturas forrageiras é o predominante visto que, como já foi referido, a primazia no setor primário reside na grande especialização na atividade leiteira. Assim sendo, grande parte da rotina agrícola e das culturas desenvolvem-se de acordo com as exigências da pecuária. As culturas dominantes são os prados temporários e as culturas forrageiras que totalizam 94% das culturas na freguesia de Mindelo. Os restantes 6% representam o cultivo da batata, cereais para grão e outros. A SAU disponível é praticamente toda destinada à produção de forragens para alimentação dos bovinos.

Constata-se, igualmente, que as culturas agrícolas permanentes são praticamente inexistentes. Deste modo, as duas culturas forrageiras anuais são constituídas pela produção de milho silagem e uma cultura intercalar de inverno, constituída por uma ferrã, mistura de cereais praganosos e azevém ou azevém estreme. De acordo com um inquérito a 10 explorações agrícolas, desenvolvido pela Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente IDAD) em

2004, foi evidenciado que, na época do ano referente à estação da primavera/verão, cerca de 69% (88 ha) da área total é ocupada por milho-silagem e, no outono/inverno, cerca de 57% (73 ha) é ocupada por azevém (figuras 4.20 e 4.21). É de referir que as próprias características pedológicas favoráveis, a influência das massas de ar marítimo e disponibilidade de água de rega oferecem uma elevada aptidão para este tipo de culturas forrageiras, principalmente na zona leste de Mindelo.

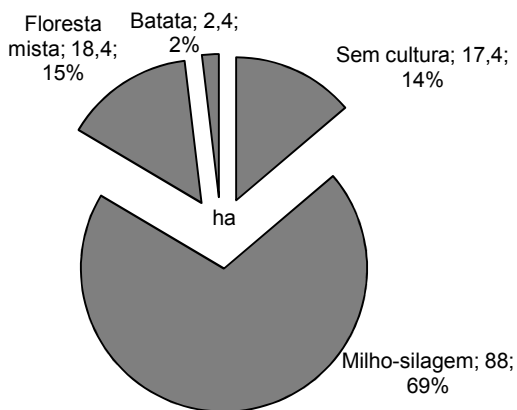


Figura 4.20 - Tipo de ocupação do solo agrícola e florestal na primavera/verão, em Mindelo
 Fonte: IDAD (2004)

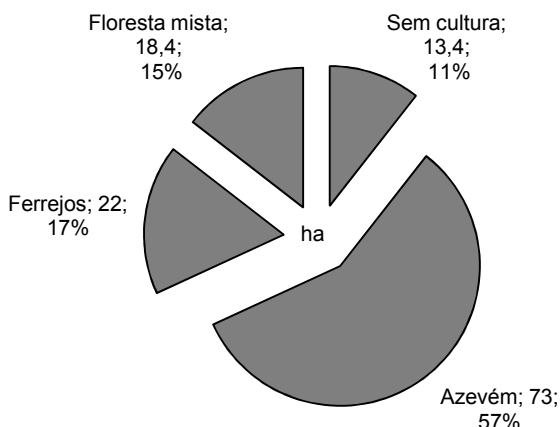


Figura 4.21 - Tipo de ocupação do solo agrícola e florestal no outono / inverno, em Mindelo
 Fonte: IDAD (2004)

Com o peso que estas culturas temporárias têm, principalmente o milho silagem, observou-se um aumento de explorações ligadas à produção de leite, complementada pela criação de novilhos para carne. A alimentação animal baseada na intensificação das forragens produzidas na exploração diminuía os custos de produção e aumentava a autossuficiência relativamente à alimentação forrageira. Em 1999, contabilizava-se, em Mindelo, 32 explorações com cerca de 903 vacas leiteiras e 39 explorações com 1848 bovinos (figuras 4.22 e 4.23). Esta atividade (produção de leite) revela-se deveras importante para a população de Mindelo, pois configura-se como a principal fonte económica dos agricultores. “É sobretudo nas freguesias de Mindelo e Árvore onde são mais frequentes as explorações com uma produção inferior a 100 ton.ano-1, mas onde também se regista a maior frequência de produções superiores a 500 ton.ano-1” (CIBIO, 2007c: 7).

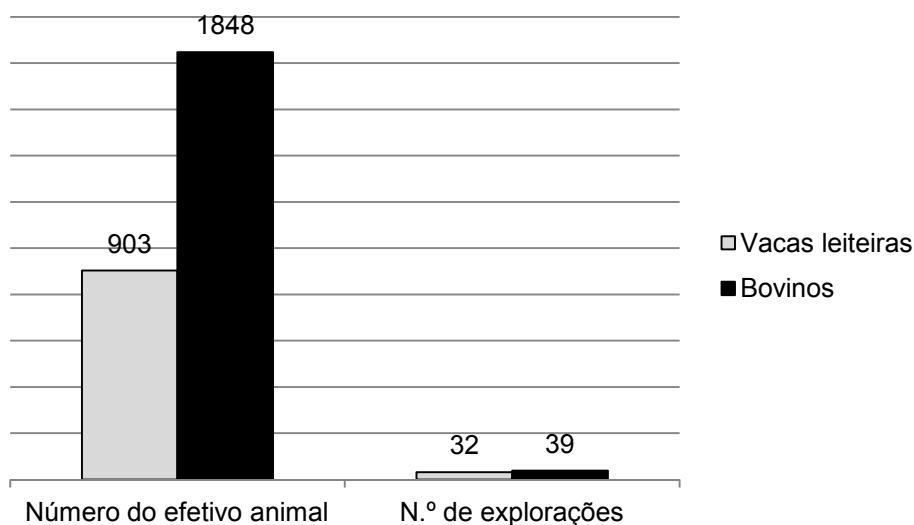


Figura 4.22 - Número de explorações e número do efetivo animal em Mindelo, no ano de 1999

Fonte: INE (1999)

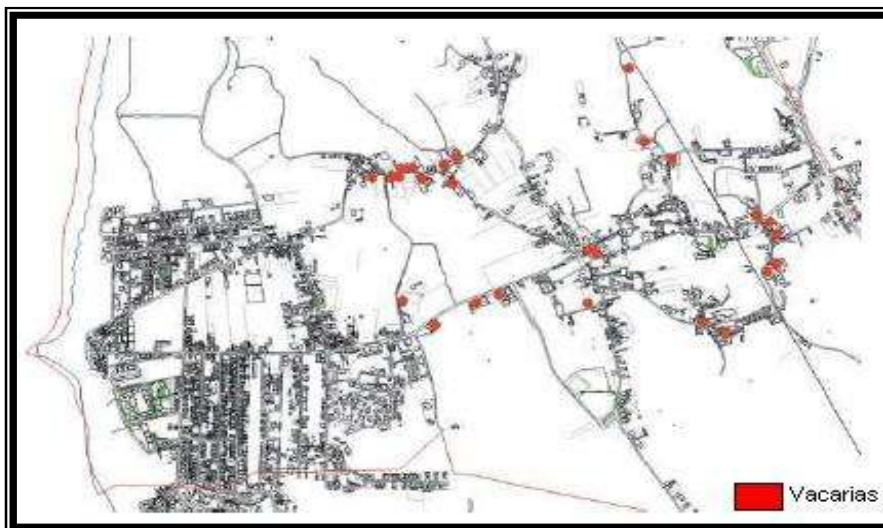


Figura 4.23 - Localização das vacarias em Mindelo

Fonte: IDAD (2004)

Para fazer face a este quadro negro, não surpreende que algumas explorações, para subsistir, tentem redimensionar-se elevando “ a carga animal” (...) e provocando um aumento do stress ecológico face ao aumento dos níveis “de evacuação dos efluentes produzidos nas explorações, como se verifica no interior das freguesias de Labruge e Mindelo” (idem, 4).

A quantidade de chorume e estrume produzido pelos animais (geralmente mantidos em regime de estabulação permanente nas explorações) é aproveitado e aplicado nos solos, essencialmente no momento da instalação de ambas as culturas forrageiras, funcionando como processo de adubação de terrenos agrícolas. Na freguesia de Mindelo, mais de 40% das explorações, com quota leiteira, aplicam mais de $150 \times 10^3 \text{ Lha}^{-1} \cdot \text{ano}^{-1}$ de chorume por área de SAU (figura 4.24). Esta

elevada intensificação da aplicação de chorume potencia os impactos negativos sobre o ambiente. As explorações agropecuárias do concelho de Vila do Conde, e em particular as da freguesia de Mindelo, apresentam características comuns que permitem identificar aspetos que estão na base desses problemas ambientais, como a “inexistência de tratamento dos resíduos; separação mecânica-líquido dos sólidos reduzida; existência de fossas permeáveis (poços sumidouros) para as águas das salas de ordenha; fossas subdimensionadas; localização das fossas a menos de 50 m dos poços. Produção de odores desagradáveis, proliferação de insetos; poluição de cursos de água, contaminação de solos e aquíferos, transmissão de toxinas e doenças através dos produtos animais e a acumulação de metais [Cobre (Cu) e Zinco (Zn)] provenientes de rações e de resíduos de antibióticos utilizados como fatores de crescimento e de proteção dos animais que contribui ainda para a poluição atmosférica” (IDAD, 2004:50; CIBIO, 2007c: 13).

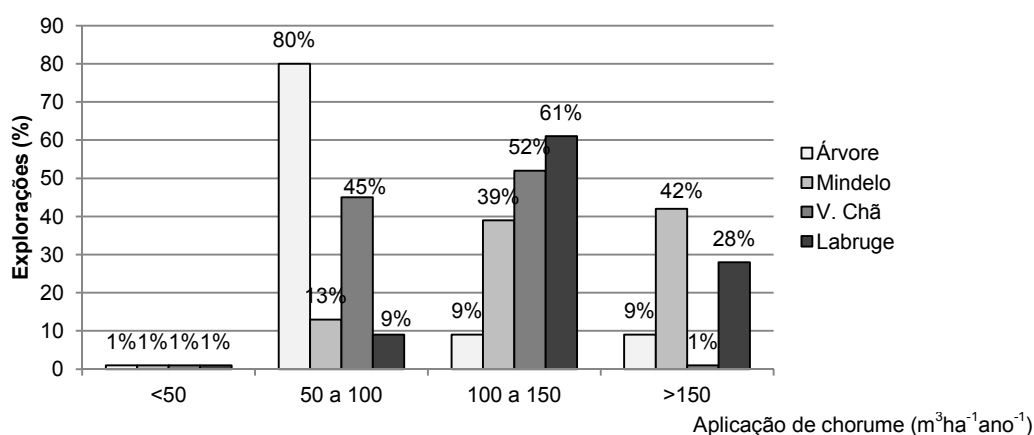


Figura 4.24 - Frequência de explorações com quota leiteira por classe de quantidade de chorume aplicado por área de SAU (2005)

Fonte: Cibio (2007c)

B) A horticultura tradicional

A horticultura tradicional na freguesia de Mindelo assemelha-se, no geral, à praticada no resto do concelho de Vila do Conde. É uma agricultura praticada ao ar livre, em zonas climáticas mais favoráveis às culturas onde as menores amplitudes térmicas diminuem os riscos de ocorrência de geadas, principal fator responsável pelos prejuízos na agricultura. A agricultura praticada é de subsistência, mas, no caso de eventuais excedentes, estes são destinados ao mercado local. O sistema de exploração agrária consiste na policultura, sendo, no entanto, a cultura da batata e as brássicas as predominantes. A agricultura local favorece, igualmente, a produção de primores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do consumo local e divulgação dos produtos tradicionais. A horticultura é desenvolvida, sobretudo, em solos arenosos. Estes solos, pelas suas características, têm uma menor capacidade de armazenamento de água (fácil drenagem), baixa retenção de fertilizantes e grande aquecimento da sua superfície. Estas limitações obrigam a uma maior utilização de fertilizantes, regas mais frequentes e recobrimento do solo, através do uso de grandes quantidades de matéria orgânica provenientes, mais uma vez, da exploração pecuária.

C) Os sistemas tradicionais agromarítimos

Os sistemas tradicionais agromarítimos são influenciados, direta ou indiretamente, por fatores que derivam da proximidade ao meio marítimo. A peculiaridade deste sistema reside na forma engenhosa como o Homem construiu e organizou as estruturas agrárias como forma de “*contornar a adversidade dos elementos naturais, nomeadamente no que se refere à conquista do solo e à otimização das condições ecológicas para a produção agrícola*” (CIBIO, 2007c:8). A peculiaridade das paisagens, nesta região, prende-se com os designados sistemas “tipo masseira”, frequentes a Norte de Vila Chã e em Mindelo. Estes sistemas caracterizam-se pelo rebaixamento da plataforma de plantação, através da retirada das areias superficiais. Tal procedimento é necessário, quando as dunas não são capazes de garantir a proteção do vento. Ligado a este sistema tradicional, evidenciam-se, desde tempos seculares, duas técnicas agromarítimas associadas à obtenção e uso de fertilizantes naturais: a apanha de algas e a pesca do caranguejo em cardumes, designado por “pilado”. Esta era a forma encontrada pelos agricultores de obter matéria orgânica, extremamente necessária para aumentar a fertilidade dos solos face, de uma forma geral, à indisponibilidade de outros recursos. Em tempos, a apanha do pilado, para fertilizantes orgânicos da terra, mobilizou e alimentou populações. O pilado, pelo seu elevado teor de cálcio, contribuiu para aumentar o escoamento dos terrenos com deficiente drenagem (os “lameiros”), enquanto, de forma inversa, o sargaço era utilizado para aumentar a retenção de água e de nutrientes dos solos arenosos. Estas técnicas ancestrais permitiram a sucessão de uma grande diversidade de culturas que, de outra forma, eram impossíveis de se estabelecer. São exemplo, as culturas de cereais praganosos, sobretudo o trigo e o centeio. Atualmente, estas atividades encontram-se em vias de desaparecimento e com elas a continuidade destas culturas.

Floresta

O espaço florestal da freguesia de Mindelo vive muito dependente da atividade agrícola, como já foi referido. A floresta é preservada, alterada ou desbastada conforme os ciclos agrícolas e de acordo com as necessidades de área para as culturas. Desta forma, verifica-se que cerca de 57% das explorações agrícolas de Mindelo possuem áreas florestadas. O uso florestal não é, de um modo geral, realizado segundo critérios económicos nem, muitas das vezes, reflete a aptidão das terras para a sua exploração. É orientada pelos benefícios que a existência das “bouças” traz a cada proprietário com explorações agrícolas. A zona de transição que, com o passar do tempo se foi criando entre os campos e a mata, deu lugar a um espaço de enorme diversidade de espécies, umas invasoras, como as acácias na orla da mata e o pinheiro bravo (nos solos mais pobres e degradados das dunas interiores) e outras que devem ser controladas, como os carvalhos que florescem no interior da mata e que devem ser alvo de um corte seletivo de forma a permitir a sua regeneração.

4.5.3.1.2 Setor Secundário

A par da agropecuária, a indústria tradicional e de ponta, os serviços e o turismo constituem as principais atividades económicas da freguesia. O setor secundário do Mindelo desenvolveu-se, em grande parte, devido à freguesia estar inserida na Área Metropolitana do Porto (AMP), sendo, não só beneficiada pela dinâmica socioeconómica própria de uma grande cidade, o Porto, como, igualmente, pelas boas acessibilidades viárias - a estrada nacional 13 (EN 13) e o itinerário complementar 1 (IC1). Com o evoluir do tempo, foram surgindo diversos conjuntos de unidades industriais e de armazenamento que se instalaram *"nomeadamente em terrenos entre a EN13 e o IC1 mas também nas antigas instalações da Fábrica de Mindelo e das Confeções Nórdicas"* (CM Vila do Conde, 2005: 2).

Atualmente, a zona industrial localizada na envolvente da EN13 é a principal área de localização industrial do concelho de Vila do Conde. O concelho, de acordo com o último levantamento efetuado pela Câmara Municipal de Vila do Conde, contava com 734 empresas, sendo que 19 se localizavam na freguesia de Mindelo, perfazendo 2,6% do total. No concelho, os principais ramos de atividade repartem-se, principalmente, pela indústria têxtil (224 empresas), metalúrgica (122 empresas) e madeira (78 empresas).

Na freguesia de Mindelo, a indústria da madeira e do têxtil aparecem com maior representatividade, cerca de 26,3% e 15,8%, respetivamente. No entanto, a indústria química assume um papel importante no meio físico da freguesia, tendo o mesmo peso da indústria têxtil (15,6%), mas representado cerca de 33% do total de empresas deste ramo existentes no concelho (quadro 4.8).

Como principais empresas instaladas em Mindelo, destacam-se a INFINEON Technologies (ligada ao negócio de semicondutores); Probos – Divisão Orlas, Probos – Divisão Químicos e Isar – Rakoll Chemie Portuguesa (ligadas à indústria química); Dielh Fapobol – Borracha, Lda (ligada à indústria de fabricação de produtos de borracha), o Parque empresarial de Nassica e junto ao nó de Mindelo (mas localizando-se já na freguesia de Modivas), a Lactogal (indústria alimentar), considerada a maior fábrica de laticínios da Península Ibérica.

A instalação de empresas, neste particular em Mindelo, é encarada pela população com otimismo face às novas perspetivas de trabalho que geram diretamente ou, indiretamente, pelas atividades logísticas que impulsionam para a execução das suas atividades. No entanto, se se reconhece as vantagens da localização das indústrias, também, e de igual forma, se sabe os pontos fracos habitualmente ligados aos seus aspetos menos positivos, sobretudo no domínio do ambiente. Exemplo de ameaças ao ambiente foram avaliadas em empresas localizadas ou próximas dos limites geográficos de Mindelo, como foi, em tempos, o caso da Lactogal. A empresa Lactogal, localizada junto ao nó de Mindelo do IC1/A28, é responsável pela produção de cerca de 1.5 milhões de litros de leite por dia. Entrou em funcionamento no início de 2005 e, de acordo com

Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente, da pior forma: “Ao longo de várias semanas realizou diariamente descargas de águas residuais na Ribeira de Laje (uma das mais limpas da região), afluente do Rio Onda, provocando uma forte poluição. Estes efluentes apresentavam geralmente cor alaranjada e odores desagradáveis. Os agricultores das freguesias de Modivas e Labruge alertaram (...) para o facto de ficarem “impossibilitados de utilizar a água para rega. Queixaram-se ainda que os odores provenientes das descargas provocavam uma “sensação de mal-estar” e apresentavam por vez um forte “cheiro ácido” (Lopes, 2005: 1).

	Indústrias Transformadoras	Concelho de vila do Conde (1)	Freguesia de Mindelo (2)	(2) / (1) %
DA	Indústria alimentar	51	2	3,3
DB	Indústria têxtil	224	3	1,3
DC	Indústria de couro e de produtos de couro	50	0	-
DD	Indústria de madeira e de cortiça e suas obras	78	5	5,4
DE	Indústria de pasta de papel, cartão e seus artigos, edição e impressão	39	2	5,1
DF + DG	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear + Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	9	3	33,3
DH	Fabricação de artigos de borracha e de materiais plásticos	18	2	11,1
DI	Fabricação de outros produtos minerais e não metálicos	13	1	7,7
DJ	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	122	0	-
DK	Fabricação de máquinas e equipamentos, não especificado	25	0	-
DL	Fabricação de equipamento elétrico e de ótica	23	1	4,3
DM	Fabricação de material de transporte	16	0	-
DN	Indústrias transformadoras, não especificado	45	0	-
Total		734	19	2,5

Quadro 4.8 – Número de empresas, por ramo de atividade, com sede no concelho de Vila do Conde e na freguesia de Mindelo, referente ao ano de 1997

Fonte: IDAD (2004); CM Vila do Conde (d.p.g.u.)⁴⁵ - Levantamento efetuado em 1997

⁴⁵ Câmara Municipal de Vila do Conde (CMVC) – Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (d.p.g.u).

Não querendo particularizar, pois tal não faz parte do escopo deste trabalho, procura-se, essencialmente, referir para as principais fontes de poluição que estão associadas a cada tipo de indústria predominante na freguesia. A título de exemplo, a indústria da madeira utiliza equipamentos que, por norma, libertam compostos orgânicos voláteis e óxidos de azoto para a atmosfera. São os casos das estufas e das caldeiras (que as alimentam) responsáveis pela libertação destes poluentes. As caldeiras, ao utilizarem, na maioria dos casos, os desperdícios de madeira como fonte de combustível libertam essas partículas nocivas. As indústrias têxteis que utilizam caldeiras para produzir vapor, vapor esse canalizado para os sistemas de passar a roupa, acabam por contribuir, de igual forma, para a poluição do ar, através do mesmo tipo de partículas libertadas pelas serrações.

4.5.3.1.3 Setor Terciário

Dos 2403 estabelecimentos contabilizados no concelho de Vila Conde, em 2007, ligados ao setor terciário, apenas 4,6% se localizam na freguesia de Mindelo. Salienta-se, no entanto, que o ramo da Restauração /Hotelaria é, neste âmbito, o que tem maior representatividade na freguesia face ao total do concelho (quadro 4.9). Pelos números infere-se, ainda, que o setor terciário depende, fundamentalmente, das atividades ligadas ao turismo balnear, sendo a praia de Mindelo um fator de excelência de atração para a população. Aliás, a freguesia *“tornou-se na década de setenta e oitenta, um local atrativo para a construção de segundas habitações de ocupação sazonal sendo que, atualmente, cerca de 50% das casas (...) são ocupadas no decorrer da estação balnear. Na proximidade do Mar surgiram novos arruamentos com vivendas, a que se seguiram edifícios mais altos, formando como que uma “barreira” junto ao mar de grande impacte paisagístico”* (Silva e Macedo, 2006: 95).

Numa análise à freguesia, ressalta que não é, contudo, o ramo de Restauração / Hotelaria que predomina (37%), mas sim o ramo do Comércio a Retalho (46%) (figura 4.25).

Tal facto deriva, em parte, pelo problema supracitado, isto é, pelo aumento do número de segundas casas que condicionam o parque habitacional ligado ao arrendamento. Acresce que, durante a época balnear, a pressão demográfica triplica, não existindo, igualmente, uma oferta de alojamento hoteleiro capaz de responder à procura.

O comércio a retalho existente é do tipo tradicional. Caracteriza-se por pequenas mercearias e lojas que vão sobrevivendo, devido, principalmente, à falta de grandes superfícies concorrenciais e ao aumento do número da população residente (indicador já analisado). No entanto, na última década, a construção de novas ligações rodoviárias ao centro da Área Metropolitana e ferroviárias (com a integração de Mindelo, em 2005, na Rede do Metro do Porto), aumentou a procura de bens de primeira necessidade nesta localidade o que explica, em grande parte, o domínio deste

ramo de atividade. Em contrapartida, em 2004, abriu uma grande superfície comercial, o Parque Nassica, situada na zona sul de Mindelo e que se estende pelas freguesias de Vila Chã e Modivas. Constitui-se como um centro comercial *outlet*, com 15.000 m2 de superfície, estando previsto o seu alargamento que irá culminar no maior centro comercial, empresarial e de lazer do país, com 350.000 m2. Neste contexto, o Parque Nassica constitui-se como uma ameaça, não só ao comércio tradicional, mas também (e segundo a associação PROmindelo), uma ameaça para o próprio meio ambiente, visto que, tendo sido apenas concluída a 1ª fase da obra em 2004, tinham já sido “destruídas áreas de elevada aptidão agrícola e valor natural, apesar de ser legalmente exigida a realização prévia de um Estudo de Impacte Ambiental” (PROmindelo, 2006: 12).

Ramos de Atividade	Concelho de Vila do Conde	Freguesia de Mindelo	(2) / (1)
	(1)	(2)	%
Comércio a Retalho	1118	50	4,5
Serviços	589	18	3,1
Restauração / Hotelaria	614	41	6,7
Comércio por Grosso	82	1	1,2
Total	2403	110	4,6

Quadro 4.9 – Número de estabelecimentos do setor terciário, por ramo de atividade, no concelho de Vila do Conde e na freguesia de Mindelo, no ano de 1998

Fonte: CM Vila do Conde (2008)

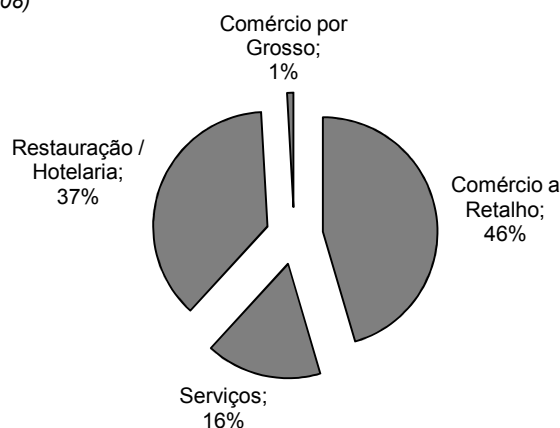


Figura 4.25 – Percentagem de estabelecimentos do setor terciário, por ramo de atividade, na freguesia de Mindelo, no ano de 1998

Fonte: CM Vila do Conde (2008)

a) Movimentos pendulares

No âmbito da Agenda 21 Local de Mindelo foram realizados inquéritos, pela AAMDA, orientados para o estudo sobre a mobilidade dos residentes nesta freguesia. Numa análise aos dados obtidos, observam-se certas semelhanças com os estudados no concelho. Maioritariamente, os movimentos pendulares dos mindelenses são, igualmente, dentro de “portas”, isto é, circunscritos à própria freguesia (29%) e ao espaço intraconcelhio de Vila do Conde (22%). Significa que mais de metade do fluxo de deslocações (51%) são realizadas sem haver necessidade dos mindelenses se ausentarem do seu concelho. No entanto, quando tal não acontece, é o concelho do Porto (19%) que se identifica como o principal destino procurado, tendo os restantes concelhos um peso muito reduzido neste âmbito. Neste caso, a cidade do Porto consegue ser mais apelativa e funcionar como um polo de maior atração para os mindelenses (19%) (figura 4.26).

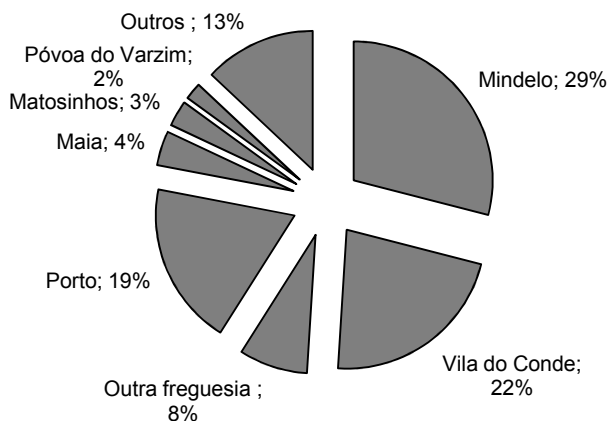


Figura 4.26 – Destinos da população residente em Mindelo

Fonte: Adaptado de IDAD (2004)

O principal motivo da deslocação diária da população residente em Mindelo, de acordo com os inquéritos, prendia-se com o trabalho (54%), seguido do estudo (19%) e as compras (12%). Com menor relevância ficavam outras questões, como deslocações ligadas ao lazer (7%) ou à necessidade de realizar viagens para transporte de familiares (figura 4.27).

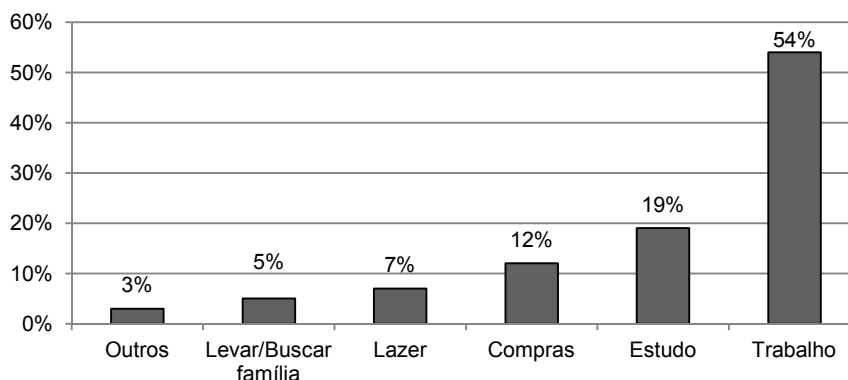


Figura 4.27 – Principais motivos das deslocações pendulares da população residente em Mindelo

Fonte: Adaptado de IDAD (2004)

b) Modos de transporte

A população da freguesia de Mindelo, nas suas viagens pendulares, tem alterado as preferências de locomoção, quer sobre o tipo, quer sobre a forma de utilizar os diferentes modos de transporte. De acordo com a análise da figura 4.28, verifica-se que, entre 1991 a 2001, a população reduziu a forma mais saudável de se deslocar (a pé) de 34% para 18%, enquanto se verifica, ao mesmo tempo, um acréscimo significativo do uso do automóvel particular (na situação de condutor ou passageiro) que passou, no intervalo de apenas 10 anos, de 21% (em 1991) a 55% (2001). Mesmo o uso da bicicleta/motociclo, considerados meios de transporte mais saudáveis (sobretudo no que se refere às bicicletas) sofreram um decréscimo de utilização de 21% (em 1991) para 7% (2001). Outra conclusão que transparece da figura é a perda contínua do interesse da população em utilizar os transportes públicos, como o comboio e os transportes coletivos de passageiros ou escolares, que deixaram de ser utilizados por cerca de 6% e 5% de habitantes, respetivamente. É notório que os meios de transporte privado, principalmente os automóveis ligeiros, são os preferidos em relação aos transportes coletivos ou mais tradicionais. É, contudo, de salientar como positivo o começo da utilização do autocarro, por 7% da população em 2001 (visto que em 1991 não existem registos de utilização), o que contraria a tendência geral verificada.

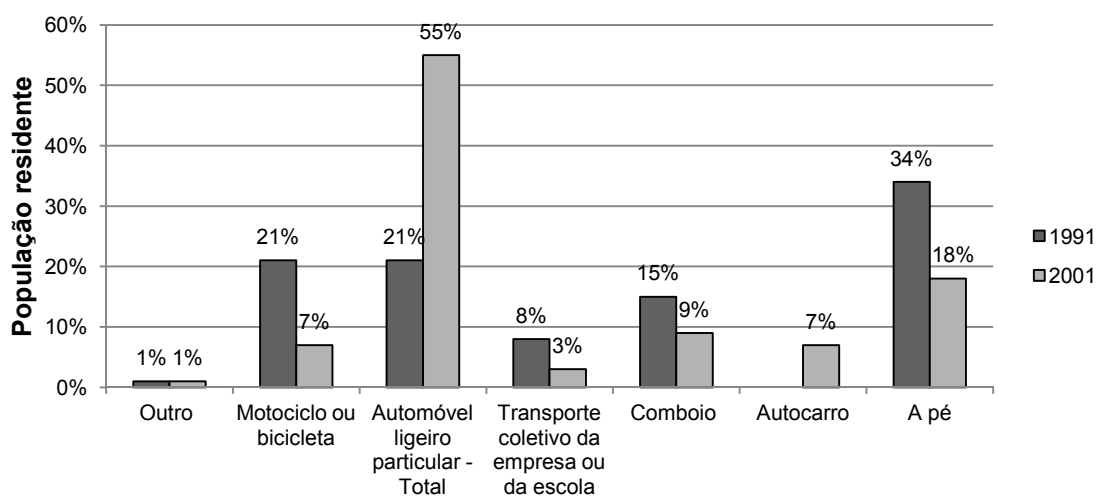


Figura 4.28 – Modos de transporte utilizados pelos residentes da freguesia de Mindelo (1991/2001)

Fonte: INE (2001)

Numa análise ao tempo médio das viagens (figura 4.29), do local de residência para o local de trabalho ou estudo, que a população empregada ou estudantil gasta verifica-se que, desde 1991 a 2001, o tempo médio aumentou, contribuindo, de forma decisiva, as viagens de maior duração (superiores a 1 hora). Este facto deve-se, sobretudo, à necessidade da população empregada ou estudante ter de sair da sua freguesia de residência e deslocar-se, principalmente, para outro concelho. Em apenas dez anos (1991 a 2001), Mindelo perdeu, aproximadamente, 16% da população residente que trabalhava ou estudava na própria freguesia. Da análise à figura 4.30,

sobressai que a população residente de Mindelo que procura outro concelho, para trabalhar ou estudar, é de cerca de 35% (2001), o que compreende um acréscimo, no intervalo de 1991 a 2001, de 12%. Estes valores revelam a cada vez maior tendência da população em ter de abandonar a sua freguesia e deslocar-se, diariamente, para outro concelho ou freguesia. No entanto, ainda assim, prevalecem as viagens de menor duração em que a população, para chegar ao seu local de trabalho/estudo, demora, em média, até 15 minutos.

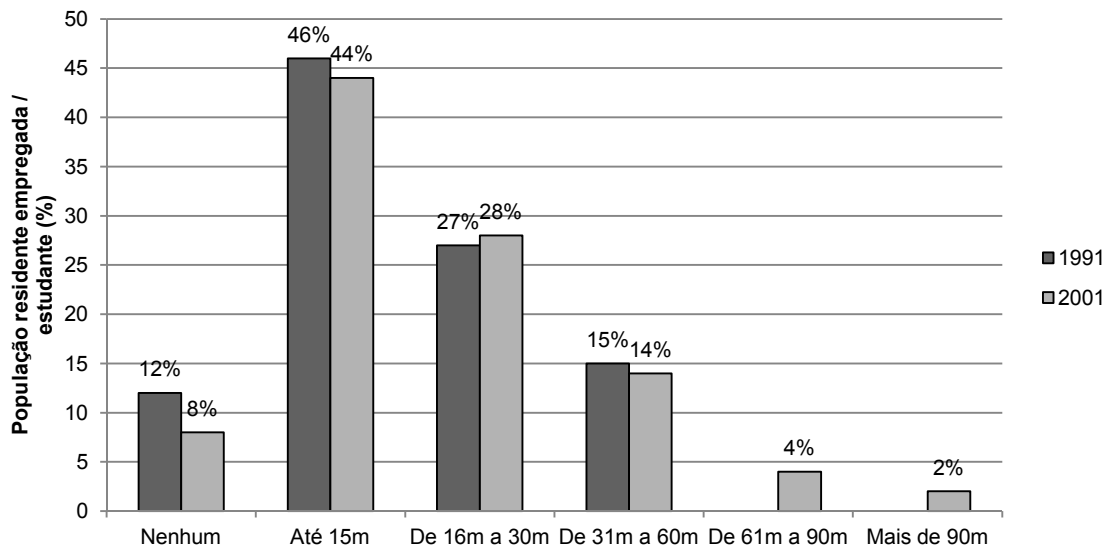


Figura 4.29 – População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo em Mindelo, em 1991 e 2001.
 Fonte: INE (2001)

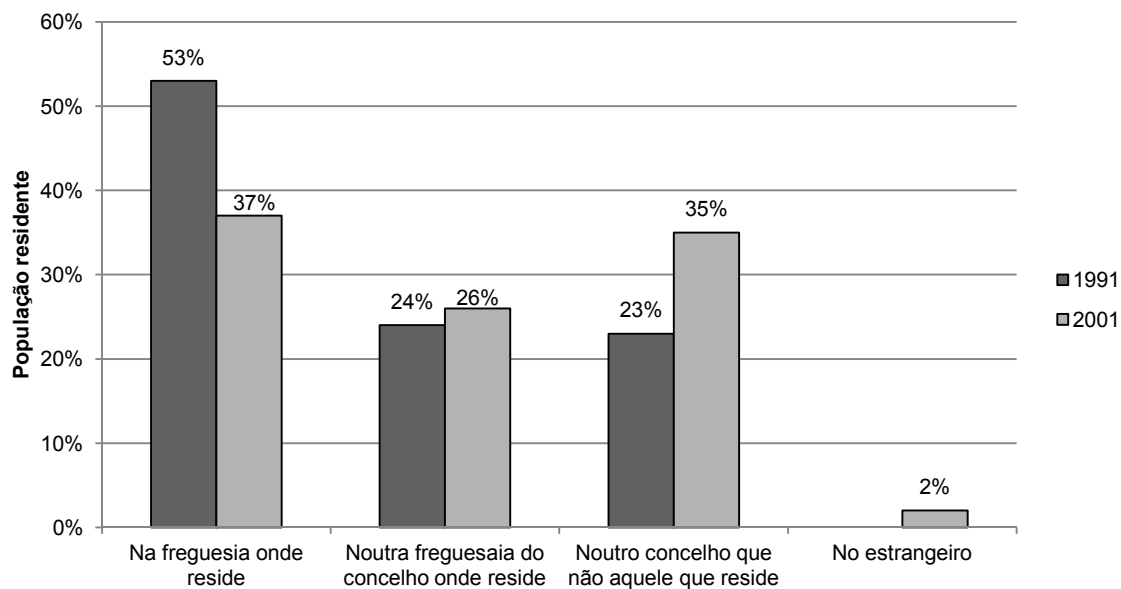


Figura 4.30 - População residente de Mindelo empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo, entre 1991 e 2001
 Fonte: INE (2001)

c) Alojamentos e edifícios

Da análise ao quadro 4.10 verifica-se a elevada vocação turística de Mindelo, bem visível na quantidade de alojamentos e edifícios e na forma como estes são ocupados. Senão vejamos, do total dos alojamentos familiares existentes, em Mindelo, quase metade (49%) é para uso sazonal o que, somado aos alojamentos vagos encontrados (5%), totaliza 54% de alojamentos que, durante parte do ano, não são habitados ou, em último caso, encontram-se totalmente desocupados. Aliás, a pressão imobiliária em Mindelo orienta-se, em grande parte, pelo aumento de habitações vocacionadas para oferta turística. Fez-se sentir, de forma significativa, o aumento da pressão urbanística que contribuiu para um saldo positivo de 14,5% de edifícios, entre 1991 a 2001, número que, apesar de ser inferior ao registado no concelho (cerca de 20,8%), não deixa de ser preocupante face às consequências que o aumento da mancha urbana traz à freguesia (figura 4.31).

Alojamentos e edifícios		Mindelo
Alojamentos Familiares - Total		2304
Alojamentos Familiares Clássicos	Em Edifícios Principalmente Residenciais	1053
	Em Edifícios, principalmente não Residenciais	2
	Uso sazonal ou secundário	1127
	Vagos	112
	Total	2294
Alojamentos Familiares Não Clássicos (Barracas + Outros)		10
Alojamentos Coletivos		2
Edifícios - Total		1548

Quadro 4.10 – Alojamentos e edifícios em Mindelo (2001)

Fonte: INE (2001)



Figura 4.31 - Áreas de expansão urbana na freguesia de Mindelo

Fonte: Adaptado de Torres (2005b)

4.5.4 Aspetos ambientais

Após o estudo sobre as características físicas, sociais e económicas, do local de estudo, urge analisar as principais ameaças ambientais que decorrem das pressões antrópicas verificadas no meio. A análise aos *indicadores ambientais* será realizada, tendo em atenção as principais medidas decorrentes da implementação da Agenda 21 Local que contribuíram, e contribuem, para solucionar os problemas ambientais ao nível local. Para tal, a análise irá incidir sobre um conjunto de indicadores relacionados com os seguintes descritores ambientais: Água, Solo, Biodiversidade e Ar.

4.5.4.1 ÁGUA

- Agricultura e pecuária

A agricultura e a pecuária apresentam-se como atividades sensíveis, no campo ambiental, identificando-se como expressivas fontes de poluição que carecem de maior atenção (como já foi referido no subcapítulo 4.5.3.1.1). Os resíduos agrícolas que mais se produzem, de acordo com a sua tipologia, são nomeadamente embalagens e plásticos de cobertura, sacos de adubo, bidões de herbicidas, plásticos “big bales” e plásticos dos silos, sacos de medicamentos e rações, entre outros. No entanto, os resíduos resultantes da atividade pecuária são os que levantam maiores preocupações ambientais à população de Mindelo (figura 4.32).

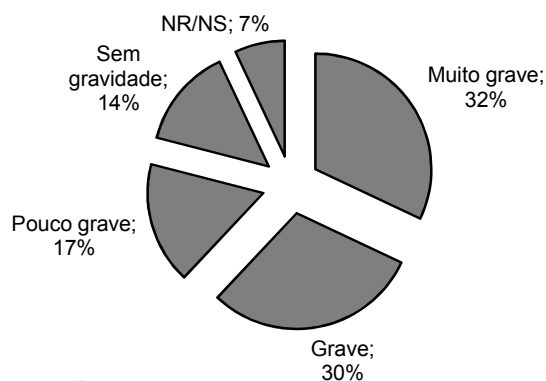


Figura 4.32 – Poluição das vacarias

Fonte: IDAD (2004)

As elevadas quantidades de chorumes e de efluentes, oriundos maioritariamente das vacarias, constituem-se como as principais ameaças. O destino correto a dar a estes desperdícios é prioritário, evitando-se más práticas agrícolas que proliferam, tanto na freguesia quanto no concelho de Vila do Conde, algumas das quais se passa, de seguida, em revista (IDAD, 2004: 76-77):

- “Aplicação de chorumes no solo sem qualquer tipo de processamento para além do armazenamento em fossas. A maior parte dos resíduos são aplicados no solo agrícola, na cultura do milho e nas forragens e espalhado em áreas florestais, em zonas de pinheiro bravo e eucalipto.

• Os resíduos são muitas vezes incorporados na água de rega; • Quantidade de chorumes aplicada no solo muito superior à taxa de aplicação recomendada; • Aplicação dos resíduos nos solos agrícolas e/ou florestais, entre 15 e 30 anos, podendo resultar uma acumulação ou lixiviação de nutrientes e de materiais pesados; • Descarga dos efluentes das salas de ordenha em fossas “sumidouras” causando problemas de infiltração e conseqüente contaminação das águas subterrâneas; • Espalhamento dos resíduos produzidos e armazenados nas fossas, durante o inverno, o que associado a uma menor intensidade de cultivo do solo e elevadas quedas pluviométricas, pode provocar maiores problemas de contaminação de águas subterrâneas e/ou superficiais; • Uso de desinfetantes em grande escala (grande densidade de animais e menor frequência de limpeza) que poderá inibir a atividade microbiológica e o crescimento de plantas; • Descarga dos resíduos na rede pública de esgotos ou em cursos de água”.

No entanto, segundo informação fornecida pela CM de Vila do Conde, em 2004, não existem dados relativamente à descarga de efluentes e respetiva localização.

Resumindo, os efluentes das vacarias (chorumes, mistura de dejetos e água) têm como principal destino os solos agrícolas e florestais. No entanto, reconhece-se esta prática como vantajosa a nível económico e ambiental, pois, em quantidades adequadas, constituem ótimos fertilizantes naturais. Contudo, e decorrente da elevada carga de matéria orgânica, aplicada nos terrenos agricultáveis, estes tornaram-se vulneráveis à poluição por nitratos que, posteriormente, e por infiltração, irão contaminar as águas subterrâneas. Contudo, fenómenos de eutrofização das águas superficiais, relacionados com esta prática, são usuais. Ao depositarem-se elevadas quantidades de chorumes nos campos agrícolas, o fósforo tem tendência a acumular-se na camada superficial do solo, acabando por ficar retido nas partículas sólidas, sobretudo de calcário e argilas. Através da ação erosiva das águas pluviais, esses depósitos de fósforo são arrastados para ribeiras, rios, lagos e albufeiras, pondo em causa o equilíbrio destes frágeis ecossistemas.

Sabendo-se que não existe, à data, qualquer tipo de tratamento instalado para estes resíduos (incluindo o uso de desinfetantes) e que só em relação “às vacas leiteiras são produzidos cerca de 70.000 litros de dejetos por dia, em Mindelo, para além das águas de lavagem de salas de ordenha e as escorrências de silagem” (AAMDA), esta atividade constitui-se como uma das principais fontes de contaminação dos solos e das águas (superficiais e subterrâneas).

Destaca-se, a título de exemplo, e pela negativa, a Ribeira de Silves que sofre o impacto das descargas diretas de efluentes, proveniente da atividade agropecuária, constituindo-se como a principal linha de água recetora destes elementos contaminantes. Outro problema adjacente que deriva desta realidade prende-se com a qualidade da água potável na freguesia. Em 2001, apenas 42% da população de Mindelo era abastecida por água da rede pública, sendo grande parte da população abastecida por água subterrânea (poços de captação) (figura 4.33).

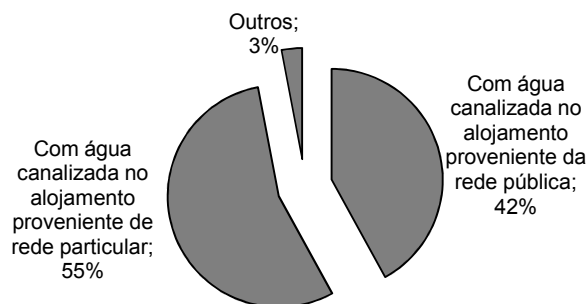


Figura 4.33- Pessoas residentes, segundo instalações de água canalizada, em Mindelo
 Fonte: INE (2001)

Sabendo-se que a maioria da população capta água em poços subterrâneos e que as habitações, localizadas nas imediações das vacarias distam, na sua maioria, até 5 metros dessas captações (figura 4.34) torna-se evidente que os problemas da contaminação das águas resultam em “*águas subterrâneas (poços) (...) impróprias para consumo*” (IDAD, 2005: 21). Tal relação de proximidade às linhas de água é clara (figura 4.35) face aos elevados metros cúbicos de água necessários para regular a manutenção das vacarias.

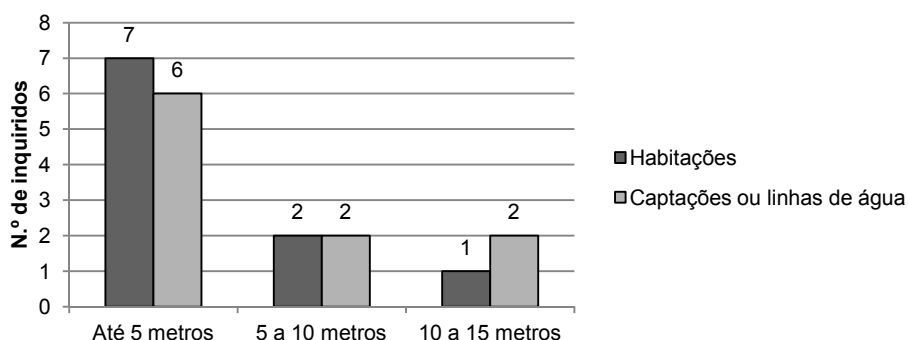


Figura 4.34- Distância de aplicação dos chorumes a habitações/captações ou linhas de água
 Fonte: IDAD (2004)

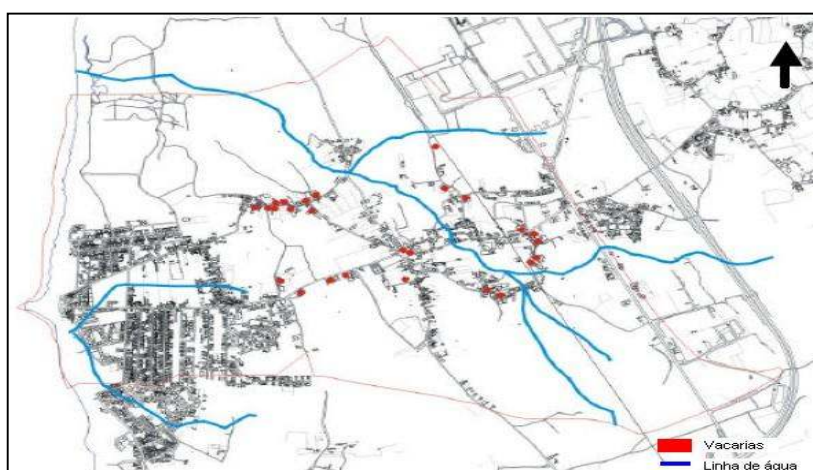


Figura 4.35- Localização das vacarias e das linhas de água na freguesia de Mindelo
 Fonte: IDAD (2005)

Face à situação, a Agenda 21 Local através dos seus dinamizadores (Associação dos Amigos do Mindelo em parceria com a Associação de Agricultores de Vila do Conde) apresentaram várias medidas para fazer face aos problemas detetados. Realça-se o projeto-piloto designado “*ECOVACA - Vacarias, Ambiente e Qualidade de Vida*” que procura determinar os impactes das vacarias na qualidade de vida e no ambiente, sensibilizar e formar produtores e consumidores para adoção de novos comportamentos e implementar soluções técnicas adequadas para minimização de impactes e cumprimento das normas nacionais e comunitárias.

Neste domínio, as soluções encontradas, até ao momento, passam “*pelos chorumes e estrumes, bem como os restantes resíduos líquidos, serem aplicados nos solos, desde que de acordo com as regras apropriadas em termos de quantidades, épocas e técnicas. A aplicação do chorume deve ser, igualmente, orientada à cultura do milho (estival), embora o possa ser em cobertura à cultura de inverno em março, em substituição da fertilização mineral. Deve ser aplicado à superfície do solo, sempre que possível com recurso a equipamento que funcione a baixa pressão (a fim de reduzir as perdas de azoto por volatilização e a libertação de maus cheiros), devendo a sua incorporação no solo efetuar-se, tanto quanto possível, imediatamente após a sua distribuição. Esta aplicação apresenta vantagens económicas e ambientais, nomeadamente a redução do recurso a adubos, o aumento da matéria orgânica do solo e o melhoramento da sua estrutura, bem como a redução do consumo de água*” (AAMDA,s.d.). Para o sucesso destas medidas, muito contribui o nível de envolvimento e o apoio ativo dos agricultores na implementação das “boas práticas agrícolas”.

Atualmente, estão em estudo dispositivos que permitam o tratamento comum dos efluentes e a utilização económica dos subprodutos, através de um sistema de baixo custo, flexível e de fácil manutenção.

- Atividades industriais

Em Mindelo estão representadas, como já foi referido, apenas 2,6% do total de empresas existentes no concelho de Vila do Conde. Face a esta situação, verifica-se que a quantidade média mensal de água distribuída a este setor ronda os 23,51 m³, valor significativamente inferior à quantidade disponibilizada ao setor doméstico (71,71 m³). Neste quadro, regista-se, igualmente, que associado à menor utilização deste recurso, por parte das indústrias, também a produção de efluentes mantém essa proporcionalidade, sendo o setor doméstico o principal emissor de descargas, com 70 m³ mensais contra os, aproximadamente, 26 m³ provenientes da atividade industrial (figura 4.36).

No entanto, se compararmos os valores de efluentes produzidos *per capita*, pela indústria na freguesia com os do concelho de Vila do Conde, cerca de 787,5 m³ contra 230,26 m³, respetivamente, sobressai que as indústrias localizadas em Mindelo consomem muito mais

quantidades de água e produzem uma quantidade de efluentes bem superior à média das unidades industriais presentes no concelho (figura 4.37).

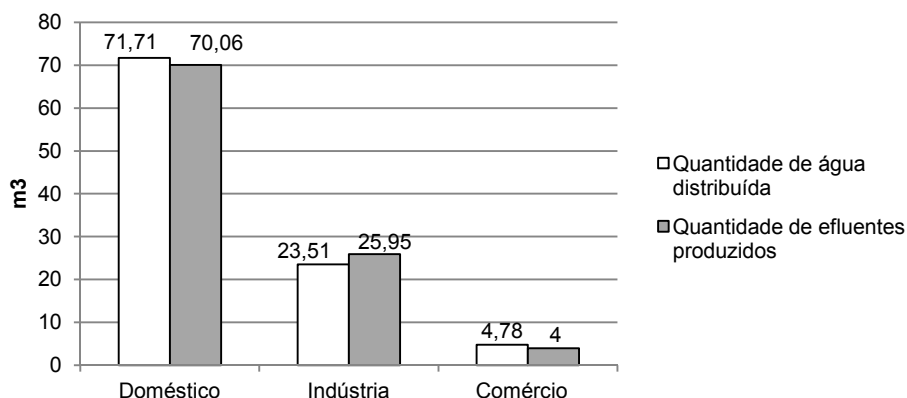


Figura 4.36 - Quantidade de água distribuída e de efluentes produzidos em Mindelo, por setor, por mês (2004)

Fonte: Adaptado de IDAD (2004)

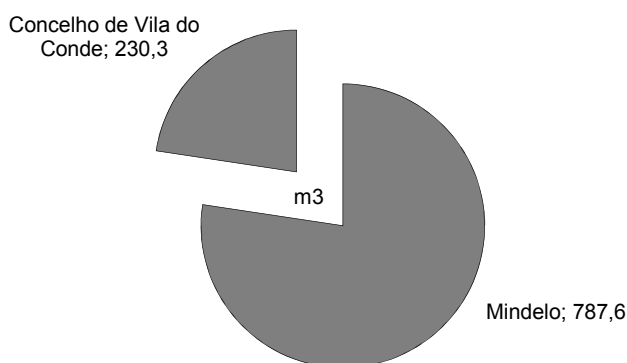


Figura 4.37 - Quantidade de efluentes produzidos *per capita* no setor industrial em Mindelo e no Concelho de Vila do Conde (2004)

Fonte: Adaptado de IDAD (2004)

A preocupação reside nas unidades industriais que emitem efluentes líquidos sem tratamento para o meio hídrico. São estas que influem na qualidade da água, afetando a biodiversidade local principalmente o meio aquático, colocando em risco inúmeras espécies que deste dependem como peixes, anfíbios e algumas espécies de aves. No entanto, e tendo como referência o *Diagnóstico Ambiental e o Plano de Ação de Mindelo*, documentos elaborados no âmbito da Agenda 21 Local, verifica-se que o principal enfoque direcionado para a proteção dos recursos hídricos não contempla uma preocupação com os efluentes de origem industrial, mas, sobretudo, com os que têm origem nas explorações agropecuárias e de origem doméstica (a analisar no item seguinte). Tal não significa que não existam, pontualmente, comportamentos menos corretos com descargas clandestinas de efluentes para as linhas de água, até porque, e como consta no Plano de Ação para Mindelo (ver IDAD, 2005), o défice do sistema de monitorização da qualidade da água não permite fazer uma análise e levantamento de dados à qualidade da água, em determinados locais, o que promove um desconhecimento maior sobre os parâmetro físico-

químicos da água. No entanto, um dos objetivos da A21L para fazer face a este problema é que se proceda a um maior controlo de eventuais focos de descarga.

- Uso doméstico

Os valores já analisados, no item anterior, à água distribuída para uso doméstico e aos efluentes produzidos destacam igualmente este setor como um dos grandes responsáveis pela poluição das águas, nesta freguesia. Tal situação é comprovada quando se verifica, em 2001, a existência de uma taxa de cobertura de saneamento básico muito deficitária, estando, apenas, 5% dos alojamentos da população residente ligada à rede pública (figura 4.38). Ao comparar-se esta realidade com a do concelho, verifica-se, ainda, uma maior disparidade, visto que quase metade da população residente no concelho tem os seus alojamentos ligados à rede pública de esgotos. Na freguesia, regista-se que a larga maioria dos alojamentos (83%) encontra-se ligado a um sistema particular de esgotos o que representa um grave problema para os mindelenses, com consequente poluição de linhas de água e do mar.

No âmbito do processo de A21L, este problema surge como prioritário. No seu *Plano de Ação* reconhece-se a necessidade de, rapidamente, se “completar as infraestruturas básicas e ligar toda a população mindelense à rede pública de saneamento” (IDAD, 2005: 4).

Recentemente, em 2004, foram iniciadas as ligações à rede de saneamento (ETAR de Matosinhos), o que permitiu que “cerca de 1776 alojamentos (77% do total de alojamentos) se encontrem ligados à rede” (idem, *ibidem*). Neste contexto, a população de Mindelo sente que a conclusão das obras ligada a esta infraestrutura é imperativo para baixar os níveis de poluição no meio local.

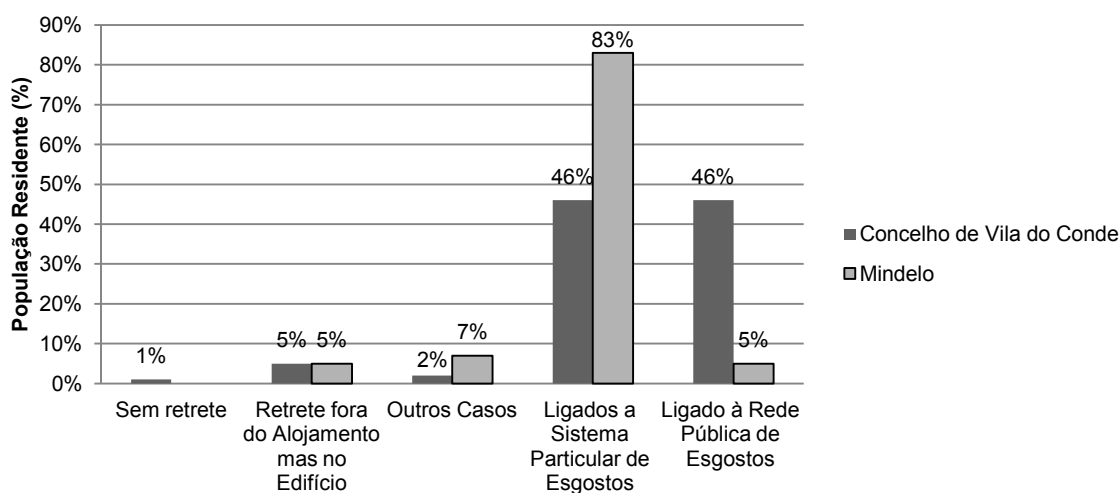


Figura 4.38 - Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo instalações sanitárias existentes nos alojamentos, em Mindelo e no concelho de Vila do Conde
 Fonte: INE (2001)

- Águas costeiras

Resumindo, a falta de saneamento, a existência de fossas e a falta de tratamento dos efluentes estão na origem da poluição dos cursos de água, com destaque para os problemas dos nitratos e da poluição difusa, em geral. Verifica-se, então, a contaminação das linhas de água com destaque para a Ribeira de Silvares que arrasta a poluição de Mindelo até ao mar. Em abril de 2005, foi realizada uma avaliação aos parâmetros da qualidade da água da ribeira, antes e depois de atravessar Mindelo (nos lugares de Igreja e Paredes, respetivamente). Os resultados obtidos (Tabela 4.1) referem que, em relação à generalidade dos parâmetros, observa-se uma significativa diferença no que respeita aos “sólidos suspensos sendo possível verificar uma degradação notória. Contrariamente, para os compostos azotados, as concentrações a montante são muito superiores (...) Os níveis de oxigénio são muito baixos, e poderão ser limitativos para a atividade biológica. O teor de compostos azotados é elevado, especialmente para o azoto amoniacal, pelo que esta água também não está apta para suporte de vida aquícola. Os sólidos suspensos têm concentrações elevadas em ambos os pontos, sendo que a jusante são superiores aos recomendados para utilização para rega” (CIBIO,2007b: 5-6).

Estes parâmetros evidenciam que, já a montante de Mindelo, existem graves problemas de poluição, sendo posteriormente agravados no curso de água que atravessa a freguesia, com um aumento substancial de sólidos suspensos totais (SST), o que nos remete para a contaminação fecal (coliformes fecais) de origem agropecuária e doméstica. A par desta contaminação, realça-se o aumento de concentrações de azoto amoniacal e de fosfato resultante das “más” práticas agrícolas.

Parâmetros	Igreja	Paredes
Oxigénio dissolvido (mg O ₂ /L)	1.5	1.3
Oxigénio Dissolvido (% saturação)	15	16
pH	7.25	7.27
Condutividade (µs/cm)	900	879
SST (mg/L)	44.8	69.2
Azoto Amoniacal (mg NH ₄ /L)	20.54	21.32
Nitratos (mg NH ₄ /L)	24.77	3.39
Nitritos (mg NO ₂ /L)	4.191	0.101
Fosfato (mg P/L)	1.67	2.79

Tabela 4.1 - Parâmetros de qualidade da água na Ribeira de Silvares – Mindelo

Fonte: CIBIO (2007b)

É com este teor de contaminantes que a água desagua no mar, contribuindo, igualmente, para a degradação da qualidade das águas costeiras e da zona balnear de Mindelo. De acordo com o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Ave, o próprio rio apresenta uma degradação acentuada da qualidade das suas águas, destacando-se os seguintes parâmetros como sendo os mais preocupantes: Carência Química de Oxigénio, oxigénio dissolvido, azoto amoniacal, nitratos, fosfatos e coliformes fecais. Tal cenário evidencia os problemas que afetam a freguesia e que acabam por se generalizar um pouco por todo o concelho. Assim, não é só a praia de Mindelo que sofre perturbações no seu ecossistema, pois afeta, igualmente, as zonas balneares mais próximas, como Árvore, Vila Chã e Labruge (figura 4.39).

De acordo com critérios de qualidade para águas balneares, definidos pelo Decreto-Lei 236/98, são atribuídas 3 tipos de classificação (Boa, Aceitável ou Má). Conforme a classificação das zonas balneares, entre 1994 e 2004, apresentada na tabela 4.2, verifica-se que, à exceção da zona balnear de Árvore, todas apresentam a classificação de *Boa* relativamente a qualidade das suas águas costeiras. No entanto, o principal responsável pelas más classificações tem a sua origem nos indicadores de contaminação fecal, motivo pelo qual a zona balnear de Árvore, em 2005, se encontrava fechada para obras de saneamento básico.



Figura 4.39 - Localização das zonas balneares.

Fonte: Adaptado de IDAD (2004)

Acresce, no caso de Mindelo, que, apesar dos parâmetros da principal linha de água revelarem um elevado teor de contaminação, particularmente certos indicadores já anteriormente analisados, observa-se uma diminuição desses valores na foz da Ribeira de Silvares, o que justifica, em parte, esta classificação referente à qualidade das águas costeiras (*BOA – 90%*). Tal facto deve-se ao efeito de diluição pelas águas marinhas que atenua essa má qualidade, permitindo que no estuário a qualidade seja compatível com comunidades biológicas de invertebrados e de vertebrados, como acontece no caso da Reserva Ornitológica de Mindelo.

ANO	ÁRVORE	MINDELO	VILA CHÃ	LABRUGE	
1994					-INTERDITA
1995					-MÁ
1996					-ACEITÁVEL
1997					-BOA
1998					
1999					
2000					
2001					
2002	*				
2003	*				
2004	*				
05/2005	*				

* - A praia encontra-se encerrada à prática banear, devido a obras de Saneamento desde a época de 2001.

Tabela 4.2 - Qualidade da água nas zonas balneares de Árvore, Mindelo, Vila Chã e Labruge para os anos de 1994 a 2004 e em maio de 2005.

Fonte: CIBIO (2007b)

Neste enquadramento, os principais objetivos delineados no processo de A21L compreendem o interesse prioritário dos cidadãos em que seja “*instalado o saneamento básico; Construída uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) no município de Vila do Conde; Assegurar as ribeiras limpas (...) melhorar a gestão da água potável e eliminar a 100% as descargas das vacarias nos solos*” (IDAD, 2005: 11). Para a consecução destes objetivos, é premente a “*conclusão da rede de água potável e da rede de recolha e drenagem de águas residuais; tratar os chorumes das vacarias de forma tecnicamente conveniente com recurso a programas comunitários; estudar urgentemente e concretizar a melhor solução para a descarga das águas pluviais no mar; Promover campanhas de educação e sensibilização das populações para uma utilização racional da água e intensificar a fiscalização*” (idem, *ibidem*).

4.5.4.2 SOLO

Como consequência da forte pressão urbanística, verificam-se situações de descaracterização urbana, aumento do solo urbano com relação direta na redução de espaços verdes. Como já se aferiu anteriormente, a expansão urbana é resultado, sobretudo, do aumento de habitações de ocupação sazonal (turismo banear), associado a habitações que funcionam como dormitórios para famílias residentes que trabalham fora da freguesia (aumento de 14,5% do número de edifícios entre 1991 a 2001). Tendo em conta a tendência da freguesia para se transformar num eventual espaço periférico do Porto, com características de dormitório, devido à sua proximidade àquela cidade e aos bons acessos rodoviários (IC1), a freguesia convive com uma forte pressão sobre o uso do solo. Através das desafetações previstas das áreas classificadas por Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) percebe-se a magnitude da pressão das áreas de expansão urbana. Assim, e de acordo com a tabela 4.3, verifica-se que 61, 7% da área total de Mindelo é RAN e/ou REN, perfazendo uma área de 336 ha. Está prevista a

desanexação de 17,5 há, o que equivale a - 3,2% de área classificada como RAN/REN. Acresce que o aumento da população residente em Mindelo fomenta o crescimento de novas infraestruturas que vão alterando o carácter rural e tradicional do seu espaço físico, contribuindo, desta forma, para uma realidade que acarreta mais prejuízos para o ambiente, se as situações não forem devidamente acauteladas.

	Área (ha)	% da área total da freguesia
REN	83	15,4%
RAN	234	43%
RAN a desafetar após Estudo de Pormenor	10,1	-
RAN e REN	17,5	3,2%
Total (RAN e/ou REN)	336	61,7%

Tabela 4.3- Área de RAN e REN na freguesia de Mindelo

Fonte: IDAD (2004)

A construção do empreendimento Nassica é disso exemplo, constituindo-se como uma infraestrutura de grande dimensão e que terá impactes no desenvolvimento de Mindelo e consequente alteração do uso do solo, devido ao grande afluxo populacional que este equipamento irá atrair. Com a maior construção e consequente transformação da paisagem de Mindelo, verifica-se a abertura de novos arruamentos. Os arruamentos próximos do mar são os que incentivam à maior edificação, pela sua localização privilegiada. No entanto, a suposta e apetecível construção sobre as dunas pode contribuir para a degradação da orla costeira e consequente erosão. Para tal, são necessários planos de urbanização eficientes para evitar o desordenamento do território e suas repercussões negativas no plano ambiental. Paralelamente a esta situação, verifica-se que a freguesia carece de uma rede de recolha de resíduos urbanos completa. Em 2001, cerca de ¼ dos edifícios não usufruía de recolha de resíduos sólidos urbanos quando, e comparando com outros números, se verifica que quase todos os edifícios do concelho de Vila do Conde estão cobertos pela recolha de resíduos deste tipo (94,5%) (figura 4.40).

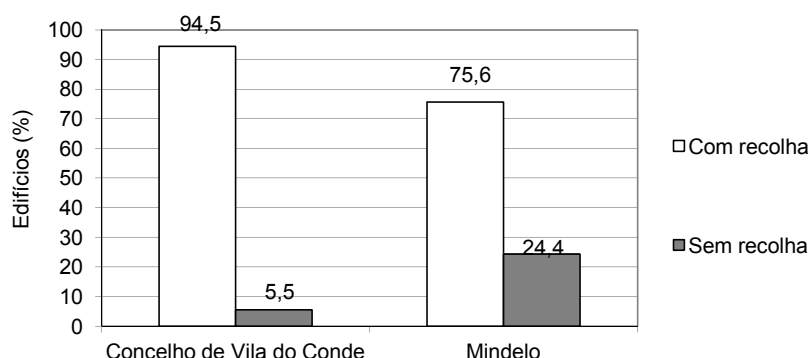


Figura 4.40 - Edifícios segundo a existência de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Vila do Conde e em Mindelo (2001)

Fonte: INE (2001)

A par da recolha insuficiente deste tipo de resíduos, verifica-se, igualmente, a “*existência de lixo espalhado (devido a descargas ilegais particularmente nas áreas dunares e pinhais (ROM))*” (IDAD, 2005: 5). Convém, no entanto, salientar que não é por falta de recetores de resíduos que a população de Mindelo não cumpre a obrigação de ter uma freguesia mais “limpa”. Mindelo possui cerca de 148 depositários de resíduos urbanos repartidos por 14 ecopontos (com triagem dos resíduos urbanos) e 134 contentores (sem triagem dos resíduos urbanos) (Figura 4.41).

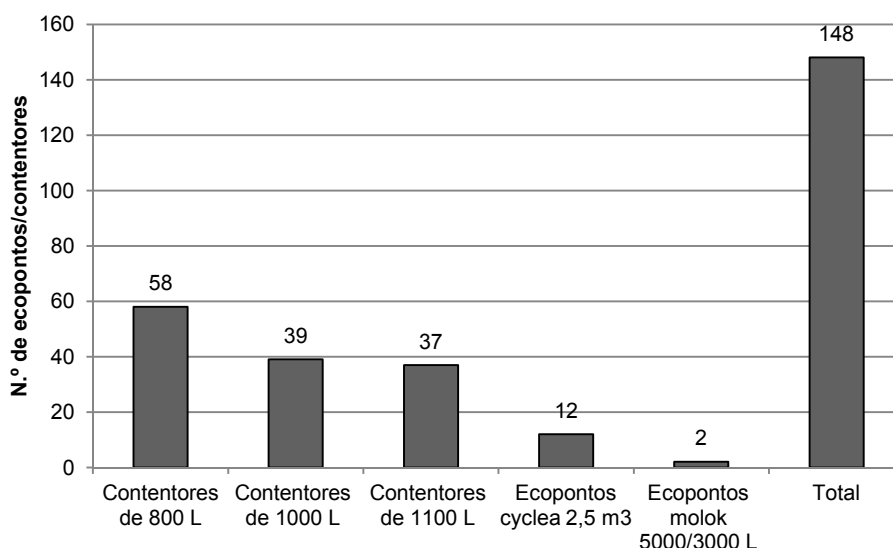


Figura 4.41 - Quantidade e tipologia de equipamentos de recolha em Mindelo

Fonte: Adaptado de IDAD (2004)

Decorrente dos trabalhos da A21L, procura-se fazer frente aos problemas com a proposta de um conjunto de estratégias, das quais se destacam as seguintes (idem, *ibidem*): “*Promover campanhas de sensibilização e formação ambiental dos mindelenses para a importância de separar os resíduos; Definição de metas para uso e reciclagem de resíduos; Divulgação de indicadores per capita sobre benefícios ambientais associados à recolha seletiva de resíduos; Avaliação do sistema de recolha e gestão dos resíduos e assegurar que toda a população está a uma distância até 300 metros de um ecoponto.*”

Concluindo, os mindelenses reconhecem o risco que o elevado ritmo do crescimento populacional e imobiliário da freguesia de Mindelo, verificado nos últimos 10 anos, representa para o solo, como recurso esgotável. Neste ponto, a A21L de Mindelo também pretende desempenhar um papel preponderante, procurando, com novas medidas definidas, contribuir para um correto Ordenamento do Território.

4.5.4.3 BIODIVERSIDADE

A proteção da estrutura ecológica e da biodiversidade é fundamental numa zona onde existe uma biodiversidade acima da média. O património natural da Reserva Ornitológica de Mindelo (ROM) é constituído por dunas, zonas húmidas, áreas florestais e campos agrícolas, sendo um importante refúgio para as aves migratórias. Este *habitat* contabiliza um total de 150 espécies de aves para além de outras espécies de mamíferos e répteis que se podem observar nesta reserva. A par da riqueza da sua fauna, a ROM também apresenta uma flora caracterizada por uma grande variedade de espécies vegetais, como pinheiros, carvalhos, sobreiros, castanheiros, loureiros, amieiros choupos e salgueiros, muito embora também exista um número elevado de eucaliptos. Desta forma, a ROM constitui-se como um relevante elemento estruturante de Mindelo e área de grande interesse natural.

No entanto, e enquanto esta não for definida como Área de Paisagem Protegida (como é da vontade dos mindelenses), a indefinição do seu estatuto jurídico permanece e, como tal, observa-se a sua degradação ambiental e “abandono”, sendo alvo de uma ocupação descontrolada e intensiva, devido à forte pressão urbanística, como resposta a um crescimento demográfico registado nos últimos anos. Como desabafo, e face à enorme pressão imobiliária, o movimento ambientalista de Mindelo (PROmindelo) chega mesmo a afirmar que *“ a solução mais simples para resolver o problema é, sem dúvida, desanexar os terrenos que integram a Reserva e destiná-los a outros fins, nomeadamente à construção imobiliária. Esta solução seria sem dúvida do agrado de alguns e teria a vantagem de não implicar grandes despesas públicas imediatas”* (PROmindelo, 2004:18). No entanto, reafirma o movimento PROmindelo que, mesmo aqueles que promovessem a sua extinção, como forma de desenvolvimento, essa *“forma (...) levaria à descaracterização da região, com construções em massa e, conseqüentemente, oferta de um “produto” de baixa qualidade. Por outro lado, implicaria a perda de amplos espaços naturais, tão necessários à qualidade de vida de todos os habitantes do Concelho de Vila do Conde, cuja grande necessidade se adivinha num futuro muito próximo”* (...) e conclui, referindo que, mesmo *“a procura de um turismo para a zona baseado em estruturas de luxo (campos de golf e ténis, por exemplo) iria, por outro lado, impedir o usufruto daquela área por parte da população em geral, para além de destruir o meio natural. Desta forma, a resolução de um problema seria geradora de outros e redutora de outras vias de desenvolvimento, nas quais se insere o chamado Desenvolvimento Sustentado”* (idem, *ibidem*). Para além do mais, a ROM é, igualmente, vítima das águas poluídas que a atravessam (Ribeira de Silveiras) e de poluição grosseira de muitos cidadãos que a utilizam como recetáculo para vazar o seu lixo. De acordo com as recomendações estratégicas da A21L para a ROM é necessário intervir rapidamente para não deixar proliferar os persistentes abusos e atentados ambientais. Desta forma, e de acordo com a Agenda 21 de Mindelo, deve-se tomar um conjunto de medidas que passam, fundamentalmente, por: *“redefinir e requalificar a ROM como área protegida com um centro de educação ambiental e com o consenso entre os proprietários; Integrar a paisagem natural nas políticas de ordenamento e gestão do território. Proceder à*

limpeza da praia e à proteção da zona dunar; Recuperar a vegetação natural (deverão ser tomadas medidas que impeçam a proliferação de espécies infestantes) e Centro de recuperação de aves (com o objetivo de dinamizar a área e criar uma estrutura com grande utilidade para a conservação da natureza podendo ser criado um pequeno centro de acolhimento de aves) e um Viveiro de espécies autóctones (um viveiro de flora dunar e florestal poderá ser igualmente uma estrutura importante na dinamização da reserva mas igualmente para a recuperação da flora natural desta área)” (IDAD, 2005:6; ver PROmindelo, 2005).

Concluindo, a defesa da ROM transformou-se numa causa pública para os mindelenses pelo elevado valor biológico, científico, social e ambiental. Recriar a Reserva Ornitológica de Mindelo, criando um efetivo estatuto legal de proteção, é imperativo.

4.5.4.4 AR

O impacte local dos poluentes na qualidade do ar é variável, estando dependente da sua concentração no ar, composição química do poluente, das condições meteorológicas e da própria distância à fonte emissora em relação ao solo. A qualidade do ar é regulamentada a nível nacional pelo Decreto-Lei n.º 276/99. O Instituto do Ambiente disponibiliza informação relativa a cinco poluentes referenciados na legislação: monóxido de carbono (CO), dióxido de azoto (NO₂), dióxido de enxofre (SO₂), ozono (O₃) e partículas finas ou inaláveis (PM₁₀). No caso da análise à qualidade do ar, em Mindelo, existe uma estação fixa de monitorização localizada na Estrada Nacional n.º 13, em Azurara. De acordo com os dados registados por esta estação, em 2003, não foram detetadas desconformidades relativamente aos poluentes CO, NO₂, SO₂. No entanto, em relação ao Ozono, verificou-se excedências relativamente ao limiar de proteção da saúde humana (6 excedências) e ao limiar de proteção da vegetação (53 excedências) (Tabela 4.4). Este poluente tem como característica ser um poderoso oxidante, podendo por isso causar danos nos ecossistemas, nos materiais e na saúde humana.

Portaria n.º 623/96 de 31 de outubro			
Limiar de proteção da saúde humana	Limiar de proteção da vegetação	Limiar da informação da população	Limiar do alerta à população
110 µg.m ⁻³ para o valor médio de 8 horas	200 µg.m ⁻³ para o valor médio em 1 hora/65 µg.m ⁻³ para o valor médio em 24 horas	180 µg.m ⁻³ para o valor médio em 1 hora	240 µg.m ⁻³ para o valor médio em 1 hora
6 excedências	53 excedências	0	0

Tabela 4.4 - Níveis máximos de ozono (O₃) registados na estação fixa de qualidade do ar de Vila do Conde e comparação com a legislação nacional em vigor.

Fonte: IDAD (2004)

No que diz respeito aos teores de partículas em suspensão, verificaram-se 111 dias de ultrapassagem em relação ao valor limite horário para proteção da saúde humana permitidos, que não deve exceder mais de 35 vezes, sendo o segundo caso mais grave registado em Portugal (pior só a Avenida da Liberdade em Lisboa). O valor apresentado de 53,4 mg.m⁻³ é superior ao valor limite de 43,3 mg.m⁻³ para a proteção da saúde humana (Tabela 4.5).

Decreto-Lei n.º 111/2002 de 16 de abril	
N.º de vezes em que é excedido o valor limite horário para proteção da saúde humana	Valor limite anual para a proteção da saúde humana
60 µg.m ⁻³ (valor a não exceder mais de 35 vezes em cada ano civil)	43 µg.m ⁻³
111	53,4

Tabela 4.5 - Níveis máximos de partículas em suspensão (PM10) registados na estação fixa de qualidade do ar de Vila do Conde e comparação com a legislação nacional em vigor.
Fonte: IDAD (2004)

As partículas finas podem ser material sólido ou pequenas gotículas de fumo, poeiras e vapor condensado no ar. São considerados uns dos principais poluentes em termos de efeitos na saúde humana, podendo afetar o sistema respiratório. No caso de Mindelo, é aventado que esta se poderá ficar a dever a uma fonte pontual de emissões, situada junto à estação. Acresce que, a nível da poluição atmosférica, Mindelo pontua-se com a libertação de maus cheiros associados à gestão incorreta de efluentes provenientes das vacarias, com impactes negativos nas habitações próximas das instalações e dos locais de aplicação dos chorumes nos solos. No entanto, e no cômputo geral, Mindelo não apresenta problemas relevantes em termos de poluição atmosférica, não fazendo parte do *Plano de Ação de Mindelo*, no âmbito da Agenda 21 Local, nenhuma medida extraordinária que destoe das estratégias nacionais de combate a este tipo de poluição, como o incentivo a energias alternativas (em Mindelo resume-se praticamente à existência de poucos painéis solares, essencialmente para o aquecimento de águas nas habitações) e a promoção de ciclovias e caminhos pedestres.

4.6 Agenda 21 Local de Mindelo

É neste quadro socioeconómico que caracteriza Mindelo que surgiu a primeira A21L com origem ao nível de uma freguesia (poder sublocal) e que coloca esta área geográfica como um importante caso de estudo a ser analisado no contexto ambiental, em geral, e da A21L, em particular. Neste contexto, assumiu-se como preponderante o trabalho de uma Organização Não-Governamental de Ambiente (ONGA), denominada Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA), e as próprias circunstâncias da evolução da Reserva Ornitológica de Mindelo (ROM) que elevou o interesse da comunidade local em querer intervir nos destinos da localidade.

Esta preocupação conduziu a uma das primeiras iniciativas da AAMDA ao criar, em 1999, o Movimento PROMindelo – Pela Reserva Ornitológica de Mindelo, que une organizações não governamentais, instituições de ensino, empresas e cidadãos. Este cuidado da população local de Mindelo pela preservação da ROM destaca-se quando, através de um inquérito integrado na A21L de Mindelo, em 2000, *“mais de 70% da população afirmou conhecer a ROM e a maioria tem-na visitado por causa da natureza. Cerca de 63% considera que a ROM deve ser aproveitada para educação ambiental, turismo e lazer”* (IDAD, 2004:93) e *“cerca de 80% das respostas foram no sentido de que a área da ROM devia manter as suas características naturais, optando a maioria da população pela criação de uma “zona protegida, com um centro de educação ambiental”* (Silva e Macedo, 2006:101-102).

De acordo com o Relatório de Atividades de 2005, do Movimento PROMindelo, existe a *“necessidade de resolver os problemas atuais da ROM (ineficiência do estatuto de proteção, inexistência de gestão, deposição de resíduos, destruição das dunas), apresentando propostas para a criação de uma área que simultaneamente proteja o património natural e seja local de promoção de atividades económicas sustentáveis, turismo e lazer, e de uma atividade educativa em meio natural”* (PROMindelo, de 2006:4).

Neste âmbito, em janeiro de 2005, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de requalificar esta área. Fizeram parte deste, o Movimento PROMindelo, a Câmara Municipal de Vila do Conde e representantes da autarquia, CCDR-N, ICNB, Juntas de Freguesia de Mindelo e Árvore, Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente e o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto (CIBIO-UP). Mais tarde, associou-se ao grupo de trabalho o Instituto de Conservação da Natureza. Deu-se assim o primeiro passo fundamental para que se torne possível o sonho da comunidade de Mindelo e Vila do Conde, transmitido e reforçado pelo processo participativo da Agenda 21 de Mindelo e do Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto, de ver a Reserva requalificada como *Paisagem Protegida*.

Três meses depois, foi aprovada a proposta do CIBIO-UP para *“Elaboração de um Plano Estratégico”* com vista ao Ordenamento e Gestão da Reserva Ornitológica de Mindelo e área envolvente do concelho de Vila do Conde. Em agosto desse ano, foi apresentado o estudo prévio (ver CIBIO, 2005) que contou com o envolvimento de 22 especialistas de diferentes áreas. As principais conclusões, do referido estudo, apontaram para o reconhecimento da importância da ROM, onde, no essencial, se certificou a presença de uma *“considerável diversidade de habitats naturais, três dos quais considerados prioritários para conservação por diretivas Comunitárias, bem como a presença de uma surpreendente diversidade florística, com cerca de meio milhão de espécies confirmadas, merecendo referência particular a presença de dois endemismos exclusivos do litoral norte de Portugal e de diversos táxones com estatutos nacionais e internacionais de proteção, atribuindo à área um inegável valor ecológico no contexto do Grande Porto e do Noroeste de Portugal”* (PROMindelo, de 2006:4). Já em abril de 2007 foi discutida e aprovada pelo grupo de trabalho a proposta de criação da Paisagem Protegida, com uma área de 365 ha. No entanto, em 2008, e de acordo com o Plano de Ação elaborado no âmbito do alargamento do Futuro Sustentável para a Área do Grande Porto, ainda *“não existiam áreas integradas na rede nacional de áreas protegidas mas encontravam-se três em estudo”* (Macedo, 2008:15), incluindo a Reserva Ornitológica de Mindelo.

O caso da Reserva Ornitológica de Mindelo institui-se, desta forma, como um caso de estudo de relevante interesse científico, não apenas pelo meio biofísico em si, mas também pelo interesse que fomentou na sociedade civil local (e não só), pela criação de alicerces de uma sociedade mais interventiva e assente numa democracia mais participativa, enfim, por uma população local que, mesmo sem se aperceber, liderou o primeiro processo de sustentabilidade ligado à Agenda 21 Local.

CAPÍTULO 5 - ANÁLISE AOS PROCESSOS DE AGENDA 21 LOCAL DE ÂMBITO NACIONAL

5.1 Introdução

O capítulo inicia-se com uma análise mais detalhada das características das A21L no território português e sua evolução espaço/tempo. Posteriormente, são apresentados os resultados do trabalho empírico desenvolvido, com o objetivo de validar as hipóteses de trabalho enunciadas no capítulo anterior. Os resultados irão ser comparados entre si, tendo como base o quadro teórico de referência.

Deste modo, a confrontação dos dados foi estruturada de acordo com a escala de análise. O primeiro subcapítulo, de âmbito nacional, o segundo ao nível do caso de estudo de Mindelo e um terceiro relativo aos inquéritos por entrevista realizados aos promotores da A21L de Mindelo. Os dados recolhidos através dos questionários foram processados segundo os procedimentos já referidos no capítulo anterior.

5.2. Análise global aos processos de Agendas 21 Local a nível nacional

Os municípios portugueses que relevaram as orientações saídas da Conferência do Rio (1992) e de Joanesburgo (2002) e que adotaram processos de A21Locais correspondiam a uma minoria do total nacional, representando apenas 27% dos 308 municípios de Portugal, em 2006 (figura 5.1). Estes números demonstram que somente 83⁴⁶ do total dos municípios contam com este tipo de processos, desde o ano de 1996⁴⁷, o que se traduz numa taxa de surgimento de 8,3 Agendas 21 locais/ano.

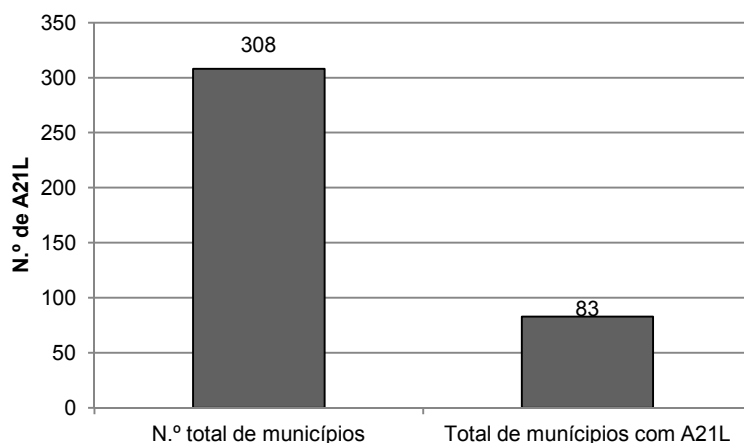


Figura 5.1 – Total de municípios com A21L em Portugal, em 2006

Em 2006, verifica-se que são os distritos do interior e sul do país onde mais se assinala o número de A21L, com os distritos de Portalegre e Santarém a totalizarem quase um terço do total de processos, com aproximadamente 28%. É de referir, pela negativa, que as principais cidades de Portugal, particularmente a sua capital e o Porto, registam valores na ordem dos 6%, para cada cidade inclusive, situação que se afigura como algo dececionante. Acresce, contudo, a existência do distrito de Coimbra em que não se vislumbra um único concelho que adotou um processo de A21L⁴⁸.

Já em setembro de 2009, e como se pode observar na figura 5.2, as A21L distribuem-se de forma mais uniforme pelo território português, contribuindo para isso o desenvolvimento de processos municipais associados (figura 5.3). Da distribuição das A21L por NUT II, verifica-se que a Região Norte é, agora, a que apresenta maior número de processos em curso (37% do total), seguindo-se a região Centro (com 23%), a região de Lisboa e Vale do Tejo (18%) e o Alentejo (17%), ao passo que na região do Algarve e nos Açores a taxa de A21L ronda apenas os 4% e 1%, respetivamente.

⁴⁶ A A21 de Mindelo, promovida pelo poder sublocal (Junta de freguesia com o mesmo nome) acaba por integrar o município no qual esta se desenvolveu.

⁴⁷ Ano em que as primeiras A21Locais começaram a ser implementadas.

⁴⁸ Agendas 21 Locais em curso por distrito: Viana do Castelo (8); Braga (3); Vila Real (3); Bragança (9); Porto (5); Aveiro (3); Viseu (1); Guarda (4); Coimbra (0); Castelo Branco (4); Leiria (3); Lisboa (5); Santarém (11); Portalegre (12); Évora (4); Setúbal (1); Beja (4); Faro (3).

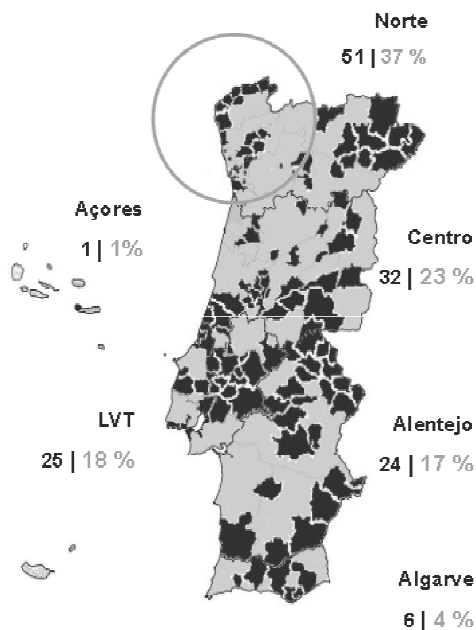


Figura 5.2 - A21L em Portugal [em set.2009 (NUTII)]

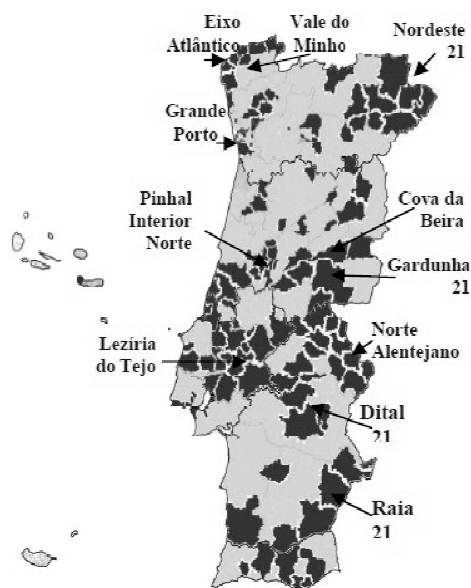


Figura 5.3 - A21L integradas em processos regionais (11)

Fonte: Pinto, Macedo & Macedo (2009)

Esta alteração na geografia nacional das Agendas resulta, sobretudo, do significativo crescimento do seu número na Região Norte, com destaque para as Agendas iniciadas ao nível do poder sublocal (A21L do Grande Porto; Água Longa e Fridão) e que encerra o caso pontual da A21L de Mindelo. Das 83 A21L⁴⁹ em 2006, 82 da iniciativa de municípios e 1 da iniciativa de uma Junta de Freguesia), passa-se para, atualmente, 139 A21L (figura 5.4), das quais 70 são desenvolvidas a nível intermunicipal ou regional, sendo coordenadas por associações de municípios ou por comunidades urbanas e 48 são de carácter individual, dirigidas por equipas do próprio município em parceria, na sua maioria, com elementos de ONGs ou por empresas com uma forte componente ambiental (figura 5.5). As restantes (21) são promovidas por Juntas de Freguesias.

⁴⁹ 1.Alenquer; 2. Alfândega da Fé; 3.Almeirim; 4. Alpiarça; 5.Alter do chão;6.Arraiolos;7. Arronches;8. Avis;9. Azambuja; 10. Batalha;11.Barrancos;12.Benavente;13. Borba;14. Braga;15. Bragança;16.Caminha;17.Campo Maior;18.Carrazada de Ansiães;19. Cartaxo; 20.Cascais;21.Castelo de Vide; 22.Castelo Branco; 23.Chamusca; 24.Chaves; 25Coruche; 26.Crato;27.Elvas;28.Esposende;29.Évora;30.Faro;31.Fornos de Algodres; 32.Gavião; 33.Golegã; 34.Guarda; 35.Guimarães; 36.Idanha-a-nova; 37.Leiria; 38.Loulé;39. Macedo de Cavaleiros; 40.Maia; 41.Manteigas; 42.Marvão; 43.Melgaço; 44.Mértola; 45.Mindelo; 46.Miranda do Douro; 47.Mirandela;48.Mogadouro; 49.Monção;50. Monforte; 51. Moura; 52.Nazaré; 53.Nisa; 54.Odivelas; 55.Oeiras;56.Oleiros; 57.Oliveira do Bairro; 58.Paredes de Coura;59.Penamacor; 60. Peso da Régua;61.Pinhel;62. Portalegre; 63.Porto; 64.Redondo;65 Rio Maior; 66.Santarém; 67.Salvaterra de Magos; 68.Santo Tirso; 69.S. João da Madeira; 70.Serpa;71.Setubal;72.Sever do Vouga;73.Silves;74.Sousel;75.Valença; 76.Viana do Castelo; 77.Vila Flor; 78.Vila Franca de Xira; 79.Vila Nova de Cerveira;80.Vila Nova de Gaia;81.Vila Nova de Paiva; 82. Vila Real; 83.Vimioso.

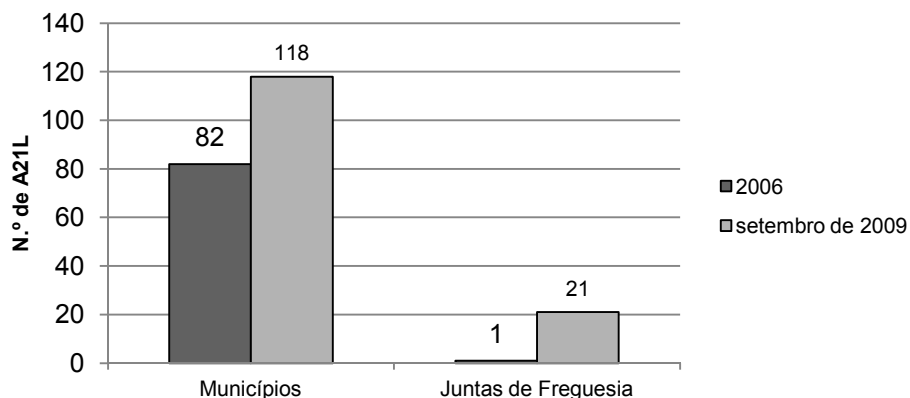


Figura 5.4 - Evolução do número de A21L em Portugal (2006 / set.2009)

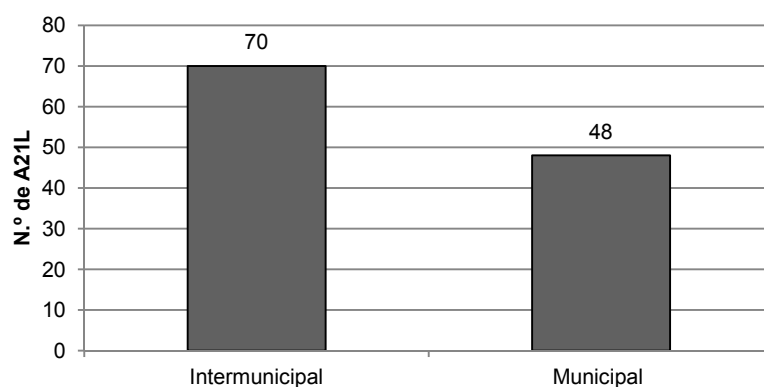


Figura 5.5 - Carácter das Agendas 21L a decorrer nos municípios portugueses em 2009

As Agendas 21L entretanto iniciadas em 2007 até ao momento são contabilizadas nos quadros seguintes (Quadros 5.1, 5.2, 5.3) retendo-se, igualmente, o fim dos processos das A21L de Borba, Idanha-a-Nova e Setúbal. A A21L de Castelo Branco passou a estar associada à Gardunha 21.

Processos mais recentes (3ª fase):

Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (A21L PIN)					
Alvaiázere	Ansião	Castanheira de Pera	Condeixa-a-Nova	Figueiró dos Vinhos	Lousã
Miranda do Corvo	Oliveira do Hospital	Pampilhosa da Serra	Pedrógão Grande	Penela	Vila Nova Poiares
Agenda 21 Local da Cova da Beira					
Mêda					
Gardunha 21					
Castelo Branco	Fundão				

Quadro 5.1 – Casos Intermunicipais de A21L

Abrantes	Águeda	Alcanena	Alcobaça	Almada	Almodôvar
Amadora	Armamar	Ferreira do Alentejo	Ferreira do Zêzere	Lourinhã	Marinha Grande
Mora	Odemira	Olhão	Pombal	Ponta Delgada	Portimão
Póvoa de Lanhoso	Santa Comba Dão	Sertã	Tavira	Torres Vedras	Vila Nova de Famalicão
Vila Velha de Rodão					

Quadro 5.2 – Casos Municipais de A21L

Agenda 21 Grande Porto					
Alfena	Árvore	Baguim do Monte	Ermesinde	Espinho	Guifões
Junqueira	Laúndos	Lordelo do Ouro	Maia	Moreira da Maia	Paramos
Póvoa de Varzim	Ramalde	S. Cosme	S. Pedro de Rates	S. Cruz do Bispo	Vila Chã
Água Longa	Fridão				

Quadro 5.3 – Casos em Freguesias

Dos processos em curso (no 2º momento), verificam-se ritmos e realidades bem distintas de cada Agenda 21 Local. Neste âmbito, verifica-se que, praticamente, metade das A21Locais (49%) se encontra na primeira fase, com o decorrer das etapas de Diagnóstico do Território, analisadas nas suas múltiplas vertentes, e formação de Conselhos/Grupos rígidos de trabalho que são o núcleo dos processos envolvendo os principais atores e responsáveis por estas iniciativas. Nesta 1ª fase, registam-se 41 Agendas 21 Locais.

Na 2ª fase, observam-se 15 Agendas que têm em “mãos” a elaboração do *Plano de Ação* e o *Delinear de Estratégias e Vetores de Intervenção*. Nesta etapa, os fóruns e *workshops* promovem o debate de ideias, tendo em vista o máximo de convergência e aceitação das medidas a aplicar.

Com menor expressão, registam-se as Agendas 21Locais em estado mais avançado, encontrando-se apenas 5 na 3ª fase, correspondente à *Implementação do Plano de Ação* e 2 na última fase, relativa à *Monitorização/Avaliação do processo*. Dever-se-á, ainda, referir a Agenda 21 Local de Odivelas que foi interrompida, devido, principalmente, à falta de verbas e relativamente à Agenda 21 Local de Borba mencionar que se encontra em fase de estudo, estando previsto o seu arranque. As restantes Agendas, 18 no total, reportam-se às que se encontram em fase de arranque (figura 5.6).

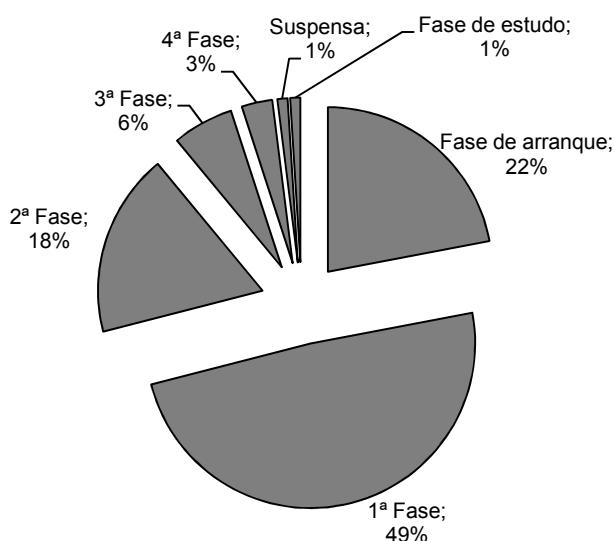


Figura 5.6 – Caracterização das fases em que se encontram as A21Locais em curso em Portugal (2006)

Conclui-se da análise aos dados que cerca de 71% dos processos das Agendas se encontram numa fase embrionária, representando um universo de cerca de 59 Agendas A21L, no total. Assim, apenas 29% ultrapassaram a 1ª fase do processo, o que significa que larga maioria dos processos em curso têm, ainda, um longo caminho a percorrer e muito trabalho a desenvolver.

Neste sentido, realça-se a importância do poder local para a prossecução das Agendas 21 Locais. É indiscutível que as entidades responsáveis, em Portugal, pela implementação das Agendas são as autarquias que, *“por iniciativa própria e não por qualquer exigência legal, quiseram responder às expectativas ambientais do seu círculo eleitoral”* (Vasconcelos, 2002: 1). À exceção da A21L de Mindelo, e como já foi mencionado, todos os processos de A21L tiveram origem e continuidade ao nível do poder municipal. A Agenda de Mindelo tem, então, a particularidade de ser a única iniciada por uma freguesia do país. Face ao exposto, é de mencionar a quase nula participação das Juntas de Freguesia, pelo menos de forma mais direta e empenhada como requer o princípio de subsidiariedade integrado na natureza da A21L. Por sua vez, o governo central, tendo assumido compromissos internacionais no âmbito da sustentabilidade, assume internamente um papel ausente no que concerne à matéria de Agendas 21 Locais, existindo uma clara alienação do poder central neste domínio.

No que confere às parcerias, as entidades locais afiguram-se como os principais parceiros e dinamizadores de ações em prole das Agendas. Nesta análise, sobressai que, em cerca de 52% das Agendas 21 Locais, se identificam *entidades locais*, quer de caráter privado, quer público, como elementos presentes na cooperação dos processos. Assim, partidos políticos, sindicatos, escolas, escuteiros, empresas comerciais e industriais, administração central, entre outros, constituíram-se como entidades muito importantes no contributo para o sucesso das mesmas.

Outro tipo de cooperação, de carácter científico, é dada pelas instituições universitárias que, em 26% dos casos, foram convidadas a participar nas A21locais, colaborando nas orientações dos trabalhos. Face à complexidade e multiplicidade de fatores intervenientes numa Agenda21L, estas constituem-se como revelantes parceiros na orientação dos processos. Cerca de 22% dos processos contaram com ONGs e associações ambientais como parceiros o que revela ser, igualmente, mais uma opção válida no quadro da sustentabilidade (figura 5.7).

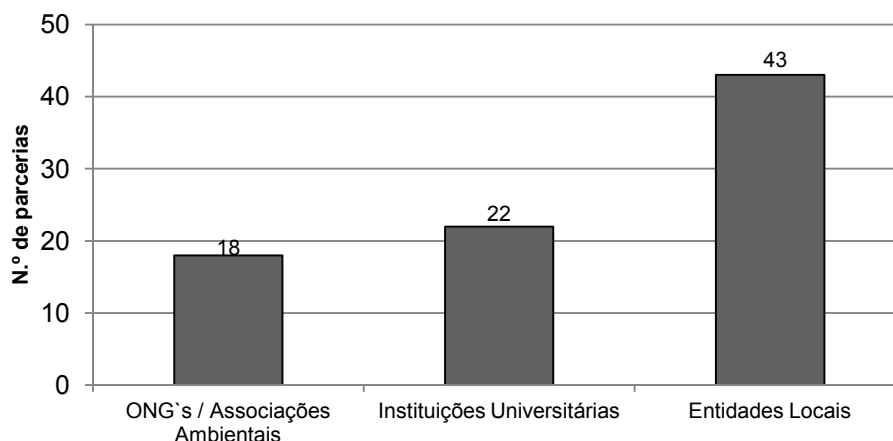


Figura 5.7 – Principais parceiros na implementação de A21Locais em curso, em Portugal (2006)

É de salientar o facto de se identificarem poucos processos de A21L com a presença de instituições universitárias e de ONGs/associações ambientais, a trabalhar em simultâneo. Das associações que mais se têm integrado nos trabalhos de A21L, destaca-se a elevada representatividade do Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (CIVITAS), comprovada na assistência a vários processos, destacando-se o processo do Eixo Atlântico. A Liga para a Proteção da Natureza (LPN), empresas de consultoria ambiental e com menor expressão, associações ambientais locais constituem-se, também, como importantes no auxílio prestado às A21L.

De acordo com os dados mais recentes (3º momento), verificam-se contrastes visíveis a esta realidade. Primeiro, o maior número de agendas 21 local da responsabilidade do poder sublocal, passando da especificidade de um único caso (Mindelo) para a existência de 21 processos em 2009. Neste particular, convém salientar o maior envolvimento da sociedade empresarial, com destaque para a LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, que se constitui como a principal promotora dos processos de Agenda 21L na região do Grande Porto (ver LIPOR, s.d.). Segundo, e como já foi anteriormente referido, o crescendo número de agendas que são desenvolvidas como processos intermunicipais, sendo, atualmente, a maioria desenvolvida neste âmbito (70 A21L). Torna-se evidente que, com a falta de uma estratégia global ao nível de implementação de A21L no país, a associação de diversos municípios para o incremento das suas A21L configura-se como uma forma de debelar a ausência dessas mesmas estratégias, sendo que o apoio logístico e, sobretudo, financeiro nesta matéria sai reforçado com a confluência de esforços (como se verá mais à frente neste capítulo).

Atualmente, a maioria das A21L, em curso encontram-se a desenvolver o *Plano de Ação*. Em estágios de desenvolvimento anteriores, encontramos 14% na *fase de diagnóstico*, 3% na *fase de sensibilização* e 10% começam a *iniciar* o processo. A última fase (4ª fase), mais exigente em tempo e em trabalho prévio, não ultrapassa os 16% das iniciativas, o que indicia a já referida imaturidade da maioria dos processos de A21L em Portugal (figura 5.8).

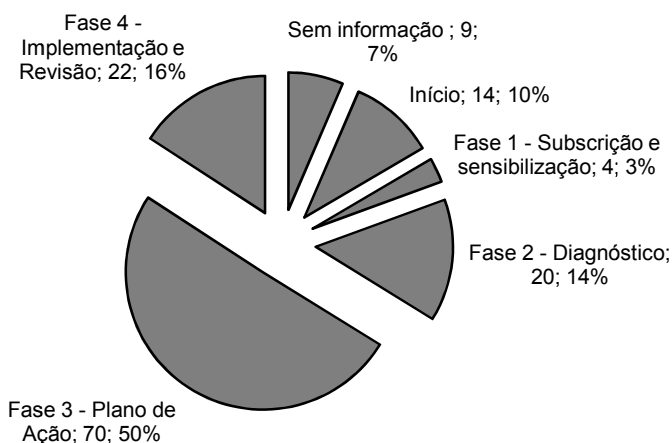


Figura 5.8 - Fase de desenvolvimento dos processos em curso (set. 2009)

Fonte: Adaptado de Pinto, Macedo & Macedo (2009)

Da análise à figura 5.9, verifica-se, ainda, o número de municípios portugueses que assinaram a Carta de Aalborg e/ou os Compromissos de Aalborg⁵⁰.

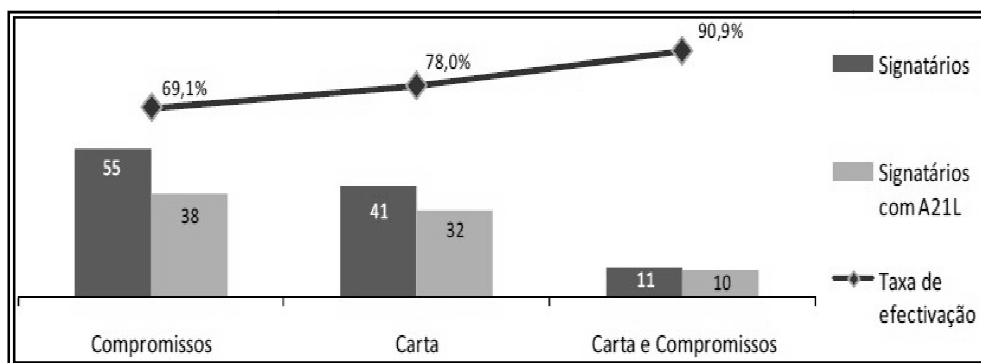


Figura 5.9 - Signatários de Aalborg e efetivação dos princípios da sustentabilidade através de iniciativas de A21L em Portugal

Fonte: Pinto, Macedo & Macedo (2009)

São 41 os municípios portugueses que assinaram a Carta de Aalborg, mas destes apenas 32 já implementaram o seu processo de A21L. Os Compromissos de Aalborg já foram subscritos por 55 municípios portugueses, mas só 38 avançaram com a sua A21L. Como se pode verificar, através da figura, não existe uma correspondência linear nos dados observados. Tal significa que, se por um lado a assinatura da Carta ou dos Compromissos, para a maioria dos municípios portugueses,

⁵⁰ Ambos são compromissos políticos para com os objetivos do desenvolvimento sustentável, promoção da participação pública e da equidade social, que supõem a implementação da A21L no município que os firma.

surge como um primeiro passo para o arranque de uma A21L, para outros, esse passo pode nunca vir a ser dado.

Como já foi referido, um dos entraves ao desenvolvimento das A21L relaciona-se com o fator económico. No decorrer do 2º momento, verifica-se que a larga maioria dos processos em curso não são financiados por entidades e/ou projetos que cooperem financeiramente com os municípios locais. Neste contexto, os números certificam esta falta de apoios que abrange cerca de 78% dos processos que são obrigados a socorrer-se de fundos próprios (fundos municipais) para conseguirem sobreviver. Apenas em 22% do total de *Agendas* não se verifica esta situação (figura 5.10). Analisando-se estes casos, evidencia-se a importância do programa INTERREG III-A, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que apoia, aproximadamente, metade dos processos que recorrem a financiamentos externos (49%). Processos de A21L como Eixo Atlântico, Raia 21, Agenda 21 Local Arraiolos, Borba, Évora, Nisa, entre outros, são exemplos de processos que são financiados através deste programa.

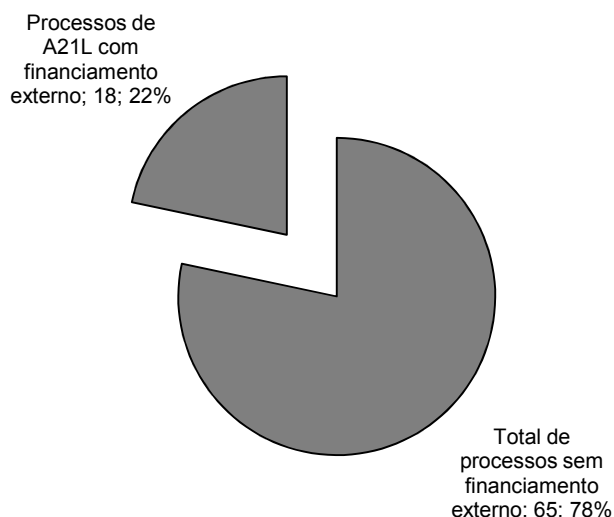


Figura 5.10 – Processos de A21L com financiamentos de proveniência externa, em Portugal, 2006

Com uma representatividade de 11%, salientam-se os fundos provenientes do Instituto do Ambiente, do Programa Operacional da Região Norte e programa Foral, que se constituem como fontes de apoio económico a vários outros processos como, por exemplo, a Agenda 21L de São João da Madeira, ao processo de A21L de Vale do Minho e à Agenda 21 Local de Fornos de Algodres, respetivamente.

Com menos expressividade, apenas 6%, constata-se a proveniência de outros recursos financeiros oriundos do *Fundo Social Europeu*, do *Programa Operacional Sociedade* e inclusivamente de uma empresa nacional, *Resíduos do Nordeste*, que contribui para o desenvolvimento de Agendas relativas ao processo Nordeste Transmontano (figura 5.11).

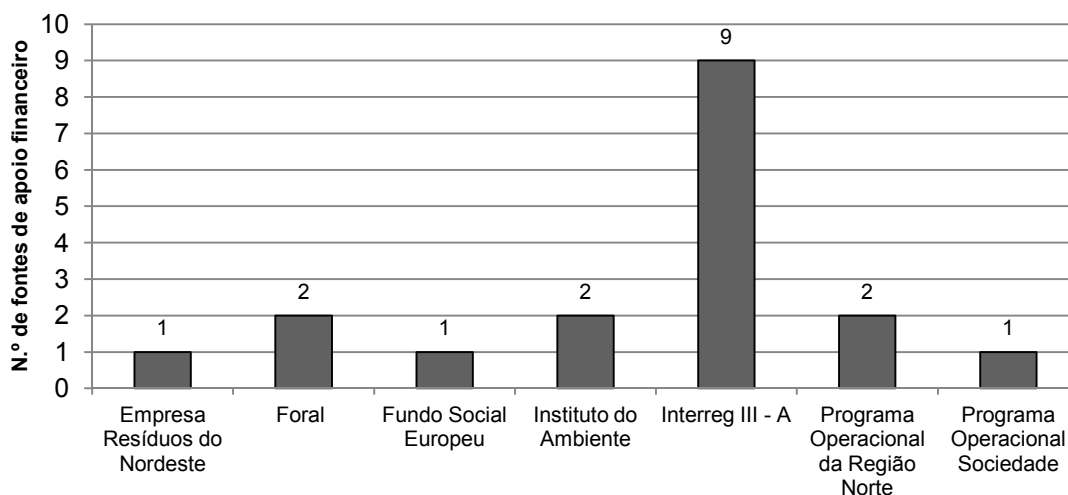


Figura 5.11 – Fontes de apoio financeiro aos processos de A21L, em Portugal (2006)

Não querendo repetir o que já especifiquei, aquando da análise à evolução das Agendas 21 Locais em Portugal, não posso, contudo, deixar de lembrar a falta de uma estratégia nacional concertada para divulgação e implementação deste tipo de projetos, conjugada com o facto de existir uma Administração Central do Estado Português, e mesmo das organizações representativas dos municípios portugueses que não evidenciaram grandes esforços para adotar na prática os princípios chave da sustentabilidade (embora se saiba que se trata de processos complexos e longos e não de um simples programa ou projeto). Senão vejamos, ao nível do poder central a ENDS, criada em 2002, apesar de ser materializada para promover a elaboração de Agendas 21 Locais, estimulando a intervenção dos poderes locais e regionais no processo de desenvolvimento sustentável, acabou por se tornar numa campanha algo infrutífera face aos resultados alcançados. Posteriormente, a ENDS 2005-2015, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004, de 11 de novembro de 2004, elaborou numa nova versão que integra novos objetivos, vetores estratégicos e linhas de orientação que aproximavam Portugal às obrigações decorrentes da integração do nosso País à União Europeia.

Neste âmbito, dos seis novos objetivos, realça-se o quarto – “*Organização Equilibrada do Território que valorize Portugal no espaço europeu e que proporcione qualidade de vida*” – que propõe como uma das metas: “*adotar e implementar até 2010 uma estratégia nacional para as cidades que coloque em vigor os princípios da Agenda 21 Local, que integre a dimensão de reabilitação urbana em pelo menos 80% dos municípios*”. Contudo, e face ao momento conturbado que o País atravessava e que culminou com a realização de eleições legislativas antecipadas, decorrente da demissão do Primeiro-ministro do XVI Governo Constitucional, o processo de elaboração final da ENDS e do seu Plano de Implementação (PIENDS) foram interrompidos e só retomados, após a reformulação dos seus documentos, em 2007, aquando da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007. Neste quadro, em que o contributo do Governo

Português, para o desenvolvimento das A21L, era muito incipiente, reconhece-se que, se não fosse o impulso dos movimentos da sociedade civil, de certos setores universitários e de alguns importantes municípios portugueses nem mesmo os poucos casos de A21L implementados poderiam ser contabilizados. Desta forma, enaltece-se o espírito de iniciativa de municípios que, mesmo enfrentando contrariedades, foram desenvolvendo os seus processos.

Decorrente desta conjuntura e da análise aos dados mais recentes, verifica-se, como já foi anteriormente referido, uma perda de vivacidade na implementação de processos de A21L no início de 3º momento. Contudo, existiram neste período duas fases bem distintas. Em 2007, com uma ligeira inflexão do número de novas A21L e nos dois anos seguintes com uma quebra acentuada nesses números. Seguidamente, vai-se procurar perceber a conjuntura que ajuda a compreender esta realidade, julgando-se que, como se verá a seguir, estariam criadas condições mais favoráveis para o desenvolvimento das mesmas.

Em 2007, o governo português, finalmente, reconhece que *“a adesão à Agenda 21 Local começa a ter alguma expressão em Portugal, pelo que se torna pertinente estabelecer uma metodologia orientadora, na sua conceção e implementação”* (Henriques, 2007: 5). Neste âmbito, o Ministério do Ambiente, através do Instituto do Ambiente, lançou para consulta pública, em março de 2007, o *“Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos”*. Este Guia *“constitui um referencial normativo para a implementação de Sistemas de Sustentabilidade Local (...) procurando apoiar todas as entidades que têm em curso ou pretendem desenvolver iniciativas desta natureza, no sentido de monitorizarem os seus próprios processos, tendo por base o conceito de melhoria contínua”* (APA, 2007a: 5). Desta forma, *“o Guia tem como destinatários todos aqueles que participam direta ou indiretamente na implementação de Agendas 21 Locais, como técnicos, autarcas e outras entidades (associações, empresas e grupos de interesse) e visa promover a constituição de Sistemas de Sustentabilidade Local harmonizados”* (idem, *ibidem*). Está, finalmente, criada uma Campanha Nacional através da existência de uma entidade coordenadora, a nível nacional, capaz de promover uma rede de partilha de informação que corrobora para o ultrapassar das incertezas sobre a forma de se encarar o desenvolvimento sustentável, não o confinando a algo puramente ligado ao setor ambiental.

Em Portugal, com a ausência de caminhos para o desenvolvimento sustentável local, as A21L eram, de uma forma geral, desenvolvidas num único modo - *“Modo de Aalborg”*, isto é, a essência de um processo de A21L era estabelecida de acordo com os objetivos, metodologia e metas uniformemente apresentados pelo ICLEI. Tal facto obrigava as entidades a ficarem *“reféns”* dos critérios que definiam a A21L. Ora, como se verificou, poucos foram os municípios que iniciaram os seus processos e que cumpriram todos os critérios para que tal ferramenta possa ser considerada efetivamente uma A21L. Não raras vezes, os municípios que lideraram os processos, e que se viam desamparados pela falta de informação e de apoio do governo central, subjugavam os interesses ambientais aos interesses económicos, remetendo as questões ambientais para os

Planos Diretores Municipais e Planos Municipais de Ambiente que careciam de uma forte componente ambiental. Neste momento, realça-se o facto de recentes A21L estarem a ser desenvolvidas no âmbito das linhas orientadoras facultadas pela Agência do Ambiente, destacando-se o manual prático – *“Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos”*, encontrando-se esta entidade a testar a própria metodologia constante no *Guia* nos municípios de Almada, Águeda e Mora. Porém, tal não significa que a possibilidade de se ter uma visão mais ampla da implementação de um processo de A21L imponha a substituição de um modelo pelo outro, pelo contrário, permite às entidades que lideram os processos terem disponíveis mais elementos orientadores que as ajudam a tomar melhores decisões no ato de gerir as suas próprias Agendas21L.

Acresce que, estando aprovado o documento da ENDS 2005 – 2015, este configura-se como mais *“uma estratégia de referência para a ação, para um período mais alargado (...) num horizonte temporal de 2005 -2015 (...), que “visa dar consistência global nesse horizonte aos diversos programas de iniciativa pública em preparação e implementação, e funcionar como um instrumento de mobilização e concertação para as iniciativas e ações dos agentes económicos, sociais e culturais da sociedade civil”* (ENDS, 2006: 1). Neste âmbito, este constituiu-se, também, como um referencial para a elaboração do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) que servirá de suporte à programação de iniciativas cofinanciadas por fundos comunitários no horizonte de 2007-2013. Com a entrada em vigor deste documento, em 2007, os governos locais puderam candidatar-se a fundos comunitários, através do QREN, o que veio permitir ultrapassar um dos principais entraves à implementação de processos de A21L – o apoio financeiro. Este apoio é tão ou mais visível quando se verifica que todos os *“14 novos processos de A21L que se iniciaram entre 2008 e 2009 [de 125 para 139, respetivamente] foram todos resultantes de candidaturas apresentadas e aprovadas pelo QREN 2007-2013”* (Portal da Agenda 21 Local). Convém não esquecer que as dificuldades de financiamento foram sempre entraves e condicionantes à proliferação das Agendas21L. Não é por acaso que, de acordo com os números atuais, cerca de metade das *Agendas* em curso, no nosso País, são intermunicipais. Esta foi a forma encontrada pelos municípios para contornarem a falta de verbas, sabendo beneficiar das vantagens do associativismo que facilita *“o acesso a recursos orçamentais disponibilizados para o efeito, e a garantia de valências técnicas para a implementação dos processos. A associação parece permitir ainda o reforço político quando o mesmo é diminuto a nível municipal”* (Álvares, 2009: 112).

Em suma, em 2007, e face a um maior apoio do governo português na própria implementação das A21L, pareciam estar criadas as condições para um novo fôlego nos processos. Contudo, o maior suporte logístico e a possibilidade do poder local recorrer a financiamento externo, através da ajuda do QREN, não produziu os efeitos desejados, ficando os resultados aquém das expectativas criadas. Porém, o maior declínio registou-se nos anos seguintes, como já foi supracitado. As razões são várias, mas o maior destaque recai, sobretudo, no agravamento da crise económica do

país. O poder local, face à asfixia financeira resultado de orçamentos municipais cada vez mais reduzidos, aliado ao acréscimo da dificuldade de obtenção de financiamento comunitário (como se verifica no âmbito do QREN) e às próprias contrariedades de coexistir com uma população local cada vez mais alheada em participar, face à crescente preocupação com os problemas económicos com claro prejuízo para o envolvimento do cidadão comum nestas matérias, culminou no número reduzido de A21L que foram iniciadas nestes dois últimos anos.

Referir, por último, que mesmo com o número de A21L em curso, no quadro atual, continua a não existir uma verdadeira estratégia de sustentabilidade de âmbito nacional. Tal situação remete-nos para a forma como o processo de planeamento é encarado no domínio do fluxo de decisões. Neste campo, surgem dois conceitos, o *Top Down*, posição defendida por autores como Mazmanian e Sabatier (1990), Meter e Van Horn (1975) e o *Bottom Up*, posição defendida por Kaufman (1973) e Elmore (1979). Em Portugal, o processo de implementação dos processos, tendo em conta o fluxo de decisões, tem-se identificado com a estratégia de *Bottom-Up*. Esta estratégia consiste num modelo que funciona *de baixo para cima*, isto é, vai passando de uma abordagem ao sistema de nível inferior, mais pequeno, até atingir o sistema completo ao nível superior.

No caso das A21L, este sistema funciona através dos trabalhos desenvolvidos a nível local (ao nível do município, na maioria dos casos) e vai-se alargando a nível regional e nacional. Tal estratégia, permite que o governo central aquando da tomada de medidas conheça as fraquezas, potencialidades, ameaças e oportunidades locais, conferindo-lhe um efetivo e coerente conhecimento da orgânica local, o que favorece o processo de planeamento de políticas públicas que devem levar em consideração os problemas locais identificados. Acontece que, com a maior presença do governo central em matéria de A21L, receia-se que tal estratégia possa ser corrompida, pelo que a *“atividade do governo nacional deve consistir fundamentalmente em gerar informação, assumir tarefas de coordenação e fornecer bases para o desenvolvimento sustentável e não em dirigir as incitativas locais de A21L”* (Gomila, 2000: 38).

No caso português, se é verdade a inexistência de uma estratégia *Top Down* face às políticas nacionais que raramente se debruçaram sobre este instrumento e sua implementação, também não é menos verdade que não podemos falar de uma verdadeira estratégia *Bottom-Up*. Tal reside no facto de, apesar de os trabalhos serem desenvolvidos em subsistemas inferiores, os mesmos nunca passaram além do nível regional, isto é, o modelo ascendente desta estratégia, em Portugal, nunca tem atingido o seu patamar superior, visto que, apesar dos *“discursos apologistas da participação e do desenvolvimento sustentável, o Governo mantém ainda alguns traços de autoritarismo herdados do passado, o que dificulta a afirmação desta estratégia”* (Guerra e Schmidt, 2009: 13). No caso das A21L, é necessário que exista essa articulação entre os processos como forma de contribuir para uma estratégia global de sustentabilidade. Das notícias mais recentes, decorrem algumas iniciativas que procuram criar essa “visão” global de ação. Com

este propósito, teve lugar, nos dias 23 e 24 de setembro de 2009, a Conferência Nacional sobre a Agenda 21 Local - GLOCAL2009⁵¹ que teve como mote “Pensar Global, Agir Local”, resultando deste evento a vontade de se criar uma rede nacional de Agendas 21 Locais que promovam o sucesso, viabilidade e continuidade das A21L no terreno e, conseqüentemente, colaboram no esforço nacional da sustentabilidade.

⁵¹ Ver Carta de Cascais, 2009

5.3 Resultados da Aplicação do Inquérito por Questionário aos promotores das A21L em Portugal

Dos inquéritos lançados a nível nacional, verificou-se que um número significativo de inquiridos contactados não respondeu. Verificou-se, igualmente, que na 2ª fase do inquérito, que corresponde aos processos de A21L mais recentes, iniciados depois de 2006 até setembro de 2009, houve um número mais expressivo dos que não emitiram qualquer resposta, o que se pode justificar, em parte, pela proximidade temporal destes casos. De um total de 139 inquéritos enviados, apenas se obtiveram 49 respostas (35%) (figuras 5.12 e 5.13).

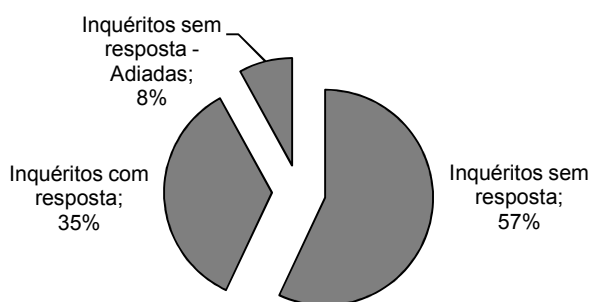


Figura 5.12 – Percentagem de respostas aos inquéritos

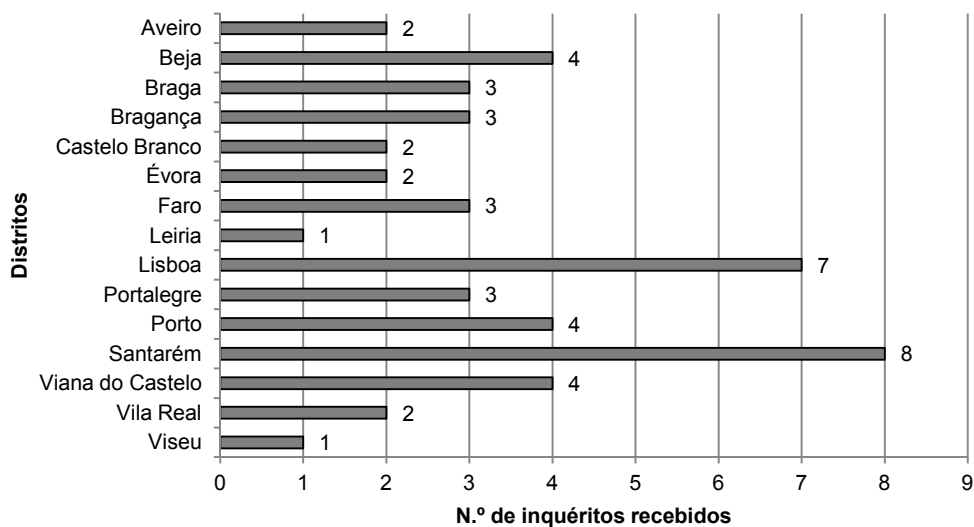


Figura 5.13 – Relação do número de inquéritos recebidos por localidade geográfica (distritos)

Porém, e comprovando o supracitado, destaca-se um valor bem mais elevado das respostas referentes à 1ª fase (processos até final de 2006) com 45% (37 inquéritos respondidos) contra apenas 20% (12) relativos à 2ª fase. Acresce a estes números, 11 (8%) entidades inquiridas que evidenciaram vontade de participar, através do preenchimento dos inquéritos, solicitando apenas mais tempo para procederem à sua elaboração. Contudo, até à data, não se obteve qualquer informação. É de salientar que estes valores não correspondem aos valores absolutos, uma vez que um significativo número de câmaras não se pronunciou individualmente, remetendo para organismos, entretanto criados para dar cumprimento à implementação das A21L, as respostas

solicitadas nos inquéritos. Neste âmbito, destaco a associação das Lezírias do Tejo que engloba 11 municípios e a LIPOR, empresa responsável pela implementação da A21L em 18 freguesias. A par desta situação, verifica-se, igualmente, a existência de inquéritos sem estarem respondidos na sua totalidade, o que aumenta o défice de dados recolhidos. Por último, convém acrescentar que os dados recolhidos espelham a elevada diversidade de características intrínsecas a cada processo de A21L, não se podendo negligenciar as diferenças geográficas e temporais presentes.

Caracterização Geral

A maioria dos Autarcas e Presidentes de Junta de Freguesia inquiridos encontra-se no grupo etário entre os 40 e 50 anos de idade (40%), seguido de uma significativa percentagem com idades compreendidas entre os 51 e os 60 anos, o que revela que quase $\frac{3}{4}$ dos inquiridos se situa nesta faixa etária (figura 5.14).

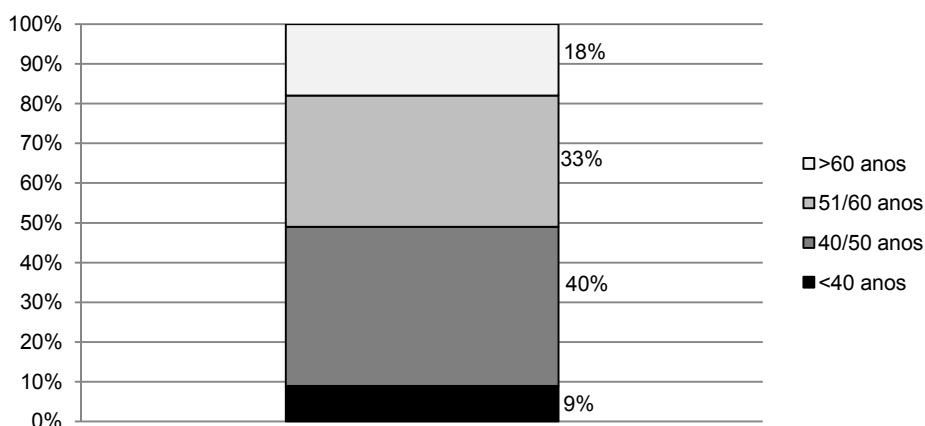


Figura 5.14 - Inquiridos por grupos etários

Estes números confirmam-se quando se verifica que a média e a mediana registam valores idênticos, conferindo uma idade média, aos representantes destes cargos, nos 51 anos de idade. Neste universo verifica-se, igualmente, a existência multimodal nos dados recolhidos, registando-se que os indivíduos com 49, 52 e 54 anos de idade são os que surgem com mais frequência. Neste quadro, verifica-se que, entre os inquiridos, os jovens autarcas encontram-se em minoria, sendo que o inquirido mais jovem conta 37 anos de idade.

No que respeita ao grau de instrução (Figura 5.15), verifica-se que mais 4/5 do universo dos inquiridos afirma possuir o Ensino Superior, prevalecendo a licenciatura (56%) como grau académico relevante. Contudo, não deixa de ser com alguma surpresa que 20% dos inquiridos revelam ter atingido o Ensino Básico como formação académica final. Foi perguntado aos inquiridos se tinham alguma formação na área do ambiente / desenvolvimento sustentável. Neste item, apenas 10% dos inquiridos afirmaram possuir algum tipo de formação académica adquirida como formação base e/ou especialização (figura 5.16). Regista-se que, com uma variável modal tão expressiva, a maioria dos inquiridos não possui nenhuma formação na área ambiental.

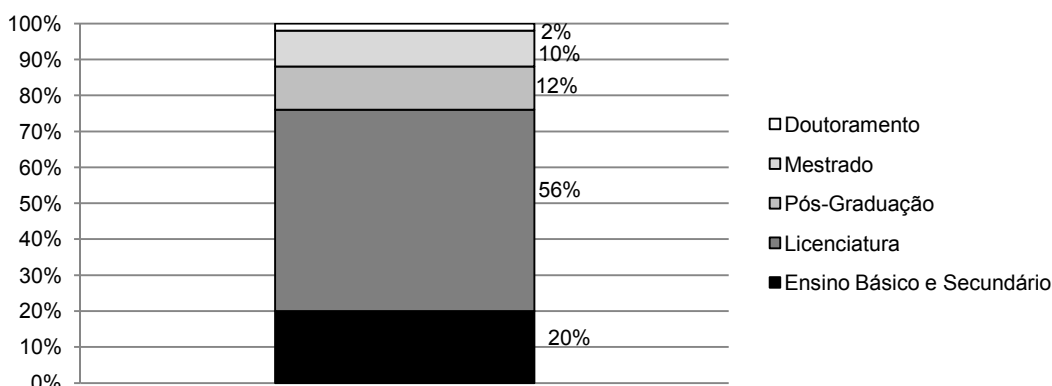


Figura 5.15 - Inquiridos por grau de formação académica

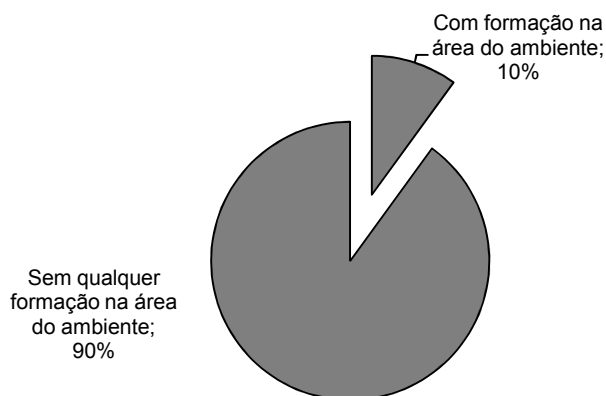


Figura 5.16 - Inquiridos com formação na área ambiental

Quanto ao tempo de serviço como Autarcas / Presidentes de Junta verifica-se que mais de metade das A21L desenvolvem-se em municípios / freguesias em que os seus mais altos representantes se encontram no seu primeiro ou segundo mandato (56%). Neste caso, a mediana encontrada é de 8 anos, sendo, contudo, a média um pouco superior, de 10 anos, aproximadamente. Destaca-se, ainda, a expressividade dos números que revelam a primazia das A21L em localidades que têm como característica similar a juventude de quem exerce os primeiros anos na função de Autarca / Presidente de Junta (figura 5.17).

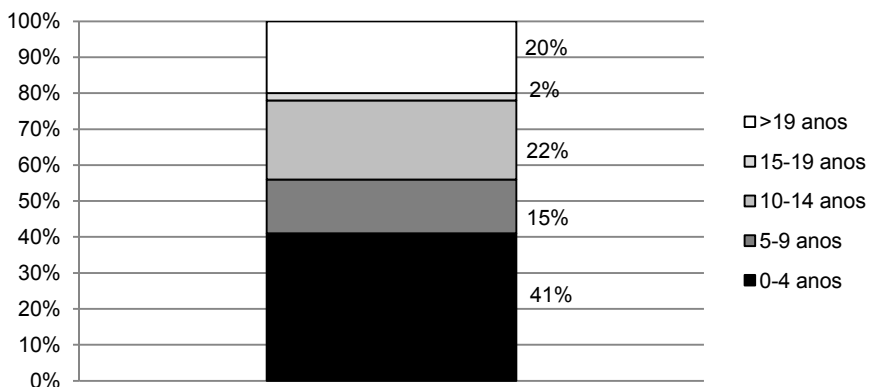


Figura 5.17 - Número de anos de serviço desempenhados na função de Autarca / Presidente de Junta

Desenvolvimento do Processo da A21L

Tendo em conta o segundo grande grupo de questões sobre as quais o inquirido por questionário incidiu e relativamente ao desenvolvimento do processo de A21L, verifica-se que a larga maioria das A21L teve início só em meados da primeira década do séc. XXI. Observa-se, igualmente, que quase 2/3 do universo do estudo incidem em Agendas com um tempo inferior a 4 anos (figura 5.18). Estes dados são relativos a 86% dos inquiridos que reponderam, sendo que se obteve 14% de não respostas. Desta forma, corrobora-se a teoria que o atraso de Portugal, ao iniciar processos de A21L, é mais que evidente, como refere Moralejo *et al.* (2007) que integra o nosso caso no grupo dos países europeus com a velocidade mais lenta no arranque de A21L (juntamente com a Espanha, França, Itália e Irlanda) fruto da “*resposta tardia*” do nosso país aos pressupostos emanados da CNUMAD. Aliás, e como refere Silva (1999), em matéria de processo de implementação de A21L o nosso país não estava apenas muito atrasado como nem sequer existia qualquer definição estratégica que contribuísse para alterar o quadro atual. Deste modo, e relembrando autores como Farinha, Vasconcelos e Serpa (1998); Fidélis (2001a); Schmidt *et al.* (2006a); Guerra e Nave (2004a), o atraso e o número reduzido de A21L registado no arranque (Portugal contribui apenas com 0,4% para o número total de A21L no Mundo (ver ICLEI, 2002c) foi uma realidade que, relembrando palavras de Pinto (2006), contribuiu para que Portugal, em 2006, fosse o país da Europa que apresentava menos A21L implementadas.

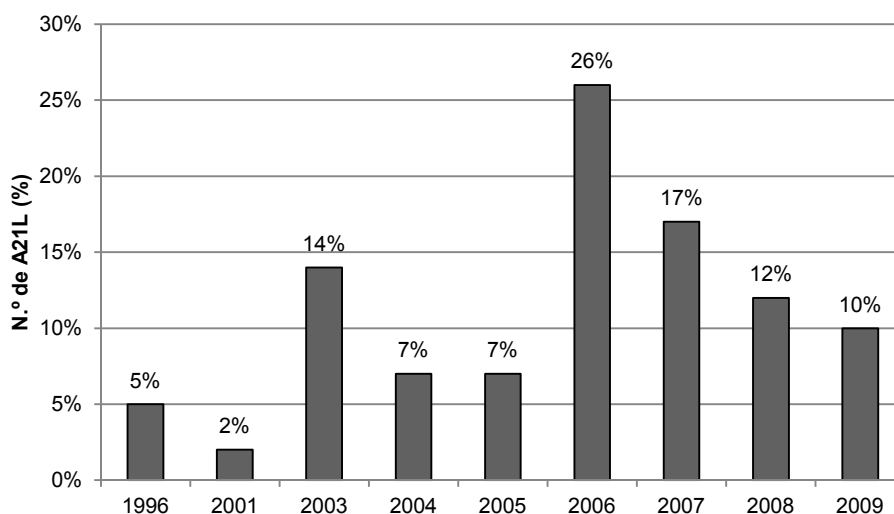


Figura 5.18 – Ano de início da implementação das A21L

Quando questionados sobre se o município/freguesia fazia parte de alguma rede ou organização de Desenvolvimento Sustentável ou rede similar, quase metade (49%) respondeu que não sabia ou, simplesmente, não respondeu. Contudo, dos que responderam (51%), regista-se que a esmagadora maioria (88%) se encontra associada a plataformas de desenvolvimento sustentável (DS) (figura 5.19). A distribuição dos dados revela, ainda, a existência multimodal de frequências que indicam que a organização CIVITAS, o ICLEI, Eixo Atlântico e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CULT) são as organizações mais referenciadas no âmbito da cooperação

estratégica às A21L. Neste âmbito, e como referem Fidélis e Pires (2009), a adoção de A21L introduz / induz novas matrizes de carácter sustentável, sendo que o velho conceito de governar está “gasto”, tornando-se necessária uma “nova política”, como refere Acsehrad (2006). É precisamente o desabrochar para um modelo mais amplo de governação com mudanças nas práticas políticas, traduzidas numa nova abordagem de fazer política (*governança*), que surgem os desafios aos poderes políticos locais que, inequivocamente, têm precisado do contributo de entidades externas para os conseguir ultrapassar, como se pode constatar na prática. O caso português difere um pouco da realidade internacional, visto que, se em Portugal, e como é supramencionado, existe maior dependência dos poderes locais a entidades externas aos processos (com apenas 12% dos inquiridos a comunicarem que os seus processos de A21L não estão ligados a nenhuma plataforma logística de apoio) a nível internacional esse número sobe para 27% dos municípios que referem não ter requerido/envolvido qualquer mediador ou partes interessadas (*stakeholders*) na ajuda aos mesmos, como refere a entidade ICLEI (2002a), o que revela uma menor preparação do poder político para lidar sozinho com este tipo de processos.

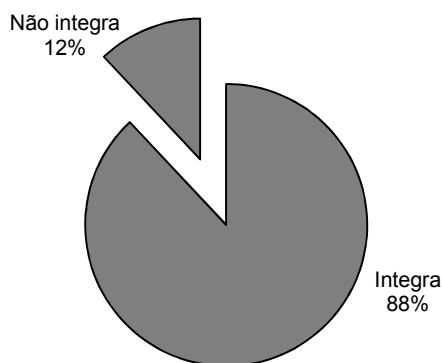


Figura 5.19 – Entidades promotoras que integram uma rede ou organização de DS

No que concerne à “paternidade” das A21L, é inquestionável que a primazia das Câmaras Municipais como responsáveis pela implementação das A21L, em Portugal, é uma realidade incontestável (71%) (figura 5.20). Neste caso, os números não diferem muito da situação registada no âmbito internacional, com a hegemonia destas entidades na promoção e gestão do orçamento das A21L (60%) (ver ICLEI, 2002a). Como refere Hewitt (1999), o desenvolvimento sustentável não se pode fazer sem municípios, até porque os governos locais são os que estão mais perto de onde se produzem os problemas e mais perto dos próprios cidadãos, pelo que estas entidades são encaradas como parte para a resolução dos mesmos. Neste âmbito, tanto a nível nacional como internacional, configura-se uma aproximação ao capítulo 28 da A21L (ver UNCED, 1992b), pois, como referem Ramos (s.d), Jackson e Morpeth (2003), só desafiando as autoridades locais para estas definirem ações para a sustentabilidade se podem verdadeiramente resolver os impactes a nível global. Como refere Onez (2006), antes da CNUMAD ainda se podia admitir que as administrações centrais eram a única solução para resolver os problemas globais, mas após esse evento o Mundo despertou para a inevitabilidade e relevância do papel das administrações locais para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Confirma-se, também em

Portugal, a tendência da aplicação do princípio da subsidiariedade que se desenvolve a nível internacional, desvanecendo os problemas das democracias centralistas (ver Hayek, 1990) ou a crença nas virtudes do “olho central” (ver Iorio, 2006) que tudo vê e resolve e que caracteriza o “velho” modelo político. Como reforça Vasconcelos et al. (2002), em Portugal existiu um esforço do poder local para desenvolver processos de sustentabilidade, através da natureza da A21L.

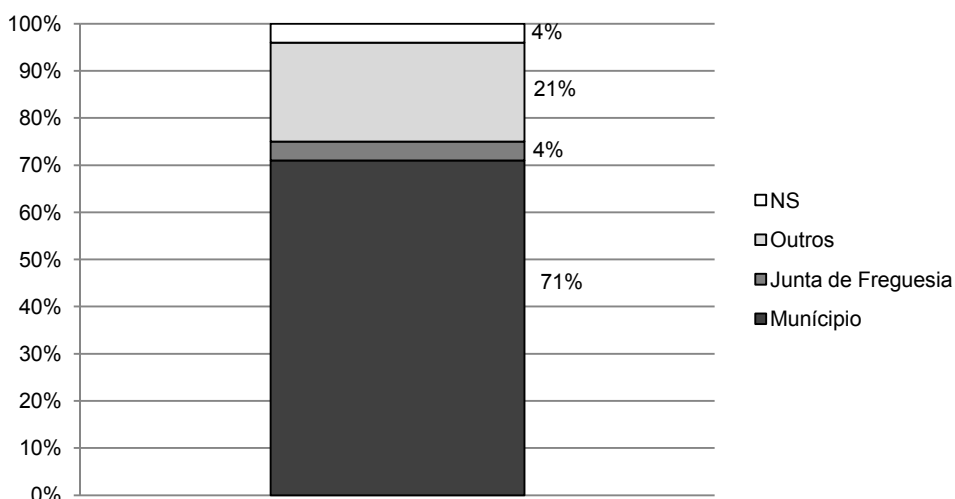


Figura 5.20 - Entidades responsáveis pela implementação das A21L, em Portugal

Noutra vertente, verifica-se igualmente a importância do poder local nas iniciativas de implementar este tipo de processos, visto que apenas 21% dos inquiridos afirmaram que partiram de outras entidades iniciativas de A21L, com destaque para o caso da LIPOR – Serviço Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Grande Porto e da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CULT) que rompem com o habitual quadro das A21L estarem extremamente dependentes dos poderes políticos locais para serem implementadas. Neste item, Portugal não foge ao que parece um quadro “estereotipado” no Mundo, verificando-se a nível internacional valores muito idênticos (19%) em que os processos foram da responsabilidade de entidades ou de grupos interessados (ver ICLEI, 2002a). Todavia, se são os poderes políticos locais que se constituem como líderes na persecução das A21L, também não é menos verdade que estes não o fazem sozinhos. Apenas 2% dos inquiridos responderam nunca terem recebido qualquer apoio técnico, o que evidencia uma extrema dependência a entidades externas. Neste caso, assinala-se a preponderância das universidades na prestação de assessoria técnica às edilidades (61%), seguidas do apoio dado pelas ONGs (8%).

No caso particular de Mindelo, verifica-se, igualmente, a presença do poder sublocal em recorrer ao apoio logístico à semelhança da esmagadora maioria das entidades promotoras destes processos, a nível nacional. No caso de estudo de Mindelo, a “parte técnica é assegurada por uma instituição universitária (Universidade de Aveiro) e a parte mais logística pela associação

ambiental local (AAMDA) ” (Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, entrevista pessoal, 17 de novembro de 2009).

Relativamente aos 29% dos inquiridos que responderam “Outros”, verifica-se que as empresas de consultoria se demarcam como sendo as mais solicitadas para a prestação de assistência técnica aos processos. A esta elevada dependência não será alheia a realidade, que se assistiu a nível internacional. Dos 5292 processos que decorreram nos 36 países europeus, apenas cerca de 2000 foram desenvolvidos com campanhas nacionais (ver ICEI, 2002a).

Portugal faz parte do grupo dos 28 países que não contaram com o apoio do governo ou de uma entidade promotora, de âmbito nacional, que coadjuvasse os processos. Assim sendo, com a ausência de campanhas nacionais e da falta de apoio do governo central, a implementação da Agenda 21 Local em Portugal teve impreterivelmente de partir de iniciativas locais voluntárias de municípios (ver Fidélis *et al.*, 2009) até porque, e como refere Henriques (2007), o poder central só em meados da primeira década de século XXI, e face a alguma expressão do número de A21L em Portugal, considerou ser verdadeiramente pertinente estabelecer uma metodologia orientadora para a implementação da A21L. Não é de estranhar que, face ao total desamparo do poder político central ao poder local, este encarasse, segundo palavras de Loureiro (2008), a A21L com enorme desconfiança e inabilidade para operacionalizar este instrumento. Neste âmbito, num primeiro momento, a assistência à grande maioria dos processos foi dada pelas Associações de Municípios Portugueses que forneceram informação, apoio técnico e financeiro (através de fundos comunitários) às autoridades locais (ver Fidélis *et al.*, 2009).

Acresce, e não é pura coincidência que, ainda relativamente à questão anterior, ao perguntar-se em que fase ocorreu a cooperação técnica, se verifique que o acompanhamento de entidades externas aos processos acontece, em mais de metade dos casos, nas primeiras 3 fases, sendo de destacar, no entanto, a fase de Diagnóstico e de Planificação com um maior envolvimento de entidades externas nos processos, em oposição às fases de Implementação e Monitorização / Avaliação que registam um reduzido contributo das mesmas (quadro 5.4). Neste contexto, as entidades externas têm enorme relevância no ato de iniciar e estabelecer o programa da A21L, sendo que as fases mais adiantadas do processo, correspondentes à implementação e monitorização, ficam, na sua maioria, unicamente à responsabilidade do poder local, pelo que se depreende que, após ultrapassado o desconhecimento inicial quanto à essência e ao “*modus operandi*” da A21L, o poder local tenha optado por continuar a implementação da mesmas de forma autónoma.

Fases do processo	<i>Diagnóstico</i>	<i>Planificação</i>	<i>Divulgação</i>	<i>Implementação</i>	<i>Monitorização / Avaliação</i>
%	82	71	51	16	12

Nota: Dados referentes à questão de resposta múltipla.

Quadro 5.4 - Cooperação técnica externa, por fases, nos processos de A21L.

É, igualmente, de assinalar que mais de 2/3 dos inquiridos afirmam que a metodologia aplicada aos processos (figura 5.21) se identifica com as fases supracitadas (68%), contra apenas 18% que referem que a condução do processo não passou pela totalidade de etapas definidas e/ou pela ordem metodológica inserida na pergunta. Neste item, deve-se ter em conta o tempo de duração e iniciação das próprias Agendas. Neste contexto, observa-se que as linhas mestras subjacentes à metodologia aplicada na implementação dos processos de A21L, em Portugal, incorporam o modelo internacional mais experimentado e adotado pelo ICLEI, mas integram, igualmente, etapas que caracterizam e individualizam o modelo mais aplicado em Portugal (ver 2.4.4.). Neste, e conhecendo a flexibilização metodológica subjacente a este modelo, verifica-se, relembrando Farinha (2007), que é a perspetiva mais racionalista, sistemática, global e abrangente do modelo que é adotada. Assim sendo, existe uma maior preocupação com a fase de elaboração (fase 1) que é alvo de um trabalho mais detalhado e minucioso, com uma maior duração temporal. Tal facto só corrobora a perceção das dificuldades do poder local em operacionalizar este instrumento, como já foi anteriormente mencionado. Acresce, associada a esta perspetiva metodológica que, por norma, não existem fases a decorrer em simultâneo, pelo que só após concluída uma fase se passa à fase seguinte, sendo uma das características que melhor identifica o caso das experiências da A21L em Portugal, como sublinha Farinha (2007).

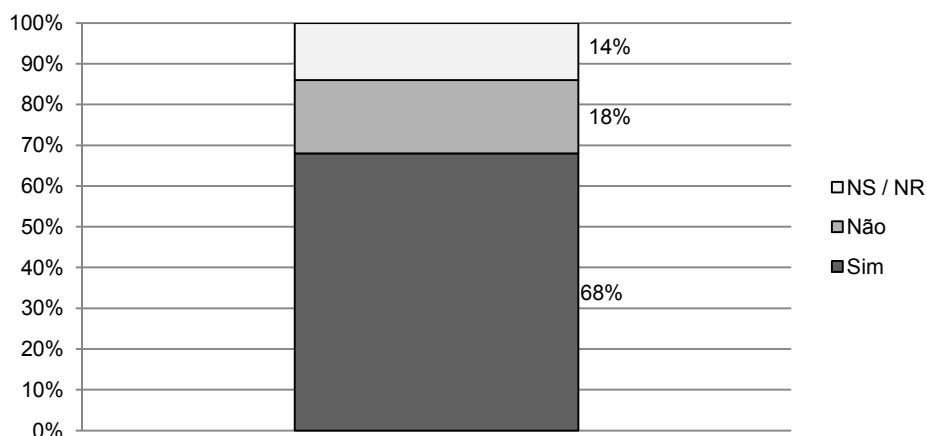


Figura 5.21 – Resposta dada quando se perguntou se a metodologia aplicada aos processos se identifica com as fases constantes na pergunta anterior

No desenvolvimento das A21L, a constituição de fórum(s), comissão ou grupo de trabalho revelou-se uma etapa essencial para mais de 2/3 dos processos (67%), situando-se a moda no ano de 2007. Convém referir que a larga maioria que não procedeu à criação de fórum(s) /comissão/grupo de trabalho (14%) está associada às A21L mais recentes, pelo que os próprios inquiridos evocam ser, ainda, algo prematuro a constituição destes elementos de trabalho (figura 5.22). Como refere Acselrad (2006), com a introdução da A21L as práticas governativas são transferidas para atores não estatais, através de novos canais. Esses canais que o referido cita são precisamente os fóruns, conselhos, reuniões que mais não fazem do que aplicar, de acordo com Cotter e Hannan

(1999), o princípio de participação pública que é a base, segundo os mesmos autores, da sustentabilidade deste instrumento.

Em Portugal, e face à metodologia aplicada na generalidade dos processos, potenciou-se, de acordo com palavras de Queiroz (2007), a estratégia participada de sustentabilidade, isto é, desenvolveram-se mecanismos da participação pública com o objetivo de cumprir com a natureza da A21L. No caso de Mindelo, e segundo palavras do presidente da Junta de Freguesia desta localidade, os fóruns e as assembleias de freguesia foram, de igual modo, as formas encontradas para contar com a participação pública dos mindelenses e de instituições locais e regionais, sendo a periodicidade das reuniões marcada pela urgência dos trabalhos.

No cômputo geral, os processos de A21L em Portugal produziram o efeito de fomentar a participação pública, indo ao encontro do que acontece a nível internacional em que, segundo o (ICLEI, 2002c), com o crescimento continuado das A21L no continente europeu, a Europa vive uma fase significativa de participação dos cidadãos com mais 80% dos parceiros formais nos processos a serem constituídos por indivíduos e não por entidades coletivas.

Do total dos processos que organizaram fórum(s), 82% foram coordenados pelo próprio poder local, sendo que as instituições científicas (universidades) instituem-se como um importante aliado neste tipo de iniciativas, tendo 39% cooperado de forma autónoma e/ou em parceria com as edilidades (quadro 5.5). Neste âmbito, e como referem Garcia-Sanches e Prado-Lorenzo (2007), nos processos de desenvolvimento e implementação de A21L a figura assumida do município aparece inalterada e, neste capítulo, volta a verificar-se o que se assiste a nível nacional (ver subcapítulo 5.2) e internacional, com a realização dos fóruns a serem momentos marcados pela forte liderança dos poderes locais na materialização destes eventos. Acresce que, mesmo nos países com campanhas nacionais de divulgação, cujo objetivo é a promoção de processos de participação pública, verifica-se a importância das entidades locais para a criação e condução de iniciativas de interação entre o poder político e os cidadãos.

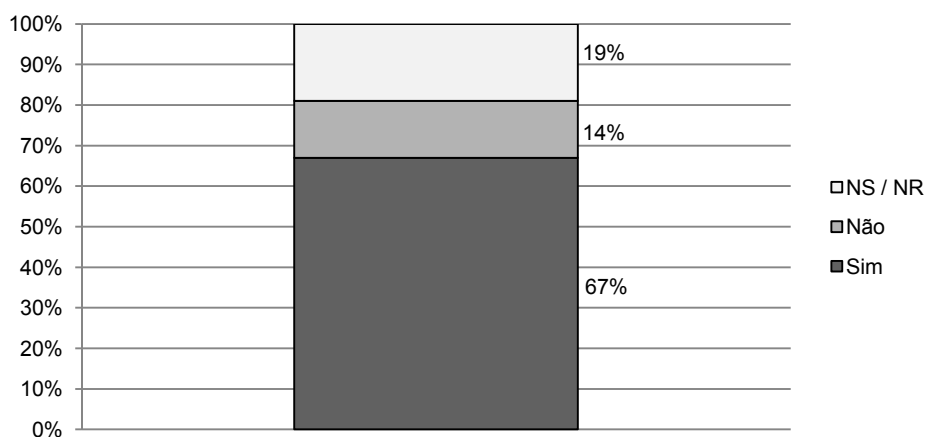


Figura 5.22 – Resposta sobre a constituição de fórum, comissão ou grupo de trabalho

Coordenação	Corpo técnico da autarquia	Instituições científicas	Empresas	ONG	Junta de Freguesia
%	82	39	12	3	3

Nota: Dados referentes a questão de respostas múltiplas.

Quadro 5.5 - Entidades responsáveis pela organização do fórum(s) nos processos de A21L (%)

Relativamente à periodicidade dos fóruns, constata-se a inexistência de uma uniformidade na realização dos mesmos. Contudo, verificam-se duas situações distintas e bem demarcadas que definem o espaço temporal em que estes funcionam. A existência bianual de fóruns (30%) e a particularidade de 34% dos processos com A21L não terem realizado um único fórum nos últimos 12 meses, pressupõe que mais relevante do que a marcação periódica destes eventos será a marcação de datas ajustadas ao ritmo dos trabalhos (quadro 5.6). 15% dos inquiridos não responderam. Independentemente da regularidade dos fóruns, o que parece existir é uma tomada de consciência por parte do poder político local para a relevância da participação cívica nas políticas que são implementadas. Estas iniciativas incorporam o espírito subjacente à natureza da sustentabilidade que é fortemente divulgado internacionalmente e que em Portugal se vai paulatinamente assimilando. Relembrando MacGillivray, Weston e Unsworth (1998), todos os que vivem numa comunidade podem oferecer algo de valor em benefício da mesma, pelo que a comunidade deve promover o princípio da igualdade e de oportunidade a todos os cidadãos que nela procurem participar, até porque se tal não se verificar “as comunidades simplesmente não funcionam bem, não são tão saudáveis quanto poderiam ser, a menos que tantas pessoas quanto possível estejam envolvidas em melhorá-la, tomar decisões sobre as coisas que lhes dizem respeito, e sentir que eles são ‘donos’, com a participação na comunidade (MacGillivray et al., 1998: 17).

Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Não reuniu nos últimos 12 meses	NR
3%	3%	3%	30%	12%	34%	15%

Quadro 5.6 - Periodicidade das reuniões dos fóruns (%)

A forma preferencial para o funcionamento dos fóruns é através da realização de assembleias abertas à população (70%). Verifica-se que, no cômputo geral, tanto as reuniões internas (21%), quanto as comissões temáticas (15%), funcionam não por si só, mas como complemento aos debates abertos à população (quadro 5.7). Neste quadro, existe uma similitude na forma como organizações locais, tanto a nível nacional como internacional, procuram envolver e aproximar os cidadãos aos projetos. Como reconhece MacGillivray et al. (1998), esta abordagem pode ser feita de diferentes maneiras, mas a técnica para o trabalho em conjunto continua a basear-se, preferencialmente, na realização de fóruns consultivos e oficinas de trabalho que marcaram o caso

européu e, particularizando, o caso português. Como mencionam Garcia-Sanches e Prado-Lorenzo (2007), os poderes locais continuam a privilegiar as reuniões, audições e debates públicos como meios preferencialmente adotados para a integração dos cidadãos nos processos.

Debates abertos à população	Comissões temáticas	Reuniões internas	Auscultar a população	Outros	NS/NR
70%	21%	15%	3%	3%	9%

Nota: Dados referentes a questão de respostas múltiplas.

Quadro 5.7 – Modo de funcionamento de um Fórum da Agenda 21 local (%).

Na análise aos dados, e após questionados sobre a ocorrência de alguma interrupção no processo (figura 5.23), verifica-se que os valores são muito próximos, o que evidencia um considerável número de processos que sofreram interrupções (39%), face aos que se desenvolveram ininterruptamente (45%). A maioria dos inquiridos apontou a falta de financiamento/verbas como fator principal para justificar as interrupções que, apesar de contribuírem para um adiamento nos trabalhos, não comprometeram, na sua grande maioria, o posterior desenvolvimento dos mesmos. Neste quadro, entende-se a relevância dos recursos financeiros que de forma alguma podem ser negligenciados, pois são determinantes para suportar as despesas inerentes aos processos (ver subcapítulo 2.4.3.). Neste ponto, as A21L que se desenvolvem em Portugal apresentam fortes similitudes do caso português com *Agendas* implementadas noutras regiões do planeta que, com exceção do Médio Oriente, assinalam o défice de recursos financeiros como um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento (ver capítulo 3.2.1).

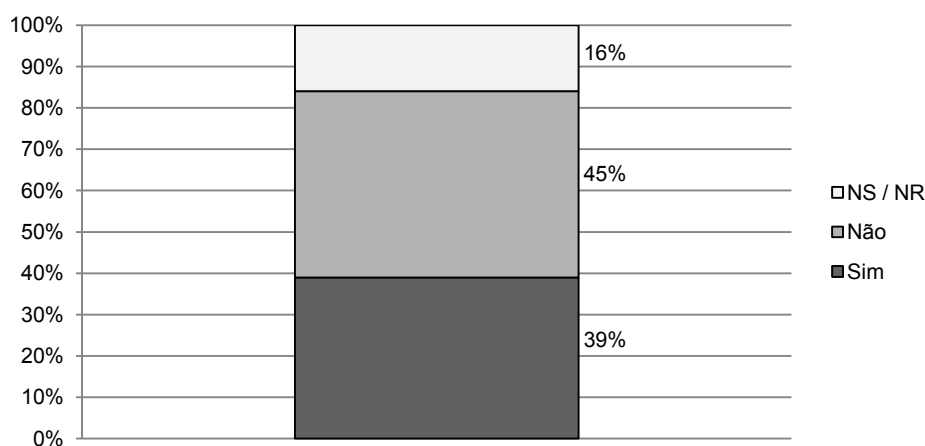


Figura 5.23 – Processos de A21L alvo de interrupções (%)

Pela análise ao quadro 5.8 verifica-se que a maioria dos processos se desenvolve de acordo com a metodologia constante no mesmo, não existindo uma primazia de uma fase em relação às restantes. Todavia, a *implementação de ações* identifica a fase mais comum em que os processos neste momento se encontram, revelando, igualmente, que apenas 14% já avançaram para a fase final e que unicamente 4% já deram por concluído o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS). Do total dos inquiridos, regista-se que cerca de 14% não sabem/não responderam. Estes

dados obtidos através do inquérito corroboram a análise efetuada no capítulo 5.2 (*Análise global aos processos de Agendas 21 Local a nível nacional*) que evidencia o caráter recente da maioria das A21L e que se constata no número de etapas em falta.

Mobilização	Diagnóstico Participativo	Elaboração do PLDS	Implementação de ações	Monitorização e avaliação da implementação das ações	PLDS já terminou
33%	35%	37%	39%	14%	4%

Nota: Dados referentes a questão de respostas múltiplas.

Quadro 5.8 - Etapas percorridas no desenvolvimento dos processos de A21L (%).

Para a execução dos trabalhos pesa, além de outros fatores, a necessidade de financiamento, retomando-se neste ponto a sua preponderância para o sucesso da A21L no terreno. Por coincidência, o total de inquiridos que respondeu ter recorrido apenas a verbas locais (41%) é igual à restante metade que manifestou a inevitabilidade de se socorrer de outras fontes de financiamento (figura 5.24). Esta equidade desfaz-se, por completo, quando se verifica que, do total dos processos que recorreram à ajuda financeira supralocal, apenas 6% referem a ajuda do Estado, através do Ministério do Ambiente, para 94% dos que mencionam os fundos comunitários como a grande fonte de ajuda financeira aos processos. Convém referir que, apesar de o número reduzido dos inquiridos revelarem o montante do financiamento local (10%), a média da verba utilizada ascende a pouco mais de 246.000 €. Dos que utilizaram, igualmente, verbas comunitárias, destaca-se a importância do Quadro de Referência Estratégico Nacional QREN (50%), programa utilizado como plataforma de acesso a fundos comunitários, o Interreg III – A e, com menor expressividade, o FEDER (figura 5.25).

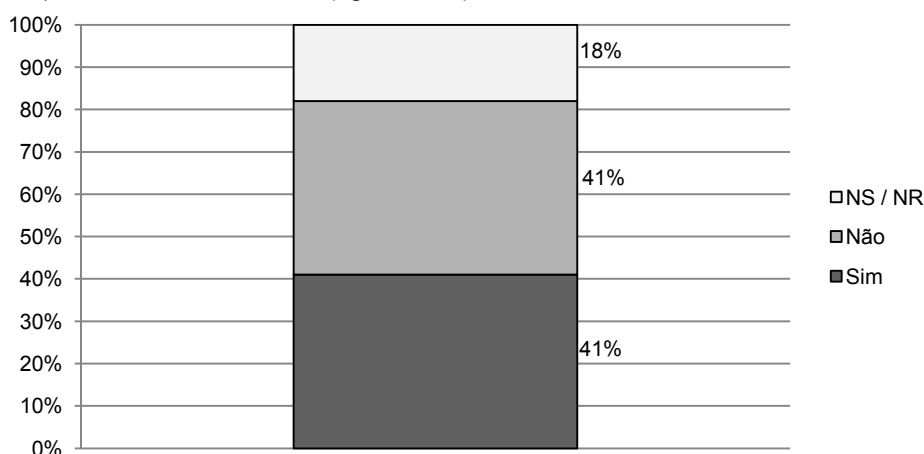


Figura 5.24 – Resposta dos inquiridos sobre se o processo tinha recorrido apenas a financiamento local (%)

No quadro atual, os recursos que sustentam financeiramente toda a logística dos processos de A21L são, maioritariamente, suportados pelo poder local (39%) configurando a existência de maiores restrições ao acesso a verbas externas (quadro 5.9). Deste total, 47% indicaram o valor

das verbas previstas para o apoio à A21L, registando-se uma média, aproximada, de 20.000 Euros (19.747€). Verifica-se, igualmente, que os responsáveis pela implementação destes processos atravessam uma agonia financeira declarada face à falta de recursos (22%).

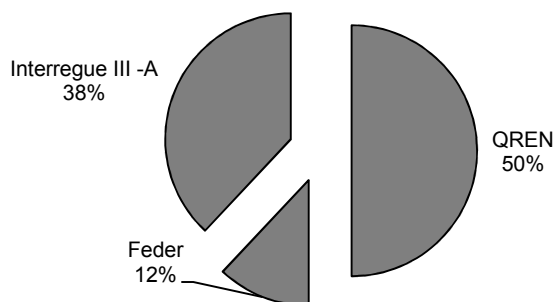


Figura 5.25 – Fontes de financiamento externo dos processos de A21L (%)

Para enfrentar as dificuldades, cerca de 8% dos inquiridos revelaram a importância de recorrer ao Programa QREN, verificando-se, em alguns casos, a referência ao programa Pólis como mais uma fonte adicional de financiamento que concorre para debelar os constrangimentos económicos existentes.

Não possui recursos	Orçamento Municipal	Comparticipação do Estado	Parcerias Locais	Outros	NS/NR
22%	39%	6%	2%	8%	31%

Nota: Dados referentes a questão de respostas múltiplas.

Quadro 5.9 – Fontes de financiamento dos processos de A21L (%)

A realidade extraída das respostas dadas pelos inquiridos vai ao encontro da grave situação de asfixia financeira que retrata largamente o espectro nacional e, como já foi anteriormente salientado, o quadro internacional. Como já foi mencionado (ver subcapítulo 5.2.) 78% dos processos que estão em curso em Portugal não contam com ajuda externa, sendo suportados pelos municípios locais, à semelhança como que se constata na prática. Recordando os números da ANMP (2004), as despesas das administrações locais ultrapassam as receitas, pelo que os municípios portugueses, de uma forma geral, debatem-se com dificuldades orçamentais. É até estranho que apenas 22% dos inquiridos tenha referido a falta de recursos financeiros como obstáculo ao desenvolvimento das A21L. É que, na prática, parece que a asfixia financeira do poder local face ao poder central que marcava a década anterior (década de 90) e que era segundo Rodrigues (1997), objeto de dependência do poder local em relação ao estado afinal, parece não se ter dissipado, apesar da mais recente nova Lei de Finanças Locais⁵² aprovada e da abertura ao poder local do quadro comunitário de apoio financeiro às *agendas* (ver subcapítulo 3.4.4).

⁵² Lei de Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Acresce, como se pode concluir da análise ao subcapítulo 5.2, que com o agravamento da crise económica do país aliado ao acréscimo da dificuldade de obtenção de financiamento comunitário (como se verifica no âmbito do QREN), os orçamentos municipais são cada vez mais reduzidos, pelo que o número anteriormente apresentado terá, certamente, tendência para aumentar. Aliás, atualmente, e como referem Costa e Ferreira (2003), a cooperação descentralizada feita pelos municípios sob a forma de geminações é precisamente umas das formas de, ao associarem-se, debelarem a falta de apoio financeiro sentida no incremento de estratégias sustentáveis (ver subcapítulo 3.4.5), o que, por si só, revela que o orçamento do poder local continua a estar fortemente limitado. Por tal, não é mera coincidência que, na fase mais recente das A21L, estas surjam cada vez mais como processos coletivos e não de cariz individual.

A falta de apoio estatal (apenas 6% de comparticipação) e a debilidade das parcerias locais configura-se, igualmente, como um obstáculo para a manutenção destes instrumentos no terreno, como se verificou da leitura ao quadro 5.6. Acresce que, do débil contributo do Estado ao universo das A21L em vigor, os números da ajuda financeira igualam, praticamente, a média das verbas utilizadas no orçamento municipal com 66,7% dos inquiridos, que usufruíram da ajuda deste órgão de soberania, a receberem, em média, 18.960 €. Como já foi anteriormente referido, neste capítulo, o caso português é bastante idêntico ao vivido mundialmente. A falta de recursos e a dificuldade de obtenção de apoio financeiro, além do insuficiente apoio dos governos nacionais constituíram-se como obstáculos que, de um modo geral, marcaram o desenvolvimento das A21L nas seis regiões do mundo analisadas no subcapítulo 3.2.1.

No caso europeu, e como referem Garcia-Sanchez e Prado-Lorenzo (2007), um dos primeiros aspetos em que se verificou mudança no quadro das A21L residiu precisamente na questão financeira. Se, num primeiro momento, os recursos financeiros não eram objeto de preocupação, com a necessidade de fasear o desenvolvimento dos processos esta questão começou a ser um obstáculo aos mesmos, como referem os autores supracitados, *“A fim de realizar as diferentes fases da Agenda 21 Local, (...) os departamentos municipais têm um orçamento médio anual de 5,4 milhões de euros (...) ou 1,44 % da média orçamental municipal. Os municípios acreditam que esses recursos são muito limitados”* (Garcia-Sanchez e Prado-Lorenzo (2007: 27). Deste modo, a circunstância de ter de suportar financeiramente processos que se prolongam no tempo esbarra, de uma forma geral, com uma perda de investimento municipal, quer por razões de falta de verba orçamental, quer por uma menor aposta das autoridades locais nos processos como forma de diminuir as despesas inerentes aos mesmos.

O caso português não difere quando, pela voz do próprio presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Fernando Ruas (2005), é referido que *“Portugal é o país da Europa com maior défice de Agendas 21 Locais (...) sendo este atraso em Portugal devido à falta de dinheiro”* dos municípios. À semelhança da fraca comparticipação do Estado que se regista nas

respostas dadas aos inquéritos, também a nível nacional a verba dotada pela administração central para financiar a elaboração das A21L é escassa e só chega “para abranger cerca de cem, que são um terço dos municípios” (idem, *ibidem*)⁵³. Como referem Guerra, Nave e Schmidt (2004a: 56), apesar do desenvolvimento das A21L no território português “estar longe de se limitar às questões do financiamento”, o certo é que é vital dotar Portugal de um “programa nacional que (...) para além de outras competências, permita providenciar recursos técnicos e financeiros” que garantam o arranque e estabilidade dos processos (idem, 60). Como afirmam os supracitados autores, a elevada “dependência económico-financeira das autoridades locais para o desenvolvimento dos processos (...) tem-se revelado como fatores decisivos para a débil evolução verificada em Portugal”, no que poderíamos designar por “territorialização da sustentabilidade” (idem, 53).

A forma mais usual do poder local fazer chegar a informação junto dos seus concidadãos continua a ser através do jornal (35%), quer seja local, quer de carácter regional, e/ou através do uso de panfletos (22%) e da rádio local (20%) (quadro 5.10). Contudo, as novas tecnologias começam a ganhar terreno, verificando-se que o uso do correio eletrónico regista já o 2º lugar nas preferências do poder local no momento de se corresponder com os seus munícipes (24%). O email sobrepõe-se cada vez mais aos “velhos” meios de comunicação, retirando espaço ao correio normal que vai sendo excluído nestas práticas. Sublinha-se, por exemplo, que 98% dos inquiridos que responderam “Outros” mencionaram a criação do Portal da Câmara/Junta de Freguesia como forma de disponibilizar dados relativos à A21L, sendo referido, apenas por 2%, o uso de revistas municipais (boletim municipal) como fonte de divulgação.

Jornal Local / Regional	Rádio Local	E-mail	Panfletos	Correio	Outros	NS/NR
35%	20%	24%	22%	8%	20%	22%

Nota: dados referentes a questão de respostas múltiplas.

Quadro 5.10 – Principais meios utilizados para informar a população local sobre os trabalhos da A21L (%)

Neste ponto, e como referem Agyeman, Morris e Bishop (1996: 181), surgem dificuldades acrescidas às autoridades locais que, para avançar rumo à sustentabilidade, através da A21L, têm de integrar junto da comunidade local a “educação, informação e sensibilização” como partes básicas para o cumprimento dos princípios inerentes a esta ferramenta. Para combater essas debilidades na veiculação de informação, são utilizados diversos instrumentos que, no caso português, parecem divergir do panorama internacional. Os poderes locais, a nível internacional, usam mais as novas tecnologias de informação, cumulativamente com documentos científicos e/ou revistas da especialidade, como sublinham Garcia-Sanchez e Prado-Lorenzo (2007: 27), quando refere que os meios adotados preferidos pelos poderes locais europeus “é através de sites (60,8%), publicações científicas (51,5%), revistas (33,0%) e livros (10,3%) como instrumentos de

⁵³ Dados referentes ao Orçamento de Estado de 2005.

informação”. No caso português, e apesar dos progressos, os canais de informação privilegiados são, grosso modo, meios generalistas que divulgam a informação (como as rádios e jornais locais), como se pode verificar da análise aos dados. Esta “banalização” da informação, envolvida num rol de notícias de caráter e natureza distintas que vão sendo difundidas, contribuem para que a informação alusiva a A21L passe, muitas vezes, despercebida aos cidadãos. Tal situação remete para a desconfiança que levanta Oliveira (2005: 2) sobre o poder político local em que o mesmo refere que, em Portugal, para além do “poder (local) instituído dar pouca informação (...) quando a dá, fá-lo em momentos em que os cidadãos têm grandes dificuldades em arranjá-la”.

Não se coloca em causa que existiu uma intensificação e facilitação dos mecanismos de consulta e a institucionalização do acesso à informação e participação dos portugueses (Centros de Informação e Documentação, Bibliotecas Municipais, entre outros – ver subcapítulo 3.3.2), mas, contudo, e reforçando a teoria de Oliveira (2005), subsiste uma “relação difícil que permanece entre Administração e administrados” que, de uma forma geral, retrata um país, que se caracteriza por uma notória falta de transparência expressa nos obstáculos que persistem no acesso à informação e no relacionamento com os cidadãos (i.e., informação de má qualidade ou desviante, ausência ou insuficiência de informação, fechamento, ou resistência dos serviços na disponibilização de informação) e uma disseminada inaptidão” na transmissão de informação (CNADS, 2003: 22).

Quando questionados sobre o papel reservado à população, quase metade dos inquiridos (47%) afirmaram que os cidadãos locais tinham participado em todos os momentos de tomada de decisão relativos ao desenvolvimento do processo (figura 5.26). Dos 31% dos inquiridos que referem ter optado pela participação menos presencial dos cidadãos, estes declaram que esta opção nunca pretendeu inviabilizar e comprometer a participação destes no processo, tendo-se constituído apenas como uma preocupação para não os sobrecarregar face às inúmeras solicitações a que seriam sujeitos e, desta forma, rentabilizar a sua colaboração para os momentos decisivos e relevantes, decorrentes dos trabalhos. Contabiliza-se, apenas, 2% de processos de A21L em que não existiu a mínima participação dos cidadãos devido, segundo os inquiridos, aos processos se encontrarem na sua fase inicial.

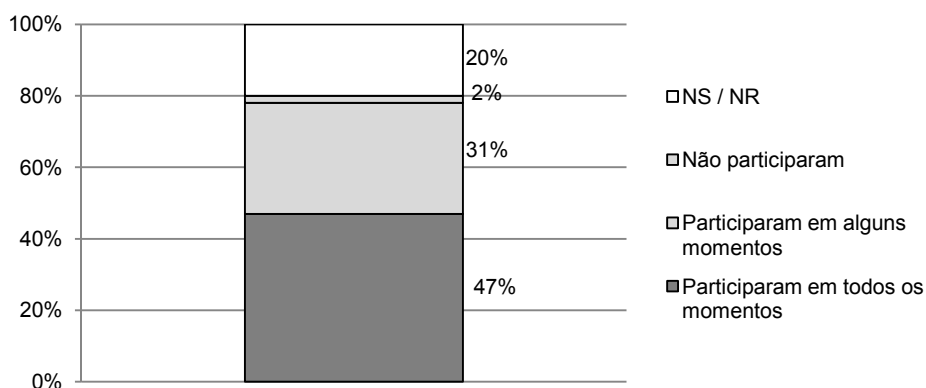


Figura 5.26 – Papel reservado à população nos processos de tomada de decisão (%)

Como referem Cotter e Hannan (1999: 12), um dos princípios base que tem de ser considerado para o sucesso da A21L é o princípio da participação pública em que se reconhece que “a sustentabilidade não pode ser alcançada, nem existem progressos significativos em direção a esta, sem o apoio e envolvimento de toda a comunidade” e, portanto, a importância da A21L reside precisamente na capacidade desta promover um “maior envolvimento entre poder local e agentes locais nas dinâmicas de desenvolvimento económico, social e ambiental (...)” que se traduz na “participação ativa de movimentos cívicos, de grupos de interesse, de empresas, de organizações não governamentais (ONGs), ou seja, dos múltiplos setores que constituem a sociedade civil (mais ou menos organizados)” (Schmidt et al., 2006: 123). Neste âmbito, e de acordo com os dados, menos de metade dos inquiridos refere o envolvimento dos cidadãos em todas as fases dos processos de A21L em curso (47%), o que revela uma fraca participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Esta realidade compatibiliza-se com o panorama nacional que se vive em Portugal nesta matéria. Como sublinha o Grupo de Trabalho sobre a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão (GTPP), que avaliou o “estado da arte” em Portugal nesta área, e não obstante a intensificação e facilitação dos mecanismos de consulta e a institucionalização do acesso à informação e participação (ver subcapítulo 3.3.2. – Participação pública), subsiste um “distanciamento generalizado (por parte do cidadão comum) em relação às políticas e aos instrumentos das políticas públicas” (CNADS, 2003: 22), devido, de entre muitos fatores, à “ignorância e um alheamento que grassam ainda numa sociedade civil tradicionalmente pouco interventiva (...) e a incapacidade generalizada dos cidadãos para intervir e fazer valer os seus direitos junto da administração local” (idem, *ibidem*). Contudo, não parece plausível explicar os fracos números registados apenas na perspetiva do cidadão comum. Como sublinha Marinetto (2003: 117-118), “a história recente da cidadania ativa mostra que o governo central não é uma força impotente em questões sociais de maior importância”. Na verdade, o governo tem desempenhado um papel essencial na intervenção política crescente de cidadania ativa, fazendo com que a capacidade local dependa amplamente do apoio do governo. Desta forma, nota-se que “o ônus colocado sobre a cidadania ativa não foi necessariamente acompanhada de uma transferência substancial do poder executivo do centro para a localidade” pelo que, para os governos, “a ideia de uma cidadania ativa é essencialmente importante devido ao papel que desempenha na retórica política e em cálculos estratégicos” concluindo-se que “o surgimento de um verdadeiro governo centrado no cidadão, um tipo moderno de Ekklesia, ainda está longe de ser concretizado” (idem, *ibidem*).

No caso português, a ausência de uma campanha nacional a longo prazo, idêntica às desenvolvidas a nível internacional (ver capítulo 3.2.) que contribuíram para “iniciar e promover processos de participação cívica local” em muitos outros países (ICLEI, 2002b: 4), não só nunca ocorreu como se verificou que só em 2007, como afirma Henriques (2007: 5), o governo português verdadeiramente se preocupou em estabelecer uma “metodologia orientadora, na sua conceção e

implementação” da Agenda 21 Local. Todavia, o caso português está longe de estar isolado ou ser único. Como se verificou, decorrente da análise aos casos europeus (ver subcapítulo 3.3.2) a larga maioria dos cidadãos não se envolveu ativamente nos processos de decisão das A21L. Aliás, a fraca problematização dos assuntos, na sequência da ausência ou menor participação do cidadão e suas consequências para a legitimidade dos processos é motivo de análise no subcapítulo 3.3.1. item d).

Acresce que não parece existir vontade política de mudar o estado atual que se vive relativamente aos índices baixos de participação cívica. Como referem Buckingham-Hatfield e Percy (1999: 69-70), tem de existir uma clara aposta nas novas gerações para a mudança de mentalidade. A importância do papel das crianças neste processo advém do reconhecimento das *“implicações da não compreensão do papel das crianças e das suas perspetivas [visto que] a sua própria qualidade de vida pode não melhorar no futuro e o seu desenvolvimento pode ser mais comprometido do que ajudado. Elas são, afinal, futuras mães, pais e decisores”* (pp. 69-70). Neste âmbito, processos como os de A21Escolar traduzem o reconhecimento do papel relevante das gerações mais novas na condução do legado “sustentabilidade” que as anteriores e presentes gerações pretendem deixar. Em Portugal, e como reconhece Pinto (s.d: 7), *“não se tem verificado, por parte dos governos sucessivos, em Portugal, e do Ministério da Educação, em particular, um empenho efetivo e um compromisso para a criação de condições que favoreçam a implementação da Agenda21 Escolar, quer seja através da política educativa ou de programas de apoio financeiro a projetos de Educação Ambiental”* (p.7). Todavia, a nível internacional a realidade já é distinta com a Agenda 21 Escolar a ser um programa que, apesar de recente, *“está a progredir e a projetar-se a um ritmo elevado”* (Bastida, Iza, Abaitua, 2007: 110), o que denota preocupação das entidades estrangeiras em aumentar os níveis de sensibilização e consciencialização dos cidadãos face aos problemas de sustentabilidade, realidade que em Portugal parece não existir.

Acrescenta-se, ainda, que essa falta de vontade do poder político é espelhada e agravada pela pouca recetividade dos políticos à opinião pública (ver Oliveira, 2005). Schmidt, Nave e Guerra, (2006a) reforçam este mesmo juízo, referindo que, tanto o défice de participação cívica como da democracia participativa, se fica a dever, em parte, à existência de um *“alheamento e desconforto ou inabilidade para lidar com - e incluir na governança local – o confronto alargado de ideias e posições que a participação pública implica”* (p.29). Estas dificuldades são tão ou mais evidentes quando se verifica *“um crescente recurso entre nós ao Tribunal Europeu por parte de simples cidadãos ou organizações cívicas”* (idem, 30), assim como quando se observa um aumento médio anual de 26%⁵⁴ (entre 1995/2003) de queixas à (CADA), o que reforça a ideia da existência de obstáculos à participação.

Outra situação que corrobora para fundamentar a fraca *“assiduidade”* dos portugueses em matéria de participação advém da história. Ora, não se pode omitir nem ignorar que Portugal vive numa

⁵⁴ Dados fornecidos do CADA, em www.cada.pt

democracia relativamente recente e que olhando para a história do País, a sociedade viveu décadas dominada por um regime ditatorial, em que a política se baseava num monólogo entre governo e sociedade. Como refere Estanque (2006: 8), a sociedade caracterizava-se por uma *“burguesia agrária e alguns setores protegidos pelo Estado Novo (como o clero, as altas patentes militares, os dirigentes políticos e da administração pública, etc.) (...) que monopolizavam todo o prestígio, poder e riqueza”*, “asfixiando” (o Estado) iniciativas de participação cívica de qualquer outra proveniência e limitando ao cidadão comum o poder de intervir civicamente. Só a partir de abril de 1974, com a mudança de regime e, mais tarde, com a entrada de Portugal na CEE (1986), é que a inclusão de conceitos como *diálogo, diálogo público, participação pública, participação cívica*, que segundo Fiorino (1990) são os alicerces para processos de participação pública, foi sendo incorporada nas tomadas de decisão do poder político. Neste âmbito, vários são os autores que defendem a teoria da continuidade, isto é, de continuarem a persistir fortes sinais de adequação do regime salazarista que se verifica na sociedade portuguesa, tanto ao nível de desenvolvimento socioeconómico, como na cultura política (Wiarda, 1977; Robinson, 1979; Schmitter, 1999). Acresce Cabral (2006: 21) que, nem mesmo a *“liberalização do sistema político-partidário, nem a massificação do ensino, nem tão pouco o crescimento económico e a mobilidade social (...) conseguiu erradicar das representações e práticas da população portuguesa um sentimento generalizado de distância ao poder”*.

De referir, ainda, que a fraca participação cívica que se generaliza, e que os números dos inquéritos corroboram, advém do *“sentimento de incompreensão perante o ‘mundo da política’ e da administração pública e de um disseminado sentimento de desconfiança face ao Estado, que vê o poder político em conluio ou condicionado por interesses menos públicos que privados”*. Neste âmbito, Schmidt (2007: 231) alerta para os riscos que influem na participação pública e que se prendem com a necessidade de *“erradicar do obscurantismo suspeitos que contaminam a confiança entre governantes e governados”* e que se identificam pela falta de transparência administrativa que, muitas vezes, encobrem *“as manhas do funcionalismo corrupto”* que afasta os cidadãos dos locais de decisão (p.231).

O exemplo dado no subcapítulo 3.3.2., item iv) entre o caso português e espanhol, com a comparação entre processos de A21L da cidade do Porto e de Vigo, respetivamente, só evidenciam o mal-estar que resulta da perceção que os cidadãos têm que, tendo como exemplo o caso supracitado, se *“verificam várias negociações e acordos entre os planeadores, autoridades e organizações empresariais que de uma forma geral não são visíveis aos olhos do cidadão”* (Martínez, 2011: 18). Neste âmbito, quando se afere que, do cruzamento de dados dos inquéritos referentes à 1ª e 2ª fases se verifica uma evolução positiva dos níveis de participação dos cidadãos, é de realçar positivamente este crescimento face a tantas condicionantes que influem nos índices de participação cívica. Neste caso, observa-se que, nos processos mais antigos existiram 55,9 % dos inquiridos que referiram a participação dos cidadãos em todos os momentos de decisão para passar para os 80% nos processos mais recentes. Contudo, existem duas

situações a reter. Primeiro, tem de se ter em consideração que os valores referentes aos processos mais antigos são suportados por 91,9% de respostas obtidas, enquanto os restantes são balizados em apenas 41,7% de respostas dadas, visto que 58,3% não responderam / souberam, alegando a precocidade dos processos e, conseqüentemente, ser prematuro efetuar-se uma avaliação. Segundo, apesar desta evolução nos aproximar à realidade internacional, com o registo de um *“crescimento continuado em Agendas 21 Locais”* (ICLEI, 2002c: 13), sobretudo no continente europeu, onde se vive uma fase de significativa participação dos cidadãos (cerca de 80% dos parceiros formais envolvidos nos processos europeus são indivíduos) em prol do desenvolvimento sustentável (apesar de se identificarem grupos mais excluídos neste processo, como minorias étnicas, sindicatos e grupos de mulheres), o facto é que a maior abertura do poder político ao cidadão não significa que as decisões tomadas sejam aquelas que vão ao encontro do interesse público, pelas razões previamente anunciadas.

Ainda no que concerne ao ponto anterior, verifica-se que a grande franja da população que intervêm no processo participa nos momentos relativos às fases do Diagnóstico e do Fórum, 69% e 60%, respetivamente (quadro 5.11). A fase correspondente à Elaboração do Plano de Ação é menos concorrida, registando cerca de 46%, o que evidencia um decréscimo considerável da participação das comunidades locais, pelas razões que serão analisadas posteriormente. No que respeita à etapa da Implementação de Ações, os meros 17% contabilizados têm a atenuante de serem números condicionados pelo início desta fase na maioria dos processos, como se apurou.

Diagnóstico	Fórum	Elaboração do Plano de Ação	Implementação de Ações	Monitorização	NS/NR
69%	60%	46%	17%	-	21%

Nota: dados referentes a questão de respostas múltiplas.

Quadro 5.11 – Fases em que a população local participou nos processos de A21L (%)

Neste campo, a regressão dos níveis de participação da população à medida que os processos avançam é resultado de vários fatores. Primeiro, pelo anteriormente referido, isto é, pela existência de um poder local que ainda não conseguiu adaptar-se à necessidade de coexistir com a opinião dos cidadãos comuns nas tomadas de decisão, razão pela qual se verifica 31% do poder local, no âmbito nacional, que ainda condiciona a abertura total dos processos aos cidadãos.

Por outro lado, pela falta de técnicos nos municípios destinados exclusivamente à Agenda 21 Local que atuam como impulsionadores dos processos, como é defendido por vários autores. Segundo Eckeberg & Dahlgren (2007), os municípios onde existe um coordenador responsável pela Agenda 21 Local são mais ativos e desenvolvem mais a participação da comunidade. Os supracitados autores referem que outro fator de sucesso é a capacitação dos municípios, através da informação e formação em Agenda 21 Local destinada aos técnicos e aos cargos políticos, situação que não se verifica no caso Português, até porque, como se verificou anteriormente, existe a tendência dos municípios em legar a parte técnica a entidades externas.

Acresce, ainda, e como referem Lima e Schmidt (1996: 227), que o nível de sensibilização dos cidadãos para as questões da sustentabilidade ambientais depende, incondicionalmente, das “*diferentes situações sociais dos portugueses, como idade, status social, instrução, região, (...)*” são “*fatores que determinam diferentes atitudes de sensibilidades*”. Atualmente, e face à crise económica que grassa em Portugal, as questões económicas estão a interferir na forma dos portugueses encararem e se relacionarem com outro tipo de problemas, como os ambientais, não sendo indiferente que exista uma tendência de, no decorrer dos processos, haver desistência dos cidadãos à “*chamada*” dos trabalhos inerentes à A21L.

Quando questionados sobre se a comunidade local teve acesso aos resultados da A21L, à medida que os trabalhos iam decorrendo, 71% dos inquiridos responderam, perentoriamente, que foi sempre uma preocupação disponibilizar informação à população (figura 5.27).

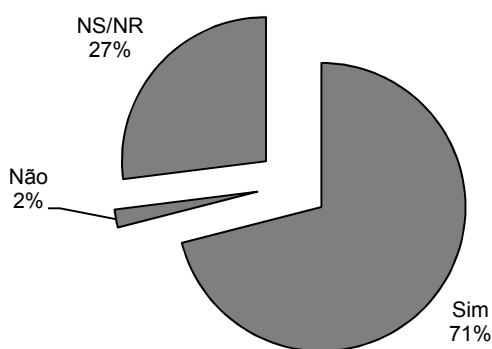


Figura 5.27 – Resposta dos inquiridos quando questionados sobre se a comunidade local tinha acesso aos resultados da A21L (%)

Neste contexto, a quase totalidade referiu o uso da Internet, através do Portal da Câmara Municipal / Junta de Freguesia, site próprio e/ou através de email como forma de divulgar informação. É de salientar que apenas 2% respondeu que a comunidade não teve acesso aos resultados, não tendo, contudo, dado qualquer justificação que fundamentasse essa mesma resposta. Verifica-se, neste item, que o recurso mais utilizado para divulgar a informação sobre os trabalhos é, tanto em Portugal como na generalidade dos países europeus (61%), os sítios oficiais na Internet que são os preferencialmente escolhidos pelos poderes políticos locais. O caso de Mindelo, mais uma vez, corrobora estes números, com o poder sublocal apenas a usar o “*sítio da Internet*” para a divulgação dos trabalhos e dos resultados da implementação da A21L (Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, entrevista pessoal, 17 de novembro de 2009).

Neste âmbito, o processo de disponibilização e consulta de informação associa o caso português ao dos países escandinavos, em que se observa uma clara aposta na interação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com exemplo para países como Dinamarca, Finlândia e Noruega, que apostam nos recursos digitais para resolver o “*fosso digital*” entre administração pública e sociedade em geral. Neste campo, Portugal separa-se do grupo de países que tendencialmente continuavam enraizados aos tradicionais métodos de disponibilização de

informação para consulta com o caso holandês a evidenciar maior atraso nesta matéria (ver OPDM, 2002), mas que, paulatinamente, tem estado a alterar este panorama, devido aos sinais de incomportabilidade de resposta dada por um sistema considerado, atualmente, caduco e, do caso Irlandês em que se denota ainda limitações no exercício de consulta (ver Mullaly, 2001).

Todavia, e apesar da celeridade do acesso à informação e das vantagens que as novas tecnologias trazem ao cidadão, não se julgue que a informação da A21 é de fácil acesso. Por contraditório que possa parecer, a comunicação da A21L carece de uma melhor comunicação, como argumentam Marta Macedo, Marta Pinto, Pedro Macedo e Margarida Silva (2012: 11), que referem que *“a maior parte dos processos de A21L encetados no nosso país mostra-se nada ou pouco ativo pois não comunica ou fá-lo deficientemente (72%). Na maioria dos casos não é possível determinar se o processo de A21L está em curso ou desapareceu, mas o que é evidente é que deixou de comunicar, uma componente fundamental de qualquer processo que tem como ambição envolver os cidadãos e organizações em boas práticas de sustentabilidade local”*. Neste âmbito, se a recolha de informação já por si é difícil aos peritos que se dedicam ao estudo das A21L, no âmbito nacional, é ainda mais complexo ao cidadão comum que se depara com frequência com a *“existência de páginas na internet que não registam a data da publicação da informação, permanecendo um mistério para o utilizador a atualidade da informação disponibilizada”* (idem, *ibidem*).

Perguntou-se a seguir aos inquiridos como avaliavam a participação da comunidade local na vida política local, através da implementação deste processo. Sabendo da natureza sensível da pergunta, não foi surpresa que 31% tivessem preferido não responder. Contudo, se nos resultados apurados os extremos dos parâmetros de avaliação foram semelhantes (4%) já os parâmetros “intermédios” desempataram a apreciação global. Desta forma, 39% avaliaram como razoável a participação dos cidadãos contra os 22% que revelaram o seu descontentamento, ao afirmarem-se insatisfeitos com a postura dos seus concidadãos (figura 5.28).

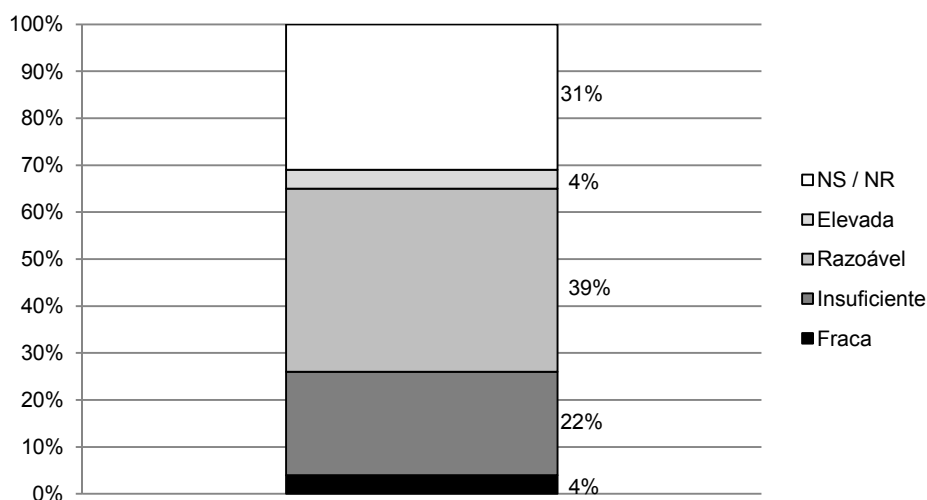


Figura 5.28 – Avaliação, pelo poder local, da participação da população na vida política (%)

Na pergunta subsequente, pretendeu-se averiguar o porquê da larga maioria dos inquiridos demonstrar a sua não total satisfação com a participação da população, visto que aproximadamente 2/3 dos inquiridos (65%) classifica apenas como razoável e insuficiente / fraca a colaboração das comunidades locais nos seus processos. O fator invocado, de forma inequívoca, e que se demarca como o problema central que justifica estes resultados, prende-se com a falta de comparência/participação da população nas sessões de trabalho. Este facto, aliado a outros aspetos, como a *“falta de interesse pela vida política, a reduzida preocupação com problemas locais, a pouca tradição e cultura cívica verificadas, a desconfiança quanto ao resultado da sua participação nos processos, o desinteresse gradual no decurso dos processos e, inclusivamente, o simples desconhecimento da existência dos mesmos”* foram os aspetos negativos mais visados (por ordem decrescente de relevância) pelos responsáveis pelos processos para fundamentar o seu parecer respeitante ao envolvimento (ou falta dele) da população nos processos de A21L. Neste contexto, também o presidente da Junta de Freguesia de Mindelo considerou na entrevista que a participação pública (ou falta dela) foi um dos aspetos negativos que marcou a “vida” da A21L de Mindelo e que se reflete num certo descontentamento do próprio presidente que associa o condicionalismo desta situação com os momentos altos e baixos do projeto. Aliás, nas dificuldades apuradas é prontamente referido *“a falta de uma equipa permanente para desenvolver as ações e dar sequência ao plano”*, equipa essa que, no seu entender, seria suficiente para conduzir os trabalhos de A21L e, desta forma, evitava “contratempos” relacionados com a baixa assiduidade cívica registada (Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, entrevista pessoal, 17 de novembro de 2009). Assim, no que respeita à participação pública, as circunstâncias que caracterizam este processo assemelham-se ao panorama nacional vivido.

A participação pública, ou melhor, a falta dela nos processos já foi motivo de análise neste capítulo. Todavia, com as respostas dadas pelos poderes locais reforça-se o facto que o desenvolvimento das A21L fica comprometido pelo que Oliveira (2005: 2) refere como as dificuldades dos cidadãos portugueses em *“ligar o binário direitos e deveres”*, sendo que mais facilmente percebem que têm direitos do que deveres, sendo um deles o dever de participar. Neste caso, observa-se uma fraca dinâmica participativa, sendo que nem a democracia ainda conseguiu induzir a transformação de mentalidades (ver Oliveira 2005). Neste âmbito, o caso nacional de défice de participação cívica (ver Schmidt, Nave, Guerra (2006a) e, como refere Vasconcelos, da dificuldade de mudança nas formas tradicionais de governação, passando de uma democracia deliberativa para uma democracia participativa (ver Vasconcelos, 2003), coloca-nos a par de países como Alemanha, em que é reconhecido que os cidadãos parecem desconhecer a sua potencialidade e utilidade nos processos de participação (ver EIPP, 2009) e da Espanha (ver Martinez, 2011) que, como referem Fidélis e Pires (2009) representa o caso de maior proximidade ao português em matéria de implementação de A21L. Neste âmbito, Portugal afasta-se claramente dos países do norte da Europa que são as melhores referências em matéria de participação cívica, com destaque para os países escandinavos, em que existe uma forte

consciência ecológica dos cidadãos e proximidade destes com os políticos (ver OECD, 2001a) e o caso inglês (ver OPDM, 2002) com o registo de um elevado número de participação pública.

Já no que concerne aos pontos positivos, são apontados dois aspetos considerados preponderantes para justificar a avaliação de “razoável”. Neste campo, destaca-se a participação dos cidadãos nos fóruns e o interesse revelado pelos temas em discussão, sobressaindo, sem dúvida, o interesse pelas questões ambientais.

Por último, mas igualmente citado como importante fator, refere-se o *envolvimento dos vários setores de atividade a nível local* que cooperaram para uma mais ampla visão da realidade local. Neste quadro, uma dualidade de comportamentos é notória, de acordo com os dados procedentes da análise efetuada pelos poderes políticos locais. Primeiro, que a população se sente, de uma forma geral, motivada para participar nos fóruns e colaborar com as suas opiniões para a riqueza do debate. Segundo, que existe um claro distanciamento entre o plano teórico e o plano prático, isto é, quando prevalece a necessidade de levar à prática o planeamento e a execução das ações delineadas nas fases anteriores, a maioria dos cidadãos distancia-se dos processos, justificando-se os reparos mencionados pelos inquiridos que assinalam, como já foi supracitado, a pouca adesão dos cidadãos às sessões de trabalho e o desinteresse gradual que estes manifestam com o evoluir dos processos, no terreno. Aliás, esta situação transversal à maioria dos processos de âmbito nacional é referida por Farinha (2007) que já alerta para o facto da desmotivação e o alheamento da sociedade civil poder instituir-se como um problema aos processos de A21L, com o passar do tempo. Neste sentido, o referido autor insiste que devem existir “*ações mobilizadoras com resultados práticos e concretos (...) que evitem que o plano em elaboração se torne num assunto quase só de cariz técnico e quase só dependente da vontade e da capacidade da autarquia, ou de organismos desconcentrados do Estado....o que não é (...) certamente os resultados que se pretendem com a A21L*” (Farinha, 2007: 10). Todavia, a nossa realidade aproxima-nos dos países da Europa do Sul e afasta-nos dos exemplos dos países nórdicos da Europa, como a Dinamarca, onde se desenvolvem “*exterior add-on activities*” que resultam em muitas *atividades que* auxiliaram o meio local em questões de caráter ambiental, social e económico” (Holm e Kamara, 2001: 58) e como referem Holm e Kamara (2001) “*que se constituem como programas e atividades, em geral, (...) que apelavam e incitam os cidadãos*” (idem, *ibidem*) a participar, reforçando as iniciativas de integração da sociedade nos processos de *Agenda*.

Poderia pensar-se que, para combater o défice de participação pública que se vai agravando, de forma geral em Portugal, com o avançar das várias fases de um processo de A21L, o encurtar do tempo da duração das mesmas, promovendo A21L a curto prazo, seria uma solução. Contudo, e olhando para o caso da Suécia, verificou-se precisamente o contrário, isto é, a institucionalização de A21L a curto prazo parece ter funcionado, aquando do seu arranque neste país, mas, posteriormente, veio a confirmar-se o seu declínio, justamente pelo caráter dos “*projetos se basearem em projetos de curto prazo*” (ver Fidélis e Pires, 2009), o que, para além de outras

razões, determinava o fim rápido dos programas que culminava com o descompromisso por parte dos poderes políticos e dos cidadãos com as *Agendas* e com a promoção da sustentabilidade local.

Com o objetivo de aprofundar o diagnóstico sobre os aspetos que marcaram a implementação das A21L no território nacional, foram elaboradas questões fechadas que procuram precisar essas mesmas dificuldades, pelo que, seguidamente, se faz a análise aos resultados obtidos. Numa primeira leitura aos dados, verifica-se que mais de 50% dos inquiridos considera ser difícil a implementação dos processos de A21L no terreno (53%) (figura 5.29). Apenas 14% revela não ter encontrado nenhum tipo de dificuldade para desenvolver os seus processos.

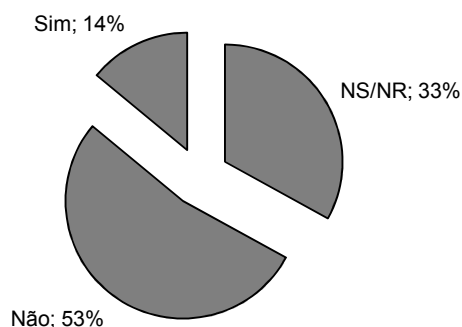
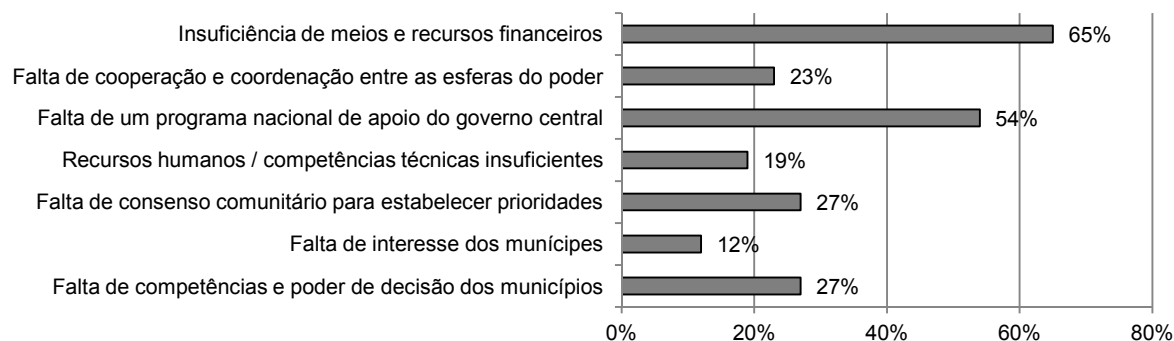


Figura 5.29 – Avaliação do poder político local sobre a facilidade de implementação de A21L, no terreno (%)

Assim sendo, o “estado de alma” espelhado num sentimento de algum desalento que é transversal à maioria dos poderes políticos locais justifica-se, em grande parte, face às contrariedades vivenciadas na promoção dos processos. Elencado o conjunto de obstáculos, destaca-se, de imediato, a insuficiência de meios e recursos financeiros e a falta de um programa nacional de apoio do governo central como as dificuldades que mais comprometem o sucesso destas iniciativas (figura 5.30). Neste contexto, os inquiridos identificam a falta de verbas (65%) e de apoio logístico do governo (54%) como fatores capitais que explicam as circunstâncias atuais da implementação das A21L no domínio nacional.



Nota: dados referentes a questão de resposta múltipla

Figura 5.30 – Principais dificuldades, segundo os inquiridos, à implementação das A21L (%)

Neste âmbito, e procurando aprofundar as múltiplas razões que sustentam a realidade portuguesa em matéria de Agenda 21Local, identificam-se dois bem conhecidos problemas, a falta de recursos financeiros e a ausência de uma política central orientadora / orientada para o apoio as A21L, aspetos já retratados anteriormente, neste capítulo. Acresce, apenas, que as dificuldades financeiras constituem-se como um dos principais obstáculos identificados à implementação e desenvolvimento dos processos em quase todas regiões do Mundo, afirmando-se como um dos fatores mais restritivo às mesmas, situação da qual Portugal não difere. Aliás, da análise aos processos de A21L realça-se a importância da (in)existência de verbas através de referências a realidades distintas experimentadas. Esta situação não difere do caso de Mindelo, em que o presidente da Junta reitera a preponderância do papel do Estado para o desenvolvimento e manutenção dos processos a nível local, devendo, segundo o mesmo, o poder central instituir-se como uma plataforma que funcione como “*referencial de divulgação, avaliação e partilha de informação e de recursos financeiros*” (Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, entrevista pessoal, 17 de novembro de 2009).

No caso da península ibérica, como referem Font, Gomila e Subirats (2001), a forte subordinação das autoridades locais aos recursos provenientes da administração regional e nacional condicionaram tanto Portugal como Espanha, sabendo-se que, em matéria de A21L, o governo central não tem desempenhado um papel central (ver Moralejo *et al.*, 2007), omitindo-se, igualmente, na questão financeira a prestar ao nível local. É, todavia, nos casos analisados dos países do norte geográfico da Europa que melhor se percebe a relevância dos recursos financeiros. Em países como a Suécia, o Reino Unido e a Holanda, que se inscrevem no grupo dos que mais rapidamente responderam ao apelo internacional da A21L, coexiste o facto de, geralmente, se assistir à disponibilidade de recursos financeiros de apoio aos processos. Todavia, ressalva-se o caso do Reino Unido, em que com o evoluir do tempo e com a falta de articulação financeira entre Governo Central e Local (ver Moralejo *et al.*, 2007; Jonas *et al.* 2004), surgiu uma “*desmotivação*” na implementação dos mesmos. No caso holandês, a situação inverte-se, isto é, num primeiro momento marcado até 1994, o processo era retratado como lento e inconstante, sendo que, a partir “*do momento em que criou a Comissão Nacional da A21L e se estabeleceu um apoio financeiro para que os municípios instaurassem a A21L*” (Moralejo *et al.*, 114) os processos correram de forma mais célere, alterando-se a dinâmica na sua implementação. Concluindo, mesmo nos países que se instituem como exemplo pelo pioneirismo em matéria de A21L, subsistem diferenças de comportamento na velocidade da implementação dos processos, dentro do próprio país, que se encontram, indubitavelmente, associadas ao nível de acesso a recursos financeiros.

No que concerne ao segundo fator mais identificado pelos inquiridos, o apoio dos governos centrais tem sido fortemente enfatizado em diferentes contextos como na Suécia (ver Lindström e Johnsson, 2003) e nos Países Baixos (ver Coenen, 2001), na medida em que incentivam as autoridades locais a desenvolverem as suas próprias *Agendas*. Autores, como ARE (2005)

consideram que a existência de uma base legal específica para a implementação da Agenda 21 Local, como se assistiu na Dinamarca e no Reino Unido, assegura a implementação e continuidade dos processos. Em Portugal, como já se abordou neste capítulo, a falta de apoio do governo central marcou o processo nacional de A21L, sendo que, como se reforça na APA, (2007a), é apenas em 2007 que se distingue uma campanha nacional, digna desse nome, com o propósito do governo central apoiar todos aqueles que participam direta ou indiretamente nos processos de implementação de A21L.

Num segundo plano (se tal designação me é permitida), surge o défice de participação dos cidadãos e a sua falta de interesse (ambos com um registo análogo de 27%) que só contribui para agravar a situação já difícil de dar continuidade aos trabalhos. Tendo já analisado as circunstâncias que individualizaram o caso português, nesta matéria, acresce referir que o nosso caso, visto no âmbito internacional, se aproxima mais com os implementados nos países do sul da Europa do que propriamente com o grupo dos países do norte da Europa.

Em países como a Suécia, o Reino Unido e a Holanda, a elevada participação pública registada justifica-se, em parte, pela confiança entre cidadão comum e poder político que resulta, em grande parte, da postura e da atitude dos políticos perante os seus eleitores com o poder político a (*tendencialmente*) cumprir com as suas promessas eleitorais perante o cidadão (ver Synnerholm, 2009; Adolffson, 2000, 2002). Acresce o reconhecimento destes países, com destaque para a Holanda, para a grande tradição na elaboração de Políticas Ambientais e da consciencialização em torno do Desenvolvimento Sustentável (ver Moralejo *et al.*, 2007) o que se traduz num maior dinamismo dos cidadãos que percebem qual o seu papel como atores sociais, situação que se verifica, igualmente, em países como a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia que aliam, ainda, à elevada consciência ecológica a facilidade de consulta de informação o que se configurou como elemento-chave para o registo de elevados níveis de participação a que se assistiu nestes países em termos de participação pública (ver OECD, 2001a; Moralejo *et al.*, 2007).

O caso português enquadra-se no contexto vivido em países como a Alemanha e países da Europa do sul, como a Espanha, a França e a Itália. No caso alemão, constata-se que a participação pública depende muito do apelo do poder político ou de entidades que façam esse chamamento não estando interiorizada na cultura germânica uma dinâmica de participação resultante de iniciativas individuais (ver EIPP, 2009; Lafferty e Coenen, 2001b), situação semelhante à vivida em Portugal. De igual modo, países como Espanha (ver Coenen, 2001b), França (ver Larrue *et al.*, 2001) e Itália (ver Sancassiani, 2002) revelam uma relativa falta de experiência com a participação dos cidadãos que espelha o caso português. Como consequência, por exemplo, no caso francês, os processos de participação pública em termos de envolvimento precoce do público é novo e experimental. A tradição de participação pública limita consulta pública aos processos de informação. Parte deste carácter experimental dos municípios franceses faz com que estes se sintam desconfortáveis e hesitantes para o envolvimento precoce do público.

Estes preferem adiar o debate público até terem planos elaborados internamente para enfrentar a discussão pública. Em Espanha, a participação do público só recentemente foi incluída na agenda política.

Quando questionados sobre as medidas que julgam necessárias para ultrapassar essas dificuldades, a maioria dos 59% (total dos inquiridos que responderam à questão) não têm dúvidas em referir que, as que têm elevada prioridade (escala 1 no inquérito), passam, indiscutivelmente, pela maior disponibilidade de recursos financeiros, seguida da urgência da criação de um programa nacional de cooperação à implementação destes processos, a nível local. Como segunda prioridade (escala 2 no inquérito) os inquiridos mencionam a necessidade de uma maior coordenação de políticas públicas em simultâneo com a afetação de meios técnicos e pessoal qualificado como medidas igualmente preponderantes para melhorar a eficácia das ações e rentabilidade dos trabalhos. Por último, e considerado menos essencial (escala 3 no inquérito), os inquiridos aludiram ao aumento de medidas de sensibilização / informação dirigidas à população, dando a entender que nesse domínio já muito tem sido feito.

No que diz respeito à implementação dos processos em curso, averiguou-se sobre a vertente que mais beneficiou com a execução dos mesmos. Neste ponto, mais de metade dos inquiridos (56%) afirmou que, apesar do exercício algo intrincado de “separar” vertentes tão indissociáveis, a vertente ambiental foi objeto de maior preocupação, tendo-se verificado, igualmente, uma maior visibilidade nos resultados apurados (figura 5.31). O caso de Mindelo também não difere das características encontradas na maioria dos processos que se desenrolam a nível nacional com o poder sublocal a reconhecer que a “*vertente ambiental e social*” foram as que mais beneficiaram com a implementação da A21L no meio local (Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, entrevista pessoal, 17 de novembro de 2009). Com maior ou menor preponderância de uma vertente setorial face à outra, o que se observa é que também este processo vai ao encontro do *princípio de integração* que configura os modelos de A21L (ver Cotter e Hannan, 1999) que foram sendo desenvolvidos no país.

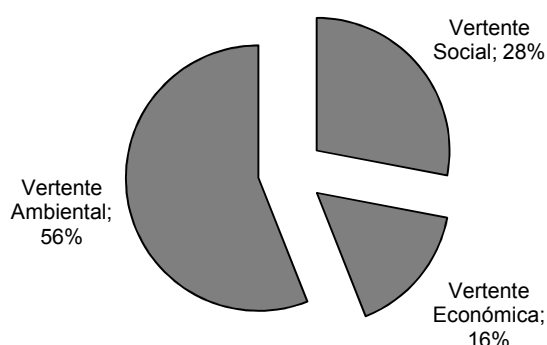


Figura 5.31 – Vertentes que mais beneficiaram com a implementação das A21L, no terreno (%)

Neste enquadramento, procurou-se, ainda, saber quais as estratégias implementadas para atingir os resultados pretendidos, tendo-se obtido 61% de respostas contra 39% dos inquiridos que

NS/NR. No que concerne à vertente ambiental, os resultados demonstram uma articulação integradora de 3 estratégias que não permitem afirmar que tenha existido uma clara preferência de uma estratégia em detrimento das restantes. Contudo, e por ordem decrescente de implementação no terreno, as estratégias passaram pela proteção dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, pela concretização de políticas de desenvolvimento integradas e pela melhoria da gestão e fruição dos espaços. Observa-se que a preponderância dada à vertente ambiental (56%), em Portugal, é superior ao registado na maior parte dos países da Europa (40%) e dos países da América do Norte (37%), aproximando o caso português à região da Ásia e do Pacífico com o registo muito próximo (55%) e afastando-nos, claramente, do verificado nos países mais pobres que se localizam da região de África e América Latina, com 16% e 15%, respetivamente (ver subcapítulo 3.2.1).

Já no que confere à vertente social, a situação é antagónica. Verifica-se que a larga maioria dos inquiridos preferiu optar por uma estratégia que visou reforçar a *rede de equipamentos de apoio à população*, com prejuízo de iniciativas orientadas para a *prestação de serviços de lazer e cultura*. Desta forma, assiste-se a uma clara aposta em infraestruturas e equipamentos considerados de 1ª necessidade, em desfavor de outros serviços sociais encarados como não prioritários ou mesmo de carácter lúdico. Neste contexto, os 28% dos inquiridos que responderam que as medidas tomadas beneficiaram sobretudo a vertente social relevam a importância da implantação de infraestruturas e equipamentos de saneamento básico, continuando esta a ser uma área de intervenção estratégica que nos aproxima dos países ditos do 3º mundo.

O domínio económico foi marcado por uma bipolarização de estratégias que consistiram no incremento de um *maior número de estruturas económicas locais* e na *promoção aos produtos tradicionais e recursos endógenos*. Nesta vertente, os inquiridos evidenciam uma linha económica que segue diretrizes no sentido de valorizar e potenciar os recursos locais, fomentando, desta forma, a economia endógena, não só através da dinamização do mercado interno mas também apostando na abertura a mercados externos com maior projeção. Regista-se, de igual forma, que a estratégia de *desenvolver e valorizar a atividade turística* acaba por ser preterida, neste domínio.

Decorrente das ações que deram seguimento às estratégias traçadas (e supracitadas) procurou-se conhecer, de igual forma, as áreas que mais prosperaram com as medidas incrementadas. Verifica-se, desde já, que de acordo com os dados recolhidos (63% de respostas facultadas) que estes são concordantes com as estratégias, pelo que os resultados não conduzem a grandes surpresas. Deste modo, existe um fosso incontornável entre duas áreas e as restantes. O *saneamento básico*, em primeiro e com grande destaque, seguido da *proteção da biodiversidade* foram, segundo os inquiridos, as áreas que obtiveram prioridade máxima (escala 1 no inquérito) nas intervenções locais. Neste contexto, reafirma-se que, tanto a vertente ambiental, quanto a social foram as que obtiveram maior atenção, sendo as áreas de maior intervenção as consideradas de 1ª necessidade como as ligadas à existência de infraestruturas de saneamento

básico e a necessidade de valorizar e proteger os recursos endógenos de cada localidade, destacando-se a proteção da biodiversidade.

Como área importante / menos importante (escala 2 e 3) surge, em ambos os casos, a necessidade de intervir nos espaços lúdicos, não parecendo ser, de momento, uma preocupação para a maioria dos representantes políticos do poder local. Acresce mencionar, comparando os dados, a falta de alguma sensibilidade dos inquiridos para a pertinência de assuntos tão atuais e prementes como a necessidade de se reduzir o consumo de energia e consumo de água ou mesmo para as questões de poluição e combate às suas fontes.

Subsequente às ações desenvolvidas no âmbito da A21L, pretendeu-se indagar se a influência destes processos tinham contribuído, de alguma maneira, para a consolidação e/ou formação de novas organizações, movimentos sociais / ambientais, como associações, sindicatos, cooperações, entre outras. Das respostas obtidas, salienta-se dois aspetos fundamentais a reter. Primeiro, que o elevado número de respostas em branco (41%) induzem a uma certa noção de incerteza/desconhecimento dos inquiridos, face à realidade local e/ou à pouca facilidade de, porventura, não depreenderem se a natureza existencial de certas organizações reflete algum tipo de influência trazida com a operacionalização das *Agendas*. Em segundo, o expressivo número de respostas (49%) que negam a existência de qualquer tipo de associativismo determinado pela atividade das A21L (figura 5.32). Apenas 10% dos inquiridos afirmou a preponderância das A21L na criação de novas instituições, referindo, a grande maioria, que estas são agências ou associações criadas exclusivamente para gerir o desenvolvimento do próprio processo.

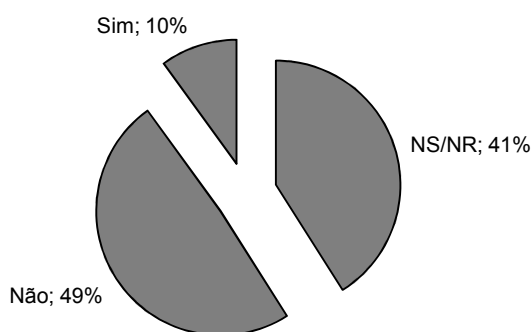


Figura 5.32 – Resposta dos inquiridos quando questionados sobre o contributo da A21L para a criação ou consolidação de novas organizações e/ou movimento sociais / ambientais (%).

Tentou-se, igualmente, saber se o alcance dos processos de A21L tinha “chegado” às escolas e levado à construção de A21 escolar. Neste âmbito, os números são mais animadores face aos números anteriores, existindo, contudo, uma discrepância (quase o dobro) de processos de *Agendas* a decorrer sem a existência de A21 escolar, facto que remete para alguma falta de investimento nas novas gerações e diminui, conseqüentemente, o seu poder de alerta e consciencialização para assuntos de sustentabilidade (figura 5.33).

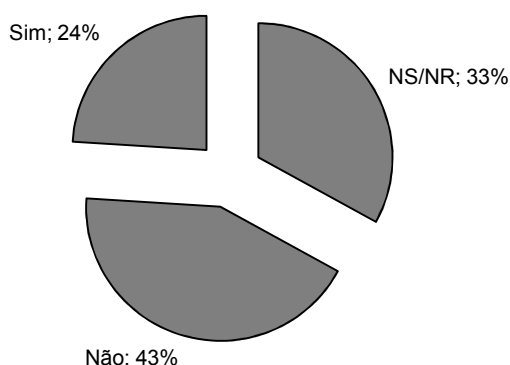


Figura 5.33 - Resposta dos inquiridos quando se perguntou se foram elaboradas A21 escolar no decorrer dos processos de A21L (%).

Neste âmbito, os 43% dos inquiridos que acusam a ausência de processos de A21 escolar justificam a situação baseando-se, na sua maioria, em três argumentos. Primeiro, e pela principal razão, de a A21 escolar não ser considerada prioritária e, portanto, não ter resultado como ação em nenhum vetor estratégico. Segundo, porque já decorrem outras iniciativas com caráter sustentável, como os projetos Eco-Escolas, concursos de sustentabilidade, entre outras iniciativas dirigidas às comunidades escolares que, apesar de não usufruírem da designação de A21 escolar, refletem as mesmas preocupações. Acresce que, para alguns inquiridos, algumas destas iniciativas derivam dos próprios processos de A21L. Por último, alguns inquiridos aludiram o fraco interesse que levou à desmobilização para elaborar uma A21 escolar acompanhado, em alguns casos, pela deficiente utilização dos meios financeiros que comprometeram os recursos indispensáveis para a concretização deste objetivo. Neste último argumento apresentado, insere-se o caso particular de Mindelo, em que, segundo o presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, “*provavelmente foi a falta de recursos financeiros*” que comprometeu a efetivação das A21 Escolar (Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, entrevista pessoal, 17 de novembro de 2009).

Já no que concerne às *Agendas Escolares* que coexistiram com processos de A21L (24%) registou-se um conjunto de respostas massivo, dos inquiridos, que aludia ao papel determinante das escolas para a educação cívica dos mais jovens e, neste âmbito, relevavam a utilidade deste tipo de projetos, junto aos jovens, como forma de os sensibilizar, consciencializar e preparar para os problemas de sustentabilidade que, no futuro, irão ter de enfrentar.

Destinou-se para o fim do estudo, um conjunto de questões abertas com o propósito de auscultar, numa perspetiva mais individual, os responsáveis pela implementação destes processos. Com este propósito, as respostas remetem mais para considerações gerais aos mesmos.

Neste âmbito, começou-se por indagar sobre a realidade atual das *Agendas*. Dos 61% dos inquiridos que responderam, 77% afirmaram estar, no presente, sem qualquer tipo de apoio estatal aos processos, sabendo-se que a maioria dos restantes que respondeu *sim* (23%) refere o apoio

logístico como o mais prestado pelo Estado (figura 5.34). A questão que se coloca, no imediato, é saber qual o grau de importância que os inquiridos atribuem ao papel do Estado. A esmagadora maioria (90%) refere que o Estado tem um papel preponderante para o desenvolvimento e manutenção dos processos a nível local (figura 5.35). As opiniões convergem para a ideia do Estado se instituir como uma plataforma que funcionasse como referencial para a divulgação, avaliação e partilha das ações dos processos conduzidos no território português. Apenas 10% referem que o Estado não se deve imiscuir nos trabalhos conduzidos pelo poder local, afirmando que tal compete aos dirigentes e técnicos locais.

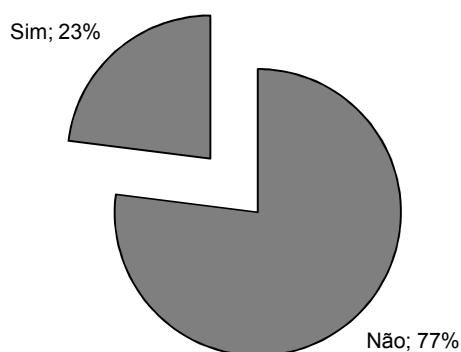


Figura 5.34 – Resposta dos inquiridos quando lhes foi perguntado sobre a existência de apoio governamental aos processos locais (%).



Figura 5.35 – Resposta dos inquiridos à questão sobre qual a importância dada ao papel do Estado para a implementação das A21L (%).

De acordo com as respostas dos inquiridos, confirma-se não só a contínua falta de apoio estatal, no terreno, como a importância que o poder local reconhece ao poder central para o sucesso das *Agendas*. Neste âmbito, observa-se que, nos países em que existiu suporte financeiro e/ou logístico do Estado, quer de forma mais ativa e empreendedora, como países como a Suécia (ver Moralejo, Miguel e Legaterra, 2007; Eckerberg, 2001) e Dinamarca (ver Holm e Kamara, 2001) e/ou de forma mais discreta e desconexa, como na Holanda (ver Andriga, 1998), Noruega (ver Aall, 2001; Gronholm *et al.*, 2001) e Alemanha (ver Lafferty e Coenen, 2001b; Gronholm *et al.*, 2001), com “*intermitências*” da participação de governos centrais, o facto é que o contributo do

poder central influenciou o comportamento final dos processos nestes países. Nos casos em que os poderes centrais se caracterizaram por uma maior omissão, não sendo decisivos nas iniciativas de A21L, casos da Espanha (ver Fidélis e Pires, 2009), Finlândia (ver Niemi-Lilahti, 2001), Itália (ver Ramieri Wallace-Jones e Lewanski, 2001), França (ver Larrue, Emilianoff, Di Pietro e Héland, 2001) e Portugal, a ténue atuação governamental deu azo a iniciativas individuais isoladas e, não raras vezes, desorganizadas dos poderes locais que, no cômputo geral, não colaboraram para uma afirmação rápida e segura destes países no desígnio da sustentabilidade.

Quando confrontados com a questão da relevância da participação das populações locais nos processos, a resposta foi unânime. Todos os inquiridos reforçam que a A21L, assim como outros processos, devem integrar a população nas tomadas de decisões. Os inquiridos suportam a sua opinião, defendendo a tese que, se as políticas são dirigidas para os cidadãos, então devem, igualmente, contar com a participação dos mesmos aquando da tomada de decisões. Acresce, de acordo com a opinião comum dos inquiridos, que a cooperação dos cidadãos em atos desta natureza só reforça a democracia, visto que o sucesso das políticas depende, em grande parte, da construção de consensos entre o poder político e os cidadãos.

Por último, e reconhecido o papel essencial dos cidadãos nos processos de sustentabilidade, colocou-se uma questão que pretendeu conjecturar sobre o nível de participação dos mesmos, no futuro. Pelo elevado número de inquiridos que optaram por não responder (41%), subentende-se um certo grau de dificuldade de antever o que será a realidade futura. Esta dificuldade é, ainda, mais notória quando da análise aos dados se verifica uma grande proximidade de opiniões divergentes, verificando-se, contudo, o prevalecer da confiança, para a maioria dos responsáveis pelos processos de Agendas 21L, num aumento de participação dos cidadãos nestes processos (figura 5.36).

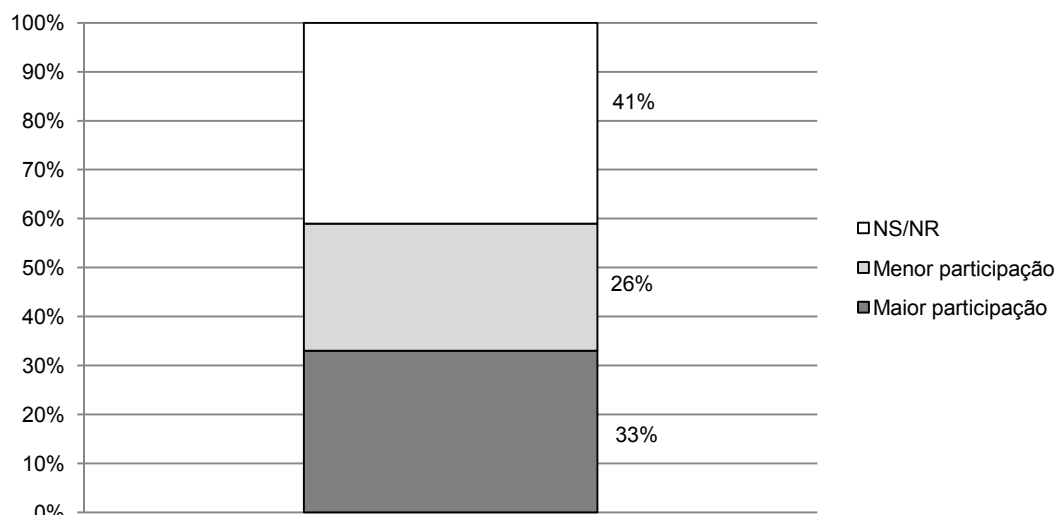


Figura 5.36 – Perspetiva, dos inquiridos, sobre a participação dos cidadãos nos processos da A21L (%).

5.4. Sistematização

O quadro geral das A21L, em curso em Portugal, remete-nos para a importância do poder local na promoção deste instrumento, sendo notório que é esta entidade a grande promotora dos processos. A larga maioria dos representantes máximos das edilidades não tem nenhum tipo de formação na área do ambiente / sustentabilidade, situação que se agrava pelo desconhecimento geral que os recursos humanos tutelados por esta entidade igualmente evidenciam. Verifica-se a existência de várias estratégias para ultrapassar esta lacuna, sendo uma das formas encontradas a integração em alguma rede ou organização de desenvolvimento sustentável que se constitui como importante parceiro para a condução dos trabalhos. Deste modo, organizações como o CIVITAS e/ou a constituição de organismos intermunicipais são exemplos frequentes que se podem observar no âmbito da cooperação estratégica às A21L e que explicam o ínfimo número de poderes locais que não recebeu qualquer tipo de apoio técnico, o que demonstra a elevada dependência dos promotores a entidades externas. Não é de estranhar que seja nas primeiras fases da execução de um programa de A21L que o apoio e acompanhamento por outras entidades seja mais efetivo, com destaque para a fase de diagnóstico, planificação e divulgação dos processos. Tal significa que os primeiros passos de uma A21L são identificados como os mais difíceis e derivam, grosso modo, do desconhecimento da natureza do mesmo a que não é alheio a falta de um programa nacional de apoio aos mesmos, situação tão criticada pelo poder local.

Após a afirmação destes instrumentos no terreno, as fases de implementação e monitorização já são etapas maioritariamente assumidas, em exclusivo, pelo poder local. Neste âmbito, verifica-se que a maioria dos processos utiliza uma metodologia de trabalho muito similar, sendo raro os casos que não cumpriram com as etapas habitualmente identificadas e reconhecidas em trabalhos de A21L. Os fóruns constituem-se como elementos-chave para a integração da participação pública nos vários momentos que marcam a evolução dos processos. A este respeito, não existe uma periodicidade para o funcionamento dos mesmos, dependendo estes do ritmo dos trabalhos. No que concerne, precisamente, ao ritmo dos processos, verifica-se que estes dependem de um conjunto de fatores socioeconómicos que ditam a velocidade a que os mesmos se processam, encontrando-se fortes condicionantes ao seu progresso que derivam da (in)disponibilidade de recursos económicos e humanos existentes. Se a maioria das agendas decorreu ininterruptamente, também não é menos verdade que existiu um número muito considerável que sofreu algum tipo de contratempo que ditou o não cumprimento dos prazos previamente estabelecidos. Nestes casos, a falta de financiamento e de recursos humanos são notoriamente os fatores que concorreram para justificar tal situação. Verifica-se que, se numa primeira fase, o número de processos que conseguiam depender apenas do financiamento local era muito idêntico aos que já recorriam a financiamentos externos complementares, numa segunda fase, e com o desenvolvimento dos processos e aumento da logística inerente aos mesmos, constata-se uma

continua asfixia que exige uma necessidade cada vez mais recorrente de ajuda externa, face à agonia financeira que assola a maioria dos poderes locais. O enfrentar de maiores dificuldades para a persecução da A21L, face às maiores restrições sentidas pelos promotores na obtenção de crédito, parece ser o retrato nacional no que respeita às A21L. Neste contexto, e face ao constrangimento económico do poder local, agravado pela fraca ou quase inexistente comparticipação de verbas pelo Estado, o programa QREN revela a sua importância na obtenção de verbas consideradas vitais para a continuidade dos processos.

Outra dificuldade que aparentemente aparece implícita nos processos de A21L decorre de alguma resistência da abertura total do poder político à população nos momentos de tomada de decisão. A maioria dos processos contou com a participação dos cidadãos em todos os momentos contudo, subsiste um elevado número de casos em que o contributo dos cidadãos só decorre em determinados momentos fixados pelo poder local. Neste campo, verifica-se que a fase de diagnóstico e de fórum são as que, marcadamente, mais contam com a presença dos cidadãos, existindo uma acentuada quebra quando se abordam fases posteriores, como a elaboração do plano de ação (com tomada de decisões) e implementação dos processos. Tal facto é prontamente justificado pelo poder político que defende que não pretende inviabilizar e comprometer a participação dos cidadãos no processo, evidenciando uma forte preocupação para não sobrecarregar os seus concidadãos com as inúmeras solicitações a que estes estariam sujeitos.

Outro elemento-chave que condiciona as A21L incide na participação pública dos cidadãos nos processos. A falta de interesse pela vida política, a reduzida preocupação com problemas locais, a pouca tradição e cultura cívica verificadas, o desinteresse gradual no decurso dos processos e, inclusivamente, o simples desconhecimento da existência dos mesmos são os motivos apontados pelos promotores das A21L e que explicam a sua não total satisfação com a participação da população nos processos, com a larga maioria dos promotores a avaliar apenas como razoável e insuficiente / fraca a colaboração da comunidade local nos destinos da A21L. Para tal, a falta de comparência/participação dos cidadãos de acordo com os níveis desejados pelos promotores dos processos é mais notória com o avançar destes e coincide, em norma, com a fase intermédia (correspondente à Elaboração do Plano de Ação), revelando alguma perda de entusiasmo dos cidadãos e de fulgor das próprias A21L. Neste contexto, a conduta apática dos cidadãos e a sua predisposição para o alheamento das causas públicas surge, grosso modo, como as principais críticas do poder local às comunidades.

No que concerne às formas de divulgar informação, os poderes locais continuam a preferir utilizar os Jornais, locais e/ou regionais, como meio de comunicação. Contudo, o avanço da tecnologia começa a influenciar este meio mais tradicional de divulgar informação, registando-se já, como a segunda prática mais corrente em Portugal, a utilização da Internet, quer através do uso do email,

quer através da criação de uma plataforma digital (Portal), que assegura a veiculação da informação.

Abordando, especificamente, o decurso dos processos, verifica-se que a maioria dos poderes locais, ao promoverem as políticas de sustentabilidade, acabaram por beneficiar mais a vertente ambiental tendo privilegiado estratégias mais direcionadas para práticas pró-ativas no domínio ambiental. Neste campo, regista-se que a vertente social foi, na prática, a mais esquecida, pelo menos no que se refere ao seu desenvolvimento harmonioso. Assistiu-se a uma preocupação de incrementar medidas que fossem ao encontro de equipamentos e bens de primeira necessidade, em detrimento de serviços relacionados com a cultura e lazer.

No que confere às ações desenvolvidas no meio local, decorrentes da aplicação das A21L, verifica-se, de um modo geral, uma inatividade dos atores e instituições locais que não se sentiram suficientemente motivados para impulsionar a criação de novas organizações e/ou movimentos sociais/ambientais que se propusessem manter ou reforçar a consciência cívica dos seus cidadãos e o carácter pró-ativo dos mesmos. Tal situação não é surpresa, quando se observa que mesmo os processos conduzidos pelos poderes políticos locais, não resultam no desabrochar de iniciativas inseridas, de modo geral, no funcionamento das *Agendas*, como, por exemplo, a criação de uma Agenda 21 escolar. Neste encadeamento, verifica-se que a maioria dos A21L não contou com a integração de processos de A21 escolar, tendo sido evocado como principal razão, pelo poder político local, o carácter pouco prioritário desta estratégia. Acresce, ainda, que o carácter relativo dado a este instrumento foi, igualmente, justificado pela existência de outras iniciativas, como a mais frequente – Eco-Escolas, que é entendida como próxima aos propósitos de uma A21Escolar.

Por último, fica o registo da opinião dos mais altos representantes do poder local sobre o futuro deste instrumento. Segundo se apurou, e mantendo-se o quadro atual, estes perspetivam sérias dificuldades em operar com a A21L face, sobretudo, e como já foi referido, aos constrangimentos financeiros e à falta de apoio logístico que, segundo os mesmos, e não se vislumbrando mudanças, irão comprometer, num futuro próximo, a continuidade de processos já iniciados e aqueles que procuram emergir na senda nacional.

5.5 Resultados da Aplicação do Inquérito por Questionário à População de Mindelo

5.5.1 Comunidade local e participação pública

Em relação à comunidade local analisada, convém relembrar que o caso de estudo de Mindelo apresenta-se como o caso pioneiro em Portugal em matéria de subsidiariedade, razão pela qual se incide no estudo da população local como forma de averiguar o contributo que a mesma poderá ter desempenhado para a consecução desta realidade. Assim sendo, o inquérito por questionário incidu na amostra a 284 indivíduos, repartidos num total de 139 do sexo masculino e 145 do sexo feminino, sendo os indivíduos mais inquiridos aqueles cujas idades estavam compreendidas entre os 25 e 39 anos, com maior representatividade por faixa etária (10,2%) e, no que respeita ao nível de escolaridade, destaca-se o ensino básico (57%) como sendo a principal habilitação académica dos entrevistados.

Dos resultados obtidos, verifica-se que a população de Mindelo apresenta um elevado défice de participação cívica comprovado pelos 72% dos inquiridos (204 indivíduos) que afirmaram nunca terem participado numa atividade pública, na comunidade local, para apenas 28% (80 indivíduos) que responderam sim à mesma pergunta (figura 5.37).

Verifica-se que a moda se identifica com o grupo etário dos 25-64 anos, correspondente à população ativa maioritariamente empregada. Este grupo etário identifica-se como o mais participativo (35%), seguido de 16% dos inquiridos que integram o grupo dos 15-24 anos (grupo etário em que a maioria dos indivíduos se encontra a estudar) e, por último, o grupo etário de indivíduos com idades superiores a 65 anos (correspondente à população não ativa) com um fraco nível de envolvimento (apenas 9%). Deste modo, realça-se que são os inquiridos com faixas etárias compreendidas entre os 25 e os 64 anos, muitos deles a trabalhar na área de residência e a conviver diretamente e diariamente com os problemas da localidade, que se sentem mais motivados a intervir (figura 5.38). Da leitura do gráfico da caixa de bigodes, verifica-se que, apesar da mediana ser próxima nos dois conjuntos analisados (*participam / não participam*), existe uma menor tendência de dispersão dos indivíduos que participam na vida da comunidade (menor comprimento dos bigodes), observando-se, igualmente, que mesmo dentro do grupo etário mais ativo (*adultos*) são os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e 52 anos os que apresentam uma maior vitalidade no que à participação na vida da comunidade local diz respeito (figura 5.39).

Atendendo às habilitações literárias, verifica-se que são os indivíduos com mais formação académica que revelam maior espírito participativo. De acordo com os números, nenhum inquirido sem nível de instrução referiu ter alguma vez participado e apenas 20% dos que afirmaram ter finalizado o ensino básico o fizeram. São os inquiridos com um grau académico mais elevado (ensino secundário e superior) que se identificam como cidadãos mais ativos, destacando-se o

grupo de cidadãos com um grau académico equivalente ao secundário, com 46%, e o grupo de cidadãos com ensino superior (40%) (quadro 5.12).

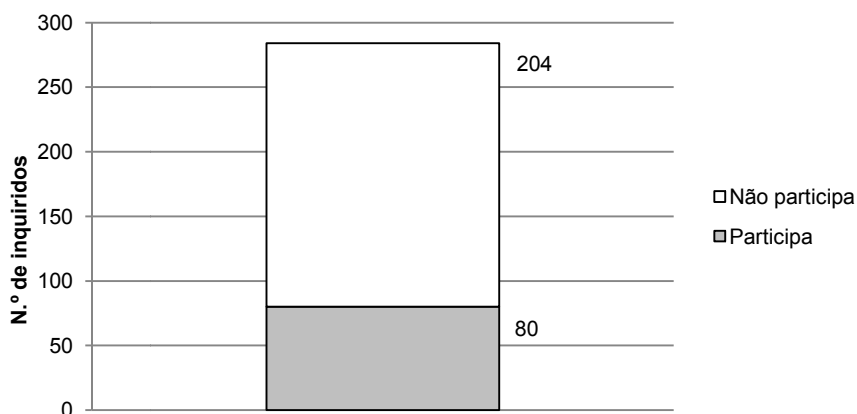


Figura 5.37 - Nível de participação, da comunidade local, na vida pública

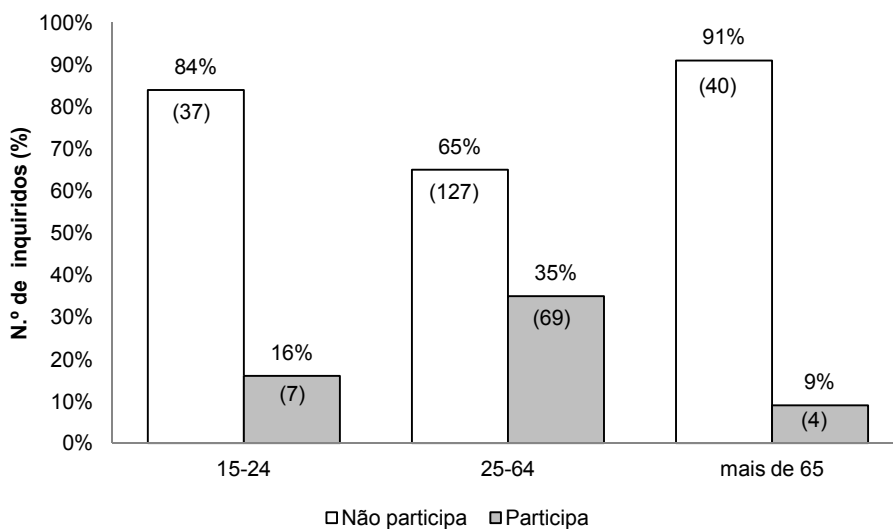


Figura 5.38 – Nível de participação dos inquiridos, por grupos etários, na comunidade local (%)

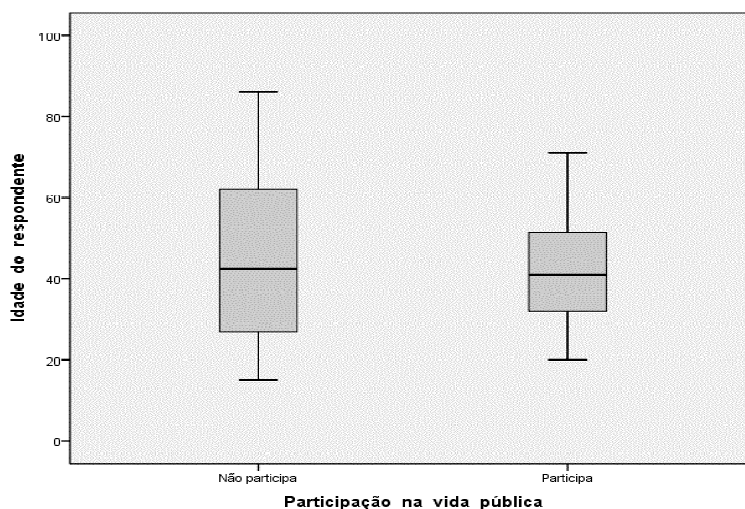


Figura 5.39 – Caixa de bigodes para as variáveis idade / grau de participação dos inquiridos

Habilitações literárias	Não participa	Participa
Sem nível de instrução	100% (12)	0% (0)
Ensino Básico	80% (130)	20% (32)
Ensino Secundário + Médio	54% (34)	46% (29)
Ensino Superior	60% (28)	40% (19)

Quadro 5.12 – Nível de participação dos inquiridos, por habilitações literárias, na comunidade local (%)

Da associação entre as variáveis habilitações académicas e a variável relativa ao nível de participação dos inquiridos na vida da comunidade, observa-se, a partir da tabela de contingência, diferenças consideráveis de comportamento, de acordo com o nível de instrução dos inquiridos. Realça-se, desde logo, a inexistência de um único inquirido, sem nível de instrução, que tenha respondido ter participado na vida da comunidade. Se analisarmos por grupo, verifica-se que cerca de 20% dos inquiridos, que possuem o ensino básico, responderam já ter participado e os dois restantes grupos, com mais habilitações académicas, situam os seus valores de participação na casa dos 40%. Da análise comparativa entre grupos, destaca-se o facto de 60% do total dos inquiridos que afirmaram ter participado se identificarem nos dois grupos com mais habilitações académicas (ensino secundário e superior). A associação entre as variáveis habilitações literárias e o nível de participação dos inquiridos na vida da comunidade é muito significativo, uma vez que a probabilidade de significância é inferior a 0,01 ($p=2.7 \times 10^{-5}$), o que traduz que o nível de participação é diferente, verificando-se que os cidadãos com mais habilitações académicas são os que revelam ter participado mais ativamente na vida da comunidade local⁵⁵.

Tendo por base os dados obtidos na auscultação à população de Mindelo, observa-se que, em matéria de participação cívica, nada de novo e de diferente acresce ao que se verifica no panorama nacional. Continua-se, sim, a assistir a um défice de participação cívica que resulta numa fraca democracia participativa/participada que se consubstancia nas poucas ações cívicas em que os cidadãos de Mindelo se associaram. Neste âmbito, denota-se que a não interiorização dos indivíduos agirem em prol da comunidade enfraquece o exercício da cidadania, expondo um dos obstáculos que compromete os processos de sustentabilidade a nível nacional. Aliás, o dever de agir, intervir, reivindicar, participar parece perdurar numa mentalidade fechada que prende e ofusca os cidadãos portugueses de exercerem estes compromissos enquanto cidadãos, independentemente dos temas e matérias que sejam abordados (ver Almeida, 2000; 2004).

⁵⁵ Refere-se que uma célula apresenta frequência esperada inferior a 5, o que viola um dos pressupostos da utilização de uma tabela de contingência, pelo que a leitura e interpretação dos resultados deve considerar este facto.

Contudo, segundo Pedro Macedo, a AAMDA (responsável pelo incremento /desenvolvimento da A21L em Mindelo) contou com uma elevada participação cívica, devido, segundo o mesmo, à ameaça de apropriação da área da ROM para fins imobiliários que fez desencadear uma onda de indignação pública que contribuiu, não só para a persecução dos trabalhos de A21L mas também para a dinamização da própria associação, no âmbito da defesa deste património. Aliás, segundo o ex presidente da AAMDA, *“o sucesso da Agenda ficará a dever-se, em grande parte, ao facto de ser um processo independente do poder político o que criou logo uma forte empatia com a população”* (Ex presidente da AAMDA, entrevista pessoal, 14 de julho de 2009). Assim sendo, derivado do confronto de dados, sobressai que, apesar de se assistir, tanto no panorama nacional como na localidade de Mindelo, a um quadro social caracterizado por níveis baixos de participação cívica, destaca-se que a única situação oposta resulta da circunstância do promotor da A21L de Mindelo não possuir cariz político e de se assistir, igualmente, a um caso raro de elevada sensibilidade social que remete para o caso da ROM, que surgiu de catapulta para iniciativas de carácter público que se sobrepuseram às de carácter político. Neste particular, verifica-se que esta situação rompe com a apreciação global da esmagadora maioria dos promotores das A21L e que se confirma, tanto pelos testemunhos do poder político responsável pelas A21L a nível nacional como no caso de Mindelo, através do presidente da junta de freguesia.

Algo que parece, igualmente, comum, tanto para a população de Mindelo como para a população portuguesa, em geral, é a tendência dos portugueses para elevar os seus níveis de participação face à proximidade dos problemas, até porque, e como se analisou à escala nacional, a maioria dos portugueses reconhece que o ambiente envolvente à sua área de residência é importante, condicionando, mesmo, o indicador de qualidade de vida. Neste âmbito, e relembrando as autoras Delicado e Gonçalves (2007), a sociedade portuguesa reage aos acontecimentos em função da omnipresença do *risco*, isto é, só a presença do risco é capaz de despertar nos cidadãos a necessidade de agir, de fazer algo que permita diminuir ou extinguir essa sensação de mal-estar que afeta diretamente a sua qualidade de vida.

Para os mindelenses, o mal-estar dos cidadãos residentes com os problemas que afetam a sua localidade funciona, de igual modo, como um estímulo à sua participação, contribuindo para um comportamento que tem na sua origem a génese de atuação que se verifica no âmbito nacional. Neste caso, e de acordo com a entrevista ao responsável máximo da AAMDA, Pedro Macedo, a elevada preocupação da população local pela proteção da ROM foi extremamente relevante para o envolvimento desta comunidade no projeto da A21L. Mais uma vez se atesta que o que impulsionou a criação da AAMDA e, posteriormente, a adoção da A21L em Mindelo foi a confrontação da comunidade local com o problema da ROM, considerado de extrema insustentabilidade para os locais e que motivou o desenrolar de acontecimentos que viriam a identificar este caso como pioneiro em matéria de subsidiariedade de A21L, no quadro nacional.

Acresce refletir para o facto de se verificar que são os indivíduos inseridos no grupo etário dos adultos e integrados nas classes etárias mais jovens que mais se predisponham a participar. Tal situação remete para a perceção de que a mentalidade pouco participativa, herdada do tempo em que o país viveu subjugado por um regime ditatorial, e que vigorou décadas em Portugal (ver Estanque, 2006), parece ser um obstáculo à participação pública, com tendência a desvanecer-se, fruto de uma geração jovem mais interventiva que evidencia um maior grau de consciencialização para os problemas. No que diz respeito às práticas gerais de cidadania, na área do ambiente, verifica-se que são os inquiridos do nível de ensino secundário que sobressaem ligeiramente, face aos do ensino superior, situação em tudo semelhante ao verificado no âmbito nacional e que é justificado, segundo Nave, 2004 (ver Almeida, 2004), devido à importância da juventude neste âmbito e que, no caso de Mindelo, parece tratar-se de um comportamento análogo ao registado no território nacional.

Dos indivíduos que revelam nunca ter participado, mais de metade (135 indivíduos) evoca a falta de tempo e de informação como principais causas para tal comportamento (66%), seguida de fatores como o desinteresse pela vida política (12%) e a falta de interesse pelas matérias (11%) que, apesar de serem menos referidos, contribuem para o défice de militância cívica (figura 5.40).

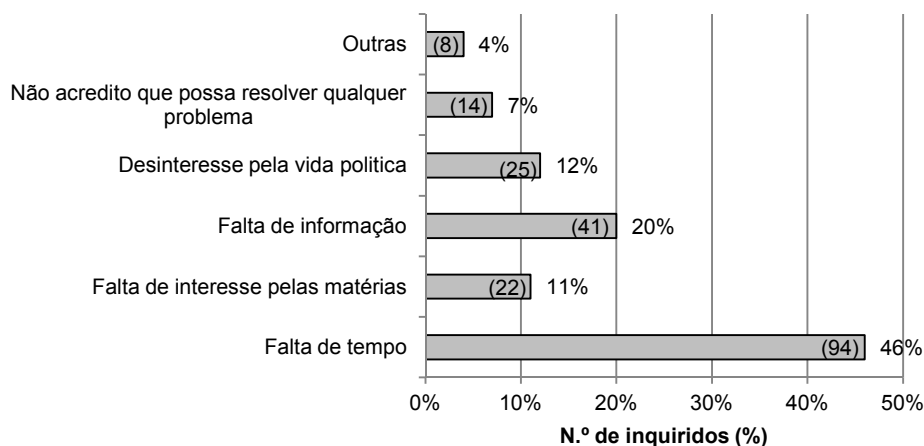


Figura 5.40 – Fatores responsáveis pela não participação, da comunidade local, na vida pública (%)

Analisando as principais causas apontadas pelos mindelenses para explicar a sua não participação, começa-se por relembrar as palavras do autor Farinha (2007), que refere que os casos das metodologias aplicadas às experiências de A21L em Portugal e Espanha requerem, para além de outras exigências, a disponibilidade de tempo. Neste propósito, parece existir uma novidade que se distingue dos casos a nível nacional e internacional e que se prende precisamente com o fator “falta de tempo”, tanta vez mencionado pelos inquiridos para justificar a ausência de participação cívica. Em outras escalas de análise, de uma forma geral, não se verifica o uso deste argumento e muito menos tão formalmente vulgarizado pelos cidadãos locais de Mindelo. Todavia, já a falta/dificuldade de acesso à informação referenciado pelos mindelenses constituiu-se como um fator que reconhecidamente se assemelha à situação vivida na maioria dos

casos nacionais (ver Oliveira, 2005; CNADS, 2003) que, se acompanhada pela designada “*política de desinformação*” (ver Schmidt, 1993) nos afasta, igualmente, de países como a Dinamarca, Noruega e Finlândia (ver OECD, 2001a; Moralejo *et al.*, 2007), como se analisou no subcapítulo 3.3.2.

Os inquiridos que participaram na vida pública da comunidade (80 indivíduos) respondem melhor ao apelo em trabalhos que envolvam a comunidade, quer através de trabalhos dinamizados por esta (47%), quer através de projetos sociais (23%), do que para ambientes menos conhecidos, como sejam as Organizações Ambientais e/ ou meios mais politizados (reuniões camarárias, por exemplo) (figura 5.41).

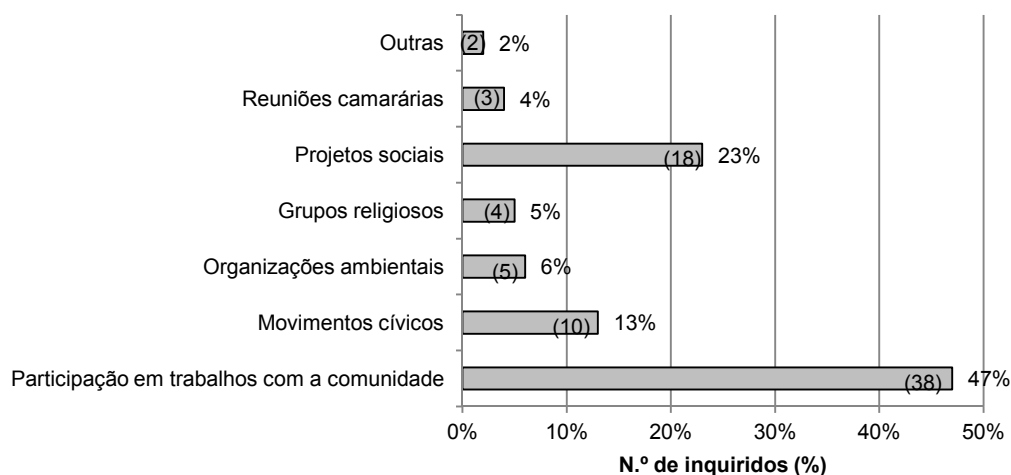


Figura 5.41 – Formas de participação cívica da comunidade local (%)

Neste âmbito, o que se verifica no caso de Mindelo é transversal à sociedade portuguesa. Como refere Silva (2002), o envolvimento dos cidadãos era bastante reduzido, já que apenas 12% das iniciativas ou ações desenvolvidas, no âmbito de processos de A21L, tiveram a sua origem em ONG, até porque, e lembrando Almeida (2004), apesar do conhecimento da existência de associações ambientalistas só uma ínfima parte dos portugueses se preocupa o suficiente para se tornar ativista e, conseqüentemente, envolver-se com organizações ambientalistas. No caso dos cidadãos de Mindelo, verifica-se essa mesma realidade a par do distanciamento dos cidadãos com iniciativas do poder local, comportamento homólogo ao registado pela sociedade portuguesa, em geral, e que nos separa, como foi analisado no subcapítulo 5.3, de países como Suécia, Reino Unido e Holanda, em que a elevada participação pública registada se justifica, em parte, pela confiança entre cidadão comum e poder político (ver Synnerholm, 2009; Adolfsson, 2000, 2002). O caso de Mindelo retrata a descrença nacional dos governados face à classe política e que influi nos níveis de participação pública (ver Schmidt, 2007; CNADS, 2003).

À pergunta se estariam dispostos, no futuro, a participar no destino da freguesia, 176 inquiridos (62%) demonstraram continuar a não ter vontade de participar, contra, sensivelmente, 1/3 da

população que respondeu positivamente. Numa análise mais aprofundada, pode-se, no entanto, verificar que, dos 28% de indivíduos que responderam já terem participado na vida pública, passamos para 32% que tencionam participar, o que, face aos que efetivamente já deram o seu contributo, representa um acréscimo de 4% do número de interessados em se envolverem mais ativamente nos assuntos que dizem respeito à comunidade, o que traduz uma ligeira mudança de mentalidade dos mindelenses para um futuro próximo (figura 5.42). Verifica-se que são os mais jovens (15-24) que evidenciam maior determinação em querer participar no futuro da freguesia (58%) o que indica que, mais de metade dos inquiridos, deste grupo etário, pretende mudar a atitude passiva que tem demonstrado (ver gráfico da figura 105). O grupo etário dos adultos apresenta um registo (32%) que confere uma ligeira tendência para diminuir os seus níveis de participação, quando comparado, igualmente, com os números constantes no gráfico da figura 105. Situação idêntica verifica-se com o grupo etário com idades mais avançadas (+ de 65 anos), observando-se, contudo, que este grupo etário apresenta valores de não participação (86%), bem superior aos restantes, mostrando o seu claro desinteresse em participar, no futuro, na vida pública da freguesia (figura 5.43).

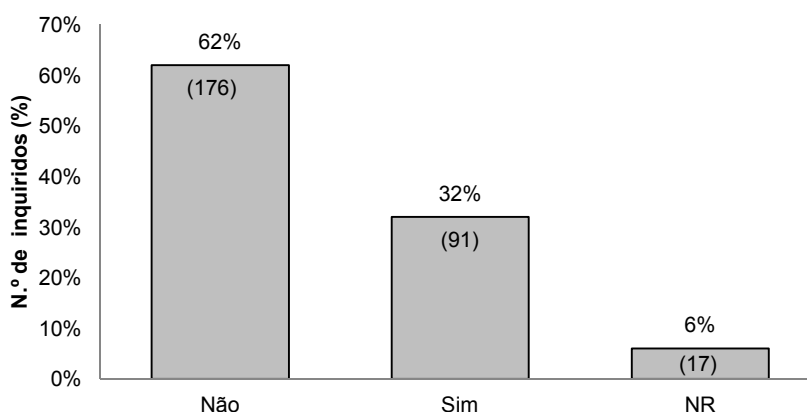


Figura 5.42 – Número de indivíduos, em percentagem, que pretende participar ativamente, no futuro, na vida pública da freguesia

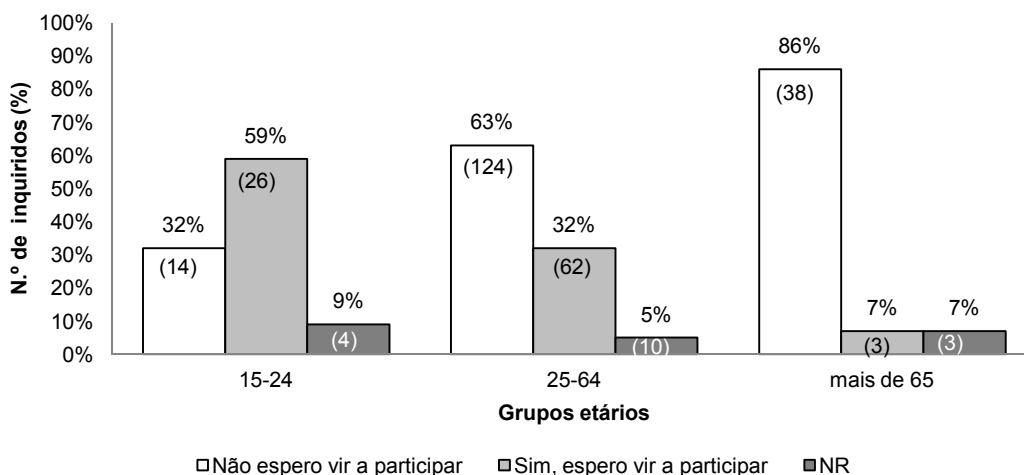


Figura 5.43 – Número de inquiridos, por grupo etário, que respondeu quer participar ativamente, no futuro, na vida pública da freguesia (%)

Decorrente da análise à caixa de bigodes, confirma-se a tendência de serem os mais novos aqueles que procuram, no futuro, integrar-se mais na vida da comunidade local (valor da mediana de 37 anos), relativamente aos indivíduos que apresentam idades mais avançadas (mediana nos 47 anos). Tal situação é corroborada quando se observa que a localização do 2º e 3º quartil no conjunto dos indivíduos que não esperam vir a participar coincide com os que apresentam idades mais avançadas (figura 5.44). No que concerne às habilitações literárias, regista-se que a maioria dos inquiridos, independentemente do seu grau de instrução, afirmou a sua vontade de ser mais participativa. Deste modo, 8% dos inquiridos, sem nível de instrução e 21% dos entrevistados, com o ensino básico, revelam intenção de vir a participar. Todavia, e mais uma vez, são os inquiridos com um grau académico superior, ensino secundário e superior que demonstram maior vontade de aumentar os níveis de participação cívica, com 48% e 55%, respetivamente (quadro 5.13).

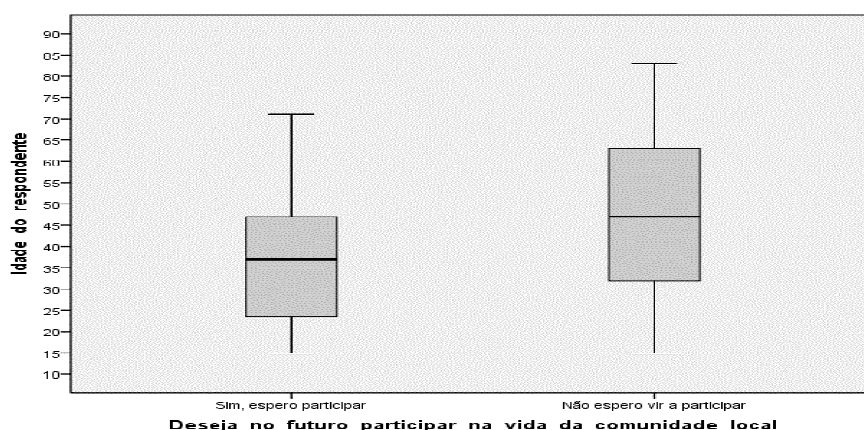


Figura 5.44 – Caixa de bigodes para as variáveis idade / nível de participação

Habilitações literárias	Sim, espero participar	Não espero vir a participar	Não responde
Sem nível de instrução	8% (1)	92% (11)	-
Ensino Básico	21% (34)	73% (119)	6% (9)
Ensino Secundário + Médio	48% (30)	41% (26)	11% (7)
Ensino Superior	55% (26)	43% (20)	2% (1)

Quadro 5.13 – Número de inquiridos, por habilitações académicas, que respondeu quer participar ativamente, no futuro, na vida pública da freguesia (%)

Da leitura da tabela de contingência, que compara as variáveis habilitações académicas e a intenção dos inquiridos em querer participar no futuro da sua freguesia, observa-se uma clara associação direta entre o desejo dos inquiridos em querer intervir mais ativamente nos destinos da sua localidade e o nível de habilitações que os inquiridos possuem. Assim sendo, observa-se na análise por grupo, que apenas 8,3% e 21% dos inquiridos desejam vir a participar, correspondente aos grupos de inquiridos sem nível de instrução e dos que têm ensino básico, respetivamente. Já

no que respeita aos restantes grupos, verifica-se que cerca de metade dos cidadãos com habilitações equivalentes ao secundário (48%) e mais de metade dos cidadãos com ensino superior (55%) contam vir a participar na vida da comunidade. Acresce, da análise aos indivíduos que esperam vir a participar, que apenas 1% dos inquiridos sem nível de instrução académica admitiu vir a querer participar no futuro de Mindelo. A associação entre as variáveis habilitações literárias e a intenção dos inquiridos em querer participar no futuro da sua freguesia é muito significativa, uma vez que a probabilidade de significância é inferior a 0,01 ($p=1.0 \times 10^{-6}$), o que traduz que o desejo dos cidadãos em ter uma vida mais ativa no destino da sua freguesia varia de acordo com o grau de habilitações académicas, verificando-se que são os cidadãos com mais formação académica aqueles que revelam uma maior abertura em participar no futuro da sua freguesia⁵⁶.

Na confrontação dos dados, verifica-se a existência de uma certa ambiguidade nas respostas dos mindelenses, relativamente à perspetiva futura da sua participação no destino da sua localidade, que se assemelha, em parte, à dicotomia que parece retratar a própria realidade portuguesa nesta matéria, senão vejamos. Por um lado, e de acordo com a análise às *representações práticas ambientais dos portugueses* (ver Almeida, 2000; 2004), os cidadãos autocensuram-se por não participar de forma mais ativa, perspetivando-se um futuro mais promissor, nesta matéria, como diagnosticam os próprios promotores das A21L (ver subcapítulo 5.3) e alguns autores, com referência para Vasconcelos (2001b).

No caso de Mindelo observa-se, igualmente, uma tendência positiva dos indivíduos que já participaram em ações locais para reforçar os níveis de participação cívica, sendo essa a vontade manifestada. Por outro, deparando-nos com o reemergir de “velhas” preocupações, com os cidadãos portugueses a colocarem em causa a própria sustentabilidade, particularmente devido à subjugação da vertente ambiental, face a problemas de carácter económico-social que surgem, atualmente, com o alastrar da crise económica que afeta o país e que coloca em causa o princípio da participação pública (ver CE, 2009). No caso de Mindelo, os elevados números de “*absentismo*” cívico que se perspetivam para o futuro, de acordo com as respostas dadas, parecem, igualmente, querer contrariar o otimismo de se verem alterados os baixos números de intervenção cívica, como se poderá constatar já de seguida. Observa-se ainda que, da confrontação destes dados com os nacionais, existe um comportamento similar dos cidadãos de acordo com os diversos escalões etários e grau de habilitações. Assim, quer ao nível local (Mindelo), quer a nível nacional são as camadas mais jovens que assumem a vontade de querer participar nestas decisões, demarcando-se claramente do escalão etário mais avançado que mais se abstém de participar. Observa-se idêntico padrão com o grau de instrução, com os portugueses a evidenciar maiores valores de participação à medida que possuem maior escolaridade (ver Almeida, 2004).

⁵⁶ Refere-se que quatro células apresentam frequências esperadas inferiores a 5, o que viola um dos pressupostos da utilização de uma tabela de contingência, pelo que a leitura e interpretação dos resultados deve considerar este facto.

Assim, a maioria dos inquiridos que não pensa vir a participar (62% -176 inquiridos) alega a falta de tempo (57%) como principal causa para o seu não envolvimento, no futuro, em atividades cívicas. O desinteresse pela vida política aliado ao desapego pelos assuntos relacionados com a freguesia somam 18% das respostas, porventura o mesmo número de inquiridos que não respondeu a esta pergunta, o que sugere um certo embaraço em responder à questão (Figura 5.45).

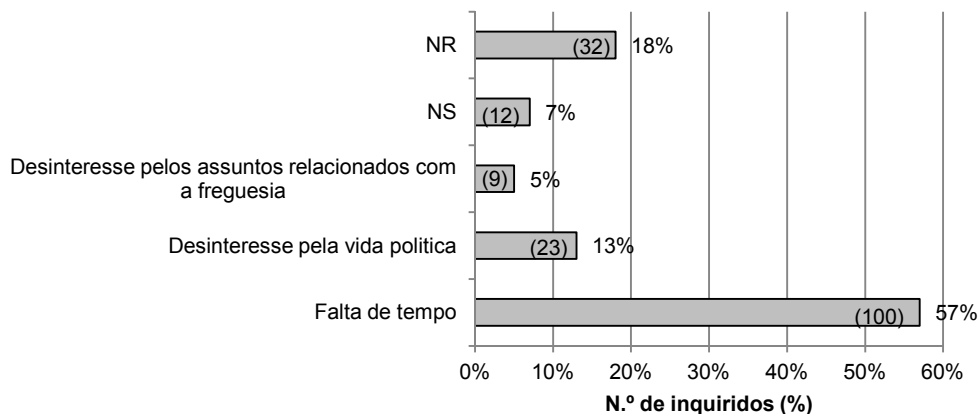


Figura 5.45 - Fatores que explicam a falta de empenho dos mindelenses em não querer participar na vida pública da freguesia (%)

Decorrente do inquérito, procurou-se saber quais as áreas temáticas que mais interessam à população local. A resposta a esta questão ditou que, para 36% dos inquiridos, a temática ambiental é a que suscita mais atenção, seguida das questões económicas (24%) e sociais (14%). Os assuntos relacionados com a política são os que menos agradam aos inquiridos, sendo mesmo a área temática com menor representatividade (figura 5.46). Ainda assim, foi referido por sete inquiridos, relativamente à opção “Outras”, a área do Desporto como tema de interesse.

Por grupos etários, verifica-se que, praticamente, metade dos inquiridos que se inserem no grupo dos jovens (15 aos 24 anos) se identifica com uma temática, sendo o ambiente a temática eleita por este grupo de indivíduos (49%). Curiosamente, todos os cidadãos inquiridos, nas restantes classes etárias pertencentes ao grupo dos adultos, indicaram o mesmo tema como sendo o mais preferido (37%), verificando-se, todavia, que o ambiente perde preponderância, dando lugar a área económica que surge como questão prioritária para o escalão etário mais avançado (25%) (Figura 5.47). Verifica-se, igualmente, que a economia, a nível geral, é o segundo tema que mais suscita interesse, seguido das questões sociais. Neste contexto, observa-se que por grau de instrução não existe discrepância do tema preferido, sendo a área ambiental a que registou um maior número de respostas.

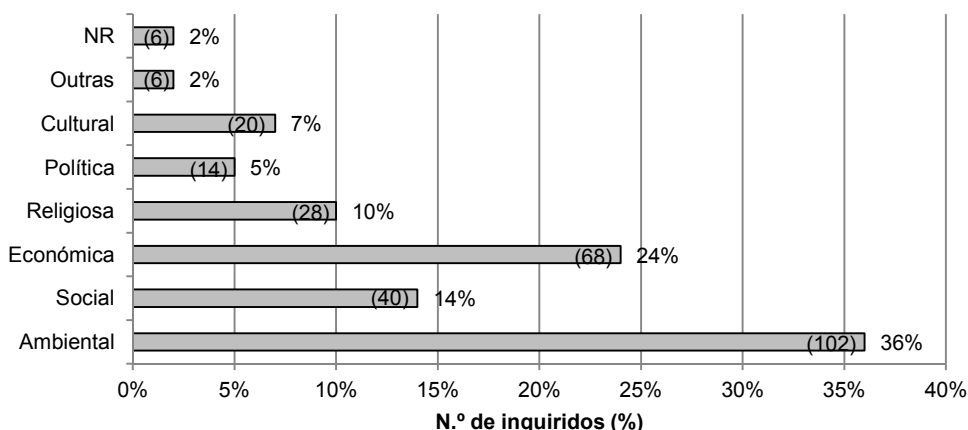


Figura 5.46 – Áreas temáticas de maior interesse segundo os inquiridos (%)

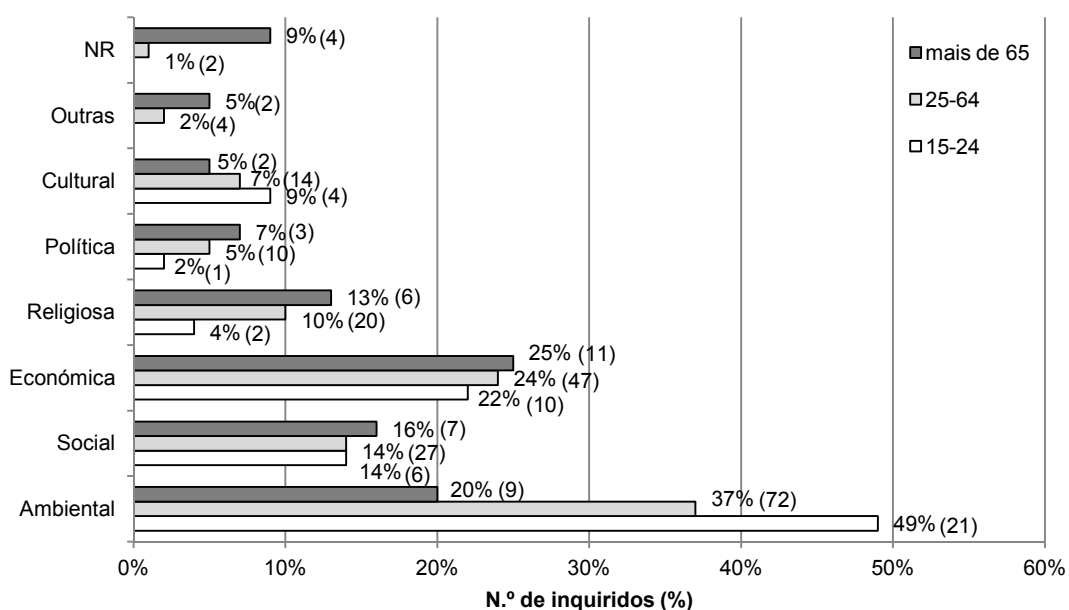


Figura 5.47 – Áreas temáticas de maior interesse, por grupos etários (%)

Neste ponto, existe um afastamento entre o panorama nacional e o caso de Mindelo. Se o início da primeira década do século XXI ficou marcada por uma evolução positiva do nível de preocupação dos portugueses com o ambiente, verificando-se que as questões ambientais se posicionavam na quinta posição na lista das áreas para si mais importantes (ver Almeida, 2004), com o evoluir do tempo, e pelas razões já sobejamente conhecidas e aqui referidas, a temática ambiental perdeu preponderância, passando praticamente a ser “descartada”, posicionando-se a proteção do ambiente em 13º lugar na lista das questões mais importantes com que Portugal se depara, segundo os portugueses, numa lista composta por 14 áreas temáticas (ver CE, 2009).

Aliás, nesta matéria, os portugueses situam-se 4 pontos percentuais abaixo da média europeia no que confere à importância desta questão, na atualidade (ver CE, 2009). Já os cidadãos de Mindelo, de forma manifesta colocam as questões ambientais como prioritárias face às restantes, o que evidencia graus de sensibilização díspares dos cidadãos de Mindelo face ao encontrado à escala

nacional, quando comparadas as áreas temáticas. Neste particular, se em Mindelo, à exceção do grupo etário com mais de 65 anos, existe uma convergência no interesse pela área ambiental, já à escala nacional a área económica, com destaque para a questão do desemprego, é incontestavelmente a mais citada por todos os grupos etários, com destaque para as classes etárias entre os 40 e 55 anos, sendo que, neste particular e ao contrário do verificado em Mindelo, é o grupo etário dos idosos que evidencia um menor interesse face aos restantes (ver CE, 2009). A diferença de postura dos cidadãos de Mindelo face ao quadro nacional parece resultar, em parte, devido nomeadamente a dois fatores. Primeiro, a população de Mindelo é mais atenta e preocupada com os problemas de maior proximidade do que os que ocorrem externamente à sua localidade (como se verá posteriormente). Segundo, e face a acontecimentos que marcaram a história deste lugar no que confere à defesa do ambiente, com destaque óbvio para a ROM, observa-se uma maior preocupação dos mindelenses perante questões de carácter ambiental.

Quando questionados sobre o conhecimento de associações de defesa do ambiente, verifica-se que a larga maioria dos inquiridos conhece, sobretudo, a *Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA)* (63%), por ser uma ONG local e, como tal, a influência da proximidade surge como um fator determinante para o conhecimento desta entidade. A QUERCUS e a OIKOS com 21% e 5%, respetivamente, surgem como as únicas a serem referidas, contribuindo os cerca de 11% (32 inquiridos) que não responderam/não souberam para comprovar o desconhecimento dos inquiridos face à existência deste tipo de associações no panorama português (figura 5.48).

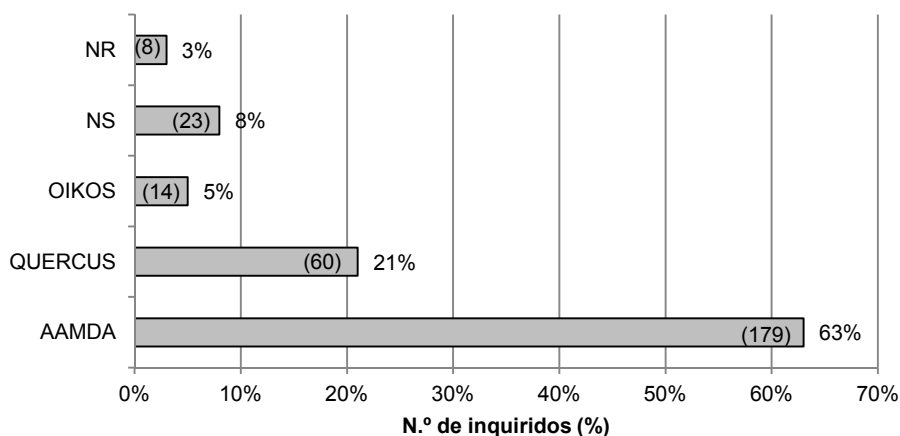


Figura 5.48 – Associações de defesa do ambiente que os inquiridos conhecem (%)

Apesar da análise às respostas da pergunta anterior já indiciarem, de uma certa forma, o desconhecimento dos inquiridos em relação à existência de associações ambientalistas no nosso País (com exceção da AAMDA pelas razões já evocadas) é com alguma surpresa que se regista que nenhum cidadão inquirido é membro de alguma destas associações. As razões apresentadas pelos inquiridos remetem (novamente) para a falta de tempo/disponibilidade (38%) para acompanhar e integrar-se nos trabalhos/ações que estas promovem. No entanto, é de salientar

que grande parte dos inquiridos (38%) parece não se identificar com este tipo de associações por não se reverem nos trabalhos e nas suas ações (figura 5.49).

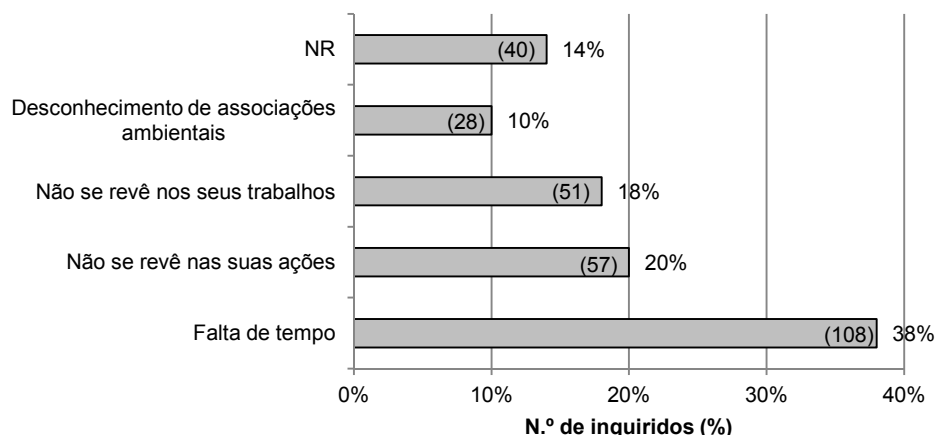


Figura 5.49 - Fatores apontados pelos inquiridos para a falta de associativismo às associações de cariz ambiental (%)

Neste âmbito, e excetuando AAMDA, os mindelenses revelam desconhecimento de outras associações ambientalistas, o que indicia diferenças face ao todo nacional, em que se verifica que a maioria dos portugueses tem presente as instituições que operaram no contexto nacional. O certo, e como refere Almeida (2004), é que ser *simpatizante* não significa ser *ativista* e se no panorama nacional tal é realidade, com apenas 5% dos portugueses a referirem ser ativistas (ver Almeida, 2000; 2004) no caso da população de Mindelo a situação não difere, não existindo, aliás, nenhum cidadão que pertença a uma organização de carácter ambiental.

Quando questionados sobre a qualidade do ambiente a nível local, os inquiridos parecem satisfeitos com o estado do ambiente em Mindelo, tendo 58% referido que a qualidade do ambiente é “Razoável” e 31% considera, mesmo, ser “Boa” ou mesmo “Muito Boa” (3%). Neste contexto, apenas 11 inquiridos (4%) não se sentem satisfeitos, encarando como “Má” a qualidade do ambiente a nível local (figura 5.50).

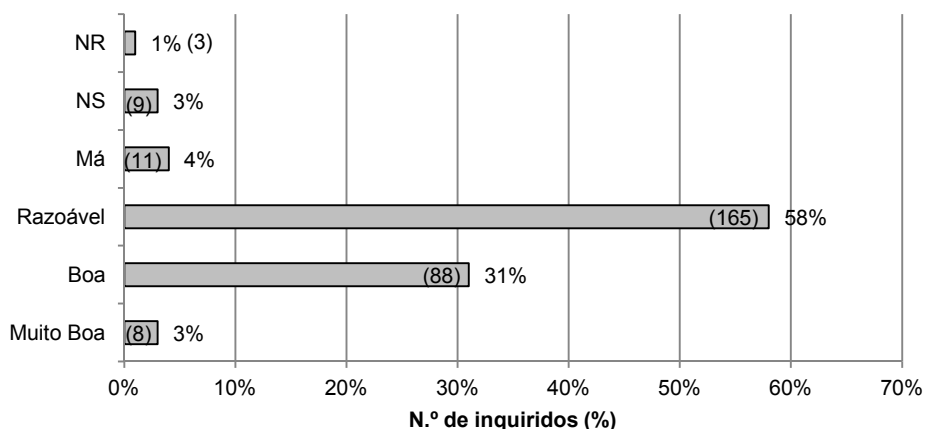


Figura 5.50 - Apreciação dos inquiridos à qualidade do ambiente em Mindelo (%)

Por grupos etários, verifica-se que mais de metade dos inquiridos com mais de 65 anos avalia a qualidade do ambiente como “Boa” (61%) e o grupo etário dos 15 aos 24 anos revela, na sua maioria (54%), ter a mesma opinião (figura 5.51). Desta forma, observa-se, pela leitura da figura 5.44, que a maior amplitude interquartil reside no grupo de indivíduos que responderam ser “Boa” a qualidade do ambiente, refletindo, na conjugação etária dos inquiridos, o valor da mediana mais baixo em relação aos restantes conjuntos. Contudo, esta visão mais otimista da qualidade do ambiente não é partilhada pelo grupo dos 25-64, observando-se que apenas 19% dos inquiridos partilha a mesma opinião. Acresce que a avaliação deste grupo entra em confronto com a perceção do estado do ambiente compartilhada pelos mais jovens e pela população mais idosa, com números expressivos (74%) dos inquiridos, com idades intermédias, a avaliar apenas como “Razoável” a freguesia em questões ambientais como se pode verificar pela localização central da mediana de cerca de 45 anos de idade.

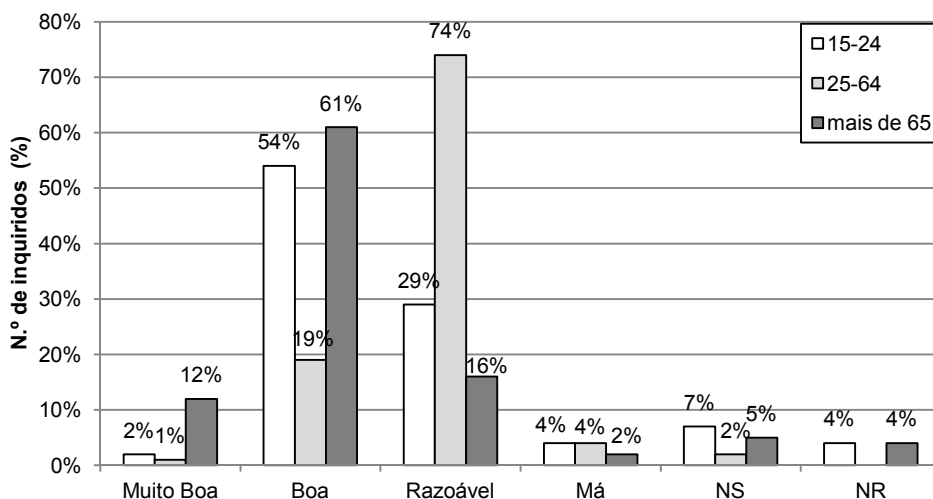


Figura 5.51- Apreciação da qualidade do ambiente em Mindelo, por grupos etários (%)

No cômputo geral, a larga maioria dos inquiridos sente-se satisfeita com a qualidade ambiental da sua localidade. Acresce que, analisando novamente a figura 5.52 que, de uma forma geral, são os indivíduos com mais idade que se configuram como os responsáveis pelos extremos na sua avaliação ao ambiente, observando classificações de *Muito boa* / *Má* provenientes deste mesmo grupo etário, apesar de se encontrar alguns *extremos* (14 e 32 anos).

Da leitura dos dados, surge a perceção a que Almeida (2004) faz referência e que se prende com a tendência dos portugueses para elevar os seus níveis de preocupação, sobre a qualidade do ambiente, à medida que se afastam do seu local geográfico, isto é, à medida que o contexto geográfico se afasta da escala local, para uma escala mais geral, consideram pior o estado do ambiente (ver subcapítulo 3.5.1) Assim, se é verdade que os portugueses avaliam com maior preocupação o estado do ambiente à escala nacional e mundial (ver Almeida, 2000) já os mindelenses revelam estar mais preocupados com problemas ambientais locais, considerando que, apesar de avaliarem a qualidade do ambiente como e/ou mais do que razoável, os níveis de

preocupação dos cidadãos face aos problemas ambientais locais não deixam de ser elevados, contrariando a mentalidade que se verifica no contexto nacional (ver Almeida, 2004).

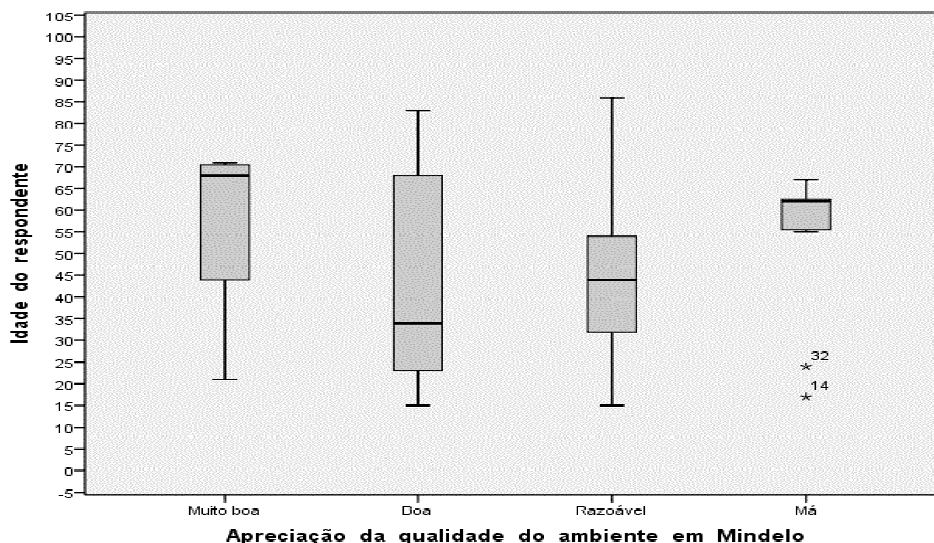


Figura 5.52 – Caixa de bigodes para as variáveis idade / avaliação do ambiente local

Neste âmbito, a par da confiança demonstrada na qualidade do ambiente ao nível local, os inquiridos revelam, igualmente, uma forte sensibilização para os problemas ambientais. Desta forma, 47% considera-se bastante preocupado com os problemas ambientais e 29% algo preocupado com estes assuntos. Apenas 68 inquiridos (24%) referiram estar pouco ou mesmo nada preocupados com estes assuntos (figura 5.53).

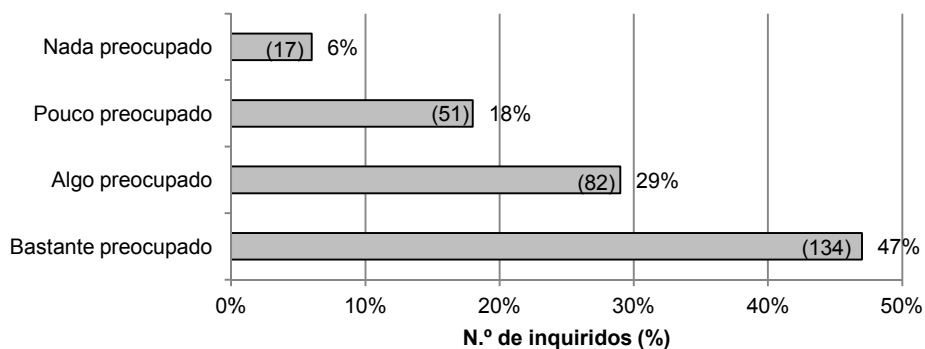


Figura 5.53 – Grau de preocupação dos inquiridos relativamente aos problemas ambientais (%)

No entanto, o grau de preocupação com o ambiente, de acordo com a análise por grupo etário, não é idêntico. Verifica-se que mais de metade dos inquiridos com menos 65 anos revela estar “Bastante preocupado” e atento às questões ambientais. Esta realidade é desvirtuada, quando se verifica que, para os inquiridos com mais idade, a preocupação é residual (41%) ou mesmo inexistente (29%). No confronto dos números, observa-se, igualmente, que é o grupo de inquiridos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos que revela um nível de preocupação mais elevado (55%), sendo, todavia, muito próximo do número de inquiridos, com menos de 25 anos, que revelam ter o mesmo grau de preocupação (figura 5.54).

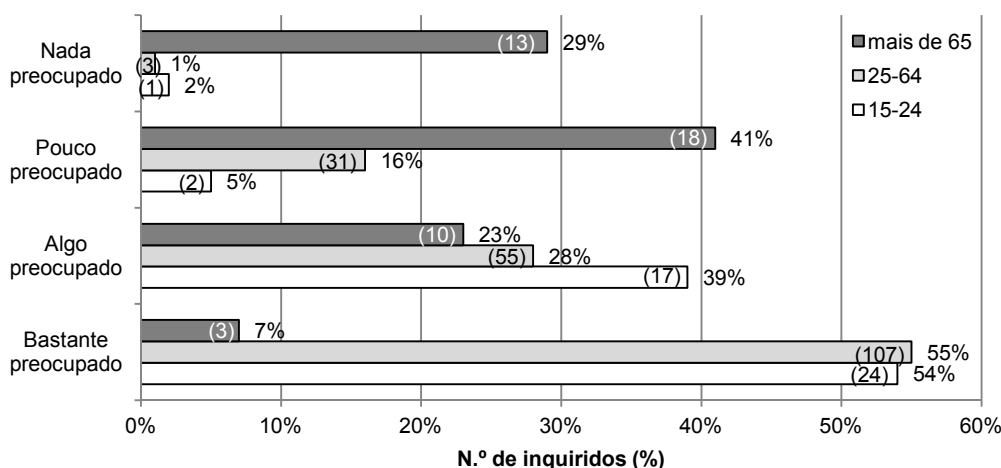


Figura 5.54 – Grau de preocupação dos inquiridos relativamente aos problemas ambientais, por grupos etários (%)

Verifica-se que os inquiridos com maior grau de preocupação com os problemas ambientais (“*bastante preocupado*”) são os indivíduos com mais formação académica (ensino secundário, 79%, seguido, com 69% dos inquiridos com ensino superior). Em oposição, surgem os inquiridos, sem nível de instrução académica, com mais de metade (59%) a afirmar não estar “*nada preocupado*” e 33% “*pouco preocupado*”. Esta posição face ao ambiente muda, ligeiramente, quando questionados os indivíduos com o ensino básico, verificando-se que a maioria se sentia “*algo preocupado*” e 32% “*bastante preocupado*” (quadro 5.14).

Habilitações literárias	Bastante	Algo	Pouco	Nada
Sem nível de instrução	-	8%(1)	33%(4)	59%(7)
Ensino Básico	32% (52)	40%(65)	24%(39)	4%(6)
Ensino Secundário + Médio	79% (50)	11% (7)	5% (3)	5% (3)
Ensino Superior	69% (32)	19% (9)	10% (5)	2% (1)

Quadro 5.14 – Grau de preocupação dos inquiridos relativamente aos problemas ambientais, por habilitações literárias (%)

A observação e análise da tabela de contingência para as variáveis nominais, habilitações académicas e grau de preocupação dos inquiridos face aos problemas ambientais, sublinha um grau de preocupação bem distinto, de acordo com o nível de habilitações académicas dos inquiridos. Assim sendo, observou-se que a quase totalidade de indivíduos (92%) que pertence ao grupo de inquiridos sem nível de instrução respondeu não estar nada preocupado (59%) ou mesmo pouco preocupado (33%) com questões ambientais. Já no que diz respeito aos inquiridos que possuem o ensino básico, na sua formação académica, verifica-se uma alteração da tendência, verificando-se que a maioria já se sente algo preocupada (40%) ou mesmo bastante preocupada (32%). Neste grupo, apenas 4% respondeu não estar nada preocupado com estas questões. Contudo, é nos indivíduos com mais habilitações académicas, ensino secundário e superior, que se verifica uma maior sensibilização para as questões de ordem ambiental. Assim,

no grupo de inquiridos detentores do ensino secundário e superior verifica-se que mais de 2/3 revelam estar bastante preocupados. Acresce, na comparação entre estes dois últimos grupos, que os inquiridos com ensino secundário revelam no nível mais elevado de preocupação uma maior representatividade (37%) para 24% dos inquiridos com ensino superior. Contudo, também é verdade que se verifica que, aproximadamente, o triplo dos inquiridos com ensino secundário, em relação aos inquiridos com ensino superior, revelam não estar nada preocupados com a situação. A associação entre as variáveis habilitações literárias e grau de preocupação é muita significativa, uma vez que a probabilidade de significância é inferior a 0,01 ($p=2.0 \times 10^{-21}$), o que traduz que o grau de preocupação é diferente, verificando-se que os cidadãos com mais habilitações académicas são os que revelam mais preocupações face aos problemas ambientais⁵⁷.

Neste item, o caso de Mindelo singulariza-se ao todo nacional. Como já foi anteriormente analisado, a preocupação generalizada com as questões ambientais surgiu tardiamente em Portugal, entre finais dos anos 60 e início de 70, do século XX (ver Schmidt, 2008), sendo que a preocupação ambiental sustentada numa política pública de ambiente data somente do final da década de 80 (ver Soromenho-Marques, 1998). Estas características inerentes à sociedade portuguesa têm subjacentes fatores histórico-sociais que marcaram e influenciaram a mentalidade dos portugueses (*fraca urbanização e industrialização do país, baixo nível sociocultural de grande parte da população, sociedade fechada face à difícil circulação de informação e de expressão individual e coletiva* – ver Rodrigues, 1997). Este facto, aliado à atual crise da economia portuguesa, que se encontra em divergência com a economia europeia desde o ano de 2001 (ver CE, 2009), resulta numa população que, atualmente, eleva os seus níveis de preocupação para as questões de desemprego (58%), situação económica (33%), inflação (31%) (ver CE, 2009), não coexistindo essa mesma preocupação com as questões ambientais que, por exemplo, pareciam ganhar terreno no início do século XXI. Aliás, a crise económica tem abalado tanto a estrutura social do país que 89% dos portugueses consideram a situação económica nacional muito negativa, sendo Portugal o quinto país mais pessimista da Europa nesta matéria (11 pontos percentuais acima da média europeia) (ver CE, 2009). Acresce que só a preocupação com o desemprego é tão elevada que faz de Portugal o quarto país europeu mais pessimista em matéria de situação de (des)emprego com um registo de 9 pontos percentuais acima da média europeia.

Neste contexto, verifica-se que a tendência nos níveis de preocupação dos portugueses em matéria de economia, em detrimento da área ambiental, nos aproxima mais de regiões do Mundo como África e América Latina (ver ICLEI, 2002c) do que propriamente das regiões mais desenvolvidas. Neste âmbito, Mindelo, ao apresentar uma população tão fortemente sensibilizada para as questões ambientais, desvincula-se do quadro nacional que vigora em termos de

⁵⁷ Refere-se que cinco células apresentam frequências esperadas inferiores a 5, o que viola um dos pressupostos da utilização de uma tabela de contingência, pelo que a leitura e interpretação dos resultados deve considerar este facto.

sensibilização ambiental. Referir ainda que, relativamente à análise por grupos etários e grau de instrução, e no que concerne especificamente à preocupação com o ambiente, existem semelhanças entre o panorama local de Mindelo / Nacional. São sem dúvida os inquiridos mais jovens e com mais habilitações académicas que demonstram uma atitude mais crítica, evidenciando maior inquietação e pessimismo com os problemas ambientais, resultado, em parte, de um maior conhecimento que mostram possuir sobre estes problemas que afetam a humanidade. Já os inquiridos mais velhos e iletrados e/ou com o ensino básico, e supostamente menos informados, têm uma atitude mais circunscrita aos problemas locais com os quais contactam mais diretamente, encarando de forma menos negativa a tendência futura do estado do ambiente. No cômputo geral, tanto a nível local como nacional, existe a perceção generalizada dos cidadãos de que o estado do ambiente vai *piorar* no futuro, o que justifica a apreensão testemunhada nas diferentes escalas de análise.

Contudo, e apesar de parecer contraditório, os inquiridos não manifestam a mesma atitude quando é necessário fazer algo em prol do ambiente. Neste contexto, perguntou-se aos inquiridos se estariam dispostos a pagar mais na aquisição de bens e produtos através da aplicação de taxas ambientais. A resposta foi convincente com 173 indivíduos (61%) a responder “*Não*” contra apenas 29% dos inquiridos que afirmaram estarem dispostos a custear essa diferença (figura 5.55).

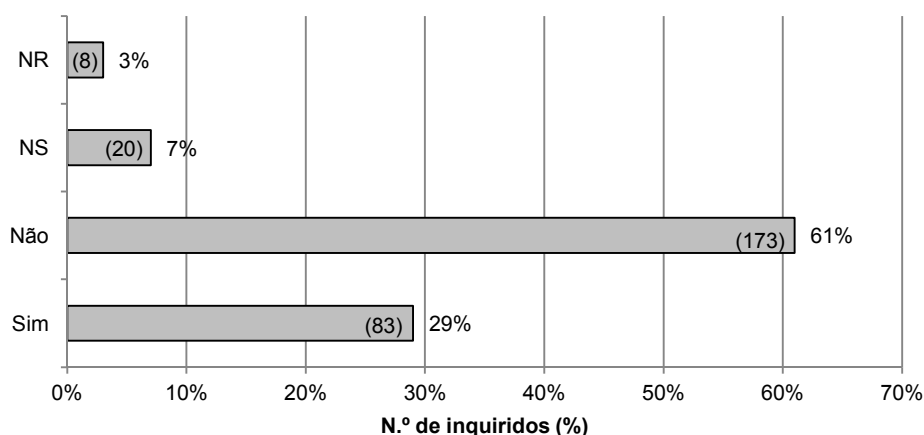


Figura 5.55 – Postura dos inquiridos quando questionados se estariam dispostos a pagar mais por bens e serviços devido à aplicação de taxas ambientais (%)

Se de forma unânime os que disseram “*Sim*” evocaram que para “*melhorar o estado do ambiente*” estavam dispostos a suportar o acréscimo de despesas já os que se recusam a pagar o custo adicional alegam diversas razões, destacando-se a sobrecarga de impostos (37%), os baixos salários (26%) e o atribuir responsabilidade ao Estado dos problemas ambientais existentes, como os principais fatores responsáveis pela recusa dos inquiridos em pagar mais (figura 5.56).

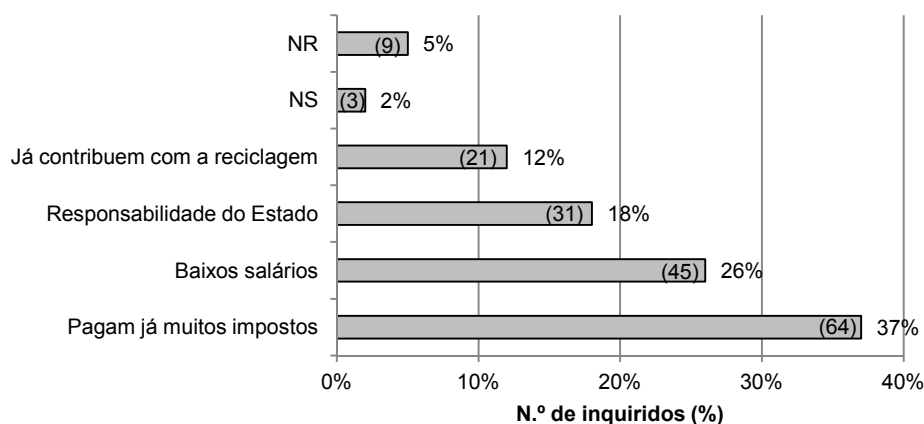


Figura 5.56 – Razões que levam os inquiridos a recusar pagar mais pelos bens e serviços (%)

Neste caso, é óbvio que sensibilização e consciencialização ambiental são componentes opostas. Se é clara a existência de uma elevada preocupação dos mindelenses com os problemas ambientais, também se verifica que, na prática, estes não parecem muito motivados em contribuir para a sua resolução. Neste caso, os dados analisados corroboram situações já avaliadas. Por um lado, confirmam os fracos níveis de participação cívica na vida pública da comunidade, por outro, refletem a falta de ativismo ambiental e, no geral, realçam a proximidade de valores e de mentalidade que caracteriza o caso de Mindelo face ao todo nacional. Acresce que, de igual modo, se confirma a (sobre)influência da componente económica face à ambiental com a maioria dos inquiridos a recusar participar em ações ambientais desde o momento em que estas acarretem custos financeiros para si. Esta situação fica ainda mais extremada quando, a nível nacional, se verifica uma certa predisposição dos cidadãos para pagar mais por produtos de primeira necessidade que defendem o ambiente, caso dos produtos agrícolas biológicos (70%) (ver Almeida, 2004). No caso de Mindelo, nem esta “boa vontade” parece existir. A explicação para este caso particular reside no facto desta localidade ser uma área de carácter rural com uma atividade agropecuária bem implementada (como se pode constatar pelo número de vacarias existentes) e pela condição dos cidadãos locais que cultivam produtos para consumo pessoal, praticando uma agricultura de subsistência de carácter policultural.

Posteriormente, foi questionado se, para os inquiridos, existiriam problemas ambientais em Mindelo que fossem geradores de preocupação para os residentes, retomando e aprofundando uma questão anterior (ver item “*qualidade do ambiente em Mindelo*”). Do universo dos inquiridos, 62% referem a existência de problemas ambientais que os preocupam, em Mindelo, para 32% que afirmam não reconhecer qualquer tipo de problemas de carácter ambiental. Nesta análise consta, ainda, 6% de inquiridos que disseram desconhecer eventuais problemas ambientais. Fazendo uma análise comparativa com os dados nacionais, depreende-se uma certa divergência no modo de encarar os problemas locais.

Se a nível nacional se verifica uma tendência para os cidadãos locais encararem os problemas ambientais com mais preocupação à medida que estes se afastam do seu meio geográfico local (com 46% a considerar preocupante os problemas ambientais locais, passando para 81% quando avaliados fora do contexto nacional e 83% quando avaliados num plano supranacional) já em Mindelo quase 2/3 da população local (61%) não hesita em considerar a existência de problemas ambientais “dentro de portas”. Este comportamento remete para a existência de uma desconformidade na forma como os mindelenses e a sociedade portuguesa, em geral, avalia e percebe as questões ambientais, de acordo com a escala de análise.

No caso de Mindelo, dos 176 inquiridos (62%) que declararam existir problemas, 33% referem a contaminação de água doce (a maioria incidiu a sua observação para o caso da ribeira de Silvares) como principal problema ambiental, seguida da poluição dos solos (exemplificando com os problemas de contaminação, existentes segundo as suas opiniões, relativos aos chorumes das vacarias) com 19% de respostas, 17% referiu a poluição das praias (com uma clara alusão dos inquiridos à contaminação das águas que servem a praia de Mindelo) e com 13% a poluição do ar (com referência a algumas ruas, assinaladas pelos inquiridos, devido ao mau odor proveniente de resíduos orgânicos resultantes de vacarias). A contaminação da água potável, que colheu cerca de 12% de respostas, está, igualmente, associada ao problema da contaminação da água doce, o que perfaz um total de 45%, número bastante revelador que para os mindelenses este é o principal problema a merecer rápida resolução (figura 5.57).

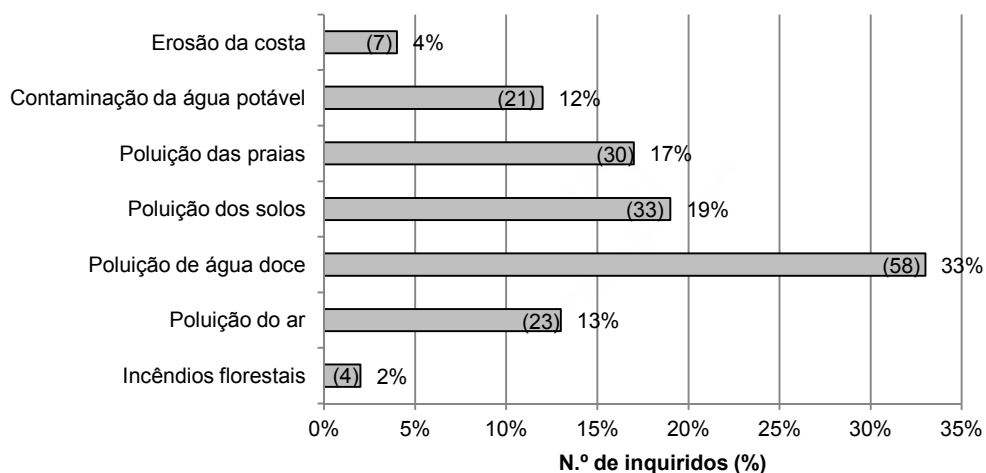


Figura 5.57 – Principais problemas ambientais, em Mindelo, segundo os inquiridos (%)

Na confrontação de dados, verifica-se que os problemas ambientais apontados pelos mindelenses marcam precisamente a elevada preocupação à escala mais próxima do cidadão. Se a nível nacional os principais problemas apontados pela população portuguesa são, acima de tudo, a poluição do ar e os maus cheiros, seguindo-se poluição sonora e o ruído (ver Almeida, 2004), já no contexto do caso de estudo de Mindelo a população reflete a sua inquietação com os problemas que não são “globais”, mas sim privilegiando os de carácter local, dando uma clara ideia que

assenta na atitude dos mindelenses que parecem separar o *nós* e os *outros* em matéria de ambiente.

Foi posteriormente questionada a forma como, habitualmente, os mindelenses tinham acesso à informação sobre a temática do ambiente. Segundo os inquiridos, a maioria dos cidadãos locais privilegia o acesso à informação através da “*Experiência direta*” (41%), seguida das conversas entre “*Amigos / Vizinhaça*” (30%) (figura 5.58). Em geral, é de uma forma informal que a informação é veiculada em Mindelo, sendo relegados para segundo plano os meios de comunicação, tais como jornais, rádios e televisão (16%). Fica claro que a comunidade mindelense tem a perceção da realidade ambiental, através do próprio contacto com os problemas. Se se verifica que a maioria dos mindelenses privilegia o acesso à informação, através da “*Experiência direta*” seguida das conversas entre “*Amigos / Vizinhaça*”, também é verdade que a forma de aceder à informação varia conforme a idade e habilitações académicas. Neste contexto, observa-se que o grupo dos mais jovens dá primazia à conversa entre familiares e amigos (47%) e à pesquisa de informação através do uso das novas tecnologias (28%), o grupo dos adultos releva, a par da experiência direta (42%) e da conversa informal entre conhecidos e familiares (28%), a consulta através de meios de comunicação mais convencionais, como jornais, revistas e televisão (14%), já o grupo etário mais avançado remete, sobretudo, para a experiência direta como principal modelo de obtenção de informação (63%).

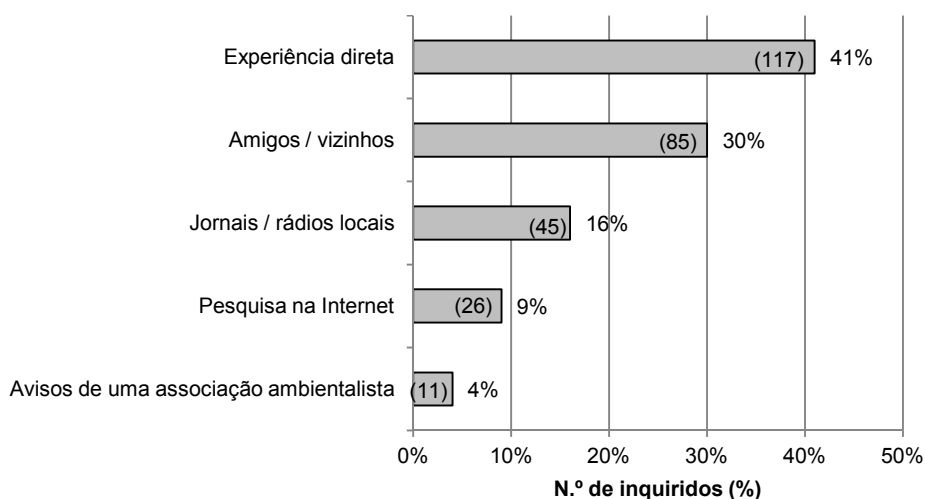


Figura 5.58 – Principais meios utilizados, pelos inquiridos, para ter acesso à informação (%)

No que concerne a análise por habilitações académicas, os inquiridos com mais habilitações académicas (ensino superior) diferenciam-se, significativamente, neste quadro, elegendo a pesquisa na Internet (34%) como principal meio de acesso à informação, seguida da conversa com “*Amigos/Vizinhos*” (30%) e da consulta de “*Jornais / Rádios Locais*” (17%), surgindo apenas como 4ª opção a “*Experiência direta*” (11%) e, por último, os avisos dados por uma associação ambientalista (8%) (quadro 5.15).

Habilitações literárias	Experiência direta	Amigos / Vizinhos	Jornais / Rádios locais	Pesquisa na Internet	Aviso de uma associação ambientalista
Sem nível de instrução	59% (7)	33% (4)	8% (1)	-	-
Ensino Básico	50% (81)	31%(50)	16% (26)	1% (2)	2% (3)
Ensino Secundário	38% (24)	27%(17)	16% (10)	13% (8)	6% (4)
Ensino Superior	11% (5)	30%(14)	17% (8)	34% (16)	8% (4)

Quadro 5.15 – Principais meios utilizados, pelos inquiridos, para ter acesso à informação, por habilitações literárias (%)

Por sua vez, e decorrente da análise da tabela de contingência entre as variáveis nominais, habilitações académicas e os principais meios utilizados para ter acesso à informação, observa-se que os indivíduos com menos habilitações inteiram-se das notícias locais através do contacto direto com esses mesmos problemas (experiência direta) e através de conversas rotineiras entre vizinhos / amigos. Desta forma, e analisando o item da experiência direta e da conversa entre amigos / vizinhos, verifica-se, respetivamente, que 75% e 64% do total dos inquiridos que optam por esta forma de obter informação pertencem ao grupo com menos habilitações literárias (indivíduos sem nível de instrução e com o ensino básico). Já os inquiridos com mais habilitações académicas (ensino secundário e superior) dão primazia a outras formas de consulta, privilegiando as novas tecnologias. Neste contexto, verifica-se que, do total dos inquiridos entrevistados, 92% dos que utilizam a internet, para ter acesso à informação, são cidadãos com o ensino secundário ou superior. Ainda, neste âmbito, regista-se uma maior proximidade destes cidadãos com as associações ambientalistas, sendo que 73% do total dos inquiridos que responderam ter conhecimento de problemas ambientais, através de avisos de associações ambientalistas, pertencem aos grupos de indivíduos com habilitações equivalentes ao ensino secundário e superior. A associação entre as variáveis habilitações literárias e meios utilizados para ter acesso à informação é muito significativa, uma vez que a probabilidade de significância é inferior a 0,01 ($p=1.7 \times 10^{-9}$), o que traduz que a forma dos cidadãos terem acesso à informação é diferente, verificando-se que os cidadãos com mais habilitações académicas privilegiam as novas tecnologias, em detrimento de outras formas escolhidas pelos restantes indivíduos⁵⁸.

Quando confrontados os dados locais com os nacionais, destaca-se uma diferença na forma como os portugueses procuram a informação ambiental, assumindo a comunicação social uma

⁵⁸ Refere-se que oito células apresentam frequências esperadas inferiores a 5, o que viola um dos pressupostos da utilização de uma tabela de contingência, pelo que a leitura e interpretação dos resultados deve considerar este facto.

hegemonia no país que não é compartilhada no caso de Mindelo. Se a televisão se demarca como meio sem concorrência na obtenção de informação para a larga maioria da população portuguesa, seguida em segundo plano pelos jornais e revistas e posteriormente a rádio (ver Almeida, 2004), em Mindelo no lugar de topo no acesso à informação ambiental surge o conhecimento direto dos problemas face à proximidade dos cidadãos com os mesmos, seguida de conversa entre amigos e vizinhos que se institui como meio de divulgação tipo “*passa a palavra*”. Desta forma, os meios de comunicação, como fonte de informação ambiental, têm menor ênfase para os mindelenses apresentando-se, ainda, com menor preponderância o uso da Internet e a informação recolhida junto a uma qualquer associação de cariz ambiental.

Por escalões etários, os jovens de Mindelo trocam os meios de comunicação social, principalmente a televisão (que serve de fonte principal de informação no âmbito nacional), pela relação entre amigos/família que tem enorme “peso” no acesso à informação. Todavia, já no que concerne ao uso da Internet, como segunda preferência na recolha de informação, esta situação é em tudo semelhante ao registado a nível nacional com este grupo etário a ser um grande responsável pela crescente importância desta fonte de informação no território nacional. No que respeita ao grupo etário dos adultos, a falta de sintonia não é menor, visto que se, a nível nacional, os meios de comunicação continuam a não ser destronados, com destaque para a televisão, rádio seguidos do acesso aos meios de comunicação escritos, como jornais e revistas (ver Almeida, 2004), já os mindelenses dão preferência evidente ao conhecimento direto com a terra e às conversas com amigos e familiares que lhes servem de “fontes” de informação prioritária nesta matéria. No que confere ao grupo etário mais avançado, o contraste é igualmente notório, com a televisão a ganhar ainda mais terreno como fonte de fornecimento de informação aos cidadãos nacionais e, no caso dos locais de Mindelo, observa-se o oposto, com o acentuar da interação dos residentes locais com o espaço físico e claramente a existência de uma proximidade para os problemas que afetam a sua localidade.

Por grau de instrução, observam-se igualmente diferenças nas várias escalas de análise. A nível nacional, com tendência dos indivíduos com mais escolaridade em enfatizar o acesso a revistas e jornais, apresentando-se valores mais baixos nesta forma de acesso à informação dos menos letrados que se prenderá com os seus fracos níveis de literacia. A relação entre amigos / família também se constitui como fonte primordial de informação para os mais instruídos, visto possuírem um nível de escolaridade mais elevado, o que lhes aumenta os níveis de preocupação e os leva a aumentar o fluxo de troca de informação nas conversas entre amigos / família (ver Almeida, 2004). No caso dos cidadãos de Mindelo, observa-se que os indivíduos possuidores de habilitações académicas superiores privilegiam mais o uso das novas tecnologias, com destaque para a Internet, ao invés da consulta de revista e jornais que surgem apenas em 3º lugar. No entanto, a segunda maior fonte de informação, a conversa entre amigos / famílias, constitui-se, igualmente, como a 2ª preferência, como sucede a nível nacional.

Concluindo, a nível nacional, os meios de comunicação social imperam como principais fontes de informação ambiental escolhidos pelos portugueses, com grande destaque para a televisão que se afigura como fonte de informação transversal à sociedade. Neste âmbito, não se pode omitir que o papel da televisão, como um dos principais meios de divulgação e transmissão de informação, foi pouco eficiente em matéria de veiculação de informação ambiental, lembrando palavras de Schmidt (2003) em que a autora se referia à “*demissão*” e “*ausência*” do discurso ambiental do canal público, RTP1, na época em que esta era detentora de monopólio audiovisual português e que contribuiu, segundo a mesma, para a alienação das questões ambientais por parte dos portugueses. É claro que, tanto Schmidt (2003) como Vasconcelos (2001b), reconhecem que a entrada e concorrência de canais privados contribuíram para aumentar os *níveis de educação* [ambiental] e acesso à informação e, simultaneamente, revelar preocupações e consciencialização crescentes face ao ambiente, por parte dos cidadãos portugueses.

Todavia, a extrema vinculação a este meio sujeita os cidadãos à grelha televisiva dos canais televisivos e à prioridade que estes queiram atribuir aos assuntos, neste caso, de índole ambiental. Apesar de existirem flutuações resultantes de uma maior diversidade de consulta de fontes de informação, de acordo com os escalões etários e sobretudo de acordo com as habilitações literárias, como se verificou, o facto é que o comodismo e passividade que parece coexistir na mentalidade dos portugueses contribui para baixar os seus níveis de informação e conhecimento. Como refere Almeida (2004: 132), os portugueses “*preferem que a informação venha ao seu encontro de uma forma fácil e prática sem implicar grande esforço – basta acionar o botão*” do comando da televisão. Já no caso de Mindelo, observa-se uma maior atenção dada aos problemas face ao convívio direto dos seus residentes com o espaço físico envolvente e, conseqüentemente, com o contacto mais direto com problemas que afetam a localidade. Acresce que a proximidade das suas gentes favorece a própria divulgação de informação (no designado processo de “*bate boca*”) e a crescente utilização das novas tecnologias, principalmente efetuada pelos indivíduos mais jovens e com mais habilitações académicas corrobora um conhecimento mais atualizado da informação menos dependente de terceiros para ser conhecida. Desta forma, o modo como a nível do território local se tem acesso à informação contribui para que os cidadãos aumentem os níveis de preocupação com os problemas ambientais, decorrente da maior intimidade, interiorização e perceção dos mesmos.

O que resulta, independentemente da forma como os mindelenses acedem à informação, é a clara perceção que a população local procura estar atenta e informada sobre problemas ambientais e de saúde pública que eventualmente possam afetar a sua localidade. Neste sentido, 236 inquiridos (83%) responderam que procuram estar sempre informados, enquanto apenas 17% referem que dispensam saber, explicando que os seus problemas são as suas principais preocupações. Dos que procuram estar informados, continua a ser dada primazia aos amigos/vizinhos e aos jornais locais como sendo as principais fontes de informação.

Dos 48 inquiridos que responderam negativamente, 34% revelou negligenciar a procura de informação, devido, principalmente, ao sentimento de impotência para ajudar a resolver esses mesmos problemas. Contudo, 22% afirma que não procuravam informação, porque julgam não existir qualquer problema, em Mindelo, que exija especial atenção pelo que não se preocupam com tal facto. No entanto, alguns inquiridos admitiram mesmo que a falta de interesse e de tempo, 16% e 14% respetivamente, eram os fatores que se instituíam como principais responsáveis (figura 5.59). Por coincidência (ou não) verifica-se que a percentagem de inquiridos que refere a falta de interesse comparada com os números dos que declaram falta de tempo / oportunidade são bastante próximos, o que induz que se deva encarar estes dois fatores como um só ou pelo menos como fatores que se complementam mutuamente.

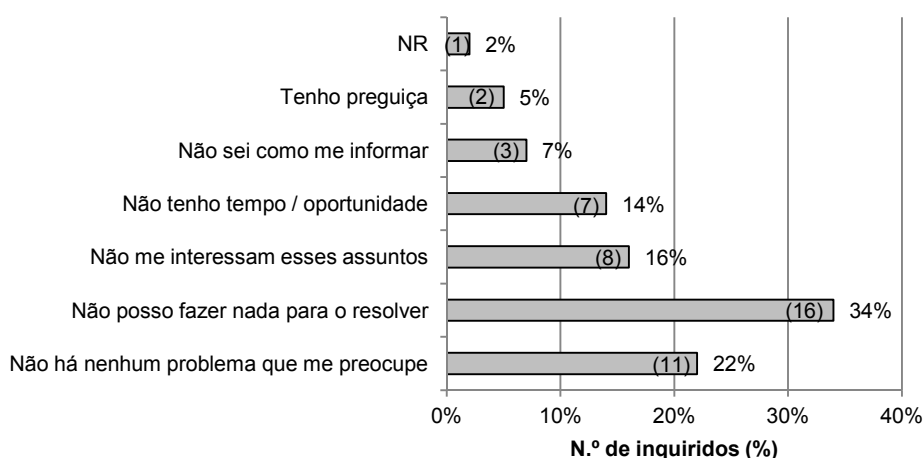


Figura 5.59 - Razões que levam os inquiridos a não procurarem informação relativa a assuntos de ordem social e ambiental (%)

Cruzando as respostas com as variáveis nacionais, observa-se um sentimento comum que transvasa o quadro local de desânimo e descrença dos cidadãos de Mindelo, no que respeita ao seu poder de influência para mudar o rumo dos acontecimentos e que, de forma muito direta, condiciona a própria atitude de procura e pesquisa da informação ambiental. Assim, também a nível nacional e recordando Almeida (2004: 128) *“na cabeça e na vontade das pessoas existe pois um desajuste claro entre aquilo que é a realidade e aquilo que deveria ser. A sociedade civil portuguesa está insatisfeita (...) seja pela chicana mediático-política quer por considerar que as entidades (...) que os poderiam ouvir estão muito distantes e com as quais não podem interagir”*. Ora, participação cívica e informação públicas são conceitos que não podem viver dissociados, pois estão intimamente ligados, condicionando-se mutuamente. Só uma sociedade conhecedora dos problemas que a afetam é que pode agir e responder aos desafios que lhe são colocados. Do que vale Portugal ter assinado, em Aarhus, em 1998, a *convenção sobre acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça* e ter promovido ações no âmbito dos organismos do MAOT (ver subcapítulo 2.3.3.1), comprometendo-se, efetivamente, a tomar medidas para assegurar o livre e fácil acesso à informação se se verifica um

clima de indiferença de uma sociedade que, para além de não acreditar na classe política, considera, ainda, que esta tendencialmente afasta os cidadãos das tomadas de decisão (ver Oliveira, 2005; Schmidt, 2007; CNADS, 2003). Deste modo, para a mesma questão surge uma mesma resposta que, de forma maioritária, atribui responsabilidade ao poder governamental pela falta de interesse pelas matérias dos cidadãos, razão que influi nos níveis de consulta/pesquisa, particularmente, a de ordem ambiental.

Perguntou-se a seguir, aos inquiridos, como encaravam a forma dos meios de comunicação social abordarem os problemas ambientais ou de saúde pública. Neste item, verifica-se uma clara divisão de opiniões, com 42% dos inquiridos a responderem ser “*alarmista*”, enquanto 38% considera “*adequada*” a forma como os meios de comunicação divulgam essa informação (figura 5.60). Cerca de 14% reparte a sua opinião, referindo que tal situação depende dos casos / tipos de problemas que são abordados (8%) ou do próprio órgão de informação que divulga as notícias (6%), existindo uma clara alusão, dos inquiridos, à televisão como o meio de comunicação mais “*sensacionalista*” na transmissão da informação.

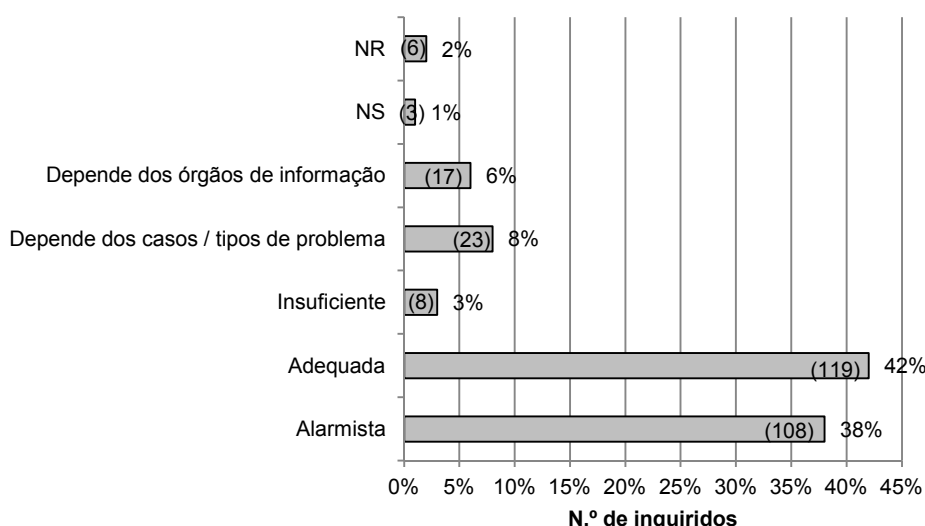


Figura 5.60 – Apreciação dos inquiridos quanto ao modo como os meios de comunicação divulgam informação relativa a problemas de cariz social e ambiental (%)

Neste item, e quando confrontados os dados em diferentes escalas de análise, verifica-se que mais importante do que a avaliação do impacto do trabalho dos *mass media*, na divulgação de informação, junto dos cidadãos está a sensibilidade e consciencialização dos mesmos perante os problemas. Neste particular, e apesar de se ter verificado o papel importante dos *media*, em particular, a televisão (como foi analisado anteriormente), com o reconhecimento por vários autores como Schmidt (2003) e Vasconcelos (2001b), que referem que as emissões dos meios de comunicação influenciam as representações e valores ambientais, constituindo-se como importantes processos de reflexividade coletiva, tal não significa que o grau de exposição aos meios de comunicação esteja diretamente relacionado com o conjunto de práticas e ações coletivas de proteção ambiental preconizado pela população. Aliás, relembrando Almeida (2004:

373), o “conhecimento e a informação sobre as questões relacionadas com problemas de ordem ambiental, e o seu grau de exposição aos meios de comunicação social, contribuem para modelar as representações (...) mas não discriminam decisivamente as atitudes ambientais entre a população”. Neste âmbito, relembro alguns autores, com destaque para Loges (1994), que defende que a atenção dada pelos cidadãos aos *media* cresce no sentido direto da perceção que estes têm das ameaças que se viva no seu meio. Neste particular, o caso de Mindelo parece confirmar que foram os vários problemas ambientais com os quais os mindelenses se confrontaram no passado que mais contribuíram para elevar os seus níveis de sensibilização ambiental face ao grau de preocupação demonstrados pelos cidadãos nacionais.

Numa etapa seguinte, procurou-se averiguar o nível de consciencialização dos entrevistados face aos problemas, tentando saber quais as formas de luta que estariam dispostos a integrar para defender o ambiente. Pela leitura dos dados da figura 5.61 percebe-se que a esmagadora maioria dos mindelenses não se sente suficientemente consciencializada para participar em ações de protesto que visem contribuir para a melhoria do ambiente. Cerca de 88% dos inquiridos nunca participou em ações desta índole, sendo, ainda, maior o número de inquiridos que não respondeu (7%) dos que responderem positivamente à pergunta (5%).

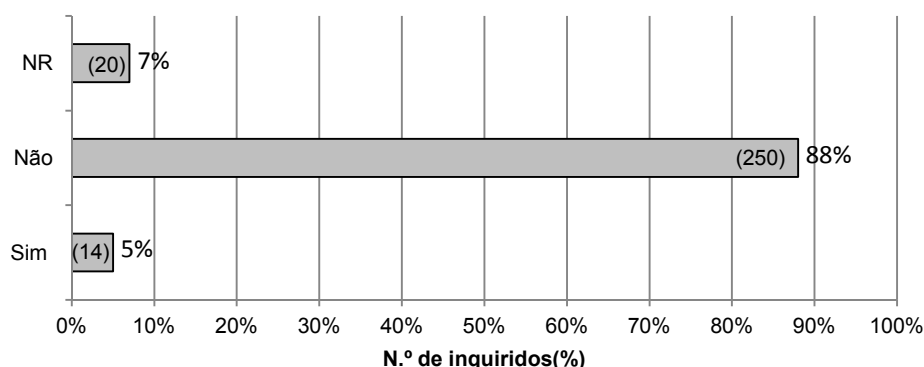


Figura 5.61 – Número de inquiridos que participaram em ações de protesto em prol do ambiente (%)

Sendo o número de participantes em ações de protesto muito diminuto, afere-se que é o grupo etário de idosos (96%) com menos instrução académica seguido da população mais jovem (89%) e mais letrada que contribuem para a passividade da população de Mindelo no ato de se manifestarem. Apesar de se verificar que a população de Mindelo não se sente sensibilizada para ações de protesto, reconhece-se que é o grupo etário dos 25-64 anos (6%) com o ensino intermédio que mais se mobiliza nestas iniciativas (Figura 5.62) como se pode verificar pela distância interquartil observada na figura 5.63.

Dos 14 inquiridos que responderam ter participado, 64% referiram ter assinado uma petição / “abaixo-assinado”, mencionando que o fizeram para defender a Reserva Ornitológica de Mindelo, contribuindo assim para que, com o número suficiente de assinaturas, pudesse ser discutido e aprovado, em sede de Assembleia da República, o estatuto de reserva ecológica como forma de

aumentar o grau de proteção desta zona de enorme biodiversidade e riqueza paisagística. Outros 22% referem ter participado através de uma manifestação (neste caso, todos referiram a ação de protesto pela falta de saneamento que prejudicava a qualidade das águas do mar com reflexo direto na praia de Mindelo), seguindo-se a participação em reuniões da Câmara Municipal / Junta de Freguesia (14%).

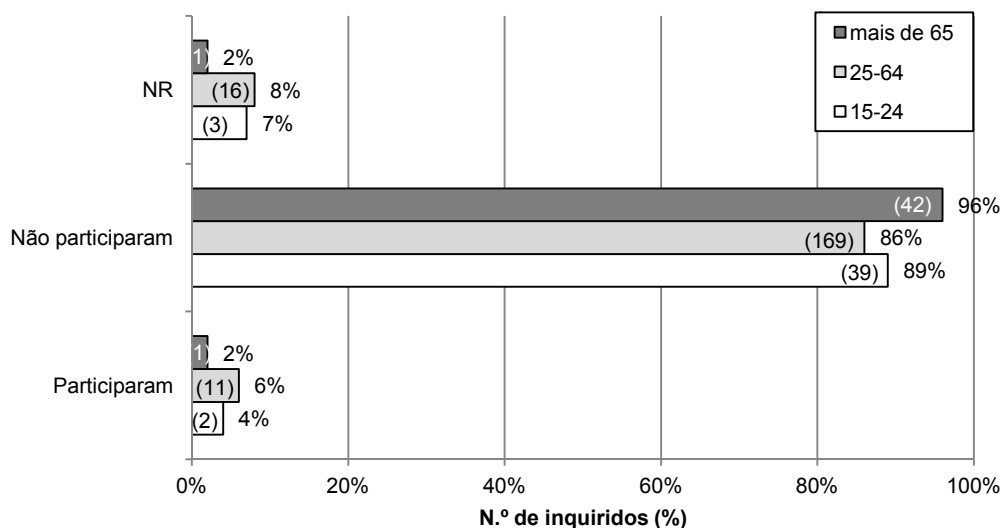


Figura 5.62 – Nível de participação em ações de protesto em prol do ambiente, por grupo etário (%)

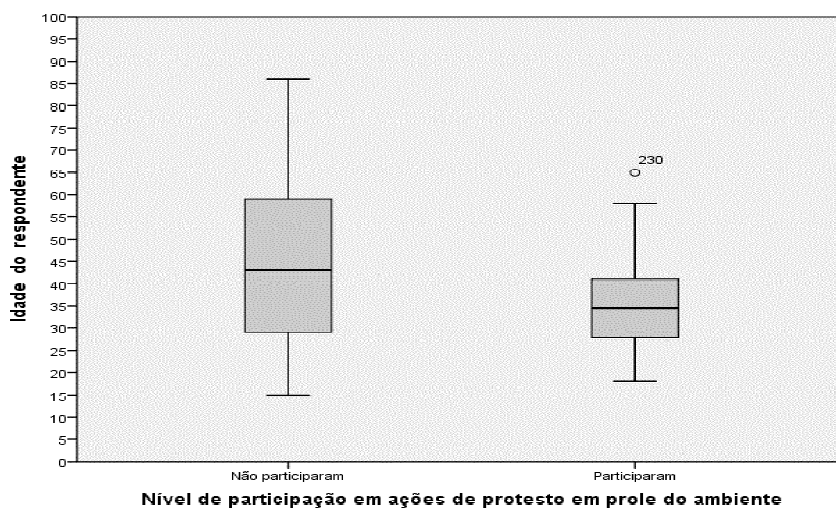


Figura 5.63 – Caixa de bigodes para as variáveis idade / Nível de participação em ações ambientais⁵⁹

Dos 88% que responderam negativamente (250 inquiridos), 36% respondeu que a escassez de tempo foi a principal causa da falta de presença em atividades deste caráter, aliado ao facto de, igualmente, nunca terem sido convidados a participar (19%). Contudo, a desinformação sobre este

⁵⁹ O candidato 230 surge como um *outlier*, sendo considerado como valor inconsistente.

tipo de eventos (13%) surge como 3ª causa que explica a “passividade” dos mindelenses seguida, muito perto, pela forma despreocupada com que alguns inquiridos encaram os problemas da sua freguesia (figura 5.64).

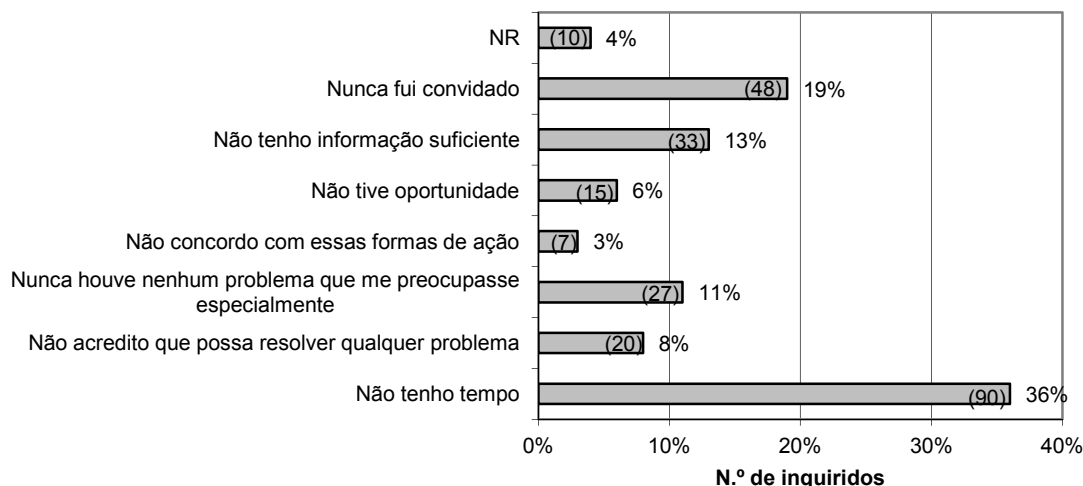


Figura 5.64 - Razões que levam os inquiridos a não participarem em ações de protesto (%)

Neste ponto, verifica-se que as atitudes ambientais dos cidadãos locais divergem do panorama nacional quando confrontadas as variáveis etárias e habitações académicas. De modo geral, observa-se que, no que respeita a atitudes ambientais coletivas e às idades que tanto os mindelenses como os portugueses, em geral, são mais intervenientes na classe etária dos adultos, sendo que igualmente a nível nacional o grupo dos jovens não é tão expressivo como o grupo etário que lhe sucede (ver Almeida, 2004: 272). Tal pode significar que o potencial ambientalista juvenil não se traduz, na prática, em ações concretas e, no que respeita ao grupo etário mais avançado, observa-se que as atitudes de indiferença ou reativas, às questões ambientais, são semelhantes. É, então, o grupo etário dos adultos que, em ambos os casos, revela atitudes mais favoráveis de consciencialização ambiental. No que respeita à análise por habilitações académicas, surgem resultados díspares. Enquanto a nível nacional existem variações significativas entre os indivíduos, de acordo com o seu grau de escolaridade, verificando-se contudo uma quase linearidade nessas oscilações, já no caso de Mindelo não existe um padrão definido, senão vejamos. No caso nacional, “quanto mais elevado o grau de escolaridade mais favorável a atitude ambiental existindo passagens significativas nos níveis de ativismo à medida que os indivíduos são mais diplomados” (Almeida, 2004: 345). No caso de Mindelo, são os indivíduos detentores do ensino secundário que mais participam em ações pró-ambientais, diminuindo o índice de consciencialização de forma muito significativa quando se trata de indivíduos sem nível de instrução e de forma mais comedida quando abordamos o caso dos indivíduos com o ensino superior. Já no que confere à avaliação geral dos cidadãos, denota-se que os mindelenses padecem do mesmo mal diagnosticado a nível nacional, com baixos valores de participação cívica que comprometem o desenvolvimento de processos de sustentabilidade (ver Schmidt, Nave, Guerra, 2006a; Vasconcelos, 2003, CNADS, 2003, Oliveira, 2005).

5.5.2. Comunidade local e conhecimento da natureza da Agenda 21 Local

O seguinte grupo de questões foi direcionado no sentido de apurar o grau de cumplicidade da comunidade local com o instrumento da A21L. Não podendo negligenciar o facto deste caso de estudo retratar o pioneirismo da A21L, com a sua origem no poder sublocal, compete compreender o papel e o contributo que, eventualmente, a população local tenha dado para a materialização desta realidade.

Da análise às respostas, retém-se que, desde logo, a maioria dos inquiridos não sabe o que é uma A21L, algo que não deixa de ser surpreendente (figura 5.65). Apenas 23% dos inquiridos (66 indivíduos) souberam definir a A21L como um instrumento de sustentabilidade, contrariando a tendência de a considerarem como um processo que incide apenas numa única vertente de desenvolvimento. Neste contexto, a moda identifica-se na variável “Apenas o ambiental”, realçando a opinião dos inquiridos que consideram a A21L como um instrumento de carácter puramente ambiental (37%). Esta realidade foi presenciada pelo próprio presidente da AAMDA, Pedro Macedo, que verificou no terreno que a maioria da população “desconhecia o conceito de A21L e a forma de a operacionalizar no terreno”, o que levou à necessidade de proceder a sessões de esclarecimento e de informação para ultrapassar este contratempo (ex presidente da AAMDA, entrevista pessoal, 14 de julho de 2009).

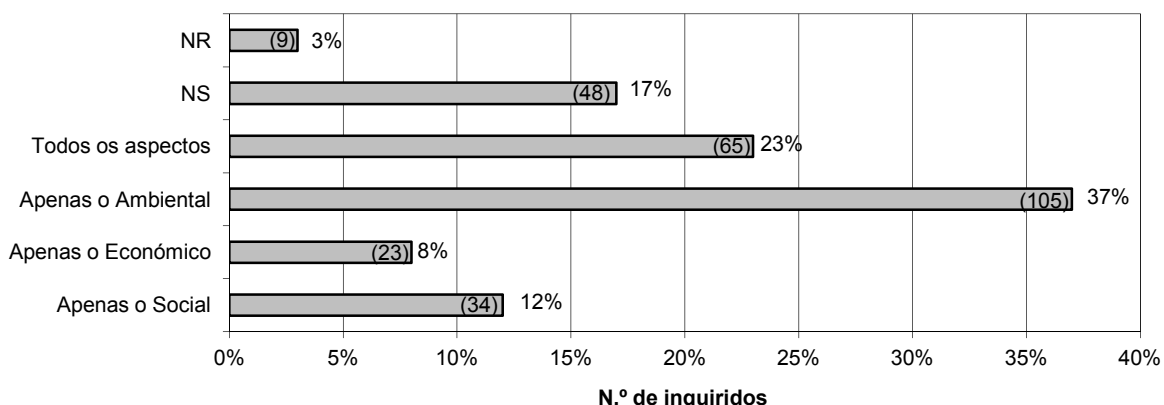


Figura 5.65 - Resposta dos inquiridos sobre quais os aspetos que um processo de A21L aborda (%)

Independentemente da idade do inquirido, nenhum grupo etário identifica corretamente a Agenda 21 Local como instrumento de sustentabilidade, mas sim como um instrumento de carácter puramente ambiental. Contudo, o grupo de idosos é que apresenta um maior desconhecimento com apenas 5% (2) dos inquiridos a acertarem na opção correta. Outro aspeto que se realça é o facto da elevada dispersão de opiniões sobre o assunto ser, igualmente, reveladora da falta de consenso sobre a essência de um processo de A21L. Neste contexto, verifica-se que, de acordo com a localização central da mediana, os indivíduos mais jovens concentram a sua opinião na vertente social, sendo que os mais idosos têm tendência para julgar a Agenda 21Local como um processo de carácter puramente económico. São, sem dúvida, os indivíduos de meia idade (apesar

da dispersão de opiniões verificado no comprimento dos bigodes) que evidenciam maior conhecimento sobre este instrumento.

A par destas situações, também se verifica uma percentagem bastante significativa de inquiridos que não souberam/não responderam. No caso das respostas “Não sabe” sublinha-se os esmagadores 32% (14) da população idosa seguida da população jovem com 18% (8). No cômputo geral, confirma-se que é a população dos 25 aos 64 anos que maior conhecimento revela ter sobre este instrumento (27%; 53 inquiridos) (figuras 5.66 e 5.67).

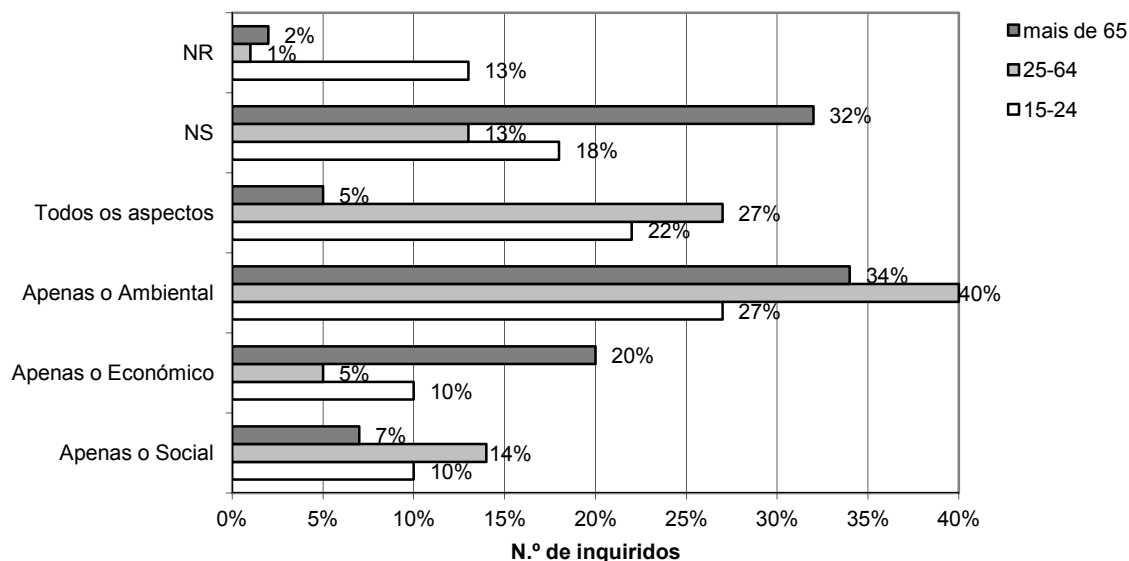


Figura 5.66 - Resposta dos inquiridos sobre quais os aspetos que um processo de A21L aborda, por grupos etários (%)

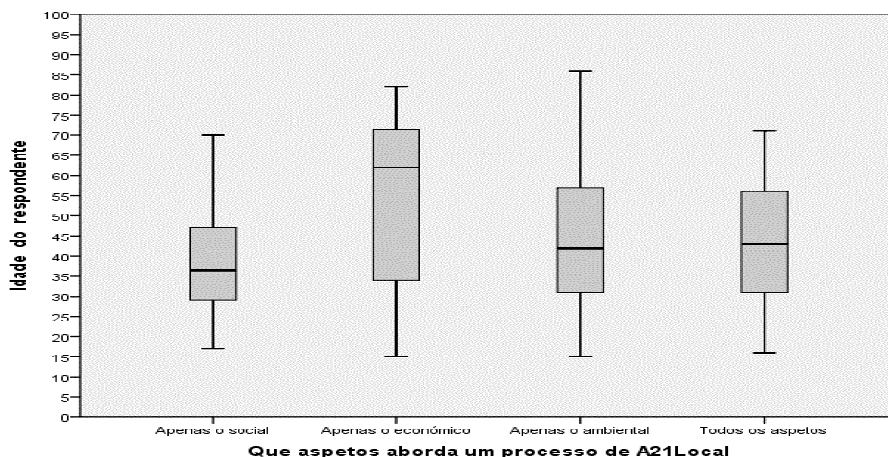


Figura 5.67 – Caixa de bigodes para as variáveis idade / Grau de conhecimento sobre a natureza de um processo de A21L

Verifica-se, igualmente, que são os grupos dos inquiridos com mais baixas habilitações que evidenciam um maior desconhecimento sobre um processo de A21L. Os inquiridos, sem nível de instrução, identificam-no como instrumento de carácter puramente ambiental (58%) e 17% revelam mesmo “Não saber”. Estes valores, apesar de se alterarem nos inquiridos possuidores do ensino

básico, continuam algo elevados, o que revela um contínuo desconhecimento sobre a natureza do processo. Deste modo, a maioria dos inquiridos (40%) continua a encarar este instrumento como sendo de carácter ambiental e 21% não soube responder. Neste contexto, os inquiridos que frequentaram o ensino secundário (35%) e o ensino superior (54%) (quadro 5.16) revelaram possuir mais conhecimento sobre a matéria.

Habilitações literárias	Apenas o			Todos os aspetos	Não sabe	Não responde
	Social	Económico	Ambiental			
Sem nível de instrução	-	8% (1)	58% (7)	17% (2)	17% (2)	-
Ensino Básico	15% (24)	10% (16)	40% (65)	10% (16)	21% (35)	4% (6)
Ensino Secundário+Médio	11% (7)	6% (4)	27% (17)	35% (22)	18% (11)	3% (2)
Ensino Superior	6% (3)	4% (2)	34% (16)	54% (25)	-	2% (1)

Quadro 5.16 - Resposta dos inquiridos sobre quais os aspetos que um processo de A21L aborda, por habilitações literárias (%)

Da interpretação aos números constantes na tabela de contingência, em que se analisa o nível de associação entre as variáveis nominais, habilitações académicas e o grau de conhecimento da natureza da A21L, sobressai desde logo que, de uma forma geral, a maioria dos inquiridos não reconhece a A21L como um instrumento que se insere no paradigma da sustentabilidade, verificando-se que 57% do total dos inquiridos considera que esta aborda um único e determinado aspeto (ambiental/social/económico) para apenas menos de metade, cerca de 23% dos inquiridos, que têm a correta perceção da natureza e do funcionamento deste instrumento de sustentabilidade (20% não sabe/não responde). Para tal, verifica-se da análise comparativa dos grupos que, do total dos indivíduos que responderam corretamente à questão, são os com menores habilitações académicas que mais contribuem para este desconhecimento, observando-se que apenas 3% dos inquiridos sem nível de instrução e 25% dos inquiridos com ensino básico souberam responder acertadamente a esta questão.

Acresce ainda da análise por grupo que mais de ¼ dos inquiridos sem habilitações académicas ou com ensino básico erraram esta questão. São, sem dúvida, os inquiridos com mais habilitações académicas que mais bem informados parecem estar, observando-se que 35% dos inquiridos com habilitações equivalentes ao secundário sabe a essência da natureza de uma A21L, sendo este número ultrapassado pelos inquiridos com habilitações conducentes com o nível do superior, com mais de metade de respostas certas obtidas. A associação entre as variáveis habilitações literárias e grau de conhecimento da A21L, pelos inquiridos, é muito significativa uma vez que a probabilidade de significância é inferior a 0,01 ($p=1.7 \times 10^{-6}$), o que traduz que o grau de

conhecimento da natureza da A21L difere, verificando-se que os cidadãos com mais habilitações académicas são os que revelam mais conhecimento sobre este instrumento⁶⁰.

Nesta questão, existe uma clara concordância com o panorama nacional. Mais de metade da população portuguesa considera-se mal informada, com 44% a revelar estar pouco informada e 17% mesmo nada informada sobre questões relacionadas com o ambiente. Neste âmbito, a falta de conhecimento é transversal e igualmente visível no caso da população de Mindelo que revela ignorância sobre este instrumento.

Apesar de os mindelenses darem prioridade às questões ambientais e assuntos que envolvem esta área temática, sendo a área de maior interesse, como se verificou na análise anteriormente efetuada, o interesse revelado não significa conhecimento. Aliás, quando se verifica um índice de desconhecimento geral dos mindelenses sobre ONGs a trabalhar em Portugal, tal indicia a falta de cultura sobre estas questões. Neste âmbito, as respostas dadas pelos inquiridos corroboram a opinião generalizada dos promotores da A21L, a nível nacional, quando estes apontam como uma das razões para os fracos números de participação pública verificados, o desconhecimento da natureza das A21L por parte dos cidadãos (ver subcapítulo 5.3), realidade verificada através da análise do CNADS (2003) ao caso português, atribuindo um perfil pouco interventivo na sociedade civil face à ignorância e alheamento dos seus cidadãos. Esta realidade foi, aliás, enfatizada pelo próprio presidente da Associação Nacional para a Cidadania Ambiental (CIDAMB), José Sá Fernandes, que sublinha que as causas primeiras para o défice de participação na sociedade portuguesa passam pela falta de informação dos cidadãos em geral sobre as matérias, incluindo as de carácter ambiental.

No que confere ao maior conhecimento da A21L, por habilitações académicas, observa-se que, à medida que os indivíduos apresentam maior escolaridade maiores níveis de conhecimento estes alegam possuir sobre a natureza da A21L (ver Almeida, 2004). Neste contexto, partilha-se que esta perceção dos portugueses é concordante com o grau de conhecimento sobre A21L evidenciado pelos mindelenses. No que concerne à análise ao longo dos escalões etários, verifica-se que, à medida que se elevam, diminui o grau de informação sobre ambiente que os portugueses reconhecem possuir. Na confrontação dos dados nacionais com os de Mindelo, observa-se a inexistência de um paralelismo, visto que, no caso de Mindelo, é o grupo pertencente à classe etária dos adultos que, com um maior número de respostas corretas, demonstra maior conhecimento. Neste particular, não será alheio o facto de ser precisamente este grupo que, para além de demonstrar um maior grau de preocupação com os assuntos referentes à qualidade do

⁶⁰ Refere-se que nove células apresentam frequências esperadas inferiores a 5, o que viola um dos pressupostos da utilização de uma tabela de contingência, pelo que a leitura e interpretação dos resultados deve considerar este facto.

ambiente local, é igualmente o que contacta mais diretamente com os mesmos, razão que os torna mais recetivos à procura de informação neste domínio.

Contudo, se os números anteriores não são animadores, as respostas dadas à pergunta seguinte comprovam o desconhecimento dos inquiridos no que respeita a A21L, no panorama nacional. Apenas 9% (26 inquiridos) mostraram ter uma noção do número de *Agendas*, a decorrer no território português, contra 91% que ou não responderam / não souberam ou responderam incorretamente, traduzindo a falta de conhecimento da população local (figura 5.68). De seguida, perguntou-se aos inquiridos quais as estruturas a nível do Governo que, maioritariamente, eram responsáveis pelas iniciativas de promover processos de A21L. A opção mais citada, pelos inquiridos, foi “*Não sabe*”, com 53% das respostas, sendo que as restantes demonstram a divergência de opiniões reinante no seio dos entrevistados (figura 5.69).

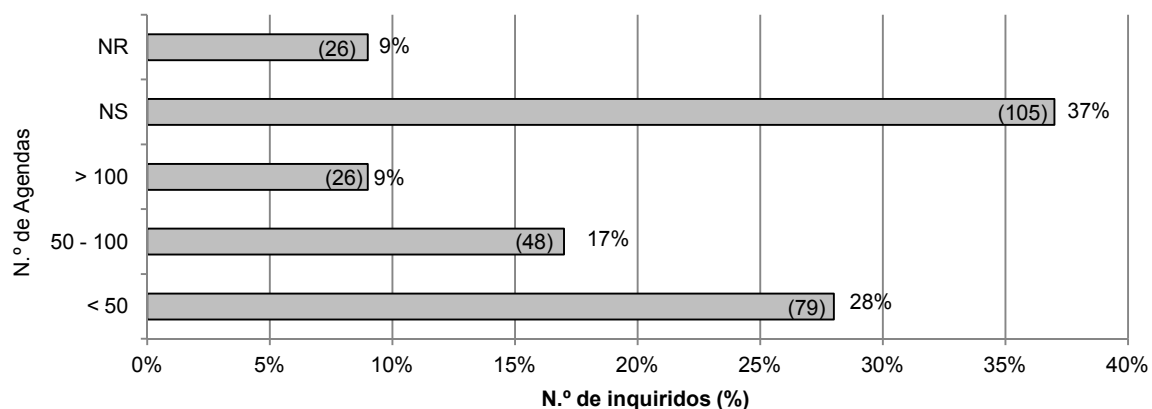


Figura 5.68 - Resposta dos inquiridos sobre o número de A21L a decorrer no País, atualmente (%).

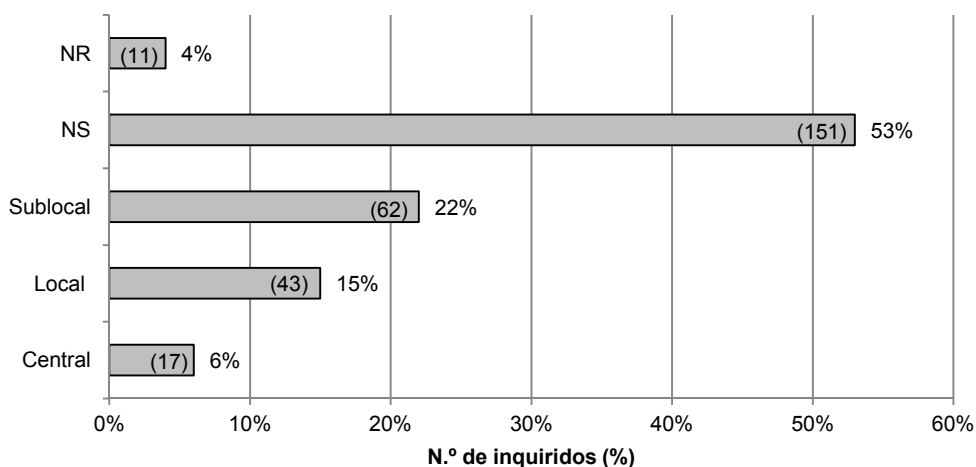


Figura 5.69- Resposta dos inquiridos sobre qual os principais promotores dos processos de A21L (%).

Da interpretação aos dados referentes às duas últimas questões lançadas aos inquiridos, verifica-se o contínuo desconhecimento dos mesmos sobre estas matérias. A par da falta de conhecimento quanto à natureza deste instrumento, observa-se, igualmente, um alheamento por parte dos mindelenses que, de uma forma geral, nem sequer têm uma clara noção dos agentes

promotores que desenvolvem estes processos de âmbito nacional. Todavia, estes dados não surpreendem quando confrontados com o perfil desta comunidade (de acordo com a análise anterior) e que a caracteriza como uma população ávida por informação e bastante preocupada com os problemas de índole ambiental, mas que procura essa mesma informação de forma muito fechada, isto é, através do contacto pessoal com os problemas e/ou conversas entre amigos e vizinhos que transforma Mindelo numa espécie de “casulo” fechado para o exterior.

Acresce que a “*falta de tempo*”, inúmeras vezes evocada para explicar a falta de informação que os próprios reconhecem existir, só por si parece justificar que, não sendo “*dentro de portas*” que os inquiridos tomam conhecimento destes assuntos, dificilmente a procuram (como se analisou), até porque os principais elos de ligação que poderiam contribuir como fontes de informação (o poder político e ONGs) não são partes a considerar neste processo, visto que a falta de desinteresse pelo mundo da política e a mentalidade muito pouco ativista dos mindelenses, respetivamente, contribuem para os afastar dos referidos organismos. Neste âmbito, a comunidade local de Mindelo perpetua o desconhecimento generalizado que é transversal à população portuguesa e aos próprios governantes políticos, como se analisou em capítulos anteriores.

5.5.3 Relação da Comunidade local com a Agenda 21 Local de Mindelo

Supostamente, as respostas às perguntas seguintes ficam condicionadas ao perfil diagnosticado e determinado da população local, de acordo com as respostas dadas anteriormente neste inquérito. Assim sendo, na pergunta seguinte materializa-se o conhecimento deficitário evidenciado pelos mindelenses. Nesta questiona-se, novamente, os inquiridos sobre se conhecem algum processo de Agenda 21 Local, mas, neste caso, a decorrer em Mindelo. As respostas não são muito díspares face às dadas anteriormente. Neste campo são, praticamente, os mesmos inquiridos que demonstraram conhecer a essência de uma A21L, que conhecem a existência deste instrumento no meio onde residem (21%). Contudo, é de sublinhar a elevada percentagem daqueles que desconhecem a A21L de Mindelo, com a moda igual a 165, ao que se junta 19% de inquiridos que afirmam “Não Saber” da sua existência (figura 5.70).

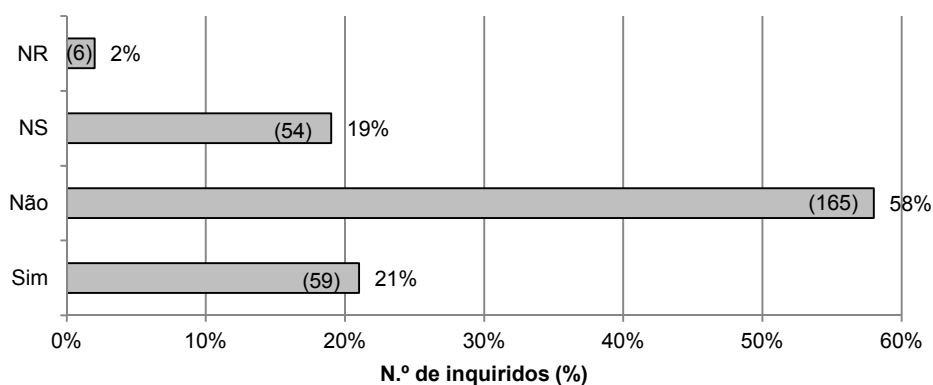


Figura 5.70 - Resposta dos inquiridos sobre o conhecimento de algum processo de A21L em Mindelo (%).

Estes dados vêm corroborar a teoria que o caso de Mindelo não difere do panorama nacional no que respeita ao (des)conhecimento deste instrumento de sustentabilidade por parte do cidadão comum. A maioria dos mindelenses, a par do desconhecimento da natureza de uma A21L, desconhece, igualmente, a existência deste processo a decorrer a nível local, conforme o analisado anteriormente. No confronto de dados, verifica-se que continua a ser o grupo etário dos 25-64 anos que, para além de ter maior conhecimento sobre a essência de uma A21L (figura 5.71), também demonstra maior grau de conhecimento quanto ao processo de *Agenda* que decorre na freguesia (25%).

Neste contexto, e pormenorizando, verifica-se que mesmo dentro deste grupo etário são os indivíduos com idades compreendidas, sensivelmente, entre os 30 e 45 anos, que evidenciam um conhecimento efetivo da A21L de Mindelo, como se pode observar pela posição relativa da mediana na caixa de bigodes (figura 5.72). Já em relação ao grupo dos mais idosos, verifica-se um menor conhecimento da existência de uma *Agenda* a nível local (64%). Por curiosidade, verifica-se a proximidade dos valores das respostas dadas pelos inquiridos com mais de 65 anos e

do grupo etário mais jovem, que afirmam categoricamente não existir qualquer processo de A21L a decorrer na sua freguesia, o que revela um maior afastamento destes em matéria de A21L em Mindelo, resultado semelhante verificada na análise ao conhecimento geral das A21L.

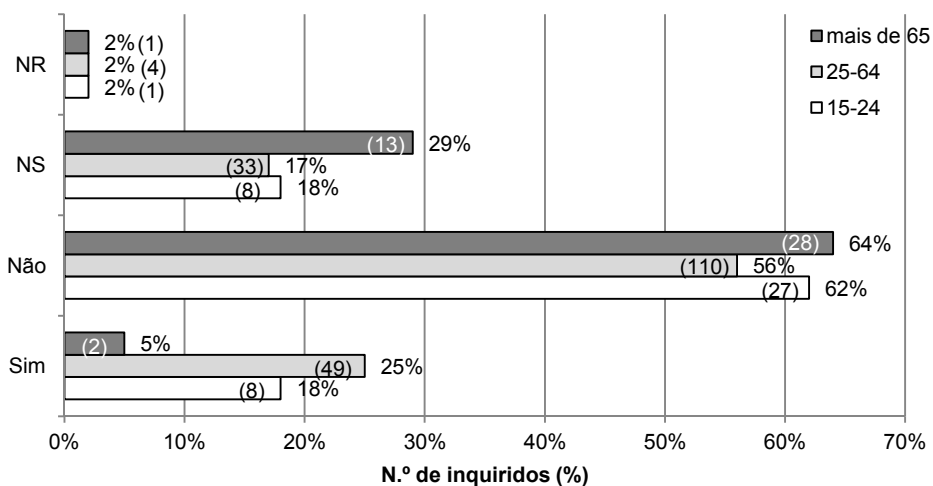


Figura 5.71 - Resposta dos inquiridos, por grupos etários, sobre o conhecimento de algum processo de A21L em Mindelo (%)

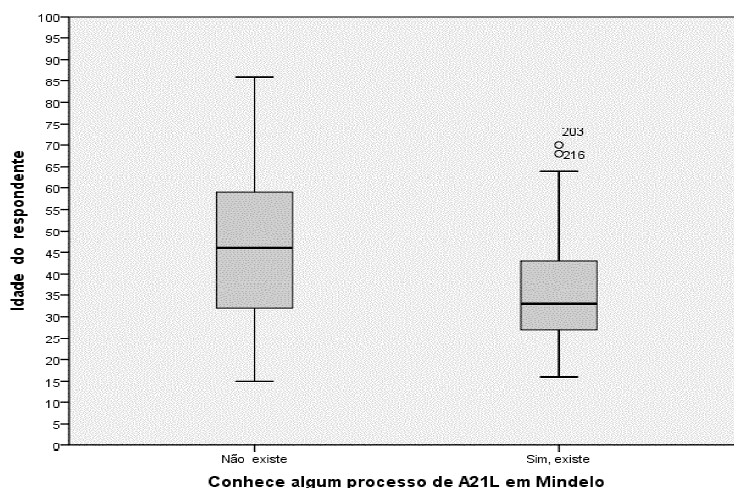


Figura 5.72 – Caixa de bigodes para as variáveis idade / Grau de conhecimento da A21L de Mindelo

Relativamente à formação académica dos inquiridos, a esmagadora maioria dos indivíduos sem nível de instrução ou baixa formação académica não conhece a existência de uma A21L em Mindelo, verificando-se que, nestes dois grupos, menos de 10% dos cidadãos dizem conhecer a existência deste instrumento na sua freguesia.

O grupo de inquiridos com habilitações de nível superior afasta-se um pouco deste desconhecimento geral, tendo-se verificado, contudo, que os números não são muito animadores (apenas 25% dos inquiridos revelou ter conhecimento da existência de uma A21L em Mindelo). Neste contexto, sobressaem os inquiridos inseridos no grupo dos indivíduos com ensino secundário e médio que, na sua maioria, sabiam da existência deste processo “dentro de portas”

(55% dos indivíduos) (quadro 5.17). Mais uma vez, denota-se a concordância com dados anteriores, confirmando-se que, tanto as *Agendas* desenvolvidas localmente, como as que decorrem a nível nacional parecem ser mais conhecidas no âmbito do grupo etário dos adultos detentores de habilitações intermédias. Tal pressupõe que os indivíduos que são mais conhecedores da existência destes processos a decorrer no território nacional sabem-no devido ao facto de terem conhecimento da existência da natureza de um desses instrumentos a desenrolar-se na sua própria localidade, razão suficiente para se quererem inteirar melhor sobre esta matéria.

Habilitações académicas	Sim, conheço	Não conheço	Não sabe	Não responde
Sem nível de instrução	8% (1)	25% (3)	59% (7)	8% (1)
Ensino Básico	7% (11)	67% (109)	24% (39)	2% (3)
Ensino Secundário+Médio	55% (35)	37% (23)	6% (4)	2% (1)
Ensino Superior	25% (12)	63% (30)	9% (4)	3% (1)

Quadro 5.17 - Resposta dos inquiridos, por habilitações académicas, sobre o conhecimento da A21L em Mindelo (%).

Da análise às variáveis nominais, habilitações académicas e grau de conhecimento de uma A21L em Mindelo, observa-se, na tabela de contingência, que mais de 2/3 (68%) dos inquiridos que dizem não conhecer nenhum processo de A21L a decorrer em Mindelo tem baixas (ensino básico) ou nenhuma habilitações académicas.

Observa-se, na interpretação dos dados por grupo, que 91% dos inquiridos com ensino básico referiu desconhecer este processo para, aproximadamente 84% dos inquiridos sem qualquer formação académica, que responderam de forma idêntica. Neste domínio, acrescenta-se que são os inquiridos com habilitações equivalentes ao secundário que revelam maior conhecimento da existência deste processo na sua freguesia (59%) face aos restantes grupos. A associação entre as variáveis habilitações literárias e grau de conhecimento de uma A21L em Mindelo é muito significativa, uma vez que a probabilidade de significância é inferior a 0,01 ($p=1.2 \times 10^{-14}$), o que traduz que o grau de conhecimento é diferente, verificando-se que os cidadãos com mais habilitações académicas revelam maior conhecimento da existência deste processo na sua freguesia⁶¹.

Relativamente à questão seguinte, a maioria dos inquiridos declararam conhecer a A21L de Mindelo, através da leitura de panfletos (47%) e do jornal local (24%). Nos “*Outros meios*” destacam-se os amigos/vizinhos (15%) como fontes de informação (figura 5.73). Neste ponto,

⁶¹ Refere-se que seis células apresentam frequências esperadas inferiores a 5, o que viola um dos pressupostos da utilização de uma tabela de contingência, pelo que a leitura e interpretação dos resultados deve considerar este facto.

verifica-se uma discrepância na forma de informar a população local sobre a A21L e trabalhos decorrentes da mesma relativamente ao procedimento comum que se verifica nos restantes processos (como se analisará já de seguida). Em Mindelo, subsiste uma *cultura de proximidade*, baseada na elaboração de informação sobre a A21L (panfleto) que é regularmente enviada por correio, dando um cunho de maior relevância na divulgação de informação desta natureza junto dos cidadãos. Neste âmbito, destaca-se a importância da AAMDA para manter a população informada, recorrendo a uma diversidade de meios, como utilização de panfletos, elaboração de painéis públicos, o correio e o jornal local, percebendo-se agora que o conhecimento que os cidadãos de Mindelo detinham sobre a A21L foi maioritariamente conseguido através dos meios de informação utilizados pela AAMDA e não pelo trabalho desenvolvido pelo poder político nesta matéria.

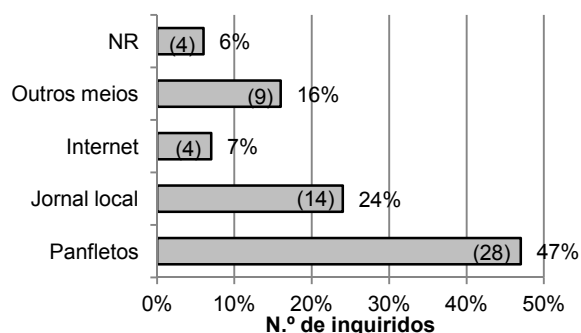


Figura 5.73 – Principais meios consultados pelos inquiridos para saber da existência da A21L de Mindelo (%).

Contudo, se a consulta de panfletos foi o principal meio de informação, verifica-se para os diferentes grupos etários distintas preferências na forma de consultar a informação (figura 5.74). Assim, para o grupo mais jovem (15-24 anos), a Internet é o recurso de consulta mais utilizado, sendo tal visível no gráfico da caixa de bigodes com a posição mais baixa da mediana a corresponder, efetivamente, ao conjunto de indivíduos com médias de idades mais jovens. Para o grupo dos 25-64 anos, predominou a consulta de panfletos (50%) e a leitura do Jornal (26%) local, sendo que, para o grupo etário dos idosos, a conversa entre amigos e vizinhos foi a principal fonte de informação (61%) como confirma a posição central mais elevada, face às restantes caixas, da mediana (figura 5.75).

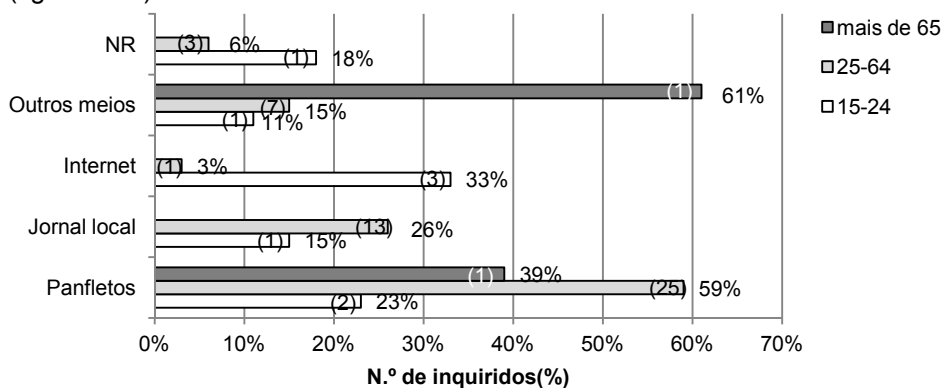


Figura 5.74 – Principais meios consultados, por grupo etário, para saber da existência da A21L de Mindelo (%).

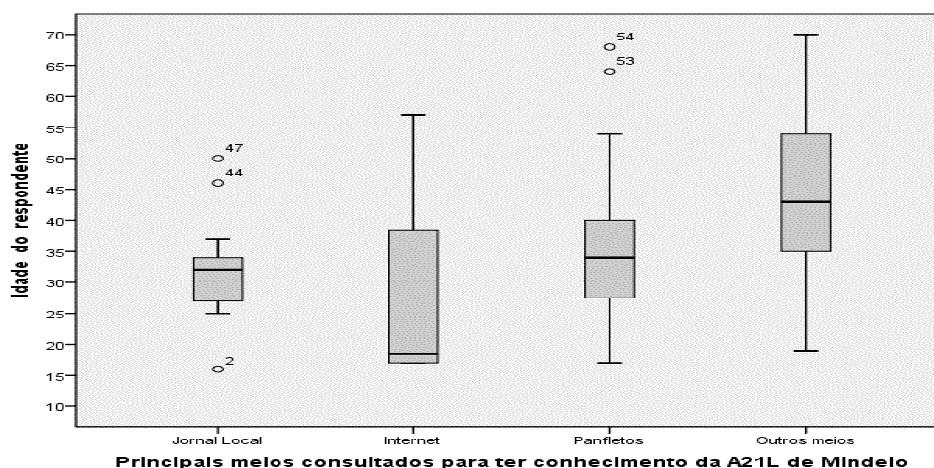


Figura 5.75 - Caixa de bigodes para as variáveis *idade* / *Meios consultados para ter conhecimento da A21L de Mindelo*

Da confrontação dos dados, podem observar-se várias inferências que demarcam, neste item, o caso de Mindelo no âmbito das A21L a decorrer no país. Primeiro, advém do facto que a veiculação da informação sobre a A21L tem sido, largamente, da autoria de uma associação ambiental (AAMDA) que tem procurado manter a população de Mindelo informada e atualizada, através de um esforço de proximidade na divulgação de informação com destaque para a utilização massiva de panfletos e sua distribuição no correio dos cidadãos locais. Já no âmbito nacional, a responsabilidade da divulgação de informação é, na sua grande maioria, do poder político local que privilegia o uso da Internet, quer sob a forma de email, quer pela criação de uma plataforma digital de acesso (portal). Neste caso, e lembrando Marta Macedo, Marta Pinto, Pedro Macedo e Margarida Silva (2012), apesar da celeridade do acesso à informação e das vantagens que as novas tecnologias trazem ao cidadão, o que se constata no terreno é que a maior parte dos processos de A21L parecem não estar ativos, pois não comunicam ou fazem-no de forma deficiente, o que acarreta sérias dificuldades de consulta sobre os andamentos dos trabalhos. Aliás, no caso de Mindelo, o grupo etário que privilegia a Internet como meio de consulta sobre A21L de Mindelo (grupo etário dos jovens) é, juntamente com o escalão etário dos idosos, o que revela menor conhecimento sobre este processo, o que evidencia similitudes face ao quadro nacional. Já o grupo etário dos adultos, reconhecido pelo uso frequente do correio e dos jornais locais como forma de aceder à informação, é o que se destaca pelo maior domínio sobre a A21L de Mindelo.

Acresce que, também a conversa entre amigos, vizinhos e familiares (a 2ª preferência para os mindelenses no que trata à consulta de informação ambiental) surge, no âmbito da A21L, como algo insuficiente, visto que o grupo etário que mais recorre a este meio de acesso à informação (grupo etário dos idosos) é, precisamente, o que menos conhecimento evidencia sobre a Agenda 21 Local. Neste particular, verifica-se que só uma política de informação que vá ao encontro dos cidadãos é que parece dar mostras de maior resultado, no que ao grau de conhecimento dos

cidadãos nestas matérias diz respeito, sendo a televisão (principal meio de consulta dos portugueses) o meio de comunicação de eleição para os portugueses, pois divulga a informação de forma fácil e prática sem implicar grande esforço para o cidadão (ver Almeida, 2004), mas que, todavia e apesar dos progressos verificados neste âmbito (ver Schmidt, 2003; Vasconcelos, 2001b), parece estar a ser deficitária, devido, em larga medida, à inexistência de programas específicos que abordem esta temática em canal aberto (como se analisou anteriormente).

Do total dos inquiridos que sabem do processo de A21L (59), uma larga maioria desconhece em que fase se encontra (66%), tendo referido saber da sua existência, mas admitindo que não acompanhavam o desenvolvimento do mesmo. Neste âmbito, não é de estranhar as hesitações que alguns inquiridos tiveram quando indicaram a fase do processo de acordo com as opções constantes no questionário por inquérito (figura 5.76).

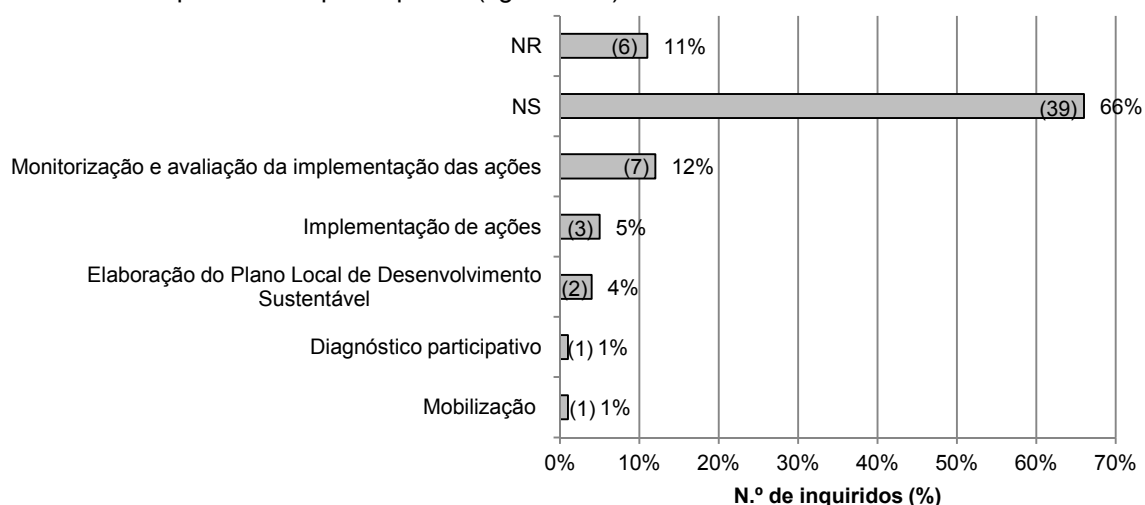


Figura 5.76 – Resposta dos inquiridos quando questionados sobre a fase em que se encontra o processo de A21L de Mindelo (%).

No entanto, perante as hesitações à pergunta anterior, os inquiridos foram categóricos ao responder à pergunta sequente. Nesta, 91% dos inquiridos respondeu conhecer os principais agentes envolvidos no processo de A21L de Mindelo, com apenas 9% a evidenciar desconhecimento. Dos 91%, cerca de 53% inquiridos indicaram como principal agente envolvido as Organizações Não Governamentais (neste caso, todos referiram a AAMD), 41% apontaram a Junta de Freguesia de Mindelo e apenas 6% referiu a Câmara Municipal de Vila do Conde. Neste contexto, mais de metade dos inquiridos reconhece a importância da AAMD como principal promotora da A21L.

Face às respostas dadas às duas perguntas anteriores, constata-se que a maioria ignora o momento em que a A21L de Mindelo se encontra, situação que remonta, mais uma vez, para os problemas de comportamento social realçados pela dicotomia entre sensibilização / consciencialização e direitos/deveres dos cidadãos (ver Oliveira, 2005). O facto de estarem informados sobre a existência deste instrumento a operar em Mindelo não os inibe de não participarem ativamente no processo, como se pode aferir da falta de conhecimento sobre a fase

em que o processo se encontra. Aliás, pelo número elevado de inquiridos que respondera conhecer os principais agentes promotores da A21L de Mindelo (com destaque para a AAMDA) têm-se a percepção clara que os cidadãos locais atribuem a responsabilidade da promoção deste instrumento à respetiva associação local.

Os dados supramencionados corroboram a análise realizada anteriormente e remete para a noção que a forma como a AAMDA divulga a informação junto dos cidadãos faz toda a diferença, senão vejamos. A maioria dos inquiridos que conhece a existência deste processo atribuiu à supramencionada associação o papel principal na sua promoção e à junta de freguesia, como parceiro desta entidade. Já, a uma escala mais afastada, surge a identificação, por um reduzido número de cidadãos, da Câmara Municipal (neste caso a de Vila do Conde) como mentora deste processo. Tal situação permite-nos pressupor que a perda de efetividade do princípio de subsidiariedade face ao maior afastamento do poder local relativamente ao poder sublocal e/ou associações a trabalhar próximas às comunidade locais se transforma num obstáculo pela menor visibilidade dos trabalhos que resulta, entre outras razões plausíveis, da dificuldade de comunicação entre cidadão e poder político.

À pergunta sobre se é visível algum resultado prático, na freguesia, decorrente dos trabalhos da A21L, as respostas dos inquiridos foram consensuais e repartidas por 3 resultados concretos. A construção da rede de saneamento básico e/ou o seu alargamento foi o resultado mais positivo alcançado, de acordo com 44% dos inquiridos, seguido da “vitória” alcançada com a alteração do estatuto da ROM para “reserva ecológica” (29%. Outro resultado referido, por 27% dos cidadãos, foi a construção de passadiços de madeira com o objetivo de proteger as dunas da praia de Mindelo (figura 5.77).

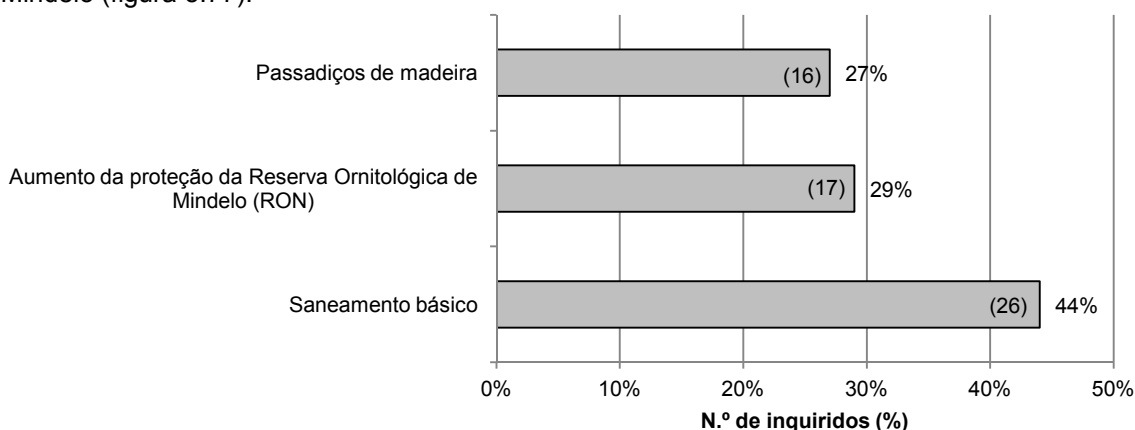


Figura 5.77 – Principais resultados decorrentes da implementação da A21L em Mindelo (%).

Ao verificar-se que a construção/alargamento da rede saneamento básico é a principal “conquista”, segundo os inquiridos, tal situação remete para a noção que os principais problemas a serem contornados, pelos mindelenses, são ainda de primeira necessidade. Destes dados, salienta-se a importância que os inquiridos atribuem à proteção da ROM, sendo encarado como o segundo maior sucesso resultante da implementação decorrente do processo de A21L.

Neste item, e quando confrontamos com dados de âmbito nacional, com realce para a comparação com os dados provenientes dos promotores da A21L, verifica-se concordância com este conjunto de respostas dadas pelos mindelenses. Também a nível nacional, os promotores deram mais ênfase à vertente ambiental aquando da implementação de medidas sustentáveis, decorrentes da implementação de processos de A21L, sendo que, de igual forma, foram beneficiados acessos a serviços considerados de primeira necessidade, com destaque para o saneamento básico e canalização de água potável para as habitações, que aliam a vertente ambiental com a social. O que se destaca pela sua singularidade é o caso da defesa da ROM, em Mindelo, que surge como razão apontada neste processo que motiva muita satisfação e preocupação por parte dos mindelenses. Assim, após garantida a concretização da disponibilidade a serviços básicos, surge a Reserva Ornitológica a de Mindelo que se configurou como um caso de extrema sensibilidade para os cidadãos locais.

Da análise aos dados à pergunta seguinte, regista-se que o processo de A21L parece fazer a sua caminhada “divorciada” da população local, em geral. Apenas 7% (4) dos inquiridos que mencionou ter conhecimento da A21L em Mindelo afirmou, igualmente, ter participado no processo, através de reunião/fórum, contra 88% (52) que responderam nunca ter tido nenhuma espécie de participação. Cerca de 5% (3) de inquiridos não responderam.

Dos inquiridos que responderam nunca ter participado (52), mais de metade alegam como causas principais a falta de tempo / falta de oportunidade (51%), aliado ao desconhecimento do calendário dos trabalhos (17%). É de salientar que, de acordo com as respostas dadas, 8% dos inquiridos remete para os políticos a obrigatoriedade de resolverem estas questões, evidenciando, conjuntamente com os que referiram que não acreditam que possam resolver qualquer problema, uma falta de espírito participativo que se institui como resistência à mudança de mentalidade pretendida (figura 5.78).

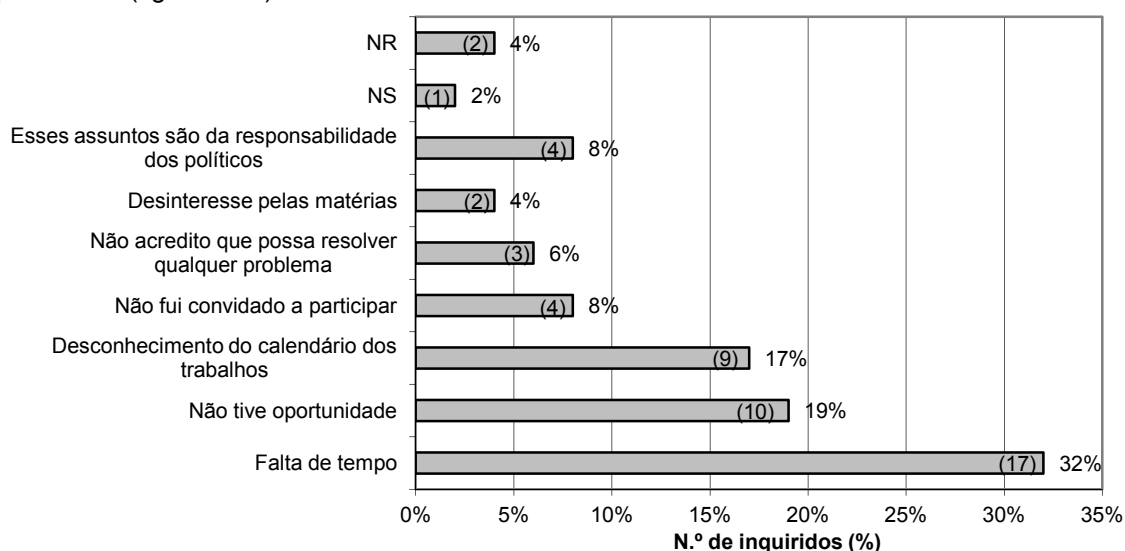


Figura 5.78 – Principais razões, segundo os inquiridos, para o seu não envolvimento nos trabalhos da A21L de Mindelo (%).

A maioria dos inquiridos, que integra a faixa etária dos mais jovens, evoca a falta de tempo / oportunidade (63%) e o desconhecimento do calendário dos trabalhos (25%) para justificar a sua ausência no processo. A faixa etária intermédia (25-64 anos), apesar das diferenças percentuais, evoca os mesmos três motivos mais referenciados pelo grupo dos jovens, sendo, no entanto, de salientar que este grupo evidencia um acompanhamento mais próximo aos trabalhos, pois apenas 16% evoca não saber o calendário dos trabalhos como fator explicativo para o baixo nível de participação cívica (figura 5.79).

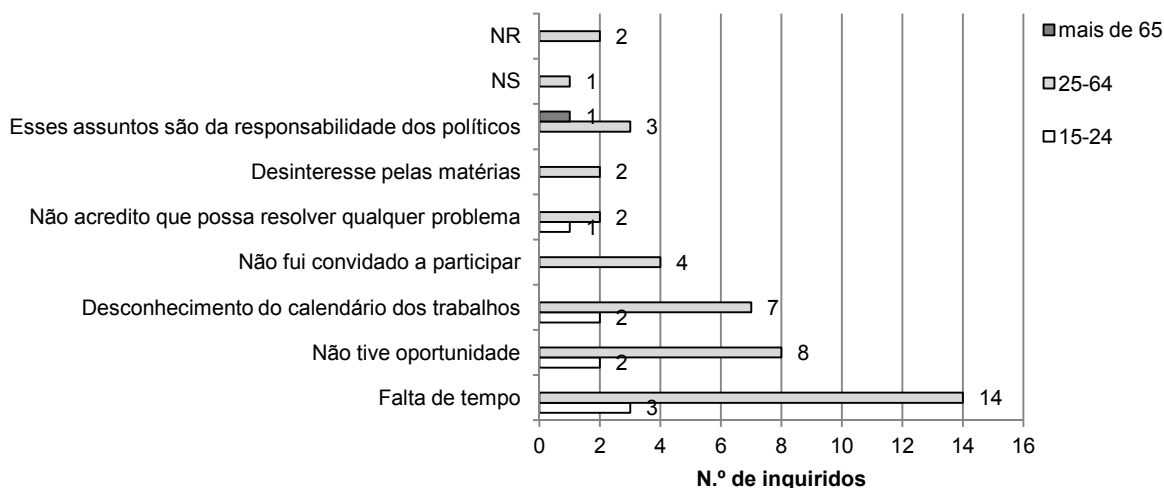


Figura 5.79 – Principais razões, por grupo etário, para a falta de envolvimento dos inquiridos nos trabalhos da A21L de Mindelo (%).

Decorrente da análise à figura 5.80, verifica-se que a idade não é um fator diferenciador, visto observar-se uma transversalidade nas respostas que culmina numa aproximação da posição central da mediana nas várias caixas de bigodes. Para o grupo dos inquiridos com mais idade (mais de 65 anos), o simples facto de atribuírem a responsabilidade aos políticos para resolverem os problemas locais é motivo para justificar a sua não presença em iniciativas de A21L na sua freguesia.

Neste item, e comparando com outros dados apurados, verificam-se duas situações que devem ser sinalizadas. Primeiro, a singularidade deste caso no que confere às respostas dos inquiridos. De forma transversal, a *falta de tempo* (muitas das vezes associada à falta de oportunidade) é, mais uma vez, “*arremessada*” para justificar o não envolvimento dos cidadãos nos trabalhos da A21L de Mindelo, justificação que se vulgarizou quando utilizada para fundamentar, de igual modo, a não participação, desta comunidade, na vida pública, a não participação em organização/associações ambientais e a sua não participação em ações pró-ambientais.

Neste âmbito, e não querendo repetir o que anteriormente já foi previamente discutido, o comportamento passivo que caracteriza esta população converge para o panorama nacional, sendo que, também neste ponto, as principais razões evocadas pelos cidadãos de Mindelo não

diferem muito do analisado à escala nacional, sendo que, no entanto, a “falta de tempo” é a mais comum das respostas dadas pelos cidadãos de Mindelo (ver Almeida, 2004; Schmidt, 2007; CNADS, 2003). Todavia, e desta forma orientamo-nos para o segundo ponto reflexivo, parece existir uma incongruência nas respostas dadas pelos mesmos inquiridos. Se, no princípio, justificaram a não participação na vida pública, referindo, como segunda causa principal, a falta de informação nesta, e sendo os mesmos inquiridos que afirmam estar informados sobre a existência de uma A21L em Mindelo, não parece coerente que se esgrima, novamente, a falta de informação/conhecimento (desta vez do calendário dos trabalhos) para justificar o seu absentismo. O que parece mais plausível, neste caso, é que, apesar do conhecimento sobre a evolução da Agenda em Mindelo existe, claramente, um desprendimento dos indivíduos face ao andamento dos trabalhos, materializado nas duas respostas seguintes, que obtiveram maior frequência, com a atribuição da responsabilidade aos políticos pelo desenvolvimento da mesma, acompanhado de uma espécie de vitimização alegada pela falta de convite, das entidades promotoras, à sua participação no processo, o que não deixa de ser uma tentativa de não assumir o seu *mea culpa* de quem, tanto neste caso como a nível nacional, é corresponsável pelos baixos níveis de participação pública, em processos de A21L, situação indispensável para a implementação de processos desta natureza (ver Rourke, 2003; Pinto, 2004b; Eriksen & Weigård, 1999).

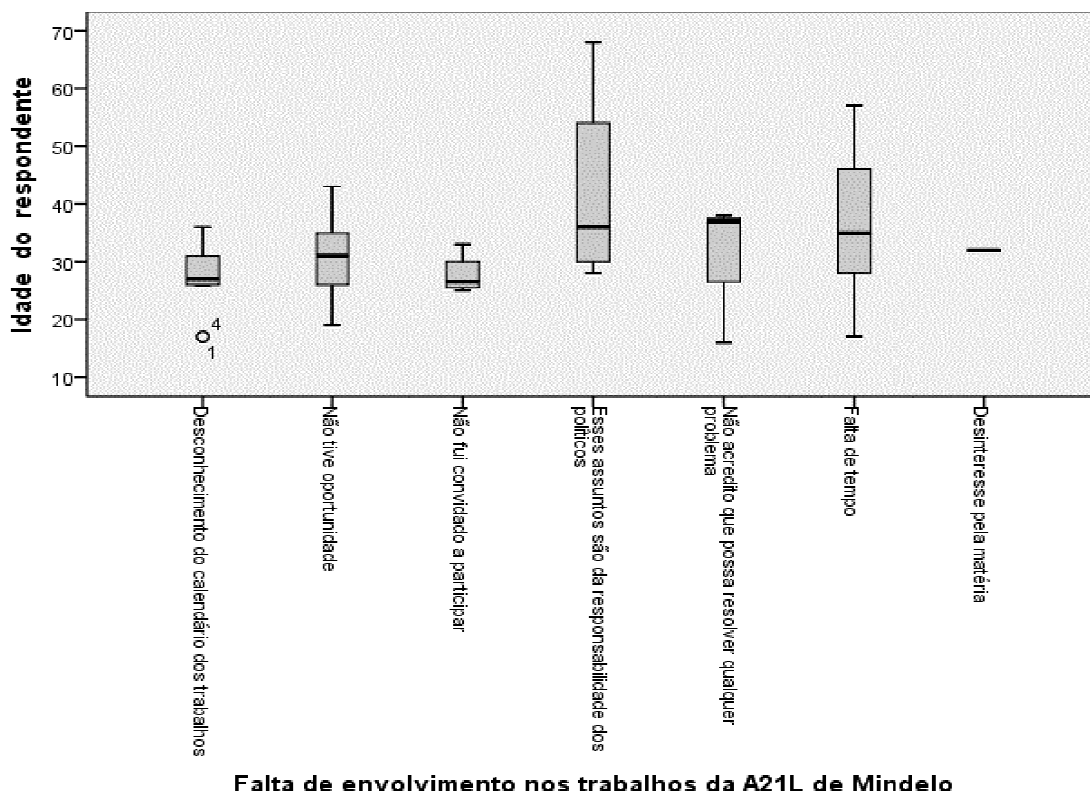


Figura 5.80 – Caixa de bigodes para as variáveis idade / Razões da falta de envolvimento dos inquiridos nos trabalhos da A21L de Mindelo

Foi, ainda, perguntado aos inquiridos quais os principais problemas que consideram mais problemáticos na freguesia. As suas respostas incidem a sua preocupação em três matérias distintas: problemas ambientais (22%), falta de uma rede de saneamento básico eficaz (19%) e falta de serviços de saúde (17%). Estas constituem-se como questões de maior urgência, visto que, na opinião dos entrevistados, o 4º maior problema é de carácter mais lúdico, com a falta de espaços para lazer e tempos livres (14%) a sobrepor-se a outras que surgem menos referenciadas pelos mindelenses, como o “Envelhecimento da população” (10%) e a “Falta de serviços de apoio a crianças e a idosos” (9%) (figura 5.81).

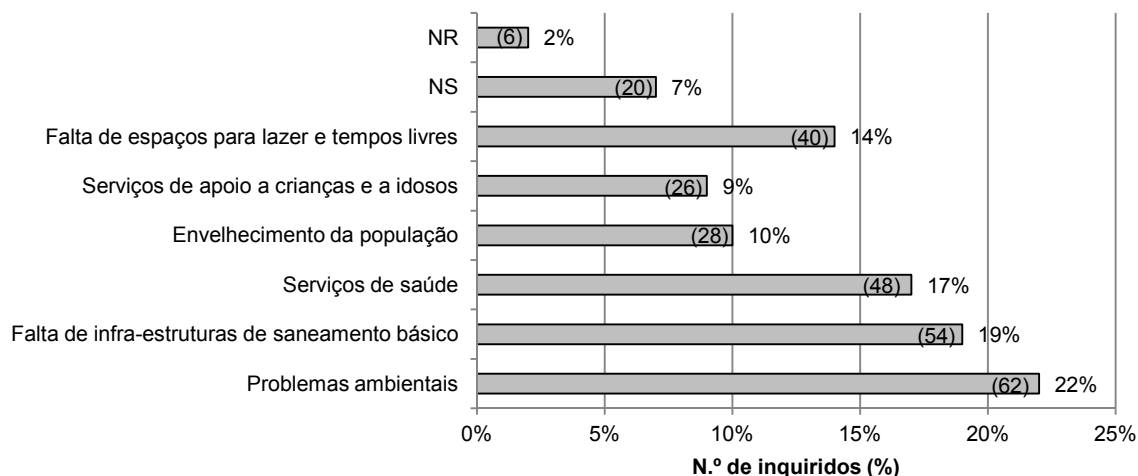


Figura 5.81 – Questões mais problemáticas, segundo os inquiridos, que afetam a freguesia de Mindelo (%).

Nesta questão, observa-se uma clara divergência com as representações dos portugueses em matéria ambiental (ver Almeida, 2000; 2004). Como se apurou, neste capítulo, os cidadãos portugueses encontram-se, de certa forma, cada vez mais dependentes da vertente financeira, face ao arrastar de uma crise económica que eleva os níveis de preocupação para esses mesmos problemas. Sabendo-se da ausência de uma cultura pró-ativa em matéria de defesa do ambiente que marca a história socio-ambiental do país e que resultou, como se analisou anteriormente noutros capítulos, não só no incumprimento das metas ambientais assumidas por Portugal, mas também no indesmentível panorama de (in)sustentabilidade ambiental que se vive (ver Schmidt, 2007), com Portugal a padecer de graves lacunas no que se refere ao estado do ambiente (ver Mota *et al.*, 2005; APA, 2009; EEA, 2007a; APA, 2007b; CBD, 2007; SPEA, 2006; Valente, 2004) [apesar das melhorias introduzidas pela implementação e desenvolvimento de legislação, de estudos, projetos, programas, ações e iniciativas promovidas], o certo é que, atualmente, os portugueses sentem-se ainda menos sensibilizados para assuntos de ordem ambiental tendo tendência a mitigar estes assuntos em detrimento dos restantes (ver Almeida, 2004). Desta forma, e com uma população portuguesa pouco atenta aos problemas de índole ambiental é de salientar esta clara discordância, nesta matéria, com os inquiridos de Mindelo a fazer recair a sua atenção

para os problemas ambientais, situação corroborada pelo sentimento de interesse já inteiramente manifestado aquando da sua clara sensibilidade e interesse pelos assuntos ambientais.

Posteriormente, solicitou-se aos inquiridos para selecionarem três questões nas quais pudessem contribuir para melhorar a situação. Neste âmbito, verificou-se um aumento do número de inquiridos que demonstraram dificuldades em responder, verificando-se uma percentagem considerável (19%) que preferiu não responder ou não soube responder. Contudo, foram os problemas de carácter social, como o “apoio a crianças e a idosos, a “falta de espaços para lazer e tempos livres” e o “analfabetismo” os mais mencionados (56%) pelos inquiridos que confessaram ter vontade de intervir através de projetos sociais (figura 5.82).

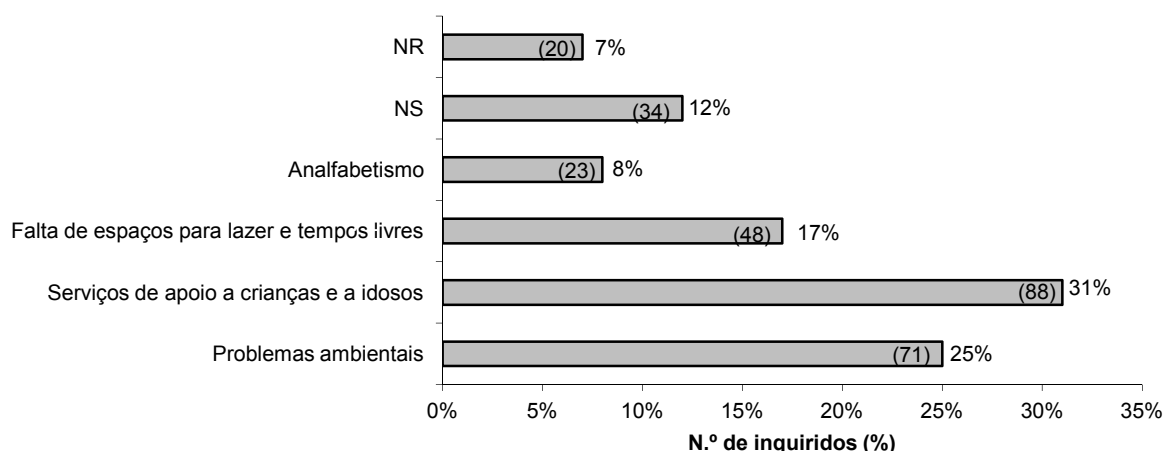


Figura 5.82 – Resposta dos inquiridos quando confrontados sobre as áreas onde poderiam contribuir para resolver os problemas que afetam a localidade (%).

Os problemas ambientais também não foram esquecidos, com 25% dos inquiridos a mencionar que gostariam de ser mais solicitados a participar em próximas iniciativas. Como é expectável, e tendo por base respostas dadas, julgar-se-ia que os cidadãos se sentissem motivados a agir, a atuar, para confrontar os problemas que prioritariamente consideram problemáticos, no entanto, regista-se, ao invés, a escolha de outras áreas identificadas, pelos mesmos, como não prioritárias. Tal facto resume a falta de “passar da teoria à prática”, isto é, sensibilização ambiental está longe de ser sinónimo de consciencialização ambiental. Neste caso, observa-se que os cidadãos locais se sentem mais úteis e aptos em colaborar em questões de “ajuda social” do que em problemas de carácter mais específico para os quais os mesmos, comumente, relegam a sua resolução para entidades que julgam mais competentes. Esta situação remete-nos para a importância do grau de afetação dos problemas (ver Delicado e Gonçalves, 2007). No caso de Mindelo, parece, de momento, não existir uma presença ambiental de risco capaz de despertar nos cidadãos a necessidade de agir, de fazer algo que permita diminuir ou extinguir essa sensação de mal-estar que diretamente poderia afetar a qualidade de vida. Neste contexto, tanto a nível local como nacional, a noção de risco para os cidadãos apresenta-se, agora, mais como problemas socioeconómicos em que estes têm de intervir / resolver, com as questões de desemprego a

ganhar prioridade a nível nacional (ver Almeida, 2004) e as questões sociais (apoio social) a prevalecerem como questão primordial, para os mindelenses.

Por último, e decorrente das questões anteriores, perguntou-se aos mindelenses o que gostariam de ver melhorado na sua freguesia e que referissem, igualmente, o que faz, de momento, mais falta à freguesia. Em relação à primeira pergunta, obtiveram-se respostas que configuram como prioritário melhorar serviços de saúde, com 46% (131) dos inquiridos a mencionar a falta de um centro de saúde como indispensável (visto que o anterior foi fechado), 33% (94) refere que gostaria de ver melhorada a rede de saneamento pública, visto, segundo os mesmos, algumas ruas da freguesia e a própria praia se “ressentirem” do seu mau funcionamento. 11% (31) mencionou a falta de mais serviços para cuidar da população idosa. Os restantes 10% (28) não responderam / não souberam. Relativamente à segunda, e por estar interligada à anterior, obteve-se o mesmo tipo de respostas, com a restituição de um centro de saúde à freguesia a constituir-se como prioritário para 78% (222) dos inquiridos, a demonstrarem forte indignação pelo fecho, recente, desta unidade de saúde.

Estas últimas duas questões vêm reforçar a reflexão anterior e relembrar a noção de risco anteriormente analisada. Neste âmbito, o que os mindelenses sentem como lesivo para a sua qualidade de vida é, no atual momento, a falta de cuidados de saúde que eram prestados através do centro de saúde existente. Já para os portugueses, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho institui-se como o principal risco pelo qual se justifica os elevados níveis de preocupação, com a vertente económica em contraciclo com o interesse pelas questões ambientais.

5.6 Sistematização

A população de Mindelo é uma comunidade pouco consciencializada para as questões de índole ambiental / sustentabilidade, verificando-se uma baixa participação cívica que remete para um comportamento pouco ativo neste matéria. Assim, repete-se o fenómeno social que é transversal à população portuguesa, o défice de participação cívica que resulta numa fraca democracia participativa/participada que se consubstancia nas poucas intervenções cívicas às quais os cidadãos, de modo geral, se associam. Os cidadãos revelam o não enraizamento de práticas de agir, intervir, reivindicar e participar, optando por uma política de descompromisso que tende a afastar a esfera cívica da esfera política. O que parece divergir deste caso de estudo para os restantes são os principais fatores evocados para explicar esse mesmo défice. Neste âmbito, razões como falta de tempo/oportunidade surgem como aliados dos mindelenses que de forma vulgar as esgrimem para justificar a sua ausência. Só em segundo plano, surgem fatores de outra índole, como a falta de informação e desinteresse / afastamento pela vida política que se aproximam das principais causas que são apontadas mais comumente pelos portugueses. Todavia, o “click” que estimula à participação é, de forma consensual, o mesmo para todos os cidadãos, independentemente da sua área de residência. Desta forma, o despertar nos cidadãos para a necessidade de intervir, de se fazer ouvir, deriva de uma situação que afete diretamente a sua qualidade de vida, isto é, que se traduza num acontecimento ou efeito que, para o cidadão comum, seja percecionado como um *risco* para a sua saúde física e mental e, para tal, urja a necessidade de extinguir essa sensação de mal-estar que interfere no nível de qualidade de vida dessa(s) pessoa(s). Acresce que a debilidade do exercício de cidadania observa-se, mais uma vez, na falta de comportamentos de voluntarismo que se instituem como obstáculos à consciencialização dos portugueses em matérias tão importantes como as questões ambientais. Neste âmbito, e apesar de ser bem superior o número de portugueses que conhecem associações ambientalistas face ao apurado na comunidade local de Mindelo, o certo é que perdura na mentalidade portuguesa uma distinta diferença entre ser *simpatizante* e *ativista*, com claras implicações para os baixos níveis de participação cívica que retratam as representações e práticas dos portugueses em ambos os contextos.

Nesta linha, não se perspetiva, no futuro próximo, mudanças comportamentais que elevem os índices de participação cívica e que, conseqüentemente, contribuam para melhorar e legitimar o desenvolvimento de processos de sustentabilidade. O fraco otimismo advém da falta de vontade dos mindelenses que não difere da dos portugueses, em geral, para contrariar atuais comportamentos. A pouca determinação dos cidadãos de Mindelo em querer participar ativamente no futuro da sua localidade, por um lado, e a perda de influência das questões ambientais junto dos portugueses, face ao agudizar da crise económica, traça um quadro pouco animador neste capítulo. Todavia, se existe comumente uma fraca consciencialização para os problemas, tal já não se verifica ao nível de sensibilização para as questões ambientais, evidenciando-se diferenças

óbvias assentes na forma dos cidadãos as encararem. Assim, constata-se, desde logo, que existe uma tendência dos portugueses para aumentarem os níveis de preocupação com os problemas, à medida que estes se afastam da sua localidade. No caso de Mindelo, observa-se uma comunidade muito mais atenta e preocupada com os problemas de maior proximidade do que os que ocorrem externamente à sua localidade. Salienta-se, ainda, que o maior nível de sensibilização dos cidadãos de Mindelo se explica, igualmente, pelo contacto direto com os problemas ambientais que ocorrem no meio local. Aliás, o acesso à informação sobre os problemas que assolam a freguesia é, maioritariamente, obtida pela experiência direta, isto é, pela proximidade aos mesmos e pelas conversas com amigos / vizinhos na abordagem aos assuntos. Ora, à escala nacional, os portugueses elegeram os meios de comunicação, com destaque para a televisão, como principais veículos de informação. Como se constatou, o papel dos *media* também não fica isento de críticas, sendo que, nesta matéria, aliado ao défice de informação (face ao carácter generalista associado à informação) encontramos uma população pouco ávida de informação e predisposta a procurar fontes de informação adicional de carácter ambiental, o que explica o défice de informação dos cidadãos no contexto das A21L.

Neste âmbito, o que se observa a nível nacional é a divulgação deste tipo de informação, sobretudo, através dos poderes locais. Neste caso, a forma preferencial escolhida pelos promotores locais parece não estar a resultar, visto que, desde logo, pressupõe que o comum dos cidadãos saiba utilizar minimamente as novas tecnologias (acesso ao Portal online) e que essa mesma informação se encontre atualizada, situação que não se observa com muita frequência. No caso de Mindelo, a utilização de meios mais convencionais (como o correio) e de meios de comunicação mais próximo do cidadão (panfletos) contribuem para, pelo menos, baixar os níveis de desinformação patentes no seio da população portuguesa. Neste âmbito, o contributo da AAMDA foi determinante com a larga maioria dos cidadãos a manifestar conhecimento da AAMDA, revendo-se nesta organização no que concerne à defesa dos interesses locais, sobretudo os ambientais. Deste modo, encontra-se uma população com elevados níveis de preocupação com os problemas ambientais que advém, como se apurou, do conhecimento de casos que causaram bastante apreensão junto da população, como são os casos da tentativa de destruição da ROM, da poluição das águas, com destaque para o caso da poluição da ribeira de Silvares e da poluição dos solos, derivado da prática agrícola corrente de se utilizar chorumes das vacarias (em excesso) como adubo natural para as terras.

Neste contexto, e como verificámos, se os mindelenses já avaliam como razoável a qualidade do ambiente, no momento, também não é menos verdade que demonstram uma enorme cumplicidade com esta organização, observando-se uma indocibilidade entre cidadão e a AAMDA que ultrapassa a relação desconfiada e distante do poder público com o poder local, situação que caracteriza o panorama nacional e que reflete um certo clima de divórcio entre políticos e governados que, de igual modo, também aqui se reflete, mas, neste caso, parece bem mais atenuada pelo trabalho paralelo desta organização. Todavia, o (des)conhecimento generalizado

dos mindelenses quanto à natureza de um processo de A21L assemelha-se ao que se assiste no quadro nacional. Poucos são aqueles que acertaram sobre a verdadeira entidade deste instrumento e, igualmente, muito poucos aqueles que sequer se aproximam do número real de A21L em curso no território nacional. O caso não difere quando se particularizou no caso da A21L de Mindelo, verificando-se uma falta de conhecimento de um processo deste tipo a decorrer em Mindelo que não distingue este caso do vulgar retrato a que nos habituámos a conhecer no território português. Onde surgem respostas esclarecidas dos cidadãos locais é no que respeita ao benefício da implementação da A21L, sendo a construção/alargamento da rede de saneamento básico e a proteção da ROM, respetivamente, consideradas as grandes conquistas alcançadas.

Neste âmbito, e concluindo, não se verificam grandes divergências em matéria de participação face ao registado a nível nacional nem níveis de consciencialização cívica discordantes com o retrato que se vive em matéria de práticas e representações da população portuguesa. De igual forma, os níveis de conhecimento da natureza de uma A21L e o *status quo* a nível nacional remetem para o mesmo problema de (des)conhecimento que grassam de uma sociedade que reconhece, ela própria, o seu estado de desinformação sobre estas matérias, não sendo a comunidade local de Mindelo diferente neste ponto. Contudo, o que ganha realce, da confrontação de dados, é o facto de observarmos uma população local bem mais atenta, preocupada e sensibilizada para questões de ordem ambiental, sendo mesmo a área de maior interesse para os mindelenses, factos que a distinguem da realidade dos casos analisados. Acresce que acontecimentos que marcaram a história deste lugar, no que confere à defesa do ambiente (com destaque óbvio para a ROM), contribuíram para um maior enraizamento dos mindelenses perante questões de carácter ambiental, situação ainda corroborada pela forma próxima e direta com que os mesmos lidam com os problemas ambientais e que distingue este caso do presenciado a nível nacional, em que a preferência pelos *media*, mais concretamente pela televisão, parece afastar, pelas razões já analisadas, os cidadãos de construir uma ligação mais próxima com os problemas locais.

5.7 Discussão dos Resultados

Em 1987, e tendo por base o documento designado Relatório de Brundtland, dava-se início a uma nova era civilizacional com a introdução do novo conceito de *desenvolvimento sustentável* (ver Russell, 1995). Esta nova doutrina ideológica configura o desígnio da humanidade promover o desenvolvimento económico e social sem prejuízo para o ambiente, pilar essencial para a persecução da sustentabilidade (ver CMMAD, 1988). Todavia, a compreensão deste conceito deu azo a múltiplas interpretações do mesmo (ver Allen, 1980; Tietenberg, 1984; Repetto, 1986; Barbier, 1987; Brown *et al.*, 1987; Redcliff, 1991; Lélé, 1991; Herculano, 1992; Ribeiro *et al.*, 1996; Gonçalves, 1996; Robison, 2004; Veiga, 2005), com o conseqüente emergir de diferentes perspetivas ideológicas de sustentabilidade defendidas por vários críticos (sustentadas na dicotomia ecologia/economia) (ver Barbier, Markandya e Pearce, 1990; Pearce, 1993; Redcliff, 1996; Pepper, 1996; Daily, 1997; Hopwood *et al.*, 2005; Sneddon *et al.*, 2006; Klekotko, 2007). À semelhança do referido anteriormente, também a própria operacionalização do conceito não foi um exercício prático consensual, pelo contrário, refletiu a discrepância com que os vários autores científicos o encaravam, levando, igualmente, ao surgir de correntes científicas sobre desenvolvimento sustentável baseadas em visões desiguais de colocar em prática o supracitado conceito [*perspetiva substantiva* - ver Barbier, Markandya e Pearce, 1990 (corrente conservadora); Bergh e Nijkamp, 1991; Noorgard, 1992 (corrente intermédia); Naess, 1989; Goldsmith, 1992 (corrente radical); *perspetiva ética* – ver O'Riordan, 1985; Eckersley, 1992, Pepperman, 1996 (corrente natural); Baker *et al.*, 1997 (corrente antropogénica)].

Na CNUMAD, em 1992, foram adotadas várias ferramentas consideradas fundamentais para operacionalizar o novo paradigma (ver CNUMAD, 1992), existindo a forte convicção internacional que o sucesso das políticas de sustentabilidade depende do grau de receptividade das mesmas pelos estados signatários desta conferência (ver Keating, 1993).

A A21Local é uma das principais ferramentas de e para a sustentabilidade (ver UNCED, 1992b) e Portugal um dos países que assumiu os compromissos de a implementar, contribuindo, desta forma, para o esforço conjunto de um progresso mais harmonioso e holístico que está subjacente a este novo modelo de desenvolvimento e que deve ser preconizado pela comunidade internacional, ao longo do século XXI (ver Silva, Nascimento e Daroit, 2000).

Todavia, no quadro das A21L, o nosso país revelou características intrínsecas que individualizam o caso português. Realça-se, desde logo, o enorme desfasamento temporal entre a disponibilidade de se utilizar esta ferramenta (desde a conferência do Rio, 1992) e as primeiras Agendas 21 Locais que se implementaram no nosso país (1996). Esta morosidade insere-nos nos grupos de países, à escala europeia, que mais tardiamente responderam às iniciativas das Agendas 21 Locais (ver Moralejo, 2007). Acresce a este facto que, após se iniciarem as primeiras A21L, se assistiu, de igual modo, a uma lentidão na difusão destes processos com um retrato de

um país caracterizado por reduzidas iniciativas e, muitas vezes, não corretamente identificadas com a natureza de um processo de sustentabilidade próprio da A21L (ver Farinha *et al.*, 1998; Fidélis, 2001a; Vasconcelos, 2001a; Guerra, 2004a; Schmidt, 2006a; Pinto, 2006); As análises estatísticas comprovam esta realidade quando, em 2001, dos 5292 processos de A21 Local implementados no continente europeu, Portugal só contribuía com 27, ficando num modesto 25º lugar dos 36 países que implementavam estas ferramentas nos seus territórios (ver ICLEI, 2002c).

A conjuntura espaciotemporal em que se desenvolveram as A21L em Portugal ditaram uma realidade que não poderia ser substancialmente diferente face ao conjunto de circunstâncias que envolveram, condicionaram e orientaram os processos. Uma primeira hipótese avançada, e que justifica em parte a fraca implementação, em Portugal, prende-se com o desconhecimento dos seus princípios e objetivos pelos cidadãos e pelo poder político. Como se analisou, o caso português identifica-se como o exemplo de um país que mais tardiamente respondeu ao apelo mundial para a implementação destes processos de sustentabilidade, agrupando-se com países como Itália (ver Ramieri, Wallace-Jones e Lewanski, 2001), França (ver Larrue, Emelianoff, Di Pietro e Héland, 2001), Espanha (ver Fidélis e Pires, 2009) e Irlanda (ver Mullally, 2001) que mais precocemente despertaram para os processos de A21L.

Decorrente da análise aos processos de A21L, infere-se que a falta de informação generalizada sobre a natureza das A21L teve implicações subjacentes na sua aplicação prática em Portugal. Aliás, o caso português, nesta matéria, identifica-se, em parte, com o caso Norueguês (ver Aall, 2001), como se verificou. Em Portugal, o desconhecimento da A21L por parte do poder político resultou, no panorama nacional, num ambiente pautado por alguma polémica e controvérsia que retratou o período de arranque das primeiras A21L. Na tentativa de responder ao desafio lançado na Conferência do Rio de Janeiro, 1992, o poder político local tentou implementar as primeiras *Agendas* sem, no entanto, possuir um real conhecimento sobre a sua natureza e do próprio conceito (ver Silva, 2002). Neste âmbito, foram contabilizados processos como sendo de A21L quando, e segundo os peritos, não passavam de puros casos de Planos de Ambiente, com pouca ou nenhuma sustentabilidade integrada. Não se pode negar, e como refere Vasconcelos e Farinha, que os Planos Municipais de Ambiente não fossem encarados como importantes ferramentas, ao serviço das autarquias, pois dotavam-nas, não só com capacidade para identificar o estado do ambiente do concelho e selecionar os problemas ambientais que necessitam de resolução urgente, mas permitiam também definir estratégias e ações de intervenção concretas e concertadas entre todos os parceiros que contribuía para o aumento da eficácia das intervenções. Contudo, apesar de se afirmar a importância dos PMA como sendo processos menos morosos e complexos como planos, reconhece-se que estes não são tão integradores como a A21 Local e, a maioria dos peritos na área do desenvolvimento sustentável, como Vasconcelos e Farinha (1999), Schmidt, Gil Nave e Guerra (2006a) e Fidélis (2001a), referiam que os objetivos da Agenda 21 são muito mais vastos dos que os PMA e ultrapassam largamente o conceito de planos de ação ambiental que, por norma, se centram nos setores ambientais

tradicionais negligenciando o tratamento de matérias mais complexas como sejam as questões ligadas aos aspetos socioeconómicos.

Como sublinhava Schmidt *et al.*, (2006a), a inabilidade face ao desconhecimento do poder político em lidar com a A21L resultava, não raras vezes, na opção por parte de muitos concelhos de enveredar por um Plano Municipal de Ambiente o que acantonava e reduzia toda a temática da Agenda 21Local a uma visão limitada às questões ambientais, ignorando as necessárias interações entre os diversos setores e pilares do desenvolvimento sustentável (ver ESBUCP, 2002). Neste contexto, a ambiguidade sobre o número de A21L que efetivamente estavam em curso em Portugal é prova da falta de conhecimento do poder político local em compreender a essência destes processos (ver Silva, 2002).

Este retrato traçado pelos autores supramencionados é unânime quando se verifica, no terreno, que a larga maioria dos representantes máximos das edilidades não tem nenhum tipo de formação na área do ambiente / sustentabilidade (90% de acordo com os inquéritos por questionário lançados a nível nacional) situação que se agrava pelo desconhecimento geral que os recursos humanos tutelados por estas entidades igualmente evidenciam. Verifica-se, face a esta situação, a preocupação dos poderes locais para tentarem contornar esta lacuna, através da aplicação de diferentes estratégias, sendo uma das formas encontradas a integração em alguma rede ou organização de desenvolvimento sustentável que se constitui como importante parceiro para a condução dos trabalhos. Outra estratégia passa pela preponderância das universidades na prestação de assessoria técnica às edilidades, seguida do apoio dado pelas ONGs e/ou a constituição de organismos intermunicipais na cooperação técnica ao poder político, o que explica o ínfimo número de poderes locais que não recebeu qualquer tipo de apoio técnico e a sua elevada dependência a entidades externas.

Neste âmbito, e independentemente das formas encontradas para auxiliar os processos, o caso português evidencia uma maior dependência dos poderes locais às entidades externas aos processos (com apenas 12% dos inquiridos a comunicarem que os seus processos de A21L não estão ligados a nenhuma plataforma logística de apoio) face aos números internacionais que revelam que 27% dos municípios não precisaram recorrer a qualquer mediador / partes interessadas (*stakeholders*) (ver ICLEI, 2002a), o que sugere uma menor preparação do poder político local português para lidar sozinho com este tipo de processos. Neste particular, e mais uma vez parece confirmar esta teoria, é nas primeiras fases da execução de um programa de A21L que o apoio e acompanhamento por outras entidades é mais efetivo, com destaque para a fase de diagnóstico (82%), planificação (71%) e divulgação (51%) dos processos. Tal significa que os primeiros passos de uma A21L são identificados como os mais difíceis e derivam, grosso modo, do desconhecimento da natureza do mesmo. Após a afirmação destes instrumentos no terreno, as fases de implementação (16%) e monitorização (12%) já são etapas maioritariamente assumidas, em exclusivo, pelo poder local (ver subcapítulo 5.3). Acresce que um dos fatores mais

mencionados pelo poder político local (54%) para explicar a menor facilidade em lidar com processos de Agenda resulta da ausência de um programa nacional de apoio do governo central que desencadeasse a necessidade dos poderes locais em estabelecerem parcerias com várias entidades (ver subcapítulo 5.3). A omissão do poder central em matéria de A21L refletiu-se na falta de uma linha de informação e orientação para a condução dos trabalhos a nível local e repercutiu-se nas tentativas dispersas e individualizadas que marcaram o marasmo dos primeiros anos de A21L em Portugal. Como se analisou, só mais tarde (em 2007), o governo português reconhece que a adesão à Agenda 21 Local começa a ter alguma expressão em Portugal, pelo que se tornava necessário estabelecer uma metodologia orientadora, na sua conceção e implementação, que contribuísse para o esforço do poder local na promoção deste instrumento (ver Henriques, 2007).

No que concerne ao (des)conhecimento da natureza de um processo de A21L pelos cidadãos, a realidade não difere muito da verificada ao nível político. Neste ponto, surgem dificuldades acrescidas às autoridades locais que, para avançar rumo à sustentabilidade, através da A21L, têm de integrar, junto da comunidade local, educação, informação e sensibilização como partes integrantes para o cumprimento dos princípios inerentes a esta ferramenta (ver Agyeman, Morris e Bishop, 1996). Ora, como se analisou a nível nacional, a ignorância da existência de processos a nível local, só por si, originou uma insatisfação dos poderes políticos locais que encararam a falta de participação da população nos processos como, entre outras razões, resultado do desconhecimento da sua existência por parte dos cidadãos locais (ver subcapítulo 5.3). Esta realidade é corroborada por vários autores que identificam a falta/dificuldade de acesso à informação como um fator que reconhecidamente interfere nos níveis de participação pública (ver Oliveira, 2005; CNADS, 2003) e que, se acompanhada por uma “*política de desinformação*” (ver Schmidt, 1993), nos afasta, totalmente, de países como a Dinamarca, a Noruega e a Finlândia (ver OECD, 2001a; Moralejo *et al.*, 2007), no que à facilidade de consulta de informação pelo cidadão diz respeito.

Acresce referir que essa ausência de informação junto do cidadão não resulta, em grande medida, da omissão deliberada pelos responsáveis dos processos. O que se assiste é, por vezes, a uma “*banalização*” da informação, envolvida num rol de notícias de caráter e natureza distintas que vão sendo difundidas e que mascaram a informação alusiva à A21L, passando esta, não raras vezes, despercebida perante o cidadão comum. É claro que esta falta de “*cuidado*” na transmissão de informação surge aos olhos desconfiados de alguns autores como uma forma do poder local dar pouca informação e importância à divulgação dos resultados, dificultando, desta maneira, o acesso dos cidadãos à mesma (ver Oliveira, 2005). Neste âmbito, não é coincidência o entendimento generalizado que, no nosso país, continua a persistir uma relação difícil entre administração e administrados, resultado, em grande medida, da falta de transparência expressa nos obstáculos que perduram no acesso à informação e no relacionamento com os cidadãos

(informação de má qualidade ou desviante, ausência ou insuficiência de informação, fechamento ou resistência dos serviços na disponibilização de informação) (ver CNADS, 2003).

Ainda neste âmbito, verifica-se que, para agravar esta situação, nos deparamos com uma elevada relutância dos portugueses em procurar informação, verificando-se que a grande maioria obtém conhecimento de ordem ambiental através dos meios de comunicação social, principalmente a televisão que se constitui como principal fonte de informação, sendo que qualquer tipo de consulta (através de departamentos da Câmara Municipal, em sites, associações ambientais e outras) é preterida pela larga maioria dos indivíduos (ver Almeida, 2004). Aliás, e recordando Almeida (2004:132), os portugueses “*preferem que a informação venha ao seu encontro de uma forma fácil e prática sem implicar grande esforço – basta acionar o botão*”. Deste modo, o conhecimento dos portugueses fica muito dependente do grau e forma como os “*mass media*” tratam esta temática, nomeadamente as questões ambientais, o que evidencia uma volatilidade prejudicial para se tratar assuntos do quotidiano.

Convém não esquecer, nesta matéria, que num passado não muito longínquo (antes do surgir dos canais televisivos privados em Portugal) o papel da televisão, como um dos principais meios de divulgação e transmissão de informação, foi pouco eficiente em matéria de veiculação de informação ambiental, com uma clara demissão e ausência do discurso ambiental do canal público, RTP1) que contribuía para a alienação das questões ambientais por parte dos portugueses (ver Schmidt, 2003). Como complemento, e retrocedendo no tempo, não se coloca em causa que existiu uma intensificação e facilitação dos mecanismos de consulta e a institucionalização do acesso à informação dos portugueses com a criação de centros de informação e documentação, bibliotecas municipais, entre outras fontes (ver subcapítulo 3.3.2), aliado a uma nova forma de aceder e fazer informação que advém do mundo da Blogosfera (Canavilhas, 2004:5). Contudo, a população portuguesa continua a evidenciar um défice de participação pública que, como referia, também, o presidente da Associação Nacional para a Cidadania Ambiental, apresenta como principais causas a falta de informação em geral e a excessiva tecnicidade da informação disponibilizada (ver CNADS, 2003).

No caso particular de Mindelo, repete-se esta falta de informação com apenas 23% dos cidadãos a saber responder corretamente quanto à natureza de um processo de A21L e 21% a conhecer a existência de um processo deste tipo a decorrer localmente. Neste caso, o ex presidente da AAMDA (associação que liderou a A21L de Mindelo) expressou a sua preocupação neste domínio, referindo que a população local com quem trabalhou evidenciou essas mesmas características, de uma população maioritariamente desconhecadora do conceito da A21L e da forma de a operacionalizar no terreno, o que incutiu a necessidade da associação que preside ter procedido a sessões de esclarecimento e de informação para ultrapassar esta situação. Outro testemunho é o do próprio presidente da Junta de Freguesia de Mindelo que considera essencial o apoio económico e logístico do Estado para, pelo menos, apoiar as campanhas de divulgação e

sensibilização destes processos junto da comunidade para que as populações passem a possuir um maior grau de conhecimento sobre os mesmos (Presidente da Junta de Freguesia de Mindelo, entrevista pessoal, 17 de novembro de 2009).

Concluindo, torna-se evidente que a falta de informação condicionou o poder político e os cidadãos e ditou um comportamento algo semelhante entre pares. Por um lado, a inexperiência e desorientação dos políticos locais para colocar em prática um instrumento cuja natureza desconhecem, de forma geral. Por outro, um poder cívico pouco ávido na obtenção de informação, sobretudo a ambiental, e habituado a utilizar os meios de comunicação, mais particularmente, a televisão como fonte “única” de informação seguida, nos últimos anos, por uma cada vez maior valorização das novas tecnologias, sobretudo o uso da internet, que se vai afirmando como recurso. Neste particular, referir que, com a modernização dos equipamentos de acesso à informação observa-se que a maioria dos promotores locais das A21L, apesar de continuarem a utilizar o jornal local, recorrem cada vez mais ao uso da Internet (através do sítio) para divulgar informação, sobre os trabalhos da A21L. Acontece, e segundo se apurou, que se é positivo o avanço do uso das novas tecnologias é igualmente preocupante verificar que são apenas os mais jovens e os indivíduos com mais formação académica que mais as utilizam como principal meio para obter informação de proximidade.

Confirma-se, e em concordância com dados anteriores analisados, que tanto as *Agendas* desenvolvidas localmente como as que decorrem a nível nacional parecem ser mais do conhecimento do grupo etário dos adultos detentores de habilitações intermédias, grupo este que, à semelhança do caso de Mindelo, continua a privilegiar o uso de meios mais tradicionais, como jornal / rádio local e o correio, como principais veículos de consulta. Neste contexto, a tendência de se substituir os meios tradicionais pelas novas tecnologias de comunicação esbarra com uma população, principalmente indivíduos com idades mais avançadas e/ou com menor formação académica, que não acompanha o evoluir dos tempos e que, portanto, correm o risco de serem excluídos destes processos, face ao desconhecimento dos mesmos, o que se traduz na redução do nível de informação sobre estas matérias. O caso de Mindelo é um bom exemplo, em que a maioria dos indivíduos que afirmou conhecer a existência da A21L no terreno refere a leitura de panfletos, do correio, do jornal/rádio local, de painéis públicos, entre outros, como meio de informação utilizado, ficando-se a dever este trabalho à AAMDA que promoveu estas iniciativas que suplantaram o papel do poder sublocal nesta matéria que apenas se serviu da internet para a divulgação de informação alusiva à A21L e que manifestamente se evidencia como insuficiente.

Neste quadro social, e para terminar, lembrar que, apesar da celeridade do acesso à informação e das vantagens que as novas tecnologias trazem ao cidadão, o que se constata no terreno é que a maior parte dos processos de A21L que promovem esta forma como principal meio de divulgação da informação esbarra com situações de inatividade dos sítios, de deficiente

informação e/ou atualização que acarreta sérias dificuldades de consulta e, conseqüentemente, de informação para os cidadãos (ver Macedo *et al.*, 2012).

Outra hipótese, e que fundamenta o atraso da Agenda 21 local ao impor-se como um instrumento essencial ao desenvolvimento sustentável, em Portugal, advém do papel passivo da sociedade civil portuguesa em participar na vida política. Sabendo-se que a natureza de um processo de A21L deve ser consubstanciada na participação dos cidadãos, condição *sine qua non* à natureza deste tipo de processos (ver UNEP, 1992, *Princípio 10*; UNCED, 1992b, *Parágrafo 3*; Aalborg, 1994; Cotter e Hannan, 1999, *princípio da participação pública*) e conhecendo-se a importância do envolvimento dos cidadãos para a legitimação das medidas de sustentabilidade (ver Fiorino, 1990; MacGillivray *et al.*, 1998; Kass, 2000; Jörby, 2001; Petkova, 2003b; Kravchenko, 2003; Marinetto, 2003) é notório que o exercício de implementação das A21L, em Portugal, colide com uma sociedade caracterizada por elevados níveis de ausência sobre os destinos do seu território e da sua comunidade, tipificando-se como uma sociedade pouco ativa e pouco interventiva / dinâmica (ver Oliveira, 2005; CNADS, 2003). Aliás, este “estado da arte” da sociedade atual remete para a história relativamente recente de um país que foi governado por um regime ditatorial e autoritário vigente até 25 de Abril de 1974.

Da análise já efetuada, constata-se que a sociedade viveu décadas sem poder instituir qualquer forma de associativismo abertamente independente ou contestatária, pois tudo o que significasse questionar o centralismo estatal em que o país vivia seria fragilizar o próprio regime, como relembram Melo e Pimenta (1993) e Rodrigues (1997). Assim, qualquer iniciativa individual ou coletiva que fosse de defesa da natureza ou de outra ordem, era imediatamente desautorizada pelo Estado que efetivamente eliminava qualquer tentativa de organização pública e social, como evocam Figueiredo e Fidélis (2003). Neste quadro político-social dominante, gerou-se uma sociedade relativamente fechada, face aos condicionalismos impostos pela própria censura. Apesar de em Portugal se viver há mais de três décadas em democracia é difícil eliminar velhos hábitos que foram enraizados durante um período ainda mais longo do que o regime democrático vigente, continuando, atualmente, a persistir fortes sinais de adequação do regime salazarista que se verifica na sociedade portuguesa, tanto ao nível de desenvolvimento socioeconómico, como na cultura política (ver Wiarda, 1977; Robinson, 1979; Schmitter, 1999, Cabral, 2006; Estanque 2006).

Acresce, e como se pode apurar dos estudos mais recentes do Observa sobre representações e prática dos portugueses em matéria ambiental, a sociedade portuguesa até dá sinais de ter evoluído no grau de sensibilização para com os problemas ambientais, encarando-os como principal preocupação logo após questões consideradas mais prioritárias, como as questões económicas, de saúde e de segurança nacional (ver Almeida, 2000; 2004). Torna-se óbvio que, para a maioria dos cidadãos portugueses, o ambiente começou a ser encarado como um problema básico e não como um “luxo verde”. Contudo, a vertente ambiental não consegue

“destronar” a preocupação com velhos problemas, como o flagelo da droga e suas consequências transversais, o aumento da criminalidade e da insegurança, o problema do desemprego e da exclusão social, normalmente associados, que afetam não só a vertente económica mas também o social. Neste âmbito, era espectável que, como reflexo dessa preocupação, surgisse uma sociedade mais consciencializada para estes assuntos, no decorrer dos primeiros anos do século XXI. Porém, não só tal não se verificou, como ainda se observa um relegar dos problemas ambientais para segundo plano.

O agravamento da situação económica do país, bem evidenciado com o aumento do nível de preocupação dos portugueses com o desemprego e com a inflação destituíram a temática do ambiente da posição relevante que lhe tinha sido conferida no final dos anos 90/ princípio do século XXI. Neste contexto, constata-se que as questões económicas estão a interferir na forma dos portugueses encararem os problemas ambientais (ver Almeida, 2004) e, apesar de existir uma preocupação dos portugueses face aos problemas ambientais, esta não é suficientemente motivadora para alterar o atual quadro de quase inércia de participação cívica em questões relacionadas com o ambiente, distinguindo-se claramente a componente sensibilização da consciencialização. Assim, assiste-se a uma população que, regra geral, apoia as políticas e intervenções em prol do ambiente e simpatiza com as instituições e organismos de defesa do ambiente, todavia a sua “militância” nestas instituições e/ou participação em ações de caráter ambiental são raras, o que traduz a letargia da sociedade no que à defesa do ambiente diz respeito. Neste sentido, é mais fácil atribuir a responsabilidade ao Estado para a resolução dos problemas ambientais [48%; ver Almeida, 2004], continuando a prevalecer uma filosofia de desresponsabilização para com os problemas e consequentemente mantendo-se uma mentalidade passiva dos cidadãos no que respeita a estas matérias. Decorrente desta realidade, o que está em causa é a negação do princípio da subsidiariedade que ocorre quando as soluções dos problemas são passadas para o Estado ou para organizações hierarquicamente superiores (ver Iorio, 2006), com claro prejuízo para o “*avanço rumo a uma sociedade sustentável na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso*” (Jacobi et al., 2006:2), situação que parece ocorrer em Portugal e que coloca em causa o próprio conceito de governança que se deve instituir como forma de promover a participação cívica e a legitimidade das medidas tomadas (ver Santos, 1997; Tomassini, 2001; Finkelstein, 1991).

A ausência de uma cultura cívica e pró-ambiental da sociedade portuguesa é cada vez mais uma realidade que nos afasta, por exemplo, de casos como o da Suécia, país com uma cultura vincadamente diferente da nossa, com uma longa tradição na elaboração de políticas ambientais, em que se observam elevados níveis de participação dos cidadãos, em resultado, entre outros fatores, de um certo grau de confiança entre cidadão comum e a classe política (ver Synnerholm, 2009). Neste particular, é de referir que algo que parece escapar ao poder político, quer por desconhecimento ou omissão, é que a falta de participação pública advém igualmente, no caso

português, da (des)confiança dos cidadãos perante a sua classe política. Verifica-se a existência de uma espécie de *divórcio* entre o quotidiano dos cidadãos, os partidos e os políticos, como apelidaram Benavente, Mendes e Schmidt, (1997) que resulta num sentimento de incompreensão perante o ‘mundo da política’ e da administração pública, disseminado na desconfiança face ao Estado a um poder político que se lhes apresenta em conluio ou condicionado por interesses menos públicos que privados (ver CNADS, 2003). Aos olhos da *sociedade* civil portuguesa, a chicana mediático-política em que parece estar mergulhado o poder político promove não só uma insatisfação, mas também um distanciamento dos cidadãos face às autoridades governamentais (ver Almeida, 2004). Como refere Schmidt (2007), enquanto este obstáculo, que interfere nos níveis de participação e se constitui como um dos grandes riscos que influi na participação pública, não for erradicado existirá uma tendência de afastamento dos cidadãos dos locais de decisão. Neste propósito, refira-se o caso de estudo do Porto, em que se verificaram “*várias negociações e acordos entre os planeadores, autoridades e organizações empresariais que de uma forma geral não são visíveis aos olhos do cidadão*” (Martínez, 2011: 18), isto é, em que a participação e contributo dos cidadãos podem ser colocados em causa face a interesses alheios ao cidadão comum.

Em Portugal, e relembrando a noção de risco (ver Delicado e Gonçalves, 2007), só quando os problemas são identificados e encarados como ameaça direta ao bem-estar da população é que se verifica uma reação dos cidadãos, ao oporem-se a projetos polémicos e/ou prejudiciais à qualidade de vida da comunidade local, dando-se ênfase à expressão inglesa *Not in My Back Yard* (“não no meu quintal”, em português). No entanto, e como se refere na CNADS (2003: 22), a “*ignorância e um alheamento que grassam ainda numa sociedade civil tradicionalmente pouco interventiva e a incapacidade generalizada dos cidadãos para intervir e fazer valer os seus direitos junto da administração*”.

Não é de estranhar que, no início deste século, o envolvimento dos cidadãos fosse bastante reduzido já que em mais de 70% dos municípios não se verificava qualquer tipo de participação pública (ver Nunes da Silva, 2002). Neste contexto, também não surpreende que, decorrente do estudo aos inquéritos por questionário lançados a nível nacional, se registre um descontentamento do poder político local relativamente à participação dos cidadãos (a maioria avaliava apenas como razoável a participação dos cidadãos e 22% revelaram mesmo o seu descontentamento ao afirmarem-se insatisfeitos com a postura dos seus concidadãos). A principal razão evocada, e que se demarca como problema central, justifica-se pela falta de comparência/participação da população nas sessões de trabalho. É conveniente referir que o poder local, grosso modo, até reconhece uma significativa afluência de cidadãos numa primeira fase dos processos de A21L (momentos do Diagnóstico e dos Fóruns), sendo a problemática confinada à consistência de níveis de participação dos cidadãos, ao longo do processo, o que mais contribui para a insatisfação demonstrada pelo poder político, visto verificar-se uma notória quebra de participação (como a registada na fase intermédia correspondente à Elaboração do Plano de Ação). Esta

situação remete para as palavras de Farinha (2007) que alertava para a desmotivação dos atores e para o alheamento da sociedade civil como um problema que se pode colocar aos processos de A21L, com o passar do tempo. Neste sentido, a inexistência e/ou reduzido número de ações mobilizadoras que evitem que o plano em elaboração se torne num assunto quase só de cariz técnico e quase só dependente da vontade e da capacidade da autarquia, ou de organismos desconcentrados do Estado deve ser evitado como forma de combater os elevados níveis de desistência dos cidadãos no acompanhamento dos processos (ver Farinha, 2007).

Se o retrato de Portugal é marcado por um claro absentismo dos portugueses em participar na vida política, o caso de estudo de Mindelo não difere do espectro geral. Em Mindelo, o próprio presidente da junta de freguesia reflete esse descontentamento, referindo o condicionalismo a que ficou sujeito o processo de A21L, decorrendo desta situação momentos altos e baixos que marcaram a evolução do projeto. Aliás, o próprio infere que, de acordo com estas dificuldades, devia ser criada uma equipa permanente para desenvolver as ações e dar sequência ao plano, o que demonstra, desde logo, a falta de recursos humanos e de acompanhamento dos cidadãos. Por sua vez, os próprios cidadãos (caso de Mindelo) reconhecem o seu défice de participação, evocando a falta de tempo, de informação e desinteresse / afastamento pela vida política que, segundo os mesmos, se constituem como principais responsáveis pela situação. Aliás, as causas enunciadas pela população de Mindelo para justificar este comportamento são transversais à população portuguesa. Como refere o presidente da Associação Nacional para a Cidadania Ambiental (CIDAMB), José Sá Fernandes, as causas primeiras para o défice de participação na sociedade portuguesa são a falta de tempo, de disponibilidade dos cidadãos, advinda das condições de vida atuais e da falta de informação em geral (ver CNADS, 2003). Porém, surge ao nível da participação pública uma circunstância que individualiza o caso de Mindelo. Se, por um lado, o poder político local reflete a falta de participação pública como um dos aspetos negativos que marcou a “vida” da A21L de Mindelo (ver subcapítulo 5.3), à semelhança do que acontece a nível nacional (ver subcapítulo 5.2), o presidente da AAMDA (associação promotora da A21L de Mindelo) refere que o desenvolvimento dos trabalhos foram fortemente apoiados pela participação popular e que tal se ficou a dever, sobretudo, ao facto do processo se configurar como independente do poder político, o que estimulou a envolvimento dos cidadãos (ver subcapítulo 5.5).

Acresce, ainda, um facto relevante a considerar neste ponto. Segundo o engenheiro Pedro Macedo (ex presidente da AAMDA), a principal causa ambiental apontada para o surgir da associação é, precisamente, a ameaça de apropriação da área da ROM para fins imobiliários que fez desencadear uma onda de indignação pública que também contribuiu para a dinamização da própria associação no âmbito da defesa deste património (ver subcapítulo 5.5). Neste propósito, fica o registo que explica a significativa afluência dos cidadãos nos trabalhos desenvolvidos pela AAMDA (situação oposta ao vivido no panorama nacional) e que remete para o caso da ROM que se institui como elemento catalisador para os mindelenses participarem ativamente nos destinos da sua localidade.

Outra hipótese testada remete para as dificuldades de operacionalização dos processos de A21L face aos escassos meios técnicos e financeiros que, ao nível do governo local, se fazem sentir e que comprometem a implementação / desenvolvimento dos processos de A21L, em Portugal. Como se constatou, no documento da A21 (secção IV, capítulo 33, item 33.13 a 33.14), de uma forma geral, o financiamento para a implementação da Agenda 21 é proveniente de setores públicos e privados do próprio país. Esse apoio, no quadro internacional das A21L, pecou, largamente, pela insuficiência de recursos, sendo, aliás, a falta dos mesmos um dos principais fatores que obstaram a implementação deste instrumento com os municípios a reclamarem por mais apoio financeiro e por um sistema fiscal que favoreça e apoie mais efetivamente as práticas sustentáveis (ver ICLEI, 2002c).

Neste âmbito, e relembando as palavras de Hewitt, 1995, apesar da existência de um conjunto diverso de parcerias são, claramente, os governos locais os principais fomentadores na condução de A21L, porque estas entidades são, sem dúvida, as que se encontram mais perto não só da origem dos problemas, mas também dos próprios cidadãos, tendo de assumir a responsabilidade, conjuntamente com os outros níveis de governação, de zelar pelo bem-estar da humanidade e da conservação da natureza. É o reconhecimento de que os problemas locais devem ser preferencialmente resolvidos com ações locais, princípio que traduz o espírito da Agenda 21L, em que a transferência do poder de decisão para o domínio local ou sublocal da democracia reduz a burocracia e as falhas de um poder central distante e por vezes alheio às realidades vividas a uma escala menor (ver Hayek, 1990). Neste contexto, ficou bem patente que o desenvolvimento sustentável não se pode fazer sem municípios e, no caso português, com a omissão de um poder central que se demitiu das suas obrigações, ao não colaborar devidamente com apoio logístico e financeiro junto do poder local, principalmente nos primeiros momentos de A21L (ver Fidélis *et al.*, 2009; Henriques, 2007). Em Portugal, e como se verificou, a alienação com os compromissos assumidos, em 1992, só não foi maior face ao esforço do poder local, porque, paulatinamente, tomou a iniciativa de promover os processos de A21L (ver Vasconcelos *et al.*, 2002).

Acresce que a “*negligência*” com que o governo central português abordou esta matéria é expressa quando se verifica que, a nível político e para a prossecução de objetivos de sustentabilidade, o maior contributo dado é datado do ano de 2002, com o surgir da primeira versão da ENDS que, finalmente, aludia de forma concreta ao papel da A21L. Porém, nem mesmo com a entrada em vigor deste documento se observou uma clara envolvimento de uma qualquer instituição oficial na divulgação ou promoção da Agenda 21L, “*resumindo-se as poucas ações na promoção da sustentabilidade local provenientes de grupos de peritos como são os casos da associação CIVITAS, de ONGs, de escolas e centros de estudos universitários que, de forma mais ou menos ad hoc, vão implementando projetos locais de desenvolvimento*” (Schmidt, 2006a: 22). Ora, como refere Reich (2009), apesar da autoridade central dever desempenhar uma função subsidiária, atuando apenas quando efetivamente as respostas não podem ser dadas ao nível local, o certo é que em Portugal essa função, de apoio logístico e financeiro ao poder local, parece

ter sido esquecida. Na verdade, se observarmos os países que não obtiveram financiamento do Estado, quer diretamente, quer sob a forma de programas, à exceção do Reino Unido (ver Moralejo *et al.*, 2007), estes inserem-se no grupo que apresentou mais atrasos e dificuldades para a execução das A21L, como são exemplo Portugal e Espanha (ver Fidélis e Pires, 2007; Moralejo *et al.*, 2007). Nestes países, onde é mais notória a falta de apoio do governo, em matéria de financiamento, verificou-se um menor vigor e afirmação das A21L, sendo que, em matéria de governo central ativo e empenhado em promover a A21L, o caso da Suécia institui-se como um bom exemplo (ver Eckerberg, 2001). Deste modo, os países do norte geográfico da Europa (Suécia, Reino Unido e Holanda) inscrevem-se no grupo dos que mais rapidamente responderam ao apelo internacional da A21L, coexistindo o facto de, regra geral, se assistir à disponibilidade de recursos financeiros de apoio aos processos. Todavia, e como anteriormente foi mencionado, ressalva-se o caso do Reino Unido, em que com o evoluir do tempo e com a falta de articulação financeira entre Governo Central e Local (ver Moralejo *et al.* 2007; Jonas *et al.* 2004), surgiu uma “*desmotivação*” na implementação dos mesmos. No caso Holandês, o caso inverte-se, isto é, num primeiro momento marcado até 1994 o processo era retratado como lento e inconstante, sendo que, a partir “*do momento em que criou a Comissão Nacional da A21L e se estabeleceu um apoio financeiro para que os municípios instaurassem a A21L*” (Moralejo *et al.*: 114) os processos correram de forma mais fluida alterando-se a dinâmica na sua implementação.

Concluindo, mesmo nos países que se instituem como exemplo pelo pioneirismo em matéria de A21L, subsistem diferenças de comportamento na velocidade da implementação dos processos, dentro do próprio país, sendo que aquelas se encontram, indubitavelmente, associadas ao nível de acesso a recursos financeiros.

Ainda no contexto europeu e no âmbito do financiamento às A21L, observou-se, com o decorrer do tempo, diferentes realidades que marcaram os primeiros momentos da integração das A21L e que retratam, mais uma vez, a importância dos recursos financeiros. Se, num primeiro momento, esses recursos não eram objeto de preocupação para a maioria dos municípios europeus, com a necessidade de fasear o desenvolvimento dos processos esta questão começou a constituir-se como um relevante obstáculo aos mesmos, com os governos locais europeus a verificarem que os seus recursos são muito limitados para o desenvolvimento das suas *Agendas* (ver Garcia-Sanchez e Prado-Lorenzo, 2007). Deste modo, a circunstância de ter de suportar financeiramente processos que se prolongam no tempo esbarra, de uma forma geral, com uma perda de investimento municipal, quer por razões de falta de verba orçamental, quer por uma menor aposta das autoridades locais, resultante dos condicionalismos às A21L como forma de diminuir as despesas locais. Neste âmbito, e como forma de ultrapassar esses mesmos condicionalismos, os municípios portugueses têm adotado várias formas de organização administrativas, como geminação, protocolos, acordos de cooperação e redes, para contrariar esta realidade. Assim, e relembrando Costa e Ferreira (2003), a cooperação descentralizada feita pelos municípios sob a forma de geminações bilaterais ou multilaterais tem desempenhado um papel cada vez mais

preponderante para o apoio às A21L e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local. A Cooperação Intermunicipal (CIM) desempenha, atualmente, um papel vital para o desenvolvimento local, configurando-se como um novo paradigma de desenvolvimento, num contexto de globalização.

Neste contexto, a adoção de A21L, em Portugal, ocorre cada vez mais com recurso a parcerias locais, entre municípios ou mesmo supramunicipais, como forma de ultrapassar essas contrariedades económicas (ver Amaro, 1991). O problema da asfixia financeira que se parece colocar ao poder local, e que este procura ultrapassar através de soluções supramencionadas, advém da aparente incapacidade destas se autofinanciarem, precisando os municípios de recorrer, com alguma frequência, a verbas financiadas pelo Estado para a concretização de ações a nível local. Ora, nestes termos, não se verifica uma verdadeira autonomia do poder local, continuando estes amarrados à tutela administrativa e completamente dependentes do poder central, sob o ponto de vista financeiro (ver Rocha (1998).

Assim sendo, e face à narrativa histórica do país (ver subcapítulo 3.4.), o poder local parece continuar submisso ao Estado face a uma Lei das Finanças Locais que, ao regulamentar as verbas a atribuir aos municípios, estrangula a sua efetiva autonomia (ver Mourão, 2005). Aliás, e relembrando Oliveira, 1996, a necessidade dos governos locais necessitarem de captar verbas configura politicamente o “*alinhamento*” destas forças com as políticas do poder central como forma de “*agradar*” e, conseqüentemente, conseguir angariar verbas adicionais para a prossecução de intervenções de carácter local (ver Oliveira, 1996). Neste quadro, e como refere Ruivo (2004a: 5) “*a dignidade constitucional do Poder Local tendeu normalmente a ser manipulada pela mentalidade centralista que continua a predominar entre nós. E a essa dignidade foi sempre difícil fazer corresponder os meios necessários, nomeadamente financeiros*”. Neste ponto, se se verificam dificuldades financeiras para a persecução das A21L, por parte dos poderes locais, essas são acrescidas para o poder sublocal, com as Juntas de Freguesia a não serem reorganizadas em função da pretensa descentralização estatal (ver Rodrigues, 1997).

Nesta linha, todas as freguesias se debatem com uma insuficiência de meios e de instrumentos de intervenção, obrigando este nível de administração a estar/atuar em articulação com os municípios, o que o deixa muito vulnerável, dependente e limitado na sua ação (ver Pauleta, 1997). Deste modo, continua-se a assistir a uma fraqueza de um poder sublocal considerado vazio, pois encontra-se destituído de meios e ferramentas para intervir, o que coloca em causa o princípio da subsidiariedade, vital para o sucesso das A21L. Apesar de serem considerados órgãos autónomos, detentores de um regime de autonomia financeira (traduzido no conteúdo da nova Lei de Finanças Locais⁶², artigo 3º, ponto 1) observa-se, como foi já referido, um sinal de extrema dependência das juntas de freguesia face ao poder autárquico. Estas continuam politicamente marginalizadas em relação ao processo de descentralização, não existindo uma

⁶² Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

emancipação face ao poder central e, assim sendo, nada parecem acrescentar no domínio da subsidiariedade de poderes. A principal responsabilidade recai, então, nas verbas insuficientes transferidas do poder central para as *juntas* que resulta numa total falta de meios destas para satisfazer as necessidades das populações. Resultado, o já habitual cenário de, coreograficamente falando, se assistir à “*mão estendida*” das juntas de freguesia a solicitar apoio às câmaras municipais. É caso para se dizer que as juntas de freguesias, a nível político, são *filhas de um Deus menor* e, desta forma, se explica o diminuto número de A21L iniciadas por estas entidades políticas que, deste modo, restringem o princípio da subsidiariedade requerido pela natureza de uma Agenda 21L.

Decorrente da análise aos inquiridos por questionário, os próprios poderes locais evidenciam uma crescente preocupação quanto ao futuro. Segundo os mesmos, se numa primeira fase o número de processos que conseguia depender apenas do financiamento local era muito idêntico aos que já recorriam a financiamentos externos complementares (com destaque para programas de ajuda financeira como Interregue III e FEDER), numa segunda fase, e com o desenvolvimento dos processos e aumento da logística inerente aos mesmos, verifica-se uma contínua asfixia que exige uma necessidade cada vez mais recorrente a ajuda externa, face à agonia financeira que assola a maioria dos poderes locais. Neste âmbito, salienta-se a abertura ao poder local no acesso a fundos comunitários, através do programa QREN que, a partir de 2007, trouxeram um novo fôlego com a possibilidade de se cofinanciar iniciativas de A21L, revelando a sua importância na obtenção de verbas consideradas vitais para a continuidade dos processos. Todavia, e com o agravar da crise económica, os poderes locais receiam o aumento das restrições na obtenção de crédito, esperando enfrentar mais dificuldades para a persecução da A21L, o que parece influir na diminuição de A21L a iniciarem-se no panorama nacional.

O caso particular de Mindelo corrobora esta realidade, sendo referido pelo presidente do poder político sublocal que a vitalidade de um processo desta natureza depende da existência de recursos financeiros capazes de assegurar a efetivação das A21L, sendo que, no caso da agenda de Mindelo, a dificuldade em obter esses recursos resultou na não promoção de uma Agenda 21 Escolar. Já para o presidente da AAMDA, as ações desenvolvidas no âmbito da A21L não foram comprometidas pela falta de verbas face ao assegurar de financiamento junto de uma Fundação Suíça (AVINA) e ao auxílio económico garantido por outras entidades que se constituíram como parceiros, como é o caso da Junta de Freguesia de Mindelo. Neste ponto, o caso da AAMDA reafirma a importância da alocação de verbas para o sucesso da implementação deste instrumento no terreno (ex presidente da AAMDA, entrevista pessoal, 14 de julho de 2009).

Porém, e apesar do desenvolvimento das A21L estar condicionado às questões financeiras (com 59% dos poderes locais a alegarem a disponibilidade de verbas como primeira prioridade para ultrapassar as dificuldades de implementação deste instrumento – ver subcapítulo 5.3), o problema das A21L, no território português, está longe de se confinar apenas a essas questões,

sendo, igualmente, preponderante dotar Portugal de um programa nacional que, para além de outras competências, permita providenciar recursos técnicos que garantam o arranque e estabilidade dos processos (ver Guerra, Nave e Schmidt, (2004a). Aliás, e decorrente da análise aos processos nacionais, verificou-se que o poder local se encontra “*mergulhado*” num sentimento de algum desalento, face às contrariedades vivenciadas na promoção dos processos, sendo que a falta de um programa nacional de apoio do governo central (apesar de algumas iniciativas desenvolvidas pelo Estado neste sentido⁶³) se afigura como obstáculo ao sucesso das A21L. Não se pode omitir que 54% dos poderes locais promotores das A21L evoca a falta de um programa de apoio do governo central como segundo facto mais decisivo para o desenvolvimento das A21L a nível local (ver subcapítulo 5.3.). O próprio presidente da Junta de Freguesia de Mindelo (*caso de estudo de Mindelo*) sublinha a importância dos poderes sublocais terem acesso à disponibilidade de meios humanos como ajuda técnica, considerando este ponto indispensável no apoio a projetos desta natureza.

Uma quarta hipótese formulada incidiu sobre a existência de algum tipo de resistência dos poderes políticos em aceitar um processo que rompe com a mentalidade autocrata dominante de fazer política. Para averiguar tal situação, analisou-se a forma de funcionamento da política em Portugal. Tendo em conta o fluxo de decisões, tem-se identificado a estratégia de *Bottom-Up* como dominante. Tal estratégia consiste num modelo que funciona *de baixo para cima*, isto é, vai passando de uma abordagem ao sistema de nível inferior, mais pequeno, até atingir o sistema completo ao nível superior (ver Kaufman, 1973; Elmore, 1979), em oposição ao modelo de *Up-Down* (ver Mazmanian e Sabatier, 1990, Meter e Van Horn, 1975). No caso das A21L, este sistema funciona através dos trabalhos desenvolvidos a nível local (ao nível do município, na maioria dos casos) e vai-se alargando a nível regional e nacional. Tal estratégia permite que o governo central aquando da tomada de decisões, e tendo na sua posse as fraquezas, potencialidades, ameaças e oportunidades locais (decorrente dos trabalhos realizados localmente), detenha um conhecimento efetivo e coerente da orgânica local que favorece o processo de planeamento de políticas públicas, tendo em conta os problemas locais identificados.

Neste contexto, deparamo-nos com alguma resistência ao *modus operandi* de fazer política. Tal reside no facto de que, apesar dos trabalhos serem desenvolvidos em subsistemas inferiores, os mesmos raramente transitam para além do nível regional, isto é, o modelo ascendente desta estratégia, em Portugal, confronta-se com a dificuldade de atingir o seu patamar superior, visto que apesar dos “*discursos apologistas da participação e do desenvolvimento sustentável, o*

⁶³ Destaque para uma Campanha Nacional que promove uma rede de partilha de informação sobre sustentabilidade, nomeadamente, sobre a A21L. O apoio logístico do governo, através do Instituto do Ambiente, passou a disponibilizar para consulta pública, em março de 2007, o “*Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos*”, sendo no entanto uma iniciativa que peca por muito tardia (15 anos após a CNUMD) e que como se provou, nessa data, ainda estar a ser alvo de teste nas Agendas 21 dos municípios de Almada, Águeda e Mora, os três municípios portugueses selecionados pela APA para testar a metodologia proposta pelo referido *Guia*.

Governo mantém ainda alguns traços de autoritarismo herdados do passado, o que dificulta a afirmação desta estratégia” (Guerra e Schmidt, 2009: 13). Deste modo, as políticas nacionais não vão ao encontro de uma estratégia suportada no mote “Pensar Global, Agir Local”, visto que, na prática, as decisões provenientes do governo central não contemplam o conhecimento da realidade local porque, regra geral, os poderes locais não são ouvidos, sendo desvalorizado o trabalho desenvolvido pelas comunidades locais.

Acresce o receio de que a maior intervenção do Estado, ao nível local, com maior presença do governo central em matéria de A21L, resulte na deturpação do funcionamento deste instrumento, passando a dirigir as iniciativas locais de A21L, ao invés de desenvolver uma atividade que consista, fundamentalmente, em gerar informação, assumir tarefas de coordenação e fornecer bases para o desenvolvimento sustentável (ver Gomila, 2000). Contudo, e como se analisou anteriormente, o receio de Gomila, 2000, não parece ter razão de existir para o caso português, face à leviandade com que o poder central tem descurado o tema das A21L.

Ao nível do poder local, a situação não é muito diferente. A este propósito, releva-se a importância da expressão *governança*, modelo de governação que procura não se restringir apenas à dimensão estatal do exercício do poder (governabilidade), mas gozar de um carácter mais amplo do que as dimensões presentes na governabilidade, integrando “*padrões de articulação e cooperação entre atores sociais (...) incluindo-se neste campo “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos”* (Santos, 1997: 342).

A necessidade e a exigência de elevar o nível de participação dos cidadãos como forma de operacionalizar e legitimar o modelo de fazer política, institucionalizada nos processos de A21L, enfrenta ainda resistências, como se pode constatar da análise aos processos nacionais de Agenda. Se é verdade que a maioria dos processos contou com a participação dos cidadãos em todas as fases do processo, continua, no entanto, a subsistir um elevado número de casos (33%) em que o contributo dos cidadãos só decorre em determinados momentos fixados pelo poder local e/ou pura e simplesmente os cidadãos não são convocados a participar (ver subcapítulo 5.3). Neste campo, verifica-se que a fase de diagnóstico e de fórum são as que, marcadamente, mais contam com a presença dos cidadãos, existindo uma acentuada quebra quando se abordam fases posteriores, como a elaboração do plano de ação (com tomada de decisões) e implementação dos processos. Neste quadro, continua a verificar-se uma certa relutância dos poderes locais em aceitarem a participação ativa dos cidadãos no ato de governar, procurando, não raras vezes, substituir-se ao cidadão, não o convocando a pronunciar-se em momentos fulcrais resultando, deste modo, a efetivação de medidas que são tomadas à revelia do cidadão comum. Este tipo de procedimento é defendido de uma forma quase “*paternal*” pelo poder político, sendo referido, por um lado, que não está em causa inviabilizar e comprometer a participação dos cidadãos no

processo, mas sim proceder de forma que estes não sejam sobrecarregados com as inúmeras solicitações que estes processos exigem (ver subcapítulo 5.3).

O certo, e independentemente das justificações avançadas, é que se afere alguma resistência à abertura total do poder político à população nos momentos de tomada de decisão. Neste âmbito, podemos confrontar diferentes opiniões que contribuem para valorizar a perceção sobre esta realidade. Enquanto o presidente da AAMDA, representante não político, considera o apoio/participação local dos cidadãos como fundamental para o sucesso da A21L (ver subcapítulo 5.5), a opinião do próprio presidente da Junta de Freguesia de Mindelo considera que, mesmo relevante, é o apoio económico e logístico que o Estado deve garantir aos processos, não considerando essencial a participação dos cidadãos, visto que, no seu entender, a elaboração de uma equipa permanente que conduza os trabalhos de A21L, e que na sua constituição integre cidadãos que representem a comunidade local, pode perfeitamente ser suficiente para o desenvolvimento dos mesmos (ver subcapítulo 5.3). Assim, não surpreende que da auscultação à população de Mindelo tenha sido mencionado, por parte de cidadãos locais, que a sua não participação deriva da perceção de que o seu contributo não iria influir na resolução de qualquer tipo de problema local.

A quinta hipótese formulada para justificar as dificuldades de implementação dos processos remete para o conflito de opiniões e tensões sociais que derivam de pressões de agentes locais na defesa de interesses e que, eventualmente, se podem instituir como barreira à progressão das A21L. Neste domínio, entra-se num campo extremamente sensível e considerado “tabu” por certos grupos da sociedade, um dos quais o próprio poder político. Decorrente desta visão, torna-se menos fácil conseguir testar certas realidades, quando estas tendem a ser omissas, tanto pelas partes “*pressionadas*” como pelas que “*pressionam*”.

De facto, e de acordo com o analisado nas hipóteses anteriores, verifica-se que o comportamento da sociedade civil reflete a fraca opinião dos cidadãos no que respeita aos políticos. Os baixos níveis de participação são justificados, em grande parte, pela desconfiança dos cidadãos no poder político, traduzida no juízo enraizado da sociedade que o seu contributo é dispensável face à maior supremacia dos políticos nas tomadas de decisão. É claro, e como referido anteriormente, os escândalos e as polémicas que vão sendo conhecidas, ligados a casos de corrupção e de conflito de interesses, não contribuem para melhorar o ambiente de suspeição e descrédito que abrange a esfera política (ver CNADS, 2003; Schmidt, 2007). Todavia, e como se pôde constatar no terreno, os poderes locais que promoveram as A21L, no território nacional, tendem a não mencionar a ocorrência de um facto desta natureza no desenvolvimento dos seus processos. Porém, e no caso particular de Mindelo, através do inquérito por entrevista, o poder sublocal não negou que processos de A21L possam, muitas vezes, esbarrar com interesses particulares

opostos à vontade comum. Não querendo individualizar casos assinalados que divergem do interesse comum, pois é algo que foge ao escopo deste trabalho, não deixo todavia de refletir sobre o caso da construção da grande superfície comercial, o Parque Nassica, no sul de Mindelo, que concretiza um exemplo em que a construção de um projeto foi contrária à vontade dos locais, principalmente, os defensores do meio ambiente, com destaque para a associação PROmindelo (ver igualmente Martínez, 2011).

Concluindo, e reportando o caso particular da A21L de Mindelo, verificou-se que o pioneirismo deste processo associado ao poder sublocal se fica a dever a uma conjugação de fatores que, no seu conjunto, contribuíram para a aplicação, na prática, do princípio de subsidiariedade. Primeiro, observa-se que a sociedade portuguesa, caracterizada pelos seus baixos níveis de consciencialização, só intervém em casos que lhe sejam muito próximos e que, efetivamente, sejam considerados graves para o bem-estar da comunidade.

Neste particular, em Mindelo, o perigo de destruição da ROM e sua substituição por área de construção institui-se como um “*click*” que contribuiu para o despertar do sentido de pertença da comunidade local que se uniu em torno de uma causa - a defesa intransigente da ROM. Segundo, os trabalhos associados à defesa da ROM levaram à constituição de uma associação que ainda hoje continua muito ligada a esta causa. Pelo facto de ser uma associação não-governamental e afastada do poder político na sua ação, aproximou os cidadãos, levando a níveis de participação que contribuíram para o sucesso deste processo. Neste âmbito, se confirma o distanciamento dos cidadãos face ao poder político quando, num mesmo processo, se confrontam níveis de participação totalmente díspares, com clara vantagem para a AAMDA. Terceiro, a existência de recursos financeiros provenientes de uma entidade externa e do próprio poder local permitiram a este processo ultrapassar uma das principais dificuldades com que as A21L se debatem a nível nacional e supranacional, a falta de financiamento. Quarto, o apoio logístico dado por uma entidade externa, como a Universidade de Aveiro, que se constitui como importante parceira no acompanhamento técnico da mesma. Quinto, a proximidade deste problema face aos cidadãos locais e o contacto direto com que os mindelenses, habitualmente, contactam com os problemas contribuiu para aumentar os seus níveis de preocupação face a estas situações (ver subcapítulo 5.5), contrariando o quadro nacional em que se observa um claro distanciamento do cidadão comum aos problemas, tomando estes, de forma geral, conhecimento através da televisão, o que não promove nem a interação nem um sentimento de pertença da causa pública que tanto contribuiu para a defesa da ROM, no caso de Mindelo.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES

O trabalho empírico e científico desenvolvido nesta investigação pretendeu contribuir para a perceção da dinâmica, em Portugal, da implementação de processos de sustentabilidade que, pela sua natureza, compreenderam uma redefinição e reinterpretação do modelo de desenvolvimento do país, na tentativa de encontrar soluções para os problemas socioeconómicos. A Agenda 21 Local, como processo de desenvolvimento de políticas para o desenvolvimento sustentável e de construção de parcerias entre autoridades locais e outros setores para as implementar, trouxe novos desafios aos quais foi necessário dar resposta. Compreender esse tipo de respostas, identificando lacunas, deficiências, dificuldades, atrasos, avanços e inovações inerentes à implementação deste instrumento de sustentabilidade no território português institui-se como base de trabalho nesta investigação. Neste âmbito, a abordagem multidisciplinar desenvolvida integrou a compreensão de conceitos de sustentabilidade, participação pública, inclusão social, política pública, compreensão da perceção social para assuntos de sustentabilidade, conhecimento das transformações operadas no quadro político local e a avaliação de dificuldades e obstáculos que se instituíram aquando da operacionalização de processos de Agenda21.

O tema da dissertação incidiu sobre a Agenda 21Local e sua implementação em Portugal. Competia conhecer a natureza deste tipo de instrumento de sustentabilidade e a forma como este foi implementado no nosso país. Numa fase inicial, foi realizado um enquadramento teórico com a sequente revisão literária que retrata o objeto da investigação. Neste âmbito, e sendo um instrumento adotado internacionalmente para a prossecução dos princípios da sustentabilidade, paradigma atual do desenvolvimento humano, procedeu-se a um estudo sobre as várias doutrinas ideológicas que marcaram a evolução intelectual do ser humano, com particular destaque para as múltiplas relações entre Homem e Natureza.

Decorrente desta análise, observou-se um evoluir de mentalidades que se traduziu numa maior consciencialização do Homem face às questões ambientais e conseqüente aceitação, generalizada, que a ação antropogénica é responsável por alterações no meio ambiente. Neste domínio, a visão da sociedade, crente num meio ambiente vasto e que conferia ilimitadas oportunidades aos seres humanos, existindo sempre para cada problema uma solução que nunca abrandaria ou impediria o progresso, foi-se reformando à medida que emergiam novos tipos de ameaças, riscos e desafios com que a natureza confrontava a Humanidade e que aumentava o índice de incerteza sobre a noção de *sustentabilidade* perpetuada pelas doutrinas antropocêntricas reinantes à época, com destaque para a Dominant Western WorldView (DWW) e Human Exemptionalism Paradigm (HEP).

Já com o predomínio do NEP (New Ecologic Paradigm) instituído como uma nova conceção da Humanidade em compreender a relação entre questões naturais e sociais e conseqüente reconhecimento da indissociabilidade entre factos ambientais e sociais verificou-se que o caminho

rumo à *sustentabilidade* foi algo conturbado com a existência de momentos-chave que permitiram fracionar a análise de acordo com a operacionalização do atual paradigma – o *desenvolvimento sustentável*. Neste âmbito, a reflexão sobre esta temática foi estruturada em partes distintas: a primeira, que decorre até o emergir do Relatório de Brundtland (1987) e com este a formalização do conceito que define o respetivo paradigma. A segunda, que se institui como um momento preparatório para a realização da CNUMAD (1992), considerada um dos marcos mais importantes na história da humanidade em matéria de sustentabilidade e o terceiro momento, com o surgir da própria A21L. Neste item, observou-se uma multiplicidade de conceitos, teorias e doutrinas que relevam a controvérsia da aplicação no terreno do modelo de sustentabilidade com o emergir de conceitos como o de sustentabilidade forte, sustentabilidade fraca, participação pública, governança, operacionalização (de acordo com várias perspetivas ideológicas) e formulação / sistematização de indicadores de sustentabilidade que evidenciam a complexidade da operacionalização do modelo de sustentabilidade, desenvolvido no plano teórico. Neste âmbito, e numa fase posterior, a análise convergiu para o estudo de um desses instrumentos ao serviço do desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 Local.

Tendo-se enquadrado a A21L no espaço e no tempo, seguiu-se o aprofundar do seu conhecimento de acordo com os seus objetivos gerais, a sua essência, as ferramentas que estão na base da sua execução e a metodologia associada à mesma. Após esta primeira análise, a investigação foi orientada para o conhecimento, em diferentes escalas, da implementação deste instrumento. Assim, analisou-se à escala mundial, europeia e particularizou-se no caso português. O conhecimento das várias realidades, resultado da visão integrada da A21L no Mundo, permitiu compreender que o processo português se individualiza dos restantes, face a características que lhe são peculiares e que o distinguem.

As características intrínsecas ao caso português relevam aspetos estudados com destaque para: o despontar dos países para iniciativas de A21L, o grau de implementação destes processos nos vários territórios geográficos, o nível de adesão do poder político a este novo instrumento de sustentabilidade, a forma como os governos locais encararam a A21L como novo modelo de governação, o nível de participação pública encontrado nos processos, o tipo de parceiros/parcerias que se envolveram nos mesmos, as áreas mais beneficiadas com a implementação dos processos e os obstáculos/ dificuldades com que as A21L se confrontaram. Para testar alguns pressupostos que estariam na base das características singulares inerentes aos processos de A21L a decorrer em Portugal, foi formulado um conjunto de objetivos e de hipóteses. Para o desenvolvimento dos trabalhos foi definida a metodologia que melhor se configura e adequa à natureza da investigação.

Na fase seguinte, foi realizada uma abordagem mais pormenorizada à componente social e sua relação com a sustentabilidade e, em particular, com a A21L. Neste capítulo, o enquadramento histórico-social de Portugal em matéria de sustentabilidade revelou-se necessário de forma a

compreender, de acordo com a cronologia, os vários momentos que foram marcando o tratamento destas matérias. De forma paralela, foram analisadas as representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente, procurando perceber a evolução destes no que respeita à sensibilização e consciencialização com o ambiente, condição indispensável para qualquer processo de sustentabilidade. Nesta mesma fase, e no que respeita ao caso particular das A21L, foram analisados os casos dos processos de A21L, de forma individual, em curso no território português. Decorrente da investigação, sobressai o interesse específico na A21L de Mindelo, por se tratar do caso pioneiro em Portugal, em que uma A21L cumpriu integralmente com a aplicação do princípio de subsidiariedade, ao ter-se iniciado como um processo à escala sublocal. Neste quadro, a par da investigação aos processos a nível nacional, decorreu, igualmente, um levantamento mais exaustivo a este caso (Mindelo), com a elaboração do retrato físico, social, económico e ambiental que caracteriza esta área de estudo.

Na fase intermédia da dissertação, procedeu-se à elaboração de instrumentos com o objetivo de recolher mais informação que ilustrasse melhor a realidade das A21L no nosso país. Neste sentido, foi elaborado um inquérito por questionário que respeitou os critérios e os objetivos subjacentes à sua formulação. Este instrumento foi, posteriormente, remetido para os promotores das A21L em curso no território nacional, com o intuito de obter as experiências vivenciadas pelos mesmos no desenvolvimento destes instrumentos. De igual modo, e para obter um maior feedback sobre esta temática, foram elaborados dois inquéritos por entrevista dirigidos aos responsáveis pelo caso de estudo de Mindelo. Por último, e tendo como população-alvo os mindelenses, foi elaborado um inquérito por questionário com o objetivo de obter informação alusiva à A21L, mas, desta forma, dentro da esfera do cidadão comum. Neste último caso, e para a operacionalização dos trabalhos, recorreu-se ao método de amostragem estratificada, tendo-se efetuado 284 entrevistas aos cidadãos locais. Na última fase, os resultados foram tratados e analisados tendo-se confrontado os mesmos com as hipóteses e objetivos formulados.

Dos resultados apurados, verifica-se que as hipóteses testadas foram todas validadas, tendo sido apurados cinco obstáculos principais à implementação das A21L em Portugal e que fundamentam o atraso e o reduzido número de processos verificados no arranque das *Agendas* no nosso país e que, de seguida, se passam a explanar. Desde logo, se confirma que o desconhecimento da natureza de um processo de sustentabilidade, designado Agenda 21 Local, é transversal à sociedade. Tanto o cidadão comum como a esmagadora maioria dos políticos evidencia um desconhecimento dos princípios e objetivos que norteiam a essência deste instrumento. Não se pode operacionalizar algo que se desconhece e, como tal, os primeiros anos de “vida” da A21L em Portugal foram marcados por uma inércia no seu desenvolvimento.

Como se observou, no início deste século (2002), com 6416 A21L a decorrer internacionalmente, Portugal só contribuía com 27, sendo que, no contexto europeu, o nosso país localizava-se num mero 25º lugar no que ao número de *Agendas* em curso diz respeito. Acresce que foi preciso

esperar quatro anos (após a CNUMAD, 1992) para se contabilizar a primeira Agenda 21 Local em território nacional.

No entanto, se estes números, por si só, não são animadores, quando se analisou o quadro interno português observou-se uma situação algo constrangedora que coloca em causa estes mesmos números. A falta de conhecimento dos promotores das A21L que, como se analisou, são maioritariamente iniciativas dos poderes políticos locais, resultou em inúmeros processos que, apesar de serem identificados como A21L, não reuniam os requisitos intrínsecos a processos de sustentabilidade, sendo meros Planos Municipais de Ambiente, apenas um pouco mais elaborados. Aliás, esta controvérsia foi motivo de discussão por parte de peritos balizados nesta área que, independentemente do número defendido por cada um, o certo é que existiu o reconhecimento comum que, em rigor, os números das A21L estavam longe dos 27 processos de A21L inventariados internacionalmente, sendo que, para alguns autores, recordando Guerra, (2004a), não existia sequer um único processo implementado em Portugal que cumprisse os parâmetros previstos para uma A21L.

Acresce que a ignorância latente dos promotores face a um instrumento que desconheciam derivou, não raras vezes, para a elaboração de processos que restringiam a temática da A21L ao campo do ambiente, perpetuando-se a interrupção entre os diversos sectores e pilares do desenvolvimento sustentável. Se dúvidas houvesse sobre essa falta de entendimento, basta observar que a grande maioria das entidades locais que conduziram os processos (88%) foram sustentadas por plataformas de apoio técnico, preferencialmente a cargo de universidades e/ou por ONGs, o que evidencia a elevada dependência do poder local a entidades externas. Aliás, a importância da cooperação técnica na ajuda ao desenvolvimento dos processos é bem vincada, quando se verifica que é nas fases iniciais (Diagnóstico e Planificação) que se verifica uma maior presença de parcerias (com valores superiores a 70%), sendo que as fases mais adiantadas do processo, correspondentes à implementação e monitorização, com valores bem contrastantes com os anteriores (valores inferiores a 16%), se justificam pela opção dos poderes locais continuarem a implementação dos mesmos de forma autónoma, pelo que se depreende que, após ultrapassado o desconhecimento inicial, quanto à essência e ao *modus operandi* da A21L, o poder local tenha adquirido as competências e capacidades para prosseguir com as *Agendas*.

Um segundo obstáculo remete para a omissão do poder central em matéria de A21L, refletindo-se na privação de colaboração às entidades promotoras dos processos. Pode-se considerar que o poder político central negligenciou a obrigação assumida em 1992, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, ao não criar uma estratégia de promoção da A21L nem ter garantido um apoio logístico ao nível do poder local. Como se analisou, a vontade de Portugal concretizar políticas de desenvolvimento sustentável tem o seu maior relevo na figura da ENDS e no PIENDS, sendo que, nesta matéria, a *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável* só teve a sua primeira versão no ano de 2002, o que traduz seis

anos de (quase) total inoperância do Estado relativamente a esta matéria. Todavia, se é verdade que nesta versão o governo português aludia de forma concreta ao papel da A21L, também não é menos verdade que, nem mesmo com a entrada em vigor deste documento, se observou uma clara envolvimento de uma qualquer instituição oficial na divulgação ou promoção da Agenda 21L, ficando mais uma vez este apoio a cargo de grupos de peritos, como são os casos da associação CIVITAS, de ONGs, de escolas e centros de estudos universitários que contribuíram para a implementação dos projetos locais de desenvolvimento (ver Schmidt, 2006a). Aliás, só bem mais tarde, em 2007, e após o governo português constatar que a adesão à A21L em Portugal começava a ter alguma expressão é que reconhece que é igualmente necessário estabelecer uma metodologia orientadora, na sua conceção e implementação, que contribuísse para o esforço desenvolvido pelos poderes locais na promoção destes instrumentos (ver Henriques, 2007). No entanto, o documento metodológico produzido pelo Ministério do Ambiente, intitulado *Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos* (ver APA, 2007a) e testado nos municípios de Almada, Águeda e Mora é manifestamente insuficiente para se poder falar em Campanha Nacional de apoio à A21L.

Decorre que a ausência de políticas orientadas para a sustentabilidade e de informação em resultado do silêncio do poder central em matéria de A21L refletiu-se, de igual forma, no (des)conhecimento por parte da maioria dos políticos e dos próprios cidadãos, em geral, sobre estes processos (*como se analisou no item anterior*). Os promotores corroboram desta visão, quando 54% dos poderes locais com processos de A21L em curso afirmam ter tido dificuldades para implementar/desenvolver as Agendas, devido à *falta de um programa nacional de apoio* e quando 90% considera mesmo relevante o papel do Estado para a implementação local destes instrumentos (ver subcapítulo 5.3). Não é, então, de estranhar que, no panorama nacional, o período inicial tenha sido marcado por iniciativas isoladas, dispersas e confusas na implementação de A21L.

Outro grave problema, identificando-se como mais um obstáculo apurado, remete para a falta de recursos financeiros necessários para a prossecução de iniciativas deste tipo. Como se verificou, o financiamento das A21L, de uma forma geral, depende de setores públicos e privados do próprio país (ver UNCED, 1992, secção IV, capítulo 33), sendo que, apesar de poder existir um conjunto diverso de parcerias, são claramente os governos locais os principais promotores destes instrumentos (ver Hewitt, 1995). O caso português não difere desta realidade, sendo o poder local igualmente o grande *motor* destas iniciativas, até porque, se se defende que os problemas locais devem/têm de ser resolvidos localmente, terá, igualmente, de ser o poder político local, mais próximo dos cidadãos, que tem de assumir a sua responsabilidade perante esses mesmos problemas (ver Hayek, 1990). Acontece que o apoio financeiro ou a falta dele é, reconhecidamente, no quadro internacional como no nacional, um dos principais entraves que obstaram ao desenvolvimento local destes processos (ver ICLEI, 2002c). Não é por acaso que, em Portugal, 65% dos poderes locais referem a insuficiência de meios financeiros e humanos como

fator limitativo à execução dos trabalhos inerentes aos processos, colocando-o no topo da lista de obstáculos às Agendas (ver subcapítulo 5.3).

A par da falta de apoio logístico (*analisado no item anterior*) soma-se a falta de apoio financeiro do Estado português que contribui para agravar uma situação que, por si só, já é difícil face aos restantes obstáculos apurados. O quadro financeiro em que (sobre)vive a grande maioria dos poderes locais remete para a noção de asfixia financeira, precisando os municípios portugueses de se socorrer com alguma frequência de verbas externas, provenientes do Estado, quer através de verbas disponibilizadas diretamente pelo orçamento de Estado, quer através de fundos comunitários de apoio. Neste âmbito, verifica-se que não existe uma verdadeira autonomia do poder local quando este se encontra confinado à tutela administrativa e dependente do poder central, sob o ponto de vista financeiro (ver Oliveira, 1996; Rocha, 1998; Ruivo, 2004a). Assim, apesar de serem considerados órgãos autónomos, o poder local e sublocal (freguesias) debatem-se com insuficiências de meios financeiros que os deixam debilitados e vazios na sua ação, situação que releva o problema da *pretensa* descentralização de poderes e que continua a ser matéria de discussão no quadro político português.

Atualmente, o que se verifica é a implementação de estratégias, por parte do poder local, como forma de contornar a (in)disponibilidade de verbas locais para alocar a A21L. Como se constatou, se numa primeira fase, coincidente com o momento de arranque dos processos, os poderes locais conseguiram suportar os encargos financeiros, num segundo momento, e com o arrastar dos processos no espaço e no tempo, a obtenção de verbas tornou-se essencial, sendo importante, num dado momento, a possibilidade dos poderes locais recorrerem a programas comunitários de apoio, com destaque para o QREN, para garantir a manutenção dos mesmos. Todavia, e com o agravamento da crise e uma menor facilidade de obtenção de fundos comunitários de apoio, verifica-se, então, um acréscimo de dificuldade do poder local, não só para a manutenção dos processos, mas também para os que supostamente se pretendem iniciar. Neste âmbito, e como se verificou, os poderes locais têm adotado várias formas de organizações administrativas, como geminações, protocolos, acordos de cooperação e redes para contrariar estes condicionalismos (ver Costa e Ferreira, 2003). Neste âmbito, a Cooperação Intermunicipal desempenha um papel cada vez mais decisivo, assistindo-se a um incremento de parcerias municipais que promovem o desenvolvimento coletivo das A21L no quadro nacional.

Um outro obstáculo ao incremento das A21L prende-se com a resistência do poder político para aceitar a plena participação dos cidadãos na política, sobretudo nos momentos de tomada de decisão, contrariando o modelo de governança que se restringe à dimensão estatal do exercício do poder (governabilidade) para ser substituído por um modelo mais amplo, em que se inserem todos os atores sociais, num processo de articulação e cooperação conjuntas, em que todos os interesses, visões e conceções possam ser debatidas, discutidas e confrontadas, de modo a resultar num enriquecimento e legitimação das decisões viradas para o futuro (ver Santos, 1997).

Ora, como se verificou, cerca de 31% dos processos de A21L não contaram com a participação dos cidadãos em todos os momentos de tomada de decisão, existindo mesmo 2% de processos em curso em que os cidadãos não foram sequer convocados (ver subcapítulo 5.3).

Neste âmbito, verifica-se que esta propensão para resistir a abertura total aos cidadãos nos processos é mais presenciada no universo da política do que em outras entidades, como ONGs. Deste modo, quando se verifica que 26% dos promotores avalia como insuficiente/ fraca a participação dos cidadãos nos processos e 39% apenas como razoável seria espectável que um dos principais fatores/obstáculos apontados pelos poderes locais fosse a fraca envolvência dos cidadãos nos processos de A21L, contudo, e como se constatou, este facto é relativizado, como se apurou nos itens anteriormente analisados. Aliás, como se deduziu das palavras do presidente da Junta de Mindelo, o apoio económico e logístico do Estado é o mais importante, visto que, apesar de relevante, a participação dos cidadãos pode passar pela criação de uma equipa permanente de trabalho que represente a comunidade local, evitando-se, segundo o mesmo, a flutuação dos níveis de participação dos cidadãos no processo, razão que condiciona, não raras vezes, o desenvolvimento do mesmo, mas que limita o contributo efetivo de todos os cidadãos nas políticas de sustentabilidade local. Já no que se refere ao testemunho de um representante de associação não-governamental, a AAMDA, o apoio/participação dos cidadãos locais é invertida, sendo considerada prioritária para o sucesso deste instrumento.

Por último, remete-se para o problema da participação cívica, ou falta dela, visto que os níveis de participação pública em Portugal, de uma forma geral, são modestos. A natureza de um processo de A21L encontra-se indissociavelmente ligada ao processo de participação pública, condição subjacente a um processo de cariz sustentável (ver UNEP, 1992; UNCED, 1992b; Aalborg, 1994; Cotter e Hannan, 1999), pois só um envolvimento massivo do cidadão comum confere legitimidade às decisões políticas tomadas (ver Fiorino, 1990; MacGillivray *et al.*, 1998; Kass, 2000; Jörby, 2001; Petkova, 2003b; Kravchenko, 2003; Marinetto, 2003). Em Portugal, vários são os fatores que estão na génese de uma sociedade passiva que se caracteriza pelos seus elevados níveis de absentismo em matéria de intervenção pública (ver CNADS, 2003; Oliveira, 2005). Um desses fatores remete para a história relativamente recente de Portugal, mais particularmente para as quase quatro décadas de regime ditatorial que a sociedade viveu até ao 25 de abril de 1974. Neste regime, a sociedade perdeu a capacidade de, quer de forma individual, quer de forma coletiva, se organizar e instituir na defesa do ambiente e/ou de qualquer outra ordem de razão, pois tal era encarado como uma forma de resistência ao poder político instalado (ver Melo e Pimenta, 1993; Rodrigues, 1997; Figueiredo e Fidélis, 2003). Neste quadro político-social dominante, gerou-se uma sociedade relativamente fechada face aos condicionalismos impostos pela própria censura e que, atualmente, continua a padecer de velhos hábitos que foram enraizados durante o regime salazarista (ver Wiarda, 1977; Robinson, 1979; Schmitter, 1999; Cabral, 2006; Estanque 2006). Um outro fator resulta do dualismo existente, na sociedade portuguesa, entre sensibilização e consciencialização ambiental. Como se analisou, em matéria de

sensibilização, os portugueses evoluíram nos níveis de sensibilização para com os problemas ambientais, encarando-os como principal preocupação logo após questões consideradas mais prioritárias, como as questões económicas, de saúde e de segurança nacional (ver Almeida, 2000; 2004) contribuindo para que, aos olhos dos portugueses, o ambiente deixasse de ser encarado como um “*luxo verde*” e começasse a ser pensado como um problema básico. Todavia, a preocupação com velhos problemas, como o flagelo da droga e suas consequências transversais, o aumento da criminalidade e da insegurança, o problema do desemprego e da exclusão social, normalmente associados, continuam a ser os problemas que mais atenção requerem por parte da população portuguesa.

Porém, se era espectável que o elevar dos níveis de sensibilização ditasse uma sociedade mais consciencializada para estes assuntos no decorrer dos primeiros anos do século XXI, não só tal não se verificou como se assistiu a um recuo dos níveis de preocupação dos portugueses com assuntos de carácter ambiental. O agravamento da situação económica do país está a interferir na forma dos portugueses encararem os problemas ambientais (ver Almeida, 2004) com assuntos como o desemprego e a inflação a destituírem a temática do ambiente da posição relevante que lhe tinha sido conferida no final dos anos 90 princípio do século XXI. Neste contexto, apesar de existir uma preocupação dos portugueses face aos problemas ambientais, esta não é suficientemente motivadora para alterar o atual quadro de, quase, inércia de participação pública em questões relacionadas com o ambiente, distinguindo-se claramente a componente sensibilização / consciencialização. Neste sentido, parece ser mais fácil os portugueses atribuírem a responsabilidade ao Estado para a resolução dos problemas ambientais (48%; ver Almeida, 2004), continuando a subsistir uma filosofia de desresponsabilização para com os problemas e consequentemente resistindo uma mentalidade passiva dos cidadãos no que respeita a estas matérias. Outro fator que se constitui como obstáculo à participação mais ativa dos cidadãos remonta para a desconfiança dos cidadãos perante a classe política, verificando-se a existência de uma espécie de *divórcio* entre o quotidiano dos cidadãos, os partidos e os políticos (ver Benavente, Mendes e Schmidt, (1997). O sentimento de incompreensão que domina a sociedade civil portuguesa resulta no aumento da desconfiança/afastamento dos indivíduos face ao poder político que se lhes apresenta em conluio ou condicionado por interesses menos públicos que privados (ver CNADS, 2003; Almeida, 2004; Schmidt, 2007).

Aliado ao fator supramencionado, surge o tema da corrupção que se institui como um sério obstáculo ao avanço de políticas de sustentabilidade que procuram ser verdadeiramente fiéis à vontade soberana do povo, sendo este tema considerado ainda “tabu” para certos grupos da sociedade, principalmente para a classe política, que vive rodeada de conflitos de interesse que têm de ser justamente tratados. Pelo que se apurou, e face a alguns exemplos práticos analisados na dissertação (pois não é do escopo deste trabalho denunciar ilicitudes eventualmente encontradas), a corrupção continua a minar a confiança entre governantes e governados, o que contribui para diminuir os níveis de adesão dos cidadãos à vida política. Outra causa que não

pode ser negligenciada é a falta de informação que surge como fator condicionante à participação dos cidadãos. No momento atual, onde a informação está ao alcance de um “click”, face às vantagens que as novas tecnologias trazem ao cidadão, o que se constata no terreno é que a maior parte dos processos de A21L que promovem esta forma como principal meio de divulgação de informação enfrenta situações de inatividade dos sites, de informação escassa e/ou falta de atualização que se traduz em dificuldades de consulta e, conseqüentemente, de informação (ver Macedo *et.al.*, 2012).

Acresce a esta situação a relutância dos portugueses em procurar informação, verificando-se que a grande maioria obtém conhecimento de ordem ambiental através dos meios de comunicação social, principalmente a televisão que se constitui como principal fonte de informação, sendo que qualquer outro tipo de consulta é preterida (ver Almeida, 2004). Deste modo, o conhecimento dos portugueses fica muito dependente do grau e forma como os “*mass media*” tratam esta temática, nomeadamente as questões ambientais, o que evidencia uma volatilidade prejudicial para se tratar assuntos do quotidiano, sendo que, no caso da televisão (principal fonte de acesso à informação preferida pelos portugueses), a decisão de transmitir e divulgar informação era, ainda há relativamente pouco tempo, pouco eficiente em matéria de veiculação de informação ambiental, com uma clara demissão e ausência do discurso ambiental do canal público (RTP1) que contribuía para a alienação das questões ambientais por parte dos portugueses (ver Schmidt, 2003). Acresce, por último, referir que outro fator mencionado pelos cidadãos (ver subcapítulo 5.5) como principal causa para explicar os números da participação pública é a falta de tempo. Todavia, esta falta de tempo remete-nos para outra conclusão e que aponta para a clara noção de que, independentemente do seu envolvimento, a vontade do poder político será a que irá prevalecer no momento da tomada de decisões.

Concluindo, a implementação das A21L em Portugal ficou condicionada à falta de apoio logístico (sobretudo ao nível do governo central), às dificuldades económicas (apoios financeiros e atribuição de fundos muito limitados), ao défice de participação cívica (postura passiva da sociedade portuguesa inerente à falta de consciencialização cívica para com os problemas ambientais), à escassez de informação (campanhas de divulgação inconsequentes na maioria dos casos) e a própria desconfiança dos cidadãos perante os seus representantes na vida política. O caso particular do processo de sustentabilidade iniciado em Mindelo, identificado como o único encetado pelo poder sublocal⁶⁴ a nível nacional, configurou-se de extrema importância para melhor se compreender o resultado do seu sucesso. Este caso teve a particularidade de reunir as condições que potenciam o desenvolvimento deste tipo de processos, não se verificando o conjunto de circunstâncias que, habitualmente, se instituem como obstáculos a edificação das Agendas 21L no panorama nacional. Neste âmbito, a existência de uma causa comum (defesa da

⁶⁴ Entretanto, novas Agendas 21 Locais com origem sublocal foram iniciadas com destaque para o processo designado por A21L do Grande Porto (integra a participação das freguesias de Alfena, Árvore, Baguim do Monte, Ermesinde, Espinho, Guifões, Junqueira, Laúndos, Lordelo do Ouro, Maia, Moreira da Maia, Paramos, Póvoa de Varzim, Ramalde, S. Cosme, S. Pedro de Rates, S. Cruz do Bispo e Vila Chã) e para a A21L de Água Longa e Fridão.

ROM) que promoveu a união e coesão dos cidadãos locais derrotou a inércia e desinteresse que habitualmente se assiste ao nível da participação cívica. Por outro lado, a condução dos trabalhos que estiveram a cargo de promotores não políticos (AAMDA) afastou o estigma normalmente associado à classe política, aproximando os cidadãos a uma causa comum. A disponibilidade de recursos financeiros suportados por parcerias técnicas proporcionou ainda o apoio logístico e as verbas necessárias para execução e acompanhamento, no terreno, das ações definidas no âmbito da A21L. Desta forma, afastaram-se os obstáculos que normalmente corroem e incapacitam a implementação e desenvolvimento de processos de Agenda no nosso país, o que demarcou este processo dos demais.

Decorrente da investigação aos processos de A21Locais, deparámo-nos com a complexidade da implementação deste instrumento. O levantamento das dificuldades com que os governos locais se debatem para alocar as suas *Agendas* foi alvo de análise pelo ICLEI, pois estas constituem-se como resistência à sua disseminação no Mundo.

Neste contexto, e para dar resposta ao futuro das A21, foi elaborado um conjunto de diretrizes com que o ICLEI procura responder aos problemas mais imediatos das *Agendas* e que passam pela necessidade de elevar o número de *“programas nacionais e internacionais de assistência ao desenvolvimento e de investimentos, visando atender às diferentes realidades das autoridades locais individuais; pela urgência de aumentar o apoio ao desenvolvimento de mecanismos localmente pertinentes para o monitoramento e avaliação dos avanços; (...)”* por fomentar a *“criação de Campanhas Nacionais para as Agendas 21 Locais, particularmente naqueles países de categorias económicas médias/baixas em que há atualmente o menor número de processos de adesão à Agenda 21 Local (...)”* e de se *“criar políticas nacionais que fortaleçam a capacidade dos governos locais de promover o avanço do desenvolvimento sustentável”* (ICLEI, 2002c: 19). Estas recomendações genéricas só são adaptáveis à maioria dos casos, devido à constatação que, independentemente do nível de desenvolvimento dos países, existe um problema transversal e muito comum aos processos e que se identifica pela falta / reduzido número de verbas que condiciona a proliferação do número de processos e, de igual modo, pelos baixos níveis de participação pública encontrados.

Todavia, pelo que se observou no campo de estudo, as A21L em Portugal confrontaram-se, ainda, de forma geral, com uma frágil articulação de serviços e de entidades envolvidas (pública / privada), com ausência / reduzida informação disponibilizada para a condução dos trabalhos (experiência vivida tanto pelos fomentadores das A21L – poder local, como pelos destinatários – comunidade local) e pela dificuldade de assegurar uma contínua presença dos cidadãos nos processos de sustentabilidade. Neste âmbito, derivado das experiências e aprendizagens adquiridas, realça-se alguns pontos-chave que servem como *“lições”*, pensadas para o futuro, para melhorar os processos e que são partilhadas por Morris (1996). Primeiro, o município e membros do governo local devem ser integralmente envolvidos desde o primeiro momento, não podendo

existir um afastamento nem sectário nem temporal. Neste particular, é fundamental que os poderes locais assegurem um suporte logístico e financeiro que permita a continuidade dos mesmos. Segundo, os governos locais devem encarar as A21L, não como uma ameaça às suas políticas, mas como uma oportunidade de melhorar as mesmas. Para tal, deve-se garantir uma correta formação dos membros e funcionários locais, aliada à certeza de que as questões de desenvolvimento sustentável têm em vista a real proteção ambiental e a recuperação social e económica. Terceiro, definir uma estratégia clara, tanto para dentro como para fora do município, que promova o efetivo envolvimento vertical e transversal da comunidade. Neste ponto, é vital lidar com o *feedback* do público, incorporando as preocupações manifestadas no processo de tomada de decisão e, desta forma, evitando-se o risco da parcialidade que possa estar associado à não integração geral de opiniões, perspetivas e expectativas da comunidade local.

Deste modo, o modelo a seguir obriga a uma política de total abertura ao acesso da participação cívica nos processos, não se temendo o debate público que se institui como parte fundamental para o aperfeiçoamento das tomadas de posição. Acresce, assim, a necessidade de se incentivar mais a participação dos cidadãos, com a proliferação de campanhas de divulgação e sensibilização junto dos mesmos que contrariem a escassa informação que, habitualmente, é veiculada pelos principais meios de comunicação, como a televisão, no que respeita a assuntos de sustentabilidade. Aliás, uma lacuna que surgiu no desenvolvimento deste trabalho prende-se com a dificuldade de obtenção de informação sobre o andamento dos próprios processos, tendo-se experimentado o sentimento comum sentido pelos cidadãos no que concerne ao acesso à informação e/ou a morosidade para obtenção da mesma. Neste campo, não se pode negligenciar que os cidadãos têm o direito e o dever de participar em todos as etapas destes processos, sendo que a sua não participação retira legitimidade à própria democracia, pois, como refere Siqueira, (n.d.: 1) se *“o cidadão não tem participação na elaboração da lei, e a sua vontade é irrelevante para a elaboração da mesma – práticas comuns nos regimes ditatoriais e nas monarquias absolutistas –, a lei não pode ser encarada como fonte de liberdade, porque o cidadão não foi livre para aderir a ela”* e só o *“cidadão que legitima o direito, é o cidadão que cumpre a norma por dever”*, que age de acordo com as políticas sufragadas pelos cidadãos (Siqueira, 2007: 3).

Por último, alude-se à postura séria que cada município deve assumir perante as responsabilidades como forma de não comprometer o curso normal dos processos, o que colocaria em causa a concretização das ações planificadas. Importa mencionar ainda que, para se fomentar uma maior legitimação das medidas saídas dos processos de A21L, o próprio poder local se deve constituir mais como parceiro, trabalhando em conjunto com outras entidades intervenientes no processo, do que como único promotor do mesmo. No dizer de Morris (1996: 9-10), *“O município não necessita de assumir a liderança do processo, efetivamente, podendo outros atores e parcerias desempenhar esse papel”*. Deste modo, a maior colaboração dos cidadãos deve contribuir para, não só baixar os níveis de resignação que a sua participação passiva evidencia, como, igualmente, para diminuir a desconfiança dos cidadãos face ao poder

político. Por último, alertar para o facto de que a continuidade dos processos não pode estar sujeita à “*partidarite*” dos agentes políticos, mas sim instituir-se como algo que transcende a vida partidária.

Torna-se claro que os impedimentos que afetam o percurso das A21L não se cingem a um campo tão restrito de obstáculos, nem os problemas ficariam resolvidos apenas com a aplicação destas recomendações que, apesar de importantes, são bastante genéricas e simplistas face a realidades tão complexas que se movem em torno dos processos. Convém não esquecer que o desenvolvimento sustentável é um processo que é mediado por vários atores institucionais nos setores público e privado.

Acresce que, com o fenómeno da globalização a impor-se no sistema mundial, os processos de desenvolvimento têm vivido um rápido aumento da interação dos atores institucionais provenientes da esfera internacional, nacional, regional e local nas decisões do desenvolvimento. Os resultados deste processo são os projetos de desenvolvimento sustentável e atividades que, por natureza, devem ser implementadas num contexto local. A implementação do desenvolvimento sustentável em tal contexto global exige, portanto, que os mecanismos para assegurar as políticas, planos e práticas sejam acordadas por esses diversos atores e, em última análise, devem ser consistentes com a realidade local. Neste âmbito, tem de existir um maior envolvimento das entidades locais em processos de sustentabilidade. Os apoios de ordem logística e financeira são um contributo muito importante que corroboram o esforço conjunto de promover a sustentabilidade local, razão pela qual ninguém deve ficar de fora. A parceria com empresas locais é, desta forma, uma necessidade e mesmo uma vitalidade, porque, e como refere Lima (2002: 47), “*a despreocupação com as questões ambientais pode provocar (às empresas) redução de lucros, perda de posição no mercado e até privação da liberdade ou cessação das atividades*”. Não se trata de uma empresa ser, ou não, ecologicamente correta. A preocupação com a questão ambiental é ética e económica, estando o “*meio ambiente e sua proteção a gerar oportunidades para abrir mercados e a prevenir-se contra restrições futuras ao acesso a mercados internacionais*” (Donaire, 1999: 35). Desta forma, apela-se a uma maior convergência de esforços de todos os atores sociais e entidades locais no desenvolvimento dos processos de sustentabilidade, particularizando no caso da A21L, sabendo-se das vantagens comuns inerentes ao sucesso da implementação destes processos.

Sem antes terminar, referir a importância do papel da A21Escolar para a formação das novas gerações no domínio da sustentabilidade. Neste particular, o reforço das A21E nas escolas é prioritário, pois prepara os adolescentes para os novos desafios e, sobretudo, sensibiliza-os a adotarem comportamentos sustentáveis que, ao serem enraizados no presente, contribuem para uma maior consciencialização do indivíduo face aos problemas futuros.

6.1 Limitações do estudo e sugestões para investigações futuras

Foram diversas as limitações para a realização deste estudo. A começar pelo facto de a bibliografia sobre este tema ser escassa. Se, a nível internacional, foi possível aceder a estudos e artigos sobre este tema, a nível nacional é quase inexistente a bibliografia que reporta esta temática, com apenas alguns artigos científicos, dissertações e sítios que retratam a produção bibliográfica produzida. Neste âmbito, releva-se a importância de lançar um inquérito por questionário aos promotores das A21L, de âmbito nacional, e de se realizar um inquérito por entrevista aos promotores das A21L de Mindelo (caso de estudo), como forma de colmatar essa lacuna. Todavia, este procedimento conduziu a outra limitação que se prende com a natureza deste instrumento de trabalho, no caso dos inquéritos por questionário que, ao ser não presencial, deixou à consideração do inquirido a forma de o preencher (ver Quivy e Campenhoudt, 2008). Não foram poucos os casos de inquéritos que padeciam da ausência de informações relevantes, devido ao facto de apresentarem perguntas não respondidas e/ou bastante incompletas.

Nesta linha, crescem outras limitações, que se prendem com a morosidade do seu preenchimento por parte das partes intervenientes e, principalmente, com o facto de uma percentagem elevada de inquéritos simplesmente não ter sido respondida e enviada ao remetente, apesar da insistência do doutorando.

Paralelamente, é de sublinhar que foram analisados sítios que serviram de fonte de consulta. Acontece que dados retirados desses sítios apresentaram-se com limitações, não só por se verificar que não eram regularmente atualizados, mas também, em alguns casos, por ficarem inacessíveis devido, em larga escala, à reconstrução de que eram alvo. Neste propósito, alguns dados que constam na base de dados desenvolvida neste trabalho podem, entretanto, estar desatualizados.

Como sugestão para futuros estudos, e tendo como ponto de partida esta dissertação e outros estudos analisados, surge a premência de aprofundar a relação entre variáveis socioeconómicas e a sua influência e condicionalismo para o comportamento sustentável do ser humano. Neste contexto, sugiro a inferência da variável financeira (poder económico do cidadão) e sua relação com o desempenho ambiental que este possa exercer na natureza. Neste ponto, esta sugestão vai ao encontro de mais uma limitação encontrada e que se prende com a dificuldade de recolha de dados económicos, em particular a variável *rendimento médio do agregado familiar*, que foi, repetidamente, omitida pelos inquiridos aquando do inquérito por questionário dirigido à população local de Mindelo.

Sugeria, ainda, para trabalhos futuros, uma maior convergência na divulgação das vantagens / benefícios que advêm da implementação dos processos de A21L, permitindo, desta forma, incrementar a visibilidade deste instrumento ao serviço da sustentabilidade e, neste âmbito, contribuir para aumentar os níveis de sensibilização / consciencialização dos cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

A

- Aall, Carlo (2001). *Norway, Local Agenda 21 as a means of interpreting and achieving sustainable production and consumption*. In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan.
- AAMDA (s.d.) *Projeto piloto - Vacarias, Ambiente e Qualidade de Vida*. Associação dos Amigos de Mindelo para a Defesa do Ambiente. Retirado em 08.07.2008, de <http://www.amigosdomindelo.pt/agricultura/ecovaca.htm#solucoes>.
- Acselrad, Henri (2006). *Território, localismo e política de escalas*. In Acselrad, Henri; Mello, Cecília Campello do Amaral; Bezerra, Gustavo das Neves. *Cidade, Ambiente e Política. Problematizando a Agenda 21 Local*. Garamond. (pp. 22-54)
- Adams, W.M. (1990). *Green Development – environment and sustainability in the third world*. Routledge. London and New York.
- Adolfsson, Jörby S. (2000). *Local Agenda 21 in Practice – a Swedish Example*. *Sustainable Development* 8(4): 201–214.
- Adolfsson, Jörby S. (2002). *Local Agenda 21 in Four Swedish Municipalities: A tool towards Sustainability*. In *Journal of Environmental Planning and Management*, 45 (2), 219-244.
- ADP Mértola. (2008a). *Pré-Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho de Almodôvar – Almodôvar 21 Caminhos para o futuro*. Associação de Defesa do Património de Mértola.
- ADP Mértola (2008b). *Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho de Almodôvar – Almodôvar 21 Caminhos para o futuro*. Associação de Defesa do Património de Mértola.
- ADP Mértola (2008c). *Plano de Acção para o Concelho de Almodôvar – Almodôvar 21 Caminhos para o futuro*. Associação de Defesa do Património de Mértola.
- AEA (2007). *Climate change: the cost of inaction and the cost of adaptation*. Agência Europeia do Ambiente EA Technical report. No 13/2007.

- AESBUC (2008). *Agenda 21 Local de Fridão*. In *Workshop Participativo Fridão – Uma Aldeia Melhor para as Pessoas e para o Ambiente*. Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica.

- Aguiar-Conraria, Luís; Alexandre, Fernando; Pinho, Manuel Correia de (2010). *O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual*. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. Universidade do Minho.

- Agyeman, Julian; Morris, Jane; Bishop, Jeff (1996). *Local Government's Educational Role*. In Huckle, John; Sterling, Stephen R. *Education for sustainability*. EarthScan Publication Limited.

- Al Gore, Albert Arnold (1992). *Earth in the Balance: Ecology and the Human Spirit*. Edição de Houghton Mifflin Harcourt. 407 p.

- Al Gore, Albert Arnold (2006). *Uma verdade inconveniente – a emergência planetária do aquecimento global e o que podemos fazer em relação a isso*. Esfera do Caos. 1ª Edição.

- Alho, José Manuel (2006). *Ambiente: A política, da ciência aos cidadãos*. Interações nº.3, pp. 151-159.

- Allen, Robert (1980). *How to Save the World: World Conservation Strategy*. London. Kogan Page publisher, 1980.

- Almeida, João Ferreira de (coord.) (1998). *Os Portugueses e o Ambiente. 1º Inquérito Nacional*. Relatório Final.

- Almeida, João Ferreira de (org.) (2000). *Os portugueses e o ambiente: I inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Celta Editora.

- Almeida, João Ferreira de (org.) (2004). *Os portugueses e o ambiente: II inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Celta Editora.

- Almeida, Miguel (2006). *Um Planeta Ameaçado – A Ciência Perante o Colapso da Biosfera*; Esfera do Caos Editores Lda.

- Álvares, Maria Manuela de Carvalho (2009). *A Agenda 21 Local nos Municípios Portugueses*. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Universidade do Minho.

- Alves, Maria Isabel Alonso [et al]. (2007). *Educação ambiental: conscientizar para salvar*. In Fórum de Educação Ambiental de Ji-Paraná. Universidade Estadual de Londrina - UEL/PR. Retirado em 07.04. 2008, de http://www.univerde.org/artigos/educacao_ambiental_conscientizar_para_salvar.pdf

- Amaro, Rogério Roque (1991). *Lógicas de especialização da economia portuguesa*. Sociologia-Problemas e Práticas, n.º 10, pp.161-182.

- AMCB (s.d.). *Para um desenvolvimento sustentável*. Associação de Municípios da Cova da Beira Retirado em 13.10. 2008, de <http://www.amcb.pt/>

- Anderegg, W., Prall, J., Harold, J., Schneider, S. (2010). *Expert credibility in climate change*. Proceedings of the National Academy of Sciences, 107(27):12107-12109.

- Anderson, Perry. (1995). *Balanço do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Retirado em 12.03.2008, de <http://pagupsol.org.br/textos/balanconeoliberalismoperryanderson.pdf>.

- Andringa, José (1998). *The influence of local agenda 21 on local policy and quality of decision-making: the pioneer city of the Hague*. In Coenen, Frans H. J. M., Huitema, Dave., O'Toole, Laurence J. *Participation and the quality of environmental decision making*.

- ANMP (2004). *Relatório e Projeto de Resoluções Referentes ao Tema Financiamento do Poder Local*. Secção 3. Associação Nacional de Municípios Portugueses. Retirado em 05.08.2007, de <http://www.anmp.pt/anmp/age/cong/14/rel03.pdf>

- Antunes, Pedro Baila. (s.d.). *Evolução do Direito e da política do Ambiente Internacional, comunitário e nacional*. Retirado em 02.07.2007, de http://www.ipv.pt/millennium/ect7_pba.htm.

- APA (2006). *Relatório do Estado do Ambiente*. Agência Portuguesa do Ambiente.

- APA. (2007a). *Guia Agenda 21 Local – um desafio para todos*. Agência Portuguesa do Ambiente.

- APA (2007b). *Relatório do Estado do Ambiente*. Agência Portuguesa do Ambiente.

- APA (2009). *Relatório do Estado do Ambiente*. Agência Portuguesa do Ambiente.

- APA (2010) - *Avaliação dos Níveis de Ozono no Ar Ambiente em Portugal*. Agência Portuguesa do Ambiente.

- ARE (2005). *National Promotion of Local Agenda 21 in Europe*. Federal Office for Spatial Development, Switzerland.
- Arnau, Arturo (2000). *El médio ambiente - Problemas y Soluciones*. Miraguano, S.A. Ediciones.
- Astleithner F, Hamedinger A. (2003). *Urban sustainability as a new form of governance: obstacles and potentials in the case of Vienna*. *Innovation* 16(1): 51–75.
- Axtell, Robert e Epstein, Joshua M. (1996). *Growing Artificial Societies: social science from the Bottom Up*. Copublished with the Brookings Institution". 208 páginas.

B

- Baker, Susan; Kousis, Maria; Richardson, Dick; Young, Stephen (1997). *The Politics of Sustainable Development – Theory, policy and practise within the European Union*. Routledge Editora.
- Barber, Benjamin R. (2004). *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Edição de University of California Press. 20th Anniversary Edition. 356 páginas.
- Barbier, Edward (1987). The Concept of Sustainable Economic Development. *Environmental Conservation*, vol. 14 (N.º 2), pp. 101-110.
- Barbier, Edward e Markandya, Anil (1993). *Environmentally Sustainable Development: Optimal Economic Conditions*. In Barbier, Edward. *Economics and Ecology: New Frontiers and Sustainable Development*. Chapter 2. Chapman & Hall, Londres, pp. 11-28.
- Barbier, E.; Markandya, A.; Pearce, D. (1990). Environmental Sustainability and Cost-Benefit Analysis. *Environment and Planning A*, 1990, Vol.22, pp.1259-1266.
- Barbosa, Gisele Silva (2008). O Desafio do desenvolvimento sustentável. In *Revista Visões 4ª Edição, Nª4*, Volume 1 - Jan/Jun 2008.
- Barquero, Antonio Vásquez (1993). *Política Económica Local*. Madrid, Pirâmide.
- Barreto, A. (2002). *A participação cívica e política e a evolução da sociedade portuguesa*. In O Estado e o Cidadão, Atas dos VIII Cursos Internacionais de verão de Cascais (2 a 7 de julho de 2001).

- Barros, Ricardo Paes de. & Mendonça, Rosane (1997). *O Impacto do crescimento económico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza*. Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro.

- Bastida, José Manuel Gutiérrez; Iza, Jon Benito; Abaitua, Ricardo Hernández (2007). *Evaluación del programa Agenda 21 escolar (2003/2006)*. Eusko Jaurlaritzaren Argitalpen Zerbitzu Nagusia = Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.

- Batista, Pedro Ivo de Souza (Coord.) (2003). *Construindo a Agenda 21 Local*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21, 62 Págs.

- Bell, Simon & Morse, Stephen (2008) – *Sustainability Indicators – Measuring the Immeasurable?* Second edition published. Earthscan Editora.

- Benavente, A., Mendes, H., Schmidt, L. (1997), *Direitos dos Cidadãos em Portugal: Conhecimentos e Opiniões*. Sociologia – Problemas e Práticas, 24, CIES-ISCTE. Lisboa. Celta Editora.

- Bergh, J. & Nijkamp, P. (1991). Aggregate Dynamic Economic Ecological Models for Sustainable Development. In *Environment Plannig A*, Vol. 23, pp. 1409-1428.

- Berkes, Fikre; Folke, Carl; Colding, Johan (1998). *Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience*”. Published by the Press Syndicate of the University of Cambridge.

- Bernardino, Rita., Rodrigues, Susana., Rafael, Maria Teresa., Alves, Maria Helena., Henriques, António Gonçalves (2000). *Análise comparativa da qualidade ecológica das águas superficiais nacionais tendo como base os planos de bacia hidrográfica*. Retirado em 19.09.2008, de http://www.inag.pt/inag2004/port/a_intervencao/d_hidrico/pdf/estudos_amb/anc_q_aguas_super.pdf

- Berry, R. Stephen (1972). *Only One World. An Awakening*. In *Bulletin of the Atomic Scientists*. September, 1972.

- Biato, Márcia Fortuna (2004). *Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima*. Retirado em 21.10.2008, de http://www.senado.gov.br/sf/senado/unilegis/pdf/UL_TF_DL_2004_marciabiato-folha_de_rosto.pdf

- Bierstedt, R. (1981). *American Sociology Theory: A Critical History*. Nova Iorque. Academic Press.
- Bortoli, Andrey de (2007). *Sociedade, Globalização, Riscos Ambientais Globais e Desenvolvimento Sustentável*. Boletim Jurídico, Uberaba. Mestranda em Direito Económico e Sócio-ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Retirado em 25.04.2008 de <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/051207.pdf>
- Bossel, Hartmut (1999). *Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications*. A Report to the Balaton Group. Published by the International Institute for Sustainable Development.
- Brown, Becky J. [et al]. (1987). *Global sustainability: toward definition*. Environmental Management 11(6), 713- 719.
- Buttel, Frederick H. (1987). *New Directions in Environmental Sociology*. Annual Review of Sociology. Págs. 465-488.
- Buttel, Frederick H. (1997). *Social institutions and environment change*. In Redclift, Michael e Woodgate, Graham (1997) - *The International Handbook of Environmental Sociology*. Chapter 2.

C

- Cabral, Manuel Villaverde (2006). *Despotismo de Estado e Sociedade Civil Real em Portugal: Distância ao Poder, Comunicação Política e Familismo Amoral*. Retirado em 17.08. 2007, de <http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/download/villaverde2.pdf>
- Cabugueira, Artur Carlos Crespo Martins (2000). *Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local*. Análise de alguns aspetos de política económica regional. Gestão e Desenvolvimento, 9, 103-136.
- Canavilhas, João (2004). *Blogues políticos em Portugal: O dispositivo criou novos atores?* Revista de Recensões de Comunicação e Cultura. Universidade da Beira Interior.
- Carson, R. (1962). *Silence Spring*. New York, Houghton Mifflin.
- Carta de Aalborg (1994). Retirado em 18.02.2007, de <http://www.futurosustentavel.org/fotos/gca/aalborg.doc>

- Carvalho, J. Eduardo (2002). *Metodologia do Trabalho Científico. Saber-Fazer da investigação para dissertações e teses*". Escolar Editora.

- Castro, Paula; Fernandes, João; Medeiros, Vanessa; Soares, Vasco; Almeida, Gabriela (2007). *Agenda 21 Local da Batalha – Diagnóstico de Sustentabilidade*. junho de 2007.

- Catton, Jr. William. R. & Dunlap, Riley E. (1978). *Environmental sociology: A new paradigm*. The American Sociologist, 13, 41-49.

- Cavalcanti, Clóvis (1994). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, outubro de 1994, 262 páginas.

- CBD (2007). *The international day for biological Diversity*. Message of Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Retirado em 23.09.2008, de <http://www.cbd.int/doc/speech/2007/sp-2007-05-22-es-en.pdf>

- CCE (2007). *Comunicação da comissão ao parlamento europeu e ao conselho. Para uma gestão sustentável da água na União Europeia*. - Primeira fase da aplicação da Diretiva-Quadro no domínio da água (2000/60/CE). Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas.

- CCE (2009). *Commission staff working document*. Report from the Commission to the European Parliament and the Council in accordance with article 18.3 of the Water Framework Directive 2000/60/EC on programmes for monitoring of water status. Comissão das Comunidades Europeias.

- CCDR Algarve (2007). *Sistema de Indicadores. Desenvolvimento Sustentável do Algarve. Workshop - Qualidade de vida no Algarve, hoje e no futuro*. Relatório de Participação Pública de Portimão. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

- CDR (2007). *Documento de Trabalho sobre o seguimento da Agenda Territorial e da Carta de Leipzig - Para um programa de ação europeu de desenvolvimento do espaço e coesão territorial*". Comissão do Desenvolvimento Regional. Parlamento Europeu.

- CE (2001). *Reclaiming city streets for people. Chaos or quality of life?* Comissão Europeia. Retirado em 13.04.2008. http://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/streets_people.pdf

- CE (2008). *Eurobarómetro 69 – opinião pública na União Europeia. Relatório Nacional – Portugal*. Comissão Europeia. Retirado em 03.02.2009, de http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/estudos_opiniao/eurobarometro_portugal_69_pt.pdf

- CE (2009). *Eurobarómetro 71 – opinião pública na União Europeia. Relatório Nacional – Portugal*. Retirado em 05.02.2009, de http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/estudos_opiniao/eurobarometro_portugal_71_pt.pdf

- CECS (1994). *Carta das cidades europeias para a sustentabilidade*. Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Aalborg. Retirado em 12.11.2006, de http://euronet.uwe.ac.uk/www.sustainable-cities.org/aal_por.html

- CECVS (1996). *Plano de Ação de Lisboa: da Carta à Ação*. Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis. Retirado em 05.07.2008, de <http://www.futurosustentavel.org/fotos/gca/lisboa.doc>

- CECVS (2000). *Declaração de Hannover*. Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis. Retirado em 06.07.2008, de <http://www.futurosustentavel.org/gca/?id=11>

- CETEM (s.d.). *TimeLine*. Centro de Tecnologia Mineral – CETEM; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Brasil. Retirado em 03.06.2009, de http://www.cetem.gov.br/rio20/timeline_en.php

- CIITT (2008). *Seminário e Workshop 21*. 12 páginas. Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo. Retirado em 07.01.2009, de http://www.cm-tavira.pt/cmt2/parameters/cm-tavira/files/File/Agenda_21_conclusoes_workshop_14_Marco.pdf

- Chapman, J. L., Reiss, M. J. (1999). *Ecology: Principles and Applications*. Edição: 2 - 1999 - 330 páginas. Cambridge University Press, pp. 330.

- Chesnais, François (1992). *La technologie et l'économie : les relations déterminantes*. OCDE, Paris.

- Church, Chris. & Young, Stephen (2001). *Mainstreaming, mutating or expiring?* In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan.

- Christy, J. & R, Spencer (2004). *MSU Globally Averaged Atmospheric Temperature, Global Warming Debates continues*. Retirado em 21.10.2008, de <http://www.ghcc.msfc.nasa.gov/MSU/msusci.html>

- CIBIO (2005). *Estudo Prévio para a Elaboração de um Plano Estratégico com vista ao Ordenamento e Gestão da Reserva Ornitológica do Mindelo e Área Envolvente do Concelho de Vila do Conde*. Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto.
- CIBIO (2007a). *Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde – Proposta de criação*. Anexo A. Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto.
- CIBIO (2007b). *A Qualidade Ambiental*. Anexo D. Mindelo. Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto.
- CIBIO (2007c). *As actividades económicas: agricultura e floresta*. Anexo E. Mindelo. Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto.
- CITT (2005). *Agenda 21 a nível local, do diagnóstico à ação: um exercício de cidadania. Fórum: Agenda 21 Local – conceitos, processos e a experiência portuguesa. Universidade do Algarve. Centro de Internacional de investigação em Turismo. Retirado em 26.11.2007, de http://www.ciitt.ualg.pt/01/ag21%20-%20Do%20diagnostico%20a%20acao%20-%20exercio%20de%20cidadania_%2008Jun2005.pdf*
- CIMPIN (s.d.). *Estatuto, missão e plano*. Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte Retirado em 24.10. 2008, de <http://agenda21local.cimpin.pt/orgaos.asp>
- CIVITAS (s.d[a]). *Evolução das Agendas 21L em Portugal*. Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis - Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa. Retirado em 06.04.2008, de CIVITAS: <http://civitas.dcea.fct.unl.pt/docs/Evolucao2003-2005.pdf>
- CIVITAS (s.d[b]). *Agenda 21 Local*. Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis - Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa. Respostas a questões sobre a A21L em Portugal. Retirado em 06.04.2008, de <http://civitas.dcea.fct.unl.pt/faqs.php#resposta4>
- CIVITAS (2006a). *Agenda 21 Local Aspectos e Desafios Práticos*. Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis - Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa. 23 Diapositivos. Obtido em 2008, de: http://civitas.dcea.fct.unl.pt/docs/A21L_AspectosDesafiosPraticos.pdf

- CIVITAS (2006b) – *“Principais Vectores Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável.* Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis - Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa. novembro de 2006.

- CIVITAS (2006c). *Relatório da 1ª Sessão de Participação Principais Desafios Actuais e Grandes Opções de Desenvolvimento Para o Futuro.* Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa.

- CIVITAS (2006d). *Principais desafios ao desenvolvimento e grandes opções de qualidade de vida para 2010.* Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis - Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa.

- CIVITAS (2007a). *Agenda 21 local de Alenquer. Relatório do 2º fórum de participação. Vector: educação cívica e ambiental de todos.* Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa.

- CIVITAS (2007b). *Relatório do 1º Fórum de Participação Principais Desafios ao Desenvolvimento e Intervenções Prioritárias para Castelo de Vide.* Elaborado pelo Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa.

- CIVITAS (2008). *Principais Desafios ao Desenvolvimento Sustentável e Intervenções Prioritárias para Abrantes.* Relatório do 1º Fórum de Participação. Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa.

- CIVITAS (2009a). *Principais Vectores de Intervenção Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável”.* In 2º Relatório da Agenda 21 Local de Abrantes. Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa.

- CIVITAS (2009b). *Agenda 21 Local Torres Vedras – Plano de Acção.* Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa. setembro 2009.

- CM Alcobaça (s.d). *Alcobaça – Ambiente*. Câmara Municipal de Alcobaça. Retirado em 09.03.2007, de <http://www.cm-alcobaca.pt/index.php?ID=23>

- CM Almodôvar (s.d.) *Agenda 21 actividades*. Câmara Municipal de Almodôvar. Retirado em 23.10.2008, de <http://www.cm-almodovar.pt/agenda21/actividades.htm>

- CM Amadora (s.d.). *Agenda 21 da Amadora – Metodologia*. Câmara Municipal da Amadora Retirado em 13.01. 2008, de http://www.cm-amadora.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=43130

- CM Armamar (2009a). *Relatório de Resultados do Inquérito do Projecto de Sensibilização Ambiental*”. Armamar Recicla – Projecto de sensibilização ambiental. Págs.25. Câmara Municipal de Armamar.

- CM Armamar (2009b). *Relatório de Resultados dos Inquéritos da Agenda 21 Local*. Págs.68. Págs.25. Câmara Municipal de Armamar.

- CM Arraiolos (2004). *Agenda XXI Local de Arraiolos – Relatório da 1ª Fase, Caracterização e Diagnóstico*. Câmara Municipal de Arraiolos. Obtido em 2008, de <http://www.cm-arraiolos.pt/pt/conteudos/atividade+municipal/planeamento+e+ordenamento+do+territorio/agenda+21+local+de+arraiolos/>

- CM Arraiolos (2005). *Agenda XXI Local de Arraiolos – Plano de Ação*. Câmara Municipal de Arraiolos. Obtido em 2008, de http://pwp.netcabo.pt/geoideia/arraiolos/intro_1/metodfas_1.htm

- CM Barrancos (CMB) (2004). In *Ata da reunião ordinária*. Câmara Municipal de Barrancos. Obtido em 2008, de <http://www.cm-barrancos.pt/autarquia/cmb/atas/2004/15-12.pdf>.

- CM Batalha (s.d.). *Fases da A21L da Batalha*. Câmara Municipal da Batalha. Retirado em 27.01. 2008, de <http://www.cm-batalha.pt/?pagina=planeamento&area=agenda21&seccao=fases>

- CM Batalha (2007). In *Ata n.º 25 / 2007 (2007). Reunião da Câmara Municipal da Batalha*. Retirado em 18.08.2009, de http://www.cm-batalha.pt/docs/areas/dot/agenda21/del_2007_0960_DOT.pdf

- CM Bragança (2006). *Agendas 21local do Eixo Atlântico*. Câmara Municipal de Bragança. Retirado em 05.05.2007, de <http://www.cm-braganca.pt/document/448112/520879.pdf>

- CM Caminha (s.d). *Trabalhos desenvolvidos pela Agenda XXI Local*. Câmara Municipal de Caminha.

- CM Cascais (s.d). *Agenda Local 21*. Câmara Municipal de Cascais. Retirado em 04.03.2008, de http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Viver/Ambiente/Programas_projectos/Agenda_Local_21.htm

- CM Castelo Branco (2005). *Diagnóstico para a sustentabilidade – Castelo Branco XXI*. Câmara Municipal de Castelo Branco.

- CM Esposende (2003). *Relatório da Sessão de Trabalho – Principais desafios ao desenvolvimento sustentável do concelho*. Câmara Municipal de Esposende.

- CM Esposende (2006) – *O Papel da Educação Ambiental na sensibilização do cidadão comum*. Escola Superior Agrária / Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Págs. 27. Câmara Municipal de Esposende.

- CM Évora (s.d.[a]). *Qualidade ambiental: Câmara de Évora promove Agenda 21 local*. Évora Distrito Digital. Câmara Municipal de Évora. Retirado em 12.02.2008, de http://projecto.evoradistritodigital.pt/noticias/news_item.2006-04-11.4650608581/view?searchterm=agenda%2021%20local

- CM Évora (s.d.[b]). *Agenda 21 Local: Câmara de Évora entrega prémios do concurso de fotografia*. Câmara Municipal de Évora. Retirado em 12.02.2008, de http://projecto.evoradistritodigital.pt/noticias/news_item.2006-07-05.1520081227/view?searchterm=agenda%2021%20local

- CM Faro (s.d.). *A metodologia aplicada ao processo de Agenda 21 local*. Câmara Municipal de Faro. Retirado em 22.11.2008, de http://www.cm-faro.pt/portal_autarquico/faro/v_pt-PT/menu_munice/consultas_online/Planeamento+e+Desenvolvimento+Sustentável/Agenda+Local+21/Metodologia_seguida_AL21.htm

- CM Ferreira do Alentejo (s.d.). *Ferreira Sustentável*. Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo Retirado em 28.09.2007. de http://www.ferreirasustentavel.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=12

- CM Leiria (2004). *Agenda 21 escolar - uma proposta*. Págs. 15. Câmara Municipal de Leiria.

- CM Lourinhã (2006). *Memorando da Agenda 21 Local*. Câmara Municipal da Lourinhã. Retirado em 06.06.2007, de http://www.ceifa-ambiente.net/agenda-21/arquivo/Agenda21_Lourinha_Dez2006.pdf

- CM Lourinhã (2007). In *Boletim Municipal n.º 34*. Câmara Municipal da Lourinhã. Retirado em 06.06.2008

- CMMAD (1988). *Nosso Futuro Comum*. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

- CM Maia (s.d.[a]). In *Portal do Ambiente e do Cidadão*. Câmara Municipal da Maia. Retirado em 19.07.2008, de <http://www.ambiente.maiadigital.pt/developmento-sustentavel/conselho-municipal-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

- CM da Maia (s.d.[b]). In *Portal do Ambiente e do Cidadão*. Câmara Municipal da Maia. Retirado em 19.07.2008, de <http://www.ambiente.maiadigital.pt/cidadania/agenda21>

- CM Maia (2009). *Agenda 21. Por um futuro sustentável. Plano de Ação*. Câmara Municipal da Maia. Retirado em 07.01.2009, de http://www.agenda21grandeporto.com/relfinal%5CPlano_Maia.pdf

- CM Mora (2009). *Agenda 21 do Concelho de Mora. Diagnóstico para a Sustentabilidade*. Triosphera I&D, Território e Sustentabilidade e TTerra - Engenharia e Ambiente, Lda. 109 páginas. Câmara Municipal de Mora. Retirado em 12.11.2008, de <http://www.cm-mora.pt/NR/rdonlyres/0000b9e4/mwwwvjpdtrfbgaeelbxzueoxmwcmbiir/DiagnosticodeSustentabilidade.pdf>

- CM Moura (CMM) (2004). *Seminário para definir eixos estratégicos*. Câmara Municipal de Moura.

- CM Nazaré (2006a). *Viver na Nazaré*. Págs. 21-64. Câmara Municipal da Nazaré. Retirado em 19.07.2007 de http://www.cm-nazare.pt/uploads/agenda21/03Viver_na_Nazare.pdf

- CM Nazaré (2006b). *Introdução*. Introdução a A21L da Nazaré. Págs.11. Câmara Municipal da Nazaré. Retirado em 19.07.2007, de <http://www.cm-nazare.pt/uploads/agenda21/01Introducao.pdf>

- CM Nazaré (2006c). *Enquadramento metodológico*. A Agenda 21L da Nazaré. Págs. 12-20. Câmara Municipal da Nazaré. Retirado em 19.07.2007, de http://www.cm-nazare.pt/uploads/agenda21/02Enquadram_Metodologico.pdf

- CM Nazaré (2006d). *Planos de Ação*. A Agenda 21L da Nazaré. Págs.81. Câmara Municipal da Nazaré. Obtido em 2008, de http://www.cm-nazare.pt/uploads/agenda21/06Planos_Accao.pdf

- CM Nazaré (2006e). *Participação da Comunidade*. A Agenda 21L da Nazaré. Págs.80-85. Câmara Municipal da Nazaré. Retirado em 19.07.2007, de http://www.cm-nazare.pt/uploads/agenda21/05Particip_Comunidade.pdf

- CM Nisa (s.d.). *Agenda 21L de Nisa*. Câmara Municipal de Nisa. Retirado em 18.09.2007, de <http://www.cm-nisa.pt/agenda21local.html#agenda21nisa>
- CM Odivelas (s.d.). *Diagnóstico do Estado do Ambiente*. Câmara Municipal de Odivelas.
- CM Oeiras (2001). *Relatório Final – Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável. Oeiras XXI*. Câmara Municipal de Oeiras. Obtido em 08.11.2008, de <http://www.cm-oeiras.pt/municipio/concursos/ConcursoRecursosHumanos/Documents/EstrategiaeProgramadeAc caoparaoDesenvolvimentoSustentavel%20%E2%80%93%20Relat%C3%B3rio%20Final%20%E2%80%93%202001.pdf>
- CM Oeiras (2001). *Oeiras XXI: estratégia e programa de acção para o desenvolvimento sustentável: relatório final*. Câmara Municipal de Oeiras, Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- CM Oleiros (2007). *Agenda 21 Local de Oleiros em elaboração*. Câmara Municipal de Oleiros. em 05.06.2008, de <http://www.cm-oleiros.pt/noticia/181/agenda-21-local-de-oleiros-em-elaboracao/>
- *Agenda 21 local de Oleiros*
- CM Oliveira do Bairro (2008a). *Relatório de Vectores Estratégicos. Fase 2*. Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- CM Oliveira do Bairro (2008b). *Relatório de Proposta Preliminar. Fase 3*. Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- CM Oliveira do Bairro (2008c). *Relatório de Auto-Avaliação. Fase 4*. Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- CM Oliveira do Bairro (2008d). *Relatório Final da A21. Fase 5*. Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- CM Pombal (s.d). *Participação Pública na Agenda 21 Local de Pombal*. Câmara Municipal de Pombal.
- CM Portalegre (s.d.). *Metodologia da A21L*. Retirado em 29.11.2007, de <http://www.cm-portalegre.pt/s/a21/index1.htm>

- CM Porto (s.d.). *Faseamento do processo e base metodológica da Agenda 21 Local*. Câmara Municipal do Porto. Retirado em 02.03.2007, de <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=cmp.stories/4985>

- CM Póvoa Lanhoso (s.d.). *Agenda 21 Local – Fases*. Retirado em 11.10.2007, de <http://www.mun-planhoso.pt/ambiente/agenda-21-local/fases-da-a21.html>

- CM Póvoa Lanhoso (2008a). *Agenda 21 Local de Póvoa de Lanhoso - relatório da 1ª reunião do fórum*. Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso.

- CM Póvoa de Lanhoso (2008b). *Agenda 21 Local de Póvoa de Lanhoso - relatório da 2ª reunião do fórum*. Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso. 15 de julho de 2008.

- CM Póvoa de Lanhoso [2008c]. *Fórum cultural da Póvoa de Lanhoso*. Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso.

- CM Redondo (s.d.). *Fases da Agenda 21 Local de Redondo*. Retirado em 29.03.2007 <http://www.cm-Redondo.pt/pt/conteudos/actividade%20municipal/planeamento%20e%20desenvolvimento/Agenda%2021%20Local.htm>

- CM Redondo (2004). *Síntese do Diagnóstico do Concelho (2004). Agenda 21 Local do Concelho de Redondo*. Págs.10. Câmara Municipal de Redondo. Retirado em 29.03.2007 <http://www.cm-redondo.pt/NR/rdonlyres/00001bd3/diglpvdkynznnonlvqacsmzkrtpcofjcw/SnteseDiagnstico.pdf>

- CM Redondo (CMR) (2005). *Agenda 21 Local de Redondo. Plano de Ação 2005-2015 – Metas e Objetivos*. Págs.100. Câmara Municipal de Redondo. Retirado em 29.03.2007 em 029.03.2007 <http://www.cm-redondo.pt/NR/rdonlyres/00004ffa/fobhdjmqgjeufugytpxcnzitxwadxuc/PlanodeAco.pdf>

- CM São João da Madeira (2003). *Relatório da primeira fase de Implementação da Agenda 21 Local em S. João da Madeira [da Sensibilização à Criação do Fórum Participativo]*. Págs. 11. Câmara Municipal de São João da Madeira. Obtido em 08.05.2007, de <http://www.agenda21sjm.org/gca/index.php?id=57>

- CM Santo Tirso (2005). *Agenda 21 Local de Santo Tirso. Perfil da Comunidade - Uma compilação sobre algumas perceções das instituições sobre o processo de implementação da Agenda 21 Local no concelho de Santo Tirso*. Págs. 25. Câmara Municipal de Santo Tirso.

- CM Santo Tirso (2006a). *Agenda 21 Local de Santo Tirso. Diagnóstico e Plano de Ação Santo Tirso - Concelho da Boa Governança e Participação Pública*. Págs. 106. Câmara Municipal de Santo Tirso.
- CM Santo Tirso (2006b). *Agenda 21 Local - Santo Tirso. Concelho a Caminho de uma Economia Sustentável*. Págs.20. Câmara Municipal de Santo Tirso.
- CM Sesimbra (s.d). *Agenda 21 local de Sesimbra*. Câmara Municipal de Sesimbra.
- CM Setúbal (s.d.). *Agenda 21 Local de Setúbal*. Câmara Municipal de Setúbal. Portal. Retirado em 19.11.2007, <http://www.mun-setubal.pt/>
- CM Setúbal (2007a). *Agenda 21 local - unidades territoriais da Bela Vista e de Azeitão*. Câmara Municipal de Setúbal. Retirado em 19.11.2007, de <http://www.mun-setubal.pt/diversos/agenda21/agenda21.html>
- CM Setúbal (2007b). *Agenda 21 local - Relatório do Fórum de Participação. Que Futuro Desejamos para Azeitão? Quais os Principais Problemas e Como os Resolver?* Câmara Municipal de Setúbal. Retirado em 19.11.2007, de http://www.mun-setubal.pt/diversos/agenda21/PDM_94/Relatório%20Sessão%20de%20Participação%20Azeitão.pdf
- CM Setúbal (2007c). *Agenda 21 local. Relatório do Fórum de Participação. Principais Desafios e Acções Prioritárias para o Bairro da Bela Vista*. Câmara Municipal de Setúbal. Retirado em 19.11.2007, de http://www.mun-setubal.pt/diversos/agenda21/PDM_94/Relatório%20Sessão%20de%20Participação%20Bela%20Vista.pdf
- CM Sever do Vouga (2008a). *Agenda 21 local de Sever do Vouga – os primeiros passos estão a ser dados*. Câmara Municipal de Sever do Vouga.
- CM Sever do Vouga (2008b). *A Agenda 21 de Sever do Vouga – Evolução*. Câmara Municipal de Sever do Vouga.
- CM Sines (2007). *Estratégia de Sustentabilidade para o Concelho e Agenda 21 Local*. Câmara Municipal de Sines. Obtido em 12.11. 2008, de http://www.cm-silves.pt/portal_autarquico/silves/v_pt-PT/menu_municipe/servicos_municipais/planeamento_territorio/outros_projectos/a21/

- CM Torres Vedras (s.d). *Plano Municipal do Ambiente*. Câmara Municipal de Torres Vedras. Obtido em janeiro de 2007, de <http://www.cm-tvedras.pt/ambiente/planos-e-projetos/plano-municipal-ambiente/>
- CM Torres Vedras (2001). *Torres XXI – Plano Municipal de Ambiente de Torres Vedras. Relatório da Sessão de Apresentação do Plano*. Câmara Municipal de Torres Vedras.
- CM Vila do Conde (2005). *Boletim Municipal de Vila do Conde*. n.º 57. Câmara Municipal de Vila do Conde.
- CM Vila do Conde (2008). *Dados Estatísticos do concelho de Vila do Conde*. Biblioteca Municipal José Régio. Câmara Municipal de Vila do Conde.
- CM Vila Nova de Paiva (2007a). *Enquadramento – Ambiente*. Câmara Municipal de Paiva.
- CM Vila Nova de Paiva (2007b). *As etapas da Agenda 21 Local*. Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.
- CM Vila Velha de Ródão (2007). Concelho tem o seu diagnóstico real elaborado. In *Gazeta do Interior, edição 976*. Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. Retirado em 29.01. 2008, de http://www.gazetadointerior.pt/seccoes/includes/prt_noticias_seccao.asp?idn=5951
- CNADS.(2003). *Reflexão sobre o Acesso à informação, a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão e o Acesso à Justiça*. Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.
- Coelho, Celeste (coord.) (2007). *Relatório Síntese do Diagnóstico Seletivo*. Agenda 21 Local. Relatório elaborado pela Câmara de Oliveira do Bairro com a colaboração do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro. Retirado de 09.08.2008, de <http://www.cm-olb.pt/files/3/documentos/20080221150909942850.pdf>
- Coenen, Frans (2001a). *The Netherlands – Probing the essence of LA21 as a value-added approach to sustainable development and local democracy*. In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan. pp. 153-180.
- Coenen, Frans (2001b). *Explaining the potential role of LA21-processes as a participatory planning reform*. Paper prepared for the European Consortium for Political Research (ECPR), General conference University of Kent, 6-10 September 2001. Retirado em 07.08.2010, de <http://doc.utwente.nl/50284/1/CoenenECPR.pdf>

- Concelho Lugo (s.d[a]). *A'21 Eixo - Descripción Xeral do Proxecto e os seus obxectivos*. Concelho de Lugo. Espanha. Retirado em 03.02.2007, de <http://www.lugo.es/portal/ws/axenda21/index.jsp?sec=descripcion>
- Concelho Lugo (s.d[b]). *A'21 Eixo -Principais fases de realización do proxecto*. Concelho de Lugo. Espanha. Retirado em 03.02.2007 de <http://www.lugo.es/portal/ws/axenda21/index.jsp?sec=proxecto>
- CQDB (1992). *Análise Jurídica de Legislação*. Convenção Quadro sobre a Diversidade Biológica (1992). Retirado em 29.05.2008, de http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_6171_1_0001.htm
- CQMC. (1992). *Análise Jurídica de Legislação*. Convenção Quadro sobre Mudança do Clima. Retirado em 02.01.2007, de <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4069.html#>
- CQNUAC (2007). *Portuguese national inventory report on greenhouse gases, 1990 – 2005*. Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.
- Corbière-Nicollier, Tourane; Ferrari, Yves; Jemelin, Christophe; Jolliet, Olivier (2003). *Assessing sustainability: an assessment framework to evaluate Agenda 21 actions at the local level*. In *International Journal of Sustainability Development World Ecological* 10: 225–237.
- Corraliza, J. A. (1997). *La Psicología Ambiental y los problemas medioambientales*. Papeles del psicólogo (Revista del Colegio Oficial de Psicólogos, Espanha), pp. 26-30.
- Correia, Victor (coord.) (2006a) - *Agenda XXI Local de Caminha. Oficina de abertura – Relatório da Sessão de Trabalho*. Oficina de abertura de divulgação da agenda XXI local e constituição do gabinete estratégico. Retirado em 07.09.2008, de http://www.cm-caminha.pt/outros/relatorio_1.pdf
- Correia, Victor (coord.). (2006b). *Agenda XXI Local de Caminha – Oficina Juntas de Freguesia*. Galeria da Biblioteca Municipal de Caminha. Relatório da Sessão de Trabalho. Retirado em 07.09.2008, de http://www.cm-caminha.pt/outros/relatorio_2.pdf
- Correia, Victor (coord.). (2006c). *Agenda XXI Local de Caminha*. Oficina de Cidadania. Galeria da Biblioteca Municipal de Caminha. Relatório da Sessão de Trabalho. Retirado em 07.09.2008, de http://www.cm-caminha.pt/outros/relatorio_3.pdf
- Costa, Maria do Rosário Costa. & Ferreira, Manuel Ennes (2003). *Geminações Autárquicas e CPLP: Que articulação no apoio ao desenvolvimento económico local?* Galileu editor.

- Cotter, B. & Hannan, K. (1999). *Our Community Our Future: A Guide to Local Agenda 21*. Commonwealth of Australia, Canberra.
- CULT (2006). *Agenda 21 Local*. Págs.18. Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo. Retirado em 05.03.2008, de <http://www.ribatejodigital.pt/NR/rdonlyres/F9E405D8-60D1-4D6C-84D7-831837009402/0/agendaxxi.pdf>.
- Cunha, Sandra (2004). *O Ambiente na Sociologia – A emergência da nova ecologia humana*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Retirado de 08.09.2008, de <http://maracujah.net/files/doc/nep.pdf>
- Cupeto, Carlos Alberto (s.d.). *História e Missão da TTERRA*. TTERRA - Auditoria, Projeto e Técnicas Ambientais Lda. Retirado em 04.02.2008, de <http://www.tterra.pt/hm.html>
- Cupeto, Carlos. & Fermisson, João (2008). *Agenda 21 de Ponta Delgada. Diagnóstico de Sustentabilidade*. Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A; TTerra – Auditoria, Projecto e Técnicas Ambientais, LDA. julho de 2008.
- Cuvillier, A. (1953). *La Sociologie et son domaine scientifique*.

D

- Daily, Gretchen C. (1997). *Nature's Services: Societal Dependence on Natural Ecosystems*. Edição de Island Press, 1997. 392 páginas.
- Declaração de Hanôver (2000). *Declaração de Hanôver* de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI. Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis. Retirado em Retirado em 11.10.2007, de <http://www.futurosustentavel.org/fotos/gca/hanover.doc>
- Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho. *Normas relativas à avaliação dos efeitos de determinados projectos, públicos e privados, no ambiente*. Retirado em 09.10.2007, de http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/DL_186_90.htm
- Decreto-Lei n.º 11/2003, de 13 de maio. *Regime das Comunidades Intermunicipais*. Retirado em 27.11.2007, de <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20031318%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Lei&v12=11/2003&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>

- Delicado, Ana. & Gonçalves, Maria Eduarda (2007). Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito. *Análise Social*, vol. XLII (184), 687-718.

- Denardin, Valdir Frigo & Sulzbach, Mayra Taiza (2002). *Capital natural na perspetiva da economia*. Anais do I encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em meio ambiente e sociedade. Indaiatuba, São Paulo.

- DGRF (2006). *Resultados do Inventário Florestal Nacional de 2005/2006*. Direção Geral dos Recursos Florestais

- Dias, Paulo Jorge B. L. (2005). *Assimetrias sócio-económicas e ambientais entre litoral e interior numa perspetiva de desenvolvimento sustentado*. In Tese de mestrado, na Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas. Universidade de Aveiro.

- Donaire, Denis (1999). *Gestão Ambiental na Empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

- Doran, P. & Zimmerman, M. (2009). Examining the Scientific Consensus on Climate Change. *Eos* Vol. 90.N.º 3, 20 January.

- Drummond, José Augusto (1991). A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol.4, n.º 8, p.177-197.

- Dryzek, John S. (1996). *Political and Ecological Communication*. In Mathews. Freya. *Ecology and Democracy*, p. 13. Edição de Routledge.

- Dunlap, Riley. & Catton, William (1978). Environmental Sociology. In *Annual Review of Sociology*, n.º 5, pág. 251.

- Dunlap, Riley. E. (1997). *The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of the American experience*. In Redclift, Michael and Woodgate, Graham (eds). *The International Handbook of Environmental Sociology*.

- Dunlap, Riley (2002a). Environmental sociology. A Personal Perspective on Its First Quarter Century. *Organization & Environment*, Vol. 15 No. 1, March 2002 10-29. 2002 Sage Publications.

- Dunlap, Riley (2002b). *Sociological Theory and the Environment: Classical Foundations, Contemporary Insights*. Edição de Rowman & Littlefield, 2002. 357 páginas.

E

- Eckerberg, K. and Dahlgren, K. (2007). *Project or Process? Fifteen Years Experience with Local Agenda 21 in Sweden*. Ekonomiaz, julho de 2007.
- Eckerberg, Katarina (2001). *Sweden. Problems and prospects at the leading edge of LA21 implementation*. In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. p. 15. Editora Earthscan.
- Eckersley, R. (1992). *Environmentalism and Political Theory: Towards an Ecocentric Approach*. New York: UCL Press.
- EEA (s.d). *Nature protection and biodiversity (Portugal)*. European Environment Agency. Retirado em 20.12.2006, de <http://epaedia.eea.europa.eu/page.php?pid=561>
- EEA (2006a). *The changing faces of Europe's coastal areas*. In EEA Report N.º 6/2006. European Environment Agency.
- EEA (2006b). *Transport and environment: facing a dilemma*. TERM 2005: indicators tracking transport and environment in the European Union. In EEA Report N.º 3/2006
- EEA (2007a). *Greenhouse gas emission trends and projections in Europe 2007*. European Environment Agency.
- EEA (2007b). *The road from landfilling to recycling: common destination, different routes*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. European Environment Agency.
- EEA (2007c). *Halting the loss of biodiversity by 2010: proposal for a first set of indicators to monitor progress in Europe*. European Environment Agency.
- Eggert, James (1992). *Meadowlark Economics: perspectives on ecology, work, and learning*. Library of Congress Cataloguing in Publication Data.
- EIPP (2009). *Public Participation in Europe. An international perspective*. European Institute for Public Participation. - Elmore, Richard F. Backward. (1979). *Mapping: implementation research and policy decisions*. Political Science Quarterly.

- Ellis, Mel (1974). *Mother Nature Not Always Right*. In Washington, Paper. P.11. Observer Report. Edição n.º 7416. Retirado em 21.05. 2008, de <http://news.google.com/newspapers?nid=2519&dat=19740119&id=8hdAAAIBAJ&sjid=d14NAAAIBAJ&pg=1142,2798603>
- ENDS (2006). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Parte I*º. I – Introdução. Para os anos de 2005-2015. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.
- Eriksen, Erik O. & Jarle Weigård (1999). *Kommunikativ handling og deliberativt demokrati. Jürgen Habermas' teori om politikk og samfunn*. [Communicative action and deliberative democracy. Jürgen Habermas' theory of politics and society] Bergen: Fagbokforlaget
- ERSAR (2007). *PEAASAR II Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais – 2007 - 2013*. Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- ERSAR (2010). *Qualidade da água para consumo humano em Portugal referente ao ano de 2009*. Nota à imprensa. Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Retirado em 2008, de <http://www.ersar.pt/website/ViewContent.aspx?SubFolderPath=&Section=consumidores&FolderPath=%5CRoot%5CContents%5CSitio%5CConsumidores%5CComunicados&GenericContentId=0>
- ESBUCP (2002). *Guia de Apoio à Implementação da Agenda 21 Local*. Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto. Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto.
- Escobar, A., 1996. *Constructing nature: elements for a poststructural political ecology*. In Peet, R., Watts, M. (Eds.), *Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements*. Routledge, London, pp. 46–68.
- Estanque, Elísio (2006). A questão social e a democracia no início do século XXI. Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo. In Revista *Finisterra*, vol. 55-56-57. Lisboa, 2006 (pp. 77-99)
- Etxebarria, Carmen, Barrutia, JM., Aguado, Itziar (2004). *Local Agenda 21: progress in Spain*. European Urban and Regional Studies 11: 273–281.
- Evans, Bob. & Theobald, Kate (2003). Policy and Practice - Lasala: Evaluating Local Agenda 21 in Europe. In *Journal of Environmental Planning and Management*, 46(5), 781–794.

F

- Farinha, João, Vasconcelos, Lia. T., Serpa, Luís. P. (1998). *Planos Municipais de Ambiente, um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável a nível local*. In *Ingenium*. 25: 29-34.
- Farinha, João. & Vasconcelos, Lia (2000). *Agenda 21 Local – experiências em Portugal e outros casos de estudo*. Centro de Estudos sobre Cidade e Vilas Sustentáveis (CIVITAS). Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Farinha, João (2007). *A Agenda 21 Local – Conceitos, Objetivos e Prática Nacional e Europeia*. Centros de Estudos sobre Cidade e Vilas Sustentáveis (CIVITAS). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Feitelson, E. (1992). An Alternative Role for Economic Instruments: Sustainable Finance for Environment Management. In *Environment Management*, Vol.16, n.º 3, pp.299-307.
- Fergus, A.H.T. & Rowney, J.I.A. (2005). Sustainable Development: Lost Meaning and Opportunity? In *Journal of Business Ethics* (2005) 60:17-27. DOI 10.1007/s10551-005-2927-9
- Fermisson, João, Simões, Ricardo, Figueiredo, Rui (2008). *Agenda 21 de Ponta Delgada – Estratégia Local de Sustentabilidade*. Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A. dezembro de 2008.
- Fermisson, João, Simões, Ricardo, Figueiredo, Rui (2009). *Agenda 21 de Ponta Delgada – Relatório Final*. Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A. janeiro de 2009.
- Fernandes, António Teixeira (1992). *Poder Local e Democracia*. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Págs. 29-59
- Ferreira, José Gomes (2003). *Usos humanos da natureza: O exemplo da Península de Troia*. Tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Observa. Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação.
- Fidélis, Teresa (1998). *Caso de Estudo: Um Plano Municipal do Ambiente – O Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Aveiro*, Seminário A Cidade do Amanhã, organizado pela AERLIS, em 20 novembro 1998.

- Fidélis, Teresa (2001). *O Plano Municipal de Ambiente de Aveiro - conceito, método e desenvolvimento*. Seminário Agenda 21 Local - As experiências Portuguesas, a Situação atual e Novas perspetivas, organizado pela APEA e CIVITAS, entre 15 e 16 fevereiro 2001.

- Fidélis, Teresa (2001b). *Planeamento Territorial e Ambiente – O caso da envolvente à Ria de Aveiro*. Lisboa: Principia.315 p.

- Fidélis, Teresa & Pires, Sara Moreno (2009). Surrender or resistance to the implementation of Local Agenda 21 in Portugal: the challenges of local governance for sustainable development. In *Journal of Environmental Planning and Management*. 52, 4, 497-518.

- Figueiredo, Elisabete Maria Melo (2003a). *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Tese de Doutoramento em Ciências do Ambiente / Zonas rurais. Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.

- Figueiredo, Maria Melo Elisabete (2003b). *Módulo de Sociologia e Ambiente do Curso de Mestrado Luso-Brasileiro em Gestão e Políticas Ambientais*. Universidade de Aveiro. Material Científico disponibilizado pela autora.

- Figueiredo, Elisabete. & Fidélis, Teresa. (2000). *No meu quintal, não!*. Análise dos Movimentos Ambientais de Raiz Popular em Portugal (1974-1994). Introdução. In IV Congresso Português de Sociologia.

- Figueiredo, Elisabete e Fidélis, Teresa (2003). *No meu quintal, não! Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)*. In Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, maio 2003: 151-173.

- Figueiredo, Rodolfo António de. (2001). *Desenvolvimento Sustentável: Paradigma ou Ocaso?* - Análise. In Revista da Faculdade de Ciências Económicas, Brasil.

- Finkelstein, Lawrence S. (1991). *What is Global Governance*. Associação de Estudos Internacionais, Vancouver, 1991. pp. 367-372.

- Font, Nuria; Gomila, Francesca & Subirats, Joan (2001). *Spain - LA21: A question of institutional leadership?* In Lafferty, William - *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan. Editora Earthscan. p.245-265.

- Formosinho, Sebastião J. [et al]. (2000). *Parecer relativo ao tratamento de resíduos industriais perigosos*. Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental da Coíncineração.

- Freitas, Mário (2006). *Educação ambiental e/ou educação para o desenvolvimento sustentável? Uma análise centrada na realidade portuguesa*. In Revista Iberoamericana de Educación, mayo-agosto, número 041. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura. (OEI) Madrid, España.pp.133-147.

G

- Gadotti, Moacir (2000). *Pedagogia da Terra*. Editora Renata Faharta Borges. 5º edição. São Paulo: Peirópolis, 2000.

- Galizzi, Paolo (2005). From Stockholm to New York, via Rio and Johannesburg: Has the Environment Lost its Way on the Global Agenda? In *Fordham International Law Journal*. Volume 29, Issue 5 2005 Article 3.

- Garcia-Sanchez, Isabel M. & Prado-Lorenzo, Jose Manuel. (2007). *Determinant Factors in the Degree of Implementation of Local Agenda 21 in the European Union*. Retirado em 11.12.2007, de www.interscience.wiley.com

- GEA (2004). *Agenda 21 na Escola – ideias para a implementação. Local*. Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa em parceria com a LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. Retirado em 05.04.2008, de http://www.futurosustentavel.org/fotos/plano/Caderno_A21.pdf

- GEA (2006). *Educação Ambiental / Educação para o desenvolvimento Sustentável*. Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa em parceria com a LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. Retirado em 05.04.2008, <http://www.futurosustentavel.org/fotos/plano/1.pdf>

- Glotzbach, Stefanie & Baumgärtner, Stefan (2009). *The relationship between intra- and intergenerational ecological justice. Determinants of goal conflicts and synergies in sustainability policy*. University of Lüneburg. In Working Paper Series in Economics. N.º. 141.

- Goldsmith, Edward (1992). *The Way: an ecological worldview by*. Rider Books, 1992

- Gomes, Dulce Andreia & Gomes, Filipa Eduarda (2004). *Pensar o Grande Porto. Uma Cidade Diferente*. Faculdade de Ciência, Universidade do Porto.

- Gomes, Margarida (2006). *ECO XXI – Um projeto da Associação Bandeira Azul da Europa - secção portuguesa da Fundação para a Educação Ambiental*. Lisboa.

- Gomes, Rita Catarina de Sá Pinto Pereira (2009). *Cidades Sustentáveis - O contexto Europeu*. Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

- Gomila, Maria Francesca (2000). *La Agenda 21 Local en Europa: Un Análisis comparado*. In Font, Nuria & Subirats, Joan. *Local y Sosteniblel – La Agenda 21 Local en España*. Icaria editorial, s.a. pp. 29-64.

- Gonçalves, Carlos (1996). *Geografia política e desenvolvimento sustentável*. Terra Livre. AGB, n.º 11-12.

- Gonçalves, Fernando B. [et al]. (2000). *Políticas de C&T e Inovação em Portugal: Trajetória, Passado Recente e Perspetivas*. In 2nd Converge Project meeting, Strasbourg.

- Grochowalska J. (1998). *The implementation of Agenda 21 in Poland*. European Environment 8: 79–85.

- Grönholm, Björn; Joas , Marko; Nordström, Maria (2001). *Success Factors for Local Agenda 21 in the Baltic Sea Region*. Meddelanden från ekonomisk-statsvetenskapliga fakulteten vid åbo akademi. åbo 2001

- Guerra, J.; Nave, J.; Schmidt, L. (2004a). *Agenda 21 Local: Autarcas, participação e desenvolvimento sustentável*. In Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação.

- Guerra, J., Nave, J., Schmidt, L. (2004b). *Os Primeiros Autarcas do Século XXI: Novas Estratégias Ambientais*. 2º Relatório de Progresso. Lisboa, Observa, policopiado.

- Guerra; João & Schmidt, Luísa (2009). *Experiências de Agendas 21: os desafios do nosso tempo*. In Anais do Seminário Internacional. 27 a 29 de novembro de 2009. Ponta Grossa, Brasil.

H

- Haining, Robert P. (1990). *Spatial data analysis in the social and environmental sciences*. Cambridge University Press.
- Hannigan, John A. (1995). *Sociologia Ambiental: A formação de uma perspetiva social*. Instituto Piaget.
- Hannigan, John A. (2006). *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective*. Edição de Routledge. 194 páginas.
- Hardin, Garrett James (1968). The Tragedy of the Commons. In *Science, December 13, 1968*. vol. 162.
- Hart, Roger A. (1992). *Children`s Participation – from tokenism to citizenship*. UNICEF, International Child Development Centre.
- Hatfield, Susan Buckingham & Percy, Susan (1999). *Constructing Local Environmental Agendas: People, Places and Participation*. Edição de Routledge. 202 p.
- Henriques, António Gonçalves (2007). *Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos*. Agência Portuguesa do Ambiente [APA]. 45 p.
- Hens, Luc. & Nath, Bhaskar (2003). *The Johannesburg Conference. Environment, Development and Sustainability*. pp. 7-39.
- Herculano, S. C. (1992). *Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz*. In Goldenberg, M. *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- Hewitt, Nicola (1995). *Guía Europea para a Planificación das Axendas 21 Locais. Como implicarse nun plan de acción ambiental a longo prazo cara á sostenibilidade*. Xunta da Galicia.
- Hewitt, Nicola (2000). *Guia Europeu de planeamento para a Agenda 21 local: como implementar o planeamento ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade: orientação para as autoridades locais participantes na campanha das cidades e vilas europeias sustentáveis*. Ed. e publ. por Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (D.G.O.T.D.U). Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território - Lisboa.

- Holling, C. S. (1973). Resilience and Stability of Ecological Systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, Vol. 4, 1-23.
- Holm, Jesper & Kamara, Mercy Wambui (2001). *Denmark - The participatory and consensus-seeking approach of the Danish Agenda 21 Local*. In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan. p. 58.
- Holmes, Tim., Scoones, Ian (2000). *Participatory Environmental Policy Processes: Experiences From North and South*. IDS Working Paper 113.
- Hopwood, Bill; Mellor, Mary; O'Brien, Geoff. (2005). *Sustainable Development: Mapping Different Approaches*. *Sust. Dev.* 13, 38–52 (2005). Wiley InterScience DOI: 10.1002/sd.244
- Hordijk, Michaela (1999). *A dream of green and water: community based formulation of a Local Agenda 21 in peri-urban Lima*. *Environment and Urbanization* 1999 11: 11.
- Hotelling, H. (1931). The Economics of Exhaustible Economics. In *Journal of Political Economy*, 39, 2, 137-175.
- Huckle, John & Sterling, Stephen (1996). *Education for Sustainability*. Edição de Earthscan, 1996. 236 p.

I

- IA. (coord.) (2005) - *1º Relatório Nacional sobre a Convenção de Aarhus. Portugal*. Instituto do Ambiente.
- ICLEI (s.d[a]). *Local Governments for Sustainability*. International Council For Local Environment Initiatives. Retirado em 05.03.2008, de <http://www.iclei.org/index.php?id=798>
- ICLEI (s.d[b]). *Case Study on National Implementation of Local Agenda 21*. International Council For Local Environment Initiatives. Retirado em 07.04.2008, de http://www.un.org/esa/dsd/dsd_aofw_mg/mg_locaauth_casestud_csd6.htm#barr
- ICLEI (s.d[c]). *A21 Projects in Africa*. International Council For Local Environment Initiatives. Retirado em 09.04.2008, de <http://www.iclei.org/index.php?id=709>
- ICLEI (s.d[d]). *Local Agenda 21: Building Partnerships for Sustainable Development*. International Council For Local Environment Initiatives. Retirado em 13.04.2008, de <http://www.iclei.org/index.php?id=951>

- ICLEI (s.d[e]). *Red de la Agenda Local 21 para América Latina y El Caribe*. International Council For Local Environment Initiatives. Retirado em 14.04.2008, de <http://www.iclei.org/index.php?id=1457>

- ICLEI (1997). *Local Agenda 21 Survey: A Study of Responses by Local Authorities and their National and International Associations to Agenda 21*. International Council For Local Environment Initiatives.

- ICLEI (2002a). *Second local agenda 21 survey*. Background Paper No. 15. Second preparatory session. International Council For Local Environment Initiatives.

- ICLEI (2002b). *Dialogue Paper by Local Authorities – Implementing Sustainable Development: Proposals by Local Governments*. International Council For Local Environment Initiatives.

- ICLEI (2002c). *Local governments' response to agenda 21: summary report of local agenda 21 survey with regional focus*.

- ICN (2007). *Plano Nacional de Conservação da Flora em Perigo (1ª fase) – Relatório Final*. Instituto de Conservação da Natureza.

- ICNB (s.d.[a]). *Livro Vermelho dos Vertebrados em Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Retirado em 06.05.2008, de <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT/ICN/>

- ICNB (s.d.[b]). *A Avaliação de Impacte Ambiental e Análise de Incidências Ambientais*. Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Retirado em 07.05.2008, de <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Rede+Natura+2000/>

- IDAD (2004). *Agenda 21 Local para a Freguesia de Mindelo*. Relatório de Sustentabilidade. Instituto do Ambiente e Desenvolvimento.

- IDAD (2005). *Plano de Ação e de Monitorização Ambiental*. Versão final. Agenda 21 Local para a Freguesia de Mindelo. Instituto do Ambiente e Desenvolvimento.

- INAG (s.d[a]). *Áreas de Intervenção / Planeamento / Planos de Ordenamento da Orla Costeira*. Instituto Nacional da Água. Retirado em 07.08.2008, de http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=71

- INAG (s.d[b]). *POOC de Caminha-Espinho*. Instituto Nacional da Água. Retirado em 07.08.2008, de http://www.inag.pt/index.php?view=article&id=109%3APOOC+de+CaminhaEspinho&option=com_content&Itemid=44

- INE (1999). *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*. Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2001). *Recenseamento Geral da População 2001*. Instituto Nacional de Estatística.

- IPA (2008a). *Agenda 21 para o Município de Pombal*. Relatório – Volume I - Caracterização e Diagnóstico. Inovação e Projectos em Ambiente, Lda.

- IPA (2008b). *Agenda 21 para o Município de Pombal*. Relatório – Volume II - Agenda 21 Local. Inovação e Projectos em Ambiente, Lda

- IPAD (s.d.). *Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Retirado em 12.05. 2007, de <http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/ObjectivosDesenvolvimentoMilenio/Paginas/default.aspx>

- IPCC (2007). *Fourth Assessment Report Climate Change 2007: Synthesis Report Summary for Policymakers*. Intergovernmental Panel on Climate Change.

- IPI (2004a). *Agenda 21 Local do município da Sertã*. Relatório I. Ponto II – Enquadramento metodológico. Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda. Retirado e, 20.04.2008, de http://www.cm-serta.pt/UserFiles/file/Agenda_21/2-Enquadramento_metodologico.pdf

- IPI (2004b). *Planos de Acção. Relatório II*. Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda. Retirado em 20.04.2008, de http://www.cm-serta.pt/UserFiles/file/Agenda_21/Relatorioll-Planos_de_accao.pdf

- IPI (2008a). *Agenda 21 Local do Concelho da Marinha Grande - Relatório*. Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda. p. 152.

- IPI (2008b). *Projecto de Implementação da Agenda 21L. A21Local. Município de Sever do Vouga*. Inovação e Projectos e Iniciativas, Lda.

- IPI (2008c). *Agenda21 Local do Município de Sever do Vouga. Planos de Acção*. Inovação e Projectos e Iniciativas, Lda.

- IPI (2009). *Câmara Municipal da Marinha Grande. Relatório de Sustentabilidade*. p.152. Inovação e Projectos e Iniciativas, Lda.

- Iorio, Ubiratan (2006). *O princípio da subsidiariedade*. Jornal do Brasil, 21 de agosto de 2006. Retirado em 12.02.2008. de <http://www.ubirataniorio.org/jb.htm>.

- IUCN. (1980). *World Conservation Strategy - Living Resource Conservation for Sustainable Development*. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. Retirado em 01.02.2007, de <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/WCS-004.pdf>

J

- Jacobi, Pedro R. (1999). *Meio ambiente e sustentabilidade*. In CEPAM, O Município no século XXI: cenários e perspetivas. São Paulo: CEPAM. 1999, pág. 175-184.

- Jacobi, Pedro R. (2000). *Meio Ambiente e Redes Sociais: Dimensões Intersectoriais e Complexidade na Articulação de Práticas Coletivas*. Revista de Administração Pública, 2000.

- Jacobi, Pedro R. (2005). Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, maio-agosto, ano/vol. 31, número 002. Universidade de São Paulo. pp. 233-250.

- Jacobi, Pedro R.; Granja, Sandra Inês B.; Franco, Maria Isabel. (2006). *Aprendizagem social – práticas educativas e participação da sociedade civil como estratégias de aprimoramento para a gestão compartilhada em bacias hidrográficas*. São Paulo em Perspetiva, v. 20, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 2006.

- Jackson, Guy & Morpeth, Nigel. (2003). *Local Agenda 21: Reclaiming community ownership in tourism or stalled process*”. In Derek, Hall. & Richards, Greg. *Tourism and sustainable community development*. Routledge Advances in Tourism.

- Jackson, T. Roberts P. (1997). Greening the Fife economy: ecological modernization as a pathway for local economic development. In *Journal of Environmental Planning and Management* 40: 615–629.

- Jonas, A. E. G.; While, A., Gibbs, D.C. (2004). *State modernization and local strategic selectivity after Local Agenda 21: evidence from three northern English localities*. Policy and Politics, 32 (2), 151-168. In Moralejo, L. Aguado. [et al]. *Implantación de la Agenda 21 Local en Europa: Divergencias en ritmos y enfoques*. Geographicalia. pág. 113

- Jones, P.D., M. New, D.E.Parker, S.Martin. & Rigor, I.G. (1999). *Surface air temperature and its changes over the past 150 years*. Rev. Geophys. 37, 173-199.

- Jörby, Sofie (2001). *Agenda 21 in the Municipalities - a Tool towards Sustainability?* Department of Biology and Environmental Science, University of Kalmar, SE-391 82 KALMAR, Sweden

K

- Kass, Gary (2000). *Recent Developments in Public Participation in the United Kingdom*. In TA-Datenbank-Nachrichten, Nr. 3, 9. Jg., Oktober 2000

- Kaufamn, Hebert (1973). *Administrative feedback*. Washington, DC: The Brookings Institution.

- Keating, Mickael (1993). *Agenda For Change: A plain language version of Agenda 21 and the other Rio Agreements*. Published by the Centre for Our Common Future. Retirado em 09.10.2008, de <http://www.iisd.org/rio+5/agenda/declaration.htm>

- Kelly R. & Moles R. (2000). *Towards sustainable development in the Mid-West Region of Ireland*. Environmental Management and Health 11: 422–432.

- Klekotko, Marta (2007). *Civil Society and Rural Sustainable Development Strategies in Poland. A Cognitive Approach*.

- kravchenko, Svitlana (2003). *Public Participation in Strategic Environmental Decisions. Guide for environmental citizens organizations*. European Eco Forum.

L

- Lafferty, W.M., & Eckerberg, Katarina (1998). *From the Earth Summit to Local Agenda 21. Working Towards Sustainable Development*. London, Earthscan.

- Lafferty, William M. (2001a). *Sustainable Communities in Europe*. Earthscan, London. 314 páginas.

- Lafferty, William M. & Coenen, Frans (2001b). *Conclusions and perspectives*. In Lafferty, William M. *Sustainable Communities in Europe*.

- Larrue, Corrine; Emelianoff, Cyria; Di Pietro, Francesca; Héland, Laure (2001). *LA21: A new tool for sustainable policies?* In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*, p.180-206. Editora Earthscan.

- Layrargues, Philippe Pomier (1997). *Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? Proposta*, 25(71):5-10.1997.

- Leff, Enrique (1994). *Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. Cidade do México: Siglo Veintiuno.

- *Lei de Bases do Ambiente* (Lei n.º 11/87, de 07 de abril). Retirado em 08.11.2008, de http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=752&tabela=lei_velhas&nversao=1

- *Lei-quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais* (Lei n.º 159/99 de 14 de setembro). Retirado em 10.11.2008, de http://www.estg.ipleiria.pt/files/310459_lei%20n%20159%209_426fb6c22701f.pdf

- Leitão, Teresa [et al]. (2003). *Poluição de águas subterrâneas: principais problemas, processos de prevenção e de reabilitação*. Resumo do comunicado efetuado no 6º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Cabo Verde.

- Lélé, S. (1991). Sustainable Development: a critical review. *World Development*, vol. 19, no. 6, pp. 607-621.

- Lenzi, Cristiano Luís (2007). *Sociologia Ambiental e a Controvérsia sobre os Clássicos*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 de maio a 01 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE)

- LGMB (1995). *Local Agenda 21 Survey 1994/95*. Local Government Management Board. London

- LGMB (1996). *Local Agenda 21 Survey*. Local Government Management Board. London.

- LGMB (1997). *Local Agenda 21 UK Review 1992–1997*. Local Government Management Board. London.

- Lima, Aida Valadas De & Schmidt, Luísa (1996). Questões ambientais - conhecimentos, preocupações e sensibilidades. In *Análise Social*, vol. xxxi (135), 1996 (1.º), 205-227.

- Lima, Diana Vaz de (2002). *Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas*. Revista Contabilidade Finanças - USP, São Paulo, n. 30, p. 46 - 53, setembro/dezembro 2002.

- Lima, Gustavo da Costa Lima. (2003). O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & sociedade, jul-dez, ano/vol. 6, número 002*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Campinas, Brasil. pp. 99-119

- Lima, Luísa [et al]. (2004). *Ambiente e Desenvolvimento*. Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. janeiro de 2004.
- Lindström M., Johnsson P., (2003). *Environmental Concern, Self-concept and Defense Style: A Study of the Agenda 21 Process in a Swedish Municipality*. *Environmental Education Research*, 9 (1), pp. 51-66.

- LIPOR (s.d). *Agenda 21 do Grande Porto*. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. Retirado em 13.02.2008, de <http://www.agenda21grandeporto.com/>

- Loges, William. (1994). *Canaries in the coal mine: perceptions of threat and media system dependency relations*. *Communication Research*, 21, 1, pp. 5-23

- Long, B. L. (2000). *International Environmental Issues and the OCDE 1950-2000: An Historical Perspective*. Paris, Organization for Economic Cooperation and Development.

- Lopes, João Teixeira (2005). *Descargas de águas residuais no Rio Onda*. Requerimento. Retirado em 04.08.2007, de <http://beparlamento.esquerda.net/media/rq244x1ac.pdf>

- Lorenzo, José Manuel Prado & Sanchez, Isabel Maria Garcia (2007). *The effect of Participation in the Development of Local Agenda 21 in the European Union*. *Departamento de Administración y Economía de la Empresa. Facultad de Economía y Empresa. Universidad de Salamanca*.

- Loureiro, Armando (2008). As organizações não-governamentais de desenvolvimento local e a sua prática educativa de adultos: uma análise no norte de Portugal. *Rev. Bras. Educ. vol.13 n,º 38*, Rio de Janeiro, maio/ago. 2008

M

Macedo, Marta; Pinto, Marta; Macedo, Pedro; Silva, Margarida (2012). *Agenda 21 local em Portugal - balanço realizado com base na comunicação através da internet*. Grupo de estudos ambientais, escola superior de biotecnologia da universidade católica portuguesa. Retirado em 04.06.2012, de http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=16&itemid=36

- Macedo, Pedro (2002). *Land Use Change in Mindelo Ornithological Reserve in Littoral 2002, The Changing Coast*. Porto: EUROCOAST / EUCC. In Silva, Margarida & Macedo, Pedro. *Desenvolvimento Sustentável e Território na Eurorexion Galicia-Norte de Portugal*.

- Macedo, Pedro (2008). *Futuro Sustentável (fase de alargamento). Plano de Ação - Ordenamento do Território, Espaços Verdes e Áreas Naturais*. Versão para consulta pública. Plano de Ação elaborado no âmbito do alargamento do Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto.

- Macedo, Pedro (2009/07/14). [Entrevista pessoal ao Presidente da Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente].

- MacGillivray, Alex; Weston, Candy; Unsworth, Catherine. (1998). *Communities count! a step by step guide to community sustainability indicators for people working in community development, environmental work, Local Agenda 21, local authorities, voluntary organisations, business and education*. New Economics Foundation, September 1998.

- Malone, Karen (2001). Children, Youth and Sustainable Cities. *Local Environment*, Vol. 6, No. 1, 5–12, 2001. Retirado em 29.03.2008, de <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN012799.pdf>

- MAMAOT (s.d.). *O desenvolvimento sustentável: porquê esta estratégia?* Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT). Retirado em 28.11.2007, de <http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/pt/desenvolvimentosustentavel/porque-esta-estrategia/lista.aspx>

- Mansinho, Maria Inês & Schmidt, Luísa (1994). A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico. In *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1.º e 2º), 441-481

- MAOTDR (2001a). *Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 21*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

- MAOTDR (2001b). *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

- MAOTDR (2007). *Entrada em vigor do Protocolo de Quioto – Portugal*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Gabinete do Secretário de Estado Adjunto. Nota de Imprensa. Retirado em 11.12.2007, de http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC16/Ministerios/MAOT/Comunicacao/Notas_de_Imprensa/20050216_MAOT_Com_Quioto.htm.

- Marinetto, Michael (2003). Who Wants to be an Active Citizen? The politics and Practice of Community Involvement. In *Sociology, Volume 37 (1)*:103-120. Sage Publications. London, Thousand Oaks.

- Martínez, Miguel (2011). The Citizen Participation of Urban Movements in Spatial Planning: A Comparison between Vigo and Porto. In *International Journal of Urban and Regional Research, Volume 35.1*. 147-71.

- Martinuzzi, André (2004). *Sustainable development evaluations in Europe - market analysis, meta evaluation and future challenges*.

- Mathews, Freya (1996). *Ecology and Democracy*. Edição de Routledge, 1996. 236 p.

- Mazmanian, D.A. & P.A. Sabatier (1990). *Implementation and Public Policy*. Latham, Md: University Press of America, 1990.

- McCormick, John (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- Meadows, Dennis L., Meadows, Donella H., Randers., J. & Behrens, William W. (1972). *Limites do crescimento um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*.

- Meadows, Dennis L., Meadows, Donella H., Randers, Jörgen (1992). *Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future*.

- Meadows, Donella (1991). *The Global Citizen*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data.

- Meadows, Donella (1998). *Indicators and Information Systems for Sustainable Development. A Report to the Balaton Group*. Published by The Sustainability Institute.

- Mela, Alfredo., Belloni, Maria Carmen., Davico, Luca (2001). *A Sociologia Do Ambiente*. Editorial Estampa.

- Melo, João Joanaz de & Pimenta, Carlos (1993). *O que é a ecologia*. Difusão Cultural, Lisboa.

- Melnick, Don [et al]. (2005). *Environment and Human Well-Being: a practical strategy*. Nações Unidas, Millennium Project. Task force on Environment Sustainability

- Mendonça, Francisco (2003). Aquecimento global e saúde: uma perspetiva geográfica – notas introdutórias. *Terra Livre. São Paulo. Ano 19 – vol. I – n.º 20*. P. 205-221.

- Meter, Donald & Vam Horn, Carl E. Van. (1975). *The policy implementation process*. Administration and Society.

- Milaré, Edis (1998). *Princípios fundamentais do direito do ambiente*. Revista dos Tribunais, 1998. Retirado em 30.11.2007 2008, de http://www.italolopes.com/ucb/auxiliar/aux_princ_dir_amb.pdf

- MMA (2003). *Construindo a Agenda 21 Local*. 2.ed.rev.e atual. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 62 págs.

- MoE (1997). *Environmental Policy for a Sustainable Development (in Norwegian)*. White Paper no 58 (1996-1997). The Norwegian Ministry of the Environment, Oslo.

- Molion, L. C. B. (1994). *Efeitos de vulcões no clima*. *Caderno de Geociências*, n.º 12, p. 13-24, out./ dez. 1994.

- Moore, M. & Putzel, J. (1999). *Thinking strategically about and poverty*. IDS Working Paper 101, Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex.

- Moralejo, L. Aguado; C, Echebarria Miguel; Legaterra, J. M. Barrutia (2007). *Implantación de la Agenda 21 Local en Europa: Divergencias en ritmos y enfoques*. *Geographicalia*, 51, 107-131.

- Moreno, Júlio (2009). *O futuro das cidades*. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2ª edição.

- Morris, Jane (1996). *CEMR Local Agenda 21 Basic Guide. Council of European Municipalities and Regions*. p. 9-10. Retirado de 29.09.2008, de <http://www.seit.ee/agenda21/Juhend/basicq.doc>

- Mota, Isabel Almeida; Pinto, Mário; Sá, Jorge Vasconcelos; Marques, Viriato Soromenho; Ribeiro, José Félix (2005). *Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável 2005-2015*. Lisboa: Pandora.

- Mourão, Paulo Reis (2005). *Que critérios redistributivos na lei das finanças locais?*. Universidade do Minho. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas.
- Mozzicafreddo, Juan. [et al]. (1988). *Poder autárquico e desenvolvimento local*. In Revista Poder Local, dezembro, nº 25/26. Págs. 79-112.
- Mulberg, Jon (2003). *Global Environmental Politics*. The Massachusetts Institute of Technology. February 2003.
- Mullally, Gerard (2001). *Ireland – Starting late: Building institutional capacity on the reform of sub-national governance?* In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan. (p. 130-152)

N

- Naess, A. (1989). *Ecology, Community and Lifestyle: Outline of an Ecosophy*. Rothenberg. Cambridge: Cambridge University Press
- Naess, Arne (2003). *The Deep Ecological Movement: Some Philosophical Aspects*. In Light, Andrew & Rolston, Holmes. *Environmental Ethics: An Anthology*. Edição de Blackwell Publishing. 554 p.
- Narodoslowsky, Michael & Grabher, Andrea (2001). *Austria – From ecossocial market economy to LA21*. In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan. p. 206-225.
- Naturtejo (2006). *Geoparks. Geopark Naturtejo Meseta Meridional*. Retirado em 22.11.2007, de <http://antigo.naturtejo.com/ficheiros/conteudos/1219750246Report2.pdf>.
- NEREA investiga (2008). *Relatório Final - Assessoria*. Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental – NEREA investiga. Retirado em 04.08.2009, de http://www.cm-tavira.pt/cmt/parameters/cm-tavira/files/File/Agenda_21_Escolar.pdf
- Niemi-Lilahti, Anita (2001). *Finlândia – In search of new implementation patterns*. In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. Editora Earthscan. p.40-58.
- Niu, Wen-Yuan; Lu, Jonathan J.; Khan, Abdullah A. (1993). Spatial systems approach to sustainable development: A conceptual Framework. *Environmental Management, Volume 17, Issue 2*, pp.179-186

- Noorgard, R. (1992). Sustainability as intergenerational Equity: Economic Theory and Environment Planning. In *Environment Impact Assessment Review*, Vol.12, pp. 85-124.
- Nova, Scripta (2002). A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável. Scripta Nova - *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*; Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 119 (72).
- Novo, María [et al]. (1999). *Los desafíos ambientales – Reflexiones y propuestas para un futuro sostenible*. Editorial Universitas, S.A.

O

- Observa (2003). *Novos riscos, tecnologia e ambiente. O caso da coíncineração*. Os Portugueses e os novos riscos. Inquérito aos Portugueses. Programa Observa.
- OECD (2001a). *Citizens as Partners. Information, consultation and public participation in policy-making*, Organisation for Economic Co-operation and Development.
- OCDE (2001b). *Sustainable Development: Critical Issues*. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. In Stevens, Candice. *Measuring Sustainable Development*. Statistics Brief, OECD, september 2005, n.º 10.
- ODPM (2002). *Public Participation in Local Government. A survey of local authorities*. Office of the deputy prime minister (ODPM).
- Oliveira, César (1996). *Histórias dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Círculo dos Leitores
- Oliveira, Joana (2009). *Implementação da Agenda 21 Local nas freguesias dos municípios associados da LIPOR*. Agenda 21 local – Por um Futuro Sustentável. 16 diapositivos. Retirado em 04.02.2009, de http://mestrado.otpa.dcea.fct.unl.pt/files/1264168586_Apresenta_o_A21L_Lipor.pdf
- Oliveira, Jose A. Puppim de (2012). *Green economy and good governance for sustainable development: opportunities, promises and concerns*. Tokyo [u.a.]: United Nations Univ. Press
- Oliveira, Rui (2005). *A sociedade civil em Portugal é muito pouco dinâmica*. In *Jornal Comércio do Porto* de 01 de maio de 2005.

- Onez, Zuhail (2006). *Local Agenda 21 and Participation to Local Administration: A Case Study in Denizli*. A Thesis submitted to the Graduate School Natural and Applied Sciences of Middle East Technical University. September 2006.
- ONU (2001). *Population, Environment and Development*. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. Organização das Nações Unidas.
- ONU (2002). *Carta da Terra*. Organização das Nações Unidas.
- ONU (2002). *Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*. Organização das Nações Unidas.
- ONU (2005). *Population Challenges and Development Goals*. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. Organização das Nações Unidas.
- ONU (2009) *World Population Ageing*. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. Organização das Nações Unidas.
- ONU (2010). *Relatório Sobre a Situação da População Mundial*. Organização das Nações Unidas.
- ONU HABIT (s.d.). *Atividades da ONU-HABITAT*. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Retirado em 29.03.2012, de <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-habitat/>
- O'Riordan, T. (1985). *What does sustainability really mean? Theory and development of concepts of sustainability*. Sustainable Development in a Industrial Economy. Proceeding of a Conference held at Queen's College, Cambridge, 23-25 June, Cambridge: UK Centre for Economic and Environment Development.
- Osório, Lisete (2008a). *Falar em Sustentabilidade no Douro*. Retirado em 20.01.2009, de <http://a21armamar.wordpress.com/2008/01/12/falar-em-sustentabilidade-no-douro/>
- Osório, Lisete (2008b). *Agenda 21 Local: o meio para alcançar a sustentabilidade. Falar de Sustentabilidade no Douro Sul II*. Retirado em 29.02.2009, de http://a21armamar.files.wordpress.com/2008/04/seminario_tabuaco.pdf

P

- Parker, Jane e Selman, Paul (1999). *Local government, local people and Local Agenda 21*. In Hatfield, Susan Buckingham & Percy, Susan. *Constructing Local Environmental Agendas: People, Places and Participation*. p.20.
- Partidário, Maria do Rosário (Coord.) (2005). *Fórum Loulé 21. Relatório da 1ª Sessão*. maio de 2005.
- Pauleta, Carlos Mendes (1997). *As freguesias – história e atualidade*. Finisterra, XXXII, 64, 1997, pp. 145-148.
- Pearce, David William [et al]. (1989). *Blueprint for a Green Economy: A Report*. Great Britain Dept. of the Environment, London Environmental Economics Centre, Edição de Earthscan. 192 págs.
- Pearce, David William (1993). *Blueprint 3: Measuring Sustainable Development*. Edição de Earthscan, 1993. 224 páginas.
- Pepper, David (1996). *Modern Environmentalism: An Introduction*. 376 páginas.
- Pepperman, Taylor B. (1996). *Democracy and environment ethics or environment ethics and perils of ideological politics*. In Lafferty, W. & Meadowcroft, J. *Environment and Democracy*. London.
- Pereira, Alexandre (2008). *Guia Prática de Utilização – Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. 7ª edição. Edições Sílabo.
- Pereira, Armando (2000). *A Gestão e a Modernização na Administração pública e particularmente na Administração Local e Regional*. In *Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas Vol. I, n. ° 1, 2000*, pp. 82- 97.
- Peters, Suhita Osório (2007). *Agenda 21 Local do Concelho da Lourinhã – Proposta para um Plano de Acção*. Versão preliminar.
- Peters, Suhita Osório (2008). *Agenda 21 Local do Concelho da Lourinhã. Relatório de Actividades – Plano de Acção 2007-2008*.

- Petkova, Elena; Maurer, Crescencia; Henninger, Norbert; Irwin, Frances (2003a). *Assessing Access to Information, Participation, and Justice for the Environment: A Guide*. World Resources Institute, Washington DC (USA). A publication of the The Access Initiative. Retirado em 09.11.2008, de http://pubs.wri.org/pubs_description.cfm?PubID=3814

- Petkova, Elena; Maurer, Crescencia; Henninger, Norbert; Irwin, Frances (2003b). *Executive Summary. Closing The Gap. Information, Participation, and Justice in decision – Making for the Environment*. Retirado em 09.11.2008, http://pdf.wri.org/closing_gap_execsumm.pdf

- Pezzey, John. (1992). *Sustainable Development Concepts. An economic analysis*. World bank environment paper number 2. The International Bank for Reconstruction and Development/The world bank. Washington.

- Pinheiro, José Q. (1997). *Psicologia Ambiental: a busca de uma ambiente melhor*. Estudos de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p. 377-398.

- Pinto, Joaquim Ramos (s.d.). *Agenda21 Escolar: Da responsabilidade individual ao compromisso colectivo*. Págs. 1-9.

- Pinto, Joaquim Ramos (2004a). *Educação Ambiental em Portugal: Raízes, influências, protagonistas e principais ações*. In Educação, Sociedade & Culturas. Porto. 21: 151-165.acrescentei o a) no 2004.

- Pinto, Joaquim Ramos (2004b). *Participação social e educação ambiental: os processos participativos nas estratégias locais de sustentabilidade. um estudo de caso*. Santiago de Compostela: setembro de 2004

- Pinto, Marta (2006). *Plataforma na Internet sobre Agenda 21 Local ou uma utopia do trabalho em colaboração?* Retirado em 02.02.2007, de <http://www.agenda21local.info/dmdocuments/A21LES1.pdf>

- Pinto, Marta; Macedo, Marta; Macedo, Pedro (2009). *Agenda 21 Local em Portugal: breve ponto de situação*. In Conferência Nacional sobre Agenda 21 Local e Sustentabilidade - GLOCAL 2009,Cascais, 23 e 24 de setembro de 2009.

- Ploštajner, Zlata & Mendeš, Ivona (2005): *Citizens Participation*. Retirado em 02.08.2011, de <http://www.fes.hr/E-books/pdf/How%20to%20Improve%20Development%20on%20Local%20Level/06.pdf>

- PNAC (2006). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006*. Revisto a 3 de agosto de 2006. Programa Nacional para as Alterações Climáticas.

- PNUD (s.d). *Concept and Measurement of Human Development*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Retirado em 12.11.2006, de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/>

- PNUD (1990). *Human Development Report. Overview*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Retirado em 16.11.2006, de http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1990_en_overview.pdf

- PNUD (1992). *Human Development Report. Overview*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Retirado em 18.11.2006, de http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1992_en_overview.pdf

- PNUD (2003). *Relatório de Desenvolvimento Humano - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana 2003*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Retirado em 19.11.2006, http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2003_PT.pdf

- Pol, E. (1993). *Environmental Psychology in Europe: from architectural psychology to green psychology*. Aldershot England: Avebury.

- Ponte, António (2009/11/17). [Entrevista pessoal ao Presidente da Junta de freguesia de Mindelo].

- Portal da Agenda 21 Local (2009). *Processos de Agenda 21 Local chegam a mais de 40% da população portuguesa*. Retirado em 04.03.2009, de http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&view=article&id=61:20091210a&catid=13:destaques&Itemid=61

- PROMindelo (2004). *Propostas de Intervenção para a Reserva Ornitológica de Mindelo (versão para discussão 5.0)*". Mindelo: Movimento PROMindelo – Pela Reserva Ornitológica de Mindelo. Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA)

- PROMindelo (2005). *Plano de Ação e Monitorização. Agenda 21 Local para a Freguesia de Mindelo*. Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA)

- PROMindelo (2006). *Relatório de atividades de 2005*. Mindelo: Movimento PROMindelo – Pela Reserva Ornitológica de Mindelo. Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA)

- Protocolo de Quioto (2007). Retirado em 12.08.2007, de <http://www.mdl.gov.mz/download/quioto.pdf>

- Prugh, Thomas [et al] (2000). *The Local Politics of Global Sustainability*. Edição de Island Press, 1999. 173 p.

Q

- Queirós, Margarida (2002). O Ambiente nas Políticas Públicas em Portugal. In *Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. 37, Nº 73, pp. 33-59. Finisterra.

- Queirós, Margarida (2003). Questões para uma Agenda Contemporânea do Desenvolvimento Sustentável. In *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I^a série*, vol. XIX, Porto, 2003. pp. 331-343.

- Queirós, Margarida (2007). *Agenda 21 local: auto-organização, cooperação e inteligência descentralizada*. Finisterra, XLII, 83, 2007, pp. 65-77

- Quercus (s.d). *A Quercus e a Conservação da Natureza*. QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza. Obtido em 2008, de <http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=633&articleID=179>

Q

- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*”. 5ª edição: fevereiro 2008. Edições Gradiva.

R

- Ramieri, Emiliano; Wallace-Jones, Jane; Lewanski, Rodolfo (2001). *Italy. Converging pathways between central and local levels of government?* In Lafferty, William. *Sustainable Communities in Europe*. p. 225-245. Editora Earthscan.

- Ramos, Isabel Alexandra Joaquina (s.d). *Planear o desenvolvimento sustentável*. Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora. Retirado em 11.02. 2008, de <http://www.alentejolitoral.pt/Downloads/Ambiente/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel/Planear%20o%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>

- Ranis, Gustav & Stewart, Frances (2000). *Strategies for Success in Human Development*. In QEH Working Papers. Queen Elizabeth House, University of Oxford. Retirado em 23.07.2008, http://www.econ.yale.edu/growth_pdf/cdp808.pdf

- Redclift, Michael (1987). *Sustainable Development – exploring the contradictions*. Routledge.

- Redclift, Michael (1991). *The multiple dimensions of sustainable development*. Geography 76:36-42.

- Redclift, Michael & Benton, Ted (1994). *Social Theory and the Global Environment*. London: Edição de Routledge.

- Redclift, Michael (1995). *Sustainable Development and Popular Participation: A Framework for Analysis*. In Ghai, Dharam & Vivian, Jessica M. *Grassroots Environmental Action: People's Participation in Sustainable Development*.p.23. Edição de Routledge.

- Redclift, Michael (1996). *Recovering Consumption: The Environment and the Global Economy*. Edição de Earthscan.

- Redclift, Michael & Woodgate, Graham (1997). *The International Handbook of Environmental Sociology*.

- Reich, Arie (2009). *Bilateralism versus Multilateralism in International Economic Law: Applying the Principle of Subsidiarity*. Retirado em 05.06.2009, de http://www.law.utoronto.ca/documents/conferences2/Trebilcock09_Reich.pdf

- Repetto, Robert (1986). *World Enough and Time - Successful Strategies for Resource Management*. Yale University Press, New Haven.

- Ribeiro, Luís (2003). *As estratégias de combate à poluição das águas subterrâneas à luz da Diretiva Quadro da Água*. In 6º SILUBSA – Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, pp.165.174.

- Ribeiro, Wagner; Alexander, S. Evaso; Clayton, Bittencourt Jr.; Márcio, A. Vitiello; Sílvia, M. Nogueira (1996). *Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade?* Terra Livre. São Paulo, n.11/12, p.91-101, 1996.

- Ripp, K. & Schaber, P. (1999). Democracy and environmental decision-making. In *Environment Values*, Vol 8:75-88.

- RN (s.d) – *O Projecto Nordeste 21*. Resíduos do Nordeste, EIM. Obtido em março de 2008, de <http://www.residuosdonordeste.pt/cv/list/>

- Roberts, Ian (2011). *Leicester environment city: learning how to make Local Agenda 21, partnerships and participation deliver*. Environment and Urbanization 2000 12: 9

- Robinson, John (2004). *Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development*. Ecological Economics 48 (2004) 369– 384.

- Robinson, Richard (1979). *Contemporary Portugal*. A History, George Allen & Unwin, Londres.

- Rocha, J. A. Oliveira (1998). *O Futuro da governação local*. NEAPP - Comunicações em Conferências. In Cadernos de Estudos Municipais, 8 (Dez. 1997), "Esboço dum modelo de análise dos municípios".

- Rodrigues, Eduardo Victor (1997). *A Influência Discreta e as estratégias relacionais no campo político local*, p. 197-272.

- Rodrigues, Eloy (2004). *Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação*. In Cadernos de biblioteconomia arquivística e documentação Cadernos BAD, número1. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Lisboa, Portugal, pp. 24-35.

- Rodrigues, Eugénia (1995). *Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal*". Revista Oficina do centro de estudos sociais, n.º 60.

- Rodrigues, Jacinto (2006). *Sociedade e território: desenvolvimento ecologicamente sustentado*. 1ª Edição. Porto: Profedições, 2006.

- Roland, Hochstrasser. & Sonia, Vieira (2003). *21 à l'épreuve du local Réflexion et action pour le développement durable en Suisse*; Etude de cas : L'Agenda 21 de la Ville de Vevey.

- Romeiro, Ademar Ribeiro (2003). *Economia ou Economia Política da Sustentabilidade?* Economia do Meio Ambiente. Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Retirado em 30.11.20087, de http://www.uff.br/peteconomia/pages/textospages/economia_e_ecologia/economia_ou_economia_politica/economiaoeconomiapoliticaframe4.htm

- Rosa, Maria Teresa Pires (2002). *Conceitualização do Desenvolvimento Sustentável. A sua operacionalização no âmbito da governação local através dos Planos Municipais do Ambiente.* Universidade Nova de Lisboa, faculdade de ciências e tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia de Ambiente.

- Rostow W. (1978). *Getting from Here to There.* New York: McGraw-Hill.

- Rourke, Dara O´ & Macey, Gregg P. (2003). Community Environmental Policing: Assessing New Strategies of Public Participation in Environmental Regulation. In *Journal of Policy Analysis and Management*, Vol. 22, No. 3, 383–414 (2003).

- Ruas, Fernando (2005). *Agenda 21 Local: Sustentabilidade e municipalismo.* Seminário. Sintra.

- Ruivo, Fernando & Veneza, Ana (1993). *Seis Questões pelo poder local.* In Atas do Colóquio *Autarquias Locais e Desenvolvimento*, pp. 39-48, Biblioteca das Ciências do Homem - Edições Afrontamento.

- Ruivo, Fernando (2004a). Encruzilhadas do poder local. In *Caderno do Observatório dos Poderes Locais N°2*, outubro de 2004.

- Ruivo, Fernando (2004b). O poder local português e a construção europeia. In *Caderno do Observatório dos Poderes Locais N°4*, dezembro de 2004.

- Russell, Diane (1995). *Theory and practice in sustainability and sustainable development.* U.S. Agency for International Development Center for Development Information and Evaluation.

S

- Sachs, Ignacy (1976). *Culture, Ecology, and Development: Redefining Planning Approaches.* In Altman, Irwin [et al]. *Human Behavior and Environment - advances in theory and research. Volume 4. Environment and Culture.* Chapter 9.

- Sachs, Ignacy (1993). *Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. In Barbosa, Gisele Silva (2008). O Desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008*. p. 8

- Sagara, Ambuj D. & Najam, Adil (1998). The human development index: a critical review. *Ecological Economics, Vol. 25, No. 3, pp. 249–264, June 1998*

- Sancassiani, Walter (editado) (2002). *Local Agenda 21 in Italy*. Survey on Local Agenda 21 processes implementation in Italy.

- Sancassiani, Walter (2004). *Local Agenda 21 in Italy: An Effective Governance Tool for Facilitating Local Communities. Participation and Promoting Capacity Building for Sustainability*.

- Santos, Maria Helena de Castro (1997). Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, volume 40, no 3, 1997*. pp. 335-376.

- Santos, Paulo [et al]. (Coord.) (2006). *Agenda 21 Local – Batalha*. Retirado em 07.02.2007, de <http://www.cm-batalha.pt/docs/areas/dot/agenda21/agenda21local.pdf>

- Santos, Pedro Fonseca (2005). *O Processo da Agenda 21Local de S. João da Madeira*. Grupo de Estudos Ambientais, Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa.

- Sauvé, Lucie (1997). *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa*. Revista de Educação Pública, 1997.

- SCBD (2007). *Celebrations of the International Day for Biological Diversity 2007: Biodiversity and Climate Change*. 76 pages. Secretariat of the Convention on Biological Diversity

- SCECVS (1996). *Plano de Ação de Lisboa – Da Carta à Ação*. The Second European Conference on Sustainable City & Towns. Lisboa. Retirado em 09.10.2007, de <http://www.anmp.pt/anmp/doc/div/2005/age21/docs/a40.pdf>.

- SCEPT (1970). *Man`s Impact on the Global Environment*. Study of Critical Environment Problems. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

- Schmidt, Luísa (1993). *O verde Preto no Branco*. Gradiva. Lisboa.

- Schmidt, Luísa (1999a). *Portugal Ambiental: Casos & Causas*. Celta editora.

- Schmidt, Luísa (1999b). *Sociologia do Ambiente: genealogia de uma dupla emergência*. In *Análise Social*, nº 150, Lisboa, ICS.

- Schmidt, Luísa (2003). *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- Schmidt, Luísa; Nave, Joaquim Gil; Guerra, João (2006a). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e novas Estratégias Ambientais – 2ª edição*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.

- Schmidt, Luísa; Nave, Joaquim Gil; Guerra, João (2006b). Who's Afraid Of Local Agenda? top-down and bottom-up perspectives on local sustainability. In *International Journal of Environment and Sustainable Development Vol. 5, 2*, 181-198.

- Schmidt, Luisa (2007). *País (in)sustentável. Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal*. Esfera do Caos.

- Schmidt, Luísa (2008). *Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”*. In VI Congresso Português de Sociologia. 25 a 28 de junho de 2008.

- Schmidt, Luísa & Guerra, João (2009). *Indicadores ECO XXI - Uma abordagem integrada*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Retirado em 02.06.2009, de http://www.abae.pt/programa/ECOXXI/formacao/2009/docs/comunicacao_05.pdf

- Schmidt, Luísa & Guerra, João (2010). *Da governança global à sustentabilidade local: Portugal e o Brasil em perspectiva comparada*. In *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 41, nº 2, jul/dez, 2010, p. 106-124

- Schmitter, Philippe C. (1999). *Portugal do autoritarismo à democracia*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

- Schwartzman, Simon (2008). *Ciências naturais, ciências sociais e humanidades*. Artigo. 31 de agosto de 2008.

- Scott, J. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale university Press.

- Selman, Paul. (s.d). Local authorities' initiatives in support of agenda 21 – Europe. Countryside and Community Research Unit, University of Gloucestershire, Cheltenham, England, UK. In *Area Studies - Regional Sustainable Development: Europe - Volume 1*. pgs: 519.

- Sequinel, Maria Carmen Mattana (2002). Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo: entre o sonho e o possível. *Análise Conjuntural*, v.24, p.12, nov./dez. 2002

- Serra, Graça & Marques, Marlene (coord.) (2001). *Agenda 21 Local*. Grupo de Estudos de Ornamento do Território e Ambiente (GEOTA). Publicação/Produção. Lisboa.

- Sharp, Liz (2002). Public Participation and Policy: unpacking connections in one UK Local Agenda 21 Local. *Environment Feb2002, Vol. 7 Issue 1*.

- Siegle, Lucy (2007). *Lamentável snobismo ambientalista*. In *Courrier internacional*, nº 106, de 13 a 19 de abril de 2007.

- Silva, Fernando Nunes [et al] (1999). *A Agenda Local 21 e os Municípios Portugueses: um casamento difícil*. In *Revista Sociedade e Território*, nº 29, julho, pp. 117- 127.

- Silva Filho, José Carlos L. da; Nascimento, I.f.; Daroit, D. (2000). *Nineth International Conference on Management of Technology*. Miami/USA; February 2000.

- Silva, Fernando Nunes da e Vera Aroeira Gonçalves (2002), *Agenda 21 Local: Inquérito Elaborado aos Municípios Portugueses (Relatório Preliminar)*, Monte da Caparica, IST/CESUR. Págs. 149 a 176.

- Silva, Margarida e Macedo, Pedro (2006) – “*Desenvolvimento Sustentable e Território na Eurorrexion Galicia-Norte de Portugal*”. Xullo-Dezembro, 2006. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. *Revista* n.º 10.

- Silva, Marina (2003). *Apresentação da Agenda 21 Local*. junho de 2003. In Batista, Pedro Ivo de Souza. (Coord.). *Construindo a Agenda 21 Local*.

- Silveira, Cáio Márcio (2001). *Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso*. In *Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias*, Rede Dlis/RITS, Rio de Janeiro.

- Simão, José Veiga. (2005). *O reactor nuclear português: Fonte de Conhecimento*. In Oliveira, J.C. *O reactor nuclear português: Fonte de Conhecimento*. Editora O Mirante, Coleção SABER, Santarém, 2005.

- Siqueira, Gustavo Silveira (n.d.). *Direito, Democracia e Legitimidade*. Assembleia de Minas – o poder do Cidadão. Retirado em 09.06.2010. de http://consulta.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/legistica/direito_democracia.pdf

- Siqueira, Gustavo Silveira (2007). *A ação comunicativa para construção democrática e legítima do Estado de Direito*. In *Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Belo Horizonte: Compólitica, 2007. Retirado em 10.06.2010 em http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_dc-gustavo.pdf.

- SMEC (2002). *Australian Local Sustainability Initiative: An Achievement Recognition Matrix. Volume 1. Main Report. Environment Australia*. 76 p. Snowy Mountains Engineering Corporation. Retirado em 2008, de <http://www.environment.gov.au/esd/la21/framework/pubs/framework-part1.pdf>

- Smith, Anthony Oliver & Hoffman, Susanna M. (1999). *The angry earth – disaster in anthropological perspective*. Routledge - New York London

- Sneddon, Chris.; Howarth, Richard B.; Norgaard, Richard B. (2006). *Sustainable development in a post-Brundtland world*. *Ecological Economics* 57 (2006) 253– 268

- Sofroniciu, Oana Pusa (2005). *Impediments in implementing local agenda 21 in Romania: a case study of Ramnicu Valcea strategy for sustainable development*. In *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, Vol. 7, No. 1 (March 2005) pp. 149 –163; Imperial College Press.

- Solow, R.M. (1992). *An Almost Practical Step toward Sustainability*, in W.E. Oates (ed.), *The RFF Reader in Environmental and Resource Management*, Washington DC, Resources for the Future, 1999, pp. 263-272.

- Soromenho-Marques, V. (1994). *Regressar à Terra – consciência ecológica e política do ambiente*. Fim de século edições, Lda.

- Soromenho-Marques, V. (1998). *O futuro frágil, os desafios da crise global do ambiente*. Edições Europa-América. Lisboa.

- Spangenberg, Joachim H.; Malley, Jurgen; Schmidt-Beek, Friedrich (1995). *Towards a Set of Proactive Interlinkage Indicators as a compass on the Road Towards Sustainability*. Paper

presented at the SCOPE Scientific Workshop on Indicators of Sustainable Development. Wuppertal, November 15th – 17th, 1995.

- Spangenberg, Joachim H. & Bonniot (1998). Sustainability Indicators – A Compasso on the Road Towards Sustainability. Industrial Production- uses, produces, reproduces. Capital, Labour, Nature and Society. In *Wuppertal Paper*, n.º 81, February 1998.

- SPEA (2006). *Censo de aves comuns em Portugal*. Dados preliminares de 2004 e 2005. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

- Stern, Nicholas (2006). *Stern Review final report*. Part II. Capítulo V. Retirado em 02.03.2007, de http://www.hm-treasury.gov.uk/media/9/1/Chapter_5_Costs_Of_Climate_Change_In_Developed_Countries.pdf

- Stevens, Candice (2005). *Measuring Sustainable Development*. In Statistics Brief, September 2005, n.º 10. OECD.

- Synnerholm, Bo (2009). *Public participation and democracy in Sweden. Elections and other mechanisms*. Retirado em 06.07.2009, de https://docs.google.com/gview?url=http://democracy.sipuweb.se/Module_2/Presentation_Public_participation_and_democracy_in_Sweden.ppt&chrome=true

T

- Teixeira, Francisco (2003). *Educação Ambiental em Portugal: etapas, protagonistas e referências básicas*. rev. José Sobrinho. Lisboa.

- Tietenberg, T.H. (1984). *Environmental and Natural Resource Economics*. Scott Foresman, & Co, Glenview, Illinois.

- Tomassini, Luciano (2001). *Gobernabilidad y Políticas Públicas en America Latina*. In Florez, Fernando Carrillo (editor). *Democracia en déficit*. Gobernabilidad y desarrollo en America Latina y el Caribe. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001.

- Torres, Luís Miguel Morais (2005a). *Agenda 21 de Mindelo: Consensos em direção a um desenvolvimento sustentável*. Futuro Sustentável. Plano Estratégico do Ambiente do Grande Porto

- Torres, Luís Miguel Morais (2005b). *Planeamento e Qualidade do Ambiente Estudo do Impacto de um Parque Empresarial numa Área Urbana*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

- Tratado de Amesterdão. (1997). Retirado em 07.07.2007, de <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html>

- Tratado da União Europeia (1992). Retirado em 05.07.2007, de <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0001000001>

U

- UAlg 2005. Agenda 21 a nível local, do diagnóstico à ação: um exercício de cidadania. Fórum: Agenda 21 Local – conceitos, processos e a experiência portuguesa. Universidade do Algarve.

- UCP (2006). *Futuro Sustentável - Diagnóstico de Ambiente do Grande Porto. Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. Universidade Católica Portuguesa

- UCS (2006). *Human Fingerprints*. Global Warming Facts. Melanie Fitzpatrick (Earth and Space Sciences and Atmospheric Sciences at the University of Washington and UCS consultant). Union Concerned Scientists.

- UE (1987). *Relatório de Bruntland*. Development and International Economic Cooperation. Report of the World Commission on Environment and Development (WCED). 42º Sessão. United Nations.

- EU (2007). *Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis*. Leipzig: União Europeia.

- UN (1992). *Earth Summit – Agenda 21*. Agenda 21, the Rio Declaration on Environment and Development. United Nations. Retirado em 29.10.2006, de <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/>

- UN (1997). *Programme for the Further Implementation of Agenda 21*. Adopted by governments at Earth Summit +5, special session of the United Nations General Assembly, 23-28 June 1997, New York. United Nations.

- UN (2002a). *Report of the World Summit on Sustainable Development*. Conferência de Joanesburgo. South Africa. United Nations. Retirado em 12.11.2007, de http://www.johannesburgsummit.org/html/documents/summit_docs/131302_wssd_report_reissued.pdf

- UN (2002b). *World summit on sustainable development*. Conferência de Joanesburgo, South Africa, 26 August-4 September 2002. United Nations. Retirado em 12.11.2007, de http://www.johannesburgsummit.org/html/media_info/pressreleases_factsheets/press_summary_sg_report2801.pdf

- UN (2010). *UN Intellectual History Project - The UN and Development Policies*. Briefing Note Number 7. May 2010. United Nations. Retirado em 03.06.2008, de <http://www.unhistory.org/briefing/7UNandDevStrategies.pdf>

- UNCED (1992a). *Agenda 21*. Parte III, secção 3, p. 23. United Nations Conference on Environment and Development.

- UNCED (1992b). *Agenda 21*. Capítulo 28. United Nations Conference on Environment and Development.

- UNCHS (1996). *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements*. p. 86-89. United Nations Commission on Human Settlements.

UNCHS (2001). *Tools to Support Participatory Urban Decision Making*. United Nations Centre for Human Settlements. (Habitat). Nairobi, July 2001.

- UNDP (s.d) – *Evaluation of the Role and Contribution in Environment and Energy*. Chapter 2. United Nations Development Programme. Retirado em 08.03.2008, de https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Fr7bL85WRAsJ:www.undp.org/evaluation/document/s/thematic/ee/chapter2-EE.pdf+importance+of+stockholm+conference+1972&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEEsj0q1dkHSObZNEIYrPq9IAJRzWu0GUQOwapjZpfS3UU9-2zy79L_UKacTkWMMp2k9KLQUfjYJDPPETlyDPmr2Z2yiCOUVWwilCBwgaweitCKV1pdQITJtOF-yHBNPxmIXJ3PWP5s&sig=AHIEtbQJSil6UnA2DoSESJd5NnHkHXHgFg

- UNDP (2005). *Human Development Report 2005 (Summary)*. *International cooperation at a crossroads - Aid, trade and security in an unequal world*. United Nations Development Programme.

- UNDP (2006). *Human Development Report 2006 (Summary)*. *Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. United Nations Development Programme.

- UNECE (1998). *Convenção das Nações Unidas sobre o Acesso à Informação, Participação Pública no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente*. Convenção Aarhus. United Nations Economic Commission for Europe.

- UNEP (s.d.). *Regional Office for Europe*. United Nations Environment Programme. Retirado em 17.09.2007, de <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=43>

- UNEP (1972). *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. United Nations Environment Programme. Retirado em 21.1.2008, de <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=97&articleid=1503>

- UNEP (1974). *The Cocoyoc-Declaration*. United Nations Environment Programme. Retirado em 08.09.2007, de http://www.juerg-buergi.ch/archiv/entwicklungspolitik/entwicklungspolitik/assets/cocoyoc_%20declaration_1974.pdf

- UNEP (1992). *Rio Declaration on Environment and Development*. United Nations Environment Programme. Retirado em 4.06.2008 de, <http://www.unep.org/Documents.multilingual/Default.asp?DocumentID=78&ArticleID=1163>

- UNESCO (1972). *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Retirado em 07.06.2007, de <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

- UNESCO (1977). *Intergovernmental Conference on Environmental Education*. Tbilisi (USSR) Final Report. 74 - 26 October 1977. UNESCO/UNEP.

- UNESCO. (2002). *From Potential Conflict to Co-operation Potential: Water for Peace*. Prevention and Resolution of Water-Related Conflicts in the Context of Integrated Water Resources Management.

- UNICEF (1989). *The Convention on the Rights of the Child*. United Nations Children's Fund Retirado em 04.06.2007, de http://www.unicef.org/magic/media/crc_word_format_english.doc

- UNICEF (1997). *Children's Rights and Habitat: working towards child-friendly cities*. United Nations Children's Fund (UNICEF).

V

- Vale do Minho (s.d). *Vale do Minho apresenta Agenda 21 Local*. Associação de municípios do Vale do Minho. Retirado em 17.04.2007, de <http://agenda21.valedominho.pt/?m=noticias&titulo=22/09/2006
Vale do Minho apresenta Agenda 21 Local&s=noticias/05 noticia 99&n estilo=0>

- Vale do Minho (2007a). *Agenda 21 Local do Vale do Minho (2007) – Calendarização das acções*. Retirado em 17.04.2007, de <http://www.valedominho.pt/agenda21/downloads/Document11.JPG>

- Vale do Minho (2007b). *Plano de Comunicação e Educação para a Sustentabilidade*. Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho Retirado em 09.07.2007 de http://www.valedominho.pt/agenda21/downloads/plano_comunicacao.pdf

- Valente, Susana (2004). *Áreas Metropolitanas Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida*. Relatório Final. Orientação Científica, Luísa Schmidt. Lisboa, julho de 2004.

- Vallittu, A. & Lehtimaki, M. (2001). *Experiences with the Local Agenda 21 as a Policy Tool*. In Paper 1/2001 (questionnaire among EURO CITIES Environment Committee Member Cities) (Helsinki, City of Helsinki Environment Centre).

- Vasconcelos, Lia T. & Farinha, J.M. (1999). *Planos Municipais de Ambiente, implementando a Agenda21 ao nível local*. In 6ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente. Vol. III, Chap. Infraestruturas de Informação Ambiental, AIP, Lisboa, 20-22 de outubro de 1999. 599-607.

- Vasconcelos, Lia T. (2001a). *Novas Agendas Locais – Implementado a sustentabilidade a nível local*. In VII Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, 18 – 20 de abril de 2001, organizada pela Universidade de Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento. Págs. 768-781.

- Vasconcelos, Lia T. (2001b) - *Participação rumo à sustentabilidade – a experiência da A21L*. In VI Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente.

- Vasconcelos, Lia [et al]. (2002). *Sustainability at the local level - intellectual, social and political capital building*. In AESOP Conference: Planning and Regional Issues in the Border Regions, Jul. 10-15, 2002, Volos, Greece. p. 18.

- Vasconcelos, Lia (2003). *O Território em Contextos Expandidos de Participação – O Desenvolvimento Sustentável Local*. Território do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento. Caetano, L. (coord.) Ed. CEG Coimbra, pp. 277-89.

- Vasconcelos, Lia (Coord.) (2004a). *Participação Pública e Diagnóstico Ambiental – Uma proposta*. Agenda 21 de Leiria. p. 99. Retirado em 18.03.2008, de <http://cmleiria.wiremaze.com/document/797080/823923.pdf>.
- Vasconcelos, Lia (Coord.) (2004b). *Workshop Leiria Sustentável – um compromisso de futuro. Projeto “AL 21 Leiria”*. NERLEI – Leiria. 6 de abril de 2004. Págs. 37. Retirado em 18.03.2008, de <http://cmleiria.wiremaze.com/document/797080/823981.pdf>
- Veiga, José Eli da (2005). *Desenvolvimento Sustentável – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro – Brasil. Editora Garamonda.
- Veyret, Yvette. & Pech, Pierre (1993). *L’homme et l’environnement*. Presses Universitaires de France.
- Vickers, Jeffrey J. & Boyle, Carol A. (2008). *A New Approach for Sustainable Product Development Using Scenario Network Mapping and Ecodesign*. International Centre for Sustainability Engineering and Research (ICSER), Department of Civil and Environmental Engineering, University of Auckland, New Zealand. Actronic Technologies, Auckland, New Zealand. 1-13.

W

- Ward, Stephen (1996). UK LOCAL authorities and local Agenda 21. *New Political Economy*, Nov 96, Vol. 1, Issue 3, p. 412; 1996.
- Weber, Max (1974). *O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais*. In *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa. Presença.
- Weissmann, Hilda. & Liabrés, Antónia (2001). *Guia Per Fer l’Agenda 21 Escolar*. Ajuntament de Barcelona. Barcelona. Retirado em 24.01.2007, de <http://www.agenda21local.info/images/stories/agenda21escolar/cadernoa21%20escolarbarcelona.pdf>
- Weizsäcker, Ernst U. Von (1990). *Erdpolitik: ökologische Realpolitik an der Schwelle zum Jahrhundert der Umwelt*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft. In Soromenho-Marques, V. *Regressar à Terra – consciência ecológica e política do ambiente*. Fim de século edições, Lda.
- White, Elwyn Brooks (1977). *Cold Weather: An Essay of E.B. White*.

- Wiarda, Howard J. (1977). *Corporatism and Development. The Portuguese Experience*. The University of Massachusetts Press, Amherst.

- Wordpress (s.d.[a]). *Águeda 21*. Revista Agenda 21 Local de Águeda online. Retirado em 03.02.2008, de <http://agueda21.wordpress.com/agueda21/>.

- Wordpress (s.d.[b]). *Armamar 21*. Retirado em 04.02.2008, de <http://a21armamar.wordpress.com/participacao>.

Y

- Yearley, S. (1992). *A Causa Verde - Uma sociologia das questões ecológicas*, Oeiras. Editora Celta.

ZZEIJL-ROZEMA, Annemarie Van, Ron Cörvers & René Kemp (2007). *Governance for Sustainable Development: A Framework*. Apresentado em *Amsterdam Conference on "Earth System Governance: theories and strategies for sustainability"*, 24-26 May.



Universidade de Aveiro
Ano 2014

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

**Paulo Jorge Brás
Lopes Dias**

**A Agenda 21 Local e o desenvolvimento
sustentável em Portugal: Que perspetivas?**

ANEXOS

	ÍNDICE
INTRODUÇÃO	1
1. Primeiras (Pseudo) Agendas 21Locais em Portugal. (Anexo I).....	2
2. A21Locais coletivas, em curso, em Portugal. (Anexo II).....	23
3. A21Locais individuais, em curso, em Portugal. (Anexo III).....	51
3.1. Processos mais recentes (jan.2007 a set.2009). (Anexo III-A)	118
- <i>Processos individuais</i>	119
- <i>Processos sublocais</i>	172
- <i>Processos agrupados (municípios e freguesias)</i>	177
- Quadro síntese das A21Locais em Portugal	182
- <i>Processos intermunicipais</i>	183
- <i>Processos em municipais</i>	194
- <i>Processos em freguesias</i>	243
4. Amostra. (Anexo IV)	248
5. Operacionalização das hipóteses de trabalho. (Anexo V)	250
6. Inquérito por questionário dirigido ao poder local. (Anexo VI).....	259
7. Inquérito por questionário dirigido à população de Mindelo. (Anexo VII)	268
8. Inquérito por entrevista dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Mindelo. (Anexo VIII).....	275
9. Inquérito por entrevista dirigido ao presidente da Associação Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente. (Anexo IX).....	278

INTRODUÇÃO

Numa retrospectiva sobre as Agendas 21 Local, em Portugal, verifica-se que as primeiras Agendas 21 Locais datam dos anos de 1996/1997.

Verifica-se assim, que a história da implementação de A21Local em Portugal é curta, tendo-se dado início aos processos de Agendas 21Local sob a designação de Planos Municipais de Ambiente (PMA).

Neste sentido descreve-se, seguidamente, as experiências de oito autarquias locais que representam um marco importante das A21L pois simbolizam o arranque (ou tentativa) de se implementarem Agendas 21 Locais, no nosso território (*anexo I*).

Acresce, que a relevância destes casos não se remete apenas ao carácter simbólico mas, principalmente, ao esforço de articular o presente das Agendas com o passado. Convém não esquecer que algumas *Agendas*, como são exemplo a Agenda 21L de Cascais e a de Oeiras, não partiram do zero mas sim dos seus Planos Municipais de Ambiente que foram mais valias para melhorar os seus processos através do reconhecimento de incorreções cometidas no passado. Elencar os processos de Agendas, a decorrer, sem referenciar anteriores seria “amputar” a articulação e o fio condutor deste instrumento e sua compreensão no seio do território português. Assim sendo, a seleção dos municípios portugueses de Cascais, Montijo, Oeiras, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Torres Vedras, como objeto de estudo deve-se à credibilidade dada por entidades, como é o caso do Centro de Estudos sobre Cidade e Vilas Sustentáveis (CIVITAS), que ao envolverem-se de forma direta e profunda no estudo dos referidos casos garantem a sua genuinidade como primeiros processos próximos da natureza e do espírito de A21L.

Outros processos, como os de municípios de Lisboa, Faro, Aveiro, Tavira, Seixal, Évora são alguns dos exemplos de uma certa confusão existente entre desenvolvimento sustentável e vertente ambiental. Por este motivo, serem apenas contabilizadas algumas (poucas) A21L a funcionar, devidamente, na segunda metade da década de 90.

Posteriormente, são enumeradas e caracterizadas as A21L que se foram implementando em Portugal tendo sido agrupadas de acordo com a sua natureza e período temporal. Relativamente ao primeiro critério, as Agendas 21L foram agrupadas em *Agendas de natureza coletiva* e *Agendas com carácter individual* (*anexos II e III*, respetivamente). De acordo com o segundo critério, são apresentadas as mais recentes A21L que arrancaram em Portugal e, portanto, constitui-se como uma secção que faz a atualização deste instrumento no território português e que termina com quadros-síntese dos processos a decorrer, atualmente (*III-A*). De seguida são apresentados outros anexos que integram instrumentos de trabalho que apoiaram o estudo realizado. O *anexo IV*, referente à amostra aplicada à população de Mindelo, o *anexo V* relacionado com a operacionalização das Hipóteses de Trabalho, o *anexo VI* integrando os inquéritos por questionário dirigidos ao poder local e à população local de Mindelo (*anexo VII*) e, por último, os inquéritos por entrevista ao Presidente da Junta Freguesia de Mindelo (*anexo VIII*) e ao Presidente da Associação Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (*anexo IX*).

1. ANEXO I

-

**Primeiras (Pseudo) Agendas 21 Locais
em
Portugal**

Dando cumprimento ao anexo I, e tendo por base o estudo intitulado “*Agenda 21 Local – experiências em Portugal e outros casos de estudo*”, coordenado pelo professor João Farinha e pela professora Lia Vasconcelos, será feita a apreciação das “consideradas” primeiras Agendas A21L.

Plano Municipal de Ambiente de Alcobaça

Alcobaça é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Leiria, região Centro e sub-região do Oeste. A cidade localiza-se entre três cidades maiores: Caldas da Rainha, Marinha Grande e Leiria. É sede de um município com 417,05 km² de área e 56 794 habitantes (INE, 2001), subdividido em 18 freguesias: **Alcobaça**, Alfeizerão, Alpedriz, Bárrio, Benedita, Cela, Coz, Évora de Alcobaça, Maiorga, Martingança, Montes Pataias, Prazeres de Aljubarrota, São Martinho do Porto, São Vicente de Aljubarrota, Turquel, Vestiaria e Vimeiro. O município é limitado a norte pelo Autarquia da Marinha Grande, a leste por Leiria, Porto de Mós e Rio Maior, a sudoeste pelas Caldas da Rainha e a oeste envolve por completo a Nazaré e tem dois troços de costa no Oceano Atlântico. É banhada pelos rios Alcoa e Baça, nomes de cuja aglutinação a tradição faz derivar o seu nome O concelho de Alcobaça, desde cedo, se tem preocupado com um conjunto de problemas que contribuíram para que este concelho implementasse, em 29 de janeiro de 1997 (com a ratificação da Carta de Aalborg), um Plano Municipal de Ambiente. Este Plano, que terminou em 2000, procurou responder à necessidade de melhorar a “*qualidade de vida dos seus concidadãos em consonância com o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais*” (CM Alcobaça, s.d.). Assim, o esforço para a construção deste Plano contou com a colaboração da equipa técnica do CIVITAS e técnicos da Câmara Municipal juntamente com a participação de um Grupo de Debate e Acompanhamento constituído por 30 membros que representaram os vários grupos de atores locais. A metodologia do trabalho passou por um Diagnóstico do estado do Ambiente de Alcobaça, numa primeira fase, sendo que esta situação foi analisada de acordo com os seguintes itens: Principais atividades económicas e o ambiente; Sistema de transportes e o ambiente; Energia; Resíduos sólidos; Abastecimento de água e águas residuais; Estrutura verde e habitats naturais; Zona costeira; Linhas de água; Solo; Geologia, hidrologia e recursos hídricos; Qualidade do ar.

Posteriormente, numa segunda fase do Plano Municipal de Ambiente, foram selecionados como sendo mais prioritários, três temas que foram discutidos amplamente em workshops, com 40 a 50 representantes de vários agentes locais e convidados em geral. Os temas em questão foram os seguintes: Linhas de água despoluídas e saudáveis – como conseguir? ; Suiniculturas e ambiente em Alcobaça – como compatibilizar? ; Ordenamento e urbanismo ambientalmente sustentáveis – como atuar?

Os workshops permitiram uma participação ativa de todos os interessados pelos problemas locais do concelho. Neste capítulo, este instrumento de trabalho demonstrou ser bastante importante não só pelos resultados obtidos mas também, na forma como conseguiram envolver os representantes locais. Foram feitas entrevistas, registo de ideias afixadas nas paredes, escolha das melhores ideias através do processo de votação, elaboração de posters, entre outras atividades. No final, foram encontradas algumas linhas de ação assentes nos três vetores, supracitados, identificando-se as seguintes (Tabela 1.1).

<p><i>Linhas de água despoluídas e saudáveis</i></p> <p>–</p> <p><i>como conseguir</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tratar esgotos e despoluir rios; • Sensibilizar e educar para despoluir; • Recuperar as linhas de água e aproveitar as suas margens para criar novos espaços verdes e de lazer; • Promover nichos ecológicos nos rios essencialmente destinados ao equilíbrio da fauna e flora.
<p><i>Suiculturas e ambiente em Alcobaça</i></p> <p>–</p> <p><i>como compatibilizar?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tratar convenientemente os esgotos das suiculturas, quer por meio de ETARs individuais quer por meio de soluções coletivas. • Articular todos os setores envolvidos no processo de licenciamento das suiculturas. • Ordenar o território, separando espacialmente as suiculturas e as atividades urbanas.
<p><i>Ordenamento e urbanismo ambientalmente sustentáveis</i></p> <p>–</p> <p><i>como atuar?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar novas zonas de lazer e recuperar as existentes. • Reduzir fortemente a dispersão territorial do tecido edificado. • Sensibilizar o poder político e os técnicos autárquicos para a necessidade de ordenamento e uma gestão urbanística mais cuidada.

Tabela 1.1 – Linhas de Ação para os Principais Vetores Estratégicos

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 24)

Como sucesso da A21L refere-se a metodologia de participação que foi bastante apreciada pelos participantes – que se envolveram ativamente – e revelou – ser útil para a identificação das vertentes de ação.

Nas dificuldades encontradas, salientam-se os consecutivos atrasos na afinação da metodologia do Plano Municipal de Ambiente de Alcobaça ao longo do seu percurso, devido ao aumento da participação do público, que foi entrando de forma muito faseada, razão porque demorou mais tempo do que o inicialmente previsto.

Agenda 21 Local de Cascais

Cascais é uma vila portuguesa no Distrito de Lisboa, região de Lisboa e sub-região da Grande Lisboa. É sede de um pequeno município com 97,07 km² de área e 170683 habitantes (INE, 2001), subdividido em 6 freguesias Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e São Domingos de Rana. O município é limitado a norte pelo município de Sintra e a leste por Oeiras e a sul e a oeste tem costa no Oceano Atlântico. A Câmara Municipal de Cascais “*decidiu responder ao desafio lançado pelas Nações Unidas, na Conferência do Rio de Janeiro realizada em 1992, sobre Ambiente e Desenvolvimento. Deste modo subscreveu a Carta de Aalborg e iniciou a elaboração da sua própria Agenda Local 21. Neste desafio, a Câmara Municipal de Cascais conta com o apoio técnico da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Lisboa (UNL) e a participação dos principais agentes com intervenção local reunidos no chamado Grupo de Debate e Acompanhamento*” (CM Cascais, s.d.). O referido grupo foi constituído por 30 elementos, que representavam as seguintes entidades: Capitania do Porto de Cascais, Assembleia Municipal, Instituto da Água, Direção Regional do Ambiente LVT, Parque Natural de Sintra-Cascais, Junta de Turismo da Costa do Estoril, Instituto de Promoção Ambiental, Juntas de Freguesia, AMTRES, SANEST (Saneamento da Costa do Estoril, SA), AIP/AERLIS, Associação de Empresas de Construção e Promoção Imobiliária, Associação Regional de Hoteleiros, Associação “Cascais é Nossa”, Fundação Cascais, Santa Casa da Misericórdia de Cascais, Grupo Ecológico de Cascais, QUERCUS, Liga para a Proteção da Natureza e União Advogados Europeus (Área Ambiente).

A A21L de Cascais, designada por Cascais 21 a partir de 2006, foi elaborada como sendo um “**Plano Diretor de Ambiente**”, com o objetivo de aumentar a sustentabilidade ambiental para o século XXI. As tarefas que, então, se decidiu executar foram as seguintes (idem, ibidem):

- *Identificar o Estado do Ambiente natural no Concelho;*
- *Selecionar os problemas ambientais mais importantes, de resolução mais urgente e para os quais existam meios disponíveis para intervenção;*
- *Definir estratégias integradas e ações de intervenção concreta entre todos os parceiros;*
- *Aumentar a eficácia das intervenções na prevenção dos problemas;*
- *Valorizar os recursos naturais e capitalizar sobre os pontos fortes;*
- *Incentivar a cooperação e a formação de parcerias entre os agentes económicos e sociais visando a resolução de problemas concretos;*
- *Promover a participação dos cidadãos, cada vez mais conscientes e exigentes em relação aos problemas ambientais locais.*

Para a concretização das tarefas propostas da A21L de Cascais, foram definidas etapas e prazos a cumprir (Tabela 1.2). Na primeira etapa, “*O Relato do Estado do Ambiente*” forneceu volumes técnicos sobre os seguintes assunto: • A Qualidade do Ar e Ruído; • A Geologia, Hidrogeologia e Recursos Hídricos; • O Solo; • As Linhas de Água; • A Zona Costeira; • A Estrutura Verde e os Habitats Naturais; • O Abastecimento de Águas e as Águas Residuais; • Resíduos Sólidos; • As

Principais Atividades Económicas e o Ambiente; • O Sistema de Transportes e o Ambiente; • A Estrutura Urbana e o Ambiente (Farinha, 2000: 30).

Etapas	Conteúdos	Prazos (Anos)
1ª	Relato do Estado do Ambiente	1998
2ª	Principais Vetores Estratégicos	1999
3ª	Propostas de Ações Ambientais e Bases para a Contratualização	2000
4ª	Indicadores da Evolução do Estado do Ambiente (Termómetro Ambiental de Cascais)	> 2000

Tabela 1.2 – Etapas e Prazos da Agenda 21 Local de Cascais

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 29)

Na etapa referente aos “Principais Vetores Estratégicos”, foram selecionados como vetores nucleares a serem desenvolvidos na 2ª fase (Tabela 1.3). Convém referir que todos os trabalhos eram precedidos de reuniões entre o Grupo de Debate e Acompanhamento e a equipa técnica de forma a encontrar consensos e soluções eficazes para o sucesso da Agenda. Assim alargou-se, ainda mais, este processo à participação pública, através da distribuição de informação em formato de folheto nas Juntas de Freguesias, às Escolas, através de questionários simples que abordavam os problemas ambientais mais graves de Cascais e necessitados de intervenção célere e a introdução de um local na Internet, incidindo sobre a problemática ambiental do concelho.

Ordenamento Urbano e Ambiente
Zonas Verdes/Vales
Resíduos Sólidos
Transportes e Ambiente
Atividades Económicas e o Ambiente
Informação e Educação Ambiental
Ar e Ruído

Tabela 1.3 – Principais Vetores Estratégicos

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 30)

Todo o “processo” revelou ser dinâmico, permitindo perceber a ligeireza com que se queria implementar as ações de intervenção.

No âmbito da terceira fase do processo, são exemplos dessa destreza, a implementação de programas de monitorização da qualidade do ar e do ruído. Ao mesmo tempo que avança a 3ª fase, a fase seguinte “Indicadores da Evolução do Estado do Ambiente” já se encontra a decorrer. Assim, foram elaborados indicadores de sustentabilidade distribuídos por onze temas principais, perfazendo 41 objetivos a serem concretizados.

Após aferição e validação, pelos intervenientes, dos temas e objetivos estará formado o Termómetro Ambiental de Cascais (Tabela 1.4).

<p>Tema 1: Qualidade do Ar <u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Ar de excelente qualidade em todo o concelho;▫ Reduzir as emissões de gases poluentes que afetem a qualidade do ar e o clima a nível global.
<p>Tema 2: Ruído <u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Ambiente calmo e não ruidoso em todo o concelho;▫ Melhorar a satisfação da população relativamente ao ambiente sonoro na sua envolvente direta;▫ Fortalecer as medidas de prevenção para evitar que no futuro existam conflitos entre as atividades ruidosas e as sensíveis ao ruído.
<p>Tema 3: Zonas Verdes; Vales; Corredores Verdes; Inundações <u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Aumentar a área de espaços verdes disponível por cada habitante e garantir que os espaços verdes são acessíveis / estão próximos da população;▫ Aumentar o grau de arborização do concelho;▫ Requalificar o PNSC como um dos elementos fundamentais da estrutura natural do concelho;▫ Desobstruir ambientalmente os vales do concelho e garantir o seu funcionamento como grandes corredores verdes.
<p>Tema 4: Abastecimento de Água e Esgotos <u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Elevada eficiência na utilização do recurso natural água;▫ Elevado grau de segurança no abastecimento de água a todo o concelho;▫ Esgotos sem impactes negativos no sistema natural
<p>Tema 5: Resíduos Sólidos <u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Reduzir a quantidade de Resíduos Urbanos produzidos no concelho;▫ Aumentar a percentagem de Resíduos Urbanos encaminhados para valorização;▫ Melhorar o comportamento ambiental do cidadão no setor dos resíduos evitando a deposição de entulhos e outros resíduos em lugares não adequados;▫ Aplicar na prática o princípio do poluidor-pagador no setor dos resíduos urbanos;▫ Eliminar os depósitos de sucata não licenciados;▫ Melhorar a limpeza e higiene no espaço público.
<p>Tema 6: Qualidade das Águas de Praias e Ribeiras <u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Elevados padrões de qualidade da água das praias para fins balneares;▫ Ribeiras de águas sem poluição.
<p>Tema 7: Orla Costeira <u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">▫ Todas as praias do concelho com elevado nível de qualidade;▫ Forte acessibilidade à Orla Costeira por meios amigos do ambiente;▫ Orla costeira com grande poder de atração, paisagisticamente valorizada e com o seu potencial devidamente aproveitado;▫ Orla Costeira de utilização segura.

<p>Tema 8: Atividades Económicas e o Ambiente</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">▫ Promover no concelho um Turismo ambientalmente responsável;▫ Ordenar a localização das atividades industriais;▫ Reduzir os impactes das emissões das atividades industriais;▫ A Câmara Municipal de Cascais como exemplo de bom comportamento ambiental de uma entidade prestadora de serviços;▫ Promover um concelho ambientalmente responsável.
<p>Tema 9: Transportes e Ambiente</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">▫ Aumentar a segurança rodoviária e reduzir o número de mortes em acidentes;▫ Reduzir o consumo de combustíveis não renováveis;▫ Fomentar a utilização da bicicleta e o deslocamento a pé, em segurança;▫ Apoiar uma repartição modal mais favorável aos transportes coletivos;▫ Promover o ordenamento espacial das atividades de modo a fomentar a utilização dos transportes públicos de grande capacidade.
<p>Tema 10: Estrutura Urbana e o Ambiente</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">▫ Elevada qualidade do parque habitacional e serviços;▫ Pressão imobiliária controlada e a ritmos de realização que possibilitem a gestão cuidada do território e a elevada qualidade urbana;▫ Sistema urbano eficiente, compacto e de reduzido impacte no sistema natural recetor. O funcionamento em rede do sistema e os fluxos gerados também provocam impacte reduzido sobre a sustentabilidade ambiental.
<p>Tema 11: Informação e Educação Ambiental</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none">▫ Divulgar informação sobre o estado do ambiente do concelho;▫ Melhorar o comportamento ambiental e cívico da população em geral e prestar especial atenção à formação ambiental da população escolar;▫ Apoiar projetos de demonstração de boas práticas ambientais.

Tabela 1.4 – Termómetro Ambiental de Cascais

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 30-32)

O principal sucesso atribuído a aplicação da A21L resulta da sua dinâmica, enquanto processo, permitindo perceber a ligeireza com que se queria implementar as ações de intervenção.

No presente, a A21L de Cascais lançou, em junho de 2009, a comunidade virtual – “LINKAR”, com o objetivo de envolver os Municípios de Cascais no desenvolvimento e concretização de projetos no Concelho e na promoção da coesão social.

Plano Municipal de Ambiente do Montijo

O Montijo é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Setúbal, região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal. É sede de um município com 347,35 km² de área e 39 168 habitantes (INE, 2001), subdividido em 8 freguesias: Afonsoeiro, Alto Estanqueiro - Jardim, Atalaia, Canha, Montijo, Pegões, Santo Isidro de Pegões e Sarilhos Grandes. A porção principal, onde se situa a cidade, é a mais pequena e é limitada a norte e a leste pelo município de Alcochete, a sueste por Palmela, a sudoeste pela Moita e a noroeste liga-se aos municípios de Lisboa e de Loures através do estuário do Tejo. A porção secundária, cerca de 20 km a leste, é limitada a nordeste por Coruche, a leste por Montemor-o-Novo, a sueste por Vendas Novas, a sudoeste por Palmela e a noroeste por Benavente. O caso do Plano Municipal de Ambiente do Montijo teve a peculiaridade de se ter “desviado” da habitual metodologia em que se desenvolvem a maioria das Agendas. A 1ª fase iniciou-se com um questionário, distribuído às oito freguesias do concelho, com o propósito de auscultar os cidadãos locais em relação aos principais problemas ambientais existentes no meio local. Fruto do tratamento desses inquéritos organizou-se, em março de 1999, um workshop intitulado “*Os Desafios Ambientais do Montijo*”, cujo título foi tema de discussão. Participaram empresários, técnicos e representantes da administração local e central, convidados e todos os cidadãos interessados em fazer ouvir a sua opinião. Após a discussão do tema, foi selecionado um conjunto de desafios ambientais do concelho, considerados prioritários na sua intervenção, a saber: • Recuperar e valorizar a zona ribeirinha. • Efetuar o tratamento de efluentes e prevenir a poluição hídrica. • Ordenar o espaço rural. • Reduzir a poluição dos recursos naturais pelas atividades industriais. • Aumentar a educação ambiental e a participação pública. • Melhorar o ambiente urbano. Durante o desenvolvimento do Relatório do Estado do Ambiente, foram adicionados outros temas pertinentes que iam surgindo e que foram considerados importantes quer pela autarquia quer pelo grupo técnico do Plano, constituindo-se no final cerca de 11 objetos de trabalho que constituíam o referido Relatório, salientando-se: - Introdução, conceitos e contexto internacional e nacional; - Metodologia do Plano Municipal do Ambiente; Conteúdo sumário do relatório do estado do ambiente; Participação pública e educação ambiental; Zona Ribeirinha; Tratamento de efluentes / poluição hídrica; Ordenamento do espaço rural; Ambiente urbano; As atividades económicas e o ambiente; Os resíduos sólidos; Defesa e Valorização dos valores culturais. De todos estes, com o desenrolar do PMA, a requalificação da Zona Ribeirinha da cidade do Montijo e a melhoria do Ambiente Urbano, constituíram-se os vetores estratégicos prioritários de intervenção. Relativamente à requalificação da Zona Ribeirinha, desenvolveu-se um Plano definindo-se, neste, as linhas principais para a requalificação ambiental e urbanística da referida zona. No caso da vertente do Ambiente Urbano, no decorrer do Plano Municipal do Ambiente, inseriram-se 22 indicadores da qualidade urbana a dez zonas homogéneas da cidade. Integrado neste vetor, foi proposto que se criassem corredores verdes que acompanhassem as linhas de água e do estuário do Tejo e que se implementasse um sistema de transportes “*amigos do ambiente*”, contando com ciclo vias e percursos pedonais.

Plano Municipal de Ambiente de Oeiras

Oeiras é uma vila situada na freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, Distrito de Lisboa, em Portugal. É sede de um pequeno município com 45,84 km² de área e 162.128 habitantes (INE, 2001), subdividido em 10 freguesias: Algés; Barcarena Carnaxide; Caxias; Cruz Quebrada - Dafundo; Linda-a-Velha; Oeiras e São Julião da Barra; Paço de Arcos; Porto Salvo e Queijas. O município é limitado a norte pelos municípios de Sintra e Amadora, a leste por Lisboa, a oeste por Cascais e a sul tem costa na zona da foz do rio Tejo, onde o estuário termina e começa o oceano Atlântico, situando-se frente a Almada.

O objetivo do Plano Oeiras XXI ou Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável foi o de procurar *“construir um quadro bem articulado e coerente de vetores estratégicos e de propostas de ações de intervenção específicas para responder aos principais desafios e aspirações de melhoria da qualidade de vida da população, presente e futura, dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental”* (CM Oeiras, 2001: 9).

Neste município, localizado na periferia da Área Metropolitana de Lisboa, emergiu a urgência de estabelecer uma nova articulação entre os diferentes aglomerados urbanos do Concelho que se foram fixando, nos últimos anos, e definindo usos e funções de espaços não classificados como urbanos ou urbanizáveis.

Para tal, o município procurou munir-se de um quadro de apoio à decisão e de um conjunto de orientações mais operacionais que permitissem criar estratégias de sustentabilidade capazes de intervir, a curto e médio prazo, em situações de pendor mais proeminente. Essas estratégias de sustentabilidade fizeram do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável, um plano bastante amplo e ambicioso, visto que englobava as vertentes sócio-culturais, económicas e ambientais da estrutura urbana. Para que as vertentes da sustentabilidade fossem delineadas foi *“necessário perceber profundamente a realidade, ter uma visão de futuro, construir parcerias, aproveitar oportunidades, decidir e atuar segundo princípios e objetivos específicos”* (idem, ibidem).

As parcerias contaram com afincada participação de técnicos especializados da organização CIVITAS, com Diretores de Departamento, com especialistas em áreas sociais e económicas, técnicos da própria autarquia que no seu conjunto, constituíam um Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano.

Acresce, ainda, a participação de um Grupo de Acompanhamento, que no início, colaborou no balizar dos trabalhos, fornecendo sugestões e recomendações que enriqueceram a visão de futuro que se pretendia para o concelho. Neste sentido, o Plano Oeiras XXI pretendeu impulsionar de uma forma mais integrada, as seguintes vertentes: *“A utilização racional dos recursos naturais e a*

requalificação do sistema natural, retirando partido dos seus serviços e benefícios e respeitando a sua capacidade de carga ambiental; O bem-estar social, a equidade e a integração multicultural, apoiando os mais desprotegidos, promovendo a melhoria das condições de vida e de trabalho e fomentando a arte e a criatividade; O fortalecimento do tecido empresarial, das atividades de inovação e desenvolvimento e do bem-estar económico em geral; O aumento da boa governabilidade local e da capacidade de participação ativa e informada da população na vida da comunidade; O ordenamento espacial do concelho, estruturando o sistema urbano segundo critérios de sustentabilidade e implantando as infraestruturas e equipamentos necessários ao seu bom funcionamento” (idem, ibidem).

A metodologia utilizada para a elaboração do Plano, em Oeiras, assentou em três grandes etapas, o Diagnóstico Seletivo, o Quadro Estratégico de Referência e as Propostas de Ações de Intervenção, como se pode observar no esquema (Figura 1.1).

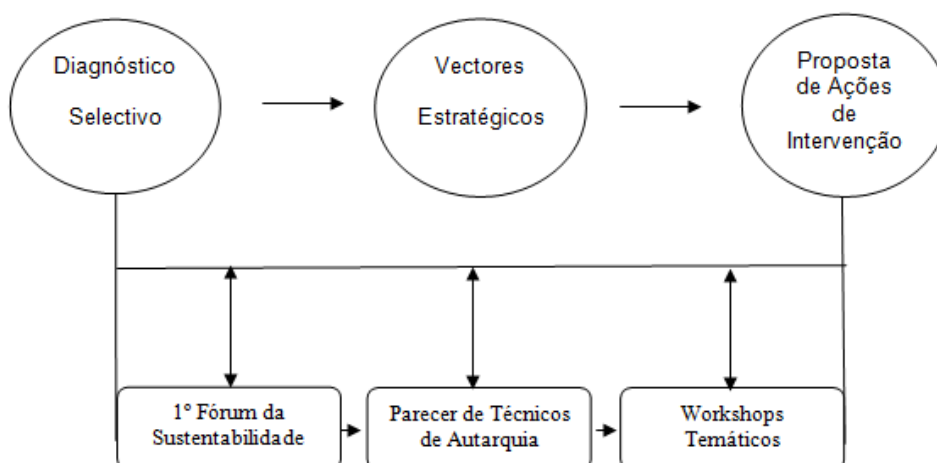


Figura 1.1 - Esquema resumido do processo metodológico adotado no plano estratégico

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 21)

No “Fórum da Sustentabilidade”, que contou com a presença de mais de 200 intervenientes representantes de vários grupos de atores locais, foram divulgados os resultados do Diagnóstico da Situação. Neste momento, foi aberta a todos a possibilidade de intervir ativamente com sugestões e propostas tendo em vista o desenvolvimento do futuro do Concelho, em termos de sustentabilidade. Posteriormente, procedeu-se às fases seguintes planificadas do Plano, definindo-se “Vectores Estratégicos” e Propostas de Ações de Intervenção”.

Foram então delineadas Propostas de Ações de Intervenção incidindo sobre cinco grandes vetores estratégicos do Plano (Tabela 1.5), que foram tematicamente trabalhados por 5 workshops que contaram, cada um, “com cerca de 40 membros da comunidade local, técnicos da autarquia em posição de chefia, decisores políticos, cidadãos comuns residentes no concelho, representantes de ONG`s e líderes de opinião em cada tema” (idem, 11). Do resultado desses workshops destacam-se algumas linhas de ação, para cada vetor estratégico (Tabela 1.6). A dificuldade maior da aplicação da A21L foi, reconhecidamente, a fraca participação da

comunidade oeirense e integração com as orientações de outros setores de gestão autárquica. O sucesso principal da implementação desta Agenda resulta no equilíbrio de concretização entre os três vetores chave da Agenda XXI: ambiente economia e sociedade.

Workshop 1	<i>Oeiras XXI – Uma Câmara Perto dos Cidadãos e Amiga da Sustentabilidade;</i>
Workshop 2	<i>Oeiras XXI – Uma Comunidade Participativa e Solidária;</i>
Workshop 3	<i>Oeiras XXI – Um Espaço como Cidade Sustentável;</i>
Workshop 4	<i>Oeiras XXI – Um Espaço de Inovação e Desenvolvimento;</i>
Workshop 5	<i>Oeiras XXI – Uma Cidade Verde Ambientalmente Sustentável.</i>

Tabela 1.5 – Volumes na Etapa da Proposta de Ações de Intervenção

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 22)

<i>Uma Câmara Perto dos Cidadãos e Amiga da Sustentabilidade</i>	
Vetor 1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior Coordenação/Descentralização e Democracia participativa; ▪ Maior participação dos munícipes no ordenamento do território, recorrendo-se a novas tecnologias; ▪ Projeto “Com um Cliente Informado Oeiras Vale mais a Pena” que tem como objetivo abrir uma série de canais de informação e comunicação que possibilitem maior fluidez na interface entre CMO e os munícipes.
<i>Uma Comunidade Participativa e Solidária</i>	
Vetor 2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamizar os núcleos antigos para a sua regeneração ambiental, social, económica e urbana; ▪ Prevenir o risco e os acidentes; apostar na segurança e na prevenção; ▪ Projeto “Ser Feliz em Parceria”, para criar parcerias entre empresas, escolas, associações empresariais e CMO com o objetivo de promover a formação profissional e aproveitar os recursos humanos;
<i>Um Espaço como Cidade Sustentável</i>	
Vetor 3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Completar a rede de espaços verdes de estadia e recreios locais; ▪ Introduzir transportes públicos estruturantes; ▪ Criar amplos parques de estacionamento nos interfaces de transportes;
<i>Um Espaço de Inovação e Desenvolvimento</i>	
Vetor 4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte intervenção na melhoria das acessibilidades e nas infraestruturas e equipamentos de apoio às atividades produtivas; ▪ Oeiras “Cidade Digital”. Ampla aplicação de novas tecnologias de informação em Oeiras; ▪ Criar e desenvolver em Oeiras uma Associação Empresarial para a Inovação e Formação;
<i>Uma Cidade Verde Ambientalmente Sustentável;</i>	
Vetor 5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despoluir, recuperar e valorizar as margens das ribeiras como espaços de lazer, encontro com a natureza e divulgação ambiental. ▪ Recuperar a qualidade ambiental da orla costeira e transformá-la num espaço de lazer seguro, diversificado e de grande qualidade, mas com utilização abaixo dos níveis da capacidade de carga ambiental. ▪ Aumentar a massa verde do concelho, nomeadamente através de plano de arborização do concelho; ▪ Promover a educação ambiental e apoiar estilos e vida ambientalmente mais sustentáveis;

Tabela 1.6 – Linhas de Ação para os cinco principais Vetores Estratégicos

Fonte: (idem, 22-23)

Plano Municipal de Ambiente de Santiago do Cacém

Santiago do Cacém é uma cidade portuguesa no Distrito de Setúbal, região do Alentejo e sub-região do Alentejo Litoral. É sede de um dos maiores municípios de Portugal, com 1 058,62 km² de área e 31 105 habitantes (INE, 2001), subdividido em 11 freguesias, Abela, Alvalade, Cercal do Alentejo, Ermidas-Sado, Santa Cruz, Santiago do Cacém, Santo André, São Bartolomeu da Serra, São Domingos, São Francisco da Serra e Vale de Água. Esta Autarquia é limitada a norte pelo município de Grândola, a nordeste por Ferreira do Alentejo, a leste por Aljustrel, a sul por Ourique e Odemira e a oeste por Sines e tem litoral no oceano Atlântico”.

Este município deu início ao Plano Municipal de Ambiente no ano de 1997. Este Plano contou com um elevado número de participantes, principalmente, de entidades locais. Assim, o *Grupo de Debate e Acompanhamento* para além dos representantes da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e do grupo CIVITAS/DCEA foi composto por: Instituto de Conservação da Natureza (ICN); Instituto da Água (INAG); Direção Regional de Agricultura; Juntas de Freguesias; Associação Empresarial da Região de Setúbal (AERSET); Associações de Suinicultores de Santiago, Sines e Grândola (SAGRAN); Associação de Agricultores do Litoral Alentejano; Associação de Comerciantes de Santiago do Cacém; QUERCUS; Associação do Litoral Alentejano; Associação para o Desenvolvimento de Santiago-Sines (ADSS); Associação Cultural de Santiago do Cacém; Bombeiros Voluntários de Santo André; Escola Secundária de Santo André; Escola Secundária de Santiago do Cacém; Escola EB 2/3 do Cercal; Escola EB 2/3 de Alvalade; Escola EB 2/3 Santiago do Cacém; Escola EB 2/3 de Santo André.

Todo este interesse demonstrado, a nível local, resultou num relatório sobre o estado do Ambiente de Santiago do Cacém que incorporava onze temas de análise, a mencionar: • Qualidade do Ar; • Águas Residuais; • Abastecimento de água; • Linhas de água; • Zona Costeira; • Estrutura Verde e Habitats Naturais; • Energia; • Principais atividades económicas e o ambiente; • Sistema de transportes e o ambiente; • Solo; • Resíduos Sólidos.

Destes temas, foram separados os problemas prioritários carenciados de uma ação rápida de intervenção. Neste contexto, foram escolhidos quatro “*Vetores Estratégicos para a Ação*” no Concelho (Tabela 1.7).

Vetores Estratégicos de Ação	
1	Suiculturas
2	Lagoa de Santo André
3	Educação Ambiental
4	Resíduos Sólidos

Tabela 1.7 – *Vetores Estratégicos para a Ação em Santiago do Cacém*

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 28)

Numa fase posterior, foram preparados vários workshops com o objetivo de estimular a participação de todos os atores locais e promover o máximo de parcerias, num esforço de eliminar os problemas diagnosticados no PMA.

As maiores dificuldades apuradas no decurso deste processo foram: a necessidade de consecutivos ajustamentos na metodologia, ao longo do processo, no sentido de incluir maior participação dos atores diretamente envolvidos, tanto nos problemas como nas respetivas soluções. Por outro lado, um início de processo marcado por uma fraca participação pública.

Plano Municipal de Ambiente de Sesimbra

Sesimbra é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Setúbal, região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal. É sede de um município com 194,98 km² de área e 37 567 habitantes (INE, 2001), subdividido em 3 freguesias: Castelo, Quinta do Conde e Santiago. A Autarquia é limitada a norte pelos municípios de Almada e do Seixal, a nordeste pelo Barreiro, a leste por Setúbal e a sul e a oeste tem litoral no oceano Atlântico. O Plano Municipal de Sesimbra, apoia-se em 4 grandes fases de trabalho: *Diagnóstico Seletivo do Estado do Ambiente; Vetores de Intervenção Estratégica; Programa de Ação com Fichas de Intervenção e Indicadores de Sustentabilidade Ambiental*. Este Plano, com início no ano de 2000, contou sempre com uma forte participação dos atores locais que colaboraram nos trabalhos, tanto no levantamento da situação ambiental, como na seleção do sistemas prioritários a tratar como, ainda, na terceira fase do PMA, referente ao *Programa de Ação com Fichas de Intervenção*. Após a realização do primeiro workshop, ficou claro que as linhas mestras de intervenção ambiental no concelho se prendiam com a *requalificação do ambiente urbano; o incremento da educação ambiental e a concretização de ações para a defesa do ambiente*. Para tal, os principais desafios repartem-se pelas seguintes áreas: Água e Saneamento ; Planeamento / Desordenamento do Território; Recursos Geológicos / Pedreiras; Educação Ambiental; Recursos Florestais /Gestão e defesa da Floresta; Parque Marítimo; Trânsito e Estacionamento

Para dar andamento ao processo de PMA, organizaram-se workshops, tendo como metodologia base adotada, a entrega a cada participante de um documento com o resumo dos problemas existentes e possíveis soluções encontradas. Com este apoio, pretendeu-se workshops mais esclarecedores e eficazes no seu método de trabalho.

O PMA de Sesimbra ficava, finalmente, com os objetivos de intervenção definidos (Tabela 1.8), sendo necessário concretizar, na prática, cada um deles.

Identificar o estado do ambiente natural do concelho e detetar tendências de evolução.
Selecionar e concentrar as atenções nos problemas ambientais de resolução mais urgente.
Definir estratégias integradas e ações de intervenção concretas para evitar que possa haver questões sobrepostas, esquecidas ou a mera transferência de agressões de um meio recetor para outro.
Aumentar a eficácia das intervenções na prevenção e na resolução de problemas ambientais como na valorização dos recursos naturais.
Incentivar a cooperação e a formação de parcerias entre os diferentes atores locais para a resolução de problemas concretos e de interesse mútuo.
Promover a participação dos cidadãos, cada vez mais conscientes dos problemas ambientais e responder às suas aspirações.

Tabela 1.8 – Objetivos do Plano Municipal de Sesimbra

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 38)

Já em 2003, foi elaborado pela Câmara Municipal de Sesimbra, um Plano Estratégico Ambiental com vista à defesa da Mata de Sesimbra *“apontando as soluções e garantindo os meios financeiros para a transformar numa mata saudável, rentável e que cumpra de forma renovada e sustentada a sua função de “pulmão verde” da Área Metropolitana de Lisboa”* (CM Sesimbra, s.d.).

Como principais sucessos decorrente deste processo destacam-se a forte participação dos atores locais que colaboraram nos trabalhos, tanto no levantamento da situação ambiental, como na seleção do sistemas prioritários a tratar; as principais dificuldades resumem-se a deficiências inerentes a qualquer processo de Plano Municipal de Ambiente que se traduz na forma redutora de desenvolvimento, ficando amputado o desenvolvimento sustentável e centrado no problema, apenas, ambiental.

Plano Municipal de Ambiente de Setúbal

Setúbal é uma cidade portuguesa, capital do distrito de Setúbal, na região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal. Situa-se na foz do rio Sado. É sede de um município com 170,57 km² de área e 113 934 habitantes (INE, 2001), subdividido em 8 freguesias: Gâmbia - Pontes - Alto da Guerra; Nossa Senhora da Anunciada (Setúbal); Sado; Santa Maria da Graça (Setúbal); São Julião (Setúbal); São Lourenço; São Sebastião (Setúbal) e São Simão. A Autarquia é limitada a norte e leste pelo município de Palmela, a norte e oeste por Barreiro, a oeste por Sesimbra e a sul o estuário do Sado liga-o aos municípios de Alcácer do Sal e Grândola e tem litoral no Oceano Atlântico.

O Plano Municipal de Ambiente teve a duração de 1 ano, tendo-se iniciado em 1997 e terminado em 1998. No entanto, esse ano foi marcadamente positivo com o trabalho a decorrer de forma célere, sem perdas de tempo. Desde logo, se estabeleceu um *Grupo de Debate e Acompanhamento* que se instituiu como um núcleo duro que deu azo a todos os trabalhos consequentes. Este grupo tinha na sua composição um significativo e diverso conjunto de elementos e entidades que engrandeceram todo o processo do PMA. Contava com o Vereador do Pelouro do Ambiente, um técnico superior da autarquia, um elemento da AQUA, dois técnicos dos CIVITAS e várias entidades, como: Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra; Comissão de Ambiente de Assembleia Municipal de Setúbal; Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais; Instituto Politécnico de Setúbal; Junta de Freguesia do Sado; Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado; Região do Turismo da Costa Azul; Companhia Portuguesa Produtora de Eletricidade SA/Central Termo-Elétrica de Setúbal; Instalações Radioelétricas Lda – IR Ambiente; Papeis INAPA SA, Portucel Industrial; PROCESL; SECIL; TRUTSET Lda/KOCK de Portugal Lda; Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e QUERCUS.

Estes vértices da pirâmide que se desenvolveram no progresso dos trabalhos, num vértice a Câmara Municipal de Setúbal, noutra a equipa mais técnica do plano, culminando no grupo composto pelas numerosas entidades conhecedoras da realidade do concelho, compuseram um trio que permitiu um avanço rápido dos trabalhos. O recurso a entrevistas individuais aos cidadãos locais foi outra iniciativa que em muito contribuiu para o sucesso das fases seguintes do processo. Deste trabalho haveria de sair um relatório extenso, constituído por 17 volumes, onde foram investigados vários temas, salientando-se doze que foram os mais exaustivamente estudados: Qualidade do Ar e Ruído; Águas e Esgotos; Energia; Principais Atividades Económicas e o Ambiente; Solo; Geologia; Hidrologia e Recursos hídricos; Estrutura Verde e Habitats Naturais; Linhas de Água; Zona Costeira; Resíduos Sólidos; A Cidade de Setúbal e o Ambiente.

A fase seguinte, relacionada com os *Vetores de Intervenção Estratégica*, levou a que fossem referenciados quais os problemas mais graves verificados no concelho e seleciona-los de forma a

fomentar soluções rápidas de intervenção. De acordo com este critério foram definidos seis vetores principais (Tabela 1.9).

- *Recursos Hídricos e segurança de abastecimento de água*
- *Águas Residuais e despoluição*
- *Resíduos Sólidos*
- *Ordenamento do Território e gestão urbana sustentáveis*
- *Redução dos Riscos Ambientais*
- *Participação e Educação Ambiental da população*

Tabela 1.9 – Seis principais vetores estratégicos de Ação no Município de Setúbal

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 26)

Posteriormente, foram apresentados projetos específicos (cerca de 100) distribuídos por 31 Ações Ambientais, que se propunham resolver os problemas adjacentes aos vetores supracitados. O processo de PMA, culminou na fase da construção do *Painel de Indicadores de Sustentabilidade Ambiental (Termómetro Ambiental)*. No *Painel* constam indicadores que além de estarem diretamente associados aos seis vetores capitais, também, consideram outros vetores fixados no PMA, tanto de índole social, económica como cultural. Assim, o *Termómetro Ambiental de Setúbal* é constituído por 21 indicadores que passo, de seguida, a mencionar (Tabela 1.10).

A Câmara Municipal de Setúbal, tendo em vista um desenvolvimento sustentável e o garantir da participação ativa dos seus cidadãos, dispõe de uma *linha do ambiente* onde os “*munícipes podem apresentar problemas detetados na área da higiene e limpeza, assim como requerer a recolha de objetos volumosos, depositados ao lado dos contentores*” (CM Setúbal, s.d.).

Neste processo, destaca-se como fator de sucesso que o mesmo tenha sido utilizado como referência para o capítulo dedicado ao Ambiente e Saneamento, parte integrante do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) realizado no âmbito da revisão do PDM de Setúbal. Nos aspetos menos positivos realçam-se o fraco envolvimento transversal de todos os agentes e decisores do município que dificultou a aplicabilidade das diretrizes estratégicas de um plano do tipo do PMA e o reduzido apoio financeiro e débil comprometimento e participação das forças vivas da região.

Nº	Indicadores de Sustentabilidade Ambiental
1	Quantidade de água retirada anualmente do subsolo pelas 4 unidades industriais mais consumidoras e pelo consumo doméstico da rede pública
2	Percentagem de análises à água de consumo doméstico que não respeita os limites legais
3	Percentagem de população do concelho servida por ETAR's com nível de tratamento biológico
4	Evolução do número de Golfinhos observados no Estuário do Sado
5	Quantidade de resíduos sólidos não valorizados
6	Qualidade do tratamento e do destino final dos resíduos industriais, aplicando o método de Delfos junto dos principais atividades económicas para quantificar o valor
7	Consumo de solo para fins urbanos.
8	Extensão das pistas de bicicletas, ruas pedonais, ruas multifuncionais e espaços com esplanadas existentes no concelho
9	Número de mortes e feridos graves por ano em acidentes rodoviários e de trabalho
10	Número de pessoas residentes em habitações abarracadas, temporárias ou sem WC no interior
11	Percentagem de escolas no concelho galardoadas com a Bandeira Verde do Projeto da eu
12	Evolução da afluência média mensal a Lojas do Ambiente
13	Percentagem de praias do concelho com bandeira Azul
14	Percentagem da área da zona ribeirinha que está degradada
15	Evolução do número de edifícios do centro histórico em estado de degradação
16	Montante financeiro investido na recuperação e manutenção de áreas naturais (PNA/RNES)
17	Percentagem de projetos contidos no PMA que foram implementados ou estão em implementação
18	Número de empregos gerados e perdidos no concelho desde um determinado ano de referência
19	Indicador referente à evolução do tráfego e consumo de droga no concelho
20	Número estimado dos "sem-abrigo" no concelho relativamente a um ano de referência
21	Percentagem de crianças que abandonam o ensino básico sem o completar

Tabela 1.10 – Termómetro Ambiental de Setúbal

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 26-27)

Plano Municipal de Ambiente de Torres Vedras

Torres Vedras é uma cidade portuguesa no Distrito de Lisboa, região Centro e sub-região do Oeste. É sede do maior município do Distrito de Lisboa com 405,89 km² de área e 72 250 habitantes (INE, 2001), subdividido em 20 freguesias: A-dos-Cunhados; Campelos; Carmões; Carvoeira; Dois Portos; Freiria; Maceira; Matacães; Maxial; Monte Redondo; Outeiro da Cabeça; Ponte do Rol; Ramalhal; Runa; Santa Maria do Castelo e São Miguel (Torres Vedras); São Pedro da Cadeira; São Pedro e Santiago (Torres Vedras); Silveira; Turcifal e Ventosa. Esta Autarquia é limitada a norte pelo município da Lourinhã, a nordeste pelo Cadaval, a leste por Alenquer, a sul por Sobral de Monte Agraço e Mafra e a oeste tem litoral no oceano Atlântico.

O Plano Municipal de Torres Vedras ou Torres Vedras XXI – Rumo ao Desenvolvimento Sustentável, teve início em 1999. Este processo deu mais ênfase à participação pública e às propostas de ação do que, propriamente, ao diagnóstico ambiental. Numa primeira fase, foi lançado um conjunto de inquéritos aos cidadãos para que estes apontassem os três principais problemas e potencialidades do concelho. Na fase seguinte, foi realizado um Workshop Global designado “Torres Vedras XXI – Os Principais Desafios Ambientais”.

Este workshop constituiu uma excecional ferramenta de trabalho pois permitiu identificar muitos problemas com que se confronta este concelho. Do seu resultado final, foram determinados como principais problemas a tratar os seguintes: - Os resíduos sólidos, com realce para o problema dos entulhos e sucatas; - A Compatibilização Ambiental das Agropecuárias e Estufas; - As Linhas de Água Despoluídas e Saudáveis; - O Alargamento da Educação Ambiental; - O Ordenamento do Território.

Estes problemas detetados serviram, posteriormente, de tema para 5 workshops (CM Torres Vedras, 2001: 10) que foram realizados nas seguintes datas (Tabela 1.11).

<i>Temas dos workshops</i>	Data
Resíduos Sólidos (Entulhos / Sucatas / Outros) - Como Intervir ?	26-02- 2000
Agropecuária e Ambiente - Como Compatibilizar ?	11-03- 2000
Linhas de Água Despoluídas e Saudáveis - Como Conseguir ?	08-04- 2000
Educação Ambiental - Como Alargar ?	06-06-2000
Ordenamento do Território Ambientalmente Sustentável - Como Atuar ?	03-07-2000

Tabela 1.11 – Workshops realizados no âmbito do PMA em Torres Vedras

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 34)

Nos workshops, que contaram com uma elevada participação dos cidadãos, foi desenvolvido uma metodologia de trabalho uniforme que serviu de metodologia geral aplicada. De seguida, será analisado um caso (1º workshop) que servirá de exemplo à forma como os trabalhos foram

desenvolvidos. Assim, neste caso, foram definidos cinco “Vetores para Ação” e respetivas propostas (idem, 21), como consta na Tabela 1.12.

Vetores para a Ação	Setores de Atividade		
	Sucatas	Entulhos	Outros Resíduos
A) Análise e apoio geral à atividade do setor	Inventário e análise ambiental de cada depósito de sucata no concelho. Criar Gabinete de apoio e acompanhamento geral da atividade.	Criar Gabinete de apoio aos produtos de entulhos e de intervenção no setor. Incentivo à criação de empresas locais para a demolição seletiva de construções e encaminhamento de entulhos.	Criar Gabinete de apoio ao produtor de outros resíduos para procurar soluções adequadas e para a formação de parcerias entre produtores.
B) Sensibilização, motivação e formação ambiental dos operadores	Campanha de informação e sensibilização. Ações de formação profissional. Guia prático de incentivo à reciclagem.	Campanha de informação e sensibilização. Projeto piloto de demolição seletiva e aplicação de materiais. Elaboração de um manual de redução, aproveitamento/reciclagem de resíduos na construção.	Campanhas de informação e sensibilização para melhores práticas em relação a um vasto conjunto de resíduos.
C) Infraestruturas e Equipamentos	Criação de Parque Municipal de Sucata	Criação de parques de recolha e triagem de entulhos (ecocentros). Recolha de entulhos aos pequenos produtores por contentores ou sacos. Deposição final de parte de entulhos em aterros e pedreiras com projeto de recuperação paisagística.	Criação de vários ecocentros no concelho. Estratégia de encaminhamento de resíduos para valorização.
D) Ordenamento espacial e recuperação ambiental	Encerramento e realocação dos depósitos de sucata ilegais e inviáveis. Recuperação ambiental dos locais deixados livres pela realocação.	Limpeza e recuperação ambiental dos atuais locais de deposição ilegal de entulhos.	Grande ação de limpeza do concelho
E) Fiscalização	Fiscalização e regulamentação eficientes para prevenir novos depósitos. Criar linha telefónica de alerta.	Alteração do regulamento municipal de obras particulares e fiscalização eficiente para prevenir despejos ilegais. Criar linha telefónica de alerta.	Fiscalização eficiente para prevenir novos focos de poluição. Criar linha telefónica de alerta.

Tabela 1.12 – Quadro de Intervenção Estratégica (28 propostas de ação)

Fonte: Adaptado de Farinha, (2000: 35-36)

Para cada Proposta de Ação é criada uma Ficha que integra os objetivos, estratégias, instrumentos e meios a utilizar para a concretização da respetiva proposta de ação. Neste caso,

para as 28 *Propostas de Ação* existiriam 28 *Fichas de Ação*. A última fase do PMA contará com o designado *Termómetro Ambiental de Torres Vedras*.

Depois da conclusão do PMA, seguiu-se a fase de implementação. Em 2005, o PMA foi alvo de uma avaliação e balanço da sua implementação. Nesta fase, pretendeu-se principalmente: *“Dinamizar o processo participativo da sociedade civil e dos vários atores institucionais na implementação do plano; Proceder a uma avaliação e a um balanço da implementação do PMA; Aumentar a colaboração com a CMTV na estratégia de implementação de projetos e ações específicas; Estabelecer um conjunto de indicadores sobre o Ambiente e Qualidade de Vida no concelho, para monitorização futura da evolução da situação ao longo do tempo”* (CM Torres Vedras, s.d.).

Este processo refere como principais sucessos alcançados: a construção e entrada em funcionamento de um Centro de Educação Ambiental, numa zona verde da cidade de Torres Vedras; Incremento das ações de sensibilização ambiental; Construção de ciclovias; Pedonalização de zonas do centro histórico da cidade; Encaminhamento para destino final adequado dos resíduos de construção e demolição (com a entrada em funcionamento de uma unidade privada de gestão deste tipo de resíduos); Encaminhamento para destino final adequado dos resíduos plásticos das estufas, dado o município de Torres Vedras ser o concelho com maior área de agricultura protegida.

Como dificuldades, são mencionadas a falta de apoio financeiro da administração central, tendo o financiamento de todas as ações levadas a cabo sido da autarquia, dentro da sua competência. Dada a demora de implementação de diversas ações, previstas no PMA, verificou-se alguma desmotivação por parte de elementos do Grupo de Debate e Acompanhamento.

2. ANEXOS II

-

A21 Locais coletivas em curso em Portugal

Agendas 21 Local de Municípios da Cova da Beira

Os municípios de Guarda, Manteigas, Pinhel, pertencentes ao Distrito da Guarda, região Centro e subregião da Beira Interior Norte e Penamacor, pertencente ao Distrito de Castelo Branco, subregião da Beira Interior Sul, têm em comum o facto de fazerem parte da Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB) com A21L associadas.

A AMCB é uma *“instituição sem fins lucrativos que têm experiência, meios humanos e técnicos capazes de gerir os projetos e programas de grande complexidade e dificuldade, com se tem vindo a verificar ao longo dos anos, como por exemplo ao Programa SAVE (Constituição da Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - ENERAREA), INTERREG III A (Plano Transfronteiriço de Otimização de Energia Elétrica), POEFDS, Programa FORAL entre outros, bem como na elaboração e preparação de candidaturas às iniciativas comunitárias EQUAL e INTERREG III C, INTERREG IIIB, entre outros, contribuindo para o desenvolvimento sustentado da região, das autarquias, municípios associados e conseqüentemente da população”* (AMCB, s.d.).

Assim sendo, a AMCB tendo como objetivos promover a preservação do ambiente conjugado com o desenvolvimento sustentável e integrado e entreaajuda entre todos os municípios, potencializou o desenvolvimento dos seus municípios associados, através da execução de vários projetos, entre os quais se destaca a realização das Agenda 21 Local.

No final de 2006, deu-se início a execução das Agenda 21 Local nos municípios de Pinhel, Guarda, Manteigas, Penamacor e Meda em que, numa primeira fase das Agendas 21 Local, rondará os cerca de € 750.000,00 de despesa.

Os estudos procuram apresentar um retrato de cada concelho, apontando as potencialidades e as fragilidades que condicionam o seu futuro. Estes estudos, encomendados pela Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB). Apresentam uma análise profunda de cada concelho, que para além do diagnóstico de cada situação, vale sobretudo como instrumento de gestão para os municípios, dando perspetivas programáticas para o futuro. Uma das mais valias deste esforço conjunto reflete-se na elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento que definem o que deve ser feito a nível estrutural trazendo a vantagem de não incidir apenas no plano individual do Município mas também nas restantes forças vivas da região.

Penamacor foi o primeiro município a apresentar os seus resultados para se seguir à apresentação das Agendas 21 relativas aos municípios de Pinhel, Guarda, Manteigas e Meda.

A metodologia utilizada é comum, com algumas nuances de acordo com as especificidades de cada município, assentando nos seguintes passos: Elaboração de um Diagnóstico Social, Económico e Ambiental; Análise às potencialidades e fragilidades do Concelho; Definição conjunta

dos eixos prioritários de intervenção de acordo com os principais problemas diagnosticados; Realização de reuniões mais alargadas, com formação de grupos temáticos, sobre os quais recai a “responsabilidade” de discussão e definição conjunta de ações a incluir no PDS; Elaboração de Plano de Ação dividido por eixos de intervenção e por problemas prioritários.

Verifica-se, igualmente, que a ACMB não se limita a concretização de um processo de sustentabilidade e, face a necessidade de responder aos novos desafios da descentralização e da modernização administrativa, procura colaborar com novos projetos capazes de apoiar cada município e de traçar a sustentabilidade do desenvolvimento da Beira Interior. Neste âmbito, são desenvolvidos, simultaneamente com a A21L dos municípios, projetos em diversas áreas, com destaque para a Administração Local - Modernização, Promoção da Educação e Formação Profissional, Ambiente e Ordenamento do Território e Gestão Energética e Energias Renováveis.

DIITAL 21 (Agenda 21 Local de Arraiolos e de Redondo)

O projeto DITAL 21 é desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a AMDE e a Diputación de Badajoz e financiado pelo PIC INTERREG III-A, Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha. O referido projeto institui-se como um importante contributo para a concretização do desígnio da sustentabilidade a nível local, promovendo a elaboração e implementação de 2 Agendas 21 Locais no Distrito de Évora e 4 Agendas 21 Comarcais na Província de Badajoz, enquanto planos de ação para a sustentabilidade. Apesar deste projeto ser comum e transversal aos dois municípios regista-se formas singulares de cada um adotar e desenvolver a sua própria Agenda21L, face às circunstâncias e vicissitudes que caracterizam cada concelho. Deste modo, a análise à A21L incidirá sobre cada concelho.

Partindo para a análise a A21L de Arraiolos verifica-se que os problemas ambientais não se constituem como uma preocupação premente neste concelho: *“As problemáticas ambientais que assolam muitas áreas do território nacional ainda não se constituem como uma ameaça no Concelho, facto que se reflete no reduzido significado das áreas de reserva ecológica ou de biótopos em perigo, ainda que não possa descurar-se a necessidade de um ordenamento integrado que, para além de precaver a manutenção sustentada do montado, poderá também abranger a constituição de áreas de reserva especiais que possibilitem a manutenção de recursos faunísticos e florísticos fortemente portadores de valor acrescentado para o incremento de atividades económicas como o turismo, numa ótica de complementaridade amiga do ambiente”* (CM Arraiolos, 2004: 5). No entanto, apesar, já não se pode dizer o mesmo relativamente aos domínios do povoamento, da demografia e dos rendimentos em que Arraiolos surge numa das situações mais negativas identificada para o conjunto dos concelhos do Continente. *“O concelho de Arraiolos mantém a tendência para a desertificação”(…)*. *“Não tendo conseguido alterar esta situação e atrair novos residentes, a estrutura da população do Concelho é, assim, duplamente envelhecida, já que a progressiva redução do número de crianças e jovens é acompanhada por um acentuado acréscimo de idosos”* (idem, 76). A par desta situação, este concelho profundamente rural verifica uma diminuição dos rendimentos económicos que afeta, na maioria dos casos, a população mais envelhecida.

É neste enquadramento socioeconómico e ambiental que, em 2004, se deu início a uma Agenda 21 Local com a principal finalidade de delinear estratégias de desenvolvimento económico que, simultaneamente, promovam a sustentabilidade, o respeito pelas populações locais, pelo social e pelo meio ambiente, tendo como pano de fundo a participação ativa da população em geral e dos agentes chave do concelho. Assim, a instituição de uma A21L no concelho, pretende que funcione como um modelo de desenvolvimento sustentável a partir da avaliação das potencialidades e

vulnerabilidades do concelho, determinando estratégias e linhas de ação cooperadas ou partilhadas.

A Agenda 21Local contou com um conjunto de parceiros, dos quais se destaca o *Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central, ACE* e o *Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico*; A constituição de um Gabinete Estratégico (*GABE 21*), no qual se encontram representadas entidades das diferentes áreas de desenvolvimento de um concelho e com o apoio técnico da *GEOIDEIA – Estudos de Organização do Território, Ida* que garantiu a assessoria ao projeto. De salientar, ainda, o contributo do projeto *Desenho e Implementação Transfronteiriça da Agenda 21 Local (DITAL 21)* que colabora na elaboração e implementação desta Agenda.

O processo da Agenda foi estruturado em 3 fases: 1ª fase - *Caracterização e Diagnóstico*; 2ª fase: *Quadro estratégico de intervenção e Plano Preliminar de Ação* e na 3ª fase - *Estabilização e elaboração do Plano de Ação da Agenda 21 Local de Arraiolos*. Cada fase é constituída por um conjunto de etapas (Quadro 2.1).

Fases	Definição das etapas
1ª	Caracterização do Sistema Territorial do Concelho de Arraiolos; Levantamento das potencialidades de articulação transfronteiriça; Avaliação e diagnóstico da componente interna e externa; Reflexão e síntese sobre o retrato da situação atual (dimensão prospetiva) 1 - <i>evolução dos pontos fortes e fracos (médio prazo: 5 a 10 anos)</i> ; 2 - <i>evolução das oportunidades e ameaças identificáveis – horizonte de médio prazo</i> ; Definir um conjunto de indicadores – ajustamentos das políticas locais; Verificação, avaliação dos resultados – definição de estratégias de desenvolvimento sustentável; Indicadores de sustentabilidade; Determinação dos indicadores – validação pela população e agentes locais.
2ª	Cruzamento das abordagens retrospectiva e prospetiva; Definir os grandes objetivos gerais, estratégias e ações concretas.
3ª	Versão final do Plano de Ação da Agenda 21 Local de Arraiolos; Documento guia e repositório de todo o processo que o antecedeu; Apresentação de objetivos a atingir, estratégias, ações e programas.

Quadro 2.1 – Fases e etapas do processo da A21L no concelho de Arraiolos

Fonte: Portal da Agenda 21 Local de Arraiolos¹

A 1ª fase, teve início com uma análise que colocou em “*confronto todos os concelhos do Continente e da Região do Alentejo face a um modelo analítico suportado por um conjunto alargado de indicadores que recobrissem os seus vários domínios*” (idem, 10). Este estudo estatístico permite compreender melhor a realidade do Concelho de Arraiolos, numa perspetiva da sua relativização face àquelas que são as realidades do Continente e da Região. No âmbito desta

¹ Portal da Agenda 21 Local de Arraiolos
http://pwp.netcabo.pt/geoideia/arraiolos/intro_1/metodfas_1.htm#fase1

análise fez-se um *levantamento das potencialidades de articulação transfronteiriça* do concelho, como forma de relevar indicadores mais favoráveis face ao seu constrangimento geográfico, através do fomento das inter-relações intermunicipais.

Após a conclusão da caracterização do município e do levantamento das suas potencialidades, procedeu-se à elaboração de matrizes de diagnóstico. As matrizes correspondem a um primeiro exercício de identificação dos pontos fortes/fracos e oportunidades/ameaças que a equipa pensa configurarem, respetivamente, as componentes interna e externa do diagnóstico. Este estudo baseado no método de análise SWOT, iria realçar a potencialidade do município e suas fraquezas, a nível interno, e identificar quais as oportunidades de sucesso e ameaças face à visão exterior do concelho. O tratamento destes dados desenvolveu-se na etapa *Reflexão e síntese sobre o retrato* da situação atual. Posteriormente, foram definidos um conjunto de indicadores que serviriam para melhorar as políticas já edificadas e que, após interpretação dos resultados (provenientes das etapas anteriores), deveriam ser reajustadas de forma a melhorar a sua eficácia no terreno, caso fosse necessário. A etapa seguinte, *Verificação, avaliação dos resultados – definição de estratégias de desenvolvimento sustentável*, consistiu em delinear medidas futuras de atuação que colocassem em prática toda a análise teórica realizada. Foram produzidas linhas de atuação com o objetivo de promover políticas de desenvolvimento sustentável para o concelho.

Na penúltima etapa referente à 1ª fase, foram criados *indicadores de sustentabilidade* constituindo-se como elementos de avaliação da situação atual, cujo objetivo é o de permitir o entendimento atempado de um problema e garantir, à partida, a possibilidade de encontrar estratégias que contrariem o desenvolvimento negativo em determinada área. Desta forma, tornou-se essencial que a escolha dos indicadores fosse feita de forma coerente e baseada num sistema que permite, de forma inter-relacional, o cruzamento de informações diversas que apoiam e fomentam a implantação de estratégias de desenvolvimento durável.

No final da 1ª fase do processo da A21L, realizaram-se reuniões com a afluência da comunidade local no debate e discussão de propostas de desenvolvimento, para o futuro do concelho. Só após a validação, das mesmas, pela população local se dava início à 2ª fase.

A 2ª fase do processo foi marcada por um conjunto de reuniões que foram realizadas com o principal objetivo de se efetuar *uma abordagem retrospectiva e prospetiva do processo*. As reuniões decorreram nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2004 juntando o Gabinete Estratégico (constituído para acompanhar desde o início o processo da A21L) com entidades locais. “*Sendo o Gabinete Estratégico (GE) composto por representantes de 27 entidades, estas foram agrupadas, para efeitos de realização das reuniões acima referidas, em 3 conjuntos: i) entidades de direito público (autarcas); ii) entidades sem fins lucrativos (associações e IPSS); iii) Empresas*”(…) “*As reuniões tiveram uma ordem de trabalhos comum: i) apresentação sumária do documento de síntese do diagnóstico*4; *ii) preenchimento de um formulário tendente a detetar opiniões e expectativas dos agentes sobre o futuro do Concelho (diagnóstico prospetivo)* 5; *iii) conclusões e discussão sobre*

os principais problemas que afetam cada um dos setores envolvidos no GE” (CM Arraiolos, 2005: 25).

Foi solicitado aos participantes, nas reuniões, que de uma listagem de 26 áreas-problemas, selecionassem os 10 mais importantes para o concelho e os 10 mais negativos, tendo em vista o futuro dessas áreas. Do tratamento dos dados, ficavam identificados os pontos fortes e fracos do concelho, existindo a oportunidade de comparar estes resultados com os obtidos na 1ª fase do processo.

Após a consensualização dos resultados, foram definidos os *grandes objetivos gerais, estratégias e ações concretas* que firmarão o corpo do Plano de Ação.

Na última fase, correspondendo à 3ª, será concluído o Plano de Ação da Agenda 21 Local de Arraiolos. A finalizar o processo, será apresentado ao público os *objetivos a atingir, estratégias, ações e programas* e definidos os processo de avaliação contínua do mesmo, correspondente a última etapa do processo.

Os principais sucessos atingidos, até agora, são o facto de se ter obtido um documento estratégico para o concelho (que permite o desenvolvimento integrado no concelho), documento este, consensualizado entre os diferentes agentes socioeconómicos. As principais dificuldades resultaram da complexidade que envolve a elaboração do diagnóstico concelhio (base de trabalho para a definição do Plano de Ação da Agenda 21 Local de Arraiolos).

No caso da A21L de Redondo, o município lançou-se no desafio de implementar uma Agenda 21 Local como forma de concretizar dois pressupostos encarados essenciais para a sustentabilidade. Primeiro, *“o reposicionamento da sociedade civil ao nível da participação e exercício da cidadania ativa. Sendo um pilar incontornável da democracia, o primado da participação foi amplamente estimulado com vista à definição de estratégias e medidas de atuação planeadas e concertadas por um conjunto de atores institucionais ou individuais, envolvidos em comissões temáticas de discussão, na Comissão Estratégica 21 e no fórum Assembleia 21”*. Segundo, *“a própria ideia de desenvolvimento sustentável, só alcançável pela articulação e integração equilibrada dos vetores ambiental, social e económico do concelho, ancorada na ideia de uma profunda interdependência que hoje como nunca, determina e reajusta a relação entre sociedade e natureza”* (CM Redondo, 2005: 3). Imbuído no espírito da Cimeira da Terra sobre sustentabilidade, a autarquia promoveu a sua A21L na sequência de um projeto delineado pela Associação de Municípios do Distrito de Évora em parceria com a Diputación de Badajoz.

A elaboração da Agenda 21L estruturou-se em 5 fases (Quadro 2.2).

1 ^a	<i>Elaboração do diagnóstico preliminar e envolvimento da população</i>
2 ^a	<i>Elaboração do Diagnóstico Ambiental, Económico e Social de Redondo; Criação de comissões temáticas de discussão (CTD)</i>
3 ^a	<i>Elaboração e discussão do Plano Preliminar de Ação pela Comissão Estratégica 21 (CE)</i>
4 ^a	<i>Apresentação pública na Assembleia 21 do Plano de Ação da Agenda 21 Local de Redondo</i>
5 ^a	<i>Implementação e monitorização do Plano de Ação.</i>

Quadro 2.2 – Fases da elaboração da A21L do concelho de Redondo

Fonte: CM de Redondo, s.d.

Na 1^a fase e após a divulgação deste instrumento à população e consequente sensibilização, procedeu-se à *Elaboração do diagnóstico preliminar*. O referido Diagnóstico antecedeu o início dos trabalhos da 2^a fase, revelando a sua utilidade pela preparação no campo de instrumentos de recolha de informação e obtenção de dados que, posteriormente, seriam tratados no diagnóstico prospetivo, na fase seguinte. Esta fase decorreu entre dezembro de 2003 a março de 2004.

Na 2^a fase, correspondente à *Elaboração do Diagnóstico Ambiental, Económico e Social de Redondo* procedeu-se, para além da caracterização social, económica e ambiental do concelho, à identificação dos *Domínios Estratégicos* fundamentais e mais relevantes para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Redondo, que deram origem às *Comissões Temáticas*²: Comissão da Agricultura e Agro indústrias (C.A.A.I.); Comissão de Indústria, Comércio e Turismo (C.I.C.T.) e a Comissão da Educação e dos assuntos Sócio-Culturais (C.E.S.C.). Estas comissões desempenham uma função crucial na metodologia de elaboração da Agenda.

Da leitura da Síntese do Diagnóstico Ambiental (CM Redondo, 2004: 10), verifica-se que foram identificados os pontos fortes e fracos do concelho, estruturados por áreas: 1) *População e Condições Sociais*; 2) *Atividade Económica* e 3) *Áreas Estratégicas de Intervenção*, que são as seguintes: i) *Agricultura e Agropecuária*; ii) *Indústria, Comércio e Turismo*; e iii) *Educação e Sócio-cultura*.

Durante a fase de diagnóstico, procedeu-se à recolha de informação disponível e também à divulgação de informação através de inquéritos, entrevistas e de uma metodologia participativa e descentralizada. Esta fase teve início em março de 2004 finalizando-se seis meses depois.

² Estes Grupos temáticos ou Comissões temáticas de discussão (CTD) designam os centros de análise e de discussão sectorial, de natureza reflexiva, nos quais cada cidadão pode participar, independentemente da sua área de interesse e proveniência, e sempre abertos à entrada de pessoas e/ou propostas. Todavia, os seus membros apenas podem ser eleitos por uma área de atividade.

Os trabalhos da *Elaboração e discussão do Plano Preliminar de Ação pela Comissão Estratégica 21 (CE)*³, relativos à 3ª fase, incidiram no tratamento dos *Domínios Estratégicos* definidos na fase anterior, através do desenvolvimento de etapas:

1ª Etapa: *Formulação de uma proposta de Quadro Estratégico de Intervenção com a finalidade de delinear objetivos, estratégias e ações para fazer face aos desafios existentes.*

2ª Etapa: *Análise da viabilidade das ações previamente, propostas e dos principais agentes responsáveis pela sua execução, como forma de garantir apoio de parcerias que colaboram no sucesso das ações*

3ª Etapa: *Apresentação de Plano Preliminar de Ação; Esta fase decorreu no período entre setembro e novembro de 2004.*

A 4ª fase da implementação da A21L resume-se à *Apresentação pública na Assembleia 21 do Plano de Ação da Agenda 21 Local de Redondo*. A *Assembleia 21*⁴, foi um momento relevante para a discussão do documento Plano Preliminar de Ação e da inclusão dos contributos, elaborando-se subsequentemente a proposta final do Plano de Ação da Agenda 21 Local de Redondo. Esta fase realizou-se no mês de dezembro de 2004.

A 5ª e última fase, *Implementação e monitorização do Plano de Ação*, levou à necessidade de criar um conjunto de indicadores de sustentabilidade indispensáveis na avaliação da eficácia das ações. Dependendo da evolução, podem ser efetuadas possíveis alterações, parciais ou totais, ao programa de intervenção de acordo com o grau de eficácia dessas mesmas ações.

Neste momento, decorre a monitorização da A21L, previsto até ao ano 2015, no concelho de Redondo. No que se refere ao concelho de Arraiolos, o processo encontra-se na sua última fase, correspondendo à 3ª - Plano de Ação (A21L de Arraiolos)

Deste processo, salientam-se como principais sucessos atingidos a integração da população no processo de decisão e a articulação de várias realidades e estratégias até aí dispersas e como principal dificuldade a dinamização e disseminação da participação, embora neste ponto houvesse algum contributo positivo.

³ *Comissão Estratégica 21(CE)* - Órgão redatorial e de discussão transversal, que tem como principal fim a apresentação e validação das propostas formuladas pela equipa técnica, e em função das decisões tomadas por cada Comissão Temática de Discussão (CTD). É composta por 1 elemento do Executivo municipal, 2 elementos técnicos do Município, 3 elementos da equipa técnica da TRILHO – ADR, 1 representante eleito ou nomeado por cada uma das áreas dos setores de atividade do Concelho e um representante de cada Junta de Freguesia, num total de 21 elementos, em que as comissões temáticas de discussão alimentam a CE21, a qual submete as propostas em sede de Assembleia 21 ao escrutínio da sociedade civil.

⁴ Assembleia 21 - órgão consultivo e de discussão alargada. Trata-se de uma assembleia consultiva de âmbito local, de discussão, participação e envolvimento das forças vivas locais e população em geral.

AGENDA 21 LOCAL DO EIXO ATLÂNTICO

Um dos casos de maior visibilidade da implementação de Agendas 21 Locais, no nosso País, identifica-se com a designação de “Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular”. Neste processo, um conjunto de municípios desenvolve de forma integrada e em simultâneo as suas Agendas 21L. Este trabalho agrupou concelhos do Norte de Portugal com concelhos da Comunidade Autónoma da Galícia, num total de 16 concelhos, dos 18⁵ que integram a Associação do Eixo Atlântico. Os concelhos que desenvolvem, em parceria, as suas A21L são: Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real, em Portugal, e La Coruña, Santiago de Compostela, Ferrol, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Vigo, em Espanha (Figura 2.1). Pode-se afirmar que a implementação deste instrumento (A21L) veio unir duas regiões que, apesar das suas diferentes realidades territoriais, se aproximaram com o principal propósito de desenvolverem um trabalho conjunto de forma a promoverem o desenvolvimento sustentável dos seus concelhos.

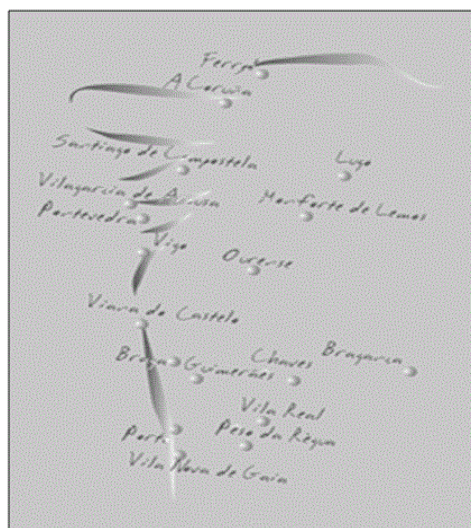


Figura 2.1- Logótipo do guia turístico do espaço atlântico (*Associação Eixo Atlântico*)

Fonte: CM Porto, s.d.

Reconhece-se que este projeto é ambicioso não só pela sua dimensão territorial e o número de municípios envolvidos mas também pela audácia de estabelecer fórmulas conceituais e metodologias próprias que funcionassem como base de trabalho para todos os municípios.

Este programa de implementação de A21L é financiado ao abrigo do programa INTERREG, de apoios da Secretaria de Estado do Ambiente do Governo Português, de apoios da Xunta de Galicia e dos Municípios participantes.

O início do processo começou por uma reflexão aprofundada sobre o próprio conceito, base de todo o trabalho, dissecando o que se entende por “desenvolvimento sustentável”. Posteriormente

⁵ Em 2009, Vila Nova de Famalicão está a encetar um processo de A21L dinamizado em parceria com o Eixo Atlântico, através da Agência de Ecologia Urbana

tratou-se de configurar todo o processo definindo os elementos conceptuais, as metodologias a adotar e os instrumentos e recursos a utilizar, preparando uma planificação estratégica para as cidades. Resumindo, tratou-se de diagnosticar as especificidades e particularidades de cada município participante, promovendo ações, definindo eixos estratégicos de atuação e introduzir objetivos que fossem ao encontro das intervenções diagnosticadas como prioritárias, para cada concelho. Neste ponto de vista, tornou-se claro que as disfunções de cada município, as suas diferentes potencialidades e fragilidades encontradas resultaram na necessidade de redobrar esforços para se evitar constrições ou impossibilidades de atuações futuras, à luz do processo de A21L.

O projeto tem um carácter inovador na sua metodologia de trabalho, apresentando como um modelo pioneiro na implementação da A21L. Esta inovação, traduz-se na modernização dos modelos mais ortodoxos utilizados, introduzindo-se na habitual abordagem do processo de A21L o cálculo de indicadores da “Urban Audit”. Desta forma, a utilização destes indicadores traduzem-se numa componente importante na elaboração do diagnóstico da sustentabilidade da A21L e na formulação dos indicadores que farão parte do Plano de Ação. Ao tratar ambos os processos de forma conjunta, repercute-se benefícios na transversalidade do desenvolvimento social, económico e ambiental considerado no Plano de Ação e na riqueza da elaboração dos mesmos, como produto da observação dos distintos resultados procedentes da “Auditoria Urbana”, efetuadas nas diferentes cidades.

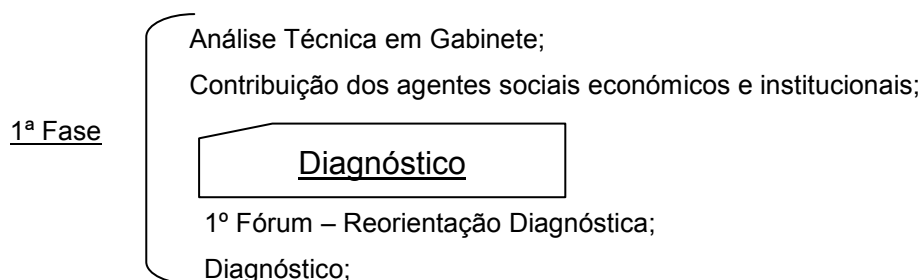
Assim, para que o projeto de implementação de A21Locais cumprisse com a metodologia do “Urban Audit” da Eurostat, que compreende a elaboração de indicadores de auditoria urbana, foram indicados como objetivos instrumentais (Concelho de Lugo, s.d.[a]): A realização de auditorias urbanas que permitissem o desenvolvimento de comparação entre as cidades e com outras urbes europeias, bem como o aumento da quantidade e qualidade de informação estatística relativa à qualidade e ao desenvolvimento sustentável nas cidades; A abertura de processos participativos de análises, diagnóstico e atuação que conduzissem à formulação de Planos de Ação para atingir a nível local os objetivos de sustentabilidade aprovados na Carta de Aalborg; O alinhamento da política de desenvolvimento sustentável dos municípios pertencentes ao Eixo Atlântico com as respetivas estratégias nacionais e regionais de Desenvolvimento Sustentável; O estabelecimento de um modelo de referência para a elaboração de futuras Agendas 21 ou auditorias urbanas.

De acordo com os objetivos propostos delinearão-se três fases fundamentais do projeto, incidindo estes sobre seis itens principais (Concelho de Lugo, s.d.[b]):

- Recolha de informação para posterior elaboração do diagnóstico ambiental, social e económico e preenchimento do quadro de indicadores do “Urban Audit”;
- Elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade e cálculo dos indicadores do “Urban Audit”;
- Projeto e dinamização do processo de participação dos cidadãos em todo o processo;
- Elaboração do Plano de Ação sustentável;

- Implementação do Plano de Ação;
- Prossecução e avaliação.

De acordo com o já referido, anteriormente, este projeto foi faseado em três grandes momentos, passando-se de seguida a uma análise detalhada do mesmo (Quadro 2.3, 2.4 e 2.5):

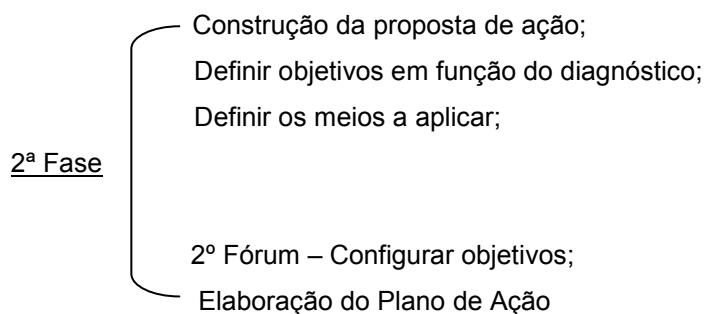


Quadro 2.3 – 1ª fase do projeto da A21L do eixo atlântico

Fonte: CM Porto, s.d.

Nesta primeira fase destaca-se a importância da *Participação Pública* no processo. Neste campo, os fóruns realizados nos diferentes municípios, revelaram ser importantes instrumentos para cativar os cidadãos locais a desempenharem um papel ativo nos assuntos do seu município, envolvendo-os em momentos de reflexão e discussão sobre os problemas de desenvolvimento sustentável do território.

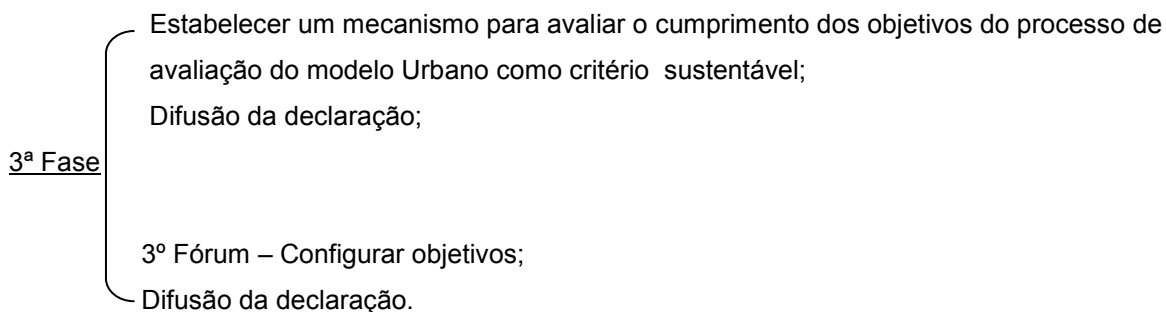
A realização de um *Diagnóstico*, incidindo sobre a realidade de cada município, serve de base para a elaboração do Plano de Ação (2ª fase). Os diagnósticos foram preparados com o objetivo de recolher o máximo de informação de cada município, retratando as suas diferentes realidades sociais, económicas e ambientais e reunindo, posteriormente, todos os dados numa única base de informação territorial. A *análise técnica em Gabinete* consiste no diagnosticar, com profundidade, os principais problemas com que se debatem os concelhos participantes deste projeto, possibilitando uma visão ampla dos problemas que enfrentam os municípios. Desta forma, promove-se uma visão integral dos municípios, melhorando as visões parciais que tendencialmente existem, nos casos de A21L isolados.



Quadro 2.4 – 2ª fase do projeto da A21L do eixo atlântico

Fonte: *idem, ibidem*

A segunda fase do processo baseia-se na preparação do Plano de Ação que será a base da qual sairá todo um conjunto de medidas e orientações políticas das A21Locais, a aplicar na rede de municípios do Eixo Atlântico. Após identificadas as variáveis da insustentabilidade dos municípios, segue-se a etapa da formulação dos objetivos tendo em conta a análise dos resultados do diagnóstico realizado), sucedendo-se definição das linhas estratégicas em função dos objetivos e do estabelecimento dos programas de atuação. Por último, nesta fase, são definidos os projetos.



Quadro 2.5 – 3ª fase do projeto da A21L do eixo atlântico

Fonte: *idem, ibidem*

Nesta fase, é estabelecido um mecanismo de controlo das ações de acordo com o Plano de Ação, através de um *Plano de Seguimento*. Por último, a elaboração de uma Declaração Ambiental que consiste num documento informativo síntese para divulgação, formulado a partir das conclusões do Diagnóstico e dos projetos de futuro hierarquizados no Plano de Ação.

A par das ações realizadas no decorrer das três fases do processo, desenvolvem-se outras atividades que contribuem para o sucesso do mesmo. Neste âmbito, salienta-se as ações de divulgação pública, promovendo a sensibilização e consciencialização dos cidadãos para as questões do ambiente. À população local, foram “preparados Boletins Ambientais com periodicidade mensal, distribuídos eletronicamente sob subscrição; produziram-se trípticos informativos e distribuíram-se cartazes em todos os concelhos; promoveu-se uma campanha escolar para alertar os mais novos sobre a problemática ambiental (distribuiu-se nas escolas um guia didático, uma banda desenhada e um horário escolar), entre outros pontos” (CM Bragança 2006: 17).

A metodologia base do projeto “Eixo Atlântico” assentou em quatro pilares, designados por “Compactação do Território”; “Complexidade”; “Eficiência do Metabolismo Urbano” e “Estabilidade e Coesão Social”. De seguida, será analisado cada um destes pilares.

- Como o próprio nome indica, a “Compactação do Território” das cidades pretende evitar o grande mal que, atualmente, perdura nos núcleos urbanos e que a que chamamos de

suburbanização. A suburbanização, promove a dispersão da população residente para áreas cada vez maiores do território, provocando o uso excessivo do solo tendo em conta a baixa densidade populacional nele estabelecida, origina a ocupação forçada de solos agrícolas e de espaços verdes para outros fins menos ambientalistas, aumenta a rede de circulação de transportes e conseqüente aumento de consumo energéticos e de poluição inerentes, aumenta o número de solos impermeáveis e como resultado altera as dinâmicas hídricas, em suma, transforma as cidades em “seres” irracionais e desorganizados, sem um planeamento pensado em prole do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a compactação do território consiste no controlo da cidade e da sua expansão, evitando a intromissão do Homem em áreas vizinhas de elevado valor ecológico, orientando as políticas de intervenção para dentro do espaço urbano, reabilitando bairros degradados ou zonas mal aproveitadas.

▫ A “Complexidade” só existirá ou persistirá se a Compactação funcionar. Se uma cidade não conseguir satisfazer a primeira premissa, esta deixa de ser uma alternativa. Para tal, uma cidade tem de encerrar em si uma grande vitalidade, uma elevada diversidade de atividades económicas, de serviços e de lazer, a par, de uma elevada eficiência energética associada a um eficiente tratamento de resíduos urbanos. Satisfeitos estes requisitos obrigatórios, a Complexidade procura alterar a monofuncionalidade que se encontra em muitas cidades, sob a forma de áreas estanques e específicas, como são as áreas residenciais, as de lazer, as de serviços, as de trabalho, as de comércio, entre outras. Com a complexidade dos espaços procura-se passar da monofuncionalidade das áreas para a multifuncionalidade, fazendo com que em cada espaço exista um agregar de atividades e funções que levam à diminuição da dependência dos cidadãos em se deslocar, a uma redução da utilização de transportes (quer coletivos quer individuais), resultando em menores custos sociais, económicos e ambientais.

▫ A “Eficiência do Metabolismo Urbano” vai ao encontro da perfeição humana em termos de utilização da energia e recursos que, cada vez, mais as cidades precisam para funcionar. É sabido que as cidades, ao longo do tempo, têm se confrontado com o que fazer aos resíduos urbanos. Década após década, aumentam esses problemas precisamente devido à dificuldade de eliminação dos resíduos que, teimosamente, tendem a aumentar. Na vida de um centro urbano que procura um crescimento sustentável tem que estar presente que a cidade tem de se aproximar dos modelos de ciclo fechado que caracterizam os ecossistemas biológicos, fazendo com que os desperdícios sejam novamente convertidos em novos produtos prontos a serem utilizados pelo mercado. Nesta fase, a aposta em sistema de tratamentos de resíduos, de sistema de reciclagem e em produtos biodegradáveis é, cada vez mais, uma obrigação de futuro e não uma opção para o futuro.

▫ O princípio da “Estabilidade e Coesão Social” remete-nos para os episódios que, não raras vezes, a comunicação social denuncia e que são o retrato real da discriminação étnica, racial e religiosa que se vive em muitos centros urbanos. Para que um centro urbano alcance os princípios da sustentabilidade precisa, acima de tudo, que no seu ambiente exista coesão social, harmonia entre os cidadãos, em suma, paz resultante da aceitação dos indivíduos das diferenças existentes entre si. No entanto, a falta de compreensão e tolerância provoca ininterruptos episódios de segregação multiracial que origina a dispersão de enormes franjas de população para áreas contíguas às zonas urbanas, provocando o processo massivo de suburbanização. Além do crescimento descontrolado das cidades, com o aparecimento de “bairros de lata”, dos problemas sociais subjacentes a estas situações, como fenómenos de droga, de criminalidade, entre outros, as cidades deixam de poder contar com a participação de todos os seus concidadãos para a organização e planificação de medidas e políticas de desenvolvimento sustentável.

Em termos de conclusão, a base metodológica assente nestes pilares foi definido, neste processo, como o desejável modelo urbano sustentável que procura ser “o *mais compacto, (...) acessível, participativo, limpo e eficiente na gestão de recursos e energia* (CM Bragança, 2006: 11).

O projeto encontra-se na fase de diagnóstico, não tendo o documento apresentado sido ainda validado tecnicamente pelo grupo coordenador responsável pela sua apreciação. No entanto e apesar do processo se pretender que decorra em simultâneo, em todas as cidades, pelo que é dado a conhecer, o processo encontra-se em diferentes momentos de desenvolvimento, de acordo com as cidades que integram esta Agenda Local 21.

AGENDA 21 LOCAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Numa breve referência, e em termos mais de curiosidade, está a “desabrochar” uma das primeiras A21L de carácter regional. Se encarmos a A21L do Eixo Atlântico como um processo de sustentabilidade inter-regional, entre concelhos da região norte de Portugal e concelhos da região da Galiza, em Espanha, pode-se afirmar que a A21L da Lezíria do Tejo é das poucas Agendas a serem elaboradas no âmbito exclusivamente regional, no nosso País. A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) e suas Câmaras Municipais *“identificaram o desenvolvimento sustentável como principal desígnio das intervenções estruturais comunitárias, no ciclo de 2007-2013, na sua Região”* (CULT, 2006: 2). Sendo este espaço temporal programado para a implementação da Agenda, os municípios envolvidos só agora começam a unir esforços para o seu arranque. Os municípios que integram a A21L da Lezíria do Tejo são os de: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém. Como foi reconhecido por todos, a escolha deste instrumento para incrementar o desenvolvimento sustentável, prende-se como o próprio formato desta “ferramenta” que visa necessariamente *“à produção de efeitos dirigidos às pessoas e à partilha dos benefícios que deles decorrem”* (idem, ibidem).

Sendo ainda demasiado cedo para se fazer uma abordagem aos trabalhos convém referir que, e de acordo com o roteiro já elaborado, o modelo geral da sua aplicação será suportado por grandes linhas mestras.

Para a promoção do desenvolvimento sustentável, em termos de progresso social, económico e ambiental dos municípios, as grandes áreas de trabalho subdividiram-se em: Crescimento e Competitividade; Produtividade e Coesão; Ambiente e Transportes. Numa primeira etapa, será solicitada a participação de especialistas para colaborarem com ideias e orientações que vão ao encontro da sustentabilidade. Neste contexto, à data, já tinha sido contratado os serviços da *Ecosphere, consultores em Ambiente e Desenvolvimento*.

Numa fase posterior, será feito um diagnóstico dos principais problemas a resolver, partindo-se para uma análise particular das dificuldades encontradas na tentativa de obter soluções para os mesmos. Nesta fase a participação dos cidadãos locais é imprescindível, assim como, a difusão de seminários pelos vários concelhos, como forma de alertar os cidadãos para os problemas que afligem os seus municípios e de auscultarem a população local, recolhendo o máximo de informação útil para perspetivar as formas de intervenção mais adequadas, no futuro. Numa última fase, está previsto o concretizar de objetivos, de metas a alcançar, das prioridades de intervenção, tendo sempre em conta o envolvimento dos atores sociais e económicos para o sucesso da implementação da Agenda (Figura 2.2).

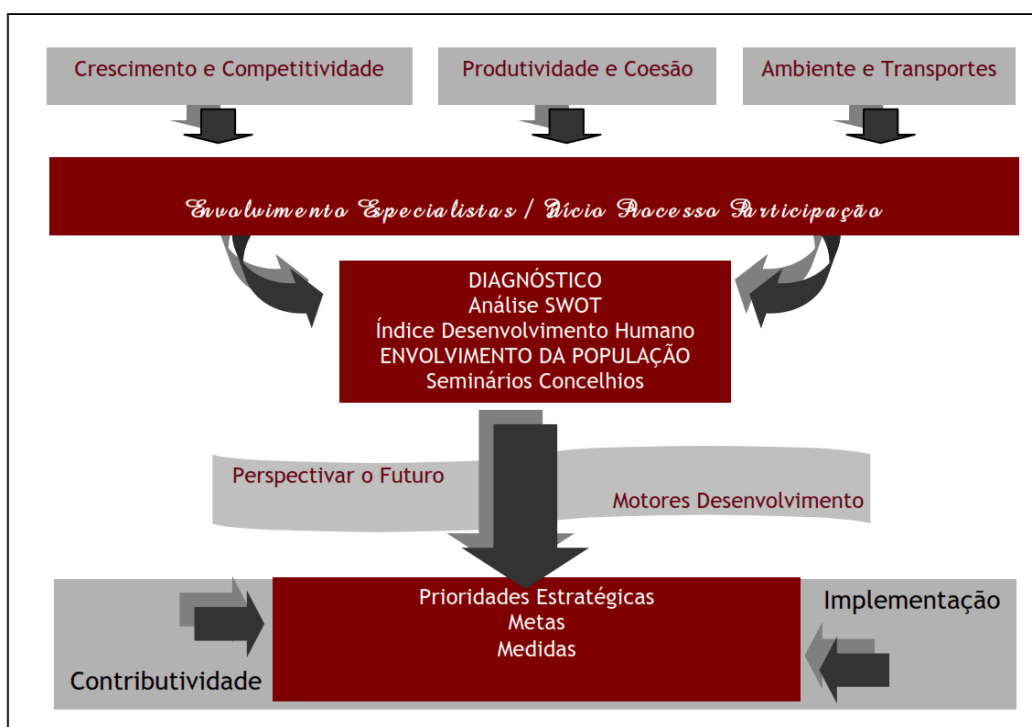


Figura 2.2 – Modelo Geral do desenvolvimento da A21Local e Regional da Lezíria do Tejo.

Fonte: CULT⁶; 2006: 3

Neste momento, o processo encontra-se na sua primeira tapa. Foi solicitada a participação de especialistas para colaborarem com ideias e orientações que vão ao encontro da sustentabilidade. Neste contexto, à data, tinha sido contratado os serviços da Ecosphere, consultores em Ambiente e Desenvolvimento. Recentemente, foi apresentado o Programa Territorial de Desenvolvimento da Lezíria do Tejo, com apresentação de 5 eixos de intervenção prioritário (Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística; Mobilidade Territorial; Ciclo Urbano da Água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado”; Promoção e capacitação institucional). No futuro serão desenvolvidas ações para executar as operações definidas.

⁶ <http://www.ribejodigital.pt/NR/rdonlyres/F9E405D8-60D1-4D6C-84D7-831837009402/0/agendaxxi.pdf>.

Agenda 21 Local do Norte Alentejano

No final de 2006, arrancou a Agenda 21 do Norte Alentejano. Este processo teve como promotora a Associação de Municípios do Norte Alentejano e contou com o trabalho técnico de uma equipa multidisciplinar da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). A A21Local do Norte Alentejano abrange doze municípios alentejanos: Agenda 21 Local de Alter do Chão; Agenda 21 Local de Arronches; Agenda 21 Local de Avis; Agenda 21 Local de Campo Maior; Agenda 21 Local de Castelo de Vide; Agenda 21 Local do Crato; Agenda 21 Local de Elvas; Agenda 21 Local de Gavião; Agenda 21 Local de Marvão; Agenda 21 Local de Monforte; Agenda 21 Local de Nisa e Agenda 21 Local de Sousel.

Obviamente que este projeto supra local não pretende substituir nem impor aos projetos das Agendas 21L de cada município mas sim criar um instrumento mais global de carácter integrado, ou seja, um “Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável do Norte Alentejano”, que assuma por um lado a soma das orientações provenientes dos municípios e que por outro lado se articule com as principais orientações estratégicas da Região Alentejana (bem como com outros Planos e Estratégias de âmbito local, nacional e internacional). A sua implementação pressupõe a auscultação da população para identificação dos principais problemas e prioridades para a região. O projeto supra local visa enfrentar o desafio atual de pensar a sub-região como um todo, na perspetiva do desenvolvimento regional sustentável. Nesse sentido este projeto - Agenda 21 Local do Norte alentejano - é uma oportunidade para valorizar potencialidades comuns, articular objetivos, coordenar atuações, otimizar recursos, mobilizar agentes e assumir opções de desenvolvimento de carácter integrado.

Os objetivos principais a desenvolver com esta iniciativa são o de: Encarar a Agenda Local XXI enquanto processo de mobilização regional; Enfrentar os desafios da sustentabilidade, inovação e competitividade de forma integrada; Tornar o Norte Alentejano um território mais atrativo e dinâmico; Fomentar a capacidade estratégica e operacional para o período 2007-2013 e tornar a abordagem de planeamento mais dinâmica e participativa.

A metodologia a seguir passa por acompanhar e colaborar com as iniciativas individuais dos municípios, que integram este projeto, de forma a identificar os principais problemas e prioridades para a região, para posterior desenvolvimento de um Plano de Ação para a Sustentabilidade. O benefício deste projeto visa evitar o perigo crescente da dispersão de planos e estratégias que resultem de cada A21L dos municípios e concentrá-los num só documento que transmita clareza, objetividade e coerência em função dos desafios que se colocam à sub-região, sendo vocacionado para a ação e para a mobilização dos agentes regionais.

De momento, os pontos fracos identificados do diagnóstico do Norte Alentejano são (CIVITAS, 2007b: 5-7):

No campo demográfico: • Incapacidade de inverter a perda populacional; • Baixo efetivo populacional e reduzidas densidades; • Dificuldade em reter os mais jovens e mais qualificados;

No campo económico: • Baixo PIB per capita (75% média nacional); • Nível de produtividade mais baixo do Alentejo; • Tecido empresarial composto em 85% por micro-empresas; • Peso significativo das atividades que se baseiam na exploração de recursos naturais e nas economias de escala; • Intensidade exportadora inferior à média da Região

No campo dos recursos humanos: • 50% da população apenas com 1º ciclo do ensino básico; • Apenas 4% com ensino médio e superior; • Reduzida dimensão do tecido industrial do Alentejo, em setores de média/alta tecnologia; • Menos de 1% do emprego nacional em tecnologias da informação e comunicação.

Para fazer face a estes desafios, foram diagnosticadas as seguintes oportunidades rumo ao desenvolvimento sustentável (idem, ibidem):

1. Dinamismo das regiões vizinhas e oportunidades transfronteiriças:

Regiões nacionais como o Alentejo Central, a Lezíria do Tejo, o Médio Tejo, a Beira Interior Sul, que rodeiam o Norte Alentejano, estão a crescer em competitividade podendo ajudar a “arrastar” a região; • o dinamismo elevado da Estremadura / Província de Cáceres pode trazer oportunidades em função de melhores e maiores projetos transfronteiriços.

2. Excelência demonstrada em alguns setores de atividade

Os setores do agroalimentar, florestal (cortiça), vitivinícola, turismo oferecem alguns produtos de excelência (ex. (Queijo de Nisa, Maça de Portalegre, Ameixa d’Elvas, Cereja de São Julião, Azeites do Norte Alentejano, Castanha de Marvão-Portalegre, Carne Mertolenga, Enchidos, etc.), fruto da aposta na qualidade, na formação dos recursos humanos, na inovação, no marketing, etc. havendo que fazer crescer o que é bom e estimular quem sabe e pode fazer.

3. Qualidade ambiental e territorial

Território relativamente bem preservado mas com ameaças preocupantes (floresta, desertificação); • Evolução significativa de infraestruturas básicas e equipamento; nível muito satisfatório de acessibilidades com o exterior e intrarregião; • Áreas classificadas enquanto oportunidades de desenvolvimento local com muito para fazer nesse sentido (ex. Parque Natural Serra de São Mamede); • Baixa densidade populacional como potencial fator de atração.

4. Regionalismo, identidade, cultura e património

Identidade Alentejana como fator de orgulho potencialmente mobilizador para projeto global de desenvolvimento; cultura e tradições próprias muito ricas; gastronomia num patamar de

excelência; • *Diversidade de património histórico, arqueológico, arquitetónico, etc. Valores chave na diferenciação e atratividade regional.*

Será no âmbito dos resultados provenientes dos vários processos de A21L a decorrer que serão traçados, posteriormente, os Planos de Ação que servirão para combater os principais problemas da região.

Da análise aos vários casos de estudo, verifica-se que, uma forma geral, os municípios envolvidos seguem uma metodologia muito semelhante que se caracteriza pelas seguintes etapas:

- *A estrutura organizativa de apoio à A21L.* Propor e colaborar na construção da estrutura de gestão e ancoramento de cada uma das A21L's, tanto no interior da autarquia como na sua articulação com o exterior.
- *O Diagnóstico Seletivo*, constituído pelo Diagnóstico de Situação e pelo Diagnóstico prospetivo do Desenvolvimento Sustentável do Concelho.
- *Os Vetores de Intervenção Estratégica* para o desenvolvimento sustentável do Concelho.
- *O Quadro Programático* de atuações para a sustentabilidade por vetor de intervenção, sistematizando as propostas em *Fichas de Ações* concretas, e identificando potenciais *Parcerias* para a ação.
- *A Estrutura de Monitorização* do desenvolvimento ao longo do tempo, adotando um leque coerente de *Indicadores de Sustentabilidade* especialmente relevantes e construídos para a situação local e um processo de Autoavaliação.
- *Apresentação da Agenda 21 Local* sob a forma de documento escrito, incluindo a elaboração de documento resumo para divulgação junto do público em geral.

Neste momento, aguarda-se que todos os *Diagnósticos* terminem de forma a permitir uma visão ampla e global dos Planos de Ação supra local a implementar.

AGENDA 21 LOCAL - NORDESTE 21

O projeto Nordeste 21 (ver RN, s.d.), designação dada a A21L que integra 8 municípios portugueses geograficamente localizados no nordeste de Portugal, é a primeira Agenda 21 Local Regional a ser implementada na Região Norte do País. Desta forma, é atribuído o carácter pioneiro e inovador a esta Agenda. Os oito municípios que participam neste projeto são: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro. A A21L do Nordeste Transmontano teve início em março de 2006, estando prevista a sua finalização para o verão de 2007, completando-se assim os 18 meses programados para a implementação da Agenda 21 Local em cada um dos oito municípios aderentes ao projeto. Os principais parceiros foram a Empresa Intermunicipal de Resíduos do Nordeste – EIM e a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESB-UCP). Há respetiva empresa de resíduos foi confiada a coordenação dos trabalhos e ao Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa a assessoria técnica. A implementação deste projeto contou com a persecução de 3 fases distintas (Resíduos do Nordeste).

Na primeira fase, nomeada por *Sensibilização e criação do fórum*, procedeu-se à constituição de diferentes Grupos Coordenadores ao nível local e regional.

O Grupo Coordenador Local consiste numa equipa executiva que, regularmente se reúne, para discutir e decidir quais os passos a tomar no processo. Estes Grupos serão formados em cada município com o objetivo de acompanhar de perto todo o processo, desempenhando uma função de “livre arbítrio” da Agenda em curso. Estas equipas serão constituídas por membros representativos da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e outras entidades com representatividade local.

O Grupo Coordenador Regional desempenha tarefas similares ao Grupo Coordenador Local mas de acompanhamento regional. Neste caso, uma das suas funções é verificar se as Câmaras Municipais não “desalinham” com os objetivos e estratégias adotadas no projeto Nordeste 21. Fazem parte destas equipas representantes de todas as Câmaras Municipais envolvidas e outras entidades com representatividade local.

Posteriormente, foram feitas campanhas de sensibilização às comunidades locais de cada município com o objetivo de encorajar cidadãos a integrar grupos de trabalho no âmbito da A21L. A intervenção da população, de representantes das entidades ativas da região, executivos das autarquias, entre outros atores sociais, era o garante de um debate construtivo de ideias e de uma democracia participativa. Nesta etapa, a divulgação do projeto junto dos cidadãos locais foi uma das principais finalidades dos trabalhos que decorreram do sentimento comum de armar esta Agenda de um forte cariz participativo capaz de vincular a legitimidade das futuras medidas, a implementar no meio.

Para tal, os Fóruns revelaram ser importantes instrumentos de trabalho, fomentando a participação, discussão e envolvimento de todas as partes interessadas no desenvolvimento

sustentável. Neste âmbito, realizaram-se Fóruns em todos os municípios aderentes, em dois momentos diferentes. Um primeiro momento que decorreu entre 31 de maio e 6 de julho de 2006 e um segundo entre 20 de setembro a 24 de outubro do mesmo ano.

A 2ª fase, *Diagnóstico e preparação do Plano de Ação*, contou com a preparação dos diagnósticos regionais e a elaboração dos Planos de Ação que caracterizam os principais problemas da região e que apresentam ações que visam a melhoria das condições encontradas no seio de cada município.

A *Implementação, monitorização e revisão*, ações que integram a 3ª fase do processo Nordeste 21 correspondem, de forma muito sintética, à aplicação e supervisão dos Planos de Ação.

A *A21L do Nordeste Transmontano*, após a conclusão e divulgação do Documento Estratégico para o Plano de Ação do Nordeste 21, em 2009, aguarda implementação deste documento, sua monitorização e revisão, ações que integram a 3ª fase do processo Nordeste 21 correspondem, de forma muito sintética, à aplicação e supervisão dos Planos de Ação.

AGENDA 21 LOCAL – RAIA 21

No ano de 2004, os concelhos de Serpa, Moura, Mértola e Barrancos em parceria com os Ayuntamentos de Rosal e La Frontera e Aroche arrancavam com um projeto de Agenda 21 Local designado Raia 21. Esta iniciativa, conjunta, resultou de uma visão comum para o futuro dos diferentes territórios e contou com a cooperação, para além do apoio financeiro do programa INTERREG III A, das Empresas de Assessoria e Apoio Técnico ao Projeto: Depaex e Tterra.

Os objetivos delineados, para a materialização desta Agenda, consistem em⁷: *“Promover o desenvolvimento económico, a integração e equidade social e a proteção ambiental; Encontrar e promover estratégias sustentáveis, de corresponsabilização e partilha para o bem comum; Definir plataformas de participação pública, motivando espaços e formas de cidadania ativa e solidária; Amplificar as qualificações específicas e as capacidades competitivas do concelho; Encontrar metodologias adequadas à integração dos diferentes interesses, com vista à coesão económica, social e ambiental; Criar instrumentos auxiliares de gestão do território e de apoio à decisão; Promover metodologias de monitorização e melhoria contínua; Disseminar boas práticas de sustentabilidade, coesão e igualdade de oportunidades, aliadas à proteção ambiental e qualidade de vida; Elaborar um Plano de Ação, de curto/médio prazo”*.

Observa-se que a participação pública neste processo é uma preocupação sempre presente dos vários municípios que conjugaram esforços para que a participação democrática de todos os agentes locais no processo fosse uma realidade. Neste contexto, deve-se salientar a formação de um grupo local de trabalho onde estão representados agentes locais como um dos principais sucessos desta A21L. É disto exemplo, a *“criação da Assembleia 21 no concelho de Barrancos que foi constituída por agentes institucionais, agentes locais coletivos (...) e agentes singulares”* (CM Barrancos, 2004: 8), envolvendo todas as forças vivas da comunidade.

O desenvolvimento deste projeto considerou, numa primeira fase, a *Organização de seminários para definição de Eixos Estratégicos de Desenvolvimento Sustentável* e a *Elaboração do Plano de Ação*, numa fase posterior.

Neste enquadramento, salienta-se o seminário realizado pela Câmara Municipal de Moura, onde foram definidos quatro eixos estratégicos de atuação: *“Ambiente, Energia, Turismo e Agroflorestal”* em torno dos quais será criado um grupo de trabalho, que terá a seu cargo definir as ações a realizar por cada um (Figura 2.3).

⁷ Portal da Agenda 21 Local
http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_a21&task=detalhe&Itemid=73&id_form=311



Figura 2.3 – Eixos estratégicos de atuação da A21L no concelho de Moura

Fonte: CM Moura, (2004)

O projeto “Raia 21 local” prosseguiu com a elaboração do diagnóstico local, a divulgação do projeto ao mesmo nível local e a formação de um grupo de trabalho local, fases estas que ditavam o sucesso deste projeto. No entanto, as dificuldades de continuar a trilhar o caminho da sustentabilidade aumentam, tendo-se confrontado com a dificuldade de promover a participação pública em lugares fortemente despovoados e com a necessidade de incrementar metodologias de trabalho consentâneas com territórios marcadamente rurais.

Em 2009, o processo encontra-se na fase de *Implementação conjunta do Plano de Ação*. No presente, os planos de ação que definem os vetores estratégicos e propostas de ações específicas esperam a sua execução.

AGENDA 21 LOCAL DO VALE DO MINHO

No dia 22 de setembro de 2006, a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, em parceria com a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, promoveu uma sessão de apresentação pública do projeto “Desenvolvimento e Implementação de Metodologias de Participação Pública: o caso prático das Agendas 21 Locais”, que decorreu em Valença. O referido projeto, cofinanciado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte, através do Programa Operacional da Região Norte, Medida 1.5, avançava com a implementação da Agenda 21 Local nos Municípios de Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira. A A21L do Vale do Minho, designação atribuída a este processo, “*será desenvolvido na modalidade de formação-ação, com equivalência a ações de formação avançada (pós-graduação), dirigida a ativos empregados de entidades públicas e privadas, localizadas na região em que serão os próprios formandos a dinamizar a implementação da Agenda 21 Local, com o apoio do grupo de formadores-consultores da Universidade Católica*” (Vale do Minho, s.d.).

O início das pós-graduações constitui o arranque deste processo. Neste contexto serão os próprios formandos, com a supervisão dos formadores, que se encarregarão pela operacionalização da Agenda 21 Local nos vários municípios do Vale do Minho.

Esta Agenda 21 Local aspira envolver o máximo dos seus cidadãos e agentes locais na procura de soluções e na aplicação de medidas que integrem as políticas ambientais e de preservação dos recursos naturais com o crescimento socioeconómico, num processo participativo, a desenvolver a longo prazo.

No espírito desta Agenda existe, sem dúvida, a consciencialização da importância do princípio da subsidiariedade, inerente ao processo de qualquer Agenda 21L, realçando-se o contributo do cidadão local no identificar, planear, executar e monitorizar o desenvolvimento social e económico local a par da proteção ambiental.

Assim, na natureza desta agenda reside o cumprimento de dois objetivos principais, “*promover a participação da população na definição das áreas estratégicas e da visão de futuro e na elaboração/execução do plano de ação e promover a sensibilização da comunidade para a temática do desenvolvimento sustentável*” (Vale do Minho, 2007b: 2).

A base metodológica definida para o progresso dos trabalhos consiste no seguinte conjunto de ações que passo a apresentar (Quadro 2.6).

- Criação do Grupo Coordenador da A21L nos Municípios e na CIVM;
- Integração da Sustentabilidade nas políticas e projetos; Assinatura dos Compromissos de Aalborg;
- Elaboração de Perfil da comunidade e Pré-diagnóstico;
- Promoção da Educação para a Sustentabilidade;
- Dinamização da Rede de Parceiros Locais;
- Criação de Fóruns participativos;
- Consulta à população, com identificação de prioridades e potencialidades;
- Identificação de áreas estratégicas de atuação e adoção de Visão comunitária;
- Sensibilização e promoção da Participação;
- Elaboração de Diagnósticos de sustentabilidade; Criação de Grupos de trabalho temáticos;
- Definição de Objetivos, metas e indicadores;
- Elaboração de Plano de ação.

Quadro 2.6 – Metodologia aplicada a Agenda 21 Local do Vale do Minho

Fonte: Portal da A21L de Portugal⁸

Sendo este processo muito recente é natural que só com o tempo é que se terá possibilidade de avaliar os trabalhos. No entanto, e do acompanhamento dos trabalhos, convém referir três datas, em particular, referentes ao ano de 2007 (Vale do Minho, 2007a: 1):

O período de janeiro a fevereiro, em que se deu forma ao primeiro item da metodologia proposta. Assim, foram constituídos Grupos Coordenadores em cada Autarquia desenvolvendo-se reuniões com os funcionários municipais de maneira a integrar e sensibilizar os mesmos para as questões da Agenda.

Destas reuniões procurou-se, também, fomentar as primeiras ações com aplicação a curto prazo. Em março, foi aprovado o logótipo do projeto sendo divulgado à população os propósitos da implementação da A21L. A delegação desta Agenda participou, na “V Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis”, sendo responsável pela apresentação de um *poster* e pela dinamização de uma *mesa redonda* dedicada justamente à Agenda 21L. No mês seguinte, decorreu a cerimónia da assinatura da Carta de Aalborg, na Biblioteca Municipal de Valença, onde os autarcas dos 5 municípios que integram a A21L de Vale do Minho assumiam, a nível internacional, a seu compromisso com os desígnios da referida *Carta*. Foi dado o segundo passo

⁸ Portal da Agenda 21 Local.
http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_a21&task=detalhe&Itemid=73&id_form=312

na metodologia concebida neste projeto. No mesmo período, as Equipas Técnicas trabalhavam na produção de um pré-diagnóstico dos problemas das comunidades para, assim, identificar as principais dificuldades a superar com a implementação da Agenda 21 local. Já nos meses de maio e junho, destaca-se como principal, a elaboração de um perfil e a definição de um Plano de Comunicação e de Educação para a Sustentabilidade.

Este documento preconiza o planeamento para a concretização dos dois principais objetivos da A21L, já citados anteriormente. Até à data, as ações realizadas cumpriram com os 3 primeiros itens da metodologia programada para o desenvolvimento dos trabalhos.

No futuro, esta agenda irá seguir os restantes passos sublinhando-se, no entanto, todo o empenho dos principais responsáveis pela Agenda 21 Local do Vale do Minho para que esta se faça acompanhar por uma elevada participação da população e dos seus agentes locais. No que concerne a este capítulo, compete acrescentar que nas áreas da Promoção da Agenda 21 Local e na Educação para o Desenvolvimento Sustentável serão desenvolvidas algumas ações, referenciadas de seguida (Vale do Minho, 2007b: 6-9):

No que respeita a Promoção da Agenda 21 Local, está previsto: a produção de folhetos informativos como forma de informar a população em relação ao andamento deste processo; A elaboração de mais de 1000 cartazes que serão afixados em Escolas, Juntas de Freguesia e em outros locais de grande visibilidade pública; A criação de boletins que serão divulgados através dos jornais regionais/locais e Internet contendo informação alusiva a Agenda em curso e a temas de desenvolvimento local. Neste contexto, existirá uma forte dinamização de parcerias com os *media* da região de forma a beneficiar a circulação de informação pelas comunidades locais; A utilização da Internet com a criação de um *Sítio* exclusivo a assuntos da A21L do Vale do Minho; Outra iniciativa prende-se com o aproveitar dos eventos que decorrem nos vários municípios como meio de divulgar a A21L. As Exposições Itinerantes são outro meio de apresentar a A21L permitindo, não só, auscultar a população mas, também, de aproximar supostos parceiros locais que queiram colaborar na aplicação do processo desenvolvimento sustentável.

Em relação à área da *Educação para o Desenvolvimento Sustentável* pretende-se que, através de ações de sensibilização/consciencialização, estas possam “seduzir” os cidadãos locais a cooperarem em projetos relevantes para o sucesso do processo da *Agenda*.

Desta forma, estão planificadas algumas ações a desenvolver, registando-se as seguintes (Tabela 2.1).

As últimas informações sobre o processo referem a apresentação dos Planos de Ação, municipais e supra municipal das Agendas 21 do Vale do Minho. No presente, esses planos constituem-se como ferramentas que visam dar prioridade de intervenção às seguintes áreas para os 5 municípios: Turismo, Território e Ordenamento, Energia e alterações climáticas, Floresta, Resíduos, Educação para a Sustentabilidade e Mobilidade.

Floresta
Sensibilização para a floresta enquanto recurso a proteger e potenciar (através dos “sumidouros de carbono”, por exemplo), com ações de sensibilização para a prevenção dos incêndios (spots publicitários, ações nas festas populares, sessões de esclarecimento...) e ações de limpeza de matas patrocinadas por entidades da região.
Agricultura
Dinamização de ações de sensibilização para as boas práticas agrícolas, divulgação das normas relativas aos resíduos das explorações, nomeadamente sessões de esclarecimento e palestras nos vários municípios.
Ordenamento do Território
Dinamização de reunião entre responsáveis pela elaboração dos Planos Diretores Municipais, para articulação de critérios metodológicos.
Economia
Dinamização de um Fórum Empresarial em outubro, com o objetivo de envolver os empresários do Vale do Minho no processo e promover uma melhor articulação entre as várias entidades representantes do setor. Promover o turismo de qualidade através do projeto “Chave Verde”.
Alterações climáticas
Cálculo da matriz energética dos municípios e promoção de ações de sensibilização, nomeadamente formação em arquitetura bioclimática para técnicos e folhetos dirigidos à população em geral (projeto “arquitetar o futuro” candidatado ao programa Agir da Gulbenkian).
Resíduos
Promoção da compostagem (criação de espaços de receção de resíduos verdes em cada município), recolha e reciclagem de óleos alimentares e baterias.
Educação
Promoção do programa Eco-Escolas (da Associação Bandeira Azul da Europa), com dinamização em junho de reunião com vereadores do pelouro e diretores de agrupamentos.

Tabela 2.1 - Ações a promover, no âmbito da A21L, por áreas de intervenção

Fonte: Vale do Minho, (2007b: 6-7)

3. ANEXOS III

-

A21 Locais individuais em curso em Portugal

Agenda 21 Local de Alenquer

Alenquer é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Lisboa, região Centro e subregião do Oeste. É sede de um município com 304,23 km² de área e 39 180 habitantes (INE, 2001), subdividido em 16 freguesias: Abrigada; Aldeia Galega da Merceana; Aldeia Gavinha; Cabanas de Torres; Cadafais; Carnota; Carregado; Meca; Olhalvo; Ota; Pereiro de Palhacana; Ribafria; Santo Estêvão; Triana; Ventosa e Vila Verde dos Francos. O município é limitado a norte pelo município do Cadaval, a leste pela Azambuja, a sul por Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, a sudoeste por Sobral de Monte Agraço e a oeste por Torres Vedras.

No final de 2006, a Autarquia de Alenquer dava início ao seu processo de A21L em parceria com o grupo Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (CIVITAS), do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa, assumindo a necessidade que as medidas a implementar, no futuro, tem de ser, imprescindivelmente, em prole do desenvolvimento sustentável local. A nível financeiro, a A21L conta com a ajuda do Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN) para executar as propostas de ação que vai implementando.

No mês de outubro de 2006, foi realizada a 1ª Sessão do Fórum de Participação, designada por *“Principais desafios ao desenvolvimento e grandes opções de qualidade de vida para 2010”*. Para além da apresentação da A21L à comunidade local, foram referidos os principais pontos fortes e fracos do concelho provenientes de um trabalho prévio que resultou na análise dos dados recolhidos dos inquéritos lançados à população das 16 freguesias que constituem o concelho de Alenquer e que resultam nos questionários à população. Para além dos inquéritos foram realizadas entrevistas aos atores locais com os objetivos fundamentais de: *“(i) Identificar as suas perspetivas e visões do desenvolvimento desejado para Alenquer no futuro a médio e longo prazo; (ii) Recolher as suas opiniões sobre os pontos fortes e fracos da situação presente; (iii) Obter sugestões sobre os principais projetos estruturantes e prioritários que ajudem a caminhar do presente para o futuro desejado”* (CIVITAS, 2006d: 4).

Da análise e tratamentos dos dados das entrevistas evidenciaram-se os 9 principais desafios para Alenquer (Figura 3.1).

A estes 9 desafios foram acrescentados mais 5 (Aeroporto; Inserção Regional; Segurança e Riscos; Boa Governação e Mundo Rural). Estes desafios foram, posteriormente, colocados à votação, para a hierarquização da sua importância. Para o efeito, foram distribuídos 4 votos a todos os participantes para que estes os pudessem distribuir sobre os temas que considerassem mais relevantes. Os resultados da hierarquização indicaram os 4 vetores sobre os quais a A21L de Alenquer iria incidir (idem, 6): *Ordenamento do Território e Qualificação Urbana; Ambiente e Recursos Naturais / Poluições; Equipamentos de Apoio Social, Culturais, de Saúde e de Educação / Educação Cívica e Ambiental de Todos.*



Fig. 3.2 - Esquema do Plano de Participação referente aos Fóruns Plenários e Temáticos.

Fonte: (CIVITAS, 2006 d: 4)



Fig. 3.3 - Etapas para Elaborar a Agenda 21 Local de Alenquer

Fonte: (CIVITAS, 2007a: 4)

O processo evoluiu com a realização de cada fórum que, no cômputo geral, contribuiu para o alavancar de propostas concretas viradas para a resolução dos problemas considerados mais prioritários. Nestes, foram desenvolvidas um conjunto articulado de *Fichas de Ações* constituindo um *Quadro de Intervenção Estratégica*. As Fichas de Ações, integram objetivos, conteúdo (resumo do conteúdo da proposta de ação) Parcerias; Enquadramento em Programas de Financiamento; Principais Pontos Fracos da Ação (descrição das principais ameaças à realização da ação ou dos pontos críticos a dedicar especial atenção); Principais Pontos Fortes da Ação (coloca em realce os principais méritos, as principais oportunidades e os principais apoios que potenciam a ação). Estes trabalhos inserem-se na 3ª fase do processo “*Concertação / Proposta de Ação*”.

Neste momento, em julho de 2009, aguarda-se pela apresentação do Relatório do Plano de Ação com a divulgação dos vetores de atuação da A21L.

Agenda 21 Local da Batalha

A Batalha “é uma vila portuguesa no Distrito de Leiria, região Centro e subregião do Pinhal Litoral. É sede de um município com 103,56 km² de área e 15 002 habitantes (INE, 2001), subdividido em 4 freguesias: Batalha, Golpilheira, Reguengo do Fetal e São Mamede. O município é limitado a norte e oeste pelo município de Leiria, a leste por Ourém, a sueste por Alcanena e a sudoeste por Porto de Mós.

Tendo a construção do futuro do concelho assente numa visão de sustentabilidade, a Câmara Municipal percebe a importância de envolver toda a comunidade para a concretização deste ideal de desenvolvimento. Assim, “setores da administração pública, empresários e representantes do tecido produtivo, técnicos especialistas nas várias áreas de conhecimento, associações sócio-culturais e ambientais, escolas, universidades, cidadãos, líderes de opinião e o cidadão comum” (Castro et al., 2007:11) são elementos fulcrais para encarar o futuro com mais otimismo, sabendo que em conjunto a resolução dos novos desafios será, porventura, mais fácil. A adoção de uma Agenda 21 Local, pelo município justifica-se, assim, pela procura de aumentar “a qualidade de vida dos seus munícipes no presente, sem hipotecar a qualidade das gerações futuras. Este objetivo visa acautelar os recursos e o sistema necessários à vida, tornar o tecido económico local mais forte e competitivo, alcançar comunidades socialmente mais justas e integradoras, proteger e valorizar o património natural e aumentar as capacidades cívicas e de governação local” (idem, ibidem). O processo da A21L foi estruturado em 3 fases principais (Quadro 3.1).

<i>Fase 1</i> <i>Sensibilização e criação de Fórum</i>	1º- Assinatura da Carta de Aalborg 2º-Criação do Fórum Participativo 3º- Sensibilização da comunidade
<i>Fase 2</i> <i>Diagnóstico e preparação do Plano de Ação</i>	1º- Preparação do diagnóstico do concelho 2º – Elaboração do Plano de Ação
<i>Fase 3</i> <i>Implementação, monitorização e revisão</i>	Implementação e monitorização do Plano de Ação

Quadro 3.1 - Fases do processo da A21L da Batalha

Fonte: CM Batalha, s.d.

Antes da concretização do 1º momento inserido na 1ª fase do processo da A21L da Batalha (a Assinatura da Carta de Aalborg pelo município) já tinha sido elaborado, desde 23 de março de 2006, o anteprojeto da A21L que assinalava o primeiro passo em direção à implementação deste instrumento. Passados três meses, mais concretamente, em 29 de junho do mesmo ano, o executivo subscrevia a assinatura do *Compromisso de Aalborg*, o que lhe permitia, formalmente, dar início ao processo. A *Criação de um Fórum Participativo* caracteriza-se como um palco de ação onde a intervenção ativa dos atores locais contribui para debater os problemas existentes e

definir formas de os resolver. O Fórum “*deve refletir o quadro de atores locais e reunir um conjunto equilibrado e o mais representativo de 4 tipos de atores: Tecido empresarial local; Tecido técnico-cultural, associações de ambiente e cidadãos líderes de opinião; Quadros da autarquia ou de outras entidades da administração pública; Eleitos locais tais como vereadores, presidentes de juntas de freguesia e membros da assembleia municipal*” (Santos, 2006: 5-6). A *sensibilização da comunidade* compreende o estimular da população para ações e intervenções úteis para o destino do concelho. Os cidadãos devem dar o seu contributo através das suas iniciativas, das suas opiniões, das suas perceções e reflexões sobre os vários temas a tratar, do incremento de ações e projetos que colaborem para o coletivo. Desta forma, o município disponibiliza várias formas aos seus concidadãos de molde a poderem fazer-se ouvir, através de respostas a inquéritos, participando em debates, integrando-se em Grupos de Trabalho de Fórum e participando com notícias e informações.

A 2ª fase do processo, *Preparação do Diagnóstico do concelho*, já tido sido ultimada, à data, com a colaboração do curso de Engenharia da Energia e Ambiente do ISLA⁹ (Instituto Superior de Leiria). O referido diagnóstico resultou num levantamento detalhado das características do meio económico, social, cultural e ambiental, por freguesia e a nível concelhio. Este trabalho foi elaborado por 2 fases distintas (Figura 3.4). Na primeira, chamada de processo participativo, elaborou-se uma consulta direta à população residente e aos atores locais através de questionários e entrevistas. Esta auscultação não só avaliou o grau de conhecimento dos munícipes face ao entendimento de uma A21I, como facultou a possibilidade de recolha de dados relativamente às considerações dos pontos fracos e dos pontos fortes da realidade do concelho, segundo a perspetiva dos cidadãos. Nesta fase, toda a informação recolhida é tratada segundo a análise SWOT¹⁰, destacando-se os pontos fracos, fortes, oportunidades e ameaças para as freguesias e concelho. O fim desta fase foi concluído com o 1º Fórum participativo em que a comunidade procedeu a uma abordagem, análise e tratamento da informação recolhida, dando seguimento aos trabalhos através da seleção dos principais problemas e das prioridades de intervenção a nível concelhio. Numa 2ª fase, e a correr paralelamente a esta, foi elaborada uma análise ao concelho e freguesias dando-se especial relevância aos “*planos de ordenamento, relatórios técnicos, estudos científicos, indicadores de desenvolvimento, estudos de demografia, entre outros, que possam caracterizar o mais detalhadamente, em todos os seus aspetos, este território*” (Castro et al., 2007: 13).

⁹ A 23 de outubro de 2006 foi formalmente assinado o protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal da Batalha e o ISLA com o objetivo de desenvolvimento do estudo de pré-diagnóstico no âmbito da A21L da Batalha e a apresentação do relatório final em sessão pública.

¹⁰ O termo **SWOT** é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrónimo de Forças (**S**trengths), Fraquezas (**W**eaknesses), Oportunidades (**O**pportunities) e Ameaças (**T**hreats).



Figura 3.4 – Componentes do diagnóstico de sustentabilidade local

Fonte: Castro et al., (2007: 13)

Este relatório, posteriormente transformado em relatório de sustentabilidade teve como objetivo, determinar os vetores de intervenção que serão importantes para o curso da A21L. Neste momento, e tendo sido aprovado os vetores estratégicos e planos de ação, em sede de reunião camarária, será aberto à discussão pública esses instrumentos no sentido de se “*definirem prioridades de atuação parcerias, compromissos e estabelecidos os indicadores de monitorização*” (ata n.º 25 / 2007: 3).

A última fase, corresponde à fase da *Implementação e monitorização do Plano de Ação*, que será marcada pelo processo de monitorização e divulgação dos resultados da implementação. Para tal, serão definidos indicadores de sustentabilidade que desempenharão a função de avaliar o grau de sucesso da A21L aplicada ao concelho. De acordo com os sucessos atingidos será avaliada a necessidade de reajustar, caso seja preciso, as ações e medidas definidas anteriormente a fim de melhorar a eficácia do processo.

Destacam-se como contributos positivos deste processo, os métodos de trabalho e a nova conceção de desenvolvimento local.

No momento, procede-se aos trabalhos finais de conclusão da 2ª fase preparando-se, o processo, para entrar na última fase planificada.

Agenda 21 Local de Borba

Borba é uma vila portuguesa no Distrito de Évora, região Alentejo e subregião do Alentejo Central. É sede de um município com 145,12 km² de área e 7 782 habitantes (INE, 2001), subdividido em 4 freguesias: Matriz (Borba); Orada; Rio de Moinhos e São Bartolomeu (Borba).

Em pleno ano 2006, a candidatura da Câmara Municipal de Borba para elaboração e implementação da Agenda 21 Local oficializou-se.

Segundo se conseguiu apurar, os principais objetivos que orientam esta candidatura prendem-se com a *“melhoria da qualidade de vida; o combate à pobreza; a conservação e valorização dos recursos naturais; a manutenção da qualidade do ambiente e a valorização dos produtos e culturas locais”*¹¹. O arranque deste instrumento foi ao encontro de iniciativas de caráter ambiental que já se configuram como complementos fundamentais à Agenda 21. Neste âmbito, a implementação do programa Eco-Escolas em que a Escola EB 2,3 Padre Bento Pereira de Borba aderiu no ano letivo 2005/2006, com o apoio da autarquia, converge no sentido de envolver a comunidade escolar, em particular, e a comunidade local, em geral, em assuntos relacionados com questões de sustentabilidade. De acordo com os últimos dados obtidos, observou-se uma descontinuidade na implementação deste instrumento ficando-se, neste momento, a aguardar por mais informações.

¹¹ Portal da Agenda 21 Local
http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_a21&ref=176&Itemid=73&task=concelho

Agenda 21 Local de Caminha

Caminha é uma vila portuguesa do Distrito de Viana do Castelo, região Norte e subregião do Minho-Lima. É sede de um município com 129,66 km² de área e 17 069 habitantes (INE, 2001) subdividido em 20 freguesias. O município é limitado a nordeste pelo município de Vila Nova de Cerveira, a oeste por Ponte de Lima, a sul por Viana do Castelo, a norte pela Espanha e a oeste pelo Oceano Atlântico. As vinte freguesias que administrativamente fazem parte deste concelho são Âncora; Arga de Baixo; Arga de Cima; Arga de São João; Argela; Azevedo; Caminha; Cristelo; Dem; Gondar; Lanhelas; Moledo; Orbacém; Riba de Âncora; Seixas; Venade; Vila Praia de Âncora; Vilar de Mouros; Vilarelho e Vile. Tendo em vista instituir um modelo de desenvolvimento sustentável a partir da avaliação das potencialidades (pontos fortes) e vulnerabilidades (considerados os pontos fracos), o concelho abraçou a implementação de uma Agenda 21 Local, com início em 2005.

No entanto, surgiram algumas dificuldades que contribuíram para o atraso no início dos trabalhos, tendo-se prolongado a 1^a etapa por um período maior do que o previsto inicialmente. Oficialmente, e apesar desta Agenda ter-se iniciado em 2005, é no ano de 2006 que ganha visibilidade o que permite, oficialmente, anuncia-la como um processo em curso em Portugal.

Este processo insere-se no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III-A, que tem como *“objetivos incentivar uma vida saudável para as populações envolvidas, em harmonia com a natureza, cooperando no fortalecimento das capacidades endógenas para atingir o desenvolvimento sustentável, mediante o intercâmbio de conhecimentos e experiências”*¹².

O plano de trabalhos, tendo em vista a preparação da agenda XXI, culminou com o estipular de duas grandes etapas do desenvolvimento deste processo. Ficou assim definido que a 1^a etapa consistiria na própria elaboração da Agenda 21 Local, através do uso de uma metodologia participativa e com o estabelecimento de importantes parcerias. A 2^a etapa resumir-se-ia a pôr em prática as ações e recomendações saídas do trabalho elaborado na etapa anterior.

Na 1^a etapa estruturaram-se 3 fases de trabalho: *1^a Fase - Caracterização e Diagnóstico; 2^a Fase - Quadro estratégico de intervenção e Plano Preliminar de Ação; 3^a Fase - Estabilização e elaboração do Plano de Ação da Agenda XXI Local*. Em cada uma destas fases, foram atribuídos diferentes momentos de trabalho, como se pode observar na tabela seguinte (Tabela 3.1).

¹² Portal da Agenda 21.

http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_a21&task=detalhe&Itemid=73&id_form=362

1 ^a Fase	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do Sistema Territorial do Concelho; • Avaliação e diagnóstico das componentes interna e externa – articulação interinstitucional; • Reflexão e síntese sobre o retrato da situação atual; • Diagnóstico participativo – alargado às lideranças locais; • Definir o conjunto de indicadores de nível local – ajustamentos das políticas locais; • Verificação, avaliação dos resultados – definição de estratégias de desenvolvimento sustentável; • Indicadores de sustentabilidade; • Levantamento das potencialidades de articulação transfronteiriça; • Determinação dos indicadores – validação pela população e agentes locais
2 ^a Fase	<ul style="list-style-type: none"> • Concertação e consensualização – processo participativo; • Cruzamento das abordagens retrospectiva e prospetiva; • Definir os grandes objetivos gerais, estratégias e ações concretas; • Modelo operativo de planeamento participativo em três momentos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Momento prospetivo – pano de fundo articulado da evolução do concelho (Os trabalhos da primeira fase de elaboração da Agenda XXI Local de Caminha ficam concluídos neste ponto); 2. Análise, reflexão e discussão dos diversos objetivos a alcançar; 3. Integração, avaliação de opções e definição de estratégias em função dos objetivos.
3 ^a Fase	<ul style="list-style-type: none"> • Retro avaliação de todo o processo e revisão estratégica; • Planeamento participativo; • Versão final do Plano de Ação da Agenda XXI Local.

Tabela 3.1 - As fases que constituem a 1^a etapa da A21 Local de Caminha

Fonte: Adaptado de Correia, (2006a: 1)

A organização das tarefas assenta na criação de oficinas de trabalho de participação ativa nas quais se apela à intervenção massiva e contínua dos cidadãos locais. Assim, a primeira oficina, designada por Oficina de Abertura, “*visou identificar as áreas de intervenção consideradas prioritárias pelo conjunto de participantes, representando a visão de diferentes grupos de atores locais, através da definição e hierarquização de um conjunto de pontos fracos e pontos fortes do Concelho*” (Correia, 2006a: 2).

No entanto, e de forma prévia, para garantir uma significativa presença de representantes do governo central, da administração regional, das entidades e cidadãos locais nas oficinas de trabalho, o governo local promoveu a realização de reuniões prévias de sensibilização que veicularam informação relevante para o desenvolvimento do processo da Agenda 21 Local. Assim, foram dados esclarecimentos que incidiram em questões como: “*Explicar o que é a Agenda XXI; Explicar o que se pretende que seja o caso específico da Agenda XXI Local de Caminha e o faseamento previsto para este projeto; Fazer o enquadramento da Oficina de Abertura em todo o processo; Plano de Ação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no Século XXI, vulgo Agenda XXI ou Carta do Rio; O planeamento participativo através de uma abordagem integrada como forma de atingir o desenvolvimento sustentável; O papel essencial das autoridades locais, como nível de governo mais próximo do povo, na educação, mobilização e resposta ao público, em favor de um desenvolvimento sustentável; A importância da participação*”

da população e agentes económicos em todo o processo de desenvolvimento do Concelho; A organização prevista para a Oficina de Abertura, seus objetivos e resultados esperados” (idem, 3). A Oficina de Abertura organizou-se da seguinte forma: Formação de Grupos de Trabalho; Discussão em Grupos de Trabalho; Hierarquização de Prioridades e Discussão Geral. No fim dos trabalhos ficava o contentamento de terem sido hierarquizados os pontos fortes e fracos do concelho e decidido quais as prioridades de intervenção, de acordo com as necessidades do concelho.

No dia 26 de outubro de 2006, 23 dias após a primeira oficina de trabalhos, realizou-se a 2º Oficina que teve como “destinatários os Presidentes de Junta de Freguesia e Vereadores da Câmara Municipal de Caminha e visou, complementar a primeira, identificando as áreas de intervenção consideradas prioritárias pelo conjunto de participantes, através da definição e hierarquização de um conjunto de pontos fracos e pontos fortes do Concelho. Pretendeu-se desta forma aumentar a base de auscultação e participação” (Correia, 2006b: 2).

Já no ano de 2007, realizou-se uma outra oficina, designada Oficina de Cidadania. “Esta terceira oficina teve como destinatários membros do movimento associativo do concelho de Caminha, nomeadamente as suas lideranças, e visou complementar as duas oficinas já realizadas, identificando as áreas de intervenção consideradas prioritárias pelo conjunto de participantes, através da definição e hierarquização de um conjunto de pontos fracos e fortes do Concelho. Pretendeu-se desta forma ainda aumentar a base de auscultação e participação” (Correia, 2006c: 2).

Antes da realização do Fórum XXI, em abril de 2008, teve lugar a quarta oficina de trabalhos, em julho de 2007, que incidiu sobre o setor do turismo. Esta oficina sectorial teve como destinatários Atores e Agentes do Setor Turístico de Caminha e teve como objetivos: Divulgar o conceito e os pressupostos da Agenda 21 Local junto dos Atores e Agentes do Setor Turístico de Caminha; Promover o seu envolvimento e participação no diagnóstico das Vulnerabilidades e Potencialidades do Setor no Concelho e Promover a recolha de contributos, opiniões e identificação de prioridades para o Setor Turístico do concelho. Desta Sessão de Trabalho procuraram obter-se os seguintes resultados: Discussão dos Pontos Fortes e Fracos do Setor Turístico do Concelho de Caminha; Sua hierarquização e diagnóstico dos principais problemas estratégicos do ponto de vista das lideranças locais.

O 1º Fórum XXI, designado "Caminha Sustentável", faz a passagem do processo da A21L da 1º para a 2ª etapa. O Fórum aberto a toda a população local e a todos os agentes que deram o seu contributo na elaboração da primeira fase da Agenda XXI Local, visou apresentar os resultados obtidos no processo de diagnóstico, bem como apresentar os objetivos para a 2ª fase do processo e obter contributos para o acerto e correção dos mesmos. De acordo com as informações mais recentes, o processo continuou com a auscultação a alunos da Ancorensis, Cooperativa de Ensino em Vila Praia de Âncora, em resultado de uma proposta de participação da Câmara Municipal de Caminha, nas comemorações do Dia da Europa, dia 9 de maio. A Oficina Escolar (5ª oficina de

trabalhos) *“visou complementar as restantes oficinas já realizadas, identificando as áreas de intervenção consideradas prioritárias pelo conjunto de participantes, através da definição e hierarquização de um conjunto de pontos fracos e pontos fortes do Concelho. Pretendeu-se desta forma ainda aumentar a base de auscultação e participação, tentando incutir também um espírito de participação cívica nos mais jovens”* (CM Caminha, s.d.).

Neste momento, a Agenda 21 Local encontra-se na 2ª etapa decorrendo, contudo, trabalhos relacionados, ainda, com a 1ª fase desta etapa, como é o caso da 5ª oficina. O próximo passo será definir os objetivos, estratégias e ações a efetuar dentro do concelho.

Agenda 21 Local de Cascais

Agenda retratada no anexo I, página 7.

Agenda 21 Local de Castelo Branco

Castelo Branco é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Castelo Branco, situada na região Centro (Beira Baixa) e subregião da Beira Interior Sul. É sede de um dos maiores municípios portugueses, com 1 439,94 km² de área e 55 809 habitantes (INE, 2001), subdividido em 25 freguesias: Alcains, Alameda, Benquerenças, Cafede, Castelo Branco, Cebolais de Cima; Escalos de Baixo: Escalos de Cima, Freixial do Campo, Juncal do Campo, Lardosa, Lourçal do Campo, Lousa, Malpica do Tejo, Mata; Monforte da Beira; Ninho do Açor, Póvoa de Rio de Moinhos, Retaxo, Salgueiro do Campo, Santo André das Tojeiras, São Vicente da Beira, Sarzedas, Sobral do Campo e Tinalhas. O município é limitado a norte pelo município do Fundão, a leste por Idanha-a-Nova, a sul pela Espanha, a sudoeste por Vila Velha de Ródão e a oeste por Proença-a-Nova e por Oleiros.

Se há expressão que mais identifica o principal objetivo pela qual a Agenda 21 Local de Castelo Branco foi adotada, essa expressão seria *“Em Castelo Branco o tempo é de iniciar a caminhada, a longa caminhada da sustentabilidade”*(CM Castelo Branco, 2005: 7). O concelho procurou fomentar a sua competitividade face ao processo de globalização e oferecer uma melhor qualidade de vida à sua comunidade. Reconhecendo que o seu valor intrínseco reside nas suas gentes, no seu povo, o concelho de Castelo Branco apostou claramente, em 2005, no desenvolvimento de uma A21L capaz de colocar nas mãos de todos o futuro deste concelho e não, apenas, no poder local, como é salientado no documento do Diagnóstico para a Sustentabilidade *“A Agenda Castelo Branco XXI não é um desafio da Câmara Municipal de Castelo Branco, antes deve constituir um propósito coletivo. Cada cidadão, cada associação, cada empresa, cada organização deve assumir a sua parte, a sua responsabilidade. É incontornável que assim seja, só pode ser assim. A Agenda Castelo Branco XXI é de todos para todos. Por isso, assume particular relevância o processo de participação e corresponsabilização”* (idem, ibidem). Resumindo, a A21L constituiu uma estratégia para se criar soluções, com o contributo ativo de todos os agentes locais, como forma gerar riqueza e bem-estar social sem comprometer a qualidade do ambiente e a sustentabilidade.

Ao nível de parceiros esta Agenda 21 Local, contava com parcerias internas e externas. A nível interno, destaca-se o poder central, autarquias, empresas, escolas, associações de desenvolvimento local, associações da sociedade civil, tais como associações de defesa do

ambiente e de defesa dos consumidores enquanto que a nível externo, registava uma importante parceria através da empresa TTERRA¹³.

A metodologia aplicada a este processo de sustentabilidade foi proposta pela TTERRA à Câmara Municipal de Castelo Branco, regendo-se a A21L pelos seguintes princípios orientadores aprovados: • O consenso das partes envolvidas nas diferentes fases do programa; • A priorização de ações; • O avanço da proposta – o agir no terreno; • O balanço anual; • A disseminação; • As Sub - Agendas; • A participação e corresponsabilização.

Para dar seguimento aos trabalhos, o processo foi dividido em 3 grandes etapas (Quadro 3.2).

Processo de comunicação e de Participação	
I – Diagnóstico Síntese	3 meses
II – Elaboração de Estratégia	2 meses
III – Elaboração de Plano de Ação	4 meses
Implementação; Avaliação; Atualização; Melhoria Contínua	

Quadro 3.2 - Cronograma de ações trifásico

Fonte: CM Castelo Branco, (2005: 11)

Como se pode constatar, este processo pretende-se com uma duração de 9 meses, momento em que será efetuada a sua implementação e conseqüente avaliação regular para a introdução de melhorias, caso se justifique.

No entanto, antes de se alcançar este objetivo, o processo de A21L começou com um importante Diagnóstico - Síntese do Concelho cuja finalidade primordial era o conhecimento profundo da realidade do município, a partir da qual, se pode antever uma visão do futuro.

A elaboração do referido Diagnóstico foi precedida de uma auscultação aos cidadãos locais através de entrevistas e inquéritos.

Ao nível das entrevistas, foram realizadas 41 entrevistas diretas apoiadas em guião, aos atores-chave que representam entidades como Juntas, Associações, Núcleos, Confederações, Empresas, Institutos Públicos e Agrupamentos Escola. A informação recolhida foi disposta em 4 campos: *Parceria; Tipologias de mudança organizacional; As melhorias para o Concelho e a Importância de contribuir para A21L.* Correspondente ao item – *Parceria*, procurou-se indagar se a existência de parceiros contribuiriam, no geral, para beneficiar o processo de A21L ou pelo contrário, criar concorrência e instabilidade no processo. Relativamente ao item - *Tipologias de*

¹³ TTerra - Auditoria, Projeto e Técnicas Ambientais Lda, é uma empresa de consultoria independente, criada por um grupo de docentes universitários da Universidade de Évora, especializada no domínio da Gestão e Tecnologias Ambientais, sediada em Évora. A atividade da TTerra centra-se em estudos de auditoria e diagnósticos ambientais, sistemas de gestão ambiental e sua condução à certificação, estudos de impacto ambiental, formação/informação ambiental, consultoria ambiental, tendo por objetivo prestar serviços nestes domínios a empresas, instituições, organismos públicos e privados. http://www.tterra.pt/historia_e_missao.html

mudança organizacional, obtiveram-se respostas que indicavam claramente a importância de aumentar o apoio técnico, de adicionar financiamento ao processo e de diminuir os aspetos burocráticos, de forma a conceber uma organização mais flexível e eficaz do processo. O item sobre *As melhorias para o Concelho*, consistiu em solicitar sugestões para melhorar áreas do concelho, tais como: Ambiente, Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Urbanismo, Saúde, Economia e Comunicação. O último item, *Importância de contribuir para A21L*, os cidadãos responderam dando exemplos de como contribuir com ações em prole do desenvolvimento sustentável.

Os inquéritos aos cidadãos, realizaram-se entre os meses de abril e junho de 2005, tendo sido inquiridos 383 indivíduos. Este questionário recolheu informação “*sobre problemas e potencialidades tanto do espaço geográfico no seu conjunto enquanto concelho, quanto, das partes administrativas que o compõem (que para efeitos de análise foram agrupadas de acordo com a categorização criada aquando da realização do PDM: 1 – Zona Central/Eixo; 2 – Campo Albicastrense; 3 – Zona Ocidental/Pinhal; 4 – Zona Sul)*” (idem, 159). A informação obtida foi agrupada em 4 áreas: I- Pontos Fortes do Concelho; II – Problemas (Pontos Fracos) do Concelho; III – Obras prioritárias a realizar; IV – Sugestões de medidas a tomar.

Como resultado desta consulta popular e da caracterização física, social e económica do concelho, resultava a conclusão da 1ª fase do processo, com a elaboração do Diagnóstico Síntese. A análise SWOT que contribuiu para o diagnóstico, expôs algumas linhas condutoras para a próxima etapa da Agenda 21 de Castelo Branco – Quadro Estratégico de Intervenção. No entanto, é de referir que a calendarização prevista para esta 2ª etapa não está a ser cumprida, não existindo à data mais informação sobre o desenvolvimento de trabalhos correspondente a esta fase nem sobre os principais sucessos assinaláveis, neste processo. As dificuldades encontradas prendem-se com a extensa lista de projetos/ações em Castelo Branco que se ambicionam concretizar que não são suportados pelos recursos financeiros existentes. O respetivo processo foi integrado num processo intermunicipal, fazendo parceria com a A21L de Fundão, com a designação de Agenda Gardunha 21.

Agenda 21 Local de Esposende

Esposende é uma cidade portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e subregião do Cavado. É sede de um pequeno município com 95,18 km² de área e 33 325 habitantes (INE,2001) subdividido em 15 freguesias: Antas, Apúlia, Belinho, Curvos, Esposende, Fão, Forjães, Fonte Boa, Gandra, Gemeses, Mar, Marinhas, Palmeira de Faro, Rio Tinto, Vila Chã. O município é limitado a norte pelo município de Viana do Castelo, a leste por Barcelos, a sul pela Póvoa de Varzim e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Em fevereiro de 2003, Esposende dava início a uma Agenda 21 Local. Esta iniciativa teve como grande objetivo a vontade de definir uma estratégia para o futuro do concelho e a ideia de caminhar no sentido da sustentabilidade, agregando 3 pilares fundamentais no desenvolvimento local: a Economia, a Sociedade e o Ambiente. Com a implementação deste projeto no município de Esposende, procurou-se trabalhar em conjunto com a população, numa ótica de partilha de conhecimento e de aferição dos principais anseios e perspetivas de desenvolvimento para o concelho. A estrutura idealizada, com a realização de sessões participativas, foi o método tido como mais conveniente e que se pensou resultar numa maior adesão por parte dos atores locais.

O processo de elaboração A21L para o concelho de Esposende tem sido realizado de uma forma participativa, destacando-se a presença de presidentes de Junta de Freguesia, professores, técnicos da administração local, ONGA's, entidades públicas locais e população em geral, entre outros. Neste contexto, a Câmara Municipal de Esposende contou com a importante colaboração do Grupo Civitas ¹⁴, como principal parceiro, para a elaboração e desenvolvimento da sua Agenda.

Da análise ao *Relatório da Agenda 21 Local – Principais Desafios ao Desenvolvimento Sustentável do Concelho*, verifica-se que a metodologia do processo da Agenda 21L desenvolveu-se de forma faseada e com a integração de etapas, em cada fase. Assim, o processo da Agenda 21 Local prosseguiu respeitando os seguintes passos:

- Em fevereiro de 2003, iniciou-se a 1ª fase do processo, com a primeira das sessões de participação, dedicada ao tema: “Principais Desafios ao Desenvolvimento Sustentável de Esposende”. A identificação das áreas de intervenção consideradas prioritárias pelo conjunto de participantes, representando a visão de diferentes grupos de atores locais (políticos, técnicos, cidadãos e associações, empresários), traduziu-se na definição de Vetores Estratégicos. Tais vetores, definidos em workshops de participação, revelaram que a integração do ordenamento do território e do urbanismo numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, a criação de emprego e fixação da população local e ainda, a valorização paisagística do concelho,

¹⁴ CIVITAS – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, cuja principal missão é auxiliar os municípios portugueses na persecução do desenvolvimento sustentável local.

são áreas determinantes e cujo planeamento é fulcral na prossecução de objetivos conducentes a elevados padrões de sustentabilidade.

• A segunda fase do processo de elaboração da A21L consistiu na definição de estratégias para intervir no Concelho, sistematizadas em Quadros de Intervenção Estratégica. Após a definição das áreas de ação prioritárias para a sustentabilidade do concelho, realizou-se a primeira sessão de participação exclusivamente dedicada a um desses vetores estratégicos, tendo sido o tema da sessão: "Ordenamento do Território e Urbanismo Sustentáveis". A segunda reunião de trabalho participativa teve por tema de análise "Agricultura Sustentável" e o terceiro tema em discussão pelos participantes da Agenda 21 Local de Esposende foi "Orla Costeira Sustentável". Para terminar esta análise mais aprofundada sobre as áreas de intervenção prioritária no concelho rumo à sustentabilidade, realizou-se no âmbito das Jornadas do Ambiente – Esposende 2005 a última sessão de participação dedicada aos vetores de intervenção estratégica e dedicada ao tema "Turismo Sustentável" (Figura 3.5)

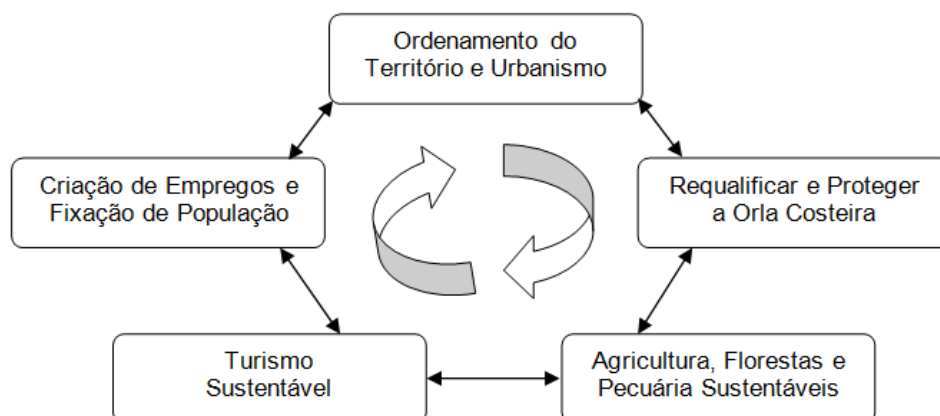


Figura 3.5 – Os cinco temas que definiram os Vetores Estratégicos da A21L de Esposende

Fonte: CM Esposende, (2006: 7)

Apesar de nestas 4 reuniões os objetivos definidos, em cada uma delas, serem específicos e distintos, a metodologia de trabalho aplicado não divergiu, adotando-se uma metodologia de sessões paralelas que *“visou criar uma atmosfera de trabalho descontraída, informal e criativa onde os participantes – reunidos por grupos de atores locais (políticos, técnicos, cidadãos/associações e empresários) – se pudessem expressar em igualdade de circunstâncias, segundo regras claras e integrados num processo eficiente e tanto quanto possível convergente para a obtenção de consensos”* (CM Esposende, 2003: 4).

• Na terceira fase da A21L os Quadros Estratégicos contendo um conjunto bem articulado de propostas de ações específicas são interligados com Fichas de Ação detalhadas, para cada uma das ações do Quadro Estratégico. *“Cada ficha inclui questões como: descrição do conteúdo, potenciais parceiros envolvidos na implementação, estimativa de custos, possíveis fontes de*

financiamento, pontos fortes da ação, eventuais debilidades a ter em conta, etc.” (CM Esposende, 2003: 2).

• Na quarta fase da A21L prepara-se o acompanhamento da implementação das propostas construindo-se, para esta finalidade, um conjunto de indicadores de Sustentabilidade, aos quais se poderá chamar “Termómetro da Sustentabilidade de Esposende”.

Após a apresentação dos eixos de atuação das medidas entendidas como estratégicas para o desenvolvimento sustentável do concelho de Esposende (2009/2013), estão a ser desenvolvidos trabalhos que pretendem promover uma efetiva articulação e participação dos vários agentes tendo em vista, e como foi supra referido, a implementação e acompanhamento da A21L.

Neste momento, é possível destacar sucessos e dificuldades extraídas deste processo. Assim apontam-se como principais dificuldades:

▪ A notória falta de conhecimento generalizado sobre a Agenda 21 Local, os seus princípios e objetivos. A falta de informação disponível sobre esta matéria e a pouca experiência a nível nacional na implementação e acompanhamento de Agendas 21 Locais foi numa fase inicial uma das principais dificuldades verificadas.

▪ A resistência à mudança, por parte da população, pouco habituada a participar em fóruns de discussão e em sessões de trabalho alargadas, bem como a alteração de hábitos de trabalho, constituíram inicialmente um ligeiro entrave, que rapidamente foi ultrapassado com a crescente participação dos diversos atores locais, que se sentiam motivados para a participação.

▪ A falta de recursos financeiros ou outros apoios disponibilizados pela Administração Central, que, a existirem, poderiam ter contribuído para uma mais ampla adesão dos municípios aos princípios da Agenda 21 Local.

Dos principais sucessos atingidos neste projeto, destacam-se a elaboração de um plano de desenvolvimento concelhio que aposta em vários vetores de intervenção e que faz da conjugação de diferentes áreas a sua mais valia. Também a participação pública e o envolvimento da população local contribuiu para que fossem traduzidos os anseios da população.

Agenda 21 Local de Évora

Évora é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Évora, e situada na região Alentejo e subregião do Alentejo Central. É sede de um dos maiores municípios de Portugal, com 1 308,25 km² de área e 56 519 habitantes (INE, 2001), subdividido em 19 freguesias: Bacelo; Canaviais Horta das Figueiras; Malagueira; Nossa Senhora da Boa Fé; Nossa Senhora da Graça do Divor; Nossa Senhora da Tourega; Nossa Senhora de Guadalupe; Nossa Senhora de Machede; Santo Antão; São Bento do Mato; São Mamede; São Manços; São Miguel de Machede; São Sebastião da Giesteira; São Vicente do Pigeiro; Sé e São Pedro; Senhora da Saúde e Torre de Coelheiros.

A Agenda 21 local, neste distrito, tem sido desenvolvida através da implementação do “*Projeto Dital 21*” no âmbito de uma parceria entre a Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) e a Diputación de Badajoz, financiada pelo PIC INTERREG III-A, Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha. Por via deste projeto dois concelhos portugueses, Arraiolos e Redondo, e 4 Comarcas na Província de Badajoz desenvolvem processos de A21L. No que concerne particularmente à A21local de Évora este concelho aderiu ao processo no ano de 2006, integrando-se no processo de adesão de uma A21local que outros municípios, do distrito, já tinham encetado. A promoção da A21Local de Évora foi concebida tendo como objetivo primordial melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes suportada pelo reforço das questões da proteção do ambiente. Neste contexto, “*a Câmara Municipal de Évora pretende promover a implementação da Agenda 21 Local no concelho de Évora, através da definição de uma estratégia descentralizada e localizada, promovendo assim o desenvolvimento sustentável da comunidade*” (CM Évora, s.d.[a]). Nesse mesmo ano, 2006, a Câmara Municipal de Évora, com o apoio do Instituto Português da Juventude, promoveu um Concurso de Fotografia subordinado ao tema “*Olhar Évora – A Sustentabilidade do Concelho: Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades, Ameaças*”, no âmbito dos trabalhos de desenvolvimento da Agenda 21 Local. Com este concurso, o município definiu como grande objetivo “*obter ainda registos fotográficos relativos às potencialidades e debilidades, oportunidades e ameaças emergentes no concelho*” (CM Évora, s.d.[b]) a fim de identificar as principais medidas prioritárias de intervenção a desenvolver no futuro. No entanto, após o arranque da A21L pouco se tem sabido de novas iniciativas levadas a cabo neste âmbito sendo que o processo parece ter-se eclipsado no tempo, ora por falta de visibilidade pública ou pela interrupção/adiamento dos trabalhos. Neste momento, espera-se pela realização do 1º Fórum participativo.

Agenda 21 Local de Faro

Faro é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Faro, da região, subregião e ainda da antiga província do Algarve. É sede de um município com 201,6 km² de área e com uma população de 58051 habitantes (INE, 2001), subdividido em 6 freguesias: Sé, S. Pedro, Conceição, Estói, Santa Bárbara de Nexe, Montenegro. O município é limitado a norte e oeste pelo município de São Brás de Alportel, a leste por Olhão, a oeste por Loulé e a sul tem costa no Oceano Atlântico.

Em 1 de janeiro de 2006, Faro adotava uma Agenda 21 Local para o concelho. Esta decisão partiu da necessidade de ver garantido um consenso local em torno de uma nova “Visão para Faro 2020”. A A21L vem ao encontro da procura, por parte do município, de sensibilizar as principais instituições e entidades públicas, privadas e associativas de Faro, de mobilizar dirigentes e técnicos do Município, bem como o maior número de cidadãos integrados nos mais diversos setores de atividade para que, em conjunto, assumam compromissos de atuação a curto e médio prazo que permitam um desenvolvimento mais equilibrado e solidário do concelho. A própria essência metodológica de uma Agenda 21L favorece a dinamização de encontros, debates, reuniões que promovem a participação ampla dos cidadãos e que facilita a criação de um plano de ação extremamente necessário para o cumprimento de ações prioritárias de intervenção, no concelho. Neste âmbito, a Agenda 21 Local promove um *Orçamento Participativo*, designação atribuída ao processo consultivo pelo que se destina a recolher opiniões, sugestões e propostas dos farenses.

Resumindo, este processo surge como um instrumento útil que procura, assim, promover o sentido de participação social e política através da auscultação de um maior número de pessoas e entidades, direta ou indiretamente (através de inquéritos, estudos, debates ou outros métodos). Só com a colaboração ativa dos *filhos da Terra*, é que se pode operacionalizar e desenvolver uma Agenda 21L que se deseja capaz de direcionar ações de trabalho futuras, de racionalizar recursos, de orientar competências e de criar condições de exequibilidade de implementação de medidas.

Após uma análise a metodologia da A21L, pode sintetizar-se a sua atuação em cinco itens de atuação: • *Ouvir as pessoas, direta e indiretamente, através de inquéritos, estudos, debates ou outros métodos;* • *Realizar análises sectoriais sintéticas e objetivas tendo em conta os fins em vista, baseadas, sempre que possível, em estudos, relatórios e documentos de caracterização já disponíveis;* • *Envolver no processo de debate, análise e decisão todo o conjunto de entidades e instituições públicas que detêm responsabilidades a nível social, económico e ambiental, promovendo a participação efetiva nas análises e definição de opções e prioridades que se venham a estabelecer, visando garantir uma atitude pragmática quanto às responsabilidades face ao futuro;* • *Assegurar, em especial, a participação de organizações representativas dos principais setores e áreas de atuação chave, visando corresponsabilizá-las às linhas prioritárias de trabalho definidas, nomeadamente ações / projetos;* • *Selecionar cuidadosamente as áreas de atuação, limitando o leque de opções, e selecionar um número reduzido de ações / projetos, garantindo*

uma maior operacionalidade, eficácia e eficiência futuras; • Decidir sobre as prioridades de trabalho futuro, a nível individual e coletivo, com segurança para dispormos dos recursos, competências e condições organizativas para as executar” (CM Faro, s.d.).

Neste momento, a fase do processo encontra-se no momento de reuniões de grupo. Apesar de ser uma A21L relativamente recente, os trabalhos poderiam decorrer com uma maior “vivacidade” mas, pelo que se apurou, a falta de tempo tem sido responsável por um certo abrandamento do processo. Como principais sucessos atingidos, até ao momento, regista-se: as Sessões de apresentação de conceitos e princípios de trabalho com elevados níveis de participação; dirigentes e técnicos municipais muito conhecedores da problemática e empenhados no trabalho a realizar.

A indisponibilidade de recursos, em particular o elemento “tempo”, é a principal dificuldade apontada para a execução do plano da A21L.

Agenda 21 Local de Fornos de Algodres

Fornos de Algodres é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito da Guarda, região Centro e subregião da Serra da Estrela. É sede de um município com 133,23 km² de área e 5 629 habitantes (INE, 2001), subdividido em 16 freguesias: Algodres, Casal Vasco, Cortiço, Figueiró da Granja, Fornos de Algodres, Fuinhas, Infias, Juncais, Maceira, Matança, Muxagata, Queiriz, Sobral Pichorro, Vila Chã, Vila Soeiro do Chão e Vila Ruiva. O município é limitado a nordeste pelo município de Trancoso, a leste por Celorico da Beira, a sul por Gouveia, a oeste por Mangualde e Penalva do Castelo e a noroeste por Aguiar da Beira.

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres desenvolve o projeto de uma A21L pois reconhece que, tendo em vista o aumento das exigências que o futuro reserva em questões de ordem económica, social e ambiental, a adesão pública e o contributo de todos para um desenvolvimento sustentado do município é a melhor conjugação de esforços para ultrapassar as dificuldades que se avizinham.

Esta Agenda, como foi supracitado, está a decorrer a par da Agenda 21 Local de Vila Nova de Paiva. Tal acontece no âmbito de uma parceria estratégica entre as duas autarquias e a Bestcenter¹⁵, empresa que ficou responsável pela implementação deste processo, em ambos os municípios. A decorrer no período de setembro de 2006 a dezembro de 2007, o projeto é financiado pelo Fundo Social Europeu e Estado Português através do Programa FORAL. Neste projeto, a Bestcenter conta com o apoio de consultoria do Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica Portuguesa.

Assim sendo, refira-se que a estrutura principal do processo desta Agenda 21Local é em todo semelhante à A21L de Vila Nova de Paiva pelo que, a fim de evitar repetições, indico a leitura do processo A21Local de V.N. Paiva.

Salienta-se como principal sucesso atingido, até à data, o envolvimento do executivo no desenvolvimento do projeto. As principais dificuldades verificadas são a falta de disponibilidade dos funcionários da autarquia para colaborar neste processo de acordo com o desejável.

O processo encontra-se no fim da 1ª fase (*Sensibilização e Criação do Fórum*).

¹⁵ A Bestcenter, com sede em Viseu, é uma empresa que desenvolve a sua atividade profissional nas áreas dos estudos, consultoria e formação profissional. Com uma intervenção focalizada prioritariamente nas regiões Norte e Centro do país, está orientada para a prestação de serviços de formação profissional e de consultoria para a gestão, adaptados às necessidades do tecido empresarial e do mercado de trabalho.

Agenda 21 Local de Idanha-a-Nova

A **Idanha-a-Nova** é uma vila portuguesa no Distrito de Castelo Branco, região Centro e sub-região da Beira Interior Sul. É sede de um dos maiores municípios de Portugal, com 1 412,73 km² de área subdividido em 17 freguesias: Alcafozes, Aldeia de Santa Margarida, Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha, Ladoeiro, Medelim, Monfortinho, Monsanto, Oledo, Penha Garcia, Proença-a-Velha, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, São Miguel de Acha, Segura, Toulões e Zebreira. O município é limitado a norte pelo município de Penamacor, a leste e sul pela Espanha e a oeste por Castelo Branco e pelo Fundão.

A Agenda 21 Local foi iniciada em 2006 mais concretamente no início de outubro aquando da reunião de apresentação da primeira fase do programa do Desenvolvimento Sustentável Local do município, da autoria da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. No decorrer deste evento, promoveu-se *“uma sessão de informação sobre a A21L, apresentação de projetos, inventários e iniciativas”* (Naturtejo, 2006: 2). As iniciativas de desenvolvimento sustentável local passam muito, neste município, pela preservação de um vasto território, de elevado potencial turístico, que se estende desde a Raia à Beira Interior, passando pelo Pinhal Interior até ao Alto Alentejo - Geopark Naturtejo da Meseta Meridional. Neste âmbito, Idanha-a-Nova foi o quarto município a aderir ao programa internacional para o desenvolvimento sustentável de desenvolvimento Agenda 21 Local, depois de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Nisa.

Sabe-se que a 2ª e última fase do processo foi concluído em 2008, esperando-se, no momento, por mais informação que possibilitem melhor análise.

Agenda 21 Local de Leiria

Leiria é uma cidade portuguesa, capital do distrito de Leiria, situada na região Centro e subregião do Pinhal Litoral a cerca de 50 kms a sudoeste da capital regional Coimbra. É uma cidade com 42 745 habitantes (INE, 2001), sede de um concelho com 564,66 km² de área, subdividido em 29 freguesias: Amor, Arrabal, Azóia, Bajouca, Barosa, Barreira, Bidoeira de Cima, Boa Vista, Caranguejeira, Carreira, Carvide, Chainça, Coimbrão, Colmeias, Cortes, Leira, Maceira, Marrazes, Memória, Milagres, Monte Real, Monte Redondo, Ortigosa, Parceiros, Pousos, Regueira de Pontes, Santa Catarina da Serra, Santa Eufémia e Souto da Carpalhosa. O município é limitado a norte/nordeste pelo concelho de Pombal, a leste por Ourém, a sul pela Batalha e por Porto de Mós, a sudoeste por Alcobaça e a oeste pelo concelho da Marinha Grande. O município tem também uma faixa costeira com o Oceano Atlântico, que se situa também a oeste.

“O início da elaboração de um Plano Municipal de Ambiente no âmbito da AL21 para o município de Leiria resultou de uma iniciativa da Câmara Municipal de Leiria (CML) em parceria com a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), uma Organização Não Governamental Ambiental (ONGA) de âmbito nacional com um papel ativo na zona” (Vasconcelos, 2004a: 1). Neste contexto, em 2004, iniciou-se o Projeto “AL21 Leiria Sustentável – um compromisso de futuro”, apresentando como principais objetivos: • Criar um Plano de Ação com vista ao Desenvolvimento sustentável; • Criar uma Visão sustentável para o futuro de Leiria e identificar objetivos e prioridades através de uma abordagem integrada; • Envolver a comunidade no desenvolvimento da AL21 de Leiria, promovendo a reflexão conjunta e crítica sobre os principais problemas associados a Leiria; • Identificar formas práticas e canais privilegiados de viabilização da participação pública, integrando todas as entidades locais, sejam elas públicas ou privadas através da construção de consenso; • Promover a responsabilidade partilhada para a resolução dos problemas ambientais existentes no município e projetar iniciativas e ações que ponham em prática esse princípio” (Vasconcelos, 2004b, prefácio).

A metodologia aplicada ao processo de implementação da A21L em Leiria resume-se a 3 grandes fases: 1ª - *Diagnóstico Ambiental*; 2ª - *Workshops participativos “Agenda 21 Leiria Sustentável - um compromisso de futuro”: “Ordenamento do Território”, “Resíduos”, “Recursos Hídricos”*; 3ª - *Agenda 21 Escolar*.

No entanto, antes se dar início ao processo de A21L e, mais concretamente proceder à elaboração do Diagnóstico Ambiental, foi imprescindível realizar todo um trabalho prévio de preparação que visou conhecer os recursos humanos existentes no meio, pois a participação pública *“surge como a força motriz da implementação da AL21, uma vez que o seu sucesso depende da identificação das pessoas com os objetivos do plano e da comunidade com a sua localidade”* (Vasconcelos, 2004a: 8).

Neste âmbito, e de acordo com o documento de diagnóstico ambiental de Leiria, os trabalhos iniciais foram organizados em duas importantes componentes: A *estruturação do processo participativo* e o *desenvolvimento do diagnóstico ambiental* (Quadro 3.3).

A estruturação do processo participativo

- *Organização de reunião com os parceiros, elaboração de um Plano de Ação e criação e dinamização de um Fórum Ambiental*
- *Apresentação de uma avaliação relativamente ao processo de lançamento da AL21 em Leiria, bem como a identificação das mais valias associadas à parceria entre a Câmara Municipal de Leiria (CML) e a LPN, e de possíveis dificuldades a ultrapassar;*
- *Identificação dos problemas existentes na cidade de Leiria bem como dos atores a envolver no processo de participação pública na elaboração da AL21;*
- *Descrição genérica dos processos de participação pública utilizadas a nível europeu, bem como a apresentação de casos de estudo e lições aprendidas na implementação da AL21 em vários locais do mundo;*
- *Proposta de métodos e técnicas de participação pública para o processo de participação pública da AL21 em Leiria.*

Diagnóstico ambiental

- *Nesta componente faz-se uma descrição da teoria que leva ao desenvolvimento de indicadores para a monitorização e gestão ambiental e posteriormente identificam-se e selecionam-se indicadores para o caso específico de Leiria.*

Quadro 3.3. – Principais etapas de trabalho em cada componente

Fonte: Vasconcelos, (2004a)

Na *estruturação do processo participativo* procura-se envolver todos os atores e agentes locais, cidadãos, empresas e indústrias, Organizações Não Governamentais (ONG), autoridades locais, entre outros, com o objetivo de aumentar o nível de participação, de intervenção e corresponsabilização da comunidade no destino do seu município. Acresce, a pertinência de envolver no processo grupos de parceiros que, pelo seu “Know How”, contribuam para melhor orientar os trabalhos como são os casos, nesta Agenda, das parcerias com a Liga para a Proteção da Natureza (LPN) e da equipa WTeamUp¹⁶.

Compete definir, desde logo, a estrutura organizativa dos grupos de parceiros intervenientes de forma que fique claro quais “*as atividades que serão efetuadas em conjunto, os papéis dos diferentes participantes do processo, métodos de decisão e normas de partilha de informações*” (Vasconcelos, 2004a: 12).

¹⁶ A WTeamUp é um a equipa de investigação e reflexão para a utilização de processos participativos interativos na área de ambiente, ordenamento do território e gestão ambiental. Consultar em http://www.wteamup.pt/webpage/pt_files/home_pt.htm

Constituídos os grupos de trabalho, torna-se imperativo impulsionar o processo, através de um conjunto de iniciativas como reuniões, fóruns, workshops que atuam como catalisadores do desenvolvimento dos trabalhos. É nestas reuniões que se deve efetuar uma análise e avaliação das questões prioritárias da comunidade.

Como foi supracitado, um dos objetivos da realização das reuniões prende-se com a finalidade de criar um Plano de Ação. Este documento deve identificar as áreas de intervenção e prioridades de atuação, englobar metodologias de trabalho e referenciar todos os passos do processo, de forma lógica e sequencial.

A criação do Fórum da A21 Local de Leiria, reveste-se de extrema importância visto desempenhar um papel de destaque na *“preparação, acompanhamento e avaliação do plano de desenvolvimento sustentável em Leiria, baseando-se todo o seu percurso na parceria, sendo constituído por representantes da comunidade local”* (idem, 14). Com a participação da comunidade, no fórum, sairão importantes medidas com carácter estratégico, visando a aplicação de políticas sustentáveis no concelho.

Como forma de identificar os problemas na cidade de Leiria bem como dos atores a envolver no processo de participação pública na elaboração da AL21 e potencialidades existentes no meio urbano, foi elaborado um inquérito com o objetivo de auscultar a população local sobre estes temas. Desta forma, inquiriu-se 200 cidadãos em Leiria entre os dias 30 de setembro a 2 de outubro e 21 de outubro a 22 de outubro. Este instrumento não foi utilizado ao nível de todo o concelho, como era pretendido, devido *“à disparidade de situações encontradas aliada à falta de recursos humanos levou a que a equipa se concentrasse na cidade de Leiria, pólo de desenvolvimento principal e onde os conflitos ambientais se colocam de forma mais intensa”* (idem, 18).

Após o tratamento dos dados recolhidos, dos inquéritos, foi elaborada uma lista das principais potencialidades e problemas na cidade de Leiria. Neste processo e, antes da elaboração do diagnóstico ambiental foram, ainda, analisados casos europeus de planeamento de A21L, destacando-se as *lições apreendidas* nesses processos que funcionaram como alertas para uma correta implementação da Agenda, em Leiria.

A elaboração do Diagnóstico Ambiental, correspondente à 1ª fase do processo, foi efetuada beneficiando de todo o trabalho e informação, previamente, realizados.

A 2ª fase do processo, encontra-se diretamente ligada a realização de workshops. Neste sentido, foi realizado o workshop *“AL21 Leiria Sustentável – um compromisso de futuro”*, que decorreu no dia 6 de abril de 2004, na Associação Empresarial da Região de Leiria (NERLEI). A concretização deste workshop teve como principais objetivos: *“Familiarização dos atores com o conceito de desenvolvimento sustentável e AL21, contextualizando-os para a situação atual do concelho*

através de apresentação de um diagnóstico ambiental preliminar; Reflexão conjunta visando uma maior consciencialização dos vários problemas existentes no Concelho de Leiria, tomada de possíveis soluções, encorajando o assumir da corresponsabilização; Identificação, priorização e seleção dos principais problemas da cidade de Leiria; Discussão e apresentação de soluções para a resolução dos problemas selecionados” (Vasconcelos, 2004b: i). A equipa da WTeamUp/LPN em conjunto com a equipa da Câmara Municipal de Leiria (CML), organizou as sessões formando grupos de trabalhos, que debateram um conjunto de problemas (procedentes da 1ª fase do processo) que afetam Leiria, inseridos em 3 grandes áreas: *Ordenamento do Território; Resíduos e Recursos Hídricos*; Cada grupo formado tinha como obrigação definir respetivas ações a realizar, entidades e a recursos a envolver para cada problema identificado. No fim dos trabalhos de grupo, os participantes foram reunidos em plenário para apresentação da síntese de cada problema identificado.

A 3ª fase do processo de A21L identifica-se com o desenvolvimento de uma Agenda 21 Escolar. Esta iniciativa procura envolver a comunidade escolar potenciando a participação ativa de todos os intervenientes da comunidade escolar na abordagem das temáticas ambientais e sociais que afetam a envolvente escolar. Os objetivos definidos para a Agenda 21 Escolar de Leiria passam por: *Estabelecer uma estrutura que toma decisões que afetam a qualidade ambiental do centro educativo e do município. Estabelecer acordos para se iniciar uma forma de vida mais sustentável no centro educativo e município. Reforçar os mecanismos de coordenação entre os agentes da comunidade educativa. Participar na Agenda 21 Local e integrar-se no meio social e territorial. Identificar, analisar e propor alternativas sobre questões ambientais e sociais do centro educativo, comunicá-lo em fóruns e colocar em marcha processos para a utilização sustentável do meio envolvente. Habituar os alunos a participar, cooperar, tomar decisões e a envolverem-se nos assuntos que afetam a qualidade de ambiental do centro e do município. Fazer do centro educativo um exemplo de prática responsável e respeitoso para com o meio ambiente. Adequar o currículo de forma a dar respostas às exigências que comporta o desenvolvimento sustentável” (CM Leiria, 2004: 7).*

A Agenda21 escolar é em tudo semelhante a um processo de A21L, contando com objetivos, instrumentos de participação, metodologia faseada, indicadores de sustentabilidade e monitorização. A falta de recursos humanos bem visível na fase da auscultação pública, através de inquéritos, que ficou confinada à cidade de Leiria é a principal dificuldade encontrada neste processo, até à data.

Neste momento, a A21L encontra-se nesta fase de trabalhos correspondente a implementação da A21 escolar.

Agenda 21 Local de Loulé

Loulé é uma cidade portuguesa no Distrito de Faro, região e subregião do Algarve. É sede do maior município Algarvio com 765,12 km² de área e 59 158 habitantes (INE, 2001), subdividido em 11 freguesias: Almancil, Alte, Ameixial, Benafim, Boliquireme, Quarteira, Querença, Salir, São Clemente (Loulé), São Sebastião (Loulé) e Tôr. O município é limitado a norte pelo município de Almodôvar, a leste por Alcoutim, Tavira e São Brás de Alportel, a sueste por Faro, a sudoeste por Albufeira, a oeste por Silves e a sul tem litoral no Oceano Atlântico. A Câmara Municipal de Loulé desenvolveu uma iniciativa com o objetivo de compatibilizar interesses económicos, coesão social e proteção do ambiente.

No 4 de março de 2005, na presença do Presidente da Câmara de Loulé, Dr. Seruca Emídio e restante Executivo Municipal, das equipas técnicas da Estratégia do CESUR e Câmara Municipal de Loulé e de mais de uma centena de cidadãos Louletanos que assistiram ao evento, foi formalmente lançada a Estratégia de Sustentabilidade do Município de Loulé. Neste âmbito nasceu um projeto, designado “*Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé*”, com o supremo objetivo de definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos, pretendendo-se fazer de Loulé um concelho exemplar até 2025. Este processo insere a A21L como importante instrumento para a concretização deste desígnio. Os trabalhos que irão decorrer serão distribuídos em 3 fases, de acordo com os seguintes objetivos¹⁷:

Componente I

Definição de uma visão estratégica para a sustentabilidade do Município e acompanhamento do processo de elaboração da Estratégia.

Objetivo: Estabelecer uma visão e objetivos de longo prazo para um desenvolvimento sustentável do município, bem como harmonizar o conceito de desenvolvimento sustentável e as expectativas da comunidade.

Componente II

Diagnóstico Seletivo e definição da Proposta de Desenvolvimento da Estratégia

Objetivo: Conduzir os estudos necessários que permitam uma análise técnica das necessidades e prioridades do município com vista ao seu desenvolvimento sustentável.

Componente III

Elaboração da Estratégia de Sustentabilidade para o Município

Objetivo: Preparar as bases do Plano de Ação para a Estratégia de Sustentabilidade. Para que os objetivos referidos possam ser concretizados, foi criada uma estratégia de envolvimento e

¹⁷ Portal da Agenda 21 Local
http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_a21&task=detalhe&Itemid=73&id_form=292

comunicação com os diversos agentes do Concelho, para que seja possível conhecer de perto as reais necessidades da região do ponto de vista social, ambiental e económico.

A participação ativa da comunidade é um propósito dos promotores da A21L tendo os responsáveis, pela dinamização da mesma, criado várias formas de participação pública, como: uma página na Internet, disponibilizando um vasto leque de informações onde se inclui a divulgação do próprio processo de A21L; Um inquérito on-line (inserido na mesma página de Internet) onde a população pode contribuir com propostas e sugestões úteis para o futuro da comunidade, entre outros; a promoção de um Fórum e outras iniciativas, como workshops e atividades que se venham a realizar ao longo do processo. Desta forma foi criado o Fórum Loulé 21.

O Fórum Loulé 21 *“funciona como um órgão constituído pelos agentes do Concelho (cidadãos, associações, escolas, empresas, autarquia e demais instituições públicas e privadas), sendo o espaço social de debate e reflexão, de todas as temáticas em análise na Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé (ESCL). O FL21 tem como responsabilidades assegurar a participação de todos os que vivem no Concelho, na conceção e desenvolvimento da Estratégia; Constituir-se como órgão consultivo dos trabalhos conducentes à Estratégia e criar e legitimar o Grupo de Dinamização do Fórum Loulé 21”* (Partidário, 2005: 5). À data tinham-se realizado 4 sessões (1ª - 30 de abril de 2005; 2ª - 30 de abril de 2005; 3ª - 5 de novembro de 2005 e o 4ª em fevereiro de 2006) e decorridos cinco workshops temáticos promovidos pelo Grupo de Dinamização da Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé.

Inserida noutras iniciativas, foi editado um livro, intitulado “Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé”, no dia 2 de julho de 2007, que faz uma abordagem transversal e integrada da preparação e execução do processo de sustentabilidade do município, resultando em mais um elemento de divulgação e sensibilização da comunidade para os problemas do município.

No dia 7 de novembro de 2007, realizaram-se as Jornadas Técnicas "Estratégia de Sustentabilidade e Agenda 21 Local - Algumas Experiências". Esta ação, que teve lugar, contou com a exposição de outras experiências, neste âmbito temático, nomeadamente das autarquias de Portimão, Oeiras e de Punta Umbria, e o trabalho desenvolvido pela Universidade de Huelva.

De momento, o processo encontra-se na fase de elaboração do diagnóstico seletivo com a análise SWOT aos vários indicadores do concelho.

Agenda 21 Local da Maia

A **Maia** é uma cidade portuguesa do Distrito do Porto, região Norte e subregião do Grande Porto. É sede de um pequeno município com 83,70 km² de área e 120 111 habitantes (INE, 2001), subdividido em 17 freguesias: Águas Santas; Barca; Folgosa; Gemunde; Gondim; Gueifães; Maia; Milheirós; Moreira; Nogueira; Pedrouços; Santa Maria de Avioso; São Pedro de Avioso; São Pedro Fins; Silva Escura; Vermoim e Vila Nova da Telha. O município é limitado a norte pelos municípios da Trofa e de Santo Tirso, a leste por Valongo, a sueste por Gondomar, a sul pelo Porto, a sudoeste por Matosinhos e a noroeste por Vila do Conde.

Com o intuito de envolver toda a comunidade na definição de estratégias de qualificação e desenvolvimento local, de forma sustentável, a Câmara Municipal da Maia estabeleceu um protocolo com o Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, para implementação do projeto de uma Agenda 21 Local, que decorreu no ano 2006.

A metodologia que está a ser seguida neste processo resume-se, de momento, a três importantes ações de trabalho. Em primeiro, destaca-se o Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável da Maia (CMDS), *“órgão independente de reflexão e consulta, representativo das forças vivas do concelho, que procura congregar as diversas sensibilidades e concertar os interesses em presença, e tem por missão estabelecer uma estrutura permanente de debate e participação relativamente a todas as matérias municipais relevantes em matéria de desenvolvimento sustentável. O CMDS funciona com total autonomia no exercício das suas competências”* (CM Maia, s.d.[a]). Este Conselho ficou encarregue de coordenar e dinamizar a Agenda21L promovendo, para tal, uma reflexão participada sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia. Plano esse, que à data, já tinha sido elaborado.

No segundo momento, revela-se a importância do “Fórum da Sustentabilidade”, criado no Portal do Ambiente e do Cidadão, portal este que foi criado tendo em vista a importância da participação dos Maienses no futuro do concelho. Este portal funciona, assim, como base de auscultação para a implementação da Agenda 21 Local, estimulando o envolvimento da comunidade na definição das políticas de sustentabilidade. Neste momento, encontram-se três fóruns de discussão eletrónica disponíveis que incidem sobre os seguintes temas: Principais problemas e ameaças; Aspectos mais positivos e oportunidades; Como gostaria que fosse o Concelho da Maia em 2020?. No referido Portal, (Portal do Ambiente e do Cidadão) disponibilizam-se, ainda, outros serviços que têm como objetivo claro a aposta na participação pública sustentada no desejo de ver aumentada a rede de parceiros locais, como entidades públicas e privadas, associações, ONG, entre outros. Por último, mas não menos relevante, pode-se afirmar que este Portal desempenha um papel fulcral neste processo, sendo um dos grandes motores para o desenvolvimento da

Agenda21L. O Portal para além de desempenhar o papel de catalisador e suporte da participação, de ser encarado como uma vital ferramenta de trabalho é, também, uma fonte de informação privilegiada que se traduz numa força consciencializada para as boas práticas ecológicas de toda a comunidade (Figura 3.6). Neste âmbito, verifica-se que o Portal reúne informação útil aos cidadãos através da qual os mesmos saberão como melhorar o seu civismo em áreas de forte intervenção humana tais como: Solo; Biodiversidade; Consumo; Ar; Água; Ruído; Resíduos; Mobilidade; Energia; Lazer; Parques, Jardins e Floresta



Figura 3.6 – Esquema do Portal do Ambiente e do Cidadão

Fonte: Adaptado de Câmara Municipal da Maia, s.d.[b]

Num terceiro momento, observa-se que as políticas de desenvolvimento sustentável neste concelho, não estão apenas centradas no projeto da A21Local mas, também, em outros projetos que convergem no sentido do desenvolvimento sustentável e representam uma mais valia não só para o sucesso da A21L, em particular, mas para as políticas sustentáveis, em geral. Assim, realça-se o projeto Futuro Sustentável/Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável. O primeiro, trata-se de um processo de participação pública de nível regional que pretende identificar as ações prioritárias para melhorar o ambiente do Grande Porto enquanto que o segundo, resume-se a um documento que desenvolve um amplo diagnóstico ao Concelho da Maia, definindo uma estratégia de atuação e propostas concretas de intervenção.

No seguimento da análise ao processo, apresenta-se de seguida uma breve descrição às várias iniciativas e atividades realizadas, em cada fase (CM Maia, 2009: 22-26).

Na 1ª fase (Planificação do processo) foi feita a seleção e validação das freguesias a integrar o projeto; a formação e sensibilização dos governantes locais (dirigidas aos presentes de junta,

membros de executivo e técnicos das autarquias); Definição de estratégias para a sensibilização da Comunidade; Criação de um logótipo do projeto, personalizado para cada uma das freguesias; Criação de uma página de Internet e assinado um Protocolo de Colaboração entre a LIPOR e as Juntas de Freguesia.

Na 2ª fase (sensibilização das comunidade e realização do workshop participativo) foram desenvolvidas algumas iniciativas, das quais se destacam como mais relevantes: Conceção de meios e materiais de comunicação e sensibilização; Edição da brochura de apresentação do projeto; Publicação de uma agenda para ano 2008 à temática da Agenda 21 Local; Reuniões individuais com a Junta de Freguesia; Criação da Equipa Coordenadora da Agenda 21; Realização do primeiro Workshop Participativo; Redação dos Relatórios dos Resultados da Participação Pública; Reunião com a Junta de Freguesia para efetuar ponto de situação e distribuição de inquéritos à população; Mesa redonda subordinada ao tema: "Freguesias a caminho da sustentabilidade." e a elaboração do Relatórios de Indicadores para a freguesia da Maia.

Na 3ª fase, realça-se a realização do Diagnóstico de Sustentabilidade da Freguesia e a produção do Plano de ação que se baseou na análise SWOT do referido diagnóstico.

Neste momento, o processo encontra-se numa fase transitória, aguardando-se o início da 4ª fase (Implementação, Acompanhamento e Revisão).

Agenda 21 Local de Mindelo

Mindelo é uma freguesia portuguesa do concelho de Vila do Conde, com 5,44 km² de área e 3 402 habitantes (INE, 2001). Insere-se na Área Metropolitana do Porto, na zona costeira Noroeste de Portugal.

Começa-se esta análise com a implementação da A21L, congratulando-se Mindelo por ter sido a 1ª freguesia do País a elaborar a sua própria Agenda. Em 2003, a Associação dos Amigos de Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA)¹⁸ e a Junta de Freguesia de Mindelo faziam o desabrochar deste processo. O objetivo da A21L era introduzir um processo dinâmico de mudança na freguesia, promovendo o seu desenvolvimento económico, fomentando a justiça social sem comprometer o ambiente, resumindo, promovendo um desenvolvimento sustentável que se traduzisse numa melhor qualidade de vida, da sua população.

Esta Agenda conta com a parceria de várias entidades, salientando-se como principais o Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica; Lidergraf–Artes Gráficas, SA, Probos - Resinas e Plásticos, SA; Lipor- Serviço Inter municipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto e com a participação da Câmara Municipal de Vila do Conde. Acresce referir, que numa primeira fase contou com a consultadoria do Instituto de Ambiente e Desenvolvimento de Aveiro (IDAD) e foi apoiada pela Fundação AVINA¹⁹.

Este processo conta, para além das referidas parcerias, com a participação ativa de todos os atores da terra, como *“pessoas naturais de Mindelo, residentes e visitantes, cientistas, técnicos e políticos com responsabilidades na freguesia, empresários e lavradores, comerciantes, professores e estudantes, associações e coletividades, profissionais de todas as áreas, pessoas de todas as idades, de todos os grupos sociais”*²⁰.

A metodologia aplicada a este processo, sintetiza-se em 3 fases: 1ª Fase – Diagnóstico de Sustentabilidade; 2ª Fase – Plano de Ação; 3ª Fase – Plano de Monitorização. Assim sendo, o processo desenrola-se de acordo com as seguintes etapas (Figura 3.7). Antes de se iniciar, formalmente, a 1ª etapa do processo foram dados importantes passos na história da A21L de Mindelo. Primeiro, o compromisso político dado pela Junta de Freguesia, Câmara Municipal e todos os partidos atuantes do concelho, com a Agenda 21 Local.

Posteriormente, foi elaborado um trabalho de caracterização prévia da freguesia. De seguida e após a obtenção do financiamento, foi escolhida uma equipa técnica de trabalho e criado o logótipo do projeto.

¹⁸ A Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA), criada em 1992, é a única organização não governamental de ambiente de Vila do Conde. Tem por finalidade exclusiva a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida na área da sua influência.

¹⁹ Avina é uma organização sem fins lucrativos que contribui na procura de modelos sustentáveis de desenvolvimento humano na América Latina fomentando a construção de vínculos de confiança e alianças frutíferas entre os líderes sociais e empresas, e articulando agendas de ação consensual.

²⁰ Portal da Agenda 21 Local de Mindelo – Mindelo em Ação
http://www.amigosdomindelo.pt/agenda21/agenda_21.htm#agenda21

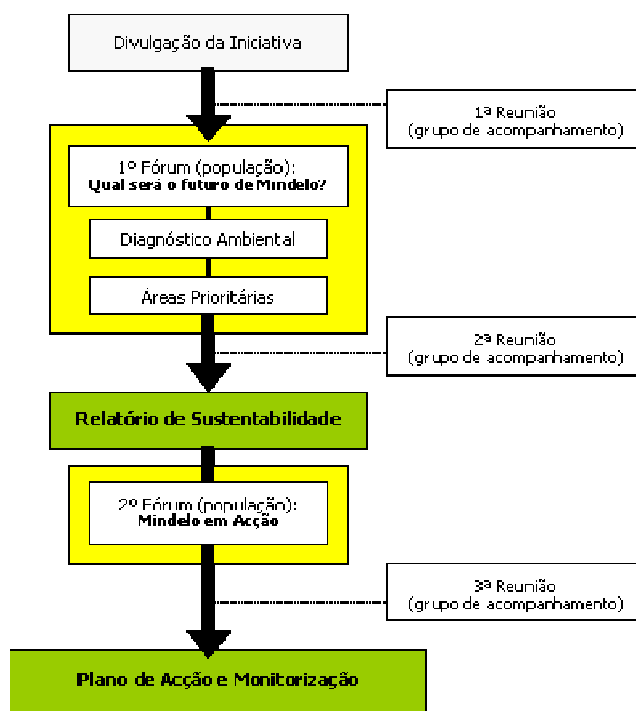


Figura 3.7 – Etapas do processo da Agenda 21 local de Mindelo

Fonte: Portal da Agenda 21 Local de Mindelo²¹

Formalmente, o processo teve início com a *Divulgação da Iniciativa* a toda a comunidade, “*tendo sido feita uma primeira reunião, com o objetivo de envolver os intervenientes políticos (Grupo de Acompanhamento) no início do processo da Agenda 21 Local e validar a sua continuação*” (IDAD, 2004: 8).

O 1º Fórum, sob o tema “Qual será o futuro de Mindelo?” foi precedido de um intenso trabalho de sensibilização da opinião pública para a participação nos trabalhos. Neste contexto, foram distribuídos convites em todas as residências e locais públicos na freguesia, elaborados cartazes, inscritos cidadãos por via eletrónica e divulgada a iniciativa no site da AAMDA e órgão da comunicação social. Como resultado, este workshop contou com uma elevada participação, tendo sido identificados os principais problemas da freguesia e definidas as áreas de atuação prioritárias. Dessas áreas prioritárias de ação, identificaram-se: *Reserva Ornitológica de Mindelo; Orla Costeira; Abastecimento e Saneamento Básico; Regato de Silvares; Resíduos; Acessibilidades; Equipamentos; Segurança e Ordenamento*²².

²¹ Portal da Agenda 21 Local de Mindelo
http://www.amigosdomindelo.pt/agenda21/a21l_historial.htm

²² Portal da Agenda 21 Local de Mindelo
http://www.amigosdomindelo.pt/agenda21/a21l_1forum.htm

A etapa seguinte ficou marcada com a elaboração do Diagnóstico Ambiental que retratou a freguesia de Mindelo na sua vertente económica, social e ambiental e dos problemas existentes através de uma *“caracterização detalhada dos recursos ambientais locais, fontes de emissão de poluentes, usos do solo, zonas sensíveis e áreas críticas à qualidade ambiental, às pressões de desenvolvimento e aos impactes ambientais”* (idem, ibidem).

Para ajudar na elaboração do diagnóstico, foram distribuídos inquéritos à população que incidiram sobre vários temas, destacando-se, o levantamento dos principais problemas de Mindelo. No final do diagnóstico foi efetuada uma segunda reunião com o Grupo de Acompanhamento com o propósito de debater os problemas identificados e outras questões pertinentes.

A partir dos resultados do Fórum, do Diagnóstico Ambiental e após a 2ª reunião, foi elaborado o *Relatório de Sustentabilidade*. O objetivo da elaboração do respetivo relatório é o de definir as áreas prioritárias de atuação, resultantes das principais conclusões do diagnóstico ambiental e do primeiro workshop realizado, as quais servirão de base ao plano de ação.

No dia 9 de outubro de 2004, com o tema "Mindelo em Ação", foram aprovadas de forma consensual as medidas prioritárias a implementar, rumo à qualidade de vida. Algumas das ações propostas pelos participantes e aprovadas por consenso foram inseridas nas áreas do Uso do solo e ordenamento do território; Biodiversidade e paisagem; Resíduos sólidos e Água.

Posteriormente, será elaborado o *Plano de Ação e de Monitorização*, correspondente à 2ª e 3ª fases do processo. Este Plano terá duas etapas distintas de elaboração, sendo a primeira para a elaboração do Plano de Ação e posteriormente o Plano de Monitorização.

Com o Plano de Ação *“pretende-se identificar os objetivos de política e medidas de intervenção que permitam conservar as características naturais relevantes, resolver os problemas identificados e atingir os objetivos de qualidade inicialmente definidos para Mindelo (visões de futuro). Este plano irá compreender um conjunto de ações estratégicas e operativas para cada uma das áreas prioritárias de intervenção identificadas na fase anterior e enfrentar os problemas identificados. São ainda identificados os meios e instrumentos existentes e/ou a mobilizar além de se identificar as possíveis entidades a envolver na operacionalização das respetivas ações. Este documento inclui ainda os critérios e indicadores ambientais de modo a facilitar a integração das ações e as consequências sobre a qualidade ambiental (através dos narradores). Para cada ação serão identificados uma série de medidas de intervenção mais concretas que devem acompanhar a operacionalização de cada ação”* (idem, 9-10). O Plano de Ação foi aprovado em 2005.

O Plano de monitorização tem como objetivo *“verificar a implementação das ações previstas no plano de ação e avaliar as tendências na obtenção dos objetivos e níveis de qualidade ambiental,*

bem como a alteração dos comportamentos da comunidade Mindelense relativamente ao ambiente”²³

Neste momento, e após passar dois anos da aprovação do Plano de Ação, fez-se um primeiro balanço extremamente positivo dos resultados obtidos. Assim, verifica-se que quase metade do Plano já tinha sido implementado (47%). Destaca-se como principais sucessos, da A21L, a criação da Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde, relativo à Reserva Ornitológica de Mindelo e o desenvolvimento da campanha "Mindelo a Reciclar". A campanha Mindelo a Reciclar *“inclui ações porta-a-porta para motivar e apoiar os Mindelenses na compostagem dos seus resíduos biodegradáveis. Nessas ações a AAMDA está a distribuir gratuitamente algumas dezenas de compostores e centenas de guias sobre a compostagem. Os habitantes de Mindelo podem com esta atividade melhorar o ambiente da sua vila: reduzindo e reciclando os seus restos de comida, reduzem a poluição dos aterros e incineradoras e obtêm no final uma importante recompensa sob a forma de um adubo natural pronto a ser usado”²⁴*.

Segundo últimas informações recolhidas, o processo encontra-se em fase de implementação, isto é, passar da teoria à prática. Está prevista uma revisão e atualização do Plano de Ação para o ano 2010.

Esta Agenda inclui como principais sucessos os resultados motivadores da implementação deste processo estando, já na forja (face aos bons resultados alcançados, até ao momento) a criação de novos projetos, tais como o *Projeto Rios e Horta Biológica*.

²³ Portal da Agenda 21 Local de Mindelo
http://www.amigosdomindelo.pt/agenda21/a21l_plano.htm

²⁴ Portal da Agenda 21 Local de Mindelo
<http://www.amigosdomindelo.pt/compostagem/compostagem.htm>

Agenda 21 Local da Nazaré

A **Nazaré** é uma vila portuguesa no distrito de Leiria, região Centro e subregião do Oeste. É sede de um pequeno município com 80,49 km² de área e 15 060 habitantes (INE, 2001) subdividido em 3 freguesias: Famalicão, Valado dos Frades e Nazaré.

Este município afigura-se com *“características rurais (herança dos Monges de Cister) ligadas às culturas de regadio, produções hortícolas e frutícolas. Situada entre o Oceano Atlântico e o município de Alcobaça, tem uma forte ligação ao Mar, que a posicionou como destino turístico balnear. Possui ainda um vasto pinhal inserido nas Matas Nacionais, bem conservado”*(...)“O Mar é um recurso determinante do Município. A qualidade da água costeira é boa na maioria das praias e devido à dinâmica costeira há uma acentuada renovação das massas de água pelo que existe potencial para o desenvolvimento no Município de outros usos para além do uso balnear. Os ecossistemas marítimos e costeiros são ricos, estão bem conservados e possuem espécies de fauna e flora de importante valor conservacionista, o que contribui para a manutenção da biodiversidade. O ambiente no Município inspira alguns cuidados, na rede hidrográfica, mas a floresta, que ocupa uma área significativa no Município, tem um razoável estado de conservação. O Município possui uma vasta área de espaços verdes, mas não em áreas urbanas” (CM Nazaré, 2006a: 21-22). Neste contexto, é preponderante proteger os recursos naturais existentes, neste espaço geográfico, tendo em vista a pressão económica e social a que estes estão sujeitos.

Um dos passos dados nesse sentido ocorreu quando, na quinta-feira do dia 23 de março de 2006, a Câmara Municipal da Nazaré e o IPI – Inovação, Projetos e Iniciativas, “promoveram uma sessão de apresentação da Agenda 21 Local, dirigida a representantes de organizações da sociedade civil. A escolha do concelho para uma Agenda 21 Local justifica-se pelo reconhecimento deste instrumento como: *“um quadro de referência para o desenvolvimento económico, social, cultural, tendo como pano de fundo a riqueza e a densidade do passado comum de pertença identitariamente ligada ao Mar, a sua redescoberta como visão e afirmação do futuro, o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade e pelos recursos naturais. Pretende proporcionar aos decisores locais a oportunidade de, com a população, em coordenação com os poderes regionais e centrais, desenvolverem um diálogo construtivo de parceria e de corresponsabilidade”* (CM Nazaré, 2006b: 11).

Para ser mais específico, pode-se destacar 7 objetivos principais da A21L da Nazaré: *A integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas, programas e processos de decisão local; O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais; A presença e afirmação dos interesses da comunidade, mediante a participação ativa em redes e parcerias locais, regionais, nacionais e transnacionais; A definição de objetivos operacionais e a concretização de planos de ação focalizados na consolidação e reforço do desenvolvimento sustentável local; A aprendizagem e a adaptação à mudança, no*

quadro dos valores e objetivos da comunidade local; O acompanhamento da evolução registada, mediante a monitorização dos indicadores de desenvolvimento sustentável; A revisão periódica dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável local, incorporando as novas necessidades e aspirações da comunidade num processo de melhoria contínua” (idem, 10-11).

Da análise aos objetivos, reforça-se os 4 vetores principais em que incide a atenção da A21L: O campo económico e social do desenvolvimento; A conservação e renovação dos recursos utilizados para o desenvolvimento; A participação na decisão de grupos majoritários da população e a concretização de medidas que permitam um desenvolvimento sustentado.

A metodologia aplicada neste processo divide-se em 2 etapas, constituídas por várias fases (Tabela 3.2). O início do processo começa com o *retrato* e *contextualização* do concelho. O *retrato* do concelho pretendeu dar um conhecimento aprofundado sobre o mesmo, no que concerne à vertente económica, cultural, social e humana. A *contextualização* teve como objetivo perceber a situação da Nazaré comparativamente aos concelhos limítrofes. Da conjugação deste dois constituiu-se a sistematização da realidade do concelho, designado por “referencial zero”. Deste *referencial* são identificados os *recursos* e *fragilidades* do concelho que representam a base de trabalho para o desenvolvimento sustentável.

A elaboração do *Diagnóstico do Município*, utilizando os dados fornecidos pela fase precedente de trabalho, tem como “*principal objetivo identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudanças, bem como a medida em que elas influenciam e devem ser ponderadas nos objetivos operacionais e nos planos de ação a definir*” (CM Nazaré, 2006c: 18). Posteriormente, cada recurso estratégico identificado no concelho da Nazaré foi classificado de acordo com a escala de *critérios de significância*²⁵, sendo avaliados numa escala qualitativa em 5 níveis: Muito Bom, Bom, Suficiente, Insuficiente e Mau e numa escala quantitativa, entre 12 e -24, numa leitura global no contexto do município.

²⁵ A definição dos critérios de significância “*visa permitir avaliar os elementos caracterizadores do retrato atualizado do Município da Nazaré na perspetiva dos 4 pilares do desenvolvimento sustentável e do recurso estratégico identificado. Consiste na enunciação do conjunto de critérios coerentes, universais, compreensíveis, fáceis de implementar e quantificáveis, com base nos quais é avaliada a realidade. Os critérios de significância têm em atenção as orientações definidas a nível europeu e nacional em matéria de desenvolvimento sustentável e estão referenciados à escala de valores que se encontra subjacente às políticas de sustentabilidade. Em Portugal e atualmente, os critérios de significância selecionados são os seguintes: Saúde Pública; Impactes Ambientais; Impactes Económicos; Impactes Sociais; Impactes no conhecimento e inovação e Recursos municipais*” (CM Nazaré, 2006a: 24-25).

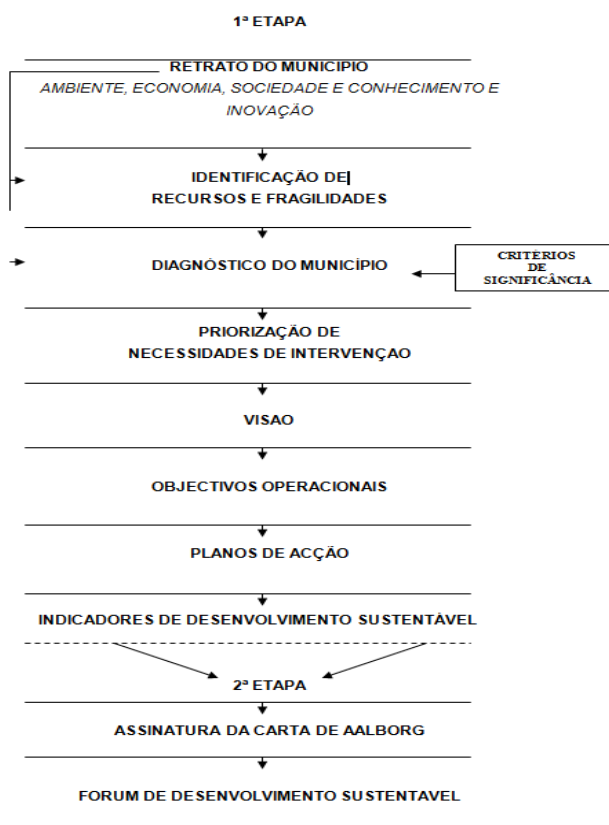


Tabela 3.2 – Etapas do processo da A21L da Nazaré

Fonte: CM da Nazaré, (2006c: 16-17)

As pontuações obtidas declaram quais as maiores potencialidades e fragilidades do município, constituindo o Diagnóstico do Município da Nazaré. Outra vantagem deste instrumento, é de permitir uma ordenação por ordem decrescente do que está bem, o que está menos bem e do que precisa ser melhorado, podendo-se definir automaticamente as prioridades de intervenção.

A *priorização de necessidade de intervenção*, consistiu na utilização dos resultados teóricos recolhidos dos “critérios de significância”, partindo para atuações concretas.

A fase seguinte, *Visão*, foi de extrema importância no que concerne à definição de um conjunto de estratégias que permitam executar as intervenções planificadas, na fase anterior. Torna-se indispensável construir, metodicamente, *objetivos operacionais* que possibilitem a exequibilidade das ações. Os *objetivos operacionais* estruturados a partir da visão enunciada ficarão sempre inseridos no âmbito dos seguintes grupos de trabalho temático: 1. Valorizar e qualificar o ambiente; 2. Recuperar a identidade urbana; 3. Assegurar um futuro turístico para a Vila e para o Concelho; 4. Sustentar a diversidade da base económica do concelho; 5. Informar, qualificar, mudar.

Os *Planos de Ação* propuseram-se a “concretizar os objetivos estratégicos, no quadro da visão enunciada para o Município da Nazaré”... “*integram um conjunto de projetos conexos, são sequenciais à priorização de necessidades de intervenção e pretendem constituir a componente operacional do processo de implementação da Agenda 21 Local da Nazaré*” (CM Nazaré, 2006d: 3). Os planos de ação compreendem a seguinte sistematização: Objetivos gerais; Linhas de ação; Indicadores de desenvolvimento que lhes estão associados e Principais intervenientes na concretização. Cada Plano só será aprovado e executado após correto e completo preenchimento dos campos referenciados.

Os *indicadores de desenvolvimento sustentável* foram criados para funcionarem como instrumentos de monitorização e avaliação contínua dos avanços do processo, verificando o grau de eficácia da concretização das medidas em curso.

Na 2ª etapa do processo, e respeitando o compromisso da Carta de Aalborg, será desenvolvido um Fórum que funcionará como uma “*instância fundamental através da qual se opera a participação da comunidade na validação, implementação, acompanhamento e avaliação da A21L*” (CM Nazaré, 2006e: 80).

Finalizando, no momento “*está concluída a elaboração da Agenda 21 Local da Nazaré. O documento, que apresenta a visão, os objetivos operacionais e as linhas de ação para o desenvolvimento sustentável do Município da Nazaré nos próximos anos, foi apresentado aos representantes das forças vivas locais, numa sessão que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Um dos próximos passos deste processo será a criação de um Fórum Local de Desenvolvimento Sustentável, um espaço de reflexão, proposta e decisão sobre o caminho a seguir nas diferentes áreas estratégicas*”²⁶.

Ainda em fase de passar da teoria à prática, esperam-se novos avanços no processo para salientar, com segurança, os sucessos/dificuldades da aplicação deste processo. No entanto, destacam-se como principais sucessos atingidos, a maior fiabilidade na constatação dos reais problemas do concelho e a superior agilidade de identificação de áreas de intervenção que este processo permite. A escassez de recursos humanos e financeiros apresentam-se como as principais dificuldades registadas no decurso do processo.

²⁶ Portal Oeste Online. Obtido em 2007, de <http://www.oesteonline.pt/noticias/noticia.asp?nid=14266>

Agenda 21 Local da Nisa

Nisa é uma vila portuguesa no Distrito de Portalegre, região Alentejo e subregião do Alto Alentejo. É sede de um município com 573,93 km² de área e 8 585 habitantes (INE, 2001), subdividido em 10 freguesias: Alpalhão; Amieira do Tejo; Arez; Espírito Santo; Montalvão; Nossa Senhora da Graça; Santana; São Matias; São Simão e Tolosa. O município é limitado a oeste e norte pelo município de Vila Velha de Ródão, a leste pela Espanha, a sueste por Castelo de Vide, a sul por Portalegre, a sudoeste por Gavião e a noroeste por Mação.

Com a finalidade fundamental de conseguir um concelho sustentável através da correta integração dos aspetos económicos, sociais, ambientais e de boa governação, a Câmara Municipal de Nisa deu início, em julho de 2006, ao seu processo de A21Local. Os parceiros técnicos que colaboram na elaboração da A21L são a Associação de Municípios do Norte Alentejano (AMNP) e a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Os objetivos estratégicos inerentes ao processo passam por: *Identificar o estado atual do desenvolvimento no Concelho e os seus pontos fortes e fracos (identificar as estruturas do Município, as estratégias e recursos a desenvolver na Agenda 21 Local com o apoio da Câmara Municipal); Selecionar e concentrar as atenções nos desafios prioritários para o desenvolvimento do Concelho (metas, objetivos, e indicadores; definir o que se pretende alcançar); Definir estratégias integradas e propor intervenções bem articuladas para aumentar a qualidade de vida (preparar um documento das ações que se vão realizar para que cada meta seja atingida - inclui o prazo, orçamento e responsáveis pela execução); Aumentar a eficácia das intervenções e promover um desenvolvimento sustentável; Incentivar a cooperação, a concertação e a formação de parcerias entre atores locais (estabelecer um entendimento geral da comunidade e desenvolver abordagens de envolvimento no processo da Agenda 21 Local); Promover a participação dos cidadãos e de outros agentes locais e responder às suas aspirações (as Instituições e a Sociedade Civil são necessários para a enorme tarefa de assegurar o desenvolvimento sustentável. Criar boas condições para se concretizarem as propostas de projetos e outras ações prioritárias (criar um sistema de gestão interno para o cumprimento municipal; monitorizar as atividades e identificar possíveis mudanças nos serviços); Acompanhar a evolução do desenvolvimento do Concelho através de painel de indicadores (realizar avaliações e revisões periódicas usando os indicadores para verificar se as metas foram efetivamente atingidas)*" (CM Nisa).

A metodologia adotada para a sua elaboração consiste em 4 grandes etapas que se pretendem integradoras e participadas, *O Diagnóstico do Desenvolvimento; Os Vetores de Intervenção Estratégica; O Quadro Programático de Atuações, Concertação e Plano de Ação; A Estrutura de Monitorização do Plano.*

Neste momento, o processo encontra-se, no seu início, com trabalho técnico que consiste na recolha de dados através do lançamento dos questionários sobre a Qualidade de Vida nas 10 Freguesias; Em entrevistas a alguns atores chave, nomeadamente, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e na análise de estudos, planos e programas incidindo sobre o concelho e realização de pesquisa sobre o contexto supralocal.

Posteriormente, através de uma análise SWOT, serão identificados os pontos fortes e as fragilidades do concelho que serão, em sede do 1º Fórum, abordados.

Agenda 21 Local de Odivelas

Odivelas é uma cidade portuguesa do Distrito de Lisboa, região de Lisboa e subregião da Grande Lisboa. É sede de um município muito pequeno com 26,14 km² de área e 133 846 habitantes (INE, 2001), subdividido em 7 freguesias: Caneças, Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada. O município é limitado a nordeste pelo município de Loures, a sueste por Lisboa e a oeste por Amadora e Sintra. Foi criado em 1998 por desmembramento de Loures.

Em outubro de 2001, o concelho de Odivelas abraçou o projeto de Agenda 21 Local com o desígnio de melhorar a qualidade de vida da sua comunidade procurando, com este projeto, identificar os principais problemas ambientais do concelho, encontrar soluções para esses problemas e estabelecer estratégias de sustentabilidade, para o município. No discurso de abertura do Vereador Alexandrino Saldanha, acerca da A21L, o próprio referia alguns dos principais problemas que afetavam o município, como a questão das "Acessibilidades, tráfego e estacionamento; Falta de zonas verdes; Deposição ilegal de resíduos; Problemas de poluição atmosférica; Insegurança, ligada ao consumo e tráfico de droga; Limpeza das linhas de água; Ocupação do espaço público por viaturas abandonadas; Animais errantes"²⁷. Neste contexto, surgia a Agenda 21 Local como promotora do desenvolvimento sustentável a nível local. Os seus objetivos assentam na persecução de um conjunto de princípios e características gerais em que se estabeleceu que A21L de Odivelas assentasse (Quadro 3.4).

Princípios	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia participativa (participação) • Transparência • Parceria • Responsabilidade partilhada • Equidade e justiça • Subsidiariedade • Cooperação
Características	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem sistemática e interdisciplinar • Abordagem intersectorial e integrada • Respeito pela capacidade de carga dos ecossistemas • Preocupação com as gerações futuras • Longo prazo

Quadro 3.4 – Princípios e características em que assentam os objetivos da A21L de Odivelas

Fonte: CM Odivelas, (s.d).

²⁷ Discurso de abertura do Vereador Alexandrino Saldanha aquando do 1º workshop da Agenda 21 relacionado com o diagnóstico ambiental do concelho.
<http://www.cm-odivelas.pt/camaramunicipal/servicosequipamentos/ambiente/diagnostico/DiscursoAberturaVAS.htm>

Os objetivos definidos pela A21L apelam basicamente: à participação ativa da população no processo estimulando, assim, os setores estratégicos a cooperar no processo de tomada de decisão; à atribuição de responsabilidade aos cidadãos em relação às políticas de sustentabilidade a implementar para que todos os municípios possam ser parte integrante neste processo.

Antes de partir propriamente para a metodologia aplicada, neste processo, convém referir que a sua aplicação só foi possível devido à participação significativa de parceiros e apoios que colaboraram para o desenvolvimento dos trabalhos. Assim, conta-se o contributo de juntas de freguesia, escolas, câmaras vizinhas, ONG's de defesa do ambiente, empresas comerciais e industriais, administração central, entre outros. Uma parceria bastante importante, para o desenrolar do processo refere-se, também, ao envolvimento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

A metodologia aplicada neste projeto iniciou-se com o diagnóstico do estado do ambiente, desenvolvido através da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Este diagnóstico baseou-se num processo fortemente participativo dos principais atores locais, tendo sido complementado pela análise crítica e observação direta da realidade por parte da sua equipa técnica. Este trabalho foi suportado pela concretização de dois inquéritos, um dirigido a população e outro destinado aos agentes de desenvolvimento local. A par destes trabalhos decorreram dois Workshops que reuniram decisores, municípios e agentes locais em torno da reflexão e debate de assuntos concretos e relevantes para o futuro sustentável do Concelho de Odivelas, com o objetivo de identificar os principais desafios que se colocam ao Concelho. O 1º *Workshop subordinado ao tema Odivelas Sustentável 2020 - Principais Desafios* e o 2º ao tema *Odivelas Sustentável 2020 – Grandes opções de qualidade de vida*. A principal diferença entre os dois workshops prende-se com as finalidades pelos quais foram realizados. O primeiro, contribuiu para o apuramento do diagnóstico do estado do ambiente, concluído em 2003, e o segundo serviu de base à elaboração do diagnóstico prospetivo do concelho, com o objetivo de delinear futuras ações que refletissem o modelo de sustentabilidade pretendido.

Depois desta primeira fase, já concretizada, a metodologia passaria pelas seguintes fases: Definição da Estratégia (objetivos e principais vetores) e Ações de Intervenção; Implementação; Monitorização e Revisão. A expressão “passaria” foi aplicada pois verifica-se que, a partir de 2005, o processo de Agenda 21L cessou. São apontados como fatores responsáveis, dificuldades financeiras, falta de apoio governamental e dificuldades de articulação e de liderança ao nível do processo. A A21L parece ter sido esquecida pelo poder político local.

Numa análise aos trabalhos, destacam-se como principais dificuldades: Constrangimentos financeiros; falta de apoio governamental, dificuldades de articulação entre departamentos,

fragilidade ao nível da liderança do processo, em grande medida associada ao predomínio da valência ambiental. A A21 local não se encontra no topo das prioridades políticas.

Ao nível dos principais sucessos, ainda não é possível identificar sucessos ou mesmo insucessos associados ao processo de elaboração da A21I por não se ter ultrapassado a fase de diagnóstico.

Da mesma forma que não é possível identificar tendências evolutivas face aos problemas evidenciados nesta fase por não se encontrar definido um sistema de monitorização adequado.

Agenda 21 Local de Oeiras

Agenda retratada no anexo I, página 12.

Agenda 21 Local da Oleiros

Oleiros é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Castelo Branco, região Centro e subregião do Pinhal Interior Sul, com cerca de 2 500 habitantes. É sede de um município com 465,52 km² de área e 6 677 habitantes (INE, 2001), subdividido em 12 freguesias: Álvaro; Amieira; Cambas; Estreito; Isna; Madeirã; Mosteiro; Oleiros; Orvalho; Sarnadas de São Simão; Sobral e Vilar Barroco. O município é limitado a norte pelo município do Fundão, a leste por Castelo Branco, a sul por Proença-a-Nova, a sudoeste pela Sertã e a noroeste por Pampilhosa da Serra.

Até ao momento, apenas foi elaborado o 1º Relatório de Diagnóstico Económico, Social, de Conhecimento e Inovação do Concelho, apresentado no dia 16 de outubro de 2007, no auditório da Casa da Cultura de Oleiros. No entanto, mesmo o referido relatório ainda não se encontra em fase de conclusão. Neste momento, e com a A21L a ter início no final de 2006, o trabalho elaborado corresponde à primeira etapa do relatório que aborda, entre outras, a questão das Dinâmicas Populacionais e das Projeções Demográficas. Como é referido, só após ser *“finalizado o diagnóstico, será possível a definição de indicadores de desenvolvimento sustentável, uma das opções estratégicas deste município”* (CM Oleiros, 2007)

Fica-se a aguardar por mais desenvolvimentos.

Agenda 21 Local de Oliveira do Bairro

Oliveira do Bairro é uma cidade portuguesa, situada no Distrito de Aveiro, região Centro e subregião do Baixo Vouga. É sede de um pequeno município com 87,28 km² de área e 21 164 habitantes (INE, 2001), subdividido em 6 freguesias: Bustos, Mamarrosa, Oiã, Oliveira do Bairro, Palhaça, Troviscal. O município é limitado a norte pelo município de Aveiro, a nordeste por Águeda, a sueste por Anadia, a sudoeste por Cantanhede e a oeste por Vagos.

A Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao pretender direcionar o seu desenvolvimento e a qualidade de vida das populações para a sustentabilidade, iniciou o processo de elaboração de uma Agenda 21 Local em dezembro de 2006, com a duração prevista de 18 meses. Este processo conta com a colaboração do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e com a colaboração ativa de todos os agentes locais e habitantes deste concelho.

A metodologia adotada neste processo resume-se a *5 fases principais* (Coelho, 2007: 1): Numa primeira fase, desenvolve-se a Criação do Grupo de Apoio à A21L; Apresentação Pública da A21L e Diagnóstico dos Problemas e Potencialidades do concelho; Na segunda fase, será elaborado o Fórum de Participação Pública (Visão Futura) e traçados os Vetores Estratégicos; Na terceira fase, será preparado e aplicado o Plano de Ação com Reunião com o Grupo de Apoio à Agenda; Numa quarta fase, ir-se-á proceder à Monitorização do Plano e no fim dos trabalhos, correspondente à quinta fase, será feita a Apresentação Pública da A21L (Figura 3.8).

Após a Criação do Grupo de Apoio à A21L e Apresentação Pública da Agenda deu-se início à fase do Diagnóstico Seletivo da A21L, com o objetivo de integrar os contributos da população e dos agentes locais neste processo, através da identificação das principais oportunidades e constrangimentos existentes no concelho e freguesias. A maior parte da informação foi recolhida através de inquéritos por entrevista e de inquéritos por questionário. Os resultados do Diagnóstico Seletivo da A21, resultaram num relatório que apresenta uma *“visão da comunidade sobre a realidade do concelho, nas suas várias dimensões, identificando algumas das necessidades e expectativas mais prementes”* (idem, 18).

Em suma, a 1ª fase do processo da A21L resultou na elaboração do Relatório Síntese do Diagnóstico Seletivo (assim designado) que faz um retrato do concelho, relativamente à população, economia, ordenamento do território, ambiente, qualidade de vida e governação do concelho apresentando, para além do mais, *“inúmeras potencialidades a serem exploradas e valorizadas, bem como problemas a serem atenuados e mitigados, no sentido da construção de um Futuro Sustentável para Oliveira do Bairro”* (idem, 23).

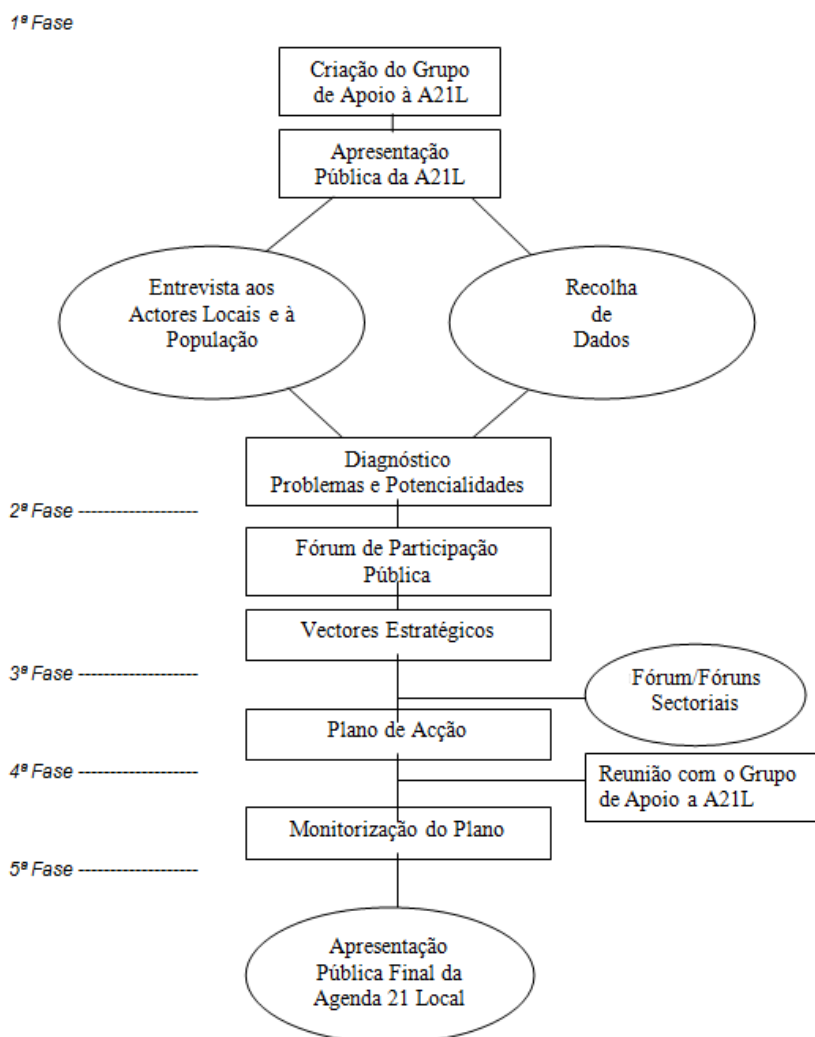


Figura 3.8 – Esquema metodológico da A21L de Oliveira do Bairro

Fonte: Adaptado de Coelho, (2007: 1)

No dia 10 de novembro, de 2007, no auditório do Espaço Inovação na zona industrial de Vila Verde, a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, em parceria com a Universidade de Aveiro, realizou um Workshop subordinado ao tema "Agenda 21 Local". O workshop contou com a presença de todos os atores e forças vivas municipais, para auscultar e debater as fragilidades e potencialidades deste município. "Os convidados desta sessão estiveram a conversar, sugerir, refletir e apontar caminhos em torno dos 5 desafios que resultaram da auscultação à população, como sendo as áreas de intervenção estratégica no concelho de Oliveira do Bairro: qualificação e gestão integrada do setor industrial; recuperação e inovação na agricultura; melhoria dos serviços

e infraestruturas; gestão da água e promoção das fontes de energias alternativas, valorização dos recursos locais e promoção do turismo”²⁸.

No dia 24 de novembro decorreu, em simultâneo, nas seis sedes de Junta de Freguesia, fóruns de participação pública abertos a toda a comunidade. Em fevereiro de 2008, era divulgado o Relatório dos Vetores Estratégicos que consiste num documento que resulta do trabalho desenvolvido durante a fase 2 do processo da Agenda 21 Local (A21L) de Oliveira do Bairro. O objetivo primordial do trabalho desenvolvido durante a Fase 2, que teve a duração de 2 meses foi o de *“impulsionar a participação ativa da população no process, identificando os principais vetores estratégicos a serem desenvolvidos. Assim, foram realizados vários fóruns de participação pública com o intuito de “apresentar publicamente as principais potencialidades e constrangimentos do concelho identificados na fase 1 do processo da A21L de Oliveira do Bairro; Identificar os cinco vetores estratégicos a serem desenvolvidos no âmbito do processo da A21L de Oliveira do Bairro; Identificar algumas medidas/ ações a implementar no âmbito dos vetores estratégicos selecionados”* (CM Oliveira do Bairro, 2008a: 2). Sete meses depois da apresentação deste relatório, em setembro de 2008, era apresentado um novo, designado Relatório de Proposta Preliminar, que resulta do trabalho desenvolvido durante esse período referente à 3ª fase do processo da Agenda 21 Local (A21L) de Oliveira do Bairro. Neste, o principal objetivo *“foi a concertação de um conjunto de ações a desenvolver no âmbito do processo da A21L de Oliveira do Bairro e a criação de parcerias para a implementação das ações”* (CM Oliveira do Bairro, 2008b: 1).

Em novembro de 2008, dois meses após o último relatório, é divulgado o Relatório de Autoavaliação que conta com o trabalho desenvolvido durante a Fase 4 do processo de Agenda 21 Local. Este documento teve como principal objetivo *“elaborar uma Estrutura de Monitorização que permita avaliar o desempenho do Plano de Ação da A21L de Oliveira do Bairro e simultaneamente o progresso do concelho rumo ao Desenvolvimento Sustentável (DS)”* (CM Oliveira do Bairro, 2008c: 1- 2).

Ainda nesse mesmo ano (em dezembro de 2008), era apresentado um outro documento “Relatório Final da A21L ”que *“sintetiza todo o trabalho desenvolvido durante o processo de Agenda 21 Local (A21L) de Oliveira do Bairro”* (CM Oliveira do Bairro, 2008d: 1). Neste momento, 2009, encontra-se estruturado o Plano de Ação que será, na segunda etapa, implementado e monitorizado continuamente.

²⁸ Portal da Agenda 21 Local
http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&task=view&id=723&Itemid=40

Agenda 21 Local de Portalegre

Portalegre é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Portalegre, na região do Alentejo e subregião do Alto Alentejo. É sede de um município com 446,24 km² de área e 25 980 habitantes (INE, 2001), subdividido em 10 freguesias Alagoa; Alegrete; Carreiras; Fortios; Reguengo; Ribeira de Nisa; São Julião; São Lourenço (Portalegre); Sé (Portalegre) e Urra.

Agenda 21 para o Concelho de Portalegre – um diagnóstico para o desenvolvimento e sustentabilidade. Com este título era dada a notícia, pelo Diário do Sul, de Quarta-feira, 18 de janeiro de 2006, página 13, da apresentação pública da A21L para o Concelho, cerimónia que decorreu no Museu de Tapeçarias, no município de Portalegre. Contudo, já em 2004, a Câmara Municipal de Portalegre tinha dado início à configuração da sua própria Agenda 21 Local.

Os objetivos da adoção do processo descrevem-se pela necessidade de definir as áreas estratégicas de intervenção que irão facilitar o desenvolvimento do concelho e potenciar as suas mais valias de forma a melhorar a qualidade de vida aos seus cidadãos. Considerando estes objetivos foi traçada a metodologia a aplicar para o desenrolar dos trabalhos. A metodologia baseou-se em três fases: 1ª fase – Realização do Diagnóstico Síntese; 2ª fase – Elaboração da Estratégia e 3ª fase – Elaboração do Plano de Ação da Agenda Portalegre 21.

Logo no início da primeira fase foi criado um grupo de trabalho, designado Grupo de Trabalho 21 (GT21), formado por técnicos da própria Câmara Municipal de Portalegre, com a função de coordenar todo o processo através de um acompanhamento constante do decorrer dos trabalhos. O núcleo da A21L de Portalegre reside nesta equipa à qual compete realizar um conjunto de tarefas como elaborar o “*diagnóstico síntese, preparar e realizar as subagendas, envolver, informar e consultar a população, realizar e tratar os resultados dos inquéritos, participar em conjunto com a população na delineação das áreas estratégicas de desenvolvimento e na elaboração e implementação do consequente Plano de Ação do Concelho*” (CM Portalegre, s.d.).

Em relação as Subagendas, supracitadas, consistem em reuniões em que a população e os diversos atores sociais, trocam ideias, experiências e saberes colaborando nas estratégias a adotar na A21L. Com estes encontros, procura-se envolver os cidadãos locais e todos as partes interessadas no processo a identificar os principais problemas e a definir as principais áreas de intervenção em que se deve trabalhar. Neste domínio da participação, a A21L de Portalegre contou com diversos parceiros, dos quais se destacam: Junta de Freguesia de Sé; Junta de Freguesia de S. Lourenço; Junta de Freguesia de Alagoa; Junta de Freguesia de Alegrete; Junta de Freguesia de Carreiras; Junta de Freguesia de Fortios; Junta de Freguesia de Reguengo; Junta de Freguesia de Ribeira de Nisa; Junta de Freguesia de S. Julião e Junta de Freguesia de Urra; Centro Regional de Segurança Social; Centro de Área Educativa; CerciPortalegre; Centro de Formação Profissional; Instituto Português da Juventude; Associação de Desenvolvimento Regional entre Tejo e Guadiana; Núcleo Empresarial da Região de Portalegre – NERPOR; Centro

Popular de Trabalhadores dos Assentos; Bombeiros Voluntários de Portalegre; Associação Comercial de Portalegre; Natur-al Carnes; Jonhson Controls – Assentos de Espuma, Lda; Sociedade Corticeira Robinson Bros S.A.; Centro Popular de Trabalhadores de S. Cristóvão; Região de Turismo de S. Mamede e Parque Natural da Serra de S. Mamede.

O *Diagnóstico Síntese*, como se subentende pela própria designação, é um documento que sintetiza a informação respeitante à caracterização e avaliação da realidade do concelho perfazendo, também, uma análise dos atrofiamientos e potencialidades que interferem na qualidade de vida dos habitantes do concelho.

Na 2ª fase do processo foi traçado o *Quadro Estratégico de Intervenção*, isto é, após o conhecimento dos prós e contras do concelho a nível de desenvolvimento sustentável foram definidas, nesta etapa, as estratégias a seguir registando-se, as mesmas, neste documento que servirá de base de trabalho.

Neste momento, aguarda-se pela realização do Fórum 21 que irá apelar ao envolvimento da comunidade local para, de forma ativa, participar nos destinos do seu concelho. O fórum desempenha um papel preponderante no auscultar dos cidadãos servindo, posteriormente, como suporte para a aprovação dos planos de ação.

A última fase será constituída pelos seguintes trabalhos: *Plano de Ação; Indicadores de Sustentabilidade; Discussão do Plano de Ação e Monitorização e Melhoria Contínua*.

O *Plano de Ação* resulta de todo o trabalho anteriormente desenvolvido, sendo um documento criado à luz dos resultados obtidos pelo Diagnóstico Síntese, das Sub-Agendas, do Quadro Estratégico de Intervenção e das sessões do Fórum 21. Neste documento constam todas as estratégias e áreas prioritárias de intervenção e todo o tipo de mecanismo de funcionalidade dos trabalhos a desenvolver. De acordo com a informação disponibilizada o Plano de Ação, à data, ainda não tinha sido elaborado, tendo no entanto desenvolvido atividades importantes, nas quais destacaria algumas: Concurso interno do logótipo da Agenda 21; Apresentação da Agenda 21 Portalegre aos funcionários da Câmara Municipal; Reunião com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia; Entrevistas individuais com os Presidentes das Juntas de Freguesia; Entrevistas a várias entidades previamente selecionadas; Distribuição de questionários à população do concelho através das escolas do 1º ciclo; Definição das áreas estratégicas; Tratamento de dados recolhidos; Elaboração do Diagnóstico Síntese e Preenchimento das fichas de ação;

Os *indicadores de sustentabilidade* serão a base para medir e avaliar os progressos do desenvolvimento do concelho.

A *discussão do Plano de Ação* consiste em facultar o acesso deste documento à comunidade local, registando as críticas e sugestões dos cidadãos e, caso seja necessário, introduzir as alterações necessárias ao melhoramento do Plano de Ação para posterior finalização.

Por fim, será sempre efetuada a *Monitorização e Melhoria Contínua* baseados na realização de Relatórios Anuais que informarão sobre os resultados atingidos permitindo uma avaliação

fidedigna dos progressos da implementação da A21L. Nesta fase, a avaliação dos resultados pode ditar a indispensabilidade de atualizar o processo através de novas ações a desenvolver que resultem numa maior eficácia do processo.

Neste processo de A21L de Portalegre é a salientar a maior ênfase que, habitualmente, se observa no estudo de outros casos de implementação de A21Locais. Dando cumprimento ao capítulo 36 da Agenda 21Local (Promoção do Ensino, da Consciencialização e Aprendizagem), este concelho apostou, de forma mais significativa, na educação do desenvolvimento sustentável no domínio escolar. Com o nome de Agendinha 21, a Agenda 21 escolar pretende confiar aos cidadãos mais jovens a *“responsabilidade principal de transmitir às gerações vindouras a sabedoria, os conhecimentos e as experiências recolhidas do passado, exercendo uma influência importante na mudança de atitudes e do comportamento humano, da promoção do crescimento económico e da melhoria da qualidade de vida. É sob o desígnio da participação, do envolvimento e da interdisciplinaridade que se assume a Escola como um excelente local de divulgação e experimentação da Agenda 21 Local”* (idem, ibidem). Desta forma pretende-se que os estudantes ganhem competências e saberes que os ajudarão na sua vida ativa, garantindo uma formação pessoal e social mais pró ambiental e para a cidadania, fomentando a sua capacidade de avaliar, decidir e intervir, em suma, fazendo destes os Homens do *“futuro sustentável”* do nosso Planeta. Apesar de ainda ser um pouco cedo para se avaliar integralmente o processo em causa pode-se, no entanto, aludir algumas das dificuldades visíveis da implementação deste instrumento destacando-se para além da falta dos apoios financeiros, *“que a maior parte das pessoas ainda não estão muito recetivas à temática do desenvolvimento sustentável, considerando-o como um tema desconhecido. Considera-se ainda que o Governo não estabeleceu ainda uma política coerente no que a este tema diz respeito, e quando assim acontece, torna-se complicado definir objetivos”*²⁹.

²⁹ Portal da Agenda 21 Local. Obtido em 2009, de http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_a21&ref=319&Itemid=73&task=concelho

Agenda 21 Local de Santo Tirso

Santo Tirso é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito do Porto, Região Norte e subregião do Ave. É sede de um município com 135,31 km² de área e 72 396 habitantes (INE, 2001) subdividido em 24 freguesias: Agrela, Água Longa , Areias, Burgães, Carreira, Guimarei, Lama, Lamelas, Monte Córdova, Palmeira, Rebordões, Refojos de Riba de Ave, Reguenga, Roriz, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso, São Mamede de Negrelos, São Martinho do Campo, São Miguel do Couto, São Salvador do Campo, São Tomé de Negrelos, Sequeiro, Vila das Aves e Vilarinho. O município é limitado a norte pelos municípios de Vila Nova de Famalicão e de Guimarães, a nordeste por Vizela, a leste por Lousada, a sueste por Paços de Ferreira, a sul por Valongo, a sudoeste pela Maia e a oeste por Trofa. Outro importante polo concelhio é Vila das Aves.

A Câmara de Santo Tirso sempre atenta às flutuações e alterações das mentalidades da sociedade contemporânea, sentiu a necessidade de acompanhar os modernos “ventos” de governação que se impunham no País, face a uma cada vez mais descontente e reivindicativa população portuguesa em relação ao seu Estado.

Este concelho caracterizava-se por um quadro socioeconómico não muito favorável. Registava-se altas taxas de desemprego, principalmente, de longa duração que afetavam particularmente a população jovem à procura do primeiro emprego. Este facto fica-se a dever, sobretudo, aos baixos níveis de escolaridade e à desvalorização da mão de obra. As fracas qualificações dos jovens explicavam-se pelas altas taxas de abandono do ensino que se repercutem numa maior dificuldade em arranjar emprego, situação que os empurrava para a exclusão social. A desvalorização da mão de obra, era resultante de uma indústria centralizada na atividade têxtil e do vestuário que, para fazer face à competitividade exterior, dependia da modernização tecnológica do seu setor económico, algo que tornava incompatível face à oferta de mão de obra de jovens que, com reduzidas qualificações profissionais, não conseguiam satisfazer as exigências da nova realidade de trabalho.

Neste quadro socioeconómico, surgiu a necessidade de desenvolver uma A21L no próprio concelho, instrumento capaz de promover políticas ativas de participação pública e de orientar o concelho rumo a um desenvolvimento dito sustentável. Em janeiro de 2005, arrancava o processo de A21L onde se deposita elevadas expectativas para a concretização de uma melhoria ao nível de qualidade de vida da comunidade. Os objetivos estratégicos da A21L, desde cedo, foram definidos resumindo-se aos seguintes: *“Fomentar uma intervenção participativa dos cidadãos e instituições do concelho na identificação de problemas, de pontos fortes e de ideias para o futuro rumo a uma comunidade mais sustentável. Promover a compilação e sistematização de dados sobre a situação ambiental, social e económica do concelho e estimular a sua partilha entre os vários atores. Definir um plano de ação orientador que permita melhorar a qualidade de vida da*

comunidade Tirsense e envolver os grupos vivos do concelho na sua concretização. Promover o diálogo entre os cidadãos e grupos vivos e os dirigentes, reforçando a confiança mútua. Afirmar Santo Tirso como um concelho orientado para o futuro e confiante na sua massa crítica e capacidade de execução” (CM Santo Tirso, 2006a: 7).

A Agenda 21 Local tem como grande desígnio o envolvimento dos cidadãos e diversas instituições na definição das medidas prioritárias a implementar. Neste contexto, a rede de parcerias locais ascende a 65 entidades que colaboravam neste processo e conta, ainda, com a parceria com o Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia, da Universidade Católica Portuguesa, que assessoria o Grupo Coordenador (GC)³⁰.

A metodologia aplicada ao processo da A21L simplificou o mesmo, através da sua divisão em 3 fases principais: fase 1 - Sensibilização e criação do fórum; fase 2 - Diagnóstico e preparação do Plano de Ação e fase 3 - Implementação, monitorização e revisão. Cada fase, é constituída por um conjunto de etapas a realizar, como mostra o quadro 3.5.

A 1ª fase do processo iniciou-se (após a assinatura da Carta de Aalborg e constituição do Grupo Coordenador da A21L) com a elaboração do designado “Perfil da Comunidade”, documento *“que constituiu uma primeira síntese de informação recolhida junto de vários representantes de instituições do concelho, contactadas num primeiro momento do processo da A21L. O objetivo deste primeiro contacto com algumas das instituições (seleccionadas arbitrariamente pela equipa técnica) foi apresentar o projeto, conhecer melhor o concelho e as suas instituições, reunir parceiros e ainda recolher algumas perceções relativas ao processo da A21L. As metodologias de trabalho utilizadas para recolher os dados foram a utilização de um questionário, entrevistas de cariz exploratório, conversas informais e reuniões”* (CM Santo Tirso, 2005: 5). A auscultação à população incidiu sobre 5 grupos principais: Barreiras ao processo de Agenda 21 Local no contexto de Santo Tirso; Aspectos positivos do contexto de Santo Tirso para a Agenda 21 Local; Principais problemas do concelho (subdividido em problemas ambientais, sociais e económicos); Formas possíveis de participação da instituição/pessoa na Agenda 21 Local e expectativa em relação à Agenda 21 Local em Santo Tirso.

Após o tratamento da informação, os resultados foram agrupados em 3 grandes temas gerais: ambiente, sociedade e economia, que se identificam como indicadores de sustentabilidade.

Nesta fase, procedeu-se em seguida à criação de Fóruns, tendo sido realizados dois. O primeiro, designado “Fórum participativo”, realizado no dia 7 de abril de 2005, teve como principal objetivo apresentar à comunidade o Pré-Diagnóstico de Sustentabilidade (indicadores ambientais, sociais e económicos reunidos sobre Santo Tirso) e o Perfil da Comunidade.

³⁰ Equipa de trabalho, instituída logo no início da A21L, de carácter executivo e que reúne, pelo menos, uma vez por mês, com o intuito de discutir/decidir os próximos passos do processo, assessorada pela equipa técnica da Universidade Católica.

Fase 1	<i>1 – Assinatura da Carta de Åalborg</i> Neste primeiro passo a Assembleia e Executivo Municipais aprovam um compromisso político para com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Para além de assim se iniciar, formalmente, a Agenda 21 Local, a Carta de Åalborg marca também a entrada de Santo Tirso na Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis. A Câmara Municipal de Santo Tirso já assinou a Carta de Åalborg.
	<i>2 – Criação do Fórum Participativo da Agenda 21 Local</i> O Fórum é o palco da participação pública e da discussão por excelência. Nesta estrutura estarão representadas as forças vivas tirsenses, desde a autarquia, Assembleia Municipal, associações de todo o tipo, instituições de solidariedade social, empresas, comerciantes, polícia e bombeiros, entre outros. O Fórum acompanha todo o desenrolar da Agenda 21 Local, debatendo os problemas existentes e a forma de os resolver.
	<i>3 – Sensibilização da comunidade</i> Nesta fase fundamental realizam-se diversas atividades culturais, de educação ambiental e sensibilização da comunidade, especialmente dos mais novos. Pretende-se também aproveitar a experiência das escolas e professores para desenvolver atividades de uma forma integrada e programada.
Fase 2	<i>1 – Preparação do diagnóstico do concelho</i> Mais do que um diagnóstico exaustivo de todos os problemas ambientais, sociais e económicos de Santo Tirso, pretende-se com este diagnóstico conhecer os que são prioritários e por isso mesmo exigem uma intervenção mais rápida. Procura-se ainda relacionar os problemas entre si, descobrindo as suas verdadeiras causas e relações.
	<i>2 – Elaboração do Plano de Ação</i> O Plano de Ação é a sequência natural do diagnóstico, porque se pretende sobretudo uma Agenda 21 Local ativa e com resultados. O Plano será elaborado de uma forma participada, segundo áreas temáticas (resíduos, água, economia, urbanismo, etc.) e estipulando um conjunto de ações práticas calendarizadas destinadas a resolver ou minimizar os problemas detetados anteriormente.
Fase 3	<i>1 – Implementação e monitorização do Plano de Ação</i> Há que passar das palavras aos atos, pelo que o Plano vai mesmo ser implementado de acordo com o seu calendário próprio. Para avaliar o sucesso de toda a Agenda 21 Local e desta etapa em particular, será definido um conjunto de indicadores facilmente mensuráveis.

Quadro 3.5. – Fases da A21L de Santo Tirso

Fonte: CM Santo Tirso, 2006a

O segundo, “Santo Tirso em 2010”, decorreu em 4 de junho de 2005, teve como principal finalidade levar os tirsenses a idealizarem uma visão de futuro para Santo Tirso, tendo sido debatidas e votadas as melhores propostas para atingir o desenvolvimento de sustentabilidade.

Em 9 de junho de 2005, efetuou-se o Fórum, chamado Fórum Jovem. Como a própria designação induz, este fórum pretendeu estimular os mais jovens a participar no futuro do seu município sabendo-se que, por norma, este grupo etário é o que mais se abstém no que concerne a este tipo de questões. A tentativa de chamar os mais novos para A21L teve, no entanto, sucesso com a participação, no fórum, de um grupo constituído por 32 indivíduos. Esta iniciativa inseriu-se no quadro do 2º Fórum. Ainda decorrente dos trabalhos da 1ª fase, procedeu-se a uma síntese de

todos os dados recolhidos e tratados, na etapa anterior, elaborando-se os diagnósticos e planos de ação.

Desta forma, entrava-se na 2ª fase do processo, com a aprovação pelo Grupo Coordenador da Agenda, da proposta de elaboração de diagnósticos e planos de ação em três eixos distintos (CM Santo Tirso, 2006b: 27): *Eixo 1 - Santo Tirso, Concelho do emprego e da qualificação; Eixo 2 - Santo Tirso, Concelho da boa governança e da participação dos cidadãos; Eixo 3 - Santo Tirso, Concelho verde apostado na valorização e na gestão sustentável dos seus recursos naturais: Água e Águas residuais, Resíduos, Energia, Qualidade do ar.*

No Eixo 1, foi feito um diagnóstico socioeconómico do concelho. Este estudo teve como principal objetivo *“permitir detetar quais as atividades para as quais o concelho está mais vocacionado e (...) contribuir para a redefinição da estratégia de desenvolvimento”* (idem, 2).

No âmbito do Eixo 2, *“pretende-se levar a cabo a execução de micro-projetos que funcionem como motor de desenvolvimento local e simultaneamente sejam o alimento da participação pública. A implementação dos micro-projetos tem como princípio fomentar a participação pública e a boa governação ao mesmo tempo que pretende estimular o desenvolvimento local e uma melhor qualidade de vida dos cidadãos, considerando que não faz sentido trabalhar em projetos abstratos. A Equipa Técnica vai apostar em micro-iniciativas concretas que podem ou não ser bem sucedidas, mas que são potenciais ‘sementes’ do desenvolvimento sustentável”* (idem, ibidem).

No eixo três, fez-se um diagnóstico ambiental, retratando a situação do município em 4 categorias: *Água e águas residuais; Resíduos; Energia e Qualidade do ar.*

Nesta Agenda 21 os principais sucessos, até ao momento, foram a criação de uma Equipa de Coordenação e de uma rede de parceiros; - análise de expectativas dos diversos agentes relativamente ao processo (“Perfil da Comunidade”); - desenvolvimento de um “Pré-Diagnóstico de Sustentabilidade”; - definição de uma Visão de Sustentabilidade (“Santo Tirso em 2010”); - identificação de prioridades para a sustentabilidade do município (resíduos, energia, qualidade do ar, água, espaços verdes, formação e emprego) e elaboração de relatórios temáticos para cada uma dessas prioridades; - realização de três workshops de participação pública.

A principal dificuldade sentida prende-se com a reduzida participação na resposta aos inquéritos de perceção de expectativas. Neste momento, o processo encontra-se nesta fase, tendo sido apresentados os principais aspetos dos diagnósticos e planos de ação para cada um dos 3 eixos prioritários. O próximo passo será dado com a definição de indicadores de sustentabilidade para futura avaliação do processo da A21L.

Agenda 21 Local de São João da Madeira

São João da Madeira é uma cidade portuguesa no Distrito de Aveiro, situada na região Norte e sub-região de Entre Douro e Vouga. É sede do mais pequeno município português, possuindo apenas 8,11 km² de área e 21102 habitantes (INE, 2001). Esta cidade foi, a partir, de 2004, integrada na Área Metropolitana do Porto, registando uma forte pressão demográfica, diariamente.

São João da Madeira adotou uma Agenda 21Local por forma a que o desenvolvimento do município obedece-se aos objetivos dessa Agenda, ao nível local, através da preparação e implementação de uma Plano de Ação estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável, respeitando sempre o processo participativo e multisectorial que caracteriza a essência deste instrumento.

Neste contexto, no ano de 2003, a Câmara Municipal de S. João da Madeira em parceria com a Escola Superior de Biotecnologia, da Universidade Católica Portuguesa, dava inicio a este processo. Foram estabelecidas, no decorrer do processo, importantes parcerias com os Jornais: Labor; O Regional e O Calhau. Esta parceria permite que, quinzenalmente, seja facultada uma página para o “*tratamento de temas relevantes, opiniões, atividades e notícias da Agenda 21 Local*” (CM S. João da Madeira, 2003: 9). Ao nível da metodologia aplicada, a A21L é composta por 3 grandes fases (Figura 3.9).

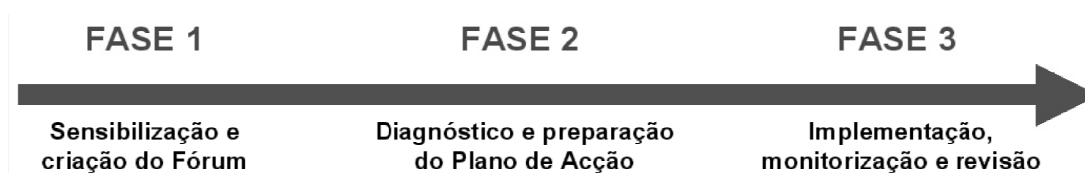


Figura 3.9 - Fases do processo da Agenda 21 Local de São João da Madeira

Fonte: CM S. João da Madeira, (2003: 2)

A primeira fase do processo, iniciou-se com a constituição do Grupo Coordenador (GC) da A21L e com a subscrição da Carta de Aalborg. O Grupo Coordenador consiste numa “*equipa de trabalho de carácter executivo que tem como função discutir e decidir o trabalho a desenvolver nas várias fases do processo, sendo assessorado pela equipa técnica da Universidade Católica*”...“*Em 2006, a Câmara Municipal de S. João da Madeira integrou novos elementos no Grupo Coordenador, com o objetivo de ampliar as áreas de abrangência do projeto*”³¹. Simultaneamente, a Assembleia e Executivo Municipais aprovam um compromisso político para com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Estava em marcha o processo A21L que marcava, também, a entrada de S. João da Madeira na Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis.

³¹ Portal da agenda 21 Local de S. João da Madeira
<http://www.agenda21sjm.org/gca/index.php?id=57>

A etapa seguinte foi marcada pela criação do Fórum. O Fórum desempenha um papel crucial para a “democratização” de todas as medidas e ações que, no futuro, venham a ser desenvolvidos. É neste “espaço” que os cidadãos locais e todos os grupos interessados devem participar ativamente, debatendo os problemas existentes e apresentando propostas que contribuam para a sua resolução. Neste âmbito, realizou-se, no dia 16 de abril de 2003, uma apresentação da A21Local às Associações de S. João da Madeira, tendo sido estas convidadas a participar em idênticas iniciativas. O primeiro Fórum, que decorreu no dia 24 de setembro de 2003, teve na sua principal agenda de trabalhos, a divulgação de uma Carta de Princípios e Objetivos do Fórum Participativo, com um breve regulamento. Estes documentos, no seu conjunto, elucidavam os cidadãos sobre o funcionamento deste instrumento de participação. Um mês depois, mais concretamente, a 27 de outubro realizava-se o 2º Fórum sob o tema “Como viver em S. João da Madeira em 2010?”. Este Fórum pretendeu levar a população a refletir sobre a realidade do seu município. Do trabalho desta reunião foram identificados os principais grupos de problemas que afetam o concelho assim como sugeridas algumas propostas tendo em vista o perspetivar do futuro do concelho, para 2010.

Num terceiro momento, foi desenvolvido todo um conjunto de esforços que visaram sensibilizar a comunidade local para a importância da A21L nas políticas de desenvolvimento sustentável. *“Para que as pessoas desempenhem um papel fulcral nas ações de desenvolvimento sustentável é necessário que compreendam devidamente as questões em causa e a razão pela qual é preciso encontrar soluções para os problemas. Para o efeito têm vindo a ser levadas a cabo, desde junho de 2003, múltiplas ações que visam sensibilizar a comunidade sanjoanense para uma série de temáticas importantes para um desenvolvimento mais sustentável do concelho de S. João da Madeira”* (idem, 5). Dessas ações desenvolvidas, destacam-se a criação do logótipo que identificasse o projeto em curso; A distribuição de folhetos informativos à comunidade local contendo informações úteis sobre a natureza e estrutura do projeto; Foram distribuídos cartazes, por todo o concelho, com o intuito de dar a conhecer o projeto; Foram criados dois painéis que foram expostos no stand da Agenda 21 Local na iniciativa “A Cidade no Jardim”. Por último, foram elaborados folhetos de sensibilização ambiental, que foram distribuídos a partir da data do lançamento oficial do projeto, dia 5 de junho de 2003. Como complemento de informação, foi criada uma página na Internet e disponibilizada uma linha telefónica no sentido de informar e esclarecer os sanjoanenses sobre dúvidas decorrentes do desenvolvimento do processo.

Nesta fase, para além da divulgação do processo procurou-se, que a população, participasse mais ativamente. Neste sentido, desenvolveram estratégias e recorreu-se a um conjunto de recursos capazes de envolver mais a comunidade local, salientando-se como mais relevantes: o lançamento de um questionário aos cidadãos, solicitando-lhes que identificassem os principais problemas e potencialidades do concelho, assim como, apontassem propostas para melhorar a situação real do município. Neste contexto foi, também, lançado um questionário via Internet, para recolher contributos dos sanjoanenses. A realização de um Ciclo de Debates que juntou todas as

partes interessadas, numa abordagem e discussão aos temas prioritários que afeta a qualidade de vida dos locais. Esta iniciativa decorreu entre 5 e 9 de junho de 2003. No ano de 2003/2004 decorreu o “Programa Escolar da Agenda 21 Local” numa perspetiva de envolvimento da comunidade escolar no processo. Foram editados 8 cadernos pedagógicos: “agenda 21 escolar”, “água e ecossistemas ribeirinhos”, “compostagem doméstica e hortas biológicas”, “consumo sustentável”, “ecodesign”, “energia e transportes”, “resíduos”, “três gerações, três visões”, este último com a colaboração da equipa técnica da Rede Social de S. João da Madeira. É de referir, o Concurso de Fotografia, iniciativa que tem como tema central a abordagem à temática ambiental, social ou económica no município. Os vencedores do concurso receberiam um prémio, no âmbito da A21L.

Na 2ª fase do processo, *“Diagnóstico e preparação do Plano de Ação”*, para além de um diagnóstico exaustivo aos problemas ambientais pretendeu-se conhecer os problemas que são prioritários e por isso mesmo exigem uma intervenção mais rápida. Procura-se ainda relacionar os problemas entre si, descobrindo as suas verdadeiras causas e relações. Neste diagnóstico, serviram de suporte de trabalho, os dados recolhidos dos Inquéritos à população (Julho-Setembro de 2003) e da 2ª Reunião do Fórum Participativo “Viver em S. João da Madeira em 2010” (setembro de 2003). Os temas identificados como prioritários foram: *Educação cívica; Resíduos e limpeza urbana; Qualidade do ar; Espaços verdes e rio*. Posteriormente, foram elaborados 4 relatórios contendo um diagnóstico detalhado e um plano de ação para cada um dos 4 temas. Este trabalho foi desenvolvido pela Escola Superior de Biotecnologia. Cada relatório incluiu: *“Contributo da participação pública; Diagnóstico detalhado; Análise SWOT e Plano de ação para o período 2004-2010”*. Por sua vez, cada Plano de Ação integrava: *“Os Eixos de intervenção; Fichas de ação; Descrição; Calendarização; Meios e recursos a utilizar; Indicadores para monitorização da implementação e Alternativas de financiamento. Os relatórios foram apresentados na 5ª reunião do Fórum Participativo, realizada em junho de 2004. Seguiu um período de consulta e discussão públicas dos relatórios”* (Santos, 2005: 18-19).

O principal sucesso atingido foi o amplo envolvimento da população, em especial das escolas. As maiores dificuldades foram o garantir dos recursos para a implementação de todas as ações, inicialmente, contempladas no Plano de Ação (o que levou à definição de planos anuais e mais realistas) e em envolver o setor privado no processo.

Em 16 de abril de 2009, decorreu o Fórum Participativo da Agenda 21 Local deste município que deu destaque ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Local de S. João da Madeira. Neste momento, o processo de A21L encontra-se no arranque da 3ª fase, *“Implementação e monitorização do Plano de Ação”*, pretendendo-se que a sua concretização se cumpra de acordo com o calendário próprio. Para avaliar o sucesso de toda a Agenda 21 Local e desta etapa em particular, será definido um conjunto de indicadores mensuráveis.

Agenda 21 Local de Setúbal (Agenda Local 21 para as Unidades Territoriais da Bela Vista e de Azeitão)

Bela Vista e Azeitão são bairros do concelho de Setúbal, pertencentes ao distrito com igual designação. Estas Agendas têm a particularidade de serem implementadas ao nível do Bairro. Desta forma, a Agenda 21 Local de Setúbal, realizada no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal, centrou-se em duas Unidades Territoriais consideradas prioritárias para o referido concelho: “Bairro da Bela Vista” e “Núcleo de Azeitão”. Para cada unidade territorial foi elaborada a respetiva Agenda 21 Local. As comunidades e os seus atores participaram através de de inquéritos dirigidos à população, entrevistas personalizadas aos principais atores locais na Unidade Territorial e no “Fórum de Participação”, com o envolvimento de representantes dos principais atores locais.

A Oficina de Arquitectura, Lda. é a responsável pela revisão do Plano Municipal de Setúbal tendo celebrado um protocolo com a FCT da Universidade Nova de Lisboa para o apoio na vertente ambiental do Plano Diretor Municipal e elaboração da Agenda 21 Local de Setúbal. Os trabalhos contaram com a análise de planos, programas e projetos referentes a estas duas unidades territoriais. Com a A21L de Setúbal (igualmente designada de Agenda 21 de Unidade Territorial [A21 UT], procurou-se: *“Identificar o estado do ambiente e do desenvolvimento sustentável em geral na Unidade Territorial e detetar tendências de evolução; Selecionar e concentrar as atenções nos desafios de resolução mais premente; Definir estratégias integradas e partilhadas pelos vários parceiros locais; Propor ações de intervenção na Unidade Territorial para a resolução dos problemas concretos e de interesse mútuo; Aumentar a eficácia das intervenções na prevenção e na resolução dos desafios existentes; Incentivar a cooperação e a formação de parcerias entre os diferentes atores locais; Promover a participação dos cidadãos e de outros agentes locais e responder às suas aspirações, cada vez mais conscientes dos desafios do desenvolvimento sustentável; Contribuir para Monitorizar a evolução do desenvolvimento na Unidade Territorial, adotando para isso um painel de indicadores de sustentabilidade”* (CM Setúbal, 2007a: 1-2).

A metodologia de trabalho aplicada à elaboração da A21L de Unidade Territorial processa-se em quatro etapas: “1. O Diagnóstico Seletivo, constituído pelo Diagnóstico Sintético da UT. 2. Os Vetores de Intervenção Estratégica para o desenvolvimento ambientalmente sustentável na UT. 3. O Quadro Programático de atuações por domínios prioritários e potenciais Parcerias para a ação. 4. A Estrutura de Monitorização da evolução do estado do ambiente e do desenvolvimento ao longo do tempo, adotando um leque coerente de Indicadores de Sustentabilidade especialmente relevantes e construídos para a situação existente na UT, mas também relevantes para o contexto municipal” (idem, 2). O lançamento do diagnóstico seletivo procurou *“Identificar e caracterizar os principais desafios existentes; Avaliar as principais causas e consequências*

dessas situações; Oferecer uma base de referência para, em termos prospetivos, esboçar os grandes objetivos, as ameaças e as oportunidades, destacando os trunfos da Unidade Territorial e do município para melhorar a qualidade de vida local” (idem, ibidem). Neste âmbito, realizou-se, no dia 15 de novembro de 2007, a Sessão de Participação com o objetivo de se identificar os “*principais desafios que afetam a qualidade de vida da população de Azeitão e apontar pistas de intervenção prioritárias*” (CM Setúbal, 2007b: 6). Nesta, foi solicitado aos participantes que indicassem a sua opinião sobre a evolução do ordenamento territorial e urbano de Azeitão. Com o registo de opinião foram elaborados e hierarquizados, pela equipa técnica do Plano, os principais temas estratégicos a serem tratados. Posteriormente, e de acordo com a metodologia seguida, formaram-se grupos de trabalho temático que incidiram sobre os 6 temas estratégicos mais votados. Cada grupo, após análise e discussão dos temas, identificou e apresentou os principais problemas a serem tratados. Os trabalhos da A21L no bairro de Azeitão decorrem de forma paralela aos da Bela Vista sendo a metodologia aplicada, grosso modo, idêntica nos dois processos (ver CM Setúbal, 2007c). De acordo com os últimos dados obtidos, a respetiva A21L de Setúbal encontra-se em fase de finalização de trabalhos, dando-se a mesma por concluída.

Agenda 21 Local de Sever do Vouga

Sever do Vouga é uma vila portuguesa, situada no Distrito de Aveiro, região Centro e subregião do Baixo Vouga, com cerca de 2 700 habitantes (INE, 2001). É sede de um pequeno município com 129,85 km² de área e 13 186 habitantes, subdividido em 9 freguesias: Cedrim; Couto de Esteves; Dornelas; Paradela; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; Silva Escura e Talhadas. O município é limitado a norte pelo município de Vale de Cambra, a leste por Oliveira de Frades, a sul por Águeda e a oeste por Albergaria-a-Velha e por Oliveira de Azeméis

O Município de Sever do Vouga deu início ao seu processo no final de 2006. Os trabalhos desenvolvidos mostram que esta iniciativa conta com a parceria técnica das empresas Tecnoforma e pela Inovação, Projetos e Iniciativas, Lda. (IPI). A A21L arrancou após a adoção de uma determinada metodologia (Figura 3.10) definida como sendo capaz de retratar o presente do concelho e traçar respostas capazes para enfrentar o futuro.



Figura 3.10 – Etapas da metodologia aplicada ao processo da A21L de Sever do Vouga

Fonte: IPI, (2008 c: 4)

Da análise aos documentos “*Agenda 21 local de sever do vouga – os primeiros passos estão a ser dados*” (CM Sever do Vouga, 2008a) e “*A Agenda 21 de Sever do Vouga – Evolução*” (CM Sever do Vouga, 2008b) será, de seguida, descrito o processo.

De acordo com a metodologia, procedeu-se a uma caracterização do concelho, que numa 1ª fase analisou a situação social, económica, cultural, conhecimento e inovação da comunidade concelhia. Este foi realizado através da recolha de informação e posterior tratamento, o que incluiu trabalho de campo (entrevistas, questionários, etc.) e trabalho de gabinete (tratamento e análise de informação, reuniões, etc). Para se obter um retrato geral das dinâmicas do nosso território e sua comunidade, foi elaborado um diagnóstico ambiental do município. Após a conclusão desta fase de recolha e tratamento de dados, ficou-se a saber como estamos atualmente, a contribuição

do passado para essa situação e, teremos uma ferramenta de estudo à nossa disposição para preparar um futuro que se deseja mais pensado e previsto – futuro sustentado.

Traçado o retrato atualizado da comunidade e sua interação com as relações internas e externas ao território, foi dada a conhecer essa realidade de partida à população, para avançar em conjunto, na definição de estratégias de desenvolvimento assentes em critérios de significância e de prioridades a estabelecer. Neste momento, seguem-se as etapas de trabalho em conjunto com a comunidade local: Estabelecimento de consensos sobre os principais problemas que afetam a comunidade (prioridades); Estabelecimento de estratégias de atuação (plano de ação local); Implementação de projetos (delineados prioritários); Avaliação e monitorização (melhoria contínua). Esta fase identifica-se como crucial face à intervenção da comunidade, ato imprescindível ao sucesso de todo o processo, através da participação nos fóruns de desenvolvimento sustentável.

Ocorreram dois fóruns, até à data. A 1ª apresentação pública do estado atual (diagnóstico) do Município, decorrido no dia 26 de setembro de 2007, no auditório do Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga. Nesta iniciativa, foram Identificados os pontos fortes e fracos da realidade local na vertente económica, social e do conhecimento e inovação. Assim sendo, foram apontados as forças e fragilidades do concelho nas seguintes vertentes: *Acessibilidades; Economia; Agricultura; Floresta; Indústria; Comércio; Turismo; Saúde; Ação Social e Cultura*, tendo ficado a temática ambiental para uma 2ª etapa.

No passado dia 24 de janeiro de 2008, teve lugar a 2ª apresentação da Agenda 21 Local de Sever do Vouga, na qual se fez uma síntese geral da 1ª apresentação e se focou mais detalhadamente a vertente ambiental. Nesta apresentação pública da Agenda 21 foi citado: “Valorizar o capital natural e potenciar o capital humano”, como uma *visão* para o “futuro desejável” do concelho. Neste contexto, foram definidos os seguintes objetivos operacionais: “*valorizar o equilíbrio ambiental, reforçar a competitividade empresarial, diversificar a base económica e consolidar a atratividade do concelho*”(IPI, 2008b: 21).

O conjunto de Planos de Ação definidos propostos visam concretizar os Objetivos Operacionais, no quadro da Visão enunciada para o Município de Sever do Vouga. “*Os Planos de Ação integram um conjunto de projetos conexos, sequenciais à priorização de necessidades de intervenção, e pretendem constituir a componente operacional do processo de implementação da Agenda 21 Local de Sever do Vouga*” (IPI, 2008c: 2).

Os Planos de Ação têm a seguinte sistematização: Objetivos Gerais; Linhas de Ação; Indicadores de Desenvolvimento associados; Principais intervenientes na concretização. Neste momento, o processo de A21L de Sever do Vouga encontra-se na fase de elaboração dos indicadores de sustentabilidade

Agenda 21 Local de Silves

Silves é uma cidade portuguesa no Distrito de Faro, região e subregião do Algarve. Silves já foi capital do Algarve, mas perdeu esse estatuto, em parte, devido ao assoreamento do rio Arade. É sede de um município com 680,02 km² de área e 33 830 habitantes (INE, 2001), subdividido em 8 freguesias: Alcantarilha; Algoz; Armação de Pera; Pera; São Bartolomeu de Messines; São Marcos da Serra; Silves e Tunes. O município é limitado a norte pelo município de Ourique, a nordeste por Almodôvar, a leste por Loulé, a sueste por Albufeira, a sudoeste por Lagoa, a oeste por Portimão e Monchique, a noroeste por Odemira e a sul tem litoral no oceano Atlântico.

A Câmara Municipal de Silves (CMS) iniciou o seu processo em 2006 baseando-o em quatro grandes componentes: ambiental, social, económica e institucional. A prioridade da implementação deste processo provinha da necessidade de identificar os principais problemas que afetam o município, sensibilizar a população para essas questões, planear estratégias de intervenção, identificar questões prioritárias e definir programas de ação enquadrando o contributo dos vários atores locais entendidos como parceiros na construção de um futuro sustentável.

O processo de A21L, da iniciativa e desenvolvimento da CMS, traçou a metodologia de elaboração da sua *Agenda* assente nas seguintes etapas (figura 3.11).



Figura 3.11 – Etapas na elaboração da Agenda 21L de Silves
Fonte: CM Sines, (2007)

No entanto, este processo teve um desenvolvimento conturbado ficando, até ao momento, na 2^a etapa (Diagnóstico), o que evidencia atrasos na sua execução. O processo contou com reuniões de trabalho com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia; inquéritos de rua e 2 sessões de Participação Pública (15 de julho e 30 de setembro de 2006); Estas formas de consulta permitiram a identificação de problemas, potencialidades e aspirações para o futuro do concelho. De acordo com as últimas informações, a A21L de Silves caminha no sentido da construção de parcerias para a definição e posterior implementação do Plano de Ação.

Agenda 21 Local de Vila Franca de Xira

Vila Franca de Xira é uma cidade portuguesa do Distrito de Lisboa, região de Lisboa e subregião da Grande Lisboa. É sede de um município com 293,88 km² de área e 122 908 habitantes (INE, 2001), subdividido em 11 freguesias: Póvoa Santa Iria; Vialonga; Forte da Casa; Alverca do Ribatejo; Calhandriz; Sobralinho; S. João dos Montes; Alhandra; Vila Franca de Xira; Cachoeiras e Castanheira do Ribatejo. O município é limitado a norte pelos municípios de Alenquer e Azambuja, a leste por Benavente, a sul pelo estuário do Tejo, a sul e oeste por Loures e a noroeste por Arruda dos Vinhos.

O município após a adesão à *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade* e da assinatura dos Compromissos de Aalborg e sentindo a necessidade de melhorar aspetos ambientais, económicos e sociais da sua comunidade, acolheu o projeto de uma Agenda 21 Local, em 11 de maio de 2005. A metodologia de trabalho adotada caracteriza-se pela sua simplicidade, resumindo-se em 2 etapas principais. A 1ª etapa, correspondente a elaboração de um “*Exame Integrado das Funções de Base*” subdividindo-se em duas fases, 1ª Fase – *Motivação e Reflexão* e a 2ª fase – *Diagnóstico*. A 2ª etapa, etapa “*Diagnóstico*”, caracteriza-se pela definição de objetivos e concretização de ações. Esta etapa, também, se subdivide em duas fases distintas, a 1ª fase - *Ação* e a 2ª fase - *Avaliação*.

No início dos trabalhos, a Agenda 21 Local foi sendo desenvolvida internamente, isto é, sobretudo com o esforço do governo local autárquico e juntas de freguesias envolvidas. No entanto, e com o evoluir do processo, verifica-se a tentativa de alargar este processo a outros parceiros, como às empresas, movimentos associativos, forças de segurança, entre outros, envolvendo toda a comunidade.

No contexto da formulação da A21L foi sendo elaborado, pela respetiva Câmara Municipal, um manual de boas práticas onde se apelava à participação de todos os cidadãos para, com os seus pequenos gestos diários, contribuírem para a sustentabilidade do Planeta. O desenrolar da 1ª etapa da A21L é assim acompanhada por campanhas ativas de sensibilização/consciencialização à comunidade em prole da proteção do ambiente.

Em 2006, o município candidatou-se a ECOXXI, da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). “*A implementação deste Projeto ECOXXI, pela ABAE, pretende por um lado, reconhecer o esforço desenvolvido na implementação de medidas no sentido da sustentabilidade, com especial ênfase na Educação e, simultaneamente, contribuir para a aferição de indicadores de desenvolvimento sustentável a nível do município*” (Gomes, 2006: 5). Integrado no Programa Eco-Escolas, da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE Fee Portugal), que se destina, preferencialmente, às escolas do ensino básico, o Concelho de Vila Franca de Xira participou com o tema “*Alterações*

Climáticas” através da Escola Básica 1,2,3 do Bom Sucesso e a Escola Básica 2,3 Pedro Jacques de Magalhães, da freguesia de Alverca do Ribatejo. A aplicação do projeto Ecoescolas pretende, também, desempenhar um papel fulcral na educação ambiental dos cidadãos a um nível mais precoce.

Presentemente, espera-se pela divulgação dos resultados dos relatórios de todos os fóruns de participação por freguesia.

Agenda 21 Local de Vila Nova de Paiva

Vila Nova de Paiva é uma vila portuguesa do Distrito de Viseu, região Centro e subregião de Dão-Lafões. É sede de um município com 177,37 km² de área e 6 141 habitantes (INE, 2001), subdividido em 7 freguesias: Alhais, Fráguas, Pendilhe, Queiriga; Touro, Vila Nova de Paiva, Vila Cova à Coelheira. O município é limitado a norte pelo município de Tarouca, a leste por Moimenta da Beira, a leste e sul por Sátão, a sudoeste por Viseu e a oeste e norte por Castro Daire .

“Na era da Globalização, do Movimento, da Informação urge cada vez mais preservar os Recursos Naturais, numa perspetiva de Desenvolvimento Sustentável. O Município de Vila Nova de Paiva, pelas suas características, tem nos Recursos Naturais, principalmente nos Hídricos, uma fonte de riqueza imensurável, proporcionando paisagens, lugares e pessoas que vale a pena preservar e visitar. Assim, (...) o desafio é cada vez mais envolver-nos em outros projetos de Preservação do Ambiente. Destaca-se o projeto da Agenda 21 de Vila Nova de Paiva (...)” (CM Vila Nova de Paiva, 2007a). Neste excerto percebe-se o porquê da A21L, o desafio estava lançado e a autarquia viu-se na necessidade de encarar as novas realidades e obrigações ambientais através da elaboração de um plano estratégico para o concelho capaz de responder positivamente às exigências futuras.

Em agosto de 2006, o concelho de Vila Nova de Paiva adotava uma Agenda 21 Local. Estão envolvidas nesta Agenda todas as freguesias do concelho à exceção da freguesia de Touro. Esta Agenda 21 Local está a ser desenvolvida a par da Agenda 21 Local de Fornos de Algodres. Em comum, estes dois projetos têm a empresa Bestcenter que é a responsável pela implementação e desenvolvimento do projeto nos dois concelhos, sendo os objetivos e a metodologia aplicada semelhante em ambos os processos.

Nos objetivos definidos pelos promotores da Agenda constam: o anseio de envolver toda a comunidade através de campanhas de sensibilização; de dispor de todos os recursos humanos da autarquia e das diferentes entidades municipais no desenvolvimento do projeto e a criação do grupo coordenador da A21L de Fornos de Algodres. A metodologia aplicada a este projeto processa-se através da prática de workshops, seminários, reuniões pontuais que têm como princípio dar a conhecer a A21L e as vantagens do seu desenvolvimento à comunidade. Posteriormente, perspetiva-se a participação de todas as forças vivas da sociedade local, neste processo, levando a formação dos participantes a um patamar que os habilite a colocar em prática as estratégias e ações de sustentabilidade. Neste âmbito, esta Agenda conta com o contributo do Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica do Porto e da empresa Bestcenter.

As etapas da Agenda 21 Local resumem-se a 3 fases distintas: 1ª - *Sensibilização e Criação do Fórum*; 2ª - *Diagnóstico e Preparação do Plano de Ação*; 3ª - *Implementação, Monitorização e Revisão*. De acordo com o documento da Agenda 21 Local de Vila Nova de Paiva, estas três fases têm implícitos objetivos bem definidos, para a concretização e sucesso das mesmas, como se pode verificar no quadro seguinte (Quadro 3.6).

1ª fase	<ul style="list-style-type: none"> • Reafirmar a vontade política e institucional para a realização do projeto; • Formar estruturas participativas e executivas como suporte e acompanhamento da implementação do projeto; • Divulgar a iniciativa como sendo também da responsabilidade civil; • Promover a consulta e envolvimento da população;
2ª fase	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar o diagnóstico do concelho; • Elaborar o plano de ação;
3ª fase	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o plano de ação de acordo com o calendário estipulado; • Avaliar o processo de A21L, através de um conjunto de indicadores.

Quadro 3.6 – Objetivos de cada fase do processo da A21L de Vila Nova de Paiva

Fonte: CM Vila Nova de Paiva, (2007b)

Neste momento o processo de A21L encontra-se na 1ª fase do processo. No entanto, destaca-se a realização do primeiro fórum, designado *I Grande Fórum Participativo de Vila Nova de Paiva*, em 5 de julho de 2007 que indicia o momento de transição para a 2ª fase (*Diagnóstico e Preparação do Plano de Ação*)

Destaca-se como principal sucesso atingido o envolvimento do executivo no desenvolvimento do projeto. Todavia, também neste ponto, é referenciado como principal dificuldade diagnosticada, a falta de disponibilidade dos funcionários da autarquia.

3.1. ANEXOS III - A

PROCESSOS MAIS RECENTES

Jan.2007

a

Set.2009

PROCESSOS INDIVIDUAIS

Agenda 21 Local de Abrantes

Abrantes é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Santarém, região Centro e subregião do Médio Tejo. É sede de um município com 42 235 habitantes (INE, 2001). Tem 714,73 km² de área subdividida em 19 freguesias: Aldeia do Mato; Alferrarede; Alvega; Bemposta; Carvalhal; Concavada ; Fontes; Martinchel; Mouriscas; Pego; Rio de Moinhos; Rossio ao Sul do Tejo; São Facundo; São João; São Miguel do Rio Torto; São Vicente; Souto; Tramagal e Vale de Mós. O município é limitado a norte pelos municípios de Vila de Rei, Sardoal e Mação, a leste por Gavião, a sul por Ponte de Sor e a oeste por Chamusca, Constância, Vila Nova da Barquinha e Tomar.

A 7 de março de 2008, a Câmara Municipal de Abrantes, estabelecendo parceria com o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, deu início à Agenda 21 Local designada por “Agenda21Abrantes”.

Um dos grandes desafios que se colocava ao município era de estancar a *“deslocação dos seus cidadãos para outros territórios em busca de um futuro melhor”* (...) promovendo, assim, uma *“melhoria da qualidade de vida da sua população”*³². O processo de elaboração A21L insere-se num processo de planeamento contínuo, interativo, integrador e muito participado. Assim sendo, a autarquia trabalha em conjunto com os *“cidadãos, as associações, os empresários, os técnicos, as autoridades, e outros atores chave, na identificação dos problemas e das necessidades locais, desafios e oportunidades, definindo as direções a seguir e metas a atingir rumo ao desenvolvimento sustentável do Concelho”*³³.

Os trabalhos iniciaram-se com uma Sessão Interna na Câmara Municipal de Abrantes que *“visou proporcionar o primeiro contacto entre a equipa técnica da FCT/UNL e os membros do Executivo Municipal, os Diretores de Departamento, os Chefes de Divisão e os técnicos envolvidos no processo da A21L. A sessão teve também por objetivo afinar o modelo organizativo para a gestão interna da A21L, firmar internamente o processo e refletir sobre os principais desafios e prioridades para o desenvolvimento sustentável do Concelho”* (...). Nesta sessão, os participantes identificaram os desafios, que no seu entender, são prioritários para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Abrantes e foi constituído o *Grupo Interdepartamental de Apoio à A21L*, o elemento âncora do processo da Agenda 21 Local no interior da autarquia (CIVITAS, 2009a: 7).

³² <http://agenda21abrantes.blogspot.com/>. Blog desenvolvido pela Câmara Municipal de Abrantes de acompanhamento à Agenda 21 local.

³³ Idem, ibidem

Decorrente dos trabalhos, decidiu-se que a Agenda 21 Local fosse elaborada de acordo com as seguintes etapas (quadro 3.7)

Fases	Designação	Definição dos trabalhos
1ª	Diagnóstico Seletivo	Avaliação da situação atualmente existente no Concelho, e individualmente nas freguesias, identificação dos problemas e potencialidade, ameaças e oportunidades. Identificação dos objetivos gerais a atingir a longo prazo, para a qualidade de vida no Concelho. Nesta fase apela-se à participação dos cidadãos, através de inquéritos à população em geral e entrevistas a eleitos locais e a atores chave de reconhecida competência. Realiza-se ainda, o primeiro “Fórum da Agenda 21”, uma sessão de participação pública que integra os principais atores locais.
2ª	Vetores de Intervenção Estratégica	Com base no diagnóstico seletivo e no resultado da participação pública, são estruturados os desafios a enfrentar sob a forma de vetores estratégicos, que direcionam as principais áreas prioritárias de intervenção para o desenvolvimento sustentável do Concelho.
3ª	Ações de Intervenção	São propostas ações que possibilitem a implementação de soluções que reúnam consenso em torno dos principais desafios ao desenvolvimento sustentável. Daqui resulta uma proposta preliminar da Agenda 21 Local, sujeita à concertação interna, e a debate público sob a forma de sessão do “Fórum da Agenda 21”.
4ª	Estrutura de Monitorização	Apresentação da Agenda 21 Local de Abrantes sob a forma de documento escrito, e implementação de um instrumento que permita monitorizar e avaliar o desempenho do Plano (A21L), assim como concluir se os resultados a obter correspondem aos objetivos pretendidos.

Quadro 3.7- Etapas da A21L de Abrantes³⁴

A metodologia adotada para a sua elaboração apoia-se em 4 pilares, como destaca a figura 3.12.



Fig.3.12 - Esquema do Processo de Elaboração da Agenda 21 Local de Abrantes.

Fonte: Civitas, (2008)

³⁴ Portal de apoio à Agenda 21 Local de Abrantes. Obtido de http://agenda21abrant.es.blogspot.com/2008_10_01_archive.html.

A primeira fase do processo, que decorreu com o **Diagnóstico Seletivo** da A21L de Abrantes durante os meses de julho e agosto de 2008, contou com o lançamento de questionários à população residente nas 19 freguesias do concelho. Através dos mesmos foi possível identificar as opiniões e perspetivas da população local relativamente aos principais pontos fortes e fracos da sua freguesia de residência e que afetam a sua qualidade de vida. Posteriormente, e verificadas as particularidades geográficas, sociais e económicas distintas que caracterizam as freguesias do concelho, foi efetuado uma aproximação do diagnóstico salientando-se os problemas comuns que mais afetam a população local.

Convém referir que o **Diagnóstico Seletivo** ao nível de cada freguesia foi constituído por uma “*Caracterização Geral da Freguesia; A Freguesia vista pelo seu Presidente de Junta; Resultados dos questionários aleatórios à população sobre os pontos fortes e pontos fracos da qualidade de vida na Freguesia; Ponto de situação da resposta aos principais desafios, onde se pretendem identificar as diligências ou outros processos a decorrer na Autarquia que contribuam para a resolução dos problemas prioritários identificados e Análise SWOT com os pontos fortes e fracos da Freguesia*” (idem, 9).

Os resultados obtidos no Diagnóstico Seletivo foram divulgados e debatidos no 1.º Fórum de Participação, subordinado ao tema “*Principais Desafios ao Desenvolvimento Sustentável e Intervenções Prioritárias para Abrantes*”, que decorreu na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, no dia 4 de dezembro de 2008. Os resultados veiculados do Fórum de Participação foram registados num documento, que apesar de ainda constituinte do *Diagnóstico*, já efetua a transição para a 2ª fase do processo de A21L, a fase de definição dos *Vetores de Intervenção Estratégica* da A21L de Abrantes.

É com esse documento, que se aponta as ameaças, oportunidades, pontos fortes e fracos do concelho (fruto da análise SWOT efetuada anteriormente) que no dia 12 de março teve lugar o 2º Fórum de Participação da Agenda 21 Local de Abrantes. Os quatro setores-chave para o desenvolvimento sustentável do concelho identificados pelos participantes do 1º Fórum: *Educação, Formação e Qualificação para o Desenvolvimento Humano, o Emprego e a Competitividade*, foram discutidos pelos cidadãos, orientados por uma equipa da UNL, liderada pelo Professor João Farinha, que definiram os principais vetores de intervenção a integrar no *Plano de Ação* a desenvolver, no futuro. Os desafios mais urgentes que saíram deste 2º fórum, para o concelho, foram o combate ao insucesso e abandono escolar; melhorar as oportunidades de formação e trabalho para a população residente em zonas rurais; desenvolver uma estratégia concertada para ajudar a fixar os jovens licenciados no concelho e aprofundar a educação de todos para a cidadania, ambiente, solidariedade e inclusão social. No presente momento, está previsto a realização de um 3º fórum para início do ano de 2010.

Agenda 21 Local de Águeda

Águeda é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Aveiro, Região Centro e subregião do Baixo Vouga. É sede de um município com 49 041 habitantes (INE, 2001). Tem 335,28 km² de área subdividida em 20 freguesias: Agadão; Aguada de Baixo; Aguada de Cima; Águeda; Barro; Belazaima do Chão; Borralha; Castanheira do Vouga; Espinhel; Fermentelos; Lamas do Vouga; Macieira de Alcoba; Macinhata do Vouga; Óis da Ribeira; Préstimo; Recardães; Segadães; Travassô; Trofa e Valongo do Vouga. O município é limitado a norte pelo município de Sever do Vouga, a nordeste por Oliveira de Frades e por Vouzela, a leste por Tondela, a sul por Mortágua e por Anadia, a sudoeste por Oliveira do Bairro, a oeste por Aveiro e a noroeste por Albergaria-a-Velha.

A *Agueda21*, nome dado a Agenda 21 Local, é um processo recente com início no mês de novembro de 2008. Este processo da iniciativa da Câmara Municipal deu o seu primeiro passo após a aprovação aos Compromissos de Aalborg, em sede de Assembleia Municipal do Município. Com o assumir da Agenda 21 Local, o município procura instituir uma melhor qualidade de vida para todos os seus cidadãos, melhorando a vertente ambiental, económica e social do concelho, com a adesão aos Compromissos de Aalborg, Águeda assume, igualmente, a responsabilidade de partilhar, com todos os municípios, o trabalho conjunto em prole do bem estar das atuais e futuras gerações.

O começo, no terreno, da A21Local evidenciou a vontade do município em chamar todos os cidadãos a participar ativamente para o futuro do concelho, aliás, um dos principais objetivos que norteia este processo. Para a implementação da A21L, o município apresentou uma candidatura ao *“Eixo 4 do Programa Operacional Regional do Centro – Proteção e Valorização Ambiental, tendo recebido aprovação pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDR Centro) em outubro de 2008. A Agenda 21 Local de Águeda foi ainda alvo de aprovação pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), tendo sido selecionada, juntamente com outros dois municípios portugueses, para testar a metodologia proposta pelo “Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos”. A Universidade Católica Portuguesa – Escola Superior de Biotecnologia (Instituto Intervir Mais) desenvolveu a metodologia a utilizar na Agenda 21 Local de Águeda e será a entidade responsável pelo acompanhamento técnico da sua implementação”* (Wordpress, s.d.[a]) O projeto é cofinanciado pelo QREN, Programa Mais Centro, União Europeia e Agência Portuguesa do Ambiente. No momento, foram estipuladas várias fases pelas quais a Águeda 21 irá passar (Quadro 3.8).

Fases	Designação	Tempo	Definição dos trabalhos
1ª	Preparar	Até final de fevereiro de 2009	As ações passam pela assinatura dos Compromissos de Aalborg, pela criação e ativação da estrutura de coordenação do projeto – Grupo Coordenador, por sessões de apresentação aos colaboradores da Autarquia e terminará com a Sessão de Apresentação Pública da A21L de Águeda
2ª	Analisar e Educar	Até final de dezembro de 2009	Serão criados os Grupos de Trabalho Temáticos, terá início uma campanha de sensibilização junto dos cidadãos de Águeda, através de sessões de tertúlias e debates temáticos, ações nas escolas do concelho, atividades no âmbito do Dia da Terra, a Conferência “Inovações para uma Economia Sustentável” e ainda um conjunto de visitas subordinadas ao tema “Águeda mais Sustentável”. Simultaneamente decorrerão os trabalhos de elaboração do Estado de Sustentabilidade de Águeda 2009/2010.
3ª	Educar e Comprometer	Até final de junho de 2010	Nesta fase serão realizados os Fóruns Participativos e iniciar-se-á a elaboração dos Compromissos de Águeda com a Sustentabilidade. Haverão novas sessões de tertúlias e debates temáticos, novas ações nas escolas do concelho, terão continuidade as visitas “Águeda mais Sustentável” e será organizado o Dia da Terra 2010.
4ª	Reconhecer e avaliar	Até final de outubro de 2010	Preparados os Compromissos de Águeda com a Sustentabilidade, e apresentados publicamente à comunidade, será altura de convidar os cidadãos e entidades de Águeda a elaborarem Planos de Ação individuais. Para tal serão organizadas Sessões de Formação específicas para auxiliar na elaboração dos Planos de Ação. Será organizado um concurso para a eleição dos melhores Planos de Ação – Prémios Agenda 21 Local. Será ainda iniciada a fase de Avaliação do processo de Águeda 21 e realizada a definição das futuras ações.

Quadro 3.8 - Etapas da A21L de Águeda

Fonte: Wordpress, (s.d,[a])

Apesar das etapas estarem planificadas de acordo com a cronologia supracitada, verifica-se, em 2009, um atraso substancial que comprometeu, até ao momento, a finalização da primeira fase. Os prazos foram assim alargados, cerca de um ano, sendo que a conclusão da 1ª fase passa a estar prevista para fevereiro de 2010. Assim sendo, o processo encontra-se na 1ª fase.

Agenda 21 Local de Alcanena

Alcanena é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Santarém, região Centro e subregião do Médio Tejo. É sede de um município com 14 600 habitantes (INE, 2001). Tem uma área de 127,33 km² subdividida em 10 freguesias: Alcanena; Bugalhos; Espinheiro; Louriceira; Malhou; Minde; Moitas Venda; Monsanto; Serra de Santo António; Vila Moreira.

O projeto de A21L de Alcanena identifica-se mais, até ao momento, pela falta de informação disponibilizada (aliás, situação apontada por mais agentes interessados no conhecimento do processo³⁵) julgando-se que pouco tem sido feito no que concerne à implementação deste instrumento face à pouca visibilidade pública dos trabalhos. No que se conseguiu apurar, o projeto da A21L foi aprovado em Reunião de Câmara no dia 23 de junho de 2008. De acordo com o documento da proposta que fundamenta a implementação deste instrumento, o objetivo final pelo qual se promove este instrumento é o de envolver, participar e responsabilizar todos e cada um dos munícipes no futuro da comunidade, permitindo encontrar um padrão de desenvolvimento que concilie métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência económica, que sirvam gerações do presente, sem comprometer gerações futuras.

Neste momento, o processo encontra-se na sua fase inicial, ficando-se a aguardar por mais informações.

³⁵ Alcanet. "Blog do Concelho de Alcanena".
Obtido em 26 de junho de 2009, de <http://alcanet.blogspot.com/2008/07/alcanena-adere-ao-agenda21.html>

Agenda 21 Local de Alcobaça

Alcobaça é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Leiria, região Centro e sub-região do Oeste. A cidade é composta pelas freguesias de Alcobaça, zona norte da freguesia de Évora de Alcobaça e zona oeste da freguesia de Prazeres de Aljubarrota. É sede de um município com 56 794 habitantes (INE, 2001). Apresenta uma área de 408,14 km² subdividida em 18 freguesias: Alcobaça; Alfeizerão Alpedriz; Bárrio; Benedita; Cela; Cós; Évora de Alcobaça; Maiorga; Martingança; Montes; Pataias; Prazeres de Aljubarrota; São Martinho do Porto; São Vicente de Aljubarrota; Turquel; Vestiaria e Vimeiro. O município é limitado a norte pelo município da Marinha Grande, a leste por Leiria, Porto de Mós e Rio Maior, a sudoeste pelas Caldas da Rainha e a oeste envolve por completo a Nazaré e tem dois troços de costa no Oceano Atlântico.

Apesar de Alcobaça constar, oficialmente, como um município detentor de uma Agenda 21L o que se verifica, à data, é a continuação do seu Plano Municipal de Ambiente (PMA), e que tem sido alvo de atualizações de forma a compatibilizar o mesmo de acordo com os princípios da sustentabilidade. Nesta tarefa, conta com o Grupo Civitas que é o principal parceiro técnico neste âmbito. Apesar do Plano Municipal de Ambiente ser simultaneamente um plano estratégico de ambiente a nível municipal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável a longo prazo, e um plano operacional dirigido para a ação a curto prazo estes não são tão integradores como a Agenda 21 Local. Sobressaem vantagens visto que um PMA apesar de mais restrito no campo da ação é menos moroso e complexo, tendo como principal objetivo a definição, ao nível da componente ambiental, de estratégias integradas e consensuais e de ações concretas de gestão e intervenção. Neste contexto, o caso de estudo de Alcobaça já se encontra retratado na dissertação não tendo existido grandes evoluções. O município ratificou a Carta de Aalborg e em 1998 aderiu à Rede CIVITAS – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis. No âmbito do Plano Municipal de Ambiente elaborou-se o Diagnóstico Ambiental do Concelho, identificaram-se os vetores de Intervenção Estratégicos e em 2000 finalizou a definição dos Planos de Ação. Neste momento, estão a ser realizadas as ações definidas nos referidos Planos.

Agenda 21 Local de Almada

Almada é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Setúbal, região de Lisboa e subregião da Península de Setúbal. Almada é sede de um pequeno mas densamente povoado município com 160 825 habitantes (INE, 2001) distribuídos por apenas 70,2 km² de área subdividida em 11 freguesias; Almada; Cacilhas; Caparica; Charneca de Caparica; Costa de Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda e Trafaria. O município é limitado a leste pelo município do Seixal e a sul por Sesimbra, e possui uma longa costa a oeste para o Oceano Atlântico, e a norte e nordeste abre-se para o Estuário do Tejo, frente aos municípios de Lisboa e Oeiras.

A Câmara Municipal de Almada (CMA) aceitou o desafio de desencadear um processo de A21L ao tornar-se signatária da Carta de Aalborg. Assim sendo, o Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável (DEGAS), criado em 2005 por decisão dos Órgãos Autárquicos desta edilidade, tem como principal missão o de dinamizar a Agenda Local 21 de Almada e prosseguir a estratégia local de sensibilização e educação ambiental.

A Câmara Municipal de Almada tem desenvolvido projetos que se inserem nas linhas estratégicas de sustentabilidade, salientando-se o Relatório de Sustentabilidade; o Mapa de Ruído de Almada; a Agenda 21 da Criança; a Monitorização das Emissões dos Gases de Efeito de Estufa e a Definição de uma Estratégia Local para as Alterações Climáticas; a Gestão da Fatura Energética Municipal; o Projeto Europeu de Eco-Compras; e, igualmente, a Certificação Ambiental da Autarquia pelo Sistema EMAS. Este último, a certificação ambiental do Município de Almada pelo Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), está a ser desenvolvida no âmbito da Agenda Local 21 e visa a adoção de novos procedimentos que permitam reduzir a pressão ambiental exercida pela Autarquia. Neste particular, as fases do processo da A21L estão intimamente ligadas as tarefas que vão sendo desenvolvidas pelo sistema Almada EMAS, o que “rompe” com as formas de implementação, a nível nacional, que, por norma, centralizam os trabalhos neste instrumento.

O processo de A21 de Almada, designada por Almada 21, apresenta-se como um dos casos que mais se afasta na forma como aborda a sustentabilidade visto que é um dos concelhos que promove mais iniciativas / projetos que tiram algum “protagonismo” ao instrumento da A21L. De momento, fica-se a aguardar pelos dados solicitados à Câmara Municipal de Almada referente ao estado atual deste processo.

As ações da A21L estão a ser desenvolvidas, sobretudo, através de certificação ambiental do Município de Almada pelo Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Agenda 21 Local da Amadora

Amadora é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Lisboa, região de Lisboa e subregião da Grande Lisboa. É sede de um dos mais pequenos municípios de Portugal, com 175 872 habitantes (INE, 2001) distribuídos geograficamente por uns escassos 23,77 km² de área subdividida em 11 freguesias: Alfovelos; Alfragide; Brandoa; Buraca; Damaia; Falagueira; Mina; Reboleira; São Brás; Venda Nova e Venteira. O município é limitado a nordeste pelo município de Odivelas, a sueste por Lisboa, a sul e oeste por Oeiras e a oeste e norte por Sintra.

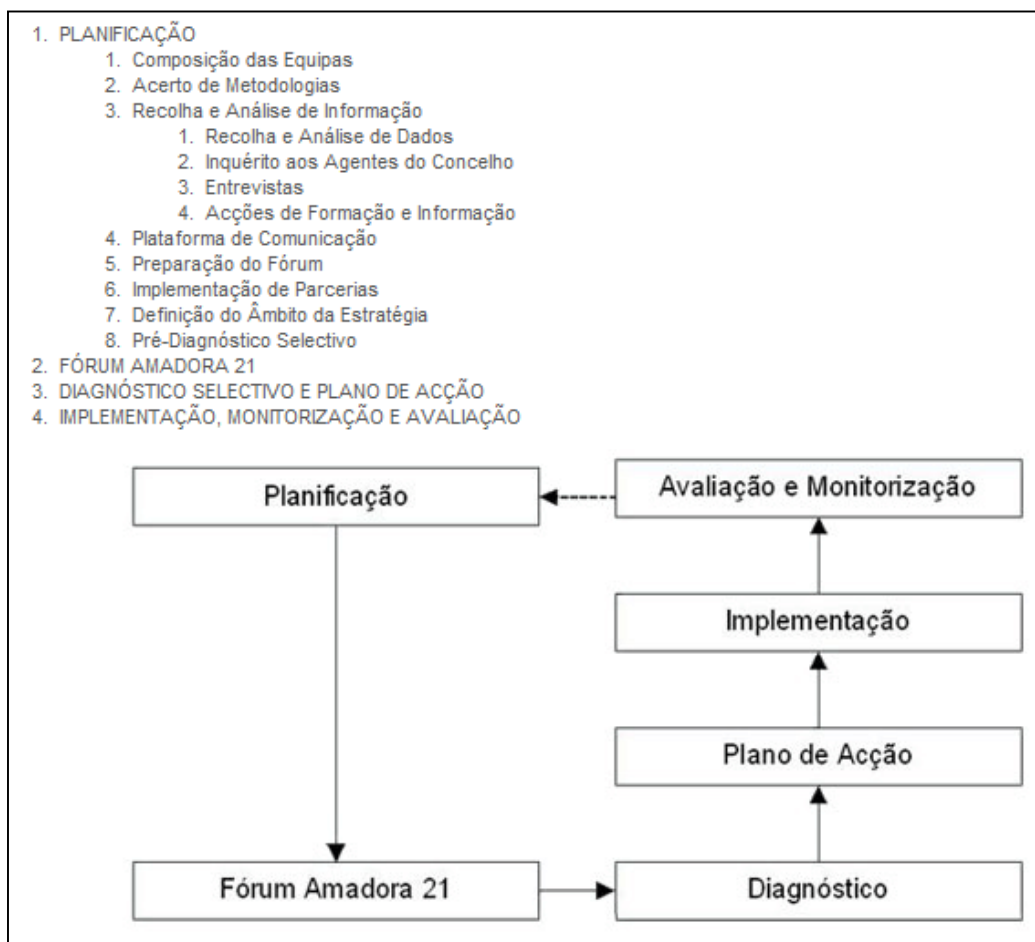
A Câmara Municipal da Amadora, em 1997, assinou a Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, também conhecida como Carta de Aalborg. No entanto, só onze anos depois é que este município adotou, em 2008, um processo de Agenda 21 Local, mas concretamente, em novembro desse ano, quando assinou um Protocolo de Cooperação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para a implementação do projeto piloto “Agenda 21 Local, Sistema de Sustentabilidade Local”, assente nas vertentes ambiental, social e económica e tendo como linha orientadora o Guia “*Agenda 21 Local – Um desafio para todos*”. Este Guia, elaborado pela APA, estabelece uma metodologia orientadora na conceção e implementação de Agendas 21 Locais, constituindo um referencial normativo para a implementação de Sistemas de Sustentabilidade Locais. Este município tornou-se num dos 3 municípios piloto (conjuntamente com Águeda e Mora), na implementação deste projeto que se prevê que venha a estar concluído até dezembro de 2010.

A implementação da Agenda 21Local - “*Amadora 21*” é da iniciativa e responsabilidade da Câmara Municipal da Amadora (CMA) que conta com o apoio técnico da Instituto Superior Técnico (IST) e da Agência Portuguesa do Ambiente, como foi supra referido.

Para dar início deste processo foram constituídos o Grupo Coordenador (integrando 3 elementos da CMA e 2 do IST) e o Gabinete técnico (composto apenas por elementos da CMA)

A metodologia adotada segue as linhas orientadoras do Guia “*Agenda 21 Local – Um desafio para todos*”, elaborado pela APA, e que considera as seguintes etapas (Quadro 3.9).

Neste momento, realiza-se a recolha, tratamento e sistematização da informação disponível no seio da Câmara Municipal da Amadora, prevendo-se a realização das primeiras entrevistas e inquéritos a Agentes do Concelho durante o próximo mês de junho.



Quadro 3.9 – Etapas contempladas na metodologia no processo de A21L da Amadora

Fonte: CM Amadora, (s.d).

Agenda 21 Local de Almodôvar

Almodôvar é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Beja, região do Alentejo e subregião do Baixo Alentejo. É sede de um município com 775,88 km² de área e 8145 habitantes (INE, 2001), subdividido em 8 freguesias: Aldeia dos Fernandes; Almodôvar; Gomes Aires; Rosário; São Barnabé; Santa Clara-a-Nova; Santa Cruz; Senhora da Graça de Padrões. O município é limitado a norte pelo município de Castro Verde, a leste por Mértola, a sueste por Alcoutim, a sul por Loulé, a sudoeste por Silves e a oeste e noroeste por Ourique.

No final de 2007, a Câmara Municipal de Almodôvar (CMA) deu início ao processo de A21L. Com a CMA a liderar o processo, em parceria com a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADP Mértola) e com o projeto a ser cofinanciado pela Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste e pelo Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas, era implementado o processo com o objetivo primordial de encontrar soluções e estratégias participadas que visassem resolver os problemas e, desta forma, atingir os desígnios e ambições locais. Para tal, os objetivos específicos a concretizar, no âmbito da A21 L, passam pela capacidade dos cidadãos ficarem conhecedores dos problemas e potencialidades do concelho; por incrementar um espírito mais *participativo* dos agentes locais para gestão dos processos de decisão e pela melhoria da qualidade de vida e equidade social. A abordagem conceptual da construção da A21L assentou no seguinte esquema (Figura 3.13).

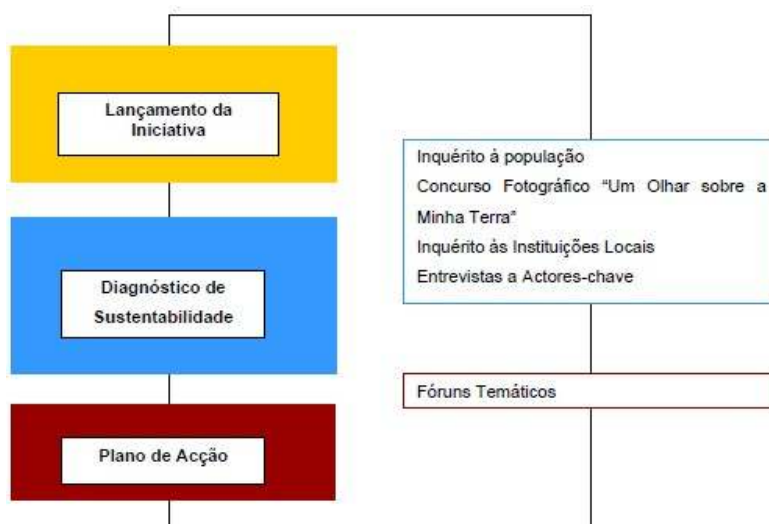


Figura 3.13 – Esquema metodológico da A21L de Almodôvar

Fonte: Associação de Defesa do Património de Mértola, (2008 b: 14)

Após o lançamento da iniciativa, com a apresentação da A21L, seus objetivos e a metodologia aplicada, o processo evoluiu para a segunda etapa que coincide com o Diagnóstico de Sustentabilidade e que compreende uma caracterização do concelho de Almodôvar. No entanto, antes da elaboração do referido Diagnóstico foram realizados um conjunto de atividades que

visaram não só, auscultar a opinião dos cidadãos locais sobre os problemas que afetam o concelho como, também, promover o envolvimento cívico da população local no processo (Quadro 3.10).

Colóquio Almodôvar 21 Caminhos para o futuro - Apresentação dos eixos estratégicos da Agenda 21 de Almodôvar.	20/05/2008
➤ Fórum Temático sobre a Valorização dos Produtos Agrícolas, Industria Agroalimentar e Floresta	22/04/2008
➤ Fórum Juvenil “O Nosso Olhar sobre Almodôvar” a bordo da Ecoteca Fluvial O Saramugo	15/04/2008
➤ Campanha de Sensibilização Ambiental de Resíduos e Biodisel	7/04/2008
➤ Fórum Temático sobre o Turismo	25/03/2008
➤ Entrevistas a Atores Chave do Concelho	03/2008
➤ Publicação do Pré-diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho de Almodôvar	03/2008
➤ Avaliação dos trabalhos apresentados ao Concurso Fotográfico “Um Olhar sobre a MINHA Terra”	03/2008
➤ Concurso Fotográfico “Um Olhar sobre a MINHA Terra”	01/2008 a 02/2008
➤ Entrevistas a Atores Chave	01/2008
➤ Inquérito aos Atores Locais	01/2008
➤ Inquérito à População	12/2007

Quadro 3.10 - Atividades que foram organizadas no âmbito do processo “Almodôvar Participa”

Fonte: CM Almodôvar, (s.d).

Para além da utilização destes instrumentos foi, ainda, elaborado um pré-diagnóstico de sustentabilidade do concelho de Almodôvar “*estruturado através da análise de um conjunto de indicadores que permitem fazer um breve retrato do estado atual do desenvolvimento sustentável do concelho de Almodôvar, integrando informação das áreas ambientais, económicas e sociais, e complementado com a aplicação de um questionário à população residente nas diferentes freguesias do concelho de Almodôvar*”. Este pré-diagnóstico surge com o objetivo de alicerçar a definição do diagnóstico da sustentabilidade e a definição de planos de ação a encetar no concelho de Almodôvar nesta temática” (Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM, 2008a: 3).

Foi com base no pré-diagnóstico e no levantamento de informações decorrentes das atividades supracitadas que se procedeu, posteriormente, à elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho.

A elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade teve como propósito *abranger e integrar num mesmo documento uma descrição atual e representativa dos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais do Concelho de Almodôvar, resultando na identificação das suas potencialidades e fragilidades. Deste modo, obtém-se a definição das oportunidades e ameaças*

do Concelho, de forma a assentar as grandes opções estratégicas do Desenvolvimento Sustentável (DS) (ADPM, 2008b: 14).

Desta forma, este instrumento ao avaliar a realidade concelhia permite efetuar uma análise prospetiva, nomeadamente no que respeita à identificação de problemas e oportunidades, no sentido do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida do Concelho.

Posteriormente, procedeu-se a uma análise do tipo SWOT de forma a sistematizar toda a informação recolhida. Esta análise serve de base à identificação das linhas estratégicas a adotar no plano de ação, tendo como pressupostos: *Potenciar os pontos fortes; Eliminar os pontos fracos; Combater as ameaças e Aproveitar as oportunidades* (idem, 85). Os aspetos negativos mais referidos pela população e os atores locais, são o desemprego, a falta de empreendedorismo, o envelhecimento da população e a desertificação humana. Os aspetos positivos estão relacionados com a riqueza do património natural e histórico - cultural existente no Concelho, os produtos agroalimentares e as energias renováveis.

Neste âmbito, foram priorizadas áreas de intervenção e nas quais se deve apostar como vetores estratégicos, como o *Turismo, Produtos Agrícolas, Ambiente e Cidadania* (ADPM, 2008c: 6). Para cada Eixo de Intervenção foi definido um conjunto de projetos compostos por várias atividades e apresentados em fichas de projeto. Cada projeto será esquematizado numa ficha que contem as atividades e tarefas que se pretendem desenvolver. Desta forma, cada ficha de ação integra os seguintes elementos: Tipo de projeto; objetivos; descrição; Atividades/Tarefas e Parceiros Responsáveis. Neste momento, a Agenda 21 Local de Almodôvar encontra-se na fase de implementação dos Planos de Ação.

Agenda 21 Local da Armamar

Armamar é uma vila portuguesa no Distrito de Viseu, Região Norte e subregião do Douro. É sede de um município com 7492 habitantes (INE, 2001). Tem uma área de 112,24 km² subdividida em 19 freguesias: Aldeias; Aricera; Armamar; Cimbres; Coura; Folgosa; Fontelo; Goujoim; Queimada; Queimadela; Santa Cruz; Santiago; Santo Adrião; São Cosmado; São Martinho das Chãs; São Romão; Tões; Vacalar e Vila Seca. O município é limitado a norte pelo município do Peso da Régua, a nordeste por Sabrosa, a leste por Tabuaço, a sueste por Moimenta da Beira, a sudoeste por Tarouca e a oeste por Lamego.

Visando uma melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, promover uma democracia mais participativa, aumentar a transparência da administração e dos serviços e garantir um rumo sustentável para o concelho de Armamar, o município tomou a iniciativa, em janeiro de 2008, de implementar o processo de Agenda 21 Local. Esta iniciativa decorreu na sequência da realização de um estágio promovido pelo curso de especialização em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local, organizado pela Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (AESBUC), instituição que assiste tecnicamente o referido processo. O Fundo Social Europeu (FSE) e o Estado Português participam, igualmente, como cofinanciadores do projeto.

No próprio mês, dia 10, decorreu na Câmara Municipal de Armamar, um workshop sobre *“Promoção e Valorização dos recursos associados ao Douro Duero (Projeto Dourinov)”*, inserido na temática *“Falar em Sustentabilidade no Douro”*.

A sessão teve como principal objetivo salientar a importância do projeto quer para o município, quer para a região bem como a nível transfronteiriço. Entre outras coisas, reconheceu-se a vitalidade de projetos de valorização do território, destacando-se as potencialidades da área. Para tal, foi abordado o projeto Dourinov, que tem como objetivos primordiais *“transformar alguns recursos locais em produtos capazes de desencadear dinâmicas de desenvolvimento e participação de cidadãos e agentes locais e regionais”* (Osório, 2008a) numa ótica integrada.

No dia 3 de abril de 2008, decorreu mais uma iniciativa ligada à mesma temática *“Falar de Sustentabilidade no Douro Sul II – Seminário em Tabuaço “Agenda 21 Local: o meio para alcançar a sustentabilidade”*, desenvolvida pela Câmara Municipal de Tabuaço e com o contributo do curso de especialização em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local, promovido pela Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa. *“O seminário visou reunir representantes das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações e Empresas da Região do Douro Sul, com vista a dar a conhecer a importância da Agenda 21 para*

a região no intuito de se estabelecer uma parceria intermunicipal para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento sustentado na região do Douro Sul” (Osório, 2008b).

Os trabalhos, praticamente, iniciaram com a definição da metodologia a aplicar no desenvolvimento do processo (Quadro 3.11).

Fases	Designação	Definição de trabalhos
1ª	<i>Sensibilização e criação do Fórum Participativo</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização de políticos e técnicos da Câmara Municipal para a questão do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Local; - Compromisso da Câmara Municipal perante a sustentabilidade e responsabilidade a desenvolver um processo de A21L (Compromissos de Aalborg); - Constituição do Grupo Coordenador (grupo com poder de decisão e que tem como principal função acompanhar o desenrolar do processo); - Estabelecimento de contactos, apresentação do projeto e criação da Rede de Parceiros Locais; - Sensibilização dos professores das escolas do município para a questão do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 local (e escolar); - Criação do logótipo e da página de Internet; - Edição de uma brochura de apresentação do projeto “Armamar 21” a toda a população; - Criação dos fóruns participativos (para envolver a população no projeto).
2ª	<i>Diagnóstico e Plano de ação</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do diagnóstico (caracterização do município e apresentação dos principais problemas) e do plano de ação, com as ações a implementar com vista colmatar os problemas apontados e a melhorar a qualidade de vida da população. <p>Quer o diagnóstico quer o plano de ação terão em conta os resultados dos fóruns participativos.</p>
3ª	<i>Implementação monitorização e revisão</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização das ações previstas no plano de ação; - Avaliação dos impactos das ações com base em indicadores predefinidos para cada ação; - Revisão do processo, para se verificar se há necessidade de se redefinir o plano de ação.

Quadro 3.11 – Fases do Projeto Armamar 21

Fonte: Wordpress. (s.d.[b])

Após cumprida a 1ª fase do projeto, o município lançou dois inquéritos à população local. Um primeiro inquérito, ligado à temática “Projeto de Sensibilização Ambiental”, que teve como princípio “conhecer os hábitos dos munícipes em relação à separação de resíduos já existentes no concelho, e qual a sua opinião em relação à recolha de óleos/azeites alimentares usados, bem como a sua adesão ao mesmo” (CM Armamar, 2009a: 3). O segundo, ligado a A21Local procurando “fazer uma primeira análise da perceção da população sobre as principais potencialidades e problemas do Concelho de Armamar e as suas expectativas relativamente ao

futuro do concelho. Pretende assim, ser uma via para que se possa conhecer a visão do estado atual e perspetivas futuras do mesmo” (CM Armamar, 2009b: 3).

Da análise aos resultados do 1º inquérito verificaram-se lacunas não só quanto aos hábitos de reciclagem da população como na própria localização geográfica dos ecopontos. Neste contexto, observa-se que o município tem apostado, não só, numa forte campanha de sensibilização, porta-a-porta, à população local através da distribuição de folhetos informativos e ecopontos domésticos como têm, igualmente, alargado a rede de Ecopontos do próprio concelho de Armamar. É de salientar, neste ponto, a parceria estabelecida pela Edilidade com a empresa Ecoldiesel com o objetivo de dar um fim adequado aos óleos alimentares usados, pretendendo-se colocar recipientes próprios para o efeito (oleões) em unidades de restauração, hotelaria, IPSS`S, escolas e nas Freguesias.

Do 2º inquérito, recolheram-se informações relevantes sobre os Pontos fracos / Pontos fortes que cada freguesia apresenta sendo feita uma aproximação geral dos problemas que se constituem como obstáculos à sustentabilidade deste concelho. Neste momento, a Armamar 21 encontra-se no início da 2ª fase do projeto, tendo em julho de 2009 *lançados dois novos inquéritos à população local (Inquérito sobre “Agenda 21 Local no Concelho de Armamar” e outro sobre a “Reciclagem no Concelho de Armamar”)*.

Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo

Ferreira do Alentejo é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Beja, região do Alentejo e subregião do Baixo Alentejo. É sede de um município com 648,45 km² de área e 9010 habitantes (INE, 2001), subdividido em 6 freguesias: Alfundão; Canhestros; Ferreira do Alentejo; Figueira dos Cavaleiros; Odivelas e Peroguarda. O município é limitado a norte pelos municípios de Alcácer do Sal e do Alvito, a leste por Cuba e por Beja, a sul por Aljustrel, a sudoeste por Santiago do Cacém e a oeste por Grândola.

A Agenda 21 de Ferreira do Alentejo pretende promover o desenvolvimento económico, a integração e equidade social e a proteção ambiental do Concelho, bem como encontrar e promover estratégias sustentáveis, de corresponsabilização e partilha para o bem comum. Este projeto teve o seu início em 2007 e integra todo um conjunto de políticas que visam a sustentabilidade. A Agenda 21 local, neste concelho, resume-se não ao instrumento em si mas a mais uma das muitas iniciativas levadas a cabo pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo em parceria com TTerra – Engenharia e Ambiente Lda e Vasco da Gama - Centro de Estudos e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Beja.

A sustentabilidade em Ferreira do Alentejo tem a designação de *Ferreira Sustentável* identificando-se como um projeto que nasce da preocupação do Município em contrapor as alterações climáticas que se verificam no nosso Planeta e contribuir para o cumprimento das metas de emissão de gases com efeito de estufa (nomeadamente o CO₂), assumidas no âmbito do Protocolo de Quioto, através da melhoria dos comportamentos humanos e da implementação de políticas efetivas na redução das emissões. Assim sendo, este projeto CARBONO ZERO visa estimular novos comportamentos e mobilizar a sociedade civil e as instituições públicas e privadas do concelho a agir.

Neste contexto, medidas como recolha de Resíduos Recicláveis, Construção Sustentável, Promoção de Iluminação Eficiente, Construção de Parques Solares, Elaboração de Guia para o Consumo Sustentável, Plano Municipal de Substituição / Modernização de Estações de Tratamento de Águas Residuais, Erradicação do Uso de Plástico na Publicidade e a Implementação da A21L são iniciativas programadas pelo concelho para atingir a sustentabilidade.

Neste âmbito, realça-se a importância da A21L para a concretização destes objetivos. A Agenda 21 de Ferreira do Alentejo segue os requisitos do Sistema de Sustentabilidade Local, definido pela Agência Portuguesa de Ambiente. As principais fases para a sua implementação são as que a seguir se enunciam: “1. *Constituição do Grupo de Trabalho que é composto por técnicos autárquicos de serviços das diferentes áreas e por atores locais;* 2. *Elaboração do Diagnóstico para a Sustentabilidade: retrato das vocações do território de uma forma simples e objetiva,*

contando com a participação das partes interessadas; 3. Visão Estratégica: garante que a vocação do território identificada através do Diagnóstico estabelece o caminho da sustentabilidade a seguir; 4. Política de Sustentabilidade Local: é definida com as partes interessadas em consonância com a Visão Estratégica. Deve ser materializada numa Carta de Compromisso; 5. Planeamento da Sustentabilidade: contempla a elaboração do Plano de Ação, envolvendo os atores locais e a população, num processo de cidadania participativa; 6. Plano de Ação: corresponde ao momento de implementação das ações configuradas no Plano. Esta fase é decisiva para o bom desempenho da Agenda 21. É importante configurar e alimentar uma estratégia de comunicação transparente com todas as partes interessadas; 7. Verificação do Sistema de Sustentabilidade Local - Após a implementação do Plano de Ação é efetuada a sua avaliação, garantindo a qualidade e a melhoria contínua; 8. Revisão do Sistema de Sustentabilidade Local: este processo permite ajustar o Sistema de Sustentabilidade Local, à evolução do território, tendo sempre presente a melhoria continuada” (CM Ferreira do Alentejo, s.d.).

Neste momento, o processo de A21L encontra-se na 2ª fase após a elaboração do diagnóstico para a sustentabilidade

Agenda 21 Local de Ferreira do Zêzere

Ferreira do Zêzere é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Santarém, região Centro e subregião do Médio Tejo. É sede de um município com 9422 habitantes (INE, 2001) e 184,28 km² de área subdividido em 9 freguesias: Águas Belas; Areias; Beco; Chãos; Dornes; Ferreira do Zêzere; Igreja Nova do Sobral; Paio Mendes e Pias. O município é limitado a norte pelo município de Figueiró dos Vinhos, a nordeste pela Sertã, a leste por Vila de Rei, a sul por Tomar, a oeste por Ourém e a noroeste por Alvaiázere.

A Agenda 21 Local de Ferreira do Zêzere é um dos processos mais recentes de implementação em Portugal. Neste caso, em março de 2009, em sede de reunião da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (Ata n.º5 /2009: 3) foi votado e aceite uma proposta de parceria, para a elaboração da Agenda 21 Local de Ferreira, com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Até ao momento, nada mais houve de relevante à assinalar.

Agenda 21 Local da Lourinhã

A **Lourinhã** é uma vila sede de concelho portuguesa localizada no litoral da sub-região do Oeste, possui uma área total de 147,18 km² com 23239 habitantes (INE, 2001). O concelho está subdividido em 11 freguesias. Atalaia; Lourinhã; Marteleira; Miragaia; Moita dos Ferreiros; Moledo; Reguengo Grande; Vila de Ribamar; Santa Bárbara; São Bartolomeu dos Galegos; e Vimeiro. O concelho da Lourinhã é limitado no norte pelos concelhos de Peniche e Óbidos, a sul pelo concelho de Torres Vedras, a este pelos concelhos do Bombarral e do Cadaval e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

O processo de A21L da Lourinhã apresenta-se com um certa singularidade na forma de desenvolver a sustentabilidade no concelho. Se é certo que nos processos de Agendas 21 locais existe uma grande preocupação em promover formas participativas de cidadania através da intervenção ativa e corresponsabilização dos cidadãos nos trabalhos de planeamento, decisão, implementação e avaliação das medidas implementadas é, neste caso, mais que evidente que estamos na presença de um processo que eleva a fasquia da participação dos cidadãos a um nível superior. É normal que os processos de Agendas 21, em Portugal, sejam dirigidos pelas próprias Câmaras Municipais. Neste caso, a Lourinhã, escolheu um formato diferente, em que o processo está nas mãos dos cidadãos, é dinamizado e coordenado por um Secretariado e avança à velocidade e com os meios que os Grupos de Ação podem mobilizar. No entanto, esta realidade vai sendo descrita à medida que se for caracterizando a Agenda 21 Local da Lourinhã.

Em fevereiro de 2007, o processo da Agenda 21 da Lourinhã era iniciado com a realização de três palestras, no âmbito do projeto europeu ToKforCEIFIADE, que tiveram por objetivo, *“por um lado, definir alguns conceitos chaves – Desenvolvimento Sustentável, Agenda 21, Participação, etc. - e, por outro lado, lançar as bases de um processo participativo de reflexão e decisão sobre os objetivos estratégicos do concelho e o caminho a percorrer para os realizar. Durante cada uma das reuniões públicas, os participantes foram convidados a exprimirem, através de pequenos questionários, as suas preferências e apresentarem sugestões para a construção de uma Agenda 21 Local”* (Peters, 2008: 5).

Decorrentes das palestras, que tiveram lugar nos meses de fevereiro e março, foram identificados *“diversos objetivos (Quadro 3.12) que se agruparam em seis eixos de desenvolvimento: Promoção do turismo; Promoção de economia local (produtos locais); Bem-estar e qualidade de vida; Educação, formação e qualificação profissional; Sensibilização e promoção ambiental; Promoção da cidadania”* (CM Lourinhã, 2007: 32). Para cada eixo foram, por sua vez, elaborados projetos que concretizam os vetores a seguir para um desenvolvimento sustentável.

Governança	Economia	Equidade Social	Ambiente
√ Mobilizar a participação dos cidadãos	√ Estimular e desenvolver a agricultura	√ Promoção das competências que o desenvolvimento sustentável requer	√ Sensibilização para os problemas ambientais
√ Discussão pública de grandes projectos	√ Promover o turismo	√ Promover capacidades de trabalho em rede	√ Qualidade da água
√ Discutir com todos os problemas do concelho	√ Dar atenção ao pequeno comércio	√ Criar um centro de apoio à divulgação de novas técnicas e saberes	√ Gestão dos recursos hídricos (cheias, secas)
√ Colocar à disposição de todos documentos de interesse público	√ Apostar em produtos locais e/ou tradicionais		√ Segurança da orla litoral
√ Cumprimento da legislação	√ Dinamizar parcerias institucionais		√ Gestão integrada de resíduos visando a prevenção e a reciclagem
√ Mais fiscalização			√ Protecção da biodiversidade

Quadro 3.12 - Objetivos de desenvolvimento identificados durante o ciclo de palestras

Fonte: Peters, (2007: 4)

Face às sugestões e propostas apresentadas pelos cidadãos e instituições da Lourinhã, recolhidas entre abril e maio de 2007, foram apresentados cerca 30 *projetos*, na reunião de trabalhos no âmbito da Agenda 21 Local realizada no dia 5 de julho, que davam forma ao desenvolvimento dos eixos estratégicos previamente delineados. Neste encontro foi apresentado o Primeiro Plano de Ação, que começou de acordo com os princípios subjacentes ao conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A implementação destes *projetos* (e de todos os outros projetos sugeridos) vai ser baseada no empenho de Grupos de Ação. Todos os interessados podem agora escolher o/s projeto/s que querem apoiar e o tipo de contributo que podem dar ao Grupo de Ação. Neste âmbito, surge a importância do *Secretariado*, que funciona como um mecanismo regulador sendo constituído, na sua maior parte por elementos da CEIFA³⁶ com alguma representatividade de elementos da CML. Aliás, reconhece-se a importância desta parceria com a CML, com o seu “*contributo para o arranque do processo da Agenda 21 Local e sua coordenação e no apoio às campanhas de sensibilização (p.ex. organizando regularmente sessões de informação / cursos sobre aspetos relacionados com o desenvolvimento sustentável)*” (CM Lourinhã, 2006: 5).

Como foi dito, uma das peculiaridades deste processo de A21L identifica-se, igualmente, nesta etapa. Os projetos sugeridos para serem implementados – dependem da vontade de quem por eles se interessar. “*Precisamos, portanto, de coordenadores para cada projeto que assumam a tarefa de dar os passos de arranque e manter o projeto “vivo”. O secretariado da Agenda 21 apoia todos os coordenadores de projetos. No entanto, a maioria dos projetos só é realizável se*

³⁶ CEIFA ambiente, Lda. – Centro de Estudos, Informação e Formação para o Ambiente, Lda.

podermos formar parcerias e trabalhar em rede” (Osório-Peters;2007: 16). Neste contexto, o papel do Secretariado é vital pois deve não só estimular a constituição de Grupos de Trabalho Temáticos como a apoiar ativamente iniciativas de novos projetos. Na Agenda 21 Local da Lourinhã, todas as iniciativas são da responsabilidade do cidadão ou associações locais. Se porventura, ninguém se responsabilizar por nenhum projeto nesse imediato momento o processo estagna. Compete a CML o papel mais de auxiliar mais os trabalhos do que em promove-los. Até à atualidade, muitos são os projetos que têm sido executados. Neste âmbito, instituições locais como o CEIFAS, CREAS³⁷ e a LOURAMBI³⁸ tem tido um papel preponderante ao avançar com elementos que desempenham o papel de coordenadores de projetos a desenvolver.

Como nos refere o Relatório de Atividades – Plano de Ação 2007-2008, “se os resultados da implementação do Plano de Ação proposto na Sessão Pública de 5 de julho de 2007 foram, do ponto de vista do Secretariado, francamente positivos convém não esquecer que uma parte dos projetos integrados na lista de projetos ainda procura pessoas ou instituições que os queiram coordenar e apadrinhar. Estes projetos vão transitar para o Plano de Ação de 2008 e o Secretariado continuará a tentar formar os respetivos Grupos de Ação” (Peters, 2008: 7).

Neste momento, a A21L encontra-se na 2ª fase (Figura 3.14), estando a ser preparados os critérios chaves que vão permitir ao Secretariado avaliar (numa escala de -3 a +3) se um projeto tem efeitos negativos muito relevantes (-3), neutros (0) ou efeitos positivos muito relevantes (+3).



Figura 3.14 – Organigrama da A21L da Lourinhã (2ª fase)

Fonte: CEIFA³⁹

³⁷ CREAS – Centro Regional de Educação e Investigação Associada à Sustentabilidade do Oeste.

³⁸ LOURAMBI – Associação para a Proteção Ambiental da Lourinhã.

³⁹ CEIFA ambiente, Lda.

<http://www.ceifa-ambiente.net/servicos/coordenacao-de-projetos/agenda-21/imagens/agenda21/organigrama.JPG>

Agenda 21 Local da Marinha Grande

Marinha Grande é uma cidade portuguesa no distrito de Leiria, região Centro e subregião do Pinhal Litoral. É sede de um município com 187,24 km² de área e 34 153 habitantes (INE, 2001), subdividido em 3 freguesias: Marinha Grande; Moita e Vieira de Leiria. O município é limitado a norte e leste pelo município de Leiria, a sul por Alcobaça e a oeste tem litoral no oceano Atlântico.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, no final de 2008, arrancava com o processo de A21L para o seu Concelho apresentando, desde logo, um estudo e uma proposta de ação para a sustentabilidade assumida pela governação local. O Relatório “*Agenda 21 Local do Concelho da Marinha Grande*” procurou, entre outras análises, fazer um diagnóstico do Concelho, segundo os quatro pilares da Agenda 21 Local: Ambiente, Economia, Sociedade e Conhecimento e Inovação. Convém referir que o capítulo “*Viver na Marinha Grande*” se reporta ao levantamento de informação realizado durante o trabalho de campo no Município nos meses (maio, junho e julho de 2008) que antecederam o início do próprio processo. As principais parcerias técnicas ficaram a cargo do Inovação, Projetos e Iniciativas (IPI) e, pontualmente, do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

O processo implica a definição de uma metodologia simples e passível de ser executada com facilidade. A metodologia aplicada ao projeto de implementação da Agenda 21 Local divide-se em várias etapas e fases sequenciais, “*estando estas organizadas de uma forma sistemática e sequencial e de conclusão obrigatória*”(IPI,2008a: 13).

Antes do arranque da 1ª fase, foi elaborado um Diagnóstico que teve em especial atenção as características endógenas do Concelho, no que respeita à estrutura empresarial existente. Esta opção, determinada pelo Executivo Autárquico, justifica-se pelo facto da Marinha Grande ter “*nas atividades industriais a base da sua estrutura económica, pelo emprego e riqueza que criam. Manter esta base de sustentação, torna-se vital para o desenvolvimento sustentado do Concelho. Isso implica conhecer o universo empresarial do Concelho, seus problemas e expectativas, de modo a implementar medidas facilitadoras de melhoria da sua competitividade*” (idem, ibidem). Com o Diagnóstico finalizado foi possível definir-se a Visão, os Objetivos Operacionais e os Planos de Ação, bem como o conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para monitorizar todo o processo para os quatro pilares da Agenda 21 Local. A avaliação e validação do processo finaliza-se com a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável (Figura 3.15).

A *Visão* e os *Objetivos Operacionais* são definidos na sequência do Diagnóstico traçado, depois de serem selecionadas as prioridades de intervenção. Este quadro de referência, consubstanciado na Visão e nos Objetivos Operacionais, constitui a base dos *Planos de Ação*. Para cada objetivo operacional propõe-se um conjunto de planos de ação.



Fig.3.15 - Fases da metodologia da A21L da Marinha Grande

Fonte: IPI, (2008a: 14)

O acompanhamento da execução dos Planos de Acção implica a aplicação de um sistema de medida e avaliação estandardizado, coerente com as atuações propostas. Importa, assim, instituir um sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

Após o desfecho das fases do Diagnóstico, iniciou-se a 1ª etapa do processo fundamentada nas seguintes fases (fig.3.16).



Figura 3.16 - Fases da 1ª etapa da A21L da Marinha Grande

Fonte: idem, 15

Do retrato do concelho são identificadas as potencialidades e fragilidades do mesmo, tendo em vista a definição de medidas de sustentabilidade.

A fase de identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudança reflete em que medida elas se influenciam (ambiente, economia, sociedade, conhecimento e inovação) e devem ser ponderadas nos objetivos operacionais e nos planos de ação a definir. Assim, tornou-se necessário na análise qualitativa estabelecer uma *grelha multicritério* (figura 3.17) cujo resultado se traduz numa matriz de diagnóstico e avaliação. Após a análise à grelha, e quantificada a pontuação atribuída, são conferidas prioridades às necessidades de intervenção.

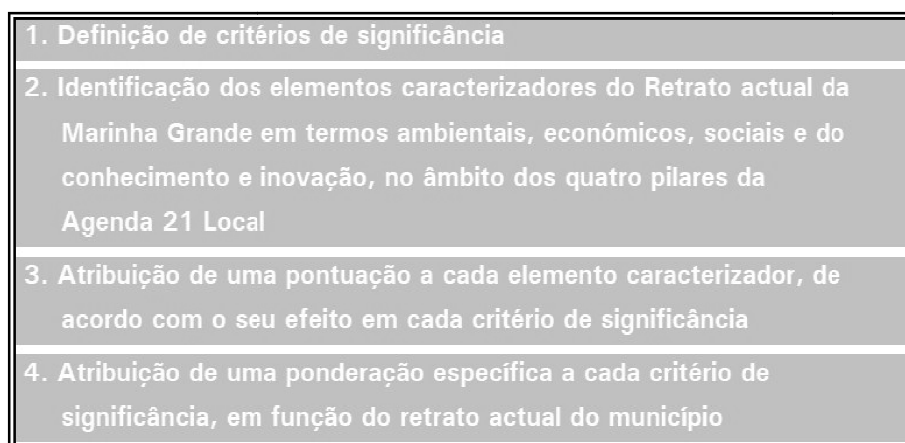


Figura 3.17 – Elementos que constituem uma Grelha multicritério

Fonte: *idem*, 82

Entretanto, foi apresentado o “*Relatório de Sustentabilidade*” do Concelho que surge como o primeiro dado concreto da implementação da A21L. A divulgação deste documento à comunidade revela-se, no entender do governo local, de extrema importância por 3 ordens de fatores (figura 3.18).

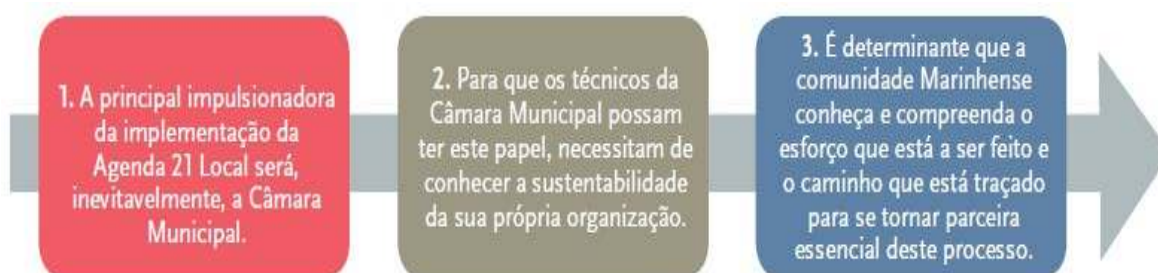


Figura 3.18 – Fatores que explicam a importância do Relatório de Sustentabilidade do Concelho

Fonte: IPI, (2009: 27)

O referido documento assentou a sua metodologia na análise dos indicadores desenvolvidos “*por um grande número de especialistas internacionais para o GRI, Global Reporting Initiative*”, em particular nas “*Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, versão 3.0*” (IPI, 2009: 27). A seleção desses indicadores não foi aleatório mas com o propósito de, no futuro,

poder comparar dados e resultados que provenham de novos Relatórios de Sustentabilidade da Câmara Municipal da Marinha Grande ou de outras organizações.

Assim sendo, o Relatório funciona como um importante fonte de informação que sintetiza o trabalho realizado e o caminho percorrido pela A21L até à data. Neste momento, a Agenda 21 da Marinha Grande encontra-se a finalizar a 1ª fase do processo.

Agenda 21 Local de Mora

Esta Agenda veio a integrar-se no projeto, em curso, da Cova da Beira.

Agenda 21 Local de Mora

Mora é uma vila portuguesa, no Distrito de Évora, região Alentejo e subregião do Alentejo Central. É sede de um município com 443,46 km² de área e 5787 habitantes (INE, 2001), subdividido em 4 freguesias: Brotas, Cabeção, Mora e Pavia. O município é limitado a norte pelo município de Ponte de Sor, a nordeste por Avis, a leste por Sousel, a sueste por Arraiolos e a oeste por Coruche.

Mora com o objetivo de transpor ao nível local a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) abraçou, em 2008, um projeto de sustentabilidade de Agenda 21. Através deste processo a Câmara Municipal de Mora procura assumir um compromisso com os seus concidadãos em resultado de políticas de atuação social, económico e ambiental sustentáveis. O processo, da iniciativa da edilidade, conta com a parceria técnica das empresas Triosphera I&D, Território e Sustentabilidade e TTerra - Engenharia e Ambiente, Lda e com um protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em novembro de 2008, para a conceção e implementação do processo da Agenda 21 Local de Mora, adotando o Sistema de Sustentabilidade Local (SSL) proposto pela APA, em 2007.

O processo de implementação do SSL em Mora inclui dois ciclos de revisão e as fases que se identificam na figura 3.19. O início do processo identifica-se com elaboração de um *Diagnóstico de Sustentabilidade*, em que após uma análise SWOT, foram explanadas as potencialidades e fragilidades do território a nível social, económico e ambiental. Este documento, estruturante para todo o processo, permitiu avançar para a *Visão Estratégica* que se pretende para Mora. Neste contexto, realizou-se, em abril de 2009, um *fórum de discussão*, onde foram definidos vetores específicos que serão os eixos fundamentais, onde se vão enquadrar ações concretas, aquando da fase do *Plano de Ação*.

Os vetores estratégicos, definidos como prioritários para o município de Mora, são os seguintes:

1. Turismo Ambiental como o motor de desenvolvimento;
2. Formação e qualificação do recurso humano para a vida ativa no concelho;
3. As energias renováveis como uma aposta no futuro sustentável;
4. Sustentabilidade e Valorização do setor Agroflorestal;
5. Plataforma de apoio às empresas e dinamismo empresarial;

Neste momento, o processo de Agenda 21 local de Mora encontra-se na preparação dos Planos de Ação a serem elaborados de acordo com os vetores estratégicos definidos.

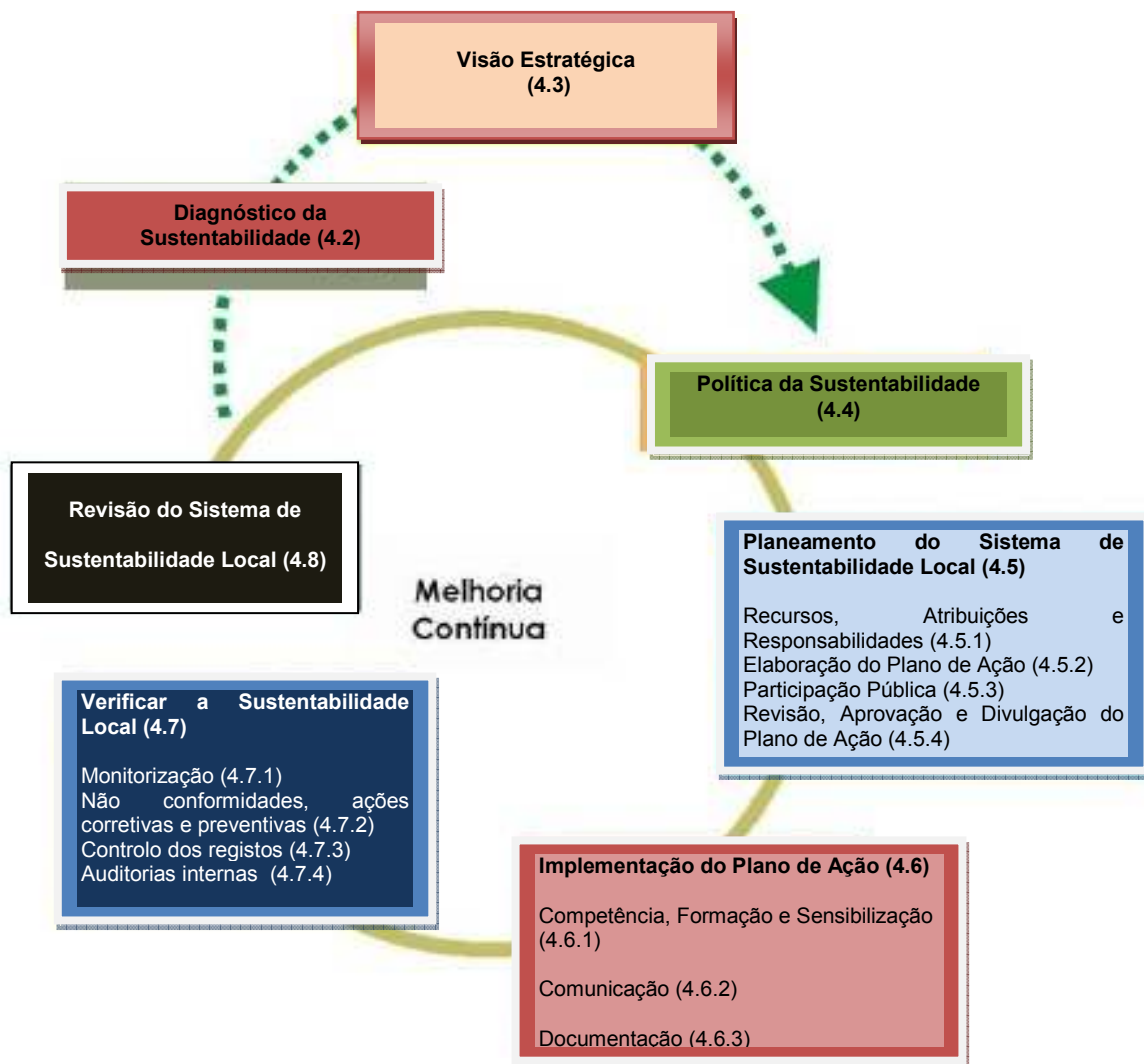


Fig. 3.19 – Requisitos do sistema de sustentabilidade local (SST)

Fonte: Adaptado de CM Mora, (2009: 11)

Agenda 21 Local da Odemira

Odemira é uma vila portuguesa pertencente ao Distrito de Beja, região do Alentejo e subregião do Alentejo Litoral. É sede do maior município português, com 1 719,73 km² de área e 26 106 habitantes (INE, 2001), subdividido em 17 freguesias; Bicos; Boavista dos Pinheiros; Colos; Longueira / Almogrove; Luzianes-Gare; Pereiras-Gare; Relíquias; Saboia; Santa Clara-a-Velha; Santa Maria; São Luís; São Martinho das Amoreiras; São Salvador; São Teotónio; Vale de Santiago; Vila Nova de Milfontes e Zambujeira do Mar. O município é limitado a norte pelos municípios de Sines e Santiago do Cacém, a leste por Ourique, a sueste por Silves, a sul por Monchique e Aljezur e a oeste tem litoral no oceano Atlântico. O limite sudoeste, com o concelho de Aljezur, é marcado pela Ribeira de Seixe.

A Agenda 21 Local teve início em 2007. De acordo com atual informação encontra-se em fase de preparação um conjunto de termos de referência para o lançamento de um concurso com vista à contratação externa da Agenda 21 Local de Odemira.

Agenda 21 Local de Olhão

Olhão é uma cidade portuguesa no Distrito de Faro, região e subregião do Algarve, com cerca de 31 100 habitantes. É sede de um município com 130,89 km² de área e 40 808 habitantes (INE, 2001) subdividido em 5 freguesias: Fuseta; Moncarapacho; Olhão; Pechão e Quelfes. O município, que inclui uma parte continental e a Ilha da Armona, na ria Formosa, é limitado a norte e leste pelo município de Tavira, a oeste por Faro, a noroeste por São Brás de Alportel e a sueste tem litoral no oceano Atlântico.

Em julho de 2005, a Agenda Local 21 já estava a avançar em Olhão. A Câmara Municipal de Olhão, em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, deu os primeiros passos para a elaboração de A21L que iria contar com as etapas (Figura 3.20).



Figura 3.20 – Etapas para a elaboração do processo de A21 de Olhão

Fonte: CIVITAS, 2006a, diapositivo 12

A população e os agentes económicos começaram a ser envolvidos na definição dos eixos prioritários para o desenvolvimento do concelho. A identificação dos principais desafios para a construção de uma visão sustentável para o futuro do concelho, remetem-nos para o seguinte percurso: *1ª Sessão interna à CMO da Equipa Técnica da AG21L; Entrevistas a atores económicos, sociais, ambientais e institucionais de Olhão; Questionários aleatórios à população em todas as freguesias do concelho; Questionários realizados a alunos e seus agregados familiares no concelho; Análise de estudos, planos, projetos e outros documentos existentes; Análise da imprensa local; Análise de programas eleitorais dos partidos políticos às eleições autárquicas de 2005 e uma 2ª Sessão interna à CMO da Equipa Técnica da AG21L* (Civitas, 2006b: 4-5).

No dia 16 de fevereiro de 2006, realizou-se a 1ª sessão de trabalhos com a participação da comunidade local. Foram apresentados os treze principais desafios estratégicos para o município de Olhão que resultaram dos trabalhos anteriores, supracitados. De forma a hierarquizar esses desafios com que se debate Olhão, foi realizada uma votação entre os presentes na reunião e, posteriormente, selecionados os 4 primeiros como desafios prioritários.

De seguida, e seguindo o *Plano de Participação em Fóruns* (Figura 3.21), foram criados quatro grupos de trabalho, segundo os temas mais votados.

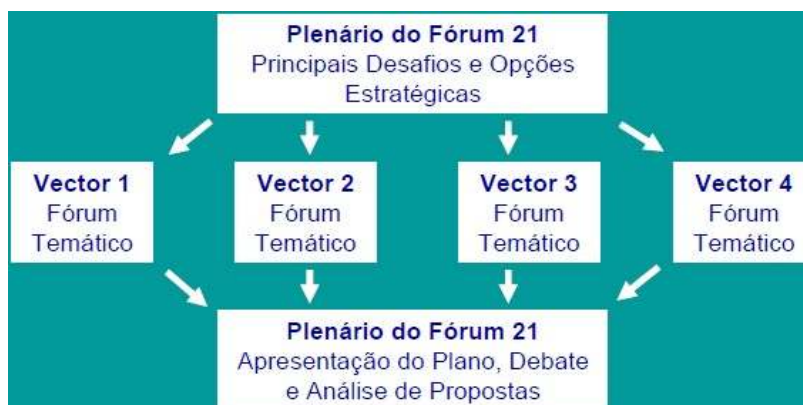


Figura 3.21 - Plano de Participação em Fóruns

Fonte: CIVITAS, 2006a, diapositivo 13

Dentro da metodologia adotada, partiu-se de seguida para a metodologia das sessões de trabalho paralelas, “onde os participantes puderam expressar-se em igualdade de circunstâncias segundo regras claras, integrados num processo eficiente e tanto quanto possível convergente para a obtenção de consensos” (Civitas, 2006c: 5).

Após introduzidos os ajustamentos necessários nas opções saídas deste 1º Fórum de Participação dos Atores Locais, através da concertação realizada pelo executivo municipal, começa uma nova etapa de trabalho que iria terminar com a realização de propostas de ações concretas para intervenção em cada um desses vetores prioritários.

Posteriormente, cada uma das ações propostas seria depois sistematizada em fichas de trabalho de modo a mais facilmente se proceder à sua concertação entre potenciais parceiros e preparar a sua passagem à fase da implementação. É nesta fase, em que são necessários parceiros para executar, no terreno, as medidas delineadas nos *Planos de Ação* que, devido à falta de recursos humanos, a Agenda 21 Local vê-se, de forma inesperada, interrompida. Decorria, o mês de novembro de 2006. Neste momento, a Agenda 21L tomou novo fôlego estando previstas, para breve, novas ações.

Agenda 21 Local de Pombal

Pombal é uma cidade portuguesa pertencente ao Distrito de Leiria, região Centro e subregião do Pinhal Litoral. É sede de um município com 626,12 km² de área e 56 299 habitantes (INE, 2001), subdividido em 17 freguesias: Abiul; Albergaria dos Doze; Almagreira; Carnide; Carriço; Guia; Ilha; Lourçal; Mata Mourisca; Meirinhas; Pelariga; Pombal; Redinha; Santiago de Litém; São Simão de Litém; Vermoil e Vila Chã. O município é limitado a norte pelos municípios da Figueira da Foz e de Soure, a leste por Ansião e Alvaiázere, a sueste por Ourém, a sudoeste por Leiria e a oeste possui uma faixa de litoral no Oceano Atlântico.

Por iniciativa da Câmara Municipal de Pombal (CMP) em parceria com o IPA (Inovação e Projetos em Ambiente, Lda, arrancava, em 2007, o processo de A21L. A adoção do processo tem em vista a implementação e integração de questões ambientais no concelho, do qual resulta um plano, que deverá ser compatível e articulado com outras figuras de planeamento de incidência Territorial e Ambiental, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Pombal (atualmente em processo de revisão) e o Plano Estratégico Ambiental do Município.

Deste modo, para a elaboração da A21L estabeleceu-se um conjunto de passos que se sintetizam de seguida (IPA, 2008b: 4-5) (Figura 3.22.).



Figura 3.22 - Principais Elementos da Agenda 21 Local

Fonte: (IPA, 2008b: 25)

Em relação ao ponto da *Sensibilização Ambiental e Envolvimento da População* a Câmara Municipal procurou instituir uma participação estreita e interativa com todos os particulares e organizações interessadas no concelho, como associações, grupos, núcleos culturais, sociais, recreativos e desportivos, entre outros agentes económicos (agrícolas, florestais, industriais,

comerciais, etc.). Todos são chamados a participar, de forma interativa e construtiva, na busca contínua e complexa do caminho para o Desenvolvimento Sustentável (Figura 3.23)

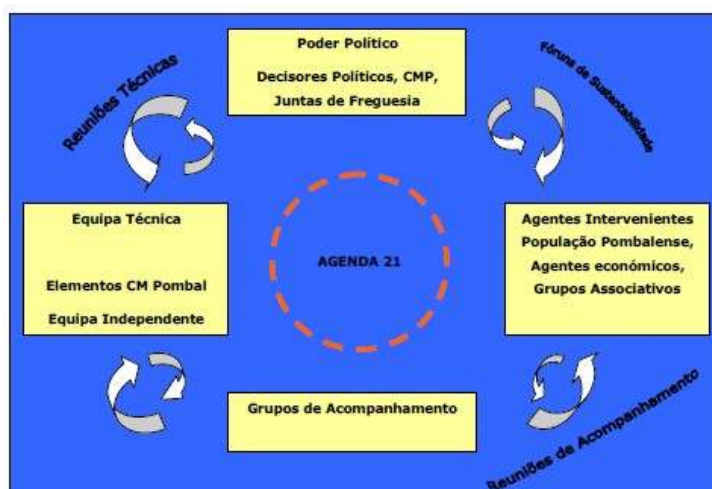


Figura 3.23 - Atores Intervenientes na Agenda 21 Local de Pombal

Fonte: *idem*, 39

De modo a que as questões de interesse municipal sejam debatidas construtivamente, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável foram criados *fóruns*. No entanto, como reconhece a CMP, um Fórum “*não necessita, forçosamente, de possuir um sítio físico fixo, podendo realizar-se e ocorrer de forma informal, em equipamentos coletivos e espaços públicos, ou através da Internet*” (IPA, 2008a: 17).

Um dos primeiros documentos de apoio à A21L de Pombal a ser elaborado foi a *Caracterização e Diagnóstico* do concelho, um dos três documentos que constituem este processo (Câmara Municipal de Leiria): *Volume I - Caracterização e Diagnóstico; Volume II - Agenda 21 Local; Volume III - Plano Estratégico Ambiental e de Monitorização*.

O 1º Volume, elaborado pela IPA em estreita cooperação com a CMP, pretende “*sistematizar as principais questões ambientais do concelho, para, numa fase posterior, se proceder à formulação e priorização de objetivos mais específicos (...)* A caracterização efetuada no documento procurou fazer um levantamento, não exaustivo, *do posicionamento e situação ambiental do concelho de Pombal, sendo indicativa das principais linhas de desenvolvimento e consolidação do mesmo*” (IPA,2008b: 13). Assim sendo, foram analisados vários indicadores, destacando-se uso do solo; novos projetos e inovação; energia e efeito de estufa; ar; água; biodiversidade; resíduos sólidos e urbanos; ruído ambiental; sociedade e vivência humana; equipamentos coletivos.

Na segunda parte deste documento, referente ao *Diagnóstico* e após realizada a *Caracterização*, foi efetuada uma análise SWOT Simplificada aos pontos fortes e fracos do concelho de Pombal,

bem como as situações que poderão significar ameaça ou oportunidade ao desenvolvimento sustentável do concelho. *“Este diagnóstico constitui um contributo para a definição de ações e medidas a considerar, de modo a poder caminhar-se para uma sustentabilidade forte. Assim, é necessário erradicar os pontos fracos, potenciar e tirar partido dos pontos fortes e transformar as ameaças em oportunidades”* (IPA, 2008a: 2).

É com base nos resultados definidos no Volume I que é elaborado o Volume seguinte dando cumprimento aos passos delineados na preparação do processo. O Volume II, orienta os indicadores analisados atribuindo-lhes objetivos de Sustentabilidade e apontando o rumo a seguir para melhorar esses mesmos indicadores (Turismo, Valorização Industrial e Energia; Mobilidade; Resíduos; Educação (Ambiental) e Coesão Social; Ecologia – Espaços Verdes e Biodiversidade; Ordenamento do Território e Qualidade do Ambiente).

O volume III resume-se à ação, propriamente dita, das medidas propostas. Neste relatório, são identificadas, através de fichas de ação por Eixo de Intervenção, as ações definidas no Plano Estratégico Ambiental acompanhadas com uma descrição das medidas de atuação necessárias para a *“realização da ação, os agentes que devem ser envolvidos, a calendarização com a programação temporal prevista, nível de prioridade e uma estimativa do investimento em termos de custo e alternativas de financiamento para as mesmas. São ainda identificados os indicadores para a monitorização da implementação, com vista a alcançar determinadas metas sustentáveis”* (IPA, 2008b: 53).

Neste momento, a Agenda 21 Local de Pombal encontra-se na fase de *implementação e monitorização* decorrentes do Plano de Ação.

Agenda 21 Local de Ponta Delgada

Ponta Delgada é uma cidade portuguesa na ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores. Possui cerca de 46 102 (no perímetro urbano). É a capital administrativa do Arquipélago (conjuntamente com Angra do Heroísmo (sede de diocese) e Horta, onde se sedia o Parlamento Regional). É sede de um município com 231,90 km² de área e 65 854 habitantes (INE, 2001), subdividido em 24 freguesias: Ajuda da Bretanha; Arrifes; Candelária; Capelas; Covoada; Fajã de Baixo; Fajã de Cima; Fenais da Luz; Feteiras; Ginetes; Livramento; Mosteiros; Pilar da Bretanha; Relva; Remédios; Santa Bárbara; Santa Clara; Santo António; São José; São Pedro; São Roque; São Sebastião; São Vicente Ferreira; Sete Cidades. O município é limitado a leste pelos municípios da Ribeira Grande e da Lagoa e tem costa no oceano Atlântico a norte, sul e oeste.

A agenda 21 Local de Ponta Delgada é definida como um *“contributo integrado e (pró)ativo para a incorporação e/ou reforço dos princípios e práticas de desenvolvimento sustentável constantes dos referenciais já existentes, adicionando-lhes valor por via do olhar especializado com que aborda a questão da sustentabilidade e do olhar transversal com que aborda as diferentes atividades humanas com impactes sobre a qualidade e disponibilidade de recursos fundamentais para o desenvolvimento”* (Fermisson, 2009: 11). Verifica-se que Ponta Delgada antes propriamente de adotar um processo de A21L já integrava, em 2007, um projeto de sustentabilidade, designado por *“Mobilidade Sustentável”* da União Europeia. Este facto, deve-se à prioridade da autarquia em questões relacionadas com a mobilidade e coesão territorial, direcionando, esta edilidade, esforços para a construção de mais e melhores acessos à cidade e às freguesias, bem como dentro da cidade e dentro das próprias freguesias.

Neste âmbito, a Agenda 21 local de Ponta Delgada, iniciada e implementada pela própria Câmara Municipal, desde 2008, cedo se constitui como o principal instrumento para a aplicação e implementação do Programa de Execução do Plano de Mobilidade Sustentável de Ponta Delgada.

Os principais parceiros técnicos desta A21L foram a *Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A* e *TTerra – Auditoria, Projeto e Técnicas Ambientais, LDA*.

Como primeiro passo para a estruturação do processo, foi elaborado o documento *“Diagnóstico de Sustentabilidade do concelho de Ponta Delgada”*, com a principal finalidade de proceder à análise das condições de sustentabilidade ambiental, social e económica ligadas à trajetória recente de desenvolvimento do concelho, articulando para o efeito a leitura retrospectiva com uma visão de cariz mais prospetivo. Este documento consubstancia o ponto de partida para a fundamentação da estratégia de desenvolvimento sustentável de Ponta Delgada, associada à Agenda 21.

A metodologia aplicada na elaboração deste primeiro trabalho está assente na aplicação prática do Modelo PER (Pressão-Estado-Resposta) (figura 3.24), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Este Modelo assenta a sua formulação em três grandes componentes (Cupeto and Ferrisson, 2008: 3): *Pressão – engloba todo de tipo de ações e influências passíveis de alterar o estado dos recursos mobilizados e/ou mobilizáveis para o processo de desenvolvimento; Estado – reflete a situação específica num determinado momento ou período temporal dos recursos mobilizados e/ou mobilizáveis para o processo de desenvolvimento; Resposta – corresponde às intervenções implementadas pela sociedade e pelos seus diferentes agentes com o intuito de assegurar a qualidade e a mobilização sustentada dos recursos para o desenvolvimento.*



Figura 3.24 - Diagrama com conceptual do modelo PER (*pressão-estado-resposta*)

Fonte: Cupeto and Ferrisson, (2008: 4)

O “*Diagnóstico de Sustentabilidade do concelho de Ponta Delgada*”, foi apresentado num documento estruturado em 3 capítulos: *Estado dos Recursos para o Desenvolvimento* (Capítulo 2); *Pressões Exercidas pelas Atividades Humanas* (Capítulo 3); e *Síntese e Passos Seguintes* (Capítulo 4). Neste foi sistematizado e consolidada uma base de conhecimento capaz de dar suporte à formulação de uma *Estratégia Local de Sustentabilidade* eficaz.

A *Estratégia Local de Sustentabilidade* (ELS), subjacente à implementação da Agenda 21 Local de Ponta Delgada, incidiu sobre a *definição dos seus princípios de atuação* (1); na *formulação da Visão e dos Objetivos Estratégicos* (2) da Agenda e na *identificação de Missões de Referência* (3) para a implementação da mesma.

Decorrente dos trabalhos, foram definidos 3 princípios centrais (1) para configuração da ELS: “*Promover a (re)qualificação dos recursos mais afetados pela atividade humana e/ou menos capacitados para dar resposta às suas necessidades; Assegurar a criação de riqueza num quadro de respeito pela quantidade e qualidade dos recursos disponíveis;- Fomentar a adoção*

progressiva de comportamentos tendentes a racionalizar consumos e modos de utilização dos recursos disponíveis” (Fermisson, 2009: 12).

Posteriormente, e reconhecendo que a incorporação de princípios e práticas de sustentabilidade não se compadece apenas com o esforço de atuação da Autarquia, requerendo uma participação e envolvimento de todos os agentes locais, para o sucesso da A21L no horizonte de 2015, foram estabelecidos três *Objetivos Estratégicos (2)* para a prossecução da sustentabilidade: *“Melhorar o desempenho ambiental e energético das atividades económicas e sociais; Promover a sensibilização e capacitação dos agentes e populações locais e desenvolver novas práticas de cooperação interinstitucional e de governação local”* (Fermisson et al., 2008: 15).

A *identificação de Missões de Referência (3)* remete para o designado como *Compromissos de Cidadania*, isto é, que a participação na A21L não vincula ninguém à obrigatoriedade de fazer mas sim à vontade e ao voluntarismo de cada cidadão em participar. Assim sendo, e para que a implementação das ações fosse acautelada, foi construído um referencial de voluntariado que inclui três passos a cumprir: *“A identificação / concordância com a Visão e com os Objetivos Estratégicos Preconizados; O reconhecimento do papel específico que poderá ser desempenhado por cada agente; A assunção de compromissos específicos que deem expressão prática a esse papel”* (idem, 16).

A importância desta organização justificasse pela condição evidente que a falta de participação de qualquer agente impossibilite a não concretização de ações que, por efeito bola de neve, possa pôr em causa o desenvolvimento de todo o processo.

Neste momento, em 2009, a A21L de Ponta Delgada inicia a fase de implementação deste instrumento ao nível da concretização do plano de Ação que dá expressão à Estratégia Local de sustentabilidade.

Agenda 21 Local de Portimão

Portimão é uma cidade portuguesa no Distrito de Faro, região e subregião do Algarve. É sede de um município com 182 08 km² de área e 44.818 habitantes (INE, 2001), subdividido em 3 freguesias: Alvor; Mexilhoeira Grande e Portimão. O município é limitado a norte pelo município de Monchique, a leste por Silves e Lagoa, a oeste por Lagos e a sul tem litoral no oceano Atlântico.

A agenda 21 local de Portimão tem sido marcada por várias contrariedades que fazem desta uma Agenda que, até 2007, tinha enfrentado sérias dificuldades para se afirmar. O processo deu alguns passos significativos, em 2006, tendo sido construída a partir de abril de 2007. Contudo, é preciso que esta promova a participação dos cidadãos na elaboração e concretização de estratégias locais para a sustentabilidade, num espírito de planeamento conjunto entre cidadãos e o poder local. Nesta perspetiva, registou-se uma certa apatia dos cidadãos locais, no início, que não ajuda a implementação do processo. Contudo, a Agenda 21 Local foi pensada de acordo com a estrutura concetual que se apresenta na figura 3.25.

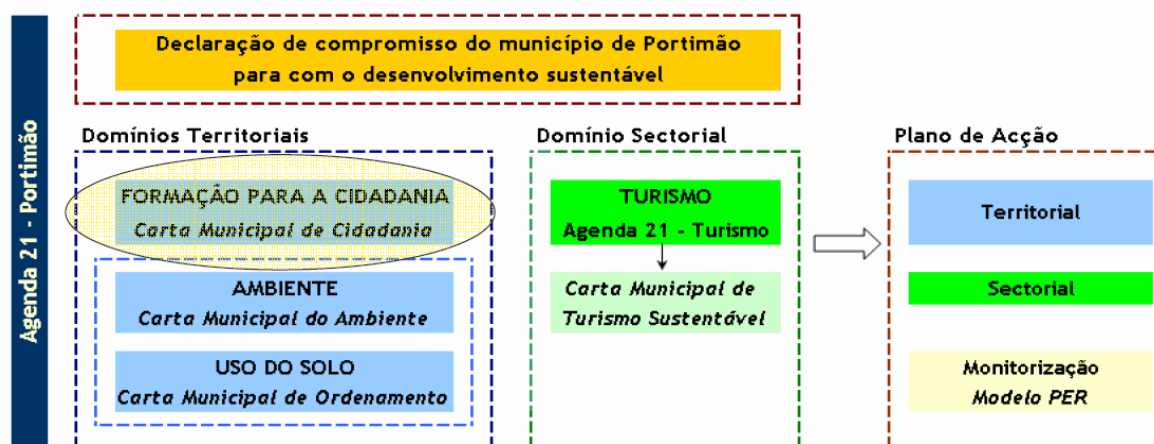


Figura 3.25 – Estrutura Concetual da Agenda 21 Local de Portimão

Fonte: UAlg, (2005: 4)

Conta-se, até ao momento, com a realização, no dia 24 de junho de 2007, de um Workshop sobre a temática “Qualidade de vida no Algarve, hoje e no futuro” organizado pela CCDR Algarve, com o apoio da Universidade do Algarve, e em colaboração com a Câmara Municipal de Portimão. Esta sessão de participação pública teve como objetivo identificar os temas que a região considera mais relevantes para o Desenvolvimento Sustentável em relação a: (a) *problemas considerados mais relevantes*; (b) *aspetos positivos passíveis de serem valorizados*; (c) *visão desejada para as gerações futuras*.

O workshop participativo foi constituído por uma sessão de abertura, sessões paralelas com pequenos grupos pré-determinados, de composição heterogénea, e pela sessão plenária que

reuniu todos os participantes. Nas sessões paralelas, os grupos foram confrontados com as três questões temáticas supracitadas [(a); (b); (c)] as quais foram listadas e votadas tendo sido atribuídas prioridades. No passo seguinte, na sessão plenária, foram expostos os cartazes elaborados pelos grupos de trabalho com todos os itens listados em cada questão por forma a serem alvo de nova atribuição de prioridades de acordo com 8 critérios de avaliação pré-definidos. Ficava definido “*numa primeira fase (...) a componente ambiental do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve) e um sub-conjunto de indicadores ambientais-chave. Estes indicadores têm como finalidade avaliar e comunicar o desempenho ambiental da região numa lógica de análise e promoção do desenvolvimento sustentável, com vista à melhoria dos padrões de qualidade ambiental, equidade social e eficiência económica, bem como ao aumento da consciência pública e participação dos cidadãos*” (CCDR do Algarve, 2007: 4).

Aproveitando a experiência adquirida com a edição em abril de 2007 da Agenda 21L procura-se, atualmente, executar 20 ações prioritárias sugeridas na Agenda 21 Local, assim como desenvolver o sistema de monitorização destas mesmas ações na perspetiva de um todo coerente.

Neste momento, aguarda-se por mais desenvolvimentos.

Agenda 21 Local de Póvoa de Lanhoso

A **Póvoa de Lanhoso** é uma vila portuguesa no Distrito de Braga, região Norte e subregião do Ave. É sede de um município com 131,99 km² de área e 22 772 habitantes (INE, 2001), subdividido em 29 freguesias: Águas Santas; Ajude; Brunhais; Calvos; Campos; Covelas; Esperança; Ferreiros; Fontarcada; Frades; Friande; Galegos; Garfe; Geraz do Minho; Lanhoso; Louredo; Monsul; Moure; Oliveira; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; São João de Rei; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Taide; Travassos; Verim; Vilela. O município é limitado a norte pelo município de Amares, a leste por Vieira do Minho, a sul por Fafe e por Guimarães e a oeste por Braga.

A Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso teve a iniciativa, em maio de 2008, de apresentar o processo de Agenda 21 Local à sua comunidade. Os objetivos que norteiam a Agenda 21 são: *“Identificar o estado atual do desenvolvimento no concelho Selecionar e Centralizar ações nos desafios prioritários; Definir estratégias integradas e propor intervenções bem articuladas para aumentar a qualidade de vida de todos os Povoenses; Aumentar a eficácia das intervenções e promover um Desenvolvimento Sustentável; Incentivar a cooperação, a concertação e a formação de parcerias entre atores locais; Promover a participação dos cidadãos locais e outros agentes locais e responder às suas ambições; Criar boas condições para se concretizarem propostas de projetos e outras ações prioritárias Acompanhar a evolução do desenvolvimento do concelho através de uma matriz de indicadores”* (CM Póvoa de Lanhoso, 2008a: 5-6).

Os trabalhos iniciaram-se com sensibilização da comunidade e criação do “Fórum da A21PL”, seguido do Pré-Diagnóstico do Desenvolvimento Sustentável, (elaborado segundo entrevistas a atores chave e questionários de rua à população). Após a observação direta da realidade e recolha de dados, procedeu-se à análise SWOT para o Concelho.

O primeiro fórum da A21PL, realizado em maio de 2008, teve como principais objetivos fazer a apresentação da Agenda 21 Local, a angariação de parceiros para o desenvolvimento deste processo e dar a conhecer a pretensão da autarquia em assumir os compromissos de sustentabilidade de Aalborg. Na reunião, na apresentação da A21PL foi, igualmente, dada a conhecer a metodologia da elaboração da A21L (figura 3.26).

No entanto, este primeiro fórum ficou marcado pela fraca adesão dos convidados a esta sessão pelo que se passou à marcação do 2º fórum, para o mês seguinte. Neste novo fórum, para além de uma síntese dos trabalhos já realizados, foi proposto aos grupos participantes que refletissem sobre a Visão de futuro para o seu concelho, no horizonte temporal de 2015.

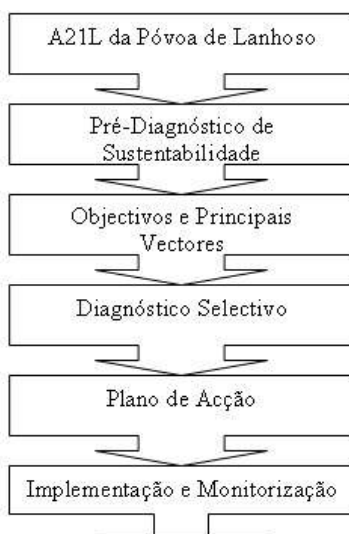


Figura 3.26 – Metodologia da A21L de Póvoa de Lanhoso

Fonte: Adaptado de CM da Póvoa do Lanhoso, s.d.

Posteriormente, foram colocadas três questões aos grupos criados solicitando que cada um apresentasse medidas sustentáveis para as enfrentar. As questões formuladas foram: *Uma “Visão de futuro da Póvoa de Lanhoso em 2015”*; *3 Principais barreiras atualmente existentes, que inibam a visão de futuro*; *3 Prioridades de investimento*.

Depois dos resultados dos grupos de trabalho, procedeu-se à discussão e votação dos mesmos a fim de se encontrar aqueles que se ajustavam melhor às ideias de cada um. Daí saíram os 4 *vetores estratégicos* de desenvolvimento sustentável para o Concelho da Póvoa de Lanhoso (CM Póvoa de Lanhoso, 2008b: 10): *1º- Educação/Formação/Emprego*; *2º- Atratividade do Concelho – (Segurança, Turismo, Cadastro, Ambiente)*; *3º-Ambiente, Ordenamento e Sustentabilidade* e *4º- Desenvolvimento Social*.

O passo seguinte consistiu na elaboração de quatro novos Fóruns temáticos para a realização do Diagnóstico Seletivo por Vetor estratégico. Assim sendo, e relacionado com o segundo vetor, o 1º Fórum foi desenvolvido na temática Cultural, visto ser uma das áreas que consta como prioritária para o desenvolvimento sustentável do Concelho, a *“Atratividade do Concelho”*.

Para facilitar os trabalhos e promover a participação de todos, a equipa técnica responsável pela elaboração e dinamização destas sessões optou por dividir o Concelho em três áreas territoriais (Alto, Baixo e Médio Concelho), fazendo corresponder a cada uma destas áreas uma sessão. Devido ao elevado número de freguesias que existem no Concelho da Póvoa de Lanhoso. Assim, foram realizadas 3 sessões de fórum cultural utilizando a mesma metodologia. A metodologia consistiu na *“apresentação de uma análise SWOT, da zona territorial em questão, elaborada pela equipa técnica responsável por estas sessões, dando a conhecer aos participantes o trabalho que tinha sido desenvolvido de modo a que se tivesse uma perceção da situação real da Cultura. Esta*

primeira parte finalizava com a apresentação de cada participante, assim como a entidade que estavam a representar (caso não se fizessem representar a título individual) ” (CM Póvoa de Lanhoso, 2008c: 4). Na segunda parte os cidadãos eram divididos em grupos de trabalho que debatiam as questões que lhes eram colocadas. No final das sessões, competiu a cada grupo apresentar os resultados.

Na terceira e última parte, foram discutidos os resultados provenientes dos trabalhos de grupo, o que delimitava a estratégia e visão comum.

Finalizado o ciclo de três Reuniões do Fórum Cultural, os resultados obtidos foram agrupados e tratados pela equipa técnica que concluiu os trabalhos sobre os principais problemas identificados pelos Povoenses na vertente Cultural.

Após análise dos resultados das três Reuniões do Fórum Cultural, a Câmara Municipal procedeu à elaboração de uma proposta de estratégia de desenvolvimento Cultural, única e transversal a todo o Concelho. Para cada um destes eixos prioritários, foi definido uma proposta de um Plano de Ação relativo a cada eixo prioritário, do qual o êxito dependerá essencialmente da participação e aceitação por parte dos parceiros propostos pelo Município.

Os trabalhos decorreram com a realização de mais 2 fóruns, utilizando a mesma metodologia, que incidiram na temática social e educação de acordo com os eixos prioritários definidos. A Agenda da Póvoa do Lanhoso encontra-se na 1ª fase do processo (fase de elaboração) reportando-se os trabalhos, no momento (julho de 2009), à distribuição de um questionário e de um folheto à população, como forma de diagnóstico e de informação sobre o processo de A21L, respetivamente.

Agenda 21 Local de Santa Comba Dão

Santa Comba Dão é uma cidade portuguesa no Distrito de Viseu, região Centro e subregião do Dão-Lafões, com cerca de 12 473 habitantes (INE, 2001). Enquadrada entre os rios Dão e Mondego, encontra-se entre as cidades de Viseu e Coimbra, sensivelmente equidistante de ambas. É sede de um município com 112,54 km² de área e 12 473 habitantes (2001), subdividido em 9 freguesias: Couto do Mosteiro; Nagozela; Ovoa; Pinheiro de Ázere; Santa Comba Dão; São Joaninho; São João de Areias; Treixedo e Vimieiro. O município é limitado a norte pelo município de Tondela, a leste por Carregal do Sal, a sueste por Tábua, a sul por Penacova e a oeste por Mortágua.

A Agenda 21 Local de Santa Comba Dão constituiu-se, até à data, como um processo algo inconsequente e sem grande desenvolvimento no terreno. O desconhecimento ligado à falta de informação, deste instrumento, reflete esse mesmo estado.

Fica-se a aguardar por informações.

Agenda 21 Local da Sertã

Sertã é uma vila portuguesa, sede do município e da freguesia do mesmo nome pertencente ao distrito de Castelo Branco, região Centro, subregião do Pinhal Interior Sul e diocese de Portalegre e Castelo Branco. O município, com 446,7 km² de área, é subdividido em 14 freguesias: Cabeçudo; Carvalhal; Castelo; Cernache de Bonjardim; Cumeada; Ermida; Figueiredo; Marmeleiro; Nesperal; Palhais; Pedrógão Pequeno; Sertã; Troviscal; Várzea dos Cavaleiros. Tem 16 721 habitantes (INE, 2001).

A Câmara Municipal da Sertã, em parceria com a IPI (Inovação, Projetos e Iniciativas, Lda), assumiu iniciar o processo de Agenda 21 Local encarando-o como um quadro de referência para o desenvolvimento económico e social para o concelho, tendo como pano de fundo o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade, pela história e pelos recursos naturais. Pretende proporcionar aos decisores locais a oportunidade de, com a população - em coordenação com os poderes regionais e centrais - desenvolverem um diálogo construtivo de parceria e corresponsabilidade.

A aplicação da metodologia definida para a construção do processo visou *“permitir equacionar os problemas e definir uma forma de os hierarquizar, estabelecendo prioridades para a atuação. É, assim, um processo sequencial, por etapas, que, partindo de um referencial atual, aponta objetivos estratégicos de desenvolvimento sustentável de forma criteriosa e define planos de ação consequentes e adequados à concretização daquelas opções”* (IPI, 2004a: 15). Assim sendo, o esquema conceptual da metodologia aplicada ao processo de A21L da Sertã resume as seguintes etapas (figura 3.27).

Os trabalhos iniciaram-se, praticamente, com a recolha de dados (sociais, económicos e ambientais) do concelho. Este levantamento permitiu a consecução de uma base de conhecimento da situação atual das características socioeconómicas e ambientais do concelho. Na base deste trabalho, conjugaram-se análises quantitativas e qualitativas e foi realizada uma sistematização da realidade do concelho que evidenciou situações menos favoráveis para o desenvolvimento sustentável desejado. Desta forma, foram enumerados conjuntos de fatores, de várias ordens, que mereceram maior atenção. Posteriormente, foi realizado um levantamento das potencialidades (**P**) e fragilidades (**F**) do Concelho.

O passo seguinte foi marcado pela priorização de necessidades de intervenção. Neste contexto, foram estabelecidas hierarquias de orientação para intervenção, necessárias à implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que exige que as potencialidades e fragilidades sejam prioritárias para efeitos de atuação. Assim, foram definidos, *“por uma equipa pluridisciplinar, um conjunto de critérios objetivos, coerentes, universais, compreensíveis, fáceis de implementar,*

quantificáveis e aceites por todos os agentes envolvidos. Esses critérios, particularmente seleccionados em função da realidade local, tiveram em linha de conta as orientações definidas a nível europeu e nacional em matéria de desenvolvimento sustentável, designadamente o 6º Programa Comunitário de Ação em Matéria de Ambiente” (2001-2010) (idem, 26) e orientados para a realidade local. Neste âmbito, os critérios seleccionados no processo foram: a Saúde Pública; Impactes Ambientais; Impactes Económicos; Impactes Sociais e Capacidade de execução.



Figura 3.27 – Enquadramento metodológico da A21L da Sertã

Fonte: IPI, (2004a: 16)

Para priorizar, igualmente, os critérios seleccionados, foi necessário criar os designados critérios de significância, isto é, como os critérios seleccionados não representam o mesmo grau de importância é necessário atribuir a cada um deles uma “ponderação que reflita, no âmbito da Agenda 21 Local e das políticas de desenvolvimento sustentável a respetiva importância relativa” (idem, 19).

O final desta etapa concluiu-se com a definição dos grandes objetivos estratégicos. No âmbito do processo, foram definidos seis desses grandes objetivos para o desenvolvimento: 1. promover a alteração da tendência da evolução demográfica; 2. diversificar as atividades económicas; 3.

valorizar a floresta como fator de qualidade ambiental e como local de recreação e de lazer; 4. qualificar as condições de vida nas vertentes da cultura e desporto; qualificar o ambiente e reforçar a identidade local e a coesão social e territorial.

Na etapa seguinte, propõe-se um conjunto de *Planos de Ação*, tendo em vista concretizar os objetivos estratégicos enunciados. Assim, “os planos de ação integram um conjunto de projetos conexos, são sequenciais à priorização de necessidades de intervenção e pretendem constituir a componente operacional do processo de implementação da Agenda 21 Local da Sertã” (IPI, 2004b: 3). Cada Plano de Ação integra um conjunto de elementos essenciais para persecução dos objetivos estratégicos definidos: *Objetivos gerais; Linhas de ação; Indicadores de desenvolvimento que lhes estão associados e Principais intervenientes na concretização.*

No momento, o processo de A21L da Sertã encontra-se na fase de implementação, no terreno, dos 15 Planos de Ação formulados.

Agenda 21 Local de Tavira

Tavira é uma cidade portuguesa no Distrito de Faro, região e subregião do Algarve. É sede de um município com 606,98 km² de área e 24 997 habitantes (INE, 2001) subdividido em 9 freguesias: Cabanas de Tavira; Cachopo; Conceição; Luz de Tavira; Santa Catarina da Fonte do Bispo; Santa Luzia; Santa Maria; Santiago; Santo Estêvão. O município é limitado a nordeste pelo município de Alcoutim, a leste por Castro Marim e pela parte ocidental do concelho de Vila Real de Santo António, a sudoeste por Olhão, a oeste por São Brás de Alportel e por Loulé e a sul tem litoral no oceano Atlântico. Fica na zona Sotavento (Algarve oriental).

O Município de Tavira iniciou o seu processo de Agenda 21 em 2002 com a elaboração do diagnóstico ambiental. No entanto, apenas foi elaborado o diagnóstico ambiental que consistiu num documento descritivo dos vários temas-chave na área do ambiente, ao nível do concelho, sendo que o processo não avançou. Esse documento foi elaborado internamente, sendo que atualmente se encontra completamente desatualizado. Mais tarde, em 2007, o Município de Tavira estabeleceu um protocolo com o Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo (CIITT) da Universidade do Algarve para iniciar o processo de Agenda 21. Foram então realizados alguns inquéritos, 2 workshops e um Seminário, dos quais resultou o relatório final da Agenda 21 local de Tavira, com algumas orientações estratégicas. O seminário decorreu no dia 14 de março de 2008. Neste, foram apresentados os resultados dos inquéritos efetuados à população durante os meses de outubro e novembro de 2007 nas nove freguesias do concelho. Posteriormente, foram definidos 4 eixos que são o suporte da sustentabilidade dos projetos a definir para Tavira: *“Economicamente viável – benefício da com unidade local, emprego qualificado, mais valias para a com unidade local; Culturalmente rico – Gastronomia ia, património culturalmente autêntico vs. os turistas trazem vetores culturais próprios que o recetor terá que respeitar; Ambientalmente responsáveis – projetos avaliados com exigência de rigor e não de restrição de poder; Socialmente justo – Vivência conjunta dos equipamentos por população e turistas, que gera o fortalecimento das instituições locais”* (CIITT, 2008: 4-5).

À tarde, do mesmo dia, decorreu em debate/workshop onde os participantes integraram 4 grupos de trabalhos que incidiram nos seguintes temas: *ambiente e uso do solo; turismo e lazer; economia e competitividade e sóciocultural*. Do workshop resultaram estratégias a ser implementadas para os próximos 20 anos com a discussão dos pontos fortes e fracos do concelho a permitir que fossem delineadas estratégias a ser implementadas no concelho. Segundo Telma Conceição, da Divisão do Ambiente e Energia do Município, *“o processo nunca passou de um relatório interno, que nunca chegou a ser publicado. As orientações contidas nesse relatório nunca foram tidas em conta no planeamento e gestão municipal. Face ao exposto, e atendendo que o*

*processo nunca avançou, não se poderá afirmar que temos um processo de Agenda 21 constituído*⁴⁰.

Uma outra iniciativa, que conta com assessoria da Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental – NEREA Investiga, visa promover a A21Escolar em Tavira como forma de “*contemplar a relação da escola com a comunidade em que se insere e vir a constituir um plano de ação estruturado, muito prático e orientado para a resolução dos problemas sócio-ambientais da comunidade educativa*” (Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental, 2008: 14). Neste momento, estão a ser desenvolvidas neste sentido.

⁴⁰ Informação interna.

Agenda 21 Local de Torres Vedras

Torres Vedras é uma cidade portuguesa no Distrito de Lisboa, região Centro e subregião do Oeste. É sede do maior município do Distrito de Lisboa com 405,89 km² de área e 72 250 habitantes (INE, 2001), subdividido em 20 freguesias: A-dos-Cunhados; Campelos; Carmões; Carvoeira; Dois Portos; Freiria; Maceira; Matacães; Maxial; Monte Redondo; Outeiro da Cabeça; Ponte do Rol; Ramalhal; Runa; Santa Maria do Castelo e São Miguel; São Pedro da Cadeira; São Pedro e Santiago; Silveira; Turcifal; Ventosa. O município é limitado a norte pelo município da Lourinhã, a nordeste pelo Cadaval, a leste por Alenquer, a sul por Sobral de Monte Agraço e Mafra e a oeste tem litoral no oceano Atlântico.

No ano de 2007, a Câmara Municipal de Torres Vedras (CMTV) tinha em curso a elaboração de um processo de Agenda 21 Local em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. A nível interno, a Câmara Municipal conta com a Comissão Executiva Interdepartamental para a Sustentabilidade (CEIS), da qual fazem parte a Divisão de Ambiente; Divisão de Ordenamento do Território; Setor de Assuntos Sociais, Saúde e Habitação e Gabinete de Inovação e Desenvolvimento. Em termos financeiros, o contributo dos financiamentos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) previstos até 2013 é uma mais valia em conjugação com entidades públicas autónomas ou em parceria que contribuem para apoiar a execução dos Planos de Ação da A21L de Torres Vedras. Convém recordar que este município, em 1999, deu início a um Plano Municipal de Ambiente tendo sido referenciado como principais entraves à sua implementação a falta de apoio financeiro.

A metodologia aplicada ao processo é constituída pelas seguintes etapas (figura 3.28). Convém referir que a Câmara Municipal de Torres Vedras foi um dos concelhos pioneiros na adesão aos Compromissos de Aalborg e na execução da Caracterização do Estado do Desenvolvimento do Concelho, realizado conforme o previsto na declaração de adesão aos referidos Compromissos.



Figura 3.28 – Esquema das 4 etapas do processo de planeamento da A21L

Fonte: CIVITAS, (2009b: 5)

Os trabalhos iniciais, realizados pela equipa da Câmara Municipal em parceria com FCT/UNL, desenvolveram-se no âmbito de uma abordagem bipartida (CIVITAS, 2009b: 4):

a) *A nível de todo o Concelho, com a Caracterização do Estado do Desenvolvimento no contexto dos 10 Compromissos de Aalborg, tendo como finalidade a elaboração de um conjunto de Objetivos, Metas e Indicadores para Torres Vedras associados a esses Compromissos e visando a ação;*

b) *A nível das freguesias, entendidas como espaços de vida e de trabalho com as suas particularidades geográficas, sociais, culturais e económicas próprias que refletem desafios específicos. Assim, a A21L de Torres Vedras aproximou-se a cada uma das freguesias de modo a construir-se um Plano de Ação mais adequado e próximo da realidade local.*

Relativamente aos trabalhos efetuados com as Juntas das Freguesias de é de realçar as Entrevistas aos respetivos Presidentes; o levantamento e análise de estudos, planos e outros documentos relevantes e a realização de uma Sessão de Participação Pública por freguesia, que completou um total de 20 sessões.

A primeira fase terminou com a elaboração de 20 documentos, um por cada uma das freguesias, que encerravam em si informações relativas à caracterização sintética da freguesia; aos resultados da Sessão de Participação Pública, realizadas em cada uma das freguesias (*designadamente as propostas de projetos e/ou ações prioritárias aí geradas e debatidas*) e o ponto de situação em relação às propostas de projetos prioritários que surgiram na sessão de participação, dando conta de diligências ou processos que concorram para resolver os principais problemas da freguesia.

A segunda fase da A21L de Torres Vedras remete sobretudo para o *Plano de Ação* que tem como horizonte o ano de 2015. O *Plano de Ação* de Torres Vedras foi estruturado tendo como referencial a análise aos 10 Compromissos de Aalborg não desprezando, no entanto, o Plano Municipal de Ambiente elaborado anteriormente (Figura 3.29).

O Plano de Ação da Agenda 21 Local de Torres Vedras é concretizado através de 69 *Ações* (registadas nas respetivas Fichas de Ação), edificadas em torno dos 10 Compromissos de Aalborg. As Propostas de Ação que dão corpo à estratégia preconizada para a Agenda 21 de Torres Vedras resultaram do *Diagnóstico Sintético*, conjunto de entrevistas e análise de estudos, planos e projetos realizados e dos resultados do *Processo Participativo* com auscultação de um elevado espectro de atores locais dos setores ambiental, social, económico e institucional.



Figura 3.29 – Esquema metodológico e fases da A21L de Torres Vedras

Fonte: CIVITAS, (2009b: 5)

Para cada Ação Proposta consta, (na ficha de ação) uma escala que mede a “Prioridade da Ação”, “Custos/ Recursos Necessários” e “Complexidade da Ação em causa. Neste momento, a A21L de Torres Vedras encontra-se no final da 1ª etapa (Proposta de Plano de Ação) a partir do qual se implementará a Agenda 21 Local de Torres Vedras.

Agenda 21 Local de Vila Nova de Famalicão.

Esta Agenda, iniciada em 2009, veio a integra-se na projeto, em curso, do *Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*.

Agenda 21 Local de Vila Velha de Ródão

Vila Velha de Ródão é uma vila portuguesa raiana no distrito de Castelo Branco, região Centro e subregião da Beira Interior Sul. É sede de um município com 329,93 km² de área e 4098 habitantes (INE, 2001), subdividido em 4 freguesias: Fratel; Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão. O município é limitado a norte e leste pelo município de Castelo Branco, a sueste pela Espanha, a sul por Nisa e a oeste por Mação e Proença-a-Nova.

Este processo é, de momento, quase desconhecido face à falta de informação disponibilizada. Sabe-se que, em 2007, este processo instituiu-se com a designação de “A21Local de Vila Velha de Ródão – Um imperativo para o futuro”. A primeira etapa da Agenda 21 Local fez-se através de um diagnóstico do município que foi “*concretizada com um colóquio promovido pela Associação de Estudos Alto do Tejo para o qual foram convidadas todas as instituições, entidades e agentes locais*” (CM de Vila Velha de Ródão, 2007). O estudo foi efetuado pela câmara rodense em parceria com a de Oleiros, tendo sido coordenado pelas empresas Tecnoforma e IPI, Inovação e Projetos e Iniciativas. A 2ª fase circunscreveu-se à elaboração do diagnóstico, após o levantamento de dados que decorreu na fase anterior, tendo os resultados sido apresentados no auditório da Casa de Artes e Cultura do Tejo. Neste momento encontra-se na 3ª e última fase do processo, procurando implementar ações que combatam os pontos menos positivos diagnosticados para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Aguarda-se por mais informação

PROCESSOS SUBLOCAIS

- FREGUESIAS -

Agenda 21 Local de Fridão

Fridão é uma freguesia portuguesa do concelho de Amarante, com 6,20 km² de área e 845 habitantes (INE, 2001), pertencente ao distrito do Porto.

Em 2007, a Junta de Freguesia deu início ao processo de Agenda 21 Local. Numa área com um número reduzido de habitantes e com meios escassos, elogia-se o dinamismo da Junta de Freguesia que em parceria com a Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (AESBUC), Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local” adotou uma Agenda 21 Local. Pontualmente, são estabelecidas parcerias com outras entidades como são exemplos o Centro de Atividades Intergeracional de Fridão, Projeto Cidades Criativas - Amarante e REBAT - Tratamento Valorização dos Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega. O processo é cofinanciado pelo FSE (Fundo Social Europeu) e pelo Estado Português, procurando a freguesia elaborar (à data) uma candidatura de financiamento ao QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional).

Os objetivos de tal iniciativa prendem-se com o desejo que a freguesia cresça económica e socialmente, sem prejudicar o ambiente aproveitando as potencialidades inerentes ao seu contexto rural (paisagem, fauna, flora, recursos naturais, biodiversidade).

Fridão “Uma aldeia ecológica” ou ecoaldeia” é um projeto que procura promover a implementação da Agenda 21 Local. A implementação do processo conta com 4 fases distintas e com a realização das seguintes atividades (AESBUC, 2008: 5):

1.^a Fase - Planificação do Processo: *Envolvimento dos políticos. Lançamento oficial do processo – divulgação (criação de um folheto, página web, cartazes); Criação do Grupo Coordenador – Reuniões com grupos locais para a constituição do grupo; Formação aos quadros da freguesia e autarquia; Inventário das políticas, planos, projetos e atividades da autarquia e Assinatura dos Compromissos de Aalborg.*

2.^a Fase - Sensibilização da Comunidade e criação do Fórum Participativo: *Questionários prévios à população para identificar problemas e potencialidades; Elaboração do pré-diagnóstico e perfil da comunidade; Parcerias com a imprensa e com outros atores locais; Criação do Fórum Participativo e Programa de educação e sensibilização ambiental.*

3.^a Fase - Elaboração do Diagnóstico do Concelho e preparação do Plano de Ação: *Identificação das áreas estratégicas de atuação e adoção de uma visão comunitária para o desenvolvimento da freguesia; Elaboração do Diagnóstico de sustentabilidade da freguesia e Elaboração do Plano de Ação. Definição de objetivos, metas e indicadores de progresso.*

4.^a Fase - Implementação, acompanhamento, avaliação e revisão: *Completo o Plano de Ação é necessário iniciar a sua implementação, incluindo um calendário das ações e os responsáveis pela sua concretização. A A21L deve ser objeto de uma avaliação periódica no sentido de determinar até que ponto os objetivos definidos estão a ser alcançados. Para este efeito verifica-se se os indicadores de monitorização estão a ser cumpridos em relação às metas definidas e respetivo calendário. Todo o processo de A21L será tornado público para que toda a comunidade conheça e o identifique com o seu contributo para a evolução da freguesia.*

Uma das primeiras iniciativas lançadas pela Agenda 21 Local foi um concurso de fotografia com o tema "Fridão uma Aldeia Ecológica", bem como sessões de ecoanimação no Centro Social. O primeiro Workshop Participativo, realizado no dia 16 de fevereiro de 2008, apelou à participação dos cidadãos e à presença das várias organizações da Freguesia, como a Associação Desportiva, a Associação de Pais, o Conselho Diretivo de Baldios, a Paróquia, a Tuna e várias entidades privadas. O processo, atualmente, encontra-se na fase de preparação do Plano de Ação após ter saído do Workshop que os eixos prioritários de intervenção para a freguesia são: *“Serviços básicos de Abastecimento (saneamento, água, resíduos); Valorização dos Recursos Naturais e Patrimoniais; Qualificação dos cidadãos para acesso à informação e Economia sustentável”* (idem, 9).

Neste momento, o processo encontra-se na sua 3^a fase mas já se contam iniciativas implementadas no âmbito da A21L que têm contribuído para beneficiar a freguesia e a qualidade de vida dos seus cidadãos, como são exemplo, uma parceria com a Mota-Engil que permitiu criar um *Banco de Ajudas Técnicas*, que já se alargou a todo o Concelho. Trata-se de um conjunto de equipamentos (camas articuladas, cadeiras de rodas, bancos e cadeiras de banho, andarilhos) que são disponibilizados a quem necessitar. A dinamização, pela Junta de freguesia, do *Centro de Atividades Intergeracional*. Uma das iniciativas dinamizadas pelo Centro é o *Cerimonial do Chá*, atividade dedicada à população sénior que visa estimular o gosto pelo consumo do chá de forma a potenciar os seus benefícios para a saúde e bem-estar, bem como combater a solidão e fortalecer o relacionamento intergeracional da freguesia. Outra das iniciativas que já entrou em definitivo para o calendário de eventos é a realização anual da *“Feira de Negócios e Oportunidades de Fridão”*, uma ideia nascida na Agenda 21 Local.

Agenda 21 Local de Água Longa

A **Água Longa** é uma freguesia portuguesa do concelho de Santo Tirso, com 14,90 km² de área e 2 134 habitantes (INE, 2001), pertencente ao distrito do Porto.

No final de 2007, e no âmbito do “Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local” promovido pela Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (AESBUC), a Junta de Freguesia de Água Longa promovia um processo de Agenda 21L. Em janeiro de 2008 a A21L era oficialmente apresentada ao público. Os objetivos estratégicos que definem este processo local passam por⁴¹: – *Fomentar uma intervenção participativa dos cidadãos e instituições da freguesia na identificação de problemas, de pontos fortes e de ideias para o futuro rumo a uma comunidade mais sustentável. – Promover a compilação e sistematização de dados sobre a situação ambiental, social e económica da freguesia e estimular a sua partilha entre os vários atores. – Definir um plano de ação orientador que permita melhorar a qualidade de vida da comunidade e envolver os grupos vivos da freguesia na sua concretização Promover o diálogo entre os cidadãos e grupos vivos e os dirigentes, reforçando a confiança mútua. – Afirmar Água Longa como uma freguesia orientada para o futuro e confiante na sua massa crítica e capacidade de execução.* A construção da A21L passa pelas seguintes fases (Quadro 3.13).

Fase 1	Janeiro / Fevereiro (2008)	<ul style="list-style-type: none"> · Apresentação do projeto (Em fase de arranque); · Lançamento oficial; (Assinatura dos compromissos de Aalborg); · Criação do Grupo Coordenador da A21L; · Criação de folheto informativo e página na Internet; · Reunião com instituições
	Março / Abril (2008)	<ul style="list-style-type: none"> · Recolha de Indicadores do Pré-diagnóstico de sustentabilidade; · Constituição de rede de parceiros locais; · Sensibilização e criação do 1º Fórum Participativo da A21L; Parcerias com jornais locais
	Maio / julho (2008)	<ul style="list-style-type: none"> · Lançamento da página na Internet; · Distribuição dos folhetos informativos e questionários; · Definição dos eixos estratégicos (Tratamento e apresentação dos dados do questionário)
Fase 2	Setembro / outubro (2008)	<ul style="list-style-type: none"> · 2º Fórum Participativo da A21L (pensar Água Longa em 2012; · Diagnóstico e preparação do Plano de Ação; · Apresentação do relatório de participação pública; · Definição das áreas prioritárias.
	Novembro / dezembro (2008)	<ul style="list-style-type: none"> · Elaboração dos relatórios técnicos; · Apresentação dos relatórios de Diagnostico · Plano de Ação (definição de fichas de ação)
Fase 3	Janeiro de 2009 (em curso)	<ul style="list-style-type: none"> · Implementação, monitorização e revisão

Quadro 3.13 – Fases da elaboração da A21L de Água Longa

⁴¹ Blog de apoio, criado pela JFAL, para veicular informação sobre a sua A21L. Obtido de <http://a21agualonga.blogspot.com/>

*Fonte*⁴²

As informações mais recentes remetem para a última atividade desenvolvida neste processo que se identifica com a criação de um Web Site de divulgação do projeto e dos conceitos subjacentes à Agenda 21 Local e da intenção da Junta de Freguesia de reunir com as instituições locais para apresentar o projeto, e recolher as primeiras perceções e opiniões da comunidade sobre o mesmo.

No momento, o processo situa-se na sua 1ª fase. Este caminha lentamente sendo que, em 2009, os avanços verificados no processo são pouco relevantes. Fica-se, de momento, a aguardar por mais informações.

⁴² idem, ibidem

PROCESSOS AGRUPADOS

- *Municípios*
- *Freguesias*

Agenda 21 Local da Gardunha

Os municípios do Fundão e de Castelo Branco pertencem ao Distrito de Castelo Branco, região Centro e subregião da Cova da Beira.

A Agenda 21 Local da Gardunha, designada por Agenda Gardunha 21, é um processo conjunto dos municípios de Castelo Branco e do Fundão. Este processo visa promover uma concertação de interesses na Serra da Gardunha num único plano de ação. Iniciado em 2007, um dos principais objetivos do processo da A21L é a proteção da Serra da Gardunha e a sua instituição como Parque Natural. Neste contexto, a criação de uma Agência de Desenvolvimento para a Serra da Gardunha é uma prioridade estando previsto que esta seja criada até final de 2007. Face a riqueza natural da Serra da Gardunha, uma vez que possui espécies vegetais, animais e habitats considerados de elevada importância para a conservação, a Agenda 21 Local procura promover a sustentabilidade local que passa, inevitavelmente, por potenciar e salvaguardar o património natural da Serra.

A Agenda 21 local tendo como grande prioridade de intervenção a reflorestação e salvaguarda da biodiversidade da Serra da Gardunha, principalmente após os graves incêndios florestais de 2003 e 2005 que desbastaram muita floresta, recebeu, em 2008, um importante contributo da Epson Portugal que lançou um projeto (maior projeto europeu da Epson nesta área) que visa precisamente reflorestar e a restaurar a biodiversidade da região. Neste momento, foram dados os primeiros passos para a reflorestação de 40 hectares, correspondente à 1ª fase do projeto.

O processo passa por algumas dificuldades de implementação que debilitam a sua afirmação pelo que a própria informação sobre o processo é diminuta.

Agendas 21 Local no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte

A “missão” da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN), iniciada muito recentemente (em 2009), é o de promover a defesa dos interesses dos 12 municípios que a constituem: Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pera; Condeixa-a-Nova; Figueiró dos Vinhos; Lousã; Miranda do Corvo; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Pedrógão Grande; Penela e Vila Nova de Poiares. A CIMPIN visa *“constituir-se num organismo capaz de equacionar as potencialidades e estrangulamentos dos municípios do Pinhal Interior e desenhar estratégias que permitam o desenvolvimento, reforcem a intermunicipalidade e a coesão territorial”* (CIMPIN, s.d.). Os seus principais objetivos são a *“Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN; Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal”* (idem, ibidem).

As Agendas 21 locais que estão a ser desenvolvidas, nestes municípios, contam não só com a parceria técnica da CIMPIN como da Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI).

A abordagem a todo este processo passa fundamentalmente por duas etapas: O Diagnóstico e o Plano de Ação Municipal.

O Diagnóstico vai assentar na identificação clara dos problemas que afetam a população através da realização de inquéritos próprios e na sua caracterização a realizar pela equipa técnica - S.P.I. . O Plano de Ação Municipal, a elaborar pela S.P.I. em estreita colaboração com os representantes da população (fórum participativo), irá refletir a definição e gestão de políticas locais a adotar visando a sustentabilidade, bem como incentivar a população para o desempenho dum papel ativo nesse sentido.

Agenda 21 Grande Porto

Com a designação de Agenda 21 Grande Porto identifica-se um conjunto de iniciativas de Agendas 21 Local nas freguesias dos municípios associadas à empresa LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. Em 2007, a LIPOR assumiu o desafio de liderar um projeto “Implementação de Agendas 21 Locais nas Freguesias dos seus Municípios associados”, prosseguindo o caminho da sustentabilidade, prática a que esta empresa com empenho se tem dedicado.

Deste modo, a empresa procurou um maior envolvimento com as comunidades locais no sentido de fomentar a qualidade de vida dos seus cidadãos, promover a justiça social e acrescentar mais valor às freguesias, sem nunca negligenciar a proteção do Meio Ambiente. O principal objetivo foi o de contribuir para um futuro mais sustentável, instituindo um modelo de sustentabilidade, a partir da avaliação das potencialidades e vulnerabilidades de cada freguesia, determinando estratégias e linhas de ação integradas e partilhadas entre os atores da Comunidade Local e o eleitorado da Junta de Freguesia. O financiamento deste projeto ficou a cargo da própria empresa.

Reconhecendo a Agenda 21 local, a importância do Poder Local, nomeadamente, as Juntas de Freguesias como dinamizadoras e atores de sustentabilidade, tornou-se evidente o interesse em traçar parcerias com as freguesias não restando quaisquer dúvidas que o sucesso destes processos depende do papel a desempenhar por estas. Assim sendo, o projeto contou com o apoio direto e a participação das “forças vivas” das freguesias, constituindo-se, em cada freguesia, Equipas Coordenadoras.

Neste contexto, a LIPOR selecionou 18 freguesias dos oito Municípios associados da LIPOR (Oliveira, 2009: 6). Esta seleção obedeceu ao critério da proximidade e influência das suas instalações. Assim sendo, fazem parte deste projeto as seguintes freguesias (quadro 3.14).

Apesar das especificidades de cada freguesia, adotou-se uma metodologia mais próxima às características comuns das freguesias, estruturada em 4 grandes fases:

- A. *Planificação do projeto*
- B. *Sensibilização da Comunidade e realização de Workshop Participativo*
- C. *Elaboração e Diagnóstico de Sustentabilidade e Plano de Ação*
- D. *Implementação, acompanhamento e revisão.*

Agenda 21 Local de Alfena (Valongo)	Agenda 21 Local da Maia (Maia)
Agenda 21 Local da Árvore (Vila do Conde)	Agenda 21 Local de Moreira da Maia (Maia)
Agenda 21 Local de Baguim do Monte (Gondomar)	Agenda 21 Local de Paramos (Espinho)
Agenda 21 Local de Ermesinde (Valongo)	Agenda 21 Local da Póvoa de Varzim (Póvoa de Varzim)
Agenda 21 Local de Espinho (Espinho)	Agenda 21 Local de Ramalde (Porto)
Agenda 21 Local de Guifões (Matosinhos)	Agenda 21 Local de S. Cosme (Gondomar)
Agenda 21 Local da Junqueira (Vila do Conde)	Agenda 21 Local de S. Pedro de Rates (Póvoa de Varzim)
Agenda 21 Local de Laundos (Póvoa de Varzim)	Agenda 21 Local de Santa Cruz do Bispo (Matosinhos)
Agenda 21 Local de Lordelo do Ouro (Porto)	Agenda 21 Local de Vila Chã (Vila do Conde)

Quadro 3.14 – Agendas que integram a Agenda21 do Grande Porto (por freguesias)

Fonte: Portal Agenda 21⁴³

Na primeira fase, foi elaborada toda a planificação do processo de implementação, desde a definição das freguesias a integrar, às metodologias a adotar, às metas a atingir, entre outros.

Numa segunda fase, o objetivo foi o de sensibilizar e informar a Comunidade local sobre as virtudes do projeto, assim como auscultar e compreender as expectativas das populações locais.

Na terceira fase, foram elaborados dois importantes documentos. O *Diagnóstico de Sustentabilidade* que correspondeu ao levantamento das características ambientais, sociais, culturais e económicas das freguesias, analisando-se detalhadamente cada vertente. No fim, foram identificadas as fragilidades e potencialidades de cada freguesia. O *Plano de Ação*, contribuiu para a definição de estratégias de ações necessárias para atingir os objetivos delineados para cada um dos temas prioritários identificados no Diagnóstico de Sustentabilidade.

Neste momento, foram concluídas as fases A, B e C estando a ser desenvolvidos esforços para a execução da fase D.

⁴³ Portal da Agenda 21 Local: <http://www.agenda21local.info/>

**Quadros síntese das A21Locais em curso em Portugal
(até set.2009)**

PROCESSOS INTERMUNICIPAIS

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 1/10

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local de Municípios da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN)*

Região (NUT III) / Concelhos / Freguesias

- *Pinhal Interior Norte / Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pera; Condeixa-a-Nova; Figueiró dos Vinhos; Lousã; Miranda do Corvo; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Pedrógão Grande; Penela e Vila Nova de Poiares / Todas*

Data: Início / Termo

- *2009 / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos das Câmaras Municipais de Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pera; Condeixa-a-Nova; Figueiró dos Vinhos; Lousã; Miranda do Corvo; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Pedrógão Grande; Penela e Vila Nova de Poiares*

Objetivos

- *Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido*

Principais sucessos atingidos

-

Principais dificuldades

-

Fase do processo

- *Início do processo*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 2/10

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local de Municípios de Cova da Beira*

Distrito / Concelhos / Freguesias

- *Guarda / Guarda, Manteigas, Pinhel, Mêda, Penamacor (Castelo Branco) / Todas*

Data: Início / Termo

- *Final de 2006 (a A21L de Mêda começou em 2008) / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos das Câmaras Municipais de Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel*

Objetivos

- *A preservação do ambiente conjugado com o desenvolvimento sustentável e integrado e entreajuda entre todos os municípios*

Principais sucessos atingidos

-

Principais dificuldades

-

Fase do processo

- *Elaboração dos Diagnósticos nos vários municípios (1ª fase). Em 2008, foram desenvolvidos estudos nos diversos concelhos, tendo sido o concelho de Penamacor o primeiro a apresentar os seus resultados. Seguiram-se, os restantes concelhos.*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 3/10

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local da Gardunha

Distrito / Concelhos / Freguesias

Castelo Branco / Castelo Branco, Fundão / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos das Câmaras Municipais de Castelo Branco e do Fundão
- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (A SPEA
- Gardunha Verde*

Objetivos

- Visa promover uma concertação de interesses na Serra da Gardunha num único plano de ação

Principais sucessos atingidos

-

Principais dificuldades

- O processo passa por algumas dificuldades de implementação / afirmação pelo que a própria informação sobre o processo é diminuta.

Fase do processo

- A Agenda 21 local tendo como grande prioridade de intervenção a reflorestação e salvaguarda da biodiversidade da Serra da Gardunha, principalmente após os graves incêndios florestais de 2003 e 2005 que desbastaram muita floresta, recebeu, em 2008, um importante contributo da Epson Portugal que lançou um projeto (maior projeto europeu da Epson nesta área) que visa precisamente reflorestar e a restaurar a biodiversidade da região. Neste momento, foram dados os primeiros passos para a reflorestação de 40 hectares, correspondente à 1ª fase do projeto.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 4/10

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local do Norte Alentejano

Distrito / Concelhos / Freguesias

Portalegre / Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Gavião; Marvão; Monforte; Nisa; Sousel / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 (final) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos das Câmaras Municipais de Alter do Chão; Arronches; Avis; Campo Maior; Castelo de Vide; Crato; Elvas; Gavião; Marvão; Monforte; Nisa; Sousel
- Equipa multidisciplinar da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL)*

Objetivos

- Criar um instrumento mais global de carácter integrado, ou seja, um "Roteiro para o Desenvolvimento Sustentável do Norte Alentejano", que assuma por um lado a soma das orientações provenientes dos municípios e que por outro lado se articule com as principais orientações estratégicas da Região Alentejo.

Principais sucessos atingidos

- Integração da Agenda e dos seus princípios em planos e programas locais e a sua utilização como documento base para o desenvolvimento de candidaturas a fundos comunitários.

Principais dificuldades

- O Norte Alentejano é um território rural com problemas de desertificação humana e elevado envelhecimento populacional, níveis de escolaridade baixos, incapaz de fixar os mais jovens e qualificados e com escassos recursos. Estas características do território são vistas como fatores críticos para a implementação deste tipo de processo.

Fase do processo

- Aguarda-se que todos os Diagnósticos terminem de forma a permitir uma visão ampla e global dos Planos de Ação a implementar ao nível supra local.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 5/10

Designação do Projeto

- Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Região / Cidades / Freguesias

- Norte de Portugal e Comunidade Autónoma da Galiza / Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Peso da Régua, Porto, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Vila Real (Portugal) La Coruña, Santiago de Compostela, Ferrol, Lugo, Monforte de Lemos, Ourense, Vigo / Todas. (Em 2009, Vila Nova de Famalicão integrava-se no projeto).

Data: Início / Termo

- 2003 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Municípios envolvidos

Objetivos

- Unir duas regiões que, apesar das suas diferentes realidades territoriais, se aproximaram com o principal propósito de desenvolverem um trabalho conjunto de forma a promoverem o desenvolvimento sustentável dos seus concelhos.*
- Estabelecer fórmulas conceptuais e metodologias próprias que funcionem como base de trabalho para todos os municípios.*
- Uma correta elaboração e implantação da A21L em um município deverá considerar, integrar, influir, na medida do possível, na melhoria dos instrumentos de planificação existentes.*

Principais sucessos atingido

- Implementação de uma estratégia de sustentabilidade que deverá regular a transição para um modelo urbano mais estável, sustentável e renovável e na qual gravitam, com mais ou menos sucesso, todas as etapas da A21L.

Principais dificuldades

- A componente técnica e planeamento estratégico balizaram e condicionaram os seus passos, inclusive o da participação pública. Neste sentido, o eixo 21 tornou-se um processo demasiadamente “pesado”, com maior grau de institucionalização e burocratização que se repercutiu numa menor participação pública face ao que se desejava num processo desta natureza.

Fase do processo

- O projeto encontra-se na fase de diagnóstico, não tendo o documento apresentado sido ainda validado tecnicamente pelo grupo coordenador responsável pela sua apreciação. No entanto e apesar do processo se pretender que decorra em simultâneo, em todas as cidades, pelo que é dado a conhecer, o processo encontra-se em diferentes momentos de desenvolvimento, de acordo com as cidades que integram esta Agenda Local 21.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 6/10

Designação do Projeto

- DITAL 21

Região (NUT III) / Concelhos / Freguesias

- Alentejo Central / Arraiolos e Redondo / Todas

Data: Início / Termo

- 2003 (janeiro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) e a Diputación de Badajoz
- Membros representativos das Câmaras Municipais de Arraiolos e Redondo e 4 de Comarcas na Província de Badajoz

Objetivos

- Sensibilização das autoridades locais e regionais para a necessidade de implementação da Agenda 21 enquanto via essencial para a promoção de um desenvolvimento sustentável

Principais sucessos atingidos

- Integração da população no processo de decisão e a articulação de várias realidades e estratégias, até aí dispersas (A21L de Redondo)
- Obtenção de um documento estratégico que permite o desenvolvimento integrado no concelho (A21L de Arraiolos)

Principais dificuldades

- Dificuldades de dinamização e disseminação da participação dos cidadãos, embora neste ponto houvesse algum contributo positivo (A21L de Redondo)
- Complexidade que envolve a elaboração do diagnóstico concelhio (A21L de Arraiolos)

Fase do processo

- 5ª e última fase, Implementação e monitorização do Plano de Ação (A21L de Redondo). Na última fase, correspondendo à 3ª - Plano de Ação (A21L de Arraiolos)

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 7/10

Designação do Projeto

- Lezíria do Tejo

Região (NUT III) / Concelhos / Freguesias

- Lezíria do Tejo / Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém / Todas

Data: Início / Termo

- 2005 (novembro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos das Câmaras Municipais envolvidas.
- Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT).
- Ecosphere, Consultores em Ambiente e Desenvolvimento*

Objetivos

- À necessidade de se identificarem as prioridades de investimento do próximo ciclo de intervenções estruturais (QREN 2007-2013), somou-se a ambição dos autarcas destes onze municípios e da CULT em garantir a sustentabilidade das políticas públicas mediante um processo de participação alargada da população. O objetivo é assegurar e dinamizar a participação dos agentes económicos e sociais da região na elaboração da Agenda XXI da Lezíria do Tejo.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- 1ª Etapa. Foi solicitada a participação de especialistas para colaborarem com ideias e orientações que vão ao encontro da sustentabilidade. Neste contexto, à data, tinha sido contratado os serviços da Ecosphere, consultores em Ambiente e Desenvolvimento. Recentemente, foi apresentado o Programa Territorial de Desenvolvimento da Lezíria do Tejo, com apresentação de 5 eixos de intervenção prioritário (Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística; Mobilidade Territorial; Ciclo Urbano da Água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado” ; Promoção e capacitação institucional). No futuro serão desenvolvidas ações para executar as operações definidas.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 8/10

Designação do Projeto

- Nordeste 21

Região (NUT III) / Concelhos / Freguesias

- Alto Trás os Montes e Douro / Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Miranda do Douro, Vila Flor e Vimioso / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 (março) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos das Câmaras Municipais envolvidas.
- Empresa Intermunicipal de Resíduos do Nordeste – EIM
- Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESB-UCP)

Objetivos

- Envolver a comunidade num trabalho conjunto capaz de definir as prioridades para o desenvolvimento sustentável do seu concelho nas vertentes económica, social e ambiental.
- Envolvimento das forças vivas do concelho é prioritário, estimulando-se assim a democracia participativa e o debate construtivo de ideias.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- 3ª Fase. Após a conclusão e divulgação do Documento Estratégico para o Plano de Ação do Nordeste 21, em 2009, aguarda-se pela implementação, monitorização e revisão, ações que integram a 3ª fase do processo Nordeste 21 correspondem, de forma muito sintética, à aplicação e supervisão dos Planos de Ação.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 9/10

Designação do Projeto

- Raia 21

Região (NUT III) / Concelhos / Freguesias

- Baixo Alentejo e Andaluzia / Serpa, Moura, Mértola e Barrancos em parceria com os Ayuntamentos de Rosal e La Frontera e Aroche / Todas

Data: Início / Termo

- 2004 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos das Câmaras Municipais envolvidas.
- Empresas de Assessoria e Apoio Técnico ao Projeto: Depaex e Tterra

Objetivos

Promover o desenvolvimento económico, a integração e equidade social e a proteção ambiental; Encontrar e promover estratégias sustentáveis, de corresponsabilização e partilha para o bem comum; Definir plataformas de participação pública, motivando espaços e formas de cidadania ativa e solidária; Amplificar as qualificações específicas e as capacidades competitivas do concelho; Encontrar metodologias adequadas à integração dos diferentes interesses, com vista à coesão económica, social e ambiental; Criar instrumentos auxiliares de gestão do território e de apoio à decisão; Promover metodologias de monitorização e melhoria contínua; Disseminar boas práticas de sustentabilidade, coesão e igualdade de oportunidades, aliadas à proteção ambiental e qualidade de vida;Elaborar um Plano de Ação, de curto/médio prazo.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Dificuldade de promover a participação pública em lugares fortemente despovoados e com a necessidade de incrementar metodologias de trabalho consentâneas com territórios marcadamente rurais.

Fase do processo

- Implementação conjunta do Plano de Ação. No presente, os planos de ação que definem os vetores estratégicos e propostas de ações específicas esperam a sua execução.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 10/10

Designação do Projeto

- Vale do Minho

Distrito / Concelhos / Freguesias

- Viana do Castelo / Vila Nova de Cerveira; Melgaço; Monção; Paredes de Coura e Valença / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 (setembro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos das Câmaras Municipais envolvidas.
- Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho
- Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa
- Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês (ADERE-PG)
- Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho (ADRIMINHO)
- Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho
- Gabinete de Apoio Técnico do Vale do Minho (GAT)
- União Empresarial do Vale do Minho (UEVM)
- Valorização e Tratamento de Resíduos, SA (VALORMINHO)

Esta Agenda será desenvolvida na modalidade de formação - ação "Desenvolvimento e implementação de metodologias de participação pública: o caso prático das agendas 21 locais". Os formandos, com o apoio dos formadores, serão responsáveis, ao longo do curso, pela operacionalização da Agenda 21 Local nos vários municípios do Vale do Minho.

Objetivos

- Preparar e implementar um Plano de Ação Estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.
- Envolver o máximo dos seus cidadãos e agentes locais na procura de soluções e na aplicação de medidas que integrem as políticas ambientais e de preservação dos recursos naturais com o crescimento socioeconómico, num processo participativo, a desenvolver a longo prazo.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Dinamização de ações de educação para a sustentabilidade e a elaboração participada do diagnóstico/plano de ação para as áreas prioritárias. As últimas informações referem a apresentação dos Planos de Ação, municipais e supra municipal das Agendas 21 do Vale do Minho. No presente, esses planos constituem-se como ferramentas que visam dar prioridade de intervenção às seguintes áreas para os 5 municípios: Turismo, Território e Ordenamento, Energia e alterações climáticas, Floresta, Resíduos, Educação para a Sustentabilidade e Mobilidade.

PROCESSOS MUNICIPAIS

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 1/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local da Abrantes

Distrito / Concelho / Freguesias

- Santarém /Abrantes / Todas

Data: Início / Termo

- março de 2008 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Abrantes;
- Juntas de freguesia;
- Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL)

Objetivos

- A integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas, programas e processos de decisão local;
- O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais;
- Melhoria da qualidade de vida da sua população;
- Estancar a deslocação dos seus cidadãos para outros territórios em busca de um futuro melhor;

Principais sucessos atingidos

- Os excelentes níveis de adesão e participação pública na 1ª Sessão do Fórum de Participação Global da Agenda 21 Local de Abrantes.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Concluída a 1ª fase do processo.
- Início da 2ª fase - Definição dos “Vetores de Intervenção Estratégica”. No presente, decorrem trabalhos para a realização do 3º Fórum previsto para início de 2010.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 2/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Águeda (Águeda 21)

Distrito / Concelho / Freguesias

- Aveiro /Águeda / Todas

Data: Início / Termo

- novembro de 2008 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Águeda;
- Juntas de freguesia;
- Agência Portuguesa de Ambiente (testar a metodologia proposta pelo “Guia Agenda 21 Local – Um desafio para todos).
- Universidade Católica Portuguesa – Escola Superior de Biotecnologia (Instituto Intervir Mais)

Objetivos

- A integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas, programas e processos de decisão local;
- Chamar todos os cidadãos a participar ativamente para o futuro do concelho.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Verifica-se, em 2009, um atraso substancial que atrasou a finalização da primeira fase. Os prazos foram assim alargados, cerca de um ano, sendo que a conclusão da 1ª fase passa a estar prevista para fevereiro de 2010.

Fase do processo

- 1ª fase do processo.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 3 /48

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local de Alcanena*

Distrito / Concelho / Freguesias

- *Santarém /Alcanena / Todas*

Data: Início / Termo

- *junho de 2008 / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos da Câmara Municipal de Alcanena;*
- *Juntas de freguesia;*

Objetivos

- *Melhoria da qualidade de vida da sua população;*
- *O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais;*
- *Melhoria da vertente ambiental, económica e social do concelho*

Principais sucessos atingidos

- *n.d.*

Principais dificuldades

- *n.d.*

Fase do processo

- *Em 2009, o processo encontra-se na sua fase inicial.*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 4/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Alcobaça

Distrito / Concelho / Freguesias

- Leiria / Alcobaça / Todas

Data: Início / Termo

- 1997 (Como Plano Municipal de Ambiente). A partir de 2008, como Agenda 21 Local.

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Câmara Municipal de Alcobaça;
- Juntas de freguesia;
- Grupo CIVITAS;*

Objetivos

*- O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais;
- Melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos em consonância com o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais*

Principais sucessos atingidos

- A metodologia de participação que foi bastante apreciada para o desenvolvimento dos trabalhos

Principais dificuldades

- Consecutivos atrasos na afinação da metodologia do Plano Municipal de Ambiente de Alcobaça ao longo do seu percurso

Fase do processo

- Última fase 4ª fase – Execução dos Planos de Ação

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo:5 /48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Alenquer

Distrito / Concelho / Freguesias

-Lisboa / Alenquer / Todas

Data: Início / Termo

- Final de 2006 / início de 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Câmara Municipal de Alenquer
- Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (CIVITAS)*

Objetivos

*- Necessidade que as medidas a implementar no futuro tem de ser, imprescindivelmente, em prole do desenvolvimento sustentável local.
- Transformar o concelho de Alenquer num território atrativo e qualificado, economicamente forte e viável, com uma elevada qualidade de vida, uma boa coesão social num quadro ambientalmente sustentável.*

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Neste momento, em julho de 2009, aguarda-se pela apresentação do Relatório do Plano de Ação com a divulgação dos vetores de atuação da A21L. O processo encontra-se no fim da 3ª fase.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 6/48

Designação do Projeto

- Almada 21

Distrito / Concelho / Freguesias

- Setúbal / Almada / Todas

Data: Início / Termo

- 2008/ em curso

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Almada;
- Juntas de freguesia;
- Empresa Ageneal
- Cidade de Leicester como parceira da Câmara Municipal de Almada no projeto EMAS LAB

Objetivos

- O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais;
- Melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos em consonância com o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- As ações da A21L estão a ser desenvolvidas, sobretudo, através de certificação ambiental do Município de Almada pelo Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 7/48

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local de Almodôvar*

Distrito / Concelho / Freguesias

- *Beja/ Almodôvar / Todas*

Data: Início / Termo

- *2007 / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos da Câmara Municipal de Almodôvar*
- *Associação de Defesa do Património de Mértola (ADP Mértola)*

Objetivos

- *Encontrar soluções e estratégias participadas que visam resolver os problemas do concelho e, desta forma, atingir os desígnios e ambições locais.*

Principais sucessos atingidos

-

Principais dificuldades

-

Fase do processo

- *No presente, o processo encontra-se no início da fase de implementação dos Planos de Ação.*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 8/48

Designação do Projeto

- Amadora 21

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Amadora / Todas

Data: Início / Termo

- 2008 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Amadora;
- Juntas de freguesia;
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Objetivos

- Identificar e refletir sobre as potencialidades do Concelho da Amadora, com os seus pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades, criando uma visão conjunta para um futuro sustentável;
- Identificar linhas de orientação consensuais para o desenvolvimento sustentável do espaço concelhio, definindo estratégias específicas;
- Propor critérios e perspetivar intervenções devidamente enquadradas, quantificadas e priorizadas, elaborando um plano de ação da Agenda 21 Local;
- Iniciar a implementação do Plano de Ação, a sua avaliação e monitorização

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- 1ª fase do processo (Planificação). De momento, decorre a realização das primeiras entrevistas e inquéritos a agentes do Concelho.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 9/48

Designação do Projeto

- Armamar 21

Distrito / Concelho / Freguesias

- Viseu / Armamar / Todas

Data: Início / Termo

- janeiro de 2008 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Armamar;
- Juntas de freguesia;
- Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (AESBUC)

Objetivos

- Melhorar a qualidade de vida da sua população;
- Promover uma democracia mais participativa,
- Aumentar a transparência da administração e dos serviços
- Garantir um rumo sustentável para o concelho de Armamar

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Início da 2ª fase do processo. No presente, foi lançado um “Inquérito sobre Agenda 21 Local no Concelho de Armamar” e outro sobre a “Reciclagem no Concelho de Armamar”.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 10/48

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local da Batalha*

Distrito / Concelho / Freguesias

- *Leiria / Batalha / Todas*

Data: Início / Termo

- *junho de 2006 / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere;*
- *Instituto Superior de Leiria (ISLA) – Curso de Engenharia da Energia e Ambiente*
- *Juntas de freguesia;*

Objetivos

- *Construção do futuro do concelho assente numa visão de sustentabilidade*
- *Envolver toda a comunidade para a concretização deste ideal de desenvolvimento*

Principais sucessos atingidos

- *A nova conceção de desenvolvimento local baseada em inovadores métodos de trabalho e na mais valia traduzida na participação mais ativa da sociedade.*

Principais dificuldades

- *n.d.*

Fase do processo

- *No momento, procede-se aos trabalhos finais de conclusão da 2ª fase preparando-se, o processo, para entrar na última fase planificada.*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 11/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Caminha

Distrito / Concelho / Freguesias

- Viana do Castelo / Caminha / Todas

Data: Início / Termo

- Retornou no ano de 2006 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Caminha

Objetivos

- Incentivar uma vida saudável para as populações envolvidas, em harmonia com a natureza, cooperando no fortalecimento das capacidades endógenas para atingir o desenvolvimento sustentável, mediante o intercâmbio de conhecimentos e experiências

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Neste momento, a Agenda 21 Local encontra-se na 2ª etapa decorrendo, contudo, trabalhos relacionados, ainda, com a 1ª fase desta etapa, como é o caso da 5ª oficina. O próximo passo será definir os objetivos, estratégias e ações a efetuar dentro do concelho.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 12/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Cascais

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Cascais / Todas

Data: Início / Termo

- A decorrer (A partir de 2006 o projeto passou a designar-se Agenda Cascais 21)

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Cascais;*
- Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa*
- Agentes locais – Grupo de Debate Acompanhamento*
- Juntas de freguesia;*

Objetivos

- Aumentar a sustentabilidade ambiental do concelho para o século XXI*

Principais sucessos atingidos

- Resulta da sua dinâmica, enquanto processo, permitindo perceber a ligeireza com que se queria implementar as ações de intervenção*

Principais dificuldades

- n.d.*

Fase do processo

- No ano de 2005 desencadeou-se um processo de trabalho técnico intramunicipal, com o objetivo de atualizar e organizar dados para consolidar a implementação de uma Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável, tendo sido realizada a subscrição da Carta de Aalborg em 9 de fevereiro de 2006. Foi elaborado na 1ª fase o diagnóstico ambiental seletivo, consubstanciado no Relatório do Estado do Ambiente. Este relatório descreve de forma concisa os principais aspetos que caracterizam o ambiente n o concelho de Cascais. Atualmente, a Agenda Cascais 21 encontra-se na 2ª etapa. O início de 2007 foi marcado pela realização de sessões de participação públicas em cada freguesia do Concelho. No presente, a A21L de Cascais lançou, em junho de 2009, a comunidade virtual – “LINKAR”, com o objetivo de envolver os Municípios de Cascais no desenvolvimento e concretização de projetos no Concelho e na promoção da coesão social.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 13/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Esposende

Distrito / Concelho / Freguesias

- Braga / Esposende / Todas

Data: Início / Termo

- 2003 (fevereiro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Esposende
- CIVITAS
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Definir uma estratégia para o futuro do concelho e a ideia de caminhar no sentido da sustentabilidade, agregando 3 pilares fundamentais no desenvolvimento local: a Economia, a Sociedade e o Ambiente
- Procurar trabalhar em conjunto com a população, numa ótica de partilha de conhecimento e de aferição dos principais anseios e perspetivas de desenvolvimento para o concelho.

Principais sucessos atingidos

- Elaboração de um plano de desenvolvimento concelhio que aposta em vários vetores de intervenção e que faz da conjugação de diferentes áreas a sua maior valia.
- A participação e o envolvimento público da população local contribuiu para a melhoria do processo de decisão político.

Principais dificuldades

- A dificuldade de concretização de algumas ações propostas, uma vez que são necessários grandes investimentos e recursos financeiros, que podem pôr em causa a sua eficaz implementação.

Fase do processo

- Em 2009, após a apresentação dos eixos de atuação das medidas entendidas como estratégicas para o desenvolvimento sustentável do concelho de Esposende (2009/2013), estão a ser desenvolvidos trabalhos que pretendem promover uma efetiva articulação e participação dos vários agentes tendo em vista, e como foi supra referido, a implementação e acompanhamento da A21L.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 14/48

Designação do Projeto

- Agenda XXI Évora

Distrito / Concelho / Freguesias

- Évora /Évora / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Évora
- Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) e a Diputación de Badajoz (Projeto Dital 21)
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Promover uma estratégia descentralizada e localizada, promovendo assim o desenvolvimento sustentável da comunidade.
- Melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes suportada pelo reforço das questões da proteção do ambiente.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Após o arranque da A21L pouco se tem sabido de novas iniciativas levadas a cabo neste âmbito sendo que o processo parece ter-se eclipsado no tempo, ora por falta de visibilidade pública ou pela interrupção/adiamento dos trabalhos.

Fase do processo

- Aguarda-se pela realização do 1º Fórum participativo

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 15/48

Designação do Projeto

- Faro 2020

Distrito / Concelho / Freguesias

- Faro / Faro / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 (janeiro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Faro
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Sensibilizar as principais instituições e entidades públicas, privadas e associativas de Faro, de mobilizar dirigentes e técnicos do Município, bem como o maior número de cidadãos integrados nos mais diversos setores de atividade para que, em conjunto, assumam compromissos de atuação a curto e médio prazo que permitam um desenvolvimento mais equilibrado e solidário do concelho.

Principais sucessos atingidos

- Sessões de apresentação de conceitos e princípios de trabalho com elevados níveis de participação. Dirigentes e técnicos municipais muito conhecedores da problemática e empenhados no trabalho a realizar.

Principais dificuldades

- A visível falta de tempo parece ser o principal problema no andamento dos trabalhos.

Fase do processo

- Reuniões de grupos a decorrer.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 16/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Ferreira do Alentejo / Todas

Data: Início / Termo

- Início de 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
- TTerra – Engenharia e Ambiente Lda
- Vasco da Gama - Centro de Estudos e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Beja.

Objetivos

- Promover o desenvolvimento económico, a integração e equidade social e a proteção ambiental do Concelho, bem como encontrar e promover estratégias sustentáveis, de responsabilização e partilha para o bem comum.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Conclusão do diagnóstico para a sustentabilidade. Início da 2ª fase do processo.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 17/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Ferreira do Zêzere

Distrito / Concelho / Freguesias

- Santarém / Ferreira do Zêzere / Todas

Data: Início / Termo

- março de 2009 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere;
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Melhoria da qualidade de vida da sua população;
- O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais;
- Melhoria da vertente ambiental, económica e social do concelho

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- 1ª fase (a iniciar)

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 18/48

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local de Fornos de Algodres (parceria estratégica com a autarquia de Vila Nova de Paiva)*

Distrito / Concelho / Freguesias

- *Guarda / Fornos de Algodres / Todas*

Data: Início / Termo

- *2006 (agosto) / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos da Câmara Municipal de Fornos de Algodres*
- *Empresa Bestcenter*
- *Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica Portuguesa.*
- *Juntas de freguesia;*

Objetivos

- *Face ao aumento das exigências que o futuro reserva em questões de ordem económica, social e ambiental, pretende-se a adesão pública e o contributo de todos para um desenvolvimento sustentado do município e a A211 é o instrumento que melhor conjuga esforços para ultrapassar essas mesmas dificuldades.*

Principais sucessos atingidos

- *O elevado empenho do executivo no desenvolvimento do projeto.*

Principais dificuldades

- *Neste momento, aponta-se como dificuldade maior a falta de disponibilidade dos funcionários da autarquia.*

Fase do processo

- *O processo encontra-se no fim da 1ª fase (Sensibilização e Criação do Fórum).*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 19/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Leiria (Iniciou-se como Plano Municipal de Ambiente).

Distrito / Concelho / Freguesias

- Leiria / Leiria / Todas

Data: Início / Termo

- 2004 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Leiria
- Liga para a Proteção da Natureza (LPN)
- Equipa WTeamUp
- Juntas de freguesia.

Objetivos

- Envolver a comunidade no desenvolvimento da AL21 de Leiria, promovendo a reflexão conjunta e crítica sobre os principais problemas associados a Leiria; • Identificar formas práticas e canais privilegiados de viabilização da participação pública, integrando todas as entidades locais, sejam elas públicas ou privadas através da construção de consenso; Promover a responsabilidade partilhada para a resolução dos problemas ambientais existentes no município e projetar iniciativas e ações que ponham em prática esse princípio.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- A falta de recursos humanos que, em certos momentos, influenciaram o decorrer dos trabalhos, como testemunha a fase da auscultação pública, através de inquéritos, que ficou confinada à cidade de Leiria.

Fase do processo

- Está em curso, em 2009, a 3ª fase correspondente à implementação da Agenda 21 Escolar, envolvendo ações de formação e visitas de estudo.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo:

Processo: 20/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Loulé

Distrito / Concelho / Freguesias

- Faro / Loulé / Todas

Data: Início / Termo

- março (2005) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Loulé
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos, pretendendo-se fazer de Loulé um concelho exemplar até 2025. Este processo insere a A21L como importante instrumento para a concretização deste desígnio.
- Participação ativa da comunidade na vida do concelho.

Principais sucessos atingidos

- Da análise ao processo não se identificam aspetos positivos relevantes para serem mencionados.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Neste momento, os trabalhos centram-se na realização de workshops temáticos. Está a ser delineada a elaboração do diagnóstico seletivo com a análise SWOT aos vários indicadores do concelho (2ª fase).

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 21/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local da Lourinhã

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Lourinhã / Todas

Data: Início / Termo

- fevereiro de 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal da Lourinhã;
- Juntas de freguesia;
- CEIFA ambiente, Lda. – Centro de Estudos, Informação e Formação para o Ambiente, Lda
- CREAS – Centro Regional de Educação e Investigação Associada à Sustentabilidade do Oeste.
- LOURAMBI – Associação para a Proteção Ambiental da Lourinhã.

Objetivos

- Lançar as bases de um processo participativo de reflexão e decisão sobre os objetivos estratégicos do concelho
- Definir o caminho da sustentabilidade a percorrer
- O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais;

Principais sucessos atingidos

- A participação de entidades locais como principais coordenadores de projetos de A21L.

Principais dificuldades

- Alguma dificuldade dos cidadãos em protagonizar o papel principal na execução das medidas. Diminuição do contributo dos cidadãos como coordenadores de projetos para o desenvolvimento sustentável

Fase do processo

- O processo encontra-se na 2ª fase correspondente à elaboração dos Planos de Ação para o município.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 22/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local da Maia

Distrito / Concelho / Freguesias

- Porto / Maia / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal da Maia*
- Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa*
- LIPOR*
- Juntas de freguesia;*

Objetivos

- Envolver toda a comunidade na definição de estratégias de qualificação e desenvolvimento local, de forma sustentável.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d

Fase do processo

- O processo encontra-se numa fase transitória, aguardando-se o início da 4ª fase (Implementação, Acompanhamento e Revisão).

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 23/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local da Marinha Grande

Distrito / Concelho / Freguesias

- Leiria/ Marinha Grande / Todas

Data: Início / Termo

- Final de 2008 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal da Marinha Grande
- Inovação, Projetos e Iniciativas (IPI)
- Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

Objetivos

- Instituir um modelo de desenvolvimento sustentável a partir da avaliação das potencialidades e vulnerabilidades do concelho, determinando estratégias e linhas de ações partilhadas;

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Pouca participação dos cidadãos nos assuntos referentes à A21L. O clima de divisão e a falta de comunicação da autarquia são apontadas como possíveis entraves ao desenvolvimento sustentável.

Fase do processo

- A concluir a 1ª fase do processo – Diagnóstico do concelho. No momento, foram enumeradas as prioridades de intervenção sustentadas numa Visão estruturada em torno de 4 grandes objetos operacionais: Promover a gestão ambiental sustentável; Apoiar a sustentação da inovação empresarial; Intervir na coesão social; Informar e comunicar.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 24/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Mora

Distrito / Concelho / Freguesias

- Évora / Mora / Todas

Data: Início / Termo

- 2008 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Mora
- Triosphera I&D, Território e Sustentabilidade
- TTerra - Engenharia e Ambiente, Lda
- Protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Objetivos

-Assumir um compromisso com os seus concidadãos em resultado de políticas de atuação social, económico e ambiental sustentáveis.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Preparação dos Planos de Ação

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 25/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local da Nazaré

Distrito / Concelho / Freguesias

- Leiria / Nazaré / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 (março) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal da Nazaré
- Inovação, Projetos e Iniciativas (IPI)
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- A integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas, programas e processos de decisão local; O envolvimento dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais nos processos de decisão e atuação locais; A presença e afirmação dos interesses da comunidade, mediante a participação ativa em redes e parcerias locais, regionais, nacionais e transnacionais; A definição de objetivos operacionais e a concretização de planos de ação focalizados na consolidação e reforço do desenvolvimento sustentável local; A aprendizagem e a adaptação à mudança, no quadro dos valores e objetivos da comunidade local; O acompanhamento da evolução registada, mediante a monitorização dos indicadores de desenvolvimento sustentável; A revisão periódica dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável local, incorporando as novas necessidades e aspirações da comunidade num processo de melhoria contínua.

Principais sucessos atingidos

- Com o processo de A21L pode-se ordenar e visualizar com mais fiabilidade os reais problemas do concelho, ordenando-os por ordem de prioridade de intervenção.

Principais dificuldades

- Por vezes, a escassez de recursos humanos e financeiros suscita o problema da escolha da área de intervenção mais imediata e, por essa via, do custo de oportunidade de cada opção. Escolher uma ação implica forçosamente deixar de executar uma série de outras ações, também igualmente importantes, mas com menor visibilidade ou com custos diferenciados ou ainda com impactes menores.

Fase do processo

- Está concluída a elaboração da Agenda 21 Local da Nazaré. O documento, que apresenta a visão, os objetivos operacionais e as linhas de ação para o desenvolvimento sustentável do Município da Nazaré nos próximos anos, foi apresentado aos representantes das forças vivas locais. Um dos próximos passos deste processo será a criação de um Fórum Local de Desenvolvimento Sustentável, um espaço de reflexão, proposta e decisão sobre o caminho a seguir nas diferentes áreas estratégicas

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 26/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Odemira

Distrito / Concelho / Freguesias

- Beja/ Odemira / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Odemira

Objetivos

- Construir um futuro sustentável com a presente de preocupação de existir equidade social e económica sustentada na defesa ambiental.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Encontra-se em fase de preparação um conjunto de termos de referência para o lançamento de um concurso com vista à contratação externa da “Agenda 21 Local de Odemira”.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 27/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Odivelas

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Odivelas / Todas

Data: Início / Termo

- outubro de 2001

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Odivelas;*
- Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa*
- Juntas de freguesia;*

Objetivos

- Levar à participação ativa da população no processo estimulando, assim, os setores estratégicos a cooperar no processo de tomada de decisão;*
- Atribuir responsabilidade aos cidadãos em relação às políticas de sustentabilidade a implementar para que todos os municípios possam ser parte integrante neste processo.*

Principais sucessos atingidos

- Como a A21L não ultrapassou a fase de diagnóstico não é possível identificar sucessos ou mesmo insucessos associados ao processo de elaboração da mesma. Também não é possível identificar tendências evolutivas face aos problemas evidenciados nesta fase por não se encontrar definido um sistema de monitorização adequado.

Principais dificuldades

- Constrangimentos financeiros; falta de apoio governamental, dificuldades de articulação entre departamentos, fragilidade ao nível da liderança do processo, em grande medida associada ao predomínio da valência ambiental. A A21 local não se encontra no topo das prioridades políticas.

Fase do processo

- Desde a conclusão do Diagnóstico de Estado do Ambiente, em 2003, que o processo se encontra suspenso devido, essencialmente, a constrangimentos financeiros.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 28/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Oeiras

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Oeiras / Todas

Data: Início / Termo

- 1996 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Oeiras.
- CIVITAS.
- Formação de um Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Construir um quadro bem articulado e coerente de vetores estratégicos e de propostas de ações de intervenção específicas para responder aos principais desafios e aspirações de melhoria da qualidade de vida da população, presente e futura, dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental

Principais sucessos atingidos

- Equilíbrio na concretização de medidas baseado nos três vetores chave da Agenda XXI: ambiente economia e sociedade.

Principais dificuldades

- Participação da comunidade oeirense;
- Integração das orientações com outros setores de gestão autárquica.

Fase do processo

- "OEIRAS XXI" foi dada como finalizada no final de 2000 tendo o Relatório Final sido publicado em 2001. Desde essa data, encontra-se em fase de implementação. Presentemente encontra-se em Revisão, para se adaptar aos novos desafios e ajustar os seus objetivos estratégicos e as propostas concretas à evolução do concelho e das expectativas dos seus munícipes.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 29/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Oleiros

Distrito / Concelho / Freguesias

- Castelo Branco/ Oleiros / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Oleiros

Objetivos

- Construir um futuro sustentável com a presente de preocupação de existir equidade social e económica sustentada na defesa ambiental.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Neste momento, e com a A21L a ter início em 2007, o trabalho elaborado corresponde à primeira etapa do relatório que aborda, entre outras, a questão das dinâmicas populacionais e das projeções demográficas.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 30/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Olhão

Distrito / Concelho / Freguesias

- Faro/ Olhão / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 (a Agenda foi interrompida em novembro de 2006 e retomada mais tarde) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Câmara Municipal de Olhão
- Equipa técnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa*

Objetivos

- Identificar os principais desafios para a construção de uma visão sustentável para o futuro do concelho

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Falta de recursos humanos

Fase do processo

- Devido à falta de recursos humanos, a Agenda 21 Local vê-se, de forma inesperada, interrompida. Decorria, o mês de novembro de 2006. Neste momento, a Agenda 21L tomou novo fôlego estando previstas, para breve, novas ações.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 31/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Oliveira do Bairro

Distrito / Concelho / Freguesias

- Aveiro / Oliveira do Bairro / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 (dezembro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.
- Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Utilizar as inúmeras potencialidades que podem ser exploradas através do processo de A21L de forma a atenuar e mitigar os problemas, no sentido da construção de um Futuro Sustentável para Oliveira do Bairro

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Neste momento, 2009, encontra-se estruturado o Plano de Ação que será, na segunda etapa, implementado e monitorizado continuamente.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 32/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Pombal

Distrito / Concelho / Freguesias

- Leiria / Pombal / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Câmara Municipal de Pombal
- Inovação e Projetos em Ambiente, Lda, (IPA)*

Objetivos

- Instituir um processo que integre a vertente social, económica e ambiental num contexto de desenvolvimento sustentável para o concelho.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Fase de implementação e monitorização decorrentes do Pano de Ação (4ª fase)

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 33/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Ponta Delgada

Distrito / Concelho / Freguesias

- Capital Administrativa da A.R. dos Açores / Ponta Delgada / Todas

Data: Início / Termo

- 2008 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Câmara Municipal de Ponta Delgada
- Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A
- TTerra – Auditoria, Projeto e Técnicas Ambientais, LDA.*

Objetivos

- Contributo integrado e (pró)ativo para a incorporação e/ou reforço dos princípios e práticas de desenvolvimento sustentável constantes dos referenciais já existentes

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Conclusão da fase de elaboração da Agenda 21 marcada pelo início da fase de implementação deste instrumento ao nível da concretização do plano de Ação que dá expressão à Estratégia Local de sustentabilidade.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 34/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Portalegre

Distrito / Concelho / Freguesias

- Portalegre / Portalegre / Todas

Data: Início / Termo

- 2004 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Portalegre - Grupo de Trabalho 21 (GT21)

Instituto Português da Juventude

Centro de Área Educativa;

CerciPortalegre

Associação Comercial de Portalegre

Núcleo Empresarial da Região de Portalegre – NERPOR

Centro de Formação Profissional

Associação de Desenvolvimento Regional entre Tejo e Guadiana

Região de Turismo de S. Mamede e Parque Natural da Serra de S. Mamede.

- Juntas de freguesia.

Objetivos

- Necessidade de definir as áreas estratégicas de intervenção que irão facilitar o desenvolvimento do concelho no que este mais precisa e potenciar as suas mais valias de forma a melhorar a qualidade de vida aos seus cidadãos.

Principais sucessos atingidos

- A implementação da "Agendinha 21". A Agenda 21 escolar pretende confiar aos cidadãos mais jovens a "responsabilidade principal de transmitir às gerações vindouras a sabedoria, os conhecimentos e as experiências recolhidas do passado, exercendo uma influência importante na mudança de atitudes e do comportamento humano, da promoção do crescimento económico e da melhoria da qualidade de vida. Clara aposta na sensibilização e consciencialização dos mais jovens tendo em conta um futuro sustentável.

Principais dificuldades

- Apesar do processo se encontrar em desenvolvimento pode já mencionar-se como principais dificuldades encontradas a falta dos apoios financeiros, constatando-se que a maior parte das pessoas ainda não estão muito recetivas à temática do desenvolvimento sustentável, considerando-o como um tema desconhecido. Considera-se, ainda, que o Governo não estabeleceu ainda uma política coerente no que a este tema diz respeito, e quando assim acontece, torna-se complicado definir objetivos neste projeto.

Fase do processo

- Foi concluído o Diagnóstico para a Sustentabilidade aguardando-se, em 2009, pela realização do Fórum 21.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 35/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Portimão

Distrito / Concelho / Freguesias

- Faro / Portimão / Todas

Data: Início / Termo

- 2007(abril) /a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Portimão*
- Universidade do Algarve – Centro Internacional de Investigação em Turismo – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo*
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR)*
- Juntas de freguesia*

Objetivos

- Construção de uma visão sustentável para o futuro do concelho

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Apesar de terem sido dados passos importantes, em 2006, a Agenda 21 Local deparou-se com serias dificuldades relacionadas com uma certa apatia e desconfiança da população local em participar neste processo, nos momentos iniciais. Deste modo, só em 2007 é que este processo se conseguiu efetivamente afirmar.

Fase do processo

- No presente, está-se a executar as ações previstas no Plano de Ação (4ª fase).

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 36/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Póvoa de Lanhoso

Distrito / Concelho / Freguesias

- Braga / Póvoa de Lanhoso / Todas

Data: Início / Termo

- 2008 (maio) /a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso

Objetivos

- Definir estratégias integradas e propor intervenções bem articuladas para aumentar a qualidade de vida de todos os Povoenses;
- Aumentar a eficácia das intervenções e promover um Desenvolvimento Sustentável;

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- A Agenda da Póvoa do Lanhoso encontra-se na 1ª fase do processo (fase de elaboração) reportando-se os trabalhos, no momento (julho de 2009), à distribuição de um questionário e de um folheto à população, como forma de diagnóstico e de informação sobre o processo de A21L, respetivamente.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 37/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Santa Comba Dão

Distrito / Concelho / Freguesias

- Viseu / Santa Comba Dão / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Santa Comba Dão

Objetivos

- n.d.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- A Agenda 21 Local de Santa Comba Dão constituiu-se, até à data, como um processo algo inconsequente e sem grande efetividade no terreno. O desconhecimento ligado à falta de informação, deste instrumento, reflete esse mesmo estado.

Fase do processo

- n.d.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 38/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Santo Tirso

Distrito / Concelho / Freguesias

- Porto/ Santo Tirso / Todas

Data: Início / Termo

- 2005 (janeiro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Santo Tirso

- Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia, da Universidade Católica Portuguesa

- Juntas de freguesia.

- Comissão de Acompanhamento da Parceria Local de Santo Tirso

Objetivos

- Fomentar uma intervenção participativa dos cidadãos e instituições do concelho na identificação de problemas, de pontos fortes e de ideias para o futuro rumo a uma comunidade mais sustentável.

- Promover a compilação e sistematização de dados sobre a situação ambiental, social e económica do concelho e estimular a sua partilha entre os vários atores.
- Definir um plano de ação orientador que permita melhorar a qualidade de vida da comunidade Tirsense e envolver os grupos vivos do concelho na sua concretização.
- Promover o diálogo entre os cidadãos e grupos vivos e os dirigentes, reforçando a confiança mútua.
- Afirmar Santo Tirso como um concelho orientado para o futuro e confiante na sua massa crítica e capacidade de execução.

Principais sucessos atingidos

- Esta Agenda classifica o seu sucesso de acordo com os resultados já alcançados. Assim, foram atingidos os seguintes resultados: - criação de uma Equipa de Coordenação e de uma rede de parceiros; - análise de expectativas dos diversos agentes relativamente ao processo ("Perfil da Comunidade"); - desenvolvimento de um "Pré-Diagnóstico de Sustentabilidade"; - definição de uma Visão de Sustentabilidade; - identificação de prioridades para a sustentabilidade do município (resíduos, energia, qualidade do ar, água, espaços verdes, formação e emprego) e elaboração de relatórios temáticos para cada uma dessas prioridades; - realização de três workshops de participação pública.

Principais dificuldades

- Reduzida participação na resposta aos inquéritos de perceção de expectativas

Fase do processo

- Aos terem sido apresentados os principais aspetos dos diagnósticos e planos de ação para cada um dos 3 eixos prioritário serão, posteriormente, definidos os indicadores de sustentabilidade.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 39/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de São João da Madeira

Distrito / Concelho / Freguesias

- Aveiro / S. João da Madeira / Todas

Data: Início / Termo

- 2003 (março) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de São João da Madeira
- Escola Superior de Biotecnologia, da Universidade Católica Portuguesa
- Com os Jornais Locais: Labor; O Regional; O Calhau.
- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Que o desenvolvimento do município obedece-se aos objetivos dessa Agenda, ao nível local.

Principais sucessos atingidos

- A registar o amplo envolvimento da população, em especial das escolas.

Principais dificuldades

- Garantir recursos para a implementação de todas as ações inicialmente contempladas no Plano de Ação (o que levou à definição de planos anuais e mais realistas) e dificuldades em envolver o setor privado no processo.

Fase do processo

- A Agenda 21 Local tem vindo a ser desenvolvida desde março de 2003, tendo já sido concluídas as duas primeiras fases, que culminaram na elaboração de diagnósticos e de planos de ação nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento mais sustentável de S. João da Madeira. Plano de Ação em implementação. Neste momento, o processo de A21L encontra-se no arranque da 3ª fase, "Implementação e monitorização do Plano de Ação", pretendendo-se que a sua concretização se cumpra de acordo com o calendário próprio.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 40/48

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local da Sertã*

Distrito / Concelho / Freguesias

- *Castelo Branco/ Sertã / Todas*

Data: Início / Termo

- *Após 2007 / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos da Câmara Municipal de Pombal*
- *Inovação, Projetos e Iniciativas, Lda - IPI*

Objetivos

- *A implementação do processo de A21L assume-se como um quadro de referência para o desenvolvimento económico e social para o concelho, tendo como pano de fundo o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade, pela história e pelos recursos naturais.*

Principais sucessos atingidos

-

Principais dificuldades

-

Fase do processo

- *A A21L da Sertã encontra-se na fase de implementação dos 15 Planos de Ação formulados (última fase).*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 41 /48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Sever do Vouga

Distrito / Concelho / Freguesias

-Aveiro / Sever do Vouga / Todas

Data: Início / Termo

- Final de 2006 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Sever do Vouga
- Empresa Tecnoforma
- Inovação, Projetos e Iniciativas, Lda. (IPI)

Objetivos

- Retratar o presente do concelho traçando respostas capazes para enfrentar o futuro.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- No presente, e após a definição dos Planos de Ação, estão ser elaborados os indicadores de sustentabilidade.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo:42/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Silves

Distrito / Concelho / Freguesias

- Faro / Silves / Todas

Data: Início / Termo

- 2006 (Apesar dos trabalhos, prévios, se terem iniciado neste ano seria em 2007 que, oficialmente, se reconhece este processo no âmbito nacional) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Silves

Objetivos

- Necessidade de identificar os principais problemas que afetam o município, sensibilizar à população para essas questões, planear estratégias de intervenção, identificar questões prioritárias e definir programas de ação enquadrando o contributo dos vários atores locais entendidos como parceiros na construção de um futuro sustentável.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Na 2ª etapa (Diagnóstico), este processo sofreu um ligeiro abrandamento o que provocou pequenos atrasos no seu desenvolvimento

Fase do processo

- Encontra-se na 3ª fase (construção de parcerias) dando-se os passos seguintes para a elaboração do Plano de Ação (4ª fase). Contudo, este processo evidencia atrasos que contribuem para uma maior morosidade ena execução das ações previstas.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 43/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Tavira

Distrito / Concelho / Freguesias

- Faro /Tavira / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 (Retomada em 2007) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Tavira
- Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo (CIITT) da Universidade do Algarve
- Grupo de Trabalho para a Implementação da Agenda21 Escolar (GTIA21E).

Objetivos

- Definir estratégias integradas e propor intervenções bem articuladas para aumentar a qualidade de vida de todos os Povoenses;
- Aumentar a eficácia das intervenções e promover um Desenvolvimento Sustentável;

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- Foi elaborado o diagnóstico ambiental, em 2002, que consistiu num documento descritivo dos vários temas-chave na área do ambiente, ao nível do concelho, sendo que o processo não avançou. Em 2007 foi retomada, sendo realizados alguns inquéritos, 2 workshops e um Seminário, dos quais resultaram o relatório final da Agenda 21 local, com algumas orientações estratégicas. Contudo, este processo não se afirmou, até à data, não se podendo afirmar que seja um processo de Agenda 21 constituído.

Fase do processo

- n.d.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 44/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Torres Vedras

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Torres Vedras / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 /a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Câmara Municipal de Torres Vedras
- Comissão Executiva Interdepartamental para a Sustentabilidade (CEIS)
- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.*

Objetivos

- Promover um futuro sustentável para o concelho suportado com medidas económicas e sociais justas e na salvaguarda dos interesses ambientais.

Principais sucessos atingidos

-

Principais dificuldades

- Convém recordar que este município, em 1999, deu início a um Plano Municipal de Ambiente tendo sido referenciado como principais dificuldades encontradas à sua implementação a falta de apoio financeiro.

Fase do processo

- Final da 1ª etapa – Encontra-se em fase final a elaboração do Plano de Ação estando previsto a sua conclusão para início de 2010.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 45/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Vila Franca de Xira

Distrito / Concelho / Freguesias

- Lisboa / Vila Franca de Xira / Todas

Data: Início / Termo

- 2005 (maio) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

- Juntas de freguesia;

Objetivos

- Sentindo a necessidade de melhorar aspetos ambientais, económicos e sociais da sua comunidade, acolheu o projeto de uma Agenda 21 Local.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d

Fase do processo

- Exame integrado das funções de base dos Compromissos de Aalborg. A 1ª etapa, correspondente à elaboração de um Exame Integrado das Funções de Base já foi realizada encontrando-se, de momento, a espera pela divulgação dos resultados dos relatórios de todos os fóruns de participação por freguesia.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 46/48

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local de Vila Nova de Famalicão.* (Esta Agenda, iniciada em 2009, veio a integra-se na projeto do *Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*)

Distrito / Concelho / Freguesias

- *Braga / Vila Nova de Famalicão / Todas*

Data: Início / Termo

- *2009 / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão;*
- *Juntas de freguesia;*

Observações: *Ver processo intermunicipal (n.º 5).*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 47/48

Designação do Projeto

- *Agenda 21 Local de Vila Nova de Paiva (desenvolvida a par da Agenda 21 Local de Fornos de Algodres)*

Distrito / Concelho / Freguesias

- *Viseu / Vila Nova de Paiva / Todas à exceção da junta de freguesia de Touro*

Data: Início / Termo

- *2006 (agosto) / a decorrer*

Grupo Coordenador e principais parceiros

- *Membros representativos da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva*
- *Empresa Bestcenter*
- *Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica do Porto*
- *Juntas de freguesia*

Objetivos

- *Encarar as novas realidades e obrigações ambientais através da elaboração de um plano estratégico (A21L) para o concelho capaz de responder positivamente às exigências futuras.*

Principais sucessos atingidos

- *O elevado empenho do executivo no desenvolvimento do projeto.*

Principais dificuldades

- *Neste momento, aponta-se como dificuldade maior a falta de disponibilidade dos funcionários da autarquia.*

Fase do processo

- *O processo encontra-se no fim da 1ª fase preparando-se para dar início ao Diagnóstico e Preparação do Plano de Ação (2ª fase).*

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 48/48

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Vila Velha de Ródão

Distrito / Concelho / Freguesias

- Castelo Branco / Vila Velha de Ródão / Todas

Data: Início / Termo

- 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão
- Inovação, Projetos e Iniciativas (IPI)*

Objetivos

- O processo implementado procura contribuir para minorar e/ou resolver os principais problemas que afetam o concelho, tais como: envelhecimento da população, o grande isolamento dos idosos e condições precárias de trabalho; o baixo nível de escolaridade da população e falta de emprego são alguns dos problemas do Concelho

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- A principal dificuldade passa pela falta de informação sobre o processo.

Fase do processo

- Encontra-se na 3ª e última fase do processo, procura-se implementar ações que combatam os pontos menos positivos diagnosticados para o desenvolvimento sustentável do concelho.

PROCESSOS EM FREGUESIAS

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 1 /4

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Água Longa

Distrito / Concelho / Freguesia

-Porto / Santo Tirso / Água Longa

Data: Início / Termo

- 2008 (janeiro) / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

*- Membros representativos da Junta de freguesia de Água Longa
- Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local” (AESBUC)*

Objetivos

- Fomentar uma intervenção participativa dos cidadãos e instituições da freguesia na identificação de problemas, de pontos fortes e de ideias para o futuro rumo a uma comunidade mais sustentável.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- 1ª fase do processo. O processo caminha lentamente sendo que, em 2009, os avanços verificados no processo são pouco relevantes.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo:2/4

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Fridão

Distrito / Concelho / Freguesia

-Porto / Amarante / Fridão

Data: Início / Termo

- 2007 /a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Membros representativos da Junta de freguesia de Fridão
- Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local” (AESBUC)
- Centro de Atividades Intergeracional de Fridão, Projeto Cidades Criativas - Amarante (parcerias pontuais)
- REBAT - Tratamento Valorização dos Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega (parcerias pontuais)

Objetivos

- Que a freguesia cresça economicamente e socialmente, sem prejudicar o ambiente aproveitando as potencialidades inerentes ao seu contexto rural

Principais sucessos atingidos

- O sucesso relaciona-se com o facto de poder político e cidadãos, a nível local, poderem atuar mais próximo dos problemas.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Neste momento, o processo encontra-se na sua 3ª fase mas já se contam iniciativas implementadas no âmbito da A21L que têm contribuído para beneficiar a freguesia e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo:3/4

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local de Mindelo

Distrito / Concelho / Freguesias

- Porto / Vila do Conde / Mindelo

Data: Início / Termo

- 2003 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- Associação dos Amigos do Mindelo (AAMD)
- Junta de freguesia
- Câmara Municipal de Vila do Conde
- Consultadoria do Instituto de Ambiente e Desenvolvimento de Aveiro (IDAD)
- Fundação AVINA

Objetivos

- Surgiu com o primordial objetivo em torno da preservação da Reserva Ornitológica de Mindelo. Alargou-se, posteriormente, para uma visão de sustentabilidade da freguesia baseado nos grandes pilares do desenvolvimento sustentável: economia, sociedade e ambiente.

Principais sucessos atingidos

- A origem na sociedade civil e a sua dimensão, ao nível da freguesia (pioneira).
- Fez com que as pessoas acreditassem que podiam ter uma influência direta e positiva no futuro da freguesia. A dimensão muito localizada e o facto de não estar associado a nenhuma força política foram preponderantes para o sucesso neste campo.
- A forma como conseguiu aproximar as pessoas dos centros de decisão e atingir um patamar mais alto na participação dos cidadãos.

Principais dificuldades

- Início marcado pelo fulgor e participação dos cidadãos. Contudo, e com o objetivo principal garantido (preservação da ROM), a participação dos cidadãos em volta da A21 foi-se desvanecendo.

Fase do processo

- Em 2009, continuavam a ser implantadas ações e avaliadas / monitorizadas as já implementadas.

Quadro Síntese da Agenda 21 Local

Processo: 4/4

Designação do Projeto

- Agenda 21 Local do Grande Porto

Distrito / Freguesias

Porto / Alfena; Árvore; Baguim do Monte; Ermesinde; Espinho; Guifões; Junqueira; Laundos; Lordelo do Ouro; Maia; Moreira da Maia; Paramos; Póvoa de Varzim; Ramalde; S. Cosme; S. Pedro de Rates; Santa Cruz do Bispo e Vila Chã

Data: Início / Termo

- 2007 / a decorrer

Grupo Coordenador e principais parceiros

- LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
- Parcerias com as Juntas de freguesia de Alfena; Árvore; Baguim do Monte; Ermesinde; Espinho; Guifões; Junqueira; Laundos; Lordelo do Ouro; Maia; Moreira da Maia; Paramos; Póvoa de Varzim; Ramalde; S. Cosme; S. Pedro de Rates; Santa Cruz do Bispo e Vila Chã

Objetivos

- contribuir para um futuro mais sustentável, instituindo um modelo de sustentabilidade, a partir da avaliação das potencialidades e vulnerabilidades de cada freguesia
- um maior envolvimento com as comunidades locais no sentido de fomentar a qualidade de vida dos seus cidadãos, promover a justiça social e acrescentar mais valor às freguesias, sem nunca negligenciar a proteção do Meio Ambiente.

Principais sucessos atingidos

- n.d.

Principais dificuldades

- n.d.

Fase do processo

- Em, 2009, já tinham sido concluídas as fases A, B e C estando a ser desenvolvidos esforços para a execução da fase D (Implementação, acompanhamento e revisão).

4. ANEXO IV

-

Amostra

Grupos etários	Sexo		Nível de instrução							
	Masculino	Feminino	Sem nível de instrução		Ensino Básico		Ensino secundário + Ensino médio		Ensino Superior	
			Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
15-19	96	98	n	n	38	24	56	58	2	16
20-24	135	113	n	n	40	29	45	30	50	54
25-29	137	150	n	1	60	55	42	42	35	52
30-34	137	149	1	n	59	66	41	49	36	34
35-39	142	154	1	2	71	81	45	30	25	41
40-44	122	124	2	n	67	76	31	33	22	15
45-49	109	124	1	3	79	85	12	17	17	19
50-54	117	114	2	2	82	94	18	11	15	7
55-59	101	98	1	6	74	76	16	8	10	8
60-64	92	95	6	13	71	70	11	8	4	4
65-69	68	87	6	15	57	68	3	3	2	1
70-74	49	55	2	12	43	40	3	3	1	n
mais de 75	83	92	12	30	61	56	8	5	2	1
Total	1388	1453								
	2841		118		1622		628		473	
Amostra (10%)										
Grupos etários	Sexo		Nível de instrução							
	Masculino	Feminino	Sem nível de instrução		Ensino Básico		Ensino secundário + Ensino médio		Ensino Superior	
			Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
15-19	10	10	n	n	4	2	6	6	0	2
20-24	13	11	n	n	4	3	4	3	5	5
25-29	14	15	n	n	6	6	4	4	4	5
30-34	14	15	n	n	6	7	4	5	4	3
35-39	14	15	n	n	7	8	4	3	3	4
40-44	12	12	n	n	7	8	3	3	2	1
45-49	11	12	n	n	8	8	1	2	2	2
50-54	12	11	n	n	8	9	2	1	2	1
55-59	10	10	n	1	7	7	2	1	1	1
60-64	9	10	1	2	7	7	1	1	n	n
65-69	7	9	1	2	6	7	n	n	n	n
70-74	5	6	n	1	5	4	n	1	n	n
mais de 75	8	9	1	3	6	5	1	1	n	n
Total	139	145	3	9	81	81	32	31	23	24

5. ANEXO V

-

Operacionalização das Hipóteses de Trabalho

		<p>Grau de conhecimento ou desconhecimento dos cidadãos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - De que forma participa? - De que depende a resolução dos problemas ambientais no mundo atual? - De acordo com a sua perceção ambiental, Portugal é mais ou menos poluído do que os outros países europeus? - Quais os sectores que o País deveria investir mais para se desenvolver? - Ao longo do tempo a evolução dos problemas ambientais têm melhorado ou agravado? - Qual é a paisagem ambiental que considera mais chocante? - Conhece alguma experiência de A21L em Portugal? - Sabe quantos processos estão a desenvolver-se no país, atualmente? - A nível local, existe algum processo de A21L? - Como se designa? - Quantas fases a constituem? - Qual a fase em que se encontra, atualmente? - Como está sendo elaborada a A21L de Mindelo? Quais as áreas temáticas prioritárias? - Sabe como dar início a uma A21L? - Sabe quando começa uma A21L e quando termina? - As A21L em Portugal têm partido mais da iniciativa do governo central ou dos poderes locais? 	<p>Inquérito</p> <p>-</p> <p>Este instrumento será dirigido à população local de Mindelo.</p> <p>Serão realizadas entrevistas de rua, recorrendo ao inquérito elaborado, através do qual se irá confrontar os cidadãos com o seu grau de conhecimento / desconhecimento da A21L.</p> <p>Realização de 286 entrevistas (2).</p> <p>Inquérito (3)</p> <p>-</p> <p>Este instrumento será dirigido ao presidente da AAMDA</p>
--	--	--------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Desconhecimento por parte do Poder político</p>	<p>Governo Central Governo Local (municípios e freguesias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Qual é, de modo geral, os benefícios que traz uma A21L para a população local? - Com a Agenda 21 de Mindelo prevê melhorias em que sectores? - Sabe como a população pode encaminhar projetos para serem incorporados na Agenda 21 L. - Sabe como participar num fórum de A21L? - Acha que uma A21L pode, igualmente, ser aplicada na sua rua, bairro ou escola? - Sabe como se avalia o correto desenvolvimento sustentável da A21L, a nível local? - Sabe quais os parceiros que, mais frequentemente, integram o apoio às A21L? - O poder local conhece a essência de uma A21L? - Adotou-a por que razão? - Qual a metodologia aplicada? - Quais as vantagens e desvantagens verificadas? - O arranque da A21L foi no momento oportuno ou ficou desfasada no tempo? - Gostaria de ter começado o arranque da Agenda 21 local mais cedo? - Como tomou conhecimento da A21L? - Quais os meios que foram utilizados para informar a população local sobre os trabalhos em curso da A21L? 	<p>Questionário (4)</p> <p>-</p> <p>Este instrumento será dirigido aos poderes políticos que iniciaram as suas A21L até à data término da investigação dos casos de estudo (set.2009).</p> <p>Neste âmbito será distribuído por 118 municípios e 21 freguesias, a nível nacional.</p> <p>Questionário (5)</p> <p>-</p> <p>Este instrumento será dirigido ao poder político sublocal destinado ao caso pioneiro da A21L de Mindelo.</p>
--	----------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>processo?</p> <p>- Surgiu alguma associação local de apoio a A21L ou de carácter ambiental derivada da vontade cívica da população?</p> <p>Se sim, o número de iniciativas privadas, com carácter espontâneo, contribuíram de alguma maneira para promover o desenvolvimento dos trabalhos da A21L?</p>	
<p>N.º 3</p> <p>A operacionalização do processo de A21L requer a utilização de meios técnicos e financeiros que, ao nível do governo local, não existem ou são demasiados escassos para garantir o seu desenvolvimento.</p>	Operacionalização do processo	<p>Comissão organizadora</p> <p>Grupos de trabalhos:</p> <p>- Fórum</p> <p>- Comissões</p> <p>- Workshops</p> <p>Metodologia aplicada</p>	<p>- Qual foi a principal estrutura de apoio à A21L? (Grupo Coordenador)</p> <p>- Quantos elementos envolveu?</p> <p>- Quais as funções que cada elemento desempenhou?</p> <p>- O grupo mudou com o tempo?</p> <p>- Como foram organizados os trabalhos da A21L?</p> <p>- Nos fóruns, comissões ou workshops:</p> <p>- Quem os coordenou?</p> <p>- Qual a periodicidade?</p> <p>. Semanal?</p> <p>. Quinzenal?</p> <p>. Mensal?</p> <p>-. Semestral?</p> <p>- Qual a metodologia aplicada?</p> <p>. Suas vantagens e/ou desvantagens?</p> <p>- Como funciona o processo? Através:</p> <p>. Comissões temáticas?</p> <p>. Debates abertos à população?</p> <p>. Reuniões internas, de membros do fórum?</p> <p>. Consultas à população por consultadoria?</p> <p>- Quais foram as temáticas apresentadas?</p> <p>- Quais os pontos fracos considerados prioritários a melhorar, no município?</p> <p>- Quais os vetores de</p>	<p>Questionário (4)</p> <p>-</p> <p>Este instrumento será dirigido aos poderes políticos como forma de averiguar a sua opinião sobre o papel dos cidadãos no desenvolvimento dos seus processos de A21L</p> <p>Neste âmbito será distribuído por 118 municípios e 21 freguesias, a nível nacional</p> <p>Questionário (5)</p> <p>-</p> <p>Este instrumento será dirigido ao poder político sublocal destinado ao caso pioneiro da A21L de Mindelo.</p>

	Recursos financeiros	Estado	<p>intervenção estratégica da A21L?</p> <p>- Quais as estratégias de ação que foram aceites para a concretização das medidas de sustentabilidade?</p> <p>- Ocorreu alguma interrupção no processo de A21L? - Em que momento?</p>	<p>Questionário(4)</p> <p>-</p>
		Orçamento municipal	<p>Quais os recursos (dinheiro, instalações, pessoal) foram necessários para manter a estrutura funcionando?</p> <p>- Qual/Quais as fontes de financiamento do processo de A21L?</p>	<p>Este instrumento será dirigido aos poderes políticos como forma de averiguar a sua opinião sobre o papel dos cidadãos no desenvolvimento das seus processos de A21L</p>
	Meios técnicos	Empresas	<p>- Esses apoios têm sido suficientes?</p> <p>- Que tipo de recursos se constituem como entraves ao desenvolvimento do processo da A21L?</p>	<p>Neste âmbito será distribuído por 118 municípios e 21 freguesias, a nível nacional</p>
		Universidades	<p>- Fomentou parceria(s) com alguma entidade pública ou privada para o desenrolar dos trabalhos?</p> <p>- Se sim, qual/quais?</p>	<p>Questionário (5)</p> <p>-</p>
		Instituições ambientais	<p>-O apoio técnico tem sido permanente ou temporário?</p> <p>. Com que entidade(s)?</p> <p>. Considera o apoio suficiente?</p> <p>- Contou com o apoio do Jornal e/ou Rádio local para a divulgação de informação sobre a A21L?</p> <p>- Criou algum meio eletrónico e/ou audiovisual para manter um contacto direto e regular com todos os interessados? Por exemplo, criação de uma página Web na Internet? Folhetins? Outdoors? Entre outros?</p>	<p>Este instrumento será dirigido ao poder político sublocal destinado ao caso pioneiro da A21L de Mindelo.</p>

		político.	participação da população neste processo? Foi permitida a participação dos cidadãos em todo o processo da A21L? A comunidade teve sempre acesso aos resultados da A21L?	Neste âmbito será distribuído por 118 municípios e 21 freguesias, a nível nacional Questionário (5) - Este instrumento será dirigido ao poder político sublocal destinado ao caso pioneiro da A21L de Mindelo.
--	--	-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

(1) -Formulário com entrevista aos cidadãos locais

(2) – Amostra estatística dirigida à população residente de Mindelo representado 10% da sua população total.

(3) - Este instrumento será dirigido ao presidente da AAMDA no âmbito do caso pioneiro da A21L de Mindelo.

(4) – Formulário destinado ao poder local que implementou A21L, a nível nacional.

(5) – Formulário destinado ao poder sublocal (presidente da junta de freguesia de Mindelo).

ANEXO VI

-

**Inquérito por questionário dirigido ao poder local
(com processos de A21L)**



UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas

(SACSJP)

AGENDA 21 LOCAL

Exm.º Senhor(a) Presidente de Câmara,

Vimos por este meio solicitar a sua colaboração para o desenvolvimento de um projeto de investigação, no âmbito do doutoramento sobre *“A Agenda 21 Local e o desenvolvimento sustentável: Que perspetivas?”*, através do preenchimento do Inquérito por questionário enviado em anexo.

O objetivo primordial deste estudo visa compreender a forma como se desenvolveu o processo de A21L em Portugal e fazer um levantamento dos resultados alcançados com a sua implementação.

Acresce que, com a efetivação deste estudo, se pretende contribuir para o conhecimento de uma realidade sustentável a nível nacional, promovendo-se um diagnóstico que contribuirá para a avaliação dos fatores endógenos e/ou exógenos que interfiram, positivamente ou negativamente, para a implementação de processos de desenvolvimento social e económico em harmonia com a defesa e preservação do ambiente, no qual se destaca o instrumento da A21L.

As suas respostas são confidenciais e só os investigadores envolvidos terão acesso às mesmas. Não há respostas exatas, unicamente queremos conhecer a sua ideia sobre este tema.

O seu contributo é importante, não só para a realização deste projeto de investigação e outros que se vierem a realizar neste âmbito, mas também na melhoria das estratégias de intervenção no meio natural tendo em conta os riscos resultantes de ações antrópicas.

Agradece-se o envio do inquérito por questionário para a morada: Rua da Casa Branca nº14 4 Dtº; 3030-109-Coimbra, pelo que se junta envelope em anexo, já selado e endereçado.

Se pretende saber mais informações sobre o trabalho poderá contactar o 934774029 ou pjbdias5@netcabo.pt

Muito grato pela atenção e colaboração

Paulo Jorge Brás Lopes Dias

Este INQUÉRITO por questionário encontra-se dividido em quatro grupos existindo, em cada grupo, um conjunto de questões orientadas para os seguintes objetivos:

- I. Identificação do processo de Agenda 21 Local (A21L);
- II. Desenvolvimento do processo da A21L;
- III. Implementação de ações da Agenda 21L e seus resultados;
- IV. Levantamento de propostas de continuidade da Agenda 21L.

Grupo I – Identificação do processo

1. Câmara Municipal que preencheu o Inquérito: _____

2. Qual o nome dado pela autarquia ao processo da A21L?

3. Tipo de Agenda 21: Local () Municipal () Regional ()

3.1.Região/Município(s) envolvido(s): _____ Distrito: _____

4. Caracterização do/a Presidente da Câmara:

4.1 Habilitações académicas:

Ensino Básico / Secundário

Mestrado

Bacharelato ou equivalente legal

Doutoramento

Licenciatura ou equivalente legal

Pós-graduação

4.2 - Idade: _____

4.3 - Tempo de exercício de funções como Autarca? _____ meses /anos (riscar o que não interessa).

4.4 - Formação na área de Ambiente / Desenvolvimento Sustentável? Sim Não

4.4.1 - Se sim, qual? _____

Grupo II – Desenvolvimento do processo da A21L

1) Em que ano se iniciou o processo de Agenda 21 Local? |__|_|_|_|_|

2) O município faz parte de alguma rede ou organização de Desenvolvimento Sustentável (DS) ou rede similar, para além da A21L?

Sim. Qual/Quais? _____

Não sabe Não responde

3) Quem tomou a iniciativa de implementar a Agenda 21 Local no município ou região?

- O município. Qual o órgão? _____
- Junta de freguesia? Nome? _____
- Associações de moradores / bairro. Qual? _____
- Empresa. Qual? _____
- Outros. Quem? _____
- Não sabe
- Não responde

4) Na construção e/ou implementação de ações da Agenda 21L existe algum tipo de cooperação /apoio técnico permanente. Quem faz parte dessa cooperação? (Selecione uma ou mais opções)

- Não recebeu apoio técnico (passar para a questão 4.2)
- De técnicos do Ministério do Ambiente
- Organizações governamentais
- Organizações não governamentais
- Universidades
- Associações ambientais
- Outros. Quais? _____
- Não sabe Não responde

4.1. Em caso de cooperação/apoio técnico externa, quando ocorreu (Assinale uma ou mais opções):

Fases (metodologia)	Tipo
<input type="checkbox"/> Diagnóstico	<input type="checkbox"/> Perfil da comunidade (observação direta da realidade); <input type="checkbox"/> Consulta pública (Inquéritos por entrevista; Inquéritos por questionário); <input type="checkbox"/> Identificar os vetores estratégicos de atuação;
<input type="checkbox"/> Planificação	<input type="checkbox"/> Caracterização da realidade; <input type="checkbox"/> Criar quadro por vetor estratégico (objetivos; conteúdo; tipo de ação; instrumentos e meios a utilizar; Formas de financiamento); <input type="checkbox"/> Criação das Equipas Coordenadoras e de um Conselho da Sustentabilidade da Agenda 21 Local; <input type="checkbox"/> Preparar fóruns e workshops;
<input type="checkbox"/> Divulgação	<input type="checkbox"/> Estratégia de Comunicação através dos Meios de Comunicação Local: <input type="checkbox"/> Internet (Comunicar através do site da Autarquia) <input type="checkbox"/> Posters e Folhetos sobre a A21L ; <input type="checkbox"/> Jornal com tiragem regular sobre a A21L;
<input type="checkbox"/> Implementação	<input type="checkbox"/> Concretizar ações e projetos;
<input type="checkbox"/> Monitorização / Avaliação	<input type="checkbox"/> Monitorar resultados e metas <input type="checkbox"/> Comparar resultados e metas

4.2. A metodologia utilizada para a implementação da A21L identifica-se totalmente com as fases constantes no quadro anterior (questão 4.1.)?

- Sim Não Não sabe Não responde

4.2.1. Se não, refira outras fases que foram implementadas: _____

5) Foi constituído fórum, comissão ou grupo de trabalho da A21L?

Sim. Quando? |__|__|__|__| Ano |__|__| Mês

Não. Por quê? _____

Não sabe. Não responde.

Caso a resposta a esta questão seja negativa passar para a questão 9

6) Na etapa da organização do fórum, quem coordenou o processo? (Pode ser assinalada mais de uma opção).

- | | |
|------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Corpo técnico da autarquia | <input type="checkbox"/> Empresa |
| <input type="checkbox"/> Junta(s) de freguesia | <input type="checkbox"/> ONG |
| <input type="checkbox"/> Associações de moradores / bairro | <input type="checkbox"/> Instituições científicas |
| <input type="checkbox"/> Outros. Quem? _____ | <input type="checkbox"/> Não sabe. <input type="checkbox"/> Não responde. |

7) Qual a periodicidade das reuniões do fórum?

- Semanal Quinzenal Mensal Semestral Anual
- Não. O fórum não se reuniu nos últimos 12 meses.
- Não sabe Não responde

8) O fórum da Agenda 21 tem funcionado através de: (Pode ser assinalada mais de uma opção).

- Comissões temáticas
- Debates abertos à população.
- Reuniões internas, de membros do fórum.
- Auscultar à população por consultadoria.
- Outros. Como? _____
- Não sabe Não responde

9) Ocorreu alguma interrupção no processo de Agenda 21L?

Sim. Em que período? |__|__|__|__| Ano |__|__| Mês. Quais as causas? _____

Não.

Não sabe. Não responde

10) Qual o estado atual da implementação do processo de Agenda 21? Assinale em baixo quais foram as etapas percorridas. (Pode ser assinalada mais de uma opção).

- Mobilização
- Diagnóstico participativo
- Elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável
- Implementação de ações
- Monitorização e avaliação da implementação das ações.
- O Plano Local de Desenvolvimento Sustentável já terminou. |__|_|_|_|_| Ano |__|_|_| Mês
- Não sabe Não responde

11) O município utilizou financiamento apenas local?

Sim. Valor: |__|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_| € |__|_|_|

Não. Qual a(s) outra(s) fonte(s) de financiamento? _____

Não sabe Não responde

12) Atualmente, quais os tipos de recursos utilizados para a sustentação financeira do fórum e/ou para a implementação de ações/projetos (Pode ser assinalada mais de uma opção).

- Não possui recursos.
- Orçamento municipal para a Agenda 21. Valor (aprox.): |__|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_| € |__|_|_|
- Participação do Estado. Valor (aprox.): |__|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_| € |__|_|_|
- Parcerias locais. Quais? _____
- Doações de empresas. Quais? _____
- Fundos e organizações internacionais. Quais? _____
- ONGs. Quais? _____
- Doações de cidadãos
- Outros. Quais? _____
- Não sabe Não responde

13) Quais os principais meios utilizados para a comunicação permanente da Agenda 21 com a população local? (colocar, numa escala de 3, do mais usado - 1 -, usado - 2 -, ao menos usado - 3 -).

- Jornal. Qual? _____ Rádio Local Televisão Qual? _____
- Correio E-mail Panfletos
- Outros. Quais? _____
- Não sabe Não responde

14) Qual o papel reservado à população nos processos de tomada de decisão relativos à A21L?

- Participaram em todos os momentos do processo.
- Participaram só em alguns momentos.
- Não participaram. Por quê? _____
- Não sabe Não responde

14.1) Se participaram completa ou parcialmente, identifique em que fase(s)?

- Diagnóstico
- Fórum
- Elaboração do Plano de Ação
- Implementação de Ações
- Monitorização
- Não sabe Não responde

15) A comunidade local tem acesso aos resultados da Agenda 21 local?

- Sim. De que forma? _____
- Não. Por quê? _____
- Não sabe Não responde

16) No cômputo geral, como avalia a participação da comunidade local na vida política municipal?

- Fraca Insuficiente Razoável Elevada

16.1) Refira os principais pontos (positivos/negativos) que realça da participação da população local.

Grupo III - Implementação de ações da Agenda 21L e seus resultados

1) No seu entender, projetos integrados de Agenda 21 Local têm sido de fácil implementação no terreno?

- Sim Não Não sabe Não responde

1. 1) Se a resposta foi Não, identifique as principais dificuldades. (Assinale uma ou mais opções).

- Insuficiência de meios e recursos financeiros
 - Falta de cooperação e coordenação entre as esferas de poder
 - Falta de um programa nacional e de apoio do governo central
 - Recursos humanos / competências técnicas insuficientes
 - Falta de competências e poder de decisão dos municípios
 - Déficit de participação dos cidadãos
 - Falta de consenso comunitário para estabelecer prioridades
 - Falta de interesse dos munícipes
 - Prioridades mais importantes / falta de interesse do município
 - Outras. Quais? _____
-

1.2) Indique três medidas que julga necessárias para ultrapassar essas mesmas dificuldades (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do mais importante - 1 - aos menos importante - 3 -).

- Atribuição de mais recursos financeiros
- Medidas de sensibilização / informação dirigidas à população
- Afetação de meios técnicos e pessoal qualificado
- Descentralização de poderes e competências
- Maior coordenação de políticas públicas
- Criação de programa nacional de implementação
- Outras: _____

2) Qual das vertentes, integradas nos processos de Agenda 21 Local, beneficiou, de forma mais evidente, o meio local?

- Vertente ambiental
- Vertente social
- Vertente económica

2.1) Assinale, em cada vertente, a estratégia que considerou prioritária.

Vertente social	<input type="checkbox"/> Reforçar a rede de equipamentos de apoio à população; <input type="checkbox"/> Promover serviços de carácter cultural; <input type="checkbox"/> Fomentar atividades lúdicas; <input type="checkbox"/> Outras. Quais? _____
Vertente económica	<input type="checkbox"/> Incrementar o maior de número de estruturas económicas locais; <input type="checkbox"/> Desenvolver e valorizar a atividade turística; <input type="checkbox"/> Promover os produtos tradicionais e recursos endógenos; <input type="checkbox"/> Outras. Quais? _____
Vertente ambiental	<input type="checkbox"/> Concretizar políticas de desenvolvimento integradas; <input type="checkbox"/> Melhorar a gestão e fruição dos espaços; <input type="checkbox"/> Proteger os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais; <input type="checkbox"/> Outras. Quais? _____

2.2) Decorrente da integração de processos derivados da A21L, quais foram as principais áreas beneficiadas pela intervenção do poder local? (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do mais importante - 1 - ao menos importante - 3 -).

- Proteção da biodiversidade
- Redução do uso de energia
- Redução do consumo de água
- Diminuição das fontes de poluição do ar
- Saneamento básico
- Habitação social
- Espaços lúdicos
- Trânsito e mobilidade
- Outras. Quais? _____

3) O processo da A21L contribuiu, de algum modo, para a consolidação ou formação de novas organizações e/ou movimentos sociais/ambientais (associações, sindicatos, cooperativas, etc.)?

- Sim. Quais organizações? _____
- Não.
- Não sabe/Não responde.

4) Foi construída alguma Agenda 21 escolar?

- Sim. Qual/Quais? _____
- Não.
- Não sabe Não responde.

4.1) Qualquer que tenha sido a sua resposta à questão anterior (Sim ou Não) refira por quê? _____

Grupo IV - Levantamento de propostas de continuidade da Agenda 21L

1) Existe, atualmente, apoio governamental aos processos da A21L?

- Sim. Que tipo de apoio? _____
- Não.
- Não sabe Não responde

2) Não sua opinião, considera o apoio (económico e/ou logístico) prestado pelo Estado como relevante para a implementação local da Agenda 21. Comente.

2.1) E da população local?

3) No decurso da A21L, qual a tendência de participação dos cidadãos no apoio a este processo? Comente.

Obrigado pela sua colaboração!

ANEXO VII

-

**Inquérito por questionário dirigido à população local de Mindelo
(Caso de Estudo)**

Inquérito por questionário - Agenda 21 Local de Mindelo

O presente inquérito por questionário pretende ser uma forma de conhecer a sua opinião sobre o estado atual e perspectivas futuras das políticas de desenvolvimento sustentável mais concretamente sobre a Agenda 21 local. Com a sua participação recolheremos dados que serão posteriormente tratados e servirão de base para um bom entendimento sobre a evolução deste instrumento de sustentabilidade a nível local/global.

- O inquérito é anónimo e as respostas serão tratadas de forma global -

I - Dados pessoais

Grupo I – Identificação

1. Idade?

- 14 – 19
- 20 – 44
- 45 – 64
- > 65
- Não responde
- Não sabe

2. Sexo?

- Masculino
- Feminino

3. Estado civil?

- Solteiro
- Casado
- União de facto
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- Não responde
- Não sabe

4. Habilitações literárias?

- Sem escolaridade
- Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola
- 1º Ciclo do ensino básico (1º ao 4º ano)
- 2º Ciclo do ensino básico (5º ao 6º ano)
- 3º Ciclo do ensino básico (7º ao 9º anos)
- Secundário (10º ao 12º ano)
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Não responde
- Não sabe

5. Condição perante o trabalho?

- Exerce profissão
- Desempregado
- Estudante
- Reformado
- Doméstico(a)
- Não responde
- Não sabe

6. Qual é a sua profissão?

7. Situação na profissão?

- Patrão
- Trabalha por conta própria / independente
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador não remunerado
- Não responde
- Não sabe

8. Rendimento líquido mensal médio do seu agregado familiar?

- Até € 250
- De € 251 a € 500
- De € 501 a € 1000
- De € 1001 a € 2000
- De € 2001 a € 3000
- Mais de € 5000
- Não responde
- Não sabe

Grupo II – Processo de Participação Pública

1. Participa(ou) na vida pública da comunidade local?

- Sim
- Não
- Nr

1.1. De que forma participa?

- Participação em trabalhos com a comunidade
- Movimentos cívicos
- Organizações ambientais
- Grupos religiosos
- Projetos sociais
- Reuniões camarárias
- Outras. Quais _____
- Nr

1.2. Se não, por quê?

- Falta de tempo
- Falta de interesse pelas matérias
- Falta de informação
- Desinteresse pela vida política
- Não acredito que possa resolver qualquer problema
- Outras. Quais? _____
- Nr

2. No futuro, sente-se disposto para participar ativamente no destino da freguesia?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

2.1. Se não, por quê? _____

3. Qual/Quais as áreas temáticas que mais lhe interessam? (colocar no máximo 3 opções)

- Ambiental
- Social
- Económica
- Religiosa
- Política
- Cultura
- Lazer
- Outras. Quais? _____
- Ns
- Nr

4. Conhece alguma associação de defesa do ambiente?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

4.1. Se sim, qual ou quais? _____

4.1.1. Faz parte de alguma dessas associações?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

4.1.1.1. Se não, por quê? _____

5. Como classifica a qualidade do ambiente a nível local?

- Muito boa
- Boa
- Razoável
- Má
- Ns
- Nr

6. Como se classifica quanto ao grau de preocupação pelos problemas ambientais?

- Nada preocupado
- Pouco preocupado
- Algo preocupado
- Bastante preocupado
- Ns
- Nr

7. Se fosse necessário pagar mais, na aquisição de bens e produtos, com a aplicação de taxas ambientais para proteção do ambiente você concordaria?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

7.1. Se sim, por quê? _____

7.2. Se não, por quê? _____

8. Localmente, existem problemas ambientais que o preocupam?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

8.1. Se respondeu sim, à questão anterior, qual ou quais são esses problemas? (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do problema mais importante - 1 - ao menos importante - 3 -).

- Inundações, cheias
- Secas
- Incêndios florestais
- Marés negras
- Poluição da água doce (rios, lençóis freáticos)
- Poluição do ar
- Poluição dos solos
- Poluição sonora
- Praias sujas/contaminadas/poluídas
- Resíduos industriais
- Resíduos urbanos
- Acidentes industriais
- Contaminação da água potável
- Surtos de doenças
- Erosão da costa
- Transformações nas zonas rurais (uso de produtos químicos na agricultura, desertificação)
- Problemas urbanos (trânsito, urbanização caótica, sujidade nas ruas)
- Outros. Quais? _____
- Ns
- Nr

8.2. De que modo é que teve conhecimento deste(s) problema(s)? (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do mais importante - 1 - ao menos importante - 3 -).

- Experiência direta
- Amigos/vizinhos
- Jornais/rádio/televisão nacionais
- Jornais/rádio locais
- Pesquisa na Internet
- Avisos de uma associação ambientalista
- Avisos de uma associação de consumidores
- Avisos de uma Empresa/indústrias
- Avisos de Autoridades Públicas/Governo/Autarquia
- Avisos de profissionais de saúde/médico de família
- Outro: Qual? _____
- Ns
- Nr

9. Costuma procurar informar-se sobre problemas ambientais e de saúde pública que afetam a sua localidade?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

9.1. Se sim, de que modo é que se procura informar? (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do mais importante - 1 - ao menos importante - 3 -).

- Jornais/rádio/televisão
- Internet
- Amigos/vizinhos
- Contacto com associação ambientalista
- Contacto com associação de consumidores
- Contacto com médico de família/profissionais de saúde
- Contacto com empresa/indústrias
- Contacto com autoridades públicas/Governo/Autarquias
- Contacto com autoridades públicas/Junta de Freguesia
- Contacto com cientistas/instituições de investigação
- Consulta de informação da União Europeia
- Outro: Qual? _____
- Ns
- Nr

9.2. Se não, porquê é que não se procura informar? (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do mais importante - 1 - ao menos importante - 3 -).

- Não há nenhum problema que me preocupe
- Não posso fazer nada para o resolver
- Não me interessam estes assuntos
- Tenho receio destes assuntos
- Não tenho tempo/oportunidade
- Tenho preguiça
- Não sei como me informar
- Outro: Qual? _____
- Nr
- Ns

10. Na sua opinião, os meios de comunicação social apresentam geralmente os problemas ambientais e para a saúde pública de uma forma alarmista, equilibrada ou insuficiente? (Registar apenas uma opção)

- Alarmista
- Adequada
- Insuficiente
- Depende dos casos/tipos de problema
- Depende dos órgãos de informação
- Ns
- Nr

11. Já participou em alguma ação para protestar ou tentar evitar um problema ambiental?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

11.1. Se sim, qual ou quais foram essas ações? (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, a ação mais importante - 1 - à menos importante - 3 -).

- Participar numa reunião na Câmara Municipal/Junta de Freguesia
- Assinar uma petição/ "abaixo-assinado"
- Participar numa manifestação
- Evitar a compra de um produto ou produtos de uma empresa
- Aderir a uma associação/grupo ambientalista
- Dar dinheiro a uma associação/grupo ambientalista
- Fazer uma participação aos meios de comunicação social
- Fazer uma participação às autoridades públicas)
- Fazer uma participação à União Europeia
- Outra: Qual? _____
- Ns
- Nr

11.2. Se não, porque razão ou razões é que nunca participou numa dessas ações? (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, da razão mais importante - 1 - à menos importante - 3 -).

- Não tenho tempo
- Não acredito que possa resolver qualquer problema
- Nunca houve um problema que me preocupasse especialmente
- Não concordo com essas formas de ação
- Não tive oportunidade
- Tenho preguiça
- Não tenho informação suficiente
- Nunca fui convidado
- Outra: Qual? _____
- Ns
- Nr

Grupo III – Desenvolvimento da A21L

1. Para si, um processo de Agenda 21 Local aborda que aspetos?

- Apenas o Social
- Apenas o Económico
- Apenas o Ambiental
- Todos os aspetos
- Ns
- Nr

2. Sabe quantos processos de A21L estão, atualmente, a decorrer em Portugal?

- < 50
- 50 – 100
- > 100
- Ns
- Nr

3. Os processos de A21L tem partido, na sua opinião, de que nível de Governo?

- Central
- Local
- Sublocal
- Ns
- Nr

4. Sabe se em Mindelo existe algum processo de A21L em curso?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

4.1. Se sim, como soube da sua existência? *(Assinalar a opção em que teve conhecimento pela primeira vez)*

- Televisão
- Jornal
- Rádio
- Internet
- Panfletos
- Outros meios. Quais? _____
- Ns
- Nr

5. Sabe dizer em que fase se encontra, no momento, a Agenda 21 Local de Mindelo?

- Mobilização.
- Diagnóstico participativo.
- Elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.
- O Plano Local de Desenvolvimento Sustentável já terminou. Mês/Ano: ____/____
- Implementação de ações.
- Monitorização e avaliação da implementação das ações.
- Ns
- Nr

6. Sabe quais os principais agentes envolvidos nesse processo?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

6.1. Se sim, quais?

- Câmara Municipal
- Junta de freguesia
- Organizações não governamentais
- Movimentos Cívicos

7. Sabe destacar algum resultado visível da Agenda 21 Local para a freguesia?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

7.1. Se sim, quais? _____

8. Tem/teve alguma forma de envolvimento no processo de A21L?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

8.1. Se sim, qual ou quais? _____

8.2. Se não, por quê? _____

9. Participou em algum fórum ou reunião da A21L?

- Sim
- Não
- Ns
- Nr

9.1. Se não, por quê? _____

10. Dos seguintes itens, assinale três que considera mais problemáticos na freguesia de Mindelo (*colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do mais importante - 1 - ao menos importante - 3 -*).

- a) Falta de infraestruturas de saneamento básico;
- b) Qualidade da água de abastecimento público;
- c) Pobreza;
- d) Analfabetismo;
- e) Desemprego/ Falta de oportunidades de emprego;
- f) Insegurança (roubos, crimes, drogas, álcool);
- g) Envelhecimento da população
- e) Despovoamento;
- h) Problemas ambientais (falta de: tratamento de esgotos, de contentores para recolha de resíduos/triagem, etc);
- i) Serviços de saúde (centro de saúde, médicos, enfermeiros);
- j) Serviços de apoio a crianças e a idosos;
- l) Desenvolvimento de indústrias e serviços;
- m) Falta de um equipamento ao nível do ensino (primário, básico e secundário, universitário);
- n) Fraco grau de investimento privado (comércio, indústria);
- o) Falta de espaços para lazer e tempos livres.
 - Outras. Quais? _____
 - Ns
 - Nr

10.1. Dos itens anteriores (pergunta 10) diga três em que poderia colaborar para melhorar a situação?

Alíneas: _____; _____; _____;

11. Indique o que gostaria de ver melhorado na sua freguesia.

12. Refira o que falta na freguesia e julga ser prioritário resolver.

Obrigado pela sua colaboração!

ANEXO VIII

-

**Inquérito por entrevista
(Presidente da Junta Freguesia de Mindelo)**

I - Dados pessoais

Grupo I – Caracterização do Presidente da Junta de Freguesia

1. Idade? 2. Estado civil? 3. Habilitações literárias?

4. Exerce mais alguma profissão para além de Presidente da Junta?

4.1. Se sim, qual?

5. Tempo de exercício de funções como Presidente da Junta de freguesia?

6. Tem alguma formação na área de Ambiente / Desenvolvimento Sustentável?

6.1 Se sim, qual?

Grupo II – Processo de Agenda 21 Local

1. A iniciativa de implementar a Agenda 21 Local partiu única e exclusivamente da Junta de Freguesia?

1.2. Se não, quem colaborou/contribuiu para esta iniciativa?

2. Refira 3 principais razões que motivaram o desenvolvimento da A21L em Mindelo?

3. Mencione os três maiores desafios que encontraram no arranque da A21L?

4) Na construção e/ou implementação de ações da Agenda 21L existe algum tipo de cooperação /apoio técnico permanente.

4.1) Quem faz parte dessa cooperação?

4.2. Em caso de cooperação/apoio técnico externa, quando ocorreu ?

Fases (metodologia)
<input type="checkbox"/> Diagnóstico
<input type="checkbox"/> Planificação
<input type="checkbox"/> Divulgação
<input type="checkbox"/> Implementação
<input type="checkbox"/> Monitorização / Avaliação

4.3. A metodologia utilizada para a implementação da A21L identifica-se totalmente com as fases constantes no quadro anterior (questão 4.1.)?

4.3.1. Se não, refira outras fases que fora implementadas?

5) Foi constituído fórum, comissão ou grupo de trabalho da A21L?

Sim. Quando? Ano | Mês

Caso a resposta a esta questão seja negativa passar para a questão 9

6) Na etapa da organização do fórum, quem coordenou o processo?

7) Qual a periodicidade das reuniões do fórum?

8) O fórum da Agenda 21 tem funcionado de que forma?

9) Ocorreu alguma interrupção no processo de Agenda 21L?

Sim. Em que período? | Ano | Mês. Quais as causas?

10) Qual o estado atual da implementação do processo de Agenda 21?

10.1) Se já terminou, em que Ano | Mês?

11) *A Junta de Freguesia utilizou financiamento apenas local?*

12) *Atualmente, quais os tipos de recursos utilizados para a sustentação financeira do fórum e/ou para a implementação de ações/projetos*

13) *Quais os principais meios utilizados para a comunicação permanente da Agenda 21 com a população local? (referir os 3 principais)*

14) *Qual o papel reservado à população nos processos de tomada de decisão relativos à A21L?*

14.1) *Se participaram completa ou parcialmente, identifique em que fase(s)?*

15) *A comunidade local tem acesso aos resultados da Agenda 21 local?*

16) *No cômputo geral, como avalia a participação da comunidade local na vida política da Junta?*

16.1) *Refira 3 pontos principais (positivos/negativos) que realça da participação da população local.*

Grupo III - Implementação de ações da Agenda 21L e seus resultados

1) *No seu entender, projetos integrados de Agenda 21 Local têm sido de fácil implementação no terreno?*

1. 1) *Se a resposta foi Não, identifique as principais dificuldades.*

1.2) *Indique três medidas que julga necessárias para ultrapassar essas mesmas dificuldades(referir os 3 principais)?*

2) *Qual das vertentes, integradas nos processos de Agenda 21 Local, beneficiou, de forma mais evidente, o meio local?*

Vertente social
Vertente económica
Vertente ambiental

2.1) *Assinale, em cada vertente, a estratégia que considerou prioritária.*

2.2) *Decorrente da integração de processos derivados da A21L, quais foram as principais áreas beneficiadas pela intervenção do poder local? (referir os 3 principais)*

3) *O processo da A21L contribuiu, de algum modo, para a consolidação ou formação de novas organizações e/ou movimentos sociais/ambientais (associações, sindicatos, cooperativas, etc.)?*

4) *Foi construída alguma Agenda 21 escolar?*

4.1) *Qualquer que tenha sido a sua resposta à questão anterior (Sim ou Não) refira por quê?*

Grupo IV - Levantamento de propostas de continuidade da Agenda 21L

1) *Existe, atualmente, apoio governamental aos processos da A21L?*

2) *Não sua opinião, considera o apoio (económico e/ou logístico) prestado pelo Estado como relevante para a implementação local da Agenda 21. Comente.*

2.1) *E da população local?*

4) *No decurso da A21L, qual a tendência de participação dos cidadãos no apoio a este processo? Comente.*

Obrigado pela sua colaboração!

ANEXO IX

-

Inquérito por entrevista

(Presidente da Associação Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente)

ENTREVISTA ESTRUTURADA

Grupo I – Caracterização da Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA)

1. Como define a AAMDA?

2. Refira as três principais razões que motivaram o seu aparecimento, na freguesia de Mindelo?

3. A criação desta associação partiu mais da espontaneidade de um pequeno grupo de cidadãos locais ou foi mais motivada pela pressão da população local em ter uma instituição que defendesse, de alguma maneira, os interesses do seu território?

4. Se tivesse de apontar uma causa ambiental que se identificasse como a principal dinamizadora do surgir desta associação, no lugar de Mindelo, qual elegeria?

Grupo II – AAMDA e a Agenda 21L de Mindelo

1. Como se sabe, Mindelo é a primeira freguesia do país com A21L. Esta iniciativa de implementar a Agenda 21 Local partiu única e exclusivamente da Junta de Freguesia de Mindelo ou teve, desde logo, uma ação impulsionadora da AAMDA que incitou a Junta a iniciar este projeto? Comente.

- Caso a AAMDA tenha estado desde o início como parceiro no projeto de A21 de Mindelo passe para a pergunta 2 -

1.1. Se a AAMDA não colaborou /contribuiu desde o início, para esta iniciativa, em que fase(s) do(s) trabalho(s) da A21L o fez? (Assinale uma ou mais opções):

Fases (metodologia)	Tipo
<input type="checkbox"/> Diagnóstico	<input type="checkbox"/> Perfil da comunidade (observação direta da realidade); <input type="checkbox"/> Consulta pública (Inquéritos por entrevista; Inquéritos por questionário); <input type="checkbox"/> Identificar os vetores estratégicos de atuação;
<input type="checkbox"/> Planificação	<input type="checkbox"/> Caracterização da realidade; <input type="checkbox"/> Criar quadro por vetor estratégico (objetivos; conteúdo; tipo de ação; instrumentos e meios a utilizar; Formas de financiamento); <input type="checkbox"/> Criação das Equipas Coordenadoras e de um Conselho da Sustentabilidade da Agenda 21 Local; <input type="checkbox"/> Preparar fóruns e workshops;
<input type="checkbox"/> Divulgação	<input type="checkbox"/> Estratégia de Comunicação através dos Meios de Comunicação Local: <input type="checkbox"/> Internet (Comunicar através do site da Autarquia) <input type="checkbox"/> Posters e Folhetos sobre a A21L ; <input type="checkbox"/> Jornal com tiragem regular sobre a A21L;
<input type="checkbox"/> Implementação	<input type="checkbox"/> Concretizar ações e projetos;
<input type="checkbox"/> Monitorização / Avaliação	<input type="checkbox"/> Monitorar resultados e metas <input type="checkbox"/> Comparar resultados e metas

1.1.1. Menciona três fatores que justificam a não envolvimento inicial da AAMDA no projeto da A21L?

2. Mencione os três maiores desafios que a AAMDA foi encontrando no desenvolvimento/ contributo neste projeto de A21L?

3) Apesar da AAMDA ter a sua própria equipa técnica foi necessário em algum momento, na construção e/ou implementação de ações da Agenda 21L, receber cooperação técnica mais especializada? (Selecione uma ou mais opções)

- Não recebeu apoio técnico
- De técnicos do Ministério do Ambiente
- Organizações governamentais
- Outras Organizações não governamentais
- Universidades
- Outros. Quais? _____
- Não sabe Não responde

4) Qual foi a metodologia desenvolvida pela AAMDA para contribuir, com o seu trabalho, para a implementação deste projeto?

5) A própria AAMDA organizou fórum ou grupo de trabalho internos para a cooperação nos trabalhos da A21L?

Sim. Quando? |__|_|_|_|_| Ano |__|_| Mês

Não. Por quê? _____

Não sabe.

Não responde.

- Caso a resposta for Não passar para a pergunta 6 -

5.1) Caso a resposta seja positiva, qual a periodicidade das reuniões do fórum?

Semanal

Quinzenal

Mensal

Semestral

Anual

Não. O fórum não se reuniu nos últimos 12 meses.

Não sabe

Não responde

5.2) O fórum da Agenda 21 tem funcionado através de: (Pode ser assinalada mais de uma opção).

Comissões temáticas

Debates abertos à população.

Reuniões internas, de membros do fórum.

Auscultar a população por consultadoria.

Outros. Como? _____

Não sabe

Não responde

6) Quais os tipos de recursos utilizados para a sustentação financeira do fórum e/ou para a implementação de ações/projetos de A21L desenvolvida pela AAMDA (Pode ser assinalada mais de uma opção).

Não possui recursos.

Orçamento interno. Valor (aprox.): |__|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_| €|__|_|_|_|

Comparticipação do Estado. Valor (aprox.): |__|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_| €|__|_|_|_|

Parcerias locais. Quais? _____

Doações de empresas. Quais? _____

Fundos e organizações internacionais. Quais? _____

Doações de cidadãos

Outros. Quais? _____

Não sabe Não responde

7) Quais os principais meios utilizados para a comunicação permanente da Agenda 21 com a população local? (colocar, numa escala de 3, do mais usado - 1 -, usado - 2 -, ao menos usado - 3 -).

Jornal. Qual? _____

Rádio Local

Televisão Qual? _____

Correio

E-mail

Panfletos

Outros. Quais? _____

Não sabe

Não responde

8) Qual o papel reservado à população nos processos de tomada de decisão relativos à A21L?

- Participaram em todos os momentos do processo.
- Participaram só em alguns momentos.
- Não participaram. Por quê? _____
- Não sabe
- Não responde

8.1) Se participaram completa ou parcialmente, identifique em que fase(s)?

- Diagnóstico
- Fórum
- Elaboração do Plano de Ação
- Implementação de Ações
- Monitorização
- Não sabe Não responde

Grupo III - Implementação de ações da Agenda 21L e seus resultados

1) No seu entender, projetos integrados de Agenda 21 Local têm sido de fácil implementação no terreno?

- Sim
- Não
- Não sabe
- Não responde

1.1) Se a resposta foi Não, identifique as principais dificuldades. (Assinale uma ou mais opções).

- Insuficiência de meios e recursos financeiros
- Falta de cooperação e coordenação entre as esferas de poder
- Falta de um programa nacional e de apoio do governo central
- Recursos humanos / competências técnicas insuficientes
- Falta de competências e poder de decisão dos municípios
- Défice de participação dos cidadãos
- Falta de consenso comunitário para estabelecer prioridades
- Falta de interesse dos munícipes
- Prioridades mais importantes / falta de interesse do município
- Outras. Quais? _____

1.2) Indique três medidas que julga necessárias para ultrapassar essas mesmas dificuldades (colocar por ordem de importância, numa escala de 3, do mais importante - 1 - ao menos importante - 3 -).

- Atribuição de mais recursos financeiros
- Medidas de sensibilização / informação dirigidas à população
- Afetação de meios técnicos e pessoal qualificado
- Descentralização de poderes e competências
- Maior coordenação de políticas públicas
- Criação de programa nacional de implementação
- Outras: _____

2) Qual das vertentes, integradas nos processos de Agenda 21 Local, beneficiou, de forma mais evidente, o meio local?

- Vertente ambiental Vertente social Vertente económica

2.1) Mencione três medidas para o Mindelo que foram já sugeridas para resolução desses problemas, inseridas nessa vertente (p.2)?

Grupo IV – Levantamento de elementos relativos à participação pública

1) No cômputo geral, como avalia a participação da comunidade local nos trabalhos da A21L?

Fraca Insuficiente Razoável Elevada

2) Não sua opinião, considera o apoio/participação da população local como fundamental para o sucesso da A21L e das próprias iniciativas da AAMDA?

Sim Não

2.1) Se sim, o que considera mais relevante, no contributo da comunidade local, para o sucesso da A21L nesta freguesia? Comente.

2.2) Qual o principal grupo etário em que se inserem os cidadãos que participam no processo da A21L?

População Jovem População Adulta População Idosa

2.3) A maioria dos cidadãos locais que participaram nos trabalhos da A21L apresenta grau de conhecimento compatível com os assuntos que são tratados?

2.3.1.) Se não, refira duas razões principais que tenham dificultado o andamento dos trabalhos aquando da participação da população no processo.

3.A AAMDA foi fundadora do Movimento PROMindelo. Em que consiste este Movimento?

4. Qual o grau de importância que dava à preocupação da população local pela proteção da Reserva Ornitológica do Mindelo (ROM)?

Muito relevante Pouco relevante Nada Relevante

5. Na sua opinião, se a AAMDA não tivesse sido criada, a A21L tinha surgido?

6. Para finalizar, considera que o problema associado à necessidade de defender a Reserva pode ter-se constituído como o fator responsável por Mindelo ter sido a 1ª freguesia com A21L visto que uniu, de uma certa forma, a população local em torno de uma causa? Comente.

Obrigado pela sua colaboração!